



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2134

Quarta-feira - 30 de Novembro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Gaspar	409	Paulo Lopes	736
Alto Bela Vista.....	3	Governador Celso Ramos	433	Penha.....	737
Antônio Carlos	4	Grão Pará	434	Peritiba.....	744
Arroio Trinta.....	28	Guaramirim.....	439	Pinheiro Preto	750
Atalanta.....	32	Guarujá do Sul	444	Pomerode.....	754
Balneário Piçarras.....	33	Herval d'Oeste	445	Porto Belo.....	759
Balneário Rincão	44	Imarui	446	Porto União.....	761
Barra Bonita.....	48	Imbituba	448	Presidente Castello Branco.....	764
Barra Velha.....	76	Indaial.....	457	Presidente Nereu.....	765
Bela Vista do Toldo.....	80	Ipumirim	461	Princesa	780
Benedito Novo	81	Irineópolis	462	Rio dos Cedros.....	791
Biguaçu	82	Itapema	464	Rio do Sul.....	788
Blumenau	94	Itapiranga.....	466	Salto Veloso.....	803
Bom Jardim da Serra	104	Itapoá	470	Santa Rosa do Sul	804
Bom Retiro	105	Jacinto Machado	472	São Bento do Sul.....	805
Braço do Trombudo	106	Jaraguá do Sul	473	São Domingos.....	812
Brunópolis	149	Joaçaba.....	522	São João do Oeste	958
Brusque.....	152	Lages	565	São João do Sul	959
Caçador.....	176	Laguna	597	São Joaquim	973
Camboriú.....	210	Lauro Muller	598	São José.....	975
Campo Alegre	211	Lebon Regis	600	São José do Cedro.....	984
Campos Novos.....	263	Leoberto Leal.....	601	São Lourenço do Oeste.....	985
Canelinha	265	Lindóia do Sul	605	São Miguel da Boa Vista	986
Canoinhas.....	266	Luzerna	606	São Miguel do Oeste.....	987
Capinzal	288	Macieira.....	646	Schroeder.....	989
Caxambu do Sul.....	289	Mafra	648	Serra Alta	1006
Chapadão do Lageado	292	Maravilha.....	649	Sombrio.....	1007
Chapecó.....	293	Massaranduba.....	676	Sul Brasil	1008
Cocal do Sul.....	304	Meleiro	679	Timbó	1012
Concórdia	314	Modelo	680	Treze Tilias	1015
Cordilheira Alta	353	Morro da Fumaça	681	Trombudo Central.....	1016
Coronel Freitas.....	354	Navegantes.....	682	Tunápolis.....	1022
Corupá	355	Nova Trento	688	União do Oeste	1028
Curitibanos	357	Novo Horizonte	695	Urussanga	1029
Dionísio Cerqueira	393	Ouro	696	Vidal Ramos.....	1030
Ermo	398	Ouro Verde	697	Videira.....	1031
Faxinal dos Guedes.....	399	Palhoça	705	Vitor Meireles.....	1062
Flor do Sertão.....	400	Palmitos	717	Xanxerê.....	1065
Forquilha.....	402	Papanduva.....	720	Xavantina	1066
Fraiburgo.....	404	Paraíso	730	Xaxim.....	1067
Garopaba.....	407	Passo de Torres.....	731	Zortéa	1068
Garuva	408	Passos Maia	732		

Consórcios

AGIR	1087	CIS/AMREC.....	1116
CIGA	1089	CIS/AMUREL	1117
CIS Nordeste	1091		
CIS/AMMVI.....	1091		
CIS/AMOSC.....	1092		

Água Doce

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) SUELEN FERRONATO CACHOEIRA aprovada no Concurso Público 015/2014, no cargo de Odontólogo para apresentar-se em quinze dias contados a partir desta convocação para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, a fim de tomar posse no cargo em caráter temporário, para substituição da licença maternidade da servidora efetiva Maria Odete Amorim Mendes.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de novembro de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

Suelen Ferronato Cachoeira

Recebido em ____/____/____

PORTARIA 278/2016

PORTARIA Nº 278/2016 de 28 de novembro de 2016

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária IVETE MARCANTE GAIO, inscrita sob CPF nº 990.433.869-87, funcionária no cargo de Agente Operacional Manutenção e Limpeza, a partir de 28/11/2016 a 27/12/2016, referente ao período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 28 de novembro de 2016

Novelli Sganzerla Camila Raquel Macagnan Danguì

Prefeito Diretora Dpto de Recursos Humanos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO 17/2016

PREGÃO PRESENCIAL 13/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 17/2016, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 13/2016", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de veículos 0km, o qual será processado e julgado no dia 12 de dezembro de 2016 às 14h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 29 de novembro de 2016

ORLANDO FÁVERO

Gestor do FMS

Alto Bela Vista

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇO 02/2016 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALTO BELA VISTA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

Modalidade: Tomada de Preço 02/2016

A Câmara Municipal de Vereadores de Alto bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço, do tipo Menos preço Global. Esta licitação tem por objeto a obtenção de proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para a execução dos serviços especializados na área de informática, para licenciamento de softwares de gestão pública totalmente integrados com acesso simultâneo de usuários, integrados, por um período de até 12 (doze) meses (podendo ser prorrogado por até 48 meses). E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e dos documentos de habilitação, até às 15:30 hs, do dia 15 de dezembro de 2016. Data em que se fará sessão pública de julgamento, a partir das 15:45 hs, na sede da Câmara Municipal de Vereadores. Íntegra do Edital encontra-se no site oficial do município no endereço: <http://www.camaraaltobelavista.sc.gov.br> e informações, pelo telefone (49) 3455.9155. Alto Bela Vista (SC), em 29 de Novembro de 2016. Leonice Grätner Engel - Presidente.

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO Nº 118/2016

DECRETO Nº 000118/16 de 29 de Novembro de 2016
Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 10.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 7.000,00

11.01.10.301.0007.2.026-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 10.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de Novembro de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 119/2016

DECRETO Nº 000119/16 de 29 de Novembro de 2016
Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.422,74 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.451.0006.1.008-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3.422,74

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 3.422,74

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de Novembro de 2016.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

EDUCAÇÃO - 5º BIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO

REFERÊNCIA ATÉ OUTUBRO DE 2016.

1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS

1.1. Receitas Oriundas de Impostos	Realizada até o mês
IPTU	968,571.70
ITBI	363,951.17
ISS	903,955.69
IRRF	490,235.30
Receita da Dívida Ativa de Impostos	65,888.88
Multas e Juros de Mora de Impostos	53,176.05
FPM 1%	198,879.42
(-) Descontos e Renúncia de Receita	-220,548.06
SOMA	2,824,110.15
1.2. Receitas Resultantes de Impostos, Base de Cálculo do FUNDEB	
Cota-Parte do FPM	4,868,555.14
Cota-Parte do ICMS Exportação	39,316.70
Cota-Parte do ICMS	9,709,040.01
Cota-Parte do IPI	137,256.78
Cota-Parte do ITR	28,899.58

Cota-Parte do IPVA	1,266,767.18
SOMA	16,049,835.39
1.3. TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS	18,873,945.54

2 – ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO

	CÓDIGO D.R.	Especificação Das Fontes de Recursos	Valor até o Mês
2.1	0.1.01	Receitas oriundas de Impostos - 27%	5,095,965.30
2.2	0.1.18	Transferências do FUNDEB – Parte do 60%	1,577,441.41
2.3	0.1.19	Transferência do FUNDEB – Parte do 40%	1,046,548.30
2.4	0.3.19	Superávit Financeiro do FUNDEB	39,598.22
2.5	0.1.58	Cota-Parte do Salário Educação	308,079.54
2.6	0.3.58	Superávit Financeiro do Salário Educação	55,412.30
2.7	0.1.08.5	Convênio Transporte Escolar Estadual - Ensino Básico	236,727.06
2.8	0.3.08.5	Superávit Convênio Transporte Escolar Estadual - Ensino Básico	29,073.05
2.9	0.1.08.6	Convênio Transporte Escolar Estadual - Ensino Médio	95,039.77
2.10	0.3.08.6	Superávit Financeiro do Transporte Escolar Estadual E. Médio	12,093.89
2.11	0.1.59	Transferências Diretas do FNDE – PDDE	385.14
2.12	0.1.61	Transferências Diretas do FNDE - PNATE	96,008.95
2.13	0.3.61	Superávit Financeiro do PNATE	7.93
2.14	0.1.62	Outras Transferências do FNDE	2,429.28
2.15	0.3.62	Superávit Financeiro - Outras Transferências do FNDE	39,721.10
2.16	0.1.60	Transferências Diretas do FNDE - PNAE	81,390.60
2.17	0.3.60	Superávit Financeiro - PNAE	5,894.01
2.18	0.1.22.71	Convênio com o MEC - Ampliação da Rede Escolar Infantil	16,571.40
2.19	0.3.22.71	Superávit Financeiro - Convênio MEC - Ampliação Rede Esc. Infantil	183,171.26
2.20	0.1.22.74	Convênio Quadra Esportiva	8,940.31
2.21	0.3.22.74	Superávit Financeiro - Convênio Quadra Esportiva	113,244.18
TOTAL			9,043,743.00

3. DESTINAÇÃO DO RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO

	CÓDIGO F.R.	CÓDIGO SUB- FUN- ÇÃO	Especificação	Exigência Legal	Realizado até o Mês	Diferença
3.1	0.1.01	361	Ensino Fundamental 52,84%	996,561.46	963,410.55	-33,150.91
3.2	0.1.01		Contribuição ao FUNDEB	3,209,967.08	3,209,964.89	-2.19
3.3	0.1.01	365	Educação Infantil 47,16%	889,436.76	787,522.71	-101,914.05
3.4	0.3.01	361	Ensino Fundamental	0.00	15,703.48	15,703.48
3.5	0.3.01	365	Educação Infantil	0.00	0.00	0.00
3.6	0.1.18	361	Ensino Fundamental 52,82%	833,204.55	872,619.17	39,414.62
3.7	0.1.18	365	Educação Infantil 47,18%	744,236.86	843,332.98	99,096.12
3.8	0.1.19	361	Ensino Fundamental 71,67%	750,061.17	670,117.44	-79,943.73
3.9	0.1.19	365	Educação Infantil 28,33%	296,487.13	162,776.00	-133,711.13
3.10	0.3.19	365	Ensino Infantil	39,598.22	39,598.22	0.00
3.11	0.1.58	361/365	Ensino Fundamental/infantil	308,079.54	280,818.17	-27,261.37
3.12	0.3.58	361	Ensino Fundamental	55,412.30	52,635.45	-2,776.85
3.13	0.1.08.5	361	Ensino Fundamental	236,727.06	214,758.31	-21,968.75
3.14	0.3.08.5	361	Ensino Fundamental	29,073.05	28,063.05	-1,010.00
3.15	0.1.08.6	362	Ensino Médio	95,039.77	86,872.00	-8,167.77
3.16	0.3.08.6	362	Ensino Médio	12,093.89	12,093.89	0.00
3.17	0.1.59	365	Ensino Fundamental/infantil	385.14	0.00	-385.14
3.18	0.1.61	361	Ensino Fundamental	96,008.95	89,500.57	-6,508.38
3.19	0.3.61	361	Ensino Fundamental	7.93	7.93	0.00
3.20	0.1.62	365	Ensino Infantil	2,429.28	0.00	-2,429.28
3.21	0.3.62	365	Ensino Infantil	39,721.10	24,043.36	-15,677.74
3.22	0.1.60					
361			Ensino Fundamental	81,390.60	82,868.19	1,477.59

2.23	0.3.60	361	Ensino Fundamental	5,894.01	5,894.01	0.00
3.24	0.1.22.71	365	Educação Infantil	16,571.40	172,231.53	155,660.13
3.25	0.3.22.71	365	Educação Infantil	183,171.26	0.00	-183,171.26
3.26	0.1.22.74	361	Ensino Fundamental	8,940.31	0.00	-8,940.31
3.27	0.3.22.74	361	Ensino Fundamental	113,244.18	0.00	-113,244.18
TOTAL				9,043,743.00	8,614,831.90	-428,911.10

4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS	MÍNIMO	REALIZADO	DIFERENÇA
4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25%	26.37%	1.37
4.2. Remuneração Profissionais do Magistério	60%	65.39%	5.39

Memória de Cálculo: 4.1 = (3.1+ 3.2 + 3.3 +3.4+3.5) / 1.3

4.2 = (3.6+3.7) / (2.3+2.4)

Antônio Carlos, em 08 de Novembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR	CARLICE B. SCHMITZ	IDINEIA CARLA BIOEU
Prefeito Municipal	Contadora	Secretária M. de Educação

LEI Nº 1514/2016

LEI NO 1.514/2016

Ratificação do convênio de cooperação interfederativo da região metropolitana da grande Florianópolis, celebrado nos termos da lei 13.089 de 12 de janeiro de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, em especial pelos poderes conferidos no art. 56, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado o Convênio de Cooperação Interfederativo da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, celebrado nos termos do art. 9º, VII Lei 13.089, de 12 de janeiro de 2015, a qual estabeleceu o chamado Estatuto da Metrópole, e celebrado pela Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC.

Art. 2º O Convênio de Cooperação que trata o artigo 1º está definido como instrumento de desenvolvimento urbano integrado de regiões metropolitanas, nos termos da citada Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 22 de novembro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

LEI Nº 1515/2016

LEI NO 1.515/2016

Da nova redação ao Artigo 5º, bem como inclui o parágrafo único na Lei Municipal Nº. 1.501/2016, e dá outras providências

Antônio Paulo Remor, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, em especial pelos poderes conferidos no art. 56, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 5º da Lei Municipal nº. 1.501, de 08 de março de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 5 - Por conta do financiamento estabelecido no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará os encargos estabelecidos pelo agente financeiro, cujo montante será uma composição de dois subcréditos: o primeiro relativo ao financiamento de 50% do valor do projeto, com taxa de juros igual a 8,00% a.a. acima da TJLP; e o segundo relativo ao financiamento de 40% do valor do projeto, com taxa de juros igual a 6,20% a.a. acima da SELIC, bem como outros encargos que se fizerem necessários. Esta composição será em função do percentual máximo de participação do valor do financiamento em relação ao valor do projeto, que atualmente é de 90%, ficando a carência estabelecida em 01 (um) ano e o prazo de amortização em 04 (quatro) anos.

Art. 2º Fica incluído o Parágrafo único ao artigo 5º da Lei Municipal nº. 1.501, de 8 de março de 2016, passando a vigorar com a seguinte

redação:

Art. 5º -

Parágrafo único - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a oferecer, em garantia do financiamento, em caráter irrevogável e irretratável, a vinculação das quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 3º - Permanecem inalterados os demais artigos da referida Lei Municipal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 5º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 22 de novembro de 2016.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

PORTARIA N 413/2016

PORTARIA Nº 413/2016.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, FERNANDA ALVES GUESSER KOCH, para o cargo efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II, a partir de 01 de dezembro de 2016, para atuar na Secretaria de Administração e Finanças, passando a fazer parte do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 29 de novembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 30 de novembro de 2016.

PORTARIA N 412/2016

PORTARIA Nº 412/2016.

Concede Licença Premio a servidor

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 30 dias a servidora MJADELAINE MAFRA, ocupante do cargo efetivo de AGENTGE SERVIÇOS GERAIS – 20H, a partir de 02 de janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de fevereiro/2009 a fevereiro/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 28 de novembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 29 de novembro de 2016.

PORTARIA N 414/2016

PORTARIA Nº 414/2016.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, MARINA KOERICH, para o cargo efetivo de TECNICO EM EDUCAÇÃO, a partir de 01 de dezembro de 2016, para atuar na Secretaria de Educação e Cultura, passando a fazer parte do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 29 de novembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 30 de novembro de 2016.

PORTARIA N 415/2016

PORTARIA Nº 415/2016.

Exonera cargo Comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, LUCIANA SCUSSEL DEÇA NEVES, do Cargo Comissionado de COORDENADORA DE CULTURA, a partir de 30 de novembro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 29 de novembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 30 de novembro de 2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2016

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preço nº. 007/2016; Origem: Pregão Presencial nº 03/2016 – Processo Licitatório nº 04/2016; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: JULIO SILVESTRE FILHO ME; Objeto: Aquisição parcelada de peças novas para reposição no maquinário de uso da Secretaria de Obras, Transporte e Serviços Públicos, do município de Antônio Carlos S/C. Aditamento: Diante da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, fica alterado o valor do item 01 "Lâmina Curva 13 furos ¾" para R\$ 367,19 (trezentos e sessenta e sete reais e dezenove centavos).

Antônio Carlos, 30 de novembro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

CONTAS PÚBLICAS - 5º BIMESTRE

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	34.259.000,00	34.259.000,00	4.738.705,32	13,83	27.209.882,14	7.049.117,86
RECEITA TRIBUTÁRIA	28.013.000,00	28.013.000,00	4.673.557,29	16,68	24.866.838,62	3.146.161,38
IMPOSTOS	2.803.400,00	2.803.400,00	391.786,06	13,98	2.790.664,67	12.735,33
TAXAS	2.554.900,00	2.554.900,00	370.222,34	14,49	2.521.062,95	33.847,05
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	248.500,00	248.500,00	21.563,72	8,68	269.611,72	-21.111,72
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.392.500,00	1.392.500,00	241.438,41	17,34	1.159.502,64	232.997,36
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	812.500,00	812.500,00	136.465,62	16,80	603.315,92	209.184,08
RECEITA PATRIMONIAL	580.000,00	580.000,00	104.972,79	18,10	556.186,72	23.813,28
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	1.483.900,00	1.483.900,00	434.934,03	29,31	2.537.865,31	-1.053.965,31
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.000,00	5.000,00	3.406,58	68,13	94.164,85	-89.164,85
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.478.900,00	1.478.900,00	431.527,45	29,18	2.443.700,46	-964.800,46
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.650,00	-650,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.650,00	-650,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	68.000,00	68.000,00	7.473,74	10,99	82.700,88	-14.700,88
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	22.012.400,00	22.012.400,00	3.582.006,30	16,27	18.081.462,28	3.930.937,72
TRANSF. DE CONV.	21.155.400,00	21.155.400,00	3.466.879,88	16,39	17.599.635,92	3.595.764,08
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	857.000,00	857.000,00	115.126,42	13,43	521.826,36	335.173,64
MULTAS E JUROS DE MORA	250.800,00	250.800,00	15.918,75	6,35	211.992,84	38.807,16
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.500,00	22.500,00	7.529,37	33,46	55.571,73	-33.071,73
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	92.000,00	92.000,00	0,00	0,00	56.267,92	35.732,08
RECEITAS DIVERSAS	131.300,00	131.300,00	8.389,38	6,39	95.153,19	36.146,81
RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.246.000,00	6.246.000,00	65.148,03	1,04	2.343.043,52	3.902.956,48
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00	0,00	1.592.297,76	-342.297,76
ALIENAÇÃO DE BENS	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00	0,00	1.592.297,76	-342.297,76
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	9.550,00	-4.550,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	1.000,00	1.000,00	564,44	56,44	9.550,00	-8.545,56
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.990.000,00	4.990.000,00	64.583,59	1,29	739.643,59	4.250.356,41
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.990.000,00	4.990.000,00	64.583,59	1,29	739.643,59	4.250.356,41
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.971.000,00	1.971.000,00	343.281,47	17,42	1.508.949,36	462.050,64
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	36.230.000,00	36.230.000,00	5.081.986,79	14,03	28.718.831,50	7.511.168,50

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	36.230.000,00	36.230.000,00	5.081.986,79	14,03	28.718.831,50	7.511.168,50
DÉFICIT (VI)		—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	36.230.000,00	36.230.000,00	5.081.986,79	14,03	28.718.831,50	7.511.168,50
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		1.696.715,68	—	—	1.309.472,51	—
Superávit Financeiro		1.696.715,68	—	—	1.309.472,51	—
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	34.259.000,00	40.027.151,66	3.511.659,45	27.180.000,36	12.847.151,30	4.387.878,04	24.223.439,49	15.803.712,17	24.019.594,56
DESPESAS CORRENTES	24.060.492,00	25.428.244,60	3.350.015,32	21.314.415,16	4.113.829,44	4.081.784,90	20.377.779,34	5.050.465,26	20.174.950,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.070.000,00	15.224.063,79	2.423.365,21	12.116.764,00	3.107.299,79	2.423.365,21	12.116.764,00	3.107.299,79	12.073.166,31
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	240.000,00	34.545,39	209.084,82	30.915,18	34.545,39	209.084,82	30.915,18	209.084,82
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.940.492,00	9.964.180,81	892.104,72	8.988.566,34	975.614,47	1.623.874,30	8.051.930,52	1.912.250,29	7.892.699,03
DESPESAS DE CAPITAL	7.681.200,00	12.081.599,06	161.644,13	5.865.585,20	6.216.013,86	306.093,14	3.845.660,15	8.235.938,91	3.844.644,40
INVESTIMENTOS	7.301.200,00	11.701.599,06	139.800,04	5.508.545,37	6.193.053,69	284.249,05	3.488.620,32	8.212.978,74	3.487.604,57
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	380.000,00	380.000,00	21.844,09	357.039,83	22.960,17	21.844,09	357.039,83	22.960,17	357.039,83
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.808,00	26.808,00	0,00	0,00	26.808,00	0,00	0,00	26.808,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.808,00	26.808,00	0,00	0,00	26.808,00	0,00	0,00	26.808,00	0,00
RESERVA DO RPPS	2.490.500,00	2.490.500,00	0,00	0,00	2.490.500,00	0,00	0,00	2.490.500,00	0,00
RESERVA DO RPPS	2.490.500,00	2.490.500,00	0,00	0,00	2.490.500,00	0,00	0,00	2.490.500,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.971.000,00	2.084.000,00	341.889,57	1.639.870,82	444.129,18	341.889,57	1.639.870,82	444.129,18	1.507.917,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.971.000,00	2.084.000,00	341.889,57	1.639.870,82	444.129,18	341.889,57	1.639.870,82	444.129,18	1.507.917,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	36.230.000,00	42.111.151,66	3.853.549,02	28.819.871,18	13.291.280,48	4.729.767,61	25.863.310,31	16.247.841,35	25.527.511,56
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	36.230.000,00	42.111.151,66	3.853.549,02	28.819.871,18	13.291.280,48	4.729.767,61	25.863.310,31	16.247.841,35	25.527.511,56
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.855.521,19	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	36.230.000,00	42.111.151,66	3.853.549,02	28.819.871,18	—	4.729.767,61	28.718.831,50	—	25.527.511,56

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
Receitas (Intra-Orçamentárias)	1.971.000,00	1.971.000,00	343.281,47	17,42	1.508.949,36	76,56
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.971.000,00	1.971.000,00	343.281,47	17,42	1.508.949,36	76,56
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.591.000,00	1.591.000,00	267.533,47	16,82	1.181.254,10	74,25
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.591.000,00	1.591.000,00	267.533,47	16,82	1.181.254,10	74,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	380.000,00	380.000,00	75.748,00	19,93	327.695,26	86,24
Rec. Decorrentes Aportes Periódicos p/ Amortização	380.000,00	380.000,00	75.748,00	19,93	327.695,26	86,24

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
Despesas Intra-Orçamentárias	1.971.000,00	2.084.000,00	341.889,57	1.639.870,82	444.129,18	341.889,57	1.639.870,82	444.129,18	1.507.917,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.591.000,00	1.704.000,00	266.141,57	1.312.175,56	391.824,44	266.141,57	1.312.175,56	391.824,44	1.180.221,74
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	380.000,00	380.000,00	75.748,00	327.695,26	52.304,74	75.748,00	327.695,26	52.304,74	327.695,26

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 3.137.472,86

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (d-d)	%
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
Legislativa	34.259.000,00	40.027.151,66	3.511.659,45	27.180.000,36	94,31	4.387.878,04	24.223.439,49	93,66	15.803.712,17
Ação Legislativa	1.570.000,00	1.570.000,00	188.359,42	1.064.363,07	3,69	188.809,42	933.649,65	3,61	636.350,35
Administração	1.570.000,00	1.570.000,00	188.359,42	1.064.363,07	3,69	188.809,42	933.649,65	3,61	636.350,35
Planejamento e Orçamento	2.730.400,00	2.667.340,00	334.589,53	2.351.898,16	8,16	430.518,95	2.230.159,03	8,62	437.180,97
Administração Geral	335.000,00	331.000,00	59.524,86	308.341,19	1,07	64.910,39	298.263,52	1,15	32.736,48
Defesa Civil	2.393.400,00	2.334.340,00	275.044,67	2.041.556,97	7,08	365.608,56	1.929.895,51	7,46	404.444,49
Segurança Pública	2.000,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,01	0,00	2.000,00	0,01	0,00
Policimento	166.300,00	362.414,22	34.297,55	333.193,06	1,16	17.715,66	273.589,27	1,06	88.844,95
Assistência Comunitária	110.300,00	192.368,66	23.298,99	174.302,60	0,60	11.166,32	126.978,16	0,49	65.390,50
Assistência Social	56.000,00	170.045,56	10.998,56	158.890,46	0,55	6.549,34	146.591,11	0,57	23.454,45
Assistência ao Idoso	266.100,00	274.522,98	34.012,02	194.580,41	0,68	36.361,18	183.626,82	0,71	90.896,16
Assistência à Criança e ao Adolescente	82.000,00	82.000,00	14.318,80	60.832,08	0,21	13.906,77	57.308,31	0,22	24.691,69
Assistência Comunitária	6.000,00	6.000,00	0,00	3.996,66	0,01	0,00	3.996,66	0,02	2.003,34
Previdência Social	178.100,00	186.522,98	19.693,22	129.751,67	0,45	22.454,41	122.321,85	0,47	64.201,13
Previdência do Regime Estatutário	1.958.000,00	1.958.000,00	317.734,21	1.408.507,67	4,89	317.734,21	1.408.507,67	5,45	549.492,33
Saúde	1.958.000,00	1.958.000,00	317.734,21	1.408.507,67	4,89	317.734,21	1.408.507,67	5,45	549.492,33
Atenção Básica	6.175.284,00	6.716.644,04	886.393,65	5.687.609,52	19,67	1.054.784,50	5.324.317,86	20,59	1.392.326,18
Vigilância Sanitária	5.738.584,00	6.211.922,22	867.980,61	5.265.044,07	18,27	962.113,91	4.989.376,77	19,29	1.222.545,45
Vigilância Epidemiológica	142.700,00	178.091,18	23.538,45	112.350,92	0,39	24.446,25	102.652,09	0,40	75.439,09
Alimentação e Nutrição	33.000,00	59.736,63	6.874,59	26.727,70	0,09	4.740,95	15.576,79	0,06	44.159,84
Educação	261.000,00	266.894,01	0,00	263.486,83	0,91	63.483,39	216.712,21	0,84	50.181,80
Ensino Fundamental	5.931.408,00	7.555.642,79	796.819,25	6.047.936,90	20,99	1.075.013,39	4.856.155,56	18,78	2.689.487,23
Ensino Médio	3.577.408,00	3.674.447,28	459.870,55	2.829.384,50	9,82	532.301,19	2.739.736,74	10,59	934.710,54
Ensino Superior	108.000,00	120.093,89	0,00	120.093,89	0,42	25.080,00	98.965,89	0,38	21.128,00
Educação Infantil	90.000,00	106.000,00	16.000,00	106.000,00	0,37	24.040,00	106.000,00	0,41	0,00
Educação Especial	2.121.000,00	3.620.101,62	320.948,70	2.992.458,51	10,38	493.592,20	1.911.452,93	7,39	1.708.648,69
Cultura	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	879.000,00	1.018.139,75	37.136,47	604.265,44	2,10	52.444,60	413.477,07	1,60	604.662,68
Diffusão Cultural	271.000,00	312.000,00	0,00	142.446,79	0,49	3.925,00	12.614,21	0,05	299.385,79
Urbanismo	608.000,00	706.139,75	37.136,47	461.816,65	1,60	48.519,60	400.862,86	1,55	305.276,89
Infra-Estrutura Urbana	8.617.200,00	11.762.243,51	552.733,87	6.591.932,58	22,87	713.835,22	5.784.895,77	22,37	5.977.347,74
Serviços Urbanos	4.867.100,00	7.794.108,43	107.947,44	3.019.906,76	10,48	50.856,00	2.378.473,94	9,20	5.415.634,49
	3.750.100,00	3.988.135,08	444.786,43	3.572.025,82	12,39	662.379,22	3.406.421,83	13,17	561.713,25

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.259.000,00	40.027.151,66	3.511.659,45	27.180.000,36	94,31	4.387.878,04	24.223.439,49	93,66	
	1.585.000,00	1.563.000,00	161.999,72	1.376.044,44	4,77	267.123,00	1.323.173,96	5,12	
	1.585.000,00	1.563.000,00	161.999,72	1.376.044,44	4,77	267.123,00	1.323.173,96	5,12	
	81.000,00	65.000,00	7.075,06	54.480,22	0,19	18.001,06	50.134,14	0,19	
	81.000,00	65.000,00	7.075,06	54.480,22	0,19	18.001,06	50.134,14	0,19	
	986.000,00	995.696,37	42.476,52	586.807,97	2,04	103.138,20	561.694,43	2,17	
	986.000,00	995.696,37	42.476,52	586.807,97	2,04	103.138,20	561.694,43	2,17	
	796.000,00	1.001.200,00	105.052,18	898.380,92	3,12	112.398,65	880.078,26	3,40	
	430.000,00	620.000,00	56.389,48	566.124,65	1,96	56.389,48	566.124,65	2,19	
	366.000,00	381.200,00	48.682,70	332.256,27	1,15	56.009,17	313.953,61	1,21	
	26.808,00	26.808,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2.490.500,00	2.490.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2.490.500,00	2.490.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.971.000,00	2.084.000,00	341.889,57	1.639.870,82	5,69	341.889,57	1.639.870,82	6,34
		20.000,00	20.000,00	1.018,46	8.223,77	0,03	1.018,46	8.223,77	0,03
		20.000,00	20.000,00	1.018,46	8.223,77	0,03	1.018,46	8.223,77	0,03
573.000,00		573.000,00	103.961,21	469.268,52	1,63	103.961,21	469.268,52	1,81	
23.000,00		23.000,00	3.731,72	18.746,64	0,07	3.731,72	18.746,64	0,07	
550.000,00		550.000,00	100.229,49	450.521,88	1,56	100.229,49	450.521,88	1,74	
6.000,00		6.000,00	1.016,04	4.804,18	0,02	1.016,04	4.804,18	0,02	
5.000,00		5.000,00	1.016,04	4.804,18	0,02	1.016,04	4.804,18	0,02	
1.000,00		1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
461.000,00		487.000,00	79.451,33	368.464,56	1,28	79.451,33	368.464,56	1,42	
446.000,00		472.000,00	77.056,63	356.675,26	1,24	77.056,63	356.675,26	1,38	
15.000,00		15.000,00	2.394,70	11.789,30	0,04	2.394,70	11.789,30	0,05	
623.000,00		710.000,00	109.926,06	565.949,25	1,96	109.926,06	565.949,25	2,19	
300.000,00		342.000,00	57.405,27	299.145,26	1,04	57.405,27	299.145,26	1,16	
323.000,00		368.000,00	52.520,79	266.803,99	0,93	52.520,79	266.803,99	1,03	
30.000,00		30.000,00	4.748,91	22.821,26	0,08	4.748,91	22.821,26	0,09	
30.000,00	30.000,00	4.748,91	22.821,26	0,08	4.748,91	22.821,26	0,09		
145.000,00	145.000,00	21.053,21	99.621,82	0,35	21.053,21	99.621,82	0,39		
145.000,00	145.000,00	21.053,21	99.621,82	0,35	21.053,21	99.621,82	0,39		
100.000,00	100.000,00	18.999,39	92.212,70	0,32	18.999,39	92.212,70	0,36		
100.000,00	100.000,00	18.999,39	92.212,70	0,32	18.999,39	92.212,70	0,36		

Continua 2/3

Município de ANTONIO CARLOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.971.000,00	2.084.000,00	341.889,57	1.639.870,82	5,69	444.129,18	341.889,57	1.639.870,82	6,34	444.129,18
	13.000,00	13.000,00	1.714,96	8.504,76	0,03	4.495,24	1.714,96	8.504,76	0,03	4.495,24
	13.000,00	13.000,00	1.714,96	8.504,76	0,03	4.495,24	1.714,96	8.504,76	0,03	4.495,24
TOTAL (III) = (I + II)	36.230.000,00	42.111.151,66	3.853.549,02	28.819.871,18	100,00	13.291.280,48	4.729.757,61	25.863.310,31	100,00	16.247.841,35

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.224.500,00	2.224.500,00	2.865.320,64	2.187.006,81
RECEITAS CORRENTES	2.224.500,00	2.224.500,00	2.865.320,64	2.187.006,81
Recarga de Contribuições dos Segurados	812.500,00	812.500,00	603.315,92	525.718,82
Pessoal Civil	812.500,00	812.500,00	603.315,92	525.718,82
Ativo	795.500,00	795.500,00	590.613,14	513.664,52
Inativo	16.000,00	16.000,00	12.578,79	12.054,30
Pensionista	1.000,00	1.000,00	123,99	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	1.321.000,00	1.321.000,00	2.223.209,51	1.585.407,17
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	1.321.000,00	1.321.000,00	2.223.209,51	1.585.407,17
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	91.000,00	91.000,00	38.795,21	75.880,82
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	90.000,00	90.000,00	38.795,21	75.880,82
Demais Receitas Correntes	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.971.000,00	1.971.000,00	1.508.949,36	1.308.531,37
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	4.195.500,00	4.195.500,00	4.374.270,00	3.495.538,18
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.705.000,00	1.730.000,00	1.248.509,16	1.207.519,03
ADMINISTRAÇÃO	105.000,00	130.000,00	90.824,17	56.567,92
Despesas Correntes	100.000,00	125.000,00	90.824,17	56.567,92
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.600.000,00	1.600.000,00	1.157.684,99	1.150.951,11

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	1.157.684,99	1.150.951,11	1.157.684,99	1.150.951,11
Aposentadorias	0,00	0,00	1.033.648,88	948.323,92	1.033.648,88	948.323,92
Pensões	0,00	0,00	124.036,11	202.627,19	124.036,11	202.627,19
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.600.000,00	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	1.600.000,00	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	1.705.000,00	1.730.000,00	1.248.509,16	1.219.054,54	1.236.797,14	1.207.519,03
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	2.490.500,00	2.465.500,00	-	-	3.137.472,86	2.288.019,15
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
Valor						2.490.500,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2016		2015	
Caixa			0,00		0,00	

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
	664,70 20.520.652,93 0,00		8.484,58 16.796.709,40 0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.971.000,00	1.971.000,00	1.508.949,36	1.308.531,37
RECEITAS CORRENTES (VIII)	1.971.000,00	1.971.000,00	1.508.949,36	1.308.531,37
Recarga de Contribuições Patronais	1.591.000,00	1.591.000,00	1.181.254,10	1.027.320,89
Pessoal Civil	1.591.000,00	1.591.000,00	1.181.254,10	1.027.320,89
Ativo	1.591.000,00	1.591.000,00	1.181.254,10	1.027.320,89
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	380.000,00	380.000,00	327.695,26	281.210,48
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.971.000,00	1.971.000,00	1.508.949,36	1.308.531,37
(XI) = (VIII + IX + X)				

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2015 A OUTUBRO/2016

PREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
		Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	TOTAL (Últ. 12 Meses)
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.560.286,20	3.147.372,14	2.775.070,51	2.801.196,33	2.585.585,05	2.756.761,39	3.333.005,09	2.874.590,95	2.964.280,42	2.772.550,91	2.634.201,57	2.679.271,29	33.744.441,85
	IPTU	188.334,83	336.108,87	112.816,64	181.526,60	198.443,47	348.177,57	645.022,07	447.010,68	245.224,18	214.571,40	216.599,82	175.216,24	3.315.103,37
	I.P.T.U.	1.188,72	3.717,59	0,00	0,00	0,00	82.794,59	420.524,68	221.572,33	16.575,57	20.460,16	17.833,17	7.206,79	791.874,00
	I.R.R.F.	46.512,95	170.509,00	15.913,52	26.408,71	72.634,73	51.105,47	45.281,32	32.293,11	82.594,06	55.593,37	53.698,81	54.892,20	710.677,25
	I.S.S.	70.139,93	88.102,68	74.289,92	116.071,58	78.934,60	111.917,93	65.115,83	88.619,17	115.503,30	74.188,80	82.376,03	96.882,04	1.081.111,81
	I.T.E.I.	56.996,31	58.511,26	14.639,95	30.355,95	34.397,18	41.186,14	26.348,11	76.842,68	12.941,59	47.947,96	51.396,36	6.109,94	457.335,33
	Outras Receitas Tributárias	10.646,92	13.888,34	7.974,35	14.700,36	14.476,66	61.180,04	87.732,13	27.740,39	17.703,66	16.517,11	11.345,45	10.218,27	284.126,98
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	112.305,26	246.478,50	49.464,53	116.947,94	122.841,21	129.593,86	125.306,95	131.172,07	84.181,47	156.593,20	121.989,07	119.448,34	1.518.296,40
	RECEITA PATRIMONIAL	193.927,30	297.846,66	335.909,68	265.202,81	245.772,04	242.705,11	216.821,59	228.592,54	240.666,08	329.271,43	243.798,49	191.137,54	3.028.698,27
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	660,00	1.150,00	325,00	350,00	0,00	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.300,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	4.849,56	3.537,01	4.838,73	4.103,58	8.645,39	8.455,71	22.444,80	6.494,87	5.819,74	14.423,32	4.212,45	3.261,29	91.087,45
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.018.988,52	2.186.323,98	2.225.510,17	2.183.104,88	1.986.566,51	2.011.900,61	2.211.725,54	2.047.101,17	2.377.818,02	2.015.978,40	2.038.884,83	2.182.037,04	25.466.746,67
	Cota-Parte do FPM	47.498,38	607.350,66	521.721,19	663.119,36	386.716,85	471.611,14	627.123,00	516.110,14	574.515,35	469.840,62	378.621,49	499.949,32	6.352.243,90
	Cota-Parte do ICMS	962.695,21	939.808,33	1.129.244,29	921.021,84	931.489,61	967.723,63	903.384,35	915.262,89	944.551,71	932.573,06	1.007.638,81	1.042.550,02	11.611.545,55
	Cota-Parte do IPVA	70.999,65	25.120,79	62.828,53	95.045,87	144.279,97	137.000,71	159.657,74	146.773,74	128.720,54	146.089,37	140.848,86	107.521,85	1.362.847,62
	Cota-Parte do ITR	1.459,12	1.172,26	847,72	243,35	305,38	70,81	265,60	354,21	41,22	1.103,20	6.117,03	19.921,05	31.530,96
	Outras Transferências Correntes	251.111,93	130.719,93	206.007,71	250.499,85	250.195,51	169.706,14	212.742,88	198.603,75	467.881,92	200.715,87	230.294,88	239.791,95	2.697.700,00
	Transferências de LC 61/1989	14.835,04	14.848,69	17.718,11	13.694,52	13.360,40	13.706,90	15.597,57	9.283,40	12.696,40	12.718,45	13.927,45	14.720,60	165.740,51
	Transferências de LC 87/1996	3.991,26	3.991,26	3.991,67	3.991,67	3.991,67	3.991,67	3.991,67	3.991,67	3.991,67	3.991,67	3.991,67	3.991,67	48.000,00
	Transferências do FUNDEB	236.467,93	243.512,06	263.210,05	257.598,61	246.287,12	258.145,61	266.016,93	254.801,57	245.398,21	252.605,18	258.164,64	294.150,76	2.965.000,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	41.890,73	76.628,12	45.380,76	31.985,52	23.276,43	15.864,53	11.629,14	16.219,62	10.760,93	40.867,16	7.748,91	8.169,84	250.800,00
DEDUÇÕES (II)	Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	376.675,35	503.637,52	370.699,80	412.474,68	370.695,28	382.026,49	412.384,57	387.024,42	360.725,52	379.675,07	376.510,22	397.870,97	4.734.388,89
	Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor	7.424,11	0,00	22.272,33	8.261,44	8.261,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.219,32
	Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor	64.971,76	196.894,19	1.169,21	67.204,11	64.407,32	65.216,31	65.791,58	68.285,49	67.632,25	67.144,03	68.213,59	68.232,23	865.171,87
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	306.279,48	306.753,33	337.259,26	337.009,13	296.016,52	316.393,18	346.592,99	318.739,63	293.093,27	312.531,04	310.296,53	324.918,74	3.622.997,70
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		2.181.590,85	2.643.734,62	2.404.370,71	2.388.721,65	2.215.208,77	2.374.735,90	2.803.620,52	2.487.566,53	2.603.554,90	2.392.875,84	2.255.691,35	2.281.400,32	29.050.095,96

FONTE:

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)	
	Inscritos		Cancelados	Pagos	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)												
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	106.950,67	37.849,90	1.307,36	143.493,21	0,00	38.145,00	1.019.264,60	897.506,66	897.506,66	2.419,97	157.482,97	157.482,97
ENCARGOS GERAIS	106.950,67	37.849,90	1.307,36	143.493,21	0,00	38.145,00	618.962,29	622.218,10	622.218,10	2.419,97	32.369,22	32.369,22
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	20.970,42	0,00	20.970,42	0,00	0,00	531,00	531,00	531,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	105.643,31	105.643,31	0,00	105.643,31	0,00	16.528,54	0,00	16.528,54	16.528,54	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONII	0,00	36,90	0,00	36,90	0,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.762,80	1.631,40	1.631,40	131,40	-0,00	-0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	0,00	1.686,58	0,00	1.686,58	0,00	0,00	4.634,00	4.634,00	4.634,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	10.584,27	0,00	10.584,27	0,00	0,00	2.066,00	2.066,00	2.066,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	0,00	90,12	0,00	90,12	0,00	7.435,33	7.870,69	7.435,33	7.435,33	435,36	0,00	0,00
SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO	0,00	1.619,18	0,00	1.619,18	0,00	9.963,83	66.816,97	71.817,12	71.817,12	0,00	4.963,68	4.963,68
SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS	0,00	215,58	0,00	215,58	0,00	0,00	1.400,00	1.400,00	1.400,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	1.307,36	2.646,85	1.307,36	2.646,85	0,00	11.652,63	532.280,83	514.674,71	514.674,71	1.863,21	27.405,54	27.405,54
CAMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.402,31	275.288,56	275.288,56	0,00	125.113,75	125.113,75
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.402,31	275.288,56	275.288,56	0,00	125.113,75	125.113,75
TOTAL (III) = (I + II):	106.950,67	37.849,90	1.307,36	143.493,21	0,00	38.145,00	1.019.264,60	897.506,66	897.506,66	2.419,97	157.482,97	157.482,97

ONTE:

FONTE:

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	196.404,20	2.062.462,31	2.040.618,22
DEDUÇÕES (II)	3.437.024,85	2.912.408,71	2.496.385,18
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.442.931,51	3.282.057,12	2.832.183,93
Demais Haveres Financeiros	138.893,91	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	144.800,57	369.648,41	335.798,75
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.240.620,65	-849.946,40	-455.766,96
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	446.567,93	426.269,41
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.240.620,65	-1.296.514,33	-882.036,37

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2016 (C - A)
VALOR	414.477,96	2.358.584,28

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	870.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	25.131.265,08	17.199.205,49	17.199.205,49
Passivo Atuarial	25.131.265,08	17.199.205,49	17.199.205,49
DEDUÇÕES (VIII)	17.378.574,58	19.931.993,62	20.521.317,63
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.735,86	1.195,58	664,70
Investimentos	17.375.838,72	19.936.811,47	20.520.652,93
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	6.013,43	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	7.752.690,50	-2.732.788,13	-3.322.112,14
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	7.752.690,50	-2.732.788,13	-3.322.112,14

FONTE:

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	28.505.100,00	23.932.087,52	22.593.442,66
Receita Tributária	2.803.400,00	2.790.664,67	2.561.485,74
I.P.T.U.	730.000,00	786.967,69	684.981,29
I.S.S.	895.000,00	901.869,20	872.159,54
I.T.B.I.	369.900,00	341.980,76	353.558,46
I.R.R.F.	560.000,00	490.235,30	423.425,96
Outras Receitas Tributárias	248.500,00	269.611,72	227.360,49
Receita de Contribuição	2.983.500,00	2.340.756,74	1.994.510,01
Receitas Previdenciárias	2.403.500,00	1.784.570,02	1.553.039,71
Outras Contribuições	580.000,00	556.186,72	441.470,30
Receita Patrimonial Líquida	5.000,00	94.164,85	3.879,54
Receita Patrimonial	1.483.900,00	2.537.865,31	1.845.253,81
(-) Aplicações Financeiras	1.478.900,00	2.443.700,46	1.841.374,27
Transferências Correntes	22.012.400,00	18.081.462,28	17.136.443,04
F.P.M.	5.290.000,00	4.093.723,84	3.961.553,47
I.P.V.A	1.032.000,00	1.013.414,60	950.125,71
I.C.M.S.	9.840.000,00	7.767.232,92	7.590.836,82
Convênios	857.000,00	521.826,36	480.474,76
Outras Transferências Correntes	4.993.400,00	4.685.264,56	4.153.452,28
Demais Receitas Correntes	700.800,00	625.038,98	897.124,33
Dívida Ativa	131.300,00	95.153,19	109.879,63
Diversas Receitas Correntes	569.500,00	529.885,79	787.244,70
RECEITAS DE CAPITAL (II)	6.246.000,00	2.343.043,52	1.474.662,81
Operações de Crédito (III)	1.250.000,00	1.592.297,76	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	1.000,00	1.552,17	1.000,38
Alienação de Ativos (V)	5.000,00	9.550,00	0,00
Transferências de Capital	4.990.000,00	739.643,59	1.473.662,43
Convênios	4.990.000,00	739.643,59	1.473.662,43
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	4.990.000,00	739.643,59	1.473.662,43
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	33.495.100,00	24.671.731,11	24.067.105,09

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	27.512.244,60	22.954.285,98	21.205.348,38	22.017.650,16	20.178.661,83
Pessoal e Encargos Sociais	16.928.063,79	13.428.939,56	12.223.770,82	13.428.939,56	12.223.770,82
Juros e Encargos da Dívida (IX)	240.000,00	209.084,82	45.054,15	209.084,82	45.054,15
Outras Despesas Correntes	10.344.180,81	9.316.261,60	8.936.523,41	8.379.625,78	7.909.836,86
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	27.272.244,60	22.745.201,16	21.160.294,23	21.808.565,34	20.133.607,68
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	12.081.599,06	5.865.585,20	4.692.268,23	3.845.660,15	3.458.615,17
Investimentos	11.701.599,06	5.508.545,37	4.407.845,45	3.488.620,32	3.174.192,39
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	380.000,00	357.039,83	284.422,78	357.039,83	284.422,78
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	11.701.599,06	5.508.545,37	4.407.845,45	3.488.620,32	3.174.192,39
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	26.808,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	2.490.500,00	-	-	-	-

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

<u>DESPESAS PRIMÁRIAS</u>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
	0,00				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	41.491.151,66	28.253.746,53	25.568.139,68	25.297.185,66	23.307.800,07
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-7.996.051,66	-3.582.015,42	-1.501.034,59	-625.454,55	759.305,02
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	1.309.472,51	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	1.309.472,51	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-2.304.900,00	

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM A SAÚDE - OUTUBRO 2016**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE***Mês de Outubro de 2016***1 – BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS**

Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadado até o mês
IPTU	968.571,70
ITBI	363.951,17
ISS	903.955,69
FPM	4.868.555,14
IRRF	490.235,30
ICMS	9.709.040,01
IPI	137.256,78
IPVA	1.266.767,18
ITR	28.899,58
Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	39.316,70
Receita da Dívida Ativa de Impostos	65.888,88
Multas e Juros de Mora de Impostos	53.176,05
(-) Descontos e Renúncia de Receita	-220.548,06
TOTAL	18.675.066,12

2 – ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE

Código Destinação Recursos	Especificação	Acumulado até o mês
0.1.02	Recursos Oriundos de Impostos - 21%	3.921.763,88
0.6.02	Superávit de exercício Anterior	61.235,25
0.2.02	Rendimentos de Aplicação de Recursos Próprios	21.236,16
0.2.12	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	66.844,90
0.6.012	Superávit de Taxa de Fisc. De Vigilância Sanitária	10.179,10
0.2.64.32	Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	165.788,93
0.6.64.32	Superávit - Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	32.179,68
0.2.66.33	Vigilância Sanitária	11.717,45
0.6.66.33	Superávit - Vigilância Sanitária	3.258,37
0.2.67.34	Farmácia Básica	35.791,24
0.6.67.34	Superávit - Farmácia Básica	3.033,70
0.2.66.35	Vigilância Epidemiológica	44.041,00
0.6.66.35	Superávit - Vigilância Epidemiológica	26.736,63
0.2.64.36	PACS	202.040,39
0.6.64.36	Superávit - PACS	18.440,09
0.2.64.37	PSF	236.061,25
0.6.64.37	Superávit - PSF	97,09
0.2.64.38	Saúde Bucal	25.401,99
0.6.64.38	Superávit - Saúde Bucal	5.380,92
0.2.21.39	Saúde da Família Estadual	43.298,63
0.6.21.39	Superávit - Estratégia Núcleo de Apoio à Saúde da Família	57.950,37
0.2.21.40	Farmácia Básica Estadual	25.038,13
0.6.21.40	Superávit - Farmácia Básica Estadual	7.719,27
0.2.64.76	PMAQ	148.541,95
0.6.64.76	Superávit - PMAQ	93,63

Código Destinação Recursos	Especificação	Acumulado até o mês
0.2.21.42	NASF Estadual	16.478,67
0.6.21.42	Superávit - NASF Estadual	28.347,65
0.2.64.82	NASF Federal	133.296,75
0.6.64.82	Superávit NASF Federal	38.334,76
0.2.23.43	Convênio - Ampliação UBS	141.970,93
0.6.23.43	Superávit Convênio - Ampliação UBS	179.317,39
0.2.64.78	PSE	74,40
0.6.64.78	Superávit - PSE	2.482,06
0.2.21.91	MAC - Exames Laboratoriais Estadual	78,85
0.6.21.91	Superávit - MAC - Exames Laboratoriais	3.575,70
0.2.65.92	MAC - Exames Laboratoriais Federal	45.945,32
0.6.65.92	Superávit MAC - Exames Laboratoriais Federal	13.692,77
0.2.88.00	Alienação de Bens Móveis	233,85
0.6.88.00	Superávit Alienação de Bens Móveis	4.336,00
0.2.21.93	Transferências SUS - Estado	203.748,58
	TOTAL	5.985.783,68

3 – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE

Código Fontes de Recursos	Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
0.1.02	21% das Receitas oriundas de Impostos	3.921.763,88	3.854.707,72	-67.056,16
0.6.02	Superávit de Rec. Oriundas de Impostos	61.235,25	7.940,68	-53.294,57
0.2.02	Rendimentos de Aplicação Próprios	21.236,16	13.053,99	-8.182,17
0.2.12	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	66.844,90	62.241,10	-4.603,80
0.6.012	Superávit de Taxa de Fisc. De Vig. Sanitária	10.179,10	7.341,30	-2.837,80
0.2.64.32	Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	165.788,93	81.982,23	-83.806,70
0.6.64.32	Superávit - Piso Atenção Básica - PAB Fixo	32.179,68	32.049,63	-130,05
0.2.66.33	Vigilância Sanitária	11.717,45	10.719,40	-998,05
0.6.66.33	Superávit - Vigilância Sanitária	3.258,37	2.883,00	-375,37
0.2.67.34	Farmácia Básica	35.791,24	32.039,90	-3.751,34
0.6.67.34	Superávit - Farmácia Básica	3.033,70	1.442,60	-1.591,10
0.2.66.35	Vigilância Epidemiológica	44.041,00	3.113,71	-40.927,29
0.6.66.35	Superávit - Vigilância Epidemiológica	26.736,63	12.383,08	-14.353,55
0.2.64.36	PACS	202.040,39	175.595,17	-26.445,22
0.6.64.36	Superávit - PACS	18.440,09	18.440,09	0,00
0.2.64.37	PSF	236.061,25	227.115,78	-8.945,47
0.6.64.37	Superávit - PSF	97,09	97,09	0,00
0.2.64.38	Saúde Bucal	25.401,99	8.340,78	-17.061,21
0.6.64.38	Superávit - Saúde Bucal	5.380,92	5.348,33	-32,59
0.2.21.39	Saúde da Família Estadual	43.298,63	9.561,40	-33.737,23
0.6.21.39	Superávit - Núcleo Apoio à Saúde da Família	57.950,37	47.313,83	-10.636,54
0.2.21.40	Farmácia Básica Estadual	25.038,13	20.022,32	-5.015,81
0.6.21.40	Superávit - Farmácia Básica Estadual	7.719,27	7.661,91	-57,36
0.2.64.76	PMAQ	148.541,95	145.799,81	-2.742,14
0.6.64.76	Superávit - PMAQ	93,63	93,63	0,00
0.2.21.42	NASF Estadual	16.478,67	19.296,40	2.817,73
0.6.21.42	Superávit - NASF Estadual	28.347,65	23.071,90	-5.275,75
0.2.64.82	NASF Federal	133.296,75	124.283,44	-9.013,31
0.6.64.82	Superávit NASF Federal	38.334,76	38.334,76	0,00

Código Fontes de Recursos	Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
0.2.23.43	Convênio - Ampliação UBS	141.970,93	286.453,52	144.482,59
0.6.23.43	Superávit Convênio - Ampliação UBS	179.317,39	152.220,34	-27.097,05
0.2.64.78	PSE	74,40	0,00	-74,40
0.6.64.78	Superávit - PSE	2.482,06	2.142,00	-340,06
0.2.21.91	MAC - Exames Laboratoriais Estadual	78,85	1.400,00	1.321,15
0.6.21.91	Superávit MAC - Exames Laboratoriais	3.575,70	1.300,00	-2.275,70
0.2.65.92	MAC - Exames Laboratoriais Federal	45.945,32	31.647,56	-14.297,76
0.6.65.92	Superávit MAC - Exames Lab. Federal	13.692,77	13.626,25	-66,52
0.2.88.00	Alienação de Bens Móveis	233,85	233,85	0,00
0.6.88.00	Superávit Alienação de Bens Móveis	4.336,00	4.336,00	0,00
0.2.21.93	Transferências SUS - Estado	203.748,58	112.607,56	-91.141,02
	TOTAL	5.985.783,68	5.598.242,06	-398.052,85

Despesas de Saúde com recursos de Impostos - 20,75%

Antônio Carlos, em 08 de Novembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito em Exercício

CARLICE B SCHMITZ
Contador

MARGARIDA L. SCHMITZ KRETZER
Secretário de Saúde

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO 0056/2016 - MECÂNICA GEMELI

CONTRATO Nº0056/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº0067/2016/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº0011/2016

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta – SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina E MECÂNICA GEMELI LTDA – ME, empresa privada, com CNPJ sob nº 05.453.882/0001-64, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo sócio WILLIAN GUSTAVO GEMELI, brasileiro, solteiro, portador do CPF sob nº 009.827.449/00 e CI sob nº 4.976.268, residente e domiciliado à Rua Albano Gemeli s/N, no Município de Arroio Trinta - SC e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo Processo Administrativo nº.../2016, Tomada de Preços Nº 0067/2016, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, consolidadas, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira – O objeto do presente Contrato, consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO DA SUSPENSÃO E CAÇAMBA (PEÇAS E SERVIÇOS MÃO DE OBRA) DO CAMINHÃO PLACA MGA 5914, FORD CARGO 2422 DE PROPRIEDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, de acordo com as especificações constantes do Edital Tomada de Preços nº0011/2016 da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, conforme relação abaixo:

1782 - MECANICA GEMELI LTDA - ME (05.453.882/0001-64)

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total.
1	25353 - Chapa peito de pomba 3/8 180 x 80	Un	4	25,00	100,00
2	25354 - Esfrega móvel suspespy DT	Un	2	55,00	110,00
3	25355 - Pino de centro 1/2 x 6	Un	2	20,00	40,00
4	25357 - Mig Corgan 20 CIL 50L 10m³ ONU 1956 gaz comprimido	m³	10	37,00	370,00
5	25358 - Pino Tref. 40mm x 580 mm	Un	1	70,00	70,00
6	25359 - Pino Tref. 50mm x 145 mm	Un	4	30,00	120,00
7	25360 - Bucha com graxas 3/8	Un	2	54,00	108,00
8	25361 - Bucha pino caçamba SR 45x68x70, bucha estabilizador	Un	2	55,00	110,00
9	25362 - Grampo mola 7/8 x 92 x 340 de aço 38 x 40	Un	2	40,00	80,00
10	25363 - Porca 3/4 dupla MA	Un	4	5,00	20,00
11	25364 - Cilindro hidráulico 7 x 850	Un	1	1.916,00	1.916,00
12	25365 - Chapa lisa ASTM A36 3/8 x 1500 x 6000	KG	480	6,90	3.312,00
13	25366 - Serviço mão de obra em alinhar chassi	Un	2	380,00	760,00
14	25367 - Serviço mão de obra em montagens	Un	1	1.800,00	1.800,00
Total					8.916,00

§ 1º - As peças e os serviços deverão ter garantia de no mínimo 03 (três) meses ou 300 (trezentas) horas;

§ 2º - O prazo de entrega do caminhão pronto para uso deverá ser de no máximo 20 (vinte) dias da homologação da licitação e poderá ser alterado nos casos previstos no art. 57, II, da lei federal nº 8.666/93 ou prorrogado através de termo aditivo;

§ 3º - A Prefeitura fará a entrega e a retirada do caminhão na sede da Empresa vencedora, onde serão realizados os serviços, sendo que o responsável pela Secretaria Municipal de Infraestrutura fará a conferência dos serviços realizados.

§ 4º - Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, correrão por conta da proponente vencedora.

Cláusula Segunda – Os serviços serão realizados na sede da Contratada, localizada na Rua Felix Spricigo, Centro, Arroio Trinta – SC, conforme especificado no Edital Tomada de Preços nº0011/2016, encaminhado pelo Município de Arroio Trinta pelo preço estabelecido na proposta da vencedora.

Cláusula Terceira – Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$ 8.916,00 (OITO MIL NOVECIENTOS E DEZESSEIS REAIS), com base nos preços apresentados na licitação.

§1º - A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

§ 2º - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

Cláusula Quarta – O prazo de entrega do caminhão pronto para uso deverá ser de no máximo 20 (vinte) dias da homologação da licitação iniciando-se em 17 de novembro de 2016 e findando em 06 de dezembro de 2016. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

Cláusula Quinta – A Despesa deste Contrato correrá a conta dos elementos de despesas relativo ao exercício de 2016, conforme segue:

88 - 1 . 2010 . 26 . 782 . 23 . 2.43 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

Parágrafo único – O pagamento pela aquisição do objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária, em até 5 (cinco) dias após a entrega do caminhão com as devidas recuperações da suspensão e da caçamba, acompanhadas das respectivas Notas Fiscais/Faturas, apresentadas na tesouraria da Prefeitura.

Cláusula Sexta – A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único – A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas, ou seja, serviços de boa qualidade.

Cláusula Sétima - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a Contratada às sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

Cláusula Oitava – A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 20% (vinte por cento) do valor global contratado.

Cláusula Nona – O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba à Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

Cláusula Décima – O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

Cláusula Décima Primeira – A Contratada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes com a prestação de serviços, com os materiais, os aparelhos e equipamentos necessários ao bom e perfeito resultado dos mesmos. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º – Os danos e os prejuízos serão ressarcidos à Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada sob pena de multa.

§ 2º – A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 3º – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º – A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda - O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do Edital de Tomada de Preços nº 0017/2016, obrigando-se à Contratada em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cláusula Décima Terceira - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Videira, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 (três) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 17 de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

MECÂNICA GEMELI LTDA – ME
CNPJ 05.453.882/0001-64
WILLIAN GUSTAVO GEMELI,
CPF nº 009.827.449/00
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF – 000.077.349-2

CONTRATO Nº 0056/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0067/2016
TOMADA DE PREÇOS Nº 0017/2016
CONTRATADA: MECÂNICA GEMELI
OBJETO: RECUPERAÇÃO DE CAÇAMBA
VALOR MENSAL: R\$8.916,00

CONTRATO Nº 0005/2016 - ELEJECAL ELEVADORES LTDA
CONTRATO DE MANUTENÇÃO

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede na Rua Francisco Nava, nº 57, na cidade de Arroio Trinta, estado de Santa Catarina, denominada simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADA: ELEJECAL ELEVADORES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Monte Castelo/SC e endereços comerciais na Rua Estrada Geral Rodeio Grande, inscrita no CNPJ sob nº 16.695.283/0001/73 e com IE sob nº 25.712.242-7, neste ato representada pelo seu sócio proprietário Sr. Leandro Lisboa, portador do CPF nº 024.861.060-06, residente e domiciliado na cidade de Monte Castelo/SC, com endereço na Rua Estrada Geral Rodeio Grande, adiante, denominada, simplesmente, CONTRATADA.

As partes acima identificadas têm, entre si justo e acertado e presente Contrato de Manutenção de Elevador, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

CLÁUSULA I - O presente contrato tem como objeto, a manutenção preventiva realizada pela CONTRATADA, de 01 Elevador Elétrico 03 Paradas, Modelo Social instalado no Posto de Saúde de Arroio Trinta/SC.

CLÁUSULA II - Para realizar a manutenção do elevador, a CONTRATADA realizará os seguintes serviços mensalmente: vistoriar os equipamentos da casa de máquina, poço e pavimento, especialmente relacionados com a segurança, reparos a fim de proporcionar funcionamento eficiente seguro e econômico realizando a manutenção adequada, lubrificação, limpeza, verificação de componentes eletrônicos e se necessário ajusta-los.

CLÁUSULA III – A CONTRATADA se responsabiliza pelo fornecimento dos materiais necessários ao serviço.

CLÁUSULA IV – Em se necessitando de reposição de peças, o fornecimento delas será de responsabilidade da CONTRATADA durante o período de garantia do elevador, que durará 12 meses, após este período a responsabilidade com os custos no fornecimento da peças será da CONTRATANTE.

CLÁUSULA V: A CONTRATANTE se responsabiliza pelas condições necessárias para a perfeita realização dos serviços, permitindo o acesso ao elevador, e a outros lugares onde se faça necessário estar para a manutenção.

CLÁUSULA VI: A CONTRATANTE se responsabiliza a não permitir que pessoas não autorizadas entrem em contato com o local onde está localizado o maquinário do elevador.

CLÁUSULA VII: A CONTRATANTE deverá comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer defeito ou problema detectado na estrutura ou no funcionamento do elevador.

CLÁUSULA VIII: A CONTRATANTE se compromete a cumprir todas as recomendações dadas pela CONTRATADA, a fim de que possa manter tempo o equipamento em perfeito estado de uso.

CLÁUSULA IX: A CONTRATADA se responsabiliza por atender a qualquer chamado da CONTRATANTE em virtude de problemas técnicos no elevador, durante o expediente de serviço, que vai de 08:00 às 18:00, disponibilizando também o plantão 24horas, fica expresso a responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA X: A CONTRATANTE se responsabilizará pelos acidentes que não sejam decorrentes de falhas ou omissões atribuídas à CONTRATADA, assim como os decorrentes de caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA XI: Pela prestação dos serviços contratados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a quantia mensal o valor de R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais), através de boleto bancário junto ao Banco do Brasil S/A, Agência 2323-X, Conta Corrente 10.755-7, representado pelo nome da CONTRATADA, este valor será reajustado anualmente.

CLÁUSULA XII: O presente contrato será rescindido caso uma das partes não cumpra o estabelecido nas cláusulas desse instrumento, estando o serviço interrompido, além de ser aplicada a multa de 50% das mensalidades restantes para o término do prazo contratual.

CLÁUSULA XIV: O presente instrumento também poderá ser rescindido por qualquer uma das partes, desde que a outra seja avisada com um mês de antecedência.

CLÁUSULA XV: O presente contrato terá o prazo de 01 (um) ano, iniciando-se a partir da data da assinatura pelas partes, não sendo rescindido será validado consecutivamente de ano em ano.

CLÁUSULA XVI: Fica eleito o Foro da Comarca de Videira, estado de Santa Catarina, para exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim certos e contratados, firma as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
Monte Castelo/SC, 22 de Setembro de 2016.

CONTRATANTE CONTRATADA

FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE ARROIO TRINTA ELEJECAL ELEVADORES LTDA

TERMO ADITIVO Nº 0001/2016 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
TERMO ADITIVO N.º 0001/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE DELEGAÇÃO ORÇAMENTARIA

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CONTRATADO:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
CONTRATO:	0001/2015 e TERMO ADITIVO 001/2015
OBJETO:	Entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE na modalidade de aplicação 72 (Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos) para pagamento das despesas de Projetos e Ações do Programa de de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, especificamente para despesas com a Manutenção da Iluminação Pública – MIP.
VIGÊNCIA:	02/01/2015 A 31/12/2016

Art. 1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais e Contratuais, ajustam e contratam de comum acordo a alteração na Cláusula Terceira acrescendo o valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

Art. 2º - Altera no item 4.2 da cláusula passando os valores das parcelas para o ano de 2016 conforme tabela abaixo:

Tabela 01

EXERCÍCIO	PARCELA	VALOR DA PARCELA		TOTAL
		MATERIAL (3.3.72.30)	SERVIÇO (3.3.72.39)	
2016	1	1.100,00	1.200,00	2.300,00
2016	2	1.963,87	3.836,70	5.800,57
2016	3	2.253,47	2.452,94	4.706,41
2016	4	1.226,66	1.386,78	2.613,44
2016	5	1.100,00	1.200,00	2.300,00
2016	6	1.100,00	1.200,00	2.300,00
2016	7	1.100,00	1.200,00	2.300,00
2016	8*	1.100,00	1.528,98	2.628,98
2016	9*	2.256,00	394,60	2.650,60
Total				27.600,00

As parcelas de 1 e 7 já foram pagas

(*) Parcelas ainda não pagas

Tabela 02

EXERCÍCIO	PARCELA	VALOR DA PARCELA		TOTAL
		MATERIAL (3.3.72.30)	SERVIÇO (3.3.72.39)	
2016	1	5.720,00	7.280,00	13.000,00
Total				13.000,00

Art. 3º Altera a classificação orçamentária na clausula oitava do exercício de 2016.

Classificação	Denominação/Valor		
2000	CHEFIA DO EXECUTIVO		
2000.2002	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
2000.2002.04.122.25.2.48.1	CONTRIBUIÇÃO A CONSÓRCIO		
3.3.72.30	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos/Material de consumo	R\$	18.920,00
3.3.72.39	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos/Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$	21.680,00
TOTAL		R\$	40.600,00

E por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Arroio Trinta (SC), 10 de novembro de 2016.

Município de Arroio Trinta ALCIDIR FELCHILCHER Prefeito Municipal	Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA GILBERTO AMARO COMAZZETTO Presidente do CIMCATARINA
---	--

Testemunhas:

EVERTON CAMPAGNIN
CPF: 715.611.619-34

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

Atalanta

PREFEITURA

CHAMADA PUBLICA 1/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 1/2016

CADASTRO DE FORNECEDORES PARA AGRICULTURA FAMÍLIAR

A Prefeitura Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, torna público no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art. 21, da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 15/07/2009, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, Prefeitura Municipal de Atalanta, SC, durante o período de 29 de novembro a 14 de dezembro de 2016, com finalidade de apresentar Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e habilitação dos fornecedores. Atalanta, 29 de novembro de 2016.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTARIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALENARIO PICARRAS

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Setembro a Outubro (b)	%(b/a)	Até Outubro (c)	%(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	89.400.000,00	89.400.000,00	11.879.639,48	13,29	64.483.197,43	72,13	24.916.802,57
RECEITAS CORRENTES	63.202.102,89	63.202.102,89	10.588.496,43	16,75	62.340.950,25	98,64	861.152,64
RECEITA TRIBUTÁRIA	16.615.000,00	16.615.000,00	2.202.672,16	13,26	15.862.176,12	95,47	752.823,88
Impostos	14.610.000,00	14.610.000,00	1.895.912,51	12,98	13.624.653,24	93,26	985.346,76
Taxas	1.905.000,00	1.905.000,00	306.759,65	16,10	2.237.522,88	117,46	(332.522,88)
Contribuição de Melhoria	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.378.000,00	3.378.000,00	625.821,17	18,53	3.217.319,86	95,24	160.680,14
Contribuições Sociais	1.128.000,00	1.128.000,00	241.201,28	21,38	1.037.670,28	91,99	90.329,72
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	2.250.000,00	2.250.000,00	384.619,89	17,09	2.179.649,58	96,87	70.350,42
RECEITA PATRIMONIAL	2.046.871,92	2.046.871,92	932.150,34	45,54	5.655.084,72	276,28	(3.608.212,80)
Receitas Imobiliárias	15.109,88	15.109,88	760,00	5,03	5.140,00	34,02	9.969,88
Receitas de Valores Mobiliários	2.031.762,04	2.031.762,04	931.390,34	45,84	5.649.944,72	278,08	(3.618.182,68)
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	660.229,53	660.229,53	27.815,04	4,21	2.134.368,18	323,28	(1.474.138,65)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	37.112.747,44	37.112.747,44	6.490.653,48	17,49	33.251.208,81	89,60	3.861.538,63
Transferências Intergovernamentais	36.727.916,41	36.727.916,41	6.396.976,43	17,42	32.901.155,44	89,58	3.826.760,97
Transferências de Instituições Privadas	22.050,00	22.050,00	3.800,00	17,23	19.000,00	86,17	3.050,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	4.000,00	4.000,00	805,12	20,13	805,12	20,13	3.194,88
Transferências de Convênios	358.781,03	358.781,03	89.071,93	24,83	330.248,25	92,05	28.532,78
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.389.254,00	3.389.254,00	309.384,24	9,13	2.220.792,56	65,52	1.168.461,44
Multas e Juros de Mora	674.000,00	674.000,00	112.883,15	16,75	468.364,63	69,49	205.635,37
Indenizações e Restituições	25.218,60	25.218,60	12.241,47	48,54	71.442,99	283,29	(46.224,39)
Receita da Dívida Ativa	2.660.190,00	2.660.190,00	193.015,68	7,26	1.637.650,41	61,56	1.022.539,59
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	29.845,40	29.845,40	(8.756,06)	(29,34)	43.334,53	145,20	(13.489,13)
RECEITAS DE CAPITAL	26.197.897,11	26.197.897,11	1.291.143,05	4,93	2.142.247,18	8,18	24.055.649,93
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.556.400,00	10.556.400,00	1.167.244,42	11,06	1.447.476,39	13,71	9.108.923,61
Operações de Crédito Internas	10.556.400,00	10.556.400,00	1.167.244,42	11,06	1.447.476,39	13,71	9.108.923,61
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	194,00	194,00	31,66	16,32	126,64	65,28	67,36
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15.641.303,11	15.641.303,11	123.866,97	0,79	694.644,15	4,44	14.946.658,96
Transferências Intergovernamentais	2.857.377,04	2.857.377,04	941,97	0,03	209.750,40	7,34	2.647.626,64
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	12.783.926,07	12.783.926,07	122.925,00	0,96	484.893,75	3,79	12.299.032,32
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.160.000,00	2.160.000,00	533.250,28	24,69	2.404.132,41	111,30	(244.132,41)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	91.560.000,00	91.560.000,00	12.412.889,76	13,56	66.887.329,84	73,05	24.672.670,16
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	91.560.000,00	91.560.000,00	12.412.889,76	13,56	66.887.329,84	73,05	24.672.670,16
DEFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	91.560.000,00	91.560.000,00	12.412.889,76	13,56	66.887.329,84	73,05	24.672.670,16
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	7.980.699,74	0,00	0,00	5.721.158,18	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	7.980.699,74	0,00	0,00	5.721.158,18	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO PICARRAS

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até Outubro (j)
			Setembro à Outubro	Até Outubro (f)		Setembro à Outubro	Até Outubro (h)		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.) (VIII)	89.252.000,00	101.307.313,74	8.692.521,87	71.275.580,66	30.031.733,08	12.749.400,56	60.469.964,39	40.837.349,35	59.242.895,36
DESPESAS CORRENTES	54.957.111,14	65.146.265,00	8.704.416,53	58.697.213,90	6.449.051,10	10.895.735,00	55.222.632,29	9.923.632,71	54.007.586,65
Pessoal e Encargos Sociais	38.808.100,00	40.225.246,77	7.580.148,43	35.799.008,05	4.426.238,72	7.581.237,30	35.799.008,05	4.426.238,72	35.358.992,01
Juros e Encargos da Dívida	385.400,00	355.400,00	18.000,00	353.741,80	1.658,20	55.905,75	281.091,79	74.308,21	255.520,98
Outras Despesas Correntes	15.763.611,14	24.565.618,23	1.106.268,10	22.544.464,05	2.021.154,18	3.258.591,95	19.142.532,45	5.423.085,78	18.393.073,66
DESPESAS DE CAPITAL	32.873.768,86	34.739.928,74	(11.894,66)	12.578.366,76	22.161.561,98	1.853.665,56	5.247.332,10	29.492.596,64	5.235.308,71
Investimentos	32.495.368,86	34.466.528,74	(11.894,66)	12.354.652,04	22.111.876,70	1.831.964,80	5.088.415,38	29.378.113,36	5.087.278,11
Inversões Financeiras	100.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
Amortização da Dívida	278.400,00	248.400,00	0,00	223.714,72	24.685,28	21.700,76	158.916,72	89.483,28	148.030,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	1.371.120,00	1.371.120,00	0,00	0,00	1.371.120,00	0,00	0,00	1.371.120,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.308.000,00	2.852.836,11	532.215,70	2.634.310,45	218.525,66	549.608,35	2.567.850,18	284.985,93	2.288.176,90
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	91.560.000,00	104.160.149,85	9.224.737,57	73.909.891,11	30.250.258,74	13.299.008,91	63.037.814,57	41.122.335,28	61.531.072,26
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	91.560.000,00	104.160.149,85	9.224.737,57	73.909.891,11	30.250.258,74	13.299.008,91	63.037.814,57	41.122.335,28	61.531.072,26
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	3.849.515,27	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	91.560.000,00	104.160.149,85	9.224.737,57	73.909.891,11	30.250.258,74	13.299.008,91	66.887.329,84	37.272.820,01	61.531.072,26

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Setembro à Outubro (b)	%(b/a)	Até Outubro (c)	%(c/a)	
RECEITAS CORRENTES	2.160.000,00	2.160.000,00	533.250,28	24,69	2.404.132,41	111,30	(244.132,41)
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.160.000,00	2.160.000,00	533.250,28	24,69	2.404.132,41	111,30	(244.132,41)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.160.000,00	2.160.000,00	533.250,28	24,69	2.404.132,41	111,30	(244.132,41)
Contribuições Sociais	2.160.000,00	2.160.000,00	533.250,28	24,69	2.404.132,41	111,30	(244.132,41)
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Aportes Periódicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.160.000,00	2.160.000,00	533.250,28	24,69	2.404.132,41	111,30	(244.132,41)

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até Outubro (j)
			Setembro à Outubro	Até Outubro (f)		Setembro à Outubro	Até Outubro (h)		
DESPESAS CORRENTES	2.209.600,00	2.754.436,11	532.215,70	2.535.910,45	218.525,66	541.408,35	2.494.050,18	260.385,93	2.222.576,90
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.160.000,00	2.644.836,11	532.215,70	2.426.310,45	218.525,66	532.215,70	2.415.500,19	229.335,92	2.153.219,56
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	49.600,00	109.600,00	0,00	109.600,00	0,00	9.192,65	78.549,99	31.050,01	69.357,34
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	98.400,00	98.400,00	0,00	98.400,00	0,00	8.200,00	73.800,00	24.600,00	65.600,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	98.400,00	98.400,00	0,00	98.400,00	0,00	8.200,00	73.800,00	24.600,00	65.600,00
TOTAL	2.308.000,00	2.852.836,11	532.215,70	2.634.310,45	218.525,66	549.608,35	2.567.850,18	284.985,93	2.288.176,90

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO PICARRAS

Data Emissão: 29/nov/2016

Hora de emissão: 23h e 37m

Notas:

LEONEL JOSE MARTINS
Prefeito Municipal

ANA LUCIA WILVERT
Secretaria de Administração e Fazenda

SILVANA DALLAGNOL
Especialista em Finanças
CRC/SC 025983/0-0

ANEXO 12 - DEM. SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO PICARRAS
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária Dem. da Rec. de Impostos
 Líquida e das Desp. Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Outubro 2016 (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I)	17.097.190,00	17.097.190,00	15.028.857,50	87,90
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	6.800.000,00	6.800.000,00	6.966.789,81	102,45
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	3.930.000,00	3.930.000,00	3.090.704,07	78,64
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.580.000,00	2.580.000,00	2.329.838,61	90,30
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.300.000,00	1.300.000,00	1.237.320,75	95,18
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos	67.000,00	67.000,00	77.442,72	115,59
Dívida Ativa dos Impostos	2.100.190,00	2.100.190,00	1.085.611,15	51,69
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	320.000,00	320.000,00	241.150,39	75,36
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	22.100.700,00	22.100.700,00	17.665.983,33	79,93
Cota-Parte FPM	12.960.000,00	12.960.000,00	9.737.110,32	75,13
Cota-Parte ITR	4.700,00	4.700,00	22.159,82	471,49
Cota-Parte IPVA	1.760.000,00	1.760.000,00	1.690.486,09	96,05
Cota-Parte ICMS	7.240.000,00	7.240.000,00	6.105.188,19	84,33
Cota-Parte IPI-Exportação	106.000,00	106.000,00	86.314,41	81,43
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	30.000,00	30.000,00	24.724,50	82,42
Desoneração ICMS (LC 87/96)	30.000,00	30.000,00	24.724,50	82,42
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	39.197.890,00	39.197.890,00	32.694.840,83	83,41

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Outubro 2016 (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	4.069.988,48	4.069.988,48	4.204.093,33	103,29
Provenientes da União	3.612.168,48	3.612.168,48	3.563.577,86	98,65
Provenientes dos Estados	437.820,00	437.820,00	462.756,00	105,70
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	20.000,00	20.000,00	177.759,47	888,80
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	111.500,00	111.500,00	280.297,69	251,39
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	4.181.488,48	4.181.488,48	4.484.391,02	107,24

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Outubro (f)	% (f/e) x 100	Até Outubro (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	13.723.617,95	16.099.976,02	14.773.850,91	91,76	13.830.696,96	85,91
Pessoal e Encargos Sociais	10.576.900,00	10.955.263,07	9.984.879,86	91,14	9.984.879,86	91,14
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.146.717,95	5.144.712,95	4.788.971,05	93,09	3.845.817,10	74,75
DESPESAS DE CAPITAL	107.000,00	410.137,76	326.246,65	79,55	269.788,82	65,78
Investimentos	107.000,00	410.137,76	326.246,65	79,55	269.788,82	65,78
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	13.830.617,95	16.510.113,78	15.100.097,56	91,46	14.100.485,78	85,41



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO PICARRAS
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária Dem. da Rec. de Impostos
 Líquida e das Desp. Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Outubro (h)	% (h/IVf)x 100	Até Outubro (i)	% (i/IVg)x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	7.463,35	0,05	7.463,35	0,05
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.659.988,48	6.462.259,14	5.884.186,66	38,97	5.387.091,48	38,21
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	4.069.988,48	5.759.648,57	5.258.697,09	34,83	4.812.101,43	34,13
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	590.000,00	702.610,57	625.489,57	4,14	574.990,05	4,08
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			0,00	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	4.659.988,48	6.462.259,14	5.891.650,01	39,02	5.394.554,83	38,26
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	9.170.629,47	10.047.854,64	9.208.447,55	60,98	8.705.930,95	61,74
TOTAL GERAL						

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%)	26,63
---	-------

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15 x IIIb) / 100]	3.801.704,83
--	--------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	151.069,45	37.614,42	94.384,16	19.070,87	151.069,45
Total	151.069,45	37.614,42	94.384,16	19.070,87	151.069,45

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	SALDO FINAL (Não Aplicado)
Restos Cancelados	37.614,42	-	37.614,42



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO PICARRAS
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária Dem. da Rec. de Impostos
 Líquida e das Desp. Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	SALDO FINAL (Não Aplicado)
	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Outubro (l)	% (l/ total l) x 100	Até Outubro (m)	% (m/ total m) x 100
Atenção Básica	11.053.546,67	12.771.722,24	11.759.688,95	77,81	11.268.420,42	79,85
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.373.960,72	2.115.570,66	1.859.651,45	12,30	1.494.411,18	10,59
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	300.000,00	380.380,81	281.595,41	1,86	269.742,55	1,91
Vigilância Epidemiológica	271.110,56	353.199,85	314.804,94	2,08	287.901,72	2,04
Alimentação e Nutrição	843.500,00	903.247,97	897.510,87	5,94	790.679,31	5,60
Outras Subfunções	0,00	(0,00)	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	13.842.117,95	16.524.121,53	15.113.251,62	100,00	14.111.155,18	100,00

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO PICARRAS Data Emissão: 29/nov/2016 Hora de emissão: 21h e 59m

Notas:

- Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
- Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- No último bimestre, será utilizada a fórmula: $[V(h+i) - (15 \times IIb)/100]$.

LEONEL JOSE MARTINS
Prefeito Municipal

ANA LUCIA WILVERT
Secretaria de Administração e
Fazenda

SILVANA DALLAGNOL
Especialista em Finanças
CRC/SC 025983/0-0

FABIANE ENGELMANN
QUINTINO
CONTADORA CRC/SC 025.153/
O-7

ANEXO 2 - DEM. FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO PICARRAS
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

REO - Anexo 2(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e) = (a-d)
			Setembro a Outubro	Até Outubro (b)		Setembro a Outubro	Até Outubro (d)	
				% (b) / tot (b)			% (d) / tot (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇ.)	89.252.000,00	101.307.313,74	8.692.521,87	96,44	30.031.733,08	12.749.400,56	60.469.964,39	40.837.349,35
Legislativa	3.191.000,00	3.175.000,00	422.625,68	3,38	677.397,01	493.773,54	2.383.653,88	791.346,12
Ação Legislativa	3.191.000,00	3.175.000,00	422.625,68	3,38	677.397,01	493.773,54	2.383.653,88	791.346,12
Judiciária	1.766.049,15	1.577.949,15	87.403,51	0,90	909.323,24	88.257,69	665.645,91	912.303,24
Defesa do Interesse Público no Processo Judicial	1.766.049,15	1.577.949,15	87.403,51	0,90	909.323,24	88.257,69	665.645,91	912.303,24
Administração	5.114.838,94	5.526.185,94	386.771,65	5,05	1.794.271,70	576.850,01	3.332.435,21	2.193.750,73
Administração Geral	4.974.838,94	5.419.185,94	372.330,11	4,94	1.769.231,90	559.808,47	3.252.075,01	2.167.110,93
Controle Interno	140.000,00	107.000,00	14.441,54	0,11	25.039,80	16.041,54	80.360,20	26.639,80
Segurança Pública	6.277.000,00	6.554.014,69	70.880,02	0,48	6.199.218,14	48.695,28	296.126,71	6.257.887,98
Defesa Civil	6.277.000,00	6.554.014,69	70.880,02	0,48	6.199.218,14	48.695,28	296.126,71	6.257.887,98
Assistência Social	1.906.825,15	2.146.887,68	224.105,23	2,03	644.287,68	306.987,16	1.364.441,28	782.446,40
Assistência à Criança e ao Adolescente	150.450,00	230.250,00	1.232,00	0,16	115.083,97	33.638,60	78.578,94	151.671,06
Assistência Comunitária	1.756.375,15	1.916.637,68	222.873,23	1,88	529.203,71	273.348,56	1.285.862,34	630.775,34
Previdência Social	4.377.200,00	4.437.200,00	555.661,55	3,85	1.591.595,66	573.713,63	2.765.859,47	1.671.340,53
Previdência do Regime Estatutário	4.377.200,00	4.437.200,00	555.661,55	3,85	1.591.595,66	573.713,63	2.765.859,47	1.671.340,53
Saúde	13.344.217,95	15.979.821,53	2.588.622,20	19,80	1.347.772,12	3.056.559,41	13.629.952,97	2.349.868,56
Atenção Básica	10.661.746,67	12.371.622,24	1.893.843,29	15,39	983.762,93	2.313.870,60	10.886.590,78	1.485.031,46
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.292.960,72	2.014.570,66	530.439,48	2,43	217.117,78	456.651,25	1.432.212,61	582.356,05
Vigilância Sanitária	276.900,00	344.180,81	54.036,87	0,34	96.225,22	62.273,99	236.102,73	108.078,08
Vigilância Epidemiológica	269.110,56	346.189,85	55.434,88	0,42	34.929,09	57.512,15	284.367,54	61.832,31
Alimentação e Nutrição	84.350,00	903.247,97	54.867,68	1,21	5.737,10	166.734,42	790.679,31	112.568,66
Educação	22.270.885,83	27.361.623,19	3.523.106,49	31,48	4.094.928,39	4.063.300,57	21.367.325,35	5.994.297,84
Ensino Fundamental	13.828.193,33	17.478.955,73	2.358.615,64	19,13	3.340.794,66	2.701.628,90	13.818.208,87	3.660.746,86
Ensino Médio	78.315,39	167.691,88	0,00	0,11	29.417,82	27.000,00	77.784,88	29.907,00
Ensino Superior	68.000,00	161.000,00	0,00	0,19	20.762,10	53.788,00	137.708,00	23.292,00
Educação Infantil	8.097.677,11	9.415.698,78	1.164.490,85	11,85	655.106,01	1.244.275,28	7.230.105,69	2.185.593,09
Educação de Jovens e Adultos	95.500,00	70.500,00	0,00	0,06	27.509,20	15.694,05	33.384,45	37.115,55
Educação Especial	102.900,00	127.776,80	0,00	0,14	21.338,60	20.914,34	70.133,46	57.643,34
Cultura	858.000,00	882.188,95	22.455,77	1,09	78.072,24	71.882,44	736.443,11	145.745,84
Diffusão Cultural	858.000,00	882.188,95	22.455,77	1,09	78.072,24	71.882,44	736.443,11	145.745,84
Urbanismo	23.564.028,93	25.093.147,49	492.310,44	19,51	10.677.001,11	2.370.593,08	8.764.257,19	16.328.890,30
Infra-Estrutura Urbana	17.802.773,09	18.113.962,14	95.824,46	10,27	10.521.953,23	1.346.313,19	2.676.300,67	15.437.651,47
Serviços Urbanos	5.761.255,84	6.379.195,35	396.485,98	9,23	155.047,88	1.024.279,89	6.087.956,52	891.238,83
Habituação	51.900,00	119.310,74	67.410,74	0,11	40.126,25	69.343,35	74.695,99	44.614,75
Habitacao Urbana	51.900,00	119.310,74	67.410,74	0,11	40.126,25	69.343,35	74.695,99	44.614,75
Saneamento	2.337.964,57	3.897.907,16	51.716,69	3,48	1.323.907,45	511.897,62	1.580.400,50	2.317.506,66
Saneamento Básico Urbano	2.337.964,57	3.897.907,16	51.716,69	3,48	1.323.907,45	511.897,62	1.580.400,50	2.317.506,66
Gestão Ambiental	0,00	60.000,00	0,00	0,07	7.186,59	37.833,41	52.813,41	7.186,59
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	60.000,00	0,00	0,07	7.186,59	37.833,41	52.813,41	7.186,59
Agricultura	542.000,00	797.637,74	65.177,44	1,01	51.871,58	152.121,26	643.618,47	154.019,27
Extensão Rural	542.000,00	797.637,74	65.177,44	1,01	51.871,58	152.121,26	643.618,47	154.019,27
Comércio e Serviços	1.310.789,48	1.350.089,48	66.607,49	1,46	270.957,96	98.801,81	980.822,59	369.266,89
Turismo	1.310.789,48	1.350.089,48	66.607,49	1,46	270.957,96	98.801,81	980.822,59	369.266,89
Desporto e Lazer	1.006.800,00	1.075.550,00	49.666,97	1,12	248.472,48	88.357,28	784.247,50	291.302,50
Desporto Comunitário	1.006.800,00	1.075.550,00	49.666,97	1,12	248.472,48	88.357,28	784.247,50	291.302,50
Encargos Especiais	1.282.800,00	1.222.800,00	18.000,00	1,62	25.343,48	141.433,02	1.047.224,85	175.575,15
Serviço da Divisão Interna	662.800,00	602.800,00	18.000,00	0,78	25.343,48	77.606,51	440.008,51	162.791,49
Outras Transferências	620.000,00	620.000,00	0,00	0,84	0,00	63.826,51	607.216,34	12.783,66
Reserva de Contingência	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO PICARRAS

Relatório Resumido da Execução Orçamentária Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 2(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e) = (a-d)
			Setembro a Outubro	Até Outubro (b)		Setembro a Outubro	Até Outubro (d)	
Reserva de contingência	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00

Despesa Intra-Orçamentária

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e) = (a-d)
			Setembro a Outubro	Até Outubro (b)		Setembro a Outubro	Até Outubro (d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇ.) (II)		2.852.836,11	532.215,70	2.634.310,45	218.825,66	549.008,35	2.567.850,18	284.985,93
Legislativa	2.308.000,00	18.000,00	0,00	12.319,84	5.680,16	0,00	3.465,69	14.534,31
Acao Legislativa	2.000,00	18.000,00	0,00	12.319,84	5.680,16	0,00	3.465,69	14.534,31
Judiciária	27.000,00	19.000,00	3.066,22	13.754,49	5.245,51	3.066,22	13.754,49	5.245,51
Defesa do Interesse Público no Pro	27.000,00	19.000,00	3.066,22	13.754,49	5.245,51	3.066,22	13.754,49	5.245,51
Administração	232.000,00	217.400,00	41.390,41	186.332,25	31.067,75	41.390,41	185.007,90	32.392,10
Administracao Geral	232.000,00	217.400,00	41.390,41	186.332,25	31.067,75	41.390,41	185.007,90	32.392,10
Controle Interno	1.000,00	6.000,00	994,60	181.804,46	29.595,54	40.395,81	180.480,11	30.919,89
Seguranca Publica	100,00	100,00	0,00	4.527,79	1.472,21	994,60	4.527,79	1.472,21
Defesa Civil	100,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00
Assistencia Social	85.100,00	95.000,00	16.240,48	74.947,59	20.052,41	16.240,48	74.947,59	20.052,41
Assistencia Comunitária	85.100,00	95.000,00	16.240,48	74.947,59	20.052,41	16.240,48	74.947,59	20.052,41
Previdencia Social	800,00	800,00	0,00	0,00	800,00	0,00	0,00	800,00
Previdencia do Regime Estatutário	800,00	800,00	0,00	0,00	800,00	0,00	0,00	800,00
Saude	497.900,00	544.300,00	104.964,59	481.202,21	63.097,79	104.964,59	481.202,21	63.097,79
Atencao Basica	391.800,00	401.000,00	80.899,86	381.829,64	18.270,36	80.899,86	381.829,64	18.270,36
Assistencia Hospitalar e Ambulatori	81.000,00	101.000,00	14.783,41	62.198,57	38.801,43	14.783,41	62.198,57	38.801,43
Vigilancia Sanitária	23.100,00	36.200,00	7.632,14	33.639,82	2.560,18	7.632,14	33.639,82	2.560,18
Vigilancia Epidemiológica	2.000,00	7.000,00	1.649,18	3.534,18	3.465,82	1.649,18	3.534,18	3.465,82
Educacao	1.138.100,00	1.567.236,11	329.250,01	1.492.682,56	74.553,55	329.250,01	1.492.682,56	75.185,31
Ensino Fundamental	678.000,00	982.000,00	200.922,90	910.219,74	71.780,26	200.922,90	910.219,74	71.780,26
Educacao Infantil	459.900,00	585.036,11	128.327,11	582.462,82	2.673,29	128.327,11	581.831,06	3.205,05
Educacao de Jovens e Adultos	100,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00
Educacao Especial	100,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00
Cultura	200,00	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	200,00
Difusao Cultural	200,00	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	200,00
Urbanismo	157.500,00	163.500,00	34.120,89	150.474,50	13.025,50	34.120,89	150.474,50	13.025,50
Infra-Estrutura Urbana	17.500,00	23.500,00	4.719,38	21.396,26	2.103,74	4.719,38	21.396,26	2.103,74
Servicos Urbanos	140.000,00	140.000,00	29.401,51	129.078,24	10.921,76	29.401,51	129.078,24	10.921,76
Habitacao	100,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00
Habitacao Urbana	100,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00
Saneamento	300,00	300,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,00	300,00
Saneamento Básico Urbano	300,00	300,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,00	300,00
Agricultura	12.000,00	12.000,00	2.360,24	10.814,15	1.185,85	2.360,24	10.814,15	1.185,85
Extensao Rural	12.000,00	12.000,00	2.360,24	10.814,15	1.185,85	2.360,24	10.814,15	1.185,85
Comercio e Servicos	900,00	900,00	0,00	0,00	900,00	0,00	0,00	900,00
Turismo	900,00	900,00	0,00	0,00	900,00	0,00	0,00	900,00
Desporto e Lazer	6.000,00	6.000,00	822,86	3.782,86	2.217,14	822,86	3.782,86	2.217,14
Desporto Comunitário	6.000,00	6.000,00	822,86	3.782,86	2.217,14	822,86	3.782,86	2.217,14
Encargos Especiais	148.000,00	208.000,00	0,00	208.000,00	0,00	17.392,65	152.349,99	55.650,01
Servico da Dívida Interna	148.000,00	208.000,00	0,00	208.000,00	0,00	17.392,65	152.349,99	55.650,01
TOTAL (III) = (I + II)	91.560.000,00	104.160.149,85	9.224.737,57	73.909.891,11	30.250.258,74	13.299.008,91	63.037.814,57	41.122.335,28



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO PICARRAS
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

FONTE: Sistema Alenda.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO PICARRAS

Data Emissão: 29/nov/2016

Hora de emissão: 23h e 44m

Notas:

LEONEL JOSE MARTINS
Prefeito Municipal

ANA LUCIA WILVERT
Secretaria de Administração e Fazenda

SILVANA DALLAGNOL
Especialista em Finanças
CRC/SC 025983/0-0

ANEXO 8 - DEM. EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PICARRAS
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento
 do Ensino - MDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

RECEITAS DE ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Outubro (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	17.097.190,00	17.097.190,00	15.028.857,50	87,90
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	9.132.490,00	9.132.490,00	8.270.805,86	90,56
1.1.1- IPTU	6.800.000,00	6.800.000,00	7.451.627,82	109,58
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	42.300,00	42.300,00	41.807,66	98,84
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.000.190,00	2.000.190,00	1.030.160,25	51,50
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	290.000,00	290.000,00	232.717,92	80,25
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	485.507,79	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	3.930.000,00	3.930.000,00	3.090.704,07	78,64
1.2.1- ITBI	3.930.000,00	3.930.000,00	3.113.298,33	79,22
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	22.594,26	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.734.700,00	2.734.700,00	2.430.026,82	88,86
1.3.1- ISS	2.580.000,00	2.580.000,00	2.334.741,47	90,49
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	24.700,00	24.700,00	35.635,06	144,27
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	100.000,00	100.000,00	56.120,68	56,12
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	30.000,00	30.000,00	8.432,47	28,11
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	4.902,86	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.300.000,00	1.300.000,00	1.237.320,75	95,18
1.4.1- IRRF	1.300.000,00	1.300.000,00	1.238.077,24	95,24
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	756,49	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	22.100.700,00	22.100.700,00	18.063.742,18	81,73
2.1- Cota-Parte FPM	12.960.000,00	12.960.000,00	10.134.869,17	78,20
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.960.000,00	12.960.000,00	9.737.110,32	75,13
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	0,00	0,00	397.758,85	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.240.000,00	7.240.000,00	6.105.188,19	84,33
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	24.724,50	82,42
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	106.000,00	106.000,00	86.314,41	81,43
2.5- Cota-Parte ITR	4.700,00	4.700,00	22.159,82	471,49
2.6- Cota-Parte IPVA	1.760.000,00	1.760.000,00	1.690.486,09	96,05
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	39.197.890,00	39.197.890,00	33.092.599,68	84,42
RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				
RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Outubro (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.732.728,39	1.732.728,39	1.874.036,55	108,16
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.300.000,00	1.300.000,00	1.300.078,34	100,01
5.2- Transferência Diretas do PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferência Diretas do PNAE	393.500,00	393.500,00	395.122,00	100,41
5.4- Transferência Diretas do PNATE	39.228,39	39.228,39	33.674,07	85,84
5.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	82.051,43	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	63.110,71	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	164.585,00	164.585,00	156.368,36	95,01
6.1- Transferências de Convênios	164.585,00	164.585,00	156.368,36	95,01
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.849.061,04	2.849.061,04	189.750,40	6,66
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	4.746.374,43	4.746.374,43	2.220.155,31	46,78



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO PICARRAS
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento
do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

FUNDEB						
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até Outubro (b)	% (c) = (b/a)x100		
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.420.140,00	4.420.140,00	3.533.193,22	79,93		
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.592.000,00	2.592.000,00	1.947.421,74	75,13		
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.448.000,00	1.448.000,00	1.221.036,71	84,33		
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	4.944,90	82,42		
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	21.200,00	21.200,00	17.262,63	81,43		
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	940,00	940,00	4.431,89	471,48		
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	352.000,00	352.000,00	338.095,35	96,05		
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	12.930.000,00	12.930.000,00	12.403.546,95	95,93		
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	12.930.000,00	12.930.000,00	12.328.873,83	95,35		
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00		
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	74.673,12	0,00		
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	8.509.860,00	8.509.860,00	8.795.680,61	103,36		

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Outubro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Outubro (g)	% (h) = (g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	12.868.400,00	14.220.967,56	12.495.645,19	87,87	12.495.645,19	87,87
13.1- Com Educação Infantil	4.505.000,00	4.797.000,00	4.714.943,32	98,29	4.714.943,32	98,29
13.2- Com Ensino Fundamental	8.363.400,00	9.423.967,56	7.780.701,87	82,56	7.780.701,87	82,56
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	300.000,00	(0,00)	0,00	(0,00)	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	300.000,00	(0,00)	0,00	(0,00)	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	12.868.400,00	14.520.967,56	12.495.645,19	86,05	12.495.645,19	86,05

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB		0,00
16.1- FUNDEB 60%		0,00
16.2- FUNDEB 40%		0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		160.567,56
17.1- FUNDEB 60%		0,00
17.2- FUNDEB 40%		160.567,56
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)		160.567,56
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)		12.335.077,63
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100)%		100,74
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100)%		(1,29)
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %		0,55

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016		0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até Outubro (b)	% (c) = (b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)	9.799.472,50	9.799.472,50	8.273.149,92	84,42		

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
			Até Outubro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Outubro (g)	% (h) = (g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.035.242,00	7.008.378,11	6.873.565,35	98,08	6.808.325,52	97,15
23.1- Creche	6.035.242,00	7.008.378,11	6.873.565,35	98,08	6.808.325,52	97,15
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.505.000,00	4.797.000,00	4.714.943,32	98,29	4.714.943,32	98,29
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.530.242,00	2.211.378,11	2.158.622,03	97,61	2.093.382,20	94,66
23.2- Pré-Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	12.579.469,40	15.884.118,99	13.563.144,27	85,39	13.306.026,37	83,77
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	8.363.400,00	9.723.967,56	7.780.701,87	80,02	7.780.701,87	80,02
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.216.069,40	6.160.151,43	5.782.442,40	93,87	5.525.324,50	89,69
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	68.000,00	161.000,00	140.237,90	87,10	137.708,00	85,53
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	25.000,00	24.876,80	24.438,20	98,24	21.383,46	85,96
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	18.707.711,40	23.078.373,90	20.601.385,72	89,27	20.273.443,35	87,85



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO PICARRAS
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento
do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	8.795.680,61
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	74.673,12
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	160.567,56
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPO	695.668,70
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURS	76.218,66
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35)	9.802.808,65
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))	10.311.543,24
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	31,16

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADA	
			Até Outubro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Outubro (g)	% (h) = (g/d)x100
40- DESP. COM APLIC. FINANC. OUTROS REC. IMPOST. VINC. AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	60.842,55	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.260.000,00	2.179.560,00	2.081.151,05	95,48	2.000.485,26	91,78
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS REC. PARA FINANC. DO ENSINO	3.264.874,43	3.476.963,22	1.996.803,24	57,43	539.071,06	15,50
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	4.524.874,43	5.656.523,22	4.077.954,29	72,09	2.600.398,87	45,97
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	23.232.585,83	28.734.897,12	24.679.340,01	85,89	22.873.842,22	79,60

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	84.906,84	50.317,88
46.1- Executada com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2- Executadas com Recursos do FUNDEB	84.906,84	50.317,88

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB(h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	323.878,85	189.648,36
48 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	12.328.873,83	0,00
49 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	12.148.706,48	0,00
49.1 - Orçamento do Exercício	12.148.706,48	0,00
49.2 - Restos a Pagar	0,00	0,00
50 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	74.673,12	0,00
50.1 - (+) OUTRAS MOVIMENTAÇÕES	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	578.719,32	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO PICARRAS

Data Emissão: 29/nov/2016

Hora de emissão: 21h e 56m

Notas:

LEONEL JOSE MARTINS
Prefeito Municipal

ANA LUCIA WILVERT
Secretaria de Administração e Fazenda

SILVANA DALLAGNOL
Especialista em Finanças
CRC/SC 025983/0-0

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/FMS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/FMS/2016.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Data e horário da sessão de abertura: 13/12/2016 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de forma parcelada de materiais de enfermagem para uso da Secretaria e Unidade de Saúde do Fundo Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC, durante o ano de 2017.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 29 de Novembro de 2016.

Pregoeira

Gisele P. Ferreira.

EXTRATO DE ADITIVO - 05 - MARIA ALBERTINA

TERMO ADITIVO Nº. 05 ao Contrato Nº. 086/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 086/PMBR/2014, que prevê o termino em 31/12/2016, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31/12/2016 até 31/12/2017, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Sr^a. Maria Albertina Gislon.

EXTRATO DE ADITIVO - 05 - TECNOLOGICA

TERMO ADITIVO Nº. 05 ao Contrato Nº. 064/PMBR/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA do Contrato Nº. 064/PMBR/2013, que prevê o termino em 24/01/2017, por mais 08 (Oito) meses, ou seja, até 24/09/2017, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Renato Cardoso Leandro.

EXTRATO DE ADITIVO - 05 - WILLIAN

TERMO ADITIVO Nº. 05 ao Contrato Nº. 087/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 087/PMBR/2014, que prevê o termino em 31/12/2016, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31/12/2016 até 31/12/2017, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Willian Biff Brigido.

EXTRATO DE ADITIVO - BETHA SISTEMAS.073

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 073/PMBR/2016. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA do Contrato Nº. 073/PMBR/2016, que prevê o termino em 31/12/2016, por mais 09 (Nove) meses, ou seja, até 31/09/2017, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Olírio Jose Lino - Prefeito Municipal em Exercício e pela empresa o Sr. Ernesto Muniz De Souza Jr.

EXTRATO DE ADITIVO - COOPERATIVA DE MARACAJA

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 063/PMBR/2016. OBJETO: A SUPRESSÃO DE FORNECIMENTO do Contrato Nº. 063/PMBR/2016, que tem como objeto o fornecimento de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar em cumprimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dos alunos da rede Municipal de Ensino e Centro de Convivência do Município de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 25/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Eduardo Kuster Pereira.

EXTRATO DE ADITIVO - DISTRIMEL

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 022/PMBR/2016. OBJETO: O ACRÉSCIMO DE FORNECIMENTO do Contrato Nº. 022/PMBR/2016, que tem como objeto o fornecimento de Materiais Elétricos para serem utilizados pela equipe de manutenção da Iluminação Pública Municipal do Município de Balneário Rincão – SC. ASSINATURA: 22/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Felipe Fragnani Dagostin.

EXTRATO DE ADITIVO - HELIO RECCO.105

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 105/PMBR/2016. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do período de vigência, que prevê o termino em 30/11/2016, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 30/11/2016 até 30/12/2017, fica incluso na CLÁUSULA QUARTA- DA VIGÊNCIA o prazo de 11 (onze) meses de execução do referido contrato, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos. ASSINATURA: 25/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Helio Recco.

EXTRATO DE ADITIVO - INOVA

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 117/PMBR/2015. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 117/PMBR/2015, que prevê o termino em 07/01/2017, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 07/01/2017 até 07/01/2018, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Diego Bernarda Netto.

EXTRATO DE ADITIVO - SAUDE SÃO JOSE

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 081/PMBR/2016. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA do Contrato Nº. 081/PMBR/2016, que prevê o termino em 31/12/2016, por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 31/12/2017, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Weslei Raupp das Chagas.

EXTRATO DE ADITIVO - TECNOLOGICA.083

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 083/PMBR/2015. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA do Contrato Nº. 083/PMBR/2015, que prevê o termino em 17/01/2017, por mais 08 (Oito) meses, ou seja, até 17/09/2017, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Renato Cardoso Leandro.

EXTRATO DE ADITIVO 01 - TELEFONICA

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 132/PMBR/2015. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 132/PMBR/2015, que prevê o termino em 02/12/2016, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 02/12/2016 até 02/12/2017, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 08/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Cleber Pinheiro Lima e Sr. Marcelo Ataíde de Oliveira.

EXTRATO DE ADITIVO 01 - TELEFONICA COMODATO

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 133/PMBR/2015. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 132/PMBR/2015, que prevê o termino em 02/12/2016, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 02/12/2016 até 02/12/2017, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 08/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Cleber Pinheiro Lima e Sr. Marcelo Ataíde de Oliveira.

EXTRATO DE ADITIVO 02 - BETHA SISTEMAS.107

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 107/PMBR/2015. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA do Contrato Nº. 107/PMBR/2015, que prevê o termino em 24/01/2017, por mais 08 (Oito) meses, ou seja, até 24/09/2017, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Olírio Jose Lino - Prefeito Municipal em Exercício e pela empresa o Sr. Ernesto Muniz De Souza Jr.

EXTRATO DE ADITIVO 02 - CLARO

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 097/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 097/PMBR/2014, que prevê o termino em 31/12/2016, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31/12/2016 até 31/12/2017, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Kildare Carneiro Rodrigues e o Sr. Ronald Holanda Salmin.

EXTRATO DE ADITIVO 02 - CLARO.COMODATO

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 098/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 098/PMBR/2014, que prevê o termino em 31/12/2016, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31/12/2016 até 31/12/2017, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Kildare Carneiro Rodrigues e o Sr. Ronald Holanda Salmin.

EXTRATO DE ADITIVO 02 - COMPACTAR

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 072/PMBR/2016. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do PRAZO DE EXECUÇÃO, que prevê o termino em 09/11/2016, por mais 03 (três) meses, ou seja, de 09/11/2016 até 09/02/2017, e do PERÍODO DE VIGÊNCIA, que prevê o termino em 01/12/2016, por mais 03 (três) meses, ou seja, até 01/03/2017 em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos. ASSINATURA: 01/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Erikson Darós Graf.

EXTRATO DE ADITIVO 02 - CONSONI.087

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 087/PMBR/2016. OBJETO: O ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO DE SERVIÇOS E A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PERÍODO DE VIGENCIA. ASSINATURA: 03/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Valmor Consoni.

EXTRATO DE ADITIVO 02 - RTM

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 078/PMBR/2016. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de execução, que prevê o termino em 12/11/2016, por mais 04 (quatro) meses, ou seja, de 12/11/2016 até 11/03/2017, e do PERÍODO DE VIGÊNCIA, que prevê o termino em 30/11/2016, por mais 04 (quatro) meses, ou seja, até 30/03/2017, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos. ASSINATURA: 04/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Marcos Ferreira Bortolon.

EXTRATO DE ADITIVO 03 - MARIA SIRLEI

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 087/PMBR/2015. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 087/PMBR/2015, que prevê o termino em 31/12/2016, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31/12/2016 até 31/12/2017, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Srª. Maria Sirlei Mendes dos Santos.

EXTRATO DE ADITIVO 03 - CLARO

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 033/PMBR/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 033/PMBR/2013, que prevê o termino em 09/01/2017, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 09/01/2017 até 09/01/2018, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Kildare Carneiro Rodrigues e o Sr. Ronald Holanda Salmin.

EXTRATO DE ADITIVO 03 - CLARO.COMODATO

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 034/PMBR/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 034/PMBR/2013, que prevê o termino em 09/01/2017, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 09/01/2017 até 09/01/2018, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Kildare Carneiro Rodrigues e o Sr. Ronald Holanda Salmin.

EXTRATO DE ADITIVO 03 - COMPACTAR

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 072/PMBR/2016. OBJETO: A SUPRESSAO E O ACRÉSCIMO DOS SERVIÇOS, das Obras de Pavimentação Asfáltica, Drenagem e Sinalização da Rua Antônio Pagani, localizada na Zona Sul do Município de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 22/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Erikson Darós Graf.

EXTRATO DE ADITIVO 03 - JOSE LINDOMAR

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 105/PMBR/2015. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 105/PMBR/2015, que prevê o termino em 31/12/2016, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31/12/2016 até 31/12/2017, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. José Lindomar Pereira.

EXTRATO DE ADITIVO 03 - LIZ

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato DATADO DE 17/02/2014. OBJETO: Decidem prorrogar o prazo de vigência por 12 (doze) meses, ou seja, de 01/01/2017 até 31/12/2017. ASSINATURA: 24/11/2016, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Décio Góes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Carlito Mello de Liz.

EXTRATO DE ADITIVO 04 - BETHA.FMS

TERMO ADITIVO Nº. 04 ao Contrato Nº. 010/FMS/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 010/FMS/2013, que prevê o termino em 24/01/2017, por mais 08 (oito) meses, ou seja, de 24/01/2017 até 24/09/2017, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Décio Gomes Góes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr.

EXTRATO DE ADITIVO 04 - CELK

TERMO ADITIVO Nº. 04 ao Contrato Nº. 048/FMS/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PERÍODO DE VIGÊNCIA do Contrato Nº. 048/FMS/2014, que prevê o termino em 14/12/2016, por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 14/12/2017, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Felipe Antunes Nascimento.

EXTRATO DE ADITIVO 04 - INNOVATI

TERMO ADITIVO Nº. 04 ao Contrato Nº. 146/PMBR/2016. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do PRAZO DE EXECUÇÃO que prevê o termino em 17/11/2016, por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 17/11/2017 e do PERÍODO DE VIGÊNCIA, que prevê o termino em 30/12/2016, por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 30/12/2017, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos. ASSINATURA: 01/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Reinaldo Valdir Cardoso.

EXTRATO DE ADITIVO 04 - NELGUI

TERMO ADITIVO Nº. 04 ao Contrato Nº. 077/PMBR/2016. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de execução, que prevê o termino em 12/11/2016, por mais 18 (dezoito) dias, ou seja, de 12/11/2016 até 30/11/2016, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos. ASSINATURA: 10/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Nilton Guidi.

EXTRATO DE ADITIVO 04 - STATION

TERMO ADITIVO Nº. 04 ao Contrato Nº. 065/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 065/PMBR/2014, que prevê o termino em 17/12/2016, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 17/12/2016 até 17/12/2017, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Fernando Germano Selinger.

EXTRATO DE ADITIVO 05 - LAURI

TERMO ADITIVO Nº. 05 ao Contrato Nº. 095/PMBR/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 095/PMBR/2013, que prevê o termino em 02/12/2016, por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 02/12/2017, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Lauri Martins Goulart.

EXTRATO DE ADITIVO 06 - BETHA

TERMO ADITIVO Nº. 06 ao Contrato Nº. 063/PMBR/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 063/PMBR/2013, que prevê o termino em 24/01/2017, por mais 08 (oito) meses, ou seja, de 24/01/2017 até 24/09/2017, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Décio Gomes Góes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr.

EXTRATO DE ADITIVO 07 - ALAIR

TERMO ADITIVO Nº. 07 ao Contrato Nº. 069/PMBR/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REAJUSTE DE PREÇOS do Contrato Nº. 069/PMBR/2013. ASSINATURA: 16/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela Srª. Alair Rocha Cardoso.

EXTRATO DE ADITIVO 07 - FATIMA

TERMO ADITIVO Nº. 07 ao Contrato Nº. 050/PMBR/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 050/PMBR/2013, que prevê o termino em 31/12/2016, por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 31/12/2017, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pelo Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Décio Gomes Góes - Prefeito Municipal e pela Srª. Fatima Biff Brigido.

EXTRATO DE ADITIVO 07 - JOSÉ SCUSSEL

TERMO ADITIVO Nº. 07 ao Contrato Nº. 051/PMBR/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 051/PMBR/2013, que prevê o termino em 31/12/2016, por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 31/12/2017, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pelo Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Décio Gomes Góes - Prefeito Municipal e pelo Sr. José Scussel.

EXTRATO DE ADITIVO 08 - ALAIR

TERMO ADITIVO Nº. 08 ao Contrato Nº. 069/PMBR/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 069/PMBR/2013, que prevê o termino em 31/12/2016, por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 31/12/2017, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pelo Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 24/11/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela Srª. Alair Rocha Cardoso.

RETIFICAÇÃO ADITIVO - CELK**RETIFICAÇÃO**

Onde se lê...

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 048/FMS/2014.

Leia se...

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 048/FMS/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REAJUSTE DE PREÇOS do Contrato Nº. 048/FMS/2014, conforme clausula oitava deste contrato. ASSINATURA: 17/05/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Lauro Alexandre Klein.

Barra Bonita

PREFEITURA

RREO - ANEXO I - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de Barra Bonita - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RRERO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.380.006,73	12.380.006,73	1.554.662,00	12,56	8.165.724,30	65,96	4.214.282,43
RECEITAS CORRENTES	12.093.624,73	12.093.624,73	1.401.923,42	11,59	7.753.526,54	64,11	4.340.098,19
RECEITA TRIBUTÁRIA	319.009,93	319.009,93	8.383,68	2,63	106.996,50	33,54	212.013,43
IMPOSTOS	227.526,23	227.526,23	7.928,62	3,48	83.203,78	36,57	144.322,45
TAXAS	67.721,70	67.721,70	455,06	0,67	23.638,99	34,91	44.082,71
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	23.762,00	23.762,00	0,00	0,00	153,73	0,65	23.608,27
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	28.440,78	28.440,78	4.192,08	14,74	21.345,97	75,05	7.094,81
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	28.440,78	28.440,78	4.192,08	14,74	21.345,97	75,05	7.094,81
RECEITA PATRIMONIAL	69.469,44	69.469,44	24.551,75	35,34	127.348,11	183,32	-57.878,67
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	68.281,34	68.281,34	24.551,75	35,96	127.348,11	186,50	-59.066,77
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.188,10	1.188,10	0,00	0,00	0,00	0,00	1.188,10
RECEITA DE SERVIÇOS	571.526,00	571.526,00	31.393,37	5,49	224.538,04	39,29	346.987,96
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.007.298,70	11.007.298,70	1.329.620,87	12,08	7.251.395,90	65,88	3.755.902,80
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.792.252,60	10.792.252,60	1.288.659,72	11,94	7.066.257,79	65,48	3.725.994,81
TRANSF. DE CONV.	215.046,10	215.046,10	40.961,15	19,05	185.138,11	86,09	29.907,99
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	97.879,88	97.879,88	3.781,67	3,86	21.902,02	22,38	75.977,86
MULTAS E JUROS DE MORA	7.356,46	7.356,46	2.144,37	29,15	8.660,09	117,72	-1.303,63
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.376,20	2.376,20	0,00	0,00	361,79	15,23	2.014,41
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	27.554,12	27.554,12	946,24	3,43	7.282,07	26,43	20.272,05
RECEITAS DIVERSAS	60.593,10	60.593,10	691,06	1,14	5.598,07	9,24	54.995,03
RECEITAS DE CAPITAL	286.382,00	286.382,00	152.738,58	53,33	412.197,76	143,93	-125.815,76
ALIENAÇÃO DE BENS	237.620,00	237.620,00	34.400,00	14,48	74.090,00	31,18	163.530,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	237.620,00	237.620,00	34.400,00	14,48	74.090,00	31,18	163.530,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	48.762,00	48.762,00	118.338,58	242,69	338.107,76	693,38	-289.345,76
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	48.762,00	48.762,00	118.338,58	242,69	338.107,76	693,38	-289.345,76
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.380.006,73	12.380.006,73	1.554.662,00	12,56	8.165.724,30	65,96	4.214.282,43
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Barra Bonita - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	12.380.006,73	12.380.006,73	1.554.662,00	12,56	8.165.724,30	65,96	4.214.282,43
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	56.353,50	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.380.006,73	12.380.006,73	1.554.662,00	12,56	8.222.077,80	66,41	4.157.928,93
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.200.653,97	—	—	1.029.432,34	—	—
Superávit Financeiro	—	1.200.653,97	—	—	1.029.432,34	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	
	(d)	(e)	No Bimestre	Até o Bimestre	(g) = (e-f)	No Bimestre	Até o Bimestre
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	12.380.006,73	13.986.657,22	1.353.071,60	8.894.632,33	5.092.024,89	1.668.829,93	8.222.077,80
	11.177.746,00	11.860.343,84	1.313.235,48	7.827.315,62	4.033.028,22	1.512.327,29	7.282.460,74
	5.114.379,68	6.563.106,49	880.208,86	4.549.154,05	2.013.952,44	917.208,86	4.483.787,38
	47.524,00	9.254,09	0,00	3.258,68	5.995,41	0,00	3.258,68
	6.015.842,32	5.287.983,26	433.026,62	3.274.902,89	2.013.080,37	595.118,43	2.492.568,58
	1.202.260,73	2.126.313,38	39.836,12	1.067.316,71	1.058.996,67	156.502,64	939.617,06
	970.581,23	1.934.277,34	39.836,12	943.074,06	991.203,28	156.502,64	815.374,41
	59.405,00	59.405,00	0,00	0,00	59.405,00	0,00	59.405,00
	172.274,50	132.631,04	0,00	124.242,65	8.388,39	0,00	124.242,65
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	—	—	—	—	—	—	—
	8.051.287,40	7.161.837,10	4.477.984,72	3.258,68	2.680.593,70	889.450,30	765.207,65
	0,00	124.242,65	8.388,39	124.242,65	8.388,39	0,00	124.242,65
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
8.051.287,40	5.764.579,42	0,00	8.222.077,80	5.764.579,42	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Barra Bonita - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	12.380.006,73	13.986.657,22	1.353.071,60	8.894.632,33	5.092.024,89	1.668.829,93	8.222.077,80	5.764.579,42	8.051.287,40
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	12.380.006,73	13.986.657,22	1.353.071,60	8.894.632,33	—	1.668.829,93	8.222.077,80	—	8.051.287,40

FONTE:

Barra Bonita, 29/11/2016

DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito Municipal

EMERSON FILIMBERTI
Contador CRC. 019.808/O-4

RREO - ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Município de Barra Bonita - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PRREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)	% (d/total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.380.006,73	13.986.657,22	1.353.071,60	8.894.632,33	100,00	1.668.829,93	8.222.077,80	100,00	5.764.579,42	
	712.860,00	712.860,00	74.447,53	372.589,26	4,19	82.523,37	366.813,48	4,46	346.046,52	
	712.860,00	712.860,00	74.447,53	372.589,26	4,19	82.523,37	366.813,48	4,46	346.046,52	
	1.311.427,45	1.833.427,45	240.150,04	1.442.547,52	16,22	288.281,39	1.399.741,01	17,02	433.686,44	
	970.442,75	1.399.442,75	159.859,13	1.101.065,63	12,38	188.590,48	1.058.859,12	12,88	340.583,63	
	279.203,50	359.203,50	68.380,45	284.980,58	3,20	68.380,45	284.980,58	3,47	74.222,92	
	71.781,20	74.781,20	11.910,46	56.501,31	0,64	11.310,46	55.901,31	0,68	18.879,89	
	66.633,40	83.997,51	1.173,00	12.296,91	0,14	1.173,00	12.296,91	0,15	71.700,60	
	16.633,40	33.997,51	1.173,00	12.296,91	0,14	1.173,00	12.296,91	0,15	21.700,60	
	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
Assistência Social	670.720,50	843.503,03	80.589,41	500.084,70	5,62	85.316,74	494.213,99	6,01	349.289,04	
	15.000,00	30.000,00	2.881,55	17.563,45	0,20	3.012,38	17.563,45	0,21	12.436,55	
	36.731,30	38.360,80	0,00	1.600,00	0,02	36.760,80	1.600,00	0,02	36.760,80	
	618.989,20	775.142,23	77.707,86	480.921,25	5,41	82.304,36	475.050,54	5,78	300.091,69	
	2.308.296,38	3.100.781,67	309.917,20	2.046.111,31	23,00	399.493,77	1.781.873,75	21,67	1.318.907,92	
	2.259.063,85	3.051.549,14	309.917,20	2.030.858,35	22,83	397.397,05	1.768.082,21	21,50	1.283.466,93	
	34.975,33	34.975,33	0,00	15.252,96	0,17	19.722,37	13.791,54	0,17	21.183,79	
	14.257,20	14.257,20	0,00	0,00	0,00	14.257,20	0,00	0,00	14.257,20	
	3.942.200,04	3.327.144,95	335.462,14	1.710.481,22	19,23	420.097,48	1.663.112,11	20,23	1.664.032,84	
	74.752,14	98.788,28	14.175,16	51.273,81	0,58	47.514,47	49.112,14	0,60	49.676,14	
Ensino Fundamental	3.669.206,98	2.878.115,75	263.572,87	1.413.878,26	15,90	329.671,18	1.368.740,82	16,65	1.509.374,93	
	198.240,92	350.240,92	57.714,11	245.329,15	2,76	77.764,11	245.259,15	2,98	104.981,77	
	32.078,70	32.078,70	3.932,80	17.118,70	0,19	3.932,80	17.118,70	0,21	14.960,00	
	32.078,70	32.078,70	3.932,80	17.118,70	0,19	3.932,80	17.118,70	0,21	14.960,00	
	172.274,50	322.269,17	16.010,27	225.761,55	2,54	77.987,04	145.239,40	1,77	177.029,77	
	172.274,50	322.269,17	16.010,27	225.761,55	2,54	77.987,04	145.239,40	1,77	177.029,77	
	51.188,10	51.188,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.188,10	
	21.188,10	21.188,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.188,10	
	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
	319.702,50	319.702,50	46.543,88	255.714,25	2,87	41.146,42	247.162,04	3,01	72.540,46	
Saneamento	313.762,00	313.762,00	46.543,88	255.714,25	2,87	41.146,42	247.162,04	3,01	66.599,96	
	5.940,50	5.940,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.940,50	

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Barra Bonita - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.380.006,73	13.986.657,22	1.353.071,60	8.894.632,33	100,00	1.668.829,93	8.222.077,80	100,00
	5.940,50	5.940,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5.940,50	5.940,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.258.197,90	1.359.551,07	123.018,38	738.903,52	8,31	139.796,22	697.627,35	8,48
	30.890,60	30.890,60	1.491,53	10.082,48	0,11	2.002,43	8.586,58	0,10
	1.227.307,30	1.328.660,47	121.526,85	728.821,04	8,19	137.793,79	688.040,77	8,38
	103.364,70	108.364,70	8.200,36	39.752,85	0,45	8.200,36	39.752,85	0,48
	103.364,70	108.364,70	8.200,36	39.752,85	0,45	8.200,36	39.752,85	0,48
	29.702,50	29.702,50	8.965,00	17.024,52	0,19	9.537,32	16.166,04	0,20
	29.702,50	29.702,50	8.965,00	17.024,52	0,19	9.537,32	16.166,04	0,20
	60.519,48	60.519,48	6.379,53	37.918,70	0,43	6.379,53	37.918,70	0,46
	60.519,48	60.519,48	6.379,53	37.918,70	0,43	6.379,53	37.918,70	0,46
	868.570,83	1.352.663,05	83.356,08	1.116.152,95	12,55	102.280,93	972.646,71	11,83
	868.570,83	1.352.663,05	83.356,08	1.116.152,95	12,55	102.280,93	972.646,71	11,83
	222.768,75	277.315,71	14.889,75	230.710,45	2,59	22.647,33	198.930,84	2,42
	103.958,75	103.958,75	13.261,01	76.018,09	0,85	12.145,01	67.152,09	0,82
	118.810,00	173.356,96	1.628,74	154.692,36	1,74	10.502,32	131.778,75	1,60
	243.560,50	165.647,13	36,23	131.463,92	1,48	36,23	131.463,92	1,60
	219.798,50	141.885,13	0,00	127.501,33	1,43	0,00	127.501,33	1,55
	23.762,00	23.762,00	36,23	3.962,59	0,04	36,23	3.962,59	0,05
TOTAL (III) = (I + II)	12.380.006,73	13.986.657,22	1.353.071,60	8.894.632,33	100,00	1.668.829,93	8.222.077,80	100,00

FONTE:

Barra Bonita, 29/11/2016

EMERSON FILIMBERTI
DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito Municipal
Contador CRC. 019.808/O-4

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO - ANEXO III - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Município de Barra Bonita - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2015 A OUTUBRO/2016

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	882.925,24	1.920.800,79	989.486,74	1.079.949,87	828.515,18	904.470,89	1.064.547,99	899.489,11	914.269,13	869.504,42	797.623,19	882.894,12	12.034.437,37
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.507,28	23.021,38	9.957,86	14.335,81	35.158,05	13.259,45	6.626,79	5.464,17	4.772,77	9.037,92	5.556,69	2.824,99	133.525,16
I.P.T.U.	102,19	38,70	0,00	75,21	24.131,08	1.593,50	656,62	0,00	0,00	201,53	197,55	187,52	27.183,90
I.R.R.F.	0,00	8.980,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.980,66
I.S.S.	1.125,79	9.793,61	3.171,55	4.107,51	1.408,26	4.146,27	4.022,16	3.013,30	1.998,97	5.571,26	3.945,28	1.918,27	44.225,23
I.T.B.I.	570,00	2.575,50	462,16	7.507,87	0,00	4.119,70	1.510,70	2.094,53	2.488,73	2.984,25	1.200,00	480,00	26.003,44
Outras Receitas Tributárias	1.706,30	1.632,81	6.324,15	2.845,22	9.616,71	3.399,88	437,31	356,34	285,07	270,88	215,86	239,20	27.131,93
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.150,73	2.104,64	2.076,27	2.214,37	2.259,87	2.087,80	2.203,52	2.161,98	2.108,09	2.041,99	2.148,48	2.043,60	25.601,34
RECEITA PATRIMONIAL	7.817,27	9.570,19	11.061,72	12.402,68	13.374,89	14.306,56	11.053,26	12.889,92	13.207,53	14.120,30	13.587,20	10.931,14	144.422,66
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	18.765,68	12.550,30	4.368,26	30.410,74	46.557,40	21.517,31	16.670,88	17.753,88	25.376,51	30.489,69	16.112,43	21.812,23	262.386,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	849.367,27	1.257.916,84	960.603,96	1.019.487,50	728.980,03	852.090,25	1.027.101,82	858.139,43	866.181,30	808.240,15	758.071,22	843.845,66	10.820.585,43
Cota-Parte do F.P.M.	477.455,38	607.350,66	521.721,09	653.119,36	396.811,14	471.633,44	627.129,00	518.110,14	574.515,35	465.840,62	378.821,49	489.849,52	6.352.360,19
Cota-Parte do I.C.M.S.	231.286,34	225.789,64	272.769,13	222.507,53	225.036,42	231.374,24	223.803,05	221.116,21	228.192,07	225.394,82	243.481,43	251.867,26	2.802.620,14
Cota-Parte do I.P.V.A.	4.619,47	2.613,61	5.875,71	9.678,50	12.901,79	8.923,70	11.463,93	11.573,40	9.221,85	10.198,66	9.149,61	6.224,68	102.444,91
Cota-Parte do ITR	37,11	26,59	0,00	7,73	13,84	104,58	6,43	0,00	131,56	38,55	555,77	1.711,53	2.633,69
Outras Transferências Correntes	86.035,06	170.903,70	105.564,22	84.734,31	46.945,39	90.752,85	113.575,60	59.895,76	7.315,90	58.671,85	76.705,44	68.164,85	969.064,93
Transferências da LC 61/1989	3.564,14	3.519,37	4.280,73	3.306,01	3.227,72	3.311,91	3.760,93	2.237,92	3.040,71	3.072,62	3.364,69	3.556,31	40.243,06
Transferências da LC 87/1996	958,90	958,90	949,84	949,84	949,84	949,84	949,84	949,84	949,84	949,84	949,84	949,84	11.416,20
Transferências do FUNDEB	45.405,87	46.754,37	48.443,24	44.944,22	43.093,89	45.039,69	46.413,04	44.456,16	42.814,02	44.073,19	45.042,95	51.321,67	548.802,31
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.315,01	615.697,44	1.418,67	1.238,77	2.184,94	1.209,22	891,72	2.979,73	2.622,93	5.574,37	2.145,17	1.536,50	638.914,47
DEDUÇÕES (II)	143.585,11	156.385,94	161.119,12	177.913,62	127.769,07	143.254,85	173.422,47	150.797,30	124.152,31	141.022,80	127.264,36	144.831,65	1.771.519,60
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	143.585,11	156.385,94	161.119,12	177.913,62	127.769,07	143.254,85	173.422,47	150.797,30	124.152,31	141.022,80	127.264,36	144.831,65	1.771.519,60
Rec de Concessão de Direito Real Uso Área Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) – (II)	739.341,13	1.764.414,85	828.367,62	901.936,25	700.746,11	761.215,74	891.125,52	748.691,81	790.116,82	728.481,62	670.358,83	738.062,47	10.262.916,77
FONTE:													
Barra Bonita, 29/11/2016													

EMERSON FILMEIRTI
Contador CRC. 019.898/O-4

DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito Municipal

RREO - ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Município de Barra Bonita - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Barra Bonita - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2016		2015	
Caixa			0,00			0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Barra Bonita - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
Bancos Conta Movimento			0,00	0,00
Investimentos			0,00	0,00
Outros Bens e Direitos			0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(XI) = (VIII + IX - X)				

Continua 3/4

Município de Barra Bonita - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Barra Bonita, 29/11/2016

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

EMERSON FILIMBERTI

Contador CRC. 019.808/O-4

RREO - ANEXO IX - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

Município de Barra Bonita - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
					R\$ 1,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		0,00	0,00		0,00
DESPESAS					
		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL		2.126.313,38	1.067.316,71	939.617,06	1.058.996,67
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira		0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):		2.126.313,38	1.067.316,71	939.617,06	1.058.996,67
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)		-2.126.313,38	-1.067.316,71	-	-1.058.996,67

FONTE:

Barra Bonita, 29/11/2016

DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito Municipal

EMERSON FILIMBERTI
Contador CRC: 019.808/O-4

RREO - ANEXO V - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

Município de Barra Bonita - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	124.242,65	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.772.289,11	1.633.731,11	1.491.124,50
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.821.397,87	1.748.097,90	1.714.362,31
Demais Haveres Financeiros	1.561,38	1.226,84	960,15
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	50.670,14	115.593,63	224.197,96
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.648.046,46	-1.633.731,11	-1.491.124,50
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.648.046,46	-1.633.731,11	-1.491.124,50

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2016 (C - A)
VALOR	142.606,61	156.921,96

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Barra Bonita, 29/11/2016

DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito Municipal

EMERSON FILIMBERTI
Contador CRC. 019.808/O-4

RREO - ANEXO VI - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Município de Barra Bonita - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.025.343,39	7.626.178,43	8.200.278,83
Receita Tributária	319.009,93	106.996,50	198.440,66
I.P.T.U.	25.855,25	27.043,01	29.081,74
I.S.S.	125.828,90	33.302,83	51.889,42
I.T.B.I.	18.960,52	22.857,94	29.829,67
I.R.R.F.	56.881,56	0,00	51.680,27
Outras Receitas Tributárias	91.483,70	23.792,72	35.959,56
Receita de Contribuição	28.440,78	21.345,97	18.487,56
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	28.440,78	21.345,97	18.487,56
Receita Patrimonial Líquida	1.188,10	0,00	0,00
Receita Patrimonial	69.469,44	127.348,11	77.212,07
(-) Aplicações Financeiras	68.281,34	127.348,11	77.212,07
Transferências Correntes	11.007.298,70	7.251.395,90	7.706.770,44
F.P.M.	6.348.120,00	4.093.840,43	3.961.553,47
I.P.V.A	68.257,88	76.170,12	75.225,96
I.C.M.S.	2.661.344,00	1.876.434,60	1.827.296,10
Convênios	215.046,10	185.138,11	419.897,04
Outras Transferências Correntes	1.714.530,72	1.019.812,64	1.422.797,87
Demais Receitas Correntes	669.405,88	246.440,06	276.580,17
Dívida Ativa	27.554,12	7.282,07	8.060,58
Diversas Receitas Correntes	641.851,76	239.157,99	268.519,59
RECEITAS DE CAPITAL (II)	286.382,00	412.197,76	289.285,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	237.620,00	74.090,00	166.360,00
Transferências de Capital	48.762,00	338.107,76	122.925,00
Convênios	48.762,00	338.107,76	122.925,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	48.762,00	338.107,76	122.925,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	12.074.105,39	7.964.286,19	8.323.203,83

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	11.860.343,84	7.827.315,62	7.670.238,48	7.282.460,74	7.382.463,71
Pessoal e Encargos Sociais	6.563.106,49	4.549.154,05	4.305.515,91	4.483.787,38	4.287.645,91
Juros e Encargos da Dívida (IX)	9.254,09	3.258,68	25.987,69	3.258,68	25.987,69
Outras Despesas Correntes	5.287.983,26	3.274.902,89	3.338.734,88	2.795.414,68	3.068.830,11
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	11.851.089,75	7.824.056,94	7.644.250,79	7.279.202,06	7.356.476,02
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.126.313,38	1.067.316,71	1.568.336,33	939.617,06	721.932,34
Investimentos	1.934.277,34	943.074,06	1.427.258,60	815.374,41	580.854,61
Inversões Financeiras	59.405,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	59.405,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	132.631,04	124.242,65	141.077,73	124.242,65	141.077,73
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.993.682,34	943.074,06	1.427.258,60	815.374,41	580.854,61
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	13.844.772,09	8.767.131,00	9.071.509,39	8.094.576,47	7.937.330,63
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.770.666,70	-802.844,81	-748.305,56	-130.290,28	385.873,20
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	1.029.432,34	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	1.029.432,34	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			0,00

Município de Barra Bonita - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Barra Bonita, 29/11/2016

DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito Municipal

EMERSON FILIMBERTI
Contador CRC. 019.808/O-4

RREO - ANEXO VII - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		R\$ 1,00													
	PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS							
		Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)	
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em Exercícios Anteriores				Em 31 de Dezembro de 2015							
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)														
	EXECUTIVO	23.062,26	27.607,88	27.553,58	-	23.116,56	112.333,64	650.373,58	367.635,51	337.344,51	-	425.362,71	448.479,27		
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	23.062,26	27.607,88	27.553,58	0,00	23.116,56	112.333,64	647.973,58	365.235,51	334.944,51	0,00	425.362,71	448.479,27		
	FDO MUNIC DE DESENVOLVIMENTO RURAL		4.689,64	4.689,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	3.014,49	3.014,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	16.302,09	3.651,30	3.651,30	0,00	16.302,09	0,00	350.686,60	193.059,35	164.883,32	0,00	185.803,28	202.105,37		
	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		632,89	632,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	SECRET. MUNIC. DE EDUCACAO CULT. ESPORTE	280,72	5.054,58	5.000,28	0,00	335,02	0,00	64.955,00	64.955,00	0,00	0,00	0,00	335,02		
	SECRET.MUNIC.AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	1.539,98	1.539,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	SECRET.MUNIC.DE VIACAO OBRAS E SERV.URBAI	6.129,45	3.598,29	3.598,29	0,00	6.129,45	112.333,64	232.331,98	107.221,16	105.106,19	0,00	239.559,43	245.688,88		
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E F	350,00	5.426,71	5.426,71	0,00	350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00		
	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00	0,00	0,00		
	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	0,00	0,00	0,00		
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (III) = (I + II):		23.062,26	27.607,88	27.553,58	0,00	23.116,56	112.333,64	650.373,58	367.635,51	337.344,51	0,00	425.362,71	448.479,27		

FONTE:

Barra Bonita, 29/11/2016

EMERSON FILMBERTI
Contador CRC. 019.808/O-4

DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito Municipal

RREO - ANEXO VIII - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	235.110,51	235.110,51	85.448,39	36,34
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	29.647,39	29.647,39	28.888,35	97,44
1.1.1- IPTU	25.855,25	25.855,25	27.043,01	104,59
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	948,04	948,04	333,35	35,16
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.896,06	1.896,06	1.008,42	53,19
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	948,04	948,04	503,57	53,12
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	18.960,52	18.960,52	22.857,94	120,56
1.2.1- ITBI	18.960,52	18.960,52	22.857,94	120,56
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	129.621,04	129.621,04	33.702,10	26,00
1.3.1- ISS	125.828,90	125.828,90	33.302,83	26,47
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	948,04	948,04	396,14	41,79
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.896,06	1.896,06	1,48	0,08
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	948,04	948,04	1,65	0,17
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	56.881,56	56.881,56	0,00	0,00
1.4.1- IRRF	56.881,56	56.881,56	0,00	0,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.412.727,32	11.412.727,32	7.553.533,08	66,19
2.1- Cota-Parte FPM	7.892.650,00	7.892.650,00	5.067.551,15	64,21
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.722.650,00	7.722.650,00	4.868.555,14	63,04
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	170.000,00	170.000,00	198.996,01	117,06
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.326.680,00	3.326.680,00	2.345.542,16	70,51
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	28.440,79	28.440,79	9.498,40	33,40
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	75.842,08	75.842,08	33.159,55	43,72
2.5- Cota-Parte ITR	3.792,10	3.792,10	2.569,99	67,77
2.6- Cota-Parte IPVA	85.322,35	85.322,35	95.211,83	111,59
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.647.837,83	11.647.837,83	7.638.981,47	65,58

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	193.169,50	193.169,50	95.844,15	49,62
5.1- Transferências do Salário-Educação	66.361,82	66.361,82	50.530,98	76,14
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	37.921,04	37.921,04	8.040,68	21,20
5.4- Transferências Diretas - PNATE	47.401,30	47.401,30	28.954,28	61,08
5.5- Outras Transferências do FNDE	37.921,04	37.921,04	2.409,07	6,35
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	3.564,30	3.564,30	5.909,14	165,79
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	191.038,70	191.038,70	111.094,54	58,15
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	384.208,20	384.208,20	206.938,69	53,86

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.248.545,44	2.248.545,44	1.470.905,42	65,42
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.544.530,00	1.544.530,00	973.710,72	63,04
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	665.336,00	665.336,00	469.107,56	70,51
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.688,15	5.688,15	1.899,60	33,40
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	15.168,41	15.168,41	6.631,90	43,72
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	758,41	758,41	513,93	67,76
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	17.064,47	17.064,47	19.041,71	111,59
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	759.608,88	759.608,88	458.458,72	60,35
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	758.420,78	758.420,78	456.642,07	60,21
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	1.188,10	1.188,10	1.816,65	152,90
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.490.124,66	-1.490.124,66	-1.014.263,35	68,07

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	455.765,33	455.775,33	405.369,91	88,94	405.369,91	88,94
13.1- Com Educação Infantil	65.345,50	65.345,50	65.345,50	100,00	65.345,50	100,00
13.2- Com Ensino Fundamental	390.419,83	390.429,83	340.024,41	87,09	340.024,41	87,09
14- OUTRAS DESPESAS	303.843,55	303.843,55	29.611,81	9,75	29.611,81	9,75
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	303.843,55	303.843,55	29.611,81	9,75	29.611,81	9,75
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	759.608,88	759.618,88	434.981,72	57,26	434.981,72	57,26
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—
16.1 - FUNDEB 60%						—
16.2 - FUNDEB 40%						—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						434.981,72
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						88,42
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						6,46
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						5,12
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	2.911.959,46		2.911.959,46		1.909.745,37	65,58
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	148.512,50	230.512,50	139.212,15	60,39	139.142,15	60,36
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.630.220,54	2.768.058,56	1.384.374,76	50,01	1.339.557,32	48,39
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	694.263,38	694.273,38	369.636,22	53,24	369.636,22	53,24
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.935.957,16	2.073.785,18	1.014.738,54	48,93	969.921,10	46,77
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.778.733,04	2.998.571,06	1.523.586,91	50,81	1.478.699,47	49,31
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-1.014.263,35
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						1.816,65
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-1.012.446,70
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						2.491.146,17
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						32,61

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	67.549,92	78.204,54	40.245,65	51,46	40.245,65	51,46
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	137.500,58	207.952,85	106.310,61	51,12	105.990,61	50,97
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	205.050,50	286.157,39	146.556,26	51,22	146.236,26	51,10
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.983.783,54	3.284.728,45	1.670.143,17	50,85	1.624.935,73	49,47

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		456.642,07	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.816,65	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		458.458,72	0,00

Barra Bonita, 29/11/2016

DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito Municipal

EMERSON FILIMBERTI
Contador CRC. 019.808/O-4

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

RREO - ANEXO X - DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

Município de Barra Bonita - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Barra Bonita - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 29/11/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Barra Bonita, 29/11/2016

DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito Municipal

EMERSON FILIMBERTI
Contador CRC. 019.808/O-4

RREO - ANEXO XI - DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

Município de Barra Bonita - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITAS							R\$ 1,00
RECEITA DE CAPITAL							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		237.620,00				74.090,00	163.530,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		237.620,00				74.090,00	163.530,00
TOTAL		237.620,00				74.090,00	163.530,00
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)							
Despesas de Capital		0,00				0,00	0,00
TOTAL		0,00				0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)				SALDO ATUAL (j) = (h+i)
		0,00				74.090,00	74.090,00
FONTE:							

Barra Bonita, 29/11/2016

DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito MunicipalEMERSON FILMBERTI
Contador CRC. 019.808/O-4

RREO - ANEXO XII - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Município de Barra Bonita - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	236.298,61	236.298,61	86.730,92	36,70	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	25.855,25	25.855,25	27.043,01	104,59	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	18.960,52	18.960,52	22.857,94	120,56	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	125.828,90	125.828,90	33.302,83	26,47	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	56.881,56	56.881,56	0,00	0,00	
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.896,08	1.896,08	729,49	38,47	
Dívida Ativa dos Impostos	3.792,12	3.792,12	1.009,90	26,63	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	3.084,18	3.084,18	1.787,75	57,97	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	8.996.558,08	8.996.558,08	5.892.637,02	65,50	
Cota-Parte FPM	6.178.120,00	6.178.120,00	3.894.844,42	63,04	
Cota-Parte ITR	3.033,69	3.033,69	2.056,06	67,77	
Cota-Parte IPVA	68.257,88	68.257,88	76.170,12	111,59	
Cota-Parte ICMS	2.661.344,00	2.661.344,00	1.876.434,60	70,51	
Cota-Parte IPI-Exportação	60.673,67	60.673,67	26.527,65	43,72	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	25.128,84	25.128,84	16.604,17	66,08	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	22.752,64	22.752,64	7.598,80	33,40	
Outras	2.376,20	2.376,20	9.005,37	378,98	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	9.232.856,69	9.232.856,69	5.979.367,94	64,76	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	758.420,78	758.420,78	456.642,07	60,21	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	758.420,78	758.420,78	456.642,07	60,21	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	2.126.469,50	2.678.454,79	1.894.488,05	70,73	
Pessoal e Encargos Sociais	1.041.230,42	1.541.873,86	1.070.941,26	69,46	
Outras Despesas Correntes	1.085.239,08	1.136.580,93	823.546,79	72,46	
DESPESAS DE CAPITAL	121.826,88	356.826,88	86.283,26	24,18	
Investimentos	121.826,88	356.826,88	86.283,26	24,18	

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Barra Bonita - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	121.826,88	356.826,88	86.283,26	24,18	74.701,26	20,93
Investimentos	121.826,88	356.826,88	86.283,26	24,18	74.701,26	20,93
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.248.296,38	3.035.281,67	1.980.771,31	65,26	1.727.423,75	56,91
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	571.034,02	809.517,17	399.312,96	20,16	351.138,35	20,33
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	571.034,02	809.517,17	399.312,96	20,16	351.138,35	20,33
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	571.034,02	809.517,17	399.312,96	20,16	351.138,35	20,33
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.677.262,36	2.225.764,50	1.581.458,35	79,84	1.376.285,40	79,67
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						23,02
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i)] - (15 x IIIB)/100⁶						479.380,21

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Barra Bonita - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	0,00			0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.259.063,85	3.051.549,14	2.030.858,35	99,25	1.768.082,21
Vigilância Sanitária	34.975,33	34.975,33	15.252,96	0,75	13.791,54
Alimentação e Nutrição	14.257,20	14.257,20	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.308.296,38	3.100.781,67	2.046.111,31	100,00	1.781.873,75
					100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "Total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "Total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $\left[\frac{V}{(h+i)} - (15 \times \frac{ilb}{100}) \right]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Barra Bonita - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Barra Bonita, 29/11/2016

DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito Municipal

EMERSON FILIMBERTI
Contador CRC. 019.808/O-4

RREO - ANEXO XIII - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Município de Barra Bonita - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)		

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:

Barra Bonita, 29/11/2016

DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito Municipal

EMERSON FILIMBERTI
Contador CRC. 019.808/O-4

RREO - ANEXO XIV - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de Barra Bonita - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		12.380.006,73	
Previsão Atualizada		12.380.006,73	
Receitas Realizadas		8.165.724,30	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.029.432,34	
DESPESAS			
Dotação Inicial		12.380.006,73	
Créditos Adicionais		1.606.650,49	
Dotação Atualizada		13.986.657,22	
Despesas Empenhadas		8.894.632,33	
Despesas Liquidadas		8.222.077,80	
Despesas pagas		8.051.287,40	
Superavit Orçamentário		0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		8.894.632,33	
Despesas Liquidadas		8.222.077,80	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		10.262.918,77	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	156.921,96
Resultado Primário		0,00	-130.290,28
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	762.707,22	0,00	337.344,51
EXECUTIVO	647.973,58	0,00	334.944,51
LEGISLATIVO	2.400,00	0,00	2.400,00
EXECUTIVO	112.333,64	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	50.670,14	0,00	27.553,58
EXECUTIVO	50.670,14	0,00	27.553,58
TOTAL:	813.377,36	0,00	364.898,09
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.491.146,17	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		405.369,91	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		939.617,06	1.186.696,32

Continua 1/2

Município de Barra Bonita - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)			0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)			0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)			0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					163.530,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			74.090,00		0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos			1.376.285,40	15,00	23,02	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)			0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Barra Bonita, 29/11/2016

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

EMERSON FILIMBERTI

Contador CRC. 019.808/O-4

Barra Velha

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 198 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016 REPUBLICAÇÃO

lei COMPLEMENTAR nº 198 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016
"Altera a Lei Complementar nº 82, de 07 de agosto de 2009"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em atendimento ao Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O Art. 1º, da Lei Complementar n. 82, de 07 de agosto de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Esta Lei reorganiza a Estrutura Administrativa e o Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Barra Velha, descrevendo as atribuições das Unidades Administrativas e suas respectivas competências.

§ 1º A estrutura organizacional da Câmara de Vereadores de Barra Velha, para cumprir seus objetivos legais e regimentais, fica assim constituída:

I - Plenário;

II - Comissões Legislativas;

III - Mesa Diretora;

IV - Presidência;

V - Chefia de Gabinete;

VI - Controladoria;

VII - Diretoria Geral;

VIII - Assessoria Jurídica;

IX - Assessoria de Comunicação;

X - Diretoria Administrativa/Financeira:

a) Setor de Compras e Licitações;

b) Setor de Contabilidade, Orçamento e Finanças:

b.1) Patrimônio;

b.2) Motorista;

b.3) Vigia;

b.4) Serviços gerais;

c) Assistência Administrativa e Legislativa:

c.1) Recepção;

XI - Diretoria de Plenário e Processo Legislativo:

a) Assessoria Parlamentar;

b) Assessoria Especial de Plenário.

§ 2º O Organograma Funcional/Estrutural está indicado no ANEXO I, o qual faz parte integrante desta Lei.

§ 3º Fica instituída a representação gráfica da estrutura organizacional de que trata este artigo, na forma esquematizada no Anexo I, parte integrante e indissociável desta Lei.

§ 4º Os cargos que compõem a estrutura da Câmara de Vereadores, número de vagas e seus respectivos vencimentos, são aqueles constantes do Anexo II desta Lei.

§ 5º Os órgãos referidos nos incisos V, VI, VII, VIII, IX, X e XI deste artigo, são imediatamente subordinados ao Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores;

§ 6º Na qualidade de representante do Poder Legislativo Municipal, o Presidente da Câmara adotará as medidas cabíveis para que os órgãos sob seu comando atuem efetivamente de forma integrada, eficiente e racional, na realização das incumbências indispensáveis ao cumprimento de seu objetivo permanente.

Art. 2º. O Capítulo X, da Lei Complementar nº 82, de 07 de agosto de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO X

DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA/FINANCEIRA

Art. 14. Compete a Diretoria Administrativa/Financeira:

I - Observar e fazer cumprir as disposições legais, regimentais e regulamentares, bem como as determinações superiores;

II - Executar as atividades de planejamento e coordenação dos trabalhos de elaboração orçamentária, bem como de acompanhamento e controle de sua execução;

III - Executar as atividades de análise e certificação da exatidão, integridade e autenticidade dos atos e fatos financeiros e seus registros;

IV - Executar as atividades de orientação e acompanhamento dos serviços de recebimento, pagamento, guarda e movimentação dos dinheiros e valores da Câmara de Vereadores;

V - Realizar outras atividades que lhe sejam atribuídas, desde que compatíveis com a natureza de suas funções.

Parágrafo único: O Diretor Administrativo/Financeiro, por se tratar de função de confiança, está imediatamente subordinado ao Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores.

SEÇÃO I

DO SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Art. 15. Compete ao Setor de Licitações:

I - Observar e fazer cumprir as disposições legais, regimentais e regulamentares, bem como as determinações superiores;

II - Coordenar, orientar e controlar as atividades referentes à aquisição de materiais permanentes e de consumo, bem como a contratação de serviços;

III - Realizar a devida reserva orçamentária junto à Diretoria Financeira para todas as compras e contratações da Câmara de Vereadores;

IV - Comunicar a Diretoria Geral a inidoneidade dos fornecedores ou licitantes cujo procedimento justifique esta medida;

V - Determinar a modalidade de licitação, considerando o montante previsto da compra;

VI - Decidir, sob orientação jurídica, pela dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando for o caso;

VII - Estabelecer critérios que devam orientar as decisões quanto às compras e contratações;

VIII - Solicitar pareceres jurídicos, quando necessário;

IX - Solicitar parecer técnico nos processos de aquisição de materiais, equipamentos e serviços especializados, quando necessário;

X - Supervisionar, monitorar e avaliar o desenvolvimento dos contratos firmados entre a Câmara de Vereadores e seus fornecedores;

XI - Acompanhar a execução de todos os contratos da Câmara de Vereadores;

XII - Receber as notas fiscais ou faturas e providenciar a sua liquidação, após a conferência a aceite do Almoxarifado;

XIII - Estabelecer sistema adequado para o monitoramento dos contratos;

XIV - Interagir com a equipe responsável pela elaboração dos contratos para que estes contenham os elementos requeridos pelo sistema de gerenciamento de contratos;

XV - Propor a Diretoria Geral, quando for o caso, a tomada de medidas reguladoras em caso de descumprimento do contrato pelos fornecedores, inclusive a aplicação de penalidades;

XVI - Elaborar relatórios sobre a execução dos contratos;

XVII - Organizar e manter atualizado arquivo dos contratos firmados

pela Câmara de Vereadores;

XVIII - Propor instrumentos para facilitar o gerenciamento dos contratos, implementando-os em conjunto com as demais unidades;
XIX - Realizar outras competências que lhe sejam atribuídas, desde que compatíveis com a natureza de suas funções.

SEÇÃO II

DO SETOR DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E FINANÇAS:

Art. 16. Compete ao Setor de Contabilidade, Orçamento e Finanças:

I - Observar e fazer cumprir as disposições legais, regimentais e regulamentares, bem como as determinações superiores;

II - Coordenar, implementar, implantar e controlar procedimentos nas áreas de orçamento e contabilidade;

III - Preparar e encaminhar, na época própria, para fins orçamentários, a proposta parcial de despesas da Câmara de Vereadores para o exercício seguinte;

IV - Fazer registrar, sintética e analiticamente, em todas as suas fases, as operações da Câmara de Vereadores resultantes e independentes da execução orçamentária;

V - Organizar, mensalmente, o balancete financeiro;

VI - Preparar, na época própria, o balanço geral da Câmara de Vereadores, com os respectivos quadros demonstrativos;

VII - Assinar os balanços, balancetes e outros documentos de apuração contábil, financeira e orçamentária;

VIII - providenciar o empenho prévio das despesas da Câmara de Vereadores;

IX - Fornecer elementos, quando solicitado, para a abertura de créditos adicionais;

X - Promover o exame e conferência dos processos de pagamento, tomando as providências cabíveis se verificadas irregularidades;

XI - Preparar e encaminhar, na época própria, os balancetes mensais, financeiro e orçamentário, para fins de consolidação das contas públicas municipais;

XII - Manter o controle dos depósitos e retiradas bancárias;

XIII - Promover o registro contábil dos bens patrimoniais da Câmara de Vereadores;

XIV - Aplicar e fazer aplicar a legislação pertinente, considerando os regramentos relacionados ao regime jurídico, inclusive prestando esclarecimentos aos servidores sempre que demandado;

XV - Preparar subsídios para análises e discussões, com os órgãos interessados, da proposta orçamentária da Câmara de Vereadores na parte referente a pessoal;

XVI - Realizar as atividades de recrutamento mediante concurso público, de acordo com as deliberações da Mesa Diretora;

XVII - Fazer preparar para publicação o resultado dos concursos públicos;

XVIII - Preparar os atos de nomeação dos novos servidores, bem como lavar outros correlatos e, ainda, os termos de posse dos servidores da Câmara de Vereadores, enviando-os para publicação legal;

XIX - Supervisionar as atividades relacionadas à identificação e à matrícula dos servidores da Câmara de Vereadores, bem como a expedição dos respectivos cartões funcionais;

XX - Elaborar plano de trabalho para a revisão periódica do Plano de Cargos e Vencimentos, organizando a lotação nominal e numérica dos servidores da Câmara de Vereadores;

XXI - Promover a apuração do tempo de serviço do pessoal para todo e qualquer efeito, fornecendo certidões e declarações funcionais;

XXII - Providenciar, junto aos órgãos competentes, a inspeção médica dos servidores, para admissão, licença, aposentadoria e outros fins legais;

XXIII - Supervisionar através de software de controle de ponto, ou na falta deste, de forma manual, o controle de frequência do pessoal, para efeito de pagamento e tempo de serviço, de acordo as orientações das chefias imediatas e legislação pertinente;

XXIV - Verificar os dados relativos ao controle do abono-família, do adicional por tempo de serviço e outras vantagens dos servidores,

previstos na legislação em vigor;

XXV - Providenciar os assentamentos da vida funcional e de outros dados dos servidores da Câmara de Vereadores, supervisionando a organização e atualização dos registros, controles e ocorrências de servidores e parlamentares, zelando para que estes sejam devidamente autuados, tendo numeradas todas as páginas que o integram;

XXVI - Comunicar a Diretoria Geral das irregularidades que se relacionem com a administração de pessoal da Câmara de Vereadores;

XXVII - Promover e acompanhar a execução de programas de bem-estar social para os servidores da Câmara de Vereadores, realizando ações voltadas para a prevenção, a educação e o acompanhamento em saúde, em articulação com o Ambulatório dos Servidores Municipais, ou órgão equivalente;

XXVIII - Organizar e controlar a escala de férias dos servidores, de acordo com as definições das chefias imediatas, providenciando cálculos e documentação para envio à Diretoria Geral para pagamento;

XXIX - Comunicar, com a devida antecedência, a Diretoria Geral, a exoneração ou demissão de qualquer servidor da Câmara de Vereadores responsável por dinheiro e valores públicos;

XXX - Preparar e receber as declarações de bens dos servidores a elas sujeitos e proceder ao respectivo registro;

XXXI - Fornecer, anualmente, aos servidores e aos Vereadores, informações necessárias à declaração de rendimentos de cada um deles;

XXXII - Realizar outras competências que lhe sejam atribuídas, desde que compatíveis com a natureza de suas funções.

SUBSEÇÃO I

DO PATRIMÔNIO

Art. 17. Compete ao Patrimônio:

I - Observar e fazer cumprir as disposições legais, regimentais e regulamentares, bem como as determinações superiores;

II - Coordenar, implementar, implantar e controlar as atividades de administração patrimonial e serviços gerais;

III - Auxiliar no recebimento de materiais de consumo e permanentes e verificar a compatibilidade do item recebido com o pedido;

IV - Receber as demandas por móveis, equipamentos e serviços, verificando as condições de atendimento segundo a disponibilidade já existente na Câmara;

V - Encaminhar ao Setor de Compras e Licitações as demandas que, depois de analisadas, não puderem ser supridas nas condições do inciso anterior;

VI - Classificar, numerar e codificar o material permanente;

VII - Organizar e manter os registros e controles do patrimônio;

VIII - Realizar, anualmente, o inventário dos bens patrimoniais;

IX - Executar as atividades de alienação dos bens patrimoniais inservíveis da Câmara de Vereadores;

X - Comunicar, por escrito, a Diretoria Geral os desvios e falta de material, eventualmente verificados;

XI - Implementar programa de conservação e manutenção preventiva dos bens móveis de Câmara de Vereadores, coordenando-se, para isso, com as chefias das unidades usuárias;

XII - Controlar a operação da frota de veículos da Câmara de Vereadores, bem como de sua manutenção, e o consumo de combustível;

XIII - Manter controle das chaves das dependências da Câmara de Vereadores;

XIV - Promover a abertura e o fechamento da Câmara de Vereadores nos dias e horários regulamentares e nas ocasiões especiais;

XV - Realizar outras competências que lhe sejam atribuídas, desde que compatíveis com a natureza de suas funções.

SUBSEÇÃO II

DOS SERVIÇOS GERAIS

Art. 18. Aos Serviços Gerais compete:

I - Coordenar, controlar e fiscalizar a execução dos serviços de limpeza, jardinagem e conservação de todas as dependências da sede;

II - Sugerir os serviços de dedetização e/ou fumigação das dependências da Câmara de Vereadores, sempre que a medida for recomendada;

III - Manter o serviço de copa e cozinha em funcionamento e em condições de higiene;

IV - Preparar e servir água e café aos vereadores, convidados e servidores, quando solicitado;

V - Providenciar a execução dos serviços de fotocópias de documentos;

VI - Requisitar o material necessário à execução dos serviços, mantendo estoque regular e providenciando sua distribuição;

VII - Realizar outras competências que lhe sejam atribuídas, desde que compatíveis com a natureza de suas funções.

Art. 3º. O Capítulo XI, da Lei Complementar nº 82, de 07 de agosto de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO XI

DA DIRETORIA DE PLENÁRIO E PROCESSO LEGISLATIVO

Art. 19. Compete a Diretoria de Plenário e Processo Legislativo:

I - Observar e fazer cumprir as disposições legais, regimentais e regulamentares, bem como as determinações superiores;

II - Assessorar a Presidência, a Mesa Diretora, as Comissões e os Vereadores em assuntos relativos ao exercício do mandato e atribuições dos cargos;

III - Assessorar as atividades do processo legislativo;

IV - Exercer a consultoria aos demais órgãos de direção e assessoramento da Câmara de Vereadores;

V - Planejar, coordenar, acompanhar, avaliar e fazer cumprir, com qualidade e fundamentação técnica, as atividades legislativas;

VI - Dirigir os trabalhos da Mesa, durante a realização de Sessões Ordinárias ou Extraordinárias, bem como os das Comissões Permanentes, Comissões Parlamentares de Inquérito e Comissões Especiais de Vereadores;

VII - Auxiliar na redação de requerimentos, projetos de lei, de resolução, de decreto legislativo e demais matérias que devam ser apreciadas pelo Plenário, acompanhando e analisando os textos a serem publicados;

VIII - Proceder ao acompanhamento das Sessões;

IX - Elaborar ata das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, na forma regimental, e transcrever pronunciamentos quando solicitado;

X - Oferecer e propiciar suporte técnico às Comissões Permanentes, Temporárias e aos Vereadores no desenvolvimento de proposições;

XI - Elaborar ata na íntegra, das reuniões das comissões permanentes e temporárias e das audiências públicas;

XII - Emitir parecer a respeito da legalidade das proposições e da técnica legislativa, desde que solicitada;

XIII - Dar atendimento aos Vereadores e servidores na pesquisa da legislação Municipal, Estadual e Federal;

XIV - Executar o programa Câmara Mirim, promovendo a interação entre a Câmara de Vereadores e os alunos das escolas do Município de Barra Velha;

XV - Organizar a pauta das sessões da Câmara Mirim, auxiliando os Vereadores Mirins na elaboração dos trabalhos (moções, requerimentos, preposições, indicações, etc.);

XVI - Organizar a pauta das sessões da Câmara Mirim, auxiliando os Vereadores Mirins na elaboração dos trabalhos (moções, requerimentos, preposições, indicações, etc.);

XVII - Desenvolver atividades com as Comissões Técnicas da Câmara Mirim, interna e externamente, auxiliando também na elaboração de projetos de lei, que posteriormente serão sugeridos para a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores;

XVIII - Fazer o acompanhamento constante do desempenho escolar de cada vereador mirim participante, promovendo visitas periódicas às escolas e reuniões com diretores e professores;

XIX - Encaminhar aos órgãos competentes, através de ofício da Câmara de Vereadores, de todos os trabalhos aprovados nas sessões da Câmara Mirim;

XX - Desenvolver e acompanhar os Vereadores Mirins em visitas

culturais aos órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário;

XXI - Realizar outras competências que lhe sejam atribuídas, desde que compatíveis com a natureza de suas funções.

Parágrafo único: O Diretor de Plenário e Processo Legislativo, por se tratar de função de confiança, está imediatamente subordinado ao Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores.

SEÇÃO I

DA ASSESSORIA PARLAMENTAR

Art. 20. Compete a Assessoria Parlamentar:

I - Observar e fazer cumprir as disposições legais, regimentais e regulamentares, bem como as determinações superiores;

II - Secretariar o parlamentar;

III - Atender ao público e registrar providências a serem executadas pelo Parlamentar;

IV - Registrar e coordenar a agenda do parlamentar;

V - Confirmar presença do parlamentar em eventos oficiais;

VI - Organizar eventos promovidos pelo Parlamentar, no exercício do seu mandato;

VII - Cuidar das correspondências dos gabinetes;

VIII - Cuidar da organização, convites e equipe de apoio das audiências públicas promovidas pelos parlamentares;

IX - Assessorar os parlamentares em plenário;

X - Assessorar a Mesa Diretora no atendimento aos Gabinetes Parlamentares;

XI - Coordenar as ações administrativas, por determinação da Mesa Diretora, dos Gabinetes dos Parlamentares e da Presidência;

XII - Assessorar ações administrativas junto as Comissões Permanentes;

XIII - Prestar serviços administrativos junto aos Gabinetes da Presidência, dos Parlamentares e dos demais setores administrativos;

XIV - Fazer acompanhamento das proposições parlamentares junto a Diretoria de Plenário e Processo Legislativo, informando a comunidade e aos Vereadores o andamento de suas proposições;

XV - Executar estudos a pedido dos parlamentares, desde que formulados por escrito e autorizados pela Presidência da Câmara;

XVI - Assessorar os parlamentares em ações junto à comunidade;

XVII - Promover integração dos mandatos parlamentares com a comunidade;

XVIII - Realizar outras competências que lhe sejam atribuídas, desde que compatíveis com a natureza de suas funções.

SEÇÃO II

DA ASSESSORIA ESPECIAL DE PLENÁRIO

Art. 21. Compete a Assessoria Especial de Plenário:

I - Observar e fazer cumprir as disposições legais, regimentais e regulamentares, bem como as determinações superiores;

II - Assessorar a Mesa Diretora e aos demais Edis durante as sessões, no que for solicitado, observando o descrito no Regimento Interno;

III - Realizar outras atividades que lhe sejam atribuídas, desde que compatíveis com a natureza de suas funções.

Parágrafo único: O Assessor Especial de Plenário, por se tratar de função de confiança, está imediatamente subordinado ao Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores.

Art. 4º. Fica revogado o Capítulo XII da Lei Complementar nº 82, de 07 de agosto de 2009.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

BARRA VELHA, 16 de novembro de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRACISCO

Prefeito

LEI Nº 1557, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº 1557, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo a dar nome a UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, localizada no Bairro Itajuba, neste município."

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a dar o nome de JOSÉ ERNESTO PROVESI a UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE localizada na Rua Raimundo José Aguiar, nº 200, Bairro Itajuba, neste município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha, 23 de novembro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

LEI Nº 1558, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº 1558, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo a dar nome a UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, localizada no Bairro Centro, neste município."

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a dar o nome de MANOEL MIGUEL PINHEIRO à UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE localizada na Rua Militino da Costa, 86, Bairro Centro, neste município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha, 23 de novembro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

LEI Nº 1559, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº 1559, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo a dar nome a UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, localizada no Bairro Quinta dos Açorianos, neste município."

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a dar o nome de SUELI HELENA PEQUENO DA SILVEIRA a UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE localizada na Rua Das Violetas, nº 120, Bairro Quinta dos Açorianos, neste município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha, 23 de novembro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PORTARIA Nº 1681, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 1681, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público – Secretaria de Saúde"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, e Lei Complementar 196, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 1091, de 21 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato ROBSON VENERO para o cargo efetivo de TECNICO DE ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, Nível 6, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotado na Estratégia de Saúde da Família do Bairro São Cristóvão, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, e terá o prazo de 15 (quinze) dias para o servidor empossado entrar em exercício, contados da data da posse.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 28 de novembro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PP 016/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 031/2016 - Pregão Presencial nº 016/2016

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por LOTE para Locação de figura luminosa em formato de pinheiro que será instalada na entrada do Município de Barra Velha. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 13/12/2016 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 13/12/2016 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 29 de novembro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETO Nº 402

DECRETO N.º 402/2016, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

“DETERMINA PRAZO DE RECEBIMENTO DE NOTAS FISCAIS, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado que Compras Diretas e Emissões de Autorização de Fornecimento de materiais e/ou serviços da Administração Municipal Direta e Indireta, somente poderão ser realizadas até a data de 12/12/2016, e as notas fiscais correspondentes deverão ser encaminhadas até a data de 15/12/2016 para a Secretaria Municipal correspondente.

Art. 2º. Todas as Autorizações de Fornecimento emitidas no ano de 2016 deverão ter as notas fiscais correspondentes emitidas e encaminhadas para o Departamento Contábil até a data de 15/12/2016 e o não encaminhamento destas sujeitará à anulação das Autorizações de Fornecimento e dos empenhos correspondentes.

Art. 3º. Este Decreto não se aplica a Compras Diretas e Emissões de Autorização de Fornecimento de materiais e/ou serviços de caráter urgente mediante autorização do Prefeito Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo – SC, 21 de novembro de 2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 21/11/2016

Benedito Novo

PREFEITURA

2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2016
PREGÃO PRESENCIAL nº 56/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA MANUTENÇÃO DE BUEIROS E DA REDE DE ESGOTOS DO MUNICÍPIO.
EMPRESA FORNECEDORA: DRAGÃO INDUTRIA E COMERCIO LTDA ME
ITEM E VALOR REGISTRADO: A empresa sagrou-se vencedora em todos os itens, totalizando a quantia de R\$ 18.235,00 (dezoito mil e duzentos e trinta e cinco reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 22/08/2016 a 22/12/2016.
VALIDADE DA ATA: 4 meses
Benedito Novo (SC), 22 de agosto de 2016.
Jean Michel Grundmann - Prefeito

2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2016
PREGÃO PRESENCIAL nº 57/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE LAMINAS PARA ENXADA ROTATIVA MEC-RUL.
EMPRESA FORNECEDORA: JULIO SILVESTRI FILHO ME
ITEM E VALOR REGISTRADO: A empresa sagrou-se vencedora no único item, totalizando a quantia de R\$ 7.796,00 (sete mil e setecentos e noventa e seis reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 22/08/2016 a 22/02/2017.
VALIDADE DA ATA: 6 meses
Benedito Novo (SC), 22 de agosto de 2016.
Jean Michel Grundmann - Prefeito

3º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2016
PREGÃO ELETRÔNICO nº. 35/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (ÁREA CELESC)

EMPRESA FORNECEDORA: ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME

VALOR REGISTRADO: R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 24/05/2016 a 24/05/2017
VALIDADE DA ATA: 12 meses
Benedito Novo (SC), 24/05/2016
Jean Michel Grundmann - Prefeito

4º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2016
PREGÃO PRESENCIAL nº. 8/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO LEGAL/INSTITUCIONAL, E, JORNAL(IS) DE FORMATO TABLOIDE COM CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL, DE MATÉRIAS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EMPRESA FORNECEDORA: EDITORA JORNAL DO MÉDIO VALE
ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 03, 04 e 05 totalizando a quantia de R\$ 80.240,00 (oitenta mil e duzentos e quarenta reais).
EMPRESA FORNECEDORA: RAITER EDITORA E EVENTOS LTDA ME
ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 01 e 02, totalizando a quantia de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 18/02/2016 a 18/02/2017
VALIDADE DA ATA: 12 meses
Benedito Novo (SC), 19/02/2016
Jean Michel Grundmann - Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 221/2016

DECRETO Nº 221/2016 DE: 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

Declara luto oficial em sinal de pesar pelas vítimas do ACIDENTE AÉREO, OCORRIDO NA MADRUGADA desta TERÇA-FEIRA, 29, COM a delegação da EQUIPE DE FUTEBOL DA chapecoense NA COLOMBIA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 98, caput, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

Considerando, a tragédia aérea ocorrida, na madrugada desta terça-feira, 29, com a delegação da Chapecoense que se deslocava para Medellin, na Colômbia, onde amanhã disputaria o primeiro jogo da final da Copa Sul-Americana contra o Atlético Nacional; Considerando, que a Chapecoense, além de levar o nome de Chapecó e de Santa Catarina para todo o Brasil e a América Latina, estava fazendo história ao ser o primeiro clube catarinense a disputar a final de uma competição internacional;

DECRETA:

Art. 1º É declarado luto oficial em todo o Município, pelo período de três dias, pelas vítimas do acidente aéreo ocorrido nesta madrugada com o avião que levava a delegação e a equipe de futebol da Chapecoense, e em sinal de pesar e solidariedade aos familiares dos jogadores, dirigentes, jornalistas, delegação e torcedores, neste momento de muita dor para o esporte de Santa Catarina e do Brasil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 29 de novembro de 2016.

Vilson Norberto Alves

Prefeito de Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 2873/2016

PORTARIA nº 2873 de 25 de novembro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Thiago Alexandre Pereira, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Governo, a contar de 09/11/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/11/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2874/2016

PORTARIA nº 2874 de 25 de novembro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Clemilson Augusto de Souza, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Superintendente de Saúde, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 04/11/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/11/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2875/2016

PORTARIA nº 2875 de 25 de novembro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GISELE MARTINS DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/11/2016 a 09/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/11/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2876/2016

PORTARIA nº 2876 de 25 de novembro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SANDRA MARIA PORTO DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 24/10/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/10/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2877/2016

PORTARIA nº 2877 de 25 de novembro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TAIANA PRAUSE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de ASSISTENTE SOCIAL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 16/11/2016 a 31/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/11/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2878/2016

PORTARIA Nº 2878/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), VERA TEREZA CIDADE DE JESUS, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10473/2016 em anexo no período de 31/10/2016 a 06/11/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2879/2016

PORTARIA Nº 2879/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), VERA TEREZA CIDADE DE JESUS, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10570/2016 em anexo no período de 07/11/2016 a 14/11/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2880/2016

PORTARIA Nº 2880/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), CARMEN FEDERIZZI, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10676/2016 em anexo no período de 07/11/2016 a 11/11/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2881/2016

PORTARIA Nº 2881/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), CARMEN FEDERIZZI, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10935/2016 em anexo no período de 17/11/2016 a 26/11/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2882/2016

PORTARIA Nº 2882/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANGELICA DO AMARAL DO NASCIMENTO SCHIFLER, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10890/2016 em anexo no período de 17/11/2016 a 01/12/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2883/2016

PORTARIA Nº 2883/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), PAOLA REIS PACHECO, ocupante do Cargo temporário de AGENTE DE ENDEMIAS – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10805/2016 em anexo no período de 08/11/2016 a 11/11/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2884/2016

PORTARIA Nº 2884/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo temporário de AGENTE DE ENDEMIAS – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10804/2016 em anexo nos períodos de 19/10/2016 a 21/10/2016 e de 30/10/2016 a 02/11/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2885/2016

PORTARIA Nº 2885/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), IVETE HACK KRAUS, ocupante do Cargo temporário de ESCRITURÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10804/2016 em anexo nos períodos de 18/11/2016 a 21/11/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2886/2016

PORTARIA Nº 2886/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), VANILDA LETICIA MARÇAL GALLO, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11009/2016 em anexo nos períodos de 21/11/2016 a 27/11/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2887/2016

PORTARIA Nº 2887/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), VALDIRENE ALVES DA SILVA, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11009/2016 em anexo nos períodos de 08/11/2016 a 17/11/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2888/2016

PORTARIA Nº 2888/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), RAFAEL ALDINEI MASSANEIRO FOLSTER, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8872/2016 em anexo nos períodos de 27/08/2016 a 10/09/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2889/2016

PORTARIA Nº 2889/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), FILIPE GOMES VIEIRA, ocupante do Cargo comissionado de ASSISTENTE TÉCNICO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10656/2016 em anexo nos períodos de 07/11/2016 a 20/11/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2889/2016

PORTARIA Nº 2889/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), FILIPE GOMES VIEIRA, ocupante do Cargo comissionado de ASSISTENTE TÉCNICO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10656/2016 em anexo nos períodos de 07/11/2016 a 20/11/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2890/2016

PORTARIA Nº 2890/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), VERA LUCIA LOPES KAIR, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 10912/2016 em anexo no período de 21/11/2016 a 05/12/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2891/2016

PORTARIA Nº 2891/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), DEISE MARIA COELHO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 10988/2016 em anexo no período de 21/11/2016 a 05/12/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2892/2016

PORTARIA Nº 2892/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), VELANI DASI SOARES, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 10988/2016 em anexo no período de 06/11/2016 a 10/11/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2893/2016

PORTARIA Nº 2893/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), NAYME RODRIGUES DE ABREU, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 10742/2016 em anexo nos períodos de 01/11/2016 a 01/11/2016, de 04/11/2016 a 04/11/2016 e de 09/11/2016 a 10/11/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2894/2016

PORTARIA Nº 2894/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), SANDRA ASOLINI VIEIRA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE BIBLIOTECA – SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 10752/2016 em anexo no período de 12/11/2016 a 26/11/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2895/2016

PORTARIA Nº 2895/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARCELITE DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 10928/2016 em anexo no período de 18/11/2016 a 18/11/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2896/2016

PORTARIA Nº 2896/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), LUIZ ANDRE PIMENTEL MACEDO, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA – SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 10769/2016 em anexo nos períodos de 26/10/2016 a 26/10/2016 e de 11/11/2016 a 13/11/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2897/2016

PORTARIA Nº 2897/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANDREIA LUCIA GOULARTE ROSA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10781/2016 em anexo no período de 24/12/2016 a 24/04/2017.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2898/2016

PORTARIA Nº 2898/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), FRANCIELLY MARCIA SOUZA DE ANDRADE, ocupante do Cargo efetivo de ENFERMEIRO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10252/2016 em anexo no período de 08/11/2016 a 07/12/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2900/2016

PORTARIA Nº 2900/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), PRISCILLA CARDOSO DA SILVA ZIMMERMANN, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10447/2016 em anexo nos períodos de 10/10/2016 a 10/10/2016, e de 15/10/2016 a 16/10/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2901/2016

PORTARIA Nº 2901/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), NATALI RAMOS DEPIERI, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10792/2016 em anexo no período de 15/11/2016 a 14/12/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2902/2016

PORTARIA Nº 2902/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARÇAL FRANCELINO RODRIGUES, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10749/2016 em anexo no período de 11/11/2016 a 15/12/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2903/2016

PORTARIA Nº 2903/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ZENILDE MARIA FERREIRA, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10545/2016 em anexo no período de 07/11/2016 a 09/11/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2904/2016

PORTARIA Nº 2904/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JOSE GUILHERME TEIXEIRA DE ARAUJO, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10391/2016 em anexo no período de 22/09/2016 a 03/01/2017.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2905/2016

PORTARIA Nº 2905/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), GEANE LUIZA DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10760/2016 em anexo no período de 11/11/2016 a 25/11/2016.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2906/2016

PORTARIA Nº 2906/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de FISCAL DO MEIO AMBIENTE – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10760/2016 em anexo no período de 07/11/2016 a 15/01/2017.

Biguaçu, 25 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2907/2016

PORTARIA Nº 2907/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANNA CAROLINA SCHVEITZER DA LUZ, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 105891/2016 em anexo no período de 08/11/2016 a 05/05/2017.

Biguaçu, 28 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2908/2016

PORTARIA Nº 2908/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), TATIANA FERREIRA CRISTOFOLINI, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10517/2016 em anexo no período de 02/11/2016 a 08/11/2016.

Biguaçu, 28 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2909/2016

PORTARIA Nº 2909/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), TATIANA FERREIRA CRISTOFOLINI, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10650/2016 em anexo no período de 08/11/2016 a 10/12/2016.

Biguaçu, 28 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2910/2016

PORTARIA Nº 2910/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), DENISE CRISTINA MIGUEL, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10645/2016 em anexo no período de 09/11/2016 a 08/12/2016.

Biguaçu, 28 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2911/2016

PORTARIA Nº 2911/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), DEISE MARIA COELHO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10714/2016 em anexo no período de 06/11/2016 a 11/11/2016.

Biguaçu, 28 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2912/2016

PORTARIA Nº 2912/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARIA GORETE FERNANDES QUINTINO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10567/2016 em anexo no período de 08/11/2016 a 22/11/2016.

Biguaçu, 28 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2913/2016

PORTARIA Nº 2913/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), TERESINHA APARECIDA DALPRA FAGUNDES, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10567/2016 em anexo no período de 18/11/2016 a 17/12/2016.

Biguaçu, 28 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2914/2016

PORTARIA Nº 2914/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), CLEUSA DOS SANTOS, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10567/2016 em anexo no período de 14/11/2016 a 15/12/2016.

Biguaçu, 28 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2915/2016

PORTARIA Nº 2915/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JULIANA APARECIDA DE PAULO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10756/2016 em anexo no período de 10/11/2016 a 18/12/2016.

Biguaçu, 28 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2916/2016

PORTARIA Nº 2916/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), LEORENI ANTONIA VIEIRA CARNEIRO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10756/2016 em anexo no período de 08/11/2016 a 21/11/2016.

Biguaçu, 28 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2917/2016

PORTARIA Nº 2917/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), LEORENI ANTONIA VIEIRA CARNEIRO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11035/2016 em anexo no período de 23/11/2016 a 02/12/2016.

Biguaçu, 28 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2918/2016

PORTARIA Nº 2918/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JANAINA MULLER MENDES, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11036/2016 em anexo no período de 22/11/2016 a 21/12/2016.

Biguaçu, 28 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2919/2016

PORTARIA Nº 2919/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ADRIANO GASPAS, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10475/2016 em anexo no período de 03/11/2016 a 06/11/2016.

Biguaçu, 28 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2920/2016

PORTARIA nº 2920 de 28 de novembro de 2016

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Sônia Maria da Silva Campos, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/11/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/11/2016.

Biguaçu, 28 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2921/2016

PORTARIA nº 2921 de 28 de novembro de 2016

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Scheila Pereira Schu, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/11/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/11/2016.

Biguaçu, 28 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2922/2016

PORTARIA nº 2922 de 28 de novembro de 2016

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Cleunice Michelin, detentor do cargo de provimento temporário de Monitor de Transporte Escolar, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/11/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/11/2016.

Biguaçu, 28 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2923/2016

PORTARIA nº 2923 de 28 de novembro de 2016

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) ANDRESSA CRISTINA ALVES, detentor do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/11/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/11/2016.

Biguaçu, 28 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2924/2016

PORTARIA nº 2924 de 28 de novembro de 2016
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) SANDRA MARIA PORTO DA CRUZ, detentor do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 24/10/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/10/2016.

Biguaçu, 28 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2925/2016

PORTARIA nº 2925 de 28 de novembro de 2016
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) ANA CLEIA MOREIRA RAMIRES, detentor do cargo de provimento temporário de PROFESSOR III (LÍNGUA PORTUGUESA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/10/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/10/2016.

Biguaçu, 28 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2926/2016

PORTARIA nº 2926 de 28 de novembro de 2016
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) CARLOS ALBERTO KUNTZ NAZARIO, detentor do cargo de provimento temporário de MÉDICO PLANTONISTA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 07/11/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/11/2016.

Biguaçu, 28 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2927/2016

PORTARIA nº 2927 de 28 de novembro de 2016
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) THIAGO FREITAS DA SILVA, detentor do cargo de provimento temporário de FARMACÊUTICO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 07/11/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/11/2016.

Biguaçu, 28 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2928/2016

PORTARIA nº 2928 de 28 de novembro de 2016
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) GRACE KELLY CALDAS DA SILVA, detentor do cargo de provimento temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 19/11/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/11/2016.

Biguaçu, 28 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2929/2016

PORTARIA nº 2929 de 28 de novembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) LUIZ JOSÉ MARTINS JUNIOR, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de SUPERINTENDENTE DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/10/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/10/2016.

Biguaçu, 28 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2930/2016

PORTARIA nº 2930 de 28 de novembro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) JOCIEL MARTINI GAMBA, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de GERENTE DE OBRAS E MANUTENÇÃO ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/11/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/11/2016.

Biguaçu, 28 de novembro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

ERRATA Nº 01 DO EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 45/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 45/2016

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Considerando a necessidade de alterar o descritivo do item nº 1 disposto no Anexo II do edital vinculativo, altera-se o edital:

Onde se lê no Preâmbulo do Edital (Pregão Presencial nº. 45/2016 – FMS)

(...)AQUISIÇÃO DE PROTETOR SOLAR PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital. (...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 25/11/2016, às 13h59min do dia 07/12/2016;

Início da Sessão de Licitação: às 14h00min do dia 07/12/2016, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (07/12/2016), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias. Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (07/12/2016), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto. (...)

Leia-se no Aviso de Licitação e Preâmbulo do Edital – (Pregão Presencial nº. 45/2016 – FMS)

(...)(...)AQUISIÇÃO DE PROTETOR SOLAR PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital. (...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 25/11/2016, às 13h59min do dia 12/12/2016;

Início da Sessão de Licitação: às 14h00min do dia 12/12/2016, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (12/12/2016), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias. Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (12/12/2016), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto. (...)

Onde se lê no Preâmbulo do Edital (Pregão Presencial nº. 45/2016 – FMS)

(...)

1	PROTETOR SOLAR UVA/UVB FPS 30, PRODUTO INDICADO PARA PELE	300	FRASCO	R\$29,69	R\$ 8.907,00
---	---	-----	--------	----------	--------------

Leia-se no Preâmbulo do Edital – (Pregão Presencial nº. 45/2016 – FMS)

(...)

1	FILTRO SOLAR - PRODUTO DE USO EXTERNO QUE CONTENHA SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS E/OU FÍSICAS QUE ATUAM COMO BARREIRAS PROTETORAS DA PELE CONTRA RADIAÇÕES SOLARES (RAIOS ULTRA-VIOLETA UVA/UVB), COM FATOR DE PROTEÇÃO SOLAR 30 (TRINTA) EM CREME. EM FRASCOS DE 120 ML DO PRODUTO. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E APROVADO PELA SOCIEDADE BRASILEIRA DE DERMATOLOGIA.	300	FRASCO	R\$29,69	R\$ 8.907,00
---	---	-----	--------	----------	--------------

As demais informações constantes no Aviso de Licitação e Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 29 de novembro de 2016.

Gabriel Arthur Loeff
Secretário Municipal de Saúde

Blumenau**PREFEITURA****HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-019/16**

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº. 03-019-16 - Registro de Preços - para manutenção preventiva e corretiva dos sistemas hidráulicos, elétricos e mecânicos, limpeza dos compartimentos das bombas, com fornecimento de peças, nos diques de contenção de cheias e da estação de bombeamento contra enxurradas e do grupo gerador de energia, conforme especificações constantes neste edital pelo período de 01(um) ano – SEDECI.

Contratada: ACM SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA.

CNPJ: 05.885.865/0001-04

Item 01 – valor unitário de R\$210,95 (duzentos e dez reais e noventa e cinco centavos) e valor total de R\$50.468,54 (cinquenta mil quatrocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos);

Item 02 – valor unitário de R\$191,06 (cento e noventa e um reais e seis centavos) e valor total de R\$42.034,01 (quarenta e dois mil trinta e quatro reais e um centavo);

Item 03 – valor unitário de R\$284,60 (duzentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos) e valor total de R\$102.457,44 (cento e dois mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e quarenta e quatro centavos);

Item 04 – valor unitário de R\$222,95 (duzentos e vinte e dois reais e noventa e cinco centavos) e valor total de R\$74.912,94 (setenta e quatro mil novecentos e doze reais e noventa e quatro centavos);

Item 05 – valor total de R\$40.000,00 (quarenta mil reais)

Valor global: R\$309.872,93 (trezentos e nove mil oitocentos e setenta e dois reais e noventa e três centavos).

HOMOLOGAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Chamada Pública nº. 001-16 - Aquisição de gêneros alimentícios prioritariamente os orgânicos e/ou agroecológicos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis - base seca), para alimentação escolar, através da Agricultura Familiar, conforme itens constantes neste edital, Lei nº. 11.947, de 16/07/2009, Resolução nº 26 FNDE/2013, pelo período de 12 meses a partir da assinatura do contrato - SEMED.

Contratados:

Item	DESCRIÇÃO / FORNECEDOR	UN.	Quantidade		Valor	
			Pedida	Proposta	Valor Unitário	Total
1	ABOBORA	KG	3000			
1	CARLOS ANDRE MATHIAS			500	R\$ 2,75	R\$ 1.375,00
1	JOSÉ CARLOS MATHIAS			1000	R\$ 2,75	R\$ 2.750,00
1	DESERTO			1500		
2	AIPIM	KG	5000			
2	CARLOS ANDRE MATHIAS			500	R\$ 4,95	R\$ 2.475,00
2	GILMAR BARTH			2000	R\$ 4,95	R\$ 9.900,00
2	DESERTO			2500		
3	ALFACE LISA	UN.	12000			
3	FREDERICO CARLOS HENSEL			4.000	R\$ 1,85	R\$ 7.400,00
3	MARILDA EICHSTADT			6.000	R\$ 1,85	R\$ 11.100,00
3	DESERTO			2000		
4	ARROZ - pacote 5kg	UN.	15000			
4	DESERTO			15000		
5	BANANA BRANCA	KG	14480			
5	ALMARINA P. MELCHIORETTO			1200	R\$ 3,65	R\$ 4.380,00

5	CLAUDEMAR SAMP			5470	R\$ 3,65	R\$ 19.965,50
5	HEIDI REITER			5470	R\$ 3,65	R\$ 19.965,50
5	RODRIGO MELCHIORETTO			1340	R\$ 3,65	R\$ 4.891,00
5	DESERTO			1000		
6	BANANA PETIÇA OU CATURRA	KG	20000			
6	ALMARINA P. MELCHIORETTO			4500	R\$ 3,30	R\$ 14.850,00
6	PAULO EDUARDO RUEDGER			5000	R\$ 3,30	R\$ 16.500,00
6	RODRIGO MELCHIORETTO			4450	R\$ 3,30	R\$ 14.685,00
6	WIEGOLD ERWIN PASOLD			6050	R\$ 3,30	R\$ 19.965,00
7	BATATA DOCE	KG	5000			
7	CARLOS ANDRE MATHIAS			500	R\$ 3,30	R\$ 1.650,00
7	GILMAR BARTH			2500	R\$ 3,30	R\$ 8.250,00
7	JOSÉ CARLOS MATHIAS			1500	R\$ 3,30	R\$ 4.950,00
7	ADRIANA BOTHE PAGEL			500	R\$ 3,30	R\$ 1.650,00
8	BETERRABA	KG	5000			
8	ASCENDINO ESEMANN			1100	R\$ 3,35	R\$ 3.685,00
8	GILMAR ESEMANN			1100	R\$ 3,35	R\$ 3.685,00
8	PAULO EDUARDO RUEDGER			500	R\$ 3,35	R\$ 1.675,00
8	DESERTO			2300		
9	BISCOITO CHOCOLATE	KG	600			
9	VALMOR THAIS			250	R\$ 19,00	R\$ 4.750,00
9	DESERTO			350		
10	BISCOITO COCO	KG	1000			
10	DESERTO			1000		
11	BISCOITO PINTADO	KG	400			
11	DESERTO			400		
12	BROCOLIS	UN.	2560			
12	MARILDA EICHSTADT			1300	R\$ 5,15	R\$ 6.695,00
12	DESERTO			1260		
13	CARNE BOVINA - PALETA EM CUBOS	KG	9000			
13	COOPERATIVA OURO SUL			9000	R\$ 19,10	R\$ 171.900,00
14	CARNE BOVINA - PATINHO MOIDA	KG	9000			
14	COOPERATIVA OURO SUL			9000	R\$ 19,65	R\$ 176.850,00
15	CENOURA	KG	3000			
15	MARIO MULLER			3000	R\$ 3,00	R\$ 9.000,00
16	CHUCHU	KG	2000			
16	CARLOS ANDRE MATHIAS			640	R\$ 5,35	R\$ 3.424,00
	JOSÉ CARLOS MATHIAS			500	R\$ 5,35	R\$ 2.675,00
	PAULO EDUARDO RUEDGER			360	R\$ 5,05	R\$ 1.818,00
	WIGOLD JANZ			500	R\$ 5,35	R\$ 2.675,00
17	COUVE MANTEIGA	maço	200			
17	GILMAR BARTH			200	R\$ 2,50	R\$ 500,00
18	GELÉIA BANANA	KG	800			
18	MARIO MULLER			600	R\$ 9,65	R\$ 5.790,00
18	DESERTO			200		
19	GELÉIA MAMÃO	KG	800			
19	MARIO MULLER			550	R\$ 9,45	R\$ 5.197,50

19	DESERTO			250		
20	IOGURTE DE COCO	litro	15000			
20	DESERTO			15000		
21	IOGURTE DE MORANGO	litro	15000			
21	DESERTO			15000		
22	ISCA PALETA BOVINA	KG	9000			
22	COOPERATIVA OURO SUL			9000	R\$ 20,35	R\$ 183.150,00
23	LEITE	litro	75000			
23	DESERTO			75000		
24	MAÇÃ GALA	KG	24000			
24	DESERTO			24000		
25	MEL	KG	400			
25	FREDERICO CARLOS HENSEL			200	R\$ 37,50	R\$ 7.500,00
25	WIGOLD JANZ			200	R\$ 37,50	R\$ 7.500,00
26	PALETA BOVINA INTEIRA	KG	6000			
26	COOPERATIVA OURO SUL			6000	R\$ 17,90	R\$ 107.400,00
27	PEPINO	KG	7000			
27	FREDERICO CARLOS HENSEL			1000	R\$ 3,80	R\$ 3.800,00
27	ADRIANA BOTHE PAGEL			3000	R\$ 3,80	R\$ 11.400,00
27	RENO MODROW			2000	R\$ 3,80	R\$ 7.600,00
27	DESERTO			1000		
28	REPOLHO VERDE	KG	10000			
28	CARLOS ANDRE MATHIAS			1000	R\$ 4,00	R\$ 4.000,00
28	CLAUDIO MODROW			5000	R\$ 4,00	R\$ 20.000,00
28	RENO MODROW			3000	R\$ 4,00	R\$ 12.000,00
8	DESERTO			1000		
29	SEQUILHOS	KG	1000			
29	VALMOR THAIS			800	R\$ 19,00	R\$ 15.200,00
29	DESERTO			200		
30	SUCO DE MARACUJÁ	litro	4000			
30	DESERTO			4000		
31	SUCO DE UVA	litro	6000			
31	COOPERATIVA NOVA ALIANÇA			6000	R\$ 10,50	R\$ 63.000,00
32	TANGERINA	KG	9000			
32	DESERTO			9000		
33	TOMATE	KG	18000			
33	ASCENDINO ESEMANN			3200	R\$ 5,05	R\$ 16.160,00
33	GILMAR ESEMANN			3200	R\$ 5,05	R\$ 16.160,00
33	DESERTO			11600		

PORTARIA SEDEAD Nº 30.913/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.913/2016

CEDE O(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL JAIRO ANTONIO MACHADO À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FAEMA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.175, de 13 de novembro de 2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, mediante ressarcimento, o(a) servidor(a) público(a) municipal JAIRO ANTONIO MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, à Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, a contar de 01 de novembro de 2016, de acordo com o Processo Administrativo nº 2016/11/010026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de novembro de 2016.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.915/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.915/2016

RENOVA CEDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICADA À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – FAEMA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.175, de 13 de novembro de 2013, resolve:

RENOVAR

à cedência, com ônus para o Município, dos servidores públicos municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo, conforme Ofício nº 067/2016 da FAEMA, indicados:

EVANI APARECIDA ALBANO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração – SEDEAD.

IVONEI SEBASTIAO FIAMONCINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN.

OSNI BARBOSA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de novembro de 2016.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 112/2016

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO/FMAC Nº 112/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

FELIPE ADAM

OBJETO: CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO.

FUNDAMENTO LEGAL: PROJETO CULTURAL Nº 022/15.

DATA: 03 de novembro de 2016.

OBS: ALTERAM-SE ALGUMAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 152/2015

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 152/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA BLOCO PAV PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA – EPP.

OBJETO: EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ARTICULADA COM LAJOTAS SEXTAVADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA IBICARÉ, BAIRRO ÁGUA VERDE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC - (ITEM 03).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 003/2015.

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 17.029,76 (dezessete mil, vinte e nove reais e setenta e seis centavos), ou seja, 30,38% a menos que o valor inicialmente previsto, totalizando o valor do contrato em R\$ 39.025,79 (trinta e nove mil vinte e cinco reais e setenta e nove centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual por mais 13 (treze) meses, ou seja, de 07 de novembro de 2015 até 06 de dezembro de 2016.

DATA: 31 de outubro de 2016.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 178/2015

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 178/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA DTCOM DIRECT TO COMPANY S.A.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMA DE CAPACITAÇÃO CORPORATIVA ATRAVÉS DA DISPONIBILIDADE DOS CONTEÚDOS EDUCACIONAIS NOS PONTOS DE RECEPÇÃO INSTALADOS NA PMB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 071/2015.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 54.975,39 (cinquenta e quatro mil novecentos e setenta e cinco reais e trinta e nove centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de novembro de 2016 até 31 de outubro de 2017.

DATA: 10 de outubro de 2016.

EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 198/2014

EXTRATO – 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 198/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

CONSÓRCIO COBA S.A. – LOGITRANS – COBA BR.

OBJETO: ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE ENGENHARIA (PROJETOS EXECUTIVOS) DO TERMINAL INTEGRADO NORTE (ITOUPAVAS) E DO TERMINAL INTEGRADO OESTE (ÁGUA VERDE), NA CIDADE DE BLUMENAU, INCLUINDO OS ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICO-ECONÔMICA E ESTUDOS AMBIENTAIS COMPLEMENTARES PARA OBTENÇÃO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS DE INSTALAÇÃO (LAI).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 1004/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual por mais 60 (sessenta) dias, ou seja, de 04 de outubro até 02 de dezembro de 2016.

DATA: 04 de outubro de 2016.

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 206/2011

EXTRATO – 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 206/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA PODAR EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO, COMO OPERAÇÕES DE PLANTIO, ADUBAÇÃO, PODAS, CORTES DE ÁRVORES.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 107/2011.

PREÇO: Mantém o valor estimado pago à contratada em R\$ 40.223,74 (quarenta mil, duzentos e vinte e três reais e setenta e quatro centavos) mensais, totalizando o valor estimado para o período de 12 (doze) meses em R\$ 482.684,88 (quatrocentos e oitenta e dois mil seiscentos e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31 de outubro de 2016 até 30 de outubro de 2017.

DATA: 28 de outubro de 2016.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 209/2012

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 209/2012

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA – APC.

OBJETO: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE DADOS AO SOFTWARE PERGAMUM – SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-130/12.

PREÇO: Renova valor dos serviços que se mantém em R\$ 6.156,00 (seis mil e cento e cinquenta e seis reais), fracionados em doze parcelas de igual valor.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de outubro de 2016 até 30 de setembro de 2017.

DATA: 15 de setembro de 2016.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 222/2014

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 222/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA RISOTOLÂNDIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, COM O FORNECIMENTO DE PARTE DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E DEMAIS INSUMOS PARA ATENDER AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 017/14.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 789.073,14 (setecentos e oitenta e nove mil, setenta e três reais e quatorze centavos) em decorrência do reajustamento do valor contratual, totalizando o valor anual do contrato em R\$ 8.988.257,95 (oito milhões, novecentos e oitenta e oito mil, duzentos e cinquenta e sete reais e noventa e cinco centavos).

DATA: 25 de outubro de 2016.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 229/2012

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 229/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ORCALI SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.

OBJETO: SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA COM MONITORAMENTO 24 HORAS, ATRAVÉS DE INSTALAÇÃO DE ALARMES.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 06-069/2012.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 23 de outubro de 2016 até 22 de outubro de 2017.

PREÇO: Renova o valor pago por ponto de vigilância que se mantém em R\$ 527,95 (quinhentos e vinte e sete reais e noventa e cinco centavos), totalizando o valor estimado do contrato em R\$ 1.544.354,10 (um milhão, quinhentos e quarenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos).

DATA: 06 de outubro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 287/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 287/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ONDREPSB – SERVIÇO DE GUARDA E VIGILÂNCIA LTDA.

OBJETO: Serviço de segurança desarmada nas dependências dos Terminais Urbanos de Passageiros "Aterro", "Fonte", "Garcia", "Fortaleza", "Proeb" e "Velha" - SETERB.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação 08-183/2016.

PREÇO: R\$ 68.070,06 (sessenta e oito mil, setenta reais e seis centavos), totalizando R\$ 204.210,18 (duzentos e quatro mil duzentos e dez reais e dezoito centavos).

PRAZO: 3 (três) meses, a vigorar a partir do dia 05/12/2016.

DATA: 07 de novembro 2016.

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 162/2016

Homologação do pregão presencial n.º162/2016 – Data da Homologação: 28 de novembro de 2016

Objeto: Aquisição de Uniformes para o SAMU sendo 60 unidades de macacão e 12 unidades de jaquetas, conforme especificações constantes neste edital - FMS/SEMUS .Critério de Julgamento: MENOR PREÇO ITEM.

BACKES CONFECÇÕES LTDA - EPP- Valor Total - R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Base Legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, que regulamenta a modalidade Pregão, Decreto Municipal nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06 alterada pela Lei Complementar 147/14, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações.

RESOLUÇÃO CMI Nº 23/2016

RESOLUÇÃO CMI Nº 23/2016

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA MESA COORDENADORA DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – CMI PERÍODO 2016-2017.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003; pela Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013 e de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária, em 22 de novembro de 2016,

CONSIDERANDO:

- o Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso - CMI, que estabelece, em seu art. 16, o período de 01 (um) ano para o mandato dos membros da Mesa Coordenadora, com composição paritária;

- que os membros da Mesa Coordenadora do CMI, alternar-se-ão a cada mandato, entre os representantes governamentais e não-governamentais;

- a indicação dos Conselheiros para comporem a Mesa Coordenadora, que ocorreu em Plenária Ordinária, datada de 22 de novembro de 2016, conforme Ata do CMI nº 10/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear as Representações abaixo elencadas, para comporem a Mesa Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso de Blumenau – CMI:

I - Coordenação: Serviço Social do Comércio – SESC.

II - Vice- coordenação: Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SEDEC.

III - 1º Secretário (a): Associação Blumenauense de Deficientes Físicos de Blumenau – ABLUDEF.

IV - 2ª Secretário (a): Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 29 de novembro de 2016.

Fabiana Gonçalves Felix Maciel

Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso – CMI – Período 2016 - 2017

13º EXTRATO ADITIVOS CONTRATOS FMAC EDITAL Nº 003/2015 - FUNDAÇÃO CULTURAL

A Fundação Cultural de Blumenau, por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura (FMAC), através de seu Presidente, Rodrigo Rogério Ramos, no uso de suas atribuições, torna pública a formalização dos aditivos aos contratos de Apoio Financeiro referentes ao Edital 003/2015 do FMAC, celebrados entre a contratante, Fundação Cultural de Blumenau (FCB) e contratados (proponentes) que tiveram seus projetos culturais aprovados e homologados. As partes contratantes terão deveres e responsabilidades no cumprimento do disposto nos Contratos de Apoio Financeiro firmados. O prazo para prestação de contas dos recursos financeiros repassados será de até 30 dias após a finalização da execução do projeto cultural, conforme datas aprazadas constantes nos respectivos Contratos assinados pelas partes.

Edital FMAC	Número do Contrato	Contratante	Contratado	Título do Projeto Cultural	Objeto	Objeto do Aditivo	Valor (R\$)	Data da assinatura do Contrato	Data da assinatura do Aditivo	Prazo de Execução
003/2015	113	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Fernanda Borges Raupp	Auto da prece do Lixão	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 062/2015, Área: Teatro e Circo, Modalidade: Produção/ Montagem, Intitulado "Auto da prece do Lixão", de responsabilidade da contratada nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 1º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Segunda - Do Prazo de Execução do Projeto Cultural e da Vigência do Contrato e a Cláusula Sétima – Da Prestação de Contas	40.000,00	23/05/2016	22/11/2016	17/06/2016 até 08/06/2017

Blumenau, 28 de novembro de 2016.

Rodrigo Rogério Ramos

Presidente

Fundação Cultural de Blumenau

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2235/2016 - SAMAE

ERRATA PP 06 2235/2016

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no uso de suas atribuições, publica ERRATA junto ao Edital do PREGÃO PRESENCIAL 06 2235/2016 - Registro de preço para possível aquisição de materiais hidráulicos (PVC, PBA, FoFo, PEAD) para uso na Manutenção e Expansão de Redes de Água do Município, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

Onde se lê

Blumenau, 24 de novembro de 2016.

Leia-se

Blumenau, 28 de novembro de 2016.

PORTARIA Nº 5957/2016 - SAMAE

PORTARIA Nº 5957/16

CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTÁRQUICOS MUNICIPAIS

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA

Com base na Lei Complementar nº 308 de 22 de dezembro de 2000 em seu Artigo 72, § 1º, inciso II e Artigo 30-B, com nova redação pela Lei Complementar nº 568 de 20 de fevereiro de 2006, aos servidores:

Carlos Machado, cadastro nº 966-0, servidor público autárquico municipal desde 11/05/1989, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Computador, lotado na Diretoria Administrativa, conforme Processo ISSBLU nº 00826/09/2016 e PA 382/1611;

João Martins Salvador, cadastro nº 1127-4, servidor público autárquico municipal desde 01/06/1992, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Saneamento, lotado na Diretoria de Operações, conforme Processo ISSBLU nº 01051/10/2016 e PA 393/1611.

Samae, 28 de novembro de 2016.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5958/2016 - SAMAE

PORTARIA Nº 5958/16

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

CONCEDER

Promoção Horizontal com base nos Artigos 24º e 25º, inciso I, da Lei Complementar nº. 661 de 28 de novembro de 2007, a partir de 01 de novembro de 2016, de acordo com o Processo Administrativo Nº. 409/1611, ao servidor:

Cadastro	Servidor	Cargo	Novo Padrão de Vencimento	GO
1955-0	Gilson Mariano	Agente de Logística	B	GF

Samae, 28 de novembro de 2016.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5959/2016 - SAMAE

PORTARIA Nº 5959/16

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO O SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº. 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

E X O N E R A R

Com base no artigo 46, inciso I, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007:

JOSÉ CARLOS OECKSLER, Cadastro 1920-8, servidor público autárquico municipal desde 07 de janeiro de 2013, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, lotado na Assessoria Jurídica, no dia 28 de novembro de 2016.

Samae, 28 de novembro de 2016.
VALDAIR JOSÉ MATIAS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5960/2016 - SAMAE

PORTARIA Nº 5960/16

NOMEIA PARA O CARGO EM COMISSÃO O SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº. 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

NOMEAR

Com base no artigo 46, inciso I, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007:

JOSÉ CARLOS OECKSLER, Cadastro 1920-8, para o cargo de provimento em comissão de Diretor Jurídico, lotado na Assessoria Jurídica, no dia 29 de novembro de 2016.

Samae, 28 de novembro de 2016.
VALDAIR JOSÉ MATIAS
Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

MD 2689

RESOLUÇÃO MD Nº 2.689

HOMOLOGA A ESTABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO RODRIGO REIS PASTORE NO QUADRO DE CARREIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aprovado no Estágio Probatório, conforme avaliações da Comissão Especial e considerado estável no serviço público, em 26 de novembro de 2016, o servidor público Rodrigo Reis Pastore, no cargo de Procurador, pertencente ao Quadro de Carreira da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º Fica determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal, que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha individual do servidor público indicado no artigo 1º, para que gere os efeitos legais.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 26 de novembro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.
MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MD 2690

RESOLUÇÃO MD Nº 2.690

HOMOLOGA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA GABRIELA GOOD HELFENSTEIN NO QUADRO DE CARREIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aprovada no Estágio Probatório, conforme avaliações da Comissão Especial e considerada estável no serviço público, em 26 de novembro de 2016, a servidora pública Gabriela Good Helfenstein, no cargo de Assistente Legislativo, pertencente ao Quadro de Carreira da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º Fica determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal, que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha individual da servidora pública indicada no artigo 1º, para que gere os efeitos legais.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 26 de novembro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.
MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

PR 31/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO 51/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial 31/2016

Forma de Julgamento: menor preço por item.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ESCOLARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO COM RECURSOS DO FUNDEB. O Prefeito Municipl torna publico dia 12/12/2016 às 14horas, realizará a abertura das propostas em conformidade com o instrumento convocatório que está disponível no site www.bomjardimdaserra.sc.gov.br ou na sede do município. Base legal Lei 10.520/02, LC 123/2006 suas alterações e subsidiariamente a Lei 8.666/93.

Bom Jardim da Serra, 29 de novembro 2016.

Edelvanio Nunes Topanoti/Prefeito municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 190/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato Nº 190/2016 Ata de Registro de Preços nº 01/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Drogaria Lamiceu Ltda. EPP.

Objeto: Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABC FARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, que são prescritos pelos profissionais da saúde do Município de Bom Retiro, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde. Valor Total Medicamento Genérico: R\$ 9.994,93 (nove mil novecentos e noventa e quatro reais e noventa e três centavos).

Bom Retiro, 30 de novembro de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

MINUTA DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2016.

Objeto: Aquisição de Asfalto CBUQ (concreto betuminoso usinado a quente) a ser utilizado em reparos de vias urbanas do município e implantação de lombadas/ redutores de velocidade. Valor Total: R\$ 20.300,00. Contratada: Britagem Gaspar Ltda. Fundamentação Legal: Art. 24, V, da Lei 8.666/93. Razão da escolha: empresa que apresentou preço de acordo com o mercado e comprovou regularidade fiscal. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 30 de novembro de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

MINUTA EDITAL PP 22/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016 (FMS)

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Saúde torna público Edital Pregão Presencial 22/2016 para Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2017. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 12/12/16 as 08h30min para início do credenciamento. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 30 de novembro de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº07/2016 FMS

Página: 1/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ABAIXADOR DE LINGUA. PACOTE C/100 (17575)	PCT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	THEOTO	0	2,6100	1
2	Água deionizada (destilada) 5 lt. (4270)	GL	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011) OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352) PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	Theoto ESTILO CAYTHEC	0	2,9000 3,1000 6,4000	2 3 1
3	Água destilada para diluir medicamentos IM/IV. Ampola c/5ml. Com registro na Anvisa. (4272)	AMP	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011) ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039) ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Dentaltec Vic Pharma Isotama	0	6,4300 8,3000 0,2500	2 3 1
4	Água destilada para diluir medicamentos IM/IV. Ampola c/10ml. Com registro na Anvisa. (4273)	AMP	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	ISOFARMA	0	0,3500	1
5	Água oxigenada. 1 lt. (4274)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039) METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Santec Rioquímica	0	0,4000 2,3900	2 1
6	Agulha desc. 13x4.5 26G ½, parede fina bisel trifacetado. Cx c/100. (4275)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039) PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156) STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	Vic Pharma RIOQUIMICA SR	0	2,9300 4,3800 5,7900	2 3 1

Página: 2/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED-COMDE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	6,5000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	6,8000	3
7	Agulha desc. 20x5,5 24G 3/4, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bisel trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (4276)	CX	METROMED-COMDE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	6,5000	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	6,7600	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	6,8000	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SOLIDOR	0	6,9500	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	7,0000	5
8	Agulha desc. 25x7 22G1, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bisel trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100 (3072)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	5,7900	1
			METROMED-COMDE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	6,2700	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	6,8000	3
9	Agulha desc. 25x8 21G 1, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bisel trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (3073)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	5,7900	1
			METROMED-COMDE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	6,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 3/43

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	6,8000	3
10	Aguilha desc. 30x7 22G1 1/4, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bisel trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100, (4279)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	5,7900	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	6,6300	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SOLIDOR	0	7,0000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	7,0000	4
11	Aguilha desc. 30x8 21G1 1/4, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bisel trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100, (4280)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	5,7900	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	6,4400	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SOLIDOR	0	7,0000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	7,0000	4
12	Aguilha desc. 40x12 18G1 1/2, parede fina bisel trifacetado. Cx c/100, (4281)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	6,2700	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	6,7600	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	7,0000	3

Página: 4/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Álcool 70%, 1 lt. (4282)	LT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Flop's	0	3,7500	1
14	Álcool glicerinado 70%, 1lt. (4283)		ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Audax	0	4,2700	2
15	Álcool iodado 1lt (1736)		STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	DILHA	0	4,6600	3
16	Álcool 92 %, 1lt (3079)	LT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Gemballa	0	6,9700	1
17	Álcool em Gel Anti-séptico 500grms. Acompanha válvula pump, utiliza álcool neuro, bidestilado, isento de contaminantes, produto biodegradável, elaborado como complemento na higienização de mãos, Gel a base de álcools que evaporam sem deixar odores residuais, e com largo espectro de ação. (17576)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CICLO FARMª	0	4,6000	1
18	Algodão hidrófilo 500g. (3081)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Ricic	0	5,4900	2
19	Algodão hidrófilo em bolsas, Pct c/100gramas., (4288)	PCT	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SSPLUS	0	1,5500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 5/43

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
20	Almofolia transparente bico reto 100ml. (3083)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Melhomed	0	2,1700	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	NATHALYA	0	2,2600	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	J.PROLAB	0	1,3300	1
21	Atadura de crepe 13 fios tipo I, 06 cm de largura x 1,80 mt de mda comprimento (em repouso) e elasticidade de 50%, confeccionada em tecido 100% algodão ou misto composto de 69% algodão 23% poliéster 8% elastano, com peso 13,35 gramas, bordas devidamente acabadas evitando desfiamento, encolada uniformemente em forma cilíndrica, embalado individualmente em material que garanta a integridade do produto, o produto devera estar de acordo com a NBR 14056. pct com 12 unidades (17577)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	J Prolab	0	1,4100	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	J.PROLAB	0	1,6000	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CREMER	0	3,0000	1
22	Atadura de crepe 13 fios tipo I, 10 cm de largura x 1,80 mt de mda comprimento (em repouso) e elasticidade de 50%, confeccionada em tecido 100% algodão ou misto composto de 69% algodão 23% poliéster 8% elastano, com peso 21,86 gramas, bordas devidamente acabadas evitando desfiamento, encolada uniformemente em forma cilíndrica, embalado individualmente em material que garanta a integridade do produto, o produto devera estar de acordo com a NBR 14056. pct com 12 unidades (17578)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Melhomed	0	4,6800	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MELHOR MEC	0	4,9600	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CREMER	0	4,7500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Melhomed	0	7,2000	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MELHOR MEC	0	7,2600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 6/43

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
223	Atadura de crepe 13 fios tipo I, 12 cm de largura x 1,80 mt de mda comprimento (em repouso) e elasticidade de 50%, confeccionada em tecido 100% algodão ou misto composto de 65% algodão 23% poliéster 8% elastano, com peso 26 gramas, bordas devidamente acabadas evitando desfilamento, encolada uniformemente em forma cilíndrica, embalado individualmente em material que garanta a integridade do produto, o produto devera estar de acordo com a NBR 14056, pct com 12 unidades (17579)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CREMER	0	5,5000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Melhormed	0	8,1600	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MELHOR MEC	0	8,7600	3
224	Atadura de crepe 13 fios tipo I, 15 cm de largura x 1,80 mt de mda comprimento (em repouso) e elasticidade de 50%, confeccionada em tecido 100% algodão ou misto composto de 65% algodão 23% poliéster 8% elastano, com peso 32,7 gramas, bordas devidamente acabadas evitando desfilamento, encolada uniformemente em forma cilíndrica, embalado individualmente em material que garanta a integridade do produto, o produto devera estar de acordo com a NBR 14056, pct com 12 unidades (17580)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CREMER	0	6,0000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MDA	0	6,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Melhormed	0	11,0400	3
225	Atadura de crepe 13 fios tipo I, 20 cm de largura x 1,80 mt de mda comprimento (em repouso) e elasticidade de 50%, confeccionada em tecido 100% algodão ou misto composto de 65% algodão 23% poliéster 8% elastano, com peso 42,8 gramas, bordas devidamente acabadas evitando desfilamento, encolada uniformemente em forma cilíndrica, embalado individualmente em material que garanta a integridade do produto, o produto devera estar de acordo com a NBR 14056, pct com 12 unidades (17581)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MDA	0	7,3900	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CREMER	0	7,5000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Melhormed	0	14,1600	3

Página: 7/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016			Data do Registro: 29/08/2016			Válido até: 29/08/2017		
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
26	Bolsa de Urostomia 38mm. Transparente cx c/10 unidades. Bolsa para Urostomia com Válvula Anti-Refluxo e parte integrante do sistema de duas peças. Este sistema consiste de dois itens básicos separados: a placa protetora e a bolsa coletora removível. O sistema de duas peças oferece a flexibilidade de colocação da bolsa coletora sem necessidade de remover a placa protetora da pele. Bolsa com Válvula Anti-Refluxo é composta de acetato de vinilileno (EVA), clorato de polivinilideno (PVDC), polietileno, acetato de vinila e acrílato de metil estileno. (17018)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CONWATEC	0	139,9000	1	
27	Avental descartável com manga longa confeccionado em TNT, branco aberto nas costas com tiras para amarrar na cintura e no pescoço. Com elástico nos punhos. Pacote c/10. (3089)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medgauze	0	11,8000	1	
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CLEAN	0	12,2000	2	
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	INNOVA	0	13,5400	3	
28	Cateter intravenoso periférico. Agulha siliconizada, com bisel trifacetado, polietileno, acetato de vinila e acrílato de metil estileno. Cânula em fluorocetilpropileno, para maior conforto do paciente e minimização da ocorrência de flebites, visualização do refluxo sanguíneo. Calibre: 18G. Com registro na ANVISA. (17019)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Soldior	0	0,5500	1	
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,7200	2	
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	POLYON	0	0,7400	3	
29	Cateter intravenoso periférico. Agulha siliconizada, com bisel trifacetado, Cânula em fluorocetilpropileno, para maior conforto do paciente e minimização da ocorrência de flebites, visualização do refluxo sanguíneo. Calibre: 20G. Com registro na ANVISA (4289)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,7200	1	
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	POLYON	0	0,7400	2	

Página: 8/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD	Soldor	0	0,8000	3
30	Cateter intravenoso periférico. Agulha siliconizada, com bisele trifacetado. Cânula em fluorocetileno-propileno, para maior conforto do paciente e minimização da ocorrência de flebitis, visualização do refluxo sanguíneo. Calibre: 22G, com registro na ANVISA (4300)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,7200	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	POLYON	0	0,7400	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Soldor	0	0,8000	3
31	Cateter intravenoso periférico. Agulha siliconizada, com bisele trifacetado. Cânula em fluorocetileno-propileno, para maior conforto do paciente e minimização da ocorrência de flebitis, visualização do refluxo sanguíneo. Calibre: 24G, com registro na ANVISA (4301)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Soldor	0	0,5700	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,7200	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	POLYON	0	0,8600	3
32	Catgut simples, fio de sutura absorvível c/agulha 2-0 3/8 30mm-75cm c/24, (3092)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SHALON	0	84,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Shalon	0	84,9000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Tecnafio	0	85,0000	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	TECHNOFIO	0	87,9000	4
33	Catgut simples, fio de sutura absorvível c/agulha 4-0 3/8 30mm-75cm c/24, (3093)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Tecnafio	0	79,6000	1

Página: 9/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Brago do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

34	Catgut cromado 2-0, fio de sutura absorvível 75 cm c/agulha 3,0 cm cx α24, (1816)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SHALON	0	85,0000	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	TECHNOFIO	0	87,9000	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Tecnofio	0	79,6000	1
35	Catgut cromado 4-0, fio de sutura absorvível 75 cm c/agulha 3,0 cm cx α24 unid. (1817)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SHALON	0	85,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Shalon	0	87,8400	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SHALON	0	84,5000	1
36	Cinto de segurança tipo aranha para prancha imobilizadora de remoção -adulto, (cinto aranha com fitas de nylon altamente resistente, presilhas em velcro, cintas móveis com regulagem de comprimento, cores individuais para facilitar a imobilização de vítimas. Desenho padronizado para aplicação em pranchas de imobilização). (4306)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Shalon	0	84,9000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Tecnofio	0	87,0000	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	TECHNOFIO	0	87,9000	4
37	Clorexidina, Solução de digliconato, 2% degermante. Embalagem de 1 litro. (4307)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Fibra Resgate	0	36,6300	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MARINAR	0	49,5000	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	CONFORTELL	0	69,1600	3

Página: 10/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Rioquímica	0	11,4000	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	RIOQUIMICA	0	13,4000	3
38	Clorexidina, Solução de digliconato, solução aquosa 0,2%, Embalagem de 1 litro. (4308)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	5,3300	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Rioquímica	0	6,9700	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	RIOQUIMICA	0	12,0000	3
39	Clorexidina, Solução de digliconato, solução ALCOÓLICA Embalagem de 1 litro. (4309)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	7,3300	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Rioquímica	0	9,1700	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	RIOQUIMICA	0	10,9000	3
40	Cloridrato de lidocaína 2% com vaso (frasco 20ml). (4310)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hypofarma	0	5,4800	1
41	Cloridrato de lidocaína 2% sem vaso (frasco 20ml). (4311)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	5,4800	1
42	Cloridrato de lidocaína 2%gal.Tubo de 30 gramas. (17020)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Pharlab	0	4,4800	1
43	Colar cervical regulável. ADULTO. (Possua regulagem de altura com 4 níveis de ajuste. Confeccionado em material injetado (polietileno de alta densidade) e EVA com apoio mentoniano). (4313)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SP RESGATE	0	20,0000	1

Página: 11/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

44	Colar cervical regulável, INFANTIL. (Possua regulagem de altura com 4 níveis de ajuste. Confeccionado em material injetado (polietileno de alta densidade) e EVA com apoio mentoniano), (4314)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SP RESGATE	0	20,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Resgate SP	0	50,1900	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	TECNIMED	0	59,5000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Resgate SP	0	50,1900	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	TECNIMED	0	59,5000	3
45	Coletor para material perfuro-cortante em material resistente a perfurações, impermeável, com sistema de abertura e fechamento prático e seguro ao manuseio, em formato quadrado, com capacidade e 7 lt. (4315)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Embalaxe	0	2,1900	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	EMBALAIRE	0	2,2000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Embalaxe	0	2,2500	3
46	Compressa cirúrgica para campo operatório não estéril, 04 camadas com cadaço 45x50 cm, por 050 unidades, (1818)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biotextil	0	41,6000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CREMER	0	50,0000	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	AMERICA	0	55,2800	3

Página: 12/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	Compressa de gaze 7,5 x 7,5 constituída de tecido 100% algodão, com densidade de 13 fios por cm ² , 15 cm x 30 cm quando aberta, com 5 dobras e 8 camadas de modo a medir 7,5 x 7,5 cm quando dobrada, 500 g por pacote no mínimo com as bordas voltadas para parte interna e sem fios soltos. A compressa deverá ter boa capacidade de absorção, ser macia, isenta de impurezas, amido, alvejantes ópticos, ou substâncias alergênicas. Pacote com 500 unidades, não estéril, com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica de acordo com as normas ABNT NBR 13843 ABNT NBR 13843. (17582)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD	MDA (6011)	0	17,3200	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	POLAR FIX	0	21,5000	2
			CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6462)	TECELAGEM I	0	22,9000	3
48	Compressa de gaze 10 x 10 constituída de tecido 100% algodão, com densidade de 13 fios por cm ² , 20 cm x 40 cm quando aberta, com 5 dobras e 8 camadas de modo a medir 10 x 10 cm quando dobrada, 750 g por pacote no mínimo com as bordas voltadas para parte interna e sem fios soltos. A compressa deverá ter boa capacidade de absorção, ser macia, isenta de impurezas, amido, alvejantes ópticos, ou substâncias alergênicas. Pacote com 500 unidades, não estéril, com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica de acordo com as normas ABNT NBR 13843. (17583)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	HOSPIFLEX	0	30,0000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MDA	0	30,9900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Melhorned	0	40,6900	3
49	Curativo redondo para punção steeper. Cx com 500 unidades. (3107)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	J.Prolab	0	9,9700	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	CIEX	0	10,9900	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	CIEX	0	11,0000	3
50	Curativo retangular para curativos pequenos. Filme plástico, adesivo acrílico, fibras naturais, fibras sintéticas e polietileno. Cx c/ 50 (4320)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	HIGGIE	0	4,8800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 13/43

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

51	Dreno penrose nº 2 com gaze estéril, embalado individualmente e reembalado em embalagem com 12 unidades. (4321)	PCT	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MADEITEX	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cirurgica Brasi	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	TAYLOR	3
52	Eletrodo adulto descartável em espuma hipoalergênica, Pacote com 30 und. (4322)	PCT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITALCOR	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxtor	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	VITALCOR	3
53	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade, 70mmx230mm. Cx c/ 100 unidades. (3110)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL PACK	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	VEDAMAX	2
			METROMED-COMDE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vedamax	3
54	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade 90mmx260mm. Cx c/ 100 unidades (3111)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL PACK	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Harbo	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	VEDAMAX	3

Página: 14/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
55	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade 150mmx250mm. Cx c/ 100 unidades (3112)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Harbo	0	24,0000	1
			STARWED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SIGMA	0	27,6900	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	VEDAMAX	0	28,7000	3
56	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade, 230mmx300mm. Cx c/ 100 unidades (3113)	CX	STARWED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SIGMA	0	43,9100	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vedamax	0	57,2000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Zematt	0	64,0000	3
57	Envelope para esterilização, auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade, 230mmx350mm. Cx c/ 100 unidades (4327)	CX	STARWED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SIGMA	0	53,0000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	VEDAMAX	0	54,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Zematt	0	64,0000	3
58	Equipo macrogotas para infusão de soluções parenterais, com injetor lateral, em pvc transparente, estéril, de 1,35 m, com câmara de golejamento, transparente, maleável, com tubo de pvc tendo em sua extensão pinça rolete e injetor lateral de látex autoclável, conector de plástico com tampa protetora, a data de fabricação e a data de validade deverão vir impressas na embalagem do material. Com registro na ANVISA. (17584)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	TKL	0	0,8900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 15/43

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
59	Equipo para nutrição enteral c/ 1,5m. NBR 14041/1998. (4329)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Descarpac	0	1,1500	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	DESCARPAC	0	1,1600	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	DESCARPAC	0	1,6200	3
60	Escova para coleta de preventivo. Pct com 100 unidades. (4330)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	15,0000	1
61	Esparadrapo impermeável branco 10cm x 4,5m c/capa. Esparadrapo de tecido 100% algodão com tratamento acrílico, adesivo branco à base de borracha natural e resina (4331)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Missner	0	4,6000	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MISSNER	0	4,9200	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ADPELE /MIS	0	5,1700	3
62	Espátula de Ayres p/coleta de preventivo. Pct c/100. (3120)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Thecto	0	4,7400	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	THEOTO	0	4,7500	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	7,0000	3
63	Especulo vaginal descartável Tam P. (4333)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Crat	0	0,6500	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	CRAL	0	0,6600	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CRAL PLAST	0	0,7500	3

Página: 16/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	Espéculo vaginal descartável tam.M (1741)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CRAL PLAST	0	0,6900	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	CRAL	0	0,7000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Oral	0	0,7200	3
65	NYLON PRETO 4-0 C/ AG 2,0CM CX COM 24 UND (17586)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	24,9000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	27,6000	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	28,0000	3
66	NYLON PRETO 4-0 C/ AG 3,0CM CX COM 24 UND (17586)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	27,6000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	28,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	28,6000	3
67	NYLON PRETO 2-0 C/ AG. 3,0 CM CX COM 24 UND (17588)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	27,6000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	28,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	28,6000	3
68	NYLON PRETO 2-0 C/ AG. 2,0 CM CX COM 24 UND (17589)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	27,5000	1

Número do Registro de Preços:	7/2016	Data do Registro:	29/08/2016	Válido até:	29/08/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braco do Trombudo.					

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 18/43

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	27,6000	3
73	Fita para autoclave, em papel crepado, com listras impressas com tinta especial, na cor branca, que em contato com a temperatura empregada na esterilização muda de cor, tornando-se pretas 19mmx30mt. (4343)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Poli Tape	0	1,1700	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MASTERFIX	0	2,5900	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	CIEX	0	3,9200	3
74	Fita micropore 1,2cm x 10,0 mts, com capa, Fita Cirúrgica Microporosa confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscosse, resina acrílica e massa adesiva à base de poliacrilato hipoalergênico. utilizada para fixação de curativos, ponto falso, proteção de cortes, etc. Cor Branca (4344)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MAXICOR	0	1,1000	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MEDFIX / CIE	0	1,2300	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MISSNER	0	1,3600	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Oral	0	1,3600	4
75	Fita micropore 2,5cm x 10,0 mts, com capa, Fita Cirúrgica Microporosa confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscosse, resina acrílica e massa adesiva à base de poliacrilato hipoalergênico. utilizada para fixação de curativos, ponto falso, proteção de cortes, etc. Cor BEGE (4345)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MISSNER	0	2,3200	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MISSNER	0	2,5200	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MISSNER	0	2,7900	3

Página: 19/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

76	Fita micropore 2,5cm x 10,0 mts, com capa.. Fita Cirúrgica Microporosa confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva a base de poliacrilato hiperalérgico, utilizada para fixação de curativos, ponto falso, proteção de cortes, etc. Cor Branca (4346)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Missner	0	1,4500	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MEDFIX / CIED	0	1,8000	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MAXICOR	0	1,8500	3
77	Frasco de alimentação enteral 300ml. (3137)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biobase	0	0,7100	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	BIODASE	0	0,7600	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	BIODASE	0	0,7900	3
78	Frasco de alimentação enteral 500ml. (3138)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biobase	0	0,9600	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	BIODASE	0	1,0600	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	BIODASE	0	1,1100	3
79	Caze hidrófila tipo queijo (gaze hidrófila tipo queijo em rolo 91cmX91cm, 13 fios, peso mínimo 1450g), com dados do fabricante e nº de registro na ANVISA. (4357)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MEDIHOUSE	0	58,8000	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	HOSPITEX	0	58,9000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MDA	0	65,0000	3

Página: 20/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
80	Gel condutor para ultrassom. Gel viscoso translúcido, inodoro, isento de sal, álcool e pH neutro. Apresenta alta condutividade e aspecto não gorduroso sendo facilmente renovado. Polímero carboximílico, água desmineralizada e conservantes. Frasco de 100grms (4358)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MULTIGEL	0	1,2800	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MULTIGEL	0	1,3500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Carbogel	0	1,5600	3
81	Hastes flexíveis antigerme com ponta de algodão. Cx c/75 unidades (2850)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	HIGIETOPP	0	0,8900	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Higie Topp	0	0,9200	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	COTTON	0	0,9900	3
82	Imobilizador de cabeça impermeável. Confeccionado em espuma de poliuretano expandida, emborrachada. Possui dois cintos imobilizadores reguláveis para testa e queixo do paciente a imobilizar. Preso em velcro ao tecido que veste a tábua (prancha) de resgate em qualquer largura, base fixada na prancha 40x25cm., laterais fixada na base 25x16x0,9cm Orifício auricular para verificar sangramento, 80mm. Lavável) (4360)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Resgate SP	0	125,4700	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SP RESGATE	0	145,0000	2
83	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado individualmente, nº 11 c/100, (4361)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ADVANTIVE	0	19,8600	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	21,5000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	21,9500	3
84	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado individualmente, nº 12 c/100, (3144)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	19,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 21/43

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ADVANTIVE	0	19,8600	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	21,5000	3
85	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado individualmente, nº 15 cx c/100, (3145)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ADVANTIVE	0	19,8600	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	21,5000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	21,9500	3
86	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado individualmente, nº 21 cx c/100, (3146)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ADVANTIVE	0	19,8600	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	21,5000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxtor	0	22,0000	3
87	Lençol descartável com elástico 2,00mx90cm. Pct c/10 unidades. (3147)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medgauze	0	9,2000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CLEAN	0	9,5000	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ANADONA	0	9,9900	3
88	Lençol descartável sem elástico 2,00mx90cm. Pct c/10 unidades. (3148)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medgauze	0	6,5000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CLEAN	0	7,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 22/43

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
89	Luva cirúrgica estéril Tam. 6.5. (4367)		STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ANADONA	0	9,9000	3
		pares	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,8800	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxitex	0	0,9300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxitex	0	1,0700	3
90	Luva cirúrgica estéril Tam. 7.0. (4368)	pares	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,8800	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxitex	0	0,9300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxitex	0	1,0700	3
		pares	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,8800	1
91	Luva cirúrgica estéril Tam. 7.5.. (4369)		METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxitex	0	0,9300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxitex	0	1,0700	3
		pares	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,8800	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxitex	0	0,9300	2
92	Luva cirúrgica estéril Tam. 8.0.. (4370)		ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxitex	0	1,0700	3
		pares	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,8800	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxitex	0	0,9300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxitex	0	1,0700	3
93	Luva cirúrgica estéril Tam. 8.5.. (4371)		ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxitex	0	1,0700	3
		pares	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,8800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 23/43

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
94	Luva ginecológica estéril pct c/ 100 (1621)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxtex	0	0,9300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxtex	0	1,0700	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Luplast	0	6,1000	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	LUPLAST	0	6,9000	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MAXICOR	0	7,2000	3
95	Luva de procedimento tipo látex sem pó tamanho PP, cx c/100 und. (17594)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nugard	0	17,6000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	NUGARD	0	22,7500	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	LEIMGRUBER	0	23,9600	3
96	Luva de procedimento tipo látex sem pó tamanho P, cx c/100 und. (17595)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nugard	0	17,6000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nugard	0	21,9800	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	NUGARD	0	22,7500	3
97	Luva de procedimento tipo látex sem pó tamanho M, cx c/100 und. (17596)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	NUGARD	0	19,9800	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nugard	0	19,9900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 24/43

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nugard	0	21,9800	3
98	Luva de procedimento tipo látex sem pó tamanho G, cx c/100 und. (17597)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	NUGARD	0	19,9800	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nugard	0	19,9800	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nugard	0	21,9800	3
99	Luva de procedimento tipo látex c/ talco tamanho PP, cx c/100 und. (3154)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	NUGARD	0	14,3000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nugard	0	14,5000	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	EMBRAMED	0	16,9000	3
100	Luva de procedimento tipo látex c/ talco tamanho P, cx c/100 (3155)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	NUGARD	0	14,3000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nugard	0	14,7700	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	EMBRAMED	0	16,9000	3
101	Luva de procedimento tipo látex c/ talco tamanho M, cx c/100 (3156)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	NUGARD	0	14,3000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nugard	0	15,3900	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	EMBRAMED	0	16,9000	3

Página: 25/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
102	Luva de procedimento tipo látex c/ talco tamanho G, c/ c/100 (3157)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6362)	NUGARD	0	14,3000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nugard	0	15,3900	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	EMBRAMED	0	16,9000	3
103	Mascara de reanimação boca a boca. (Mascara de ressuscitação de parada cardiopulmonar (rcp) contém uma válvula unidirecional para evitar qualquer contato entre o paciente e o socorrista na boca, nariz e rosto. Cupula transparente, e alça Elástica para cabeça incorporada, conexão padrão 22mm. Com estojo para guardar. (3158)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SP RESGATE	0	12,9000	1
104	Papel termo sensível para eletrocardiograma 216x30, bobina. (4378)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	DARU	0	18,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Tecnoprint	0	18,6500	2
105	Papel crepado 30x30cm. Cx c/500 unidades. (3160)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Hospiflex	0	58,6300	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL PACK	0	63,6500	2
106	Papel crepado 40x40cm. Cx c/500 unidades. (4380)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hospiflex	0	94,9500	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Hospiflex	0	104,0700	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL PACK	0	106,0000	3
107	Papel crepado 60x60cm. Cx c/500 unidades.. (4381)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Hospiflex	0	188,0900	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hospiflex	0	203,4700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 26/43

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	HOSPFLEX	0	230.5000	3
108	Lençol de papel hospitalar. BRANCO 70cm x 50mts. Extra luxo - 100% de fibra de celulose virgem. (4382)	RL	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CLEAN	0	5.9000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Impada	0	7.3900	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MEDPAPER	0	9.7200	3
109	Lençol de papel hospitalar. BRANCO 50cm x 50mts. (4383)	RL	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CLEAN	0	4.6500	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Impada	0	4.9300	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MEDPAPER	0	6.6500	3
110	Pinça anatômica disseção com sentilha normal 14cm (1760)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	8.8000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	ABC	0	9.0000	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ABC	0	10.7600	3
111	Pinça Kocher hemostática 14cm.. (4385)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ABC	0	24.0300	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	ABC	0	28.0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	29.0700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 27/43

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
112	Pirça Kelly reta 14cm., (4388)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	ABC	0	21,0000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ABC	0	21,0900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	22,1100	3
113	Povidine PVPI - Tintura Iodopoliviona 1000 ml; produto a base de polivinil pirrolidona iodo (PVP-I) em solução hidroalcolica, contendo 1% de iodo ativo, um complexo estável e ativo que libera iodo progressivamente. É ativo contra todas as formas de bactérias não esporuladas, fungos e vírus. É indicado como antisséptico para pele (uso tópico), na demarcação do campo operatório e preparação pré-operatória. Com Registro na Anvisa. (4387)	LT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ABC	0	19,9700	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	RIOQUIMICA	0	20,0000	2
114	Pote para lamina de preventivo de plástico com três divisões, (3167)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	J.PROLAB	0	0,3200	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Laborimport	0	0,3800	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	J.PROLAB	0	0,4000	3
115	Protetor ocular infantil. Cor bege, cx c/12 (2851)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Oral	0	4,6800	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	CRAL	0	6,0700	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	3M	0	20,0100	3
116	Protetor ocular adulto. Cor bege, cx c/12 (2852)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Oral	0	4,6800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 28/43

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017 Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
117	Dispositivo para infusão intravenosa Nº 19g. com registro na Anvisa (17026)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	CRAL	0	9,2000
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	3M	0	21,6300
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,1700
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	0,1800
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	0,2100
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solida	0	0,2100
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	VITALGOLD	0	0,2400
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	0,2000
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,2100
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solida	0	0,2100
118	Dispositivo para infusão intravenosa Nº 21g. com registro na Anvisa (17027)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	0,2100
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solida	0	0,1900
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	0,2000
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	0,2000
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,2100
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solida	0	0,2100
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	VITALGOLD	0	0,2400
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	0,2000
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,2100
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solida	0	0,2100
119	Dispositivo para infusão intravenosa Nº 23g. com registro na Anvisa (17028)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	0,2100
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solida	0	0,1900
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	0,2000
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	0,2000
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,2100
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solida	0	0,2100
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	VITALGOLD	0	0,2400
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	0,2000
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,2100
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solida	0	0,2100

Página: 29/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

120	Dispositivo para infusão intravenosa Nº 25g. com registro na Anvisa (17029)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,2100	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	0,2100	4
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	0,2000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	0,2100	2
		UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	0,2100	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,2100	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Rava	0	0,1200	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	RAVA	0	0,1600	2
		UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	NEKPLAST	0	0,1600	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	RAVA	0	0,2100	4
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Jurema	0	0,2100	5

121 Saco de lixo hospitalar branco leitoso, desc. Tam 30L. Produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação.
A solda de fundo é de tipo estirada, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7300/2009, padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), (4396)

Página: 30/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
122	Saco de lixo hospitalar branco leitoso, desc. Tam 100L. Produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação. A solda de fundo é de tipo estreita, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7500/2009, padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), (4396)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Rava	0	0,2900	1
			PRO-HOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	NEKPLAST	0	0,3400	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	RAVA	0	0,3800	3
123	Saco de lixo hospitalar branco leitoso, desc. Tam 50L. Produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação. A solda de fundo é de tipo estreita, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7500/2009, padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), (4397)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Rava	0	0,1700	1
			PRO-HOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	NEKPALST	0	0,2200	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	RAVA	0	0,2200	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Jurema	0	0,2900	4
124	Seringa 1ml c/agulha 13x4,5 descartavel. Com registro na Anvisa. (3178)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,1300	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	DESCARPAC	0	0,1400	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Descarpack	0	0,1500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 31/43

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
125	Seringa descartável 3ml, sem agulha bico luer lock. Com Registro na Anvisa. (4400)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,0900	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	0,1000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,1300	3
126	Seringa descartável 3ml, sem agulha bico slip. Com Registro na Anvisa. (4401)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,0900	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	0,1000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,1300	3
127	Seringa descartável 5ml, sem agulha bico luer lock. Com Registro na Anvisa. (4402)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	0,1100	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,1300	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,1400	3
128	Seringa descartável 5ml, sem agulha bico slip. Com Registro na Anvisa. (4403)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	0,1100	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,1300	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,1400	3
129	Seringa descartável 10ml, sem agulha bico luer lock. Com Registro na Anvisa. (4404)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,2000	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	0,2200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 32/43

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017						
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,2300
130	Seringa descartável 10ml, sem agulha bico slip. Com Registro na Anvisa. (4405)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	0,2200
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,2500
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,2500
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,3500
131	Seringa descartável 20ml, sem agulha bico luer lock. Com Registro na Anvisa. (4406)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	0,3300
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,3500
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,3500
132	Seringa descartável 20ml, sem agulha bico slip. . Com Registro na Anvisa. (4407)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,3200
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	0,3300
			METROMED-COM/DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	SR	0	0,4300
133	Seringa descartável 60ml, sem agulha bico cateter. Com Registro na Anvisa. (4408)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	1,3000
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	1,3100

Página: 33/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
134	Solução Fisiológica de Cloreto de Sódio 0,9%, bico, conta-gotas. Frasco de 100ml. (4409)	Frasc	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ADVANTIVE	0	1,7600	3
			Frasc METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Famax	0	0,9300	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Famax-Amara	0	1,0800	2
135	Solução Fisiológica de Cloreto de Sódio 0,9%, bico conta-gotas. Frasco de 250ml. (4410)	Frasc	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Famax	0	1,1000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Famax-Amara	0	1,3500	2
136	Solução glicofisiológica 5%+0,9%.(Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA). 500ml. (4411)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Fresenius Kabi	0	3,2600	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Equiplex	0	3,2700	2
137	Solução Isotônica de cloreto de sódio 0,9% (Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA). 100ml. (3186)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Segmenta-Eun	0	1,9800	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Sanobid	0	1,9900	2
138	Solução Isotônica de cloreto de sódio 0,9% (Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA). 250ml. (3187)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Sanobid	0	2,3900	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Segmenta-Eun	0	2,5100	2
139	Solução isotônica de cloreto de sódio 0,9% (Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA). 500ml. (3188)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Segmenta-Eun	0	3,1100	1

Página: 34/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Sanobol	0	3,1200	2
140	Solução a base de glutaraldeído 2%-esterilizante químico e desinfetante hospitalar para artigos críticos. (28 dias). 1 litro (4415)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Chord Sudest	0	12,4800	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Rioquímica	0	30,3000	2
141	Sonda de aspiração traqueal n 06. Com registro na Anvisa (4416)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MEDSONDA	0	0,4200	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,4900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,5200	3
142	Sonda de aspiração traqueal n 08. Com registro na Anvisa (4417)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MEDSONDA	0	0,4400	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,5000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,5600	3
143	Sonda de Foley com balão duas vias nº 18. Estéril, com registro na Anvisa (4418)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ADVANTIVE	0	2,6600	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidk	0	3,0500	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SOLIDOR	0	3,2000	3
144	Sonda de Foley com balão duas vias nº 20. Estéril, com registro na Anvisa (4419)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ADVANTIVE	0	2,6600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 35/43

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017								
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
145	Sonda de Foley com balão duas vias nº 22. Estéril, com registro na Anvisa (4420)		ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	3,0500	2	
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SOLIDOR	0	3,2000	3	
		UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ADVANTIVE	0	2,6600	1	
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	3,0500	2	
146	Sonda uretral de alívio nº 12 siliconizada (17598)		PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SOLIDOR	0	3,2000	3	
		UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,4600	1	
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MEDSONDA	0	0,4700	2	
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,5600	3	
147	Sonda uretral de alívio nº 8 siliconizada (17599)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,4000	1	
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MEDSONDA	0	0,4200	2	
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,5600	3	
148	Tala fácil em papelão. Tamanho P (30x10). Pacote com 10 talas. (4423)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Resgate SP	0	12,5600	1	
149	Tala fácil em papelão. Tamanho M (45x10). Pacote com 10 talas. (4424)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Resgate SP	0	20,7800	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 36/43

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
150	Tala fácil em papelão. Tamanho G (60x10). Pacote com 10 talas. (4425)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Resgate SP	0	28,4200	1	
151	Tala fácil em papelão. Tamanho GG (80x10). Pacote com 10 talas. (4426)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Resgate SP	0	38,2100	1	
152	Termômetro Clínico - escala interna, leitura direta. Escala: 35 42: 0,1°C Enchimento: Mercúrio (Hg) (4427)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	ACCUMED	0	5,5500	1	
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	PREMIUM	0	6,1600	2	
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MD	0	7,9900	3	
153	Termômetro Digital Clínico. Desliga automaticamente, emite sinal sonoro ao término da medição. (4428)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	BOLAND	0	7,9800	1	
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MD	0	7,9900	2	
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	INCOTERM	0	14,5500	3	
154	Tesoura Iris curva 10cm delicada.. (4429)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	ABC	0	15,0000	1	
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	15,8700	2	
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ABC	0	16,0000	3	
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ABC 12CM	0	16,3800	4	
155	Tesoura Iris reta 10cm delicada.. (4430)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	14,9900	1	

Página: 37/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017						
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	ABC	0	15,0000
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ABC	0	18,4000
156	Tiras reagentes para teste de glicemia capilar, com método de aspiração. Cx c/50 unidades. Com 5 aparelhos em comodato. (4431)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	On Call Plus	0	25,0000
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Acon	0	25,0900
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	BOLAND	0	31,9600
157	Tubo Endotraqueal com manguito nº 5,5. Estéril, com registro na Anvisa (4432)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	3,6600
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	4,3400
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	GOODCOME	0	4,8300
158	Tubo Endotraqueal com manguito nº 6,5. Estéril, com registro na Anvisa (4433)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	3,6600
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	4,3400
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	GOODCOME	0	4,8300
159	Tubo Endotraqueal com manguito nº 7,5. Estéril, com registro na Anvisa (4434)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	3,6600
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	4,3400

Página: 38/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017						
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	GOODCOME	0	4,8300
160	Tubo Endotraqueal com manguito nº 8,5. Estéril, com registro na Anvisa (4435)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	3,6600
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedit-Solid	0	4,3400
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	GOODCOME	0	4,8300
161	Vaselina líquida. 1 lt. (4436)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	12,8200
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Rioquímica	0	17,4500
162	Sonda uretral de alívio nº 14 siliconizada (17600)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MEDSONDA	0	0,4700
			CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6452)	EMBRAMED	0	0,5900
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,6300
163	Sonda nasogástrica longa N° 20 pcd com 10 und. Dispositivo para introdução em órgãos corporais para drenagem de fluidos (secreções ou excreções) para drenagem gástrica e introdução de solução e medicação no trato gástrico; estéril, atóxico, apirrogênico; descartável (uso único). Tubo de PVC atóxico flexível com modelo de função específica e conector com tampa. (17030)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	6,4000
164	Sonda de aspiração traqueal N°18-Dispositivo para introdução em órgãos corporais para administração de oxigênio ou ar comprimido. Espessura da sonda 6,5 mm traqueal para aspiração de secreções da árvore traqueobrônquica; estéril, atóxico, apirrogênico; Descartável compostas de tubo de PVC atóxico flexível com modelo de função específica e conector com tampa. (17031)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MEDSONDA	0	0,6900

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 39/43

Número do Registro de Preços: 7/2016			Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017		
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
166	Fita micropore 5cm x 10,0 mts. com capa. Fita Cirúrgica Microporosa confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva à base de poliacrilato hipoclorético. Utilizada para fixação de curativos, ponto falso, proteção de cortes, etc. Cor Branca. (17036)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Bicsani	0	0,8000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Bicsani	0	0,8900	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Missner	0	2,9900	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MAXICOR	0	3,3500	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MISSNER	0	3,5500	3
167	Bolsa coletora de urina - sistema fechado 2 litros (descartável e estéil. Possui conector universal com ajuste para sondas vesicais, com tampa protetora atóxica, apirrogênica e descartável. Válvula anti-refluxo, alça de sustentação, pinça corta fluxo, tira para transporte, tubo de esvaziamento. Embalada individualmente em papel grau cirúrgico e em blister de filme plástico termolomável. Esterilizada em óxido de etileno). (17601)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	2,3000	1
168	Lamina para preventivo ponta fosca cx c/ 100 (1747)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ADVANTIVE	0	2,4900	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	STARMED	0	3,1000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Global Trade	0	4,0700	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Adlin	0	4,7300	2

Página: 40/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
169	Equipo 2 vias poliflex multivias com clamp pct com 20 unid. Dispositivo multiplicador de acesso venoso, luer fêmea de 2 vias, com clamp de fechamento rápido nas vias. Extensão dupla em PVC cristal. Clamp em cores diferentes, conector Luer Fêmea com tampa rosqueável, conexão Luer para dispositivo de acesso venoso com Registro da Anvisa. Esteril-Esterilizado a Oxido de Etileno, fabricado em PVC flexível, tubo de 18 cm, conector tipo luer slip universal, pinça rolê e cortafluxo, câmara gotejadora flexível, atóxico e apirrogênico, descartável e de uso único. (17034)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	0,6100	1
170	Cateter nasal para oxigênio tipo óculos, embalado individualmente em embalagem plástica, esterilizado por radiação gama. Pacote com 20 unidades. (17035)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Tkl	0	0,8500	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	VITALGOLD	0	0,9400	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MEDSONDA	0	15,5900	1
171	Indicador biológico para monitorar ciclos de esterilização a vapor. Tempo de resposta 24 horas, Geobacillus stearothermophilus, caixa com 10 unidades, fabricação conforme ISO 11138-1. (17037)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MEDSONDA	0	17,9600	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	BIOSANI	0	19,5000	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Clean	0	60,2500	1
172	Incubadora para indicador biológico- aparelho destinado à importante função de incubação dos indicadores biológicos autocitotóxicos destinados a monitorar os ciclos de esterilização em autoclave a vapor. Prático, leve e de fácil manuseio. Circuito de eletrônica que mantém a temperatura entre 55° a 60°C. Alerta a partir do led, caso a temperatura saia da faixa de 55° a 60°C. Capacidade para 7 indicadores biológicos. Suporte dos indicadores biológicos confeccionado em alumínio, que além de não enturrar, dissipa melhor a temperatura por toda sua área. (17038)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CLEAN UP	0	70,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Clean-up	0	71,2200	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	STERMAX PLI	0	210,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 41/43

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Cristofoli	0	230,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 42/43

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Ecol	0	244,1700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2016
PROCESSO Nº 14/2016

- (6011) - METROMED-COM:DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD
- (6039) - ALTERMED MATME: HOSPITALAR LTDA
- (6156) - PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD
- (6352) - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
- (6452) - CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
- (6824) - STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES

Braço do Trombudo, 29 de Agosto de 2016.

Brunópolis

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2016 TÍTULO HONORÍFICO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2016

“ Concessão de Título Honorífico e Dá Outras Providências”

ADINILSON MIGUEL WEBER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Brunópolis – SC., faço saber que a Edilidade, em Sessão plenária aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto Legislativo autorizada a Câmara de Vereadores do Município de Brunópolis, conceder o título de Honra ao Mérito a Médica Odalis Caridad Aguillar.

Art. 2º - O referido título será concedido mediante as determinações e normas legais, prescritas no art. 220 e seguintes do Regimento Interno e art. 39 da Lei Orgânica do Município de Brunópolis.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua promulgação e publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brunópolis, 28 de Novembro de 2016.

Adinilson Miguel Weber

Presidente

LEI 879/2016 CONTROLE INTERNO

LEI 879 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a organização do Sistema de Controle Interno dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Brunópolis e dá outras providências. (Emenda Modificativa 003/2016)

ADINILSON MIGUEL WEBER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Brunópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art. 1o A organização e fiscalização no Município através do sistema de controle interno ficam estabelecidas na forma desta Lei e nos termos do que dispõe o art. 31 da Constituição Federal.

Art. 2o. A organização dos controles internos visa o controle e à avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores municipais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

Art. 3o. Integram o sistema de controle interno de que trata esta Lei o Poder Executivo em sua administração direta, incluindo os fundos especiais, autarquias, fundações públicas instituídas pelo Município, de direito público ou privado, e os consórcios públicos que o Município fizer parte e o Poder Legislativo. (Emenda Modificativa 003/2016)

Parágrafo único: As pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, que recebam recursos públicos, ficam ao alcance da fiscalização pelo sistema de controle interno do Município. (Emenda Modificativa 003/2016)

Art. 4o. Considera-se para efeito desta Lei:

I – Sistema de Controle Interno: conjunto de métodos, processos e pessoas, orientadas para evitar erros, fraudes e desperdícios.

II - Controle interno: processo desenvolvido para identificar eventos que possam afetar o desempenho da entidade, a fim de monitorar riscos e assegurar que estejam compatíveis com a propensão ao risco estabelecida, de forma a prover, com segurança razoável, o alcance dos objetivos, em especial nas seguintes categorias:

a) Estratégica: categoria relacionada com os objetivos estratégicos da entidade, estabelecidos em seu planejamento;

b) Eficiência e efetividade operacional: categoria relacionada com os objetivos e as metas de desempenho, bem como da segurança e qualidade dos ativos;

c) Confiança nos registros contábeis: categoria relacionada às informações e demonstrações contábeis, na qual todas as transações devem ser registradas, todos os registros devem refletir transações reais, consignadas pelos valores e enquadramentos corretos; e

d) Conformidade: categoria relacionada à conformidade com leis e normativos aplicáveis ao órgão ou entidade e a sua área de atuação.

III - Órgão de Controle Interno: unidade administrativa integrante da estrutura do órgão ou entidade, com atividades, funções e competências segregadas das demais unidades administrativas, inclusive em relação às unidades de execução orçamentária e financeira, incumbida, dentre outras funções, da verificação da regularidade dos atos de gestão e da consistência e qualidade dos

controles internos, bem como do apoio às atividades de controle externo exercidas pelo Tribunal de Contas;

IV - Órgão Central do Sistema de Controle Interno: unidade administrativa integrante do sistema de controle interno da Administração Pública Municipal, incumbida da coordenação, do planejamento, da normatização e do controle das atividades do sistema de controle interno, bem como do apoio às atividades de controle externo exercidas pelo Tribunal de Contas;

CAPÍTULO II

DAS RESPONSABILIDADES NO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art. 5o. As responsabilidades no sistema de controle interno ficam assim definidas:

I - Pelas condições de estabelecimento de um ambiente de controle, com legislação atualizada, estrutura física adequada e alocação de recursos para treinamentos e desenvolvimento das pessoas é do Prefeito Municipal.

II - A responsabilidade pela operacionalização e adesão aos procedimentos de controles internos é de cada servidor e de cada unidade administrativa e, consequentemente, de sua chefia imediata.

III - A responsabilidade pelo planejamento e normatização dos controles internos é do Órgão Central do Sistema de Controle Interno;

IV – A responsabilidade pela auditoria e acompanhamento da gestão é compartilhada entre o Órgão Central do Sistema de Controle Interno e os Órgãos de Controle Interno de cada órgão ou entidade da Administração Municipal.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DE PESSOAL

Art. 6o. O Órgão Central do Sistema de Controle Interno e os Órgãos de Controle Interno serão compostos unicamente por

servidores investidos em cargos de provimento efetivo, cuja habilitação seja compatível com a natureza das respectivas atribuições, os quais terão atuação exclusiva nos órgãos de controle interno.

§10. Não poderão ser designados os servidores para o Órgão Central do Sistema de Controle Interno e para os Órgãos de Controle Interno:

I – que tiverem sofrido penalização administrativa, civil ou penal transitada em julgado;

II – que exerçam, concomitantemente com a atividade no Órgão de Controle Interno, qualquer outra atividade, seja no município, em outro ente público, ou qualquer outra função profissional na atividade privada, salvo atividade de docência;

III – que possuam parentesco com o Chefe do Poder Executivo, ou do Chefe de qualquer Órgão ou Entidade do Município, até o terceiro grau;

IV – que possuam qualquer outra circunstância que possa afetar a autonomia profissional, a segurança dos controles ou segregação de funções.

§20. É vedada a participação dos servidores que integram os Órgãos de Controle Interno em comissões especiais, permanentes ou em conselhos municipais.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO

Seção I

Das atribuições dos órgãos de Controle Interno

Art. 70. São atribuições dos Órgãos de Controle Interno:

I - contribuir para o aprimoramento da gestão pública, orientando os responsáveis quanto à arrecadação e aplicação dos recursos públicos com observância dos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade;

II - acompanhar, supervisionar e avaliar:

a) o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo, em conformidade com a lei de diretrizes orçamentárias e os orçamentos do Estado ou do Município, conforme o caso;

b) os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração pública, e da aplicação de recursos públicos concedidos a entidades de direito privado;

c) o cumprimento dos limites e das condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar;

d) a adoção de providências para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos limites de que trata a Lei Complementar nº 101/2000;

e) o cumprimento dos limites da despesa com pessoal e a adoção de medidas para o seu retorno aos limites estabelecidos nos artigos 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/2000;

f) o cumprimento das normas relativas à destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, previstas na Lei Complementar nº 101/2000;

g) a instituição, previsão e efetiva arrecadação dos tributos de competência do ente da federação, em consonância com o artigo 11 da Lei Complementar nº 101/2000;

III - supervisionar e avaliar o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como os direitos e haveres do Estado ou Município;

IV - avaliar a consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal, conforme estabelece o artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000;

V - emitir relatório sobre a execução dos orçamentos que deve ser encaminhado com a prestação de contas anual de governo, em atendimento ao disposto no artigo 47, parágrafo único, e no artigo 51 da Lei Complementar nº 202/2000;

VI - promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da administração pública quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade;

VII - verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 para a concessão de renúncia de receitas;

VIII - organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado, programação de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando à Corte de Contas os respectivos relatórios quando solicitado;

IX - dar ciência ao titular da unidade, indicando as providências a serem adotadas para a sua correção, a ocorrência de atos e fatos ilegais ou ilegítimos praticados por agentes públicos na utilização de recursos públicos, inclusive para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer irregularidade causadora de dano ao erário;

X - realizar exame e avaliação da prestação de contas anual do órgão ou entidade e dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório e parecer;

XI - emitir parecer sobre a legalidade de ato de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadoria, reforma e pensão;

XII - manifestar-se acerca da análise procedida pelos setores competentes sobre a prestação de contas de recursos concedidos e sobre a tomada de contas especial, indicando o cumprimento das normas legais e regulamentares, eventuais ilegalidades ou ilegitimidades constatadas, concordando ou não com a conclusão da análise feita pela unidade competente, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer;

XIV - representar ao Tribunal de Contas quando a autoridade administrativa não adotar as providências para correção de irregularidade ou instauração de tomada de contas especial;

XV - prestar informações individualizadas sobre as ações realizadas no âmbito da unidade sob seu controle, em cumprimento às decisões do Tribunal de Contas que tenham recomendado ou determinado a adoção de providências administrativas ou a instauração de tomada de contas especial e respectivos resultados;

XVI - coordenar e promover a remessa de dados e informações das unidades sob seu controle exigidos pelo Tribunal em meio informatizado;

XVII - receber notificação de alerta emitida por meio dos sistemas informatizados do Tribunal de Contas e dar ciência formal às autoridades competentes;

XVIII - acompanhar a atualização do rol de responsáveis do órgão ou entidade sob seu controle;

XIX - verificar a correta composição da prestação de contas anual;

XX - supervisionar a divulgação da prestação de contas de gestão na internet, na forma e prazos estabelecidos pela Legislação;

Seção II

Das atribuições do Órgão Central do Sistema de Controle Interno

Art. 80. São atribuições do Órgão Central do Sistema de Controle Interno, além das previstas no artigo anterior:

I - Determinar a devolução de valores pelos gestores aplicados em desconformidade com os princípios constitucionais ou normas de gestão financeira e administrativa, desde que seja:

a) oportunizado o contraditório e a ampla defesa aos responsáveis;

b) tipificado especificamente o dispositivo legal violado;

c) identifica do o gestor e o período da gestão; e

d) demonstrado por meio de cálculos o efetivo prejuízo.

II - Normalizar as rotinas e processos que integram o sistema de informações para o controle interno;

III – Apreciar os esclarecimentos em relatórios de auditoria, mantendo ou afastando os apontamentos, e emitir o Parecer Conclusivo.

IV - Emitir Instruções Normativas de Controle Interno.

§10. As instruções normativas de controle interno serão elaboradas após a participação de todas as unidades administrativas e pessoas envolvidas nas rotinas e processos e comprovação de treinamento às pessoas envolvidas nos processos ou procedimentos.

§2º. As Instruções Normativas de Controle Interno terão força de regras que, em sendo descumpridas, importarão em infração disciplinar a ser apurada nos termos do regime de trabalho a que se enquadra o agente público infrator.

CAPÍTULO V

DA AUDITORIA

Art. 9º. O Órgão Central do Sistema de Controle Interno e os Órgãos de Controle Interno, no exercício de suas funções, estabelecerão o plano e os programas de auditorias para cada exercício financeiro.

§1º. As irregularidades apuradas serão evidenciadas em relatórios de auditoria o qual será concedido prazo de 30 dias para que o gestor apresente, por escrito, seus esclarecimentos, podendo fazer uso do contraditório valendo-se de documentos e provas, ou a comprovação de regularização das falhas apontadas.

§2º. Os esclarecimentos do gestor serão apresentados e analisados pelo Órgão Central do Sistema de Controle Interno, o qual concluirá pela manutenção ou afastamento das falhas, podendo emitir recomendações aos gestores no Parecer Conclusivo.

§3º. Os responsáveis pelos órgãos de controle interno remeterão ao Tribunal de Contas relatórios específicos registrando irregularidades, ilegalidades ou desvio de recursos públicos quando não forem adotadas as medidas cabíveis para a sua regularização pela autoridade administrativa.

CAPÍTULO VI

GARANTIAS DOS SERVIDORES DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO

Art. 10. São garantias dos servidores que atuam nos órgãos de Controle Interno:

- I – Autonomia profissional para o desempenho de suas atividades;
- II – Acesso a documentos, informações e banco de dados indispensáveis ao exercício das funções de controle interno.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias, em especial a Lei Municipal nº 308, de 12 de março de 2004.

Município de Brunópolis/SC, em 28 de Novembro de 2016.

ADINILSON MIGUEL WEBER

PRESIDENTE DA CÂMARA

PUBLICADO E REGISTRADO NO D.O.M. (Diário Oficial dos Municípios)

Brusque

PREFEITURA

EDITAL Nº 004/2016/SEME HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL PROCESSO DE REMOÇÃO POR PERMUTA E POR CONCURSO

EDITAL Nº 004/2016/SEME

REMOÇÃO POR PERMUTA

nome	carga horária / cargo	de	para
Daniela Klann Schlindwein	40h – Professor de Educação Infantil	EEF Pe. Luiz Gonzaga Steiner	CEI Círculo Bom Samaritano
Graziella Villain	40h – Professor de Educação Infantil	CEI Círculo Bom Samaritano	EEF Pe. Luiz Gonzaga Steiner

REMOÇÃO POR CONCURSO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

SERVIDOR	CARGA HORÁRIA / LOTAÇÃO ANTERIOR	CARGA HORÁRIA / LOTAÇÃO ATUAL
Rosana de Oliveira Müller	40h - CEI Sofia Dubiella	40h - CEI Pequenos Pensadores
Cinara Tachini Dalceglio	20h - EEF Pe. Luiz Gonzaga Steiner 20h - CEI Tia Trude	40h - EEF Pe. Luiz Gonzaga Steiner
Daniela da Silva Mafra Becker	40h - EEF Profª Isaura Gouvêa Gevaerd	40h - CEI Tia Trude
Rubia Maurizio Leite	40h - EEF Pe. Vendelino Wiemes	40h - CEI Tia Trude
Marlei Tourinho Corrêa	40h - CMEI Elsa Bondemuller de Marchi	40h - CMEI Clara Maria Furtado
Suzamara Mafra	40h - CMEI Clara Maria Furtado	40h - CEI Hilda Anna Eccel
Carine Gisele Wehmuth Trevisan	40h - CEI Círculo Bom samaritano	40h - CEI Emília Floriani de Oliveira
Adriana Pereira de Abreu	40h - EEF Paquetá	40h - CEI Hilda Anna Eccel
Keila Taise Kühn	40h - CEI Helga Stoltenberg	40h - CEI Profª Noêmia Izabel W. Fialho
Fabiana Veríssimo Corrêa Silva	40h - CEI Tia Ana	40h - EEF Alberto Pretti
Alessandra Silva Pires Torresani	40h - CEI Bisa Olga Fischer	40h - CEI Hilda Anna Eccel
Marines Soares Dezidério dos Santos	40h - EEF Profª Isaura Gouvêa Gevaerd	40h - CEI Tia Trude
Andréia da Silva	40h - CEI Bisa Olga Fischer	40h - EEF Profª Georgina de Carvalho Ramos da Luz
Alice Pires de Souza	40h - CMEI Elsa Bondemuller de Marchi	40h - CEI Hilda Anna Eccel

PROFESSOR AUXILIAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

SERVIDOR	CARGA HORÁRIA / LOTAÇÃO ANTERIOR	CARGA HORÁRIA / LOTAÇÃO ATUAL
Maria Solaine da Silva Fagundes	40h - CEI Emília Floriani de Oliveira	40h - CEI Hilda Anna Eccel
Claudete Dária Araújo	40H – CEI Benta Vanolli	40h - CEI Profª Noêmia Izabel W. Fialho

ENSINO FUNDAMENTAL - PROFESSOR ANOS INICIAIS

SERVIDOR	CARGA HORÁRIA / LOTAÇÃO ANTERIOR	CARGA HORÁRIA / LOTAÇÃO ATUAL
Vanderléia Ana Felisbino Mannrich	20h – EEF Pe. Luiz Gonzaga Steiner 20h – EEF Poço Fundo	40h – EEF Pe. Luiz Gonzaga Steiner
Eliane Aparecida Pedrini	40h – EEF Prof. José Vieira Côrte	40h – EEF Profª Augusta Knorring
Carina Heil Albrecht	40h – EEF Profª Augusta Dutra de Souza	40h – EEFLCC Oscar Maluche

PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL

SERVIDOR	CARGA HORÁRIA / LOTAÇÃO ANTERIOR	CARGA HORÁRIA / LOTAÇÃO ATUAL
Clarice Kohler Roda	40h – EEF Profª Georgina de Carvalho Ramos da Luz	40h – CEI Tia Trude

PROFESSOR DE MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

SERVIDOR	CARGA HORÁRIA / LOTAÇÃO ANTERIOR	CARGA HORÁRIA / LOTAÇÃO ATUAL
Juares Menezes do Nascimento	20h – EEF Profª Isaura Gouvêa Gevaerd 20h – EEF Cedro Alto	40h – EEF Profª Isaura Gouvêa Gevaerd

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL

SERVIDOR	CARGA HORÁRIA / LOTAÇÃO ANTERIOR	CARGA HORÁRIA / LOTAÇÃO ATUAL
José Valdecir Marques dos Santos	30h – EEF Prof. José Vieira Côrte 10h – EEF Dr. Carlos Moritz	40h – EEF Prof. José Vieira Côrte
Sheila Marcelino Izabel	20h – EEF Alberto Pretti 20h – EEF Prof. José Vieira Côrte	40h – EEF Alberto Pretti

PROFESSOR DE ARTE NO ENSINO FUNDAMENTAL

SERVIDOR	CARGA HORÁRIA / LOTAÇÃO ANTERIOR	CARGA HORÁRIA / LOTAÇÃO ATUAL
Valdeci Lucia Senem	25h – EEFLCC Oscar Maluche 15h – EEF Profª Augusta Dutra de Souza	40h – EEF Profª Augusta Dutra de Souza
Jocelir Alfien	20h – EEF Rio Branco 20h – EEF Dr. Carlos Moritz	30h – EEF Rio Branco 10h – EEF Pe. Luiz Gonzaga Steiner

PROFESSOR DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

SERVIDOR	CARGA HORÁRIA / LOTAÇÃO ANTERIOR	CARGA HORÁRIA / LOTAÇÃO ATUAL
João Leonir Mantovani	20h – EEF Profª Isaura Gouvêa Gevaerd 20h – EEF Paquetá	30h – EEF Profª Isaura Gouvêa Gevaerd 10h – EEF Paquetá

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA / INGLÊS NO ENSINO FUNDAMENTAL

SERVIDOR	CARGA HORÁRIA / LOTAÇÃO ANTERIOR	CARGA HORÁRIA / LOTAÇÃO ATUAL
Thiago Alessandro Spiess	20h – EEF Alberto Pretti 10h – EEF Profª Augusta Knorring 10h – EEF Poço Fundo	20h – EEF Alberto Pretti 20h – EEF Profª Augusta Knorring

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL

SERVIDOR	CARGA HORÁRIA / LOTAÇÃO ANTERIOR	CARGA HORÁRIA / LOTAÇÃO ATUAL
Eduardo Oliveira de Oliveira	20h – EEF Profª Augusta Knorring 20h – EEF Profª Georgina de Carvalho Ramos da Luz	30h – EEF Profª Augusta Knorring 10h – EEF Profª Georgina de Carvalho Ramos da Luz
Rafaela Cristina Caviquiolli Marquetti	20h – EEF Nova Brasília 20h – EEF Ponta Russa	40h – EEF Nova Brasília

COORDENADOR PEDAGÓGICO

SERVIDOR	CARGA HORÁRIA / LOTAÇÃO ANTERIOR	CARGA HORÁRIA / LOTAÇÃO ATUAL
Leci Dias da Silva Martins	40h – CEI Max Rodolfo Steffen	40h – CEI Profª Noêmia Izabel W. Fialho
Graciela Nunes Duarte Zirke	40h – CEI Tia Trude	40h – CEI Hilda Anna Eccel
Eveline Siqueira Teixeira Pereira	40h – EEF Cedro Alto	40h – EEF Rio Branco
Carina Schulenburg Molverstet	40h – Escola de Jovens e Adultos	40h – CEI Adeliza Zen
Fabrine Verdi de Oliveira Silva Rosa	40h – EEF Profª Augusta Knorring	40h – CEI Emília Floriani de Oliveira

Brusque, 29 de novembro de 2016.

GLEUSA LUCI FISCHER
Secretária Municipal de Educação

CONTRATO Nº 145 /2016 SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



CONTRATO n.º 145 /2016

Termo de Contrato que entre si celebram a Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, inscrito no CNPJ nº 82.985.003/0001-96, ora em diante denominada CONTRATANTE e a empresa SCS Comércio de Suprimentos de Informática e Serviços Ltda. - ME, inscrita no CNPJ nº 10.980.529/0001-72, doravante denominada CONTRATADA, para aquisição de software de backup e licenciamento Microsoft office na forma do Pregão Presencial nº 068/2016.

Pelo presente instrumento particular, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, pessoa jurídica de direito público interno, com CNPJ N.º 82.985.003/0001-96, estabelecida na Rua Doutor Penido, 297, centro, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, representada neste ato pelo seu Diretor Presidente, Sr. Sra. FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ, CPF nº 006.390.679-13, residente e domiciliada na Rua Thereza Paza Eisenhut, nº 17, Poço Fundo, Brusque/SC, e SCS Comércio de Suprimentos de Informática e Serviços Ltda. - ME, com CNPJ, nº 10.980.529/0001-72, localizada na Rua Amazonas, nº 1851, Garcia, Blumenau/SC representada pela Sra. JUCIANE DE OLIVEIRA, portadora do RG nº 3.062.040-6, inscrita no CPF nº 895.423.399-68, doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato de fornecimento de material, mediante às cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, a ser regida pela Lei Federal nº 10520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar 123 de 14/12/2006, Lei Complementar 147 de 07/08/2014, Lei municipal 3784 de 05/11/2014 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes e Pregão 068/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto do Contrato

1.1. A CONTRATADA, nos termos da proposta que apresentou no Processo Licitatório nº 068/2016, na modalidade de Pregão Presencial, o qual ficam vinculados e fazendo parte integrante deste contrato, se obriga a fornecer os itens vencidos no edital em epígrafe conforme segue:

Item	Produto	Unidade	Quantidade	Cotação Máxima Unitária	Cotação Máxima Total
1	Software de backup com base em imagem (DESCRITIVO 2016) Software de backup com base em imagem, período de vigência 36 meses para 06 CORE 1.1. Características do módulo de backup em disco a. Compatibilidade dos módulos de gerenciamento e de controle dos repositórios de pontos de recuperação com plataformas Windows Server 2008 R2, 2012 e 2012 R2; b. Compatibilidade dos agentes do software de	UN	1	780,00	35.100,00



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



Item	Produto	Unidade	Quantidade	Cotação Máxima Unitária	Cotação Máxima Total
	<p><i>backup com plataformas Windows Server 2003 e 2008, 2008 R2, 2012 e 2012 R2, de 32 e 64-bits;</i></p> <p><i>c. Compatibilidade dos agentes do software de backup com plataformas Windows XP, Windows Vista, Windows 7, Windows 8, Windows 8.1 e Windows 10;</i></p> <p><i>d. Compatibilidade dos agentes do software com plataformas Linux (Red Hat Enterprise Linux 5.x, 6.x e 7.x, CentOS 5.x, 6.x e 7.x, Oracle Enterprise Linux 5.x, 6.x e 7.x, SUSE Enterprise Linux 10, 11 e 12);</i></p> <p><i>e. Dispor de uma interface web, acessível ao menos através dos navegadores Internet Explorer, Mozilla Firefox ou Google Chrome, que ofereça acesso rápido às informações de suporte técnico, manuais on-line e assistentes;</i></p> <p><i>f. Possuir um console web de administração central, com a opção de centralização dos planos de proteção de dados e de replicação, bem como oferecer uma visualização de status das tarefas nos nós protegidos;</i></p> <p><i>g. Dispor de função de instalação e atualização automática dos agentes e componentes do produto em servidores remotos, sem que seja necessária sua reinicialização;</i></p> <p><i>h. Oferecer a opção de gestão centralizada de múltiplos sites por meio de comunicação WAN/NAT, de forma que seja possível administrar os nós protegidos, destinos de backup e planos de proteção remotamente;</i></p> <p><i>i. Possuir painel de gerenciamento web do ambiente de backup com suporte a visualização do status de todas as tarefas de backup, com opções de gerar relatórios online e enviar os mesmos por e-mail;</i></p> <p><i>j. Dispor de módulo de autenticação integrado ao Active Directory, com a possibilidade de criar diferentes perfis de acesso e especificar as permissões e privilégios de cada usuário que operará a solução;</i></p> <p><i>k. Possuir aplicativo para download e instalação de updates do produto, de forma manual, agendada ou sem intervenção do administrador;</i></p> <p><i>l. Possuir interface de gerenciamento via linha de comando, para integração com ferramentas de agendamento e automação de terceiros;</i></p> <p><i>m. Realizar backups através de tecnologia de</i></p>				



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



Item	Produto	Unidade	Quantidade	Cotação Máxima Unitária	Cotação Máxima Total
	<p><i>imagem (snapshot) de servidores físicos e virtuais, suportando os sistemas operacionais mencionados nos sub-itens b, c e d, efetuando cópia completa de volumes, inclusive de informações como sistemas operacionais, aplicações, dados e configurações dos mesmos;</i></p> <p><i>n. Permitir a execução de backup de arquivos abertos, mesmo que estejam sendo alterados durante a operação de backup, sem necessidade de suspender a utilização das aplicações pelos usuários, nem a conexão da rede. A cópia do arquivo salvo deverá ser idêntica ao arquivo residente em disco, quando do início da operação de backup;</i></p> <p><i>o. Oferecer funcionalidade de "standby virtual" para recuperação de desastres através de tarefas automáticas de conversão dos backups realizados em máquinas virtuais VMware ou Hyper-V, copiando-as e registrando-as automaticamente no hipervisor de destino, esteja ele no site local ou em um site remoto;</i></p> <p><i>p. Oferecer funcionalidade de "máquina virtual instantânea" para criação de máquinas virtuais diretamente de qualquer ponto de recuperação armazenado em disco de forma imediata, permitindo iniciar um servidor rapidamente em caso de desastres sem que seja necessário copiar previamente os dados para o hipervisor de destino;</i></p> <p><i>q. Permitir a montagem de pontos de recuperação como unidades de disco de forma que seja possível acessar seu conteúdo imediatamente a partir do repositório de backup, sem a necessidade de transferir dados;</i></p> <p><i>r. Oferecer integração nativa, através de APIs, a subsistemas de armazenamento da NetApp, com suporte ao Data ONTAP versões 8.1 ou mais recente (7-mode e Cluster-Mode), possibilitando que as capacidades de snapshot do hardware sejam empregadas durante o backup para reduzir seu impacto. Essa integração deve estar disponível ao menos para os seguintes tipos de backup:</i></p> <p><i>i. Backup de servidores Windows físicos, através de agentes;</i></p> <p><i>ii. Backup de servidores virtuais em plataforma</i></p>				



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



Item	Produto	Unidade	Quantidade	Cotação Máxima Unitária	Cotação Máxima Total
	<p>VMware, sem agentes;</p> <p>iii. Backup de servidores virtuais em plataforma Hyper-V, sem agentes.</p> <p>s. Suporte para ambientes virtualizados na plataforma VMWare vSphere, devendo:</p> <p>i. Suportar VMWare ESX/ESXi, vCenter Server e vCenter Server Appliance versões 4.1, 5.0, 5.1, 5.5 e 6.0;</p> <p>ii. Sem requerer a instalação de agentes dentro das máquinas virtuais, permitir recuperar a máquina virtual completa para o host/datastore original ou para um host/datastore alternativo, com a opção de renomear a máquina virtual durante a recuperação e alterar o tipo de disco empregado (Thick/Thin);</p> <p>iii. Sem requerer a instalação de agentes dentro das máquinas virtuais e através de uma única tarefa de backup por snapshot, restaurar de forma granular:</p> <p>1. Arquivos e diretórios pertencentes a Guest VM Windows e Linux;</p> <p>2. Arquivos e bases de dados do Microsoft Exchange pertencentes a Guest VM Windows;</p> <p>3. Itens e objetos do Microsoft Exchange (mensagens, anexos, compromissos, tarefas, contatos e pastas públicas) pertencentes a Guest VM Windows;</p> <p>4. Arquivos e bases de dados do Microsoft SQL Server pertencentes a Guest VM Windows;</p> <p>5. Arquivos, bases de dados e itens do Microsoft Sharepoint pertencentes a Guest VM Windows;</p> <p>6. Arquivos e bases de dados do Pervasive PSQL pertencentes a Guest VM Windows;</p> <p>7. Arquivos e bases de dados Oracle pertencentes a Guest VM Windows ou Linux;</p> <p>8. Arquivos e bases de dados MySQL pertencentes a Guest VM Windows ou Linux.</p> <p>iv. No caso da restauração granular, não há necessidade de se restaurar a Guest VM inteira;</p> <p>v. Permitir redirecionar a restauração de uma Guest VM para uma pasta alternativa, outro datastore, host ou rede;</p> <p>vi. As tarefas de backup e restauração deverão ser realizadas via interface gráfica e sem necessidade de scripts;</p>				



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



Item	Produto	Unidade	Quantidade	Cotação Máxima Unitária	Cotação Máxima Total
	<p>vii. <i>Integração com tecnologia CBT - (Changed Block Tracking) da VMware para identificar e copiar apenas os blocos em uso dos discos virtuais (arquivos .vmdk);</i></p> <p>t. <i>Suporte para ambientes virtualizados na plataforma Microsoft Hyper-V, devendo:</i></p> <p>i. <i>Suportar o Microsoft Hyper-V Server versões 2008 R2, 2012 e 2012 R2;</i></p> <p>ii. <i>Suportar o Hyper-V do Microsoft Windows Server versões 2008 R2, 2012 e 2012 R2;</i></p> <p>iii. <i>Suportar clusters Hyper-V, incluindo Cluster Shared Volumes (CSV), baseados no Windows Server 2012 e Windows Server 2012 R2</i></p> <p>iv. <i>Sem requerer a instalação de agentes dentro das máquinas virtuais, permitir recuperar a máquina virtual completa para o host/diretório original ou para um host/diretório alternativo, com a opção de renomear a máquina virtual durante a recuperação e alterar o tipo de disco empregado (Fixed/Dynamic);</i></p> <p>v. <i>Sem requerer a instalação de agentes dentro das máquinas virtuais e através de uma única tarefa de backup por snapshot, restaurar de forma granular:</i></p> <p>1. <i>Arquivos e diretórios pertencentes a Guest VM Windows e Linux;</i></p> <p>2. <i>Arquivos e bases de dados do Microsoft Exchange pertencentes a Guest VM Windows;</i></p> <p>3. <i>Itens e objetos do Microsoft Exchange (mensagens, anexos, compromissos, tarefas, contatos e pastas públicas) pertencentes a Guest VM Windows;</i></p> <p>4. <i>Arquivos e bases de dados do Microsoft SQL Server pertencentes a Guest VM Windows;</i></p> <p>5. <i>Arquivos, bases de dados e itens do Microsoft Sharepoint pertencentes a Guest VM Windows;</i></p> <p>6. <i>Arquivos e bases de dados do Pervasive PSQL pertencentes a Guest VM Windows;</i></p> <p>7. <i>Arquivos e bases de dados Oracle pertencentes a Guest VM Windows ou Linux;</i></p> <p>8. <i>Arquivos e bases de dados MySQL pertencentes a Guest VM Windows ou Linux.</i></p> <p>vi. <i>No caso da restauração granular, não há necessidade de se restaurar a Guest VM inteira;</i></p> <p>vii. <i>Permitir redirecionar a restauração de uma</i></p>				



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



Item	Produto	Unidade	Quantidade	Cotação Máxima Unitária	Cotação Máxima Total
	<p><i>Guest VM para uma pasta alternativa, outro host ou rede;</i></p> <p><i>viii. As tarefas de backup e restauração deverão ser realizadas via interface gráfica e sem necessidade de scripts;</i></p> <p><i>ix. Dispor de tecnologia CBT - (Changed Block Tracking) própria, para identificar e copiar apenas os blocos em uso dos discos virtuais de VMs do Microsoft Hyper-V (arquivos .vhd/.vhdx);</i></p> <p><i>u. Permitir expandir e navegar no conteúdo dos backups realizados diretamente pelo Windows Explorer, sem necessidade de operar o console de gerenciamento da solução para fazer uma restauração de arquivos e pastas;</i></p> <p><i>v. Possuir módulo nativo de criptografia, permitindo escolher entre AES 128-bits ou 256-bits;</i></p> <p><i>w. Permitir o envio automático de alertas através de correio eletrônico, ao menos para as seguintes ocorrências:</i></p> <p><i>i. Falha de um procedimento de backup ou restore;</i></p> <p><i>ii. Sucesso de um procedimento de backup ou restore;</i></p> <p><i>iii. Espaço disponível no destino dos backups é inferior a um valor pré-determinado;</i></p> <p><i>iv. Novas atualizações disponíveis para instalação;</i></p> <p><i>v. Utilização de memória, CPU, I/O de rede ou disco superam valores limite pré-determinados.</i></p> <p><i>x. Permitir a automatização de diferentes tarefas como backup, cópia de arquivos, replicação de pontos de recuperação e standby virtual dentro de um mesmo plano de proteção de dados, permitindo criar diferentes estratégias de acordo com os objetivos de ponto de recuperação e objetivos de tempo de recuperação de cada servidor protegido;</i></p> <p><i>y. Suporte/garantia: os produtos adquiridos deverão contemplar suporte/assistência 24 horas por dia, 7 dias por semana (24 x 7), por telefone - disponibilização de central 0800 - via Internet/Web, por um período de garantia de até 36 (trinta e seis) meses.</i></p> <p><i>1.1. Características do módulo de backup em fita</i></p>				



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



Item	Produto	Unidade	Quantidade	Cotação Máxima Unitária	Cotação Máxima Total
	<p>a. <i>Compatibilidade do software de backup com plataformas Windows Server 2003 e 2008, 2008 R2, 2012 e 2012 R2, de 32 e 64-bits;</i></p> <p>b. <i>Possuir um console de visualização das operações da infraestrutura de backup em modo gráfico, que realize gerenciamento em tempo real das rotinas de backup, restore e status de device de todo ambiente;</i></p> <p>c. <i>Possuir módulo de gerenciamento de ambiente de backup (dashboard) com suporte a visualização de todas as rotinas de backup, com opções de gerar relatórios e enviar os mesmo por e-mail;</i></p> <p>d. <i>Possuir módulo de controle de acesso e auditoria dos usuários que acessam a solução de backup;</i></p> <p>e. <i>Deverá permitir, em nível de software, o envio automático de alertas, quando da falha de um procedimento de backup ou restore, através de mensagem de correio eletrônico;</i></p> <p>f. <i>Possuir recursos de "Job Test Run" para verificar a capacidade das fitas, outros critérios para identificar problemas potenciais que possam impedir uma conclusão bem sucedida do job e notificar o administrador através de correio eletrônico, telefone ou pelo console de administração;</i></p> <p>g. <i>Suportar dispositivos de fitas simples ou fitotecas de drive único, oferecendo a capacidade de expandir para sistemas de fitotecas multidrive através de licenciamento adicional, permitindo que drives adicionais em uma fitoteca sejam acessados, garantindo uma expansão da capacidade de armazenamento;</i></p> <p>h. <i>Possuir aplicativo para download e instalação de updates do produto, de forma manual, agendada ou sem intervenção do administrador;</i></p> <p>i. <i>Possibilidade de geração de relatórios customizados, utilizando as seguintes categorias: alertas, configurações, jobs, mídia, dispositivos e política;</i></p> <p>j. <i>Possuir recursos avançados de agendamento de rotinas de backup e restore, para datas específicas, dias da semana recorrentes, dias do mês recorrentes,</i></p>				



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



Item	Produto	Unidade	Quantidade	Cotação Máxima Unitária	Cotação Máxima Total
	<p><i>intervalo de dias e intervalo de reinício;</i></p> <p><i>k. Integrar-se aos servidores de gerenciamento de pontos de recuperação do módulo de backup em disco, ao menos com as seguintes características:</i></p> <p><i>i. Controle do processo de cópia dos pontos de recuperação armazenados em disco para unidades de fita através dos planos de proteção, de forma que a configuração e o monitoramento dessa tarefa sejam feitos por um único console;</i></p> <p><i>ii. Envio automático do backup mais recente disponível no disco para a fita, realizando a reidratação do mesmo caso o mesmo seja um incremental ou backup desduplicado;</i></p> <p><i>iii. Possibilidade de restaurar diretamente da fita arquivos e pastas, sem necessidade de recuperar a imagem completa do servidor;</i></p> <p><i>iv. Possibilidade de restaurar a imagem completa de um determinado servidor da fita para um local em disco, de forma a permitir a recuperação do mesmo após um desastre.</i></p> <p><i>l. Suporte/garantia: os produtos adquiridos deverão contemplar suporte/assistência 24 horas por dia, 7 dias por semana (24 x 7), por telefone - disponibilização de central 0800 - via Internet/Web, por um período de garantia de até 36 (trinta e seis) meses.</i></p> <p>Marca: ArcServe</p>				
2	<p>LICENCIAMENTO MICROSOFT OFFICE PLANO 365 BUSSINESS PREMIUM (CLOUD)</p> <p>O365BUSINESSPR EM SHRDSVR SNGL SUBSVL OLP NL QUALIFIED ANNUAL PN: 9F4-00003</p> <p>QUANTIDADE: 45 LICENÇAS - OFFICE WEB A PPS (WORD, EXCEL, PP, ONENOTE E EXCHANGE (50 GB DE ARMAZENAMENTO DE CAIXA DE CORREIO E PODE ENVIAR M ENSAGENS DE ATÉ 25 MB) - OFFICE NA MÁQUINA LOCAL (WORD, EXCEL, PP, OUTLOOK, PUBLISH E ONENOTE - ONE DRIVE 1TB</p> <p>Marca: Microsoft</p>	UN	45	786,66	35.400,00



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



CLÁUSULA SEGUNDA - Regime de Execução

2.1. A execução do presente Contrato será pelo regime de fornecimento de menor preço por item.

CLÁUSULA TERCEIRA - Preço

3.1. O valor global do presente contrato é de R\$ 71.100,00 (setenta e um mil e cem reais).

CLÁUSULA QUARTA - Condições de Pagamento

4.1. O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa, observado o que consta no referido instrumento convocatório e neste contrato.

4.2. O pagamento será:

4.2.1. Efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado de cópia da ordem de compra emitida pelo SAMAÉ de Brusque – SC.

4.2.2. Realizado através SAMAÉ – Brusque, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do aceite/laudo liberação do objeto pelo gestor do contrato indicado pelo SAMAÉ.

4.3. O SAMAÉ, exigirá, no ato do pagamento, do(s) proponente(s) vencedor(es), que mantenha(m) atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS e FGTS.

4.4. O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela proponente vencedora, devendo, portanto, ser mencionados na proposta o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser creditado.

4.5. Ficamos expressamente estabelecidos que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluam todos os custos diretos e indiretos requeridos para entrega do material no Almoarifado do SAMAÉ, na Rua Doutor Penido, 297, Bairro Centro, no município de Brusque – SC, constituindo-se na única remuneração devida.

4.6. O preço estipulado será fixo, não havendo reajuste de qualquer espécie.

4.7. Em caso de eventual atraso no pagamento da parcela mensal, o SAMAÉ procederá à atualização do valor mediante correção monetária do período medida pelo índice INPC/IBGE.

4.8. Nenhum pagamento será efetuado a licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

4.9. De conformidade com as legislações tributárias e previdenciárias vigentes, a Administração fica obrigada a fazer as retenções legais sobre valor do faturado.

4.10. É vedado à CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que venham a serem verificadas na proposta.

CLÁUSULA QUINTA – Prazos

5.1. O item objeto deste contrato será entregue em perfeita condição de uso, nos exatos termos do contrato, sem qualquer despesa adicional.

5.2. Os objetos serão solicitados após a homologação do certame, sendo que o prazo para entrega dos mesmos, depois de enviada Ordem de Compras por Fax ou e-mail, deverá ser de no máximo 30 (trinta) dias.

5.2.1. Os Materiais/Serviços a serem fornecidos deverão ser entregues no Almoarifado do SAMAÉ, na Rua Doutor Penido, 297, Bairro Centro, no município de Brusque – SC, no horário das 8:30 as 12:30 horas de segunda a sexta-feira.

5.2.2. A descarga do material é de responsabilidade da proponente.



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



5.2.3. Os objetos deverão ser acompanhados obrigatoriamente de nota fiscal eletrônica, que ao ser emitida deverá ser enviada para o seguinte e-mail: nfesamaebrusque@hotmail.com o não recebimento do arquivo eletrônico importará na recusa do objeto quando da sua entrega.

5.3. O Objeto deste contrato serão recebidos provisoriamente no âmbito estabelecido neste edital e anexos, para efeito simultâneo ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no recebimento definitivo, observado o prazo de até 15 (quinze) dias corridos da entrega.

5.4. Em caso de não aceitação do item objeto deste contrato, fica a CONTRATADA obrigada a retirá-lo e a substituí-lo no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida pela CONTRATANTE, ou imediatamente; sob pena de incidência nas sanções previstas neste contrato.

5.5. Em caso de diferença de quantidade, fica a CONTRATADA, obrigada a providenciar sua complementação no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida pela CONTRATANTE, ou imediatamente; sob pena de incidência nas sanções previstas neste contrato.

5.6. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatária, nos termos das prescrições legais.

CLÁUSULA SEXTA - Recursos para Atender as Despesas

6.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do orçamento do exercício de 2016 cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:
80.001.0041220300.2291.3390309900000.20000

CLÁUSULA SÉTIMA - Direito de Fiscalização

7.1. Os materiais/serviços acompanhados do competente documento fiscal deverão ser entregues dentro do prazo indicado na cláusula quinta, no SAMAE, localizado à Rua Doutor Penido, 297, Centro – Brusque-SC - SAMAE, em dias úteis e dentro do horário comercial de funcionamento da autarquia anteriormente mencionado, correndo o frete, a carga e a descarga por conta e risco da Proponente vencedora.

7.2. No ato da entrega, os materiais/serviços serão verificados e deverão estar de acordo com as especificações deste edital. Verificado defeito de fabricação em qualquer uma das unidades entregues, o SAMAE procederá à imediata devolução.

7.3. Os materiais entregues que não tiverem a identificação exigida pelas normas da ABNT serão imediatamente recusados para efeito de recebimento.

7.4. O SAMAE deverá aceitar ou rejeitar os materiais/serviços, total ou parcialmente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Não o fazendo, serão considerados aceitos.

7.5. Caso os materiais/serviços sejam rejeitados, a Proponente vencedora deverá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a contar da notificação expedida pelo SAMAE com anuência da Diretoria, retirá-los no local indicado no item 7.1 e entregar novos materiais no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a contar da citada notificação, livres das causas da rejeição.

*7.6. A rejeição total ou parcial dos materiais/serviços pelo SAMAE sujeitará a **Proponente vencedora** à penalidade “advertência por escrito” prevista no item “Penalidades” deste edital e a devolução da nota fiscal/fatura.*

*7.7. Caso a nova remessa, entregue em substituição à rejeitada, seja também objeto de rejeição, ficará demonstrada a incapacidade técnica da **Proponente vencedora** de entregar os materiais/serviços nas condições e especificações pactuadas e sujeitá-la-á à multa de 10% (dez por*



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



cento) aplicada sobre o valor total do contrato, além da sua rescisão unilateral pelo SAMAE e suspensão temporária da **Proponente vencedora** de participação em licitações e impedimento de contratar com o SAMAE por prazo não superior a 02 (dois) anos, prevista no item “Penalidades” deste edital.

7.8. Se no prazo de garantia, os materiais apresentarem vício oculto ou defeito a **Proponente vencedora** deverá substituí-los no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar da notificação do SAMAE sem qualquer ônus para esta autarquia.

7.9. A CONTRATANTE designa o engenheiro Sr. Diego Ribeiro Pena, como gestor do presente contrato, a qual será a responsável perante a CONTRATADA para notificá-la da aceitação ou recusa dos materiais/serviços, através de laudo, autorizando o pagamento ou encaminhando ao setor jurídico para a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Nona.

CLÁUSULA OITAVA - Responsabilidades da CONTRATADA

8.1. Por quaisquer danos materiais ou pessoais que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento do objeto durante a validade do presente contrato.

8.2. A aceitar acréscimos ou supressões que a CONTRATANTE realizar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

8.3. Manter, durante todo o contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.4. Proceder o entrega do objeto deste contrato em conformidade e com a apresentação dos documentos e laudos exigidos por ele e pelo edital do referido processo licitatório.

CLÁUSULA NONA - Das Penalidades

9.1. A licitante que dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de retirar a nota de empenho, ou deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficara impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 5 anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

9.2. Pela inexecução parcial ou total do contrato, a licitante vencedora ficara sujeita a uma ou mais das sanções administrativas previstas no art. 7º da Lei n.º 10.520/02, a ser(e)m aplicada(s) pela autoridade competente do SAMAE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados a Administração, e das cabíveis cominações legais.

9.3. A aplicação da sanção prevista no inciso IV do art. 87 da Lei no 8.666/93 é de competência exclusiva do Diretor Presidente do SAMAE.

9.4. Caso a licitante vencedora não execute os serviços ou entrega de materiais nas condições e prazo avençados, estará sujeita a multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, limitada sua aplicação ate o máximo de 30 dias. Após o 30º dia de atraso, os materiais/serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução total do contrato, com as consequências previstas em lei e neste ato convocatório.



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



9.5. *Será aplicável, cumulativamente ou não com outras sanções, multa de 20% (vinte por cento), por inexecução do contrato, reconhecendo a contratada, desde já, os direitos da Administração, nos termos do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.*

9.6. *No caso de não recolhimento do valor da multa, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou da fatura, ou ainda cobrada judicialmente consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês.*

9.7. *Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas no item I deste capítulo e nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei 8.666/93 bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no mural oficial do SAMAE.*

9.8. *Em qualquer das hipóteses de aplicação de sanções previstas neste capítulo, e assegurada defesa previa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação a licitante vencedora ou contratada, salvo no caso de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.*

9.9. *Os recursos quando da aplicação das penalidades previstas no item I deste capítulo e no art. 87 da Lei nº 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, poderão ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.*

9.10. *No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato. (conforme inciso III do art. 109 da Lei de Licitações).*

CLÁUSULA DÉCIMA – Rescisão

10.1 *A rescisão do presente poderá ser:*

a) *determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98.*

b) *a inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas na cláusula nona.*

c) *amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;*

d) *constituem motivos para rescisão do presente os previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98.*

e) *em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;*

f) *a rescisão do presente de que trata o inciso I do artigo 78 acarretará as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98.*

10.2. *Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão importará em:*

a) *aplicação da pena de suspensão do direito de licitar com o SAMAE pelo prazo de até 2 (dois) anos.*

b) *declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo do SAMAE.*



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurado a defesa ao infrator, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Foro

11.1. Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Brusque -SC, com renúncia expressa a qualquer outro.

11.2. E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, diante de duas testemunhas para um só efeito.

Brusque, SC, 29 de novembro de 2016.

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAÉ – Brusque

Juciane de Oliveira
Sócio Gerente

Odair Linhares
OAB/SC 26.623

Diego Ribeiro Pena
Gestor

TESTEMUNHAS: 1) _____
Leandro Bolognini

2) _____
Gabriel Casas Mesquita

DECRETO Nº 7.906/2016**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE****DECRETO Nº. 7.905, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.****“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE**, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 139.162,89 (cento e trinta e nove mil cento e sessenta e dois reais e oitenta e nove centavos), para atender a programação abaixo especificada:

70.00 Instituto Brusquense de Previdência
 70.001 IBPREV
 0009.0272.0205.2315 Concessão de Benefícios Previdenciários
 3.1.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 49.716,73

70.00 Instituto Brusquense de Previdência
 70.001 IBPREV
 0009.0272.0205.2315 Concessão de Benefícios Previdenciários
 3.1.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.3.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 89.446,16

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - O excesso de arrecadação nos termos previstos no inciso II, do § 1º e § 3º, do art. 43 da Lei Federal 4.320/64:

Vínculo de Recursos: 0.1.00.00 – Recursos Ordinários							
2016	Janeiro	Março	Abril	Maio	Junho	Setembro	Total
Meta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arrecadado	4,16	34.423,67	2.802,36	6.815,48	1.818,78	3.852,28	49.716,73
Excesso	4,16	34.423,67	2.802,36	6.815,48	1.818,78	3.852,28	49.716,73

II - superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2015
60.635-9	BANCO DO BRASIL	0.1.00.00 0.3.00.00	25.032,17 0,00
6202-9	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0.1.00.00 0.3.00.00	600,41 23,76
6208-8	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0.1.00.00 0.3.00.00	40.774,94 27.297,93
TOTAL GERAL			93.729,21
Valores Comprometidos		Fonte de Recursos	Valor R\$

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (047)351-1833 - Centro - 88350-000 - Brusque - SC

DECRETO Nº XXXX 01-09-2016 (SUBELEMEN TO BENEFICIOS) CORRETO.doc - Pág.: 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Empenhos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00	
DDO à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00	
Restos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	4.283,05	
TOTAL	0.1.00.00/0.3.00.00	4.283,05	
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$	
Superávit Financeiro	0.3.00.00	89.446,16	
TOTAL		89.446,16	

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 01/12/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 28 de novembro de 2016.

ROLF KAESTNER
Prefeito em exercício

SONIA KNIHS CRESPI
Procuradora Geral do Município

ANTONIO CARLOS CERCHIARI JUNIOR
Diretor-Presidente - IBPREV

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (047)351-1833 - Centro - 88350-000 - Brusque - SC

DECRETO Nº XXXX 01-09-2016 (SUBELEMENTO BENEFICIOS) CORRETO.doc - Pág.: 2

DECRETO Nº. 7.902/2016

DECRETO Nº. 7.902, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 71.262,74 (Setenta e Um Mil, Duzentos e Sessenta e Dois Reais e Setenta e Quatro Centavos), para atender a programação abaixo especificada:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social

30.001 Fundo Municipal de Assistência Social

008.0244.0255.2250 Economia Solidária

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.31.54 Transferência de Convênios – União/Assistência Social

VALOR R\$ 7.255,03

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.3.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 64.007,71

I – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.31.54	Transferências de Convênios – União/Assistência Social
Valor Orçado	R\$ 0,00
Valor arrecadado até a data de 25/11/2016.	R\$ 7.255,03
Excesso de arrecadação até a data de 25/11/2016.	R\$ 7.255,03
Valor a Utilizar	R\$ 7.255,03

II - Superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

246-9	C.E.F. - PMB C/C 216-9 – Economia Solidária	0.1.00.00	33.333,70
		0.1.31.54	7.255,03
		0.3.00.00	64.007,71
		0.3.31.54	1.667,09
TOTAL GERAL			106.263,53

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00
DDO à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00
Restos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00
TOTAL	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.00.00	64.007,71
Valor Utilizado	0.3.00.00	0,00
Valor a Utilizar	0.3.00.00	64.007,71

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 25/11/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Novembro de 2016.

ROLF KAESTNER

Prefeito em Exercício

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora Geral do Município

ROGÉRIO ADILSON LANA

Secretário de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº. 7.905/2016

DECRETO Nº. 7.905, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 139.162,89 (cento e trinta e nove mil cento e sessenta e dois reais e oitenta e nove centavos), para atender a programação abaixo especificada:

70.00 Instituto Brusquense de Previdência

70.001 IBPREV

0009.0272.0205.2315 Concessão de Benefícios Previdenciários

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 49.716,73

70.00 Instituto Brusquense de Previdência

70.001 IBPREV

0009.0272.0205.2315 Concessão de Benefícios Previdenciários

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.3.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 89.446,16

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - O excesso de arrecadação nos termos previstos no inciso II, do § 1º e § 3º, do art. 43 da Lei Federal 4.320/64:

Vínculo de Recursos: 0.1.00.00 – Recursos Ordinários							
2016	Janeiro	Março	Abril	Maio	Junho	Setembro	Total
Meta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arrecadado	4,16	34.423,67	2.802,36	6.815,48	1.818,78	3.852,28	49.716,73
Excesso	4,16	34.423,67	2.802,36	6.815,48	1.818,78	3.852,28	49.716,73

II - superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2015
60.635-9	BANCO DO BRASIL	0.1.00.00 0.3.00.00	25.032,17 0,00
6202-9	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0.1.00.00 0.3.00.00	600,41 23,76
6208-8	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0.1.00.00 0.3.00.00	40.774,94 27.297,93
TOTAL GERAL			93.729,21
Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$	
Empenhos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00	
DDO à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00	
Restos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	4.283,05	
TOTAL	0.1.00.00/0.3.00.00	4.283,05	
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$	
Superávit Financeiro	0.3.00.00	89.446,16	
TOTAL		89.446,16	

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 01/12/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 28 de novembro de 2016.

ROLF KAESTNER

SONIA KNIHS CRESPI

Prefeito em exercício

Procuradora Geral do Município

ANTONIO CARLOS CERCHIARI JUNIOR

Diretor-Presidente - IBPREV

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO 144/2016 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 144/2016

ESPÉCIE: Ref. serviço de reforma da instalação dos motores e painéis da captação do Guarani. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 067/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.1192.0004.0122.0300.34490.5199000.02000000; VI-GÊNCIA: 30 dias. DATA DA ASSINATURA: 28/11/2016; VALOR: R\$ 41.650,00. CONTRATADA: Saneaut do Brasil Ltda. Diretora do SAMAE.

Brusque, 28 de novembro de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 075/2016 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 075/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 075/2016, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de areia e pedras. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 12 de dezembro de 2016, às 08:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE – Brusque

PORTARIA Nº 183/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 183/2016

A Diretora Presidente, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor ANAURI SCHAFER, ocupante do cargo de Agente Administrativo, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 3GF-02A passando para o padrão de vencimento 3GF-02B por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/10/2016.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 21 de novembro de 2016.
Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidente

PORTARIA Nº 184/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 184/2016

A Diretora Presidente, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional vertical para a servidora ROSANGELA DE MELLO, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, enquadrada no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 4GF-01I passando para o padrão de vencimento 4GF-02I por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/10/2016.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 21 de novembro de 2016.

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidente

PORTARIA Nº 185/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 185/2016

A Diretora Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias ao servidor:

Almir Roberto Pavesi, matrícula 8338-00, ocupante do cargo de Agente de Leitura e Inspeção;

Pelo período de 28/11/2016 até 17/12/2016

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 28/11/2016.

Brusque, 22 de novembro de 2016

Fabiana Amália Dalcastagné Diretora Presidente

PORTARIA Nº 186/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 186/2016

A Diretora Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

1) Conceder Licença de 03 (três) dias ao servidor DOUGLAS VINICIUS TRICHEZ, ocupante do cargo de Agente de Leitura e Inspeção, em virtude de Casamento Civil, Certidão de Casamento Civil, Matrícula: 108928 01 55 2016 2 00059 091 0013605 64, de 08 de novembro de 2016.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 08/11/2016.

Brusque, 22 de novembro de 2016

Fabiana Amália Dalcastagné Diretora Presidente

PORTARIA Nº 187/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 187/2016

A Diretora Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor MURILO JOSE MAES, matrícula nº 8206-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA/ETE, lotado(a) na ETA (Estação de Tratamento de Água), em decorrência do atestado médico do dia 04/11/2016, sendo seu afastamento do dia 18/11/2016 até 01/01/2017.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, em 22 de novembro de 2016.

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidente do SAMAE

PORTARIA Nº 188/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 188/2016

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

1) Designar o servidor Marcelo Paza, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, para exercer função de confiança gratificada no percentual de 50%.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 01/11/2016

Brusque, 24 de novembro de 2016.

FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ

Diretora Presidente

SAMAE

PORTARIA Nº 189/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 189/2016

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

1) Designar o servidor Agostinho Martins, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, para exercer função de confiança gratificada no percentual de 30%.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 01/11/2016

Brusque, 25 de novembro de 2016.

FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ

Diretora Presidente

SAMAE

PORTARIA Nº 190/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 190/2016

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

1) Designar o servidor Romilson Moreira Oliveira, ocupante do cargo de Agente Hidráulico, para exercer função de confiança gratificada no percentual de 30%.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 01/11/2016

Brusque, 25 de novembro de 2016.

FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ

Diretora Presidente

SAMAE

PORTARIA Nº 191/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 191/2016

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Art. 1º Fica criada a Comissão Permanente para Ressarcimento de Danos, junto ao SAMAE de Brusque.

Art. 2º Ficam nomeados membros da Comissão os seguintes servidores: Murilo José Maes, Vanessa Constansa Setraghi Becker, Jean Wons Fernandes, Osvaldo dos Santos Moraes Junior, Robson do Prado e Elisane Martins Nunes.

Parágrafo Único. Atribuir à Comissão Processante o encargo de coordenar, organizar, julgar e executar todo o trâmite necessário para o fiel e cabal êxito dos Processos Administrativos para ressarcimento de danos.

Art. 3º O mandato dos membros desta comissão será de um ano e desempenharão suas funções juntamente com a de seus cargos.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos financeiros a partir de 01/11/2016.

Brusque, 24 de novembro de 2016.

FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ

Diretora Presidente

SAMAE

PORTARIA Nº 192/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 192/2016

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 111 § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV, o servidor Sr. JOÃO AGUINALDO DA SILVA, matrícula nº 23507-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, lotado na Área Técnica, em decorrência dos atestados dos dias 25/11/2016 (concessão de quinze dias de afastamento) e 26/11/2016 (concessão de noventa dias de afastamento) tendo seu afastamento a partir do dia 10/12/2016.

Parágrafo Único – A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque/SC, 28 de novembro de 2016.

FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ

Diretora Presidente

RESOLUÇÃO Nº 002/2016 COMDEF

RESOLUÇÃO Nº 002/2016 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre indeferimento de inscrição da CAGERE Casa Assistencial de Brusque no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDEF.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDEF de Brusque-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n.º 3.666 de 13 de novembro de 2013,

Resolve:

Art. 1º Indeferir a inscrição junto ao COMDEF da entidade CAGERE Casa Assistencial Eireli – EPP, CNPJ 19.354.317/0001-54, sito a Rua: Professor Francisco Bodenmuller, 100 – Centro – Brusque/SC.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 28 de Novembro de 2016.

Helena Dias
Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência
COMDEF

RESOLUÇÃO Nº 19/2016 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre utilização de recursos oriundos do FNAS- IGD-M.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Brusque-SC, em reunião ordinária realizada no dia 10 de novembro de 2016, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal n.º 56 de 08 de janeiro de 1997, com fundamento nos artigos 30 e 31 de seu Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1.º – Aprovar a utilização de recursos financeiros do IGD-M, no valor total de R\$ 6.850,00 (Seis mil oitocentos e cinquenta reais), para compra de materiais permanentes para estruturação do Bolsa Família.

Art. 2.º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

HELENA DIAS
Presidente do Conselho Municipal
de Assistência Social - CMAS

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.962

DECRETO Nº 6.962, de 29 de novembro de 2016.

Decreta Luto Oficial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e

Considerando o trágico acidente aéreo ocorrido com a Delegação da Associação Chapecoense de Futebol, em viagem à Medellín, na Colômbia, que vitimou atletas, dirigentes, imprensa, convidados e tripulação;

Considerando que a República Federativa do Brasil, através do seu Presidente Michel Temer, decretou Luto Oficial de três dias;

Considerando a comoção pública vivida no Estado de Santa Catarina e principalmente na Cidade de Chapecó;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial, por três dias, em todo o território do Município, em sinal de pesar pelo falecimento de integrantes da Delegação da Associação Chapecoense de Futebol, sendo eles atletas, dirigentes, imprensa e convidados, e, da tripulação da aeronave.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de novembro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.457

PORTARIA Nº 27.457, de 25 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 113, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal abaixo nominada, em exercício na Fundação Municipal do Meio Ambiente, licença por motivo de doença em pessoa da família conforme atestado médico apresentado, especificando código, nome, cargo, familiar, número de dias e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Familiar	Nº de Dias/Meses	A contar de:
10345	Cleusa Aparecida Ferreira da Luz	Servente Educação	Mãe	15 dias	07/11/2016 a 21/11/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de novembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.458

PORTARIA Nº 27.458, de 28 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargo efetivo e contrato temporário, lotados na Secretaria Municipal da Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome do servidor, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

I – LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EFETIVOS

Código	Nome	Cargo	Total de Dias – meses	Período – A Contar de:
10534	Alzira Salete Padilha	Professor Ensino Fundamental I	60 dias	24/10/2016 a 22/12/2016
357	Ana Maria Constantini	Merendeira Escolar	120 dias	23/11/2016 a 22/03/2017
349	Ana Maria Moretti Bortolon	Professor Ensino Fundamental II	30 dias	03/11/2016 a 02/12/2016
790	Andiara Zeni	Professor Ensino Fundamental I	30 dias	07/11/2016 a 06/12/2016
8953	Cláudia Aparecida de Souza	Professor Ensino Fundamental II	20 dias	08/11/2016 a 27/11/2016
449	Crenilda Schikovski Hude	Servente Educação	15 dias	04/11/2016 a 18/11/2016
688	Diocleia Alves de Moura	Auxiliar de Creche e Berçário	15 dias	07/11/2016 a 21/11/2016
184	Eliane Terezinha Pellizzaro	Professor Ensino Fundamental I	45 dias	25/10/2016 a 08/12/2016
2128	Felizarda Lemos Frâncio	Professor Ensino Fundamental I	90 dias	20/10/2016 a 17/01/2016
1190	Ivanir Aparecida Gonçalves	Servente Educação	30 dias	23/11/2016 a 22/12/2016
8431	Kátia Judite Souza de Andrade	Servente Educação	Indeterminado	04/11/2016
10049	Lucélia Aparecida Carlim	Professor Educação Infantil	15 dias	31/10/2016 a 14/11/2016
10049	Lucélia Aparecida Carlim	Professor Educação Infantil	10 dias	23/11/2016 a 02/12/2016
10535	Marisa Aparecida Alves Moreira	Professor Ensino Fundamental I	Indeterminado	21/10/2016
10446	Nelci de Jesus Oliveira Balduino	Servente Educação	30 dias	07/11/2016 a 06/12/2016

II – LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ACTs

Código	Nome	Cargo	Total de Dias – meses	Período – A Contar de:
14337	Leila Lucimar Gonçalves	Professor Ensino Fundamental I	15 dias	15/11/2016 a 29/11/2016
14291	Margara Cassol de Almeida Aimi	Professor Ensino Fundamental I	15 dias	09/11/2016 a 23/11/2016
14349	Silvane Lascoski	Professor Ensino Fundamental I	60 dias	04/11/2016 a 02/12/2016 (após, encaminhamento ao INSS)

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de novembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.459

PORTARIA Nº 27.459, de 28 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria nº 27.419, de 07 de novembro de 2016, que concede férias aos Servidores Públicos Municipais, somente no que se refere à Servidora ADRIANA MOREIRA BAIRRO, matrícula 6959, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, cargo de Professor Ensino Fundamental I, RETIFICANDO o período de fruição que passa a ser de 07/11/2015 a 26/11/2016.

Art. 2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de novembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

RREO 5º BIMESTRE 2016



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				Em Reais	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	158.476.307,43	158.476.307,43	25.527.649,77	16,11	136.787.448,65	86,31	21.688.858,78	
RECEITAS CORRENTES	158.469.297,64	158.469.297,64	24.018.869,57	15,16	133.424.477,41	84,20	25.044.820,23	
RECEITA TRIBUTÁRIA	25.731.869,80	25.731.869,80	4.439.072,33	17,25	22.418.936,73	87,13	3.312.933,07	
Impostos	18.934.749,70	18.934.749,70	4.178.642,24	22,07	18.749.517,83	99,02	185.231,87	
Taxas	6.084.260,10	6.084.260,10	280.561,20	4,61	3.475.632,70	57,12	2.608.627,40	
Contribuição de Melhoria	712.860,00	712.860,00	-20.131,11	-2,82	193.786,20	27,18	519.073,80	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.216.733,25	6.216.733,25	1.575.284,50	25,34	7.408.175,47	119,17	-1.191.442,22	
Contribuições Sociais	4.042.510,25	4.042.510,25	1.044.698,00	25,84	4.846.043,89	119,88	-803.533,64	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	2.174.223,00	2.174.223,00	530.586,50	24,40	2.562.131,58	117,84	-387.908,58	
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA PATRIMONIAL	2.941.260,34	2.941.260,34	97.104,41	3,30	11.237.132,67	382,05	-8.295.872,33	
Receitas Imobiliárias	17.821,50	17.821,50	15.500,00	86,97	33.173,60	186,14	-15.352,10	
Receitas de Valores Mobiliários	2.923.438,84	2.923.438,84	81.604,41	2,79	11.203.959,07	383,25	-8.280.520,23	
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	53.464,50	53.464,50	0,00	0,00	0,00	0,00	53.464,50	
Receita da Produção Vegetal	53.464,50	53.464,50	0,00	0,00	0,00	0,00	53.464,50	
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	2.423.724,00	2.423.724,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.423.724,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	115.263.908,09	115.263.908,09	17.205.175,59	14,93	86.951.671,29	75,44	28.312.236,80	
Transferências Intergovernamentais	113.726.506,69	113.726.506,69	17.205.175,59	15,13	86.060.093,73	75,67	27.666.412,96	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios	1.535.025,20	1.535.025,20	0,00	0,00	891.577,56	58,08	643.447,64	
Transferências para o Combate à Fome	2.376,20	2.376,20	0,00	0,00	0,00	0,00	2.376,20	

1 / 6



Município de Caçador / SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

	Continuação				Em Reais
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.838.337,66	702.232,74	12,03	5.408.561,25	92,64
Multas e Juros de Mora	1.366.315,00	116.031,91	8,49	511.865,33	37,46
Indenizações e Restituições	17.821,50	0,00	0,00	244.506,21	1.371,97
Receita da Dívida Ativa	1.259.386,00	158.085,49	12,55	991.972,56	78,77
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	3.194.815,16	428.115,34	13,40	3.660.217,15	114,57
RECEITAS DE CAPITAL	7.009,79	1.508.780,20	21.523,90	3.362.971,24	47.975,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.069,29	842.730,11	78,812,12	1.310.442,95	122.552,62
Operações de Crédito Internas	1.069,29	842.730,11	78,812,12	1.310.442,95	122.552,62
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	68.843,67	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	68.843,67	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.940,50	666.050,09	11.212,02	1.983.684,62	33.392,55
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	5.940,50	666.050,09	11.212,02	1.983.684,62	33.392,55
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.682.088,25	436.110,04	7,68	8.345.985,99	146,88
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	164.158.395,68	25.963.759,81	15,82	145.133.434,64	88,41
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	164.158.395,68	25.963.759,81	15,82	145.133.434,64	88,41
DÉFICIT (VI)	164.158.395,68	25.963.759,81	15,82	145.133.434,64	88,41
TOTAL (VII) = (V + VI)	164.158.395,68	25.963.759,81	15,82	145.133.434,64	88,41

Continua 2 / 6



Município de Caçador / SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

Continuação

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)

Superávit Financeiro

Reabertura de Créditos Adicionais

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)									
Superávit Financeiro									
Reatertura de Créditos Adicionais									
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	SALDO (i) = (e-h)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	153.929.770,28	172.430.871,69	15.113.992,77	132.442.560,42	39.988.311,27	20.725.151,07	116.529.871,90	105.447.951,99	55.900.999,79
DESPESAS CORRENTES	143.122.525,45	149.159.489,51	14.538.356,64	119.074.704,39	30.084.795,12	18.670.309,92	108.205.170,25	98.923.041,29	40.954.319,26
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	75.640.061,59	79.877.861,09	10.577.639,10	66.355.272,73	13.522.588,36	10.659.825,57	66.009.199,95	62.902.890,46	13.868.661,14
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	413.458,80	213.458,80	332,98	96.393,41	117.065,39	332,98	96.393,41	96.025,05	117.065,39
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	67.069.005,06	69.068.169,62	3.960.384,56	52.623.038,25	16.445.131,37	8.010.151,37	42.099.576,89	35.924.125,78	26.968.592,73
DESPESAS DE CAPITAL	10.569.624,83	23.033.762,18	575.636,13	13.367.856,03	9.665.906,15	2.054.841,15	8.324.701,65	6.524.910,70	14.709.060,53
INVESTIMENTOS	7.954.616,73	20.418.754,08	296.445,65	11.857.220,81	8.561.533,27	1.775.650,67	6.814.066,43	5.014.275,48	13.604.687,65
INVERSÕES FINANCEIRAS	238.808,10	238.808,10	0,00	130.000,00	108.808,10	0,00	130.000,00	130.000,00	108.808,10
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.376.200,00	2.376.200,00	279.190,48	1.380.635,22	995.564,78	279.190,48	1.380.635,22	1.380.635,22	995.564,78
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	118.810,00	118.810,00	0,00	0,00	118.810,00	0,00	0,00	118.810,00	118.810,00
RESERVA DO RPPS	118.810,00	118.810,00	0,00	0,00	118.810,00	0,00	0,00	0,00	118.810,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	10.228.625,40	13.344.106,40	1.274.848,81	11.122.751,66	2.221.354,74	1.274.848,81	10.883.938,69	6.328.054,25	2.460.167,71
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	164.158.395,68	185.774.978,09	16.388.841,58	143.565.312,08	42.209.666,01	21.999.999,88	127.413.810,59	111.776.006,24	58.361.167,50
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	164.158.395,68	185.774.978,09	16.388.841,58	143.565.312,08	42.209.666,01	21.999.999,88	127.413.810,59	111.776.006,24	58.361.167,50
SUPERÁVIT (XIII)							17.719.624,05		
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	164.158.395,68	185.774.978,09	16.388.841,58	143.565.312,08	42.209.666,01	21.999.999,88	145.133.434,64	111.776.006,24	58.361.167,50

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	5.588.228,35	5.588.228,35	436.110,04	7,80	8.345.985,99	149,35	-2.757.757,64
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3 / 6



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

RRREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

PRRO – ANEXO 1 (LRF, ART. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)						Continuação
					Em Reais	
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.183.086,25	5.183.086,25	436.110,04	8,41	160,95	
Contribuições Sociais	5.183.086,25	5.183.086,25	436.110,04	8,41	-3.158.996,19	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECITAS CORRENTES	405.142,10	405.142,10	0,00	0,00	401.238,55	
Multas e Juros de Mora	405.142,10	405.142,10	0,00	0,00	401.238,55	
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECITAS DE CAPITAL	93.859,90	93.859,90	0,00	0,00	93.859,90	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua

4/6



Município de Caçador / SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

	Continuação		Em Reais
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	93.859,90	0,00	93.859,90
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00
Div. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00
Recitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.682.088,25	436.110,04	-2.663.897,74

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	SALDO (i) = (e-h)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES	6.783.135,40	9.898.616,40	978.392,18	8.571.883,43	1.326.732,97	978.392,18	8.571.883,43	4.559.707,00	1.326.732,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.783.135,40	9.898.616,40	978.392,18	8.571.883,43	1.326.732,97	978.392,18	8.571.883,43	4.559.707,00	1.326.732,97
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	3.445.490,00	3.445.490,00	296.456,63	2.550.868,23	894.621,77	296.456,63	2.550.868,23	1.768.347,25	1.133.434,74
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.445.490,00	3.445.490,00	296.456,63	2.550.868,23	894.621,77	296.456,63	2.550.868,23	1.768.347,25	1.133.434,74
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	10.228.625,40	13.344.106,40	1.274.848,81	11.122.751,66	2.221.354,74	1.274.848,81	10.883.938,69	6.328.054,25	2.460.167,71

FONTE: Sistema e-Pública (1388-6765-489). Unidade Responsável: . Data da emissão: 29/11/2016 e hora de emissão: 13:15.

Continua 5 / 6

**Município de Caçador / SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

Continuação
Em Reais

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**
Secretário da Fazenda**SERGIO INHAIA**
Contador
CRC-SC 028.242/O-2

6 / 6



Município de Caçador / SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		Em Reais (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	153.929.770,28	172.430.871,69	15.113.992,77	132.442.560,42	92,25	20.725.151,07	116.529.871,90	91,46
LEGISLATIVA	6.921.500,00	6.921.500,00	0,00	2.262.735,74	1,58	0,00	1.580.877,22	1,24
Ação Legislativa	6.921.500,00	6.921.500,00	0,00	2.262.735,74	1,58	0,00	1.580.877,22	1,24
ADMINISTRAÇÃO	27.387.863,91	32.306.082,33	2.887.769,04	23.029.665,72	16,04	2.960.974,94	21.003.853,93	16,48
Administração Geral	20.058.276,46	24.918.848,88	2.224.833,15	17.277.089,48	12,03	2.166.856,29	15.912.929,06	12,49
Administração Financeira	7.329.587,45	7.387.233,45	662.935,89	5.752.576,24	4,01	794.118,65	5.090.924,87	4,00
SEGURANÇA PÚBLICA	3.882.473,18	4.082.473,18	210.099,50	3.471.185,81	2,42	509.447,57	3.049.526,74	2,39
Policimento	3.907.371,00	3.907.371,00	196.058,54	3.382.873,64	2,36	493.720,04	2.982.777,62	2,34
Defesa Civil	425.102,18	175.102,18	14.040,96	88.312,17	0,06	15.721,53	66.749,12	0,05
ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.518.724,50	5.690.304,39	571.998,02	4.156.266,88	2,90	747.228,33	3.772.310,86	2,96
Assistência à Criança e ao Adolescente	172.274,50	178.127,00	11.353,85	162.759,09	0,11	29.456,71	134.076,88	0,11
Assistência Comunitária	5.346.450,00	5.512.177,39	560.644,17	3.993.507,79	2,78	717.771,62	3.638.233,98	2,86
SAÚDE	32.825.452,92	34.891.672,35	4.579.683,50	31.672.715,01	22,06	5.752.320,87	29.354.060,22	23,04
Atenção Básica	32.801.690,92	34.787.910,35	4.561.292,30	31.625.366,43	22,03	5.751.835,87	29.326.239,47	23,02
Vigilância Epidemiológica	23.762,00	103.762,00	18.391,20	47.348,58	0,03	485,00	27.820,75	0,02
EDUCAÇÃO	40.912.096,02	43.158.130,20	3.051.877,84	35.009.822,78	24,39	4.568.647,91	31.978.055,86	25,10
Alimentação e Nutrição	1.548.094,30	1.548.094,30	80.716,94	1.181.791,96	0,82	366.302,34	1.027.913,53	0,81
Ensino Fundamental	35.083.114,53	35.386.232,57	2.831.147,46	29.968.227,32	20,87	3.753.738,25	27.705.830,38	21,74
Ensino Superior	100.988,50	100.988,50	19.642,44	51.967,92	0,04	20.428,89	49.154,07	0,04
Educação Infantil	3.158.587,59	5.200.456,83	120.371,00	3.099.335,58	2,16	546.095,70	2.680.124,60	2,10
Educação de Jovens e Adultos	1.188,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	1.010.123,00	922.358,00	0,00	708.500,00	0,49	119.383,32	515.033,28	0,40
CULTURA	926.718,00	906.027,00	86.580,73	510.847,03	0,36	118.353,46	415.075,81	0,33
Difusão Cultural	926.718,00	906.027,00	86.580,73	510.847,03	0,36	118.353,46	415.075,81	0,33
DIREITOS DA CIDADANIA	118.810,00	8.810,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	118.810,00	8.810,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	19.378.901,22	30.155.332,16	2.208.421,83	22.918.830,74	15,96	4.065.557,32	16.975.731,09	13,32
Infra-Estrutura Urbana	18.461.688,02	20.013.608,97	2.208.421,83	16.013.583,61	11,15	2.695.208,12	13.646.119,66	10,71
Serviços Urbanos	917.213,20	10.141.723,19	0,00	6.905.247,13	4,81	1.370.349,20	3.329.611,43	2,61
HABITAÇÃO	95.463,84	18.237,34	0,00	7.494,62	0,01	3.165,76	4.897,28	0,00
Habituação Urbana	95.463,84	18.237,34	0,00	7.494,62	0,01	3.165,76	4.897,28	0,00
SANEAMENTO	4.281.912,40	3.625.682,00	739.248,37	2.593.841,54	1,81	890.040,90	2.151.341,76	1,69
Saneamento Básico Urbano	4.281.912,40	3.625.682,00	739.248,37	2.593.841,54	1,81	890.040,90	2.151.341,76	1,69



PROCESO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continua 2/4



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO		DESPESAS LIQUIDADAS		Em Reais	
			No Bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)	(c) = (a - b)	No Bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	(e) = (a - d)

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	10.228.625,40	13.344.106,40	1.274.848,81	11.122.751,66	100,00	2.221.354,74	1.274.848,81	10.883.938,69	100,00	2.460.167,71
LEGISLATIVA	327.000,00	327.000,00	0,00	121.808,15	1,10	205.191,85	0,00	121.808,15	1,12	205.191,85
Ação Legislativa	327.000,00	327.000,00	0,00	121.808,15	1,10	205.191,85	0,00	121.808,15	1,12	205.191,85
ADMINISTRAÇÃO	585.733,30	1.501.733,30	123.296,59	1.078.456,51	9,70	423.276,79	123.296,59	1.078.456,51	9,91	423.276,79
Administração Geral	193.660,30	449.660,30	34.385,51	278.527,00	2,50	171.133,30	34.385,51	278.527,00	2,56	171.133,30
Administração Financeira	392.073,00	1.052.073,00	88.911,08	799.929,51	7,19	252.143,49	88.911,08	799.929,51	7,35	252.143,49
SEGURANÇA PÚBLICA	118.810,00	300.810,00	23.327,19	211.327,01	1,90	89.482,99	23.327,19	211.327,01	1,94	89.482,99
Policimento	118.810,00	300.810,00	23.327,19	211.327,01	1,90	89.482,99	23.327,19	211.327,01	1,94	89.482,99
ASSISTÊNCIA SOCIAL	178.215,00	379.315,00	71.044,40	352.867,85	3,17	26.447,15	71.044,40	352.867,85	3,24	26.447,15
Assistência Comunitária	178.215,00	379.315,00	71.044,40	352.867,85	3,17	26.447,15	71.044,40	352.867,85	3,24	26.447,15
SAÚDE	1.081.171,00	1.793.052,00	165.546,63	1.793.052,00	16,12	0,00	165.546,63	1.793.052,00	16,47	0,00
Atenção Básica	1.081.171,00	1.793.052,00	165.546,63	1.793.052,00	16,12	0,00	165.546,63	1.793.052,00	16,47	0,00
EDUCAÇÃO	3.683.110,00	3.683.110,00	388.804,80	3.497.692,19	31,45	185.417,81	388.804,80	3.497.692,19	32,14	185.417,81
Ensino Fundamental	3.683.110,00	3.683.110,00	388.804,80	3.497.692,19	31,45	185.417,81	388.804,80	3.497.692,19	32,14	185.417,81
CULTURA	23.762,00	58.762,00	9.660,68	52.107,66	0,47	6.654,34	9.660,68	52.107,66	0,48	6.654,34
Difusão Cultural	23.762,00	58.762,00	9.660,68	52.107,66	0,47	6.654,34	9.660,68	52.107,66	0,48	6.654,34
URBANISMO	522.764,00	1.282.764,00	117.954,02	1.021.014,20	9,18	261.749,80	117.954,02	1.021.014,20	9,38	261.749,80
Infra-Estrutura Urbana	522.764,00	1.282.764,00	117.954,02	1.021.014,20	9,18	261.749,80	117.954,02	1.021.014,20	9,38	261.749,80
SANEAMENTO	1.188,10	1.188,10	0,00	0,00	0,00	1.188,10	0,00	0,00	0,00	1.188,10
Saneamento Básico Urbano	1.188,10	1.188,10	0,00	0,00	0,00	1.188,10	0,00	0,00	0,00	1.188,10
GESTÃO AMBIENTAL	83.167,00	173.167,00	31.872,25	156.177,94	1,40	16.989,06	31.872,25	156.177,94	1,43	16.989,06
Preservação e Conservação Ambiental	83.167,00	173.167,00	31.872,25	156.177,94	1,40	16.989,06	31.872,25	156.177,94	1,43	16.989,06
AGRICULTURA	118.810,00	318.810,00	24.872,76	219.833,42	1,98	98.976,58	24.872,76	219.833,42	2,02	98.976,58
Extensão Rural	118.810,00	318.810,00	24.872,76	219.833,42	1,98	98.976,58	24.872,76	219.833,42	2,02	98.976,58
INDÚSTRIA	11.881,00	22.881,00	1.821,13	14.433,72	0,13	8.447,28	1.821,13	14.433,72	0,13	8.447,28
Produção Industrial	11.881,00	22.881,00	1.821,13	14.433,72	0,13	8.447,28	1.821,13	14.433,72	0,13	8.447,28
DESPORTO E LAZER	47.524,00	56.024,00	20.191,73	53.112,78	0,48	2.911,22	20.191,73	53.112,78	0,49	2.911,22
Desporto Comunitário	47.524,00	56.024,00	20.191,73	53.112,78	0,48	2.911,22	20.191,73	53.112,78	0,49	2.911,22
ENCARGOS ESPECIAIS	3.445.490,00	3.445.490,00	296.456,63	2.550.868,23	22,93	894.621,77	296.456,63	2.312.055,26	21,24	1.133.434,74
Serviço da Dívida Interna	3.445.490,00	3.445.490,00	296.456,63	2.550.868,23	22,93	894.621,77	296.456,63	2.312.055,26	21,24	1.133.434,74
TOTAL	10.228.625,40	13.344.106,40	1.274.848,81	11.122.751,66	100,00	2.221.354,74	1.274.848,81	10.883.938,69	100,00	2.460.167,71

FONTE: Sistema e-Pública (1594-2162-670). Unidade Responsável: . Data da emissão: 29/11/2016 e hora de emissão: 14:08.

Continua 3 / 4

**Município de Caçador / SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação
Em Reais**Jonatas Elton Beckhäuser**
Contador Geral
CRC-SC 034249-O-9**GILBERTO AMARO COMAZZETTO**
PREFEITO MUNICIPAL

4 / 4



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses											
	Novembro/2015	Dezembro/2015	Janeiro/2016	Fevereiro/2016	Março/2016	Abril/2016						
RECEITAS CORRENTES (I)	12.671.049,43	15.156.073,75	16.255.937,91	18.878.983,45	13.929.284,13	13.832.839,22						
Receita Tributária	1.162.687,84	1.277.613,82	2.241.489,90	5.984.078,70	1.618.290,69	1.251.653,41						
IPJU	38.467,15	137.454,42	609.408,86	3.417.786,81	481.855,58	200.833,26						
ISS	652.554,01	648.769,80	675.343,42	658.433,89	647.256,10	543.092,95						
ITBI	192.746,86	190.469,66	204.088,63	129.725,80	204.842,49	322.227,73						
IRRF	61.301,06	145.044,60	75.667,91	106.066,88	40.956,96	0,00						
Outras Receitas Tributárias	217.618,76	155.875,34	676.981,08	1.672.065,32	243.379,56	185.499,47						
Receitas de Contribuições	654.898,47	-1.312.171,08	911.667,06	504.260,38	692.733,54	710.436,71						
Receita Patrimonial	768.430,11	978.640,24	1.447.780,18	1.326.817,54	2.087.455,14	1.829.955,34						
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
Cota-Parte FPM	9.510.749,04	9.813.110,03	11.304.031,55	10.639.153,46	9.114.464,76	9.577.144,75						
Cota-Parte do ICMS	2.068.986,36	3.598.519,55	2.260.791,39	2.830.183,94	1.719.106,38	2.043.648,30						
Cota-Parte do IPVA	3.318.390,14	3.239.497,89	3.770.749,82	3.289.839,42	3.327.229,69	3.420.936,21						
Cota-Parte do ITR	568.963,43	389.973,22	582.982,00	531.916,66	665.979,26	700.414,29						
Transferências da LC 87/1996	20.436,78	9.778,84	22.236,67	1.022,24	2.891,15	911,57						
Transferências da LC 61/1989	13.757,79	13.757,79	14.043,71	14.043,71	14.043,71	14.043,71						
Transferências do FUNDEB	54.545,12	53.859,99	63.291,67	48.880,35	47.772,63	48.967,44						
Outras Transferências Correntes	2.160.007,10	2.224.163,66	2.488.599,66	2.262.997,24	2.163.211,33	2.267.802,80						
Outras Receitas Correntes	1.305.662,32	283.559,09	2.101.336,63	1.660.269,90	1.174.280,61	1.080.420,43						
DEDUÇÕES (II)	574.283,97	4.398.880,74	350.969,22	424.673,37	416.340,00	464.549,01						
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	1.616.942,05	5.392.662,30	1.636.638,44	1.784.303,39	1.523.596,04	1.608.397,42						
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	405.199,11	1.156.062,06	293.819,59	369.973,17	333.531,05	327.947,75						
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	0,00	2.825.393,03	0,00	71.153,16	34.670,61	34.670,61						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.211.742,94	1.411.207,21	1.342.818,85	1.343.177,06	1.155.394,38	1.245.784,06						
	11.054.107,38	9.763.411,45	14.619.299,47	17.094.680,06	12.405.688,09	12.224.441,80						

1 / 2



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) Continuação

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						Previsão atualizada 2016
	Junho/2016	Julho/2016	Agosto/2016	Setembro/2016	Outubro/2016	Total Últimos 12 Meses	
RECEITAS CORRENTES (I)	13.294.765,39	15.223.301,03	14.619.539,28	11.773.238,72	14.815.711,29	173.926.863,51	176.340.103,78
Receita Tributária	1.074.435,26	1.261.923,87	3.138.605,03	1.173.544,44	3.265.527,89	24.859.238,39	25.731.869,80
IPTU	197.628,37	161.383,34	260.197,57	152.545,62	155.449,01	5.984.916,66	5.948.427,00
ISS	611.979,92	723.696,69	667.051,46	631.601,12	665.490,31	7.836.770,95	7.057.314,00
ITBI	123.222,46	146.627,47	220.706,22	293.307,42	119.968,98	2.385.397,49	2.073.234,50
IRRF	13.201,61	142.083,02	1.834.788,94	5.071,70	2.155.208,08	4.609.240,29	4.255.774,20
Outras Receitas Tributárias	128.402,90	88.133,35	155.860,84	91.018,58	169.411,51	4.042.913,00	6.797.120,10
Receitas de Contribuições	770.242,90	747.248,58	776.654,55	786.484,64	788.799,86	6.745.537,63	6.213.763,00
Receita Patrimonial	1.186.121,47	1.566.860,46	1.006.801,69	50.833,09	46.271,32	12.984.203,02	2.941.260,34
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.464,50
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	9.756.175,45	9.937.749,25	9.262.741,44	9.413.995,58	10.361.260,45	118.956.158,51	2.423.724,00
Cota-Parte FPM	2.245.143,95	1.627.755,70	2.018.642,69	1.641.559,81	1.992.681,24	26.764.578,25	34.217.280,00
Cota-Parte do ICMS	3.269.268,01	3.373.886,88	3.332.528,54	3.599.944,87	3.723.931,37	40.975.196,85	44.375.535,00
Cota-Parte do IPVA	703.633,03	753.788,30	779.534,70	734.203,54	776.105,83	7.935.947,51	9.694.896,00
Cota-Parte do ITR	9.219,93	-8.367,71	377,77	13.587,81	237.973,18	311.156,46	190.096,00
Transferências da LC 87/1996	14.043,71	14.043,71	14.043,71	14.043,71	14.043,71	167.952,68	219.798,50
Transferências da LC 61/1989	33.088,39	44.957,90	45.429,52	49.748,06	52.581,09	598.678,62	671.276,50
Transferências do FUNDEB	2.238.424,98	2.086.816,52	2.219.138,74	2.267.969,80	2.584.107,09	27.300.190,47	24.800.785,98
Outras Transferências Correntes	1.243.353,45	2.044.867,95	853.045,77	1.092.937,98	979.836,94	14.902.457,67	18.968.016,50
Outras Receitas Correntes	507.790,31	1.709.518,87	434.736,57	348.380,97	353.851,77	10.381.725,96	5.838.337,66
DEDUÇÕES (II)	1.664.544,61	1.545.080,67	1.608.691,43	1.582.607,04	1.745.704,77	23.465.666,23	20.493.536,89
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	374.973,30	349.197,29	370.580,28	371.989,67	386.241,70	5.062.188,69	2.619.760,50
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	34.670,61	34.670,61	0,00	0,00	0,00	3.069.899,24	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.254.900,70	1.161.212,77	1.238.111,15	1.210.617,37	1.359.463,07	15.303.578,30	17.873.776,39
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	11.630.220,78	13.678.220,36	13.010.847,85	10.190.631,68	13.070.006,52	150.471.197,28	155.846.566,89

FONTE: Sistema e-Pública (8789-7905-15). Unidade Responsável: . Data da emissão: 29/11/2016 e hora de emissão: 14:09.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda

SERGIO INHAIA
Contador
CRC-SC 028.242/O-2



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PLANO PREVIDENCIÁRIO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
RECEITAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (I)	5.248.431,75	5.248.431,75	14.317.436,49	4.751.196,67
RECEITAS CORRENTES	5.248.431,75	5.248.431,75	14.317.436,49	4.751.196,67
Receitas de Contribuição dos Segurados	2.607.879,50	2.607.879,50	3.520.927,52	765.426,19
Pessoal Civil	2.607.879,50	2.607.879,50	3.520.927,52	765.426,19
Ativo	2.530.653,00	2.530.653,00	3.506.055,47	748.633,60
Inativo	59.405,00	59.405,00	14.612,47	16.792,59
Pensionista	17.821,50	17.821,50	259,58	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	14.851,25	14.851,25	5.365,23	2.204.805,84
Receitas Patrimoniais	2.197.985,00	2.197.985,00	10.535.266,51	1.780.964,64
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários	2.197.985,00	2.197.985,00	10.535.266,51	1.780.964,64
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	427.716,00	427.716,00	255.877,23	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	244.506,21	0,00
Demais Receitas Correntes	427.716,00	427.716,00	11.371,02	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (II)	5.682.088,25	5.682.088,25	8.345.985,99	1.664.339,02
TOTAL DAS RECEITAS PREV. RPPS (III)=(I+II)	10.930.520,00	10.930.520,00	22.663.422,48	6.415.535,69

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	10.754.681,20	15.124.681,20	10.045.507,94	1.640.817,90	9.929.526,15	1.612.538,25
ADMINISTRAÇÃO	10.754.681,20	15.124.681,20	10.045.507,94	150.039,70	9.929.526,15	121.760,05
Despesas Correntes	10.417.871,20	14.787.871,20	10.033.040,04	148.026,67	9.917.058,25	119.747,02
Despesas de Capital	336.810,00	336.810,00	12.467,90	2.013,03	12.467,90	2.013,03
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	1.490.778,20	0,00	1.490.778,20
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	1.490.778,20	0,00	1.490.778,20
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	1.172.237,83	0,00	1.172.237,83
Pensões	0,00	0,00	0,00	318.540,37	0,00	318.540,37
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev. do RPPS para a RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (V)	57.028,80	57.028,80	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. RPPS (VI)=(IV+V)	10.811.710,00	15.181.710,00	10.045.507,94	1.640.817,90	9.929.526,15	1.612.538,25
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII)=(III-VI)	118.810,00	-4.251.190,00	12.617.914,54	4.774.717,79	12.733.896,33	4.802.997,44

1 / 3



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PLANO PREVIDENCIÁRIO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

Continuação

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	118.810,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	97.107,12 C	72.801,02 D
Investimentos	87.655.499,13 D	68.689.127,52 D
Outros Bens e Direitos	4.470,94 D	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
RECEITAS CORRENTES (VIII)	5.588.228,35	5.588.228,35	8.345.985,99	1.664.339,02
Receita de Contribuições	5.180.116,00	5.180.116,00	8.342.082,44	1.664.339,02
Patronal	2.934.607,00	2.934.607,00	4.081.271,96	748.633,62
Pessoal Civil	2.934.607,00	2.934.607,00	4.081.271,96	748.633,62
Ativo	2.934.607,00	2.934.607,00	4.081.271,96	748.633,62
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura Déficit Atuarial	2.174.223,00	2.174.223,00	1.782.263,38	440.877,49
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	71.286,00	71.286,00	2.478.547,10	474.827,91
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	408.112,35	408.112,35	3.903,55	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	93.859,90	93.859,90	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	93.859,90	93.859,90	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS PREV INTRA-ORÇAM - RPPS (XI)=(VIII+IX-X)	5.682.088,25	5.682.088,25	8.345.985,99	1.664.339,02

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
ADMINISTRAÇÃO (XII)	57.028,80	57.028,80	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

**Município de Caçador/SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

							Continuação
RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)							Em Reais
Despesas Correntes	57.028,80	57.028,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. INTRA-ORÇAM - RPPS (XIII)=(XII)	57.028,80	57.028,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1897-1282-003). Unidade Responsável: . Data da emissão: 29/11/2016 e hora de emissão: 14:16.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda

SÉRGIO INHAIA
Contador
CRC-SC 028.242/O-2



Município de Caçador / SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Período de referência: Janeiro a Dezembro 2016

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

		Em Reais		
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.069,29	1.310.442,95	-1.309.373,66	
DESPESAS				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
				(f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	25.443.752,18	18.257.759,62	11.065.851,40	7.191.908,22
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	25.443.752,18	18.257.759,62	11.065.851,40	7.191.908,22
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	(a - d)	(b - e)	-	(c - f)
	-25.443.682,89	-16.947.316,67	-8.495.366,22	

Fonte: Sistema e-Pública (1871-9143-123). Unidade Responsável: Data da emissão: 29/11/2016 e hora de emissão: 14:40.

Notas:

1 - <Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda

SERGIO INHAIA
Contador
CRC-SC 028.242/O-2



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 05 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/12/2015 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	11.492.260,78	9.178.716,71	9.742.256,34
Deduções(II)	-----	5.174.538,87	9.105.105,43
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.657.630,05	8.474.082,70	11.795.787,27
Demais Haveres Financeiros	1.014.647,39	1.075.896,20	1.075.896,20
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	14.471.968,15	4.375.440,03	3.766.578,04
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	11.492.260,78	4.004.177,84	637.150,91
Receita Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)	11.492.260,78	4.004.177,84	637.150,91

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-3.367.026,93	-10.855.109,87

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência	9.150.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/12/2015	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	85.367.454,43	85.367.454,43	85.367.454,43
Passivo Atuarial	85.367.454,43	85.367.454,43	85.367.454,43
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
Deduções (VIII)	75.437.112,15	87.730.229,47	87.562.862,95
Disponibilidade de Caixa Bruta	134,72	70.450,54	-97.107,11
Investimentos	75.435.248,91	87.655.499,13	87.655.499,13
Demais Haveres Financeiros	1.728,52	4.470,93	4.470,93
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	191,13	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	9.930.342,28	-2.362.775,04	-2.195.408,52
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)	9.930.342,28	-2.362.775,04	-2.195.408,52

FONTE: Sistema e-Pública (1808-9989-539). Unidade Responsável: . Data da emissão: 29/11/2016 e hora de emissão: 14:18.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda

SÉRGIO INHAIA
Contador
CRC-SC 028.242/O-2



Município de Caçador / SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Em Reais
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)		161.080.622,65	130.566.504,33	104.441.094,20	
Recitas Tributárias		25.731.869,80	22.418.936,73	15.683.902,52	
IPTU		5.548.427,00	5.808.995,09	4.882.938,27	
ISS		7.057.314,00	6.535.447,14	4.853.001,15	
ITBI		2.073.234,50	2.002.180,97	1.464.804,58	
IRRF		4.255.774,20	4.402.894,63	407.776,79	
Outras Recitas Tributárias		6.797.120,10	3.669.418,90	4.075.381,73	
Recitas de Contribuições		11.399.819,50	15.750.257,91	17.934.113,81	
Recitas Previdenciárias		7.805.817,00	11.868.375,19	15.224.446,89	
Outras Recitas de Contribuições		3.594.002,50	3.881.882,72	2.709.666,92	
Recita Patrimonial Líquida		17.821,50	33.173,60	45.605,14	
Recita Patrimonial		2.941.260,34	11.237.534,82	8.253.504,26	
(-) Aplicações Financeiras		2.923.438,84	11.204.361,22	8.207.899,12	
Transferências Correntes		115.263.908,09	86.951.671,29	68.303.952,10	
FPM		27.373.824,01	16.877.658,19	14.744.375,40	
ICMS		35.500.428,00	27.533.847,88	19.529.640,76	
Convênios		1.535.025,20	891.577,56	1.335.402,07	
Outras Transferências Correntes		50.854.630,88	41.648.587,66	32.694.533,87	
Demais Recitas Correntes		8.667.203,76	5.412.464,80	2.473.520,63	
Dívida Ativa		1.259.386,00	991.972,56	817.878,30	
Diversas Recitas Correntes		7.407.817,76	4.420.492,24	1.655.642,33	
RECEITAS DE CAPITAL (II)		100.869,69	3.362.971,24	322.340,07	
Operações de Crédito (III)		1.069,29	1.310.442,95	0,00	
Amortização de Empréstimos (IV)		93.859,90	0,00	0,00	
Alienação de Bens (V)		0,00	68.843,67	42.700,00	
Transferência de Capital		5.940,50	1.983.684,62	279.640,07	
Convênios		5.940,50	1.983.684,62	279.640,07	
Outras Transferências de Capital		0,00	0,00	0,00	
Outras Recitas de Capital		0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)		5.940,50	1.983.684,62	279.640,07	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		161.086.563,15	132.550.188,95	104.720.734,27	



Município de Caçador / SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III) Continuação

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	159.058.105,91	127.646.587,82	112.430.716,18	116.777.053,68	100.346.892,39
Pessoal e Encargos Sociais	89.776.477,49	74.927.156,16	63.680.263,38	74.581.083,38	63.423.172,87
Juros e Encargos da Dívida (IX)	213.458,80	96.393,41	429,91	96.393,41	429,91
Outras Despesas Correntes	69.068.169,62	52.623.038,25	48.750.022,89	42.099.576,89	36.923.289,61
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	158.844.647,11	127.550.194,41	112.430.286,27	116.680.660,27	100.346.462,48
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	26.479.252,18	15.918.724,26	14.705.890,82	10.636.756,91	6.918.075,76
Investimentos	20.418.754,08	11.857.220,81	12.648.030,57	6.814.066,43	4.977.597,94
Inversões Financeiras	238.808,10	130.000,00	0,00	130.000,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras		130.000,00	0,00	130.000,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	5.821.690,00	3.931.503,45	2.057.860,25	3.692.690,48	1.940.477,82
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	20.657.562,18	11.987.220,81	12.648.030,57	6.944.066,43	4.977.597,94
Reserva de Contingência (XVI)	118.810,00				
Reserva RPPS (XVII)	118.810,00				
DESPA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	179.739.829,29	139.537.415,22	125.078.316,84	123.624.726,70	105.324.060,42
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-18.653.266,14	-6.987.226,27	-20.357.582,57	8.925.462,25	-603.326,15
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	5.918.382,94	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência				VALOR CORRENTE	
				3.216.780,75	

FONTE: Sistema e-Pública (1770-1159-967). Unidade Responsável: . Data da emissão: 29/11/2016 e hora de emissão: 14:20.

Continua 2 / 3

**Município de Caçador / SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

Continuação
Em Reais**GILBERTO AMARO COMAZZETTO**
PREFEITO MUNICIPAL**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**
Secretário da Fazenda**SERGIO INHAIA**
Contador
CRC-SC 028.242/O-2

3 / 3



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
1-Receita de impostos	20.110.968,70	20.110.968,70	19.817.609,99	98,54
1.1-Receita resultante do IPTU	6.593.955,00	6.593.955,00	6.559.265,12	99,47
1.1.1-IPTU	5.548.427,00	5.548.427,00	5.815.179,31	104,81
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	35.643,00	35.643,00	18.396,42	51,61
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	712.860,00	712.860,00	533.340,91	74,82
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	297.025,00	297.025,00	198.532,70	66,84
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	-6.184,22	0,00
1.2-Receita resultante do ITBI	2.073.234,50	2.073.234,50	2.002.403,59	96,58
1.2.1-ITBI	2.073.234,50	2.073.234,50	2.015.180,97	97,20
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	0,00	0,00	222,62	0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	-13.000,00	0,00
1.3-Receita resultante do ISS	7.188.005,00	7.188.005,00	6.853.046,65	95,34
1.3.1-ISS	7.057.314,00	7.057.314,00	6.537.698,69	92,64
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	35.643,00	35.643,00	60.297,32	169,17
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	71.286,00	71.286,00	203.908,04	286,04
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	23.762,00	23.762,00	53.394,15	224,70
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	-2.251,55	0,00
1.4-Receita resultante do IRRF	4.255.774,20	4.255.774,20	4.402.894,63	103,46
1.4.1-IRRF	4.255.774,20	4.255.774,20	4.402.894,63	103,46
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	90.711.435,00	90.711.435,00	63.403.043,47	69,90
2.1-Cota Parte FPM	35.559.833,00	35.559.833,00	21.097.072,34	59,33
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	34.217.280,00	34.217.280,00	21.097.072,34	61,66
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	1.342.553,00	1.342.553,00	0,00	0,00
2.2-Cota Parte ICMS	44.375.535,00	44.375.535,00	34.417.308,82	77,56
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	219.798,50	219.798,50	140.437,10	63,89
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	671.276,50	671.276,50	490.273,51	73,04
2.5-Cota-Parte ITR	190.096,00	190.096,00	280.940,84	147,79
2.6-Cota-Parte IPVA	9.694.896,00	9.694.896,00	6.977.010,86	71,97
2.7-Cota-Parte IOF-Outro	0,00	0,00	0,00	0,00
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	110.822.403,70	110.822.403,70	83.220.653,46	75,09
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00
5-Transferências do FNDE	4.946.654,35	4.946.654,35	3.336.065,00	67,44
5.1-Transferências do Salário-Educação	3.195.989,00	3.195.989,00	2.435.473,54	76,20
5.2-Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	1.069.290,00	1.069.290,00	661.388,00	61,85

1 / 4



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

5.4-Transferências Diretas - PNATE	154.453,00	154.453,00	99.755,03	64,59
5.5-Outras transferências do FNDE	451.478,00	451.478,00	106.583,60	23,61
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	75.444,35	75.444,35	32.864,83	43,56
6-Transferências de convênios	1.024.142,20	1.024.142,20	836.358,79	81,66
6.1-Transferências de convênios	1.021.766,00	1.021.766,00	794.559,30	77,76
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	2.376,20	2.376,20	41.799,49	1.759,09
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	5.970.796,55	5.970.796,55	4.172.423,79	69,88

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	17.873.776,39	17.873.776,39	12.680.628,15	70,95
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	6.843.455,99	6.843.455,99	4.219.414,15	61,66
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	8.875.107,00	8.875.107,00	6.883.460,94	77,56
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	43.959,70	43.959,70	28.087,40	63,89
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	134.255,30	134.255,30	98.054,64	73,04
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	38.019,20	38.019,20	56.188,08	147,79
10.6-Cota-Parte IPVA (20% de 2.6)	1.938.979,20	1.938.979,20	1.395.422,94	71,97
11-Receitas recebidas do FUNDEB	24.843.557,58	24.843.557,58	23.037.217,86	92,73
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	24.800.785,98	24.800.785,98	22.916.019,71	92,40
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	42.771,60	42.771,60	121.198,15	283,36
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	6.927.009,59	6.927.009,59	10.235.391,56	147,76

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	15.253.345,55	15.253.345,55	15.156.551,35	99,37	15.141.263,53	99,27	0,00
13.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	15.253.345,55	15.253.345,55	15.156.551,35	99,37	15.141.263,53	99,27	0,00
14-OUTRAS DESPESAS	9.590.212,02	9.590.212,02	9.193.939,87	95,87	8.212.423,35	85,63	0,00
14.1-Com Educação Infantil	99.087,54	99.087,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	9.491.124,48	9.491.124,48	9.193.939,87	96,87	8.212.423,35	86,53	0,00
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	24.843.557,57	24.843.557,57	24.350.491,22	98,02	23.353.686,88	94,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							0,00
16.1- FUNDEB 60%							0,00
16.2- FUNDEB 40%							0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1- FUNDEB 60%							0,00
17.2- FUNDEB 40%							0,00
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) ¹							23.353.686,88
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							65,73
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							35,65
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100- (19.1 + 19.2)) %							-1,38
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²							0,00

Continua 2 / 4



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB								
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS					
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100				
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3) ³	27.705.600,92		27.705.600,92		20.805.163,36		75,09	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x100		
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	3.086.707,54	3.086.707,54	2.908.964,58	94,24	2.610.124,60	84,56		0,00
23.1-Creche	2.967.897,54	2.967.897,54	2.793.810,00	94,13	2.500.325,15	84,25		0,00
23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	99.087,54	99.087,54	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	2.868.810,00	2.868.810,00	2.793.810,00	97,39	2.500.325,15	87,16		0,00
23.2-Pré-escola	118.810,00	118.810,00	115.154,58	96,92	109.799,45	92,42		0,00
23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	118.810,00	118.810,00	115.154,58	96,92	109.799,45	92,42		0,00
24-ENSINO FUNDAMENTAL	34.150.357,18	34.257.693,76	30.344.818,84	88,58	28.351.683,70	82,76		0,00
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	24.744.470,03	24.744.470,03	24.350.491,22	98,41	23.353.686,88	94,38		0,00
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	9.405.887,15	9.513.223,73	5.994.327,62	63,01	4.997.996,82	52,54		0,00
25-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
26-Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
27-Ensino Profissional nao integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
28-Outras	1.679.379,35	1.679.379,35	1.020.146,73	60,75	894.049,10	53,24		0,00
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	38.916.444,07	39.023.780,65	34.273.930,15	87,83	31.855.857,40	81,63		0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							Valor	
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)							10.235.391,56	
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício							0,00	
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)							121.198,15	
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB							0,00	
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos							0,00	
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino							0,00	
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)							3.217,51	
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)							10.359.807,22	
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))							20.602.001,08	
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38) / (3) x 100) %							24,76	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE								
OUTRAS DESPESAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x100		
40-Custeadas com aplic financ de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
41-Custeadas com contrib social salário-educação	3.267.275,00	3.415.075,00	2.753.193,96	80,62	2.549.886,63	74,67		0,00
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
43-Custeadas com outras receitas para financ do ensino	2.411.486,95	4.402.384,55	1.480.390,86	33,63	1.070.004,02	24,31		0,00
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)	5.678.761,95	7.817.459,55	4.233.584,82	54,16	3.619.890,65	46,31		0,00
45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)	44.595.206,02	46.841.240,20	38.507.514,97	82,21	35.475.748,05	75,74		0,00
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM (g)	
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					762.431,57		3.217,51	
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino					54.774,91		2.243,67	
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB					707.656,66		973,84	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS					VALOR			
					FUNDEB (h)		FUNDEF	
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015					123.604,65		0,00	
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE					22.916.019,71		0,00	
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE					20.971.379,32		0,00	

Continua 3 / 4

**Município de Caçador/SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

		Continuação
RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)		R\$ 1,00
49.1-Orçamento do Exercício (+ extras)	20.393.777,04	0,00
49.2 Restos a Pagar (+ extras)	577.602,28	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	121.198,15	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	2.189.443,19	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1909-8658-455). Unidade Responsável: . Data da emissão: 29/11/2016 e hora de emissão: 14:25.

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda

SÉRGIO INHAIA
Contador
CRC-SC 028.242/O-2



Município de Caçador / SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2016

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)				Em Reais	
		RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)				
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	7.722,65		0,00			7.722,65	
Alienação de Bens Móveis	7.722,65		0,00			7.722,65	
Alienação de Bens Imóveis	0,00		0,00			0,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	7.722,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.722,65
DESPESAS DE CAPITAL	7.722,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.722,65
Investimentos	7.722,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.722,65
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2015 (h)	2016 (i) = (Ib - (IIe + IIIf))				SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)	
VALOR (III)	0,00	0,00				0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1583-1621-220). Unidade Responsável: . Data da emissão: 29/11/2016 e hora de emissão: 14:50.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda

SERGIO INHAIA
Contador
CRC-SC 028.242/O-2



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	20.110.968,70	20.110.968,70	19.817.609,99	98,54
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.548.427,00	5.548.427,00	5.808.995,09	104,70
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.073.234,50	2.073.234,50	2.002.180,97	96,57
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.057.314,00	7.057.314,00	6.535.447,14	92,61
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.255.774,20	4.255.774,20	4.402.894,63	103,46
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	71.286,00	71.286,00	78.916,36	110,70
Dívida Ativa dos Impostos	784.146,00	784.146,00	737.248,95	94,02
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	320.787,00	320.787,00	251.926,85	78,53
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	89.368.882,00	89.368.882,00	63.403.043,47	70,95
Cota-parte FPM	34.217.280,00	34.217.280,00	21.097.072,34	61,66
Cota-parte ITR	190.096,00	190.096,00	280.940,84	147,79
Cota-parte IPVA	9.694.896,00	9.694.896,00	6.977.010,86	71,97
Cota-parte ICMS	44.375.535,00	44.375.535,00	34.417.308,82	77,56
Cota-parte do IPI - Exportação	671.276,50	671.276,50	490.273,51	73,04
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	219.798,50	219.798,50	140.437,10	63,89
Desoneração ICMS (LC 87/96)	219.798,50	219.798,50	140.437,10	63,89
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	109.479.850,70	109.479.850,70	83.220.653,46	76,01

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	10.724.978,68	10.724.978,68	8.875.385,51	82,75
Provenientes da União	8.838.275,88	8.838.275,88	6.742.645,08	76,29
Provenientes dos Estados	320.787,00	320.787,00	432.870,72	134,94
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	1.565.915,80	1.565.915,80	1.699.869,71	108,55
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	1.069,29	1.069,29	1.310.442,95	122.552,62
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	10.726.047,97	10.726.047,97	10.185.828,46	94,96

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS?
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)x100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)x100	
DESPESAS CORRENTES	33.083.270,62	34.510.043,84	31.646.270,50	91,70	29.607.844,53	85,79	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	20.255.680,92	20.617.561,92	20.256.783,26	98,25	20.073.889,22	97,36	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	12.827.589,70	13.892.481,92	11.389.487,24	81,98	9.533.955,31	68,63	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	443.161,30	2.094.488,51	1.800.896,51	85,98	1.520.667,69	72,60	0,00
Investimentos	443.161,30	2.094.488,51	1.800.896,51	85,98	1.520.667,69	72,60	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	33.526.431,92	36.604.532,35	33.447.167,01	91,37	31.128.512,22	85,04	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS?
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVF) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	165.421,10	0,49	165.421,10	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	9.123.419,90	10.990.639,33	9.774.858,99	29,22	8.477.661,23	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	9.123.419,90	10.990.639,33	9.774.858,99	29,22	8.477.661,23	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	9.123.419,90	10.990.639,33	9.940.280,09	29,72	8.643.082,33	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	24.403.012,02	25.613.893,02	23.506.886,92	70,28	22.485.429,89	72,23	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100)⁶ - LIMITE CONSTITUCIONAL	27,02
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]⁶	10.002.331,87

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2012 (Somatório)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2012 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2011	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS?
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100	
Atenção Básica	33.502.669,92	36.500.770,35	33.399.818,43	99,86	31.100.691,47	99,91	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

**Município de Caçador/SC****RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	23.762,00	103.762,00	47.348,58	0,14	27.820,75	0,09	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	33.526.431,92	36.604.532,35	33.447.167,01	100,00	31.128.512,22	100,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (8656-1451-51). Unidade Responsável: . Data da emissão: 29/11/2016 e hora de emissão: 14:51.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestreSaldo Final.**GILBERTO AMARO COMAZZETTO**
PREFEITO MUNICIPAL**GILBERTO NICOLAO HAUDSCH**
Secretário da Fazenda**SÉRGIO INHAIA**
Contador
CRC-SC 028.242/O-2



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre			
RECEITAS					
Previsão Inicial		164.158.395,68			
Previsão Atualizada		164.158.395,68			
Receitas Realizadas		145.133.921,42			
Déficit Orçamentário		0,00			
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)		5.918.382,94			
DESPESAS					
Dotação Inicial		164.158.395,68			
Créditos Adicionais		21.616.582,41			
Dotação Atualizada		185.774.978,09			
Despesas Empenhadas		143.565.312,08			
Despesas Liquidadas		127.413.810,59			
Despesas Pagas		111.776.006,24			
Superávit Orçamentário		17.720.110,83			
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre			
Despesas Empenhadas		143.565.312,08			
Despesas Liquidadas		127.413.810,59			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL		Até o Bimestre			
Receita Corrente Líquida		150.471.684,06			
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		22.663.422,48			
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		9.929.526,15			
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		12.733.896,33			
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		9.150.000,00	-11.025.596,65	-120,50	
Resultado Primário		3.216.780,75	8.925.462,25	277,47	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		14.471.968,15	1.207.784,24	10.743.419,99	2.520.763,92
Poder Executivo		14.471.968,15	1.207.784,24	10.743.419,99	2.520.763,92
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		11.268.982,88	713.962,42	4.238.302,66	6.316.717,80
Poder Executivo		11.268.982,88	713.962,42	4.238.302,66	6.316.717,80
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		25.740.951,03	1.921.746,66	14.981.722,65	8.837.481,72
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de impostos em MDE		20.602.001,08	25,00	24,76	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		15.141.263,53	60,00	65,73	
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	10,00	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		22.485.429,89	15,00	27,02	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)		0,00			

FONTE: Sistema e-Pública (1080-3479-441). Unidade Responsável: . Data da emissão: 29/11/2016 e hora de emissão: 14:53.

1 Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

**Município de Caçador/SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2016/Bimestre Setembro-Outubro

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Continuação
Em Reais

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda

SÉRGIO INHAIA
Contador
CRC-SC 028.242/O-2

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 087, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016**

PORTARIA nº 087, de 28 de novembro de 2016.

Determina o gozo de 20 dias de férias e autoriza a conversão de 1/3 em abono pecuniário, ao Servidor Admir José Casagrande.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 39, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

RESOLVE, com base no despacho da Presidência e Direção Geral que instituiu a escala de férias dos servidores da Câmara Municipal:

Art. 1º - Determinar o gozo de 20 (vinte) dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 01/09/2015 a 31/08/2016, a serem gozadas no período de 02/01/2017 a 21/01/2017, ao servidor Admir José Casagrande, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, do quadro permanente da Câmara Municipal, com pagamento juntamente com o processamento mensal da competência 12/2016.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo de 01/09/2015 a 31/08/2016 ao servidor supramencionado, juntamente com o processamento mensal da competência 12/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 28 de novembro de 2016.

Valmor de Paula,
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira
2º SECRETÁRIO.

Camboriú

PREFEITURA

ANULAÇÃO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 41/2016 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

ANULAÇÃO

ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 41/2016 - PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular com base no art. 49 caput da lei 8.666/1993 e alterações o primeiro termo aditivo à ata de registro de preços 41/2016 – Pregão Presencial nº 54/2016 – PMC, publicado em 25 de novembro de 2016.

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 29 de novembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

CHAMAMENTO PÚBLICO 006/16 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 006/2016 - FMS

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE LABORATÓRIO PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA O GRUPO 02 - PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA, SUB GRUPO 02 - EXAMES DE PATOLOGIA CLÍNICA, DISCRIMINADOS NA "TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES E PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM), DISPONÍVEL ATRAVÉS DO SIGTAP - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº. 8.666/1993 e as respectivas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 13 (Treze) de Dezembro de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 29 de Novembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA TOMADA DE PREÇOS 98/2016

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório TP nº 98/2016)

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesesseis, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Irineu Woitkowski Junior, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Ana Flavia Marciniak membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 9522 de 07 de janeiro de 2016) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 98/2016, modalidade Tomada de Preços, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o Fornecimento de material e mão de obra para execução de obra de pavimentação asfáltica nas seguintes ruas: Rua Ipê e Rua das Flores, localizadas no bairro Cascatas e Rua Horst Walter, localizada no bairro Belo Horizonte, neste Município. Fornecimento de material e mão de obra para execução de obra de engenharia elétrica nos seguintes locais: a) Revitalização luminotécnica do passeio anexo ao campo de futebol da Praça de Esportes Maurício Foitte do sistema de iluminação pública, com fornecimento de materiais, do município de Campo Alegre, b) Revitalização luminotécnica do Campo de Futebol anexo à Praça de Esportes Mauricio Foitte do município de Campo Alegre, c) Revitalização luminotécnica do caminho da "Cascata Paraíso". Inicialmente o Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) das empresas proponentes: ECOLUX ENGENHARIA E ILUMINAÇÃO LTDA – CNPJ: 01.101.142/0001-08, RED ENERGY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 04.948.916/0001-29, QUARK ENGENHARIA EIRELI – CNPJ: 12.496.490/0001-48, INSTALADORA ELÉTRICA GURAMIRIM LTDA – CNPJ: 008.919.429-20, LEZ COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA – CNPJ: 15.345.797/0001-36, PINHEIRINHO AUTOMAÇÃO E SEGURANÇA LTDA EPP – CNPJ: 09.249.662/0001-74 e ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA – EPP – CNPJ: 11.796.575/0001-89 e ACMM SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA – CNPJ 07.258.181/0001-08. A licitante RED ENERGY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA credenciou representante

na sessão o Sr. Everaldo Adriano, a licitante QUARK ENGENHARIA EIRELI credenciou representante na sessão o Sr. Jefeson Machado Fernandes Silva, a licitante INSTALADORA ELÉTRICA GURAMIRIM LTDA credenciou representante na sessão o Sr. Adriano de Araújo Gehring, a licitante PINHEIRINHO AUTOMAÇÃO E SEGURANÇA LTDA EPP credenciou representante na sessão o Sr. Paulo Marcos Fernandes Pavei, a licitante ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA credenciou representante na sessão o Sr. Juliano Menin Lohmann, a licitante LEZ COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA credenciou representante na sessão o Sr. Anderson Ozelame, a licitante ACMM SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA credenciou representante na sessão o Sr. Anderson José Barcellos. A licitante ECOLUX ENGENHARIA E ILUMINAÇÃO LTDA não credenciou representante na sessão. Passou-se à análise dos Documentos das licitantes, todas as licitantes comprovaram enquadramento como EPP ou ME através da Certidão Simplificada exceto as licitantes ECOLUX ENGENHARIA E ILUMINAÇÃO LTDA e QUARK ENGENHARIA EIRELI. Passou-se à análise dos documentos das licitantes. Os documentos foram analisados e rubricados pela comissão e pelos representantes presentes. As licitantes ECOLUX ENGENHARIA E ILUMINAÇÃO LTDA, PINHEIRINHO AUTOMAÇÃO E SEGURANÇA LTDA EPP e ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA – EPP foram consideradas INABILITADAS pela comissão de licitações por não atenderem à exigência do item 6.1.3.4.2 do edital: (Caso a certidão não inclua os tributos imobiliários ou a proponente não possua imóvel cadastrado em seu nome, esta deverá apresentar documento emitido pela prefeitura (da sede da licitante) ou declaração da proponente (sob as penas da lei) de que não possui imóvel, as demais licitantes foram consideradas HABILITADAS. Não havendo desistência de recurso quanto ao julgamento de habilitação, concede-se prazo de 05 (cinco) dias úteis, para interposição de recurso, em atendimento a Lei Federal 8.666/93 e alterações. Todas as licitantes ficam desde já intimadas do prazo de recurso. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

DECRETO Nº 10.121 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 10.121 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 5.828,39 (cinco mil, oitocentos e vinte e oito reais, trinta e nove centavos) nas seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.		
03.01 -	Serviço de Administração		
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00	
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras.		
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transportes e Obras.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		

339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.061,24	
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos		
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros		
400000.00.117 -	Despesas de Capital		
440000.00.117 -	Investimentos		
449000.00.117 -	Aplicações Diretas		
449051.00.117 -	Obras e Instalações	R\$ 1.767,15	
	Total	R\$ 5.828,39	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.		
03.01 -	Serviço de Administração		
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 3.000,00	
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras.		
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transportes e Obras.		
400000.00.896 -	Despesas de Capital		
440000.00.896 -	Investimentos		
449000.00.896 -	Aplicações Diretas		
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.061,24	
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos		
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros		
300000.00.117 -	Despesas Correntes		
330000.00.117 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.117 -	Aplicações Diretas		
339030.00.117 -	Material de Consumo	R\$ 40,00	
339039.00.117 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.727,15	
	Total	R\$ 5.828,39	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
29 de novembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.122 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.122 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA SEGUINTE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde			
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas			
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde			
300000.00.124 -	Despesas Correntes			
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.124 -	Aplicações Diretas			
339014.00.124 -	Diárias – Civil		R\$ 500,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde			
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas			
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde			
300000.00.124 -	Despesas Correntes			
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.124 -	Aplicações Diretas			
339039.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		R\$ 500,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 29 de novembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.123 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 10.123 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.560 de 29 de novembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 13.400,00 (treze mil e quatrocentos reais) na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental			
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental			
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental			
300000.00.766 -	Despesas Correntes			
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.766 -	Aplicações Diretas			
339030.00.766 -	Material de Consumo		R\$ 3.000,00	
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		R\$ 10.400,00	
	TOTAL		R\$ 13.400,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulações Parciais dos seguintes Elementos de Despesas do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental			
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental			
17.512.0077.2.123 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental			
300000.00.766 -	Despesas Correntes			
310000.00.766 -	Pessoal e encargos Sociais			

319000.00.766 -	Aplicações Diretas			
319016.00.766 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 4.000,00		
18.541.0090.2.137 -	Manutenção do Programa de Combate ao Borrachudo			
300000.00.766 -	Despesas Correntes			
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.766 -	Aplicações Diretas			
339030.00.766 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00		
339036.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 100,00		
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00		
15.01 -	Coordenação da Defesa Civil – FUNMDEC			
05.182.0106.2.900 -	Manutenção das Ações da Defesa Civil			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 200,00		
339047.00.896 -	Obrigações Tributárias Contributivas	R\$ 100,00		
400000.00.896 -	Despesas Correntes			
440000.00.896 -	Investimentos			
449000.00.896 -	Aplicações Diretas			
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.000,00		
	TOTAL	R\$ 13.400,00		

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 29 de novembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.124 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 10.124 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.561 de 29 de novembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito suplementar no valor de R\$ 76.300,00 (setenta e seis mil e trezentos reais) nas seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação			
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental			
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental			
300000.00.519 -	Despesas Correntes			
310000.00.519 -	Pessoal e encargos Sociais			
319000.00.519 -	Aplicações Diretas			
319011.00.519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 53.000,00		
319113.00.519 -	Obrigações Patronais – Op. Intra Orçamentárias	R\$ 11.800,00		
05.03 -	Serviço de Educação Infantil			

12.365.0011.2.047 -	Pessoal de Educação Infantil		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
310000.00.519 -	Pessoal e encargos Sociais		
319000.00.519 -	Aplicações Diretas		
319004.00.519 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 10.000,00	
339046.00.519 -	Auxílio Alimentação	R\$ 1.500,00	
	TOTAL	R\$ 76.300,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulações Parciais das seguintes Dotações Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação		
12.361.0008.2.045 -	Pessoal do Apoio Administrativo a Educação		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
310000.00.519 -	Pessoal e encargos Sociais		
319000.00.519 -	Aplicações Diretas		
319004.00.519 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 5.000,00	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental		
12.361.0009.2.014 -	Transporte e Escolar		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.519 -	Aplicações Diretas		
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 60.000,00	
15.00 -	Fundo Municipal da Defesa Civil – FUNMDEC		
15.01 -	Coordenação da Defesa Civil – FUNMDEC		
05.182.0106.2.900 -	Manutenção das Ações da Defesa Civil		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00	
339032.00.896 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 4.500,00	
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 1.000,00	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 2.800,00	
	TOTAL	76.300,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 29 de novembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.125 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 10.125 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.562 de 29 de novembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado abrir Crédito suplementar no valor de R\$ 35.310,89 (trinta e cinco mil, trezentos e dez reais e oitenta e nove centavos) nas seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito				
02.01 -	Chefia de Gabinete				
04.122.0002.2.042 -	Remuneração de Pessoal do Gabinete do Prefeito				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
310000.00.896 -	Pessoal e encargos Sociais				
319000.00.896 -	Aplicações Diretas				
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$	34.185,89		
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração				
03.01 -	Serviço de Administração				
04.122.0004.2.043 -	Pessoal da Secretaria de Administração				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
310000.00.896 -	Pessoal e encargos Sociais				
319100.00.896 -	Aplicações Diretas				
319113.00.896 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias.	R\$	700,00		
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social				
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social				
08.243.0024.2.035	Pessoal do Conselho Tutelar				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
310000.00.896 -	Pessoal e encargos Sociais				
319000.00.896 -	Aplicações Diretas				
319013.00.896 -	Obrigações Patronais	R\$	425,00		
	TOTAL	R\$	35.310,89		

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social				
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social				
08.243.0093.2.066 -	Acolhimento de Menores em Instituições Especializadas				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$	5.000,00		
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico				
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente				
18.541.0036.1.033 -	Manutenção das Áreas de Preservação Ambiental				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$	524,40		
20.606.0028.1.039 -	Distribuição de Calcário				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339032.00.896 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$	241,58		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$	200,00		
20.606.0028.1.046 -	Distribuição de Árvores Frutíferas				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339032.00.896 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$	500,00		
20.606.0028.1.009 -	Distribuição de Mudas de Árvores de Matas Nativas				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$	100,00		

339032.00.896 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 6.000,00							
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 100,00							
20.606.0028.1.047 -	Distribuição de Pequenos Animais								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.896 -	Aplicações Diretas								
339032.00.896 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 500,00							
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras								
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras								
15.452.0044.1.016 -	Atualização do Plano Diretor								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.896 -	Aplicações Diretas								
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 500,00							
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 263,36							
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos								
15.452.0048.2.026 -	Manutenção de Cemitérios e Capelas Mortuárias								
400000.00.896 -	Despesas de Capital								
440000.00.896 -	Investimentos								
449000.00.896 -	Aplicações Diretas								
449051.00.896 -	Obras e Instalações	R\$ 500,00							
14.00 -	Fundo Municipal de Cultura								
14.01 -	Coordenadoria do Fundo Municipal de Cultura								
13.392.0089.2.135 -	Manutenção e Coordenação de Projetos Culturais								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.896 -	Aplicações Diretas								
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 500,00							
339047.00.896 -	Obrigações Tributárias Contributivas	R\$ 50,00							
13.392.0089.2.136 -	Apoio Financeiro a Projetos Artísticos e Culturais								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
335000.00.896 -	Transferência a Instituições Privadas								
335041.00.896 -	Contribuições	R\$ 20.000,00							
339031.00.896 -	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas e Outras	R\$ 331,55							
	TOTAL	35.310,89							

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 29 de novembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.126 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.126 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.563 de 29 de novembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 25.144,00 (vinte e cinco mil cento e quarenta e quatro reais) nos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças.			
04.01 -	Serviço de Controle Fazendário.			
04.123.0007.2.103 -	Contribuição Para Formação do PASEP			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Despesas de Custeio			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339047.00.896 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$	25.144,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças.			
04.01 -	Serviço de Controle Fazendário.			
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Despesas de Custeio			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$	8.000,00	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	12.000,00	
400000.00.896 -	Despesas de Capital			
440000.00.896 -	Investimentos			
449000.00.896 -	Aplicações Diretas			
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$	5.144,00	
	TOTAL	R\$	25.144,00	

GABINETE DO PREFEITO

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 29 de novembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
 Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
 Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.127 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 10.127 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.564 de 29 de novembro de 29 de novembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.			
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota			
26.782.0047.2.112 -	Manutenção da Frota Municipal			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			

339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 10.000,00	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00	
	TOTAL	R\$ 20.000,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras		
15.452.0043.2.052 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
310000.00.896 -	Pessoal e encargos Sociais		
319000.00.896 -	Aplicações Diretas		
319016.00.896 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 10.000,00	
319094.00.896 -	Indenizações e Restituições Trabalhistas	R\$ 10.000,00	
	TOTAL	R\$ 20.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 29 de novembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO 150/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 150/2016

Objeto: Serviços para o transporte, guarda e depósito de veículos apreendidos e retirados de circulação pela polícia militar e civil no Município de Campo Alegre, nos termos da Lei Municipal nº 4.490, de 14 de junho de 2016, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo licitatório, modalidade Concorrência, nº 88/2016.

Vigência: 29/11/2016 a 29/11/2017

Valor: Pela prestação dos serviços, o pagamento será feito diretamente a CONCESSIONÁRIA pelos proprietários dos veículos apreendidos. Sendo os valores praticados listados abaixo:

ITEM	SERVIÇO	VALOR
I	Guinchamento de veículos por quilômetro	R\$ 8,95
II	Diária para guarda (estadia de veículo)	R\$ 8,95

Contratada: CALICO TRANSPORTES LTDA – CNPJ: 12.067.785/0001-07

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

LEI Nº 4.560 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº 4.560 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado abrir Crédito suplementar no valor de R\$ 13.400,00 (treze mil e quatrocentos reais) na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental		
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental		
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental		
300000.00.766 -	Despesas Correntes		
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.766 -	Aplicações Diretas		
339030.00.766 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00	
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 10.400,00	
	TOTAL	R\$ 13.400,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulações Parciais dos seguintes Elementos de Despesas Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental		
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental		
17.512.0077.2.123 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental		
300000.00.766 -	Despesas Correntes		
310000.00.766 -	Pessoal e encargos Sociais		
319000.00.766 -	Aplicações Diretas		
319016.00.766 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 4.000,00	
18.541.0090.2.137 -	Manutenção do Programa de Combate ao Borrachudo		
300000.00.766 -	Despesas Correntes		
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.766 -	Aplicações Diretas		
339030.00.766 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00	
339036.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 100,00	
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00	
15.01 -	Coordenação da Defesa Civil – FUNMDEC		
05.182.0106.2.900 -	Manutenção das Ações da Defesa Civil		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 200,00	
339047.00.896 -	Obrigações Tributárias Contributivas	R\$ 100,00	
400000.00.896 -	Despesas Correntes		
440000.00.896 -	Investimentos		
449000.00.896 -	Aplicações Diretas		
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.000,00	
	TOTAL	R\$ 13.400,00	

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 29 de novembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.561 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº 4.561 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado abrir Crédito suplementar no valor de R\$ 76.300,00 (setenta e seis mil e trezentos reais) nas seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental		
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
310000.00.519 -	Pessoal e encargos Sociais		
319000.00.519 -	Aplicações Diretas		
319011.00.519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 53.000,00	
319113.00.519 -	Obrigações Patronais – Op. Intra Orçamentárias	R\$ 11.800,00	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil		
12.365.0011.2.047 -	Pessoal de Educação Infantil		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
310000.00.519 -	Pessoal e encargos Sociais		
319000.00.519 -	Aplicações Diretas		
319004.00.519 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 10.000,00	
339046.00.519 -	Auxílio Alimentação	R\$ 1.500,00	
	TOTAL	R\$ 76.300,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulações Parciais das seguintes Dotações Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação		
12.361.0008.2.045 -	Pessoal do Apoio Administrativo a Educação		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
310000.00.519 -	Pessoal e encargos Sociais		
319000.00.519 -	Aplicações Diretas		
319004.00.519 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 5.000,00	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental		
12.361.0009.2.014 -	Transporte e Escolar		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.519 -	Aplicações Diretas		
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 60.000,00	
15.00 -	Fundo Municipal da Defesa Civil – FUNMDEC		
15.01 -	Coordenação da Defesa Civil – FUNMDEC		
05.182.0106.2.900 -	Manutenção das Ações da Defesa Civil		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00	
339032.00.896 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 4.500,00	
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 1.000,00	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 2.800,00	
	TOTAL	76.300,00	

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 29 de novembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.562 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº 4.562 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado abrir Crédito suplementar no valor de R\$ 35.310,89 (trinta e cinco mil, trezentos e dez reais e oitenta e nove centavos) nas seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito				
02.01 -	Chefia de Gabinete				
04.122.0002.2.042 -	Remuneração de Pessoal do Gabinete do Prefeito				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
310000.00.896 -	Pessoal e encargos Sociais				
319000.00.896 -	Aplicações Diretas				
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$	34.185,89		
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração				
03.01 -	Serviço de Administração				
04.122.0004.2.043 -	Pessoal da Secretaria de Administração				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
310000.00.896 -	Pessoal e encargos Sociais				
319100.00.896 -	Aplicações Diretas				
319113.00.896 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias.	R\$	700,00		
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social				
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social				
08.243.0024.2.035	Pessoal do Conselho Tutelar				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
310000.00.896 -	Pessoal e encargos Sociais				
319000.00.896 -	Aplicações Diretas				
319013.00.896 -	Obrigações Patronais	R\$	425,00		
	TOTAL	R\$	35.310,89		

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social				
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social				
08.243.0093.2.066 -	Acolhimento de Menores em Instituições Especializadas				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$	5.000,00		
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico				
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente				
18.541.0036.1.033 -	Manutenção das Áreas de Preservação Ambiental				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$	524,40		
20.606.0028.1.039 -	Distribuição de Calcário				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				

339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339032.00.896 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 241,58			
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 200,00			
20.606.0028.1.046 -	Distribuição de Árvores Frutíferas				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339032.00.896 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 500,00			
20.606.0028.1.009 -	Distribuição de Mudas de Árvores de Matas Nativas				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 100,00			
339032.00.896 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 6.000,00			
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 100,00			
20.606.0028.1.047 -	Distribuição de Pequenos Animais				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339032.00.896 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 500,00			
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras				
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras				
15.452.0044.1.016 -	Atualização do Plano Diretor				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 500,00			
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 263,36			
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos				
15.452.0048.2.026 -	Manutenção de Cemitérios e Capelas Mortuárias				
400000.00.896 -	Despesas de Capital				
440000.00.896 -	Investimentos				
449000.00.896 -	Aplicações Diretas				
449051.00.896 -	Obras e Instalações	R\$ 500,00			
14.00 -	Fundo Municipal de Cultura				
14.01 -	Coordenadoria do Fundo Municipal de Cultura				
13.392.0089.2.135 -	Manutenção e Coordenação de Projetos Culturais				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 500,00			
339047.00.896 -	Obrigações Tributárias Contributivas	R\$ 50,00			
13.392.0089.2.136 -	Apoio Financeiro a Projetos Artísticos e Culturais				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
335000.00.896 -	Transferência a Instituições Privadas				
335041.00.896 -	Contribuições	R\$ 20.000,00			
339031.00.896 -	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas e Outras	R\$ 331,55			
	TOTAL	35.310,89			

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 29 de novembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.563 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.563 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DAS SEGUINTE DOTACÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado abrir Crédito suplementar no valor de R\$ 25.144,00 (vinte e cinco mil cento e quarenta e quatro reais) nos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças.			
04.01 -	Serviço de Controle Fazendário.			
04.123.0007.2.103 -	Contribuição Para Formação do PASEP			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Despesas de Custeio			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339047.00.896 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$	25.144,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças.			
04.01 -	Serviço de Controle Fazendário.			
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Despesas de Custeio			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$	8.000,00	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	12.000,00	
400000.00.896 -	Despesas de Capital			
440000.00.896 -	Investimentos			
449000.00.896 -	Aplicações Diretas			
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$	5.144,00	
	TOTAL	R\$	25.144,00	

GABINETE DO PREFEITO

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 29 de novembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.564 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº 4.564 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado abrir Crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota		
26.782.0047.2.112 -	Manutenção da Frota Municipal		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 10.000,00	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00	
	TOTAL	R\$ 20.000,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras		
15.452.0043.2.052 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
310000.00.896 -	Pessoal e encargos Sociais		
319000.00.896 -	Aplicações Diretas		
319016.00.896 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 10.000,00	
319094.00.896 -	Indenizações e Restituições Trabalhistas	R\$ 10.000,00	
	TOTAL	R\$ 20.000,00	

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 29 de novembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.573 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.573 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ELIZETE TERESINHA FOLLETO FLORÊNCIO, Matrícula Funcional nº 000738, Registro no Sistema sob nº 955265, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função Assistente Social, lotada Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 30 de novembro de 2016 á 09 de dezembro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, requerimento devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo em data de 10 de novembro de 2016, sob nº 6497.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
29 de novembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

RREO RELATÓRIO RESUMINDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5º BIMESTRE DE 2016



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Recostas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (e-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
Recostas Orçamentárias						
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	35.915.890,53	35.915.890,53	6.370.313,42	17,74	35.008.379,11	97,47
RECEITA TRIBUTÁRIA	35.669.910,41	35.669.910,41	5.926.259,60	16,61	31.661.168,57	88,76
Impostos	4.552.043,67	4.552.043,67	569.998,14	12,52	4.130.848,23	90,75
Taxas	3.664.675,38	3.664.675,38	516.673,75	14,10	3.499.453,48	95,49
Contribuição de Melhoria	877.368,29	877.368,29	52.775,61	6,02	626.404,08	71,40
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	10.000,00	10.000,00	548,78	5,49	4.990,57	49,91
Contribuições Sociais	1.890.000,00	1.890.000,00	340.941,09	18,04	1.705.790,22	90,25
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	990.000,00	990.000,00	173.372,02	17,51	850.051,58	85,86
Contribuição de Iluminação Pública	900.000,00	900.000,00	167.569,07	18,62	855.738,64	95,08
RECEITA PATRIMONIAL	2.192.212,42	2.192.212,42	629.306,49	28,71	3.890.127,18	177,45
Recostas de Valores Mobiliários	3.511,43	3.511,43	1.336,71	38,07	5.192,71	146,74
Recostas de Concessões e Permissões	2.188.700,99	2.188.700,99	627.969,78	28,89	3.884.974,47	177,50
Compensações Financeiras						
Recosta Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público						
Recosta da Cessão de Direitos						
Outras Recostas Patrimoniais						
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Recosta da Produção Vegetal						
Recosta da Produção Animal e Derivados						
Outras Recostas Agropecuárias						
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Recosta da Indústria Extrativa Mineral						
Recosta da Indústria de Transformação						
Recosta da Indústria de Construção						
Outras Recostas Industriais						
RECEITA DE SERVIÇOS	1.323.660,43	1.323.660,43	204.007,76	15,41	1.051.137,15	79,41
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.125.777,52	25.125.777,52	4.076.385,77	16,22	20.471.548,81	81,48
Transferências Intergovernamentais	24.761.399,12	24.761.399,12	4.006.210,65	16,18	20.212.079,71	81,63
Transferências de Instituições Privadas	30.000,00	30.000,00	6.941,57	23,14	9.941,57	33,14
Transferências do Exterior						
Transferências de Pescas	9.000,00	9.000,00		0,00		0,00
Transferências de Convênios	325.378,40	325.378,40	63.203,55	19,42	249.527,53	76,69
Transferências para o Combate à Fome						
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	586.216,37	586.216,37	105.650,35	18,02	411.716,98	70,23
Multas e Juros de Mora	151.492,11	151.492,11	16.984,55	11,21	126.268,06	83,35
Indenizações e Restituições	140.418,36	140.418,36	36.830,47	27,65	102.742,55	73,17
Recosta da Dívida Ativa	294.205,90	294.205,90	14.177,60	4,82	147.048,64	49,98
Recostas Decorrentes para Amortização de Déficit Atual do RPPS						
Recostas Correntes Diversas	100,00	100,00	35.657,73	35,657,73	35.657,73	35,657,73
						-35.557,73



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 5º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	245.980,12	245.980,12	180,52		3.347.210,54	1.360,76	-3.101.230,42
OPERÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIEAÇÃO DE BENS	3.241,55	3.241,55	0,00		0,00	0,00	3.241,55
Alienação de Bens Móveis	3.241,55	3.241,55	0,00		0,00	0,00	3.241,55
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	242.738,57	242.738,57	182,94		3.347.210,54	1.378,94	-3.104.471,97
Transferências Intergovernamentais	100.000,00	100.000,00	0,00		24.929,46	24,93	75.070,54
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	142.738,57	142.738,57	311,10		3.322.281,08	2.327,53	-3.179.542,51
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Recelas de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.130.000,00	2.130.000,00	17,45		1.825.100,63	85,69	304.899,37
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	38.045.890,53	38.045.890,53	6.742.057,69		36.833.479,74	96,81	1.212.410,79
OPERÇÕES DE CREDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Mobilária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobilária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	38.045.890,53	38.045.890,53	6.742.057,69		36.833.479,74	96,81	1.212.410,79
DEFEIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	38.045.890,53	38.045.890,53	6.742.057,69		36.833.479,74	96,81	1.212.410,79
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		1.932.980,46			1.932.980,46		
Superávit Financeiro		1.932.980,46			1.932.980,46		
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (I)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Orçamentárias										
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VII)	36.115.201,87	42.561.729,11	3.892.921,83	32.873.908,89	9.687.820,22	6.004.918,55	28.807.511,63	14.054.217,48		0,00
DESPESAS CORRENTES	32.324.165,83	34.489.022,26	3.833.950,99	28.765.192,46	5.703.830,80	5.399.591,93	26.894.532,73	7.874.490,53		0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.933.858,33	19.333.762,26	3.024.116,40	15.285.530,48	4.048.231,88	3.038.291,70	15.279.605,83	4.054.166,53		0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	114.890,44				100,00			100,00		

Recettas Intra Orçamentárias		Estágios da Recella Intra-Orçamentária					SALDO (a-c)
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
Recettas Intra Orçamentárias							
RECETAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		2.130.000,00	2.130.000,00	371.744,27	17,45	1.825.100,63	85,69
RECETAS CORRENTES		2.130.000,00	2.130.000,00	371.744,27	17,45	1.825.100,63	85,69
RECEITA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		1.980.000,00	1.980.000,00	346.744,27	17,51	1.700.100,63	85,86
Contribuições Sociais		1.980.000,00	1.980.000,00	346.744,27	17,51	1.700.100,63	85,86
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Recettas Imobiliárias							
Recettas de Valores Mobiliários							
Recetta de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Recetta Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Recetta da Cessão de Direitos							
Outras Recettas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Recetta da Produção Vegetal							
Recetta da Produção Animal e Derivados							
Outras Recettas Agropecuárias							



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 5º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária					SALDO (a-c)
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral						
Receita da Indústria de Transformação						
Receita da Indústria de Construção						
Outras Receitas Industriais						
RECEITA DE SERVIÇOS						
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais						
Transferências de Instituições Privadas						
Transferências do Exterior						
Transferências de Pessoas						
Transferências de Convênios						
Transferências para o Combate à Fome						
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	150.000,00	150.000,00	25.000,00	16,67	125.000,00	83,33
Multas e Juros de Mora						
Indenizações e Restituições						
Receita da Dívida Ativa						
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS	150.000,00	150.000,00	25.000,00	16,67	125.000,00	83,33
Receitas Correntes Diversas						
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Operações de Crédito Externas						
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis						
Alienação de Bens Imóveis						
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS						
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais						
Transferências de Instituições Privadas						
Transferências do Exterior						
Transferências de Pessoas						
Transferências de Outras Instituições Públicas						
Transferências de Convênios						
Transferências para o Combate à Fome						
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social						
Div. Atv. Prov. de Amortiz. de Emp. e Financ.						
Receitas de Capital Diversas						



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 5º bimestre

Despesas Intra Orçamentárias	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária						INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	
			DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Intra Orçamentárias										
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)										
DESPESAS CORRENTES	1.930.888,66	2.242.048,20	346.744,27	1.850.100,60	391.947,60	371.715,07	1.825.071,40	416.976,90	1.825.071,40	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.930.888,66	2.092.048,20	346.744,27	1.700.100,60	391.947,60	346.715,07	1.700.071,40	391.976,90	1.700.071,40	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	25.000,00	125.000,00	25.000,00	125.000,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária**Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2016****Período de referência: 5º bimestre****RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2016
Notas Explicativas	-
Fonte - Anexo 1 - Tabela 1.0 - RREO	O superavit proveniente do Regime Proprio de Previdencia social foi de R\$ 865.812,41

Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro	
siconfi	
TESOURO NACIONAL	
Relatório Resumido de Execução Orçamentária	
Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
CNPJ:	
Exercício: 2016	
Período de referência: 5º bimestre	

RR-REO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		% (Inicial b)	SALDO (c) = (a-b)		DESPESAS LIQUIDADAS		% (d>Total d)	SALDO (e) = (b-d)	INSCRITAS EM RÉSTOS A PAGAR (NÃO PROCESSADOS f)
			Nº Bimestre	Adm e Bimestre (b)		Nº Bimestre	Adm e Bimestre (d)					
DESPESAS EXCETO (INTRA-ORÇAMENTARIAS) (i)	36.115.201,77	42.991.729,11	3.892.021,33	12.873.508,39	64,97	9.897.830,22	6.094.913,55	28.507.511,03	93,38	14.054.217,48	0,00	
	Legislativa	693.000,00	96.371,42	513.008,55	1,48	139.991,45	103.229,85	499.238,98	1,65	153.761,42	0,00	
	Ajud. Legislativa	693.000,00	96.371,42	513.008,55	0,00							
	Controle Externo				0,00							
	Administração Geral				0,00							
	Demais Subfunções				0,00							
	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	
	Ajud. Judiciária				0,00							
	Controle Interno				0,00							
	Administração Geral				0,00							
DESPESAS EXCETO (INTRA-ORÇAMENTARIAS) (i)	36.115.201,77	42.991.729,11	3.892.021,33	12.873.508,39	64,97	9.897.830,22	6.094.913,55	28.507.511,03	93,38	14.054.217,48	0,00	
	Legislativa	693.000,00	96.371,42	513.008,55	1,48	139.991,45	103.229,85	499.238,98	1,65	153.761,42	0,00	
	Ajud. Legislativa	693.000,00	96.371,42	513.008,55	0,00							
	Controle Externo				0,00							
	Administração Geral				0,00							
	Demais Subfunções				0,00							
	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	
	Ajud. Judiciária				0,00							
	Controle Interno				0,00							
	Administração Geral				0,00							
DESPESAS EXCETO (INTRA-ORÇAMENTARIAS) (i)	36.115.201,77	42.991.729,11	3.892.021,33	12.873.508,39	64,97	9.897.830,22	6.094.913,55	28.507.511,03	93,38	14.054.217,48	0,00	
	Legislativa	693.000,00	96.371,42	513.008,55	1,48	139.991,45	103.229,85	499.238,98	1,65	153.761,42	0,00	
	Ajud. Legislativa	693.000,00	96.371,42	513.008,55	0,00							
	Controle Externo				0,00							
	Administração Geral				0,00							
	Demais Subfunções				0,00							
	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	
	Ajud. Judiciária				0,00							
	Controle Interno				0,00							
	Administração Geral				0,00							
DESPESAS EXCETO (INTRA-ORÇAMENTARIAS) (i)	36.115.201,77	42.991.729,11	3.892.021,33	12.873.508,39	64,97	9.897.830,22	6.094.913,55	28.507.511,03	93,38	14.054.217,48	0,00	
	Legislativa	693.000,00	96.371,42	513.008,55	1,48	139.991,45	103.229,85	499.238,98	1,65	153.761,42	0,00	
	Ajud. Legislativa	693.000,00	96.371,42	513.008,55	0,00							
	Controle Externo				0,00							
	Administração Geral				0,00							
	Demais Subfunções				0,00							
	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	
	Ajud. Judiciária				0,00							
	Controle Interno				0,00							
	Administração Geral				0,00							
DESPESAS EXCETO (INTRA-ORÇAMENTARIAS) (i)	36.115.201,77	42.991.729,11	3.892.021,33	12.873.508,39	64,97	9.897.830,22	6.094.913,55	28.507.511,03	93,38	14.054.217,48	0,00	
	Legislativa	693.000,00	96.371,42	513.008,55	1,48	139.991,45	103.229,85	499.238,98	1,65	153.761,42	0,00	
	Ajud. Legislativa	693.000,00	96.371,42	513.008,55	0,00							

siconfi
Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

documento gerado em 28/11/2016 15:17:31



Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMENDADAS			SALDO (d) = (a-d)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-e)	INSCRIÇÕES EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/cota b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Órbita de Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	719.300,00	645.742,30	317.767,24	525.543,59	0,00	120.199,71	90.175,58	51.443,97	0,00	131.103,53	0,00
Exatidão	719.300,00	645.742,30	317.767,24	525.543,59	1,51	119.899,71	90.175,58	51.443,97	0,00	130.893,53	
Estatística Rural											
Irrigação		500,00			0,00	500,00			0,00	500,00	
Promoção da Produção Agropecuária											
Difusão Agropecuária					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária											
Coordenação											
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Indústria	38.228,00	25.128,00	0,00	25.128,00	0,07	0,00	5.026,60	22.615,30	0,07	2.612,80	0,00
Promoção Industrial	38.228,00	25.128,00	0,00	25.128,00	0,07	0,00	5.026,60	22.615,30	0,07	2.612,80	0,00
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial					0,00				0,00		
Normalização e Qualidade					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Comércio e Serviços	226.842,21	323.103,40	7.846,18	292.896,33	0,84	30.227,07	96.547,23	22.032,61	0,74	100.020,89	0,00
Promoção Comercial	9.250,00	5.946,60		5.946,60	0,01	1.000,00		4.544,80	0,01	900,00	
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros	98.200,00	91.200,00	4.396,18	70.469,25	0,20	20.730,75	14.427,90	59.716,03	0,20	31.493,37	
Turismo	121.642,21	229.854,80	3.452,00	217.348,48	0,63	9.509,32	81.119,33	159.707,28	0,62	68.097,52	
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia					0,00				0,00		
Eletricidade					0,00				0,00		
Petróleo					0,00				0,00		
Biocombustíveis					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Transporte	915.241,86	1.084.727,17	33.542,68	1.000.897,83	3,14	3.799,34	145.029,48	999.462,26	3,30	95.264,91	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário	915.241,86	1.084.727,17	33.542,68	1.000.897,83	3,14	3.799,34	145.029,48	999.462,26	3,30	95.264,91	
Transportes Especiais											
Transportes Marítimos											
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Desporto e Lazer	276.897,44	540.203,04	9.893,15	431.308,57	1,24	108.899,47	47.189,72	175.902,03	0,68	364.302,41	0,00
Desporto de Bombardeio											
Desporto Conquistado	237.597,44	261.113,57	7.693,15	229.537,38	0,65	66.576,19	25.332,81	96.420,04	0,31	195.093,53	
Lazer	39.100,00	240.089,47	2.030,00	205.861,19	0,59	43.293,28	21.841,11	80.482,59	0,27	168.800,88	
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Energias Especiais	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	150.000,00				0,00				0,00		

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></</div></div></div>

Função/Subfunção	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		Execução da Despesa		DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO (c) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
			Até o Bimestre (b)	No Bimestre	SALDO (a) = (a-b)	No Bimestre				Até o Bimestre (d)
Reembolso da Dívida Externa				0,00				0,00		
Reembolso da Dívida Interna				0,00				0,00		
Serviço da Dívida Externa				0,00				0,00		
Transferências				0,00				0,00		
Outros Encargos Especiais				0,00				0,00		
Transferências para a Educação Básica				0,00				0,00		
Demais Subfunções	238.724,27	238.724,27		0,00	238.724,27			238.724,27		
Reserva de Contingência				0,00				0,00		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	1.930.588,95	2.242.048,20	1.860.100,00	9,33	391.947,60	371.715,07	1.825.071,40			
DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III)	38.045.890,93	44.803.771,91	4.239.686,10	100,00	10.079.767,82	6.436.833,62	30.332.583,03	416.879,80		
TOTAL (III) = (I + II)			34.724.009,49				100,00	14.471.195,28	0,00	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Funções/Subfunções - Intra											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTARIAS) (f)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (x)	DESPESAS EMPENHADAS		Execução da Despesa - Intra			SALDO (y) = (x-b)	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO (y) = (x-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/cat x)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)				
1.830.888,68	2.242.048,20	1.800.100,00	346.744,27	1.800.100,00	100,00	391.947,60	371.715,07	1.825.071,40	100,00	418.978,60	0,00
Legislativa	12.000,00	12.000,00	2.770,96	10.832,28	0,57	1.467,72	2.770,56	10.832,28	0,58	1.467,72	0,00
Legislativa	12.000,00	12.000,00	2.770,96	10.832,28	0,57	1.467,72	2.770,56	10.832,28	0,58	1.467,72	0,00
Controle Externo					0,00				0,00		0,00
Controle Externo					0,00				0,00		0,00
Administração Geral					0,00				0,00		0,00
Administração Geral					0,00				0,00		0,00
Subsídios					0,00				0,00		0,00
Subsídios					0,00				0,00		0,00
Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atos Judiciais					0,00				0,00		0,00
Atos Judiciais					0,00				0,00		0,00
Despesa de Interesse Público no Processo Judicial					0,00				0,00		0,00
Despesa de Interesse Público no Processo Judicial					0,00				0,00		0,00
Administração Geral					0,00				0,00		0,00
Administração Geral					0,00				0,00		0,00
Demais Subfunções					0,00				0,00		0,00
Demais Subfunções					0,00				0,00		0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa da Ordem Judicial					0,00				0,00		0,00
Despesa da Ordem Judicial					0,00				0,00		0,00
Representação Judicial e Extrajudicial					0,00				0,00		0,00
Representação Judicial e Extrajudicial					0,00				0,00		0,00
Administração Geral					0,00				0,00		0,00
Administração Geral					0,00				0,00		0,00
Demais Subfunções					0,00				0,00		0,00
Demais Subfunções					0,00				0,00		0,00
Atos Judiciais	91.024,40	171.864,40	26.972,68	132.866,03	71,00	46.117,47	26.972,68	132.866,03	72,98	46.117,47	0,00
Atos Judiciais	91.024,40	171.864,40	26.972,68	132.866,03	71,00	46.117,47	26.972,68	132.866,03	72,98	46.117,47	0,00
Planejamento Orçamentário					0,00				0,00		0,00
Planejamento Orçamentário					0,00				0,00		0,00
Administração de Finanças	133.434,40	125.464,40	19.546,41	96.588,99	5,22	28.875,41	19.544,41	96.588,99	5,29	28.875,41	0,00
Administração de Finanças	133.434,40	125.464,40	19.546,41	96.588,99	5,22	28.875,41	19.544,41	96.588,99	5,29	28.875,41	0,00
Controle Interno	47.800,00	47.800,00	7.424,28	38.297,94	1,96	11.302,08	7.424,28	38.297,94	1,99	11.302,08	0,00
Controle Interno	47.800,00	47.800,00	7.424,28	38.297,94	1,96	11.302,08	7.424,28	38.297,94	1,99	11.302,08	0,00
Normalização e Fiscalização					0,00				0,00		0,00
Normalização e Fiscalização					0,00				0,00		0,00
Tecnologia da Informação					0,00				0,00		0,00
Tecnologia da Informação					0,00				0,00		0,00
Orçamento					0,00				0,00		0,00
Orçamento					0,00				0,00		0,00
Formação de Recursos Humanos					0,00				0,00		0,00
Formação de Recursos Humanos					0,00				0,00		0,00
Administração de Recursos					0,00				0,00		0,00
Administração de Recursos					0,00				0,00		0,00
Administração de Recursos					0,00				0,00		0,00
Administração de Recursos					0,00				0,00		0,00
Demais Subfunções					0,00				0,00		0,00
Demais Subfunções					0,00				0,00		0,00
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Área					0,00				0,00		0,00
Defesa Área					0,00				0,00		0,00
Defesa Naval					0,00				0,00		0,00
Defesa Naval					0,00				0,00		0,00
Defesa Terrestre					0,00				0,00		0,00
Defesa Terrestre					0,00				0,00		0,00
Administração Geral					0,00				0,00		0,00
Administração Geral					0,00				0,00		0,00
Demais Subfunções					0,00				0,00		0,00
Demais Subfunções					0,00				0,00		0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento					0,00				0,00		0,00
Policiamento					0,00				0,00		0,00
Defesa Civil					0,00				0,00		0,00
Defesa Civil					0,00				0,00		0,00
Defesa Inteligência					0,00				0,00		0,00
Defesa Inteligência					0,00				0,00		0,00
Administração Geral					0,00				0,00		0,00
Administração Geral					0,00				0,00		0,00
Demais Subfunções					0,00				0,00		0,00
Demais Subfunções					0,00				0,00		0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00				0,00		0,00
Relações Diplomáticas					0,00				0,00		0,00



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção - Intra	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (u)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (d) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRIÇÕES EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	% (b/cota b)		Ano o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Cooperação Internacional				0,00			0,00		
Administração Geral				0,00			0,00		
Demais Subfunções				0,00			0,00		
Assistência Social	60.000,00	74.705,00	11.926,93	3,07	17.893,06	11.926,93	56.811,14	3,11	17.893,86
Assistência ao Idoso				0,00			0,00		
Assistência ao Portador de Deficiência				0,00			0,00		
Assistência ao Convívio e ao Autismo				0,00			0,00		
Assistência à Criança e ao Adolescente				0,00			0,00		
Assistência Comunitária	60.000,00	74.705,00	11.926,93	3,07	17.893,06	11.926,93	56.811,14	3,11	17.893,86
Administração Geral				0,00			0,00		
Demais Subfunções				0,00			0,00		
Previdência Social	15.000,00	15.000,00	1.265,60	0,34	8.703,01	1.265,60	6.266,99	0,35	8.703,01
Previdência Básica				0,00			0,00		
Previdência do Regime Estatutário	15.000,00	15.000,00	1.265,60	0,34	8.703,01	1.265,60	6.266,99	0,35	8.703,01
Previdência Complementar				0,00			0,00		
Previdência Especial				0,00			0,00		
Administração Geral				0,00			0,00		
Demais Subfunções				0,00			0,00		
Saúde	478.762,01	807.061,70	79.712,20	21,38	111.391,30	79.712,20	316.679,40	21,68	111.391,30
Atenção Básica	478.762,01	807.061,70	79.712,20	21,38	111.391,30	79.712,20	316.679,40	21,68	111.391,30
Atenção Especializada e Ambulatorial				0,00			0,00		
Atenção Hospitalar e Especializado				0,00			0,00		
Saúde Pública e Epidemiológico				0,00			0,00		
Vigilância Sanitária				0,00			0,00		
Vigilância Epidemiológica				0,00			0,00		
Alimentação e Nutrição				0,00			0,00		
Administração Geral				0,00			0,00		
Demais Subfunções				0,00			0,00		
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador				0,00			0,00		
Relações de Trabalho				0,00			0,00		
Emprego e Renda				0,00			0,00		
Segurança do Trabalho				0,00			0,00		
Administração Geral				0,00			0,00		
Demais Subfunções				0,00			0,00		
Educação	895.292,25	1.005.722,10	174.423,00	47,98	136.663,37	174.423,00	871.056,03	47,73	136.663,37
Erao Fundamental	506.000,00	592.696,19	101.960,76	26,78	97.289,92	101.960,76	496.406,26	27,14	97.289,92
Erao Médio				0,00			0,00		
Erao Profissional				0,00			0,00		
Erao Superior				0,00			0,00		
Educação Infantil	369.292,25	414.025,92	76.475,30	20,30	38.373,65	76.475,30	375.662,27	20,58	38.373,65
Educação de Jovens e Adultos				0,00			0,00		
Educação Especial				0,00			0,00		
Educação Básica				0,00			0,00		
Atividade de Ensino				0,00			0,00		
Administração Geral				0,00			0,00		
Demais Subfunções				0,00			0,00		
Cultura	19.800,00	32.000,00	4.432,84	1,36	6.862,48	4.432,84	25.137,52	1,36	6.862,48
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico				0,00			0,00		
Distúio Cultural	19.800,00	32.000,00	4.432,84	1,36	6.862,48	4.432,84	25.137,52	1,36	6.862,48
Administração Geral				0,00			0,00		
Demais Subfunções				0,00			0,00		
Deportes e Recreação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deportes e Recreação Social				0,00			0,00		
Deportes Individuais Coletivos e Individuais				0,00			0,00		
Assistência aos Povos Indígenas				0,00			0,00		
Administração Geral				0,00			0,00		
Demais Subfunções				0,00			0,00		
Urbanismo	172.000,00	172.000,00	26.114,78	6,92	43.908,98	26.086,62	128.001,86	7,02	43.908,14
Infra-Estrutura Urbana				0,00			0,00		
Serviços Urbanos				0,00			0,00		
Transportes Coletivos Urbanos	172.000,00	172.000,00	26.114,78	6,92	43.908,98	26.086,62	128.001,86	7,02	43.908,14
Transportes Coletivos Urbanos				0,00			0,00		
Administração Geral				0,00			0,00		
Demais Subfunções				0,00			0,00		
Habitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitado Rural				0,00			0,00		



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção - Ítem	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (u)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			Execução da Despesa - Ítem			INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%(b/cota b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%(d/total d)	SALDO (e) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	SALDO (e) = (a-d)
Habilitação Urbana					0,00							0,00
Administração Geral					0,00							0,00
Demais Subfunções					0,00							0,00
Saneamento	46.600,00	46.600,00	6.835,95	33.110,05	1,79	13.489,95	6.835,91	33.110,01				13.489,99
Saneamento Básico Rural					0,00							0,00
Saneamento Básico Urbano	46.600,00	46.600,00	6.835,95	33.110,05	1,79	13.489,95	6.835,91	33.110,01				13.489,99
Atividade de Manutenção					0,00							0,00
Demais Subfunções					0,00							0,00
Gratificação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Preservação e Conservação Ambiental					0,00							0,00
Controle Ambiental					0,00							0,00
Recuperação de Áreas Degradadas					0,00							0,00
Recursos Hídricos					0,00							0,00
Metereologia					0,00							0,00
Administração Geral					0,00							0,00
Demais Subfunções					0,00							0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Desenvolvimento Científico					0,00							0,00
Desenvolvimento Científico e Tecnológico					0,00							0,00
Distrito de Controle de Tráfego e Trânsito					0,00							0,00
Administração Geral					0,00							0,00
Demais Subfunções					0,00							0,00
Agricultura	49.200,00	52.865,00	8.255,08	40.905,74	2,19	12.389,26	8.255,08	40.905,74	2,22	12.389,26		0,00
Assistência					0,00							0,00
Extensão Rural	49.200,00	52.865,00	8.255,08	40.905,74	2,19	12.389,26	8.255,08	40.905,74	2,22	12.389,26		0,00
Irrigação					0,00							0,00
Promoção da Produção Agropecuária					0,00							0,00
Dileta Agropecuária					0,00							0,00
Administração Geral					0,00							0,00
Demais Subfunções					0,00							0,00
Operações Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Relações Públicas					0,00							0,00
Colonização					0,00							0,00
Administração Geral					0,00							0,00
Demais Subfunções					0,00							0,00
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Promoção Industrial					0,00							0,00
Produção Industrial					0,00							0,00
Mineração					0,00							0,00
Propriedade Industrial					0,00							0,00
Normalização e Qualidade					0,00							0,00
Administração Geral					0,00							0,00
Demais Subfunções					0,00							0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Promoção Comercial					0,00							0,00
Comercialização					0,00							0,00
Comércio Exterior					0,00							0,00
Serviços Financeiros					0,00							0,00
Turismo					0,00							0,00
Administração Geral					0,00							0,00
Demais Subfunções					0,00							0,00
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Comunicações Portais					0,00							0,00
Recursos Esportivos					0,00							0,00
Administração Geral					0,00							0,00
Demais Subfunções					0,00							0,00
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Conservação de Energia					0,00							0,00
Energia Elétrica					0,00							0,00
Pedágio					0,00							0,00
Biocombustíveis					0,00							0,00
Administração Geral					0,00							0,00
Demais Subfunções					0,00							0,00



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária**Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2016****Período de referência: 5º bimestre****RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	<R11>	<R10>	<R9>	<R8>	<R7>	<R6>	<R5>	<R4>	<R3>	<R2>	<R1>	<R0>		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.336.779,32	3.802.295,08	3.960.703,80	3.440.032,89	3.390.344,74	3.984.600,84	3.969.862,04	3.448.191,19	3.407.177,24	3.130.042,34	3.132.769,00	3.321.189,69	-	38.016.322,16
Receita Tributária	231.077,97	360.832,26	313.733,21	234.444,84	457.476,56	903.349,70	559.133,02	402.032,23	354.177,35	303.027,69	226.702,74	344.222,53	-	4.602.043,07
IFTU	0,00	0,00	0,00	5.004,19	77.269,49	445.872,73	52.831,77	53.644,78	29.941,06	24.396,08	20.702,74	5.071,85	-	903.727,09
ISS	109.724,35	186.426,84	118.890,78	79.564,01	177.258,73	116.525,87	169.595,20	154.035,17	130.811,57	85.767,30	108.488,06	98.619,42	-	1.300.000,00
ITBI	54.894,00	109.946,62	114.300,96	61.240,00	53.917,20	82.889,61	92.873,02	79.028,20	98.918,09	164.360,88	74.688,02	130.119,60	-	900.000,00
IRRF	46.539,60	75.936,02	66.295,75	61.568,21	61.882,96	62.145,54	63.226,04	66.037,47	50.701,75	81.527,46	6.489,54	87.453,50	-	591.388,29
Outras Receitas Tributárias	21.300,22	15.546,90	14.169,72	27.000,43	87.170,18	201.114,95	180.005,99	96.037,61	42.808,88	37.965,97	31.539,27	739.300,05	-	868.918,29
Receita de Contribuições	126.010,27	225.270,78	195.334,28	181.184,03	173.202,54	186.079,84	165.444,17	173.598,17	169.727,92	172.064,42	131.599,23	2.089.310,23	-	1.860.000,00
Receita Patrimonial	233.997,28	419.910,91	511.666,63	403.934,41	537.539,90	539.844,66	179.003,94	372.697,29	462.734,93	246.065,35	434.944,00	193.612,78	-	2.191.852,42
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	67.864,49	110.788,83	83.420,40	111.603,54	120.980,26	103.949,99	107.135,76	113.736,54	104.618,22	102.115,69	87.411,30	108.598,46	-	1.320.669,43
Transferências Correntes	2.200.762,43	2.430.070,37	2.466.489,96	2.497.943,31	2.003.183,69	2.244.897,71	2.515.364,22	2.260.108,69	2.370.779,27	2.188.815,81	2.436.877,72	2.436.877,72	-	27.667.745,05
Cota-Parte do FPM	636.111,19	1.076.497,55	695.029,13	870.938,94	526.950,81	628.814,87	836.171,08	690.813,51	706.029,46	621.120,82	505.993,33	613.132,70	-	9.824.721,23
Cota-Parte do ICMS	583.843,00	569.962,57	700.415,86	647.157,86	654.513,17	672.846,57	650.925,98	643.111,30	663.891,35	665.855,54	708.160,10	732.560,00	-	7.600.000,00
Cota-Parte do PVA	46.903,32	39.766,69	41.784,30	69.032,71	79.767,61	70.206,96	85.320,19	82.986,93	88.411,54	77.462,08	70.522,38	59.698,52	-	1.000.000,00
Cota-Parte do ITR	4.872,96	4.450,49	4.088,61	7.001,54	268,56	966,12	268,45	111,64	1.149,07	238,20	5.202,39	50.364,81	-	11.000,00
Transferências da LC nº 87/1996	2.502,97	2.420,57	2.762,60	2.762,60	2.762,60	2.762,60	2.762,60	2.762,60	2.762,60	2.762,60	2.762,60	2.762,60	-	28.000,00
Transferências de FUNDEB	8.696,95	8.883,94	12.460,34	9.815,43	9.387,70	9.632,59	10.938,96	6.509,93	8.843,85	6.906,61	9.786,15	10.345,45	-	28.000,00
Outras Transferências Correntes	530.346,82	546.099,20	666.072,74	660.011,88	581.062,13	607.289,76	625.816,21	599.431,57	577.298,37	594.266,96	607.343,69	669.004,47	-	7.000.000,00
Outras Receitas Correntes	19.257,52	202.469,38	253.337,41	301.838,33	206.486,11	211.369,24	303.152,27	224.382,31	257.610,53	238.443,00	278.847,17	2.980.011,88	-	2.885.570,94
Outras Receitas Correntes	19.257,52	202.469,38	253.337,41	301.838,33	206.486,11	211.369,24	303.152,27	224.382,31	257.610,53	238.443,00	278.847,17	2.980.011,88	-	2.885.570,94
RECEITAS DE CAPITAL (II)	32.783,00	28.849,83	36.549,31	36.549,31	344.202,28	36.549,31	36.549,31	36.549,31	36.549,31	36.549,31	36.549,31	36.549,31	-	4.515.500,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	32.783,00	28.849,83	36.549,31	36.549,31	344.202,28	36.549,31	36.549,31	36.549,31	36.549,31	36.549,31	36.549,31	36.549,31	-	4.515.500,00
Contrib. de Saneador para o Plano de Previdência	27.392,68	176.274,47	73.438,85	610.761,96	60.091,44	65.866,15	85.274,66	85.144,76	86.726,43	89.041,36	44.244,75	128.107,27	-	980.000,00
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	26.653,34	18.897,29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	259.717,28	271.514,19	311.500,95	330.970,43	259.118,84	260.363,27	321.543,90	289.408,04	266.311,58	277.055,53	263.311,68	296.747,64	-	3.711.179,79
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	2.144.262,22	3.428.521,14	3.195.815,00	3.048.975,46	3.051.134,46	3.918.131,12	3.163.044,58	2.973.038,39	3.144.100,23	2.771.905,42	2.823.880,47	2.896.341,78	-	34.314.162,41



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária**Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2016****Período de referência: 5º bimestre****RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios**

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2016
Notas Explicativas	-
Fonte - Anexo 3 - Tabela 3.0 - RREO	

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária	
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	CNPJ:	
	Exercício: 2016	
Período de referência: 5º bimestre		

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro

Receitas	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
Receitas				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Outras Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Previdenciárias do RGPS para o RPPS				
Demaís Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (II) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro

Despesas	Execução da Despesa					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
Despesas						
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes						
Despesas de Capital						
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias						
Pensões						

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária	
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	CNPJ:	
	Exercício: 2016	
Período de referência: 5º bimestre		

Despesas	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Execução da Despesa				INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
Outras Benefícios Previdenciários								
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Retribuições								
Pensões								
Outras Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)								



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro

Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	Aportes de Recursos
	Aportes Realizados
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	
Outros Aportes para o RPPS	
Plano Previdenciário	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	
Outros Aportes para o RPPS	

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	Previsão Orçamentária
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro

Bens e Direitos do RPPS	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
Bens e Direitos do RPPS	-	-
CAIXA		
BANCOS CONTA MOVIMENTO		
INVESTIMENTOS		
OUTROS BENS E DIREITOS		

<div><div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div><div><div>siconfi</div><div>TESOURO NACIONAL</div></div></div>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro

Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS	Execução da Receita Intra			RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS					
RECEITAS CORRENTES (VIII)					
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Para Cobertura de Déficit Atuarial					
Em Regime de Débitos e Parcelamentos					
Receita Patrimonial					
Receita de Serviços					
Outras Receitas Correntes					
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens					
Amortização de Empréstimos					
Outras Receitas de Capital					
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X) = (VIII + IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro

Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS	Execução da Despesa Intra					INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Em 2016	Em 2015
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	
Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS							
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes							
Despesas de Capital							
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária**Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2016****Período de referência: 5º bimestre****RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro**

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório Resumido de Execução Orçamentária	
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	CNPJ:	
	Exercício: 2016	
Período de referência: 5º bimestre		

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário

Receitas	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
Receitas				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Outras Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (II) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário

Despesas	Execução da Despesa					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
Despesas						
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes						
Despesas de Capital						
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias						
Pensões						

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária	
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	CNPJ:	
	Exercício: 2016	
Período de referência: 5º bimestre		

Despesas	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Execução da Despesa				INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
Outras Benefícios Previdenciários								
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Retribuições								
Pensões								
Outras Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)								



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário

Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	Aportes de Recursos
	Aportes Realizados
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	
Outros Aportes para o RPPS	
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	
Outros Aportes para o Regime Previdenciário	

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	Previsão Orçamentária
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário

Bens e Direitos do RPPS	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
Bens e Direitos do RPPS	-	-
CAIXA		
BANCOS CONTA MOVIMENTO		
INVESTIMENTOS		
OUTROS BENS E DIREITOS		



siconfi
Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016


Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário

Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS	Execução da Receita Intra			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS				
RECEITAS CORRENTES (VIII)				
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Para Cobertura de Déficit Atuarial				
Em Regime de Débitos e Parcelamentos				
Receita Patrimonial				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X) = (VIII + IX)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário

Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS	Execução da Despesa Intra					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS						
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes						
Despesas de Capital						
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Dívida Fiscal Líquida	Comparativo da Dívida Fiscal Previdenciária		
	Saldo		
	Em 31/Dez/2015 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Dívida Fiscal Líquida	-	-	-
Dívida Consolidada (I)	1.804.275,58	1.725.839,81	1.689.728,69
DEDUÇÕES (II)	2.556.707,41	3.374.074,02	2.836.554,44
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.639.830,39	3.795.322,77	3.045.867,55
Demais Haveres Financeiros		29,16	
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	83.122,98	421.277,91	209.313,11
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I - II)	-752.431,83	-1.648.234,21	-1.146.825,75
Receita de Privatizações (IV)			
Passivos Reconhecidos (V)			
Dívida Fiscal Líquida (VI) = (III + IV - V)	-752.431,83	-1.648.234,21	-1.146.825,75

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Resultado Nominal	Período de Referência	
	Período de Referência	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Até o Bimestre (Vlc - Vla)
Resultado Nominal	-	-
VALOR	501.408,46	-394.393,92

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período	
	Valor Corrente	
	-	-
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de Referência		-3.140.416,27

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Regime Previdenciário - Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Comparativo da Dívida Fiscal Previdenciária		
	Saldo		
	Em 31/Dez/2015 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Regime Previdenciário - Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	-	-	-
Dívida Consolidada Previdenciária (VII)	11.922.530,87	11.922.530,87	11.922.530,87
Passivo Atuarial	11.922.530,87	11.922.530,87	11.922.530,87
Demais Dívidas			
DEDUÇÕES (VIII)	23.477.005,26	27.235.953,56	27.994.260,17
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.288,23	134.950,53	11.753,75
Investimentos	23.473.717,03	27.101.611,03	27.985.120,66
Demais Haveres Financeiros Previdenciários			
(-) Restos a Pagar Processados		608,00	2.614,24
Dívida Consolidada Líquida Previdenciária (IX) = (VII - VIII)	-11.554.474,39	-15.313.422,69	-16.071.729,30
Passivos Reconhecidos (X)			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI) = (IX - X)	-11.554.474,39	-15.313.422,69	-16.071.729,30

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	


RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios

Receitas Primárias	Receitas Realizadas		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
Receitas Primárias	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	35.612.375,19	29.601.680,37	26.279.045,16
Receitas Tributárias	4.552.043,67	4.130.848,23	3.459.121,29
IPTU	963.737,09	699.676,83	609.003,34
ISS	1.200.000,00	1.238.214,11	1.042.273,73
ITBI	900.000,00	950.110,68	729.071,40



Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 5º bimestre

Receitas Primárias	Receitas Realizadas		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
IRRF	600.938,29	611.451,86	491.757,71
Outras Receitas Tributárias	887.368,29	631.394,75	587.015,11
Receitas de Contribuições	3.870.000,00	3.405.890,85	2.822.647,06
Receitas Previdenciárias	2.970.000,00	2.550.152,21	2.076.457,98
Outras Receitas de Contribuições	900.000,00	855.738,64	746.189,08
Receita Patrimonial Líquida	4.677,20	5.538,35	1.049,71
Receita Patrimonial	2.192.212,42	3.890.127,18	2.139.071,88
(-) Aplicações Financeiras	2.187.535,22	3.884.588,83	2.138.022,17
Transferências Correntes	25.125.777,52	20.471.548,81	18.383.065,45
Cota-Parte do FPM	7.863.784,98	5.458.298,32	5.282.071,13
Cota-Parte do ICMS	6.100.000,00	5.455.223,13	4.603.591,26
Cota-Parte do IPVA	1.050.000,00	710.203,20	684.762,27
Convênios Corrente	325.378,40	249.527,53	244.321,65
Outras Transferências Correntes	9.786.614,14	8.598.296,63	7.568.319,14
Demais Receitas Correntes	2.059.876,80	1.587.854,13	1.613.161,65
Dívida Ativa	294.205,90	147.048,64	138.216,57
Diversas Receitas Correntes	1.765.670,90	1.440.805,49	1.474.945,08
RECEITAS DE CAPITAL (II)	245.980,12	3.347.210,54	597.331,15
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)	3.241,55	0,00	49.350,00
Transferências de Capital	242.738,57	3.347.210,54	547.981,15
Convênios Capital	142.738,57	3.322.281,08	287.769,55
Outras Transferências de Capital	100.000,00	24.929,46	260.211,60
Outras Receitas de Capital			
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	242.738,57	3.347.210,54	547.981,15
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	35.855.113,76	32.948.890,91	26.827.026,31



siconfi
Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios

Despesas Primárias	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Despesas Empenhadas			Execução da Despesa		Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados Em 2015
		Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2016	
Despesas Primárias							
DESPESAS CORRENTES (VIII)	36.711.071,46	30.615.293,06	26.286.372,95	28.419.604,13	24.353.525,04	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	21.425.910,56	16.885.631,08	12.660.442,03	16.979.677,23	12.655.649,53		
Juros e Encargos da Dívida (IX)	100,00	0,00	109.928,58	0,00	93.846,84		
Outras Despesas Correntes	15.285.160,90	13.629.661,98	13.516.022,34	11.439.926,90	11.604.028,67		
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	36.710.971,46	30.615.293,06	26.176.444,37	28.419.604,13	24.259.678,20	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	7.853.981,58	4.108.716,43	1.865.036,98	1.912.979,90	1.094.772,63	0,00	0,00
Investimentos	6.616.414,98	3.892.049,83	1.599.827,15	1.732.423,30	871.592,13		
Inversões Financeiras	1.020.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras	1.020.900,00						
Amortização da Dívida (XIV)	216.666,60	216.666,60	265.209,83	180.555,60	223.180,50		
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	7.637.314,98	3.892.049,83	1.599.827,15	1.732.423,30	871.592,13	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	238.724,27						
RESERVA DO RPPS (XVII)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	44.587.010,71	34.507.342,89	27.776.271,52	30.152.027,43	25.131.270,33	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XX) = (VII - XVIII)	-8.731.686,95	-1.558.451,98	-949.245,21	2.768.863,48	1.695.755,98		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				1.932.980,46			

Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária**Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2016****Período de referência: 5º bimestre****RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios**

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	-
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-16.334.617,12

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária**Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2016****Período de referência: 5º bimestre****RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios**

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

 <div>Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro</div>	<div>Relatório Resumido de Execução Orçamentária</div> <div>Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)</div> <div>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div> <div>CNPJ:</div> <div>Exercício: 2016</div> <div>Período de referência: 5º bimestre</div>
---	---

PRREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Especificação de PPP		Especificação de PPP				SALDO TOTAL (c) = (a + b)
	Saldo Exercício / 2015 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016				
		No Bimestre	-	Até o Bimestre (b)		
Especificação de PPP						
TOTAL DE ATIVOS		0,00		0,00	0,00	0,00
Direitos Futuros						
Ativos Contabilizados na SPE						
Contrapartida para Provisões de PPP						
TOTAL DE PASSIVOS (I)		0,00		0,00	0,00	0,00
Obrigações Não Relacionadas a Serviços						
Contrapartida para Ativos da SPE						
Provisões de PPP						
GARANTIAS DE PPP (II)						
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)		0,00		0,00	0,00	0,00
PASSIVOS CONTINGENTES		0,00		0,00	0,00	0,00
Contraprestações Futuras						
Riscos Não Provisionados						
Outros Passivos Contingentes						
ATIVOS CONTINGENTES		0,00		0,00	0,00	0,00
Serviços Futuros						
Outros Ativos Contingentes						

RRR-ANEXO 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado (IV)


Despesas de PPP do Ento Federado	Despesas de PPP						
	EXERCÍCIO ANTERIOR	$<EC + 1\%$	$<EC + 2\%$	$<EC + 3\%$	$<EC + 4\%$	$<EC + 5\%$	$<EC + 7\%$

RRREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

[illegible]

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

[illegible]

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanco Orçamentário	Período
	Até o Bimestre
Balanco Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	38.045.890,53
Previsão Atualizada	38.045.890,53
Receitas Realizadas	36.833.479,74
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	1.932.980,46
DESPESAS	
Dotação Inicial	38.045.890,53
Créditos Adicionais	6.757.886,78
Dotação Atualizada	44.803.777,31
Despesas Empenhadas	34.724.009,49
Despesas Liquidadas	30.332.583,03
Despesas Pagas	30.120.655,68
Superávit Orçamentário	6.500.896,71

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas por Função/Subfunção	Período
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	34.724.009,49
Despesas Liquidadas	30.332.583,03

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	31/10/2016
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	36.640.174,29

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária


Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	Período
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	-
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Resultados Nominal e Primário	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário	-	-	-
Resultado Nominal	-3.140.416,27	-394.393,92	12,56
Resultado Primário	-16.334.617,12	2.796.863,48	-17,12

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	83.122,98	8.073,50	75.049,48	0,00
Poder Executivo	83.122,98	8.073,50	75.049,48	
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				

 <p>siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 5º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2.886.923,07	271.323,37	1.825.291,44	790.308,26
Poder Executivo	2.886.923,07	271.323,37	1.825.291,44	790.308,26
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	2.970.046,05	279.396,87	1.900.340,92	790.308,26

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas com Ações Típicas de MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Apuração das Despesas com Ensino	
		Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações Típicas de MDE	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	5.016.415,68	25,00	27,39
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	4.772.168,85	60,00	77,24
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida	1.912.978,90	4.920.102,68

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)				
Despesas Previdenciárias (II)				
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)				
Despesas Previdenciárias (V)				
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		3.241,55
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		1.505,84

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Valor Apurado Até o Bimestre	Apuração das Despesas com Saúde	
		Limite Constitucional Anual Percentual Aplicado até o Bimestre Saúde	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	5.440.447,79	15,00	29,89

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período	
	Valor Apurado no Exercício Corrente	
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-	
Total das Despesas/RCL (%)		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária**Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2016****Período de referência: 5º bimestre**

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	31/10/2016
Notas Explicativas	-

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by LUANA TALITA ROCHA:04854775998
Date: 2016.11.28 16:19:01 BRST
Perfil: Contador Responsável
Instituição: Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC

Assinatura: 2

Assinatura: 3

Assinatura: 4

Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Campos Novos

PREFEITURA

DECRE 7639/16 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO SM

DECRETO Nº 7.639/16 de 25/11/2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 93.000,00 (Noventa e três mil reais) nos projetos/atividades abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 13 – DPTO DE TRANSPORTE ESCOLAR – GERENCIA TRANSPORTE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.014 – Manutenção do Dpto de Transporte Escolar – Gerencia Transporte

Elementos de despesa: 155 - 3.3.90.00.00.00.00.03.0022.0000 00– Aplicações diretas R\$93.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do superávit financeiro do exercício anterior – Transporte Escolar Estadual R\$ 93.000,00 .

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 25 de novembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO 7638/16 - ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

DECRETO Nº 7.638/16 de 25/11/2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 74.000,00 (Setenta e quatro mil reais) nos projetos/atividades abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.068 – Manutenção do Programa SAMU

Elementos de despesa: 43 - 3.1.90.00.00.00.00.03.0057.00008 7– Aplicações diretas R\$19.000,00

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE: 02 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN DE SAUDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.077 – Manutenção do Programa Atenção Básica – Saúde Bucal

Elementos de despesa: 42 - 3.1.90.00.00.00.00.03.0071.00007 5– Aplicações diretas R\$55.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do superávit financeiro do exercício anterior R\$ 19.000,00 - SAMU e R\$ 55.000,00 Saúde Bucal .

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 25 de novembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO 7640/16 ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

DECRETO Nº 7.640/16 de 25/11/2016.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento do Município no valor de R\$ 41.455,00 (Quarenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 – DPTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.009 – Manutenção Da Segurança Pública e Trânsito

Elementos de despesa: 154 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0026.0 0000– Aplicações diretas....R\$ 41.455,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do Projeto/atividade abaixo.

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 – DPTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.009 – Manutenção Da Segurança Pública e Trânsito

Elementos de despesa: 143 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0056.0 0000– Aplicações diretas....R\$ 41.455,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 25 de novembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS**EXT CT452016**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO- 45/2016
TOMADA DE PREÇO - 08/2015

DATA DE ASSINATURA: 25 de novembro de 2016

OBJETO: Termo do terceiro aditivo ao contrato cno 09/2015 referente a Reforma e adequação das instalações existentes da sede do SAMAE, (almoxarifado, oficina, sala de chefias cozinha e demais dependências para suprir a necessidade da autarquia. a obra compreende todos os materiais e serviços constantes no memorial descritivo quantitativos, termo de referencia e projetos anexos, obra localizada na rua Caetano Carlos, nº. 466, centro no município de Campos Novos –SC

CONTRATADA: Casa Blanca Comércio E Construtora Ltda - ME

VALOR: Fica Aditivado em R\$ 51.580,51(sessenta e um mil quinhentos e oitenta reais e cinquenta e um centavos) o valor do contrato original.

Campos Novos – SC, 23 de novembro de 2016.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS Nº 243/2016 A Nº 245/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº 243/2016. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MANUTENÇÃO ESCOLAR Nº 190/2016. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: FLAVIO BATISTA e TEREZINHA MANERICH BATISTA. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do contrato de aquisição de gêneros alimentícios sem licitação da agricultura familiar para a alimentação escolar nº 190/2016, especificamente os itens transcrito na ata da reunião de julgamento de proposta, fica acrescido quantitativamente em 2,373 % (dois virgula trezentos e setenta e três por cento). VALOR: R\$ 318,00 (trezentos e dezoito reais). Canelinha (SC), 22 de novembro de 2016. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 244/2016. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MANUTENÇÃO ESCOLAR Nº 191/2016. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: TIAGO DE ABREU e CARINA DE FREITAS. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do contrato de aquisição de gêneros alimentícios sem licitação da agricultura familiar para a alimentação escolar nº 191/2016, especificamente os itens transcrito na ata da reunião de julgamento de proposta, fica acrescido quantitativamente em 15,664 % (quinze virgula seiscentos e sessenta e quatro por cento). VALOR: R\$-507,50 (quinhentos e sete reais e cinquenta centavos). Canelinha (SC), 22 de novembro de 2016. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 245/2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E OUTRAS ATIVIDADES. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: MANOEL SPERANDIO – ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de areia média suja e limpa/lavada, areia grossa limpa/lavada e brita nº 1, para manutenção e conservação das vias públicas urbanas/rurais e manutenções diversas das atividades executadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, conforme quantidades e especificações constantes no anexo II do Processo de Licitação nº. 55/2016, Pregão Presencial nº 39/2016 (processo administrativo nº 56/2016, licitação 39/2016-PR), que fica fazendo parte deste contrato. VALOR: R\$ 78.200,00 (setenta e oito mil e duzentos reais). FONTE DO RECURSO: 85 06.01 2.031 3.3.90.30.51, 98 06.02 2.040 3.3.90.30.51. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2016, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha, em 25 de novembro de 2016. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº FMAS 02/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 2/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/16

HOMOLOGAÇÃO: 29/11/16

CONTRATADO: SL CONSTRUTORA LTDA - EPP CONTRATANTE:

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À REFORMA DO CRAS REGIÃO I, LOCALIZADO NA RUA FREDERICO KOHLER Nº 1098, NO BAIRRO CAMPO DA AGUA VERDE, NO MUNICIPIO DE CANOINHAS-SC, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 29.246,55 (vinte e nove mil duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos)

DATA: 29/11/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº FMS 34/2016 (ELETRONICO)

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Processo Licitatório n.º FMS 43/2016

Edital de Pregão n.º FMS 34/2016 (ELETRÔNICO)

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 12/12/2016, às 10h30min, licitação AQUISIÇÃO DE 01 VEICULO UTILITÁRIO, CABINE SIMPLES, NOVO, ZERO KM, ANO E MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2016, EQUIPADA CONFORME DESCRITO NO ANEXO I, DESTINADO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Recebimento de propostas até as 09h30min do dia 12/12/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

Luiz Alberto Rinkoski Faria

Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº PMC 02/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2016

A Prefeitura do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CNPJ 83.102.380/0001-80, torna público para conhecimento dos interessados a Chamada Pública para aquisição de Alimentação Escolar, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, considerando o disposto no artigo 21 da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções nº 38/2009 e 26/2013 do CD/FNDE. O Edital estabelecendo as condições e demais informações necessárias à participação poderá ser retirado no site www.pmc.sc.gov.br, no Link Licitações/Chamada Pública. A documentação de habilitação e o Projeto de Venda deverão ser entregues até as 09h00min do dia 04/12/2016, diretamente no Setor de Protocolo da Prefeitura do Município de Canoinhas, sito a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC. Informações pelo e-mail: licitacao@pmc.sc.gov.br. Fone (47) 3621 - 7705.

Luiz Alberto Rinkoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 217/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 217/2016

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 217/2016. Data de assinatura: 04/11/2016. Contratada: VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA, CNPJ sob n.º 03.393.652/0001-21. Objeto Contratado CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA SERGIO GAPSKI TRECHO II, COM EXTENSÃO TOTAL DE 240 M, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, n.º 10 - Centro. Valor : R\$ 283.574,88 (duzentos e oitenta e três mil e quinhentos e setenta e quatro reais e oitenta e oito centavos). Vigência: 04/11/2016 até 31/12/2017. Tomada de Preços nº PMC 21/2016, Processo Administrativo nº PMC 172/2016.

Luiz Alberto Rinkoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA TOMADA DE PREÇO Nº FMAS 02/2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	10/2016	Processo Administrativo:	
Licitação.....:	2/2016 - TP	Total dos Itens Vencedores:	29.246,55
Modalidade.....:	Tomada de Preço p/ Compras e Serviços		
Objeto.....:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À REFORMA DO CRAS REGIÃO I, LOCALIZADO NA RUA FREDERICO KOHLER Nº 1098, NO BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS-SC, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 411047920	- REFORMA DO CRAS REGIÃO I -	Unidade: UN					
17238	SL CONSTRUTORA LTDA - EPP		1,000	0,0000	29.246,5500	29.246,55	Venceu	1 *****
15826	ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA		1,000	0,0000	30.812,4700	30.812,47	Perdeu	2

	Candinhas, Em/...../.....
	PAULO CESAR SAFANELLI -	Presidente da Comissão
	CLEISON TARCISIO FUCK -	MEMBRO TITULAR
	IEDA MARIA DOBROSHINKEI ALBERTI -	MEMBRO SUPLENTE
	VANESSA LANGER -	MEMBRO SUPLENTE
	CLÁUDIO HENRIQUE MATHIAS -	MEMBRO SUPLENTE
	CIBELE NEUDORF BATISTA -	SECRETÁRIO
	DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
	TAYNÁ MACHADO -	CRC/SC 037083/P-8

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE DE 2016

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	137.017.920,00	137.017.920,00	20.111.878,58	14,68	99.480.819,24	37.537.100,76
RECEITA TRIBUTÁRIA	118.473.273,93	118.473.273,93	18.398.064,30	15,53	93.746.128,12	24.727.145,81
IMPOSTOS	18.070.800,00	18.070.800,00	2.340.107,15	12,95	14.423.076,16	3.647.723,84
TAXAS	13.750.000,00	13.750.000,00	2.066.554,18	14,96	12.147.825,62	1.602.174,38
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	2.670.800,00	2.670.800,00	265.102,41	9,93	2.174.554,26	496.245,74
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.650.000,00	1.650.000,00	18.450,56	1,12	100.696,28	1.549.303,72
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.640.000,00	2.640.000,00	473.045,28	17,92	2.183.455,03	456.543,97
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	770.000,00	770.000,00	33.596,68	4,36	54.422,95	715.577,05
RECEITA PATRIMONIAL	1.870.000,00	1.870.000,00	439.448,60	23,50	2.129.033,08	-259.033,08
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	454.632,36	454.632,36	240.137,04	52,82	1.608.322,52	-1.153.690,16
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	449.132,36	449.132,36	240.137,04	53,47	1.608.322,52	-1.159.190,16
RECEITA DE SERVIÇOS	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	727.760,00	727.760,00	14.091,40	1,94	286.657,05	441.102,95
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	94.342.911,57	94.342.911,57	14.859.224,39	15,75	72.635.038,11	21.707.873,46
TRANSF. DE CONV.	93.663.911,57	93.663.911,57	14.735.301,26	15,73	72.097.459,93	21.556.451,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	689.000,00	689.000,00	123.923,13	17,99	537.578,18	151.421,82
MULTAS E JUROS DE MORA	2.237.170,00	2.237.170,00	471.459,04	21,07	2.609.578,25	-372.408,25
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	331.100,00	331.100,00	201.615,13	60,89	984.500,23	-653.400,23
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	18.920,00	18.920,00	1.325,52	7,01	102.873,75	-83.953,75
RECEITAS DIVERSAS	1.441.000,00	1.441.000,00	191.958,63	13,32	1.104.284,52	336.715,48
RECEITAS DE CAPITAL	446.150,00	446.150,00	76.559,76	17,16	417.919,75	28.230,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	18.544.646,07	18.544.646,07	1.713.814,28	9,24	5.734.691,12	12.809.954,95
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	7.393.000,00	7.393.000,00	864.301,74	11,69	1.490.830,22	5.902.169,78
ALIEAÇÃO DE BENS	7.393.000,00	7.393.000,00	864.301,74	11,69	1.490.830,22	5.902.169,78
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00	289.052,40	30.947,60
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00	289.052,40	30.947,60
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.831.646,07	10.831.646,07	849.512,54	7,84	3.954.808,50	6.876.837,57
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	10.830.646,07	10.830.646,07	849.512,54	7,84	3.890.239,77	6.950.406,30
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	74.568,73	-73.568,73
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	137.017.920,00	137.017.920,00	20.111.878,58	14,68	99.480.819,24	37.537.100,76
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	137.017.920,00	137.017.920,00	20.111.878,58	14,68	99.480.819,24	37.537.100,76
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	1.726.784,03	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	137.017.920,00	137.017.920,00	20.111.878,58	14,68	101.207.603,27	35.810.316,73
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	11.663.542,47	—	—	8.374.532,28	—
Superávit Financeiro	—	11.663.542,47	—	—	8.374.532,28	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	137.017.920,00	154.302.407,07	11.500.267,37	118.367.186,30	35.935.220,77	20.441.718,92	99.684.528,40	54.617.878,67	97.210.345,54
DESPESAS CORRENTES	110.909.436,03	120.744.399,86	11.017.827,51	98.014.628,37	22.729.771,49	17.015.582,52	87.912.213,16	32.832.186,70	85.899.183,65
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	60.828.336,13	62.110.507,13	8.330.459,90	49.658.680,55	12.451.826,58	8.582.217,26	49.307.919,00	12.802.588,13	49.163.257,77
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	496.000,00	496.000,00	12.000,00	257.863,39	238.136,61	33.484,25	179.063,92	316.936,08	179.063,92
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	49.585.099,90	58.137.892,73	2.675.367,61	48.098.084,43	10.039.808,30	8.399.881,01	38.425.230,24	19.712.662,49	36.556.861,96
DESPESAS DE CAPITAL	26.042.483,97	33.492.007,21	482.439,86	20.352.557,93	13.139.449,28	3.426.136,40	11.772.315,24	21.719.691,97	11.311.161,89
INVESTIMENTOS	23.942.483,97	30.616.388,93	469.821,58	18.145.288,12	12.471.100,81	3.162.682,46	9.846.907,80	20.769.481,13	9.385.754,45
INVERSOES FINANCEIRAS	100.000,00	63.000,00	0,00	19.172,97	43.827,03	0,00	19.172,97	43.827,03	19.172,97
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	2.000.000,00	2.812.618,28	12.618,28	2.188.096,84	624.521,44	263.453,94	1.906.234,47	906.383,81	1.906.234,47
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	66.000,00	66.000,00	0,00	0,00	66.000,00	0,00	0,00	66.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	66.000,00	66.000,00	0,00	0,00	66.000,00	0,00	0,00	66.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	1.577.617,05	1.009.062,99	1.523.074,87	54.542,18	1.009.062,99	1.523.074,87	54.542,18	1.017.544,78

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	1.577.617,05	1.009.062,99	1.523.074,87	54.542,18	1.009.062,99	1.523.074,87	54.542,18	1.017.544,78
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	137.017.920,00	155.880.024,12	12.509.330,36	119.890.261,17	35.989.762,95	21.450.781,91	101.207.603,27	54.672.420,85	98.227.890,32
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	137.017.920,00	155.880.024,12	12.509.330,36	119.890.261,17	35.989.762,95	21.450.781,91	101.207.603,27	54.672.420,85	98.227.890,32
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	137.017.920,00	155.880.024,12	12.509.330,36	119.890.261,17	-	21.450.781,91	101.207.603,27	-	98.227.890,32

FONTE:

CANOINHAS, 29/11/2016

LUIS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO Supervisor Sec.de Adm., Fin. e Orçamento	DIOGO CARLOS SEIDEL Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento	VANESSA LANGER Contadora - CRC SC 028524/O-0
---	--	---

TAYNÁ MACHADO
Controle Interno CRC/SC-037083/O-3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)			% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	137.017.920,00	154.302.407,07	11.500.287,37	118.367.186,30	98,73	20.441.718,92	99.684.528,40	98,50
Controle Externo	4.350.000,00	3.785.000,00	193.250,70	2.322.467,36	1,94	191.744,70	2.305.720,28	2,28
Administração	4.350.000,00	3.785.000,00	193.250,70	2.322.467,36	1,94	191.744,70	2.305.720,28	2,28
Planejamento e Orçamento	12.337.612,27	12.582.232,95	1.251.902,99	9.271.058,31	7,73	1.603.576,53	8.522.473,21	8,42
	1.444.400,00	1.426.544,02	129.724,95	1.192.630,03	0,99	193.760,96	1.040.582,17	1,03
Administração Geral	10.893.212,27	11.155.688,93	1.122.178,04	8.078.428,28	6,74	1.409.815,57	7.481.891,04	7,39
Segurança Pública	465.200,00	843.471,28	50.591,50	383.553,68	0,32	161.875,20	331.954,02	0,33
Policimento	465.200,00	843.471,28	50.591,50	383.553,68	0,32	161.875,20	331.954,02	0,33
Assistência Social	5.241.461,47	5.547.089,70	558.573,43	3.842.257,00	3,20	677.971,36	3.563.566,62	3,52
Assistência à Criança e ao Adolescente	123.200,00	123.200,00	+1.755,04	18.120,20	0,02	2.137,15	10.956,40	0,01
Assistência Comunitária	5.118.261,47	5.423.889,70	560.328,47	3.824.136,80	3,19	675.834,21	3.552.610,22	3,51
Saúde	34.077.027,36	37.654.829,84	2.559.790,63	29.861.717,02	24,74	5.342.019,92	25.239.625,19	24,94
Atenção Básica	10.119.690,06	10.329.950,83	949.146,03	7.284.885,10	6,08	1.332.667,24	7.020.174,89	6,94
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	21.279.915,98	24.429.880,67	1.392.647,43	20.553.545,64	17,14	3.789.144,48	16.509.489,04	16,31
Suporte Profilático e Terapêutico	1.304.571,32	1.308.273,66	103.947,88	941.969,10	0,79	84.844,73	887.765,31	0,86
Vigilância Sanitária	634.025,00	657.488,23	57.328,30	340.775,44	0,28	332.774,04	332.774,04	0,33
Vigilância Epidemiológica	738.825,00	929.436,45	56.720,99	540.541,74	0,45	64.533,79	509.481,91	0,50
Educação	41.214.457,91	45.233.293,52	4.766.906,93	36.623.956,03	30,55	6.741.880,51	32.874.790,29	32,48
Ensino Fundamental	28.046.558,98	31.531.192,08	3.127.421,98	25.637.226,76	21,38	4.766.724,85	22.570.870,05	22,30
Ensino Médio	841.937,00	842.366,17	0,00	842.366,17	0,70	191.486,56	572.151,14	0,57
Ensino Superior	340.000,00	332.303,89	30.534,40	190.182,14	0,16	30.534,40	186.320,84	0,18
Educação de Jovens e Adultos	11.748.070,61	12.300.882,86	1.598.211,68	9.907.885,28	8,26	1.750.028,90	9.501.393,84	9,39
Cultura	237.891,32	226.548,52	738,87	46.296,68	0,04	3.105,80	44.014,42	0,04
Divulgação Cultural	706.640,00	748.573,72	57.019,75	543.640,67	0,45	84.254,97	460.439,71	0,45
Urbanismo	23.645.957,00	29.735.516,90	1.108.345,48	22.744.305,97	18,97	3.827.152,55	16.196.766,27	16,00
Serviços Urbanos	23.645.957,00	29.735.516,90	1.108.345,48	22.744.305,97	18,97	3.827.152,55	16.196.766,27	16,00
Habituação	468.280,00	881.928,65	48.389,16	351.474,16	0,29	54.430,96	322.509,99	0,32
Habituação Urbana	468.280,00	881.928,65	48.389,16	351.474,16	0,29	54.430,96	322.509,99	0,32
Saneamento	1.100,00	60.940,18	0,00	19.274,00	0,02	0,00	6.834,50	0,01
Saneamento Básico Urbano	1.100,00	60.940,18	0,00	19.274,00	0,02	0,00	6.834,50	0,01
Gestão Ambiental	3.882.025,00	4.078.002,96	252.535,59	3.568.033,15	2,98	556.401,40	2.790.676,21	2,76
Preservação e Conservação Ambiental	3.882.025,00	4.078.002,96	252.535,59	3.568.033,15	2,98	556.401,40	2.790.676,21	2,76
Agricultura	3.145.710,00	4.432.129,31	267.786,18	2.305.725,30	1,92	255.183,67	1.418.470,40	1,40
Extensão Rural	3.145.710,00	4.432.129,31	267.786,18	2.305.725,30	1,92	255.183,67	1.418.470,40	1,40
Comércio e Serviços	2.467.108,99	2.422.436,82	111.717,75	1.536.508,74	1,28	228.595,51	1.255.987,90	1,24
Promoção Comercial	1.225.280,00	1.180.607,63	111.717,75	910.060,66	0,76	166.418,05	848.554,00	0,84
Turismo	1.241.828,99	1.241.828,99	0,00	626.448,08	0,52	62.177,46	407.433,90	0,40
Desporto e Lazer	703.340,00	927.022,19	61.866,79	751.937,45	0,63	93.960,56	639.110,56	0,63
Desporto Comunitário	703.340,00	927.022,19	61.866,79	751.937,45	0,63	93.960,56	639.110,56	0,63

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS (b)		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Encargos Especiais	137.017,920,00	154.302.407,07	11.500.287,37	118.367,188,30	98,73	20.441,718,92	99.684.528,40	54.617.878,67
Serviço da Dívida Interna	4.246.000,00	5.303.939,25	221.590,49	4.441.277,46	3,70	622.671,08	3.755.643,25	1.548.296,00
Outras Transferências	2.496.000,00	3.296.000,00	12.000,00	2.433.341,95	2,03	286.506,41	2.074.866,61	1.221.133,39
Outros Encargos Especiais	950.000,00	950.000,00	0,00	950.000,00	0,79	126.473,92	622.841,13	327.158,87
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	800.000,00	1.057.939,25	209.590,49	1.057.939,51	0,88	209.590,75	1.057.935,51	3,74
	66.000,00	66.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	-	1.577.617,05	1.009.062,99	1.523.074,87	1,27	1.009.062,99	1.523.074,87	54.542,18
Controle Externo	0,00	65.000,00	0,00	10.457,82	0,01	0,00	10.457,82	54.542,18
Administração	0,00	96.529,32	64.387,99	96.529,32	0,08	64.387,99	96.529,32	0,00
Planejamento e Orçamento	0,00	17.855,98	11.905,88	17.855,98	0,01	11.905,88	17.855,98	0,00
Administração Geral	0,00	78.673,34	52.482,11	78.673,34	0,07	52.482,11	78.673,34	0,00
Assistência Social	0,00	83.342,47	56.014,28	83.342,47	0,07	56.014,28	83.342,47	0,00
Assistência Comunitária	0,00	83.342,47	56.014,28	83.342,47	0,07	56.014,28	83.342,47	0,00
Saúde	0,00	286.119,26	190.512,35	286.119,26	0,24	190.512,35	286.119,26	0,00
Atenção Básica	0,00	152.475,73	101.164,67	152.475,73	0,13	101.164,67	152.475,73	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	108.860,32	72.549,48	108.860,32	0,09	72.549,48	108.860,32	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	4.839,68	3.226,45	4.839,68	0,00	3.226,45	4.839,68	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	8.468,34	5.906,05	8.468,34	0,01	5.906,05	8.468,34	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	11.475,19	7.865,70	11.475,19	0,01	7.865,70	11.475,19	0,00
Educação	0,00	940.283,93	627.191,61	940.283,93	0,78	627.191,61	940.283,93	0,00
Ensino Fundamental	0,00	621.398,89	413.852,92	621.398,89	0,52	413.852,92	621.398,89	0,00
Ensino Superior	0,00	7.896,11	5.130,74	7.896,11	0,01	5.130,74	7.896,11	0,00
Educação Infantil	0,00	311.188,93	208.207,95	311.188,93	0,26	208.207,95	311.188,93	0,00
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	0,00	5.552,28	3.687,90	5.552,28	0,00	3.687,90	5.552,28	0,00
Urbanismo	0,00	5.552,28	3.687,90	5.552,28	0,00	3.687,90	5.552,28	0,00
Serviços Urbanos	0,00	69.888,03	46.652,91	69.888,03	0,06	46.652,91	69.888,03	0,00
Habituação	0,00	69.888,03	46.652,91	69.888,03	0,06	46.652,91	69.888,03	0,00
Habituação Urbana	0,00	1.863,99	1.242,66	1.863,99	0,00	1.242,66	1.863,99	0,00
Gestão Ambiental	0,00	1.863,99	1.242,66	1.863,99	0,00	1.242,66	1.863,99	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	4.022,04	2.681,36	4.022,04	0,00	2.681,36	4.022,04	0,00
Agricultura	0,00	4.022,04	2.681,36	4.022,04	0,00	2.681,36	4.022,04	0,00
Extensão Rural	0,00	9.590,22	6.393,48	9.590,22	0,01	6.393,48	9.590,22	0,00
Comércio e Serviços	0,00	9.590,22	6.393,48	9.590,22	0,01	6.393,48	9.590,22	0,00
Promoção Comercial	0,00	7.672,37	5.129,69	7.672,37	0,01	5.129,69	7.672,37	0,00
	0,00	7.672,37	5.129,69	7.672,37	0,01	5.129,69	7.672,37	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (d-e)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	1.577.617,05	1.009.062,99	1.523.074,87	1,27	54.542,18	1.009.062,99	1.523.074,87	1,50	54.542,18
Desporto e Lazer	0,00	7.753,14	5.168,76	7.753,14	0,01	0,00	5.168,76	7.753,14	0,01	0,00
Desporto Comunitário	0,00	7.753,14	5.168,76	7.753,14	0,01	0,00	5.168,76	7.753,14	0,01	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	137.017.920,00	155.880.024,12	12.509.330,36	119.890.261,17	100,00	35.989.762,95	21.450.781,91	101.207.603,27	100,00	54.672.420,85

FONTE:

CANOINHAS, 29/11/2016

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO Supervisor Secde Adm., Fin. e Orçamento	DIOGO CARLOS SEIDEL Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento	VANESSA LANGER Contadora - CRC SC 028524/O-0
TAYNÁ MACHADO Controlador Interno CRC/SC-037083/O-3		

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2015 A OUTUBRO/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Agô/2016	Set/2016	Out/2016	TOTAL (ULT. 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	11.894.414,03	11.299.573,69	9.571.815,43	10.316.883,11	12.282.073,97	9.862.507,55	10.712.590,07	9.679.440,15	10.235.267,64	9.900.387,45	9.875.017,94	10.232.636,90	125.867.567,93
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.046.107,58	1.221.442,21	855.875,89	1.133.314,48	4.186.688,54	1.451.590,61	1.281.719,40	1.121.439,29	1.170.881,54	1.311.607,89	1.246.992,52	1.104.981,76	17.134.651,71
IRPJ	150.796,32	177.474,66	3.714,97	286.039,52	2.516.372,03	403.933,34	291.765,60	216.588,97	220.346,22	247.193,72	214.449,39	216.317,79	4.927.916,73
IRPJF	160.210,34	261.017,94	243.766,99	179.505,79	214.398,68	200.426,01	216.867,46	172.396,76	192.217,84	192.401,36	171.161,08	169.781,66	2.374.060,91
I.S.S.	451.682,71	461.448,97	488.325,37	426.741,32	500.801,77	592.742,01	484.284,90	516.229,89	533.085,25	599.494,18	592.203,60	489.987,22	6.067.090,19
ITBI	166.326,45	62.071,79	80.096,39	66.415,37	102.304,10	37.746,56	117.650,57	77.419,35	77.600,98	96.395,16	136.409,54	90.091,03	1.116.459,29
Outras Receitas Tributárias	114.101,76	259.428,65	40.032,17	189.609,48	850.821,86	246.740,69	171.150,87	139.884,32	147.881,25	206.168,47	144.788,91	138.784,05	2.649.152,59
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	210.095,65	220.337,81	216.439,79	203.895,27	211.054,52	219.876,30	204.669,02	220.798,41	213.468,13	220.220,31	259.590,20	214.465,08	2.613.949,49
RECEITA PATRIMONIAL	2.672.623,92	224.747,83	172.072,21	166.093,84	187.543,65	173.630,28	181.046,59	170.187,42	159.889,69	157.488,90	125.193,19	114.978,85	4.505.461,47
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.090,00	8.020,00	2.275,00	32.043,35	32.311,50	28.289,60	24.893,96	22.572,25	99.391,00	30.846,00	13.465,00	626,40	286.767,05
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.742.909,45	9.343.333,91	8.101.691,83	8.554.691,94	7.365.825,78	7.647.179,87	8.793.029,47	7.919.993,21	8.328.317,20	7.848.002,96	8.033.101,95	8.510.094,02	98.188.114,49
Cota-Parte do FPM	1.750.690,77	2.960.285,77	1.912.977,31	2.394.771,03	1.454.628,48	1.729.420,86	2.239.472,96	1.896.737,18	2.106.556,28	1.708.082,27	1.936.012,14	1.686.114,89	23.591.559,94
Cota-Parte do ICMS	1.909.403,36	1.864.008,74	2.262.437,96	1.845.799,79	1.866.778,02	1.919.353,03	1.895.546,65	1.834.257,98	1.892.955,53	1.869.750,97	2.019.787,77	2.089.351,75	23.220.431,55
Cota-Parte do IPVA	372.950,82	249.076,47	255.270,08	345.963,00	489.260,07	433.344,62	522.734,40	551.670,78	527.815,21	510.438,12	498.986,44	505.734,94	5.239.730,75
Cota-Parte do ITR	29.543,58	29.288,76	27.371,81	573,53	425,48	770,90	1.538,17	1.091,52	947,54	1.184,67	14.824,30	182.689,79	290.250,05
Outras Transferências Correntes	1.762.782,90	2.867.849,52	1.326.144,56	1.893.741,89	1.557.702,96	1.459.188,31	1.937.521,38	1.590.687,10	1.796.642,82	1.896.731,90	1.646.766,55	1.646.766,55	20.876.494,40
Transferências da LC 61/1989	29.423,73	29.054,13	35.510,46	27.424,84	26.775,29	27.473,72	31.198,62	16.594,59	25.224,14	25.489,74	27.911,69	29.501,21	333.551,15
Transferências da LC 87/1996	7.916,24	7.916,24	7.879,38	7.879,38	7.879,38	7.879,38	7.879,38	7.879,38	7.879,38	7.879,38	7.879,38	7.879,38	94.626,28
Transferências do FUNDEB	1.890.208,25	1.936.054,28	2.274.062,27	2.068.539,48	1.863.376,10	2.072.931,05	2.196.137,91	2.046.077,89	1.970.466,30	2.028.446,81	2.073.083,72	2.362.065,51	24.831.470,37
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	225.627,43	281.691,83	223.489,91	226.844,23	298.699,98	341.940,69	227.262,64	224.476,57	283.270,08	332.219,49	195.720,08	287.510,79	3.128.729,72
DEDUÇÕES (II)	819.993,48	838.465,11	900.290,74	924.462,10	773.029,09	823.612,29	943.873,81	864.640,05	766.390,52	824.564,19	791.216,11	900.254,20	11.337.400,00
Debitação da Receita Para Formação do FUNDEB	819.993,48	838.465,11	900.290,74	924.462,10	773.029,09	823.612,29	943.873,81	864.640,05	766.390,52	824.564,19	791.216,11	900.254,20	11.337.400,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	11.079.430,55	10.461.088,58	8.671.524,69	9.392.421,01	11.509.044,88	9.038.895,26	9.768.676,26	8.814.800,10	9.468.877,12	9.075.823,26	9.083.801,83	9.332.382,70	116.469.973,93

FONTE:

CANOINHAS, 29/11/2016

DIAGO CARLOS SEIDEL
 Supervisor Sec.de Adm., Fin. e Orçamento

VANESSA LANGER
 Controladora - CRC SC 028524/O-0

TAYNÁ MACHADO
 Controladora Interno CRCSC-037083/O-3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	7.185.939,87	7.478.174,28	7.946.623,97
DEDUÇÕES (II)	22.181.421,99	14.972.772,04	12.846.085,86
Disponibilidade de Caixa Bruta	24.717.442,92	17.334.992,91	15.900.339,20
Demais Haveres Financeiros	21.615,06	21.615,06	21.615,06
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.557.635,99	2.383.835,93	3.075.868,40
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-14.995.482,12	-7.494.597,76	-4.899.461,89
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	3.400.165,77	2.651.192,29	2.494.044,57
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-18.395.647,89	-10.145.790,05	-7.393.506,46

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2016 (C - A)
VALOR	2.752.283,59	11.002.141,43

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	2.300.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

CANOINHAS, 29/11/2016

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO
Supervisor Sec.de Adm., Fin. e Orçamento

DIOGO CARLOS SEIDEL
Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento

VANESSA LANGER
Contadora - CRC SC 028524/O-0

TAYNÁ MACHADO
Controle Interno CRC/SC-037083/O-3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	118.024.141,57	92.137.805,60	87.866.341,62
Receita Tributária	18.070.800,00	14.423.076,16	13.161.684,51
I.P.T.U.	3.850.000,00	4.176.122,71	3.731.568,26
I.S.S.	6.600.000,00	5.143.859,19	5.158.570,51
I.T.B.I.	1.540.000,00	874.981,09	776.416,29
I.R.R.F.	1.760.000,00	1.952.862,63	1.415.851,96
Outras Receitas Tributárias	4.320.800,00	2.275.250,54	2.079.277,49
Receita de Contribuição	2.640.000,00	2.183.456,03	1.942.869,16
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	2.640.000,00	2.183.456,03	1.942.869,16
Receita Patrimonial Líquida	5.500,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	454.632,36	1.608.322,52	1.626.197,40
(-) Aplicações Financeiras	449.132,36	1.608.322,52	1.626.197,40
Transferências Correntes	94.342.911,57	72.635.038,11	69.015.219,38
F.P.M.	21.490.000,00	15.010.319,91	14.525.695,16
I.P.V.A.	4.400.000,00	3.694.163,82	3.613.956,89
I.C.M.S.	20.240.000,00	15.565.616,45	15.057.547,51
Convênios	689.000,00	537.578,18	563.848,71
Outras Transferências Correntes	47.523.911,57	37.827.359,75	35.254.171,11
Demais Receitas Correntes	2.964.930,00	2.896.235,30	3.746.568,57
Dívida Ativa	1.441.000,00	1.104.284,52	1.553.848,11
Diversas Receitas Correntes	1.523.930,00	1.791.950,78	2.192.720,46
RECEITAS DE CAPITAL (II)	18.544.646,07	5.734.691,12	4.791.505,50
Operações de Crédito (III)	7.393.000,00	1.490.830,22	1.366.754,79
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	320.000,00	289.052,40	720.000,00
Transferências de Capital	10.831.646,07	3.954.808,50	2.704.750,71
Convênios	1.000,00	74.568,73	0,00
Outras Transferências de Capital	10.830.646,07	3.880.239,77	2.704.750,71
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	10.831.646,07	3.954.808,50	2.704.750,71
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	128.855.787,64	96.092.614,10	90.571.092,33

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	122.322.016,91	99.537.703,24	90.037.430,86	89.435.288,03	78.069.955,75
Pessoal e Encargos Sociais	63.688.124,18	51.181.755,42	44.523.897,57	50.830.993,87	44.090.655,49
Juros e Encargos da Dívida (IX)	496.000,00	257.863,39	380.600,00	179.063,92	274.627,65
Outras Despesas Correntes	58.137.892,73	48.098.084,43	45.132.933,29	38.425.230,24	33.704.672,61
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	121.826.016,91	99.279.839,85	89.656.830,86	89.256.224,11	77.795.328,10
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	33.492.007,21	20.352.557,93	18.012.521,70	11.772.315,24	6.650.980,78
Investimentos	30.616.388,93	18.145.288,12	15.706.263,21	9.846.907,80	4.821.777,75
Inversões Financeiras	63.000,00	19.172,97	0,00	19.172,97	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	63.000,00	19.172,97	0,00	19.172,97	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.812.618,28	2.188.096,84	2.306.258,49	1.906.234,47	1.829.203,03
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	30.679.388,93	18.164.461,09	15.706.263,21	9.866.080,77	4.821.777,75
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	66.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	152.571.405,84	117.444.300,94	105.363.094,07	99.122.304,88	82.617.105,85
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-23.715.618,20	-21.351.686,84	-14.792.001,74	-3.029.690,78	7.953.986,48
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	8.374.532,28	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	8.374.532,28	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL

VALOR CORRENTE

META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA -2.604.432,94

CANOINHAS, 29/11/2016

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO
Supervisor Sec.de Adm., Fin. e Orçamento

DIOGO CARLOS SEIDEL
Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento

VANESSA LANGER
Contadora - CRC SC 028524/O-0

TAYNÁ MACHADO
Controle Interno CRC/SC-037083/O-3

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO Supervisor Sec. de Adm., Fin. e Orçamento	DIOGO CARLOS SEIDEL Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento	VANESSA LANGER Contadora – CRC/SC 028524/O-0
TAYNÁ MACHADO Controlador Interno CRC/SC-037083/O-3		

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	15.489.100,00	15.489.100,00	13.935.176,99	89,97
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	5.186.500,00	5.186.500,00	5.640.308,59	108,75
1.1.1- IPTU	3.850.000,00	3.850.000,00	4.599.657,55	119,47
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	16.500,00	16.500,00	11.395,27	69,06
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.100.000,00	1.100.000,00	538.899,40	48,99
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	220.000,00	220.000,00	497.226,17	226,01
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(6.869,80)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.541.100,00	1.541.100,00	874.981,09	56,78
1.2.1- ITBI	1.540.000,00	1.540.000,00	885.061,05	57,47
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(10.079,96)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.001.500,00	7.001.500,00	5.467.024,68	78,08
1.3.1- ISS	6.600.000,00	6.600.000,00	5.153.898,51	78,09
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	44.000,00	44.000,00	70.757,01	160,81
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	330.000,00	330.000,00	159.774,34	48,42
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	27.500,00	27.500,00	87.257,69	317,30
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(4.662,87)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.760.000,00	1.760.000,00	1.952.862,63	110,96
1.4.1- IRRF	1.760.000,00	1.760.000,00	1.952.862,63	110,96
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	56.687.000,00	56.687.000,00	43.240.601,31	76,28
2.1- Cota-Parte FPM	25.300.000,00	25.300.000,00	18.580.593,40	73,44
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	25.300.000,00	25.300.000,00	17.851.368,86	70,56
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	729.224,54	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	25.300.000,00	25.300.000,00	19.457.019,45	76,91
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	110.000,00	110.000,00	78.793,80	71,63
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	390.000,00	390.000,00	275.073,29	70,53
2.5- Cota-Parte ITR	87.000,00	87.000,00	231.417,71	266,00
2.6- Cota-Parte IPVA	5.500.000,00	5.500.000,00	4.617.703,66	83,96
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	72.176.100,00	72.176.100,00	57.175.778,30	79,22
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	3.731.304,68	3.731.304,68	3.068.217,39	82,23
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.310.000,00	2.310.000,00	2.074.206,47	89,79
5.2- Transferências Diretas - PDDE	8.800,00	8.800,00	1.230,00	13,98
5.3- Transferências Diretas - PNAE	998.528,27	998.528,27	662.720,00	66,37
5.4- Transferências Diretas - PNATE	385.000,00	385.000,00	250.601,68	65,09
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	28.976,41	28.976,41	79.459,24	274,22
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.239.985,23	3.239.985,23	2.163.884,42	66,79
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	6.971.289,91	6.971.289,91	5.232.101,81	75,05

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	11.337.400,00	11.337.400,00	8.502.273,14	74,99
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	5.060.000,00	5.060.000,00	3.570.273,49	70,56
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	5.060.000,00	5.060.000,00	3.891.403,00	76,91
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	22.000,00	22.000,00	15.758,71	71,63
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	78.000,00	78.000,00	55.014,70	70,53
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	17.400,00	17.400,00	46.283,40	266,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	1.100.000,00	1.100.000,00	923.539,84	83,96
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	23.694.000,00	23.694.000,00	21.090.564,36	89,01
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	23.650.000,00	23.650.000,00	21.015.207,84	88,86
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	44.000,00	44.000,00	75.356,52	171,26
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	12.312.600,00	12.312.600,00	12.512.934,70	101,63
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	19.200.500,00	20.360.167,86	17.102.390,35	84,00	17.102.390,35	84,00
13.1- Com Educação Infantil	6.170.000,00	6.170.000,00	5.985.400,69	97,01	5.985.400,69	97,01
13.2- Com Ensino Fundamental	13.030.500,00	14.190.167,86	11.116.989,66	78,34	11.116.989,66	78,34
14- OUTRAS DESPESAS	4.493.500,00	4.774.314,94	4.080.435,68	85,47	4.080.435,68	85,47
14.1- Com Educação Infantil	1.505.500,00	1.505.500,00	1.223.843,43	81,29	1.223.843,43	81,29
14.2- Com Ensino Fundamental	2.988.000,00	3.268.814,94	2.856.592,25	87,39	2.856.592,25	87,39
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	23.694.000,00	25.134.482,80	21.182.826,03	84,28	21.182.826,03	84,28
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						21.182.826,03
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						81,09
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						19,35
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-0,44
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016*						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	18.044.025,00	18.044.025,00	14.293.944,58	79,22		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	9.765.535,00	10.099.368,43	8.891.477,98	88,04	8.618.985,20	85,34
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	22.734.373,00	24.166.442,34	19.786.315,24	81,88	18.816.293,26	77,86
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	16.018.500,00	17.458.982,80	13.973.581,91	80,04	13.973.581,91	80,04
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.715.873,00	6.707.459,54	5.812.733,33	86,66	4.842.711,35	72,20
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	340.000,00	332.303,89	190.182,14	57,23	186.320,84	56,07
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	84.700,00	49.700,00	18.204,06	36,63	17.989,79	36,20
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	32.924.608,00	34.647.814,66	28.886.179,42	83,37	27.639.589,09	79,77
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						12.512.934,70
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						75.356,52
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						240.622,65
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						12.828.913,87
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						14.606.364,59
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						25,55
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.326.500,00	2.816.885,53	2.356.002,37	83,64	1.967.211,15	69,84
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.331.412,91	5.868.814,98	4.063.952,17	69,25	2.347.118,34	39,99
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	5.657.912,91	8.685.700,51	6.419.954,54	73,91	4.314.329,49	49,67
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	38.582.520,91	43.333.515,17	35.306.133,96	81,48	31.953.918,58	73,74

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	70.544,58	240.622,65
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	70.544,58	240.622,65
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	25.544,50	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	21.015.207,84	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	20.882.527,98	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	20.853.910,75	0,00
49.2 Restos a Pagar	28.617,23	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	75.356,52	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	233.580,88	0,00

CANOINHAS, 29/11/2016

DIOGO CARLOS SEIDEL
Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO
Supervisor Sec.de Adm., Fin. e Orçamento

VANESSA LANGER
Contadora - CRC SC 028524/O-0

TAYNÁ MACHADO
Controle Interno CRC/SC-037083/O-3

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/MÊS OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	320.000,00	289.052,40	30.947,60
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	320.000,00	289.052,40	30.947,60
TOTAL	320.000,00	289.052,40	30.947,60

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	464.597,64	305.726,91	117.582,56	117.582,56	0,00	421.593,70	347.015,08
Investimentos	464.597,64	305.726,91	117.582,56	117.582,56	0,00	421.593,70	347.015,08
TOTAL	464.597,64	305.726,91	117.582,56	117.582,56	0,00	421.593,70	347.015,08

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	17.124,73	-250.123,86	-232.999,13

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)							
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU			15.489.100,00	13.523.215,46	87,31		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI			3.850.000,00	4.176.122,71	108,47		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS			1.540.000,00	885.061,05	57,47		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF			6.600.000,00	5.143.869,19	77,94		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos			1.760.000,00	1.952.862,63	110,96		
			61.600,00	82.152,28	133,36		
Divida Ativa dos Impostos			1.430.000,00	688.673,74	48,86		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa			247.500,00	584.483,86	236,16		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)							
Cota-Parte FPM			56.687.000,00	42.501.296,81	74,98		
Cota-Parte ITR			25.300.000,00	17.851.368,86	70,56		
Cota-Parte IPVA			87.000,00	231.417,71	266,00		
Cota-Parte ICMS			5.500.000,00	4.617.703,66	83,96		
Cota-Parte IPHExportação			25.300.000,00	19.457.019,45	76,91		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			390.000,00	275.073,29	70,53		
Desoneração ICMS (LC 87/96)			110.000,00	68.713,84	62,47		
Outras			110.000,00	78.793,80	71,63		
			0,00	-10.079,96			
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		72.176.100,00	72.176.100,00	56.024.512,27	77,62		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS							
Provenientes da União		18.182.046,36	18.182.046,36	12.080.179,21	66,44		
Provenientes dos Estados		14.949.020,04	14.949.020,04	10.981.119,21	73,52		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		3.233.026,32	3.233.026,32	1.089.060,00	33,69		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00		
		310.500,00	310.500,00	275.204,81	88,63		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		18.492.546,36	18.492.546,36	12.355.384,02	66,81		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES		32.366.823,94	36.095.590,49	29.478.352,66	81,67	25.058.977,40	69,42
Pessoal e Encargos Sociais		12.334.995,06	12.936.592,39	9.741.754,86	75,30	9.741.754,84	75,30
Outras Despesas Correntes		20.031.828,88	23.158.998,10	19.736.597,80	85,22	15.317.222,56	66,14
DESPESAS DE CAPITAL		1.710.203,42	1.832.740,33	456.865,34	24,93	456.335,27	24,90
Investimentos		1.710.203,42	1.832.740,33	456.865,34	24,93	456.335,27	24,90

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/g)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/h)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	1.710.203,42	1.832.740,33	456.865,34	24,93	456.335,27	24,90
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	1.710.203,42	1.832.740,33	456.865,34	24,93	456.335,27	24,90
	34.077.027,36	37.928.330,82	29.895.218,00	78,93	25.515.312,67	67,27
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/iV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/iV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	18.645.546,36	19.929.814,09	14.770.690,60	49,34	11.233.681,65	44,03
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	18.497.046,36	19.755.775,97	14.639.453,66	48,90	11.105.064,51	43,54
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	148.500,00	174.038,12	131.236,94	0,44	124.597,14	0,49
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA*	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADAS A RESTOS A PAGAR CANCELADOS*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	18.645.546,36	19.929.814,09	14.770.690,60	49,34	11.233.681,65	44,03
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	15.431.461,00	17.998.516,73	15.164.527,40	50,86	14.281.651,02	55,97
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / VII x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						25,49
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (M(i) - (15 x IIIb)/100) 6						5.877.974,18

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE			
Inscritos em 2015	2.147.507,16	177.612,34	575.439,00	1.572.068,16	0,00			
Inscritos em 2014	7.129,25	7.129,25	3.451,72	3.677,53	0,00			
Inscritos em 2013	182,22	182,22	122,55	59,67	0,00			
TOTAL	2.154.818,63	184.923,81	579.013,27	1.575.805,36	0,00			
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00			0,00			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00			0,00			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00			0,00			
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
	LIMITE NÃO CUMPRIDO							
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
	-	-			-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
Atenção Básica	10.119.690,06	10.482.426,56	7.437.360,83	24,83	7.172.650,62	28,10		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	21.279.915,98	24.538.540,99	20.662.405,96	68,99	16.618.349,36	65,10		
Suporte Profilático e Terapêutico	1.304.571,32	1.313.113,34	946.808,78	3,16	872.604,99	3,42		
Vigilância Sanitária	634.025,00	665.956,57	349.243,78	1,17	341.182,38	1,34		
Vigilância Epidemiológica	738.825,00	940.911,64	552.016,93	1,84	520.957,10	2,04		
TOTAL	34.077.027,36	37.940.949,10	29.947.836,28	100,00	25.525.744,45	100,00		

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] \cdot (15 \times IIIb)/100$

CANOINHAS, 29/11/2016

LUIS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO Supervisor Sec.de Adm., Fin. e Orçamento	DIOGO CARLOS SEIDEL Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento	VANESSA LANGER Contadora - CRC SC 028524
---	--	---

TAYNÁ MACHADO
Controlador Interno CRC-037083/O-3

Município de CANOINHAS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		137.017.920,00		
Previsão Atualizada		137.017.920,00		
Receitas Realizadas		99.480.819,24		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		8.374.532,28		
DESPESAS				
Dotação Inicial		137.017.920,00		
Créditos Adicionais		18.862.104,12		
Dotação Atualizada		155.880.024,12		
Despesas Empenhadas		119.890.261,17		
Despesas Liquidadas		101.207.603,27		
Despesas pagas		98.227.890,32		
Superávit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		119.890.261,17		
Despesas Liquidadas		101.207.603,27		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		115.696.746,24		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		2.300.000,00	11.002.141,43	478,35
Resultado Primário		-2.604.432,94	-3.029.690,78	116,33
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	9.721.738,89	1.757.316,81	7.208.762,23	755.659,85
EXECUTIVO	8.953.182,89	1.474.107,43	6.991.006,43	488.069,03
LEGISLATIVO	49.098,10	7.728,10	41.370,00	0,00
EXECUTIVO	719.457,90	275.481,28	176.385,80	267.590,82
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.557.635,99	34.982,23	2.462.815,36	59.838,40
EXECUTIVO	2.557.635,99	34.982,23	2.462.815,36	59.838,40
TOTAL:	12.279.374,88	1.792.299,04	9.671.577,59	815.498,25
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		14.606.364,59	25%	25,55
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		17.102.390,35	60%	81,09
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		1.490.830,22	5.902.169,78	
Despesa de Capital Líquida		11.772.315,24	21.719.691,97	

Continua 1/2

Município de CANOINHAS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA					2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)					0,00
Despesas Previdenciárias (V)					0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)					0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					30.947,60
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					347.015,08
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		% Aplicado até o Bimestre	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício			
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	14.281.651,02	15,00			25,49
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)					0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CANOINHAS, 29/11/2016

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO	DIOGO CARLOS SEIDEL	VANESSA LANGER
Supervisor Sec.de Adm., Fin. e Orçamento	Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento	Contadora - CRC SC 028524/O-0

TAYNÁ MACHADO

Controle Interno CRC/SC-037083/O-3

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2016 CONCORRÊNCIA 001/2015 (REPUBLICAÇÃO) - EXTRATO DE EDITAL**

CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS/SC

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2016

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2016 - REPUBLICAÇÃO

A Câmara de Vereadores de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.528.620/0001-25, sito à Rua 03 de Maio, 150, Centro, fará realizar no dia 06/01/2017, às 10h00min, licitação para execução das obras relativas à construção da nova sede da Câmara de Vereadores de Canoinhas, a ser edificada em terreno situado na Rua Almeida Cardoso, s/nº, Centro, na cidade de Canoinhas/SC, com demolição dos barracões que hoje ocupam o terreno, destinação adequada dos entulhos e resíduos da demolição e fornecimento da mão de obra, materiais e equipamentos necessários à implantação de todos os elementos definidos em conformidade com os projetos arquitetônico e complementares disponíveis, com área total de 1.733,80m². Recebimento de propostas até as 09h30min do dia 06/01/2017. Informações pelo e-mail licitacao.cmvc@gmail.com. Cópia do edital disponível no site www.canoinhas.sc.leg.br, no link Licitações.

Célio Galeski - Presidente

Capinzal

PREFEITURA

CONTRATO 0211/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 0211/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada: TOP LAR SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA - ME
Valor: 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais)
Vigência: 29/11/2016 a 31/12/2016
Licitação: Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº 0028/2016
Processo Licitatório: 0107/2016
Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar a instalação e remoção da iluminação do Natal do ano de 2016.

Capinzal, 29 de novembro de 2016.

Decreto 147/2016

DECRETO Nº147, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

Aprova remembramento de área na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Complementar nº 140, de 1º de junho de 2011, que dispõe sobre o Código de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Capinzal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o remembramento de área das matrículas a seguir relacionadas em que é requerente a proprietário Moraes Serviços de Montagens Industrial Ltda ME, inscrita no CNPJ sob nº 17.883.285/0001-59:

I – Terreno urbano com área de 375,00 m² (trezentos e setenta e cinco metros quadrados), situado na Rua Projetada nº 27, atual Rua Curió, lote nº 12, quadra nº 486, nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula nº 22.779, livro nº 2BP, folha 032;

II – Terreno urbano com área de 375,00 m² (trezentos e setenta e cinco metros quadrados), situado na Rua Projetada nº 27, atual Rua Curió, lote nº 14, quadra nº 486, nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula nº 22.781, livro nº 2BP, folha 034;

Art. 2º Os imóveis citados no caput do art. 1º, ficam remembrados nos termos da Planta Topográfica, Memorial Descritivo e demais documentos anexos, que fazem parte integrante do presente Decreto, mantidos os ônus eventualmente existentes e/ou constantes nas certidões representadas, na forma a seguir especificada:

I - Área do Terreno Matrícula nº 22.779.
.... 375,00 m²;

II - Área do Terreno Matrícula nº 22.781.
.... 375,00 m²;

III - A área remembrada – Lote nº 12 Quadra nº 486
..... 750,00 m².

Art. 4º Toda a área remembrada, após a publicação do presente Decreto, será computada no Cadastro de Contribuintes do Município e o recolhimento de tributos, será de inteira responsabilidade

do proprietário, enquanto não se proceder a baixa e a transferência em nome do comprador, mediante a apresentação da Escritura Pública, mantidos os ônus que eventualmente incidirem a área remembrada.

Art. 5º Dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar desta data, o requerente/proprietário, pela via legal, submeterá o remembramento das áreas para registro na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, na forma da legislação vigente.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal – SC, 29 de novembro de 2016.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário Interino de Administração e Finanças

TERMO ADITIVO 005.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: Termo Aditivo TA 005/2016 - Contrato 0107/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada: CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA
Valor: 0,00
Vigência: 28/11/2016 a 28/02/2017
Licitação: Concorrência para Obras e Serviços Engenharia Nº 0002/2014
Processo Licitatório: 0041/2014
Objeto: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 28/02/2017, conforme solicitação da secretaria responsável e demais documentação em anexo.

Capinzal, 28 de novembro de 2016.

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 190/2016

DECRETO MUNICIPAL N.º 190/2016, de 29 de novembro de 2016.

“Autoriza abertura de credito adicional suplementar por provável excesso de arrecadação no orçamento programa 2016 do município e dá outras e dá providências”.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Autorizativa Municipal n.º 1.393 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar por provável excesso de arrecadação na Entidade 01 – Município de Caxambu do Sul no valor total de R\$- 51.609,22 (cinquenta e um mil, seiscentos e nove reais e vinte dois centavos) a ser distribuídos na seguinte dotação orçamentária:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.	9
Unidade	Departamento de Serviços Urbanos	1
Função	Urbanismo	15
Sub-função	Serviços Urbanos	452
Programa	SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS.	12
Atividade	Manutenção Geral dos Serviços Urbanos.	2.024
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(111)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.17 - Contribuição Custeio Serv. Iluminação Pública – COSIP.
Valor Total R\$:		51.609,22

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do provável excesso de arrecadação para o Exercício Financeiro de 2016 na destinação de Recursos DR nº 01.17 – Contribuição Custeio Serv. Iluminação Pública - COSIP no mesmo valor de R\$-51.609,22 (cinquenta e um mil seiscentos e nove reais e vinte dois centavos).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, em 29 de Novembro de 2016.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 191/2016

DECRETO Nº 191/2016

“Nomeia os novos membros do conselho municipal de saúde e dá outras providências”.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 3º da Lei Municipal nº 1.105/2007.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os novos membros para compor o Conselho Municipal de Saúde de acordo com o artigo 3º da Lei Municipal n. 1.105/2007 conforme segue:

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento:

Lenoir Artur Rolin de Moura-Titular

Saiane Burtet do Amaral - Suplente

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Ironi Ceccon – Titular

Camila Bellei – Suplente

II – REPRESENTANTES DOS PRESTADORES

Lediane Tomasi Correa – Titular
Silvete Maria Menoncin Anziliero – Suplente

III – REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DE SAÚDE

Siumara Giacomelli Mucelini – Titular
Ana Paula Magnan de Oliveira - Suplente

Rafael Rossetto – Titular
Nilce T. B. Konszikovki – suplente

Junior Leal – Titular
Ana Carmelinda R. Santin – Suplente

IV - REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS

Representantes Pastoral da Saúde

Elisandra Lucatelli Santin -Titular
Cildo Inácio Rockembach -Suplente

Representantes Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Osvaldo Huntmann - Titular
Lenair Soliman Ziliotto - Suplente

Representante do Movimento das Mulheres Camponesas

Terezinha Miotto Mucelini - Titular
Marilei Taffarel - Suplente

Representantes Associações Comercial e Industrial

Vera Lúcia P. Pedra Hume - Titular
Mônica Segatto Scalcon – Suplente

Representantes Associações de Pais e Professores

Ana Paula Tomasi - Titular
Gicela de Fátima Gilioli Martiori - Suplente

Representantes dos Grupos de Idosos

Inês Dutra - Titular
Sueli Moreto –Suplente

Art. 2º - Os membros do Conselho Municipal de Saúde, nomeados por este Decreto exercerão suas atividades em caráter relevante, sem ônus para os cofres públicos municipais, não gerando direito a qualquer vencimento e demais obrigações sociais e trabalhistas.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 02/2016.

Caxambu do Sul – SC, em 29 de Novembro de 2016.
ACIR LOURENÇO ROSSETTO
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.393/2016

LEI N.º 1.393, de 29 de Novembro de 2016.

“Dispõe sobre autorização para suplementação de dotação orçamentária por provável excesso de arrecadação no orçamento programa 2016 do município e dá outras e dá providências”.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; Faz Saber, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar por provável excesso de arrecadação na Entidade 01 – Município de Caxambu do Sul no valor total de R\$- 51.609,22 (cinquenta e um mil, seiscentos e nove reais e vinte dois centavos) a ser distribuídos na seguinte dotação orçamentária:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.		9
Unidade	Departamento de Serviços Urbanos		1
Função	Urbanismo		15
Sub-função	Serviços Urbanos		452
Programa	SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS.		12
Atividade	Manutenção Geral dos Serviços Urbanos.		2.024
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(111)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.17 - Contribuição Custeio Serv. Iluminação Pública – COSIP.	51.609,22
Valor Total R\$:			51.609,22

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do provável excesso de arrecadação para o Exercício Financeiro de 2016 na destinação de Recursos DR nº 01.17 – Contribuição Custeio Serv. Iluminação Pública - COSIP no mesmo valor de R\$-51.609,22 (cinquenta e um mil seiscentos e nove reais e vinte dois centavos).

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, em 29 de Novembro de 2016.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 108, DE 30.11.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 108, DE 30.11.2016

Abre crédito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, §2º, I, da Lei nº 0650, de 22.12.2015,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 101 (receita de impostos e transferência de impostos - saúde) no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do orçamento vigente:

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Atenção Básica
09 – Saúde para Todos
101 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2021 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de novembro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 109, DE 30.11.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 109, DE 30.11.2016

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, V, da Lei nº 0650, de 22.12.2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Atenção Básica
09 – Saúde para Todos
101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos.
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2021 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde

..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Atenção Básica
09 – Saúde para Todos
101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos.
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2021 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
..... R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de novembro de 2016.

José Bráulio Inácio

Prefeito Municipal

Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº. 33.351, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 33.351, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

Decreta Luto Oficial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o terrível acidente aéreo ocorrido com a Delegação da Associação Chapecoense de Futebol em viagem até a cidade de Medellín na Colômbia, que vitimou alguns de seus integrantes, sendo eles atletas, dirigentes, imprensa e convidados;

COSIDERANDO a comoção pública vivida na cidade de Chapecó pelo ocorrido,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado Luto Oficial de 30 (trinta) dias, no âmbito do Município de Chapecó em virtude do passamento de integrantes da delegação da Associação Chapecoense de Futebol, sendo eles atletas, dirigentes, imprensa e convidados.

Art. 2º. Ficam suspensas por 30 (trinta) dias todas as comemorações e festividades realizadas pelo Município de Chapecó.

Art. 3º. Ficam suspensas as aulas na Rede Municipal de Ensino de Chapecó pelo período de 02 (dois) dias, a contar do período vespertino do dia 29 de novembro de 2016.

Art. 4º. Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, nos dias 29 e 30 de novembro de 2016, excetuando-se os serviços considerados essenciais.

§ 1º. Não será facultado o ponto para os servidores públicos municipais que fazem parte dos serviços da Central de Resgate Social, do Abrigo Municipal, da Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência, do Aeroporto Municipal Serafin Enoss Bertaso, do Terminal Rodoviário de Passageiros Raul Ires Pigatto Bartolamei, do Centro de Informações Turísticas, aos Agentes Municipais de Trânsito, aos Guardas Municipais, aos serviços de Vigilância, aos servidores que atuam no Terminal Urbano João Destri, aos servidores públicos municipais que atuam no Centro de Convivência do Idoso CL Aurino Mantovani e no Albergue João Piltz e aos servidores que atuam no Serviço de Atenção Móvel de Urgência - SAMU.

§ 2º. Não será facultado o ponto aos servidores públicos municipais que atuam na Secretaria de Saúde.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 29 de novembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 29 de novembro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 027/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 027/2016

Abre inscrições de Processo Seletivo Simplificado destinado ao preenchimento de vagas em caráter temporário para atuação na Educação Indígena da Rede Municipal no ano letivo de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON, Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Educação, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que estão abertas no período de 30 de novembro de 2016 a 06 de janeiro de 2017, em dias úteis, conforme subitem 2.1, as inscrições relativas ao presente Processo Seletivo Simplificado destinado ao preenchimento de vagas em caráter temporário, sob o regime da Lei Complementar nº 433, de 28 de fevereiro de 2011, para atuação na Educação Indígena da Rede Municipal no ano letivo de 2016.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado será regido por este Edital e operacionalizado, em todas as suas fases, por Comissão especialmente designada pela Administração Municipal.

1.1.1 A autenticação por funcionário do Município a que se refere este Edital consiste no ato de "conferência com o original" e será prestada pelos servidores públicos designados para tal fim, exclusivamente durante o expediente da Secretaria de Educação do Município, situada na Rua Jonas Rauen, nº 53 E, Centro, Chapecó/SC, no horário das 13:00h às 19:00h, no período de 30 de novembro de 2016 a 06 de janeiro de 2017, em dias úteis.

1.1.1.1 Observado o disposto em subitem 3.1, a referida autenticação poderá ser requerida junto ao Município pelo próprio candidato ou terceiro, independente de procuração. Em ambos os casos, imperioso apresentar as fotocópias a autenticar e respectivos originais a fim de propiciar a conferência pelos servidores municipais.

1.2 O Processo Seletivo Simplificado constitui-se de Provas e Títulos, sendo válido para o ano letivo de 2017.

1.3 Os candidatos aprovados e classificados, nos termos deste Edital, estarão sujeitos às normas da Lei Complementar n. 433/2011, Lei Complementar n. 130/2001 e Lei Complementar n. 132/2001.

1.4 O presente Edital de Abertura será publicado no mural da Secretaria de Educação e no Órgão Oficial de Publicação do Município, via Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/), bem como, em caráter meramente informativo, no endereço eletrônico www.chapeco.sc.gov.br. As demais publicações deverão ser acompanhadas pelos candidatos no referido endereço eletrônico quando não disponibilizadas exclusivamente no mural da Secretaria de Educação, nos termos deste Edital.

2. DO LOCAL E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES

2.1 Respeitado o expediente, as inscrições serão realizadas no período de 30 de novembro de 2016 a 06 de janeiro de 2017, em dias úteis, no horário das 13:00h às 19:00h, tendo como local a Secretaria de Educação do Município, situada na Rua Jonas Rauhen 53-E, Centro, Chapeco, Santa Catarina, ficando o candidato isento do pagamento de taxa de inscrição.

3. DOS REQUISITOS PARA REALIZAÇÃO e VALIDADE DA INSCRIÇÃO

3.1 Para inscrever-se, o candidato ou seu procurador devidamente constituído (instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante), deverá apresentar os seguintes documentos:

- Carteira de Identidade, CPF e Título de Eleitor;
- Declaração de candidato Indígena, na forma do Anexo V deste Edital, emitida pela sua liderança indígena/cacique;
- Declaração de residência emitida pela FUNAI e liderança indígena/cacique, na forma do Anexo VI deste Edital (somente para os candidatos que residem na Terra Indígena/Aldeia). O candidato que não residir na Terra Indígena/Aldeia deverá apresentar apenas comprovante de residência cuja data de expedição não seja superior a 60 dias (contados da data de publicação do presente Edital). Estando o comprovante de residência em nome de terceiro, deverá apresentar declaração simples do titular da conta informando que o candidato reside em seu imóvel;
- Documentação comprobatória da habilitação exigida, nos termos do item 8 deste Edital;
- Documentação comprobatória da titulação, nos termos do item 5 deste Edital;
- Laudo Médico (original ou cópia legível e autenticada por funcionário designado pelo Município ou cópia autenticada em cartório) cuja data de expedição não seja superior a 90 dias (contados da data de publicação do presente Edital), nos termos do subitem 11.2.1, em se tratando de candidato com deficiência. Quando, além do direito à reserva de vaga, o candidato necessite de condição especial, o referido Laudo deverá ser emitido por especialista da área de sua deficiência, atestando a respectiva necessidade/condição, nos termos do subitem 11.2.2 do presente Edital.
- Instrumento de Procuração, quando necessário;
- Declaração de sua liderança indígena/cacique ou da FUNAI quanto à sua proficiência na respectiva língua (somente para os candidatos bilíngues);

Parágrafo único. A inscrição no presente Processo Seletivo Simplificado implica, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital.

3.2 DA VALIDADE DA INSCRIÇÃO

3.2.1 Ao candidato será facultado participar deste Processo Seletivo Simplificado mediante inscrição em apenas uma área de atuação/disciplina, nos termos deste Edital.

3.2.2 A inscrição somente será validada com a comprovação dos requisitos exigidos em item 3, mediante apresentação da correspondente documentação, na forma e prazo previstos neste Edital.

3.2.2.1 Quando não houver disposição em contrário, o candidato deverá apresentar cópia simples dos documentos relacionados em subitem 3.1 (com exceção das alíneas "b", "c", "g" e "h") acompanhados dos respectivos originais, para fins de conferência e autenticação por funcionário do Município designado para tal fim (subitem 1.1.1), sob pena de não validação da inscrição.

3.2.2.2 Os documentos apresentados que não estejam em conformidade com o exigido poderão ser recusados, observados os termos deste Edital.

4. DA PROVA OBJETIVA

4.1 A Prova Objetiva será calculada de acordo com a tabela abaixo:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	TOTAL DE PONTOS (NOTA)
Língua Portuguesa	05	0,20	1,00
Matemática	05	0,20	1,00
Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos	10	0,20	2,00
TOTAL	25	-	5,00

4.1.1 Todas as questões que compõem a Prova Objetiva serão elaboradas em conformidade com o Anexo I (Conteúdo Programático) deste Edital.

4.2 Os candidatos inscritos realizarão a Prova Objetiva no dia 20 de janeiro de 2017, no horário das 13:45h às 17:45h, tendo como local o Auditório da Secretaria de Educação do Município.

4.3 A Prova Objetiva será elaborada, aplicada e corrigida pela Secretaria de Educação, por intermédio da Comissão designada para o presente Processo Seletivo Simplificado, nos termos do subitem 1.1 deste Edital.

4.4 As provas serão arquivadas na Secretaria de Educação do Município juntamente com as demais documentações do Processo Seletivo Simplificado.

4.5 A Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será constituída de 25 (vinte e cinco) questões objetivas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas cada (A, B, C e D), sendo somente uma alternativa correta em cada questão.

4.6 Todos os candidatos serão considerados aprovados neste Processo Seletivo Simplificado desde que não obtenham nota 0,00 (zero) na Prova Objetiva.

4.7 Conforme o disposto em tabela do subitem 4.1, será atribuída nota de 0,00 (zero) a 5,0 (cinco) para a Prova Objetiva.

4.8 No dia da realização da Prova Objetiva, os candidatos deverão apresentar-se no local 30 (trinta) minutos antes do horário marcado para o seu início, munidos do comprovante de inscrição, documento original de identificação com o qual se inscreveu e caneta esferográfica azul

ou preta.

4.9 O candidato deverá assinalar as questões na grade do cartão resposta, o qual não poderá conter rasuras nem emendas e deverá ser assinado pelo candidato. Às questões rasuradas, emendadas ou com marcação em duplicidade será atribuída pontuação equivalente a 0,00 (zero).

4.10 Em caso de anulação de questões da Prova Objetiva, estas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos presentes.

4.11 A aplicação da prova será efetuada e fiscalizada pela Comissão designada nos termos dos subitens 1.1 e 4.3, sendo vedado o ingresso de pessoas estranhas ao Processo Seletivo Simplificado no local da prova.

4.12 O candidato terá o prazo de 04 (quatro) horas para realização da prova, ressalvados os casos de solicitação de tempo adicional devidamente deferidos, nos termos deste Edital.

4.13 Serão exigidas as alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 6.583, de 29 de setembro de 2008 (Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa).

4.14 O Gabarito Oficial será divulgado juntamente com a Classificação Preliminar, no dia 27 de janeiro de 2017.

5. DA PROVA DE TÍTULOS

5.1 A Prova de Títulos, de caráter classificatório, será composta por Cursos de aperfeiçoamento/capacitação/atualização e cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado, conforme os seguintes critérios:

TÍTULOS	REQUISITOS	PONTUAÇÃO
1. CURSOS	Cursos de aperfeiçoamento/ capacitação/atualização relacionados diretamente à área da Educação com data de início da realização do evento dentro dos últimos 03 (três) anos, contados da data de encerramento do período de inscrição (06/01/2014 a 06/01/2017).	Cada 10 horas receberá a pontuação de 0,10 pontos, até o limite de 50 horas, num total de 0,50 ponto. Ou seja: 0,10 ponto para cada 10 horas – totalizando o máximo de 0,50 ponto.
2. Pós-graduação em nível de: -Especialização - Mestrado - Doutorado	Pós-graduação concluída e relacionada com a área da Educação em geral.	*Especialização: 0,5 ponto *Mestrado : 0,75 ponto *Doutorado: 1,25 ponto

* Graduação em nível superior, bem como qualquer outro grau de formação (e.g., Ensino Médio e Magistério em Nível Médio) relativos à habilitação exigida por este Edital, excetuada a Pós-Graduação em nível de Especialização, consideram-se pré-requisitos dos respectivos cargos, não sendo contabilizados na pontuação de títulos do candidato.

* Caso o(a) candidato(a) seja detentor(a) de formação múltipla (pós graduação), será considerado apenas um título para cada nível (Especialização, Mestrado e Doutorado).

* Eventuais horas cursadas em formação de nível superior e/ou graduação/formação excedente já concluída, ainda que na área da Educação, também não pontuam.

* Títulos sem conteúdo especificado não serão pontuados, caso não se possa aferir a relação com a área da Educação, nos termos editalícios.

* Cursos sem carga horária definida, sem registro, não concluídos, ou títulos que não apresentarem o período de realização do evento não serão pontuados.

*Para fins de comprovação dos itens 1 e 2 desta Grade não serão aceitos declarações ou atestados de frequência.

Os certificados ou diplomas de conclusão de cursos de Pós-Graduação em nível de Especialização, Mestrado e Doutorado deverão ser expedidos por Instituição Oficial, respeitada a legislação em vigor.

* Para fins de pontuação na Prova de Títulos, serão aceitos Declarações ou Atestados de Conclusão de Curso de Pós-graduação (Especialização, Mestrado ou Doutorado) desde que acompanhados do correspondente Histórico, respeitadas as demais disposições editalícias correlatas, ou seja, estes não serão aceitos/pontuados (item 2) quando o candidato estiver em fase de elaboração/apresentação/defesa do Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia/Dissertação/Tese porque ausente o requisito de conclusão do Curso de Pós-graduação exigido neste Edital.

Não serão pontuados títulos relativos a quaisquer serviços prestados, remunerados ou não, inclusive tempo de serviço público ou privado, estágios, monitorias, bolsas ou projetos ou ainda participação em cursos/eventos como painelistas, organizador ou palestrante.

A soma total dos títulos não poderá ultrapassar 3,0 (três) pontos.

Os pontos serão contados apenas para efeito de CLASSIFICAÇÃO.

5.2 Os candidatos deverão apresentar original e cópia simples, para fins de conferência e autenticação, de todos os documentos com os quais pretendem comprovar a titulação no momento da realização da inscrição, ou seja, respeitado o expediente, no período de 30 de novembro de 2016 a 06 de janeiro de 2017, em dias úteis, no horário das 13:00h às 19:00h, na Secretaria de Educação, conforme subitens 2.1 e 3.1, alínea "e" deste Edital.

5.3 A análise da titulação será realizada pela Comissão designada, nos termos deste Edital, sendo notificada a pontuação de cada candidato no dia 27 de janeiro de 2017, por ocasião da divulgação da Classificação Preliminar.

5.4 Não serão permitidos acréscimos ou substituições de documentos em data posterior, devendo-se respeitar, portanto, o prazo estabelecido no subitem 5.2, bem como o disposto ao final do subitem 10.1 deste Edital.

5.5 Os títulos obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei, e se redigidos em língua estrangeira devem estar acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.

5.6 O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, entre outros) deverá anexar cópia simples do documento de identidade, bem como do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

5.7 A apresentação de títulos é de iniciativa do candidato e esses poderão ser validados ou recusados conforme especificação no presente Edital.

6. DA BANCA AVALIATIVA

6.1 Os candidatos devidamente inscritos passarão por Banca Avaliativa, de caráter classificatório, que será realizada por Comissão designada para esse fim, no dia 24 de janeiro de 2017, às 14:00h, tendo como local o Auditório da Secretaria de Educação do Município, onde serão avaliados nos seguintes aspectos:

- a) Desenvoltura (0,5 ponto);
- b) Expressão (0,5 ponto);
- c) Domínio da língua (0,5 ponto);
- d) Prática pedagógica (0,5 ponto).

6.1.1 Conforme subitem 7.1 deste Edital, para fins de classificação, aos candidatos submetidos à Banca Avaliativa será atribuída nota de 0,00 (zero) a 2,00 (dois) pontos.

6.1.2 O não comparecimento do candidato implicará a atribuição de pontuação igual a 0,00 (zero) à nota da Banca Avaliativa (NBA).

6.2 A pontuação de cada candidato obtida em Banca Avaliativa será divulgada no dia 27 de janeiro de 2017, por ocasião da divulgação da Classificação Preliminar.

7. DA CLASSIFICAÇÃO

7.1 Observado o disposto em subitem 4.6, os candidatos aprovados serão classificados, por área de atuação/disciplina/habilitação exigida (habilitado/não habilitado), obedecendo à ordem decrescente da Nota Final, considerando-se a somatória entre a nota obtida na Prova Objetiva, a pontuação da Prova de Títulos e a nota obtida em Banca Avaliativa, ou seja, $NF = NPO + PPT + NBA$, nos termos deste Edital.

7.2 Ocorrendo empate na Nota Final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate:

- a) Maior idade para os candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);
- b) Maior nota na Prova Objetiva;
- c) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos;
- d) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos gerais;
- e) Maior nota obtida em Banca Avaliativa.

7.3 Os candidatos não habilitados, devidamente inscritos na forma prevista neste Edital, concorrerão em lista classificatória própria.

7.4 Entre os candidatos indígenas, terão preferência aqueles que residam na Terra Indígena ou Aldeia em que sediada a Instituição Educativa que oferta Educação Indígena.

7.4.1 A comprovação da residência na Terra Indígena ou Aldeia será feita por declaração emitida pela FUNAI e liderança indígena/cacique (Anexo VI), a ser apresentada na forma prevista em subitem 3.1, alínea "c" deste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO EXIGIDA

8.1 Para inscrição será observada a habilitação específica para o cargo pretendido, conforme a respectiva área de atuação/disciplina, nos termos da tabela a seguir:

	Cargo	Área de Atuação/Disciplina	Habilitação
NÃO HABILITA- DO	Professor	Educação Infantil	Magistério em nível médio com habilitação em Educação Infantil e/ou Séries Iniciais ou Magistério Indígena.
			Ensino Médio com Certidão de Frequência a partir da terceira fase/período/semestre em: a) Curso de Licenciatura de Graduação Plena com habilitação em Educação Infantil e/ou Séries Iniciais; ou b) Licenciatura Intercultural Indígena.
HABILITA- DO	Cargo	Área de Atuação/Disciplina	Habilitação
	Professor	Educação Infantil	Licenciatura de Graduação Plena com habilitação em Educação Infantil ou Licenciatura Intercultural Indígena.
	Professor	Educação Física	Licenciatura de Graduação Plena específica na disciplina de Educação Física ou Licenciatura Intercultural Indígena – Terminalidade das Linguagens/Ênfase Línguas Indígenas.

9. DO RESULTADO

9.1 A Classificação Preliminar será divulgada no mural de publicações da Secretaria de Educação e no endereço eletrônico www.chapeco.sc.gov.br no dia 27 de janeiro de 2017.

9.2 Após a apreciação dos pedidos de reconsideração e/ou revisão de que trata o item 10, a Classificação Final será divulgada no mural de publicações da Secretaria de Educação e no endereço eletrônico www.chapeco.sc.gov.br no dia 01 de fevereiro de 2017.

10. DA RECONSIDERAÇÃO E/OU REVISÃO

10.1 O candidato interessado em protocolar pedido de revisão de sua Nota Final (Classificação Preliminar), deverá fazê-lo, pessoalmente ou mediante procurador devidamente constituído (instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante), no dia 30 de janeiro de 2017, mediante entrega de Requerimento (Anexo II) no setor de Recursos Humanos da Secretaria de Educação, no horário de expediente, das 13:00h às 19:00h, não sendo permitida a inclusão de nova documentação.

10.1.1 O Formulário de Recurso que se refere o Anexo II deverá ser fundamentado com argumentação lógica e consistente, sob pena de sua desconsideração.

10.2 O resultado do Recurso será divulgado juntamente com a Classificação Final no dia 01 de fevereiro de 2017 (subitem 9.2), ficando o Parecer da Comissão, na íntegra, à disposição do(a) impetrante no Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Educação do Município.

11. DAS VAGAS

11.1 O quadro de vagas, oriundo de levantamento efetuado pela Secretaria de Educação, conforme necessidade do Município, será afixado no local e data da escolha, nos termos deste Edital.

11.2 Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989 e Decreto Federal nº 3.298/99, serão admitidos os candidatos inscritos como portadores de deficiência, selecionados neste Processo Seletivo Simplificado, na proporção de uma vaga para cada vinte candidatos, equivalente a 5% das vagas a serem ofertadas, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, observada sua classificação.

11.2.1 Observado o disposto em subitem 3.1, alínea "f", para concorrer às vagas destinadas aos portadores de deficiência, o candidato deverá assinalar o campo específico no Formulário de Inscrição, bem como apresentar Laudo Médico (original ou cópia legível e autenticada por funcionário designado pelo Município ou cópia autenticada) que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, cuja data de expedição não seja superior a 90 dias (contados da data de publicação do presente Edital), sob pena de perda do direito ao pleito das vagas reservadas.

11.2.2 Quando o candidato com deficiência necessitar de condição especial para a realização da Prova Objetiva também deverá solicitá-la mediante especificação no respectivo Formulário de Inscrição, caso em que o Laudo Médico referido em subitem 11.2.1 deverá ser emitido por especialista da área de sua deficiência que ateste a correspondente necessidade/condição sob pena de seu indeferimento. Em se tratando de pedido de tempo adicional, observar-se-á também a Lei Federal Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e alterações.

11.2.3 As solicitações de condições especiais/recursos especiais/tempo adicional serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade, razoabilidade e legalidade, devendo-se observar o trâmite previsto nesse Edital. A não solicitação ou a solicitação em desacordo com as instruções editalícias acarretam a perda do direito ao preparo da respectiva condição especial, ficando o Município de Chapecó isento de qualquer responsabilidade.

11.2.4 Ao candidato que, nos moldes determinados em subitens anteriores, comprovar deficiência que demande observância de condições especiais será disponibilizado, conforme a necessidade: Prova em Braille; Intérprete de Libras; Ledor devidamente capacitado; Prova com fonte ampliada (14, 16, 18 e 25, à escolha do candidato); Tempo adicional; Folhas brancas e limpas e mesa espaçosa; Papel para rascunho; Mapas gráficos em relevo; Máquina de datilografia comum; Fiscal para preencher o cartão de prova; móvel especial para fazer a prova. Também será permitida a utilização (à custa do candidato e desde que comprovada sua necessidade por Laudo Médico) de Máquina de Perkins; Reglete de mesa; Punção; Cubarítmio; Lupa manual; Luminária ou abajur.

11.2.4.1 A divulgação dos pedidos de condições especiais para realização da Prova Objetiva, bem como de atendimento especial à lactante (subitem 15.10) dar-se-á no mural de publicações da Secretaria de Educação e no endereço eletrônico www.chapeco.sc.gov.br no dia 13 de janeiro de 2017.

11.2.5 Respeitada a ordem classificatória, a exemplo dos demais partícipes, os candidatos portadores de deficiência aprovados neste Processo Seletivo Simplificado, por ocasião da admissão, serão submetidos à Perícia Médica Oficial do Município de Chapecó, a qual avaliará a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo e a deficiência de que o candidato é portador, emitindo Laudo a ser encaminhado à Secretaria de Educação, nos termos deste Edital.

11.2.6 Os candidatos que concorrerem às vagas destinadas aos portadores de deficiência terão seus nomes publicados na lista geral de classificação, bem como em lista de classificação especial.

11.2.7 Inexistindo candidatos portadores de deficiência, as vagas serão preenchidas pelos demais candidatos.

12 . DA ESCOLHA DE VAGAS

12.1 Os candidatos aprovados de acordo com este Edital serão chamados pela ordem de classificação, na área de atuação/disciplina em que inscrito, para escolherem vagas e serem admitidos em caráter temporário, conforme as necessidades do Município.

12.1.1 A chamada dos candidatos não habilitados ocorrerá somente quando esgotadas todas as possibilidades de admissão dos candidatos habilitados aprovados na respectiva área de atuação, nos termos deste Edital.

12.2 A escolha de vagas, processada pela Secretaria de Educação do Município, poderá ser efetuada pelo próprio candidato ou mediante procuração (instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante) com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a escolha (candidato ou procurador).

12.3 O candidato poderá assumir até 40 horas semanais, observado o disposto neste Edital.

12.3.1 O candidato que não completar 40 horas na 1ª chamada poderá fazê-lo durante o ano letivo, nas chamadas subsequentes, respeitadas as demais disposições editalícias.

12.3.2 Os candidatos habilitados poderão concorrer às vagas para regime de trabalho de até 40 horas semanais ou acumular cargos até esse total de horas, respeitadas as vagas publicadas e a classificação obtida, nos termos deste Edital.

12.3.3 Os candidatos não habilitados, devidamente inscritos na forma prevista neste Edital, somente poderão concorrer às respectivas vagas

para regime de trabalho de até 20 horas semanais, ou acumular cargos até esse total de horas, salvo se houver vagas não preenchidas pelos candidatos habilitados, quando seu regime de trabalho poderá atingir o limite de 40 horas semanais. Observar-se-ão, do mesmo modo, as vagas publicadas e a classificação obtida, nos termos deste Edital.

12.4 O servidor inativo do magistério poderá assumir vaga de, no máximo, 20 horas semanais.

12.5 A escolha de vagas ocorrerá no dia 03 de fevereiro de 2017, às 14:00h, nas dependências do Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nes, situado na Rua Assis Brasil, 20D - Centro, Chapecó/SC.

12.6 Considerando-se todas as chamadas, o candidato que não estiver presente e aquele que presente não escolher vaga deverá aguardar término e retorno da lista à sua ordem classificatória.

12.6.1. Não se aplicará o disposto em subitem 12.6 ao candidato presente que não escolher vaga por incompatibilidade de carga horária e/ou turno, desde que apresentado, até o primeiro dia útil subsequente à respectiva chamada, documento comprobatório da referida incompatibilidade.

12.7 Após a realização da 1ª chamada, para as vagas que surgirem, os candidatos serão contatados via e-mail, na sequência do último chamado na 1ª escolha, cabendo a estes aceitar ou não a vaga até o primeiro dia útil subsequente à convocação eletrônica de que se trata.

12.7.1 O chamamento via e-mail de que trata o subitem 12.7 será feito no endereço eletrônico informado na ficha de inscrição ou posteriormente atualizado junto ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Educação. É responsabilidade exclusiva do candidato manter atualizado o referido endereço eletrônico mediante preenchimento, em duas vias, de Formulário próprio (Anexo IV) a ser protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Educação do Município, situada na Rua Jonas Rauen, 53-E, Centro, CHAPECÓ/SC.

12.7.2 Excetuada a primeira chamada, ao candidato que, injustificadamente, não se apresentar na Instituição Educativa até o primeiro dia útil subsequente à aceitação da vaga (subitem 12.7) para assumir as aulas aplicar-se-á o disposto em subitem 12.8, ficando a Secretaria de Educação autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitada a ordem de classificação. Em primeira chamada, por sua vez, o candidato deverá se apresentar na Instituição Educativa no dia assinalado em comprovante de escolha de vagas sob pena de desistência (subitem 12.8) e prosseguimento da chamada, nos termos ora expendidos.

12.8 O candidato que desistir da vaga escolhida poderá ser novamente convocado para assumir vaga na área de atuação/disciplina em que inscrito tão somente quando esgotada a respectiva listagem de professores classificados, nos termos deste Edital.

12.9. A critério da Secretaria de Educação, o candidato que assumir vaga poderá ter seu contrato prorrogado, conforme necessidade da Rede Municipal, podendo não permanecer no mesmo local de trabalho caso a vaga a ser preenchida seja em outra Instituição Educativa.

12.9.1. A alteração do local de trabalho também poderá ocorrer independentemente de prorrogação contratual, conforme necessidade da Rede Municipal, observadas as disposições legais e editalícias correlatas.

12.10 Os candidatos deverão escolher a carga horária conforme quadro apresentado, não sendo permitida fragmentação.

13. DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

13.1 Para admissão, o candidato, de comprovada nacionalidade brasileira, deverá entregar no Setor de RH da Secretaria de Educação cópia dos seguintes documentos, juntamente com o formulário de dados por esta fornecido:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- c) Título de Eleitor;
- d) Quitação Militar;
- e) Certidão da Justiça Eleitoral;
- f) Certidão de Casamento ou escritura pública de convivência (para união estável) ou certidão de nascimento para os solteiros;
- g) Uma foto 3x4 recente;
- h) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- i) Comprovante de Conta Corrente/Conta Cartão na Caixa Econômica Federal (cópia do cartão);
- j) Folha Corrida expedida pelo Poder Judiciário de seu Município (original);
- k) Carteira de Vacinação dos filhos de zero a sete anos de idade, com as vacinas devidamente em dia;
- l) Inscrição do PIS e/ou PASEP;
- m) Documentação comprobatória da respectiva habilitação exigida para o cargo (cópia autenticada em cartório para nível superior);
- n) Laudo Médico expedido pela Medicina de Trabalho do Município, confirmando a capacidade física e mental para o exercício do cargo;
- o) Declaração de bens, se for o caso;
- p) Declaração de dependentes, se for o caso, para fins de abatimento no Imposto de Renda na fonte;
- q) Declaração de que não ocupa outro cargo, emprego ou função pública, exceto os acumuláveis, de acordo com o disposto no artigo 37, inciso XVI, alíneas "a", "b" e "c" da Constituição Federal;
- r) Declaração de não participação em empresa;
- s) Declaração de não penalizado em exercício de função pública;
- t) Cópia da Carteira de Trabalho constando a foto e o verso (dados do trabalhador).
- u) Comprovante de endereço;
- v) Declaração de candidato Indígena, na forma do Anexo V deste Edital, emitida pela sua liderança indígena/cacique;
- w) Declaração de residência emitida pela FUNAI e liderança indígena/cacique, na forma do Anexo VI deste Edital (somente para os candidatos que residem na Terra Indígena/Aldeia). O candidato que não residir na Terra Indígena/Aldeia deverá apresentar apenas comprovante de residência cuja data de expedição não seja superior a 60 dias (contados da data de publicação do presente Edital). Estando o comprovante de residência em nome de terceiro, deverá apresentar declaração simples do titular da conta informando que o candidato reside em seu imóvel;
- x) Declaração de sua liderança indígena/cacique ou da FUNAI quanto à sua proficiência na respectiva língua (somente para os candidatos bilíngues).

13.2 ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da CONTRATAÇÃO, nos termos deste Edital, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos, nos prazos assinalados, tornará sem efeito a aprovação obtida pelo candidato, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

14. CRONOGRAMA

ETAPA	DATA	HORÁRIO/LOCAL
Publicação do Edital de Abertura	30/11/2016	Mural da Secretaria de Educação, no Órgão Oficial de Publicação do Município (www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/) e endereço eletrônico www.chapeco.sc.gov.br .
Realização das Inscrições	30/11/2016 a 06/01/2017*	13:00h às 19:00h, na Secretaria de Educação
Entrega da documentação relativa à Prova de Títulos	30/11/2016 a 06/01/2017*	13:00h às 19:00h, na Secretaria de Educação
Divulgação dos pedidos de condições especiais/lactante	13/01/2017	Mural da Secretaria de Educação e endereço eletrônico www.chapeco.sc.gov.br .
Realização da Prova Objetiva	20/01/2017	13:45h às 17:45h, no Auditório da Secretaria de Educação
Realização da Banca Avaliativa	24/01/2017	Às 14:00h, no Auditório da Secretaria de Educação
Divulgação da Nota Final (NPO + PPT + NBA)/ Divulgação de Gabarito Oficial / Classificação Preliminar	27/01/2017	Mural da Secretaria de Educação e endereço eletrônico www.chapeco.sc.gov.br .
Reconsideração/Revisão da Nota Final (Classificação Preliminar)	30/01/2017	Protocolo em horário de expediente (13:00h às 19:00h), no Setor de RH da Secretaria de Educação
Resultado do Pedido de Reconsideração/Revisão e divulgação da Classificação Final	01/02/2017	Mural da Secretaria de Educação/endereço eletrônico www.chapeco.sc.gov.br .
Escolha de Vagas	03/02/2017	Às 14:00h, no Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nês.

* Em dias úteis, respeitado o expediente.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

15.1 A realização da inscrição, aplicação da Prova Objetiva, apuração da pontuação da Prova de Títulos, análise recursal, classificação e chamada dos candidatos serão processadas pela Secretaria de Educação, nos termos deste Edital.

15.2 Somente serão admitidos professores para as vagas oferecidas pela SEDUC e de acordo com as necessidades do Município.

15.3 O candidato terá direito a remuneração a partir do primeiro dia em que entrar em exercício desde que devidamente habilitado para o cargo e efetivada a sua contratação, respeitadas as disposições editalícias correlatas.

15.3.1. Nos termos deste Edital, a contratação se dará conforme a respectiva habilitação do candidato, observado, igualmente, o disposto em subitem 15.6.

15.4 O candidato chamado para assumir vaga deverá entregar a documentação de que trata o subitem 13.1 deste Edital, na Secretaria de Educação - SEDUC, no momento em que se apresentar ao trabalho, ou seja, no primeiro dia útil subsequente à aceitação da vaga (subitem 12.7 c/c 12.7.2), excetuando-se a primeira chamada, quando deverá fazê-lo no dia assinalado em comprovante de escolha de vagas, sendo permitido prazo maior para entrega do Laudo Médico porque dependente de Cronograma de atendimento da Medicina do Trabalho do Município (SASSM).

15.5 O professor que possuir penalidade de demissão no serviço público municipal de Chapecó nos últimos 05 (cinco) anos será impedido de realizar escolha de vagas no Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital, nos termos da legislação em vigor.

15.6 Os cursos de Pós-graduação em nível de Mestrado e Doutorado servirão para classificação do candidato, via cômputo da respectiva pontuação na Prova de Títulos, não cabendo a este o direito de requerer o correspondente vencimento.

15.7 Somente depois de esgotadas todas as possibilidades cabíveis para que se garanta a ocupação das vagas previstas neste Edital por professor admitido em caráter temporário pertencente à comunidade indígena (índio), as vagas poderão ser ocupadas por professores não indígenas (efetivos ou aprovados em Processo Seletivo Público n. 002/2016), respeitadas as disposições editalícias pertinentes.

15.8 O candidato que, no ato da inscrição ou admissão, prestar declaração falsa e/ou apresentar documentos adulterados ou falsos, terá sua inscrição invalidada/cancelada, anulando todos os atos dela decorrentes.

15.8.1 Observados os termos editalícios correlatos, o candidato que não possua a habilitação exigida para o cargo ao qual esteja concorrendo não poderá assumir a respectiva vaga.

15.9 Durante a vigência do Processo Seletivo Simplificado, o candidato deverá manter seus dados atualizados, comunicando as alterações de endereço e telefone à Secretaria de Educação por meio de correspondência eletrônica para o endereço edu.act@chapeco.sc.gov.br. A atualização de e-mail, por sua vez, deverá observar o disposto em subitem 12.7.1 deste Edital.

15.10 A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova Objetiva poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no Formulário de Inscrição, não havendo compensação do tempo de amamentação em seu favor. A criança deverá estar acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata). Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um(a) fiscal. Na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e um(a) fiscal, sendo vedada a permanência de quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

15.11 Anexos deste Edital: a) ANEXO I – Conteúdo Programático; b) ANEXO II – Formulário para interposição de Recurso da Nota Final (Classificação Preliminar); c) ANEXO III – Procuração; d) ANEXO IV – Formulário de atualização de endereço eletrônico; ANEXO V - Declaração de candidato indígena; ANEXO VI – Declaração de residência.

15.12 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação, respeitada a legislação vigente.

15.13 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 30 de novembro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO I
Conteúdo Programático

Língua Portuguesa – Comum a todos

Compreensão e interpretação de palavra, frase ou texto. Coesão e coerência. Ortografia: uso de x, ch, ss, s, sc, ç. Acentuação gráfica. Fonologia: fonemas, sílabas, encontros consonantais e vocálicos (ditongo, tritongo, hiato). Morfologia: artigo, adjetivo, advérbio, pronome, preposição, substantivo, verbo, conjunção, numeral, interjeição. Sintaxe: concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal. Uso dos porquês.

BIBLIOGRAFIAS RECOMENDADAS:

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília: SEF, 1997.

CUNHA, Celso E.; CINTRA, L. F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FARACO, Carlos E.; MOURA, Francisco. Língua e Literatura. São Paulo: Ática, 2000.

HOLANDA, Aurélio Buarque. Dicionário Aurélio da língua portuguesa. 5 ed. Curitiba: Positivo, 2010.

NICOLA, José de. Língua, Literatura e Redação. 8 ed. São Paulo: Scipione, 1999.

Matemática – Comum a todos

Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão no conjunto dos números naturais e racionais. Regra de três simples e juro simples. Razão e proporção. Sistema decimal. Porcentagem. Grandezas proporcionais. Problemas. Números primos. Sistema Monetário Brasileiro. Geometria: área, perímetro e volume de figuras planas. Grandezas e medidas.

BIBLIOGRAFIAS RECOMENDADAS:

BEZERRA, Manuel Jairo. Matemática: 2º grau volume único. São Paulo: Editora Scipione, 1994.

DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Volume único. São Paulo: Editora Ática, 2005.

GIOVANNI, José Rui; BONJORNO, José Roberto. Matemática Completa. São Paulo: FTD, 2005.

NERY, Chico; TROTTA, Fernando. Matemática: curso completo. 1 ed. São Paulo: Moderna, 1986.

Conhecimentos Gerais – Comum a todos

Aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Município de Chapecó-SC. Lei Orgânica do Município de Chapecó-SC. Atualidades nos assuntos relacionados com educação, economia, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, religião, esportes, inovações tecnológicas e científicas do Município de Chapecó, do Estado de Santa Catarina, do Brasil e do mundo.

BIBLIOGRAFIAS RECOMENDADAS:

CHAPECÓ. Lei Orgânica do Município. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/lei-organica-chapeco-sc>. Site do Município de Chapecó-SC: www.chapeco.sc.gov.br.

Conhecimentos Específicos – Professor Educação Infantil

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Educação no mundo atual. Currículo na Educação Infantil. Pedagogia Histórico-Crítica. O trabalho do Professor na Educação Infantil. Planejamento. Desenvolvimento infantil. O jogo e o brincar. Linguagens e linguagens geradoras. Legislação apontada.

BIBLIOGRAFIAS RECOMENDADAS:

BARBOSA, Maria Carmen Silveira Por Amor e Por Força. Rotinas na educação infantil. Artmed.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 1988.

_____. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Vol. I II e III.

_____. Ministério da Educação. Resolução Nº 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2012.

GASPARIN, João Luiz. Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica. Autores Associados.

HOFFMANN; Jussara. Avaliação e educação infantil: Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2012.

JUNQUEIRA FILHO, Gabriel de Andrade. Linguagens Geradoras - Seleção e articulação de conteúdos em educação infantil. Editora Mediação.

MOYLES, Janete R. Só Brincar? O papel do brincar na Educação Infantil. Artmed, 2002.

PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky a relevância do social. 3ª ed. São Paulo: Summus, 2001.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. Autores Associados.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento Projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. Libertad. 2006.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

Conhecimentos Específicos - Professor Educação Física

Movimentos, Esportes e Jogos na Infância; A transformação didática do esporte; A formação do professor de educação física e a importância da escola; fundamentos pedagógicos para o trato do conhecimento esporte; práticas didáticas para um conhecimento de si de crianças e jovens na educação física. Lazer e Cultura; Conteúdos físico-esportivos e as vivências de lazer; brinquedos e brincadeiras. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. O fenômeno esportivo enquanto realidade educacional; estudo do movimento humano; o interesse na análise do movimento pelas atividades lúdicas: brinquedo e jogo; o interesse pedagógico- educacional no movimento humano; os interesses da educação física no ensino do movimento; o interesse na análise do movimento na aprendizagem motora; o interesse na análise do movimento nos esportes. Didática das aulas abertas na educação física escolar; a experiência como elemento essencial ao ensino na educação física escolar; a educação física no currículo escolar; visão pedagógica do movimento; educação/esporte/aula de educação física; o conteúdo esportivo na aula de educação física; avaliação do processo ensino-aprendizagem nas aulas de educação física. Educação física e esporte; o lugar e o papel do esporte na escola; gênese esportiva e seus laços com a educação física escolar. Parâmetros Curriculares Nacionais. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Legislação apontada.

BIBLIOGRAFIAS RECOMENDADAS:

ARRIBAS, Teresa Lleixá. A Educação Física dos 3 aos 8 anos. Artmed.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 1988.

_____. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Ministério da Educação. Resolução Nº 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino da Educação Física. Cortez.

FLEGEL, Melinda J. Primeiros Socorros no Esporte. Ed. Manole.

FREIRE, J. B. Educação de Corpo Inteiro. Scipione.

HILDEBRANDT-STRAMANN, Reinner. Textos Pedagógicos sobre o Ensino da Educação Física. UNIJUI.

KUNZ, Elenor. Transformação Didático-Pedagógica do Esporte. UNIJUI.

MAGILL, Richard A. Aprendizagem Motora conceitos e aplicações. Ed. Edgard Blucher LTDA.

ROSE JR, Dante de. Esporte e Atividade Física na Infância e na Adolescência: Uma abordagem multidisciplinar. Artmed.

SOLER, Reinaldo. Educação Física Escolar. Ed. Sprint.

TANI, G.; MANOEL, E. J.; KOKUBUN, E.; PROENÇA, J. E. Educação Física Escolar. Fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. Edusp/ EPU.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO II
FORMULÁRIO DE RECURSO

À Comissão do Processo Seletivo Simplificado Nº 027/2016

NOME DO CANDIDATO(A): _____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____

CARGO: _____

RECURSO CONTRA NOTA FINAL (CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR)

JUSTIFICATIVA / RAZÕES DO RECURSO

Candidato(a) Responsável pelo recebimento

PARECER DA COMISSÃO:

() Deferido

() Indeferido – Motivo:

ASSINATURA DOS MEMBROS DA COMISSÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

ANEXO III

MODELO DE PROCURAÇÃO

P R O C U R A Ç Ã O

Eu, _____, Car-
teira de Identidade nº _____, residente e domiciliado na rua _____

_____, nº _____, ap. _____, no bairro _____, na cidade de _____, nomeio e constituo _____, Carteira de Identidade nº _____, como meu procurador, com poderes específicos para _____, no Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 027/2016 (destinado ao preenchimento de vagas em caráter temporário visando à atuação na Educação Indígena da Rede Municipal no ano letivo de 2017), para o cargo de _____ realizado pelo Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Município de _____, ____ de _____ de 201__.

Assinatura do Candidato

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE ATUALIZAÇÃO DE ENDEREÇO ELETRÔNICO

Processo Seletivo Público: Edital n. 027/2016

Nome do candidato: _____

RG nº _____ CPF nº _____

Nº Inscrição: _____

Eu, _____ venho informar a atualização de endereço eletrônico (e-mail) ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Educação do Município de Chapecó-SC, para fins de convocação/chamada, a partir da presente data, referente à escolha de vagas em Processo Seletivo Simplificado acima indicado, conforme segue:

(Atenção: O endereço eletrônico deve ser preenchido de forma completa, correta e legível)

Município de _____, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do Candidato

Observações: a) Preencher e protocolar na SEDUC, em duas vias, somente quando houver troca/mudança ou erro no e-mail informado, considerando-se o endereço eletrônico cadastrado no momento da inscrição; b) Todos os campos desse Formulário são de preenchimento obrigatório.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

ANEXO V

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____ e portador(a) do RG nº _____, pertence a etnia _____. Portanto, esta apto a concorrer em Processo Seletivo Simplificado n. 027/2016 voltado aos candidatos auto-declarados Indígenas.

Assinatura do Cacique

Nome do Cacique: _____

Município de _____, ____ de _____ de 201__.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____ e portador(a) do RG nº _____, reside na Terra Indígena/Aldeia _____

_____.

Assinatura do Cacique

Assinatura do Servidor da FUNAI

Nome do Cacique: _____

Nome do Servidor da FUNAI: _____

Matrícula do Servidor da FUNAI: _____

Município de _____, _____ de _____ de 201__.

Observação: Este Anexo é destinado somente aos candidatos que residem na Terra Indígena/Aldeia. Os candidatos que não residem na Terra Indígena/Aldeia deverão apresentar apenas comprovante de residência, conforme subitem 3.1, alínea "c", deste Edital.

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/PMCS/2016 (REGISTRO DE PREÇOS)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71/PMCS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/PMCS/2016 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), para aquisições futuras, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 08h30min do dia 16/12/2016.

Abertura: Dia 16/12/2016, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 29 de novembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/PMCS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72/PMCS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/PMCS/2016

Objeto: Fornecimento e instalação de janelas em alumínio, para instalação no EEF Cristo Rei, bairro Cristo Rei e EEF Demétrio Bettiol, bairro Brasília, no Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 14/12/2016.

Abertura: Dia 14/12/2016, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 29 de novembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**CONTROLE INTERNO 10/2016****CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL****CONTROLE INTERNO MÊS OUTUBRO DE 2016.**

Relatório de Controle Interno da análise circunstanciada dos dados informados no mês e até o mês em epígrafe, relativo a movimentação orçamentária, patrimonial e financeira, da Câmara Municipal de Cocal do Sul, conforme determina o § 3º art. 2º da Resolução nº TC-11/2004, que alterou o art. 5º da Resolução TC 16/94.

DETALHAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS

<u>Títulos</u>	Orçado	Arrecadada		Percentual
		No Mês	Até o Mês	
Transf.Recebida	1.700.000,00	141.666,66	1.416.666,60	83,33%

Em nossa análise, foi constatado que o Executivo Municipal enviou ao Legislativo Municipal as transferências financeiras devidas dentro do prazo.

DETALHAMENTO DA DESPESA FIXADA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Títulos	Orçado	Realizada		Percentual
		No Mês	Até o Mês	
CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL	1.700.000,00	105.114,12 – 991.330,69		58,31%
CÂMARA DE VEREADORES	1.700.000,00	105.114,12 – 991.330,69		58,31%
TOTAL DA ENTIDADE	1.700.000,00	105.114,12 – 991.330,69		58,31%

A despesa Orçamentária liquidada até o mês importou o valor de R\$ 991.330,69 (Novecentos e noventa e um mil, trezentos e trinta reais e sessenta e nove centavos), Correspondendo a 69,98% da transferência financeira recebida até o mês.

E em nossa análise, e por amostragem, não constatamos quaisquer irregularidades sobre as despesas empenhadas até o mês.

TOTAL DA REMUNERAÇÃO DO VEREADOR

MÊS	REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES	REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS	%
Janeiro	5.068,98	20.042,35	25,29
Fevereiro	5.068,98	20.042,35	25,29
Março	5.068,98	20.042,35	25,29
Abril	5.068,98	20.042,35	25,29
Maio	5.567,26	20.042,35	27,77
Junho	5.567,26	20.042,35	27,77
Julho	5.567,26	20.042,35	27,77
Agosto	5.567,26	20.042,35	27,77
Setembro	5.567,26	20.042,35	27,77
Outubro	5.567,26	20.042,35	27,77
Novembro			
Dezembro			

A Remuneração dos Vereadores não ultrapassou o limite de 30% referente ao número de seus habitantes sobre a remuneração dos Deputados Estaduais ficando assim em acordo com o Art. 29, inciso V alínea b da CF/88.

b)= Em Município de 10.001 a 50.000 habitantes, os Subsídios máximo dos Vereadores corresponderá a 30% dos Subsídios dos Deputados Estaduais.

Limite máximo de 6% da Receita Corrente Líquida para gastos com pessoal do Poder Legislativo Municipal – Câmara Municipal – conforme especifica o Art. 20, II, 'a' da Lei Complementar 101/2000.

Componentes	Valor (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	44.243.178,85	100,00
LIMITE MÁXIMO DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2.654.590,73	6,00
TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO	1.038.571,37	2,35
TOTAL DAS DESPESAS PARA EFEITO DE CÁLCULO DAS DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO	1.038.571,37	2,35
VALOR ABAIXO DO LIMITE	1.619.019,36	3,65

O Demonstrativo do **Poder Legislativo Municipal** identifica que foi aplicado 2,34% do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal estando assim em cumprimento com as normas estabelecidas no Art. 20, III 'a' da Lei complementar 101/2000.

a) – 6% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de contas do Município, quando houver.

DEMONSTRATIVO DAS SUPLEMENTAÇÕES REALIZADAS

	No Mês	Até o Mês
Pela Reserva de Contingência	0,00	0,00
Pela Reserva Legal	0,00	0,00
Pelo Excesso de Arrecadação	0,00	0,00
Por Anulação de Dotações Orçamentárias	0,00	0,00
Por Outros Casos	0,00	0,00
Outros Casos	0,00	0,00

O Demonstrativo da Dívida Fundada Interna teve no mês, teve a seguinte movimentação

Saldo do Mês Anterior	0,00
Nova Formação da Dívida no Mês	0,00
Amortização Verificada no Mês	0,00
Saldo Para o Mês Seguinte	0,00
Total Geral	0,00

O Balanço Financeiro Apresenta a seguinte movimentação até o mês

RECEITA ORÇAMENTARIA (I)	0,00	DESPESA ORÇAMENTARIA (VII)	1.224.579,53
Ordinaria	0,00	Ordinaria	1.224.579,53
Vinculada	0,00		
TRANSFERENCIA FINANCEIRA RECEBIDA (II)	1.416.666,60	TRANSF. FINANC.CONCEDIDA (VIII)	0,00
Transferencias Financeiras Recebidas	1.416.666,60	Transf.Financeiras Concedidas	0,00
RECEBIMENTOS EXTRAORDINARIOS (IV)	379.941,59	PAGAMENTO EXTRAORDINARIO (X)	115.210,29
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	132.343,01	Demais Obrigações a Curto Prazo	115.210,29
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	233.248,84		
Inscrição de Restos a Pagar Processados	14.349,74		
		SALDO ESPECIE EXERC.SEGUINTE(XI)	456.818,37
		Aplicação financeira Mercado Aberto	456.818,37
		Banco C/ Corrente	0,00
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	1.796.608,19	TOTAL (XII) = (VII=+VIII+IX+XI)	1.796.608,19

O Balanço Patrimonial ate o mês teve a seguinte movimentação

ATIVO	EXERCICIO ATUAL	PASSIVO	EXERCICIO ATUAL
ATIVO CIRCULANTE	407.171,22	PASSIVO CIRCULANTE	64.592,46
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	406.680,83	Obrig.Trab.Prev.e Essist a Pagar	47.909,00
.Demais Credito e Valores a Curto Prazo	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar CP	2.582,47
Variação Patrim. Dimin.Pagas Antecipad	490,39	Demais Obrigações a curto prazo	14.100,99
ATIVO NÃO CIRCULANTE	136.514,42	TOTAL DO PASSIVO	64.592,46
Imobilizado	136.514,42		
		PATRIMONIO LIQUIDO	Exerc.Atual
		Patrimonio Social e Capital Social	127.809,37
		Resultados Acumulados	351.283,81
		* Resultado do Exercício	385.627,39
		Resultado de exerc.anteriores	-34.343,58
		TOTAL PATRIMONIO LIQUIDO	479.093,18
TOTAL	543.685,64	TOTAL	543.685,64
ATIVO FINANCEIRO	EXERCICIO ATUAL	PASSIVO FINANCEIRO	EXERCICIO ATUAL
Ativo	406.680,83	PASSIVO PATRIMONIO LIQUIDO	17.897,46
Ativo Circulante	406.680,83	Passivo Circulante	17.897,46
		Obrig.Trab.Prev.Assit. a Pagar CP	1.214,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	406.680,83	Fornec.e Contas a Pagar a CP	2.582,47
		Demais Obrig. a Curto Prazo	14.100,99
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	406.680,83	Creditos Empenhado a Liquidar	322.864,71
		TOTAL PASSIVO FINANCEIRO	340.762,17
ATIVO PERMANENTE	EXERCICIO ATUAL	PASSIVO PERMANENTE	EXERCICIO ATUAL
Ativo	137.004,81	Passivo e Patrimonio Liquido	46.695,00
Ativo Circulante	490,39	Passivo Circulante	46.695,00
Demais Creditos e Valores a Curto Prazo	0,00	Obrig.Trab.Prev.Assit. pagar CP	46.695,00
Var.Patr.Dimin.Pagas Antecipadamente	490,39		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	136.514,42		
IMOBILIZADO	136.514,42	TOTAL PASSIVO PERMANENTE	46.695,00
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	137.004,81		
SALDO PATRIMONIAL			156.228,47
COMPENSAÇÕES			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAS ATIVOS	EXERCICIO ATUAL	SALDOS ATOS POT. PASSIVOS	EXERCICIO ATUAL
		Execução de Obrig.Contratuais	1.004,00
TOTAL	0,00	TOTAL	1.004,00
DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERAVIT/DIFICIT FINANANCEIRO	
Ordinario			65.918,66
TOTAL			65.918,66

DEMONSTRATIVO DAS DIARIAS CONCEDIDAS

EMPENHO/DATA	SERVIDORES / AGENTES POLITICOS	ROTEIRO DA VIAGEM	PRESTAÇÃO DE CONTAS
13 – 04/01/2016	LUIZ CARLOS GONÇALVES TEC. CONTABIL	NA CONCESSÃO DE 01 DIARIA A FPOLIS PERIODO DE 06/01/2016 A 06/01/2016 NO TRIBUNAL DE CONTAS PARA PROTOCOLAR PROCESSO N.PCP 13-00304062 PARA REPRECIAÇÃO DAS CONTAS DE 2012 CONFORME ART 55 LC 202/200 E ART 93 II REGIMENTO INTERNOS AMBOS DO TC DE CONTAS DE SANTA CATARINA.	OK
20 – 23/02/2016	EDSON ROSSO VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24 A 26/02/2016 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÕES PARA O ULTIMO ANO DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP.	OK
21 – 23/02/2015	VOLNEI DA SILVA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24 A 26/02/2016 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÕES PARA O ULTIMO ANO DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP.	OK
22 – 23/02/2016	ANGELA MARIA MENDES ANJO VEREADORA - PRESIDENTE	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24 A 26/02/2016 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÕES PARA O ULTIMO ANO DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP.	OK
23 – 23/02/2016	LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24 A 26/02/2016 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÕES PARA O ULTIMO ANO DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP.	OK
24 – 23/02/2016	ROSENY CITTTADIN BARBOSA VEREADORA	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24 A 26/02/2016 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÕES PARA O ULTIMO ANO DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP.	OK
26 – 23/02/2016	TELMA P. DELLA BEZ BIROLO VEREADORA	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24 A 26/02/2016 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÕES PARA O ULTIMO ANO DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP.	OK
40 – 29/03/2016	AGENOR BENATI PEDROSO VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 30/03/2016 A 01/04/2016 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE LICITAÇÃO E CONTRATOS EM ANO ELEITORAL: A FISCALIZAÇÃO POR PARTE DO LERGISLATIVO A SER REALIZADO PELO CEAP	OK
41 – 29/03/2016	JOÃO GERALDO ECHELI	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 30/03/2016 A 01/04/2016 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE LICITAÇÃO E CONTRATOS EM ANO ELEITORAL: A FISCALIZAÇÃO POR PARTE	OK

	VEREADOR	DO LERGISLATIVO A SER REALIZADO PELO CEAP	OK
42 - 29/03/2016	SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 30/03/2016 A 01/04/2016 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE LICITAÇÃO E CONTRATOS EM ANO ELEITORAL: A FISCALIZAÇÃO POR PARTE DO LERGISLATIVO A SER REALIZADO PELO CEAP	OK
50 - 26/04/2016	EDSON ROSSO VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27 A 29/04/16 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE A FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PUBLICAS EM FINAL DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP HOTEL FAIALCENTRO FPOLIS	OK
51 - 26/04/2016	VOLNEI DA SILVA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27 A 29/04/16 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE A FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PUBLICAS EM FINAL DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP HOTEL FAIAL CENTRO FPOLIS	OK
52 - 26/04/2016	LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27 A 29/04/16 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE A FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PUBLICAS EM FINAL DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP HOTEL FAIAL CENTRO FPOLIS	OK
53 - 26/04/2016	TELMA P.DELLA BEZ BIROLO VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27 A 29/04/16 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE A FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PUBLICAS EM FINAL DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP HOTEL FAIAL CENTRO FPOLIS	OK
54 - 26/04/2016	ANGELA MARIA MENDES ANJO VEREADORA	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27 A 29/04/16 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE A FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PUBLICAS EM FINAL DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP HOTEL FAIAL CENTRO FPOLIS	OK
55 - 26/04/2016	ROSENY CITTADIN BARBOSA VEREADORA	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27 A 29/04/16 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE A FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PUBLICAS EM FINAL DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP HOTEL FAIAL CENTRO FPOLIS	OK
61 - 17/05/2016	JOÃO GERALDO ECHELI VEREADOR	NA CONCESÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 18 A 20/05/2016 PARTICIPAR CURSO SOBRE RESTRIÇÕES EM ANO ELEITORAL E A CONCESSÃO CORRETA DE DIARIAS A SER REALIDO PELO CEAP.	OK
62 - 17/05/2016	SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA VEREADOR	NA CONCESÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 18 A 20/05/2016 PARTICIPAR CURSO SOBRE RESTRIÇÕES EM ANO ELEITORAL E A CONCESSÃO CORRETA DE DIARIAS A SER REALIDO PELO CEAP.	OK
63 - 17/05/2016	AGENOR BENATI PEDROSO	NA CONCESÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 18 A 20/05/2016 PARTICIPAR CURSO SOBRE RESTRIÇÕES EM ANO ELEITORAL E A CONCESSÃO	OK

	VEREADOR	CORRETA DE DIARIAS A SER REALIDO PELO CEAP.	
64 – 17/05/2016	LUCIANE TROMBIM NIEUES OFICIAL LEGISLATIVO	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 18 A 20/05/2016 PARTICIPAR CURSO SOBRE RESTRIÇÕES EM ANO ELEITORAL E A CONCESSÃO CORRETA DE DIARIAS A SER REALIDO PELO CEAP.	OK
67 – 17/05/2016	ANDREIA SAVI MONDO ASSESSORA JURIDICA	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 18 A 20/05/2016 PARTICIPAR CURSO SOBRE RESTRIÇÕES EM ANO ELEITORAL E A CONCESSÃO CORRETA DE DIARIAS A SER REALIDO PELO CEAP.	OK
83 – 21/06/2016	AGENOR BENATI PEDROSO VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 22/06/2016 A 24/06/2016, PARTICIPAR CURSO LEI ANTICORRUPÇÃO: ASPECTOS RELEVANTES AS CAMARAS MUNICIPAIS A SER REALIZADO PELO CEAP NO HOTEL FAIAL .	ok
84 – 21/06/2016	LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 22/06/2016 A 24/06/2016, PARTICIPAR CURSO LEI ANTICORRUPÇÃO: ASPECTOS RELEVANTES AS CAMARAS MUNICIPAIS A SER REALIZADO PELO CEAP NO HOTEL FAIAL .	OK
85 – 21/06/2016	ANGELA MARIA MENDES ANJO VEREADORA - PRESIDENTE	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 22/06/2016 A 24/06/2016, PARTICIPAR CURSO LEI ANTICORRUPÇÃO: ASPECTOS RELEVANTES AS CAMARAS MUNICIPAIS A SER REALIZADO PELO CEAP NO HOTEL FAIAL .	OK
86 – 21/06/2016	VOLNEI DA SILVA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 22/06/2016 A 24/06/2016, PARTICIPAR CURSO LEI ANTICORRUPÇÃO: ASPECTOS RELEVANTES AS CAMARAS MUNICIPAIS A SER REALIZADO PELO CEAP NO HOTEL FAIAL .	OK
87 – 21/06/2016	ROSENY CITTADIN BARBOSA VEREADORA	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 22/06/2016 A 24/06/2016, PARTICIPAR CURSO LEI ANTICORRUPÇÃO: ASPECTOS RELEVANTES AS CAMARAS MUNICIPAIS A SER REALIZADO PELO CEAP NO HOTEL FAIAL .	OK
93 – 06/07/2016	JOÃO GERALDO ECHELLI VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 01 DIARIA A FPOLIS PERIODO DE 06/07/2016 PARA PARTICIPAR DE UMA AUDIENCIA PUBLICA SOBRE SEGURANÇA PUBLICA REALIZADA NO PLENARINHO DA ALESC ACOMPANHADO DA PRESIDENTE DO LEGISLATIVO E DA VEREADORA ANEGELA MARIA MENDES ANJO	OK
97 – 19/07/2016	LUCIANE TROMBIM NIEHUES OFICIAL LEGISLATIVO	NA AQUISIÇÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 20/07/2016 A 22/07/2016 PARTICIPAR CURSO SOBRE CONTROLE SOCIAL E TRANSPARENCIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL A SER REALIZADO PORLO CEAP	OK
98 – 19/07/2016	JOÃO GERALDO ECHELI	NA CONCESSAO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 20/07/2016 A 22/07/2016 PARTICIPAR CURSO	

	VEREADOR	SOBRE CONTROLE SOCIAL E TRANSPARENCIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL A SER REALIZADO PELO CEAP	OK
102 – 09/08/2016	SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 10/08/2016 A 12/08/2016 PARTICIPAR CURSO SOBRE O FUNCIONAMENTO DAS CAMARAS MUNICIPAIS EM PERIODO ELEITORAL E CUIDADOS COM SEUS LIMITES A SER REALIZADO PELO CEAP	OK
103 – 09/08/2016	EDSON ROSSO VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 10/08/2016 A 12/08/2016 PARTICIPAR CURSO SOBRE O FUNCIONAMENTO DAS CAMARAS MUNICIPAIS EM PERIODO ELEITORAL E CUIDADOS COM SEUS LIMITES A SER REALIZADO PELO CEAP	OK

O Total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% da receita do Município

TOTAL DA REMUNERAÇÃO COM VEREADORES

RECEITA TOTAL DO MUNICIPIO	REMUNERAÇÃO TOTAL DOS VEREADORES	%
40.349.391,93	501.276,62	1,24

O Montante gasto com a remuneração dos Vereadores até o mês foi de R\$ 501.276,62 (quinhentos e um mil, duzentos e setenta e seis reais e sessenta e dois centavos) representando assim 1,24% da receita do Município desta forma fica estabelecido o Art. 29, VII da CF/88.

DEMONSTRATIVO DOS CONTRATOS VIGENTES

CONTRATO / DATA	CONTRATADA	OBJETO DO CONTRATO	VALOR
005 = 06/08/2013	BETHA SISTEMAS LTDA	NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LOCAÇÃO SISTEMAS FLY TRANSPARENCIA EXERCICIO FINANCEIRO DE 2016	1.892,76
001 = 02/01/2014	BETHA SISTEMAS LTDA	NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LOCAÇÃO SOFTWARES DE CONTABILIDADE DE PUBLICA, FOLHA DE PAGAMENTO E PATRIMONIO	8.444,52

		PUBLICA EXERCICIO FINANCEIRO DE 2016	
004 = 01/11/2015	BETHA SISTEMAS LTDA	NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LOCAÇÃO SISTEMAS DE LICITAÇÃO E COMPRAS EXERCICIO FINANCEIRO DE 2016	3.012,00
001 = 04/01/2016	SEBOLD DESENVOLVIMENTO WEB DESIGN LTDA	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MANUTENÇÃO E ALIMENTAÇÃO DE DADOS SÍTIO CAMARA MUNICIPAL	5.244,00
002 = 04/01/2016	VIGILANCIA RADAR LTDA	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE MONITORAMENTO REMOTO DE ALARME PERIODO DE 24 HORAS DE SEGUNDA A DOMINGO PREDIO SEDE CAMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL	1.451,28
003 = 04/01/2016	VIGILANCIA RADAR LTDA	PELA DESPESA EMPENHADA NA LOCAÇÃO 01 PLACA DE ALARME 718 ULTRA,01 TECLADO ACIONAMENTO PS 624,01 CAIXA METALICA,01 TRANSFORMADOR 16V 2,0 AH,06 SENSORES INFRA VERMELHO 476, 01 FILTRO DE LINHA ADSL, 01 BATERIA 12V E 02 SIRENES 110 DB PARA USO SISTEMAS DE MONITORAMENTO DE ALARMES PREDIO SEDE CAMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL	290,40

Demonstrativo da despesa realizada com folha de pagamento

Transferência Financeira Orçada	Liquidado com Folha de Pagamento	%
1.700.000,00	766.280,01	45,08

O total da despesa com folha de pagamento do Poder Legislativo Municipal, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluindo os gastos com inativos não ultrapassará os 70% de sua receita com folha de pagamento, incluindo os gastos com subsídios de seus Vereadores conforme Art. 29-A § 1º. Da C.F

Conforme Resolução 203 de 29/05/2013 que institui o **Controle Interno** da Câmara Municipal de Cocal do Sul fica nomeado através da Resolução 204 de 29/05/2013 o servidor de carreira Sr. Luiz Carlos Gonçalves para responder temporariamente pelo Controle Interno da Câmara Municipal de Cocal do Sul.

ANGELA MARIA MENDES ANJO
PRESIDENTE

LUIZ CARLOS GONÇALVES
Controle Interno

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 17/2016-PMC

Contrato Nº : 17/2016

Aditivo Nº : 1TA CT 17/2016/2016

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DERMACLINIC CLINICA DERMATOLOGICA

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 24/11/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 24/11/2016

Valor R\$: 7.000,00 (Sete Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 329 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 206/2016-PMC

Contrato Nº : 206/2016

Aditivo Nº : 1TA CT 206/2016/2016

Tipo Aditivo : Valor(Equilíbrio)

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 89/2016

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de 3.000 m² de fresagem descontínua com transporte do material e pintura de ligação para tapa buracos em diversos pontos do Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 28/11/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 28/11/2016

Valor R\$: 47.400,00 (Quarenta e Sete Mil e Quatrocentos Reais)

Dotação : 126 - 08.001.2029.333903051000000.01000001

Dotação : 126 - 08.001.2029.333903921000000.01000001

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 250/2016-PMC

Contrato Nº : 250/2016

Aditivo Nº : 1TA Ctr 250/2016/2016

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 16/2016

Objeto : Contratação de empresa do ramo de estruturas metálicas, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução de reforço estrutural na EBM João Theobaldo Magarinos, situada neste Município, com recurso federal (FUN-DEB), de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 21/11/2016 Término: 26/01/2017

Assinatura : 21/11/2016

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 51 - 06.002.2013.344905198000000.01190000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 28/2016-PMC

Contrato Nº : 28/2016

Aditivo Nº : 1TA CT 28/2016/2016

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINICA PEDIATRICA MERLO & SCHUMACHER SOCIEDADE SIMPLES S S

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 24/11/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 24/11/2016

Valor R\$: 12.400,00 (Doze Mil e Quatrocentos Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 329 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 414/2014-PMC

Contrato Nº : 414/2014

Aditivo Nº : 2TA Ctr 414/2014/2016

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : RICARDO LUIS BONIN ME

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 11/2014

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia, para prestação dos serviços de varrição de vias, logradouros e praças públicas, do perímetro urbano do Município, de acordo com o memorial descritivo constante no anexo D do Edital.

Vigência : Início: 03/11/2016 Término: 21/11/2016

Assinatura : 03/11/2016

Valor R\$: 1.903,72 (Um Mil, Novecentos e Três Reais e Setenta e Dois Centavos)

Dotação : 126 - 08.001.2029.333903928000000.01000001

Dotação : 128 - 08.001.2030.333903928000000.01000001

Dotação : 342 - 08.001.2030.333903928000000.03000001

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 78/2012-FMS

Contrato Nº : 78/2012/2012

Aditivo Nº : 4 TA/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA

Contratada : LAVADISKE AUTOMATIC LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 16/2012

Objeto : Contratação de serviço de lavagem, esterilização e passadoria das roupas utilizadas nos Postos de Saúde e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde.

Vigência : Início: 12/11/2016 Término: 12/11/2017

Assinatura : 10/11/2016

Valor R\$: 91.000,00 (Noventa e Um Mil Reais)

Dotação : 211 - 13.001.2102.333903946000000.01380002

Dotação : 224 - 13.001.2103.333903946000000.01380003

Dotação : 227 - 13.001.2104.333903946000000.01380004

EXTRATO DO CONTRATO Nº 291/2016-PMC

Contrato Nº : 291/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : NEUSA DA SILVA FANTIN ME

Licitação : Pregão Presencial 125/2016

Objeto : A presente licitação tem por objeto a contratação de empresas especializadas para prestação de serviços diversos, visando à realização dos eventos "Sonho de Natal 2016" e "Parada Natalina 2016", conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital. Os serviços a serem contratados englobam: a) Organização do evento de abertura do "Sonho de Natal 2016", incluídos 2 (dois) profissionais, devidamente caracterizados, sendo estes: Papai Noel e ajudante de Papai Noel; b) Iluminação, sonorização e instalação de palcos; c) Locação de Estrutura para Presépio; d) Decoração da "Casa do Papai Noel".

Vigência : Início: 11/11/2016 Término: 10/02/2017

Assinatura : 11/11/2016

Valor R\$: 11.599,00 (Onze Mil e Quinhentos e Noventa e Nove Reais)

Dotação : 164 - 10.001.2039.333903923000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 292/2016-PMC

Contrato Nº : 292/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : RAFAEL BISOLLO ME

Licitação : Inexigibilidade 41/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 11/11/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 11/11/2016

Valor R\$: 4.000,00 (Quatro Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 294/2016-PMC

Contrato Nº : 294/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ORTOPEDIA CONCÓRDIA SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA EPP

Licitação : Inexigibilidade 41/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 11/11/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 11/11/2016

Valor R\$: 40.000,00 (Quarenta Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 296/2016-PMC

Contrato Nº : 296/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BANXAP - BANHEIROS MÓVEIS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 123/2016

Objeto : Aquisição de gorros de Papai Noel, balas mastigáveis e água mineral; contratação de empresa para locação de banheiros químicos portáteis e serviço de vigilância orgânica, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 16/11/2016 Término: 15/02/2017

Assinatura : 16/11/2016

Valor R\$: 1.200,00 (Um Mil e Duzentos Reais)

Dotação : 164 - 10.001.2039.333903007000000.01000001

Dotação : 164 - 10.001.2039.333903023000000.01000001

Dotação : 164 - 10.001.2039.333903401000000.01000001

Dotação : 164 - 10.001.2039.333903914000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 303/2016-PMC

Contrato Nº : 303/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DARLAN CARLOS DALMAGRO & CIA LTDA - ME

Licitação : Dispensa de Licitação 88/2016

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de transporte coletivos de passageiros, para prestação de serviços em regime de fretamento, de transporte de alunos, com recursos oriundos da ADR e do SALÁRIO EDUCAÇÃO.

Vigência : Início: 22/11/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 22/11/2016

Valor R\$: 7.420,00 (Sete Mil e Quatrocentos e Vinte Reais)

Dotação : 57 - 06.002.2016.333903926000000.01360000

Dotação : 90 - 06.006.2011.333903926000000.01620001

Dotação : 414 - 06.002.2016.333903926000000.03360000

ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

ADENDO 01 AO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2016 PMC

O Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Educação, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: aquisição de equipamentos para atender as necessidades das Unidades Escolares e Centros de Educação Infantil do Município, com recursos do FNDE – programa Brasil Carinhoso conforme descrições constantes nos anexos “A” e “B” do edital, foi alterado, sendo que o prazo para apresentação das propostas, no site www.portaldecompraspublicas.com.br, fica alterada para dia 12 de dezembro de 2016 até as 08h45min, sendo que a sessão eletrônica de abertura da licitação, fica para o dia 12 de dezembro de 2016 às 09h00min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link “Licitações” e no Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 29 de novembro de 2016.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2016-FIA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2016 – FIA

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para as atividades dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente conforme Resolução CMDCA nº 124/2016 de 08 de setembro de 2016, com recursos próprios do FIA, conforme especificações constantes nos anexos “A” e “B” do edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 10h00min do dia 14/12/2016.

Abertura: dia 14/12/2016 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link “Licitações”. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 28 de novembro de 2016.

NEUSA APARECIDA DAHMER

Gestora do FIA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL OBRAS Nº 18/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016- PMC

Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa do ramo de instalação e

manutenção elétrica, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para execução de adequação da rede de distribuição de energia elétrica na Rua Paraná, Bairro dos Estados, no Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos “A” e “B” do edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 14/12/2016.

Abertura: dia 15/12/2016, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link “Licitações”. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 28 de novembro de 2016.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de

Urbanismo e Obras

CONVOCAÇÃO PARA NOVA SESSÃO DE HABILITAÇÃO DO ITEM 04 PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2016-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2016 – PMC

CONVOCAÇÃO PARA NOVA SESSÃO DE HABILITAÇÃO DO ITEM 04

Objeto: Aquisição de mobiliários para atendimento da Secretaria Municipal de Administração e Arquivo Público Municipal, conforme especificações constantes nos anexos “A” e “B” deste edital.

Em cumprimento ao disposto no inciso XXIII do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, e posteriores alterações, a Pregoeira do Município de Concórdia avisa aos participantes e demais interessados na licitação, que no dia 02 (dois) de dezembro de 2016, às 14h00min (quatorze horas), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, ocorrerá a nova sessão de habilitação.

Concórdia, SC, 29 de dezembro de 2016.

NAIANA CRISTINA FRIGO FESTUGATO

Pregoeira

DECRETO Nº 819/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 819/2016, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2016.

Designa a servidora DARLINE NEUMANN para responder pelo cargo de Diretora de Recurso Humanos, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora DARLINE NEUMANN, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para responder pelo cargo de Diretora de Recursos Humanos, no período de 8 a 20 de novembro de 2016, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse íterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa, no mesmo período, a gratificação concedida à referida servidora, pelo Decreto nº 106/2015, de 30 de janeiro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 8 de novembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 820/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 820/2016, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2016.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MONICA CRISTINA TONDELLO MORETTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2016, à servidora MONICA CRISTINA TONDELLO MORETTI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 32913-04, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de março de 2011 a 28 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de novembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 821/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 821/2016, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2016.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora LUCIANE TEREZINHA BORELLA MARQUES DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2016, à servidora LUCIANE TEREZINHA BORELLA MARQUES DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de

10 de agosto de 2010 a 9 de agosto de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de novembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 822/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 822/2016, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2016.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SIRIA NAIR SAVOLDI DE MATTOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2016, à servidora SIRIA NAIR SAVOLDI DE MATTOS, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 91863-12, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de março de 2011 a 29 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de novembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 823/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 823/2016, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2016.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora NELI LOURDES POZZO BROETTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2016, à servidora NELI LOURDES POZZO BROETTO, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do

cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 21 de janeiro de 2007 a 20 de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de novembro de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 824/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 824/2016, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2016.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARILEI FIORENTIN BOSETTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos, no mês de novembro de 2016, à servidora MARILEI FIORENTIN BOSETTI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 92665-02, dois meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertidos em pecúnia, equivalentes à remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I – um mês, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2004 a 1º de fevereiro de 2009;

II – um mês, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2009 a 1º de fevereiro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de novembro de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 825/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 825/2016, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2016.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora LENARA SECCO SIEPMANN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2016, à servidora LENARA SECCO SIEPMANN, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 57576-06, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 8 de setembro de 2010 a 7 de setembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de novembro de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 826/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 826/2016, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2016.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2016, à servidora MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON, ocupante do cargo de Engenheiro, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 6 de dezembro de 2010 a 5 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de novembro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 827/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 827/2016, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2016.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor CLAUDINEI SAIBEL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2016, ao servidor CLAUDINEI SAIBEL, ocupante do cargo de Servente Braçal, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de fevereiro de 2011 a 2 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ANTONIO COLUSSI

Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de novembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 828/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 828/2016, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2016.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora GLADIS KIRSTEN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2016, à servidora GLADIS KIRSTEN, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 8 de março de 2005 a 7 de março de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de novembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 829/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 829/2016, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

Designa membros para integrar o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 1.988, de 19 de setembro de 1985 e no Regimento Interno do COMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 2.209, de 10 de dezembro de 1985 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas, para integrar o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, pelo período de dois anos, a partir de 11 de novembro de 2016, as pessoas abaixo relacionadas, com os respectivos órgãos e entidades que representam:

I – presidente: EDSON GONÇALVES, representante do Poder Executivo Municipal;

II – vice-presidente: TANIA FAGGION, representante da Cooperativa de Transportes de Cargas do Estado de Santa Catarina – CO-OPERCARGA;

III – secretária: ADRIANA IBELLI, representante do Conselho Regional de Biologia – CRBio 3ª Região;

IV – tesoureiro: ANTONIO MARCOS CECCONELLO, representante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC Campus Concórdia;

V – ISAURA TEREZINHA BRESSAN, representante da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CI-DASC;

VI – CELI TERESINHA ARALDI FAVASSA, representante da Fundação Universidade do Contestado – FUnC Concórdia;

VII – CLAUDIO ROCHA DE MIRANDA, representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;

VIII – DEISE ANGONEZE, representante da Brasil Foods S.A. – BRF;

IX – PAULO AFONSO CORBELLINI, representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de novembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 830/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 830/2016, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Altera dispositivos do art. 1º do Decreto nº 617/2015, de 1º de julho de 2015 e alteração, que designam o servidor ANGELO BENINI FANTIN como Gestor de Contratos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 58, III e 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 617/2015, de 1º de julho de 2015 e alteração, que designam o servidor ANGELO BENINI FANTIN como Gestor de Contratos, terá dispositivos alterados na forma abaixo:

I – o inciso II passa a vigorar com a seguinte redação:

“II – colaborar com as Unidades Administrativas no controle de prazo de vigência e execução dos instrumentos contratuais passíveis de prorrogação e encaminhar a informação à Unidade Administrativa, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do vencimento do Contrato;” (NR)

II – fica revogado o inciso III;

III – os incisos X e XI passam a vigorar com a seguinte redação:

“X – realizar a abertura e promover a instrução dos processos administrativos para apuração de faltas ou irregularidades na execução dos contratos, realizando todos os atos necessários para tal fim, como proferir despacho, presidir audiências, solicitar pareceres técnicos e perícias, expedir Comunicados Internos e Ofícios, requerer diligências bem como outros atos que se fizerem necessário ao andamento do processo;

XI – primar pela celeridade dos processos administrativos descritos no inciso X deste artigo;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de novembro de 2016.

DECRETO Nº 831/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 831/2016, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora DENISE BRUSCO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 1.527 dias, ou seja: 4 (quatro) anos, 2 (dois) meses e 7 (sete) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora DENISE BRUSCO, ocupante do cargo de Escrevente, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 17 de outubro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de novembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 832/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 832/2016, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Altera dispositivos do inciso II do art. 1º do Decreto nº 865/2015, de 18 de setembro de 2015 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal de Saúde – CMS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 56, de 20 de outubro de 1992 e alterações e no Decreto nº 6.107, de 5 de maio de 2016.

DECRETA:

Art. 1º O inciso II do art. 1º do Decreto nº 865/2015, de 18 de setembro de 2015 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal de Saúde – CMS, terá dispositivos alterados na forma abaixo:

I – o item 2 da alínea “a” passa a vigorar com a seguinte redação:

“2. SAIONARA CECHET, Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR;” (NR)

II – o item 2 da alínea “b” passa a vigorar com a seguinte redação:

“2. LOURDES MARISA FOSCARINI, Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR;” (NR)

III – o item 4 da alínea “b” passa a vigorar com a seguinte redação:

“4. LECI MARINA HARNISCH, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de novembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 833/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 833/2016, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Designa a servidora SARAONICE SARTURI PROVENCI para responder pelo cargo de Diretora de Saúde e Medicina do Trabalho.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora SARAONICE SARTURI PROVENCI, ocupante do cargo de Chefe do Departamento de Programas de

Saúde e Postos de Saúde, para responder pelo cargo de Diretora de Saúde e Medicina do Trabalho, no período de 16 a 30 de novembro de 2016, em face do afastamento da titular, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de novembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 834/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 834/2016, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

Concede Promoção Horizontal a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 20 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações, no Decreto nº 5.705, de 14 de maio de 2012 e alteração, e considerando as avaliações efetuadas pelas comissões especialmente designadas.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aos servidores de provimento efetivo do Quadro de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionadas, Promoção Horizontal, para a Faixa de Vencimento B:

I – AUREA MARIA DA CRUZ MARTINS, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, com efeitos retroativos a 17 de outubro de 2016;

II – DANIELE ELIZA BONASSI FRONZA, ocupante do cargo de Farmacêutico, com efeitos retroativos a 18 de outubro de 2016;

III – ELTON JOHN FABRICIO, ocupante do cargo de Farmacêutico, com efeitos retroativos a 17 de outubro de 2016;

IV – GESSI DE BITENCOURT RODRIGUES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2014;

V – LAIS LUANA MARMITT DIAS, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, com efeitos retroativos a 10 de outubro de 2016;

VI – MAIRA DALA COSTA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, com efeitos retroativos a 19 de maio de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de novembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 835/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 835/2016, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

Concede promoção vertical a servidoras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e considerando a avaliação efetuada pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – CPCCS, designada pelo Decreto nº 90/2015, de 29 de janeiro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida às servidoras de provimento estável do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionadas, Promoção Vertical, para a Faixa de Vencimento II:

I – KEILA JOSIANE METZGER CARNEIRO GULIANI, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche;

II – MARILUCE PEDRON, ocupante do cargo de Secretário Escolar;

III – ROSEMERI NOGUES BICHET RIOS, ocupante do cargo de Médico, matrícula 103276-00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de novembro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de novembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 836/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 836/2016, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

Concede Promoção Horizontal à servidora MONICA FACCIO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 20 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e no Decreto nº 5.705, de 14 de maio de 2012 e alteração, e considerando a avaliação efetuada pela comissão especialmente designada.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora MONICA FACCIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, do Quadro de Cargos do Poder Executivo, Promoção Horizontal, para a Faixa de Vencimento B.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 17 de novembro de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 837/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 837/2016, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016.
Concede abono de permanência à servidora ARLETE MARIA
GEHLEN DOS ANJOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do
Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 26, § 3º, da Lei Com-
plementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido à servidora ARLETE MARIA GEHLEN DOS
ANJOS, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, abono de
permanência, equivalente ao valor da sua contribuição previdenci-
ária, até a data da concessão da aposentadoria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com
efeitos retroativos a 1º de novembro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 17 de novembro de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 838/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 838/2016, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora REGI-
NEIA CARLA MARTINAZZO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do
Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complemen-
tar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2016, à servidora
REGINEIA CARLA MARTINAZZO, ocupante do cargo de Auxiliar de
Creche, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade,
convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efe-
tivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 6 de dezembro
de 2010 a 5 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 17 de novembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 839/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 839/2016, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor LEAN-
DRO JOSE HERMANN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do
Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complemen-
tar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2016, ao servidor
LEANDRO JOSE HERMANN, ocupante do cargo de Orientador de
Informática, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade,
convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efeti-
vo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de março de
2010 a 28 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 17 de novembro de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 840/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 840/2016, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SE-
DIANA ZANELLA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do
Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complemen-
tar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2016, à servidora
SEDIANA ZANELLA, ocupante do cargo de Atendente de Consultó-
rio Odontológico, um mês de licença, a título de prêmio por assidui-
dade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo
efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 11 de julho
de 2010 a 10 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de novembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 841/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 841/2016, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dá nova redação ao caput do art. 1º do Decreto nº 66/2015, de 22 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 2/2014.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações:

DECRETA:

Art. 1º O caput do art. 1º do Decreto nº 66/2015, de 22 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 2/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público, fica ampliado para “3” (três) o número de vagas para o cargo de Enfermeiro, disponibilizadas no Edital nº 2/2014.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de novembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 842/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 842/2016, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016.

Exonera, a pedido, a servidora TANAISA BARANOWSKI DOS SANTOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora TANAISA BARANOWSKI DOS SANTOS, do cargo de provimento em comissão de Responsável do Setor de Infraestrutura do Meio Rural, a partir de 28 de novembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de novembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 843/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 843/2016, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016.

Exonera, a pedido, o servidor WILLIAN CEZAR NESPOLO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor WILLIAN CEZAR NESPOLO, do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamentos, a partir de 18 de novembro de 2016.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de novembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 844/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 844/2016, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dá nova redação ao inciso IV do art. 1º do Decreto nº 145/2016, de 23 de fevereiro de 2016 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º O inciso IV do art. 1º do Decreto nº 145/2016, de 23 de fevereiro de 2016 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

IV – representantes da Assessoria de Planejamento:

a) efetivo: EMERSON BORTOLOTTI;

b) suplente: SANDRO MARTINI;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	NEUSA APARECIDA DAHMER Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
---	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de novembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 845/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 845/2016, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora MARIA SULMIRA MÜLLER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 3.815 dias, ou seja: 10 (dez) anos, 5 (cinco) meses e 15 (quinze) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora MARIA SULMIRA MÜLLER, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 26 de junho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de novembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6151

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.151, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2016.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, áreas de terras, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, arts. 5º, VIII e 80, I, "e", c/c o disposto no art. 5º, "i" do

Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, as áreas de terras abaixo descritas, necessárias para a duplicação da Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, neste Município:

I – área de terras de 80,12m2, do imóvel caracterizado como: parte da chácara nº 6; lote urbano nº 18 e partes dos lotes urbanos nºs. 19 e 20, situado à Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, neste Município, de propriedade de Rosane Bettu Grezzana e Valdecir Jose Grezzana, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 13.880, Livro nº 2 "AAG", tendo a área de 80,12m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa da área de Dilva Rubert Augustini, matrícula 26151, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397944,788 e N 6987704,076, seguindo com azimute 020º 48' 51,2178" e distância de 2,515 metros, confrontando neste trecho com Dilva Rubert Augustini, matrícula 26151, chega-se até o ponto P10 de coordenada E 397945,682 e N 6987706,427, seguindo com azimute 314º 42' 04,8979" e distância de 4,752 metros, confrontando neste trecho com a área de Rosane Bettu Grezzana, matrícula 13880, chega-se até o ponto P11 de coordenada E 397942,304 e N 6987709,770, seguindo com azimute 324º 22' 30,2459" e distância de 4,993 metros, confrontando neste trecho com a área de Rozane Bettu Grezzana, matrícula 13880, chega-se até o ponto P12 de coordenada E 397939,396 e N 6987713,828, seguindo com azimute 332º 07' 10,4192" e distância de 24,124 metros, confrontando neste trecho com a divisa da área de com a área de Rosane Bettu Grezzana, matrícula 13880, chega-se até o ponto P13 de coordenada E 397928,115 e N 6987735,152, seguindo com azimute 247º 27' 53,0554" e distância de 2,310 metros, confrontando neste trecho com a divisa da área de Neiva de Fátima, matrícula 4859, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397925,982 e N 6987734,267, seguindo com azimute 152º 07' 10,4192" e distância de 24,495 metros, confrontando neste trecho com a rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P08 de coordenada E 397937,436 e N 6987712,615, seguindo com azimute 144º 22' 30,2459" e distância de 5,343 metros, confrontando neste trecho com a rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P09 de coordenada E 397940,548 e N 6987708,272, seguindo com azimute 134º 42' 04,8979" e distância de 5,965 metros, confrontando neste trecho com a rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397944,788 e N 6987704,076;

II – área de terras de 59,73m2, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 01, da Quadra "A", situado na SC 283, esquina com a Rua "A", do Loteamento Refosco, neste Município, de propriedade de Neiva Fatima Bonassi Dutchevicz, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 4.859, Livro nº 2 "S", tendo a área de 59,73m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com Rosane Bettu Grezzana, matrícula 13880, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397925,982 e N 6987734,267, seguindo com azimute 067º 27' 53,0552" e distância de 2,210 metros, confrontando neste trecho com área de Rosane Bettu Grezzana, matrícula 13880, chega-se até o ponto P01 de coordenada E 397928,023 e N 6987735,114, seguindo com azimute 332º 38' 20,3256" e distância de 24,110 metros, confrontando neste trecho com a área de Neiva de Fátima Bonassi Dutchevicz, matrícula 4859, chega-se até o ponto P08 de coordenada E 397916,942 e N 6987756,526, seguindo com azimute 359º 15' 39,0475" e distância de 1,760 metros, confrontando neste trecho com a área de Neiva de Fátima Bonassi Dutchevicz, matrícula 4859, chega-se até o ponto P09 de coordenada E 397916,919 e N 6987758,287, seguindo com azimute 033º 22' 50,2173" e distância de 1,760 metros, confrontando neste trecho com área de Neiva

de Fátima Bonassi Dutchevicz, matrícula 4859, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397917,888 e N 6987759,756, seguindo com azimute 254° 21' 30,4969" e distância de 2,298 metros, confrontando neste trecho com a Rua José Reali, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397915,675 e N 6987759,137, seguindo com azimute 212° 01' 36,8537" e distância de 1,750 metros, confrontando neste trecho com a Rua Jose Reali, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397914,747 e N 6987757,654, seguindo com azimute 180° 15' 58,1489" e distância de 1,658 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397914,740 e N 6987755,996, seguindo com azimute 152° 38' 40,6929" e distância de 24,465 metros, confrontando neste trecho com Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397925,982 e N 6987734,267;

III – área de terras de 57,74m2, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 05, da Quadra "B", situado na SC 283, esquina com a Rua "A", do Loteamento Refosco, neste Município, de propriedade de Diva Metz, Neusa Lisete Bender e Silvio Israel Bender, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 4.856, Livro nº 2 "S", tendo a área de 57,74m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com a Rua José Reali, definido pela coordenada E 397909,793 e N 6987768,161, seguindo com azimute 076° 49' 00,7159" e distância de 2,754 metros, confrontando neste trecho com a Rua Jose Reali, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397912,474 e N 6987768,789, seguindo com azimute 308° 01' 29,2311" e distância de 4,429 metros, confrontando neste trecho com, Diva Metz, matrícula 4.856, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397908,985 e N 6987771,517, seguindo com azimute 331° 23' 15,8778" e distância de 22,814 metros, confrontando neste trecho com Diva Metz, matrícula 4.856 chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397898,061 e N 6987791,545, seguindo com azimute 259° 07' 22,9241" e distância de 2,230 metros, confrontando neste trecho com a área do Condomínio Residencial Colina Verde, matrícula 6697, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397895,870 e N 6987791,124, seguindo com azimute 151° 23' 15,8778" e distância de 23,926 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397907,328 e N 6987770,120, seguindo com azimute 128° 28' 14,9181" e distância de 3,148 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397909,793 e N 6987768,161;

IV – áreas de terras de 25,41m2 e 308,45m2, do imóvel caracterizado como: parte da chácara nº 07, destacada do lote rural 477, da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, situado na Rua Floriano Peixoto, atual Rua Romano Anselmo Fontana, neste Município, de propriedade de Nadir Sgarabotto e sua esposa, senhora Rosa Maria Sela Sgarabotto, e demais proprietários condôminos, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 6.697, Livro nº 2 "AB", tendo a área de 25,41m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com Diva Metz, matrícula 4856, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397895,870 e N 6987791,124, seguindo com azimute 079° 07' 22,9242" e distância de 6,638 metros, confrontando neste trecho com área de Diva Metz, matrícula 4856, chega-se até o ponto P24 de coordenada E 397902,389 e N 6987792,377, seguindo com azimute 330° 21' 30,8720" e distância de 5,057 metros, confrontando neste trecho com a área remanescente do Condomínio Residencial Colina Verde, matrícula 6697, chega-se até o ponto P19 de coordenada E 397899,888 e N 6987796,772, seguindo com azimute 241° 18' 58,6820" e distância de 6,291 metros, confrontando neste trecho a área de CASAN, sem matrícula, chega-se até o ponto P18 de coordenada E 397894,365 e N 6987793,759, seguindo com azimute 150° 15' 50,1740" e distância

de 3,027 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397895,870 e N 6987791,124; e a área de 308,45m2, as seguintes medidas e confrontações: Inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto P15 localizado na divisa com a área ocupada pela CASAN, sem matrícula e a rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397889,408 e N 6987802,437, seguindo com azimute 061° 18' 41,9108" e distância de 6,307 metros, confrontando neste trecho com área do Condomínio Residencial Colina Verde, matrícula 6697, chega-se até o ponto P20 de coordenada E 397894,941 e N 6987805,464, seguindo com azimute 334° 02' 39,7754" e distância de 12,023 metros, confrontando neste trecho com área do Condomínio Residencial Colina Verde, matrícula 6697, chega-se até o ponto P21 de coordenada E 397889,679 e N 6987816,275, seguindo com azimute 330° 34' 54,0725" e distância de 10,578 metros, confrontando neste trecho com área do Condomínio Residencial Colina Verde, matrícula 6697, chega-se até o ponto P22 de coordenada E 397884,483 e N 6987825,489, seguindo com azimute 327° 43' 01,2803" e distância de 14,309 metros, confrontando neste trecho com área do Condomínio Residencial Colina Verde, matrícula 6697, chega-se até o ponto P25 de coordenada E 397870,484 e N 6987846,951, seguindo com azimute 253° 50' 47,8954" e distância de 6,633 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 17712, chega-se até o ponto P11 de coordenada E 397864,112 e N 6987845,106, seguindo com azimute 145° 47' 48,6704" e distância de 13,268 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P12 de coordenada E 397871,571 e N 6987834,132, seguindo com azimute 147° 43' 01,2803" e distância de 14,046 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P13 de coordenada E 397879,073 e N 6987822,257, seguindo com azimute 150° 34' 54,0725" e distância de 10,230 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P14 de coordenada E 397884,098 e N 6987813,346, seguindo com azimute 154° 02' 39,7754" e distância de 12,133 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto P15 de coordenada E 397889,408 e N 6987802,437;

V – área de terras de 995,65m2, ao longo da Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, do imóvel caracterizado como: parte das chácaras nºs. 8 e 7, situado na Rua Romano Anselmo Fontana, neste Município, de propriedade de Luiz Fernando Furlan e Ana Maria Gonçalves Furlan, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 17.712, Livro nº 2 "AAV", tendo a área de 995,65m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com o Condomínio Residencial Colina Verde, matrícula 6697, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397864,112 e N 6987845,106, seguindo com azimute 073° 50' 47,8954" e distância de 8,613 metros, confrontando neste trecho com Condomínio Residencial Colina Verde, matrícula 6697, chega-se até o ponto P16 de coordenada E 397872,386 e N 6987847,502, seguindo com azimute 322° 05' 36,0528" e distância de 14,414 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 17712, chega-se até o ponto P17 de coordenada E 397863,530 e N 6987858,875, seguindo com azimute 318° 07' 15,9960" e distância de 13,727 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 17712, chega-se até o ponto P18 de coordenada E 397854,367 e N 6987869,095, seguindo com azimute 313° 55' 10,3597" e distância de 13,747 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 17712, chega-se até o ponto P19 de coordenada E 397844,465 e N 6987878,631, seguindo com

azimute 310° 30' 59,3339" e distância de 12,040 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 17712, chega-se até o ponto P20 de coordenada E 397835,311 e N 6987886,453, seguindo com azimute 309° 44' 14,7723" e distância de 30,714 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 17712, chega-se até o ponto P21 de coordenada E 397811,693 e N 6987906,087, seguindo com azimute 309° 40' 02,8498" e distância de 22,968 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 17712, chega-se até o ponto P22 de coordenada E 397794,013 e N 6987920,749, seguindo com azimute 309° 37' 00,1253" e distância de 16,166 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 17712, chega-se até o ponto P23 de coordenada E 397781,560 e N 6987931,057, seguindo com azimute 257° 49' 06,0056" e distância de 10,180 metros, confrontando neste trecho com Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P09 de coordenada E 397771,609 e N 6987928,909, seguindo com azimute 129° 37' 00,1253" e distância de 22,462 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P10 de coordenada E 397788,912 e N 6987914,586, seguindo com azimute 129° 40' 02,8780" e distância de 22,956 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P11 de coordenada E 397806,583 e N 6987899,932, seguindo com azimute 129° 44' 14,7723" e distância de 30,655 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P12 de coordenada E 397830,156 e N 6987880,336, seguindo com azimute 130° 30' 59,3338" e distância de 11,748 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P13 de coordenada E 397839,087 e N 6987872,703, seguindo com azimute 133° 55' 10,3597" e distância de 13,216 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P14 de coordenada E 397848,606 e N 6987863,536, seguindo com azimute 138° 07' 15,9960" e distância de 13,156 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P15 de coordenada E 397857,389 e N 6987853,741, seguindo com azimute 142° 05' 36,0527" e distância de 10,944 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397864,112 e N 6987845,106;

VI – área de terras de 661,13m2, ao longo da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, do imóvel caracterizado como: chácara nº 9, parte integrante do lote rural nº 476, da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, situado na Rua Romano Anselmo Fontana, de propriedade de Luiz Fernando Furlan e Ana Maria Gonçalves Furlan, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 11.236, Livro nº 2 "AT", tendo a área de 661,13m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com a área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 17712, e a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397771,609 e N 6987928,909, seguindo com azimute 077° 49' 06,0056" e distância de 8,866 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 17712, chega-se até o ponto P12 de coordenada E 397780,275 e N 6987930,780, seguindo com azimute 309° 57' 28,2051" e distância de 12,677 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P13 de coordenada E 397770,558 e N 6987938,921, seguindo com azimute 309° 57' 28,2051" e distância de 7,101 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P14 de coordenada E 397765,115 e N 6987943,482, seguindo com azimute 312° 09' 33,4301" e distância de 5,484 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P15 de coordenada E 397761,050 e N 6987947,163, seguindo com azimute 312° 09' 33,4301" e

distância de 5,532 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P16 de coordenada E 397756,949 e N 6987950,876, seguindo com azimute 313° 35' 23,3025" e distância de 4,807 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P17 de coordenada E 397753,468 e N 6987954,190, seguindo com azimute 313° 35' 23,3026" e distância de 4,240 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P18 de coordenada E 397750,397 e N 6987957,113, seguindo com azimute 324° 15' 54,2437" e distância de 2,839 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P19 de coordenada E 397748,739 e N 6987959,417, seguindo com azimute 324° 15' 54,2437" e distância de 3,137 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P20 de coordenada E 397746,907 e N 6987961,964, seguindo com azimute 330° 04' 25,3481" e distância de 8,061 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P21 de coordenada E 397742,885 e N 6987968,950, seguindo com azimute 330° 04' 25,3481" e distância de 8,579 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P22 de coordenada E 397738,605 e N 6987976,385, seguindo com azimute 327° 25' 12,2430" e distância de 6,751 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P23 de coordenada E 397734,970 e N 6987982,074, seguindo com azimute 327° 25' 12,2430" e distância de 6,616 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P24 de coordenada E 397731,408 e N 6987987,648, seguindo com azimute 326° 58' 33,8323" e distância de 10,927 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P25 de coordenada E 397725,453 e N 6987996,810, seguindo com azimute 326° 58' 33,8323" e distância de 7,853 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P26 de coordenada E 397721,173 e N 6988003,394, seguindo com azimute 260° 29' 49,7565" e distância de 7,634 metros, confrontando neste trecho com área de Sirlei Ana de Andrade, matrícula 18880, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397713,644 e N 6988002,133, seguindo com azimute 146° 58' 33,8323" e distância de 21,799 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397725,524 e N 6987983,856, seguindo com azimute 147° 25' 12,2430" e distância de 13,177 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397732,619 e N 6987972,752, seguindo com azimute 150° 04' 25,3481" e distância de 16,833 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P08 de coordenada E 397741,017 e N 6987958,164, seguindo com azimute 144° 15' 54,2437" e distância de 4,794 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P09 de coordenada E 397743,817 e N 6987954,272, seguindo com azimute 144° 15' 54,2437" e distância de 2,191 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P10 de coordenada E 397745,097 e N 6987952,494, seguindo com azimute 132° 49' 30,7798" e distância de 21,024 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P11 de coordenada E 397760,516 e N 6987938,202, seguindo com azimute 129° 57' 28,2051" e distância de 14,471 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397771,609 e N 6987928,909;

VII – área de terras de 179,49m2, do imóvel caracterizado como: parte da chácara nº 10, da Colônia Concórdia, propriedade Rio do

Engano, situado a Rua Romano Anselmo Fontana, de propriedade de Sirlei Ana de Andrade, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 15.627, Livro nº 2 "AAN", tendo a área de 179,49m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com a área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397713,644 e N 6988002,133, seguindo com azimute 080° 29' 49,7565" e distância de 5,855 metros, confrontando neste trecho com Luiz Fernando Furlan, Matrícula 11236, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397719,418 e N 6988003,100, seguindo com azimute 326° 31' 23,5310" e distância de 33,508 metros, confrontando neste trecho com área de Sirlei Ana de Andrade, matrícula 15627, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397700,935 e N 6988031,050, seguindo com azimute 261° 14' 26,0302" e distância de 5,890 metros, confrontando neste trecho com área Euclides Antonio Marcon, Matrícula 37303, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397695,114 e N 6988030,153, seguindo com azimute 146° 31' 23,5310" e distância de 33,592 metros, confrontando neste trecho com Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397713,644 e N 6988002,133;

VIII – área de terras de 95,96m², ao longo da Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, do imóvel caracterizado como: parte da chácara nº 10, do 6º Bloco da Colônia Concórdia, propriedade de Rio do Engano, situada na Rua Romano Anselmo Fontana, de propriedade de Euclides Antonio Marcon e sua esposa, senhora Iracema Cella Marcon, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 37.303, Livro de Transcrição das Transmissões nº 3AI, fls. 275, tendo a área de 95,96m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com Sirlei Ana de Andrade, matrícula 15627, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397695,114 e N 6988030,153, seguindo com azimute 081° 14' 26,0303" e distância de 2,817 metros, confrontando neste trecho com Sirlei Ana de Andrade, matrícula 15627, chega-se até o ponto P09 de coordenada E 397697,898 e N 6988030,582, seguindo com azimute 323° 47' 41,3216" e distância de 12,983 metros, confrontando neste trecho com área de Euclides Antonio Marcon, matrícula 37303, chega-se até o ponto P10 de coordenada E 397690,230 e N 6988041,057, seguindo com azimute 319° 36' 42,9991" e distância de 15,536 metros, confrontando neste trecho com área de Euclides Antonio Marcon, matrícula 37303, chega-se até o ponto P11 de coordenada E 397680,163 e N 6988052,891, seguindo com azimute 314° 57' 40,8200" e distância de 11,322 metros, confrontando neste trecho com Euclides Antonio Marcon, matrícula 37303, chega-se até o ponto P12 de coordenada E 397672,152 e N 6988060,891, seguindo com azimute 262° 21' 23,8216" e distância de 2,896 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 2563, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397669,282 e N 6988060,506, seguindo com azimute 134° 57' 40,8200" e distância de 11,696 metros, confrontando neste trecho com a Rua Rech, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397677,558 e N 6988052,241, seguindo com azimute 139° 36' 42,9991" e distância de 15,343 metros, confrontando neste trecho com a Rua Rech, chega-se até o ponto P08 de coordenada E 397687,500 e N 6988040,555, seguindo com azimute 143° 47' 41,3216" e distância de 12,891 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397695,114 e N 6988030,153;

IX – área de terras de 38,62m², do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 237, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Eliane Paula Sbardella Pastre e Marcio Luis Sbardella, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 17.430, Livro nº 2 – "AAU", tendo a área de 38,62m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com Jacinto Tochetto, matrícula

4.237 e Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397287,844 e N 6988333,468, seguindo com azimute 066° 51' 04,1165" e distância de 2,409 metros, confrontando neste trecho com Jacinto Tochetto, matrícula 4.237, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397290,060 e N 6988334,416, seguindo com azimute 341° 53' 39,0483" e distância de 16,165 metros, confrontando neste trecho com Eliane Sbardella e Marcio Luis Sbardella, matrícula 17430, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397285,036 e N 6988349,780, seguindo com azimute 246° 41' 09,0402" e distância de 2,390 metros, confrontando neste trecho com Eliane Sbardella e Marcio Luis Sbardella, matrícula 17461, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397282,843 e N 6988348,835, seguindo com azimute 161° 57' 54,9194" e distância de 16,160 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397287,844 e N 6988333,468;

X – área de terras de 35,61m², do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 239, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Marcio Luis Sbardella e Eliane Paula Sbardella Pastre, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 17.461, Livro nº 2 "AAU", tendo a área de 35,61m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com Eliane Sbardella e Marcio Luis Sbardella, matrícula 17430, e Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397282,843 e N 6988348,835, seguindo com azimute 066° 41' 09,0408" e distância de 2,433 metros, confrontando neste trecho com Eliane Sbardella e Marcio Luis Sbardella, matrícula 17430, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397285,075 e N 6988349,797, seguindo com azimute 346° 05' 14,9843" e distância de 14,814 metros, confrontando neste trecho com Eliane Sbardella e Marcio Luis Sbardella, matrícula 17461, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397281,513 e N 6988364,177, seguindo com azimute 247° 46' 44,1770" e distância de 2,425 metros, confrontando neste trecho com área da Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 17431, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397279,268 e N 6988363,259, seguindo com azimute 166° 05' 14,9843" e distância de 14,861 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397282,841 e N 6988348,834;

XI – área de terras de 45,13m², do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 241, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade da empresa Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 17.431, Livro nº 2 "AAU", tendo a área de 45,13m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com Eliane Paula Sbardella, matrícula 17461, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397279,268 e N 6988363,259, seguindo com azimute 067° 46' 44,1770" e distância de 3,086 metros, confrontando neste trecho com Eliane Paula Sbardella, matrícula 17461, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397282,125 e N 6988364,427, seguindo com azimute 351° 22' 15,6105" e distância de 14,919 metros, confrontando neste trecho com área da Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 17431, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397279,887 e N 6988379,177, seguindo com azimute 252° 22' 42,5489" e distância de 3,037 metros, confrontando neste trecho com área da Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 17464, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397276,992 e N 6988378,257, seguindo com azimute 171° 22' 15,2560" e distância de 15,170 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397279,268 e N 6988363,259;

XII – área de terras de 46,11m², do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 273, situado na Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade da empresa Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 17.464, Livro nº 2 “AAU”, tendo a área de 46,11m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com área da Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 17431, e a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397276,992 e N 6988378,259, seguindo com azimute 072° 22' 42,5249" e distância de 3,047 metros, confrontando neste trecho com área da Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 17431, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397279,896 e N 6988379,180, seguindo com azimute 352° 24' 18,9290" e distância de 15,283 metros, confrontando neste trecho com área da Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 17464, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397277,876 e N 6988394,329, seguindo com azimute 256° 56' 50,3106" e distância de 3,009 metros, confrontando neste trecho com área de Lioni Ines Bender, matrícula 4537, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397274,944 e N 6988393,649, seguindo com azimute 172° 25' 19,0550" e distância de 15,527 metros, confrontando neste trecho com a rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397276,992 e N 6988378,257;

XIII – área de terras de 44,80m², do imóvel caracterizado como: lotes urbanos nºs. 271 e 276, da Quadra “I”, do Loteamento Santa Cruz, situado na Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade da empresa Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 18.807, Livro nº 2 “BB”, tendo a área de 44,80m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com a área de Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 4723, e a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397270,408 e N 6988423,809, seguindo com azimute 078° 47' 19,9944" e distância de 3,003 metros, confrontando neste trecho com área da Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 4723, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397273,354 e N 6988424,393, seguindo com azimute 351° 26' 46,0698" e distância de 14,940 metros, confrontando neste trecho com área da Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 18807, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397271,132 e N 6988439,167, seguindo com azimute 258° 34' 24,0289" e distância de 3,004 metros, confrontando neste trecho com divisa área de Gentil Broetto, matrícula 2821, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397268,187 e N 6988438,572, seguindo com azimute 171° 26' 46,0698" e distância de 14,928 metros, confrontando neste trecho com a rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397270,408 e N 6988423,809;

XIV – área de terras de 44,96m², do imóvel caracterizado como: lotes urbanos nºs. 275 e 270, situado entre as Ruas Senador Atílio Francisco Xavier Fontana e Rua Rech, da Quadra I, do Loteamento Santa Cruz, no Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade da empresa Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 4.723, Livro nº 2 “R”, tendo a área de 44,96m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com a área de Lioni Ines Bender, matrícula 4537, e a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397272,637 e N 6988408,992, seguindo com azimute 078° 51' 35,2947" e distância de 3,003 metros, confrontando neste trecho com Lioni Ines Bender, matrícula 4537, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397275,583 e N 6988409,572, seguindo com azimute 351° 26' 46,0698" e distância de 14,988 metros, confrontando neste trecho com área da Zametal Técnica

e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 4723, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397273,354 e N 6988424,393, seguindo com azimute 258° 47' 19,9944" e distância de 3,003 metros, confrontando neste trecho com com Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 18807, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397270,408 e N 6988423,809, seguindo com azimute 171° 26' 46,0698" e distância de 14,984 metros, confrontando neste trecho com rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397272,637 e N 6988408,992;

XV – área de terras de 46,40m², do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 274, da Quadra “I”, situado na Rua “D”, do Loteamento Santa Cruz, distante 105,00 metros da esquina com a Rua “E”, neste Município, de propriedade de Clarice Bender e seu esposo, senhor Osvaldo Prando e de Lioni Ines Bender, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 4.537, Livro nº 2 – “R”, tendo a área de 46,40m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com a área da Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 17464, e a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397274,944 e N 6988393,649, seguindo com azimute 076° 56' 50,3106" e distância de 3,009 metros, confrontando neste trecho com Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 17464 chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397277,876 e N 6988394,329, seguindo com azimute 351° 26' 46,0698" e distância de 15,415 metros, confrontando neste trecho com área de Lioni Inês Bender, matrícula 4537, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397275,583 e N 6988409,572, seguindo com azimute 258° 51' 35,2947" e distância de 3,003 metros, confrontando neste trecho com área da Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 4723, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397272,637 e N 6988408,992, seguindo com azimute 171° 26' 46,0698" e distância de 15,516 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397274,944 e N 6988393,649;

XVI – área de terras de 36,78m², do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 277, da Quadra “A”, situado na Rua “D”, distante 60 metros da esquina com a Rua “E”, no Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Gentil Broetto e sua esposa, senhora Rosane Lasarin Broetto, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 2.821, Livro nº 2 – “J”, tendo a área de 36,78m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado em divisa de área de Zametal, matrícula 18807, e a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397268,187 e N 6988438,572, seguindo com azimute 078° 34' 24,0290" e distância de 2,453 metros, confrontando neste trecho com Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 18807, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397270,592 e N 6988439,058, seguindo com azimute 351° 26' 46,0698" e distância de 15,034 metros, confrontando neste trecho com a área de Gentil Broetto, matrícula 2821, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397268,356 e N 6988453,925, seguindo com azimute 257° 39' 06,1366" e distância de 2,455 metros, confrontando neste trecho com divisa de área de Fábrica de Carrocerias Fransozi Ltda., matrícula 549, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397265,957 e N 6988453,400, seguindo com azimute 171° 26' 46,0698" e distância de 14,995 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397268,187 e N 6988438,572;

XVII – área de terras de 49,39m², do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 151, da Quadra “E”, situado na Rodovia SC 283, distante 35 metros da esquina com a Rua E, Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Angela Albiero Longo, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 3.753, Livro nº 2 “N”, tendo a área de 49,39m², as seguintes medidas e

confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado em divisa entre área a ser desapropriada desta matrícula 3753, Osvaldo Alves Vieira, matrícula 4073, e Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397251,028 e N 6988567,477, seguindo com azimute 080° 51' 43,4112" e distância de 4,002 metros, confrontando neste trecho com Osvaldo Alves Vieira, matrícula 4073, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397254,980 e N 6988568,112, seguindo com azimute 352° 34' 38,2424" e distância de 12,286 metros, confrontando neste trecho com Angela Albiero Longo, matrícula 3753, chega-se até o ponto P08 de coordenada E 397253,392 e N 6988580,295, seguindo com azimute 262° 39' 22,0508" e distância de 4,000 metros, confrontando neste trecho com Walmy Confecções Ltda. – ME, matrícula 12387, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397249,425 e N 6988579,784, seguindo com azimute 172° 34' 38,2424" e distância de 12,411 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397251,028 e N 6988567,477;

XVIII – área de terras de 56,25m2, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 149, da Quadra "E", do Loteamento Santa Cruz, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Walmy Confecções Ltda. – ME, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 12.387, Livro nº 2 – "AZ", tendo a área de 56,25m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com a área de Angela Albiero Longo, matrícula 3753, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397249,425 e N 6988579,784, seguindo com azimute 082° 39' 22,0508" e distância de 4,450 metros, confrontando neste trecho com Angela Albiero Longo, matrícula 3753, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397253,839 e N 6988580,353, seguindo com azimute 352° 45' 06,8294" e distância de 12,637 metros, confrontando neste trecho com Walmy Confecções Ltda. – ME, matrícula 12387, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397252,244 e N 6988592,889, seguindo com azimute 262° 45' 06,8293" e distância de 4,450 metros, confrontando neste trecho Edipo Leomar Resmim, matrícula 18286, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397247,830 e N 6988592,328, seguindo com azimute 172° 45' 06,8294" e distância de 12,644 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397249,425 e N 6988579,784;

XIX – área de terras de 67,13m2, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 147, da Quadra "E", situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, no Loteamento Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Edipo Leomar Resmim e Evandra Aparecida Neotti Resmin, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 18.286, Livro nº 2 "AAZ", tendo a área de 67,13m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com Walmy Confecções Ltda. – ME, matrícula 12387, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397247,830 e N 6988592,328, seguindo com azimute 082° 23' 54,5613" e distância de 5,408 metros, confrontando neste trecho com Walmy Confecções Ltda. – ME, matrícula 12387, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397253,195 e N 6988593,017, seguindo com azimute 349° 17' 05,6452" e distância de 12,424 metros, confrontando neste trecho com Edipo Leomar Resmim, matrícula 18286, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397250,880 e N 6988605,250, seguindo com azimute 262° 33' 11,6539" e distância de 5,409 metros, confrontando neste trecho com de Jairo Resmim, matrícula 20940, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397245,517 e N 6988604,549, seguindo com azimute 169° 17' 05,6452" e distância de 12,439 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397247,830 e N 6988592,328;

XX – área de terras de 67,13m2, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 145, da Quadra "E", do Loteamento Santa Cruz, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Jairo Resmim e sua esposa, senhora Neusa Rita Detofano Resmim, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 20.940, Livro nº 2 "BJ", tendo a área de 67,13m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa área de Edipo Leomar Resmim, matrícula 18286, e a Rua Senador Francisco Xavier Fontana definido pela coordenada E 397245,517 e N 6988604,549, seguindo com azimute 082° 33' 11,6539" e distância de 5,409 metros, confrontando neste trecho com Edipo Leomar Resmim, matrícula 18286, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397250,880 e N 6988605,250, seguindo com azimute 349° 17' 05,6452" e distância de 12,424 metros, confrontando neste trecho com área de Jairo Resmim, matrícula 20940, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397248,570 e N 6988617,457, seguindo com azimute 262° 42' 43,7060" e distância de 5,410 metros, confrontando neste trecho com área de Severino Alberto Casagrande Junior, matrícula 1781, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397243,205 e N 6988616,771, seguindo com azimute 169° 17' 05,6452" e distância de 12,439 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397245,517 e N 6988604,549;

XXI – área de terras de 42,51m2, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 143, da Quadra "E", do Loteamento Santa Cruz, situado no lado par da Rua "D", neste Município, de propriedade de Severino Alberto Casagrande Junior, sendo usufrutuários Severino Alberto Casagrande e Neusa Vanda Studzinski, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 1.781, Livro nº 2 "F", tendo a área de 42,51m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com Jairo Resmim, matrícula 20940, e a rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397243,205 e N 6988616,771, seguindo com azimute 082° 42' 43,7059" e distância de 3,458 metros, confrontando neste trecho com Jairo Resmim, matrícula 20940, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397246,635 e N 6988617,210, seguindo com azimute 348° 42' 08,5980" e distância de 12,335 metros, confrontando neste trecho com área de Severino Alberto Casagrande Junior, matrícula 1781, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397244,218 e N 6988629,306, seguindo com azimute 262° 19' 36,8672" e distância de 3,457 metros, confrontando neste trecho com divisa entre área de RCM Com. e Cons. de Balanças e Equip. Ltda., matrícula 29989, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397240,792 e N 6988628,845, seguindo com azimute 168° 42' 08,5979" e distância de 12,312 metros, confrontando neste trecho com a rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397243,205 e N 6988616,771;

XXII – área de terras de 174,81m2, do imóvel caracterizado como: lotes urbanos nºs. 135 e 137, da Quadra "E", situados na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Ruy Perizzolo, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 21.780, Livro nº 2 – "BN", tendo a área de 174,81m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com a área de RCM Com. e Cons. de Balanças e Equip. Ltda., matrícula 29989, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397233,797 e N 6988653,420, seguindo com azimute 083° 02' 20,1876" e distância de 6,276 metros, confrontando neste trecho com RCM Com. e Cons. de Balanças e Equip. Ltda., matrícula 29989, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397240,027 e N 6988654,181, seguindo com azimute 340° 59' 47,2253" e distância de 28,287 metros, confrontando neste trecho com Ruy Perizzolo, matrícula 21780, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397230,816 e

N 6988680,926, seguindo com azimute 263° 48' 01,8534" e distância de 6,361 metros, confrontando neste trecho com a divisa entre área de Genuino Ragnini e esposa, matrícula 969, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397224,492 e N 6988680,239, seguindo com azimute 160° 51' 52,3982" e distância de 28,388 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, matrícula 20941, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397233,797 e N 6988653,420;

XXIII – área de terras de 75,80m2, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 133, da Quadra "E", situado no lado direito da Rua "D", distante 15m da Rua "E" Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, distante 15 metros da esquina com a Travessa Balbinot, Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Genuino Ragnini e esposa, senhora Rosangela Bussolotto Ragnini, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 969, Livro nº 2 "C", tendo a área de 75,80m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com a área de Ruy Perizzolo, matrícula 21780, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana definido pela coordenada E 397224,492 e N 6988680,239, seguindo com azimute 083° 48' 01,8529" e distância de 4,987 metros, confrontando neste trecho com Ruy Perizzolo, matrícula 21780, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397229,450 e N 6988680,778, seguindo com azimute 340° 20' 16,9893" e distância de 15,651 metros, confrontando neste trecho com área de Genuino Ragnini, matrícula 969, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397224,184 e N 6988695,516, seguindo com azimute 263° 20' 18,5239" e distância de 4,978 metros, confrontando neste trecho com a divisa entre área de Laurindo Borges de Souza, matrícula 17453, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397219,240 e N 6988694,939, seguindo com azimute 160° 20' 16,9893" e distância de 15,609 metros, confrontando neste trecho a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397224,492 e N 6988680,239;

XXIV – área de terras de 39,34m2, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 262, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Camila da Campo e Isabela Maria da Campo, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob 17.433, Livro nº 2 "AAU", tendo a área de 39,34m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com Gerson Spagnol, matrícula 18295, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397179,151 e N 6988780,866, seguindo com azimute 080° 46' 28,6668" e distância de 2,627 metros, confrontando neste trecho com área de Gerson Spagnol, matrícula 18295, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397181,718 e N 6988781,288, seguindo com azimute 326° 46' 59,6791" e distância de 16,394 metros, confrontando neste trecho com Camila da Campo, matrícula 17433, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397172,737 e N 6988795,003, seguindo com azimute 260° 38' 55,5991" e distância de 2,624 metros, confrontando neste trecho com Eliomar Jose Lucatelli, matrícula 17462, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397170,148 e N 6988794,577, seguindo com azimute 146° 46' 59,6791" e distância de 16,388 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397179,125 e N 6988780,867;

XXV – área de terras de 48,88m2, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 263, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Eliomar Jose Lucatelli, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob 17.462, Livro nº 2 – "AAU", tendo a área de 48,88m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com a área de Camila da Campo, matrícula 17433 e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397170,150

e N 6988794,577, seguindo com azimute 080° 38' 55,6822" e distância de 2,369 metros, confrontando neste trecho com Camila da Campo, matrícula 17433, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397172,485 e N 6988794,962, seguindo com azimute 327° 36' 25,8414" e distância de 25,257 metros, confrontando neste trecho com Eliomar Jose Lucatelli, matrícula 17462, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397158,954 e N 6988816,289, seguindo com azimute 281° 58' 34,3887" e distância de 2,257 metros, confrontando neste trecho com Valdir Antonio Kanigoski, matrícula 2609, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397156,746 e N 6988816,757, seguindo com azimute 148° 51' 36,6389" e distância de 25,915 metros confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397170,147 e N 6988794,577;

XXVI – área de terras de 55,74m2, do imóvel caracterizado como: parte do lote rural nº 471, do 8º Bloco da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, individuado como terreno urbano sem denominação especial, situado no lado esquerdo de uma rua particular, esquina com a Rodovia Concórdia à Seara, nas proximidades do Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Danilo Lupato e sua esposa, senhora Conceição Gonçalves Lupato, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 1.368, Livro nº 2 – "E", tendo a área de 55,74m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto P01 localizado na divisa com a área remanescente desta matrícula 1368 e a Rua Carlos Maziero, definido pela coordenada E 397131,540 e N 6988820,501, seguindo com azimute 027° 15' 16,0846" e distância de 2,115 metros, confrontando neste trecho com a Rua Carlos Maziero, chega-se até o ponto P02 de coordenada E 397132,509 e N 6988822,381, seguindo com azimute 324° 48' 56,9202" e distância de 39,829 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397109,559 e N 6988854,934, seguindo com azimute 304° 57' 56,3824" e distância de 4,873 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397105,566 e N 6988857,727, seguindo com azimute 279° 47' 48,8864" e distância de 2,811 metros, confrontando neste trecho com a Rua Fortunato Zoletti, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397102,796 e N 6988858,205, seguindo com azimute 125° 00' 05,4844" e distância de 7,207 metros, confrontando neste trecho com Danilo Lupato, matrícula 1368, chega-se até o ponto P12 de coordenada E 397108,699 e N 6988854,071, seguindo com azimute 144° 48' 56,9202" e distância de 38,892 metros, confrontando neste trecho com Danilo Lupato, matrícula 1368, chega-se até o ponto P11 de coordenada E 397131,109 e N 6988822,284, seguindo com azimute 166° 24' 43,2289" e distância de 1,835 metros, confrontando neste trecho com Danilo Lupato, matrícula 1368, e finaliza no ponto P01 de coordenada E 397131,540 e N 6988820,501;

XXVII – área de terras de 3.614,26m2, do imóvel caracterizado como: chácara nº 2, constituída do lote rural nº 477, do 8º Bloco, neste Município, de propriedade da empresa BRF S.A., registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 111, Livro nº 2, tendo a área de 3.614,26m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado em divisa entre área a ser desapropriada da matrícula 111, BRF S.A., matrícula 111, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana definido pela coordenada E 397630,878 e N 6988058,359, seguindo com azimute 307° 39' 33,9706" e distância de 8,769 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P01 de coordenada E 397623,936 e N 6988063,717, seguindo com azimute 302° 45' 29,4647" e distância de 13,619 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P02 de coordenada E 397612,483 e N 6988071,086, seguindo com azimute 302° 50' 23,7231" e distância

de 5,512 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397607,852 e N 6988074,075, seguindo com azimute 299° 12' 31,0186" e distância de 7,337 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397601,448 e N 6988077,655, seguindo com azimute 296° 08' 31,0554" e distância de 6,801 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397595,343 e N 6988080,652, seguindo com azimute 292° 59' 28,6386" e distância de 1,610 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397593,861 e N 6988081,281, seguindo com azimute 292° 35' 00,9263" e distância de 6,019 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397588,303 e N 6988083,592, seguindo com azimute 291° 25' 50,2986" e distância de 11,629 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P08 de coordenada E 397577,478 e N 6988087,841, seguindo com azimute 290° 48' 05,3855" e distância de 12,808 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P09 de coordenada E 397565,505 e N 6988092,390, seguindo com azimute 290° 51' 53,4694" e distância de 10,503 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P10 de coordenada E 397555,691 e N 6988096,130, seguindo com azimute 290° 59' 35,7633" e distância de 16,449 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P11 de coordenada E 397540,334 e N 6988102,023, seguindo com azimute 291° 40' 49,3218" e distância de 6,062 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P12 de coordenada E 397534,701 e N 6988104,263, seguindo com azimute 292° 17' 58,3209" e distância de 15,745 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P13 de coordenada E 397520,134 e N 6988110,237, seguindo com azimute 294° 21' 56,7176" e distância de 7,740 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P14 de coordenada E 397513,083 e N 6988113,430, seguindo com azimute 296° 53' 26,4838" e distância de 11,990 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P15 de coordenada E 397502,389 e N 6988118,853, seguindo com azimute 298° 56' 40,4524" e distância de 18,321 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P16 de coordenada E 397486,356 e N 6988127,720, seguindo com azimute 300° 16' 15,3862" e distância de 8,199 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P17 de coordenada E 397479,275 e N 6988131,853, seguindo com azimute 301° 10' 48,7742" e distância de 6,448 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P18 de coordenada E 397473,759 e N 6988135,192, seguindo com azimute 303° 05' 59,2672" e distância de 9,390 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P19 de coordenada E 397465,892 e N 6988140,320, seguindo com azimute 303° 53' 20,1568" e distância de 22,191 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P20 de coordenada E 397447,471 e N 6988152,693, seguindo com azimute 305° 32' 09,4202" e distância de 17,702 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P21 de coordenada E 397433,066 e N 6988162,982, seguindo com azimute 305° 07' 12,1681" e distância de 28,207 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P22 de coordenada E 397409,994 e N 6988179,209, seguindo com azimute 305° 46' 33,8155" e distância

de 27,033 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P23 de coordenada E 397388,062 e N 6988195,013, seguindo com azimute 307° 31' 06,5413" e distância de 18,315 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P24 de coordenada E 397373,535 e N 6988206,167, seguindo com azimute 307° 18' 54,1439" e distância de 11,268 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P25 de coordenada E 397364,574 e N 6988212,998, seguindo com azimute 311° 01' 29,8592" e distância de 10,215 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P26 de coordenada E 397356,867 e N 6988219,703, seguindo com azimute 312° 29' 19,4177" e distância de 8,169 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P27 de coordenada E 397350,843 e N 6988225,221, seguindo com azimute 314° 44' 00,6927" e distância de 9,503 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P28 de coordenada E 397344,092 e N 6988231,909, seguindo com azimute 318° 29' 18,9187" e distância de 17,802 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P29 de coordenada E 397332,293 e N 6988245,240, seguindo com azimute 320° 19' 23,0333" e distância de 1,026 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P30 de coordenada E 397331,639 e N 6988246,029, seguindo com azimute 320° 19' 23,0046" e distância de 13,633 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P31 de coordenada E 397322,935 e N 6988256,522, seguindo com azimute 321° 53' 18,0950" e distância de 10,492 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P32 de coordenada E 397316,459 e N 6988264,777, seguindo com azimute 322° 16' 22,6944" e distância de 3,490 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P33 de coordenada E 397314,323 e N 6988267,537, seguindo com azimute 322° 16' 22,6945" e distância de 3,147 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P34 de coordenada E 397312,398 e N 6988270,026, seguindo com azimute 322° 16' 22,6944" e distância de 13,224 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P35 de coordenada E 397304,306 e N 6988280,486, seguindo com azimute 324° 36' 42,3351" e distância de 24,044 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P36 de coordenada E 397290,382 e N 6988300,087, seguindo com azimute 328° 31' 06,6785" e distância de 9,193 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P37 de coordenada E 397285,581 e N 6988307,927, seguindo com azimute 330° 54' 57,2654" e distância de 5,892 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P38 de coordenada E 397282,717 e N 6988313,076, seguindo com azimute 328° 32' 39,4091" e distância de 1,147 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P39 de coordenada E 397282,119 e N 6988314,054, seguindo com azimute 331° 55' 13,5932" e distância de 1,812 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P40 de coordenada E 397281,266 e N 6988315,653, seguindo com azimute 259° 59' 12,6436" e distância de 0,018 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P234 de coordenada E 397281,248 e N 6988315,650, seguindo com azimute 151° 53' 20,2143" e distância de 31,378 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P233 de coordenada E 397296,033 e N 6988287,974,

segundo com azimute 223° 01' 09,5559" e distância de 4,990 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P232 de coordenada E 397292,628 e N 6988284,325, seguindo com azimute 143° 35' 18,7779" e distância de 24,956 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P231 de coordenada E 397307,442 e N 6988264,241, seguindo com azimute 142° 51' 18,1250" e distância de 11,438 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P230 de coordenada E 397314,349 e N 6988255,123, seguindo com azimute 142° 31' 20,7574" e distância de 13,028 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula desconhecida, chega-se até o ponto P229 de coordenada E 397322,276 e N 6988244,784, seguindo com azimute 142° 33' 32,1602" e distância de 4,873 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula desconhecida, chega-se até o ponto P228 de coordenada E 397325,238 e N 6988240,915, seguindo com azimute 136° 58' 49,0954" e distância de 7,920 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula desconhecida, chega-se até o ponto P227 de coordenada E 397330,641 e N 6988235,125, seguindo com azimute 136° 19' 24,7342" e distância de 12,664 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula desconhecida, chega-se até o ponto P226 de coordenada E 397339,387 e N 6988225,965, seguindo com azimute 135° 14' 46,3161" e distância de 5,595 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula desconhecida, chega-se até o ponto P225 de coordenada E 397343,326 e N 6988221,992, seguindo com azimute 135° 59' 01,1879" e distância de 6,014 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula desconhecida, e BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P224 de coordenada E 397347,505 e N 6988217,667, seguindo com azimute 134° 41' 38,1324" e distância de 3,981 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P223 de coordenada E 397350,335 e N 6988214,867, seguindo com azimute 132° 27' 09,7854" e distância de 10,069 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P222 de coordenada E 397357,765 e N 6988208,071, seguindo com azimute 131° 03' 25,4272" e distância de 14,694 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P221 de coordenada E 397368,845 e N 6988198,419, seguindo com azimute 129° 10' 45,4316" e distância de 8,553 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P220 de coordenada E 397375,475 e N 6988193,016, seguindo com azimute 126° 03' 53,3251" e distância de 18,036 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P219 de coordenada E 397390,055 e N 6988182,398, seguindo com azimute 048° 19' 53,0434" e distância de 0,626 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P218 de coordenada E 397390,522 e N 6988182,814, seguindo com azimute 117° 06' 40,8927" e distância de 0,584 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P217 de coordenada E 397391,043 e N 6988182,548, seguindo com azimute 126° 12' 37,7284" e distância de 20,029 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P216 de coordenada E 397407,203 e N 6988170,716, seguindo com azimute 124° 21' 07,2422" e distância de 43,213 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P215 de coordenada E 397442,879 e N 6988146,332, seguindo com azimute 127° 24' 43,8263" e distância de 22,441 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P214 de coordenada E 397460,704 e N 6988132,698, seguindo com azimute 134° 06' 25,4224" e distância de 5,533 metros, confrontando neste trecho com BRF SA, matrícula 111, chega-se até o ponto P213 de coordenada E 397464,677 e N 6988128,847, seguindo com azimute 113° 31' 50,7512" e distância de 1,673 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P212 de coordenada E 397466,211 e N 6988128,179, seguindo com azimute 125° 57' 53,8358" e

distância de 10,029 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P211 de coordenada E 397474,328 e N 6988122,289, seguindo com azimute 121° 49' 08,0165" e distância de 21,280 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P210 de coordenada E 397492,411 e N 6988111,069, seguindo com azimute 117° 43' 23,5173" e distância de 13,386 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P209 de coordenada E 397504,259 e N 6988104,842, seguindo com azimute 114° 47' 41,3782" e distância de 10,702 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P208 de coordenada E 397513,974 e N 6988100,354, seguindo com azimute 110° 00' 13,8465" e distância de 49,571 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P207 de coordenada E 397560,555 e N 6988083,397, seguindo com azimute 107° 48' 06,6321" e distância de 11,382 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P206 de coordenada E 397571,392 e N 6988079,917, seguindo com azimute 108° 06' 54,6074" e distância de 23,640 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P205 de coordenada E 397593,860 e N 6988072,566, seguindo com azimute 111° 55' 01,1499" e distância de 16,107 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P204 de coordenada E 397608,803 e N 6988066,554, seguindo com azimute 116° 32' 15,2940" e distância de 10,141 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P203 de coordenada E 397617,876 e N 6988062,023, seguindo com azimute 118° 36' 25,5933" e distância de 8,130 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P202 de coordenada E 397625,014 e N 6988058,131, seguindo com azimute 087° 46' 11,4482" e distância de 5,869 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397630,878 e N 6988058,359;

XXVIII – área de terras de 28,03m2, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 131, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, no Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de IB&F – Administração de Imóveis S.A., registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 17.453, Livro nº 2 – "AAU", tendo a área de 28,03m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com a área de Genuino Ragnini e esposa, matrícula 969, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397219,240 e N 6988694,939, seguindo com azimute 083° 20' 18,5238" e distância de 2,093 metros, confrontando neste trecho com Genuino Ragnini e esposa, matrícula 969, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397221,319 e N 6988695,182, seguindo com azimute 336° 11' 11,4013" e distância de 14,029 metros, confrontando neste trecho com IB&F – Administração de Imóveis S.A., matrícula 17453, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397215,654 e N 6988708,016, seguindo com azimute 262° 35' 18,4223" e distância de 2,085 metros, confrontando neste trecho com IB&F – Administração de Imóveis S.A., matrícula 17452, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397213,587 e N 6988707,747, seguindo com azimute 156° 11' 11,4013" e distância de 14,000 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397219,240 e N 6988694,939;

XXIX – área de terras de 28,03m2, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 130, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, no Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de IB&F – Administração de Imóveis S.A., registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 17.452, Livro nº 2 – "AAU", tendo a área de 28,03m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com área de IB&F – Administração de Imóveis S.A., matrícula 17453, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier

Fontana, definido pela coordenada E 397213,587 e N 6988707,747, seguindo com azimute 082° 35' 18,4223" e distância de 2,085 metros, confrontando neste trecho com IB&F – Administração de Imóveis S.A., matrícula 17453, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397215,654 e N 6988708,016, seguindo com azimute 336° 11' 11,4013" e distância de 14,026 metros, confrontando neste trecho com área de IB&F – Administração de Imóveis S.A., matrícula 17452, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397209,991 e N 6988720,847, seguindo com azimute 262° 57' 33,5679" e distância de 2,078 metros, confrontando neste trecho com a divisa entre área de IB&F – Administração de Imóveis S.A. e outros, matrícula 17424, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397207,934 e N 6988720,557, seguindo com azimute 156° 11' 11,4013" e distância de 14,002 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397213,587 e N 6988707,747;

XXX – área de terras de 44,91m2, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 128, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, no Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de IB&F – Administração de Imóveis S.A, Vera Maria Biesuz Vequi e Danielle Biesuz Vequi, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 17.423, Livro nº 2 – "AAU", tendo a área de 44,91m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com IB&F – Administração de Imóveis S.A. e outros, matrícula 17424, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397241,807 e N 6988735,170, seguindo com azimute 081° 27' 11,6544" e distância de 2,073 metros, confrontando neste trecho com IB&F – Administração de Imóveis S.A. e outros, matrícula 17424, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397243,857 e N 6988735,478, seguindo com azimute 336° 11' 11,4014" e distância de 22,457 metros, confrontando neste trecho com IB&F – Administração de Imóveis S.A. e outros, matrícula 17423, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397234,790 e N 6988756,023, seguindo com azimute 261° 27' 11,6544" e distância de 2,073 metros, confrontando neste trecho com Idian Souza Dequech, matrícula 18294, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397232,740 e N 6988755,715, seguindo com azimute 156° 11' 11,4013" e distância de 22,457 metros, confrontando neste trecho a rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397241,807 e N 6988735,170;

XXXI – área de terras de 25,02m2, do imóvel caracterizado como: parte do lote urbano nº 129, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de IB&F – Administração de Imóveis S.A., Vera Maria Biesuz Vequi e Danielle Biesuz Vequi, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 17.424, Livro nº 2 – "AAU", tendo a área de 25,02m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com IB&F – Administração de Imóveis S.A., matrícula 17.452, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397207,934 e N 6988720,557, seguindo com azimute 081° 57' 33,5679" e distância de 2,078 metros, confrontando neste trecho com IB&F – Administração de Imóveis S.A., matrícula 17452, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397209,991 e N 6988720,847, seguindo com azimute 336° 11' 11,4013" e distância de 12,519 metros, confrontando neste trecho com IB&F – Administração de Imóveis S.A. e outros, matrícula 17424, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397204,937 e N 6988732,300, seguindo com azimute 261° 27' 11,6544" e distância de 2,073 metros, confrontando neste trecho com a divisa da área de IB&F – Administração de Imóveis S.A. e outros, matrícula 17423, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397202,887 e N 6988731,992, seguindo com azimute 156° 11' 11,4013" e distância de 12,500 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397207,934 e N 6988720,557;

XXXII – área de terras de 102,53m2, do imóvel caracterizado como: lotes urbanos nºs. 139 e 141, da Quadra "E", situados na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de RCM Comércio e Consertos de Balanças e Equipamentos Ltda. – EPP, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 29.989, Livro nº 2, tendo a área de 102,53m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa da Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana e Severino Alberto Casagrande Junior, matrícula 1781, definido pela coordenada E 397240,793 e N 6988628,844, seguindo com azimute 082° 19' 36,1948" e distância de 2,810 metros, confrontando neste trecho com Severino Alberto Casagrande Junior, matrícula 1781, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397243,577 e N 6988629,220, seguindo com azimute 345° 30' 11,5925" e distância de 8,123 metros, confrontando neste trecho com RCM Comércio e Consertos de Balanças e Equipamentos Ltda. – EPP, matrícula 29898, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397241,544 e N 6988637,084, seguindo com azimute 354° 39' 43,4673" e distância de 17,162 metros, confrontando neste trecho com RCM Comércio e Consertos de Balanças e Equipamentos Ltda. – EPP, matrícula 29898, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397239,948 e N 6988654,171, seguindo com azimute 263° 02' 20,1875" e distância de 6,196 metros, confrontando neste trecho com Ruy Perizzolo, matrícula 21780, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397233,797 e N 6988653,420, seguindo com azimute 164° 06' 41,9081" e distância de 25,552 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397240,793 e N 6988628,844;

XXXIII – área de terras de 241,87m2, do imóvel caracterizado como: lotes urbanos nºs 279, 278, 280 e 281, da Quadra "I", Bairro Santa Cruz, de propriedade de Fábrica De Carrocerias Santos Ltda. – ME, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 549, Livro nº 2 "B", tendo a área de 241,87m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com área de Gentil Broetto, matrícula 2821, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397265,957 e N 6988453,400, seguindo com azimute 077° 39' 06,1352" e distância de 1,882 metros, confrontando neste trecho com Gentil Broetto, matrícula 2821, chega-se até o ponto P11 de coordenada E 397267,796 e N 6988453,802, seguindo com azimute 352° 47' 34,9600" e distância de 8,351 metros, confrontando neste trecho com área da Fábrica de Carrocerias Santos Ltda., matrícula 549, chega-se até o ponto P12 de coordenada E 397266,748 e N 6988462,088, seguindo com azimute 354° 38' 10,4544" e distância de 9,429 metros, confrontando neste trecho com área da Fábrica de Carrocerias Santos Ltda., matrícula 549, chega-se até o ponto P13 de coordenada E 397265,867 e N 6988471,475, seguindo com azimute 356° 23' 10,1692" e distância de 14,432 metros, confrontando neste trecho com área da Fábrica de Carrocerias Santos Ltda., matrícula 549, chega-se até o ponto P14 de coordenada E 397264,957 e N 6988485,878, seguindo com azimute 355° 09' 36,5999" e distância de 13,520 metros, confrontando neste trecho com área da Fábrica de Carrocerias Santos Ltda., matrícula 549, chega-se até o ponto P15 de coordenada E 397263,817 e N 6988499,350, seguindo com azimute 353° 18' 21,0080" e distância de 9,711 metros, confrontando neste trecho com área da Fábrica de Carrocerias Santos Ltda., matrícula 549, chega-se até o ponto P16 de coordenada E 397262,684 e N 6988508,996, seguindo com azimute 353° 13' 06,3558" e distância de 5,462 metros, confrontando neste trecho com área da Fábrica de Carrocerias Santos Ltda., matrícula 549, chega-se até o ponto P17 de coordenada E 397262,039 e N 6988514,420, seguindo com azimute 028° 19' 05,2378" e distância de 0,730 metros, confrontando neste trecho com área da Fábrica de Carrocerias Santos Ltda., matrícula 549, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397262,386 e N 6988515,062, seguindo com azimute 259° 02' 49,4132" e distância de 4,512 metros, confrontando neste trecho

com a Rua Valentino Simonatto, chega-se até o ponto P08 de coordenada E 397257,956 e N 6988514,205, seguindo com azimute 230° 03' 29,2408" e distância de 1,446 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P09 de coordenada E 397256,848 e N 6988513,277, seguindo com azimute 198° 02' 04,9982" e distância de 1,377 metros, confrontando neste trecho com Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P10 de coordenada E 397256,422 e N 6988511,968, seguindo com azimute 170° 45' 10,9529" e distância de 59,339 metros, confrontando neste trecho com Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P12 de coordenada E 397265,957 e N 6988453,400;

XXXIV – área de terras de 93,84m², do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 160, da Quadra "E", situado no lado par da Rua D, esquina com a Rua E, no Loteamento Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Osvaldo Alves Vieira, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 4073, Livro nº 2 "O", tendo a área de 93,84m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa da área remanescente da matrícula 4073 e a Rua Valentino Simonatto, definido pela coordenada E 397261,353 e N 6988533,532, seguindo com azimute 326° 07' 40,7852" e distância de 4,745 metros, confrontando neste trecho com a área de Osvaldo Vieira, matrícula 4073, chega-se até o ponto P08 de coordenada E 397258,709 e N 6988537,472, seguindo com azimute 342° 04' 40,1744" e distância de 0,908 metros, confrontando neste trecho com a área de Osvaldo Vieira, matrícula 4073, chega-se até o ponto P09 de coordenada E 397258,429 e N 6988538,336, seguindo com azimute 350° 54' 09,4986" e distância de 29,945 metros, confrontando neste trecho com área de Osvaldo Vieira, matrícula 4073, chega-se até o ponto P10 de coordenada E 397253,695 e N 6988567,904, seguindo com azimute 260° 54' 09,4986" e distância de 2,700 metros, confrontando neste trecho com Angela Albiero Longo, matrícula 3753, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397251,029 e N 6988567,477, seguindo com azimute 170° 54' 09,4986" e distância de 30,153 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397255,796 e N 6988537,703, seguindo com azimute 162° 04' 40,1745" e distância de 1,534 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397256,268 e N 6988536,244, seguindo com azimute 144° 29' 24,8054" e distância de 1,523 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397257,153 e N 6988535,003, seguindo com azimute 126° 53' 18,8350" e distância de 1,537 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397258,382 e N 6988534,081, seguindo com azimute 100° 27' 51,2911" e distância de 3,021 metros, confrontando neste trecho com Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397261,353 e N 6988533,532;

XXXV – a área de terras de 34,52m², caracterizada como: lote urbano nº 260, da quadra "J", situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, no Loteamento Santa Cruz, de propriedade de Idian Souza Dequech, registrada no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 18.294, Livro nº 2 – "AAZ";

XXXVI – área de terras de 19,11m² e 15,70m², do imóvel caracterizado como: parte da chácara nº 06, da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, individuado como lote urbano nº 01, sito na Rua Romano Anselmo Fontana, neste Município, de propriedade de Gerson Spagnol e sua esposa, senhora Roselaine Soares da Silveira Spagnol, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 20.402, Livro nº 2 – "BH", tendo a área de 19,11m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa da área

remanescente da matrícula 18295 e a Rua Clovis Cesar de Oliveira, definido pela coordenada E 397187,547 e N 6988774,226, seguindo com azimute 321° 15' 28,6191" e distância de 9,084 metros, confrontando neste trecho com área de Gerson Spagnol, matrícula, 18295, chega-se até o ponto P08 de coordenada E 397181,862 e N 6988781,311, seguindo com azimute 260° 46' 28,6671" e distância de 2,779 metros confrontando neste trecho com Camila da Campo, matrícula 17433, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397179,119 e N 6988780,866, seguindo com azimute 140° 30' 01,2407" e distância de 7,059 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397183,609 e N 6988775,419, seguindo com azimute 107° 33' 08,9821" e distância de 3,770 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397187,203 e N 6988774,282, seguindo com azimute 099° 12' 58,5301" e distância de 0,348 metros, confrontando neste trecho com Rua Clovis Cesar de Oliveira, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397187,547 e N 6988774,226; e a área de 15,70m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto P01, localizado na divisa com a Rua Clovis Cesar de Oliveira, definido pela coordenada E 397200,787 e N 6988772,078, seguindo com azimute 099° 12' 58,5393" e distância de 4,621 metros, confrontando neste trecho com Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P02 de coordenada E 397205,348 e N 6988771,338, seguindo com azimute 351° 06' 28,0917" e distância de 7,155 metros, confrontando neste trecho com Travessa Balbinot, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397204,242 e N 6988778,407, seguindo com azimute 208° 37' 49,7978" e distância de 7,211 metros, confrontando neste trecho com área de Gerson Spagnol, matrícula, 18295 e finaliza no ponto P01 de coordenada E 397200,787 e N 6988772,078.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs. 5.892, de 16 de maio de 2014 e 5.930, de 19 de setembro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de novembro de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6152

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.152, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre crédito suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.915, de 16 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2015, a dotação constante no elemento

do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	13	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária	13.01	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	10.0303.0062.2103	Ações de Média e Alta Complexidade – FMS
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.890000	Alienções de Bens Destinados a Outros Programas – Superávit do Exercício Anterior R\$ 600.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 600.000,00		

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de novembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6153

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.153, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.835, de 18 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2015, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0306.0019.2014	Ações de Merenda Escolar – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.000001	Recursos Ordinários – PMC – Superávit do Exercício Anterior R\$ 14.000,00
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0021.2019	Ações de Merenda para os CMEIS – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos	03.000001	Recursos Ordinários – PMC – Superávit do Exercício Anterior R\$ 36.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 50.000,00		

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de novembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 19/2016-PMC

Contrato Nº : 19/2016

Aditivo Nº : 1TA CTR 21/20216/2016

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FST SERVICOS MEDICOS LTDA

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 10/11/2016 Término: 31/12/2017

Assinatura : 10/11/2016

Valor R\$: 14.000,00 (Quatorze Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.3339039500000000.01000003

Dotação : 329 - 04.003.2603.3339039500000000.03000003

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 23/2016-PMC

Contrato Nº : 23/2016

Aditivo Nº : 1TA CT 23/2016/2016

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : INSTITUTO DA CIRCULAÇÃO CONCÓRDIA S/S

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 24/11/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 24/11/2016

Valor R\$: 5.000,00 (Cinco Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.3339039500000000.01000003

Dotação : 329 - 04.003.2603.3339039500000000.03000003

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 25/2016-PMC

Contrato Nº : 25/2016

Aditivo Nº : 1TA CTR 25/2016/2016

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LABORATÓRIO ANÁLISES CLÍNICAS CONCÓRDIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 24/11/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 24/11/2016

Valor R\$: 22.000,00 (Vinte e Dois Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 329 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 41/2016-PMC

Contrato Nº : 41/2016

Aditivo Nº : 1TA CT 41/2016/2016

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINICA URONEFRO SOCIEDADE SIMPLES LTDA

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 24/11/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 24/11/2016

Valor R\$: 14.000,00 (Quatorze Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 329 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 7/2016-PMC

Contrato Nº : 07/2016

Aditivo Nº : 1TA CT 7/2016/2016

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LABORATORIO ANALIC LTDA

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 24/11/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 24/11/2016

Valor R\$: 37.500,00 (Trinta e Sete Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 329 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 179/2016-PMC

Contrato Nº : 179/2016

Aditivo Nº : 2TA CT 179/2016/2016

Tipo Aditivo : Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 10/2016

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço global (material e mão de obra), para execução de uma cerca, no Aterro Sanitário Municipal, localizado em Linha Picadão, comunidade de Lageado Crescêncio, neste município.

Vigência : Início: 24/06/2016 Término: 22/12/2016

Assinatura : 09/11/2016

Valor R\$: 5.031,68 (Cinco Mil, Trinta e Um Reais e Sessenta e Oito Centavos)

Dotação : 116 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 59/2016-FMS

Contrato Nº : 59/2016

Aditivo Nº : 2 TA/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : IMOBILIÁRIA CONCÓRDIA LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 14/2016

Objeto : Locação de imóvel localizado na Rua Tancredo de Almeida Neves, nº 2860, Bairro São Cristóvão, neste Município, para a instalação do Almojarifado do Fundo Municipal de Saúde.

Vigência : Início: 18/11/2016 Término: 17/01/2017

Assinatura : 18/11/2016

Valor R\$: 3.344,00 (Três Mil e Trezentos e Quarenta e Quatro Reais)

Dotação : 211 - 13.001.2102.333903615000000.01380002

Dotação : 228 - 13.001.2104.333903615000000.02000000

Dotação : 205 - 13.001.2101.333903615000000.01020000

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 78/2015-FMS

Contrato Nº : 78/2015

Aditivo Nº : 2 TA/2016

Tipo Aditivo : Objeto/Prazo

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : AMBULATORIO ORTOPÉDICO CONCÓRDIA LTDA ME

Licitação : Dispensa de Licitação 6/2015

Objeto : Contratação de serviços de locação de imóvel para instalação provisória da ESF Salete, em decorrência de reforma na referida unidade, em imóvel localizado na Rua Adolfo Schiavini, nº 55, centro, com espaço edificado de 576 m².

Vigência : Início: 07/11/2016 Término: 06/01/2017

Assinatura : 07/11/2016

Valor R\$: 2.000,00 (Dois Mil Reais)

Dotação : 211 - 13.001.2102.333903910000000.01380002

Dotação : 210 - 13.001.2102.333903910000000.01020000

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 84/2014-FMS

Contrato Nº : 84/2014

Aditivo Nº : 2 TA/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA

Contratada : ALERT SERVIÇOS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 18/2014

Objeto : Contratação de serviços de limpeza externa, serviços de jardinagem, serviços de encanador, incluindo fornecimento de mão de obra para as unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 12/11/2016 Término: 12/11/2017

Assinatura : 10/11/2016

Valor R\$: 35.672,04 (Trinta e Cinco Mil, Seiscentos e Setenta e Dois Reais e Quatro Centavos)

Dotação : 211 - 13.001.2102.333903978000000.01380002

Dotação : 224 - 13.001.2103.333903978000000.01380003

Dotação : 227 - 13.001.2104.333903978000000.01380004

Dotação : 211 - 13.001.2102.333903999000000.01380002

Dotação : 224 - 13.001.2103.333903999000000.01380003

Dotação : 227 - 13.001.2104.333903999000000.01380004

Dotação : 211 - 13.001.2102.333903916000000.01380002

Dotação : 224 - 13.001.2103.333903916000000.01380003

Dotação : 227 - 13.001.2104.333903916000000.01380004

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 161/2014-PMC

Contrato Nº : 161/2014

Aditivo Nº : 3TA Ctr 161/2014/2016

Tipo Aditivo : Valor(Equilíbrio)

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLECIANE MELANIA PASINATTO ME

Licitação : Inexigibilidade 41/2014

Objeto : Aquisição de passes para idosos com mais de 65 anos, residentes no Município, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.087 de 04 de setembro de 1998 e Decreto nº 1.011 de 18 de dezembro de 2013.

Vigência : Início: 01/11/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 01/11/2016

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 138 - 09.001.2032.333903999000000.01000001

Dotação : 140 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 53/2016-FMS

Contrato Nº : 53/2016

Aditivo Nº : 4 TA/2016

Tipo Aditivo : Prazo/Valor

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia

1/2016

Objeto : Contratação de serviços de empresa do ramo de construção civil, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para construção de edificação destinada a abrigar a Estratégia de Saúde da Família Planalto, neste Município, com recursos oriundos do Governo Federal e recursos próprios, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 03/11/2016 Término: 28/02/2017

Assinatura : 03/11/2016

Valor R\$: 46.396,69 (Quarenta e Seis Mil, Trezentos e Noventa e Seis Reais e Sessenta e Nove Centavos)

Dotação : 213 - 13.001.2102.344905198000000.01380002

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905198000000.03890000

Dotação : 378 - 13.001.2102.344905198000000.03380002

Dotação : 231 - 13.001.2106.344905198000000.02880000

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90/2016

O Secretário Municipal de Finanças, torna público que ratificou o ato da Senhora Eliza Tebaldi Borsatti, Diretora Financeira, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 28 de novembro de 2016, para a aquisição de suporte fixo em chapa de aço carbono para tablet e impressora que será utilizado nas viaturas policiais, para os procedimentos de atendimento de ocorrência no novo sistema "MOBILE" Requisição 084/2016 - Recursos Convênio 05/2016 Rádio Patrulha., a favor da empresa, MARRAN MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA no valor total de R\$1.530,00 (um mil, quinhentos e trinta reais).

JOAQUIM PEDRO DE BARROS BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 91/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 91/2016

A Secretária Municipal de Administração, torna público que ratificou o ato da Senhora DILCE LURDES GEHLEN, Diretora de Recursos Humanos, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 28 de novembro de 2016, para a prestação de serviço de decoração natalina dos ambientes internos do Centro Administrativo Municipal, a favor da empresa SIRLEI FRANCHIN ROVANI, no valor total de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

BEATRIZ FATIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DO CONTRATO Nº 290/2016-PMC

Contrato Nº : 290/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : JAIR CARLOS MALTAURO ME

Licitação : Pregão Presencial 125/2016

Objeto : A presente licitação tem por objeto a contratação de empresas especializadas para prestação de serviços diversos, visando à realização dos eventos "Sonho de Natal 2016" e "Parada Natalina 2016", conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital. Os serviços a serem contratados englobam: a) Organização do evento de abertura do "Sonho de Natal 2016", incluídos 2 (dois) profissionais, devidamente caracterizados, sendo estes: Papai Noel e ajudante de Papai Noel; b) Iluminação, sonorização e instalação de palcos; c) Locação de Estrutura para Presépio; d) Decoração da "Casa do Papai Noel".

Vigência : Início: 11/11/2016 Término: 10/02/2017

Assinatura : 11/11/2016

Valor R\$: 34.900,00 (Trinta e Quatro Mil e Novecentos Reais)

Dotação : 164 - 10.001.2039.333903923000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 293/2016-PMC

Contrato Nº : 293/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINICA MEDICA SÃO ROQUE S/S

Licitação : Inexigibilidade 41/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 11/11/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 11/11/2016

Valor R\$: 10.000,00 (Dez Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 295/2016-PMC

Contrato Nº : 295/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : COMÉRCIO DE DOCES ROSITO LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 123/2016

Objeto : Aquisição de gorros de Papai Noel, balas mastigáveis e água mineral; contratação de empresa para locação de banheiros químicos portáteis e serviço de vigilância orgânica, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 16/11/2016 Término: 15/02/2017

Assinatura : 16/11/2016

Valor R\$: 2.225,00 (Dois Mil e Duzentos e Vinte e Cinco Reais)

Dotação : 164 - 10.001.2039.333903007000000.01000001

Dotação : 164 - 10.001.2039.333903023000000.01000001

Dotação : 164 - 10.001.2039.333903401000000.01000001

Dotação : 164 - 10.001.2039.333903914000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 297/2016-PMC

Contrato Nº : 297/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DOCIBEL COMÉRCIO DE DOCES E EMBALAGENS LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 123/2016

Objeto : Aquisição de gorros de Papai Noel, balas mastigáveis e água mineral; contratação de empresa para locação de banheiros químicos portáteis e serviço de vigilância orgânica, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 16/11/2016 Término: 15/02/2017

Assinatura : 16/11/2016

Valor R\$: 270,00 (Duzentos e Setenta Reais)

Dotação : 164 - 10.001.2039.333903007000000.01000001

Dotação : 164 - 10.001.2039.333903023000000.01000001

Dotação : 164 - 10.001.2039.333903401000000.01000001

Dotação : 164 - 10.001.2039.333903914000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 298/2016-PMC

Contrato Nº : 298/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ALERT SEGURANÇA LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 123/2016

Objeto : Aquisição de gorros de Papai Noel, balas mastigáveis e água mineral; contratação de empresa para locação de banheiros químicos portáteis e serviço de vigilância orgânica, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 16/11/2016 Término: 15/02/2017

Assinatura : 16/11/2016

Valor R\$: 7.750,00 (Sete Mil e Setecentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 164 - 10.001.2039.333903007000000.01000001

Dotação : 164 - 10.001.2039.333903023000000.01000001

Dotação : 164 - 10.001.2039.333903401000000.01000001

Dotação : 164 - 10.001.2039.333903914000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 304/2016-PMC

Contrato Nº : 304/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES BALBINOT EIRELI ME

Licitação : Dispensa de Licitação 88/2016

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de transporte coletivos de passageiros, para prestação de serviços em regime de fretamento, de transporte de alunos, com recursos oriundos da ADR e do SALÁRIO EDUCAÇÃO.

Vigência : Início: 22/11/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 22/11/2016

Valor R\$: 4.080,00 (Quatro Mil e Oitenta Reais)

Dotação : 57 - 06.002.2016.333903926000000.01360000

Dotação : 90 - 06.006.2011.333903926000000.01620001

Dotação : 414 - 06.002.2016.333903926000000.03360000

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 10/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Secretaria Municipal de Administração

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO

PÚBLICO Nº 10/2016

Objeto: Processo Seletivo de Prova e Títulos, objetivando a formação de cadastro de reserva para a contratação de professores, em caráter temporário, para atuação na Educação Infantil, Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), para as Escolas Básicas, Grupos Escolares, Escolas do Campo e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, da Rede Municipal de Ensino, no ano letivo de 2017, considerando o disposto na Lei nº 3.684, de 11 de novembro de 2005 e alterações e na Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

Das inscrições: As inscrições estarão abertas no período de 6 de dezembro de 2016 a 5 de janeiro de 2017, somente via internet, pelo site www.concordia.sc.gov.br.

Das áreas/disciplinas disponíveis:

HABILITAÇÃO	Disciplinas /modalidades de Inscrição	Disciplinas /modalidades de Atuação
Arte ou Educação Artística	Arte	Arte, Artesanato e demais modalidades culturais que forem ofertadas
Ciências ou Ciências Biológicas	Ciências	Ciências, Horta e Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
Ciências	Matemática	Matemática
Matemática	Matemática	Matemática
Geografia	Geografia	Geografia
História	História	História
Letras Língua Espanhola	Língua Espanhola	Língua Espanhola
Letras Língua Italiana	Língua Italiana	Língua Italiana
Letras – Português ou Letras – Português com habilitação em Língua Estrangeira	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa
Arte, Letras Português, Pedagogia	Literatura Dramatizada	Literatura Dramatizada
Ensino Religioso ou Ciências Sociais	Ensino Religioso	Ensino Religioso
Educação Física	Educação Física	Educação Física, Xadrez, Esportes Coletivos, Judô, Tênis, Tênis de Campo, Futsal, Dança e demais modalidades esportivas/culturais que forem ofertadas (Educação Infantil e Ensino Fundamental)
Pedagogia	Educação Infantil (Pré-Escolar e CMEIs)	Educação Infantil em Pré-Escolar e CMEIs
Pedagogia	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	Anos Iniciais em Grupos Escolares, Escolas Básicas e Escolas do campo
Educação Especial, Pedagogia	Educação Especial	Educação Especial (Professor Auxiliar)
Licenciatura em Informática	Laboratório de Informática	Laboratório de Informática
Pedagogia	Laboratório Pedagógico I (Anos Iniciais do Ensino Fundamental)	Laboratório Pedagógico I

HABILITAÇÃO	Disciplinas /modalidades de Inscrição	Disciplinas /modalidades de Atuação
Letras – Português	Laboratório Pedagógico II (Anos Finais do Ensino Fundamental)	Laboratório Pedagógico II

O pedagogo que optar por essa modalidade, no vencimento, será enquadrado como não habilitado.

A íntegra do presente Edital está publicada no mural interno do Centro Administrativo Municipal, no mural da Câmara Municipal de Vereadores e no site www.concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 29 de novembro de 2016.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

LEI ORDINARIA Nº 4915

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.915, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Autoriza abertura de crédito suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2015, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	13	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária	13.01	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	10.0303.0062.2103	Ações de Média e Alta Complexidade – FMS
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.890000	Alienções de Bens Destinados a Outros Programas – Superávit do Exercício Anterior R\$ 600.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 600.000,00

Art. 2º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.573, de 20 de setembro de 2013; 4.766, de 1º de junho de 2015 e 4.835, de 18 de dezembro de 2015, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
--	--

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de novembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 197/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 197/2016, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, na CI SEMED 1708, protocolizada em 7 de novembro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora GRACIOSA GONÇALVES DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 16 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 198/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 198/2016, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARIVANDA CADORE PISSOLO, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 91294-02 e 91294-04, integrante do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, no percentual de 20% (vinte por cento), correspondente à habilitação em mestrado, na área específica de atuação, sobre o vencimento-base.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de novembro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 199/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 199/2016, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 41 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação, correspondente a 1% (um por cento) do respectivo vencimento-base:

I – com efeitos retroativos a 1º de outubro de 2016:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
1	40886-01	Jucelia Borsati	Professor, código 10.12
2	41092-01	Marines Fatima Colombo	Professor, código 10.12
3	97705-05	Simoni Fiametti Vanzo	Professor, código 10.12

II – com efeitos retroativos a 1º de novembro de 2016:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
1	41157-05	Elis Blank	Professor, código 10.12
2	104051-05	Franciele Fantin	Professor, código 10.12
3	3557-00	Luis Abel Oliveira dos Santos	Professor, código 10.13
4	39047-01	Marcia Farinella Soares de Campos	Professor, código 10.13

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
5	101818-00	Marcia Lucia Maldaner Frozza	Professor, código 10.12
6	104558-05	Maritania Ferrazzo Minuscoli	Professor, código 10.12
7	104558-00	Maritania Ferrazzo Minuscoli	Professor, código 10.12
8	64882-00	Sirlei Miranda Marquetti	Professor, código 10.10
9	70912-01	Suzana de Almeida Tagliari	Professor, código 10.12
10	92177-05	Vanessa Frizon	Professor, código 10.12
11	92177-00	Vanessa Frizon	Professor, código 10.10

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 200/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 200/2016, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor JONAS TOIGO BITTENCOURT, ocupante do cargo de Engenheiro – Eletricista, para atuar como fiscal na execução das instalações elétricas relativas ao Evento denominado de "Sonho de Natal 2016", objeto do Contrato nº 289/2016 – PMC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 201/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 201/2016, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar as servidoras abaixo relacionadas, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON, ocupante do cargo de Diretora Administrativa, a partir de 16 de novembro de 2016;

II – ANDREA BECKER RUSCHEL DA SILVA, ocupante do cargo de Encarregada da Seção de Serviços Externos, nos dias 16 e 17 e a partir de 21 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 202/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 202/2016, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Adendo nº 15/2016, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras;

- a CI DRH 530/2016, de 16 de novembro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora DAIANE VERRUCK PIEROSAN, ocupante do cargo de Fiscal de Obras e Posturas, Adicional de Periculosidade, grau médio, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento (salário base).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de novembro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 203/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 203/2016, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o Calendário Fiscal para cobrança da Contribuição de Melhoria referente à pavimentação asfáltica em trechos das Ruas Margarida Zuchi Petrolí, Adolpho Alves da Rocha, Gerson Luiz Piovezan, Antônio Fadion, Caetano Pozzo, Mogno, Natal Campanin, Travessa Piauí, Travessa Ancelmo Domingos Pagnoncelli, Travessa Armelindo Minusculi, Ruas Adolfo Knob, Alecrim, Luiz Sandi, São Marino, Victorio Galeazzi/Travessa João Zuchello, Vicenza, Das Bromélias, Léo Funez, Santo Isaías, de que trata os Editais nºs 3/2016, 4/2016 e 5/2016, conforme previsto no art. 130 e seguintes do Código Tributário Municipal, conforme tabela abaixo:

Parcelas	Única	1ª parcela	2ª parcela	3ª parcela	4ª parcela	5ª parcela
Vencimentos	20.12.2016	20.12.2016	20.01.2017	20.02.2017	20.03.2017	20.04.2017
6ª parcela	7ª parcela	8ª parcela	9ª parcela	10ª parcela	11ª parcela	12ª parcela
20.05.2017	20.06.2017	20.07.2017	20.08.2017	20.09.2017	20.10.2017	20.11.2017
13ª parcela	14ª parcela	15ª parcela	16ª parcela	17ª parcela	18ª parcela	19ª parcela
20.12.2017	20.01.2018	20.02.2018	20.03.2018	20.04.2018	20.05.2018	20.06.2018
20ª parcela	21ª parcela	22ª parcela	23ª parcela	24ª parcela	25ª parcela	26ª parcela
20.07.2018	20.08.2018	20.09.2018	20.10.2018	20.11.2018	20.12.2018	20.01.2019
27ª parcela	28ª parcela	29ª parcela	30ª parcela	31ª parcela	32ª parcela	33ª parcela
20.02.2019	20.03.2019	20.04.2019	20.05.2019	20.06.2019	20.07.2019	20.08.2019
34ª parcela	35ª parcela		36ª parcela			
20.09.2019	20.10.2019		20.11.2019			

Parágrafo único. Quando o vencimento da parcela ocorrer em dia não útil, será prorrogado para o primeiro dia útil posterior.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 204/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 204/2016, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 11898/2016, em 29 de junho de 2016, que versa sobre acidente envolvendo veículo da Municipalidade, cedido à Associação de Moradores de Tamanduá;

- a manifestação da Assessoria Jurídica do Município, de 27 de outubro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão com a incumbência de efetuar a vistoria do caminhão, marca Volvo, modelo VM 330, código patrimonial 59.389, envolvido em acidente com veículo de terceiro, composta pelos seguintes servidores:

I – ADEMIR RAMOS CUCHI, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

II – ARI JUSTINO TIBOLLA, ocupante do cargo de Mecânico;

III – CESAR PELLIZZARO, ocupante do cargo de Diretor de Desenvolvimento Rural.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 205/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 205/2016, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – MERLI ALINE ALTHAUS, ocupante do cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, no período de 1º a 11 de dezembro de 2016;

II – VANDERLEI FERRI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 21 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 206/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 206/2016, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão especial com a incumbência de aprovar, acompanhar e receber os loteamentos a serem implantados na área urbana do Município.

Art. 2º Designar, para integrar referida comissão, os seguintes servidores:

I – ANIBAL FONTANELLA DE SOUZA;

II – CRISTINA VALCARENGHI;

III – JAIME SAVOLDI;

IV – JAMIR BARON;

V – JONAS TOIGO BITTENCOURT;

VI – MARILU MATIELLO;

VII – SANDRA MIWA WRONKA VAZ.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 28/2012, de 24 de janeiro de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 207/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 207/2016, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 177 e seguintes, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 18547/2016, em 13 de outubro de 2016, do qual se extrai que os servidores GILMAR ANTONIO PIVA e JORGE ZIR DIAS CARUBIM trocaram agressões verbais e físicas, no subsolo do Centro Administrativo Municipal;

- que os servidores, em tese, descumpriram os deveres funcionais dispostos no art. 151, IX e XI e incorreram nas proibições previstas no art. 152, V e XVIII, ambos da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações;

- o Parecer da Assessoria Jurídica do Município, no sentido de instauração de Sindicância;

- que, se comprovada a culpabilidade dos servidores, os mesmos

poderão sujeitar-se à penalidade de suspensão, prevista no art. 166 da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo os servidores GILMAR ANTONIO PIVA, ocupante do cargo de Agente de Obras, Grupo Ocupacional Base – GB e JORGE ZIR DIAS CARUBIM, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Base – GB.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I – presidente: VANUSA SALETE CAMARGO, ocupante do cargo de Tesoureiro, Grupo Ocupacional Funcional – GF;

II – secretário: TANIA MARIA TURCATEL, ocupante do cargo de Escriurário;

III – vogais:

a) VANDERLEI FERRI, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

b) MICHELE GALEAZZI, ocupante do cargo de Técnico Legislativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 208/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 208/2016, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes, e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 16907/2016, em 15 de setembro de 2016, do qual se extrai que as servidoras JULIANA LOTTI CRUZ e MARITANIA DA SILVA, em tese, teriam faltado com atenção e cuidados necessários no atendimento de algumas crianças do CMEI Primeiros Passos;

- que tais fatos, se comprovados, atentam contra o dever funcional previsto no art. 151, I, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações;

- o Parecer da Assessoria Jurídica do Município, no sentido de instauração de Sindicância;

- que, se comprovada a culpabilidade das servidoras, as mesmas poderão sujeitar-se à penalidade de advertência, nos termos do art. 165 da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo as servidoras JULIANA LOTTI CRUZ, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional – GF e

MARITANIA DA SILVA, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 45039-02 e 45039-04.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I – presidente: MARCIA ROSELI CORDEIRO DE SOUZA DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

II – secretária: ELZIRA LUIZ DE FRANÇA, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III – vogais:

a) JACIELE TOCHETTO, ocupante do cargo de Técnico Legislativo;

b) THALITA HELENA DALMAGO, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 209/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 209/2016, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 17127/2016, em 19 de setembro de 2016, do qual se extrai que o servidor PAULO RODRIGO DA SILVA, teria utilizado veículo de propriedade do Município para fins particulares, deslocando-se até sua residência, no Bairro Santa Rita;

- que o servidor, em tese, infringiu o disposto no art. 152, XV, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações;

- o Parecer da Assessoria Jurídica do Município, no sentido de instauração de Sindicância;

- que, se comprovada a culpabilidade do servidor, o mesmo poderá sujeitar-se à penalidade prevista no art. 163, II, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor PAULO RODRIGO DA SILVA, ocupante do cargo de Topógrafo, Grupo Ocupacional Técnico – GT.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I – presidente: ELAINE ROMAN, ocupante do cargo de Analista de Gestão Humana, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

II – secretária: ANA PAULA DE AGUIAR, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III – vogais:

a) MARAISE FATIMA DE MARCO, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos;

b) MIRNA GAUGER, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 210/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 210/2016, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 13666/2016, em 28 de julho de 2016, que versa sobre suposta incontinência de conduta, mau procedimento e/ou desídia no exercício da função, por parte das servidoras DAIANE FERNANDES DA SILVA e LUCIMARA FATIMA ZARDINELLO SOHNE, ocupantes do cargo de Agente Comunitário de Saúde, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;

- o Parecer nº 1454/2016, da Assessoria Jurídica do Município, de 14 de outubro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão com a incumbência de efetuar a oitiva da testemunha arrolada pela defesa.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à oitiva da testemunha e demais providências que julgar oportunas:

I – presidente: MARTA CORRADI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional Funcional – GF;

II – membros:

a) LUANA LIS REDECKER KUNRATH, ocupante do cargo de Técnico Legislativo;

b) MARAISE FATIMA DE MARCO, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 211/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 211/2016, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 177 e seguintes, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 17875/2016, em 3 de outubro de 2016, do qual se extrai que a servidora LUISA FATIMA BELLINCANTA SKOWRONSKI, não concluiu o curso de mestrado para o qual obteve licença remunerada, deixando de atender a legislação municipal que trata a respeito, bem como a Cláusula Terceira, III, do Termo de Compromisso de Permanência nº 8/2013;

- que a conduta da servidora, a princípio, configura descumprimento aos deveres funcionais de ser leal à instituição que servir e de observar as normas legais e regulamentares, na forma do art. 151, II e III da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações;

- o Parecer da Assessoria Jurídica do Município, no sentido de instauração de Sindicância;

- que, se comprovada a culpabilidade da servidora, a mesma poderá sujeitar-se à penalidade de advertência, prevista no art. 165 da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações, sem prejuízo de ressarcimento ao Erário Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora LUISA FATIMA BELLINCANTA SKOWRONSKI, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 11.12, matrícula 95680-03.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I – presidente: SILVANA CASAGRANDE, ocupante do cargo de Pedagogo, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

II – secretária: CRISTINA VALCARENGHI, ocupante do cargo de Engenheiro;

III – vogais:

a) ANDERSON DAL PRA DAL VESCO, ocupante do cargo de Técnico Legislativo;

b) MICHELE GALEAZZI, ocupante do cargo de Técnico Legislativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 212/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 212/2016, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Designar servidoras da Municipalidade, como fiscais das obras abaixo relacionadas:

I – GABRIELE SIEGA, ocupante do cargo de Engenheiro – Civil, na construção de uma cabeceira em concreto armado sobre o Rio Rancho Grande entre Linha Alto Periquito e Linha Divisa, entre os Municípios de Concórdia e Presidente Castello Branco, objeto do Contrato nº 286/2016 – PMC.

II – PATRICIA PAZA LANÇA, ocupante do cargo de Arquiteto, na revisão e reparos na cobertura de edificações que abrigam educandários no Município, objeto do Contrato nº 258/2016 – PMC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 213/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 213/2016, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionadas, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, sobre o respectivo vencimento-base, correspondente à nova habilitação, na área específica de atuação:

I – FRANCIELI ZUANAZZI MÜLLER, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 111368-02, no percentual de 12% (doze por cento), correspondente à habilitação em pós-graduação;

II – GEIZA NOEMI TEDESCO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 1139487-02, no percentual de 12% (doze por cento), correspondente à habilitação em pós-graduação;

III – ROSE ANTONIETTI GOMES DE ALMEIDA, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 91758-03 e 91758-06, no percentual de 20% (vinte por cento), correspondente à habilitação em mestrado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de novembro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SUAS- IGD 6ª 2015 PARCELA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS/IGDSUAS, repasse das parcelas no valor de R\$ 1.541,32 (Um mil, quinhentos e quarenta e um reais e trinta e dois centavos) referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-SUAS.

Concórdia SC, 29 de novembro de 2016.

Neusa Aparecida Dahmer

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAPERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A OUTUBRO DE 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro



RREO - Anexo 2(LRF, Art. 52, inciso II alínea 'c')

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e) = (a-d)
			Setembro a Outubro	Até Outubro (b)		Setembro a Outubro	Até Outubro (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	213.658.550,00	229.138.165,53	24.926.726,89	183.056.656,50	46.079.509,03	33.224.861,70	152.886.208,50	76.251.957,03
Legislativa	3.587.000,00	3.587.000,00	452.194,58	2.641.616,38	1,36	474.804,37	2.351.743,86	1.235.256,14
Acao Legislativa	3.587.000,00	3.587.000,00	452.194,58	2.641.616,38	1,36	474.804,37	2.351.743,86	1.235.256,14
Administracão	20.228.760,00	21.059.795,15	2.624.149,33	16.974.045,20	8,74	3.034.965,59	14.049.933,86	7.009.861,29
Ação Judiciária	80.000,00	80.000,00	560,00	23.452,75	0,01	1.599,42	19.533,85	60.466,15
Planejamento e Orçamento	140.000,00	140.000,00	64.238,49	64.238,49	0,03	9.835,25	51.227,59	88.772,41
Administracao Geral	12.941.110,00	13.517.145,15	1.687.494,19	9.788.409,55	5,04	1.849.279,88	9.205.650,88	4.311.494,27
Formação de Recursos Humanos	80.000,00	80.000,00	45.642,57	62.974,40	0,03	12.057,20	29.389,03	50.610,97
Comunicação Social	1.393.860,00	1.348.860,00	0,00	1.311.483,28	0,68	2.902,50	527.027,39	821.832,61
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	5.583.790,00	5.893.790,00	878.269,61	5.723.486,73	2,95	1.159.291,34	4.217.105,12	1.676.884,88
Assistência Social	7.492.820,00	8.314.987,64	861.744,96	6.288.572,63	3,24	1.095.197,41	5.090.948,88	3.224.038,76
Administracao Geral	4.358.660,00	4.305.139,50	548.780,91	3.450.975,40	1,78	633.020,95	3.274.898,74	1.030.240,76
Assistência ao Idoso	350.000,00	575.000,00	63.831,02	542.146,65	0,28	66.955,67	357.356,71	217.643,29
Assistência à Criança e ao Adolescente	283.750,00	455.345,12	45.270,00	118.358,50	0,06	336.986,62	48.436,42	406.908,70
Assistência Comunitária	2.500.410,00	2.979.503,02	203.863,03	2.177.092,08	1,12	802.410,94	1.410.257,01	1.569.246,01
Previdência Social	14.935.000,00	14.935.000,00	1.556.635,39	8.352.005,24	4,30	6.892.994,76	7.856.905,17	7.078.094,83
Administracao Geral	1.205.000,00	1.205.000,00	94.721,89	738.836,20	0,38	123.844,75	603.382,57	601.617,43
Previdência do Regime Estatutário	13.730.000,00	13.730.000,00	1.461.913,50	7.613.169,04	3,92	1.493.103,18	7.253.522,60	6.476.477,40
Saude	58.131.100,00	66.175.467,04	5.881.089,61	58.815.112,52	30,30	7.360.354,52	48.098.673,35	17.076.793,69
Administracao Geral	2.582.080,00	4.045.490,14	586.325,60	3.012.313,93	1,55	1.033.276,21	2.874.346,65	1.171.143,49
Atenção Básica	20.131.558,00	22.237.778,00	3.003.436,70	17.188.704,29	8,85	5.949.073,71	16.225.689,76	6.012.088,24
Suporte Profilático e Terapêutico	34.612.465,00	38.508.342,80	2.111.075,07	37.401.931,17	19,27	6.916.565,73	28.999.511,13	9.588.831,67
Vigilância Sanitária	804.997,00	1.383.856,10	180.252,24	1.212.283,13	0,62	262.857,34	999.125,81	384.730,29
Educação	52.422.060,00	57.174.083,98	7.179.596,56	45.549.904,16	23,47	8.869.720,09	41.134.144,82	16.039.348,08
Administracao Geral	2.610.490,00	3.423.490,00	510.655,76	2.664.904,81	1,37	544.360,61	2.578.156,00	845.334,00
Alimentação e Nutrição	660.700,00	920.700,00	3.639,89	841.738,05	0,43	157.637,71	758.334,61	162.365,39
Ensino Fundamental	32.099.900,00	33.667.980,25	4.324.191,39	27.715.786,40	14,28	5.225.618,89	25.441.875,26	8.226.114,99
Ensino Médio	1.130.000,00	1.130.000,00	(2,00)	1.129.866,75	0,58	175.925,59	789.733,47	340.266,53
Ensino Superior	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Educação de Jovens e Adultos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Educação Especial	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Cultura	1.607.110,00	1.708.170,23	199.018,04	1.333.711,09	0,69	240.775,25	1.200.668,36	507.501,87
Administracao Geral	1.303.660,00	1.374.484,50	151.852,84	1.075.516,99	0,55	192.810,05	942.708,39	431.776,11
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	11.000,00	11.000,00	0,00	8.151,24	0,00	0,00	7.953,03	3.046,97
Diffusão Cultural	292.450,00	322.685,73	47.165,20	250.042,86	0,13	47.865,20	250.006,94	72.678,79
Urbanismo	26.579.570,00	29.494.487,73	4.110.305,28	22.248.045,17	11,46	3.292.069,48	13.865.030,34	16.629.457,39
Administracao Geral	5.722.100,00	5.653.100,00	769.927,90	4.247.646,19	2,19	778.721,47	4.236.206,75	1.416.893,25
Infra-Estrutura Urbana	12.807.470,00	14.336.022,70	2.207.770,15	8.713.177,94	4,49	941.545,19	2.360.762,66	11.975.260,04
Serviços Urbanos	4.550.000,00	5.330.365,03	638.667,32	5.115.471,15	2,64	826.081,37	4.169.357,20	1.161.007,83
Saneamento Básico Urbano	3.500.000,00	4.175.000,00	493.939,91	4.171.749,99	2,15	745.721,45	3.098.703,73	1.076.296,27
Habitacão	389.500,00	212.007,40	1.597,50	97.270,07	0,05	2.283,24	93.428,46	118.578,94
Administracao Geral	164.500,00	59.500,00	1.323,00	53.322,92	0,03	6.177,08	2.208,74	9.218,69
Habitacão Rural	50.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Habitacão Urbana	175.000,00	142.507,40	274,50	43.947,15	0,02	1.074,50	43.147,15	99.360,25
Gestão Ambiental	1.002.050,00	1.244.759,13	77.845,14	1.062.400,86	0,55	142.745,99	855.664,49	389.094,64
Administracao Geral	591.050,00	611.050,00	54.238,27	446.783,85	0,23	71.189,18	414.691,17	196.358,83
Preservação e Conservação Ambiental	411.000,00	633.709,13	23.606,87	615.617,01	0,32	71.556,81	440.973,32	192.735,81
Agricultura	4.832.400,00	4.207.985,67	296.054,15	3.054.307,41	1,57	415.123,77	2.562.760,05	1.645.225,62



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 2(LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e) = (a-d)
			Setembro a Outubro	Até Outubro (b)		Setembro a Outubro	Até Outubro (d)	
Administração Geral	13.000,00	13.000,00	1.598,40	6.468,20	6.531,80	560,68	4.720,98	8.279,02
Saneamento Básico Rural	33.500,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Abastecimento	140.000,00	140.000,00	(10.402,50)	107.035,50	32.964,50	2.904,00	103.675,50	36.324,50
Extensão Rural	4.179.400,00	3.678.485,67	249.733,25	2.704.425,61	974.060,06	308.206,60	2.285.948,60	1.392.536,87
Promoção da Produção Agropecuária	466.500,00	366.500,00	55.125,00	236.378,10	130.121,90	103.432,49	166.414,77	198.085,23
Indústria	914.000,00	876.444,07	14.800,00	850.138,64	26.305,43	148.362,89	657.693,06	218.751,01
Promoção Industrial	914.000,00	876.444,07	14.800,00	850.138,64	26.305,43	148.362,89	657.693,06	218.751,01
Comércio e Serviços	1.736.710,00	1.023.895,56	104.525,00	468.792,49	555.103,07	8.281,00	349.137,24	674.758,32
Promoção Comercial	525.000,00	101.950,00	51.825,00	97.028,00	4.922,00	8.281,00	30.072,75	71.877,25
Turismo	1.211.710,00	921.945,56	52.700,00	371.764,49	550.181,07	0,00	319.064,49	602.881,07
Transporte	6.220.170,00	5.821.170,00	623.170,24	4.878.279,53	942.890,47	802.454,20	4.529.801,02	1.191.368,98
Transporte Rodoviário	2.734.250,00	2.764.250,00	398.596,07	2.102.830,61	661.419,39	409.120,25	2.045.561,79	718.688,21
Administração Geral	3.485.920,00	3.056.920,00	224.571,17	2.775.448,92	281.471,08	393.333,95	2.584.239,23	472.680,77
Desporto e Lazer	3.977.200,00	4.061.001,34	498.499,13	3.527.401,22	533.600,12	739.895,16	3.149.388,06	911.643,28
Administração Geral	2.158.991,00	2.152.792,34	231.965,21	1.679.854,01	472.938,33	327.226,73	1.006.102,64	546.689,70
Desporto de Rendimento	1.544.209,00	1.662.209,00	277.112,48	1.629.202,08	33.006,92	378.441,13	1.350.895,70	311.313,30
Desporto Comunitário	274.000,00	246.000,00	(10.576,56)	218.345,13	27.654,87	34.227,30	102.359,72	53.640,28
Encargos Especiais	9.393.100,00	9.031.900,59	445.495,98	6.917.008,89	2.114.891,70	1.226.560,58	5.938.716,40	3.092.184,19
Defesa Civil	900.000,00	900.000,00	0,00	900.000,00	0,00	245.000,00	700.000,00	200.000,00
Serviço da Dívida Interna	2.900.000,00	2.722.038,59	357.540,64	1.474.334,59	1.247.704,00	357.540,64	1.474.334,59	1.247.704,00
Outros encargos Especiais	5.593.100,00	5.408.862,00	87.958,34	4.542.674,30	867.187,70	624.019,94	3.765.381,81	1.644.480,19
Reserva de Contingência	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00	210.000,00	0,00	0,00	210.000,00
Reserva de contingência	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00	210.000,00	0,00	0,00	210.000,00

Despesa Intra-Orçamentária



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e) = (a-d)
			Setembro a Outubro	Até Outubro (b)		Setembro a Outubro	Até Outubro (d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇ.) (II)	15.491.450,00	14.774.192,00	1.197.269,40	11.056.272,93	5,70	2.242.039,07	10.873.888,15	6,64
Legislativa	150.000,00	150.000,00	15.205,72	102.731,84	0,05	17.001,52	88.004,08	0,05
Acao Legislativa	150.000,00	150.000,00	15.205,72	102.731,84	0,05	17.001,52	88.004,08	0,05
Administracao Geral	1.258.580,00	1.258.580,00	191.925,72	926.655,41	0,48	191.925,72	926.655,41	0,57
Assistencia Social	1.258.580,00	1.258.580,00	191.925,72	926.655,41	0,48	191.925,72	926.655,41	0,57
Administracao Social	595.090,00	595.090,00	78.460,25	390.281,54	0,20	78.460,25	390.281,54	0,24
Administracao Geral	544.570,00	544.570,00	74.689,22	374.686,68	0,19	74.689,22	374.686,68	0,23
Assistencia Comunitaria	40.000,00	40.000,00	3.771,03	15.584,86	0,01	3.771,03	15.584,86	0,01
Previdencia Social	65.000,00	65.000,00	0,00	58.000,00	0,03	9.137,22	45.559,47	0,03
Administracao Geral	65.000,00	65.000,00	0,00	58.000,00	0,03	9.137,22	45.559,47	0,03
Saude	3.168.870,00	2.394.092,00	366.349,54	1.778.029,74	0,92	366.349,54	1.778.029,74	1,09
Administracao Geral	385.470,00	385.470,00	55.675,65	350.979,91	0,18	55.675,65	350.979,91	0,21
Atencao Basica	1.937.622,00	1.995.622,00	310.052,99	1.423.447,49	0,73	310.052,99	1.423.447,49	0,87
Supporto Profilático e Terapêutico	843.778,00	13.000,00	620,90	3.602,34	0,00	620,90	3.602,34	0,00
Educacao	7.049.240,00	6.964.240,00	1.037.704,58	5.011.593,57	2,58	1.037.704,58	5.009.952,93	3,06
Administracao Geral	354.430,00	544.430,00	88.482,37	380.885,15	0,20	88.482,37	380.885,15	0,23
Ensino Fundamental	4.371.660,00	4.416.660,00	597.963,16	3.267.314,77	1,68	597.963,16	3.265.674,13	1,99
Educacao Infantil	2.323.150,00	2.003.150,00	351.259,05	1.363.393,65	0,70	351.259,05	1.363.393,65	0,83
Cultura	94.180,00	94.180,00	16.260,12	75.298,30	0,04	16.260,12	75.298,30	0,05
Administracao Geral	94.180,00	94.180,00	16.260,12	75.298,30	0,04	16.260,12	75.298,30	0,05
Urbanismo	843.530,00	843.530,00	125.683,46	612.674,41	0,32	125.683,46	612.674,41	0,37
Administracao Geral	843.530,00	843.530,00	125.683,46	612.674,41	0,32	125.683,46	612.674,41	0,37
Gestao Ambiental	35.000,00	35.000,00	4.069,96	19.885,03	0,01	4.069,96	19.885,03	0,01
Administracao Geral	35.000,00	35.000,00	4.069,96	19.885,03	0,01	4.069,96	19.885,03	0,01
Transporte	412.580,00	432.580,00	65.130,85	319.339,72	0,16	65.130,85	319.339,72	0,20
Administracao Geral	412.580,00	432.580,00	65.130,85	319.339,72	0,16	65.130,85	319.339,72	0,20
Desporto e Lazer	157.600,00	157.600,00	25.498,11	124.056,79	0,06	25.498,11	124.056,79	0,08
Administracao Geral	157.600,00	157.600,00	25.498,11	124.056,79	0,06	25.498,11	124.056,79	0,08
Encargos Especiais	1.674.300,00	1.784.300,00	49.981,09	1.637.726,58	0,84	304.817,74	1.484.150,73	0,91
Outros encargos Especiais	1.674.300,00	1.784.300,00	49.981,09	1.637.726,58	0,84	304.817,74	1.484.150,73	0,91
TOTAL (III) = (I + II)	229.150.000,00	243.912.357,53	26.902.996,29	194.114.929,43	100,00	35.466.900,77	163.760.096,65	100,00

FONTE: Sistema Alende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Data Emissão: 18/nov/2016 Hora de emissão: 16h e 10m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

MARLON DE LAI DENEGA
Contador
CRC/SC 037063/O-0

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAPERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A OUTUBRO DE 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro



RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
	Novembro/2015	Dezembro/2015	Janeiro/2016	Fevereiro/2016	Março/2016	Abril/2016	Maior/2016	Junho/2016	Julho/2016	Agosto/2016	Setembro/2016	Outubro/2016		
RECEITAS CORRENTES (I)	16.758.972,88	20.483.428,13	18.517.765,09	19.477.561,18	27.470.926,25	20.332.666,76	20.018.733,30	19.602.926,44	20.362.784,23	19.504.531,25	18.646.504,47	19.042.332,65	240.219.160,63	227.192.900,00
Receita Tributária	1.695.733,03	2.207.146,58	1.667.444,79	1.947.962,73	7.809.760,37	2.734.186,91	2.973.103,56	2.427.886,80	2.352.025,97	2.435.342,15	1.978.361,92	1.947.658,96	32.176.671,47	31.270.850,00
IPRU	32.696,56	82.889,45	27.142,03	26.193,25	4.792.231,02	563.449,12	538.817,58	530.998,16	519.636,06	483.631,49	69.400,03	43.751,29	7.711.036,04	7.200.000,00
ISS	1.663.913,57	1.134.646,35	1.115.146,56	989.946,58	1.044.500,21	1.032.311,45	1.134.337,51	1.154.256,54	1.174.745,46	1.119.274,60	1.220.635,65	1.270.532,82	13.484.650,30	13.000.000,00
ITBI	196.381,90	283.612,87	141.627,75	186.389,53	262.479,92	278.243,99	345.941,58	236.172,76	137.504,88	288.712,76	241.732,74	234.531,43	2.896.831,71	3.200.000,00
IRRF	206.980,21	487.785,13	216.033,10	205.640,64	269.148,00	286.689,66	277.036,28	280.833,22	279.020,53	285.572,92	260.260,69	272.143,94	3.351.124,32	2.600.000,00
Outras Receitas Tributárias	195.780,79	218.312,78	163.445,35	529.792,73	1.441.401,22	553.492,99	676.070,61	228.035,92	180.914,04	255.150,38	155.132,81	126.699,48	4.723.029,10	5.270.850,00
Receita de Contribuições	823.075,94	1.188.501,18	820.746,04	803.709,28	1.170.372,76	976.592,31	769.324,23	1.040.792,37	916.574,82	914.554,53	914.902,36	889.446,20	11.208.669,02	8.332.400,00
Receita Patrimonial	1.319.856,55	1.729.807,76	2.029.593,83	2.189.159,25	2.879.808,58	2.573.279,72	1.489.320,49	1.914.936,94	2.402.232,15	1.795.416,56	1.957.974,79	1.558.037,33	23.839.523,95	9.337.130,00
Receita Agropecuária	600,00	954,50	210,72	3.844,20	14.302,41	7.900,45	4.010,25	769,95	813,39	300,00	457,50	429,30	34.592,67	10.000,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	53.669,17	105.040,84	23.272,96	25.736,22	1.924.946,68	251.268,62	252.897,08	253.788,20	280.893,23	255.149,94	55.372,22	57.597,40	3.539.633,33	3.028.430,00
Transferências Correntes	12.212.716,38	14.399.809,59	13.477.743,17	14.079.740,03	13.026.057,36	13.096.654,06	13.981.070,01	13.235.384,44	13.688.975,04	13.571.846,60	13.172.314,98	14.086.885,53	161.978.797,19	168.688.170,00
Cota-Parte do FPM	2.068.986,36	3.498.519,55	2.260.791,39	2.830.183,94	1.719.106,38	2.043.646,30	2.717.558,94	2.245.143,95	2.489.566,51	2.018.642,69	1.641.559,81	1.992.881,24	27.526.389,06	29.600.000,00
Cota-Parte do ICMS	3.656.196,50	3.569.273,16	4.446.153,69	3.630.032,76	3.671.289,43	3.774.685,87	3.651.188,04	3.646.920,06	3.722.771,31	3.677.136,21	3.972.205,35	4.109.012,93	45.526.846,31	47.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	696.449,19	412.943,15	482.568,68	699.085,64	1.053.126,03	1.023.254,05	1.065.398,44	1.062.936,91	1.137.681,00	1.148.304,45	1.158.013,11	1.162.954,72	11.102.706,37	10.500.000,00
Cota-Parte do ITR	1.576,70	1.164,27	672,87	260,71	201,55	290,93	288,57	372,47	139,13	151,83	7.387,97	38.744,27	51.231,27	5.000,00
Transferências de LC 87/1996	15.158,31	15.158,31	15.495,93	15.495,93	15.495,93	15.495,93	15.495,93	15.495,93	15.495,93	15.495,93	15.495,93	15.495,93	185.275,92	200.000,00
Transferências da LC 61/1969	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	2.423.072,45	2.495.042,97	2.810.563,44	2.555.883,96	2.443.324,44	2.281.311,40	2.639.409,68	2.528.131,38	2.434.743,10	2.506.349,10	2.561.500,02	2.918.553,10	30.877.885,04	32.670.000,00
Outras Transferências Correntes	3.351.276,87	4.407.706,18	3.461.497,17	4.288.797,09	4.123.513,60	3.677.967,58	3.892.379,41	3.736.383,74	3.898.578,06	4.205.766,39	3.816.152,79	3.848.443,34	46.708.464,22	48.714.170,00
Outras Receitas Correntes	653.321,81	872.166,68	498.703,68	487.408,47	645.678,09	692.814,79	548.327,08	729.357,94	711.271,36	531.921,57	567.113,70	503.277,93	7.441.273,00	6.528.920,00
DEDUÇÕES (II)	1.713.475,73	2.106.065,68	1.863.922,20	1.859.664,36	1.761.709,45	1.895.114,65	1.963.142,60	1.860.039,21	1.774.412,25	1.846.848,72	1.836.235,58	1.937.382,37	22.418.012,80	20.737.400,00
Contínio p/ o Plano de Prev. do Servidor	356.707,22	703.769,68	350.997,52	349.866,55	395.341,89	448.826,37	396.902,89	394.496,63	399.730,07	400.840,77	402.332,47	397.937,78	4.987.751,84	2.832.400,00
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	57.821,14	115.642,28	57.821,14	63.992,42	63.992,42	63.992,42	63.992,42	63.992,42	63.992,42	63.992,42	63.992,42	63.992,42	807.216,34	420.000,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	1.298.947,37	1.286.653,72	1.455.103,54	1.445.803,39	1.302.375,14	1.382.296,86	1.502.247,29	1.401.550,16	1.310.889,76	1.382.015,53	1.389.910,69	1.475.452,17	16.613.044,62	17.485.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)=(I)-(II)	15.045.497,15	18.377.360,45	16.653.842,89	17.617.896,82	25.709.216,80	18.437.582,11	18.055.590,70	17.742.887,23	18.588.371,98	17.657.682,53	16.810.268,89	17.104.950,28	217.801.147,83	206.455.500,00

FONTE: Sistema Alende Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 18/nov/2016

16:11

Hora de emissão:

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

MARLON DE LAI DENEGA
Contador
CRC/SC 037063/O-0

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAPERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A OUTUBRO DE 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanco Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Setembro a Outubro (b)	%(b/a)	Até Outubro (c)	%(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	220.025.200,00	220.025.200,00	35.368.175,70	16,07	192.858.150,40	87,65	27.167.049,60
RECEITAS CORRENTES	209.707.900,00	209.707.900,00	34.843.474,26	16,62	188.949.318,09	90,10	20.758.581,91
RECEITA TRIBUTÁRIA	31.270.850,00	31.270.850,00	3.926.020,88	12,55	28.273.791,86	90,42	2.997.058,14
Impostos	26.000.000,00	26.000.000,00	3.644.188,59	14,02	23.964.856,33	92,17	2.035.143,67
Taxas	3.962.000,00	3.962.000,00	164.727,98	4,16	3.562.907,82	89,93	399.092,18
Contribuição de Melhoria	1.308.850,00	1.308.850,00	117.104,31	8,95	746.027,71	57,00	562.822,29
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	8.332.400,00	8.332.400,00	1.804.355,56	21,65	9.217.091,90	110,62	(884.691,90)
Contribuições Sociais	4.932.400,00	4.932.400,00	1.200.791,13	24,34	5.873.003,01	119,07	(940.603,01)
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	3.400.000,00	3.400.000,00	603.564,43	17,75	3.344.088,89	98,36	55.911,11
RECEITA PATRIMONIAL	9.337.130,00	9.337.130,00	3.516.012,12	37,66	20.789.859,64	222,66	(11.452.729,64)
Receitas Imobiliárias	120.000,00	120.000,00	17.856,56	14,88	89.273,67	74,39	30.726,33
Receitas de Valores Mobiliários	8.702.130,00	8.702.130,00	3.473.660,36	39,92	20.629.622,34	237,06	(11.927.492,34)
Receita de Concessões e Permissões	515.000,00	515.000,00	24.495,20	4,76	70.963,63	13,78	444.036,37
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	10.000,00	10.000,00	886,80	8,87	33.038,17	330,38	(23.038,17)
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	10.000,00	10.000,00	886,80	8,87	33.038,17	330,38	(23.038,17)
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.024.430,00	3.024.430,00	112.969,62	3,74	3.380.923,32	111,79	(356.493,32)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	151.204.170,00	151.204.170,00	24.412.837,65	16,15	121.338.827,69	80,25	29.865.342,31
Transferências Intergovernamentais	149.470.670,00	149.470.670,00	24.126.665,75	16,14	120.294.095,40	80,48	29.176.574,60
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	1.733.500,00	1.733.500,00	286.171,90	16,51	1.044.732,29	60,27	688.767,71
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.528.920,00	6.528.920,00	1.070.391,63	16,39	5.915.785,51	90,61	613.134,49
Multas e Juros de Mora	2.868.200,00	2.868.200,00	413.030,26	14,40	2.725.891,40	95,04	142.308,60
Indenizações e Restituições	2.913.410,00	2.913.410,00	480.301,04	16,49	2.590.934,58	88,93	322.475,42
Receita da Dívida Ativa	690.000,00	690.000,00	87.566,75	12,69	468.253,06	67,86	221.746,94
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	57.310,00	57.310,00	89.493,58	156,16	130.706,47	228,07	(73.396,47)
RECEITAS DE CAPITAL	10.317.300,00	10.317.300,00	524.701,44	5,09	3.908.832,31	37,89	6.408.467,69
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.999.500,00	3.999.500,00	62.326,71	1,56	1.525.686,87	38,15	2.473.813,13
Operações de Crédito Internas	3.999.500,00	3.999.500,00	62.326,71	1,56	1.525.686,87	38,15	2.473.813,13
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	367.000,00	367.000,00	24.753,15	6,74	517.799,61	141,09	(150.799,61)
Alienação de Bens Móveis	167.000,00	167.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167.000,00
Alienação de Bens Imóveis	200.000,00	200.000,00	24.753,15	12,38	517.799,61	258,90	(317.799,61)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.950.800,00	5.950.800,00	437.621,58	7,35	1.865.345,83	31,35	4.085.454,17
Transferências Intergovernamentais	2.860.800,00	2.860.800,00	437.621,58	15,30	1.865.345,83	65,20	995.454,17
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	3.090.000,00	3.090.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.090.000,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	9.124.800,00	9.124.800,00	2.236.471,19	24,51	10.866.285,29	119,09	(1.741.485,29)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	229.150.000,00	229.150.000,00	37.604.646,89	16,41	203.724.435,69	88,90	25.425.564,31
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	229.150.000,00	229.150.000,00	37.604.646,89	16,41	203.724.435,69	88,90	25.425.564,31
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	229.150.000,00	229.150.000,00	37.604.646,89	16,41	203.724.435,69	88,90	25.425.564,31
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	12.004.557,09	0,00	0,00	6.909.651,50	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	12.004.557,09	0,00	0,00	6.909.651,50	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até Outubro (j)
			Setembro à Outubro	Até Outubro (f)		Setembro à Outubro	Até Outubro (h)		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.) (VIII)	213.658.550,00	229.138.165,53	24.926.726,89	183.058.656,50	46.079.509,03	33.224.861,70	152.886.208,50	76.251.957,03	152.231.880,84
DESPESAS CORRENTES	188.263.020,98	201.343.298,22	21.753.891,34	166.278.747,59	35.064.550,63	30.862.561,46	145.401.224,97	55.942.073,25	144.868.764,96
Pessoal e Encargos Sociais	103.562.770,00	98.423.124,60	14.515.770,12	73.634.804,11	24.788.320,49	14.579.802,12	73.247.307,34	25.175.817,26	73.218.490,42
Juros e Encargos da Dívida	900.000,00	774.038,59	35.777,66	193.766,37	580.272,22	35.777,66	193.766,37	580.272,22	193.766,37
Outras Despesas Correntes	83.800.250,98	102.146.135,03	7.202.343,56	92.450.177,11	9.695.957,92	16.246.981,68	71.960.151,26	30.185.983,77	71.456.508,17
DESPESAS DE CAPITAL	25.185.529,02	27.584.867,31	3.172.835,55	16.779.908,91	10.804.958,40	2.362.300,24	7.484.983,53	20.099.883,78	7.363.115,88
Investimentos	23.185.529,02	25.636.867,31	2.851.072,57	15.499.340,69	10.137.526,62	2.040.537,26	6.204.415,31	19.432.452,00	6.082.547,66
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	2.000.000,00	1.948.000,00	321.762,98	1.280.568,22	667.431,78	321.762,98	1.280.568,22	667.431,78	1.280.568,22
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00	210.000,00	0,00	0,00	210.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	15.491.450,00	14.774.192,00	1.976.269,40	11.056.272,93	3.717.919,07	2.242.039,07	10.873.888,15	3.900.303,85	10.866.285,29
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	229.150.000,00	243.912.357,53	26.902.996,29	194.114.929,43	49.797.428,10	35.466.900,77	163.760.096,65	80.152.260,88	163.098.166,13
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	229.150.000,00	243.912.357,53	26.902.996,29	194.114.929,43	49.797.428,10	35.466.900,77	163.760.096,65	80.152.260,88	163.098.166,13
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	39.964.339,04	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	229.150.000,00	243.912.357,53	26.902.996,29	194.114.929,43	49.797.428,10	35.466.900,77	203.724.435,69	40.187.921,84	163.098.166,13

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Setembro à Outubro (b)	%(b/a)	Até Outubro (c)	%(c/a)	
RECEITAS CORRENTES	9.124.800,00	9.124.800,00	2.236.471,19	24,51	10.866.285,29	119,09	(1.741.485,29)
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.124.800,00	9.124.800,00	2.236.471,19	24,51	10.866.285,29	119,09	(1.741.485,29)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	7.724.800,00	7.724.800,00	1.981.634,54	25,65	9.619.861,14	124,53	(1.895.061,14)
Contribuições Sociais	7.724.800,00	7.724.800,00	1.981.634,54	25,65	9.619.861,14	124,53	(1.895.061,14)
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.400.000,00	1.400.000,00	254.836,65	18,20	1.246.424,15	89,03	153.575,85
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	1.400.000,00	1.400.000,00	254.836,65	18,20	1.246.424,15	89,03	153.575,85
Decorrentes de Aportes Periódicos	1.400.000,00	1.400.000,00	254.836,65	18,20	1.246.424,15	89,03	153.575,85
TOTAL	9.124.800,00	9.124.800,00	2.236.471,19	24,51	10.866.285,29	119,09	(1.741.485,29)

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até Outubro (j)
			Setembro à Outubro	Até Outubro (f)		Setembro à Outubro	Até Outubro (h)		
DESPESAS CORRENTES	15.491.450,00	14.774.192,00	1.976.269,40	11.056.272,93	3.717.919,07	2.242.039,07	10.873.888,15	3.900.303,85	10.866.285,29
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.091.450,00	13.264.192,00	1.976.269,40	9.656.272,93	3.607.919,07	1.987.202,42	9.627.464,00	3.636.728,00	9.619.861,14
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.400.000,00	1.510.000,00	0,00	1.400.000,00	110.000,00	254.836,65	1.246.424,15	263.575,85	1.246.424,15
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	15.491.450,00	14.774.192,00	1.976.269,40	11.056.272,93	3.717.919,07	2.242.039,07	10.873.888,15	3.900.303,85	10.866.285,29

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 18/nov/2016

Hora de emissão: 16h e 08m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

MARLON DE LAI DENEGA
Contador
CRC/SC 037063/O-0

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 664/2016

DECRETO Nº 664/2016

"DECRETA LUTO OFICIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 70 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o terrível acidente aéreo ocorrido com a delegação da Associação Chapecoense de Futebol em viagem até a cidade de Medellin na Colômbia, que vitimou seus integrantes, sendo eles: atletas, comissão técnica, dirigentes, profissionais da imprensa e convidados, e

Considerando a comoção pública vivida no Município de Cordilheira Alta pelo ocorrido,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado luto oficial em Cordilheira Alta, por 3 (três) dias, a partir desta data, em virtude do passamento de integrantes da delegação da Associação Chapecoense de Futebol, sendo eles: atletas, comissão técnica, dirigentes, profissionais da imprensa e convidados.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 29 de Novembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

EXTRATO EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 91/2016 - PP 38/2016 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo, EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL – EXECUÇÃO INDIRETA, julgada pelo MENOR PREÇO GLOBAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 91/2016

Pregão Presencial n. 38/2016

Tipo: Menor preço global.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS, descritos neste edital e seu Anexo I.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 12/12/2016.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 12/12/2016.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 29 de Novembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 29/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P Nº 29/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DO MUNICIPIO DE CORONEL FREITAS
Tipo: menor preço por item.
Entrega dos envelopes: até as 09h00min do dia 13/12/2016
Abertura dos envelopes: na sequência às 09h00min do dia 13/12/2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 13:00 Hrs ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 29 de NOVENBRO de 2016
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 13/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 13/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar público:

Fica convocado o aprovado no concurso público de que trata o Edital de Concurso Público nº 001/2015, conforme o cargo constante do Anexo I, parte integrante do presente Edital para a realização dos exames médicos pré-admissionais.

O candidato convocado por este Edital deverão apresentar-se, na Clínica Henry Ey Ltda. - Humana, sito à Rua Vidal Ramos, nº 222, Bairro Centro, próximo a Escola de Educação Básica Teresa Ramos, nesta cidade, no dia e horário conforme estabelecido no Anexo I, munidos do documento oficial de identidade, carteira profissional, carteira de vacinação original e cópia.

O não comparecimento do candidato no dia e horário determinado, importará na sua eliminação do Concurso Público, no qual será tido como desistente.

A avaliação médica terá caráter eliminatório, sendo o candidato considerado apto ou inapto.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 24 dias do mês de novembro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ANEXO I

CONVOCAÇÃO POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

CARGO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Ordem	Nome	Data	Horário
01º	Lucas Trevisan	0712/2016	09:00

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 071/16

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
Tomada de Preço nº 003/16

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 071/16 MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.485.892/0001-18 e inscrição Estadual nº. 251.379.132, estabelecida na Rua Alberto Francisco Junkes, 55 – Bairro Santa Terezinha, Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIABILIZAR A EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, EM REGIME DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, TERRAPLANAGEM, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, E OBRAS COMPLEMENTARES DAS RUAS 17-JOÃO TOZINI E 144-ARTURO MENESTRINA, (COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS), NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS DE QUANTITATIVOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTES PRO-CESSO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Décima Primeira do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 25 de outubro de 2016 até 25 de outubro de 2017.

Data da Assinatura: 25/10/2016

Data da Vigência: 25/10/2017

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 077/16

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Tomada de Preço nº 004/16

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 077/16 MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.620.927/0001-12 e Inscrição Estadual nº 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, bairro Figueirinha – CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIABILIZAR A EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, EM REGIME DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, TERRAPLANAGEM, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, E OBRAS COMPLEMENTARES DA RUA 04 - ROBERTO SEIDEL - TRECHO 03, (COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS), NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS DE QUANTITATIVOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTES PROCESSOS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Décima Primeira do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 17 de Novembro de 2016 até 16 de Maio de 2017.

Data da Assinatura: 17/11/2016

Data da Vigência: 16/05/2017

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 016/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 016/15

Processo Licitatório nº 040/15

Dispensa de licitação nº 038/2015

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.539.684/0001-21, com sede na rua Padre Vicente Schmitz, 45 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 02.255.187/0001-08, com sede à Rua General Osório, nº 311, sala 604, na cidade de Timbó (SC)

OBJETO: contratação de serviço de telefonia pós-paga via fibra óptica, com portabilidade das linhas de telefone 3375-1145 e 3375-0825 – ambas com DDD 47, mantendo o mesmo número de cada linha, destinados a Câmara de Vereadores de Corupá

VALOR: R\$ 857,15 (oitocentos e cinquenta e sete reais e quinze centavos)

Data da Assinatura: 28/10/2016

Data da Vigência: 28/03/2017

CLÁUDIO FINTA

PRESIDENTE

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 017/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 017/15

Processo Licitatório nº 039/2015

Dispensa de licitação nº 037/2015

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.539.684/0001-21, com sede na rua Padre Vicente Schmitz, 45 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 02.255.187/0001-08, com sede à Rua General Osório, nº 311, sala 604, na cidade de Timbó (SC)

OBJETO: contratação de empresa especializada em serviços de instalação de fibra óptica para atender as necessidades de Internet Dedicada com IP fixo, com velocidade garantida de 2 Mb para upload e 2 Mb para download, destinados a Câmara de Vereadores de Corupá.

VALOR: R\$ 1.494,06 (um mil e quatrocentos e noventa e quatro reais e seis centavos)

Data da Assinatura: 28/10/2016

Data da Vigência: 28/03/2017

CLÁUDIO FINTA

PRESIDENTE

Curitibanos

PREFEITURA

DECRETO N.º 4.806/2016.

DECRETO N.º 4.806/2016.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA ETAPA MUNICIPAL DA 6ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, e considerando o disposto na Portaria n.º 024/2015 de 29 de outubro de 2015, da Secretaria de Estado do Planejamento, e no artigo 2º, inciso XII, da Lei nº 14.590, de 23 de dezembro de 2008, que estabeleceu a criação do Conselho Estadual das Cidades de Santa Catarina, e na Resolução Normativa n.º 19, de 18 de setembro de 2015, proveniente do Conselho das Cidades, órgão vinculado ao Ministério das Cidades,

DECRETA

Art. 1º - Fica convocada a Etapa Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades, doravante denominada Conferência Municipal das Cidades de Curitibanos, SC, a realizar-se no auditório da Universidade do Contestado (UNC) cita na Av. Dr. Leoberto Leal nº 1904, no dia 19 de maio de 2016, das 08h00' às 12h00 – 13:30 às 17:30'.

Art. 2º - A Conferência Municipal das Cidades de Curitibanos, SC, tem por objetivos:

I - propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política de Desenvolvimento Urbano Municipal;

II - sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes no Município;

III - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, e etnia para a formulação de proposições, realização de avaliações sobre as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas;

IV - propiciar e estimular a organização e o fortalecimento do debate sobre desenvolvimento urbano, como instrumento para garantia da gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano municipal;

Art. 3º - O temário da Conferência Municipal deve contemplar o temário Estadual e Nacional, qual seja, "A Função Social da Cidade e da Propriedade" e o lema "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art. 4º - A Conferência Municipal das Cidades de Curitibanos deverá:

I - debater propostas e soluções voltadas à realidade local;

II - responder às perguntas do Texto de Referência publicado pelo Conselho das Cidades, órgão vinculado ao Ministério das Cidades, sob título "A Função Social da Cidade e da Propriedade: Cidades Inclusivas, Participativas e socialmente Justas";

Art. 5º Programação do evento:

08h00' - Recepção e inscrições dos participantes.

08h30' - Solenidade de abertura, saudação e informações.

09h00' - Contextualização do debate sobre a CONFERENCIA DAS

CIDADES e metodologia de desenvolvimento da conferência e seus debates acerca do tema "A Função Social da Cidade e da Propriedade" e o lema "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

10h00' – MESA REDONDA sobre "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas" com os seguintes enfoques temáticos:

a) SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

b) MOBILIDADE URBANA/ ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

c) INFRAESTRUTURA URBANA E PLANEJAMENTO

d) LAZER E QUALIDADE DE VIDA

13h30' – Debates em grupo conforme o questionário da Conferência (Anexo XX) e os subsídios resultantes da mesa redonda.

15h00' – Plenária de apresentação de resultados com encaminhamento d e proposições, deliberações.

16h00' - Aprovação das proposições.

17h30 - Encerramento.

Art. 6º - A Conferência Municipal das Cidades de Curitibanos, SC, será presidida pelo Prefeito Municipal de Curitibanos, Sr. José Antonio Guidi.

Art. 7º - Para o desenvolvimento dos trabalhos e para as regras de procedimento da Conferência Municipal das Cidades de Curitibanos, SC, fica desde logo, homologados como documentos norteadores o Regimento Interno da Conferência Estadual das Cidades.

Parágrafo Único – Questões omissas serão resolvidas pela Comissão Organizadora responsável.

Art. 8º - Os responsáveis municipais pela segurança alimentar providenciarão o registro da conferência perante os órgãos competentes, assegurando as providências formais requeridas pelo Sistema com o auxílio da AMURC.

Art. 9º - As despesas com a realização da Conferência Municipal ocorrerão por conta dos recursos orçamentários próprios do município.

Art. 10 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário. .

Curitibanos, 10 de novembro de 2016.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dez dias do mês de novembro do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.804/2016

DECRETO Nº 4.804/2016

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Aldo Dolberth, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei 5.655/2015

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações do orçamento do Fundo Municipal de Educação no valor de R\$ 562.619,62 (quinhentos e sessenta e dois mil, seiscentos e dezenove reais, sessenta e dois centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.1010 OBRAS PARA O ENSINO INFANTIL
4490000000.00.1032 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 562.619,62
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 562.619,62

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte dos recursos provenientes do repasse convênio/Termo de Compromisso No. PAC2 7097/2013 firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE, no valor de R\$ 1.888.084,32 (Um milhão oitocentos e oitenta e oito mil oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de novembro de 2016.

Aldo Dolberth
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quatro dias do mês de setembro do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal
Amaury Silva
Secretário Municipal de Educação e Cultura e.e

DECRETO Nº 4.805/2016

DECRETO Nº 4.805/2016

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NA FORMA DA LEI Nº 5.841/2016

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.841/2016 no montante de R\$ 27.031,25 (vinte e sete mil, trinta e um reais, vinte e cinco centavos reais) a saber :

ANULAÇÃO:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.039 OBRAS NA ÁREA DA SAÚDE
4.4.90.00.00.00.00.1002 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 14.986,35

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.036 EQUIP. E MAT. PERMAN. – FUNDO DE SAÚDE

4.4.90.00.00.00.00.3002 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 12.044,90

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 27.031,25

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.841/2016 no montante de R\$ 27.031,25 (vinte e sete mil, trinta e um reais, vinte e cinco centavos reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.021 MANUT. FUNDO MUNIC. DE SAÚDE

3.3.90.00.00.00.00.1002 APLICAÇÕES DIRETAS ... R\$ 14.986,35

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.021 MANUT. FUNDO MUNIC. DE SAÚDE

3.3.90.00.00.00.00.3002 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 12.044,90

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 27.031,25

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de novembro de 2016.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos nove dias do mês de novembro do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal

Altamir Carvalho Goetten
Secretário de Saúde

DECRETO Nº 4.807/2016

DECRETO Nº 4.807/2016

CONCEDE REVISÃO DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES NA FORMA DA LEI Nº 5.743/2016

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 5743/2016 :

DECRETA

Art. 1º. Fica concedido aos servidores municipais o percentual de 2,56% (dois vírgula cinquenta e seis por cento) a incidir sobre a remuneração do mês de fevereiro de 2016, a título de complementação final da revisão geral da remuneração concedida na forma da Lei n. 5.743/2016, a partir de 01 de novembro de 2016.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de novembro de 2016.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezesseis dias do mês de novembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal
Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.808/2016

DECRETO Nº 4.808/2016

HOMOLOGA E TORNA PADRÃO O PROTOCOLO MUNICIPAL DE ATENÇÃO ÀS MULHERES NO PRÉ NATAL DE BAIXO RISCO

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX e art. 202 da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado e torna padrão o Protocolo Municipal de Atenção às mulheres no pré natal de Baixo Risco a ser observado pela equipe de servidores da Saúde das Famílias da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, conforme anexo que passa a integrar o presente decreto.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de novembro de 2016.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezesseis dias do mês de novembro do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal
Altamir Carvalho Goetten
Secretário de Saúde

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2016

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2016
REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Cultura de Curitiba e a Associação Cultural Ogue Carvalho – ACEOC com o valor total de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

RESUMO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DO CONJUNTO FOGO DE CHÃO PARA APRESENTAÇÃO NA PRAÇA CENTENÁRIO À REALIZAR-SE NO DIA 11/12/2016 MARCANDO A ABERTURA DA III VILA DO PAI NOEL, CONFORME LEI 8.666/93, ART. 25, INCISO III E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III – “para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25, inciso III da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 29 de novembro de 2016.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto
Presidente da Comissão Membro

Daniela Rinaldi Tirelli
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25 o inciso III dou como aprovada.
Curitiba, 29 de novembro de 2016.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município
AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 29 de novembro de 2016.

Amaury Silva
Presidente do Fundo e/e

LEI COMPLEMENTAR Nº 165/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 165/2016

REVOGA LEI COMPLEMENTAR Nº 125/2014 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica revogada a Lei Complementar n. 125/2014 de 06 de novembro de 2014 que institui largura de faixa não-edificável para fins de regularização de áreas urbanas através do Projeto Lar Legal.

Art. 2º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de setembro de 2016.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos cinco dias do mês de setembro do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal
Lenora Elisa Borsarini
Secretária de Planejamento

LEI COMPLEMENTAR Nº 166/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 166/2016

INSERE DISPOSITIVO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 104, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013.

Aldo Dolberth , Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º O Art. 9º da Lei Complementar Municipal nº 104, de 7 de novembro de 2013, fica acrescido de parágrafo único, e passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. O Poder Executivo ou a empresa concessionária do serviço de transporte público poderão firmar parcerias com a iniciativa privada para construção de abrigos cobertos, autorizada a exploração publicitária dos espaços, sem qualquer ônus ao usuário.”

Art. 2º Esta Lei Complementar poderá ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo, estabelecendo inclusive a padronização dos abrigos cobertos e os locais para sua implantação.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de outubro de 2016.

Aldo Dolberth
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal
Lenora Elisa Borsarini
Secretária de Planejamento

LEI COMPLEMENTAR Nº 167/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 167/2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAFETAR E ALIENAR BENS IMÓVEIS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a desafetação pública dos bens imóveis abaixo relacionados e promover a sua alienação por venda, através de processo licitatório, na forma prevista no art. 17 da Lei nº 8.666/93 e na forma prevista pelo art. 103 da Lei Orgânica Municipal.

I - O terreno rural localizado neste município e Comarca de Curitiba, no lugar denominado Santa Cruz do Pery, com área superficial de 364,00 m² (trezentos e sessenta e quatro metros quadrados) com as descrições e confrontações constantes da matrícula imobiliária nº 10.122 do Cartório de Registro de imóveis desta comarca.
II – O terreno rural localizado neste município e Comarca de Curitiba, no lugar denominado Santa Cruz do Pery, com área superficial de 1.045,00 m² (um mil e quarenta e cinco metros quadrados) com as descrições e confrontações constantes da matrícula imobiliária nº 11.075 do Cartório de Registro de imóveis desta comarca.

Parágrafo Único - Os imóveis referidos no caput e descritos acima ficam por esta Lei desafetados da sua natureza de uso comum do povo ou a uso especial, passando a se constituir em bens públicos dominicais, passíveis de alienação.

Art. 2º. O Poder Executivo promoverá a alienação dos bens descritos acima através de procedimento licitatório na modalidade de Concorrência, tipo Maior Lance ou Oferta, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 22 de novembro de 2016.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal.
Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 168/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 168/2016

ALTERA ART. 72 B DA LEI COMPLEMENTAR Nº 026/2002.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. O caput do art. 72 B da Lei Complementar n. 026/2002 acrescentado pela Lei Complementar nº 131/2015 passa a vigorar com a redação dada por esta lei:

“ Art. 72 B. Fica instituído o abono produtividade, de natureza indenizatória, a ser concedido ao servidor público municipal efetivo, bem como ao empregado público que, no período de 30 (trinta) dias apresentar 100% (cem por cento) de frequência comprovada no exercício de suas atribuições. ”

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 22 de novembro de 2016.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.838/2016

LEI Nº 5.838/2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE SANTA CATARINA - FACISC PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONOMICO NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS. .

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio de cooperação técnica-financeira com a FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE SANTA CATARINA - FACISC, inscrita no CNPJ sob nº 78.354.636/0001-29, com o objetivo de promover a cooperação na implantação, apoio e consultoria para desenvolver e elaborar o Programa de Desenvolvimento Econômico Local – DEL de Curitiba.

Parágrafo Único: Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar a conveniente, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) nos termos do convênio anexo que passa a fazer parte integrante da presente lei.

Art. 2º - A conveniente deverá prestar contas dos recursos recebidos na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto n. 4.449/2014.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das seguintes dotações:

02 . 00 – CHEFIA DO EXECUTIVO

02 . 07 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO

22.661.0025.2065 – Manutenção da Secretaria da Indústria Comércio e Turismo
33500000.0000.1000 – Transf. a instituições sem fins lucrativos
..... R\$ 50.000,00

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 09 de novembro de 2016.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TERMO DE CONVÊNIO Nº 020/2016

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL E CURITIBANOS – ACIC E O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS PARA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO LOCAL – DEL.

Aos nove dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, a FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE SANTA CATARINA - FACISC, inscrita no CNPJ nº 78.354.636/0001-29, sito a Avenida Salomão Carneiro de Almeida, 388 - Centro – Curitibanos/SC, denominada ACIC, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. Ernesto João Reck, e o MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CNPJ: 83.754.044/001-34, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860 - Centro – Curitibanos/SC, doravante denominado Município representado neste ato pelo seu Prefeito e.e. Sr. Aldo Dolberth, celebram o presente TERMO DE CONVÊNIO de Intenções, de acordo com as condições estabelecidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente termo de convênio tem por objetivo promover a cooperação entre as partes na implantação, apoio e consultoria para desenvolver e elaborar o Programa de Desenvolvimento Econômico Local – DEL de Curitibanos.

CLÁUSULA SEGUNDA – O DEL – Desenvolvimento Econômico Local tem como objetivo elevar a capacidade de uma área local para melhorar o seu futuro econômico e a qualidade de vida para todos os cidadãos. É um processo em que parceiros dos setores público e privado trabalham coletivamente para criar condições melhores para o crescimento econômico e a geração de emprego, conforme termo de referência e cronograma de desembolso em anexo que é parte integrante do presente convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das responsabilidades mútuas:

Os responsáveis de cada entidade atuarão como elo entre as instituições e supervisionarão o desenvolvimento das atividades, devendo:

- Criar um cronograma de atividades que poderão ser desenvolvidas em parceria;
- Gerenciar as atividades estabelecidas;
- Estabelecer, em conjunto, uma rotina de comunicação e troca de dados e informações;
- Incluir as ações planejadas nas atividades de marketing das convenientes e divulgar as ações conjuntas nos meios de comunicação internos e externos.
- As atividades em fase de elaboração de projeto ou em implantação relacionadas aos objetivos deste protocolo, poderão ser motivo de deliberação entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – Das Responsabilidades da FACISC:

- a) Definir o escopo do trabalho: economia local em geral (comércio – Indústria – Agricultura - Prestação de serviços) e ramos específicos;
- d) Realizar a busca de informações e analisar as informações;
- f) Apresentar e validar os resultados junto com os principais atores

locais.

g) Identificar linhas de intervenção.

h) Sensibilizar a comunidade empresarial a aderir ao DEL.

i) Auxiliar na montagem do conselho de desenvolvimento de CURITIBANOS.

j) Apoiar a execução das atividades propostas pelo conselho de desenvolvimento.

k) Elaborar a política de desenvolvimento sócio econômico;

l) Instalar a estrutura de operação e o monitorar a implementação do Programa DEL.

m) Criar um fundo gestor para administração dos recursos.

n) Prestar contas dos recursos recebidos das entidades envolvidas no programa.

CLÁUSULA QUINTA – Das Responsabilidades do Município:

a) Envidar esforços para implementar as principais linhas de intervenção, tais como a revisão de leis, criação de fundo de desenvolvimento e montagem de estrutura técnica necessária.

b) Disponibilizar as instalações físicas e os recursos audiovisuais da PMC para eventos e reuniões de atividades vinculadas com a este convênio, quando necessário.

b) Indicar membros e compor o conselho de desenvolvimento.

c) Apoiar financeiramente a implementação do programa.

CLÁUSULA SEXTA – Das responsabilidades de outras entidades que participarem do programa.

a) Apoiar financeiramente a implementação do DEL em Curitibanos

b) Apoiar as atividades referentes à etapa de entrevistas, coleta e análise de informação.

c) Auxiliar na montagem do conselho de desenvolvimento de Curitibanos.

d) Apoiar a execução das atividades propostas pelo conselho de desenvolvimento.

e) Sensibilizar a comunidade empresarial a aderir ao DEL.

CLÁUSULA SÉTIMA – Os recursos financeiros para o pagamento de despesas na implantação, estruturação e consultoria para desenvolver e elaborar o Programa de Desenvolvimento Econômico Local – DEL, de Curitibanos, objetivando a manutenção do mesmo e a continuação dos serviços prestados a comunidade em geral, será suportado pelo Município, sendo que o valor de repasse da PMC será de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), o pagamento ocorrerá em 4 (quatro) parcelas de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), conforme entrega das etapas estabelecidas no termo de referência em anexo.

CLAUSULA OITAVA: Dos Termos Aditivos:

A inclusão ou extinção de atividades/ações consideradas de interesse ou conveniência das partes será complementada através da assinatura de Termo Aditivo, previamente aprovado, do qual constarão detalhadamente as atividades/ações envolvidas e as responsabilidades das partes, documento esse que se tornará parte integrante do presente Protocolo de Intenções.

CLÁUSULA NONA - Da vigência.

O prazo de vigência do presente Convênio será de 6 (seis) meses, iniciando na data da assinatura do termo e com término em 20 de abril de 2017, podendo ser prorrogado por uma vez por igual período desde que de forma justificada e autorizada pelo prazo máximo de 06 (seis) meses.

Parágrafo Unico - O presente termo de convênio poderá ser denunciado, por iniciativa de qualquer das partes ou de comum acordo entre as mesmas, mediante notificação prévia, por escrito, de pelo menos 30 (trinta) dias. No caso de denúncia, havendo pendência ou atividades/ações em execução, as partes definirão, através de Termo de Encerramento, as responsabilidades relativas à conclusão das mesmas, observadas as responsabilidades de cada uma das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA- Do Foro.

Para dirimir quaisquer questões oriundas do presente acordo, fica eleito o foro da Comarca de Curitiba – Santa Catarina.

E, para validade do que pelos partícipes foi pactuado, firma-se este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de testemunhas abaixo assinadas, a fim de que produza os efeitos jurídicos e legais, em juízo ou fora dele.

Curitiba, 09 de novembro de 2016.

José Antonio Guidi Prefeito Municipal e.e.	Ernesto João Reck FACISC
---	-----------------------------

Testemunhas:

1) _____ 2) _____

LEI Nº 5.839/2016

LEI Nº 5.839/2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e interveniência da Polícia Militar do Estado, visando o estabelecimento de mútua cooperação com vistas a execução de ações de fiscalização e educação ambiental no Município de Curitiba.

Art. 2º. Pelo convênio firmado, fica o Poder Executivo autorizado a disponibilizar a PMSC/Polícia Militar Ambiental, durante a vigência do termo, o valor mensal de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para cobertura dos custos de manutenção de equipamentos e instalações físicas, veículos e materiais de expediente e custos de alimentação necessários no policiamento e fiscalização ambiental.

Parágrafo Único: O convênio firmado terá vigência a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º - Fica fazendo parte integrante desta lei o termo de convênio anexo.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de novembro de 2016.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de novembro do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONVÊNIO Nº/2016

Termo de convênio que entre si celebram o Município de Curitiba, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando o estabelecimento de mútua

cooperação com vistas a execução de ações de fiscalização e educação ambiental no Município de Curitiba.

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, doravante denominado – Município, situado à Avenida Cel Vidal Ramos, nº 860 bairro Centro, inscrito no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo Exmo Sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, doravante denominada – PMSC, situada na Rua Visconde de Ouro Preto, nº 549, inscrita no CNPJ /MF sob nº 83.931.550/0001-51, neste ato representada pelo seu Comandante Geral, Coronel PM PAULO HENRIQUE HEMM, amparados pela Lei Municipal nº 5.839, de 09 de novembro de 2016; amparados no inciso IV, do Art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008 e na Portaria nº 0242/GEPES/DIAF/SSP, de 21 de setembro de 2016, respectivamente, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto o estabelecimento de um regime de mútua cooperação entre os partícipes, com vista à realização de atividades de fiscalização e educação ambiental, voltadas à preservação, conservação e melhoria do meio ambiente, em conformidade com o que prescreve a legislação ambiental, no município de Curitiba – SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DA PMSC/POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL

Compete à PMSC/Polícia Militar Ambiental:

I – Aplicar a legislação ambiental em vigor;

II – Exercer todas as atividades inerentes à implementação do presente Termo de Cooperação;

III - Exercer o policiamento ostensivo rural, fiscalização e educação ambiental no Município de Curitiba – SC;

IV – Designar um representante responsável para acompanhar a fiel execução do presente Termo de Cooperação;

V – Apoiar ações voltadas à conservação dos recursos naturais e na divulgação de programas ambientais;

VI – Aplicar o Projeto Protetor Ambiental no Município de Curitiba;

VII – Executar ações de conscientização e sensibilização da população lindeira aos rios, áreas rurais do município e fiscalizar a manutenção das áreas de preservação permanente – APP, efetuar policiamento em áreas de camping e turísticas do Município, efetuar policiamento e fiscalização ambiental na suinocultura e avicultura do Município de Curitiba;

VIII – Participar e apoiar ações de Educação Ambiental desenvolvidas pelo Município, através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, participando também de treinamento voltado ao salvamento e resgate de fauna e flora;

IX – Fiscalizar a existência de Licenciamento Ambiental nos novos loteamentos em construção no perímetro urbano do Município, para coibir formação de loteamentos clandestinos e a venda de lotes sem o competente parcelamento do solo urbano, prevenindo assim, que os consumidores/compradores de lotes venham a ser lesados com a aquisição de terrenos sem o devido registro

imobiliário;

X – Fiscalizar as empresas de manutenção de eletro eletrônicos para averiguar o destino do descarte de materiais inservíveis, coibindo assim, o lançamento no meio ambiente;

XI – Resguardar integralmente o Município de quaisquer reclamações, ações, despesas ou custos em decorrência de danos de qualquer natureza causados pela utilização dos recursos adquiridos com o referido convênio, ainda que os registros em nome da PMSC/Polícia Militar Ambiental, não tenham sido, por qualquer razão, completados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO

Compete ao MUNICÍPIO:

I – Disponibilizar à PMSC/Polícia Militar Ambiental, durante a vigência deste termo, o valor mensal de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para cobertura dos custos de manutenção de equipamentos e instalações físicas, veículos e materiais de expediente e custos de alimentação necessários no policiamento e fiscalização ambiental.

II. Depositar a importância prevista no inciso “I” na primeira quinzena de cada mês, em conta vinculada, na Agência do Banco do Brasil, do Município, sob a denominação de PMSC/PMACT Termo de Cooperação e, receber valores depositados à título de doação por pessoas físicas ou jurídicas que queiram contribuir com o serviço de rádio patrulhamento, objeto deste Convênio, colocando a conta vinculada ao convênio à disposição dos possíveis doadores;

III – Realizar, a cota de suas dotações orçamentárias, as despesas necessárias ao atendimento do objeto do presente convênio, por requisição do Comandante da Organização Policial Militar do Município, observadas as Diretrizes de Ações Administrativas do Comando Geral da PMSC;

IV – Prestação de Contas dos Recursos repassados, nos termos da legislação vigente;

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO

São executores do presente Convênio, o Prefeito Municipal ou quem por ele designado e o Comandante da Organização Policial Militar do Município.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente convênio correrão por conta da dotação orçamentária específica da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio iniciará a partir de 01 de janeiro de 2017 e vigorará até 31 de Dezembro de 2020, podendo ser prorrogado ou modificado por interesse das Partes mediante Termo Aditivo, bem como, facultado o exercício da denúncia, mediante aviso expresso, com antecedência de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovado inadimplemento de qualquer das suas cláusulas ou condições.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Convênio e que não forem sanadas administrativamente, o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordes, os partícipes assinam o presente Convênio, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas que também o assinam.

Florianópolis – SC,de de 2016

PAULO HENRIQUE HEMM

Coronel PM Comandante Geral da PMSC

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Testemunhas:

Nome: Valmir Moreira Francisco

Tem. Cel. PM Comandante do

Comando do Policiamento Militar Ambiental

Nome: Carlos Roberto Vezaro

CPF: 310.203.649-04

LEI Nº 5.840/2016

LEI Nº 5.840/2016

DENOMINA PARQUE MUNICIPAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica denominado de Jardim Botânico Municipal a área de terras localizada na rua Avelino Fontana S/N seção 1027 Bairro Água Santa neste município de Curitiba, com área de 222.185,40 m².

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de novembro de 2016.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de novembro do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.841/2016

LEI Nº 5.841/2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.655/2015 no montante de R\$ 27.031,25 (vinte e sete mil, trinta e um reais, vinte e cinco centavos reais) a saber :

ANULAÇÃO:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.039 OBRAS NA ÁREA DA SAÚDE

4.4.90.00.00.00.00.1002 APLICAÇÕES DIRETAS ... R\$ 14.986,35

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0008.1.036 EQUIP. E MAT. PERMAN. – FUNDO DE SAÚDE
 4.4.90.00.00.00.00.00.3002 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 12.044,90
 TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 27.031,25

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.655/2015 no montante de R\$ 27.031,25 (vinte e sete mil, trinta e um reais, vinte e cinco centavos reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0008.2.021 MANUT. FUNDO MUNIC. DE SAÚDE
 3.3.90.00.00.00.00.00.1002 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 14.986,35

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0008.2.021 MANUT. FUNDO MUNIC. DE SAÚDE
 3.3.90.00.00.00.00.00.3002 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 12.044,90
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 27.031,25

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de novembro de 2016.

José Antônio Guidi
 Prefeito Municipal

Francisco Carlos do Carmo
 Secretário Municipal de Esportes e Lazer

LEI Nº 5.842/2016

LEI Nº 5.842/2016

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE CURITIBANOS - ADC.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
 Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Desportiva de Curitiba - ADC, nos termos da Lei nº 4.164/2007.

Art. 2º Fica assegurado à Associação Desportiva de Curitiba - ADC todos os benefícios da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2016.

José Antônio Guidi
 Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezessete dias do mês de novembro do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal

Francisco Carlos do Carmo
 Secretário Municipal de Esportes e Lazer

PREGÃO PRESENCIAL Nº 227/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 227/2016

O Município de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.754.044/0001-34, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Maior Oferta, destinada ao recebimento de propostas para a contratação de empresa para prestação de serviços bancários para a prefeitura de Curitiba, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e Termo de Referência anexo, em conformidade com as Leis nº 10.520, Lei Municipal 5.670 e Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações posteriores.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 15/12/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 16:00 horas do dia 15/12/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 29 de Novembro de 2016.

José Antonio Guidi
 Prefeito Municipal

ANEXOS DA RREO JANEIRO A OUTUBRO/2016 BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	83.436.044,43	83.436.044,43	14.641.830,76	17,55	73.915.019,95	9.521.024,48
RECEITA TRIBUTÁRIA	83.055.244,43	83.055.244,43	13.879.997,36	16,71	71.780.088,13	11.275.156,30
IMPOSTOS	12.194.433,46	12.194.433,46	1.512.311,00	12,40	11.011.380,02	1.183.053,44
TAXAS	9.875.043,46	9.875.043,46	1.355.949,71	13,73	9.018.866,68	856.176,78
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	2.199.027,00	2.199.027,00	140.209,75	6,38	1.855.724,03	343.302,97
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	120.363,00	120.363,00	16.151,54	13,42	136.789,31	-16.426,31
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.182.554,00	4.182.554,00	786.021,69	18,79	4.004.313,98	178.240,02
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	2.066.168,00	2.066.168,00	391.327,12	18,94	1.905.845,67	160.322,33
RECEITA PATRIMONIAL	2.116.386,00	2.116.386,00	394.694,57	18,65	2.098.468,31	17.917,69
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.144.787,00	1.144.787,00	845.122,94	73,82	5.772.864,55	-4.628.077,55
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.144.787,00	1.144.787,00	845.122,94	73,82	5.772.864,55	-4.628.077,55
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	62.296.681,97	62.296.681,97	9.715.592,39	15,60	47.215.802,50	15.080.879,47
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	61.907.558,00	61.907.558,00	9.636.250,32	15,57	47.008.574,85	14.898.983,15
TRANSF. DE PESSOAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSF. DE CONV.	5.000,00	5.000,00	29.960,07	599,20	29.960,07	-24.960,07
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	374.123,97	374.123,97	49.382,00	13,20	177.267,58	196.856,39
MULTAS E JUROS DE MORA	3.236.788,00	3.236.788,00	1.020.949,34	31,54	3.775.727,08	-538.939,08
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.263.653,00	1.263.653,00	544.582,28	43,10	1.539.540,53	-275.887,53
RECEITA DA DIVIDATIVA	99.494,00	99.494,00	90.026,66	90,48	848.007,01	-748.513,01
RECEITAS DIVERSAS	1.257.791,00	1.257.791,00	350.574,80	27,87	1.187.245,89	70.545,11
RECEITAS DE CAPITAL	615.850,00	615.850,00	35.765,60	5,81	200.933,65	414.916,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	380.800,00	380.800,00	761.833,40	200,06	2.134.931,82	-1.754.131,82
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	22.353,38	-11.353,38
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	22.353,38	-18.353,38
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	350.800,00	350.800,00	761.833,40	217,17	2.112.578,44	-1.761.778,44
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
	349.800,00	349.800,00	761.833,40	217,79	2.112.578,44	-1.762.778,44
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.267.118,90	4.267.118,90	758.504,41	17,78	3.688.684,27	598.434,63
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	87.703.163,33	87.703.163,33	15.400.335,17	17,56	77.583.704,22	10.119.459,11

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	87.703.163,33	87.703.163,33	15.400.335,17	17,56	77.583.704,22	10.119.459,11
DÉFICIT (VI)		—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	87.703.163,33	87.703.163,33	15.400.335,17	17,56	77.583.704,22	10.119.459,11
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
Superávit Financeiro		6.273.697,60	—	—	2.744.466,62	—
Reabertura de Créditos Adicionais		—	—	—	2.744.466,62	—
		0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	83.436.044,43	96.369.621,12	11.220.196,33	70.079.944,77	26.290.676,35	12.660.865,67	57.625.985,85	38.743.635,27	56.409.970,01
DESPESAS CORRENTES	75.065.541,72	78.677.624,89	8.626.372,74	58.203.455,45	20.474.169,44	10.976.274,97	53.528.815,09	25.148.809,80	52.385.886,61
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.807.214,16	49.034.000,53	7.254.511,22	34.961.872,00	14.072.128,53	7.321.267,18	34.884.439,51	14.149.561,02	34.212.564,54
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	274.160,00	24.160,00	1.453,37	9.054,93	15.105,07	1.453,37	9.054,93	15.105,07	9.054,93
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	26.984.167,56	29.619.464,36	1.370.408,15	23.232.528,52	6.386.935,84	3.653.554,42	18.635.320,65	10.984.143,71	18.164.267,14
DESPESAS DE CAPITAL	7.139.051,35	16.460.544,87	2.593.823,59	11.875.489,32	4.585.055,55	1.684.590,70	4.097.170,76	12.363.374,11	4.024.083,40
INVESTIMENTOS	6.216.874,30	15.638.367,82	2.473.819,14	11.199.412,30	4.438.955,52	1.564.586,25	3.421.093,74	12.217.274,08	3.348.006,38
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	922.177,05	822.177,05	120.004,45	676.077,02	146.100,03	120.004,45	676.077,02	146.100,03	676.077,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.231.451,36	1.231.451,36	0,00	0,00	1.231.451,36	0,00	0,00	1.231.451,36	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.231.451,36	1.231.451,36	0,00	0,00	1.231.451,36	0,00	0,00	1.231.451,36	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.267.118,90	4.960.118,90	759.521,54	3.669.124,22	1.290.994,68	759.521,54	3.669.124,22	1.290.994,68	3.668.107,09

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.267.118,90	4.960.118,90	759.521,54	3.669.124,22	1.290.994,68	759.521,54	3.669.124,22	1.290.994,68	3.668.107,09
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	87.703.163,33	101.329.740,02	11.979.717,87	73.748.068,99	27.581.671,03	13.420.387,21	61.295.110,07	40.034.629,95	60.078.077,10
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	87.703.163,33	101.329.740,02	11.979.717,87	73.748.068,99	27.581.671,03	13.420.387,21	61.295.110,07	40.034.629,95	60.078.077,10
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	10.681.279,57	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	87.703.163,33	101.329.740,02	11.979.717,87	73.748.068,99	-	13.420.387,21	71.976.389,64	-	60.078.077,10

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
Receitas (Intra-Orçamentárias)	4.267.118,90	4.267.118,90	758.504,41	17,78	3.668.684,27	85,98
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.267.118,90	4.267.118,90	758.504,41	17,78	3.668.684,27	85,98
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.267.118,90	4.267.118,90	758.504,41	17,78	3.668.684,27	85,98
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.267.118,90	4.267.118,90	758.504,41	17,78	3.668.684,27	85,98

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	4.267.118,90	4.960.118,90	759.521,54	3.669.124,22	1.290.994,68	759.521,54	3.669.124,22	1.290.994,68	3.668.107,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.267.118,90	4.960.118,90	759.521,54	3.669.124,22	1.290.994,68	759.521,54	3.669.124,22	1.290.994,68	3.668.107,09

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Nota: O Déficit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.932.733,29
CURITIBANOS, 21/11/2016

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal em Exercício

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	6.653.426,58	7.655.139,91	-1.001.713,33	197.380,40
2016	4.500.777,34	8.023.239,36	-3.522.462,02	-3.325.081,62
2017	4.078.258,11	7.864.241,97	-3.785.983,86	-7.111.065,48
2018	4.101.950,45	7.832.393,33	-3.730.442,88	-10.841.508,36
2019	4.148.123,45	7.883.006,73	-3.734.883,28	-14.576.391,64
2020	4.162.238,10	7.906.953,93	-3.744.715,83	-18.321.107,47
2021	4.217.630,19	8.145.411,80	-3.927.781,61	-22.248.889,08
2022	4.179.556,52	8.236.371,17	-4.056.814,65	-26.305.703,73
2023	4.205.589,04	8.464.364,18	-4.258.775,14	-30.564.478,87
2024	4.301.780,06	9.383.797,34	-5.082.017,28	-35.646.496,15
2025	4.132.680,24	10.015.664,59	-5.882.984,35	-41.529.480,50
2026	4.030.432,09	10.559.626,71	-6.529.194,62	-48.058.675,12
2027	3.951.174,73	11.122.350,49	-7.171.175,76	-55.229.850,88
2028	3.883.918,08	11.825.299,40	-7.941.381,32	-63.171.232,20
2029	3.764.390,44	12.514.898,49	-8.750.508,05	-71.921.740,25
2030	3.679.795,81	13.430.386,39	-9.750.590,58	-81.672.330,83
2031	3.480.821,47	14.127.566,22	-10.646.744,75	-92.319.075,58
2032	3.341.341,58	14.824.400,55	-11.483.058,97	-103.802.134,55
2033	3.258.870,90	15.904.991,51	-12.646.120,61	-116.448.255,16
2034	2.930.354,25	16.292.279,21	-13.361.924,96	-129.810.180,12
2035	2.741.940,36	16.278.472,90	-13.536.532,54	-143.346.712,66
2036	2.670.389,57	16.255.833,71	-13.585.444,14	-156.932.156,80
2037	2.692.965,82	16.813.360,26	-14.120.394,44	-171.052.551,24
2038	2.490.327,86	17.158.105,70	-14.667.777,84	-185.720.329,08
2039	2.360.386,33	17.587.961,03	-15.227.574,70	-200.947.903,78
2040	2.091.822,53	17.405.001,59	-15.313.179,06	-216.261.082,84
2041	2.020.002,86	17.280.039,65	-15.260.036,79	-231.521.119,63
2042	1.902.320,03	17.035.454,35	-15.133.134,32	-246.654.253,95
2043	1.796.487,82	16.673.423,65	-14.876.935,83	-261.531.189,78
2044	1.749.972,87	16.474.259,98	-14.724.287,11	-276.255.476,89
2045	1.615.406,39	16.097.472,65	-14.482.066,26	-290.737.543,15
2046	1.507.836,86	15.576.918,15	-14.069.081,29	-304.806.624,44
2047	1.443.610,87	15.060.857,11	-13.617.246,24	-318.423.870,68
2048	1.366.327,37	14.533.439,10	-13.167.111,73	-331.590.982,41
2049	1.298.801,22	14.052.429,86	-12.753.628,64	-344.344.611,05
2050	1.623.139,51	13.473.964,73	-11.850.825,22	-356.195.436,27
2051	1.546.208,09	12.878.075,76	-11.331.867,67	-367.527.303,94
2052	1.467.958,87	12.269.636,41	-10.801.677,54	-378.328.981,48
2053	1.388.738,01	11.663.946,02	-10.275.208,01	-388.604.189,49
2054	1.308.914,44	11.028.303,93	-9.719.389,49	-398.323.578,98
2055	1.228.872,05	10.412.936,57	-9.184.064,52	-407.507.643,50
2056	1.149.002,93	9.777.953,68	-8.628.950,75	-416.136.594,25
2057	1.069.701,45	9.169.789,61	-8.100.088,16	-424.236.682,41
2058	991.359,59	8.554.562,80	-7.563.203,21	-431.799.885,62
2059	914.365,81	7.947.957,38	-7.033.591,57	-438.833.477,19
2060	839.102,46	7.356.059,29	-6.516.956,83	-445.350.434,02
2061	765.941,86	6.762.166,65	-5.996.224,79	-451.346.658,81
2062	695.239,63	6.198.190,45	-5.502.950,82	-456.849.609,63
2063	627.328,28	5.647.387,76	-5.020.059,48	-461.869.669,11
2064	562.511,02	5.112.631,57	-4.550.120,55	-466.419.789,66
2065	501.055,35	4.611.647,62	-4.110.592,27	-470.530.381,93
2066	443.187,73	4.130.563,83	-3.687.376,10	-474.217.758,03
2067	389.090,63	3.679.709,49	-3.290.618,86	-477.508.376,89
2068	338.899,35	3.233.205,35	-2.894.306,00	-480.402.682,89
2069	292.702,27	2.834.218,85	-2.541.516,58	-482.944.199,47
2070	250.542,60	2.443.751,08	-2.193.208,48	-485.137.407,95
2071	212.417,70	2.098.021,05	-1.885.603,35	-487.023.011,30
2072	178.277,13	1.793.267,24	-1.614.990,11	-488.638.001,41
2073	148.023,28	1.505.068,99	-1.357.045,71	-489.995.047,12
2074	121.511,52	1.242.871,67	-1.121.360,15	-491.116.407,27

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	98.552,39	1.031.959,75	-933.407,36	-492.049.814,63
2076	78.915,71	853.718,83	-774.803,12	-492.824.617,75
2077	62.339,52	691.656,32	-629.316,80	-493.453.934,55
2078	48.536,98	556.796,05	-508.259,07	-493.962.193,62
2079	37.205,37	447.345,17	-410.139,80	-494.372.333,42
2080	28.038,59	356.214,58	-328.175,99	-494.700.509,41
2081	20.735,57	277.253,88	-256.518,31	-494.957.027,72
2082	15.012,49	221.129,86	-206.117,37	-495.163.145,09
2083	10.609,18	175.065,47	-164.456,29	-495.327.601,38
2084	7.291,78	141.650,42	-134.358,64	-495.461.960,02
2085	4.852,95	121.846,57	-116.993,62	-495.578.953,64
2086	3.111,03	107.254,97	-104.143,94	-495.683.097,58
2087	1.908,77	95.931,21	-94.022,44	-495.777.120,02
2088	1.112,21	87.079,91	-85.967,70	-495.863.087,72
2089	609,63	80.041,83	-79.432,20	-495.942.519,92

Projeção atuarial elaborada em 30/06/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

CURITIBANOS, 22/11/2016

JOSE ANTONIO GUIDI
 Prefeito Municipal em Exercício

AMAURY SILVA
 Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
 Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	11.000,00	22.353,38	-11.353,38
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	4.000,00	22.353,38	-18.353,38
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	7.000,00	0,00	7.000,00
TOTAL	11.000,00	22.353,38	-11.353,38

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	75.192,65	73.180,65	73.180,65	0,00	0,00	2.012,00
Investimentos	75.192,65	73.180,65	73.180,65	0,00	0,00	2.012,00
TOTAL	75.192,65	73.180,65	73.180,65	0,00	0,00	2.012,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	73.192,65		-50.827,27

FONTE:

CURITIBANOS, 22/11/2016

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal em ExercícioAMAUURY SILVA
Secretário de AdministraçãoFLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	11.146.074,46	11.146.074,46	10.493.239,27	94,14		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.592.104,46	3.592.104,46	2.931.676,70	81,61		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.444.354,00	1.444.354,00	1.080.807,01	74,83		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.610.885,00	3.610.885,00	3.600.007,06	99,70		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.227.700,00	1.227.700,00	1.430.784,89	116,54		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	55.367,00	55.367,00	76.228,59	137,68		
Dívida Ativa dos Impostos	746.249,00	746.249,00	770.906,74	103,30		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	469.415,00	469.415,00	602.828,28	128,42		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	42.899.756,00	42.899.756,00	32.455.290,26	75,65		
Cota-Parte FPM	21.500.000,00	21.500.000,00	14.605.665,45	67,93		
Cota-Parte ITR	144.435,00	144.435,00	308.353,27	213,49		
Cota-Parte IPVA	3.370.160,00	3.370.160,00	3.217.573,03	95,47		
Cota-Parte ICMS	17.500.000,00	17.500.000,00	14.067.739,52	80,39		
Cota-Parte IPH-Exportação	240.726,00	240.726,00	198.965,89	82,65		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	144.435,00	144.435,00	56.993,10	39,46		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	144.435,00	144.435,00	56.993,10	39,46		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	54.045.830,46	54.045.830,46	42.948.529,53	79,47		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	6.023.316,00	6.023.316,00	5.043.026,44	83,73		
Provenientes da União	5.619.101,00	5.619.101,00	4.628.013,20	82,36		
Provenientes dos Estados	403.215,00	403.215,00	415.013,24	102,93		
Provenientes de Outros Municípios	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	75.217,00	75.217,00	48.733,57	64,79		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	6.098.533,00	6.098.533,00	5.091.760,01	83,49		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	15.500.317,72	16.785.246,24	13.404.888,11	79,86	12.359.947,79	73,64
Pessoal e Encargos Sociais	10.353.864,42	10.975.718,66	8.162.968,79	74,37	8.162.968,79	74,37
Outras Despesas Correntes	5.146.453,30	5.809.527,58	5.241.919,32	90,23	4.196.979,00	72,24
DESPESAS DE CAPITAL	944.241,05	821.622,86	701.317,37	85,36	425.445,83	51,78
Investimentos	944.241,05	821.622,86	701.317,37	85,36	425.445,83	51,78

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	(f/e)*100	Até o Bimestre (g)	(g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	944.241,05	821.622,86	701.317,37	85,36	425.445,83	51,78
	944.241,05	821.622,86	701.317,37	85,36	425.445,83	51,78
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	16.444.558,77	17.606.869,10	14.106.205,48	80,12	12.785.393,62	72,62
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	(h/v)*100	Até o Bimestre (i)	(i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	6.022.316,00	6.873.626,33	5.836.395,43	41,37	4.995.742,53	39,07
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	6.022.316,00	6.873.626,33	5.836.395,43	41,37	4.995.742,53	39,07
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	6.022.316,00	6.873.626,33	5.836.395,43	41,37	4.995.742,53	39,07
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	10.422.242,77	10.733.242,77	8.269.810,05	58,63	7.789.651,09	60,93
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / VII x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						18,14
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x VIIb)*100]⁶						1.347.371,66

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS					
Inscritos em 2015	0,00	74.486,79		-74.486,79			0,00
TOTAL	0,00	74.486,79		-74.486,79			0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º							
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)						
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015	4.577,86			0,00			4.577,86
TOTAL (VIII)	4.577,86			0,00			4.577,86
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26							
LIMITE NÃO CUMPRIDO				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)						
-	-						-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
Atenção Básica	13.855.175,77	14.660.287,01	11.331.401,90	80,33	10.592.196,35	82,85	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.298.930,00	2.543.729,58	2.447.197,34	17,35	1.905.942,02	14,91	
Vigilância Epidemiológica	290.453,00	402.852,51	327.606,24	2,32	287.253,25	2,25	
TOTAL	16.444.558,77	17.606.869,10	14.106.205,48	100,00	12.785.393,62	100,00	

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "l+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "r" ou com a coluna "r+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+1)] \cdot (15 \times IIIb)/100$

CURITIBANOS, 22/11/2016

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal em ExercícioAMAUURY SILVA
Secretário de AdministraçãoFLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESpesas de PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

CURITIBANOS, 22/11/2016

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal em Exercício

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		87.703.163,33		
Previsão Atualizada		87.703.163,33		
Receitas Realizadas		77.583.704,22		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		2.744.466,62		
DESPESAS				
Dotação Inicial		87.703.163,33		
Créditos Adicionais		13.626.576,69		
Dotação Atualizada		101.329.740,02		
Despesas Empenhadas		73.748.068,99		
Despesas Liquidadas		61.295.110,07		
Despesas pagas		60.078.077,10		
Superavit Orçamentário		16.288.594,15		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		73.748.068,99		
Despesas Liquidadas		61.295.110,07		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		81.941.359,11		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		10.652.858,69		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		6.978.277,40		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		3.674.581,29		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-500.000,00	-7.896.378,71	1.579,28
Resultado Primário		21.550,05	11.178.508,17	51.872,31
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.025.856,81	238.347,16	4.518.181,38	1.269.328,27
EXECUTIVO	5.943.020,17	222.936,87	4.493.184,07	1.226.899,23
LEGISLATIVO	600,00	0,00	600,00	0,00
EXECUTIVO	82.236,64	15.410,29	24.397,31	42.429,04
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	718.157,30	27.893,68	687.543,32	2.720,30
EXECUTIVO	718.157,30	27.893,68	687.543,32	2.720,30
TOTAL:	6.744.014,11	266.240,84	5.205.724,70	1.272.048,57
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		9.078.523,05	25%	20,85
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		10.997.116,15	60%	80,75
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	19.000,00	
Despesa de Capital Líquida		4.097.170,76	12.363.374,11	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de CURITIBANOS - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		4.500.777,34	4.301.780,06	2.930.354,25	1.298.801,22
Despesas Previdenciárias (V)		8.023.239,36	9.383.797,34	16.292.279,21	14.052.429,86
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		-3.522.462,02	-5.082.017,28	-13.361.924,96	-12.753.628,64
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				22.353,38	-11.353,38
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				73.180,65	2.012,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos			7.789.651,09	15,00	18,14
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)			0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CURITIBANOS, 29/11/2016

JOSE ANTONIO GUIDI
 Prefeito Municipal em Exercício

AMAURY SILVA
 Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
 Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	83.436.044,43	96.369.621,12	11.220.196,33	70.078.944,77	26.290.676,35	12.660.865,67	57.629.985,85	38.743.635,27
Ação Legislativa	2.999.806,24	2.999.806,24	347.772,66	2.002.622,87	997.183,37	361.428,08	1.929.428,75	1.070.377,49
Administração	2.999.806,24	2.999.806,24	347.772,66	2.002.622,87	997.183,37	361.428,08	1.929.428,75	1.070.377,49
Planejamento e Orçamento	8.078.560,84	8.433.753,49	985.553,37	5.719.673,44	2.714.080,05	1.059.663,31	5.304.177,54	3.129.575,95
Administração Geral	721.991,03	949.991,03	141.065,61	686.074,72	263.916,31	140.898,08	674.178,30	275.812,73
Administração Financeira	2.638.063,31	2.745.255,96	310.773,60	1.707.114,44	1.038.141,52	323.676,78	1.636.140,78	1.108.115,18
Controle Interno	4.611.764,50	4.631.764,50	520.872,40	3.259.174,45	1.372.590,05	581.915,71	2.928.714,51	1.703.049,99
Segurança Pública	106.742,00	106.742,00	12.841,76	67.309,83	39.432,17	13.202,74	65.143,95	41.598,05
Policimento	909.479,67	1.332.686,21	75.654,53	1.007.823,25	324.862,96	267.004,06	817.139,83	515.546,38
Defesa Civil	824.479,67	1.247.886,21	72.513,53	1.000.172,17	247.514,04	263.606,38	811.108,88	436.577,33
Assistência Social	85.000,00	85.000,00	3.141,00	7.651,08	77.348,92	3.397,68	6.030,95	78.969,05
Assistência ao Idoso	3.136.820,32	3.435.631,26	273.631,32	1.835.461,82	1.600.169,44	352.363,54	1.642.860,79	1.792.770,47
Assistência à Criança e ao Adolescente	40.000,00	40.000,00	9.806,00	25.894,00	14.106,00	4.109,36	8.919,76	31.080,24
Assistência Comunitária	461.142,95	629.520,86	39.763,18	287.990,40	341.530,46	59.465,72	268.238,06	361.282,80
Serviço de Dívida Interna	2.361.517,37	2.741.950,40	222.608,77	1.512.522,49	1.229.427,91	287.335,09	1.356.648,04	1.385.302,36
Previdência Social	274.160,00	24.160,00	1.453,37	9.054,93	15.105,07	1.453,37	9.054,93	15.105,07
Previdência do Regime Estatutário	8.093.666,49	9.408.666,49	1.444.584,79	6.809.315,59	2.599.350,90	1.444.584,79	6.809.315,59	2.599.350,90
Saúde	8.093.666,49	9.408.666,49	1.444.584,79	6.809.315,59	2.599.350,90	1.444.584,79	6.809.315,59	2.599.350,90
Atenção Básica	17.462.429,58	18.198.709,18	2.139.495,59	14.878.630,67	3.320.078,51	2.932.675,69	13.125.623,78	5.073.085,40
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	12.952.454,46	13.327.565,70	1.874.025,42	10.317.213,76	3.010.361,94	2.133.171,24	9.578.010,21	3.749.555,49
Vigilância Epidemiológica	2.298.930,00	2.543.729,58	72.081,13	2.447.197,34	96.532,24	426.986,99	1.905.942,02	637.787,56
Alimentação e Nutrição	290.453,00	402.852,51	8.394,44	327.606,24	75.246,27	14.819,12	287.253,25	115.599,26
Educação	1.920.592,12	1.924.561,39	184.994,60	1.786.613,33	137.948,06	367.698,34	1.354.418,30	570.143,09
Ensino Fundamental	24.406.785,21	26.730.807,37	4.049.774,85	19.109.160,72	7.621.646,65	3.114.968,85	15.473.501,52	11.257.305,95
Ensino Médio	13.850.296,56	12.525.778,08	1.126.020,68	8.653.765,45	3.872.012,63	1.631.068,81	7.740.753,43	4.785.024,65
Ensino Superior	286.463,56	286.463,56	4.354,58	127.500,12	156.963,44	21.060,08	95.220,12	191.243,44
Educação de Jovens e Adultos	102.308,41	102.308,41	0,00	16.000,00	86.308,41	0,00	16.000,00	86.308,41
Educação Especial	10.059.390,12	13.707.930,76	2.919.399,59	10.266.895,15	3.441.035,61	1.450.039,96	7.582.927,97	6.125.002,79
Cultura	24.072,57	24.072,57	0,00	0,00	24.072,57	0,00	0,00	24.072,57
Diffusão Cultural	84.253,99	84.253,99	0,00	45.000,00	39.253,99	12.800,00	38.600,00	45.653,99
Urbanismo	805.396,00	705.396,00	56.357,83	307.798,42	397.597,58	44.946,27	290.628,60	414.767,40
Serviços Urbanos	805.396,00	705.396,00	56.357,83	307.798,42	397.597,58	44.946,27	290.628,60	414.767,40
Preservação e Conservação Ambiental	5.914.043,38	12.176.198,34	1.050.642,77	10.290.551,34	1.885.647,00	1.817.943,84	5.734.869,76	6.441.328,58
	5.891.571,38	12.153.726,34	1.050.642,77	10.290.551,34	1.863.175,00	1.817.943,84	5.734.869,76	6.418.856,58
	22.472,00	22.472,00	0,00	0,00	22.472,00	0,00	0,00	22.472,00

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	83.436.044,43	96.369.621,12	11.220.196,33	70.078.944,77	95,02	26.290.676,35	57.625.985,85	94,01	38.743.635,27	
	Habituação	484.427,28	0,00	10.490,55	0,01	153.936,73	6.988,23	0,01	157.459,05	
	Habituação Urbana	484.427,28	0,00	10.490,55	0,01	153.936,73	6.988,23	0,01	157.459,05	
	Saneamento	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	7.500,00	
	Saneamento Básico Urbano	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	7.500,00	
	Gestão Ambiental	850.922,61	863.422,61	5.419,57	782.363,02	1,06	81.059,59	649.700,72	1,06	213.721,89
	Preservação e Conservação Ambiental	838.922,61	851.422,61	3.000,00	771.666,62	1,05	79.755,99	639.768,12	1,04	211.654,49
	Controle Ambiental	12.000,00	12.000,00	2.419,57	10.696,40	0,01	1.303,60	9.932,60	0,02	2.067,40
	Agricultura	2.044.878,95	1.831.309,35	132.535,29	1.077.711,16	1,46	753.598,19	941.359,80	1,54	889.949,55
	Extensão Rural	1.212.520,48	1.675.020,48	132.535,29	921.492,25	1,25	753.528,23	785.140,89	1,28	889.879,59
	Promoção da Produção Agropecuária	832.358,47	156.288,87	0,00	156.218,91	0,21	69,96	156.218,91	0,25	69,96
	Indústria	471.898,72	491.468,32	16.505,08	197.970,97	0,27	293.497,35	193.593,36	0,32	297.874,96
	Promoção Industrial	471.898,72	491.468,32	16.505,08	197.970,97	0,27	293.497,35	193.593,36	0,32	297.874,96
	Comércio e Serviços	240.181,42	1.459.591,81	-2.731,95	1.134.074,07	1,54	325.517,74	220.298,60	0,36	1.239.303,21
	Turismo	240.181,42	1.459.591,81	-2.731,95	1.134.074,07	1,54	325.517,74	220.298,60	0,36	1.239.303,21
	Energia	2.118.386,00	2.509.386,00	200.381,03	1.586.402,82	2,15	922.983,18	370.615,97	2,48	988.114,57
	Energia Elétrica	2.118.386,00	2.509.386,00	200.381,03	1.586.402,82	2,15	922.983,18	370.615,97	2,48	988.114,57
	Transporte	641.652,43	1.101.651,88	84.961,27	981.522,37	1,33	120.129,51	772.439,53	1,26	329.212,35
	Transporte Aéreo	158.504,43	158.504,43	9.633,87	89.170,18	0,12	69.334,25	76.966,58	0,13	81.537,85
Transporte Rodoviário	483.148,00	943.147,45	75.327,40	892.352,19	1,21	50.795,26	695.472,95	1,13	247.674,50	
Desporto e Lazer	1.411.485,08	1.261.485,08	116.670,17	999.551,71	1,36	261.933,37	192.811,42	1,38	416.487,04	
Desporto Comunitário	1.245.485,08	1.245.485,08	116.670,17	999.551,71	1,36	245.933,37	192.811,42	1,38	400.487,04	
Lazer	166.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00	
Encargos Especiais	2.126.272,85	2.026.272,85	242.988,16	1.347.819,98	1,83	678.452,87	242.988,16	2,20	678.452,87	
Serviço da Dívida Interna	1.198.662,68	1.098.662,68	120.004,45	676.077,02	0,92	422.585,66	120.004,45	1,10	422.585,66	
Outros Encargos Especiais	927.610,17	927.610,17	122.983,71	671.742,96	0,91	255.867,21	122.983,71	1,10	255.867,21	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.231.451,36	1.231.451,36	0,00	0,00	0,00	1.231.451,36	0,00	0,00	1.231.451,36	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.267.118,90	4.960.118,90	759.521,54	3.669.124,22	4,98	1.290.994,68	759.521,54	5,99	1.290.994,68	
	Legislativa	108.326,56	108.326,56	15.119,98	74.248,62	0,10	34.077,94	15.119,98	0,12	34.077,94
	Ação Legislativa	108.326,56	108.326,56	15.119,98	74.248,62	0,10	34.077,94	15.119,98	0,12	34.077,94
	Administração	1.348.320,00	1.348.320,00	203.385,70	995.858,44	1,35	352.461,56	203.385,70	1,62	352.461,56
	Administração Geral	1.348.320,00	1.348.320,00	203.385,70	995.858,44	1,35	352.461,56	203.385,70	1,62	352.461,56
	Saúde	902.721,31	1.332.721,31	216.040,27	1.014.188,14	1,38	318.533,17	216.040,27	1,65	318.533,17
	Atenção Básica	902.721,31	1.332.721,31	216.040,27	1.014.188,14	1,38	318.533,17	216.040,27	1,65	318.533,17
Educação	1.907.751,03	2.170.751,03	324.975,59	1.584.829,02	2,15	585.922,01	324.975,59	2,59	585.922,01	
Ensino Fundamental	914.757,59	1.027.757,59	154.228,76	756.337,02	1,03	271.420,57	154.228,76	1,23	271.420,57	

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Educação	4.267.118,90	4.960.118,90	759.521,54	3.669.124,22	1.290.984,68	759.521,54	3.669.124,22	5,99
Educação Infantil	1.907.751,03	2.170.751,03	324.975,59	1.584.829,02	585.922,01	324.975,59	1.584.829,02	2,59
	992.993,44	1.142.993,44	170.746,83	828.492,00	314.501,44	170.746,83	828.492,00	1,35
TOTAL (III) = (I + II)	87.703.163,33	101.329.740,02	11.979.717,87	73.748.068,99	27.581.671,03	13.420.387,21	61.296.110,07	100,00

FONTE:

CURITIBANOS, 21/11/2016

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal em ExercícioAMÁURY SILVA
Secretário de AdministraçãoFLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2015 A OUTUBRO/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Agô/2016	Sep/2016	Out/2016	TOTAL (ULT. 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	6.378.422,30	8.584.352,05	7.319.159,71	8.275.810,85	9.862.389,76	8.198.140,25	7.127.170,48	7.596.054,95	7.674.663,69	7.032.155,52	7.279.957,97	7.914.440,87	93.233.916,42
RECEITA TRIBUTÁRIA	723.336,31	778.894,11	553.430,12	1.394.409,32	2.892.796,87	1.116.032,12	803.481,26	901.255,05	971.165,49	866.496,79	820.241,00	1.251.630,44	12.194.433,46
IPTU	11.137,27	15.406,40	-649,08	238.590,76	1.734.728,32	310.330,10	132.894,12	138.222,31	125.811,17	122.890,47	106.694,36	20.513,55	3.592.104,46
IRRF	115.464,47	238.621,90	100.455,71	126.001,97	147.445,25	147.137,74	149.374,15	140.759,59	147.126,99	157.513,93	158.982,64	156.007,92	1.784.871,26
I.S.S.	357.619,46	353.544,22	302.665,59	364.480,23	343.475,95	354.200,48	313.342,02	347.490,28	390.893,75	393.736,69	393.743,69	379.895,02	4.265.052,38
I.T.B.I.	155.993,43	103.022,93	81.379,90	106.524,98	91.806,82	127.208,93	88.114,82	155.899,53	192.218,96	101.000,94	74.315,53	65.807,00	1.333.613,37
Outras Receitas Tributárias	83.151,68	68.298,66	69.604,00	559.411,38	575.542,53	177.148,97	118.066,35	118.894,34	115.249,72	101.344,76	86.514,78	69.846,51	2.143.963,68
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	329.258,65	500.546,08	352.043,60	373.398,18	532.054,12	419.079,19	384.592,25	385.959,94	386.189,70	384.983,31	389.378,70	386.642,99	4.182.554,00
RECEITA PATRIMONIAL	210.015,21	73.042,97	483.757,01	537.704,29	1.119.381,71	916.234,22	220.287,17	531.826,46	686.105,52	422.445,23	522.736,91	322.398,03	6.055.922,73
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.972.974,07	6.897.742,06	5.638.591,02	5.744.469,99	4.795.883,99	5.080.386,73	5.465.456,77	5.393.349,49	5.477.824,82	5.074.695,76	5.094.679,73	5.595.514,14	65.287.574,57
Cota-Parte do FPM	1.432.375,17	1.647.087,07	1.565.163,27	1.599.358,12	1.190.150,58	1.414.633,43	1.881.386,97	1.554.330,42	1.723.546,04	1.397.521,85	1.138.464,47	1.379.546,55	18.281.745,94
Cota-Parte do ICMS	1.201.724,02	1.173.153,93	1.630.557,49	1.335.103,61	1.350.277,59	1.388.306,15	1.242.877,04	1.338.755,21	1.369.212,30	1.352.427,97	1.460.952,80	1.511.299,59	16.442.617,47
Cota-Parte do IPVA	273.151,72	176.881,59	177.805,47	245.533,15	304.244,23	314.597,81	331.329,81	374.988,80	356.416,92	372.035,12	346.854,89	394.766,83	3.687.406,34
Cota-Parte do ITR	22.857,77	9.887,01	4.397,56	1.644,74	1.133,43	1.009,66	910,13	3.949,63	2.894,91	1.387,14	34.456,44	256.789,63	340.896,05
Outras Transferências Correntes	662.833,79	2.394.031,92	789.530,50	868.109,07	673.595,07	624.104,95	593.719,01	795.228,50	754.876,45	643.376,50	779.001,15	871.168,59	10.384.569,84
Transferências da LC 61/1989	18.518,43	18.285,82	25.685,42	19.839,93	19.367,09	19.872,28	22.592,57	13.428,12	18.245,09	18.436,50	20.189,08	21.338,81	235.770,14
Transferências da LC 87/1996	4.982,25	4.982,25	5.699,31	5.699,31	5.699,31	5.699,31	5.699,31	5.699,31	5.699,31	5.699,31	5.699,31	5.699,31	68.957,60
Transferências do FUNDEB	1.259.530,92	1.293.852,47	1.439.751,00	1.306.185,06	1.251.426,72	1.311.965,14	1.351.069,93	1.294.999,50	1.247.133,80	1.283.812,03	1.312.061,79	1.494.852,93	17.452.812,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	242.808,06	544.126,83	291.337,56	225.829,07	522.271,09	657.403,99	223.363,03	407.694,01	143.278,16	283.527,43	442.921,63	578.027,71	3.236.788,00
DEDUÇÕES (II)	796.722,18	1.261.587,03	943.927,49	929.909,78	926.807,53	1.265.400,70	905.293,05	866.674,97	765.893,25	835.216,23	832.323,70	963.003,40	10.692.238,00
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	28.832,85	314.540,57	84.336,41	33.334,21	176.271,14	424.125,11	0,00	211.103,33	0,00	9.147,47	35.062,00	54.353,26	36.109,00
Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor	179.979,79	341.075,11	177.729,38	183.140,58	176.982,14	206.785,41	193.066,16	189.741,57	199.868,20	196.567,43	196.538,55	194.771,79	2.423.516,11
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	590.909,54	605.971,35	681.861,70	713.434,99	574.174,25	634.490,18	711.326,89	655.630,07	575.935,05	629.501,33	600.723,15	713.878,33	7.687.696,83
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	5.581.700,12	7.322.765,02	6.375.232,22	7.345.901,07	8.935.582,25	6.932.739,55	6.221.877,43	6.729.379,98	6.908.970,44	6.196.939,29	6.447.634,27	6.951.437,47	80.952.687,43

FONTE:

CURITIBANOS, 22/11/2016

JOSE ANTONIO GUIDI
 Prefeito Municipal em Exercício

ANAURY SILVA
 Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZELO
 Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.797.974,00	2.797.974,00	6.984.174,42	4.396.049,41	
RECEITAS CORRENTES	2.797.974,00	2.797.974,00	6.984.174,42	4.396.049,41	
Receita de Contribuições dos Segurados	2.066.168,00	2.066.168,00	1.905.461,21	1.688.539,75	
Pessoal Civil	2.066.168,00	2.066.168,00	1.905.461,21	1.688.539,75	
Ativo	2.046.168,00	2.046.168,00	1.880.619,50	1.669.067,11	
Inativo	10.000,00	10.000,00	17.694,06	12.021,58	
Pensionista	10.000,00	10.000,00	7.147,65	7.451,06	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	695.697,00	695.697,00	4.240.980,26	1.685.964,80	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	695.697,00	695.697,00	4.240.980,26	1.685.964,80	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	36.109,00	36.109,00	837.732,95	1.021.544,86	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	36.109,00	36.109,00	837.732,95	1.021.544,86	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.267.118,90	4.267.118,90	3.668.684,27	3.290.673,34	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	7.065.092,90	7.065.092,90	10.652.858,69	7.686.722,75	
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.500.492,90	9.815.492,90	7.001.469,78	6.089.271,90	6.088.471,27
ADMINISTRAÇÃO	406.826,41	406.826,41	192.154,19	244.221,98	223.696,52
Despesas Correntes	385.161,10	385.161,10	188.594,19	243.913,98	223.388,52
Despesas de Capital	21.665,31	21.665,31	3.560,00	308,00	308,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	8.093.666,49	9.408.666,49	6.809.315,59	5.845.049,92	5.844.774,75
Pessoal Civil	0,00	0,00	6.809.292,23	5.845.049,92	5.844.774,75
Aposentadorias	0,00	0,00	5.210.748,21	4.544.428,82	4.544.153,65
Pensões	0,00	0,00	1.598.544,02	1.299.453,10	1.299.453,10
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	1.168,00	1.168,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de CURITIBANOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	8.093.666,49	9.408.666,49	23,36	0,00	23,36	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	8.093.666,49	9.408.666,49	23,36	0,00	23,36	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	8.500.492,90	9.815.492,90	7.001.469,78	6.089.271,90	6.978.277,40	6.068.471,27
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	(1.435.400,00)	(2.750.400,00)	-	-	3.674.581,29	1.618.251,48
APORTES REALIZADOS						
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						750.000,00
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2016	2015		
Caixa			0,00	0,00		
Bancos Conta Movimento			895.433,35	530.500,06		
Investimentos			25.296.820,71	19.824.402,53		
Outros Bens e Direitos			0,00	0,00		
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS			PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			PREVISÃO INICIAL	Até o Bimestre/2016		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				Até o Bimestre/2015		
RECEITAS CORRENTES (VIII)						
Receita de Contribuições Patronais						
Pessoal Civil						
Ativo	4.267.118,90	4.267.118,90	4.267.118,90	3.668.684,27	3.290.673,34	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015		
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00		
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00		
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X) = (VIII + IX - X)	4.267.118,90	4.267.118,90	3.688.684,27	3.290.673,34		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

CURITIBANOS, 29/11/2016

JOSE ANTONIO GUIDI	AMALRY SILVA	FLAVIO LUIZ ZILIO
Prefeito Municipal em Exercício	Secretário de Administração	Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.900.823,61	1.344.751,04	1.224.746,59
DEDUÇÕES (II)	14.693.853,74	20.941.564,16	21.938.148,10
Disponibilidade de Caixa Bruta	15.407.336,19	21.174.201,57	21.940.536,80
Demais Haveres Financeiros	13,97	39,66	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	713.496,42	232.677,07	2.388,70
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-12.793.030,13	-19.596.813,12	-20.713.401,51
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	348.530,93	329.555,23	324.538,26
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-13.141.561,06	-19.926.368,35	-21.037.939,77

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2016 (C - A)
VALOR	-1.111.571,42	-7.896.378,71

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-500.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	20.118.457,74	25.460.211,45	26.189.576,49
Disponibilidade de Caixa Bruta	275.278,17	936.774,97	895.433,35
Investimentos	19.847.840,45	24.526.114,05	25.296.820,71
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	4.660,88	2.677,57	2.677,57
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-20.118.457,74	-25.460.211,45	-26.189.576,49
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-20.118.457,74	-25.460.211,45	-26.189.576,49

FONTE:

CURITIBANOS, 22/11/2016

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal em Exercício

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	86.177.576,33	69.675.907,85	64.738.970,92
Receita Tributária	12.194.433,46	11.011.380,02	9.883.649,32
I.P.T.U.	3.592.104,46	2.929.596,08	2.526.682,71
I.S.S.	3.610.885,00	3.583.888,70	3.077.263,96
I.T.B.I.	1.444.354,00	1.074.597,01	1.231.940,82
I.R.R.F.	1.227.700,00	1.430.784,89	1.209.017,41
Outras Receitas Tributárias	2.319.390,00	1.992.513,34	1.838.744,42
Receita de Contribuição	8.449.672,90	7.672.998,25	6.456.834,89
Receitas Previdenciárias	6.333.286,90	5.574.145,48	4.979.213,09
Outras Contribuições	2.116.386,00	2.098.852,77	1.477.621,80
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	21.831,86
Receita Patrimonial	1.144.787,00	5.772.864,55	2.986.255,97
(-) Aplicações Financeiras	1.144.787,00	5.772.864,55	2.964.424,11
Transferências Correntes	62.296.681,97	47.215.802,50	44.701.705,25
F.P.M.	17.200.000,00	12.281.170,91	11.884.659,78
I.P.V.A	2.696.128,00	2.574.059,20	2.472.017,53
I.C.M.S.	14.000.000,00	11.254.192,49	9.617.843,76
Convênios	374.123,97	177.267,58	153.856,29
Outras Transferências Correntes	28.026.430,00	20.929.112,32	20.573.327,89
Demais Receitas Correntes	3.236.788,00	3.775.727,08	3.674.949,60
Dívida Ativa	1.257.791,00	1.187.245,89	1.255.976,58
Diversas Receitas Correntes	1.978.997,00	2.588.481,19	2.418.973,02
RECEITAS DE CAPITAL (II)	380.800,00	2.134.931,82	1.685.655,78
Operações de Crédito (III)	19.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	11.000,00	22.353,38	375.901,72
Transferências de Capital	350.800,00	2.112.578,44	1.309.754,06
Convênios	349.800,00	2.112.578,44	1.309.754,06
Outras Transferências de Capital	1.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	350.800,00	2.112.578,44	1.309.754,06
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	86.528.376,33	71.788.486,29	66.048.724,98

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	83.637.743,79	61.872.579,67	56.503.361,52	57.197.939,31	52.028.055,79
Pessoal e Encargos Sociais	53.994.119,43	38.630.996,22	35.002.343,23	38.553.563,73	34.919.925,18
Juros e Encargos da Dívida (IX)	24.160,00	9.054,93	28.911,02	9.054,93	28.911,02
Outras Despesas Correntes	29.619.464,36	23.232.528,52	21.472.107,27	18.635.320,65	17.079.219,59
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	83.613.583,79	61.863.524,74	56.474.450,50	57.188.884,38	51.999.144,77
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	16.460.544,87	11.875.489,32	14.823.738,38	4.097.170,76	6.827.546,10
Investimentos	15.638.367,82	11.199.412,30	14.021.705,90	3.421.093,74	6.025.513,62
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	822.177,05	676.077,02	802.032,48	676.077,02	802.032,48
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	15.638.367,82	11.199.412,30	14.021.705,90	3.421.093,74	6.025.513,62
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.231.451,36	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	100.483.402,97	73.062.937,04	70.496.156,40	60.609.978,12	58.024.658,39

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-13.955.026,64	-1.274.450,75	-4.447.431,42	11.178.508,17	8.024.066,59
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	2.744.466,62	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	2.744.466,62	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	21.550,05

CURITIBANOS, 22/11/2016

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal em Exercício

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R\$ 1,00

	RP NÃO PROCESSADOS											
	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES											
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em Exercícios Anteriores				Em 31 de Dezembro de 2015						
PODER/ÓRGÃO												
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)												
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	27.893,68	680.263,62	687.543,32	27.893,68	2.720,30	82.236,64	5.943.620,17	4.520.527,35	4.518.181,38	238.347,16	1.268.328,27	1.272.048,57
CHEFIA DO EXECUTIVO	27.893,68	685.602,74	685.590,01	27.893,68	42,73	82.236,64	5.932.150,75	4.516.413,86	4.517.581,38	231.745,50	1.268.574,00	1.268.616,73
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	27.893,68	673.274,93	673.232,20	27.893,68	42,73	82.236,64	1.533.930,64	1.371.554,04	1.371.554,04	123.809,26	120.803,98	120.846,71
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	308,25	308,25	308,25	0,00	185,50	185,50
FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	1.175,24	1.175,24	0,00	0,00	0,00	463,75	51.658,28	51.658,28	8.559,17	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.436,23	6.436,23	6.436,23	0,00	180,75	180,75
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	358,00	358,00	358,00	0,00	185,38	185,38
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL	0,00	11.152,57	11.152,57	0,00	0,00	0,00	3.862.166,89	2.663.672,18	2.663.672,18	63.033,32	1.135.461,39	1.135.461,39
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198,56	1.062,47	1.062,47	37,59	98,50	98,50
FUNDO MUNICIPAL FINANCEIRO CURITIBANOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	466.973,10	421.364,41	419.018,44	36.306,16	11.648,50	11.648,50
FUNDO FINANCEIRO DO IPESMUC - CURITIBANOS	0,00	4.611,33	1.933,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.677,57
IPESMUC	0,00	49,55	1.933,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.677,57
INST. PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS	0,00	49,55	49,55	0,00	0,00	0,00	10.869,42	3.513,49	3.513,49	6.601,66	754,27	754,27
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I) + (II):	27.893,68	680.263,62	687.543,32	27.893,68	2.720,30	82.236,64	5.943.620,17	4.520.527,35	4.518.181,38	238.347,16	1.268.328,27	1.272.048,57

FONTE:

CURITIBANOS, 22/11/2016

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal em ExercícioAMAUURY SILVA
Secretário de AdministraçãoFLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	11.146.074,46	11.146.074,46	10.493.239,27	94,14
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.633.242,46	4.633.242,46	3.999.766,08	86,33
1.1.1- IPTU	3.592.104,46	3.592.104,46	2.931.676,70	81,61
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	18.054,00	18.054,00	9.744,06	53,97
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	601.814,00	601.814,00	631.581,11	104,95
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	421.270,00	421.270,00	426.764,21	101,30
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.445.558,00	1.445.558,00	1.080.955,06	74,78
1.2.1- ITBI	1.444.354,00	1.444.354,00	1.080.807,01	74,83
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.204,00	1.204,00	148,05	12,30
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.839.574,00	3.839.574,00	3.981.733,24	103,70
1.3.1- ISS	3.610.885,00	3.610.885,00	3.600.007,06	99,70
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	36.109,00	36.109,00	66.336,48	183,71
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	144.435,00	144.435,00	139.325,63	96,46
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	48.145,00	48.145,00	176.064,07	365,70
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.227.700,00	1.227.700,00	1.430.784,89	116,54
1.4.1- IRRF	1.227.700,00	1.227.700,00	1.430.784,89	116,54
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	42.899.756,00	42.899.756,00	33.051.928,51	77,04
2.1- Cota-Parte FPM	21.500.000,00	21.500.000,00	15.202.303,70	70,71
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	21.500.000,00	21.500.000,00	14.605.665,45	67,93
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	596.638,25	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	17.500.000,00	17.500.000,00	14.067.739,52	80,39
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	144.435,00	144.435,00	56.963,10	39,46
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	240.726,00	240.726,00	198.965,89	82,65
2.5- Cota-Parte ITR	144.435,00	144.435,00	308.353,27	213,49
2.6- Cota-Parte IPVA	3.370.160,00	3.370.160,00	3.217.573,03	95,47
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	54.045.830,46	54.045.830,46	43.545.167,78	80,57
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.352.185,00	2.352.185,00	2.162.322,53	91,93
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.444.354,00	1.444.354,00	1.380.026,36	95,55
5.2- Transferências Diretas - PDDE	6.018,00	6.018,00	1.200,00	19,94
5.3- Transferências Diretas - PNAE	474.000,00	474.000,00	293.412,68	61,90
5.4- Transferências Diretas - PNATE	156.675,00	156.675,00	47.707,00	30,45
5.5- Outras Transferências do FNDE	250.000,00	250.000,00	181.228,00	72,49
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	21.138,00	21.138,00	258.748,49	1.224,09
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	425.261,97	425.261,97	598.536,27	140,75
6.1- Transferências de Convênios	422.761,97	422.761,97	563.593,71	133,31
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	2.500,00	2.500,00	34.942,56	1.397,70
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.009.215,00	1.009.215,00	728.748,00	72,21
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	3.786.661,97	3.786.661,97	3.489.606,80	92,16

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	8.579.951,00	8.579.951,00	6.491.065,94	75,65
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	4.300.000,00	4.300.000,00	2.921.132,79	67,93
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	3.500.000,00	3.500.000,00	2.813.547,03	80,39
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	28.887,00	28.887,00	11.398,60	39,46
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	48.145,00	48.145,00	39.793,12	82,65
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	28.887,00	28.887,00	61.670,57	213,49
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	674.032,00	674.032,00	643.513,83	95,47
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	17.512.793,00	17.512.793,00	13.407.735,95	76,56
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	17.452.612,00	17.452.612,00	13.297.226,80	76,19
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	60.181,00	60.181,00	110.509,15	183,63
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	8.872.661,00	8.872.661,00	6.806.170,86	76,71
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	13.134.594,75	14.725.140,84	10.997.116,15	74,68	10.997.116,15	74,68
13.1- Com Educação Infantil	7.137.516,47	8.527.516,47	6.433.683,10	75,45	6.433.683,10	75,45
13.2- Com Ensino Fundamental	5.997.078,28	6.197.624,37	4.563.433,05	73,63	4.563.433,05	73,63
14- OUTRAS DESPESAS	4.378.198,25	2.958.198,25	1.941.725,15	65,64	1.302.186,07	44,02
14.1- Com Educação Infantil	1.245.755,40	987.755,40	557.982,84	56,49	279.744,68	28,32
14.2- Com Ensino Fundamental	3.132.442,85	1.970.442,85	1.383.742,31	70,22	1.022.441,39	51,89
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	17.512.793,00	17.683.339,09	12.938.841,30	73,17	12.299.302,22	69,55
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						12.299.302,22
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						80,75
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						9,71
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						9,54
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						170.546,09
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016*						170.546,09
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	13.511.457,62	13.511.457,62	10.886.291,95	80,57		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	10.597.041,05	12.049.041,05	8.907.186,40	73,92	8.066.144,32	66,94
23.1- Creche	5.298.520,52	6.024.520,52	4.453.593,20	73,92	4.033.072,16	66,94
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.191.635,93	4.757.635,93	3.495.832,97	73,48	3.356.713,89	70,55
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.106.884,59	1.266.884,59	957.760,23	75,60	676.358,27	53,39
23.2- Pré-escola	5.298.520,53	6.024.520,53	4.453.593,20	73,92	4.033.072,16	66,94
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.191.635,94	4.757.635,94	3.495.832,97	73,48	3.356.713,89	70,55
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.106.884,59	1.266.884,59	957.760,23	75,60	676.358,27	53,39
24- ENSINO FUNDAMENTAL	13.110.768,27	11.829.314,36	8.898.015,54	75,22	8.091.077,53	68,40
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	9.129.521,13	8.168.067,22	5.947.175,36	72,81	5.585.874,44	68,39
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.981.247,14	3.661.247,14	2.950.840,18	80,60	2.505.203,09	68,42
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	23.707.809,32	23.878.355,41	17.805.201,94	74,57	16.157.221,85	67,86
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						6.806.170,86
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						110.509,15
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						162.018,79
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						7.078.698,80
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						9.078.523,05
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						20,85
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.456.390,00	2.378.390,00	1.140.997,80	47,97	251.676,62	10,58
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	981.795,00	2.476.711,23	1.977.093,93	79,83	802.465,41	32,40
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.438.185,00	4.855.101,23	3.118.091,73	64,22	1.054.142,03	21,71
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	26.145.994,32	28.733.456,64	20.923.293,67	72,82	17.211.363,88	59,90

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		450.287,44	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		13.297.226,80	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		12.557.967,69	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		12.291.870,89	0,00
49.2 Restos a Pagar		266.096,80	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		110.509,15	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		1.300.055,70	0,00

CURITIBANOS, 29/11/2016

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal em Exercício

AMALRY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	19.000,00			0,00	19.000,00
DESPESAS					
DESPESAS DE CAPITAL	16.460.544,87	11.875.489,32	4.097.170,76	0,00	4.585.055,55
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	16.460.544,87	11.875.489,32	4.097.170,76	0,00	4.585.055,55
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-16.441.544,87	-11.875.489,32	-	-	-4.566.055,55

FONTE:

CURITIBANOS, 22/11/2016

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal em ExercícioAMAURY SILVA
Secretário de AdministraçãoFLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

DECRETO Nº 5629 2016 ABRE CRÉDITO ORÇAMENTO 470000,00

DECRETO Nº. 5.629/2016.

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 470.000,00 (QUATROCENTOS E SETENTA MIL REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Lei Municipal nº. 4.523/2016, Lei Federal nº. 4.320/64 e Norma Constitucional vigente,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.454, de 16 de dezembro de 2015 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), objetivando a incrementar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientemente dotadas quando de suas execuções no presente ano financeiro.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.455, de 16 de dezembro de 2015 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), com o intuito de incrementar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientemente dotadas quando de suas execuções no presente exercício.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.456, de 16 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), objetivando a incrementar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientemente dotadas quando de suas execuções no presente exercício financeiro.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

02 – GABINETE DO VICE-PREFEITO

04.122.0043.2.004 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Gabinete do Vice Prefeito

03 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

03 – ASSESSORIA DO GABINETE

04.122.0021.2.005 - Administração Geral dos Bens e Serviços de Assessoria de Gabinete

05 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 37.000,00

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.843.0000.3.001 – Pagamento da Dívida Interna Municipal

19 - 3.2.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

04 – DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

04.122.0021.2.011 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Dpto de Recursos Humanos

27 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 16.500,00

05 – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

04.122.0021.2.012 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Dpto de Licitações, Compras e Contratos

29 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

99- ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

01 -ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

04.122.0084.2.152 – Repasse as Entidades Associativas AMEOSC/ FECAM e Outros

122 – 3.3.50.00. 00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 5.200,00

6 – HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

12 – HOSPITAL MUNICIPAL DR. LUIZ CARLOS BARREIRO

01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E GERAIS

10.302.0021.2.066 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Hospital Municipal

02 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

02 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM

10.302.0428.2.067 - Administração Geral dos Bens e Serv. Assist. Médica Hosp. E Ambulat.

07 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 203.300,00

TOTAL ____ R\$ 470.000,00

Art. 5º Para o atendimento do crédito ora permitido neste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução das dotações abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária em execução.

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

02 – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

01 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0043.2.003 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Gabinete do Prefeito

01 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.0021.2.037 – Manutenção das Ativ. Do Consórcio Intermunicipal de Fronteira - CIF

17 – 3.3.71.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 45.640,00

04.129.0030.2.100 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Secretaria de Administração

18 - 3.3.93.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 1.360,00

03 – DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

04.129.0030.2.010 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Depto de Tributação e Fiscal.

25 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

06 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES

27.812.0224.2.025 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Desporto Amador

81 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

01 – ADMINISTRAÇÃO

04.661.0021.2.030 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Unidade de Desenvolvimento Econômico

88 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 3.600,00

03 – DEPARTAMENTO DO COMÉRCIO

23.691.0354.2.032 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Promoção do Comércio

91 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 400,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRIC. DESENV. RURAL E M. AMBIENTE

01 – ADMINISTRAÇÃO

20.606.0021.2.027 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Secretaria de Agricultura

93 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

02 – DESENVOLVIMENTO RURAL

20.606.0021.2.028 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Desenvol, Rural no Município

98 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

01 – ADMINISTRAÇÃO OBRAS

26.782.001.2.034 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Sec. de Infra. e Obras

107- 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

14 – SECRETARIA MUN. DE SERVIÇOS E ESENVOLVIMENTO URBANO

02 – SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO

15.452.0323.2.033 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Sec. de Desenvol. Urbano

115 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 36.000,00

01- PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

01 – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.1.001 – Aquis. de Imóveis, constr, Ampl. e Equip. e Mat. Perman. p/ o Poder Legislativo

1 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

01.031.0001.2.001 – Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento das Atividades do Poder Legislativo

2 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

3 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

01.031.0001.2.002 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

4 – 3.3.50.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

01.031.0001.2.144 – Manutenção do Programa Vereador Mirim

5 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL ____ R\$ 470.000,00

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA

Secretário Municipal

DECRETO Nº 5630 2016 DECRETA LUTO OFICIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº. 5630/2016.

DECRETA LUTO OFICIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA

Art. 1º Fica decretado em todo o Território Municipal de Dionísio Cerqueira, LUTO OFICIAL por 03 (três) dias, em razão da tragédia com o avião que transportava o time da Chapecoense, time do Oeste de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA

Secretário Municipal

DECRETO Nº 5631 2016 NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS

DECRETO Nº 5631/2016.

NOMEIA COMISSÃO PARA LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril 1990:

DECRETA

Art. 1o – Fica nomeada a Comissão para Levantamento e Avaliação dos bens móveis considerados inservíveis para o Município de Dionísio Cerqueira, considerando administração direta e indireta, para posterior alienação através de licitação modalidade Leilão, constituída pelos Senhores:

Maria Cristina Wagner, Diretora do Hospital Municipal.

Fabiane Cristina Marques da Silva, Secretária de Educação.

Thomas Jefferson Alencar Nitschi Dallanora, Gerente Municipal.

Ederson Miguel Schneider, Setor de Tributação.

Jair Barbosa, Secretário Municipal.

Parágrafo Único: A presente Comissão fica sob a Presidência do

Senhor Jair Barbosa.

Art. 2º – A Comissão terá o prazo de até 05 (cinco) dias prorrogado por igual período para a apresentação da relação dos bens e sua avaliação proferidas em documentos fundamentados ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único: Os membros da comissão terão livres acesso aos bens a serem avaliados, bem como, poderão utilizar-se de outros meios indispensáveis a determinação correta da avaliação dos bens.

Art. 3º - Os serviços prestados pela comissão ora designada serão gratuitos e considerados como relevante serviço prestado a Comunidade Cerqueirense.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA

Secretario Municipal

LEI Nº 4.523 2016 AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 470.000,00

LEI Nº 4523/2016.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 470.000,00 (QUATROCENTOS E SETENTA MIL REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, FAÇO saber a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.454, de 16 de dezembro de 2015 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), objetivando a incrementar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientemente dotadas quando de suas execuções no presente ano financeiro.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.455, de 16 de dezembro de 2015 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), com o intuito de incrementar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientemente dotadas quando de suas execuções no presente exercício.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.456, de 16 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), objetivando a incrementar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientemente dotadas quando de suas execuções no presente exercício financeiro.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

02 – GABINETE DO VICE-PREFEITO

04.122.0043.2.004 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Gabinete do Vice Prefeito

03 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

03 – ASSESSORIA DO GABINETE

04.122.0021.2.005 - Administração Geral dos Bens e Serviços de Assessoria de Gabinete

05 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 37.000,00

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.843.0000.3.001 – Pagamento da Dívida Interna Municipal

19 - 3.2.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

04 – DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

04.122.0021.2.011 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Dpto de Recursos Humanos

27 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 16.500,00

05 – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

04.122.0021.2.012 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Dpto de Licitações, Compras e Contratos

29 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

99- ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

01 -ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

04.122.0084.2.152 – Repasse as Entidades Associativas AMEOSC/ FECAM e Outros

122 – 3.3.50.00. 00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 5.200,00

6 – HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

12 – HOSPITAL MUNICIPAL DR. LUIZ CARLOS BARREIRO

01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E GERAIS
10.302.0021.2.066 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Hospital Municipal

02 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

02 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM

10.302.0428.2.067 - Administração Geral dos Bens e Serv. Assist. Médica Hosp. E Ambulat.

07 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 203.300,00

TOTAL ____R\$ 470.000,00

Art. 5º Para o atendimento do crédito ora permitido neste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução das dotações abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária em execução.

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
02 – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
01 – GABINETE DO PREFEITO
04.122.0043.2.003 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Gabinete do Prefeito
01 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
01 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.123.0021.2.037 – Manutenção das Ativ. Do Consórcio Intermunicipal de Fronteira - CIF
17 – 3.3.71.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 45.640,00

04.129.0030.2.100 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Secretaria de Administração
18 - 3.3.93.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 1.360,00

03 – DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
04.129.0030.2.010 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Depto de Tributação e Fiscal.
25 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
06 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES
27.812.0224.2.025 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Desporto Amador
81 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
01 – ADMINISTRAÇÃO
04.661.0021.2.030 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Unidade de Desenvolvimento Econômico
88 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 3.600,00

03 – DEPARTAMENTO DO COMÉRCIO
23.691.0354.2.032 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Promoção do Comércio
91 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 400,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRIC. DESENV. RURAL E M. AMBIENTE
01 – ADMINISTRAÇÃO
20.606.0021.2.027 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Secretaria de Agricultura
93 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

02 – DESENVOLVIMENTO RURAL
20.606.0021.2.028 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Desenvol. Rural no Município
98 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS
01 – ADMINISTRAÇÃO OBRAS
26.782.001.2.034 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Sec. de Infra. e Obras
107- 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

14 – SECRETARIA MUN. DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO URBANO
02 – SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO

15.452.0323.2.033 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Sec. de Desenvol. Urbano
115 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 36.000,00

01- PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
01 – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0001.1.001 – Aquis. de Imóveis, constr., Ampl. e Equip. e Mat. Perman. p/ o Poder Legislativo
1 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

01.031.0001.2.001 – Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento das Atividades do Poder Legislativo
2 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 90.000,00
3 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

01.031.0001.2.002 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
4 – 3.3.50.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 11.000,00
01.031.0001.2.144 – Manutenção do Programa Vereador Mirim
5 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
TOTAL ____ R\$ 470.000,00

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.
ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA
Secretário Municipal

LEI Nº 4.524 2016 ALTERA O VALOR DA UNIDADE DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO – URM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4524/2016.

ALTERA O VALOR DA UNIDADE DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO – URM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, FAÇO saber a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o valor da Unidade de Referência Municipal – URM para o valor de R\$ 126,98(cento e vinte seis reais e noventa e oito centavos) conforme o Índice Nacional de Preço ao Consumidor–INPC, acumulado dos últimos 12 meses com reajuste de 8,50%.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogada a Lei Municipal nº 4.460/2015 de 16 de dezembro de 2015 e as disposições em contrário.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA
Secretário Municipal

LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÕES.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica os interessados que está aberta a Licitação Concorrência nº 137/2016, Processo Nº 137/2016. Objeto: a presente licitação tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa, visando à doação com encargos e cláusula de reversão, de áreas de terras, localizada no Município de Dionísio Cerqueira. . Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 30/12/2016. No Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações no Depto. de Compras e Licitações do Município, Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio. Cerqueira, 29/11/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÕES.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica os interessados que está aberta a Licitação Concorrência nº 139/2016, Processo Nº 139/2016. Objeto: a presente licitação tem por objeto a Concessão de uso oneroso de quiosque localizado na Travessa Herondi Maran para Restaurante Lancheria. Entrega da documentação e propostas até as 10:30 horas do dia 30/12/2016. No Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações no Depto. de Compras e Licitações do Município, Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio. Cerqueira, 29/11/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÕES.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica os interessados que está aberta a Licitação Pregão nº 140/2016, Processo Nº 140/2016. Objeto: Aquisição de materiais gráficos e banners para Secretaria de Educação. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 12/12/2016. No Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações no Depto. de Compras e Licitações do Município, Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio. Cerqueira, 29/11/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

RESULTADO LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira. SC, comunica aos interessados o Resultado do Processo Licitatório 122/2016 - LEILÃO: 122/2016 PMDC - Objeto: Venda de Bens Inservíveis da Administração Municipal.. Vencedores: Gilmar Duarte – Lote 001 - Valor R\$ 9.000,00 – Henry W. R. Ruschel – Lote 003 - Valor R\$ 13.000,00 – Eronei da Costa Dutra – Lote 004 - Valor R\$ 9.000,00 – Da Silva Cia Ltda. – Lote 006 – Valor R\$ 2.000,00 e Lote 007 - Valor R\$ 4.500,00 – Osmario C. B.de Carvalho – Lote 008 - Valor R\$ 1.700,00 – Thiago de Souza Sanches – Lote 010 - Valor R\$ 1.400,00 – Evandro Carlos Scopel – Lote 011 - Valor R\$ 100,00 – Nivaldir Ferreira de Lima – Lote 012 - Valor R\$ 600,00 e Lote 13 Valor R\$ 350,00 – Enio Trevisan – Lote 014 - Valor R\$ 1.300,00.

Dionísio Cerqueira - 28/11/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira. SC, comunica aos interessados o Resultado do Processo Licitatório 138/2016 - DL: 138/2016 PMDC – Parecer Jurídico: Artigo 24 – IV da lei 8,666/93 -Objeto: Aquisição de peças e prestação de serviços mecânicos para conserto da bomba de incêndio da viatura auto bomba tanque resgate (ABTR -92) placa ARQ 9104 do Corpo de Bombeiro Militar de Dionísio Cerqueira. Vencedor Bombas Triglau Ind. e Com Ltda. Valor R\$ 13.289,32 -Dionísio Cerqueira - 29/11/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 070, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO N.º 070, de 29 de novembro de 2016.

Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e a constituição de Comissão Processual Disciplinar Permanente.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei 038/1997 de 04 de novembro de 1997 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ermo);

DECRETA:

Art. 1º Instaura Processo Administrativo Disciplinar, a ser realizado pela Comissão Processual Disciplinar Permanente, composta pelos servidores Edésio Costa, Claudiomiro Ferraz e Lucia R. Marcon Borges, para apurar fatos atribuídos ao servidor público sob Matrícula nº 554, por abandono de cargo, conduta proibida tipificada no inciso II, art. 108 da Lei Municipal Nº 038, de 04 de novembro de 1997.

Art. 2º A Comissão terá um prazo de até 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, contados da data da instalação, ficando assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 29 de Novembro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 215, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 215, de 30 de novembro de 2016.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº. 003, de 03 de janeiro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor JOSE FAVARO do cargo de SECRETÁRIO DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS, Nível DASU-3, dos Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal, nomeado pela Portaria Nº 012, de 18 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 30 de novembro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 216, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 216, de 30 de novembro de 2016.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº. 003, de 03 de janeiro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor JOSE VALSIR DA SILVA do cargo de SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, Nível DASU-3, dos Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal, nomeado pela Portaria Nº 013, de 18 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 30 de novembro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

ADITIVO 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE SUPRESSÃO

Contrato n.º 0027/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: TRR Gilioli Ltda.

Objeto: Supressão de valor da aquisição de forma parcelada de óleo diesel para os veículos do município

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0006/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0003/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 28 de novembro de 2016.

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Flor do Sertão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 1669/2016

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial – Registro de Preços
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 1669/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial– Registro de Preços nº. 29/2016
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 30 de novembro de 2016, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 14:00 horas do dia 12 de dezembro de 2016. A abertura da sessão para a realização do certame será às 14:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 24 dias do mês de novembro de 2016.

ROGERIO PERIN	DIOGO DE BEM
CPF: 024.900.719-39	CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL	PREGOEIRO OFICIAL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 1683/2016

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial – Registro de Preços
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 1683/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 30/2016
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSEMINADOR PARA A REALIZAÇÃO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL NO REBANHO BOVINO DO MUNICÍPIO.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 01 de dezembro de 2016, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 14:00 horas do dia 13 de dezembro de 2016. A abertura da sessão para a realização do certame será às 14:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 28 dias do mês de dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN	DIOGO DE BEM
CPF: 024.900.719-39	CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL	PREGOEIRO OFICIAL

CONTRATO Nº. 066/2016

CONTRATO Nº. 066/2016

CREDENCIAMENTO Nº 04/2015

Termo de credenciamento que entre si celebram o Município de Flor do Sertão e a empresa GRANOSKI GARBINI & CIA LTDA - ME, para prestar serviços de Fornecimento de Refeições.

O MUNICÍPIO DE Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Flor do Sertão, 696, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.566.621/0001-08 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o Nº 024.900.719-39, e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC doravante denominado CREDENCIANTE, e a empresa GRANOSKI GARBINI & CIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Rui Barbosa, nº. 460 na cidade de Xanxere – SC, inscrita no CNPJ sob nº 10.195.357/0001-26, neste ato representado pela, Sra. MARGARETE GRANOSKI, brasileira, do comércio, inscrita no CPF nº 789.844.329-20, portadora da Cédula de Identidade nº 2.694.916, doravante denominado CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objetivo credenciar empresas para a prestação dos seguintes serviços:

Fornecimento de refeições contendo bifê com pratos quentes e carnes, saladas diversas, refrigerante médio 300 ml, e sobremesas;

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O valor a ser pago pelo Município por refeição conforme descrição no Item 1.2 será de R\$ 23,00 (Vinte e três reais);

O presente Contrato tem como Valor Total de R\$ 345,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO

A CREDENCIADA deverá prestar os serviços de Fornecimento de Refeições na sede da empresa conforme necessidade do município, mediante apresentação de autorização emitida pela prefeitura.

O prazo de vigência do Termo de Credenciamento começa a contar de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado, por interesse do CREDENCIANTE e anuência da CREDENCIADA, por iguais e sucessivos períodos de 12 (doze) meses,

até o limite de sessenta meses (art. 57, II, da Lei n.º 8.666-93).

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA E DO PRAZO DO PAGAMENTO

Os serviços contratados por este Termo de Credenciamento serão pagos, de acordo com a quantidade de refeições, mensalmente, e, para o pagamento, a CREDENCIADA deverá apresentar a nota fiscal, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, destacando a quantidade e valor, acompanhada da autorização de almoço emitido pela Prefeitura Municipal.

Os valores serão pagos a CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município ou em conta corrente em nome da Credenciada, mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de prestação de serviços;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo às condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço serão de exclusiva responsabilidade da Credenciada.

IV - É vedado:

a) Não poderá fazer parte do quadro social ou de empregados da CREDENCIADA, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado sob qualquer título; ocupante de cargo eletivo ou com registro oficial de candidatura a cargo no Município CREDENCIANTE;

b) A transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE realizará, subsidiariamente, fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo.

Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços deste Contrato o Secretário de Administração – Leandro Neuhaus.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

041220004.2.004000 – MANUT. DAS ATIVID. DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO
3.3.90.39.99.0000 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO

Este Termo de Credenciamento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 04/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

a) pela ocorrência de seu termo final;

b) por solicitação do CREDENCIADO;

c) por acordo entre as partes;

d) unilateral, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Maravilha - SC, para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solvidas administrativamente.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo, em cinco vias de igual teor e forma.

Flor do Sertão (SC), aos 29 dias do mês de novembro de 2016.

ROGÉRIO PERIN		MARGARETE GRANOSKI
CPF: 024.900.719-39		CPF: 789.844.329-20
CREDENCIANTE		CREDENCIADO

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

PORTARIA Nº 224/2016

	PORTARIA Nº 224/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal SAMARA REGINA ZAMBIASI, ocupante do Cargo de Enfermeira Padrão, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 30/11/2016 a 29/12/2016, relativo ao período aquisitivo 08/15 a 08/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 30 dias do mês de Novembro de 2016.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 171/PMF/2016;

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 171/PMF/2016;
OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de leites especiais, necessários e imprescindíveis para o atendimento a pessoas carentes do Município de Forquilha/SC, por meio das Secretarias de Ação Social e Saúde, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 13 de dezembro de 2016 às 09:00 horas.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 29 de novembro de 2016.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 172/PMF/2016;

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 172/PMF/2016;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de gêneros de alimentação para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 14 de dezembro de 2016 às 09:00 horas.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 29 de novembro de 2016.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 173/PMF/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 173/PMF/2016.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objeto a aquisição, de forma parcelada, de água mineral para atendimento em diversos setores da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC, para o exercício de 2017.

DATA DE ABERTURA: Dia 15 de dezembro 2016 às 09:00 horas.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 29 de novembro de 2016.
ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 174/PMF/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 174/PMF/2016.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objeto aquisição de gás de cozinha para atendimento as diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2017.

DATA DE ABERTURA: Dia 15 de dezembro 2016 às 11:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 29 de novembro de 2016.
ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI
Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO FMS 65/2016

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 65/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO – VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA

OBJETO –aquisição de equipamentos (lixeira aço inox) para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 4.409,24 (quatro mil quatrocentos e nove reais e vinte e quatro centavos).
VIGÊNCIA – 31/12/2016
DOTAÇÃO – 1701.2050.4490 (85)
FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 18/FMS/2016

DATA DA ASSINATURA – 25 de outubro de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMS 35/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 35/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 65/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA.

DO OBJETO – Aquisição de equipamentos (lixeira aço inox) para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

DO VALOR – Em razão dos motivos supracitados, o valor global do Contrato nº. 65/FMS/2016 sofrerá um acréscimo de R\$ 901,89 (novecentos e um reais e oitenta e nove centavos) conforme segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Lixeira aço inox, com capacidade mínima de 20 litros. Confeccionada com chapa de aço inox, com espessura mínima de 0,6 mm. Abertura da tampa deverá ser com pedal. Medidas mínimas aproximadas: diâmetro de 30 x altura de 46,5 cm; garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação.	Unid	09	R\$ 100,21	R\$ 901,89

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 03 de novembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 114/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 114/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF 249/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - IEXPERTISE TECNOLOGIA LTDA

DO OBJETO - O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada para provimento de licenciamento de programas web para a Secretaria Municipal de Educação.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 249/FMS/2014 de 31/12/2016 para 31/12/2017.

DO VALOR – O valor do contrato sofrerá um reajuste de 8,7985% conforme índice de IGP-M acumulado nos últimos 12 (dode) meses, totalizando R\$ 24.856,44 (vinte e quatro mil oitocentos e cinquenta e seis reais e quarenta e quatro centavos) para o exercício de 2017, conforme itens abaixo:

Item	Quant	Unid	Especificação	Preço Unit	Preço Total
01	12	Mensal	Licenças de Uso de Software de Gestão Municipal. Conforme o Anexo I – Projeto Básico do contrato.	R\$ 1.204,29	R\$ 14.451,48
06	12	Mensal	Manutenção, atualização e suporte para Software de Gestão. Conforme o Anexo I – Projeto Básico do contrato.	R\$ 867,08	R\$ 10.404,96

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 24 de novembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0158_2016-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0158/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa do ramo para o fornecimento de artigos destinados a realização de show pirotécnico nas imediações do Lago das Araucárias no dia 31.12.2016, durante as festividades de final de ano do Município de Fraiburgo. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: Até às 15:45 horas do dia 14.12.2016 no protocolo geral do município junto a Secretaria-Executiva na sede da prefeitura, localizada a Avenida Rio das Antas, 185, Centro. Credenciamento: Até às 16:00 horas do mesmo dia no Setor de Compras e Licitações na sede da Prefeitura. Abertura: Às 16:00 horas do mesmo dia; Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 29 de novembro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0159 _2016-PMF RP 0108

Aviso do Pregão Presencial nº 0159/2016 – PMF

Registro de Preços Nº 0108/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de tinta, para pintura dos postes das Avenidas Rio Grande do Sul, Beira Lago e Rua Arnoldo Frey. Julgamento: Menor Preço POR ITEM Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 14.12.2016, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 29 de novembro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

DECRETO Nº 291/2016

DECRETO Nº 291, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.365.0005.1.009 – Construção, Ampliação, Reforma e Equipamentos dos CEI		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (79)	R\$	14.000,00

TOTAL	R\$	14.000,00
-------	-----	-----------

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41721010200 – Cota Parte do F.P.M	R\$	14.000,00
TOTAL	R\$	14.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1935/2016

PORTARIA Nº 1935, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 291/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor ALBINO ALMEIDA DE ANDRADE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 525.046.469-68, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de novembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de novembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1936/2016

PORTARIA Nº 1936, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 290/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor ANTONIO SIDNEI MELLO, brasileiro, separado judicialmente, inscrito no CPF sob o nº 509.553.069-49, nomeado no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de

novembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de novembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1937/2016

PORTARIA Nº 1937, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 292/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora CLEUDES CONTE BARBOSA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 006.545.809-52, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de novembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de novembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1938/2016

PORTARIA N.º 1938, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.
Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Tempo de Contribuição

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria; e considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo n.º 5190, de 09 de novembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar em 30 de novembro de 2016, o servidor EDENIR DOMINGOS DOS SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 422.368.609-78 nomeado no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, por Aposentadoria por tempo de contribuição com data de início fixada em 14 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de novembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1939/2016

PORTARIA Nº 1939, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 154/2016 do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora ELIANA FERRARI LUCAS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 501.893.289-91, nomeada no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de novembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de novembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1940/2016

PORTARIA Nº 1940, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 1342/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora MARILENE APARECIDA SUTIL VIER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 712.762.899-87, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR GERAL DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de novembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de novembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1941/2016

PORTARIA N.º 1941, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Tempo de Contribuição

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria; e considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo n.º 5189, de 09 de novembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar em 30 de novembro de 2016, a servidora EMA STAEGE, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 458.563.209-30 nomeada no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, por Aposentadoria por tempo de contribuição com data de início fixada em 12 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de novembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1942/2016

PORTARIA Nº 1942, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido o servidor ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 027.546.959-07, nomeado no cargo de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, lotado na Secretaria de Finanças, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de novembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de novembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1943/2016

PORTARIA Nº 1943, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109/2010; e em conformidade com a Lei Complementar 110/2010; e em conformidade com a Lei Complementar 046/2003; e em conformidade com a Lei Municipal 2143/2012, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº170/2016 do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 027.546.959-07, no cargo de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, lotado na Secretaria de Finanças, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de novembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 202/2016

DECRETO N.º 202, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 3.870,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ BERNARDO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 3.870,00 (três mil oitocentos e setenta reais), no Orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.870,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.870,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	3.870,00
3.1.90.0.1.29.000007 - Aplicações Diretas	3.870,00

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 3.870,00 (três mil oitocentos e setenta reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.870,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.870,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	3.870,00
3.3.90.0.1.29.000007 - Aplicações Diretas	3.870,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de novembro de 2016.

LUIZ BERNARDO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 30/11/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 203/2016

DECRETO N.º 203, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 169.296,45 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ BERNARDO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 169.296,45 (cento e sessenta e nove mil, duzentos e noventa e seis reais e quarenta e cinco centavos), no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	150.000,00
15452312.048 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	150.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	150.000,00

13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	19.296,45
23695511.060 - Empreendimentos Turísticos	19.296,45
4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	19.296,45

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 169.296,45 (cento e sessenta e nove mil, duzentos e noventa e seis reais e quarenta e cinco centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de novembro de 2016.

LUIZ BERNARDO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 30/11/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

PORTARIA N.º 1079/2016

PORTARIA N.º 1079, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

ALTERA O QUADRO DE PLANTÃO DAS FARMÁCIAS DO MUNICÍPIO, PREVISTO NA LEI MUNICIPAL N.º 997/2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ BERNARDO, Prefeito do Município de Garopaba em exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 49, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 997, de 05 de dezembro de 2005 e Decreto n.º 082 de 29 de agosto de 2007 e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. FIXAR, conforme previsto no art. 3º da Lei nº. 997/2005, o QUADRO DE PLANTÃO DAS FARMÁCIAS DO MUNICÍPIO, para o período de DEZEMBRO de 2016 a OUTUBRO de 2017, conforme segue:

- I – Dezembro de 2016: Farmácia Garopaba
- II – Janeiro de 2017: Farmácia Ferrugem
- III – Fevereiro de 2017: Farmácia Popular
- IV – Março de 2017: Farmácia São João - Centro
- V – Abril de 2017: Farmácia Eduardo – Campo D'Una
- VI – Maio de 2017: Farmax Ambrósio
- VII – Junho de 2017: Farmácia Med Silva - Centro
- VIII – Julho de 2017: Farmácia Encantada
- IX – Agosto de 2017: Panvel Farmácias
- X – Setembro de 2017: Farmácia São João - Campo D'Una
- XI – Outubro de 2017: Farmax - Areias de Palhocinha

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de novembro de 2016.

LUIZ BERNARDO

Prefeito Municipal em Exercício

JOÃO DA SILVA PACHECO

Secretário de Saúde

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/11/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

LEILÃO PMG Nº 001/2016

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

O município de GARUVA, SC, com sede na Av. Gov. Celso Ramos, nº 1614, Centro, cidade de Garuva, CEP 89.248 000, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.848/0001-59, Telefone (47) 3445 8200, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09:00 HORAS do dia 16 de DEZEMBRO de 2016, tendo como local o AUDITÓRIO DA CÂMARA DE VEREADORES, localizada na Rua Castro Alves, nº 44, Centro, Garuva, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. ROGER WENNING, matrícula aarc 340, JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.REIDOSLEILOES.COM.BR ou WWW.GARUVA.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones (47) 3445 8200 na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

GARUVA (SC), em 25 de novembro de 2016.
JOSÉ CHAVES
PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA

RESULTADO FINAL EDITAL DE REMOÇÃO Nº 02/2016

RESULTADO FINAL
CONCURSO DE REMOÇÃO
EDITAL Nº 002/2016

EDUCAÇÃO INFANTIL

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	OPÇÃO	CARGA HORÁRIA
001	Anígia Benkendorf Hattenhauer	Pré Guilherme Benkendorf	20 H/S

Garuva, 29 de novembro de 2016
JUCILENE FURLAN
Presidente da Comissão

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.246, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.246, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL PARA FINS DE INSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 40, do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor do Município de Gaspar, uma área de 1.439,45 m² (um mil quatrocentos e trinta e nove metros e quarenta e cinco decímetros quadrados) que faz parte do imóvel matriculado sob o nº 20.406 - R- 2, com área total de 10.956,30 m² (dez mil novecentos e cinquenta e seis metros e trinta decímetros quadrados), situado na cidade de Gaspar, entre as Ruas Paulo A. Eberhardt e Prefeito Leopoldo Schramm, Bairro Coloninha, pertencente a Adriana Cristina Moser, brasileira, maior, administradora, inscrito no CPF nº 757.876.959-68, contendo as seguintes características: 1.439,45 m² (um mil quatrocentos e trinta e nove metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), limitando-se na frente em 10,64m confrontando com a Rua Prefeito Leopoldo Schramm; fundos em 13,60m confrontando com terras da área a desmembrar para a Rua projeção da Rua Paulo A. Eberhardt; lado direito em cinco linhas, a primeira linha em curva de 13,73m, a segunda linha em 10,70m, a terceira linha em 49,60m, a quarta linha em curva de 2,85m, a quinta linha em 145,20m e a sexta linha em curva de 12,55m, ambas confrontando com terras da Área Remanescente de Adriana Cristina Moser; e lado esquerdo em 224,70m confrontando com terras da Área a Desmembrar para a referida faixa sanitária. O imóvel descrito com área de 1.439,45 m² (um mil quatrocentos e trinta e nove metros e quarenta e cinco decímetros quadrados) foi avaliado em R\$ 10.076,15 (dez mil e setenta e seis reais e quinze centavos).

Art. 2º Fica o Município autorizado a promover e executar, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à manutenção da servidão administrativa prevista neste Decreto, na forma da legislação vigente, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º Fica o Município autorizado a praticar todos os atos de manutenção, conservação e inspeção da drenagem pluvial, bem como suas possíveis alterações ou reconstruções.

Art. 4º A proprietária do imóvel atingido pelo ônus da servidão administrativa limitará o seu uso e fruição ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se, consequentemente, da prática dentro do referido imóvel, de quaisquer atos que o embarce ou lhe cause danos.

Art. 5º As despesas relativas à indenização decorrente da instituição da servidão administrativa de que trata este Decreto correrão por conta de dotação consignada no orçamento vigente do Município.

Art. 6º O laudo de avaliação dos prejuízos ocasionados ao imóvel em virtude da instituição da servidão administrativa fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 4.627, de 01º de dezembro de 2011.

Gaspar, 28 de novembro de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.247, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.247, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL PARA FINS DE INSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 40, do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor do Município de Gaspar, uma área de 1.709,08 m² (um mil setecentos e nove metros e oito decímetros quadrados), que faz parte do imóvel matriculado sob o nº 21.613, com área total de 9.284,93 m² (nove mil duzentos e oitenta e quatro metros e noventa e três decímetros quadrados), situado na cidade de Gaspar, entre as Ruas Paulo A. Eberhardt e Prefeito Leopoldo Schramm, Bairro Coloninha, pertencente a Moacir Moser, brasileiro, torneiro mecânico, inscrito no CPF nº 606.930.619-87, contendo as seguintes características: 1.709,08 m² (um mil setecentos e nove metros e oito decímetros quadrados), limitando-se na frente em 19,77 metros confrontando com a Rua Prefeito Leopoldo Schramm; fundos em 16,83m confrontando com terras da área a desmembrar para a Rua 03 (Rua Paulo A. Eberhardt); lado direito em 224,70 metros confrontando com terras a desmembrar para Rua 02; e lado esquerdo em sete linhas, a primeira linha em curva de 11,60m, a segunda linha em 15,20m, a terceira linha em curva de 2,50m, a quarta linha em 49,00m, a quinta linha em 124,40m, ambas confrontando com terras da Área Remanescente de Moacir Moser, a sexta linha em 15,45m e a sétima linha em curva de 15,72m confrontando com o lote 1 a desmembrar. O imóvel descrito com área de 1.709,08 m² (um mil setecentos e nove metros e oito decímetros quadrados) foi avaliado em R\$ 11.963,56 (onze mil novecentos e sessenta e três reais e cinquenta e seis centavos).

Art. 2º Fica o Município autorizado a promover e executar, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à manutenção da servidão administrativa prevista neste Decreto, na forma da legislação vigente, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º Fica o Município autorizado a praticar todos os atos de manutenção, conservação e inspeção da drenagem pluvial, bem como suas possíveis alterações ou reconstruções.

Art. 4º O proprietário do imóvel atingido pelo ônus da servidão administrativa limitará o seu uso e fruição ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se, consequentemente, da prática dentro do referido imóvel, de quaisquer atos que o embarcem ou lhe cause danos.

Art. 5º As despesas relativas à indenização decorrente da instituição da servidão administrativa de que trata este Decreto, correrão por conta de dotação consignada no orçamento vigente do Município.

Art. 6º O laudo de avaliação dos prejuízos ocasionados ao imóvel em virtude da instituição da servidão administrativa fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 4.626, de 01º de dezembro de 2011.

Gaspar, 28 de novembro de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 013/2016 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GASPAR/SC

RESOLUÇÃO Nº 013/2016 – CMDCA

Aprova o Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente de Gaspar/SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1432/93, de 24 de maio de 1993 e com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 212/98, e no uso de suas competências:

CONSIDERANDO o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8069/90);

CONSIDERANDO a Resolução nº 171, de 04 de dezembro de 2014 do CONANDA;

CONSIDERANDO o Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

CONSIDERANDO a deliberação do CMDCA constante na ata nº 13/2016, da plenária realizada no dia 28 de novembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes 2017/2026 de Gaspar/SC.

Art. 2º - Esta Resolução passa a vigorar a partir de sua publicação.

Gaspar, 28 de novembro de 2016

THAISE DE QUADROS

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 014/2016 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 014/2016 – CMDCA

Dispõe sobre a composição da Comissão Especial de Análise de Projetos – Edital 02/2016 FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 1.432 de 24 de maio de 1993, e suas alterações, e com base no Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 212/98 e, no uso de suas atribuições:

CONSIDERANDO:

- Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010 do CONANDA;
- Resolução nº 018/2015 de 12 de outubro de 2015 do CMDCA de Gaspar;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir e nomear a Comissão Especial de Análise de Projetos – Edital 02/2016 FIA de Gaspar, ficando assim constituída:

Área	Representação	Representantes
Psicologia	Poder Executivo	Sandra Gersa dos Santos Silva
Serviço Social	Poder Executivo	Rosana Nasato
Direito	OAB	Andressa Donegá
Contabilidade	Poder Executivo	Juliana Muller Silveira
CMDCA	CMDCA	Gislaine dos Santos
CMDCA	CMDCA	Kelly Pereira da Cunha

Art. 2º Esta Resolução passa a vigorar a partir de sua publicação.

Gaspar, 28 de novembro de 2016

THAISE DE QUADROS

Presidente do CMDCA/Gaspar

RESOLUÇÃO Nº 015/2016 - CMDCA

Resolução nº 015/2016 – CMDCA

Aprova o Registro de Inscrição de Serviço Governamental e Registro de Entidade não Governamental de Atendimento à Criança e ao Adolescente no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, com fundamento nos art. 03 e art.11, Inciso XI, XXI da Lei Complementar Municipal nº. 1432/1993 e de conformidade com a deliberação em plenária realizada extraordinária no dia 28 de novembro de 2016, e no uso de suas competências:

Considerando que conforme disposição legal é assegurada com absoluta prioridade à Criança e ao Adolescente, a realização de seus direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, como dever concorrente da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público Municipal articulado aos Poderes Público Federal e Estadual;

Considerando a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, alterada pela Lei Federal nº 12.010, de 03 de agosto de 2009, e levando em conta o teor dos artigos 90 e 91, que determinam, respectivamente, que as entidades governamentais e não governamentais inscrevam seus programas de proteção e socioeducativos destinados às crianças e aos adolescentes junto aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, e que as entidades não governamentais devam, como condição para o seu funcionamento, ser registradas nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; Considerando a Resolução do CONANDA nº 71, de 10 de Junho de 2001, que dispõe sobre o Registro de Entidades Não Governamentais e da Inscrição de Programas de Proteção e Socioeducativo das Governamentais e Não governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Atendimento e dá outras providências;

Considerando a Resolução do CONANDA nº 74, de 13 de setembro de 2001, que dispõe sobre o registro e fiscalização das entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, e dá outras providências;

Considerando a Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, que dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando a Resolução CMDCA nº017/2015, que regulamenta o registro de Entidades e Serviços no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelece termos e critérios de

análise e dá outras providências.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a Inscrição de Serviço Governamental e Registro de Entidade não Governamental de Atendimento a Crianças e Adolescentes, solicitadas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar/SC, conforme abaixo relacionados:

SERVIÇOS GOVERNAMENTAIS:

1. Família Acolhedora - Gaspar/SC, executado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, situado na Av das Comunidades – nº 133 – Bairro Centro – Gaspar/SC.

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

1. Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos – ABADA, com sede na Rua Max Hering 123 – Bairro Vitor Konder – Blumenau/SC.

Art. 2º - As Inscrições de Serviços Governamentais e Registros de Entidades não Governamentais constantes desta Resolução, terá validade de dois anos, conforme competência estabelecida no art. 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar.

Art. 3º - Esta Resolução passa a vigorar a partir de sua publicação.

Gaspar, 28 de novembro de 2016.

THAISE DE QUADROS

Presidente do CMDCA

Gaspar – SC

RESOLUÇÃO Nº 016/2016 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GASPAR/SC

RESOLUÇÃO Nº 016/2016 – CMDCA

Aprova o Fluxo das Prestações de Contas com recursos oriundos do Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente de Gaspar/SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1432/93, de 24 de maio de 1993 e com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 212/98, e no uso de suas competências:

CONSIDERANDO o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8069/90);

CONSIDERANDO a Resolução nº 137, do CONANDA, de 21 de janeiro de 2010;

CONSIDERANDO a Resolução do CMDCA nº 18/2016, de 15 de outubro de 2015;

CONSIDERANDO a deliberação do CMDCA constante na ata nº 12/2016, da plenária realizada no dia 08 de novembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Fluxo das Prestações de Contas com recursos oriundos do Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente de Gaspar/SC, descrito abaixo:

Gaspar, 28 de novembro de 2016

THAISE DE QUADROS

Presidente do CMDCA

TERMO Nº 405/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR SECRETARIA DA FAZENDA DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	TERMO Nº 405/2016
TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL	

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Contribuinte: ERIVAN CLAUDINO TODT ME			
Endereço: Rua Olinda, 370		Fone: (47)	
Bairro: Santa Terezinha		Município: GASPAR	UF: SC
Inscrição Municipal: 8765	CNPJ: 02.603.425/0001-10	Atividade: Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida.	

NOTIFICAÇÃO

A Secretaria de Fazenda do Município de Gaspar COMUNICA à pessoa jurídica acima identificada que foi iniciado o processo de sua exclusão, de ofício, do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Para tanto, fica a pessoa jurídica acima identificada NOTIFICADA do presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL podendo regularizar sua situação Cadastral/Fiscal junto a Secretaria de Fazenda do município ou apresentar RECLAMAÇÃO, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência desta, dirigida a Junta de Recursos em 1ª Instância.

Caso não seja regularizada a situação Cadastral/Fiscal da pessoa jurídica ou interposta a RECLAMAÇÃO no prazo acima, o Termo de Exclusão do Simples Nacional tornar-se-á efetivo, nos termos do §4º, do Artigo 75, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de Novembro de 2011.

O presente termo tem repercussão jurídica para a matriz e suas respectivas filiais, independente do estabelecimento excluído.

CAPITULAÇÃO DO FATO

O presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL é emitido por incorrer na(s) seguinte(s) situação(ões) que impede(m) a sua permanência neste regime:

PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS (DÉBITOS)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL / DISPOSITIVOS INFRINGIDOS

Art. 17, inciso V da LC 123/2006 c/c Art. 15, inciso XV da Resolução CGSN 094/2011.

CIENTE DO SUJEITO PASSIVO

Nome:

AUTORIDADE FISCAL

Cargo:

CPF:

Josiane Tonoli Ferrari
Fiscal de Tributos
Matrícula 4150

Declaro que recebi a 2ª via do presente Termo nesta data.

Data:

Assinatura:

TERMO Nº 407/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR SECRETARIA DA FAZENDA DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	TERMO Nº 407/2016
TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL	

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Contribuinte: CLECIO DALLALBA ME			
Endereço: Rua Thimóteo Deschamps, 81 – Galpão 01			Fone: (47)
Bairro: Figueira		Município: GASPAR	UF: SC
Inscrição Municipal: 10565	CNPJ: 02.183.260/0001-75	Atividade: Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	

NOTIFICAÇÃO

A Secretaria de Fazenda do Município de Gaspar COMUNICA à pessoa jurídica acima identificada que foi iniciado o processo de sua exclusão, de ofício, do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Para tanto, fica a pessoa jurídica acima identificada NOTIFICADA do presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL podendo regularizar sua situação Cadastral/Fiscal junto a Secretaria de Fazenda do município ou apresentar RECLAMAÇÃO, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência desta, dirigida a Junta de Recursos em 1ª Instância.

Caso não seja regularizada a situação Cadastral/Fiscal da pessoa jurídica ou interposta a RECLAMAÇÃO no prazo acima, o Termo de Exclusão do Simples Nacional tornar-se-á efetivo, nos termos do §4º, do Artigo 75, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de Novembro de 2011.

O presente termo tem repercussão jurídica para a matriz e suas respectivas filiais, independente do estabelecimento excluído.

CAPITULAÇÃO DO FATO

O presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL é emitido por incorrer na(s) seguinte(s) situação(ões) que impede(m) a sua permanência neste regime:

PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS (DÉBITOS)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL / DISPOSITIVOS INFRINGIDOS

Art. 17, inciso V da LC 123/2006 c/c Art. 15, inciso XV da Resolução CGSN 094/2011.

CIENTE DO SUJEITO PASSIVO

Nome:

AUTORIDADE FISCAL

Cargo:

CPF:

Josiane Tonoli Ferrari
Fiscal de Tributos
Matrícula 4150

Declaro que recebi a 2ª via do presente Termo nesta data.

Data:

Assinatura:

RREO - (I) BALANÇO ORÇAMENTARIO

MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO



RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas			Saldo (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (Exeto intra-orçamentárias) (I)	208.804.800,00	208.804.800,00	27.879.674,12	13,35%	148.500.106,28	60.304.693,72
Receitas Correntes	176.766.879,00	176.766.879,00	26.851.676,07	15,19%	137.119.574,58	39.647.304,42
Recita Tributária	33.454.435,70	33.454.435,70	5.191.002,14	15,52%	27.140.203,83	6.314.231,87
Impostos	25.551.000,00	25.551.000,00	3.788.835,24	14,83%	21.008.739,55	4.542.260,45
Taxas	7.902.685,70	7.902.685,70	1.402.166,90	17,74%	6.131.464,28	1.771.221,42
Contribuição de Melhoria	750,00	750,00	0,00	0,00%	0,00	750,00
Receitas de Contribuições	2.940.000,00	2.940.000,00	514.753,69	17,51%	2.662.166,69	277.833,31
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública.	2.940.000,00	2.940.000,00	514.753,69	17,51%	2.662.166,69	277.833,31
Receita Patrimonial	2.565.950,00	2.565.950,00	683.637,19	26,64%	3.711.365,08	-1.145.415,08
Receitas Imobiliárias	65.000,00	65.000,00	14.484,63	22,28%	63.361,43	1.638,57
Receitas de Valores Mobiliários	2.500.950,00	2.500.950,00	669.152,56	26,76%	3.648.003,65	-1.147.053,65
Recita de Serviços	11.291.800,00	11.291.800,00	2.417.288,95	21,41%	11.555.773,26	-263.973,26
Transferências Correntes	118.552.193,30	118.552.193,30	16.845.409,33	14,21%	86.949.875,94	31.602.317,36
Transferências Intergovernamentais	117.191.193,30	117.191.193,30	17.181.808,34	14,66%	86.395.294,64	30.795.888,66
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	300,11	0,00%	816,17	-816,17
Transferências de Pessoas	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00%	0,00	30.000,00
Transferências de Convênios	1.331.000,00	1.331.000,00	-336.699,12	-25,30%	553.765,13	777.234,87
Outras Receitas Correntes	7.962.500,00	7.962.500,00	1.199.584,77	15,07%	5.100.188,78	2.862.310,22
Multas e Juros de Mora	4.062.400,00	4.062.400,00	727.161,03	17,90%	3.241.515,38	820.884,62
Indenizações e Restituições	392.000,00	392.000,00	304.472,17	77,67%	442.635,41	-50.635,41
Recita da Dívida Ativa	3.133.100,00	3.133.100,00	126.754,61	4,05%	1.114.597,22	2.018.502,78
Receitas Diversas	375.000,00	375.000,00	41.196,96	10,99%	301.441,77	73.558,23
Receitas de Capital	32.037.921,00	32.037.921,00	1.027.998,05	3,21%	11.380.531,70	20.657.389,30
Operações de Crédito	20.181.825,00	20.181.825,00	293.598,05	1,45%	1.582.631,22	18.599.193,78
Operações de Crédito Internas	20.181.825,00	20.181.825,00	293.598,05	1,45%	1.582.631,22	18.599.193,78
Transferências de Capital	11.856.096,00	11.856.096,00	734.400,00	6,19%	9.797.900,48	2.058.195,52
Transferências de Convênios	11.856.096,00	11.856.096,00	734.400,00	6,19%	9.797.900,48	2.058.195,52
RECEITAS (intra-orçamentárias) (II)	195.200,00	195.200,00	23.205,88	11,89%	104.163,87	91.036,13
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	209.000.000,00	209.000.000,00	27.902.880,00	13,35%	148.604.270,15	60.395.729,85
OPERÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Mobilária	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Mobilária	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
DEFICIT (VI)	209.000.000,00	209.000.000,00	27.902.880,00	13,35%	148.604.270,15	60.395.729,85
TOTAL (VII) = (V + VI)	209.000.000,00	209.000.000,00	27.902.880,00	13,35%	148.604.270,15	60.395.729,85
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	17.517.238,54	0,00%	17.517.238,54	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	17.517.238,54	0,00%	17.517.238,54	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00

Continua (1/3)



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação (2/3)

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g)=(e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas Restos a Pagar Não Processados (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (Exceto intra-orçamentárias) (VIII)	208.804.800,00	246.097.688,36	23.803.487,20	173.655.992,67	72.441.775,69	28.332.432,55	143.599.376,82	102.498.291,54	138.622.630,50	30.056.515,85
Despesas Correntes	157.341.148,00	164.237.593,14	18.182.047,97	128.813.556,65	35.424.036,49	24.103.194,41	117.841.241,67	46.396.351,47	113.421.020,79	10.972.314,98
Pessoal e Encargos Sociais	91.757.542,19	93.303.654,61	13.541.879,41	68.972.373,73	24.331.280,88	13.995.145,09	68.537.400,04	24.766.254,57	67.118.722,66	434.973,69
Juros e Encargos da Dívida	85.000,00	123.500,00	0,00	16.181,91	107.318,09	4.335,00	15.106,81	108.393,19	15.106,81	1.075,10
Outras Despesas Correntes	65.498.605,81	70.810.438,53	4.640.168,56	59.825.001,01	10.985.437,52	10.103.714,32	49.288.734,82	21.521.703,71	46.287.191,32	10.536.266,19
Despesas de Capital	51.319.152,00	81.715.575,22	5.621.439,23	44.842.336,02	36.873.239,20	4.229.238,14	25.758.135,15	55.957.440,07	25.201.609,71	19.084.200,87
Investimentos	50.829.152,00	81.035.575,22	5.621.439,23	44.447.827,58	36.587.747,64	4.195.882,25	25.392.071,15	55.643.504,07	24.835.545,71	19.055.756,43
Amortização da Dívida	490.000,00	680.000,00	0,00	394.508,44	285.491,56	33.355,89	366.064,00	313.936,00	366.064,00	28.444,44
RESERVA DE CONTINGENCIA	144.500,00	144.500,00	0,00	0,00	144.500,00	0,00	0,00	144.500,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	144.500,00	144.500,00	0,00	0,00	144.500,00	0,00	0,00	144.500,00	0,00	0,00
DESPESAS (Intra-orçamentárias) (IX)	195.200,00	192.462,04	3.552,71	158.656,38	33.805,66	27.083,35	119.344,03	73.118,01	107.173,63	39.312,35
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	209.000.000,00	246.290.130,40	23.807.039,91	173.814.549,05	72.475.581,35	28.359.515,90	143.718.720,85	102.571.409,55	138.729.804,13	30.095.828,20
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	209.000.000,00	246.290.130,40	23.807.039,91	173.814.549,05	72.475.581,35	28.359.515,90	143.718.720,85	102.571.409,55	138.729.804,13	30.095.828,20
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	209.000.000,00	246.290.130,40	23.807.039,91	173.814.549,05	72.475.581,35	348.107,79	4.885.548,30	102.571.409,55	9.770.302,15	30.095.828,20
							148.604.270,15	148.500.106,28		

Receitas Intra-orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada		Receitas Realizadas			Saldo (a-c)
		(a)	(b)	No Bimestre (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas correntes intra-orçamentárias	195.200,00	195.200,00	23.205,88	11,89%	104.163,87	53,36%	91.036,13
Receita de Serviços	195.200,00	195.200,00	23.205,88	11,89%	104.163,87	53,36%	91.036,13
TOTAL	195.200,00	195.200,00	23.205,88	11,89%	104.163,87	53,36%	91.036,13

Despesas Intra-orçamentárias	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g)=(e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas Restos a Pagar Não Processados (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Correntes	195.200,00	192.462,04	3.552,71	158.656,38	33.805,66	27.083,35	119.344,03	73.118,01	107.173,63	39.312,35
Outras Despesas Correntes	195.200,00	192.462,04	3.552,71	158.656,38	33.805,66	27.083,35	119.344,03	73.118,01	107.173,63	39.312,35

Continua (2/3)



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação (3/3)

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Despesas Intra-orçamentárias	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g)=(e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas Restos a Pagar Não Processados (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
	195.200,00	192.462,04	3.552,71	158.655,38	33.805,66	27.083,35	119.344,03	73.118,01	107.173,63	39.312,35
TOTAL										

Fonte: Sistema Thema/GFP; Unidade Responsável: Prefeitura Municipal de Gaspar, Data da emissão: 28 de Novembro de 2016 e hora da emissão: 02h e 36m

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Carlos Alberto Peixer Vinci
Secretário Administração e Gestão

Thiago Augusto Ianesko
Contador - CRC PR-057715/O

RREO - (II) DESPESAS POR FUNCAO-SUBFUNCAO



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e) = (a-d)	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc. (f)	RS Realiz.				
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		%	(b/total b)				No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%	(d/total d)
DESPESAS (Exceto intra-orçamentárias) (t)	208.804.800,00	246.097.668,36	23.803.487,20	173.655.892,67	99,91%	72.441.775,69	28.332.432,55	143.599.376,82	99,92%	102.498.291,54	30.056.515,85			
LEGISLATIVA	5.451.000,00	5.451.000,00	555.103,07	3.223.136,82	1,85%	2.227.863,18	598.383,41	3.001.899,81	2,09%	2.449.100,19	221.237,01			
AÇÃO LEGISLATIVA	5.451.000,00	5.451.000,00	555.103,07	3.223.136,82	1,85%	2.227.863,18	598.383,41	3.001.899,81	2,09%	2.449.100,19	221.237,01			
ESSENCIAL À JUSTIÇA	5.159.530,00	5.214.078,17	226.706,38	4.788.833,03	2,76%	425.245,14	872.485,23	4.136.399,57	2,88%	1.077.678,60	652.433,46			
AÇÃO JUDICIÁRIA	80.000,00	24.000,00	0,00	5.414,70	0,00%	18.585,30	416,28	5.414,70	0,00%	18.585,30	0,00			
REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	5.079.530,00	5.190.078,17	226.706,38	4.783.418,33	2,75%	406.659,84	872.068,95	4.130.984,87	2,87%	1.059.093,30	652.433,46			
ADMINISTRAÇÃO	22.237.300,00	24.348.610,36	1.940.818,29	16.094.370,23	9,26%	8.254.240,13	2.574.869,70	13.290.865,26	9,25%	11.057.745,10	2.803.504,97			
ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.324.800,00	9.208.084,83	1.071.011,87	7.279.330,42	4,19%	1.928.754,41	1.066.055,13	5.465.430,66	3,80%	3.742.654,17	1.813.899,76			
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	13.939.500,00	14.266.646,78	837.851,45	8.362.221,42	4,81%	5.904.425,36	1.474.055,60	7.418.689,55	5,16%	6.847.957,23	943.531,87			
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5.000,00	5.000,00	0,00	3.447,00	0,00%	1.553,00	0,00	3.447,00	0,00%	1.553,00	0,00			
COMUNICAÇÃO SOCIAL	788.000,00	668.000,00	31.954,97	389.269,93	0,22%	278.730,07	34.758,97	343.196,59	0,24%	324.803,41	46.073,34			
HABITAÇÃO URBANA	180.000,00	200.878,75	0,00	60.101,46	0,03%	140.777,29	0,00	60.101,46	0,04%	140.777,29	0,00			
SEGURANÇA PÚBLICA	1.642.800,00	2.786.854,95	177.694,61	1.639.071,79	0,94%	1.147.783,16	321.340,59	1.329.185,31	0,92%	1.457.669,64	309.886,48			
POLICIAMENTO	770.500,00	1.527.935,00	97.774,80	792.617,40	0,46%	735.317,60	114.455,74	624.571,48	0,43%	903.363,52	168.045,92			
DEFESA CIVIL	872.300,00	1.258.919,95	79.919,81	846.454,39	0,49%	412.465,56	206.884,85	704.613,83	0,49%	554.306,12	141.840,56			
ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.217.098,00	9.845.319,77	814.751,62	5.976.897,78	3,44%	3.868.421,99	937.378,63	5.079.107,55	3,53%	4.766.212,22	897.790,23			
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	3.224.103,00	3.136.220,92	12.720,00	1.939.298,44	1,12%	1.196.922,48	269.203,08	1.458.677,88	1,01%	1.677.542,94	480.620,46			
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	5.992.955,00	6.709.098,85	802.031,62	4.037.599,34	2,32%	2.671.499,51	668.175,55	3.620.429,57	2,52%	3.088.669,28	417.169,77			
SAÚDE	37.974.000,00	39.819.000,00	4.413.731,79	31.908.282,81	18,36%	7.910.717,19	5.910.346,80	29.042.618,94	20,21%	10.776.381,06	2.865.663,87			
ATENÇÃO BÁSICA	24.215.334,49	25.915.334,49	3.634.493,63	20.760.145,37	11,94%	5.155.189,12	4.091.261,76	19.791.751,29	13,77%	6.123.583,20	968.394,08			
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	13.201.985,51	13.251.985,51	709.682,58	10.611.693,06	6,11%	2.640.292,45	1.754.262,66	8.768.028,31	6,10%	4.463.957,20	1.843.664,75			
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	409.675,00	409.675,00	31.278,00	351.782,56	0,20%	57.892,44	40.500,02	322.615,02	0,22%	87.059,98	29.167,54			
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	147.005,00	242.005,00	38.277,58	184.661,82	0,11%	57.343,18	24.322,36	160.224,32	0,11%	81.780,68	24.437,50			
EDUCAÇÃO	50.445.786,00	50.390.382,93	6.738.501,06	37.188.678,46	21,40%	13.201.704,47	7.321.488,93	35.516.945,95	24,71%	14.873.436,98	1.671.732,51			
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	1.660.000,00	1.660.000,00	-49.031,22	1.446.396,95	0,83%	213.603,05	291.348,99	1.232.142,18	0,86%	427.857,82	214.254,77			
ENSINO FUNDAMENTAL	27.710.620,00	28.450.454,67	3.801.910,13	20.817.514,56	11,98%	7.642.940,11	4.092.989,27	20.018.719,56	13,93%	8.441.735,11	798.795,00			
EDUCAÇÃO INFANTIL	21.075.166,00	20.269.928,26	2.985.622,15	14.924.766,95	8,59%	5.345.161,31	2.937.150,67	14.266.084,21	9,93%	6.003.844,05	658.682,74			
CULTURA	237.000,00	237.000,00	31.317,12	128.088,16	0,07%	108.911,84	32.414,74	89.467,03	0,06%	147.532,97	38.621,13			
DIFUSÃO CULTURAL	237.000,00	237.000,00	31.317,12	128.088,16	0,07%	108.911,84	32.414,74	89.467,03	0,06%	147.532,97	38.621,13			
URBANISMO	50.524.346,00	78.037.335,91	5.848.459,51	49.534.899,75	28,50%	28.502.436,16	5.581.175,97	32.355.908,47	22,51%	45.681.427,44	17.178.991,28			
DEFESA CIVIL	300.000,00	300.000,00	0,00	199.933,30	0,12%	100.066,70	68.531,53	162.477,01	0,11%	137.522,99	37.456,29			
INFRA-ESTRUTURA URBANA	48.132.346,00	74.900.812,63	5.579.105,87	48.186.236,98	27,72%	26.714.575,65	5.179.119,26	31.155.628,46	21,68%	43.745.184,17	17.030.608,52			
SERVIÇOS URBANOS	1.567.500,00	2.304.285,32	267.258,46	687.537,22	0,40%	1.616.748,10	271.853,57	665.818,85	0,46%	1.638.466,47	21.718,37			

Continua (1/3)



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação (2/3)

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ Reais

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Saldo	Despesas Liquidadas		Saldo	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc.
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
		(a)		(b)	(c) = (a-b)		(d)	(e) = (a-d)	(f)
URBANISMO	50.524.346,00	78.037.335,91	5.848.459,51	49.534.899,75	28.502.436,16	5.581.175,97	32.355.908,47	45.681.427,44	17.178.991,28
TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	524.500,00	532.237,96	2.095,18	461.192,25	0,27%	61.671,61	371.984,15	160.253,81	89.208,10
HABITAÇÃO	80.000,00	85.042,40	0,00	16.346,00	0,01%	68.696,40	12.674,60	72.367,80	3.671,40
HABITAÇÃO URBANA	80.000,00	85.042,40	0,00	16.346,00	0,01%	68.696,40	12.674,60	72.367,80	3.671,40
SANEAMENTO	17.250.000,00	20.659.931,05	2.508.639,96	17.469.492,93	10,05%	3.190.438,12	14.758.819,97	5.901.111,08	2.710.672,96
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	17.250.000,00	20.659.931,05	2.508.639,96	17.469.492,93	10,05%	3.190.438,12	14.758.819,97	5.901.111,08	2.710.672,96
GESTÃO AMBIENTAL	620.000,00	622.956,02	0,00	2.956,02	0,00%	620.000,00	2.956,02	620.000,00	0,00
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	620.000,00	622.956,02	0,00	2.956,02	0,00%	620.000,00	2.956,02	620.000,00	0,00
AGRICULTURA	2.570.580,00	2.119.039,71	176.344,34	1.566.482,94	0,90%	552.556,77	1.487.710,72	631.328,99	78.772,22
EXTENSÃO RURAL	2.570.580,00	2.119.039,71	176.344,34	1.566.482,94	0,90%	552.556,77	1.487.710,72	631.328,99	78.772,22
INDÚSTRIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00%	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00%	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	120.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00%	110.000,00	0,00	110.000,00	0,00
TURISMO	120.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00%	110.000,00	0,00	110.000,00	0,00
TRANSPORTE	1.748.800,00	2.587.764,86	232.884,22	1.910.467,78	1,10%	677.297,08	1.603.827,88	983.936,98	306.639,90
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.748.800,00	2.587.764,86	232.884,22	1.910.467,78	1,10%	677.297,08	1.603.827,88	983.936,98	306.639,90
DESPORTO E LAZER	2.767.100,00	2.795.352,23	138.535,23	1.797.197,82	1,03%	988.154,41	1.509.818,93	1.285.533,30	287.378,89
DESPORTO DE RENDIMENTO	53.000,00	53.000,00	200,00	42.275,50	0,02%	10.724,50	39.614,35	13.385,65	2.661,15
DESPORTO COMUNITÁRIO	2.234.100,00	2.329.100,00	136.371,23	1.517.912,83	0,87%	811.187,17	1.233.195,09	1.095.904,91	284.717,74
LAZER	480.000,00	413.252,23	1.964,00	237.009,49	0,14%	176.242,74	237.009,49	176.242,74	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	575.000,00	803.500,00	0,00	410.690,35	0,24%	392.809,65	37.690,89	422.329,19	29.519,54
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	575.000,00	803.500,00	0,00	410.690,35	0,24%	392.809,65	37.690,89	422.329,19	29.519,54
Reserva de Contingência	144.500,00	144.500,00	0,00	0,00	0,00%	144.500,00	0,00	144.500,00	0,00
Reserva de Contingência do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (Intra-orçamentárias) (II)	195.200,00	192.462,04	3.552,71	158.656,38	0,09%	33.805,66	119.344,03	73.118,01	39.312,35
TOTAL (III) = (I + II)	209.000.000,00	246.290.130,40	23.807.039,91	173.814.549,05	100,00%	72.475.581,35	143.718.720,85	102.571.409,55	30.095.826,20

Continua (2/3)



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ Reais

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e) = (a-d)	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (Intra-orçamentárias)	195.200,00	192.462,04	3.552,71	158.656,38	100,00%	100,00%	27.083,35	119.344,03	73.118,01
ADMINISTRAÇÃO	9.200,00	9.200,00	0,00	4.795,65	3,02%	2,94%	901,38	3.511,81	5.688,19
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.200,00	2.200,00	0,00	795,65	0,50%	0,67%	291,62	795,65	1.404,35
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	7.000,00	7.000,00	0,00	4.000,00	2,52%	2,28%	609,76	2.716,16	4.283,84
SEGURANÇA PÚBLICA	700,00	700,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	700,00
DEFESA CIVIL	700,00	700,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	700,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.400,00	4.400,00	0,00	3.700,00	2,33%	2,10%	443,32	2.504,43	1.895,57
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	4.400,00	4.400,00	0,00	3.700,00	2,33%	2,10%	443,32	2.504,43	1.895,57
SAÚDE	24.000,00	24.000,00	3.552,71	15.572,29	9,82%	11,98%	3.552,71	14.295,83	9.704,17
ATENÇÃO BÁSICA	24.000,00	24.000,00	3.552,71	15.572,29	9,82%	11,98%	3.552,71	14.295,83	9.704,17
EDUCAÇÃO	115.000,00	115.000,00	0,00	100.000,00	63,03%	63,82%	17.341,56	76.168,43	38.831,57
ENSINO FUNDAMENTAL	65.000,00	65.000,00	0,00	59.000,00	37,19%	35,86%	9.528,30	42.792,26	22.207,74
EDUCAÇÃO INFANTIL	50.000,00	50.000,00	0,00	41.000,00	25,84%	27,97%	7.813,26	33.376,17	16.623,83
CULTURA	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00	1,89%	2,10%	647,10	2.502,58	497,42
DIFUSÃO CULTURAL	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00	1,89%	2,10%	647,10	2.502,58	497,42
URBANISMO	11.700,00	8.962,04	0,00	5.162,04	3,25%	3,42%	859,80	4.078,51	4.883,53
INFRA-ESTRUTURA URBANA	6.700,00	6.700,00	0,00	4.000,00	2,52%	2,59%	603,76	3.086,54	3.613,46
TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	5.000,00	2.282,04	0,00	1.162,04	0,73%	0,83%	250,04	991,97	1.270,07
AGRICULTURA	1.500,00	1.500,00	0,00	1.046,54	0,66%	0,67%	127,98	796,40	703,60
EXTENSÃO RURAL	1.500,00	1.500,00	0,00	1.046,54	0,66%	0,67%	127,98	796,40	703,60
TRANSPORTE	700,00	700,00	0,00	379,86	0,24%	0,25%	60,94	301,74	398,26
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	700,00	700,00	0,00	379,86	0,24%	0,25%	60,94	301,74	398,26
DESPORTO E LAZER	25.000,00	25.000,00	0,00	25.000,00	15,76%	12,72%	3.148,56	15.184,30	9.815,70
DESPORTO COMUNITÁRIO	25.000,00	25.000,00	0,00	25.000,00	15,76%	12,72%	3.148,56	15.184,30	9.815,70
TOTAL	195.200,00	192.462,04	3.552,71	158.656,38	100,00%	100,00%	27.083,35	119.344,03	73.118,01

Fonte: Sistema Thema/GRP. Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Gaspar. Data da emissão 28 de Novembro de 2016 e hora da emissão 02h e 37m

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Carlos Alberto Peixer Vinci
Secretário Administração e Gestão

Thiago Augusto Ianesko
Contador - CRC PR-057715/O

Continuação (3/3)

RREO - (III) RECEITA CORRENTE LIQUIDA



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO / 2015 A OUTUBRO / 2016

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)														RS Reais	
ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	Previsão Atualizada 2016
		Nov/15	Dez/15	Jan/16	Feb/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Jul/16	Ago/16	Set/16	Out/16		
RECEITAS CORRENTES (I)															
Receita Tributária	13.823.005,35	14.787.555,53	14.700.436,49	14.879.734,56	17.927.833,82	13.165.040,49	15.316.663,70	14.439.441,49	14.780.050,03	14.573.776,22	14.009.659,50	15.219.109,30	177.422.306,48	198.309.579,00	
IPTU	2.111.304,69	2.313.073,88	1.925.841,64	2.250.493,76	6.279.164,34	2.148.275,04	2.444.340,25	2.589.203,12	2.048.355,37	2.263.298,17	2.637.964,29	2.553.037,85	31.564.582,40	33.454.435,70	
ISS	852.815,68	1.078.705,18	1.218.167,78	856.942,65	1.150.094,80	907.577,94	841.553,46	1.225.096,78	919.747,87	1.156.638,44	939.647,42	1.151.530,25	12.298.518,25	12.610.000,00	
ITBI	210.274,55	372.432,75	59.977,40	157.845,79	161.553,55	300.058,30	142.490,71	304.628,70	143.631,44	192.300,67	334.746,79	488.859,91	2.869.430,56	3.373.000,00	
IRRF	342.676,63	230.856,93	178.184,40	129.653,09	130.565,86	161.871,77	161.699,98	417.800,92	141.490,91	196.598,77	201.710,54	272.397,53	2.565.698,33	1.938.000,00	
Outras Receitas Tributárias	470.292,09	533.923,81	386.269,32	469.349,71	505.091,96	664.938,81	968.346,28	559.073,38	532.947,73	643.280,19	860.702,27	541.464,63	7.135.690,18	7.903.435,70	
Receita de Contribuições	249.887,88	254.606,72	269.067,41	254.078,38	280.470,36	294.321,89	271.428,29	285.498,06	268.892,34	253.656,27	280.198,76	254.554,93	3.166.661,29	2.940.000,00	
Receita Patrimonial	452.875,77	350.280,71	330.222,15	330.924,04	391.892,65	381.335,26	395.147,99	366.324,04	434.066,53	397.795,23	356.283,46	327.353,73	4.514.321,56	2.565.950,00	
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	1.053.045,40	1.111.441,34	1.043.364,72	1.094.379,30	1.159.852,25	1.124.910,93	1.166.331,69	1.184.711,75	1.183.079,71	1.181.853,96	1.189.729,51	1.227.559,44	13.720.260,00	11.291.800,00	
Transferências Correntes	9.279.836,94	10.184.760,22	10.757.523,07	10.563.727,14	9.342.841,76	8.731.084,61	10.491.018,96	9.456.424,38	10.344.651,40	9.932.273,58	8.826.974,98	10.395.527,08	118.306.644,12	135.094.893,30	
Cota-Parte do FPM	1.909.833,58	2.196.069,44	2.066.884,35	2.612.477,49	1.586.867,44	1.886.444,59	2.508.515,95	2.072.440,55	1.502.543,72	1.863.362,49	1.515.285,98	1.839.398,08	23.580.143,66	26.700.000,00	
Cota-Parte do ICMS	3.196.485,05	3.120.491,03	3.906.995,29	3.190.292,29	3.819.825,13	2.724.146,23	3.335.891,54	3.043.319,06	3.271.796,54	3.231.689,68	3.491.014,25	3.611.249,05	39.943.197,14	47.600.000,00	
Cota-Parte do IPVA	482.833,42	335.319,45	282.682,86	420.421,02	555.090,48	580.634,64	620.497,45	689.733,81	633.815,19	658.065,06	633.743,54	632.199,90	6.525.068,82	7.350.000,00	
Cota-Parte do ITR	102,53	503,43	66,74	129,07	63,78	35,58	76,97	317,38	278,37	29,34	599,32	30.264,95	32.467,46	10.500,00	
Transferências da LC 87/1996	13.252,38	13.252,38	13.616,76	13.616,76	13.616,76	13.616,76	13.616,76	13.616,76	13.616,76	13.616,76	13.616,76	13.616,76	162.692,36	233.000,00	
Transferências da LC 61/1989	49.257,51	48.638,78	61.376,52	47.401,28	46.278,60	47.485,75	53.923,89	32.087,16	43.597,51	44.054,88	48.242,73	50.990,06	573.334,67	820.000,00	
Transferências do FUNDEB	1.994.333,16	2.053.568,98	2.774.144,81	2.249.350,57	2.156.744,14	2.248.108,70	2.322.858,87	2.224.926,48	2.259.533,45	2.205.756,64	2.254.293,07	2.588.523,97	27.312.142,84	28.810.595,00	
Outras Transferências Correntes	1.633.739,31	2.416.896,73	1.631.753,74	2.030.036,66	1.164.353,43	1.230.608,36	1.635.635,53	1.379.981,18	2.619.467,86	1.915.696,73	870.177,33	1.649.282,31	20.177.629,17	23.570.898,30	
Outras Receitas Correntes	476.054,67	573.392,66	374.417,50	396.131,94	489.612,46	495.112,76	548.396,52	557.280,14	500.754,68	544.899,01	738.508,50	461.076,27	6.149.637,11	7.962.500,00	
DEDUÇÕES (II)	1.130.450,01	1.143.242,10	1.270.401,47	1.257.003,55	1.085.742,47	1.169.191,96	1.281.158,47	1.195.949,68	1.093.444,49	1.162.186,20	1.140.960,15	1.236.132,58	14.165.863,13	16.542.700,00	
Contribuição para Plano de Seguridade Social do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.130.450,01	1.143.242,10	1.270.401,47	1.257.003,55	1.085.742,47	1.169.191,96	1.281.158,47	1.195.949,68	1.093.444,49	1.162.186,20	1.140.960,15	1.236.132,58	14.165.863,13	16.542.700,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	12.492.555,34	13.644.313,43	13.430.035,02	13.622.731,01	16.842.091,35	11.995.848,53	14.035.505,23	13.243.491,81	13.686.605,54	13.411.590,02	12.868.699,35	13.982.976,72	163.256.443,35	176.766.879,00	

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Gaspar, Data da emissão 28 de Novembro de 2016 e hora da emissão 02h e 38m

Pedro Celso Zuchi
 Prefeito Municipal

Carlos Alberto Peixer Vinci
 Secretário Administração e Gestão

Thiago Augusto Ianesko
 Contador - CRC PR-057715/O

RREO - (V) RESULTADO NOMINAL

MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO / 2016 <>> BIMESTRE SETEMBRO / OUTUBRO

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ Reais

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	31/Dez/2015	31/Ago/2016	31/Out/2016
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.556.246,46	5.180.234,45	4.990.383,77
DEDUÇÕES (II)	33.125.876,50	38.969.026,20	38.899.411,39
Disponibilidade de Caixa Bruta	35.676.427,33	39.251.690,38	39.181.225,50
Demais Haveres Financeiros	70.336,90	51.624,48	51.624,48
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.620.887,73	334.288,66	333.438,59
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-27.569.630,04	-33.788.791,75	-33.909.027,62
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-27.569.630,04	-33.788.791,75	-33.909.027,62

RESULTADO NOMINAL	Período de Referência	
	No Bimestre	Até o Bimestre
RESULTADO NOMINAL	-120.235,87	-6.339.397,58

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
------------------------------	-------

Meta de Resultado Nominal Fixada no Anexo de Metas Fiscais para o Exercício de Referência -14.507.577,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	31/Dez/2015	31/Ago/2016	31/Out/2016
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Gaspar, Data da emissão 28 de Novembro de 2016 e hora da emissão 02h e 39m

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Carlos Alberto Peixer Vinci
Secretário Administração e Gestão

Thiago Augusto Ianesko
Contador - CRC PR-057715/O

RREO - (VI) RESULTADO PRIMÁRIO

MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO / 2016 <<>> BIMESTRE SETEMBRO / OUTUBRO

RREO - Anexo 6 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ Reais

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	174.461.129,00	132.789.823,20	124.143.938,94
Receita Tributária	33.454.435,70	27.140.203,83	24.180.080,63
IPTU	7.630.000,00	6.362.854,13	5.748.993,04
ISS	12.610.000,00	10.366.997,39	8.888.371,81
ITBI	3.373.000,00	2.286.723,26	1.988.065,13
IRRF	1.938.000,00	1.992.164,77	1.933.064,54
Outras Receitas Tributárias	7.903.435,70	6.131.464,28	5.621.586,11
Receita de Contribuições	2.940.000,00	2.662.166,69	2.388.137,55
Receita Previdenciária	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	2.940.000,00	2.662.166,69	2.388.137,55
Receita Patrimonial Líquida	65.000,00	63.361,43	46.557,29
Receita Patrimonial	2.565.950,00	3.711.365,08	3.577.037,62
Aplicações Financeiras (-)	2.500.950,00	3.648.003,65	3.530.480,33
Transferências Correntes	118.552.193,30	86.154.358,27	81.381.564,29
FPM	21.360.000,00	15.579.376,78	15.567.309,43
ICMS	38.080.000,00	26.900.977,71	25.636.182,18
IPVA	5.880.000,00	4.566.398,17	4.538.912,14
Convênios	1.331.000,00	553.765,13	502.969,20
Outras Transferências Correntes	51.901.193,30	38.553.840,48	35.136.191,34
Demais Receitas Correntes	19.449.500,00	16.769.732,98	16.147.599,18
Dívida Ativa	4.377.600,00	1.658.953,27	3.239.334,13
Diversas Receitas Correntes	15.071.900,00	15.110.779,71	12.908.265,05
RECEITAS DE CAPITAL (II)	32.037.921,00	11.380.531,70	931.591,98
Operações de Crédito (III)	20.181.825,00	1.582.631,22	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	181.547,57
Transferências de Capital	11.856.096,00	9.797.900,48	750.044,41
Convênios	11.856.096,00	9.797.900,48	750.044,41
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	11.856.096,00	9.797.900,48	750.044,41
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	186.317.225,00	142.587.723,68	124.893.983,35

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCR. EM RESTOS A PAGAR	
		Até o Bim./2016	Até o Bim./2015	Até o Bim./2016	Até o Bim./2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	164.430.055,18	128.972.213,03	124.047.397,66	117.960.585,70	110.553.360,82	11.011.627,33	2.002.033,39
Pessoal e Encargos Sociais	93.303.654,61	68.972.373,73	63.578.343,31	68.537.400,04	63.410.783,97	434.973,69	8.232,70
Juros e Encargos da Dívida (IX)	123.500,00	16.181,91	94.109,76	15.106,81	85.954,13	1.075,10	0,00
Outras de Despesas Correntes	71.002.900,57	59.983.657,39	60.374.944,59	49.408.078,85	47.056.622,72	10.575.578,54	1.993.800,69
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	164.306.555,18	128.956.031,12	123.953.287,90	117.945.478,89	110.467.406,69	11.010.552,23	2.002.033,39
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	81.715.575,22	44.842.336,02	32.411.931,30	25.758.135,15	10.535.824,62	19.084.200,87	3.705.915,48
Investimentos	81.035.575,22	44.447.827,58	31.879.976,71	25.392.071,15	10.036.448,04	19.055.756,43	3.705.915,48
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	680.000,00	394.508,44	531.954,59	366.064,00	499.376,58	28.444,44	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	81.035.575,22	44.447.827,58	31.879.976,71	25.392.071,15	10.036.448,04	19.055.756,43	3.705.915,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	144.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	245.486.630,40	173.403.858,70	155.833.264,61	143.337.550,04	120.503.854,73	30.066.308,66	5.707.948,87
RESULTADO PRIMÁRIO (VII + XVIII)	-59.169.405,40	-30.816.135,02	-30.939.281,26	-749.826,36	4.390.128,62	-30.066.308,66	-5.707.948,87
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	17.517.238,54	16.057.166,43	17.517.238,54	16.057.166,43	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
------------------------------	----------------

Meta de Resultado Primário Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de Referência

-18.463.191,00

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Gaspar, Data da emissão 28 de Novembro de 2016 e hora da emissão 02h e 40m

Pedro Celso Zuchi
 Prefeito Municipal

Carlos Alberto Peixer Vinci
 Secretário Administração e Gestão

Thiago Augusto Ianesko
 Contador - CRC PR-057715/O

RREO - (VII) RESTOS A PAGAR - PODER E ORGAO



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO A OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, Art. 53, inciso V)

Reais

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROC. E NÃO PROC. LIQUID. EM EXERC. ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidadados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015					
Restos a Pagar (Exceto Intra-orçamentários) (I)	38.000,45	2.573.755,55	2.277.467,34	850,07	333.438,59	262.019,41	5.707.948,87	5.010.203,22	5.010.203,22	727.547,68	232.217,38	565.655,97
Executivo	38.000,45	2.573.755,55	2.277.467,34	850,07	333.438,59	262.019,41	5.707.948,87	5.010.203,22	5.010.203,22	727.547,68	232.217,38	565.655,97
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	26.760,33	26.760,33	0,00	0,00	0,00	124.158,89	24.262,32	24.262,32	99.896,57	0,00	-0,00
FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	70.614,94	70.614,94	0,00	0,00	0,00	155.086,14	138.971,17	138.971,17	16.114,97	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12.045,40	1.110.758,91	871.456,87	0,00	251.347,44	18.206,60	243.493,92	179.658,25	179.658,25	64.304,89	17.737,38	268.084,82
GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	18.748,80	44.055,26	44.055,26	0,00	18.748,80	0,00	145.975,73	141.308,35	141.308,35	4.667,38	0,00	18.748,80
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	16.443,64	16.443,64	0,00	0,00	0,00	7.090,59	6.878,45	6.878,45	212,14	0,00	0,00
SEC.MUNIC.DE PLANEJ.E DESENVOLVIMENTO	0,00	108.897,30	50.032,23	0,00	58.865,07	0,00	671.252,41	409.249,82	409.249,82	249.487,49	12.515,10	71.380,17
SECR. MUNIC. DE ADMINISTR. E FINANÇAS	0,00	238.616,74	238.616,74	0,00	0,00	14.408,34	343.671,12	257.072,15	257.072,15	9.058,48	91.948,83	91.948,83
SECR. MUNIC. DE TRANSPORTES E OBRAS	0,00	564.479,89	564.236,79	0,00	243,10	0,00	2.871.048,94	2.683.051,09	2.683.051,09	176.799,85	11.196,00	11.441,10
SECR.MUNIC.DE TURISMO, INDE COMERCIO	0,00	9.018,50	8.990,50	0,00	28,00	0,00	23.591,65	23.591,65	23.591,65	0,00	0,00	28,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	19.107,73	19.107,73	0,00	0,00	0,00	41.915,71	35.644,18	35.644,18	6.271,53	0,00	-0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	850,07	341.964,61	341.964,61	850,07	0,00	36.940,62	887.651,44	801.004,41	801.004,41	82.854,46	40.733,19	40.733,19
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	2.150,00	0,00	2.150,00	0,00	0,00	192.463,85	0,00	116.499,05	116.499,05	17.879,92	58.084,88	58.084,88
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDUSTRIA E COMERCIO	4.206,18	0,00	0,00	0,00	4.206,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.206,18
SERV.AUT.MUNIC.AGUA E ESGOTO - SAMAE	0,00	23.037,70	23.037,70	0,00	0,00	0,00	193.012,33	193.012,33	193.012,33	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar (Intra-orçamentários) (II)	0,00	9.131,73	9.131,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	38.000,45	2.582.887,28	2.286.599,07	850,07	333.438,59	262.019,41	5.707.948,87	5.010.203,22	5.010.203,22	727.547,68	232.217,38	565.655,97

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROC. E NÃO PROC. LIQUID. EM EXERC. ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos			Cancelados	Pagos	Saldo (a)	Inscritos		Cancelados	Saldo (b)	
	Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015	Exercícios Anteriores				Em 31 de dezembro de 2015				
Restos a Pagar Intra-orçamentários	0,00	9.131,73	9.131,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Executivo	0,00	9.131,73	9.131,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	1.563,15	1.563,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua (1/2)



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO A OUTUBRO

Continuação (2/2)

RREO - Anexo 7 (LRF, Art. 53, inciso V)

Reais

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROC. E NÃO PROC. LIQUID. EM EXERC. ANTERIORES				RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)		
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidadados	Pagos		Cancelados	Saldo (b)
	Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015					
FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	200,39	200,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	1.343,51	1.343,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SEC.MUNIC.DE PLANEJ.E DESENVOLVIMENTO	0,00	83,83	83,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECR. MUNIC. DE ADMINISTR. E FINANÇAS	0,00	260,08	260,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECR. MUNIC. DE TRANSPORTES E OBRAS	0,00	397,06	397,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECR.MUNIC.DE TURISMO, IND.E COMÉRCIO	0,00	54,86	54,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	84,60	84,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	5.144,25	5.144,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL Intra-orçamentários	0,00	9.131,73	9.131,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Fonte: Sistema Thema/GFP; Unidade Responsável: Prefeitura Municipal de Gaspar; Data da emissão: 28 de Novembro de 2016 e hora da emissão: 02h e 43m

Pedro Celso Zuchi
 Prefeito Municipal

Carlos Alberto Peixer Vinci
 Secretário Administração e Gestão

Thiago Augusto Ianesko
 Contador - CRC PR-057715/O

RREO - (VIII) MANUTENÇÃO RECEITAS E DESPESAS ENSINO - MDE

MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

R\$ Reais

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art.212 da CF)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = ((b/a) x 100)
1 - RECEITAS DE IMPOSTOS	28.965.900,00	28.965.900,00	22.468.673,56	77,57%
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	10.777.000,00	10.777.000,00	7.515.792,93	69,74%
1.1.1 - IPTU	7.630.000,00	7.630.000,00	6.365.775,88	83,43%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	34.000,00	34.000,00	17.446,04	51,31%
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	2.048.000,00	2.048.000,00	701.886,70	34,27%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.065.000,00	1.065.000,00	433.606,06	40,71%
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	-2.921,75	100,00%
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	3.373.000,00	3.373.000,00	2.295.572,33	68,06%
1.2.1 - ITBI	3.373.000,00	3.373.000,00	2.286.723,26	67,79%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	5.173,42	100,00%
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	3.385,98	100,00%
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	289,67	100,00%
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	12.877.900,00	12.877.900,00	10.665.143,53	82,82%
1.3.1 - ISS	12.610.000,00	12.610.000,00	10.366.997,39	82,21%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	81.400,00	81.400,00	95.366,36	117,16%
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	157.000,00	157.000,00	151.065,23	96,22%
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	29.500,00	29.500,00	51.714,55	175,30%
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.938.000,00	1.938.000,00	1.992.164,77	102,79%
1.4.1 - IRRF	1.938.000,00	1.938.000,00	1.992.164,77	102,79%
1.4.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.4.3 - Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.4.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.4.5 - (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	82.713.500,00	82.713.500,00	59.460.932,51	71,89%
2.1 - Cota-Parte FPM	26.700.000,00	26.700.000,00	19.474.220,64	72,94%
2.1.1 - Parcela Referente à CF, art.159, I, alínea b	26.700.000,00	26.700.000,00	19.474.220,64	72,94%
2.1.2 - Parcela Referente à CF, art.159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.1.3 - Parcela Referente à CF, art.159, I, alínea e	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.2 - Cota-Parte ICMS	47.600.000,00	47.600.000,00	33.626.221,06	70,64%
2.3 - ICMS - Desoneração - LC 87/1996	233.000,00	233.000,00	136.187,60	58,45%
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	820.000,00	820.000,00	475.438,38	57,98%
2.5 - Cota-Parte ITR	10.500,00	10.500,00	40.884,81	389,38%
2.6 - Cota-Parte IPVA	7.350.000,00	7.350.000,00	5.707.980,02	77,66%
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00%
3 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	111.679.400,00	111.679.400,00	81.929.606,07	73,36%
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = ((b/a) x 100)
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00%
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.930.000,00	2.930.000,00	2.674.000,37	91,26%
5.1 - Transferências do Salário-Educação	2.670.000,00	2.670.000,00	2.393.144,98	89,63%
5.2 - Transferências Diretas PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00%
5.3 - Transferências Diretas PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00%
5.4 - Transferências Diretas PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00%
5.5 - Outras Transferências do FNDE	260.000,00	260.000,00	280.855,39	108,02%
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00%
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.450.000,00	1.450.000,00	514.542,42	35,49%
6.1 - Transferências de Convênios	1.450.000,00	1.450.000,00	514.542,42	35,49%
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00%
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00%
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00%
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	4.380.000,00	4.380.000,00	3.188.542,79	72,80%

Continua (1/3)



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação (2/3)

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

R\$ Reais

FUNDEB							
RECEITAS DO FUNDEB	Previsão Inicial		Previsão Atualizada (a)		Receitas Realizadas		
					Até o Bimestre (b)	% (c) = ((b/a) x 100)	
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	16.542.700,00		16.542.700,00		11.892.186,50	71,89%	
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB (20% de 2.1.1)	5.340.000,00		5.340.000,00		3.894.844,13	72,94%	
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB (20% de 2.2)	9.520.000,00		9.520.000,00		6.725.244,21	70,64%	
10.3 - ICMS - Desoneração Destinada ao FUNDEB (20% de 2.3)	46.600,00		46.600,00		27.237,52	58,45%	
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB (20% de 2.4)	164.000,00		164.000,00		95.087,68	57,98%	
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB (20% de 1.5 + 2.5)	2.100,00		2.100,00		8.176,96	389,38%	
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB (20% de 2.6)	1.470.000,00		1.470.000,00		1.141.596,00	77,66%	
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	28.810.585,00		28.810.585,00		23.264.240,70	80,75%	
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	28.810.585,00		28.810.585,00		23.264.240,70	80,75%	
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00		0,00		0,00	0,00%	
11.3 - Receita de Aplicação Financeira do Recursos do FUNDEB	0,00		0,00		0,00	0,00%	
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	12.267.885,00		12.267.885,00		11.372.054,20	92,70%	
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	0,00		0,00		11.372.054,20	100,00%	
DEPESAS DO FUNDEB	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = ((e/d) x 100)	Até o Bimestre (g)	% (h) = ((g/d) x 100)	
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	26.128.455,00	25.811.685,44	19.102.108,08	74,01%	19.102.108,08	74,01%	0,00
13.1 - Com Educação Infantil	11.212.155,00	11.353.885,86	8.609.037,00	75,82%	8.609.037,00	75,82%	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	14.916.300,00	14.457.799,58	10.493.071,08	72,58%	10.493.071,08	72,58%	0,00
14 - OUTRAS DESPESAS	2.682.130,00	3.086.637,74	2.337.736,54	75,74%	2.336.573,70	75,70%	1.162,84
14.1 - Com Educação Infantil	1.496.250,00	1.554.519,14	1.208.431,95	77,74%	1.208.431,95	77,74%	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	1.185.880,00	1.532.118,60	1.129.304,59	73,71%	1.128.141,75	73,63%	1.162,84
15 - TOTAL DAS DESPESA DO FUNDEB (13 + 14)	28.810.585,00	28.898.323,18	21.439.844,62	74,19%	21.438.681,78	74,19%	1.162,84
DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB							Valor
16 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							0,00
16.1 - FUNDEB 60%							0,00
16.2 - FUNDEB 40%							0,00
17 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							87.738,18
17.1 - FUNDEB 60%							77.864,08
17.2 - FUNDEB 40%							9.874,10
18 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							87.738,18
INDICADORES DO FUNDEB							Valor
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							21.350.943,60
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) * 100)%							81,77%
19.2 - Mínimo de 40% em despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) * 100)%							10,00%
19.3 - Máximo de 5% não aplicado no exercício (100 - (19.1 - 19.2))%							8,22%
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							Valor
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016							0,00
MANUTENÇÃO E DESENV. DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Previsão Inicial		Previsão Atualizada (a)		Receitas Realizadas		
					Até o Bimestre (b)	% (c) = ((b/a) x 100)	
22 - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)	27.919.850,00		27.919.850,00		20.482.401,52	73,36%	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = ((e/d) x 100)	Até o Bimestre (g)	% (h) = ((g/d) x 100)	
23 - EDUCAÇÃO INFANTIL	19.305.166,00	17.767.166,00	13.441.055,80	75,65%	13.306.440,34	74,89%	134.615,46
23.1 - Creches	9.652.583,00	8.883.583,00	6.720.527,90	75,65%	6.653.220,17	74,89%	67.307,73
23.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	6.354.202,50	6.454.202,50	4.908.734,47	76,05%	4.908.734,47	76,05%	0,00
23.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.298.380,50	2.429.380,50	1.811.793,43	74,58%	1.744.485,70	71,81%	67.307,73
23.2 - Pré-escola	9.652.583,00	8.883.583,00	6.720.527,90	75,65%	6.653.220,17	74,89%	67.307,73
23.2.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	6.354.202,50	6.454.202,50	4.908.734,47	76,05%	4.908.734,47	76,05%	0,00
23.2.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.298.380,50	2.429.380,50	1.811.793,43	74,58%	1.744.485,70	71,81%	67.307,73
24 - ENSINO FUNDAMENTAL	25.037.620,00	24.925.358,18	18.557.521,26	74,45%	18.267.190,06	73,29%	290.331,20
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	16.102.180,00	15.989.918,18	11.622.375,67	72,69%	11.621.212,83	72,68%	1.162,84
24.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	8.935.440,00	8.935.440,00	6.935.145,59	77,61%	6.645.977,23	74,38%	289.168,36
25 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
26 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
27 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
28 - OUTRAS	870.000,00	870.000,00	741.755,89	85,26%	647.790,65	74,46%	93.965,24
29 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	45.212.786,00	43.562.524,18	32.740.332,95	75,16%	32.221.421,05	73,97%	518.911,90

Continua (2/3)



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação (3/3)

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

R\$ Reais

MANUTENÇÃO E DESENV. DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
30 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (12)	11.372.054,20
31 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32 - RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE (50 h)	0,00
33 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
34 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
36 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO (46 g)	62.111,52
37 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	11.434.165,72
38 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - 37)	20.139.464,68
39 - MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38 / 3) * 100) %	24,58%

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Orçamento	Dotação Atualizada (g)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = ((e/d) x 100)	Até o Bimestre (g)	% (h) = ((g/d) x 100)	
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
41 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.670.000,00	3.722.887,70	2.646.977,95	71,10%	1.775.945,26	47,70%	871.032,69
42 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
43 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
44 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.670.000,00	3.722.887,70	2.646.977,95	71,10%	1.775.945,26	47,70%	871.032,69
45 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	47.882.786,00	47.285.411,88	35.387.310,90	74,84%	33.997.366,31	71,90%	1.389.944,59
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						Saldo Até o Bimestre	Cancelado em 2016 (i)
46 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE						19.676,09	62.111,52
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino						19.676,09	62.111,52
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB						0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	Valor
47 - SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	87.738,18
48 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	23.264.240,70
49 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	20.894.612,20
49.1 - Orçamento do Exercício	20.894.612,20
49.2 - Restos a Pagar	0,00
50 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00
51 - (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	3.223.366,70

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Gaspar, Data da emissão 28 de Novembro de 2016 e hora da emissão 02h e 45m

Pedro Celso Zuchi
 Prefeito Municipal

Carlos Alberto Peixer Vinci
 Secretário Administração e Gestão

Thiago Augusto Ianesko
 Contador - CRC PR-057715/O

RREO - (XII) RECEITAS E DESPESAS - SERVICOS PUBLICOS DA SAUDE

MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Reais

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas	
			Até o bimestre (b)	% ((b/a) x 100)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	28.965.900,00	28.965.900,00	22.468.673,56	77,57%
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	7.630.000,00	7.630.000,00	6.362.854,13	83,39%
Imposto Sobre a Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	3.373.000,00	3.373.000,00	2.286.723,26	67,79%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	12.610.000,00	12.610.000,00	10.366.997,39	82,21%
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.938.000,00	1.938.000,00	1.992.164,77	102,79%
Imposto Territorial Urbano - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	115.400,00	115.400,00	117.985,82	102,24%
Dívida Ativa dos Impostos	2.205.000,00	2.205.000,00	856.337,91	38,84%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa dos Impostos	1.094.500,00	1.094.500,00	485.610,28	44,37%
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	82.713.500,00	82.713.500,00	59.460.932,51	71,89%
Cota-Parte FPM	26.700.000,00	26.700.000,00	19.474.220,64	72,94%
Cota-Parte ITR	10.500,00	10.500,00	40.884,81	389,38%
Cota-Parte IPVA	7.350.000,00	7.350.000,00	5.707.980,02	77,66%
Cota-Parte ICMS	47.600.000,00	47.600.000,00	33.626.221,06	70,64%
Cota-Parte IPI-Exportação	820.000,00	820.000,00	475.438,38	57,98%
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	233.000,00	233.000,00	136.187,60	58,45%
	233.000,00	233.000,00	136.187,60	58,45%
	0,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = (I+II)	111.679.400,00	111.679.400,00	81.929.606,07	73,36%

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	Previsão inicial	Previsão atualizada (c)	Receitas realizadas	
			Até o bimestre (d)	% ((d/c) x 100)
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	17.404.656,30	17.404.656,30	11.137.144,95	63,99%
Provenientes da União	16.710.765,62	16.710.765,62	10.594.504,62	63,40%
Provenientes dos Estados	693.890,68	693.890,68	542.640,33	78,20%
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00%
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00%
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	17.404.656,30	17.404.656,30	11.137.144,95	63,99%

DESPESAS COM SAÚDE	Dotação inicial	Dotação atualizada (e)	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
			Até o bimestre (f)	% ((f/e) x 100)	Até o bimestre (g)	% ((g/e) x 100)	
DESPESAS CORRENTES	35.740.744,00	37.385.744,00	29.899.821,23	79,98%	27.550.687,57	73,69%	2.349.133,66
Pessoal e Encargos Sociais	19.941.181,19	21.316.181,19	14.900.468,19	69,90%	14.892.921,41	69,87%	7.546,78
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Outras Despesas Correntes	15.799.562,81	16.069.562,81	14.999.353,04	93,34%	12.657.766,16	78,77%	2.341.586,88
DESPESAS DE CAPITAL	2.201.000,00	2.401.000,00	1.972.465,87	89,62%	1.459.347,20	60,78%	513.118,67
Investimentos	2.201.000,00	2.401.000,00	1.972.465,87	89,62%	1.459.347,20	60,78%	513.118,67
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	37.941.744,00	39.786.744,00	31.872.287,10	80,11%	29.010.034,77	72,91%	2.862.252,33

Continua (1/2)



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016

Continuação (2/2)

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Reais

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
			Até o bimestre (h)	% ((h/IVf) x 100)	Até o bimestre (i)	% ((i/IVg) x 100)	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	58.763,66	0,18%	58.763,66	0,20%	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	16.539.656,30	16.884.656,30	12.745.308,46	39,99%	10.692.850,20	36,86%	2.052.458,26
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	16.539.656,30	16.884.656,30	12.745.308,46	39,99%	10.692.850,20	36,86%	2.052.458,26
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	16.539.656,30	16.884.656,30	12.804.072,12	40,17%	10.751.613,86	37,06%	2.052.458,26
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	21.402.087,70	22.902.087,70	19.068.214,98	59,83%	18.258.420,91	62,94%	809.794,07
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%							22,29%
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - ((15 x IIIb)/100)]							5.968.980,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	Inscritos	Cancelados/ prescritos	Pagos	A pagar	Parcela considerada no limite
Inscritos em 2015	1.355.596,34	59.474,89	1.052.458,63	243.662,82	243.493,92
Inscritos em 2014	1.160.813,62	114.331,24	1.045.940,78	541,60	682.573,57
Inscritos em 2013	1.392.458,03	94.740,55	1.297.717,48	0,00	1.051.323,59
Inscritos em 2012	27.000,40	2.180,00	0,00	24.820,40	15.015,00
Total	3.935.868,39	270.726,68	3.396.116,89	269.024,82	1.992.406,08

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE - ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo final (não aplicado)
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 e 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo final (não aplicado)
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
			Até o bimestre (l)	% ((l/total l) x 100)	Até o bimestre (m)	% ((m/total m) x 100)	
Atenção Básica	24.183.078,49	25.883.078,49	20.724.149,66	65,02%	19.759.167,12	68,11%	964.982,54
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	13.201.985,51	13.251.985,51	10.611.693,06	33,29%	8.768.028,31	30,22%	1.843.664,75
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Vigilância Sanitária	409.675,00	409.675,00	351.782,56	1,10%	322.615,02	1,11%	29.167,54
Vigilância Epidemiológica	147.005,00	242.005,00	184.661,82	0,58%	160.224,32	0,55%	24.437,50
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Outras subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
TOTAL	37.941.744,00	39.786.744,00	31.872.287,10	80,11%	29.010.034,77	72,91%	2.862.252,33

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Gaspar, Data da emissão 28 de Novembro de 2016 e hora da emissão 02h e 46m

Pedro Celso Zuchi
 Prefeito Municipal

Carlos Alberto Peixer Vinci
 Secretário Administração e Gestão

Thiago Augusto Ianesko
 Contador - CRC PR-057715/O

RREO - (XIV) DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO - RREO

MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016

LRF, Art. 48 - Anexo 14

Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No bimestre	Até o bimestre
----------------------	-------------	----------------

RECEITAS

Previsão Inicial		209.000.000,00
Previsão Atualizada		209.000.000,00
Receitas Realizadas	27.902.880,00	148.604.270,15
Déficit Orçamentário		0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		17.517.238,54

DESPESAS

Dotação Inicial		209.000.000,00
Créditos Adicionais		37.290.130,40
Dotação Atualizada		246.290.130,40
Despesas Empenhadas	23.807.039,91	173.814.549,05
Despesas Liquidadas	28.359.515,90	143.718.720,85
Despesas Pagas	28.043.361,53	138.729.804,13
Superávit Orçamentário		4.885.549,30

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No bimestre	Até o bimestre
-------------------------------	-------------	----------------

Despesas Empenhadas	23.807.039,91	173.814.549,05
Despesas Liquidadas	28.359.515,90	143.718.720,85

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o bimestre
--------------------------------	----------------

Receita Corrente Líquida	163.256.443,35
--------------------------	----------------

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No bimestre	Até o bimestre
--	-------------	----------------

Regime Geral de Previdência Social

Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	
Resultado Previdenciário (III) = (I-II)	

Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV-V)	0,00	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no AMF da LDO (a)	Resultado apurado até o bimestre (b)	% em relação à meta (b/a)
-------------------------------	-------------------------------	--------------------------------------	---------------------------

Resultado Nominal	-14.507.577,00	-6.339.397,58	43,70%
Resultado Primário	-18.463.191,00	-749.826,36	4,06%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a pagar
---	-----------	-----------------------------	--------------------------	---------------

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.620.887,73	850,07	2.286.599,07	333.438,59
Executivo	2.620.887,73	850,07	2.286.599,07	333.438,59
Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	5.969.968,28	727.547,68	5.010.203,22	232.217,38
Executivo	5.969.968,28	727.547,68	5.010.203,22	232.217,38
Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL	8.590.856,01	728.397,75	7.296.802,29	565.655,97
--------------	--------------	------------	--------------	------------

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% mínimo a aplicar no exercício	% aplicado até o bimestre

Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	20.139.464,68	25,00%	24,58%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remun.do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	19.024.244,00	60,00%	81,77%

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo não realizado
--	------------------------------	---------------------

Receitas de Operações de Crédito	1.582.631,22	18.599.193,78
----------------------------------	--------------	---------------

Continua (1/2)



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016

Continuação (2/2)

LRF, Art. 48 - Anexo 14

Reais

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo não realizado
--	------------------------------	---------------------

Despesa de Capital Líquida 25.758.135,15 36.873.239,20

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício 2015	10º Exercício 2024	20º Exercício 2034	35º Exercício 2049
--	----------------	--------------------	--------------------	--------------------

Regime Geral de Previdência Social

Receitas Previdenciárias (I)

Despesas Previdenciárias (II)

Resultado Previdenciário (III = II-I)

Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Receitas Previdenciárias (IV)

Despesas Previdenciárias (V)

Resultado Previdenciário (VI = IV-V)

Receitas Previdenciárias (VII)

Despesas Previdenciárias (VIII)

Resultado Previdenciário (IX = VII-VIII)

0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo não realizado
---	------------------------------	---------------------

Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos 18.999,89 -18.999,89

Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos 0,00 0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% mínimo a aplicar no exercício	% aplicado até o bimestre

Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde 18.258.420,91 15,00% 22,29%

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
---	-------------------------------------

Total das Despesas/RCL (%) 0,00%

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Gaspar, Data da emissão 28 de Novembro de 2016 e hora da emissão 02h e 48m

Pedro Celso Zuchi
 Prefeito Municipal

Carlos Alberto Peixer Vinci
 Secretário Administração e Gestão

Thiago Augusto Ianesko
 Contador - CRC PR-057715/O

SAMAE - GASPAR**PORTARIA N. 104 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016**

PORTARIA Nº. 104, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

DETERMINA a instauração de procedimento administrativo para apurar a responsabilidade de VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS LTDA. – empresa licitante.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.146, de 15 de outubro de 2009 e com fundamento na Lei nº. 8.666/93, considerando as informações constantes no Memorando Interno oriundo do Departamento de Compras datado de 08 de novembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurado procedimento administrativo para apurar as informações descritas no Memorando Interno datado de 08 de novembro de 2016, subscrito pela Diretora de Compras Ana Paula B. Luchtenberg, do SAMAE.

Pela leitura daquele memorando, extrai-se que a empresa VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS LTDA., vencedora no Pregão Presencial autuado sob nº 31/2016, não deu cumprimento ao disposto no Contrato nº 34/2016, daquele pregão, apesar de se ter concedido prazo para e devida entrega do objeto (veículos).

Art. 2º. O procedimento administrativo será conduzido pela Comissão Permanente nomeada através da Portaria nº. 46/2013, datada de 10 de setembro de 2013, a qual é composta pelos seguintes servidores: i) Gisele de Souza Bonin, ocupante do cargo de provimento efetivo de telefonista; ii) Ivan Sandro Bruke, ocupante do cargo de provimento efetivo de leiturista; e iii) Giovane Ribeiro, ocupante do cargo de provimento efetivo de operador de ETA, para sob a presidência da primeira.

Art. 3º. O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º. Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como, para composição do relatório final.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de novembro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor-Presidente

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2016 - SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2016

Aos vinte e nove dias do mês novembro do ano de 2016, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 54/2016, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 29/11/2016. RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s), nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de

Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

Objeto: A presente Ata tem por objeto o registro de preços visando a aquisição de materiais de expediente, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 54/2016. FORNECEDORES/ITENS/VALOR TOTAL

BOZZANO E BOZZANO LTDA. (85.323.392/0001-82), item: 24
Valor total registrado do licitante: R\$ 110,00 (cento e dez reais).

DISTRIBUIDORA POÇO GRANDE LTDA. (25.289.972/0001-79), itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 13, 14, 16, 18, 19, 21, 25, 26, 27, 28 e 29.

Valor total do licitante: R\$ 10.084,18 (dez mil oitenta e quatro reais e dezoito centavos).

RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME. (21.304.312/0001-69), itens: 11, 12, 15, 17, 20 e 23

Valor total do licitante: R\$ 1.094,41 (hum mil noventa e quatro reais e quarenta e um centavos).

Valor total registrado da licitação: R\$ 11.288,59 (onze mil duzentos e oitenta e oito reais e cinquenta e nove centavos).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA : A presente Ata vigorará a partir de sua assinatura pelo período de 12 (doze) meses

ENTREGA: Após efetuada sua solicitação, os objetos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, no seguinte local: Na sede do SAMAE, sito na Rua: João Vieira, nº. 189 - Bairro: Santa Terezinha, Gaspar/SC.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pela Diretora de Compras e/ou pelo Almojarife e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

O inteiro teor desta Ata encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 29 de novembro de 2016.

COMISSÃO:

IVONETE MAIS DOS SANTOS – Pregoeira

MARLENE CAMPOS DA SILVA – Equipe de Apoio

RICARDO MELATO - Equipe de Apoio

Governador Celso Ramos

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 10/2016

PORTARIA Nº 10/2016

MARCOS HENRIQUE DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais que lhes conferidas pelo artigo 13, inciso III alínea "a", do regimento interno e considerando o disposto no artigo 35 da Lei 1086/16,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a comissão de ENQUADRAMENTO dos servidores detentores de cargos efetivos do Quadro de Pessoal desta Câmara Municipal a nova TABELA DE VENCIMENTOS do PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, conforme segue:

HUGO ALVES FILHO	Agente Administrativo II – Servidor de cargo efetivo da Prefeitura Municipal á disposição desta Câmara Municipal e responsável pela elaboração da folha de pagamento.
ZELIO MAURICIO KOERICH	Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais
IVO JOÃO SIQUEIRA NETO	Assessor Jurídico Poder Legislativo
AILSON JANDIR PORTO	Diretor de Administração e responsável pelo calculo da folha pagamento do SAMAE
RAFAEL VANDO COSTA	Diretor Administrativo da Mesa Diretora da Câmara Municipal

Art.2º - A Tabela a que se refere o artigo anterior tem sua vigência a partir de 01.11.2016 conforme disposto no art.30 da lei 1086/2016.

Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 28 de Novembro de 2016.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA

Presidente

PORTARIA Nº 11/2016

PORTARIA Nº 11/2016

MARCOS HENRIQUE DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais que lhes conferidas pelo artigo 13, inciso III alínea "a", do regimento interno e as Leis 1085/16 e 1086/16 e demais vigentes:

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o enquadramento individual dos servidores de cargos de provimento efetivo desta Câmara Municipal no novo plano de cargos e vencimentos.

Art. 2º - O enquadramento de que trata o artigo anterior tem fulcro nas leis 1085/16 (Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do Município de Governador Celso Ramos, e dá outras providências) em seus artigos e mais especificamente no art.1º, §1º e art.335 e na lei 1086/2016 (Reestrutura o plano de cargos e vencimento dos servidores públicos Municipais e do SAMAE, excluídos os profissionais do magistério e dá outras providências) em seus artigos e mais especificamente os artigos 1º, 30º e 31º.

Art. 3º - A lista nominal dos servidores que tem seu enquadramento reconhecido (art.34 da lei 1086) consta do anexo, a qual fica fazendo parte integrante desta Portaria.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo sua vigência a partir de 01.11.2016.

Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 29 de Novembro de 2016.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA

Presidente

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 071/2016 - ORÇAMENTO

FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE GRÃO PARA - FAMGP Santa Catarina

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000071/16 de 28 de Novembro de 2016

O SUPERINTENDENTE DA FAMGP DE Grão Pará no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Grão Pará e autorização contida na Lei Municipal nº 002026/15 de 17 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

18 - FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ - FAMGP
18.01 - MANUTENÇÃO DA FAMGP

(002)3.3.90.00.00.00.00.00.2.050-0177 - Aplicacoes Diretas 2.000,00

Total Suplementação: 2.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

18 - FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ - FAMGP
18.01 - MANUTENÇÃO DA FAMGP

(001)3.1.90.00.00.00.00.00.2.050-0177 - Aplicacoes Diretas 2.000,00

Total Anulação: 2.000,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 28 de Novembro de 2016.

ALEXANDRE BONIN BAGGIO
Superintendente da FAMGP

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 28 de Novembro de 2016.

AMILTON ASCARI
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO DF 072/2016 - ORÇAMENTO

DECRETO Nº 000072/16 de 28 de Novembro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002026/15 de 17 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
03.01 - DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

(005)3.3.50.00.00.00.00.00.2.003-0000 - Transferencias a Instituições Privadas sem Fins Lu 10.000,00

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(070)3.1.90.00.00.00.00.00.2.014-0019 - Aplicacoes Diretas 17.000,00 (072)3.3.90.00.00.00.00.00.2.014-0001 - Aplicacoes Diretas 2.000,00 (073)3.3.90.00.00.00.00.00.2.014-0019 - Aplicacoes Diretas 5.500,00 (080)3.1.90.00.00.00.00.00.2.015-0019 - Aplicacoes Diretas 5.000,00 (083)3.3.90.00.00.00.00.00.2.015-0019 - Aplicacoes Diretas 2.000,00 (108)3.1.90.00.00.00.00.00.2.022-0018 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

(181)3.3.90.00.00.00.00.00.2.044-0000 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

Total Suplementação: 51.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
03.01 - DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

(006)3.3.90.00.00.00.00.00.2.003-0000 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DECRETO Nº 000072/16 de 28 de Novembro de 2016

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

(180)3.1.90.00.00.00.00.00.2.044-0000 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

Total Anulação: 51.500,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 28 de Novembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 28 de Novembro de 2016.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000072/16 de 28 de Novembro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002026/15 de 17 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

03.01 - DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

(005)3.3.50.00.00.00.00.00.2.003-0000 - Transferencias a Instituições Privadas sem Fins Lu 10.000,00

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(070)3.1.90.00.00.00.00.00.2.014-0019 - Aplicacoes Diretas 17.000,00 (072)3.3.90.00.00.00.00.00.2.014-0001 - Aplicacoes Diretas 2.000,00 (073)3.3.90.00.00.00.00.00.2.014-0019 - Aplicacoes Diretas 5.500,00 (080)3.1.90.00.00.00.00.00.2.015-0019 - Aplicacoes Diretas 5.000,00 (083)3.3.90.00.00.00.00.00.2.015-0019 - Aplicacoes Diretas 2.000,00 (108)3.1.90.00.00.00.00.00.2.022-0018 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

(181)3.3.90.00.00.00.00.00.2.044-0000 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

Total Suplementação: 51.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

03.01 - DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

(006)3.3.90.00.00.00.00.00.2.003-0000 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DECRETO Nº 000072/16 de 28 de Novembro de 2016

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

(180)3.1.90.00.00.00.00.00.2.044-0000 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

Total Anulação: 51.500,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 28 de Novembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 28 de Novembro de 2016.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000072/16 de 28 de Novembro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002026/15 de 17 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

03.01 - DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

(005)3.3.50.00.00.00.00.00.2.003-0000 - Transferencias a Instituições Privadas sem Fins Lu 10.000,00

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(070)3.1.90.00.00.00.00.00.2.014-0019 - Aplicacoes Diretas 17.000,00 (072)3.3.90.00.00.00.00.00.2.014-0001 - Aplicacoes Diretas 2.000,00 (073)3.3.90.00.00.00.00.00.2.014-0019 - Aplicacoes Diretas 5.500,00 (080)3.1.90.00.00.00.00.00.2.015-0019 - Aplicacoes Diretas 5.000,00 (083)3.3.90.00.00.00.00.00.2.015-0019 - Aplicacoes Diretas 2.000,00 (108)3.1.90.00.00.00.00.00.2.022-0018 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

(181)3.3.90.00.00.00.00.00.2.044-0000 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

Total Suplementação: 51.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

03.01 - DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

(006)3.3.90.00.00.00.00.00.2.003-0000 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DECRETO Nº 000072/16 de 28 de Novembro de 2016

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

(180)3.1.90.00.00.00.00.00.2.044-0000 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

Total Anulação: 51.500,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 28 de Novembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 28 de Novembro de 2016.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO DF 073/2016 - ORÇAMENTO

DECRETO DF N. 73, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 2026, de 17 de dezembro de 2015,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.01	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTA		
2.016	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – ENSINO INFANTIL		
3.3.90.00.00.00.00.00.0019 -	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
0019	Fundeb 40%	R\$	15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 28 de novembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 28 de novembro de 2016.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DESBLOQUEIO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHOS N. 006/2016

DESBLOQUEIO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHOS N. 006/2016

Amilton Ascari, chefe do Poder Executivo Municipal, determina que o Setor de Contabilidade efetue o desbloqueio de limitação de empenhos da seguinte dotação orçamentária, nos termos do Decreto Municipal n.º 19/2016:

14.00	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS		
14.02	DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA		
2.034	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA		
3.3.90.00.00.00.00.00.0151	Aplicações Diretas	R\$	13.580,67

Justificativa: Ingresso de receitas que permitem a realização de novos empenhos.

Grão-Pará, 29 de novembro de 2016

AMILTON ASCARI

Prefeito

LEI MUNICIPAL Nº 2.053/2016

LEI MUNICIPAL Nº 2.053/2016

(De 29 de novembro de 2016)

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA À FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ - FAMGP, E dá outras providências"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder Subvenção Econômica à Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ/ MF sob o nº 23.311.650/0001-53, estabelecida na Rua Aderbal Ramos da Silva, nº 01, Município de Grão-Pará/SC, no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para cobertura de déficit financeiro, com despesas a serem fixadas no Plano de Aplicação.

§ 1º. A Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará – FAMGP se obriga a apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, o Plano de Aplicação dos recursos financeiros de que trata o caput deste artigo, o qual deverá ser aprovado pelo Poder Executivo Municipal, para posterior concessão

da Subvenção Econômica.

§ 2º. Após a concessão da Subvenção Econômica de que trata o caput deste artigo, a Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará – FAMGP se obriga a apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, a prestação de contas pertinente.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações consignadas no Orçamento vigente do Município de Grão-Pará.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 29 de novembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 29 de novembro de 2016.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL Nº 2.054/2016

LEI MUNICIPAL Nº 2.054/2016

(De 29 de novembro de 2016)

“Altera o Art. 2º, da Lei 2.049/2016, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado, de servidores públicos no âmbito do Poder Legislativo de Grão-Pará, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal e do art. 21, § 2º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências”.

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal em Exercício de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a redação do artigo 2º, da Lei Municipal n. 2.049/2016, para constar:

Art. 2º - Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público, para fins desta Lei, aquela que comprometa a prestação contínua e eficiente dos serviços próprios da Câmara e que não possa ser satisfeita com a utilização dos recursos humanos que dispõe a Administração Pública, especialmente para a execução dos seguintes serviços:

I - assistência a situações de emergência ou de calamidade pública;

II – combate a surtos endêmicos, pragas, doenças e surtos que ameacem a sanidade animal e vegetal;

III – nos dois primeiros anos de implantação de programa decorrente de convênios ou acordos bilaterais com outros órgãos públicos;

IV – substituição de servidor ocupante de cargo efetivo afastado para exercício de mandato eletivo;

V – suprimimento de pessoal ocupante de cargo efetivo afastado do exercício em razão de licença (tratamento de saúde, gestação), por prazo superior a 30 (trinta) dias;

VI – atuação nas áreas da educação, assistência social e saúde, quando esgotada a lista classificatória do processo seletivo, até a realização de novo processo seletivo que deve ocorrer no prazo máximo de 1 (um) ano ou no mês de janeiro de cada ano, o que primeiro suceder;

VII – suprir o aumento transitório e inesperado de serviços públicos; e

VIII – especificamente ao magistério público:

a) em substituição aos afastamentos legais dos titulares;

b) em virtude de existência de vaga não ocupada após a realização de concursos públicos; e

c) em decorrência de abertura de novas vagas, por criação ou por dispensa de seu ocupante.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações consignadas no Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se todas as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 29 de novembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 29 de novembro de 2016.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL Nº 2.055/2016

LEI MUNICIPAL Nº 2.055/2016

(De 29 de novembro de 2016)

“AUTORIZA o MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS COM O CENTRO COMUNITÁRIO BEATOS TRÊS MÁRTIRES DE ILHA GRANDE E O CENTRO COMUNITÁRIO SANTO ANTÔNIO DE CAPIVARAS DO MEIO, GRÃO-PARÁ/SC, e dá outras providências”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão Pará, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Município de Grão-Pará/SC a celebrar Termo de Cessão de Uso, por prazo indeterminado, com o Centro Comunitário Beatos Três Mártires, inscrito no CNPJ sob o nº 78.829.520/0001-07, estabelecido na Localidade de Ilha Grande e o Centro Comunitário Santo Antônio, inscrito no CNPJ sob o nº 80.489.131/0001-13, estabelecido na Localidade de Capivaras do Meio, Município de Grão-Pará/SC, objetivando a cessão de implementos agrícola.

§ 1º. Os equipamentos de que trata o caput deste artigo são: dois distribuidores de calcário/adubo.

§ 2º. O Centro Comunitário Beatos Três Mártires de Ilha Grande e o Centro Comunitário Santo Antônio de Capivaras do Meio deverão arcar com as despesas de manutenção e reparos necessários, responsabilizando-se pela guarda, zelo e cuidado dos equipamentos a serem recebidos do Município por meio de Termo de Cessão de Uso.

Art. 2º. Esta Lei entra vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 29 de novembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 29 de novembro de 2016.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 049/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 049/2016 – FMS

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas destinado à aquisição de medicamentos que não estão incluídos na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) da Secretaria Municipal de Saúde de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Inexigibilidade – Credenciamento.

Fundamento Legal: Art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, através do seu Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 155, Centro, em Guaramirim (SC).

Entrega dos envelopes a partir do dia 7 de dezembro de 2016 até o dia 31 de dezembro de 2017.

O Edital poderá ser adquirido no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, no Setor de Licitações, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, durante o horário de expediente, ou pelo site <https://guaramirim.atende.net> ou pelo telefone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 29 de novembro de 2016.

Lauro Fröhlich

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 050/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 050/2016 – FMS

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas destinado à consultas médicas especializadas em anesthesiologia, cardiologia, cirurgia geral, cirurgia ginecológica, cirurgia vascular, dermatologia, endocrinologia, gastroenterologia, neurologia, oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia, proctologia, psiquiatria, reumatologia e urologia, para atender aos pacientes da rede municipal de saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Inexigibilidade – Credenciamento.

Fundamento Legal: Art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, através do seu Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 155, Centro, em Guaramirim (SC).

Entrega dos envelopes a partir do dia 7 de dezembro de 2016 até o dia 31 de dezembro de 2017.

O Edital poderá ser adquirido no seguinte endereço e horário: Rua

28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, no Setor de Licitações, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, durante o horário de expediente, ou pelo site <https://guaramirim.atende.net> ou pelo telefone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 29 de novembro de 2016.

Lauro Fröhlich

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 051/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 051/2016 – FMS

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas destinado ao credenciamento de laboratórios de análises clínicas interessados em participar, de forma complementar, no Sistema Único de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Inexigibilidade – Credenciamento.

Fundamento Legal: Art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, através do seu Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 155, Centro, em Guaramirim (SC).

Entrega dos envelopes a partir do dia 7 de dezembro de 2016 até o dia 31 de dezembro de 2017.

O Edital poderá ser adquirido no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, no Setor de Licitações, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, durante o horário de expediente, ou pelo site <https://guaramirim.atende.net> ou pelo telefone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 29 de novembro de 2016.

Lauro Fröhlich

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO 168/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 168/2016

Processo Licitatório: 168/2016

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: Contratação de empresa para executar os serviços de coleta, transbordo, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos domiciliares, resíduos dos serviços de saúde de competência municipal e outros serviços pertinentes de competência do Município de Guaramirim.

Entrega dos Envelopes: 15/12/2016 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 15/12/2016 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 29 de novembro de 2016.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2015 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2015 – PMG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2015 – PMG

Modalidade: Concorrência.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa de engenharia para a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra, para pavimentação asfáltica de 14 (quatorze) ruas no perímetro urbano, através de recursos do programa BADESC Cidades Juros Zero.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, em Guaramirim, Santa Catarina.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, nº 1720, bairro Figueirinha, em Guaramirim, Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução para o dia 31 de dezembro de 2016 e o prazo de vigência para 14 de fevereiro de 2017.

Data da Assinatura: 23/11/2016 Vigência: 14/02/2017.

Guaramirim (SC), 29 de novembro de 2016.
Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 033/2016 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 033/2015 – PMG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2015 – PMG

Modalidade: Concorrência.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa de engenharia para a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra, para pavimentação asfáltica de 14 (quatorze) ruas no perímetro urbano, através de recursos do programa BADESC Cidades Juros Zero.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, em Guaramirim, Santa Catarina.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, nº 1720, bairro Figueirinha, em Guaramirim, Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução para o dia 31 de dezembro de 2016 e o prazo de vigência para 14 de fevereiro de 2017.

Data da Assinatura: 23/11/2016 Vigência: 14/02/2017.

Guaramirim (SC), 29 de novembro de 2016.
Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº. 93/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº. 93/2016

Dispõe sobre a organização do Sistema de Controle Interno no Município de Guaramirim.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art. 1º. A organização e fiscalização no Município através do sistema de controle interno ficam estabelecidas na forma desta Lei e nos termos do que dispõe o art. 31 da Constituição Federal.

Art. 2º. A organização dos controles internos visa o controle e a avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores municipais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, aplicação das subvenções e renúncias de receita.

Art. 3º. Integram o sistema de controle interno de que trata esta Lei o Poder Executivo em sua administração direta, incluindo os fundos especiais, autarquias, fundações públicas instituídas pelo Município, de direito público ou privado, os consórcios públicos que o Município fizer parte, e o Poder Legislativo.

Parágrafo único. As pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, que recebam recursos públicos, ficam ao alcance da fiscalização pelo sistema de controle interno do Município.

Art. 4º. Considera-se para efeito desta Lei:

I – Sistema de Controle Interno: conjunto de métodos, processos e pessoas, orientadas para evitar erros, fraudes e desperdícios.

II – Controle interno: processo desenvolvido para identificar eventos que possam afetar o desempenho da entidade, a fim de monitorar riscos e assegurar que estejam compatíveis com a propensão ao risco estabelecida, de forma a prover, com segurança razoável, o alcance dos objetivos, em especial nas seguintes categorias:

a) estratégica: categoria relacionada com os objetivos estratégicos da entidade, estabelecidos em seu planejamento;

b) eficiência e efetividade operacional: categoria relacionada com os objetivos e as metas de desempenho, bem como da segurança e qualidade dos ativos;

c) Confiança nos registros contábeis: categoria relacionada às informações e demonstrações contábeis, na qual todas as transações devem ser registradas, todos os registros devem refletir transações reais, consignadas pelos valores e enquadramentos corretos;

d) conformidade: categoria relacionada à conformidade com leis e normativos aplicáveis ao órgão ou entidade e a sua área de

atuação.

III – Órgão de Controle Interno: unidade administrativa integrante da estrutura do órgão ou entidade, com atividades, funções e competências segregadas das demais unidades administrativas, inclusive em relação às unidades de execução orçamentária e financeira, incumbida, dentre outras funções, da verificação da regularidade dos atos de gestão e da consistência e qualidade dos controles internos, bem como do apoio às atividades de controle externo exercidas pelo Tribunal de Contas.

IV – Órgão Central do Sistema de Controle Interno: unidade administrativa integrante do sistema de controle interno da Administração Pública Municipal, incumbida da coordenação, do planejamento, da normatização e do controle das atividades do sistema de controle interno, bem como do apoio às atividades de controle externo exercidas pelo Tribunal de Contas;

§ 1º Os Órgãos de Controle Interno nas Unidades Administrativas serão criados gradativamente conforme a necessidade da Administração Pública, respeitando as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

CAPÍTULO II DAS RESPONSABILIDADES NO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art. 5º. As responsabilidades no sistema de controle interno ficam assim definidas:

I – Pelas condições de estabelecimento de um ambiente de controle, com legislação atualizada, estrutura física adequada e alocação de recursos para treinamentos e desenvolvimento das pessoas é do Chefe do Poder Executivo.

II – A responsabilidade pela operacionalização e adesão aos procedimentos de controles internos é de cada servidor e de cada unidade administrativa e, conseqüentemente, de sua chefia imediata.

III – A responsabilidade pelo planejamento e normatização dos controles internos é do Órgão Central do Sistema de Controle Interno;

IV – A responsabilidade pela auditoria e acompanhamento da gestão é compartilhada entre o Órgão Central do Sistema de Controle Interno e os Órgãos de Controle Interno de cada órgão ou entidade da Administração Municipal.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DE PESSOAL

Art. 6º. O Órgão Central do Sistema de Controle Interno e os Órgãos de Controle Interno serão compostos por servidores investidos em cargos de provimento efetivo, de categorias profissionais distintas, cuja habilitação seja compatível com a natureza das respectivas atribuições, os quais terão atuação exclusiva nos órgãos de controle interno.

§ 1º O cargo de Controlador Interno deverá ser exercido unicamente por servidor investido em cargo de provimento efetivo, de categorias profissionais cuja habilitação seja compatível com a natureza das respectivas atribuições.

§ 2º As categorias profissionais deverão possuir competências, habilidades e atitudes condizentes com as atribuições de coordenação do sistema de controle interno.

§ 3º Legislação específica disporá sobre:

I – Inclusão na estrutura administrativa do Município do Órgão

Central do Sistema de Controle Interno e dos demais Órgãos e Entidades o Órgãos de Controle Interno a que se vincula;

II – Criação de cargos e funções exclusivos para os Órgãos de Controle Interno, com competências, habilidades, atitudes, atribuições, carga horária e remunerações.

§ 4º Não poderão ser designados os servidores para o Órgão Central do Sistema de Controle Interno e para os Órgãos de Controle Interno:

I – que possuam parentesco com o Chefe do Poder Executivo, Gestores ou Secretários Municipais de qualquer Órgão ou Entidade do Município, até o terceiro grau;

II – que possuam qualquer outra circunstância que possa afetar a autonomia profissional, a segurança dos controles ou segregação de funções.

§ 5º É vedada a participação dos servidores que integram os Órgãos de Controle Interno em comissões especiais, permanentes ou em conselhos municipais.

Art. 7º. O servidor responsável pelas auditorias e/ou perícias contábeis deverá possuir preferencialmente curso superior em Ciências Contábeis e registro profissional no Conselho Regional de Contabilidade.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DO ORGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO

Seção I Das atribuições dos órgãos de Controle Interno

Art. 8º. São atribuições dos Órgãos de Controle Interno:

I – contribuir para o aprimoramento da gestão pública, orientando os responsáveis quanto à arrecadação e aplicação dos recursos públicos com observância dos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade;

II – acompanhar, supervisionar e avaliar:

a) o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo, em conformidade com a lei de diretrizes orçamentárias e os orçamentos do Estado ou do Município, conforme o caso;

b) os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração pública, e da aplicação de recursos públicos concedidos a entidades de direito privado;

c) o cumprimento dos limites da despesa com pessoal e a adoção de medidas para o seu retorno aos limites estabelecidos nos artigos 22 e 23 da Lei Complementar Federal nº. 101/2000;

d) o cumprimento das normas relativas à destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, previstas na Lei Complementar Federal nº. 101/2000;

III – supervisionar e avaliar o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como os direitos e haveres do Estado ou Município;

IV – avaliar a consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal, conforme estabelece o artigo 54 da Lei Complementar Federal nº. 101/2000;

V – fiscalizar o cumprimento do limite de gastos totais do Poder Legislativo Municipal;

VI – emitir relatório sobre a execução dos orçamentos que deve ser encaminhado com a prestação de contas anual de governo, em atendimento ao disposto no artigo 47, parágrafo único, e no artigo 51 da Lei Complementar Estadual nº. 202/2000;

VII – verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei Complementar Federal nº. 101/2000 para a concessão de renúncia de receitas;

VIII – organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado, programação de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando à Corte de Contas os respectivos relatórios quando solicitado;

IX – dar ciência ao titular da unidade, indicando as providências a serem adotadas para a sua correção, a ocorrência de atos e fatos ilegais ou ilegítimos praticados por agentes públicos na utilização de recursos públicos, inclusive para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer irregularidade causadora de dano ao erário;

X – realizar exame e avaliação da prestação de contas anual do órgão ou entidade e dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório e parecer;

XI – emitir parecer sobre a legalidade de ato de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadoria, reforma e pensão;

XII – manifestar-se acerca da análise procedida pelos setores competentes sobre a prestação de contas de recursos concedidos e sobre a tomada de contas especial, indicando o cumprimento das normas legais e regulamentares, eventuais ilegalidade ou ilegitimidades constatadas, concordando ou não com a conclusão da análise feita pela unidade competente, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer;

XIII – representar ao Tribunal de Contas quando a autoridade administrativa não adotar as providências para correção de irregularidade ou instauração de tomada de contas especial;

XIV – prestar informações individualizadas sobre as ações realizadas no âmbito da unidade sob seu controle, em cumprimento às decisões do Tribunal de Contas que tenham recomendado ou determinado a adoção de providências administrativas ou a instauração de tomada de contas especial e respectivos resultados;

XV – coordenar e promover a remessa de dados e informações das unidades sob seu controle, exigidos pelo Tribunal em meio informatizado;

XVI – receber notificação de alerta emitida por meio dos sistemas informatizados do Tribunal de Contas e dar ciência formal às autoridades competentes;

XVII – acompanhar a atualização do rol de responsáveis do órgão ou entidade sob seu controle;

XVIII – verificar a correta composição da prestação de contas anual;

Seção II

Das atribuições do Órgão Central do Sistema de Controle Interno

Art. 9º. São atribuições do Órgão Central do Sistema de Controle Interno, além das previstas no artigo anterior:

I – Determinar a devolução de valores pelos gestores aplicados em desconformidade com os princípios constitucionais ou normas de gestão financeira e administrativa, desde que seja:

a) oportunizado o contraditório e a ampla defesa aos responsáveis;

b) tipificado especificamente o dispositivo legal violado;

c) identificado o gestor e o período da gestão;

d) demonstrado por meio de cálculos o efetivo prejuízo.

II – Normatizar as rotinas e processos que integram o sistema de informações para o controle interno;

III – Apreciar os esclarecimentos em relatórios de auditoria, mantendo ou afastando os apontamentos, e emitir o Parecer Conclusivo.

IV – Emitir Instruções Normativas de Controle Interno.

§ 1º As instruções normativas de controle interno serão elaboradas após a participação de todas as unidades administrativas e pessoas envolvidas nas rotinas e processos e comprovação de treinamento às pessoas envolvidas nos processos ou procedimentos.

§ 2º As Instruções Normativas de Controle Interno terão força de regras que, quando descumpridas, importarão em infração disciplinar a ser apurada nos termos do regime de trabalho a que se enquadra o agente público infrator.

CAPÍTULO V DA AUDITORIA

Art. 10. O Órgão Central do Sistema de Controle Interno e os Órgãos de Controle Interno, no exercício de suas funções, estabelecerão o plano e os programas de auditorias para cada exercício financeiro.

§ 1º As irregularidades apuradas serão evidenciadas em relatórios de auditoria o qual será concedido prazo de 30 (trinta) dias para que o gestor apresente, por escrito, seus esclarecimentos, podendo fazer uso do contraditório valendo-se de documentos e provas, ou a comprovação de regularização das falhas apontadas.

§ 2º Os esclarecimentos do gestor serão apresentados e analisados pelo Órgão Central do Sistema de Controle Interno, o qual concluirá pela manutenção ou afastamento das falhas, podendo emitir recomendações aos gestores no Parecer Conclusivo.

§ 3º Os responsáveis pelos órgãos de controle interno remeterão ao Tribunal de Contas relatórios específicos registrando irregularidades, ilegalidades ou desvio de recursos públicos quando não forem adotadas as medidas cabíveis para a sua regularização pela autoridade administrativa.

CAPÍTULO VI GARANTIAS DOS SERVIDORES DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO

Art. 11. São garantias dos servidores que atuam nos órgãos de Controle Interno:

I – Autonomia profissional para o desempenho de suas atividades;

II – Acesso a documentos, informações e banco de dados indispensáveis ao exercício das funções de controle interno.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Instrução Normativa de Controle Interno disporá sobre o Manual do Sistema de Controle Interno.

Art. 13. Revoga-se os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 9º, 10, 11, 12, mantendo-se o artigo 8º e o anexo da Lei Complementar nº. 002/2003.

Art. 14. Os cargos integrantes do Órgão Central de Controle Interno e dos Órgãos de Controle Interno estão dispostos na Lei Complementar nº. 01/2009 e no art. 8º e anexo da Lei Complementar nº. 002/2003.

Art. 15. Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 21 de novembro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 597/2016

PORTARIA Nº. 597/2016

Nomeia membros para comporem a Comissão Técnica para avaliação do software comercial do processo de licitação nº. 185/2016.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o processo de licitação nº. 185/2016 que tem como objeto a contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços técnicos especializados em engenharia para operação, manutenção, distribuição, melhorias e ampliação do sistema de abastecimento de água potável e serviços complementares de esgotamento sanitário do município de Guaramirim;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Técnica para avaliação do software comercial do processo de licitação nº. 185/2016:

I – Paulo Sérgio Rodrigues;

II – Ana Beatriz Schier;

III – Kenia Tamara de Souza Zimmermann.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 28 de novembro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 598/2016

PORTARIA Nº. 598/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e Nomeia Comissão Processante.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando as atitudes do servidor H. L. da S. A., levantadas pela Secretaria de Esporte e Lazer;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, para apuração de infrações administrativas, previstas no art. 49, incisos I e VII da Lei Complementar nº. 007/2001, atribuídas ao servidor H. L. da S. A., matrícula 369438, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculado à Secretaria de Esporte e Lazer.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores: Manoel Vieira Neto, Luís Claudio Dalprá e Rosária Maria Gonçalves Leonardo, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entenderem pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá dedicação prioritária para apurar a falta e aplicação de sanção administrativa, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 28 de novembro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 11/2016

PORTARIA LEGISLATIVA n. 19/2016
HOMOLOGAÇÃO DE FÉRIAS

RODRIGO BREMM, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o Art. 65, inciso III, alínea b do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologado o Pedido de Férias da funcionária JAQUELINE LETÍCIA STALTER, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Câmara Municipal de Vereadores, conforme Requerimento em anexo, para gozar um período de 30 (trinta) dias de férias consecutivos, ou seja, de 01 (um) de dezembro de 2016 (dois mil e dezesseis), a 30 (trinta) de dezembro de 2016 (dois mil e dezesseis) conforme determina o Estatuto Unificado dos Funcionários Públicos Cíveis de Guarujá do Sul, em seu Capítulo V, em seu Art. 124.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, aos 30 dias do mês de Novembro de 2016. Em sua 13ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, 2º período, 53º ano de sua Instalação Legislativa.

Rodrigo Bremm
Presidente

Certifico que a presente Portaria Legislativa foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Claudinei Pedro Amann
1ª Secretário em exercício

RESOLUÇÃO Nº 11/2016

RESOLUÇÃO n. 11/2016.

Aprova os Feriados Municipais do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina para o exercício de 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no art. 1º da Lei Municipal n. 747/87, em seu Parágrafo único; em conformidade com a Lei Federal n. 9.093, de 12 de setembro de 1995, ficam estipulados os Feriados Municipais e os Feriados Nacionais para o ano de 2017, no Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, conforme discriminados abaixo:

§ 1º São feriados municipais:

- a) 28 de fevereiro (terça-Feira) - Carnaval;
- b) 14 de abril (sexta-feira) – Paixão de Cristo;
- c) 15 de junho (quinta-feira) – Corpus Christi;
- d) 25 de julho (sexta-feira) - Dia do Colono e Motorista, início da colonização e comemoração da Emancipação Político Administrativa.

§ 2º São feriados nacionais permanentes:

- a) 01 de janeiro (sexta-feira) – Confraternização universal;
- b) 28 de fevereiro (terça- feira) – Carnaval;
- c) 14 de abril (sexta-feira) – paixão de cristo;
- d) 21 de abril (sexta-feira) – Tiradentes;
- e) 01 de maio (segunda-feira) – Dia do Trabalhador;
- f) 15 de junho (quinta-feira) – Corpus Christi;
- g) 07 de setembro (quinta-feira) – Independência do Brasil;
- h) 12 de outubro (quinta-feira) – Nossa Senhora Aparecida;
- i) 02 de novembro (quinta-feira) – Finados;
- j) 15 de novembro (quarta-feira) – Proclamação da República;
- k) 25 de dezembro (segunda-feira) - Natal

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017.

Da Secretaria da Câmara de Vereadores, Município de Guarujá do Sul, SC, 29 dias do mês de novembro de 2016.

Em sua 13ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, 2º período, 53º ano de sua Instalação legislativa.

Rodrigo Bremm
Presidente

Claudinei Pedro Amann
1º Secretário em exercício

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1328/2016

PORTARIA Nº 1328/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora SILVANA PAGANI PEROTONI (Matr. 70), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível – 13/1, Referência "I", 20 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de março de 2015 e 08 de março de 2016, para serem gozadas a partir de 29 de novembro de 2016 a 28 de dezembro de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Novembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1329/2016

PORTARIA Nº 1329/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora QUÊNIA BRINCKMANN (Matr. 2897), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Assistência Social, Nível – Agente Político, Anexo II da LC Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de janeiro de 2015 e 25 de fevereiro de 2016, para serem gozadas a partir de 29 de novembro de 2016 a 28 de dezembro de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Novembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº 075 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 075 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, exercício 2016, na importância de R\$ 119.000,00 (cento e dezenove mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	5	1.002	Aplicações Diretas	119.000,00
Total	119.000,00			

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 05	MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
PROJ/ATIV. – 2.115	TETO MUNICIPAL MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00	43	1.002	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	119.000,00
Total	119.000,00			

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 24 de novembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 076 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 076 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, exercício 2016, na importância de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 02	SECRETARIA DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.104	MANUTENÇÃO DO PAB FIXO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	13	1.064	Aplicações Diretas	70.000,00
Total	70.000,00			

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação:

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 24 de novembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.950 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº 1.950 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, exercício 2016, na importância de R\$ 119.000,00 (cento e dezenove mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00	5	1.002	Aplicações Diretas	119.000,00
Total	119.000,00			

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 05	MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
PROJ/ATIV. – 2.115	TETO MUNICIPAL MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00	43	1.002	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	119.000,00
Total	119.000,00			

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2016.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 23 de novembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 185, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 185, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.643,00 (três mil e seiscentos e quarenta e três reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0017)	Aplicações Diretas	3.643,00
Total		3.643,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0025)	Aplicações Diretas	3.643,00
Total		3.643,00

Imbituba, 28 de novembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 186, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 186, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

Estabelece ponto facultativo relativo aos preparativos para a solenidade de transmissão de cargo de Prefeito e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições privativas que lhe confere o art. 32, I e art. 93, VII, da Lei Orgânica do Município de Imbituba, e

CONSIDERANDO a necessidade de adotar providências preparatórias para a posse do novo Governo Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescentado ao Inciso XI do art. 1º, do Decreto PMI nº 248, de 29 de Dezembro de 2015, a alínea "d", com a seguinte redação: " d) 30 (sexta-feira) – preparativos para a solenidade de transmissão de cargo de Prefeito: ponto facultativo."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 29 de novembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 187, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 187, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

Alteram disposições do Decreto PMI Nº 120, de 12 de novembro de 2012, que regulamenta o exercício da atividade de Comércio Ambulante e Eventual, no Município de Imbituba/SC durante a temporada de verão e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 93, VII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a tabela do Anexo I, do Decreto PMI nº 120/2012, que passa a vigor com a seguinte redação:

ANEXO I

Tabela para Comércio Ambulante com Ponto Fixo (Art. 3º, I).

LOCALIDADE (PRAIA)	Nº DE VAGAS
Barra de Ibiraquera	03
Itapirubá	03
Luz	01
Porto	01
Vila Esperança	01
Rosa	05
Vila Nova	02
Vila (Centro)	04
Demais Praias	01

Tabela para Comércio Ambulante com Ponto Fixo (Art. 3º, II).

LOCALIDADE(PRAIA)	Nº DE VAGAS
Barra de Ibiraquera	08
Itapirubá	03
Luz	03
Porto	02
Vila Esperança	02
Rosa	21
Vila Nova	03
Vila (Centro)	03
Demais Praias	01

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de novembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira
Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 188, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 188, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para reforço de dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Trânsito		
06.181.0017-2.044		
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 (0015)	Aplicações Diretas	50.000,00
Total		50.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária, conforme segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Trânsito		
06.181.0017-2.044		
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 (0014)	Aplicações Diretas	50.000,00
Total		50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de novembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira
Chefe de Departamento de Atos Administrativos

ERRATA A LEI Nº 4.761/2016

ERRATA A LEI Nº 4.761/2016

A Chefe de Departamento de Atos Normativos da Prefeitura Municipal de Imbituba informa que a presente serve para retificar a publicação da Lei Municipal nº 4.761/2016, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na data de 23 de novembro do ano em curso, edição 2130, páginas 206, em virtude de erro de digitação.

Enelise Silveira
Chefe de Departamento de Atos Normativos

LEI Nº 4.761, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

Altera a redação do art. 18 da Lei nº 4.447, de 12 de setembro de 2014, que instituiu o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o Art. 18 da Lei nº 4.447, de 12 de setembro de 2014, que instituiu o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. A Mesa Diretora do COMSEA é composta por Presidente, o Vice-Presidente, o Secretário-Geral e o Secretário-Adjunto, os quais são eleitos pelos membros titulares do COMSEA.

§ 1º A Presidência do COMSEA deverá ser exercida por representante da Sociedade Civil.

§ 2º O Presidente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar-COMAE é membro convidado do COMSEA, com assento na Mesa Diretora e com direito a voz.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de novembro de 2016.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira
Chefe de Departamento de Atos Normativos

ERRATA A LEI Nº 4.762/2016

ERRATA A LEI Nº 4.762/2016

A Chefe de Departamento de Atos Normativos da Prefeitura Municipal de Imbituba informa que a presente serve para retificar a publicação da Lei Municipal nº 4.762/2016, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na data de 23 de novembro do ano em curso, edição 2130, páginas 206, em virtude de erro de digitação.

Enelise Silveira
Chefe de Departamento de Atos Normativos

LEI Nº4.762, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

Altera a redação de dispositivos do art. 9º da Lei nº 4.724, de 13 de maio de 2016, que constituiu o Conselho Municipal de Assistência Social de Imbituba e o Fundo Municipal de assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam alteradas as alíneas “b” e “c” do Inciso II do artigo 9º da Lei nº 4.724, de 13 de maio de 2016, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“b) 1 (um) representante dos trabalhadores do SUAS;
c) 3 (três) representantes dos prestadores de serviço de assistência social;”

Parágrafo único. Fica alterado o Parágrafo Quinto do artigo 9º da Lei nº 4.724/2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:
“§5º Nenhum membro representante da Sociedade Civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Executivo do Município.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de novembro de 2016.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira
Chefe de Departamento de Atos Normativos

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 101/2016 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 101/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2016

A prefeitura de Imbituba comunica que realizará, às 14:00 horas do dia 13 de dezembro de 2016, licitação na modalidade de pregão presencial do tipo maior desconto por lote, regido pelo disposto na lei nº 10.520/2002, pela lei complementar nº 123/2006, pelo decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção mecânica, elétrica, chapeação, pintura, serviço de conserto de pneus e guincho 24 horas, reposição de peças e equipamentos obrigatórios para os veículos oficiais da Secretaria Municipal de Educação, orçamento 2017. “
O edital encontra-se à disposição dos interessados, na diretoria de licitações, situada à Rua Ernani Cotrim, 601, centro, das 13:00 às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link portal da transparência.

Imbituba, 30 de novembro de 2016.
Michela da Silva Freitas
Secretaria Municipal de Educação

PORTARIA PMI/CGM N.º 34, 29 DE NOVEMBRO DE 2016

PORTARIA PMI/CGM N.º 34, 29 de novembro de 2016.
Instaura Tomada de Contas Especial e dá outras providências.

O CONTROLADOR GERAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; e

CONSIDERANDO os Processos Administrativos nº s 20592/2015; 5702/2015 e 2061/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Comissão para proceder a Tomada de Contas Especial, objetivando a apuração do prejuízo causado, quantificação do dano ao erário público e identificação dos responsáveis.

Art. 2º Designar, nos termos da Instrução Normativa N.Tc-13/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, os seguintes servidores para compor a Comissão de Tomada de Contas Especial:

I – Eduardo Cristiano Moraes, Auditor Fiscal, matrícula nº 5451, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, que presidirá;
II – Luciane Falleiro Muradas, matrícula nº 5575, Auditora Fiscal, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, que presidirá; e
III – Rodrigo de Farias Rosa, matrícula nº 7813, Agente Administrativo, lotado na Secretaria de Administração e Gestão Pública.

Art. 3º Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para que a Comissão constituída apresente à Controladoria Geral do Município – CGM, relatório detalhado sobre a análise desenvolvida no decorrer dos trabalhos e parecer conclusivo.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de Novembro de 2016.
Douglas Germano Bode
Controlador Geral do Município

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

PORTARIA PMI/CGM Nº 033, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA PMI/CGM Nº 033, de 29 de novembro de 2016.
Dispõe sobre a instauração de Sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

O CONTROLADOR GERAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, Sindicância destinada a apurar suposta ação praticada por servidor público municipal que causou dano em área de preservação ambiental, conforme Processo PMI 24896/2016.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindicância:

- I – Cristiano Abílio João, Assistente Administrativo, matrícula nº 1722, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, que presidirá;
- II – Simone Hipólito Martins, matrícula nº 5128, Administradora, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda; e
- III – Flávio da Rosa, matrícula nº 4412, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 29 de novembro de 2016.
Douglas Germano Bode
Controlador Geral do Município

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/GGP Nº 647/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 647, de 28 de novembro de 2016.
Dispõe sobre a exoneração de Assessor I, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o Sr. ELI SÉRGIO ROCHA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 578.436.789-72, do cargo de Assessor I, junto a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, nomeado através da PORTARIA PMI/GGP Nº 115/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de dezembro de 2016.

Imbituba, 28 de novembro de 2016.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido
Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

PORTARIA PMI/GGP Nº 648/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 648, de 29 de novembro de 2016.
Dispõe sobre a exoneração de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação Interino, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o Sr. EDUARDO DOS PASSOS NUNES, brasileiro, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o n.º 033.666.139-80, do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação Interino, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, nomeado através da PORTARIA PMI/GGP Nº 626/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 30 de novembro de 2016.

Imbituba, 29 de novembro de 2016.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido
Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

PORTARIA PMI/GGP Nº 649/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 649, de 30 de novembro de 2016.

Dispõe sobre a nomeação de servidor de carreira em função gratificada de Gerente de Desenvolvimento Urbano Sustentável, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor de carreira abaixo descrito, na função gratificada de Gerente de Desenvolvimento Urbano Sustentável, para a atuação junto ao respectivo órgão superior.

GERENTE – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Gerente de Desenvolvimento Urbano Sustentável	SEDURB	Eduardo dos Passos Nunes	033.666.139-80	01/12/2016

Art. 2º O servidor de carreira nomeado para a função gratificada de Gerente, perceberá a gratificação de 50% (cinquenta por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 31, § 2º, III da LC nº 4.514/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de dezembro de 2016.

Imbituba, 30 de novembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido
Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

PORTARIA PMI/GGP Nº 650/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 650, de 30 de novembro de 2016.

Dispõe sobre a exoneração de Controlador Geral - CGM, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o Sr. DOUGLAS GERMANO BODE, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 076.279.349-07, do cargo de Controlador Geral, da Controladoria Geral do Município, nomeado através da PORTARIA PMI/GGP Nº 345/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 09 de dezembro de 2016.

Imbituba, 30 de novembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido
Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

PORTARIA PMI/GGP Nº 651/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 651, de 30 de novembro de 2016.

Dispõe sobre a exoneração de Assessora II, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a Sra. DÉBORA RAMOS PACHECO SEARA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 050.679.409-13, do cargo/função de Assessora II, junto a Secretaria Municipal de Saúde, nomeada através da PORTARIA PMI/GGP Nº 296/2015, para exercer o respectivo cargo/função, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de dezembro de 2016.

Imbituba, 30 de novembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

(Interina)

PORTARIA PMI/GGP Nº 652/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 652, de 30 de novembro de 2016.

Dispõe sobre a Exoneração de servidor em cargo de provimento em comissão para atuação como Superintendente do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor abaixo descrito, do cargo de provimento em comissão, para a atuação como Superintendente do respectivo órgão superior.

SUPERINTENDENTE – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Superintendente de Cultura	SETEC	Rodrigo Aguiar de Carvalho	030.337.399-70	01/12/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de dezembro de 2016.

Imbituba, 30 de novembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

(Interina)

PORTARIA PMI/GGP Nº 653/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 653, de 30 de novembro de 2016.

Dispõe sobre a Exoneração de Assessora II, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a Sra. NEIDE MARIA VIEIRA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 455.442.639-49, do cargo de Assessora II junto a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - SETEC, nomeada através da PORTARIA PMI/GGP Nº 314/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de dezembro de 2016.

Imbituba, 30 de novembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

(Interina)

PORTARIA PMI/GGP Nº 654/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 654, de 30 de novembro de 2016.

Dispõe sobre a Exoneração de servidores de carreira em funções gratificadas de Gerentes, Coordenadores e Supervisores dos órgãos superiores, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, os servidores de carreira abaixo descritos, das funções gratificadas de Gerentes, Coordenadores e Supervisores, que atuaram junto aos respectivos órgãos superiores, conforme quadro abaixo.

GERENTES – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Gerência de Apoio Técnico e Administrativo	PGM	Ana Maria Espíndola	578.446.159-15	30/11/2016
Gerência de Desenvolvimento Agropecuário	SEAPI	Diego Huorlin Leopoldo	044.690.879-71	30/11/2016
Gerência de Mapeamento Sistemático Cadastral	SEFAZ	Ricardo Luiz da Silva	432.872.719-20	30/11/2016
Gerência de Atualização Cadastral Imobiliária	SEFAZ	Jailson Maria	507.284.589-34	30/11/2016
Gerência de Controle Administrativo	SEMUSA	Hellen Monteiro Correia	030.983.729-40	30/11/2016
Gerência de Compras	SEMUSA	Josiane dos Santos Cardoso	029.187.089-92	30/11/2016
Gerência de Logística de Suprimentos	SEMUSA	Maria de Lourdes David	888.440.999-34	30/11/2016
Gerência de Programas e Ações Estratégicas	SEMUSA	Glicélia Campos da Rocha Speck	027.496.929-70	30/11/2016
Gerência de Apoio à Saúde da Família	SEMUSA	Ane Carine Correa Ribas	000.325.180-21	30/11/2016
Gerência do Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente	SEAST	Marivone Mendonça Damázio	781.479.999-68	30/11/2016
Gerência de Trabalho e Renda	SEAST	Romário da Rosa	823.262.829-49	30/11/2016
Gerência de Desenvolvimento Habitacional	SEDURB	Rosinete Delfino Laurindo	888.539.509-00	30/11/2016
Gerência de Manutenção e Reparo de Veículos Automotores	SEAPI	Eugênio da Rosa	343.244.459-15	30/11/2016
Gerência de Infraestrutura Regional/ Norte	SEAPI	Vilmo Martins	459.863.989-04	30/11/2016
Gerência de Fomento e Incentivo à Cultura	SETEC	Gláucia Maindra da Silva	027.003.089-13	30/11/2016
COORDENADORES – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Coordenadoria do Arquivo Público Municipal	SEAGP	Jadir Joaquim Maria	416.465.259-49	30/11/2016
Coordenadoria do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	SEAST	Valéria Maciel Costa Carvalho	686.846.060-00	30/11/2016
Coordenadoria de Segurança e Medicina do Trabalho	SEAGP	Everaldo de Sousa Padilha	053.627.289-11	30/11/2016
Coordenadoria de Arrecadação e Lançamento	SEAGP	Adécio Duarte de Oliveira	472.331.419-91	30/11/2016

Coordenadoria de Fiscalização Tributária	SEFAZ	Ezequiel de Souza	507.270.289-87	30/11/2016
Coordenadoria de Planejamento	SEMUSA	Marília Mendonça	343.242.919-34	30/11/2016
Coordenadoria de Atenção Básica	SEMUSA	Zuleide Raquel Pamato de Souza	741.381.119-72	30/11/2016
Coordenadoria do Laboratório de Análises Clínicas	SEMUSA	João Geraldo Speck	029.524.169-15	30/11/2016
Coordenadoria do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO	SEMUSA	Jatir João de Amorim	342.736.389-91	30/11/2016
Coordenadoria de Programas da Policlínica	SEMUSA	Maria Luiza Speck de Souza	290.198.349-91	30/11/2016
Coordenadoria do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS	SEAST	Rosiane da Silva Costa	806.483.129-68	30/11/2016
Coordenadoria do Programa ACALENTO	SEAST	Cristina Poluceno de Oliveira de Mello	020.818.189-06	30/11/2016
Coordenadoria de Fiscalização Edilícia e Urbanística	SEDURB	Ângelo Manoel da Silva Filho	591.490.789-68	30/11/2016
Coordenadoria de Execução de Obras Públicas	SEAPI	Luiz Roberto Pacheco	520.802.509-49	30/11/2016
Coordenadoria de Programas e Ações Estratégicas	SEMUSA	Márcia Regina Fernandes Deobrandino	888.378.829-04	30/11/2016
Coordenadoria de Assistência Social	SEAST	Edenisi Maria Francisco	034.089.669-82	30/11/2016
Coordenadoria Técnica do Laboratório de Análises Clínicas	SEMUSA	Karyne Pulita	009.594.519-94	30/11/2016
Coordenadoria de Controle Financeiro	SEDUC	Suzele Moraes Leite	050.732.369-63	30/11/2016
SUPERVISORES – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Supervisão de Auditoria	SEMUSA	Marilandi Fernandes Costa da Rosa	520.893.129-04	30/11/2016
Supervisão de Autorização de Internação Hospitalar	SEMUSA	Patrícia da Rosa Teixeira	018.815.199-02	30/11/2016
Supervisão do Programa de Combate ao Aedes Aegypti	SEMUSA	Igor Romualdo Sá Rufino	059.942.079-00	30/11/2016
Supervisão de Orçamentação	SEAPI	Mozair Freitas da Rosa	550.587.799-00	30/11/2016
Supervisão de Insumos e Suprimentos	SEMUSA	Denise Silva Maisto	335.157.190-91	30/11/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 30 de novembro de 2016.

Imbituba, 30 de novembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

(Interina)

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 057/2016

Ato da Presidência nº 057/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em especial ao que dispõe o Art. 35, Inciso II, do Regimento Interno, RESOLVE:

I - Estabelecer ponto facultativo na Câmara Municipal de Imbituba no dia 09 dezembro, sexta-feira, devido ao interregno intervalar do feriado Municipal de Nossa Senhora da Conceição comemorado no dia 08 de dezembro, quinta-feira, conforme o que dispõe o Decreto da Prefeitura Municipal de Imbituba nº 248, de 29 de dezembro de 2015, que fixa o calendário dos feriados e pontos facultativos de 2016; e
II – Alterar o Calendário das Sessões Ordinárias para o mês de dezembro de 2016, referente à 4ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, da Câmara Municipal de Imbituba, conforme abaixo:

CALENDÁRIO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS – 2016 (2º Semestre)				
Dezembro				
41ª Sessão Ordinária	1ª Sessão Mensal	Data: 02/12/2016	Sexta-feira	Local: Sede
42ª Sessão Ordinária	2ª Sessão Mensal	Data: 05/12/2016	Segunda-feira	Local: Sede
43ª Sessão Ordinária	3ª Sessão Mensal	Data: 12/12/2016	Segunda-feira	Local: Sede
44ª Sessão Ordinária	4ª Sessão Mensal	Data: 15/12/2016	Quinta-feira	Local: Sede

Gabinete da Presidência, 28 de novembro de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 058/2016

Ato da Presidência nº 058/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 41ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 02 de dezembro de 2016 (sexta-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
093	PL nº 4.876/2016	21/11/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre a Concessão Administrativa de Uso Especial de Bem Público e, dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
098	PLC nº 392/2016	24/11/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 4.022, de 26 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a compensação de dívida da Fazenda Pública decorrente de precatório pendente de pagamento com crédito tributário e outros créditos e estabelece outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
095	PL nº 4.877/2016	24/11/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
094	PL nº 4.878/2016	24/11/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a firmar Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
091	PL nº 4.879/2016	24/11/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
096	PL nº 4.880/2016	24/11/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre alteração da LDO 2016 e abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 29 de novembro de 2016.

Guilherme Santos Souza	Rogberto de Farias Pires
Presidente	Vice-Presidente
Zeli Pires	Rosália Maria de Souza Sgrott
Primeiro-Secretário	Segunda-Secretária

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 2218/16

. DECRETO Nº 2218/16

. De 29 de novembro de 2016

Anula e Suplementa no Orçamento Anual do MUNICIPIO DE INDAIAL.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e considerando a Lei nº 5.261/15 e a Lei nº 5353/16,

DECRETA

Artigo 1º - Fica anulado no valor, o valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Dotação	Valor
23.001 - FUMPAV	
0015.0451.0023.1351 - Pavim e Serv Comp em Vias Públicas - Sist Mutirão	
3449000000000000 - Aplicacoes diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	180.000,00

Artigo 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica suplementado no Orçamento do MUNICIPIO DE INDAIAL as seguintes dotações:

Dotação	Valor
09.002 - Secretaria de Planejamento	
0015.0182.0009.2238 - Manut Convênio com Bombeiros Voluntários do Munic	
3445000000000000 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	
01000000 - Recursos Ordinários	180.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 29 de novembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito.

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2219/16

. DECRETO Nº 2219/16

. De 29 de novembro de 2016

Anula e Suplementa no Orçamento Anual do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e considerando a Lei nº 5.261/15,

DECRETA

Artigo 1º - Fica anulado no valor, o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Dotações Anuladas

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT DO RH - FOLHA DE PAGTO - FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01020000	SAÚDE
	Valor: (150.000,00)

Artigo 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica suplementado no Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL as seguintes dotações:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT DO RH - FOLHA DE PAGTO - FUNDO DE SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01020000	SAÚDE
	Valor: (150.000,00)

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 29 de novembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito.

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2220/16

. DECRETO Nº 2220/16

. De 29 de novembro de 2016

EXONERA ASSISTENTE TÉCNICO / ANA LUCIA SUCHARA

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 1º de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Assistente Técnico (CC-5), nomeada nos termos do Decreto nº 66/13, ANA LUCIA SUCHARA.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 29 de novembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2222/16

. DECRETO Nº 2222/16

. De 29 de novembro de 2016

EXONERA ASSESSORA DE ASSUNTOS DA 3ª IDADE / ELIETE AMARO THEISS

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 1º de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Assessora para Assuntos da 3ª Idade (CC-3), nomeada nos termos do Decreto nº 404/09, alterado pelo Decreto nº 2502/12, ELIETE AMARO THEISS.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 29 de novembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2223/16

. DECRETO Nº 2223/16

. De 29 de novembro de 2016

EXONERA ASSESSOR DE ATIVIDADES ESPORTIVAS DA FME / FELIPE GONZAGA CAVALCANTI

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 106/2010 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 1º de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Assessor de Atividades Esportivas da Fundação Municipal de Esportes (Símbolo ATE), nomeado nos termos do Decreto nº 215/13, FELIPE GONZAGA CAVALCANTI.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

gerando efeitos a partir de 1º de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 29 de novembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2224/16

. DECRETO Nº 2224/16

. De 29 de novembro de 2016

EXONERA CHEFE DE DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA / JORGE NIVALDO FELDHAUS

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado a partir de 1º de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Assistência Técnica (CC-3), nomeado nos termos do Decreto nº 1990/16, JORGE NIVALDO FELDHAUS.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 29 de novembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2225/16

. DECRETO Nº 2225/16

. De 29 de novembro de 2016

EXONERA ASSESSOR TÉCNICO / MARCELO LANZMASTER

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 1º de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Assessor Técnico (CC-6), nomeado nos termos do Decreto nº 8523/14, MARCELO LANZMASTER.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

gerando efeitos a partir de 1º de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 29 de novembro de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2226/16

. DECRETO Nº 2226/16

. De 29 de novembro de 2016

EXONERA CHEFE DE DIVISÃO DE INSPEÇÃO / MARCOS ALEXANDRE CORDEIRO

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 1º de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Inspeção (CC-3), nomeada nos termos do Decreto nº 583/13, MARCOS ALEXANDRE CORDEIRO.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 29 de novembro de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2228/16

. DECRETO Nº 2228/16

. De 29 de novembro de 2016

EXONERA SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO / PAULO ROBERTO LEDRA

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 1º de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Secretário de Planejamento e Habitação (CC-1), nomeado nos termos do Decreto nº 4/09, PAULO ROBERTO LEDRA.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento

vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 29 de novembro de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2231/16

. DECRETO Nº 2231/16

. De 29 de novembro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei nº 5.261/15,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 178.489,30 (cento e setenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT. DO RH - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01381001	ESF União
Valor: (93.922,58)	

Dotações	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT. DO RH - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01381200	ACS
Valor: (34.563,38)	

Dotações	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BASICA

30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2443	MANUT. DA FARMACIA BÁSICA
333900000000000	APLICACOES DIRETAS
01671303	FARMACIA BÁSICA DIABETES
	Valor: (3,34)

Dotações	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2458	MANUT. CONTRATOS – SOC.BENEF. HOSPITAL BEATRIZ RAMOS
333900000000000	APLICACOES DIRETAS
01635505	ESTADO CUSTEIO SAÚDE
	Valor: (50.000,00)

01000000 - Recursos Ordinários	180.000,00
--------------------------------	------------

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 29 de novembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito.

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 29 de novembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5353/16

. LEI Nº 5353

. de 29 de novembro de 2016

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do MUNICÍPIO DE INDAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Indaial que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Dotação	Valor
23.001 - FUMPAV	
0015.0451.0023.1351 - Pavim e Serv Comp em Vias Públicas - Sist Mutirão	
344900000000000 - Aplicacoes diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	180.000,00

Artigo 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICÍPIO DE INDAL as seguintes dotações:

Dotação	Valor
09.002 - Secretaria de Planejamento	
0015.0182.0009.2238 - Manut Convênio com Bombeiros Voluntários do Munic	
344500000000000 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 344/2016 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA EFETIVA POR APOSENTADORIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA POR APOSENTADORIA

THAIS PEZZI SPOSITO, Matrícula 118-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 7010209174 e do CPF 443.954.500-91, servidor público municipal, admitido por concurso público para o cargo de Bioquímico, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002.

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 30 de novembro de 2016.

Ipumirim - SC, 28 de novembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2016 HMBJ

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016

O hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 14 de dezembro de 2016 às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por Item de acordo com a Lei nº 10.520/02, visando a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL HOSPITALAR E MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO, COM ENTREGA PARCELADA, PARA USO NO HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 hrs, sito a Rua Paraná, 168, Centro - Irineópolis – SC, fone (47) 3625 1122 e no site www.irineopolis.sc.gov.br

WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS

Presidente HMBJ

Irineópolis, 28 de novembro de 2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2016 - PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 19 de dezembro de 2016, às 14:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item, de acordo com a Lei nº 10.520/02, visando a "PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO EM JORNAL DIÁRIO DE CIRCULAÇÃO ESTADUAL". O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111, no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 09 de novembro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

HOSPITAL BOM JESUS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2016.

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016

O hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 14 de dezembro de 2016 às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por Item de acordo com a Lei nº 10.520/02, visando a aquisição de medicamentos, material hospitalar e material de limpeza e produção de higienização, com entrega parcelada, para uso no Hospital Municipal Bom Jesus. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 hrs, sito a Rua Paraná, 168, Centro - Irineópolis – SC, fone (47) 3625 1122 e no site www.irineopolis.sc.gov.br

WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS

Presidente HMBJ

Irineópolis, 28 de novembro de 2016.

RESOLUÇÃO 026/2016

Hospital Municipal Bom Jesus
CNPJ 83.145.375/0001-77
E – MAIL: hospital@irineopolis.sc.gov.br

RUA PARANÁ, 168 – FONE (47) 3625.1122 - CEP 89440 000 - IRINEÓPOLIS - SANTA CATARINA
RESOLUÇÃO 026/2016

DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A SUA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001, e fundamentada nas disposições dos artigos nº 169 e 170 da Lei Complementar nº 001/97 de 30/12/1997,

RESOLVE :

Art. 1º Determinar a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para apurar a denúncia de descumprimento das disposições contidas na LC 01/97 de 30/12/1997, com relação aos deveres e as proibições de ordem funcional de MAGALI INES KERSCHER, código 80, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, vinculada ao Hospital Municipal Bom Jesus, quanto aos seguintes fatos:

I. Que nos últimos 12 (doze) meses, a servidora MAGALI INES KERSCHER, deixou de comparecer ao trabalho, injustificadamente e interpoladamente por 41(quarenta e um) dias;

II. Que a servidora pode ter sua conduta caracterizada como descumprimento de deveres previstos no art. 144, inciso II, da Lei Complementar nº 01/97, podendo ser-lhe aplicada a penalidade de exoneração do serviço público, de acordo com o que estabelece o inciso III do Art.158, combinado com o Art. 162 da mesma Lei Complementar:

Art. 158 - A exoneração será aplicada nos seguintes casos:

I – (...);

II – (...);

III - Inassiduidade habitual.

Art. 162 - Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, interpoladamente, durante o período de doze meses, por cinco dias.

Art. 2º Fica constituída a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº. 001/2016 e designados os servidores SILVANA RODRIGUES DA SILVA, Código 105, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo; EDINILSON BRAND, Código 60, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutico; SOLANGE DE FATIMA RUTCHENSKI código nº 73, ocupante do cargo efetivo de Cozinha, todos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Hospital Municipal Bom Jesus, com a finalidade de apuração, análise e julgamento dos fatos acima descritos.

Parágrafo único. Fica designado como Relator da Comissão o servidor Edinilson Brand e como Secretária Silvana Rodrigues da Silva.

Art. 3º A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos a contar da publicação desta Resolução.

Art. 4º - Providencie a Comissão a instrução processual necessária, produzindo provas documentais, testemunhais e/ou periciais, buscando e requisitando os demais elementos que julgar convenientes a completa apuração dos fatos descritos, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório, sendo que, ao final, se for o caso, deverá opinar pela aplicação das penalidades e sanções legais cabíveis.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, em 29 de novembro de 2016.

WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS
Presidente

Itapema

PREFEITURA

DECRETO Nº 376/2016

DECRETO Nº 376/2016

DISPÕE SOBRE MEDIDAS A SEREM ADOTADAS NA CIRCULAÇÃO DE CARRETAS E CAMINHÕES BETONEIRAS NO MUNICÍPIO DE ITAPEMA NO PERÍODO DA ALTA TEMPORADA DE VERÃO.

O Prefeito Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o Ofício nº SIND/OF/017/2016 datado de 07 de novembro de 2016 expedido pelo Sindicato das Indústrias da Construção Civil de Itapema – SINDUSCON,

CONSIDERANDO que em virtude da alta temporada de verão, a Cidade sofrerá grande impacto na mobilidade urbana, seja no fluxo viário, seja no deslocamento de pessoas em transporte público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica expressamente proibida a circulação de carretas e caminhões betoneiras utilizadas para concretagem dentro do perímetro de rodovias urbanas do Município, durante o período de 20 de dezembro de 2016 a 03 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Itapema, 25 de novembro de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 377/2016

DECRETO Nº 377/2016

DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE ITAPEMA.

O Prefeito Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o terrível acidente aéreo ocorrido com a Delegação da Associação Chapecoense de Futebol em viagem até a cidade de Medellín na Colômbia, que vitimou alguns de seus integrantes, sendo eles atletas, dirigentes, imprensa e convidados;

CONSIDERANDO que o Município de Itapema recebe anualmente turistas da cidade de Chapecó e de todo o Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a comoção pública vivida em todo o país pelo ocorrido e que neste momento o Município de Itapema presta sua solidariedade a Associação Chapecoense de Futebol e aos familiares envolvidos;

DECRETA:

Art. 1º - Luto Oficial por 03 (três) dias no Município de Itapema, em virtude do terrível acidente aéreo ocorrido com a Delegação da Associação Chapecoense de Futebol em viagem até a cidade de Medellín na Colômbia na data de 29 de novembro de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Itapema, 29 de novembro de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 184 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.128.2016

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 184 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.128.2016

Objeto: Registro de preço para aquisição de troféus para o Corpo de Bombeiros Militar, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do Anexo I do Edital Nº 04.128.2016.

Entrega dos envelopes: Até às 16:00(dezesseis) horas do dia 14(quatorze) de dezembro de 2016.

Abertura do Pregão: 14(quatorze) de dezembro de 2016 às 16:00(dezesseis).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "compras e licitações – modalidades – pregão – 04.128.2016" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro. Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 29 de novembro de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Contratos e Licitações.

PROCESSO Nº 185 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.129.2016

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 185 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.129.2016

Objeto: Aquisição de botas de proteção para uso do Corpo de Bombeiros Militar, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.129.2016.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00(quatorze) horas do dia 14(quatorze) de dezembro de 2016.

Abertura do Pregão: 14(quatorze) de dezembro de 2016 às 14:00(quatorze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "compras e licitações – modalidades – pregão – 04.129.2016" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro. Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 29 de novembro de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Contratos e Licitações.

**PROCESSO Nº 187 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL
Nº. 04.131.2016**

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:
Processo nº 187 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.131.2016
Objeto: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios que compõem a Merenda Escolar, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº. 04.131.2016.
Entrega dos envelopes: Até às 09:00(nove) horas do dia 16(dezesseis) de dezembro de 2016.
Abertura do Pregão: 16(dezesseis) de dezembro de 2016 às 09:00(nove)horas.
Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone “compras e licitações – modalidades – pregão – 04.131.2016” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro. Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 29 de novembro de 2016.
Everaldo Darós
Diretor de Contratos e Licitações.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 214 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 214 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, na seguinte dotação orçamentária:

08.01 - Secretaria Municipal de Transportes

26.782.0149.2043 - Manutenção das atividades da Secretaria de Transportes

31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações diretas R\$ 35.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, anulação total/parcial da seguinte dotação:

08.01 - Secretaria Municipal de Transportes

26.782.0149.2043 - Manutenção das atividades da Secretaria de Transportes

33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações diretas R\$ 35.000,00

Art. 3º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 25 de novembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 216 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 216 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta do "Excesso de Arrecadação" nas seguintes fontes de recursos 127 - Convênio SUS, no valor de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) e recurso 120 - Convênio Saúde Bucal, no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) e recurso 603 - Convênio NASF, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais):

92.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.2026 - Manutenção das Atividades da Secretária

Municipal da Saúde

31.90.00.00.00.00.00.0120- Aplicações diretas R\$ 18.000,00

31.90.00.00.00.00.00.0127- Aplicações diretas R\$ 88.000,00

31.90.00.00.00.00.00.0603- Aplicações diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 25 de novembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 215 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 215 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre crédito especial no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, exercício de 2016 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004, de 15 de dezembro de 2015;

Art. 1º Abre o seguinte crédito especial no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, exercício de 2016:

92.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.2026 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde

31.90.00.00.00.00.00.0119 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00.

Art. 2º Servirá de suporte para a abertura do crédito especial, objeto do art. 1º deste Decreto, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

92.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.2026 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde

33.90.00.00.00.00.00.0119 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 25 de novembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 219, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 219, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre Luto Oficial no Município de Itapiranga SC e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado LUTO OFICIAL por 03 (três) dias no município de Itapiranga – SC, sem prejuízo de suas normais atividades, em vista do trágico acidente aéreo ocorrido no dia 29 de novembro de 2016 quando a delegação da Associação Chapecoense de Futebol deslocava-se para a cidade de Medellín, na Colômbia com vista à disputa do título da Copa Sul - Americana.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Itapiranga – SC, 29 de novembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 145/2016

PORTARIA Nº 145 de 24 de novembro de 2016

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar o pagamento de aposentadoria por invalidez do Sr. Galdino Wiggers, a partir do dia 15 de novembro de 2016, em virtude de seu falecimento, conforme certidão de óbito matrícula nº 106609 01 55 2016 4 00002 297 0000596 20.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA-SC., 24 de novembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 171/2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 171/2016 Licitação: 171/2016 - PR Fornecedor: 133930 - MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA Data da Homologação:</p>									
1	77911	FOTOCOPIADORA IMPRESSORA ESCANER 256 TONS DE CINZA	BROTHER	UND	7,000	0,0000	130,0000	910,00	Venceu
2	77912	FOTOCOPIADORA IMPRESSORA ESCANER, VELOCIDADE MÁXIMA	BROTHER	UND	2,000	0,0000	130,0000	260,00	Venceu
3	77913	FOTOCOPIADORAS, IMPRESSÃO DE 256 TONS DE CINZA, CAPTURA	TOSHIBA	UND	1,000	0,0000	130,0000	130,00	Venceu
4	77914	FOTOCOPIADORA / IMPRESSORA / ESCANER, FUNÇÃO: IMPRESSÃO.	SAMSUNG	UND	3,000	0,0000	130,0000	390,00	Venceu
5	77915	FOTOCOPIADORA / IMPRESSORA / ESCANER VELOCIDADE IMPRESSÃO	Brother	UND	1,000	0,0000	130,0000	130,00	Venceu
6	77916	FOTOCOPIADORA / IMPRESSORA / ESCANER IMPRESSÃO, COPIA, DIGITAL	CANON	UND	4,000	0,0000	150,0000	600,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->		18,000	2.420,00	

Itapiranga, 29 de Novembro de 2016.

Assinatura do Responsável

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 172/2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 172/2016			Licitação: 172/2016 - PR			Data da Homologação:			
Fornecedor: 144274 - NC COMUNICAÇÕES S.A.									
1	75953	CENTIMETROS DE COLUNA DE ESPAÇO EM JORNAL DIARIA	DIARIO CATARINENSE	CM	1.500,000	0,0000	46,0000	69.000,00	Venceu
					1.500,000	Total do Fornecedor ---->			
						69.000,00			

Itapiranga, 29 de Novembro de 2016.

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA PREGÃO Nº 64/2016

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2016 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao vigésimo nono dia do mês de novembro de 2016, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros KARINA JUSSARA DOS SANTOS E JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, nomeados pelo (a) Decreto nº 2722/2016, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 64/2016, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA ESTRUTURAR A SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL E SALA DE CADASTRO ÚNICO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO DETALHADO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricar os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
NELITA GOMES FARIAS	JOSNEI RODRIGUES
M. MOBILE EIRELI - EPP	WILLIAN PATRICK HEINECKE
GISIANE MATILDE VIEIRA - ME	NÃO CREDENCIADO
KMW COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	NÃO CREDENCIADO
EKOMOB COMERCIO EIRELI	EDNELSON BOOZ
MJT SOLUÇÕES E INFORMÁTICA	MARCIO ALVES

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa Vencedora	Itens/Lotes	Valor Total
M. MOBILE EIRELI - EPP	1	R\$ 11.200,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s)

empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 29 de novembro de 2016

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro	KARINA JUSSARA DOS SANTOS Membro

Licitantes:

NELITA GOMES FARIAS JOSNEI RODRIGUES	M. MOBILE EIRELI - EPP WILLIAN PATRICK HEINECKE
EKOMOB COMERCIO EIRELI EDNELSON BOOZ	MJT SOLUÇÕES E INFORMÁTICA MARCIO ALVES

DECRETO MUNICIPAL Nº 2932/2016 – EXONERA SECRETÁRIO DE SAÚDE.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2932/2016

Data: 25 de novembro de 2016.

EXONERA SECRETÁRIO DE SAÚDE.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerado a pedido, o Sr. Antonio Paulo Tercziany, no cargo de Secretário de Saúde, da Secretaria Municipal Saúde.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 30 de novembro de 2016.

Itapoá (SC), 25 de novembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2935/2016 – DECLARA UTILIDADE PÚBLICA ÁREA CAPTAÇÃO ETA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2935/2016

Data: 29 de novembro de 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no Decreto Lei nº 3.365/41, e CONSIDERANDO a necessidade da implantação, instalação e funcionamento da captação de água para a Estação de Tratamento de Água e Esgoto (ETA/ETE) para a cidade:

DECRETA

Art. 1 Fica declarada de Utilidade Pública para fins de aquisição por doação, de uma área de 4.739,67 m² (quatro mil, setecentos e trinta e nove metros quadrados e sessenta e sete centímetros quadrados), da matrícula nº 10.667 do Cartório de Registro de Imóveis de Itapoá, objetivando a implantação, instalação e funcionamento da captação de água para a Estação de Tratamento de Água e Esgoto (ETA/ETE) do Município de Itapoá, Estado de Santa Catarina.

§ 1º A área declarada de Utilidade Pública, constitui-se de um imóvel de formato trapezoidal, localizada no Município de Itapoá, Estado de Santa Catarina, contendo a seguinte descrição: Iniciando do ponto de partida 0=PP, de coordenadas N=7.112.935,865, E=736.770,501, com distância de 25,77 metros, confrontando com a Rua Emmanoel Vieira Garcia (1000), até o ponto 01 de coordenadas N=7.112.934,449, E=736.796,232, deste, segue confrontando com a Rua Emmanoel Vieira Garcia (1000), com distância 42,36 metros, até o ponto 02; de coordenadas N= 7.112.931,591, E=736.838,500, deste, segue confrontando a Área Remanescente da Matrícula nº 10.667, com distância de 78,38 metros, até o Ponto 03, de coordenadas N=7.112.853,209, E= 736.838,500, deste, segue confrontando a Área Remanescente da Matrícula nº 10.667, com distância de 38,94 metros, até o Ponto 04; de coordenadas N= 7.112.839,891, E=736.801,908, deste, segue confrontando com o Rio Saí Mirim, com distância de 100,98 metros, até o ponto 0=PP, inicialmente citado, Coordenadas Planos Regulares Sistema UTM-DATUM SIRGAS 2000

Art. 2 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 29 de novembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito

Jacinto Machado

CÂMARA MUNICIPAL

EMENDA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 15, DE 2016

EMENDA À LEI ORGANICA DO MUNICIPIO Nº 15, DE 2016

Altera a redação do caput dos arts. 30 e 55 da Lei Orgânica do Município de Jacinto Machado.

Art. 1º O caput do art. 30 da Lei Orgânica do Município de Jacinto Machado passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. A Câmara de Vereadores reunir-se-á em sessão solene de instalação no dia 1º de janeiro do ano subsequente as eleições municipais, às 18h, para posse dos Vereadores, do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito e eleição dos cargos da Mesa Diretora, prestando, os Vereadores, o seguinte compromisso: (NR)

Por minha honra, prometo manter, defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica Municipal e as demais Leis em vigor, exercer com patriotismo, honestidade e espírito público o mandato de Vereador que me foi confiado pelo povo de Jacinto Machado, trabalhar pelo progresso do município e pelo bem estar de seu povo. Assim prometo.” (NR)

Art. 2º O caput do art. 55 da Lei Orgânica do Município de Jacinto Machado passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55. O Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito tomarão posse em sessão solene da Câmara de Vereadores no dia 1º de Janeiro do ano subsequente as eleições municipais, após a posse dos Vereadores, prestando o seguinte compromisso: (NR)

Por minha honra, prometo manter, defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica Municipal e as demais Leis em vigor, exercer com patriotismo, honestidade e espírito público o mandato que me foi conferido pelo povo de Jacinto Machado, trabalhar pelo progresso do município e pelo bem estar de seu povo. Assim prometo.” (NR)

Art. 3º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado, 28 de novembro de 2016.

Vereador DANIEL HIPOLITO (PSB)

Presidente

Vereador VILMAR NARDI PEREIRA (PMDB)

Vice-Presidente

Vereador VANIO DE MELO (PMDB)

Primeiro Secretário

Vereador VALDIR FURLANETTO (PMDB)

Segundo Secretário

PORTARIA Nº 5, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 5, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016

Dispõe sobre designação de Comissão Especial para proceder ao inventário anual dos bens móveis da Câmara de Vereadores de Jacinto Machado.

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe o art. 38, inc. IV, da Lei Orgânica do Município, combinado com disposto no art. 39, inc. IV, do Regimento Interno da Câmara, resolve:

Art. 1º Fica designado Comissão Especial na Unidade Administrativa Câmara de Vereadores para proceder ao inventário anual e baixa de bens móveis do Poder Legislativo do Município de Jacinto Machado, sendo constituída pelos servidores:

I – Fernando Zanivan Goulart, Matrícula nº 1260, ocupante do cargo de Assessor da Presidência;

II – Adilson Piva, Matrícula nº 1235, ocupante do cargo de Técnico Legislativo;

III – Wanderley Tomasi, Matrícula nº 0500, ocupante do cargo de Secretário-Geral;

Parágrafo único. A Comissão Especial de que trata o disposto neste artigo será presidida pelo servidor Fernando Zanivan Goulart ocupante do cargo de Assessor da Presidência e secretariado pelo servidor Adilson Piva, ocupante do cargo de Técnico Legislativo.

Art. 2º Os servidores designados para exercer os atos atribuídos à Comissão Especial de que trata o art. 1º desta Resolução não farão jus qualquer acréscimo na remuneração mensal, percebida na condição de ocupantes de cargos de provimento efetivo na Câmara Municipal.

Art. 3º A Comissão Especial, de que trata o caput do art. 1º desta Resolução, dispõe de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado, 21 de novembro de 2016; 57º da Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador DANIEL HIPOLITO (PSDB)

Presidente

Registre-se e publique-se:

Vereador VANIO DE MELO (PMDB)

Primeiro Secretário

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.129/2016

D E C R E T O Nº 11.129/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 51.360,00 (Cinquenta e um mil, trezentos e sessenta reais), para readequação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Administração (Sema), a saber:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS

05.04.04.122.03002.058 - Pagamento de despesas fixas - Patrimônio (água, energia

elétrica, telefone, aluguel, seguro)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

05.04.43 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 51.360,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Administração (Sema), a saber:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS

05.04.04.122.03002.058 - Pagamento de despesas fixas - Patrimônio (água, energia

elétrica, telefone, aluguel, seguro)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

05.04.44 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 51.360,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 28 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

ADEMAR POSSAMAI

Prefeito

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.130/2016

D E C R E T O Nº 11.130/2016

Fixa os Valores Venais para Fins de Lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano e do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, Conforme Tabela Anexa da Planta de Valores Imobiliários.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com base nos artigos 116, 120 e 121, da Lei Complementar Municipal Nº 001/1993, de 18 de novembro de 1993 - Código Tributário Municipal; e

CONSIDERANDO a correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de novembro do ano de 2015 a outubro do ano de 2016, correspondente ao percentual de 8,50% (oito inteiros e cinquenta centésimos por cento);

DECRETA :

Art.1º Fica fixada a nova Planta de Valores Imobiliários de Terrenos e Edificações localizados no Município.

Art.2º Os valores constantes do artigo 3º e do Anexo Único deste Decreto serão utilizados como base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano e do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis para o exercício de 2017.

Art.3º A Tabela do valor por metro quadrado (Vu), conforme o tipo e a categoria das edificações, é dada por:

1. Tipo: Casa, Apartamento, Loja e Escritório:

CATEGORIA DA EDIFICAÇÃO VALOR DO METRO QUADRADO

Popular R\$ 293,18

Normal R\$ 332,69

Alto R\$ 427,77

2. Tipo: Galpão, Indústria e Garagem:

CATEGORIA DA EDIFICAÇÃO VALOR DO METRO QUADRADO

Popular R\$ 253,48

Normal R\$ 293,18

Alto R\$ 332,69

3. Tipo: Telheiro:

CATEGORIA DA EDIFICAÇÃO VALOR DO METRO QUADRADO

Popular R\$ 150,26

Normal R\$ 195,17

Alto R\$ 253,48

4. Tipo (Outros): Escolas, Igrejas, Clubes, Hotéis, Cinemas:

CATEGORIA DA EDIFICAÇÃO VALOR DO METRO QUADRADO

Popular R\$ 293,18

Normal R\$ 332,69

Alto R\$ 427,77

Parágrafo único. O sistema de avaliação para determinação da Planta de Valores Imobiliários de Terrenos e Edificações localizados no Município é o estabelecido no Anexo 6, do Decreto Municipal Nº 3.225/1995, de 27 de julho de 1995.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 28 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.130/2016 - ANEXO

ANEXO ÚNICO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 11.130/2016

Devido a problemas técnicos com a disponibilização de imagens e planilhas no Diário Oficial do Município, o Anexo Único do Decreto Municipal nº 11.130/2016 encontra-se disponível no link abaixo:
<http://portal.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=17775>

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2016-FMS

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO: Menor Preço Por Item

CONVOCAÇÃO

O Município de Jaraguá do Sul, através da Pregoeira, comunica aos participantes do certame que a empresa DIMÉRIOS COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS EIRELI fica Inabilitada no Processo licitatório pelo fato da ausência da Certidão Conjunta Negativa (ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa) de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União e INSS e, convoca as empresas participantes do Pregão Presencial para abertura e julgamento do envelope 02 – Habilitação das empresas, METRO-MED COM DE MAT MED HOSP LTDA, terceira colocada dos itens 01 e 02 e FRALDAS CK INDUSTRIA E COM. LTDA terceira colocada dos itens 03, 04, 05 e 06, ficando marcada sessão pública no dia 01/12/2016 as 08:00 horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

Jaraguá do Sul (SC), 29 de novembro de 2016.

Rosinei Aparecida Gretter Dias

Pregoeira - Decreto nº 9.071/2013

alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

INSTITUTO JOURDAN - PORTARIA Nº 023 / 2016

PORTARIANº 023 / 2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO JOURDAN DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE JARAGUÁ DO SUL – INSTITUTO JOURDAN, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VI, do artigo 11, da Lei Complementar Municipal Nº 145/2013, de 12 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, KARINA DE OLIVEIRA GONÇALVES CRISTOFOLINI, do cargo de provimento em comissão de SUBGERENTE DE TRABALHO E RENDA do INSTITUTO JOURDAN.

Art. 2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 005/2016, de 07 de abril de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de dezembro de 2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de outubro de 2016.

Ronaldo de Lima

Presidente do Instituto Jourdan

INSTITUTO JOURDAN - PORTARIA Nº 024 / 2016

PORTARIANº 024 / 2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO JOURDAN DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE JARAGUÁ DO SUL – INSTITUTO JOURDAN, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VI, do artigo 11, da Lei Complementar Municipal Nº 145/2013, de 12 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR, a partir de 1º/12/2016, CRISTIANE LUCHT GASCHO, do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE PLANEJAMENTO URBANO do INSTITUTO JOURDAN.

Art. 2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 004/2014, de 03 de março de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de dezembro de 2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de outubro de 2016.

Ronaldo de Lima

Presidente do Instituto Jourdan

INSTITUTO JOURDAN - PORTARIA Nº 025 / 2016

PORTARIANº 025 / 2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO JOURDAN DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE JARAGUÁ DO SUL – INSTITUTO JOURDAN, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VI, do artigo 11, da Lei Complementar Municipal Nº 145/2013, de 12 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR, a partir de 1º/12/2016, JANAINA DANIELE BORCHARDT DA ROSA, do cargo de provimento em comissão de ASSESSORA E CONSULTORA JURÍDICA do INSTITUTO JOURDAN.

Art. 2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 010/2015, de 31 de agosto de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de dezembro de 2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de outubro de 2016.

Ronaldo de Lima

Presidente do Instituto Jourdan

INSTITUTO JOURDAN - PORTARIA Nº 026 / 2016

PORTARIANº 026 / 2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO JOURDAN DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE JARAGUÁ DO SUL – INSTITUTO JOURDAN, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VI, do artigo 11, da Lei Complementar Municipal Nº 145/2013, de 12 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/12/2016, SALETE WALZ, do cargo de provimento em comissão de GERENTE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO do INSTITUTO JOURDAN.

Art. 2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 013/2016, de 11 de julho de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de dezembro de 2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de outubro de 2016.

Ronaldo de Lima

Presidente do Instituto Jourdan

INSTITUTO JOURDAN - RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 020/2016

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 020/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO JOURDAN DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE JARAGUÁ DO SUL – INSTITUTO JOURDAN, torna pública a RETIFICAÇÃO, por erro material, da Portaria nº 020/2016 de 27 de outubro de 2016, publicada em 28/10/2016, na Edição nº 2112 do DOM/SC, página 313, comunicando às pessoas interessadas a seguinte mudança:

1) Fica alterado o texto da portaria:

Onde se lê: "Art.1º EXONERAR, a partir de 1º/11/2016, JULIANA REU JUNQUEIRA, do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE INTEGRAÇÃO POLÍTICA URBANO-AMBIENTAL do INSTITUTO JOURDAN."

Leia-se: "Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/11/2016, JULIANA REU JUNQUEIRA, do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE INTEGRAÇÃO POLÍTICA URBANO-AMBIENTAL do INSTITUTO JOURDAN."

Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de novembro de 2016.

Ronaldo de Lima

Presidente do Instituto Jourdan

INSTITUTO JOURDAN - RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 021/2016

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 021/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO JOURDAN DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE JARAGUÁ DO SUL – INSTITUTO JOURDAN, torna pública a RETIFICAÇÃO, por erro material, da Portaria nº 021/2016 de 27 de outubro de 2016, publicada em 28/10/2016, na Edição nº 2112 do DOM/SC, página 313, comunicando às pessoas interessadas a seguinte mudança:

1) Fica alterado o texto da portaria:

Onde se lê: "Art.1º EXONERAR, a partir de 1º/11/2016, AURÉLIO LUIZ JUNCKES, do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE MOBILIDADE URBANA do INSTITUTO JOURDAN"

Leia-se: "Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/11/2016, AURÉLIO LUIZ JUNCKES, do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE MOBILIDADE URBANA do INSTITUTO JOURDAN".

Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de novembro de 2016.

Ronaldo de Lima

Presidente do Instituto Jourdan

INSTITUTO JOURDAN - RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 022/2016

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 022/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO JOURDAN DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE JARAGUÁ DO SUL – INSTITUTO JOURDAN, torna pública a RETIFICAÇÃO, por erro material, da Portaria nº 022/2016 de 27 de outubro de 2016, publicada em 28/10/2016, na Edição nº 2112 do DOM/SC, páginas 313 e 314, comunicando às pessoas interessadas a seguinte mudança:

1) Fica alterado o texto da portaria:

Onde se lê: "Art.1º EXONERAR, a partir de 1º/11/2016, EDINALVA DA SILVA E SILVA, do cargo de provimento em comissão de OFICIAL DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA do INSTITUTO JOURDAN."

Leia-se: "Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/11/2016, a partir de 1º/11/2016, EDINALVA DA SILVA E SILVA, do cargo de provimento em comissão de OFICIAL DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA do INSTITUTO JOURDAN."

Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de novembro de 2016.

Ronaldo de Lima

Presidente do Instituto Jourdan

LEI Nº 7.290/2016

LEI Nº 7.290/2016

Denomina Servidão.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Servidão de Nº 356, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Urbano, no bairro Barra do Rio Cerro, passa a denominar-se NATÁLIA DEMARCHI SATLER.

Art.2º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 28 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

RONIS ROBERTO BOSSE

Secretário Municipal do Urbanismo

PORTARIA N.º 112/2016/SEMSA

PORTARIAN.º 112/2016/Semsa

DALTON FERNANDO FISCHER, Secretário Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, e;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Ofício nº 1187/2016/Semsa, de 24/10/2016, firmado pelo Secretário Municipal da Saúde, Dalton Fernando Fischer, o qual solicita a instauração de Sindicância Administrativa, em desfavor do servidor público Municipal Cláudio Pércles de Andrade dos Santos Cruz;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Memorando nº 174/2016/DAB-SEMSA, datado de 19/10/2016, e seus anexos, subscrito pela Diretora da Atenção Básica, junto a Secretaria Municipal da Saúde, Nádia Renate da Silva, informando o recebimento de demanda da ouvidoria nº 1944037;

CONSIDERANDO que o Memorando nº 174/2016/DAP-SEMSA, informa que na demanda protocolada através da Ouvidoria do SUS junto a Secretaria Municipal da Saúde, sob o nº 1944037, em 27/09/2016, uma cidadã, devidamente nominada, relata que o médico, Cláudio Pércles de Andrade dos Santos Cruz incitou família a entrar com Processo Judicial para conseguir cirurgia de Gastrotomia mais rapidamente e, que a família se sentiu ameaçada pelo profissional, tendo em vista que o médico informou que daria alta ao paciente do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), por não terem acatado a solicitação de entrar com processo judicial para conseguir a cirurgia;

CONSIDERANDO ainda que o Memorando nº 174/2016/DAP-SEMSA aduz que a referida demanda promovida através da Ouvidoria do SUS junto a Secretaria Municipal da Saúde dá conta de que o usuário do SAD, Altair Janing, não estaria sendo examinado pelo médico em suas consultas domiciliares, mas tão somente pelo enfermeiro;

CONSIDERANDO o disposto no documento sob o título "Espelho da Demanda", cujo atendimento fora registrado no dia 27/09/2016, recebendo o nº 1944037, contendo a necessária identificação do(a) reclamante, a qual relata que é "cuidadora" do Sr. Altair Janing (paciente do SAD que necessita de cirurgia de Gastrotomia) e informa que na última visita do médico do SAD, Cláudio Pércles de Andrade dos Santos Cruz, este deixou todos os documentos para que a cirurgia fosse realizada por ordem judicial e orientou a família de como proceder; porém, os familiares do Paciente Altair Janing acharam melhor aguardar o encaminhamento do Sistema Único de Saúde – SUS, sem acionar a Justiça. Após quadro febril do paciente Altair Janing, a Sra. Rosangela foi até o SAD para retirar receita médica e ao ser atendida pelo médico Cláudio Pércles de Andrade dos Santos Cruz, este lhe questionou se já haviam dado entrada via judicial e entregue os documentos na justiça; mediante a negativa da Sra. Rosangela, o médico Cláudio Pércles de Andrade dos Santos Cruz lhe deu uma bronca, informando que está orientando todos seus pacientes para entrar na justiça para conseguir a cirurgia, e como o Sr. Altair Janing não o fez, provavelmente ficará para ser atendido por último, informando (em tom de ameaça) para a Sra. Rosangela que, se foi esta a escolha da família, no próximo atendimento daria alta do SAD, ao paciente Altair Janing e assim quer ver como a família vai se virar para dar atendimento através do SUS (Posto de Saúde);

CONSIDERANDO que no dia 27/09/2016, o "Espelho da Demanda", contendo a reclamação formulada, fora direcionado ao Secretário Municipal da Saúde, o qual, presume-se, redirecionou o feito ao servidor Cláudio Pércles de Andrade dos Santos Cruz, passando este a formalizar suas justificativas.

CONSIDERANDO o conteúdo da justificativa e suas fundamentações encaminhadas em 11/10/2016, pelo servidor Cláudio Pércles de Andrade dos Santos Cruz, a Ouvidoria do SUS junto a Secretaria Municipal da Saúde, no sentido de que são improcedentes as acusações descritas na demanda mencionada

CONSIDERANDO que a justificativa e fundamentações formuladas pelo servidor Cláudio Pércles de Andrade dos Santos Cruz encaminhadas a Ouvidoria do SUS junto a Secretaria Municipal da Saúde perfazem "15" itens os quais relatam o histórico médico do paciente, além de outras situações afetas ao relacionamento profissional com a "cuidadora" reclamante, inclusive através de contato telefônico, bem como suas justificativas sobre e orientação quanto à alternativa judicial.

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no "Formulário de Informações Necessárias para Abertura de Sindicância Administrativa e/ou Processo Administrativo Disciplinar", preenchido e encaminhado pela Diretora da Atenção Básica, junto a Secretaria Municipal da Saúde, Nádia Renate da Silva, em 19/08/2016;

CONSIDERANDO a necessidade de se adotar providências administrativas, para a devida apuração dos fatos, em face dos indícios e denúncias apresentadas contra o servidor público municipal Cláudio Pércles de Andrade dos Santos Cruz;

CONSIDERANDO os princípios básicos da administração pública, dispostos na Constituição Federal e aplicáveis ao Direito Administrativo Disciplinar, que versam sobre a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO os princípios da racionalização administrativa e economia processual, bem como os princípios constitucionais do devido processo legal e o fato da sindicância tratar-se de procedimento preliminar a eventual Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Jaraguá do Sul, Lei Complementar Municipal nº 154/2014 e as normas legais em vigor;

CONSIDERANDO a existência de Comissão Permanente para a tutela dos princípios da administração pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO o relatado, solicitar a abertura de sindicância para averiguação dos fatos e tomada de providências;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância Administrativa sob o Nº 025/2016, em desfavor do servidor público CLÁUDIO PÉRCLES DE ANDRADE DOS SANTOS CRUZ, matrícula 10738-7, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, tendo em vista os indícios e denúncias apontados anteriormente, estando sujeito o servidor, se comprovado, ao que dispõe a Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 e suas alterações, bem como a outros diplomas legais infringidos.

Art. 2º Fica designada a SEGUNDA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, composta pelas servidoras VIVIANE STOLF, matrícula 8220-1, lotada na Secretaria Municipal da Saúde; ROBERTA ROTERMUND BARATTO, matrícula 9108-1, lotada na Secretaria Municipal da Saúde e CLARELI ADRIANO MALHEIRO, matrícula 7045-9, lotada na Secretaria Municipal do Urbanismo, para, sob a presidência da primeira, promover a apuração de fatos ensejadores de possível(is) falta(s) disciplinar(es), nos termos constantes da presente Portaria.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no

curso dos trabalhos, deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Sindicância Administrativa.

Art. 3º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, deverá imediatamente encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação a Controladoria-Geral do Município, para tomada das providências cabíveis.

Art. 4º A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, ato contínuo, solicitará a Controladoria-Geral do Município a disponibilidade dos documentos que fundamentam a instauração do feito.

Art. 5º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do processo, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa deverá observar o seguinte rito:

- I – lavratura do Termo de Abertura da Sindicância Administrativa;
- II – indicação de membro para secretariar os trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;
- III – juntada, aos autos do processo, dos documentos, respeitada a ordem cronológica de apresentação;
- IV – notificação do(a) servidor(a) indiciado(a), quando houver, para conhecimento do fato que lhe é imputado, ciência da data e horário da sua inquirição e acompanhamento do feito;
- V – instrução do feito;
- VI – apresentação do Relatório Final Conclusivo.

§1º A capa do processo deverá conter referência ao número da Portaria de Instauração, seguida da sua data de publicação; indicação do número sequencial da Sindicância Administrativa; dados do(a) servidor(a) indiciado(a), quando houver, e resumo do objeto do processo;

§2º As folhas dos documentos a que se refere o inciso III do presente artigo, deverão ser numeradas e rubricadas pelo(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, no canto superior direito, a partir da capa do processo;

§3º A juntada de qualquer documento ao processo deverá ser antecedida da indicação da data de juntada e da indicação do documento a que se refere;

§4º A notificação a que se refere o inciso IV, do presente artigo deverá se dar de forma pessoal ou por edital nos casos previstos na legislação vigente.

§5º Na fase instrutória, a qual se refere o inciso V do presente artigo, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa poderá promover a oitiva de testemunhas, solicitar documentos às unidades administrativas internas, solicitar documentos à quaisquer unidades externas envolvidas diretamente com o feito, desde que conste nas requisições referência expressa ao fim a que se destina, bem como promover a produção de outras provas que entender pertinentes ao esclarecimento dos fatos;

Art. 6º As reuniões da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa deverão ser registradas em ata;

Art. 7º Todos os atos, documentos e termos do processo deverão ser mantidos em duas vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art. 8º O Relatório Final Conclusivo deverá ser apresentado de forma completa e objetiva, contendo a indicação dos seguintes itens:

- I – da instauração do Processo de Sindicância Administrativa,
- II – da instalação dos Trabalhos;
- III – do conteúdo constante da instrução processual;
- IV – da conclusão;

V – das recomendações, se for o caso e

VI – do encaminhamento à Controladoria-Geral do Município para a formalização do envio à autoridade instauradora.

§1º No condizente à instauração do Processo de Sindicância Administrativa, referido no inciso I do presente artigo, deverá constar referência à Portaria de Instauração, sua respectiva data de publicação, número sequencial da Sindicância Administrativa, descrição sucinta do fato apurado e os dados do(a) servidor(a) indiciado(a), quando houver.

§2º No condizente à instrução processual, constante do inciso III do presente artigo, deverá de forma concisa, constar referência às diligências promovidas, inclusive à oitiva de testemunhas e depoimento do(a) servidor(a) indiciado(a), quando houver, bem como referência à análise comparativa e valorativa promovida pela Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, destacando-se aquelas em que a Comissão formou sua convicção.

§3º A Conclusão deverá conter, expressamente, quando for o caso, o nome do(a) servidor(a) em face do(a) qual foi instaurado o Processo de Sindicância Administrativa, sua qualificação, a unidade administrativa de lotação e de exercício, bem como a descrição e fundamentação da(s) infração(ões) incorrida(s) ou menção à ausência de indícios de fatos tipificados na Lei Complementar nº 154/2014.

§4º Verificada a inobservância de procedimentos por quaisquer das unidades da Administração Pública, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa deverá consignar expressamente a recomendação necessária para a correção, adequação ou melhoria da atividade em razão das particularidades identificadas.

§5º Emitido o Relatório Final Conclusivo, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, deverá encaminhar todo o conteúdo diretamente a Controladoria-Geral do Município para a efetivação das providências necessárias.

Art. 9º Da sindicância instaurada pela autoridade administrativa poderá resultar:

- I – arquivamento do processo ou
- II – abertura de processo disciplinar.

Art. 10. A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa terá o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art. 11. Os membros da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, deverão ser gratificados na forma da Lei Municipal nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e suas alterações.

Parágrafo único. A gratificação de função será devida enquanto perdurarem as atividades e em nenhuma hipótese será incorporada ao vencimento ou à remuneração do servidor.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art. 13. Publique-se na forma do artigo 91, §1º da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 29 de novembro de 2016.
DALTON FERNANDO FISCHER
Secretário Municipal da Saúde

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA RECURSO À DECISÃO DA COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

Requerente (Servidor): _____

I – Exposição do(s) fator(es) que o Servidor discorda:

II – Razões do pedido de reforma:

(continuar no verso se necessário)

III – Rol de testemunhas (deve conter: nome completo, cargo, local de trabalho; se não for servidor deve conter endereço completo):

IV – Outros meios de provas (perícia, depoimento pessoal...)

Jaraguá do Sul, ____/____/____

Assinatura do Sindicato

Nome:

CPF:

PORTARIA N.º 113/2016/SEMSA

PORTARIA N.º 113/2016/Semsa

DALTON FERNANDO FISCHER, Secretário Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, e;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Ofício nº 1279/2016/Semsa, de 10/11/2016, firmado pelo Secretário Municipal da Saúde, Dalton Fernando Fischer, o qual solicita a instauração de Sindicância Administrativa, em desfavor do servidor Público Municipal RODRIGO FERREIRA DE SOUZA;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Memorando nº 131/2016/DAB-SEMSA, datado de 09/11/2016, e seus anexos, subscrito pela Diretora da Atenção Básica, junto a Secretaria Municipal da Saúde, Nádia Renate da Silva, informando o recebimento da demanda da ouvidoria do Sistema Único de Saúde – SUS registrada sob o nº 1861794, onde cidadão, de forma anônima relata que o servidor Rodrigo Ferreira de Souza chegou na Unidade de Saúde da Ilha da Figueira (Posto de Saúde Jaqueline Francener), na data de 13/07/2016, às 07h30min, registrou o ponto, e foi embora, retornando a Unidade de Saúde por volta das 09h06min para atender os pacientes agendados;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Memorando nº 131/2016/DAB-SEMSA, datado de 09/11/2016, e seus anexos, subscrito pela Diretora da Atenção Básica, junto a Secretaria Municipal da Saúde, Nádia Renate da Silva, o qual informa que o início ao atendimento, dos pacientes agendados para o dia 13/07/2016, e devidamente registrado no Sistema Olostech, ocorreu às 09h19min e o último às 10h16min, conforme demonstrado no “Relatório de Atendimentos por Profissional – Detalhado”, encaminhado em anexo;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Memorando nº 131/2016/

DAB-SEMSA, datado de 09/11/2016, e seus anexos, subscrito pela Diretora da Atenção Básica, junto a Secretaria Municipal da Saúde, Nádia Renate da Silva, informando que a Enfermeira Chefe do Posto de Saúde Ilha da Figueira, servidora Sandra Lúcia Isabel Silva e Silva, respondeu a demanda da Ouvidoria do SUS registrada sob o nº 1861794, esclarecendo que o servidor Rodrigo Ferreira de Souza, naquela data (13/07/2016), esteve realmente às 07h30min, no Posto de Saúde Ilha da Figueira sem que houvesse registrado o ponto eletrônico, tendo em vista solicitação para atender recém-nascido no hospital, ausentando-se assim brevemente do Posto de Saúde; esclarece ainda que o profissional cumpre carga horária junto à Secretaria Municipal da Saúde, de 20 horas/semanais e que nas quartas-feiras o atendimento na unidade de saúde referida ocorre das 7h30min até às 10h30min.

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no atendimento registrado sob o nº 1861794, datado de 17/07/2016, cujos dados do reclamante constam como anônimo e cujo conteúdo reporta-se à reclamação em face da atitude do médico pediatra Rodrigo que atende na Unidade Básica de Saúde da Ilha da Figueira e que teria comparecido por volta das 07h30min, registrado o cartão ponto e se retirado da unidade de saúde; que, o reclamante, ao questionar a recepcionista sobre onde o médico estaria e o porque do atraso na realização das consultas, esta não soube informar, solicitado apenas que os pacientes aguardassem; não achando justo esta atitude, tendo em vista que alguns pais aguardam por até 02 (dois) meses para conseguirem ser atendidos, comparecem no Posto de Saúde no dia e horário agendados e o médico simplesmente sai e volta quando quer; que, o reclamante, conversando com outro servidor da Unidade de Saúde, o mesmo informou que é comum esta atitude por parte do médico; aduzindo ainda o servidor reclamante que, como agora todos são obrigados a “bater o cartão” no horário, é usual o médico, servidor Rodrigo Ferreira de Souza, registrar seu ponto e voltar por volta das 09h00min ou mais tarde, sendo que em outros tempos era comum chegar mais tarde. Relata, por fim, que o reclamante verificou junto às dependências da Unidade de Saúde que por volta das 09h00min o médico estacionou o carro e entrou no Posto de Saúde, pelo que, pede investigação.

CONSIDERANDO que no dia 13/07/2016, o “Espelho da Demanda” registrado junto a Ouvidoria do SUS da Secretaria Municipal da Saúde foi direcionada ao Posto de Saúde Jaqueline Francener, Ilha da Figueira, para tomada de providências, a resposta, formulada pela Enfermeira Sandra Lucia Isabel Silva e Silva dá conta de que realmente o pediatra chegou às 7h30min, não havendo registrado o ponto porque teria recebido uma ligação do Hospital para atender um recém-nascido, avisando que assim procederia e voltaria na sequência à Unidade e que o reclamante não teria, em momento algum, conversado com a Enfermeira.

CONSIDERANDO que nos esclarecimentos promovidos pelo médico pediatra Rodrigo Ferreira de Souza, em 05/10/2016, atinentes à demanda nº 1861794, o mesmo esclarece sobre os dias e horários de expediente junto ao Posto de Saúde Ilha da Figueira; justifica sua atuação médica profissional junto a outros órgãos de saúde (Hospital e Maternidade Jaraguá, UTI Neonatal – Berçário e Enfermaria, plantões etc.); fundamenta sua conduta como servidor público e esclarece o caso específico, objeto da demanda registrada, colocando-se à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

CONSIDERANDO, o relatório de “Acompanhamento Situação Atendimento nas Unidades de Saúde”, extraído no dia 18/10/2016, do período de 1º/09/2016 a 30/09/2016, que relaciona os usuários atendidos pelo médico Rodrigo Ferreira de Souza na Unidade Básica de Saúde Ilha da Figueira, contendo os respectivos horários de atendimento.

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no “Formulário de Informações Necessárias para Abertura de Sindicância Administrativa e/

ou Processo Administrativo Disciplinar”, preenchido e encaminhado pela Diretora da Atenção Básica, junto a Secretaria Municipal da Saúde, Nádia Renate da Silva, em 08/11/2016;

CONSIDERANDO a necessidade de se adotar providências administrativas, para a devida apuração e esclarecimento dos fatos, em face dos indícios e denúncias apresentadas contra o servidor público municipal Rodrigo Ferreira de Souza;

CONSIDERANDO os princípios básicos da administração pública, dispostos na Constituição Federal e aplicáveis ao Direito Administrativo Disciplinar, que versam sobre a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO os princípios da racionalização administrativa e economia processual, bem como os princípios constitucionais do devido processo legal e o fato da sindicância tratar-se de procedimento preliminar a eventual Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Jaraguá do Sul, Lei Complementar Municipal nº 154/2014 e as normas legais em vigor;

CONSIDERANDO a existência de Comissão Permanente para a tutela dos princípios da administração pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO o relatório, solicitar a abertura de sindicância para averiguação dos fatos e tomada de providências;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância Administrativa sob o nº 026/2016, em desfavor do servidor público municipal RODRIGO FERREIRA DE SOUZA, matrícula 8553-7, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal da Saúde; tendo em vista os indícios denunciados anteriormente, estando sujeito o servidor, ao conteúdo disposto na Lei Complementar Municipal nº 154/2014 e outros diplomas legais infringidos.

Art. 2º Fica designada a PRIMEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, composta pelos servidores SÉRGIO ANTONIO DE TOFEL, matrícula 8448-4, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos; SÔNIA MARIA ROWEDER, matrícula 9057, lotada na Secretaria Municipal da Administração; e CLEONIS ROSÁLIA TOMASELLI, matrícula 80161-5, lotada na Secretaria Municipal da Educação, para, sob a presidência do primeiro, promover a apuração de fatos ensejadores de possível(eis) falta(s) disciplinar(es), nos termos constantes da presente Portaria.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos, deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Sindicância Administrativa.

Art. 3º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, deverá imediatamente encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação a Controladoria-Geral do Município, para tomada das providências cabíveis.

Art. 4º A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, ato contínuo, solicitará a Controladoria-Geral do Município a disponibilidade dos documentos que fundamentam a instauração do feito.

Art. 5º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do processo, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa deverá observar o seguinte rito:

I – lavratura do Termo de Abertura da Sindicância Administrativa;

II – indicação de membro para secretariar os trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

III – juntada, aos autos do processo, dos documentos, respeitada a ordem cronológica de apresentação;

IV – notificação do(a) servidor(a) indiciado(a), quando houver, para conhecimento do fato que lhe é imputado, ciência da data e horário da sua inquirição e acompanhamento do feito;

V – instrução do feito;

VI – apresentação do Relatório Final Conclusivo.

§1º A capa do processo deverá conter referência ao número da Portaria de Instauração, seguida da sua data de publicação; indicação do número sequencial da Sindicância Administrativa; dados do(a) servidor(a) indiciado(a), quando houver, e resumo do objeto do processo;

§2º As folhas dos documentos a que se refere o inciso III do presente artigo, deverão ser numeradas e rubricadas pelo(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, no canto superior direito, a partir da capa do processo;

§3º A juntada de qualquer documento ao processo deverá ser antecedida da indicação da data de juntada e da indicação do documento a que se refere;

§4º A notificação a que se refere o inciso IV, do presente artigo deverá se dar de forma pessoal ou por edital nos casos previstos na legislação vigente.

§5º Na fase instrutória, a qual se refere o inciso V do presente artigo, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa poderá promover a oitiva de testemunhas, solicitar documentos às unidades administrativas internas, solicitar documentos à quaisquer unidades externas envolvidas diretamente com o feito, desde que conste nas requisições referência expressa ao fim a que se destina, bem como promover a produção de outras provas que entender pertinentes ao esclarecimento dos fatos;

Art. 6º As reuniões da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa deverão ser registradas em ata;

Art. 7º Todos os atos, documentos e termos do processo deverão ser mantidos em duas vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art. 8º O Relatório Final Conclusivo deverá ser apresentado de forma completa e objetiva, contendo a indicação dos seguintes itens:

I – da instauração do Processo de Sindicância Administrativa,

II – da instalação dos Trabalhos;

III – do conteúdo constante da instrução processual;

IV – da conclusão;

V – das recomendações, se for o caso e

VI – do encaminhamento à Controladoria-Geral do Município para a formalização do envio à autoridade instauradora.

§1º No condizente à instauração do Processo de Sindicância Administrativa, referido no inciso I do presente artigo, deverá constar referência à Portaria de Instauração, sua respectiva data de publicação, número sequencial da Sindicância Administrativa, descrição sucinta do fato apurado e os dados do(a) servidor(a) indiciado(a), quando houver.

§2º No condizente à instrução processual, constante do inciso III do presente artigo, deverá de forma concisa, constar referência às diligências promovidas, inclusive à oitiva de testemunhas e depoimento do(a) servidor(a) indiciado(a), quando houver, bem como referência à análise comparativa e valorativa promovida pela Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, destacando-se

aquelas em que a Comissão formou sua convicção.

§3º A Conclusão deverá conter, expressamente, quando for o caso, o nome do(a) servidor(a) em face do(a) qual foi instaurado o Processo de Sindicância Administrativa, sua qualificação, a unidade administrativa de lotação e de exercício, bem como a descrição e fundamentação da(s) infração(ões) incorrida(s) ou menção à ausência de indícios de fatos tipificados na Lei Complementar nº 154/2014.

§4º Verificada a inobservância de procedimentos por quaisquer das unidades da Administração Pública, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa deverá consignar expressamente a recomendação necessária para a correção, adequação ou melhoria da atividade em razão das particularidades identificadas.

§5º Emitido o Relatório Final Conclusivo, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, deverá encaminhar todo o conteúdo diretamente a Controladoria-Geral do Município para a efetivação das providências necessárias.

Art. 9º Da sindicância instaurada pela autoridade administrativa poderá resultar:

- I – arquivamento do processo ou
- II – abertura de processo disciplinar.

Art. 10. A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa terá o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art. 11. Os membros da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, deverão ser gratificados na forma da Lei Municipal nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e suas alterações.

Parágrafo único. A gratificação de função será devida enquanto perdurarem as atividades e em nenhuma hipótese será incorporada ao vencimento ou à remuneração do servidor.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art. 13. Publique-se na forma do artigo 91, §1º da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 29 de novembro de 2016.
DALTON FERNANDO FISCHER
Secretário Municipal da Saúde

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA RECURSO À DECISÃO DA COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

Requerente (Servidor): _____

I – Exposição do(s) fator(es) que o Servidor discorda:

II – Razões do pedido de reforma:

_____ (continuar no verso se necessário)

III – Rol de testemunhas (deve conter: nome completo, cargo, local de trabalho; se não for servidor deve conter endereço completo):

IV – Outros meios de provas (perícia, depoimento pessoal...)

Jaraguá do Sul, ____/____/____

Assinatura do Sindicado

Nome:

CPF:

PORTARIA Nº 1024/2016

PORTARIANº 1024/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 539/2016/3ªCPAD, de 25/11/2016, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º RETIFICAR o nome constante na Portaria Nº 982/2016, de 17/11/2016, de Uérikin Luciano Luvisa para UÉRIKIN LEICIANO LUVISA.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de novembro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 50/2016/CMDCA/JS

RESOLUÇÃO Nº50/2016/CMDCA/JS

Revoga a Resolução Nº 001/2014/CMDCA/JS e regulamenta os procedimentos e critérios para registro ou renovação do registro de entidades não governamentais e inscrição de programas governamentais de atendimento à Criança e ao Adolescente do Município de Jaraguá do Sul-SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA/JS), no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal nº7.045 de 27 de maio de 2015, em conformidade com as deliberações de Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2016,

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, a qual preconiza em seu artigo 227 que a criança e o adolescente é prioridade absoluta; CONSIDERANDO que o CMDCA/JS é o órgão que deve deliberar e exercer o controle do atendimento às crianças e aos adolescentes, conforme dispõe a Lei Federal 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

CONSIDERANDO a Lei Federal 12.594 de 18 de janeiro de 2012 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE;

CONSIDERANDO a Resolução Nº 71 de 10 de junho de 2011, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre o registro de entidade não governamentais e da inscrição de programas de proteção e sócio-educativo das Entidades Governamentais e Não Governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

CONSIDERANDO que a definição de parâmetros para Registro, Inscrição e Renovação de Organizações Governamentais, Não Governamentais, Serviços e Programas, junto ao CMDCA/JS, em conformidade com os artigos 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é um instrumento de orientação e padronização de documentos junto ao Conselho, visando garantir a qualidade no atendimento de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e Adolescente comentado, organizado por M. Cury, A.F. Amaral e Silva e E. G. Mendez esclarece que: O primeiro inciso, orientação e apoio sócio-familiar, indica que as entidades de atendimento devem garantir uma ajuda não-material que consiste em encaminhamento familiar a grupos de ajuda e discussão, bem como, orientação psico-social aos familiares. Já o apoio seria uma ajuda de cunho financeiro, às famílias que apresentem dificuldades econômicas na manutenção de suas necessidades; mas pode significar também um encaminhamento a organismos que promovam a inserção dos familiares em programas de emprego. Como se vê, este dispositivo busca garantir condições para que a família possa criar seus filhos com dignidade e respeito aos seus direitos. Procura, portanto, garantir um sinal verde para o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Já o segundo inciso, apoio sócio-educativo em meio aberto,[..]. Trata-se da disponibilização de serviços que devem ser complementares às atuações familiares e da escola. Estes programas de apoio social e educativo não se confundem com as medidas socioeducativas, que visam à responsabilização de adolescentes em conflito com a Lei, mas integram a importante missão de formar, juntamente com a escola e família, o tripé da proteção integral: família, escola e comunidade. Em termos de conteúdo, devem oferecer: reforço escolar, apoio nutricional, esporte e atividades artístico-culturais, dentre outros.

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer critérios e procedimentos para o registro e renovação de Entidades não governamentais e a inscrição e atualização de Serviços e Programas desenvolvidos em Entidades Governamentais e Não Governamentais, obrigatoriamente, que atuam em Jaraguá do Sul.

Parágrafo único: O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul – CMDCA/JS, entende como Regimes de Atendimento, aqueles elencados no Artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, quais sejam:

I – Orientação e apoio sócio-familiar - Entende-se por regime de orientação e apoio sociofamiliar os programas que atendam diretamente as famílias, inclusive as gestantes, com o oferecimento de tratamento, assistência jurídica, acompanhamento social ou fornecimento de bens e serviços voltados ao resgate e/ou fortalecimento de vínculos afetivos, superação de situações de conflito familiar e/ou violência, provimento de necessidades básicas ou alternativas de geração de renda familiar.

II – Apoio sócio-educativo em meio aberto - Entende-se por regime de apoio sócio-educativo em meio aberto os programas que atendem diretamente crianças ou adolescentes visando seu preparo para o exercício da cidadania enquanto agentes transformadores de sua realidade, com atividades de esporte, lazer ou cultura, em período oposto ao escolar e/ou de tratamento, acompanhamento ou orientação para crianças ou adolescentes, inclusive as vítimas de ameaças ou violação aos seus direitos.

III – Colocação familiar - A colocação familiar visa a inserção da criança/adolescente em família substituta, mediante guarda, tutela ou adoção, independente da situação jurídica da criança ou adolescente em conformidade com art.28, 29, 30, 31 e 32 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90.

IV – Acolhimento institucional / familiar - O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade em conformidade com o §1º do art.101 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Entende-se por regime de acolhimento institucional o acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção (Art.98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, conforme Resolução nº 109/23019/CNAS – Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. O serviço deverá ser organizado em consonância com os art.92, 93 e 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90 e Manual de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e Conselho Nacional da Assistência Social – CNAS de fevereiro de 2008.

V – Prestação de Serviços a Comunidade – Consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como, em programas comunitários ou governamentais, conforme art. 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

VI - Liberdade assistida - Consiste em acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, onde a autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento, conforme art.118 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Incube ao orientador o preconizado no art.119 na referida Lei Federal.

VII – Semiliberdade - Constitui o meio termo entre a liberdade e a internação. O adolescente deverá ficar recolhido durante o período noturno e poderá exercer atividades externas durante o dia. O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início ou como forma de transição para o meio aberto, conforme previsto no art.120 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

VIII – Internação - Entende-se por Regime de Internação, medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, em conformidade com os art.121, 122, 123,124 e 125 do Estatuto da

Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90.

CAPÍTULO I

Do Registro de Entidades Não Governamentais

Art. 2º As entidades não governamentais que desenvolvem programas de atendimento à criança e ao adolescente, deverão se registrar no CMDCA/JS, com o objetivo de obter permissão para executar suas atividades, especificando os regimes de atendimento, conforme elencados nos incisos I ao VIII do Parágrafo Único do Artigo 1º desta Resolução.

§1º. As entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.

§2º. As entidades não governamentais que possuem sua sede matriz em outro município, deverão apresentar ao CMDCA/JS, o registro (dentro da validade) onde a mesma é localizada, solicitando a inscrição de programas que são executados no município de Jaraguá do Sul.

§3º A solicitação de registro deverá ser feita através de requerimento próprio, conforme Anexo I desta Resolução, apresentando a documentação elencada no Artigo 3º.

Seção I

Dos Documentos para Registro das Entidades Não Governamentais

Art. 3º No ato da solicitação de registro, as entidades deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, cuja falta, mesmo que parcial, os fará cair em exigência, tendo a entidade o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a apresentação dos mesmos.

I – requerimento, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da Entidade, conforme Anexo I desta Resolução;

II – cópia do estatuto social da entidade e alterações, registrado no cartório competente;

III – cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório competente;

IV – cópia da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, em situação ativa e atualizada;

V - contrato de aluguel ou declaração de cessão de uso, em caso de utilização de espaços de terceiros;

VII - cópia do CPF e RG do Presidente da Entidade ou representante legal;

VIII - relação de funcionários e demais envolvidos nas atividades da Entidade, inclusive voluntários conforme Anexo III desta Resolução;

IX - declaração de idoneidade de todos os integrantes da diretoria da Entidade, expedida pelo Presidente desta Modelo Anexo II, devendo também o Presidente apresentar as seguintes Certidões:

· Certidão negativa de antecedentes criminais – Justiça Federal (www.jfsc.jus.br);

· Certidão negativa de antecedentes criminais para fins de ingresso no serviço público municipal através de aprovação em Processo Seletivo – Justiça Estadual (www.tjsc.jus.br) ou solicitar no Fórum – Comarca de Jaraguá do Sul;

· Certidão negativa de crimes eleitorais – Cartório Eleitoral (www.tse.jus.br);

· Certidão de quitação eleitoral – Cartório Eleitoral (www.tse.jus.br);

· Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crimes de Improbidade Administrativa – (www.cnj.jus.br)

X – cópia do Alvará de Localização e Permanência e Alvará Sanitário da sede da entidade, ou protocolo de solicitação de renovação, dentro do prazo de validade;

XI – cópia do atestado/alvará de funcionamento da sede da entidade emitido pelo Corpo de Bombeiros;

XII - plano de ação da entidade, conforme Anexo V;

XIII - cópia do registro em outro(s) conselho(s) – caso houver.

Parágrafo Primeiro: Caso expire o prazo de validade de qualquer dos documentos acima mencionados durante o processo de análise do CMDCA/JS, as entidades deverão, obrigatoriamente, proceder a sua atualização, mediante apresentação de cópia do respectivo protocolo de renovação ou do documento atualizado.

Parágrafo Segundo: Caso a entidade tenha caído em exigências, não apresentando a documentação solicitada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência para apresentação dos documentos, o processo será arquivado.

Seção II

Validade do Registro da Entidade

Art. 4º Após a aprovação do registro da entidade, pela plenária do CMDCA/JS, será emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul, Resolução e Atestado de Registro.

Art. 5º A validade máxima do registro da entidade é de 04 (quatro) anos, contados a partir da publicação da Resolução deferindo o registro, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos.

Seção III

Registro Negado

Art. 6º Será negado registro às entidades que não se enquadrem no estabelecido no §1º do Artigo 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei Federal 12.010/09, a saber:

a) não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

b) não apresente plano de trabalho compatível com os princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

c) esteja irregularmente constituída;

d) tenha em seus quadros pessoas inidôneas;

e) não se adequar ou deixar de cumprir as resoluções e deliberações relativas à modalidade de atendimento prestado expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, em todos os níveis;

f) o estatuto não atender o disposto no art. 53 do Código Civil Brasileiro;

g) não possua corpo técnico compatível e habilitado com as atividades/programas desenvolvidas pela entidade.

Parágrafo único: Entende-se por corpo técnico incompatível ou inabilitado, quando há ausência de profissionais habilitados e que não possuam registro na categoria a qual pertence, para execução do(s) programa(s), em conformidade com a modalidade de atendimento.

Seção IV

Inscrição de Programas de Entidades Não Governamentais

Art.7º As Entidades Não Governamentais, além de solicitar o registro da entidade, podem solicitar a inscrição de seus Programas, apresentando os seguintes documentos:

- I – requerimento, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da Entidade, conforme Anexo I desta Resolução;
- II – descrição detalhada das atividades a serem desenvolvidas no Programa a ser inscrito no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/JS (Plano de Ação – Anexo V);
- III - relação de funcionários e demais envolvidos nas atividades a serem executadas, inclusive voluntários conforme Anexo III desta Resolução;
- IV - caso as atividades já estejam sendo desenvolvidas, relatório de ações desenvolvidas e resultados obtidos.

Seção V

Validade da Inscrição dos Programas de Entidades Não Governamentais

Art.8º Após a aprovação da inscrição do(s) programa(s) será emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/JS, Resolução e Autorização de Funcionamento.

Parágrafo Único: A validade da inscrição do programa está condicionada a validade do registro da entidade, devendo ambos os vencimentos findarem na mesma data, independente do pedido de registro ou inscrição ter sido protocolado simultaneamente ou alternado.

CAPÍTULO II

Entidades Governamentais

Art.9º As entidades governamentais sejam elas Secretarias, Autarquias ou Fundações, não terão registro no CMDCA/JS, devendo apenas efetuar a inscrição de seus serviços e programas.

Art.10. Para pleitear a inscrição do(s) serviços ou programa(s) de atendimento, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- I – requerimento, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da entidade, conforme Anexo I desta Resolução;
- II – descrição detalhada das atividades a serem desenvolvidas no Programa a ser inscrito no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/JS (Plano de Ação – Anexo V);
- III - relação de funcionários e demais envolvidos nas atividades a serem executadas, inclusive voluntários conforme Anexo III desta Resolução;
- IV - caso as atividades já estejam sendo desenvolvidas, relatório de ações desenvolvidas e resultados obtidos.

Parágrafo Primeiro: Caso expire o prazo de validade de qualquer dos documentos acima mencionados durante o processo de análise do CMDCA/JS, as entidades deverão, obrigatoriamente, proceder a sua atualização, mediante apresentação de cópia do respectivo protocolo de renovação ou do documento atualizado.

Parágrafo Segundo: Caso a entidade tenha caído em exigências, não apresentando a documentação solicitada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência para apresentação dos documentos, o processo será arquivado.

Art.11. Após a aprovação da inscrição do(s) Programa(s), será emitido pelo CMDCA/JS resolução e autorização de funcionamento, que terá validade de 2(dois) anos, podendo ser renovado por igual e sucessivos períodos.

CAPÍTULO III

Da Renovação do Registro e Autorização de Funcionamento dos Programas de Entidades Governamentais e Não Governamentais

Art.12. As entidades deverão solicitar a renovação do registro, no prazo máximo de 30 (trinta) dias que antecedem o vencimento do atestado de registro.

Art.13. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, possui o dever de reavaliar os programas em execução, no máximo a cada 02 (dois) anos, sendo este requisito para renovação da autorização de funcionamento dos programas, conforme disposições constantes no §3º, Artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art.14. Na ocasião da solicitação de renovação do registro, a entidade deverá apresentar a documentação elencada no Art. 10 devidamente atualizada, identificando no requerimento que trata-se da renovação do mesmo.

Parágrafo único: O registro da entidade continua válido, enquanto estiver tramitando junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o processo de renovação previamente protocolado.

CAPÍTULO IV

Das Entidades que desenvolvem Programas de Acolhimento Familiar ou Institucional

Art.15. As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os princípios constantes no Art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, quais sejam:

- I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;
- II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;
- III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV - desenvolvimento de atividades em regime de coeducação;
- V - não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII - participação na vida da comunidade local;
- VIII - preparação gradativa para o desligamento;
- IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

CAPÍTULO V**Das Entidades que desenvolvem Programas de Internação**

Art.16. As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, nos termos do Art. 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente, quais sejam:

- I - observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes;
- II - não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação;
- III - oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos educados;
- IV - preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente;
- V - diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares;
- VI - comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares;
- VII - oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal;
- VIII - oferecer vestuário e alimentação suficientes e adequados etária dos adolescentes atendidos;
- IX - oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos;
- X - propiciar escolarização e profissionalização;
- XI - propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer;
- XII - propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;
- XIII - proceder a estudo social e pessoal de cada caso;
- XIV - reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de seis meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente;
- XV - informar, periodicamente, o adolescente internado sobre sua situação processual;
- XVI - comunicar às autoridades competentes todos os casos de adolescentes portadores de moléstias infectocontagiosas;
- XVII - fornecer comprovante de depósito dos pertences dos adolescentes;
- XVIII - manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos;
- XIX - providenciar os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem;
- XX - manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do adolescente, seus pais ou responsável, parentes, endereços, sexo, idade, acompanhamento da sua formação, relação de seus pertences e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento.

CAPÍTULO VI**Do Processo de Análise dos Requerimentos de Registro, Inscrição de Programas e Renovação**

Art. 17. Os requerimentos de registro, inscrição de programas ou pedidos de renovação, deverão ser protocolados na Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul CMDCA/JS - obedecendo o seguinte fluxo:

- I – entrega da documentação prevista nesta Resolução;
- II – análise documental por Comissão do CMDCA/JS, que poderá solicitar complementação da documentação ou esclarecimentos;
- III – a entidade terá o prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação para apresentação da documentação ou esclarecimentos;
- IV – a Comissão, dentro do prazo estipulado no Regimento Interno deverá emitir Parecer;
- V – o Parecer da Comissão será encaminhado para apreciação e deliberação do Conselho, na Plenária mais próxima;
- VI – publicação do resultado/Resolução através do endereço eletrônico (<http://jaraguadosul.sc.gov.br>), no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a realização da Plenária.

CAPÍTULO VII**Da Fiscalização**

Art. 18. Compete ao CMDCA/JS o acompanhamento e monitoramento da política de atendimento à criança e ao adolescente.

Art.19. É função precípua do CMDCA/JS a deliberação e o controle relativo às ações públicas desenvolvidas por órgãos governamentais e não governamentais de promoção dos direitos humanos da criança e do adolescente, com eficiência, eficácia e proatividade.

Art.20. Além das visitas efetuadas pelo CMDCA/JS, através da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Política de Atendimento, a fim de reavaliar os programas em execução, as entidades governamentais e não governamentais que possuem registro de programas de atendimento junto ao CMDCA/JS, estas serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares, conforme preceitua o Artigo 95 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 21.A Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Política de Atendimento do CMDCA/JS efetuará minimamente 02 (duas) visitas ao longo do ano, às entidades registradas e programas inscritos, emitindo relatório de visita encaminhando este ao Judiciário.

Parágrafo Único: Em caso de apuração de supostas infrações cometidas por entidades de atendimento, que coloquem em risco os direitos assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente, o fato será comunicado pelo CMDCA/JS ao Ministério Público e ao Poder Judiciário para as providências cabíveis.

Art. 22. A apuração de irregularidades em entidades de atendimento e infração administrativa às normas de proteção a criança e ao adolescente obedecerão ao disposto nos Artigos 191 a 197 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO VIII**Disposições Gerais**

Art. 23. Caso expire o prazo de validade de qualquer dos documentos apresentados pelas entidades Governamentais e Não Governamentais durante o processo de análise do CMDCA, as entidades deverão, obrigatoriamente, proceder a sua atualização, mediante apresentação de cópia do respectivo protocolo de renovação ou do documento atualizado.

Art. 24. Caso a entidade (Governamental ou Não Governamental) tenha caído em exigências, não apresentando a documentação solicitada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência para apresentação dos documentos, o processo será arquivado.

Art. 25. Após o registro da entidade não governamental e/ou inscrição dos programas de entidades governamentais e não governamentais, o CMDCA/JS comunicará a Autoridade Judiciária e ao Conselho Tutelar.

Parágrafo Único: Constará no site da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul – link relacionado ao CMDCA/JS, relação de todas as entidades, programas e projetos inscritos no Conselho, com breves informações que identifiquem a ação e a entidade.

Art. 26. As entidades registradas ficam responsáveis por comunicar ao CMDCA qualquer mudança de endereço, telefone, composição da diretoria ou modalidade de atendimento, de forma a manter atualizados os seus dados cadastrais.

Art. 27. O registro da entidade e/ou inscrição de programas de atendimento junto ao CMDCA, poderá ser suspenso ou cancelado a qualquer tempo, quando a entidade:

I – não se enquadrar ou deixar de cumprir o disposto nesta Resolução, Estatuto da Criança e do Adolescente e demais deliberações expedidas pelo CMDCA/JS, relativas as modalidades de atendimento;

II - deixar de funcionar;

III – deixar de executar o programa apresentado;

IV – por determinação do Judiciário ou Ministério Público.

Art. 28. As entidades registradas no CMDCA/JS deverão apresentar anualmente, até a primeira quinzena de dezembro, na Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul, o Relatório de Atividades do serviço/programa do ano anterior (Anexo IV).

Parágrafo Único: A não apresentação da documentação referida no caput deste artigo implicará na suspensão do registro da entidade até que este seja entregue.

Art. 29. As entidades com programas inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul, estão automaticamente, aderindo à rede de atendimento do município, voltadas ao atendimento e ações na área da promoção, defesa e garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, com disponibilidade de vagas para crianças e adolescentes encaminhados pelos Órgãos Municipais, pelo Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário, respeitada a capacidade de admissibilidade da entidade e/ou unidade.

Art. 30. Esta resolução entrará em vigor a partir da sua publicação.

ANEXO I

REQUERIMENTO

Senhor(a) Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul

Informações sobre o Requerimento (Assinale a opção que corresponde a sua inscrição)	
<input type="checkbox"/> Entidade Não Governamental	
<input type="checkbox"/> Registro da Entidade e inscrição Serviços e Programas	
<input type="checkbox"/> Registro da Entidade	
<input type="checkbox"/> Inscrição dos Serviços e Programas	
<input type="checkbox"/> Renovação registro da Entidade	
<input type="checkbox"/> Renovação da inscrição do(s) serviços e programa(s)	
<input type="checkbox"/> Entidade Governamental	
<input type="checkbox"/> Requerimento para inscrição do(s) serviços e programa(s)	
<input type="checkbox"/> Renovação da inscrição do(s) serviços e programa(s)	
1.Informações Gerais	
Nome da entidade	
Endereço da sede:	CEP:
Bairro:	Cidade:
CNPJ:	
E-MAIL (Instituição):	
Telefone da entidade:	
Entidade com sede/atuação em outros municípios () Sim () Não	
Qual(s)? _____	
2.Informações de outros endereços onde são desenvolvidos os serviços ou programas (quando houver)	
Nome do serviço ou programa:	
Endereço:	CEP:
Bairro:	Cidade:
Telefone:	
3.Inscrição e/ou Certificação	

A entidade possui registro/inscrição nas respectivas esferas dos Conselhos:

Municipais() Assistência Social () Saúde () Educação () Criança e Adolescente () Outros Quais? _____

Estaduais Quais? _____

Certificações Federais

() Ministério do Desenvolvimento Social () Ministério da Saúde

() Ministério da Educação () Outros: _____

4.Dados do representante legal

Nome:

RG:

CPF:

Endereço:

CEP:

Bairro:

Cidade:

Telefone :

Celular:

E-mail:

Período do mandato: __/__/__ a __/__/__

5.Dados do Diretor/Coordenador da entidade

Nome:

RG:

CPF:

Endereço:

CEP:

Bairro:

Cidade:

Telefone :

Celular:

E-mail:

6. Caracterização do Regime de Atendimento (Assinalar o regime de atendimento):

() Orientação e Apoio Sociofamiliar

Nome do(s) Programa(s) vinculados a este regime: _____

() Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto

Nome do(s) Programa(s) vinculados a este regime: _____

() Colocação Familiar

Nome do(s) Programa(s) vinculados a este regime: _____

() Acolhimento Institucional

Nome do(s) Programa(s) vinculados a este regime: _____

() Prestação de Serviço a Comunidade

Nome do(s) Programa(s) vinculados a este regime: _____

() Liberdade Assistida

Nome do(s) Programa(s) vinculados a este regime: _____

() Semiliberdade

Nome do(s) Programa(s) vinculados a este regime: _____

() Internação

Nome do(s) Programa(s) vinculados a este regime: _____

7.Informações Adicionais:

Termos em que, pede deferimento.

Jaraguá do Sul, ____/____/____

Assinatura do representante legal

ANEXO II DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE MORAL

Eu, _____ (nome), _____ (nacionalidade),
_____ (estado civil), _____ (profissão), inscrito no CPF sob o nº _____, RG
_____ residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, bairro _____, cidade
de _____, na qualidade de representante legal/Presidente da Entidade _____, CNPJ
nº _____, estabelecida na Rua _____, nº _____, bairro _____, cidade de
_____, DECLARO que todos membros da diretoria desta Entidade são pessoas idôneas para exercer as funções, cumprindo as exigências estabelecidas no Art. 91, §1º, alínea "d" do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Composição da Diretoria:

Nº	Nome	Função/Cargo

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração para todos os fins de direito.

Jaraguá do Sul, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Presidente da Entidade

ANEXO III RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS E DEMAIS ENVOLVIDOS NAS ATIVIDADES DA ENTIDADE

Nome	Formação	Nº do Registro Profissional	Cargo/Função na Entidade	Programa que atua	Carga Horária	Vínculo

ANEXO IV RELATÓRIO DE AÇÕES DO ANO DE _____

1- DADOS GERAIS DA ENTIDADE

Nome da Entidade: 2- AÇÕES E RESULTADOS (Especificar as ações de cada serviço ou programa de atendimento a criança e ao adolescente)

Nome do serviço ou programa:	
Ações Desenvolvidas	Resultados Alcançados

Nome do serviço ou programa:	
Ações Desenvolvidas	Resultados Alcançados

4 - Forma de acesso das crianças/adolescentes ao serviço ou programa:

Origem da demanda	Quantidade de atendidos
() Por procura espontânea	
() Por busca ativa	
() CRAS - Por encaminhamento do Centro de Referência da Assistência Social	
() CREAS - Por encaminhamento do Centro Especializado da Assistência Social	
() Por encaminhamento de outra (s) entidade (s) da rede socioassistencial	
() Por encaminhamento de outra política pública e/ou Sistema de Garantia de Direitos	
Número de Vagas:	() Masculino () Feminino
Número de crianças/adolescentes atendidos no ano	

Jaraguá do Sul, ____/____/____

Assinatura e carimbo do representante legal da entidade

ANEXO V

PLANO DE AÇÃO

1- DADOS GERAIS DA ENTIDADE

1.1. Caracterização da entidade:

Nome da entidade:
Dados da sede: () Própria () Cedida () Alugada
Horário de funcionamento:
Dias da semana:

1.2. Abrangência territorial: especificar o território de abrangência (bairros de Jaraguá do Sul e/ou municípios vizinhos).

1.3. Infraestrutura: informar aspectos gerais dos espaços físicos da sede da entidade, assim como das filiais/subsedes (salas, recepção, etc).

1.4. Recursos financeiros previstos: informar origem e valores dos recursos financeiros previstos para manutenção da entidade, anualmente:

Promoções Próprias	R\$
Doações diversas	R\$
Mensalidade/anuidades dos associados	R\$
Repasse Municipal (convênios, subvenção social)	R\$
Repasse Estadual (convênios, subvenção social)	R\$
Repasse da União (convênios, subvenção social)	R\$
Outros (discriminar)	R\$

2 - DADOS ESPECÍFICOS DOS SERVIÇOS OU PROGRAMAS

(Para cada serviço ou programa, preencher os dados relacionados a parte II deste anexo)

Nome do serviço ou programa:
Endereço do local onde é executado:
Bairro:
Dias da semana que é executado:
Horário em que é executado:

2.1. Objetivo Geral:

Descrever qual a finalidade geral do programa, levando em consideração os resultados junto ao público-alvo que se pretende alcançar.

2.2. Público Alvo:

Citar quem é o público alvo do serviço ou programa, descrevendo as características que identifiquem o perfil dos destinatários das ações como idade, fases da vida.

2.3. Forma de acesso da criança/adolescente ao programa:

(Assinalar a forma de acesso das crianças/adolescentes ao Programa)

() Por procura espontânea

- () Por busca ativa
() Por encaminhamento do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS
() Por encaminhamento do Centro Especializado da Assistência Social – CREAS
() Por encaminhamento de outra (s) entidade (s) da rede socioassistencial
() Por encaminhamento de outra política pública e/ou Sistema de Garantia de Direitos

2.4. Capacidade de atendimento: nº de vagas total que podem ser disponibilizadas as crianças/adolescentes e famílias atendidas no município.

2.5. Metas e Ações - descrever o que se pretende realizar no ano:

Meta(s)	Ação(ões)

3-MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES:

Descrever de que forma se dará o monitoramento e avaliação do trabalho, que possibilite observar se os objetivos foram alcançados junto as crianças/adolescentes e/ou rede de serviços.

Termos em que, pede deferimento.

Jaraguá do Sul, ____/____/____

Assinatura e carimbo do representante legal da entidade

RESOLUÇÃO Nº 51/2016/CMDCA/JS

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA	
--	--	--

RESOLUÇÃO Nº51/2016/CMDCA/JS

Revoga a Resolução Nº 022/2014/CMDCA/JS; e regulamenta procedimentos e critérios para concessão de registro de entidades que desenvolvam ações na área da promoção, defesa e garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA/JS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.045/2015, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2016.

Considerando a necessidade do CMDCA/JS de definir os procedimentos e os critérios para concessão do registro a entidades desenvolvam ações na área da promoção, defesa e garantia de direitos das crianças e adolescentes;

Considerando a Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações e Lei Municipal nº 4.983 de 1º de julho de 2008;

Considerando que há entidades no município de Jaraguá do Sul, que desenvolvem ações de forma indireta na área da promoção, defesa e garantia dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes.

RESOLVE:
CAPÍTULO I

DAS ENTIDADES QUE DESENVOLVAM AÇÕES NA ÁREA DA PROMOÇÃO, DEFESA E GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art.1º. As entidades que desenvolvam ações na área da promoção, defesa e garantia dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, poderão proceder seu registro junto ao CMDCA/JS.

Art.2º. Entende-se como direitos fundamentais, aqueles referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, em conformidade com o Art. 4º da Lei Nº. 8.069/90 (ECA) e suas alterações, a saber:

a) Direito a Vida, à saúde e a Alimentação: As políticas públicas devem promover o nascimento e o desenvolvimento sadio, harmonioso e digno. A garantia do direito à vida e à saúde começa com a existência de condições que antecedem o nascimento (atendimento pré e perinatal e fornecimento de alimentação e medicamentos à gestante) e exige um sistema de atendimento capaz de promover o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes (ECA - Artigos 4º, 7º a 14).

b) Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade: O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: ir, vir e estar nos logradouros

públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; opinião e expressão; crença e culto religioso; brincar, praticar esportes e divertir-se; participar da vida familiar e comunitária sem discriminação; participar da vida política, na forma da lei; buscar refúgio, auxílio e orientação. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. O direito à dignidade determina ser dever de todos manter crianças e adolescentes a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (ECA - Artigos 15 a 18).

c) Direito à Convivência Familiar e Comunitária: Crianças e adolescentes não devem ser separados dos pais biológicos, ainda que a estes faltem, integral ou parcialmente, recursos materiais. Salvo a existência de outra razão que justifique a medida de separação, a família deverá, obrigatoriamente, ser encaminhada e incluída em programas oficiais de auxílio. Constitui, ainda, direito fundamental, quando não for possível a convivência com a família natural, a colocação em família substituta, sob a modalidade de guarda, tutela ou adoção (ECA - Artigos 19 a 52).

d) Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer: As crianças de zero a três anos devem ter atendimento garantido em creche. A educação básica é obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (Constituição Federal - Artigo 208, Inciso I). Aos portadores de deficiência é garantido o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Os municípios deverão prover, com o apoio dos Estados e da União, o acesso a espaços para o desenvolvimento das atividades e programações culturais, esportivas e de lazer especialmente voltadas para a infância e a juventude (ECA - Artigos 53 a 59).

e) Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho: O trabalho infantil é proibido sob quaisquer condições. O trabalho de adolescentes com menos de 16 anos é igualmente proibido, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Ao aprendiz deve ser garantida formação técnico-profissional, ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação educacional em vigor. Ao adolescente trabalhador e ao aprendiz é vedado o trabalho noturno, insalubre, perigoso, penoso e prejudicial à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como o trabalho que seja realizado em circunstâncias que não permitam sua frequência à escola. O direito do adolescente à profissionalização e à proteção no trabalho deve observar o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e a capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho (ECA - Artigos 60 a 69).

CAPÍTULO II

DAS AÇÕES NA ÁREA DA PROMOÇÃO, DEFESA E GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art.3º. São entendidas como ações de promoção, defesa e garantia dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes aqueles que contemplem:

- a) fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a promoção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente.
- b) comunicação, campanhas educativas, palestras, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- c) desenvolver ações nas áreas de formação profissional, capacitação continuada ou cursos para os operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CAPÍTULO III

DA DOCUMENTAÇÃO PARA REGISTRO E INSCRIÇÃO DOS PROGRAMAS DAS ENTIDADES QUE DESENVOLVAM AÇÕES NA ÁREA DA PROMOÇÃO, DEFESA E GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art.4º. Para pleitear o registro as entidades que desenvolvem ações na área da promoção, defesa e garantia de direitos fundamentais das crianças e adolescentes, devem apresentar a seguinte documentação:

- I – requerimento, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da Entidade, conforme Anexo I desta Resolução;
- II – cópia do Estatuto Social da entidade e alterações, registrado no Cartório competente;
- III – cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório competente;
- IV – cópia da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, em situação ativa e atualizada;
- V - contrato de aluguel ou declaração de cessão de uso, em caso de utilização de espaços de terceiros;
- VII - cópia do CPF e RG do Presidente da entidade ou representante legal;
- VIII - relação de funcionários e demais envolvidos nas atividades da entidade, inclusive voluntários conforme Anexo III desta Resolução;
- IX - declaração de idoneidade de todos os integrantes da diretoria da entidade, expedida pelo Presidente desta Modelo Anexo II, devendo também o Presidente apresentar as seguintes Certidões:

- Certidão negativa de antecedentes criminais – Justiça Federal (www.jfsc.jus.br);
- Certidão negativa de antecedentes criminais para fins de ingresso no serviço público municipal através de aprovação em Processo Seletivo – Justiça Estadual (www.tjsc.jus.br) ou solicitar no Fórum – Comarca de Jaraguá do Sul;
- Certidão negativa de crimes eleitorais – Cartório Eleitoral (www.tse.jus.br);
- Certidão de quitação eleitoral – Cartório Eleitoral (www.tse.jus.br);
- Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crimes de Improbidade Administrativa – (www.cnj.jus.br).

X – cópia do Alvará de Localização e Permanência e Alvará Sanitário da sede da entidade, ou protocolo de solicitação de renovação, dentro do prazo de validade;

XI – cópia do atestado/alvará de funcionamento da sede da entidade emitido pelo Corpo de Bombeiros;

XII - plano de ação/plano de trabalho da entidade, conforme Anexo V;

XIII - cópia do registro em outro(s) conselho(s) – caso houver.

Parágrafo Primeiro: Caso expire o prazo de validade de qualquer dos documentos acima mencionados durante o processo de análise do CMDCA/JS, as entidades deverão, obrigatoriamente, proceder a sua atualização, mediante apresentação de cópia do respectivo protocolo de renovação ou do documento atualizado.

Parágrafo Segundo: Caso a entidade tenha caído em exigências, não apresentando a documentação solicitada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência para apresentação dos documentos, o processo será arquivado.

CAPÍTULO IV

DA VALIDADE DO REGISTRO

Art.5º. Após a aprovação do registro da entidade, pela plenária do CMDCA/J, será emitido pelo Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul, Resolução e Atestado de Registro.

Art. 6º A validade máxima do registro da entidade é de 02 (dois) anos, contados a partir da publicação da Resolução deferindo a inscrição da entidade, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos.

CAPÍTULO V

REGISTRO NEGADO

Art.7º. Será negado registro à entidade que:

- a) esteja irregularmente constituída;
- b) não entregue todos os documentos descritos no Art. 4º desta resolução;
- c) não se adeque ou deixe de cumprir as resoluções e deliberações expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, em todos os níveis, bem como, legislações correlatas;
- d) o estatuto não atender o disposto no Art. 53 do Código Civil Brasileiro.

CAPÍTULO VI

DAS RENOVAÇÕES DO REGISTRO DAS ENTIDADES

QUE DESENVOLVEM AÇÕES NA ÁREA DA PROMOÇÃO, DEFESA E GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Art.8º. As entidades deverão solicitar a renovação do registro, no prazo máximo de 30 (trinta) dias que antecedem o vencimento do atestado de registro.

Art.9º. Na ocasião da solicitação de renovação do registro, a entidade deverá apresentar a documentação elencada no Artigo 4º devidamente atualizada, identificando no requerimento que trata-se de renovação do mesmo.

Parágrafo único: Enquanto estiver tramitando junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o processo de renovação do registro da entidade, o mesmo continua válido.

CAPÍTULO VII

Do Processo de Análise dos Requerimentos de Registro e Renovação

Art. 10. Os requerimentos de registro, inscrição de programas ou pedidos de renovação, deverão ser protocolados na Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul CMDCA/JS - obedecendo o seguinte fluxo:

I – entrega da documentação prevista nesta Resolução;

II – análise documental pela Comissão de Legislação e Normas do CMDCA/JS, que poderá solicitar complementação da documentação ou esclarecimentos;

III – a entidade terá o prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação para apresentação da documentação ou esclarecimentos;

IV – a Comissão de Legislação e Normas, no prazo de 60 (sessenta) dias após o protocolo de requerimento de registro/renovação, deverá emitir Parecer;

V – o Parecer da Comissão de Legislação e Normas será encaminhado para apreciação e deliberação do Conselho, na Plenária mais próxima;

VI – publicação do resultado/Resolução através do endereço eletrônico (<http://jaraguadosul.sc.gov.br>), no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a realização da Plenária.

CAPÍTULO VIII

DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO DAS ENTIDADES QUE DESENVOLVEM AÇÕES NA ÁREA DA PROMOÇÃO, DEFESA E GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Art.11. O registro das entidades, junto ao CMDCA, poderá ser suspenso ou cancelado a qualquer tempo, quando a entidade:

- I. não se adequar ou deixar de cumprir o disposto nesta resolução e demais deliberações, expedidas pelo CMDCA;
- II. apresentar irregularidades técnicas ou administrativas incompatíveis com os princípios da Lei Federal nº 8069/90 e desta Resolução;
- III. deixar de funcionar;
- IV. deixar de executar as ações na área da promoção, defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes apresentados quando da solicitação do registro;
- V. por recomendação do Ministério Público, pelos órgãos aos quais estas entidades são vinculadas direta ou indiretamente e determinação do Judiciário;

Parágrafo único: O CMDCA acompanhará as ações da entidade e no caso de irregularidades detectadas, a qualquer tempo, poderá ser concedido pelo CMDCA/JS, prazo de até 6 (seis) meses para que a entidade proceda a regularização ou o encaminhamento de denúncia ao Ministério Público.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. As entidades registradas no CMDCA deverão apresentar anualmente, até a primeira quinzena de dezembro, na Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul, o Relatório de Atividades do serviço/programa do ano anterior (Anexo IV).

Parágrafo Único: A não apresentação da documentação referida no caput deste artigo implicará na suspensão do registro da entidade até que este seja entregue.

Art.13. Após o registro da entidade, o CMDCA comunicará a Autoridade Judiciária, o Ministério Público e o Conselho Tutelar.

Art.14. Esta resolução entrará em vigor a partir da sua publicação.

Jaraguá do Sul, 25 de novembro de 2016

LUIZA HELENA ROSA

Presidente do Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA/JS)

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ANEXO I – REQUERIMENTO

Senhor (a) Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente

Informações sobre o Requerimento

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer/renovar registro da entidade que desenvolve ações na área da promoção, defesa e garantia dos direitos fundamentais da criança e ao adolescente nesse Conselho, conforme os dados abaixo descritos:

() 1º Requerimento para registro da entidade

() Renovação de registro da entidade

1.Informações Gerais

Nome da Entidade

Endereço da sede:

CEP:

Bairro:

Cidade:

CNPJ:

E-MAIL (Instituição):

Telefone da entidade:

Entidade com sede/atuação em outros municípios () Sim () Não

Qual(s)? _____

2.Informações de outros endereços onde são desenvolvidos os serviços ou programas (quando houver)

Nome do serviço ou programa:

Endereço:

CEP:

Bairro:

Cidade:

Telefone:

3.Inscrição e/ou Certificação

A entidade possui registro/inscrição nas respectivas esferas dos Conselhos:

Municipais() Assistência Social () Saúde () Educação () Criança e Adolescente () Outros Quais? _____

Estaduais Quais? _____

Certificações Federais

() Ministério do Desenvolvimento Social () Ministério da Saúde

() Ministério da Educação () Outros: _____

4.Dados do representante legal

Nome:

RG:

CPF:

Endereço:

CEP:

Bairro:

Cidade:

Telefone :

Celular:

E-mail:

Período do mandato: ____/____/____ a ____/____/____

5.Dados do Diretor/Coordenador da entidade

Nome:

RG:

CPF:

Endereço:

CEP:

Bairro:

Cidade:

Telefone :

Celular:

E-mail:

6. Especificar os direitos fundamentais contemplados através das ações desenvolvidas pela entidade:

() Direito a Vida, à saúde e a Alimentação - As políticas públicas devem promover o nascimento e o desenvolvimento sadio, harmonioso e digno. A garantia do direito à vida e à saúde começa com a existência de condições que antecedem o nascimento (atendimento pré e perinatal e fornecimento de alimentação e medicamentos à gestante) e exige um sistema de atendimento capaz de promover o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes (ECA - Artigos 4º, 7º a 14).

Ação(ões) desenvolvida(as) : _____

() Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade: O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; opinião e expressão; crença e culto religioso; brincar, praticar esportes e divertir-se; participar da vida familiar e comunitária sem discriminação; participar da vida política, na forma da lei; buscar refúgio, auxílio e orientação. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. O direito à dignidade determina ser dever de todos manter crianças e adolescentes a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (ECA - Artigos 15 a 18).

Ação(ões) desenvolvida(as) : _____

() Direito à Convivência Familiar e Comunitária: Crianças e adolescentes não devem ser separados dos pais biológicos, ainda que a estes faltem, integral ou parcialmente, recursos materiais. Salvo a existência de outra razão que justifique a medida de separação, a família deverá, obrigatoriamente, ser encaminhada e incluída em programas oficiais de auxílio. Constitui, ainda, direito fundamental, quando não for possível a convivência com a família natural, a colocação em família substituta, sob a modalidade de guarda, tutela ou adoção (ECA - Artigos 19 a 52).

Ação(ões) desenvolvida(as) : _____

() Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer: As crianças de zero a três anos devem ter atendimento garantido em creche. A educação básica é obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (Constituição Federal - Artigo 208, Inciso I). Aos portadores de deficiência é garantido o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Os municípios deverão prover, com o apoio dos Estados e da União, o acesso a espaços para o desenvolvimento das atividades e programações culturais, esportivas e de lazer especialmente voltadas para a infância e a juventude (ECA - Artigos 53 a 59).

Ação(ões) desenvolvida(as) : _____

() Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho: O trabalho infantil é proibido sob quaisquer condições. O trabalho de adolescentes com menos de 16 anos é igualmente proibido, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Ao aprendiz deve ser garantida formação técnico-profissional, ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação educacional em vigor. Ao adolescente trabalhador e ao aprendiz é vedado o trabalho noturno, insalubre, perigoso, penoso e prejudicial à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como o trabalho que seja realizado em circunstâncias que não permitam sua frequência à escola. O direito do adolescente à profissionalização e à proteção no trabalho deve observar o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e a capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho (ECA - Artigos 60 a 69).

Ação(ões) desenvolvida(as) : _____

7.Informações Adicionais:

Termos em que, pede deferimento.

Jaraguá do Sul, ____/____/____

Assinatura e carimbo do representante legal da entidade

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA	
--	--	--

ANEXO II DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE MORAL

Eu, _____ (nome), _____ (nacionalidade),
 _____ (estado civil), _____ (profissão), inscrito no CPF sob o nº _____, RG
 _____ residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, bairro _____ cida-
 de de _____, na qualidade de representante legal/Presidente da Entidade _____, CNPJ
 nº _____, estabelecida na Rua _____, nº _____, bairro _____ cidade de
 _____, DECLARO que todos membros da diretoria desta Entidade são pessoas idôneas para exercer as funções, cumprin-
 do as exigências estabelecidas no Art. 91, §1º, alínea "d" do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Composição da Diretoria:

Nº	Nome	Função/Cargo

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração para todos os fins de direito.

Jaraguá do Sul, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Presidente da Entidade

ANEXO III RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS E DEMAIS ENVOLVIDOS NAS ATIVIDADES DA ENTIDADE

Nome	Formação	Nº do Registro Profissional	Cargo/Função na Entidade	Programa que atua	Carga Horária	Vínculo

ANEXO IV

RELATÓRIO DE AÇÕES DO ANO DE _____

1- DADOS GERAIS DA ENTIDADE

Nome da Entidade: 2- AÇÕES E RESULTADOS (Especificar as ações de cada serviço ou programa de atendimento a criança e ao adolescente)

Nome do serviço ou programa:	
Ações Desenvolvidas	Resultados Alcançados

Nome do serviço ou programa:	
Ações Desenvolvidas	Resultados Alcançados

4 - Forma de acesso das crianças/adolescentes ao serviço ou programa:

Origem da demanda	Quantidade de atendidos
() Por procura espontânea	
() Por busca ativa	
() CRAS - Por encaminhamento do Centro de Referência da Assistência Social	
() CREAS - Por encaminhamento do Centro Especializado da Assistência Social	
() Por encaminhamento de outra (s) entidade (s) da rede socioassistencial	
() Por encaminhamento de outra política pública e/ou Sistema de Garantia de Direitos	

Número de Vagas:	() Masculino () Feminino
Número de crianças/adolescentes atendidos no ano	

Jaraguá do Sul, ____/____/____

Assinatura e carimbo do representante legal da entidade

ANEXO V

PLANO DE AÇÃO

1- DADOS GERAIS DA ENTIDADE

1.1. Caracterização da entidade:

Nome da entidade:	
Dados da sede: () Própria () Cedida () Alugada	
Horário de funcionamento:	
Dias da semana:	

1.2. Abrangência territorial: especificar o território de abrangência (bairros de Jaraguá do Sul e/ou municípios vizinhos).

1.3. Infraestrutura: informar aspectos gerais dos espaços físicos da sede da entidade, assim como das filiais/subsedes (salas, recepção, etc).

1.4. Recursos financeiros previstos: informar origem e valores dos recursos financeiros previstos para manutenção da entidade, anualmente:

Promoções Próprias	R\$
Doações diversas	R\$
Mensalidade/anuidades dos associados	R\$
Repasse Municipal (convênios, subvenção social)	R\$
Repasse Estadual (convênios, subvenção social)	R\$
Repasse da União (convênios, subvenção social)	R\$
Outros (discriminar)	R\$

2 - DADOS ESPECÍFICOS DOS SERVIÇOS OU PROGRAMAS

(Para cada serviço ou programa, preencher os dados relacionados a parte II deste anexo)

Nome do serviço ou programa:	
Endereço do local onde é executado:	

Bairro:

Dias da semana que é executado:

Horário em que é executado:

2.1. Objetivo Geral:

Descrever qual a finalidade geral do programa, levando em consideração os resultados junto ao público-alvo que se pretende alcançar.

2.2. Público Alvo:

Citar quem é o público alvo do serviço ou programa, descrevendo as características que identifiquem o perfil dos destinatários das ações como idade, fases da vida.

2.3. Forma de acesso da criança/adolescente ao programa:

(Assinalar a forma de acesso das crianças/adolescentes ao Programa)

☐ Por procura espontânea

☐ Por busca ativa

☐ Por encaminhamento do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS

☐ Por encaminhamento do Centro Especializado da Assistência Social – CREAS

☐ Por encaminhamento de outra (s) entidade (s) da rede socioassistencial

☐ Por encaminhamento de outra política pública e/ou Sistema de Garantia de Direitos

2.4. Capacidade de atendimento:

2.5. Metas e Ações - descrever o que se pretende realizar no ano:

Meta(s)	Ação(ões)

3-MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES:

Descrever de que forma se dará o monitoramento e avaliação do trabalho, que possibilite observar se os objetivos foram alcançados junto as crianças/adolescentes e/ou rede de serviços.

Termos em que, pede deferimento.

Jaraguá do Sul, ____/____/____

Assinatura e carimbo do representante legal da entidade

RESOLUÇÃO Nº 52/2016/CMDCA/JS

RESOLUÇÃO Nº52/CMDCA/JS

Revoga a Resolução Nº 010/2014/CMDCA/JS; e regulamenta os procedimentos e critérios para registro de entidades e inscrição de programas e cursos de aprendizagem junto ao CMDCA, daquelas que tenham como objetivo a formação técnico profissional de adolescentes.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA/JS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.045/2015, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2016.

Considerando a necessidade de definir os procedimentos e critérios para concessão do registro a entidades que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional e que desenvolvam programas de aprendizagem, em cumprimento ao Artigo 430 da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, Decreto Presidencial nº5598/2005 e Portaria 723/2012 do Ministério do trabalho e Emprego;

Considerando a Resolução nº 164/2014/Conanda, que dispõe sobre o registro e fiscalização das entidades sem fins lucrativos e inscrição dos programas não governamentais e governamentais que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional e dá outras providências;

Considerando o Guia para os CMDCAS a respeito da Resolução nº 164/2014/Conanda.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS ENTIDADES QUE TENHAM COMO OBJETIVO A FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL DE ADOLESCENTES

Art.1º. As entidades que tenham por objetivo a formação técnico profissional de adolescentes, deverão antes do início da execução das suas atividades, proceder seu registro e inscrever seus programas e/ou cursos de aprendizagem no CMDCA/JS, com o objetivo de obter permissão para executar suas atividades e possibilitar habilitações diversas, sendo condição para o seu funcionamento.

Art.2º. Entende-se como aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo diretrizes e bases da legislação da educação em vigor, devendo obedecer aos seguintes princípios, nos termos dos Art.62 e 63 da Lei nº8.069/90:

- a) garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;
- b) atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;
- c) horário especial para o desenvolvimento das atividades.

Art.3º. Entende-se por formação técnico profissional as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva, desenvolvidas no ambiente de trabalho (Decreto Presidencial nº5.598/2005-Art. 6º).

Art.4º. Com base no Art.8º do Decreto Presidencial nº5.598/2005, consideraram-se entidades qualificadas em formação técnico-profissional:

I- Serviços Nacionais de Aprendizagem.

II - Escolas Técnicas de Educação, inclusive as agrotécnicas.

III - as entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único: fica facultado o pedido de inscrição dos programas junto ao CMDCA/JS, das entidades que se enquadrem no inciso I e II.

CAPÍTULO II

DA DOCUMENTAÇÃO PARA REGISTRO DA ENTIDADE E INSCRIÇÃO DO(S) PROGRAMA(S) E/OU CURSO(S) DE APRENDIZAGEM

Art.5º. Para pleitear o registro e inscrição dos programas e/ou cursos de aprendizagem no CMDCA, as entidades deverão apresentar os seguintes documentos:

- I – requerimento, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da entidade, conforme Anexo I desta Resolução;
- II – cópia do Estatuto Social da entidade e alterações, registrado no Cartório competente;
- III – cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório competente;
- IV – cópia da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, em situação ativa e atualizada;
- V – contrato de aluguel ou declaração de cessão de uso, em caso de utilização de espaços de terceiros;
- VII - cópia do CPF e RG do Presidente da Entidade ou representante legal;
- VIII - relação de funcionários e demais envolvidos nas atividades da Entidade, inclusive voluntários conforme Anexo III desta Resolução;
- IX - declaração de idoneidade de todos os integrantes da diretoria da Entidade, expedida pelo Presidente desta Modelo Anexo II, devendo também o Presidente apresentar as seguintes Certidões:

- Certidão negativa de antecedentes criminais – Justiça Federal (www.jfsc.jus.br);
- Certidão negativa de antecedentes criminais para fins de ingresso no serviço público municipal através de aprovação em Processo Seletivo – Justiça Estadual (www.tjsc.jus.br) ou solicitar no Fórum – Comarca de Jaraguá do Sul;
- Certidão negativa de crimes eleitorais – Cartório Eleitoral (www.tse.jus.br);
- Certidão de quitação eleitoral – Cartório Eleitoral (www.tse.jus.br);
- Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crimes de Improbidade Administrativa – (www.cnj.jus.br)

X – cópia do Alvará de Localização e Permanência e Alvará Sanitário da sede da entidade, ou protocolo de solicitação de renovação, dentro do prazo de validade;

XI – cópia do atestado/alvará de funcionamento da sede da entidade emitido pelo Corpo de Bombeiros;

XII - plano de ação da entidade, conforme Anexo V;

XIII - cópia do registro em outro(s) conselho(s) – caso houver.

Parágrafo Primeiro: Caso expire o prazo de validade de qualquer dos documentos acima mencionados durante o processo de análise do CMDCA/JS, as entidades deverão, obrigatoriamente, proceder a sua atualização, mediante apresentação de cópia do respectivo protocolo de renovação ou do documento atualizado.

Parágrafo Segundo: Caso a entidade tenha caído em exigências, não apresentando a documentação solicitada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência para apresentação dos documentos, o processo será arquivado.

Parágrafo Terceiro: Caso a entidade não dispuser de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ no município onde será desenvolvido o programa de aprendizagem, deverá apresentar, ao CMDCA/JS a inscrição da matriz ou da filial.

CAPÍTULO III

DA VALIDADE DO REGISTRO E DA INSCRIÇÃO

Art.6º. Após a aprovação do registro da entidade, pela plenária do CMDCA/JS, será emitido pelo Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul, Resolução e Atestado de Registro e inscrição de seus programas e cursos de aprendizagem.

Art. 7º A validade máxima do registro da entidade é de 02 (dois) anos, contados a partir da publicação da Resolução deferindo o registro da entidade e a inscrição do programa, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos.

CAPÍTULO IV

REGISTRO E INSCRIÇÃO NEGADOS

Art. 8º Será negado registro às entidades que não se enquadrem no estabelecido no §1º do Artigo 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei Federal 12.010/09, a saber:

- a) não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
- b) não apresente plano de trabalho compatível com os princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

- c) esteja irregularmente constituída;
- d) tenha em seus quadros pessoas inidôneas;
- e) não se adequar ou deixar de cumprir as resoluções e deliberações relativas à modalidade de atendimento prestado expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, em todos os níveis;
- f) o estatuto não atender o disposto no art. 53 do Código Civil Brasileiro;
- g) não possua corpo técnico compatível e habilitado com as atividades/programas desenvolvidas pela entidade.

Parágrafo único: Entende-se por corpo técnico incompatível ou inabilitado, quando há ausência de profissionais habilitados e que não possuam registro na categoria a qual pertence, para execução do(s) programa(s) e curso(s) de aprendizagem.

CAPÍTULO V

DAS RENOVAÇÕES DO REGISTRO DA ENTIDADE E DA INSCRIÇÃO DOS PROGRAMAS E/OU CURSOS DE APRENDIZAGEM

Art.9º. As entidades deverão solicitar as renovações (registro e/ou inscrição dos programas e/ou cursos de aprendizagem), no prazo máximo de 30 (trinta) dias que antecedem o vencimento do atestado de registro.

Art.10. Na ocasião da solicitação de renovação, a entidade deverá apresentar a documentação elencada no Artigo 5º devidamente atualizada, identificando no requerimento que trata-se de renovação do registro e inscrição dos programas e/ou cursos de aprendizagem.

Parágrafo único: Enquanto estiver tramitando junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o processo de renovação do registro da entidade, o mesmo continua válido.

CAPÍTULO VI

DO PROCESSO DE ANÁLISE DOS REQUERIMENTOS DE REGISTRO DA ENTIDADE, INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS E/OU CURSOS DE APRENDIZAGEM E RENOVAÇÕES

Art. 11. Os requerimentos de registro, inscrição de programas e/ou cursos de aprendizagem ou pedidos de renovação, deverão ser protocolados na Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul CMDCA/JS - obedecendo o seguinte fluxo:

I – entrega da documentação prevista nesta Resolução;

II – análise documental por comissão do CMDCA/JS, que poderá solicitar complementação da documentação ou esclarecimentos;

III – a entidade terá o prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação para apresentação da documentação ou esclarecimentos;

IV – a Comissão do CMDCA/JS, no prazo de 60 (sessenta) dias após o protocolo de requerimento de registro/renovação, deverá emitir Parecer;

V – o parecer da comissão será encaminhado para apreciação e deliberação do Conselho, na plenária mais próxima;

VI – publicação do resultado/Resolução através do endereço eletrônico (<http://jaraguadosul.sc.gov.br>), no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a realização da Plenária.

CAPÍTULO VII

DOS REQUISITOS PARA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES QUE TENHAM COMO OBJETIVO A FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL METODICA DE ADOLESCENTES

Art.12. A entidade deve respeitar e promover os direitos das crianças e adolescentes, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, considerando os aspectos de desenvolvimento dos programas e/ou cursos, de acordo com as faixas etárias.

Art.13. A entidade deverá agir conforme os limites de sua responsabilidade e atuar de forma articulada com os órgãos competentes na área da defesa e garantia de direitos, estando obrigada a comunicar situações de ameaça ou violações de direitos, realizando denúncias a rede de atendimento e/ou aos órgão de proteção.

Art.14. Os espaços onde são desenvolvidas as atividades devem ser projetados de acordo com o plano de ação dos programas e/ou cursos de aprendizagem, a fim de favorecer o desenvolvimento dos adolescentes, respeitando suas individualidades, necessidades, habilidades e capacidades.

Art.15. O imóvel deverá apresentar condições adequadas de localização, para facilitar o acesso daqueles que atende, garantindo a segurança, salubridade, saneamento e higiene, com previsão de acessibilidade às pessoas com deficiência.

Art.16. Os espaços internos deverão ter estrutura e equipamentos disponíveis condizentes com os objetivos da formação profissional.

CAPÍTULO VIII

DA FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DOS PROGRAMAS E/OU CURSOS DE APRENDIZAGEM

Art.17. As entidades que possuem registro e inscrição de programas e/ou cursos de aprendizagem junto ao CMDCA, serão fiscalizadas pelo Conselho Tutelar, nos termos da Resolução nº74/2011/CONANDA ou na que a suceder, não excluído a fiscalização pelos demais órgão competentes.

Art. 18. A Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Política de Atendimento do CMDCA/JS efetuará minimamente 02 (duas) visitas ao longo do ano, às entidades registradas e programas inscritos, emitindo relatório de visita a ser encaminhado ao Poder Judiciário.

Parágrafo Único: Em caso de apuração de supostas infrações que coloquem em risco os direitos assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente, o fato será comunicado pelo CMDCA/JS, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário para as providências cabíveis.

CAPÍTULO IX

DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO DAS ENTIDADES E INSCRIÇÃO DOS PROGRAMAS E/OU CURSOS DE APRENDIZAGEM

Art. 19. O registro da entidade e/ou inscrição de programas e/ou cursos de aprendizagem junto ao CMDCA, poderá ser suspenso ou cancelado a qualquer tempo, quando a entidade:

- I – não se enquadrar ou deixar de cumprir o disposto nesta Resolução, Estatuto da Criança e do Adolescente e demais deliberações expedidas pelo CMDCA/JS,
 - II - deixar de funcionar;
 - III – deixar de executar o programa e/ou curso de aprendizagem apresentado;
 - IV – por determinação do Judiciário ou Ministério Público;
 - V - em caso de suspensão da entidade ou exclusão do programa no Cadastro Nacional de Aprendizagem, em conformidade com o Art. 7º da Portaria Ministerial 723/2012/MTE ou a que a suceder.
- Parágrafo único: No caso de irregularidades detectadas, a qualquer tempo, poderá ser concedido pelo CMDCA, prazo de até 6 (seis) meses para que a entidade proceda a regularização.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. As entidades registradas no CMDCA deverão apresentar anualmente, até a primeira quinzena de dezembro, na Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul, o Relatório de Atividades do serviço/programa do ano anterior (Anexo IV).

Parágrafo Único: A não apresentação da documentação referida no caput deste artigo implicará na suspensão do registro da entidade até que este seja entregue.

Art. 21. As entidades registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul, estão automaticamente, aderindo à rede de atendimento do município, voltadas ao atendimento e ações na área da promoção, defesa e garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, com disponibilidade de vagas para crianças e adolescentes encaminhados pelos Órgãos Municipais, pelo Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário, respeitada a capacidade de admissibilidade da entidade e/ou unidade.

Art.22. Após o registro da entidade, o CMDCA comunicará a Autoridade Judiciária, o Ministério Público , o Conselho Tutelar.

Art.23. Esta resolução entrará em vigor a partir da sua publicação.

Jaraguá do Sul, 25 de novembro de 2016

LUIZA HELENA ROSA

Presidente do Conselho Municipal dos
Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA/JS)

ANEXO I – REQUERIMENTO

Senhor (a) Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente

Informações sobre o Requerimento	
A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer/renovar registro da entidade e inscrição de programa e/ou curso(s) de aprendizagem nesse Conselho, conforme os dados abaixo descritos:	
<input type="checkbox"/> 1º Requerimento para registro da entidade e inscrição de programa(s) e/ou curso(s) de aprendizagem	
<input type="checkbox"/> Renovação de registro da entidade e inscrição de programa(s) e/ou curso(s) de aprendizagem	
1.Informações Gerais	
Nome da Entidade	
Endereço da sede:	CEP:
Bairro:	Cidade:
CNPJ:	
E-MAIL (Instituição):	
Telefone da entidade:	
Entidade com sede/atuação em outros municípios <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Qual(s)? _____	
2.Informações de outros endereços onde são desenvolvidos os serviços ou programas (quando houver)	
Nome do programa e/ou curso de aprendizagem:	
Endereço:	CEP:
Bairro:	Cidade:
Telefone:	

3.Inscrição e/ou Certificação

A entidade possui registro/inscrição nas respectivas esferas dos Conselhos:

Municipais() Assistência Social () Saúde () Educação () Criança e Adolescente () Outros Quais? _____

Estaduais Quais? _____

Certificações Federais

() Ministério do Desenvolvimento Social () Ministério da Saúde

() Ministério da Educação () Outros: _____

4.Dados do representante legal

Nome:

RG:

CPF:

Endereço:

CEP:

Bairro:

Cidade:

Telefone :

Celular:

E-mail:

Período do mandato: __/__/__ a __/__/__

5.Dados do Diretor/Coordenador da entidade

Nome:

RG:

CPF:

Endereço:

CEP:

Bairro:

Cidade:

Telefone :

Celular:

E-mail:

6. Identificação dos Programas e/ou Cursos de aprendizagem a serem inscritos no CMDCA, descrevendo os conteúdos a serem desenvolvidos, descrição da ementa, descrição da carga horária teórica e prática)

7.Informações Adicionais:

Termos em que, pede deferimento.

Jaraguá do Sul, ____/____/____

Assinatura e carimbo do representante legal da entidade

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE MORAL

Eu, _____(nome), _____(nacionalidade),
_____ (estado civil), _____(profissão), inscrito no CPF sob o nº _____, RG
_____ residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, bairro _____, cidade de _____, na qualidade de representante legal/Presidente da Entidade _____, CNPJ nº _____, estabelecida na Rua _____, nº _____, bairro _____, cidade de _____, DECLARO que todos membros da diretoria desta Entidade são pessoas idôneas para exercer as funções, cumprindo as exigências estabelecidas no Art. 91, §1º, alínea "d" do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Composição da Diretoria:

Nº	Nome	Função/Cargo

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração para todos os fins de direito.

Jaraguá do Sul, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Presidente da Entidade

ANEXO III
RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS E DEMAIS ENVOLVIDOS NAS ATIVIDADES DA ENTIDADE

Nome	Formação	Nº do Registro Profissional	Cargo/Função na Entidade	Programa/Curso que atua	Carga Horária	Vínculo

ANEXO IV
RELATÓRIO DE AÇÕES DO ANO DE _____

1- DADOS GERAIS DA ENTIDADE

Nome da Entidade: **2- AÇÕES E RESULTADOS** (Especificar as ações de cada programa ou curso de aprendizagem)

Nome do programa ou curso de aprendizagem:	
Ações Desenvolvidas	Resultados Alcançados

Nome do programa ou curso de aprendizagem:	
Ações Desenvolvidas	Resultados Alcançados

4 - Forma de acesso das crianças/adolescentes ao programa ou curso de aprendizagem:

Origem da demanda	Quantidade de atendidos
() Por procura espontânea	
() Por busca ativa	
() CRAS - Por encaminhamento do Centro de Referência da Assistência Social	
() CREAS - Por encaminhamento do Centro Especializado da Assistência Social	
() Por encaminhamento de outra (s) entidade (s) da rede socioassistencial	
() Por encaminhamento de outra política pública e/ou Sistema de Garantia de Direitos	

Número de crianças/adolescentes atendidos no ano	____ Masculino ____ Feminino
Número de adolescentes encaminhados ao mercado de trabalho	

Jaraguá do Sul, ____/____/____

Assinatura e carimbo do representante legal da entidade

ANEXO V
PLANO DE AÇÃO
1- DADOS GERAIS DA ENTIDADE

1.1. Caracterização da entidade:

Nome da entidade:
Dados da sede: () Própria () Cedida () Alugada
Horário de funcionamento:
Dias da semana:

1.2. Abrangência territorial: especificar o território de abrangência (bairros de Jaraguá do Sul e/ou municípios vizinhos).

1.3. Infraestrutura: informar aspectos gerais dos espaços físicos da sede da entidade, assim como, das filiais/subsedes (salas, recepção, etc).

1.4. Recursos financeiros previstos: informar origem e valores dos recursos financeiros previstos para manutenção da entidade, anualmente:

Promoções Próprias	R\$
Doações diversas	R\$
Mensalidade/anuidades dos associados	R\$
Repasse Municipal (convênios, subvenção social)	R\$
Repasse Estadual (convênios, subvenção social)	R\$
Repasse da União (convênios, subvenção social)	R\$
Outros (discriminar)	R\$

2 - DADOS ESPECÍFICOS DOS SERVIÇOS OU PROGRAMAS

(Para cada programa ou curso de aprendizagem, preencher os dados relacionados a parte II deste anexo)

Nome programa ou curso de aprendizagem:
Endereço do local onde é executado:
Bairro:
Dias da semana que é executado:

Horário em que é executado:

2.1. Objetivo Geral:

Descrever qual a finalidade geral do programa ou curso de aprendizagem, levando em consideração os resultados junto ao público-alvo que se pretende alcançar.

2.2. Público Alvo:

Citar quem é o público-alvo do programa ou curso de aprendizagem, descrevendo as características que identifiquem o perfil dos destinatários das ações como idade, fases da vida.

2.3. Forma de acesso da criança/adolescente ao programa ou curso de aprendizagem

(Assinalar a forma de acesso das crianças/adolescentes ao Programa ou curso de aprendizagem)

☐ Por procura espontânea

☐ Por busca ativa

☐ Por encaminhamento do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS

☐ Por encaminhamento do Centro Especializado da Assistência Social – CREAS

☐ Por encaminhamento de outra (s) entidade (s) da rede socioassistencial

☐ Por encaminhamento de outra política pública e/ou Sistema de Garantia de Direitos

2.4. Capacidade de atendimento: nº de vagas total que podem ser disponibilizadas as crianças/adolescentes atendidas no programa/curso de aprendizagem.

2.5. Metas e Ações - descrever o que se pretende realizar no ano:

Meta(s)	Ação(ões)

3- MECANISMOS PARA PROPICIAR A INSERÇÃO DOS APRENDIZES NO MERCADO DE TRABALHO APÓS A CONCLUSÃO DO PROGRAMA/ CURSO DE APRENDIZAGEM:

4-MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES: Descrever de que forma se dará o monitoramento e avaliação do trabalho, que possibilite observar se os objetivos foram alcançados junto as crianças/adolescentes e/ou rede de serviços.

Termos em que, pede deferimento.

Jaraguá do Sul, ____/____/____

Assinatura e carimbo do representante legal da entidade

RESOLUÇÃO Nº 53/2016/CMDCA/JS
RESOLUÇÃO Nº53/CMDCA/JS

Dispõe sobre a inscrição dos seguintes serviços: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas PCDI; Renovação da inscrição do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF. Referidos serviços são executados no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS João Pessoa.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA/JS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.045/2015, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2016.

Considerando o §1º do Art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a saber: "As entidades governamentais e não governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente [...]";

Considerando a Resolução nº 71, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre o Registro de Entidades não Governamentais e da Inscrição de Programas de Proteção e Sócio - Educativo das governamentais e não governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Atendimento e dá outras providências;

Considerando a Resolução nº105 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências, em especial o capítulo IV que trata do registro das entidades e programas de atendimento;

Considerando a resolução nº001/2014/CMDCA, que dispõe sobre os procedimentos e critérios para concessão e ou renovação do registro de entidades não governamentais e inscrição de programas de entidades governamentais e não governamentais de atendimento à Criança e ao Adolescente do Município de Jaraguá do Sul, com base na Lei Federal nº 8.069/90 alterada pela Lei nº 12.010, de 3 de Agosto de 2009 e Lei Municipal nº 4.983 de 1º de julho de 2008;

Considerando que o CRAS João Pessoa, realizou solicitação de inscrição de seus serviços identificando seu regime de atendimento em conformidade com o preconizado no Art.3º da Resolução nº001/2014/CMDCA, a saber:

"I - Orientação e apoio sociofamiliar - Entende-se por regime de orientação e apoio sociofamiliar os programas que atendam diretamente as famílias, inclusive as gestantes, com o oferecimento de tratamento, assistência jurídica, acompanhamento social ou fornecimento de bens e serviços voltados ao resgate e/ou fortalecimento de vínculos afetivos, superação de situações de conflito familiar e/ou violência, provimento de necessidades básicas ou alternativas de geração de renda familiar".

Considerando a análise realizada pela Comissão de Legislação e Normas do CMDCA, dos documentos apresentados pelo CRAS João Pessoa, onde constatou-se que o programa cumpriu com o que preconiza o Art.8º da Resolução nº 001/2014/CMDCA, a saber: "As entidades governamentais, para pleitear a inscrição do(s) programa(s) de atendimento, deverão providenciar os seguintes documentos, anexos a esta resolução:

I. requerimento solicitando inscrição do programa, especificando o regime de atendimento (anexo I);

II. plano de ação do(s) programa (s) de atendimento (anexo II);

III. comprovante de que a sede da entidade e o local onde é desenvolvido o(s) programa(s) oferecem instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança (Alvarás Sanitário e Atestado de Funcionamento emitido pela Associação de Serviços Voluntários de Jaraguá do Sul "Bombeiros

Voluntários");

III. relação de funcionários efetivos, celetistas e demais envolvidos nos programas, inclusive voluntários (anexo IV);

IV. relatório das ações realizadas no ano anterior, quando a entidade estiver funcionando há mais de 01 (um) ano (anexo III)";

Considerando que o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF já possuía inscrição no CMDCA (Resolução 007/2009, trata-se de processo de renovação da inscrição, sendo apresentado o relatório de atividades do ano anterior.

RESOLVE:

Art. 1 Deferir o pedido de solicitação de inscrição dos seguintes serviços executados sob o regime de orientação e apoio sociofamiliar, quais sejam:

· Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;

· Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas – PCDI;

Renovar a inscrição do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF executado no Cras João Pessoa.

Art. 2 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 25 de novembro de 2016.

LUIZA HELENA ROSA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul - CMDCA/JS.

RESOLUÇÃO Nº 54/2016/CMDCA/JS
RESOLUÇÃO Nº54/CMDCA/JS

Dispõe sobre a inscrição dos seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas PCDI. Referidos serviços são executados no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Santo Antônio.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA/JS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.045/2015, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2016.

Considerando o §1º do Art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a saber: "As entidades governamentais e não governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente [...]";

Considerando a Resolução nº 71, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre o Registro de Entidades não Governamentais e da Inscrição de Programas de Proteção e Sócio - Educativo das governamentais e não governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Atendimento e dá outras providências;

Considerando a Resolução nº105 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências, em especial o capítulo IV que trata do registro das entidades e programas de atendimento;

Considerando a resolução nº001/2014/CMDCA, que dispõe sobre os procedimentos e critérios para concessão e ou renovação do registro de entidades não governamentais e inscrição de programas de entidades governamentais e não governamentais de atendimento à Criança e ao Adolescente do Município de Jaraguá do Sul, com base na Lei Federal nº 8.069/90 alterada pela Lei nº 12.010,

de 3 de Agosto de 2009 e Lei Municipal nº 4.983 de 1º de julho de 2008;

Considerando que o CRAS Santo Antônio, realizou solicitação de inscrição de seus serviços identificando seu regime de atendimento em conformidade com o preconizado no Art.3º da Resolução nº001/2014/CMDCA, a saber:

"I - Orientação e apoio sociofamiliar - Entende-se por regime de orientação e apoio sociofamiliar os programas que atendam diretamente as famílias, inclusive as gestantes, com o oferecimento de tratamento, assistência jurídica, acompanhamento social ou fornecimento de bens e serviços voltados ao resgate e/ou fortalecimento de vínculos afetivos, superação de situações de conflito familiar e/ou violência, provimento de necessidades básicas ou alternativas de geração de renda familiar".

Considerando a análise realizada pela Comissão de Legislação e Normas do CMDCA, dos documentos apresentados pelo CRAS Santo Antônio, onde constatou-se que o programa cumpriu com o que preconiza o Art.8º da Resolução nº 001/2014/CMDCA, a saber: "As entidades governamentais, para pleitear a inscrição do(s) programa(s) de atendimento, deverão providenciar os seguintes documentos, anexos a esta resolução:

I. requerimento solicitando inscrição do programa, especificando o regime de atendimento (anexo I);

II. plano de ação do(s) programa (s) de atendimento (anexo II);

III. comprovante de que a sede da entidade e o local onde é desenvolvido o(s) programa(s) oferecem instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança (Alvarás Sanitário e Atestado de Funcionamento emitido pela Associação de Serviços Voluntários de Jaraguá do Sul "Bombeiros Voluntários");

IV. relação de funcionários efetivos, celetistas e demais envolvidos nos programas, inclusive voluntários (anexo IV);

V. relatório das ações realizadas no ano anterior, quando a entidade estiver funcionando há mais de 01 (um) ano (anexo III)";

RESOLVE:

Art. 1 Deferir o pedido de solicitação de inscrição dos seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas - PCDI no regime de orientação e apoio sociofamiliar pelo CRAS Santo Antônio.

Art. 2 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 25 de novembro de 2016.

LUIZA HELENA ROSA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul - CMDCA/JS.

RESOLUÇÃO Nº 55/2016/CMDCA/JS

RESOLUÇÃO Nº55/CMDCA/JS

Dispõe sobre a inscrição dos seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas PCDI. Tais serviços são executados no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Ilha da Figueira.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA/JS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.045/2015, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2016.

Considerando o §1º do Art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a saber: "As entidades governamentais e não governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste

artigo, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente [...];

Considerando a Resolução nº 71, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre o Registro de Entidades não Governamentais e da Inscrição de Programas de Proteção e Sócio - Educativo das governamentais e não governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Atendimento e dá outras providências;

Considerando a Resolução nº105 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências, em especial o capítulo IV que trata do registro das entidades e programas de atendimento;

Considerando a resolução nº001/2014/CMDCA, que dispõe sobre os procedimentos e critérios para concessão e ou renovação do registro de entidades não governamentais e inscrição de programas de entidades governamentais e não governamentais de atendimento à Criança e ao Adolescente do Município de Jaraguá do Sul, com base na Lei Federal nº 8.069/90 alterada pela Lei nº 12.010, de 3 de Agosto de 2009 e Lei Municipal nº 4.983 de 1º de julho de 2008;

Considerando que o CRAS Ilha da Figueira, realizou solicitação de inscrição de seus serviços identificando seu regime de atendimento em conformidade com o preconizado no Art.3º da Resolução nº 001/2014/CMDCA, a saber:

"I - Orientação e apoio sociofamiliar - Entende-se por regime de orientação e apoio sociofamiliar os programas que atendam diretamente as famílias, inclusive as gestantes, com o oferecimento de tratamento, assistência jurídica, acompanhamento social ou fornecimento de bens e serviços voltados ao resgate e/ou fortalecimento de vínculos afetivos, superação de situações de conflito familiar e/ou violência, provimento de necessidades básicas ou alternativas de geração de renda familiar".

Considerando a análise realizada pela Comissão de Legislação e Normas do CMDCA, dos documentos apresentados pelo CRAS Ilha da Figueira, onde constatou-se que o programa cumpriu com o que preconiza o Art.8º da Resolução nº 001/2014/CMDCA, a saber: "As entidades governamentais, para pleitear a inscrição do(s) programa(s) de atendimento, deverão providenciar os seguintes documentos, anexos a esta resolução:

I. requerimento solicitando inscrição do programa, especificando o regime de atendimento (anexo I);

II. plano de ação do(s) programa (s) de atendimento (anexo II);

III. comprovante de que a sede da entidade e o local onde é desenvolvido o(s) programa(s) oferecem instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança (Alvarás Sanitário e Atestado de Funcionamento emitido pela Associação de Serviços Voluntários de Jaraguá do Sul "Bombeiros Voluntários");

III. relação de funcionários efetivos, celetistas e demais envolvidos nos programas, inclusive voluntários (anexo IV);

IV. relatório das ações realizadas no ano anterior, quando a entidade estiver funcionando há mais de 01 (um) ano (anexo III)";

V.

RESOLVE:

Art. 1 Deferir o pedido de solicitação de inscrição dos seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas - PCDI no regime de orientação e apoio sociofamiliar pelo CRAS Ilha da Figueira.

Art. 2 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 25 de novembro de 2016.

LUIZA HELENA ROSA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul - CMDCA/JS.

RESOLUÇÃO Nº 56/2016/CMDCA/JS**RESOLUÇÃO Nº56/CMDCA/JS**

Dispõe sobre a renovação de inscrição da Sociedade Cultura Artística SCAR e seus programas: "Música para Todos" e "Escola vai ao Teatro".

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA/JS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.045/2015, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2016.

Considerando o §1º do Art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a saber: "As entidades governamentais e não governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente [...]";

Considerando a Resolução nº 71, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre o Registro de Entidades não Governamentais e da Inscrição de Programas de Proteção e Sócio - Educativo das governamentais e não governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Atendimento e dá outras providências;

Considerando a Resolução nº105 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências, em especial o capítulo IV que trata do registro das entidades e programas de atendimento;

Considerando a resolução nº001/2014/CMDCA, que dispõe sobre os procedimentos e critérios para concessão e ou renovação do registro de entidades não governamentais e inscrição de programas de entidades governamentais e não governamentais de atendimento à Criança e ao Adolescente do Município de Jaraguá do Sul, com base na Lei Federal nº 8.069/90 alterada pela Lei nº 12.010, de 3 de Agosto de 2009 e Lei Municipal nº 4.983 de 1º de julho de 2008;

Considerando que a Sociedade Cultura Artística - SCAR, realizou solicitação de renovação de inscrição de sua entidade e projetos, identificando seu regime de atendimento em conformidade com o preconizado no Art.3º da Resolução nº01/2014/CMDCA, a saber:

II - Apoio sócio - educativo em meio aberto - Entende-se por regime de apoio sócio-educativo em meio aberto os programas que atendem diretamente crianças ou adolescentes visando seu preparo para o exercício da cidadania enquanto agentes transformadores de sua realidade, com atividades de esporte, lazer ou cultura, em período oposto ao escolar e/ou de tratamento, acompanhamento ou orientação para crianças ou adolescentes, inclusive as vítimas de ameaças ou violação aos seus direitos.

Considerando a análise realizada pela Comissão de Legislação e Normas do CMDCA, dos documentos apresentados pela Sociedade Cultura Artística - SCAR, onde constatou-se que todos os documentos exigidos foram apresentados com exceção dos atestados de qualidade e eficiência do trabalho emitidos pelo juizado da infância e juventude e pelo Conselho Tutelar.

Considerando à falta dos documentos supracitados, fica condicionada à emissão da Resolução deste parecer bem como do certificado de renovação de registro da entidade pelo CMDCA, à entrega destes documentos.

RESOLVE:

Art. 1- Deferir o pedido de solicitação de renovação de registro da entidade Sociedade Cultura Artística - SCAR e inscrição de seus programas, quais sejam: "Música para Todos", e "Escola vai ao Teatro".

Art. 2- Que a entidade que estiver registrada junto ao CMDCA está automaticamente aderindo a rede de atendimento do Município

voltadas ao atendimento e ações na área da promoção, defesa e garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, com disponibilidade de vagas para crianças e adolescentes encaminhados pelos Órgãos Municipais, pelo Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário, respeitada a capacidade de admissibilidade da entidade e/ou unidade.

Art. 3- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 25 de novembro de 2016.

LUIZA HELENA ROSA

Presidente do Conselho Municipal dos Dioreitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul - CMDCA/JS.

RESOLUÇÃO Nº 57/2016/CMDCA/JS**RESOLUÇÃO Nº57/CMDCA/JS**

Dispõe sobre a renovação de inscrição da Associação Desportiva Xoxo 10 e seu programa "Atleta Cidadão".

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA/JS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.045/2015, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2016.

Considerando o §1º do Art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a saber: "As entidades governamentais e não governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente [...]";

Considerando a Resolução nº 71, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre o Registro de Entidades não Governamentais e da Inscrição de Programas de Proteção e Sócio - Educativo das governamentais e não governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Atendimento e dá outras providências;

Considerando a Resolução nº105 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências, em especial o capítulo IV que trata do registro das entidades e programas de atendimento;

Considerando a resolução nº001/2014/CMDCA, que dispõe sobre os procedimentos e critérios para concessão e ou renovação do registro de entidades não governamentais e inscrição de programas de entidades governamentais e não governamentais de atendimento à Criança e ao Adolescente do Município de Jaraguá do Sul, com base na Lei Federal nº 8.069/90 alterada pela Lei nº 12.010, de 3 de Agosto de 2009 e Lei Municipal nº 4.983 de 1º de julho de 2008;

Considerando que a Associação Desportiva Xoxo 10, realizou solicitação de renovação de inscrição de sua entidade e projetos, identificando seu regime de atendimento em conformidade com o preconizado no Art.3º da Resolução nº01/2014/CMDCA, a saber:

II - Apoio sócio - educativo em meio aberto - Entende-se por regime de apoio sócio-educativo em meio aberto os programas que atendem diretamente crianças ou adolescentes visando seu preparo para o exercício da cidadania enquanto agentes transformadores de sua realidade, com atividades de esporte, lazer ou cultura, em período oposto ao escolar e/ou de tratamento, acompanhamento ou orientação para crianças ou adolescentes, inclusive as vítimas de ameaças ou violação aos seus direitos.

Considerando a análise realizada pela Comissão de Legislação e Normas do CMDCA, dos documentos apresentados pela Associação Desportiva Xoxo 10, onde constatou-se que todos os documentos exigidos foram apresentados;

RESOLVE:

Art. 1- Deferir o pedido de solicitação de renovação de inscrição da entidade Associação Desportiva Xoxo 10 e seu programa "Atleta Cidadão".

Art. 2- Que a entidade que estiver registrada junto ao CMDCA está automaticamente aderindo a rede de atendimento do Município voltadas ao atendimento e ações na área da promoção, defesa e garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, com disponibilidade de vagas para crianças e adolescentes encaminhados pelos Órgãos Municipais, pelo Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário, respeitada a capacidade de

admissibilidade da entidade e/ou unidade.

Art. 3- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 25 de novembro de 2016.

LUIZA HELENA ROSA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul - CMDCA/JS.

RESOLUÇÃO Nº 58/2016/CMDCA/JS

RESOLUÇÃO Nº58/CMDCA/JS

Dispõe sobre a demanda reprimida no atendimento às crianças e adolescentes nas políticas de saúde, educação e assistência social, bem como, da situação dos alvarás sanitários e de bombeiros dos estabelecimentos/equipamentos das referidas políticas públicas municipais. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA/JS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.045/2015, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2016. Considerando o Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, a saber: "É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

Considerando o Art. 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente. "São diretrizes da política de atendimento: I - municipalização do atendimento; [...] III - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa; [...]" ;

Considerando a plenária de 26/06/15, na qual ficou deliberado o encaminhamento de ofícios às secretarias municipais de educação, saúde e assistência social, solicitando informações quanto a situação dos alvarás de funcionamento e de bombeiros dos equipamentos, bem como, a situação da demanda reprimida nos atendimentos às crianças e adolescentes;

Considerando que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) é o órgão de deliberação sobre a Política da Infância e Adolescente, conforme preconizado no parágrafo I, do art.16 da Lei Municipal nº 7.045/2015, onde descreve-se que uma das atribuições do CMDCA é: "deliberar, controlar e avaliar a efetivação da política de promoção, proteção e defesa de direitos das crianças e adolescentes, observados os preceitos expressos nos artigos, 203, 204 e 227, da Constituição Federal, e da Lei Orgânica Municipal e todo o conjunto de regras da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando o ofício nº 02/2016/CMDCA/JS encaminhado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Criança e Adolescente no dia 02/02/2016 que solicita informações com relação às demandas reprimidas de crianças e adolescentes atendidos nos equipamentos, bem como, cópia dos alvarás sanitários e de bombeiros. Ressalta-se que no dia 26/02/2016, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Criança e Adolescente, respondeu através do ofício nº 049/2016/Semascri;

Considerando o ofício nº 03/2016/CMDCA/JS encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde no dia 02/02/2016, que solicita informações com relação às demandas reprimidas de crianças e adolescentes atendidos nos equipamentos, bem como, cópia dos alvarás sanitários e de bombeiros. Ressalta-se que no dia 11/04/2016, a Secretaria Municipal de Saúde respondeu através do ofício nº 0380/2016/Semsa. No dia 02/05/2016, a comissão solicitou informações complementares através do ofício nº 024/2016/CMDCA. No dia 20/06/2016, a Secretaria Municipal de Saúde respondeu através do ofício nº 0660/2016/Semsa;

Considerando o ofício nº 04/2016/CMDCA/JS encaminhado à Secretaria Municipal de Educação no dia 02/02/2016 que solicita informações, referente as demandas reprimidas de crianças e adolescentes atendidos nos equipamentos, bem como, cópia dos alvarás sanitários e de bombeiros. Ressalta-se que no dia 09/03/2016, a Secretaria Municipal de Educação respondeu através do ofício nº 085/2016/Semed.No dia 02/05/2016, a comissão solicitou informações complementares através do ofício nº 023/2016/CMDCA. No dia 16/05/2016, a Secretaria Municipal de Saúde respondeu através do ofício nº 356/2016/Semed;

Considerando que no dia 12/08/2016 em plenária do CMDCA, este parecer foi retirado de pauta pela comissão, sendo também deliberado pela plenária, prazo de 30 (trinta) dias para atualização dos dados da demanda reprimida no atendimento às crianças e adolescentes nas políticas de saúde, educação e assistência social, bem como, da situação dos alvarás sanitários e de bombeiros dos estabelecimentos/equipamentos das referidas políticas públicas municipais;

Considerando que a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Política de Atendimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/JS, em conformidade com a deliberação da plenária ordinária do CMDCA acima mencionada, encaminhou os ofícios nº 061/2016/CMDCA/JS, 62/2016/CMDCA/JS e 063/2016/CMDCA/JS as Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social respectivamente;

DADOS LEVANTADOS POLÍTICA DE SAÚDE

Considerando que a Secretaria Municipal de Saúde - Semsa informa através do ofício nº 1164/2016/Semsa, bem como, memorando nº 253/2016/Semsa/GAC, que as ações tomadas para solucionar as demandas reprimidas ocorrem de forma contínua, através de negociações com prestadores de serviços dentro e fora do município, buscando a ampliação da oferta de serviços e consequentemente a diminuição da fila de espera. Segue abaixo a demanda reprimida apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, contendo dados extraídos do sistema

informatizado da saúde, referente a data de 26/09/2016:

ESPECIALIDADES MÉDICAS

ESPECIALIDADE	CRIANÇAS 0-1 ANOS	ADOLESCENTES 12-18 ANOS	TOTAL
ANGIOLOGIA	3	10	13
CARDIOLOGIA	0	67	67
CARDIOLOGIA PEDIÁTRICA	147	18	165
CONSULTA PARA CIRURGIA GERAL	0	14	14
DERMATOLOGIA	0	128	128
ENDOCRINOLOGIA	0	0	0
ENDOCRINOLOGIA PEDIÁTRICA	76	10	86
FONOAUDIÓLOGO	9	1	10
GASTROENTEROLOGIA	0	35	35
HEMATOLOGIA	0	11	11
NEFROLOGIA	0	1	1
NEUROLOGIA PEDIÁTRICA	70	2	72
NEUROLOGIA	0	7	7
NUTRICIONISTA	0	06	06
ORTOPEDIA/ TRAUMATOLOGIA	0	72	72
ORTOPEDIA PEDIÁTRICA	148	44	192
OTORRINOLARINGOLOGIA	7	181	188
PROCTOLOGIA	0	14	14
REUMATOLOGIA	0	11	11
UROLOGIA	0	0	0
GINECOLOGIA	1	0	1
OFTALMOLOGISTA	19	240	259

EXAMES ESPECIALIZADOS/ CIRURGIAS

ESPECIALIDADE	CRIANÇAS 0-11 ANOS INCOMPLETOS	ADOLESCENTES 12 A 18 INCOMPLETOS	TOTAL
ACOMPANHAMENTO PROTETIZAÇÃO AUDITIVA	14	15	29
CIRURGIA GERAL	0	13	13
CIRURGIA GINECOLÓGICA- AVALIAÇÃO	0	5	5
CIRURGIA MASTOLOGIA (PLÁSTICA MAMARIA MASCULINA)	0	2	2
CIRURGIA OFTALMOLÓGICA- AVALIAÇÃO	0	2	2
CIRURGIA ORTOPEDIA PEDIÁTRICA	2	0	2
CIRURGIA OTORRINOLARINGOLOGIA	139	40	179
CIRURGIA PEDIÁTRICA	37	1	38
CIRURGIA TORÁCICA	0	1	1
CONSULTA DERMATOLOGISTA PEDIÁTRICA	114	6	120
CONSULTA OFTALMOLÓGICA	4	2	6
CONSULTA ESPECIALIDADE	126	24	150
CONSULTA PNEUMOLOGIA PED.	28	0	28
ELETRONECEFOLOGRAMA	49	40	89
ELETRONEUROMIOGRAFIA	5	0	5
ENDODONTIA	24	128	152
ENDOSCOPIA DIGESTIVA	0	22	22
ESPIROMETRIA	1	6	7
EXAMES EM AUDIOLOGIA	252	21	273
FISIOTERAPIA	72	43	115
FISIOTERAPIA DOR CRÔNICA	0	1	1
GENÉTICA	17	1	18
LAVAGEM DE OUVIDO	0	0	0
ODONTOLOGIA CIRURGIA ORAL	0	2	2
OFTALMOLOGIA- EXAMES	3	26	29
ORTO TRAUMATO CINTURA PÉLVICA	0	1	1
ORTO TRAUMATO COLUNA	0	3	3
PEQUENAS CIRURGIAS	31	45	76
POLISSONOGRAMA	0	6	6
PROTETIZAÇÃO AUDITIVA	0	0	0
RADIOGRAFIA ODONTOLÓGICA	3	3	6

RX CONTRASTADO	1	0	0
RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	12	30	42
RETINOLOGIA FLUORESCENTE	0	9	9
RETORNO AO SERVIÇO DE SUPORTE NUTRICIONAL	58	0	58
SERVIÇO – SAÚDE AUDITIVA	1	2	3
SERVIÇO DE NEUROCIRURGIA	0	2	2
TESTE ERGOMÉTRICO	0	1	1
TFD ALERGIA E IMUNOLOGIA	1	0	1
TFD CARDIOLOGIA	2	1	3
TFD CENTRINHO- AUDIOLOGIA CLÍNICA-	2	0	2
TFD CINTILOLOGIA	0	0	0
TFD CIRURGIA PLÁSTICA	3	0	3
TFD IMPLANTE COCLEAR	1	0	1
TFD ONCOLOGIA	0	1	1
TOMOLOGIA (ALGUNS CASOS SEDAÇÃO)	13	7	20
ULTRASSONOGRAFIA	11	372	383
ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER	2	2	4
URODINÂMICA COMPLETA	3	3	6
ÓRTESES MUNICIPAIS	0	2	2
AVALIAÇÃO CIRURGIA ORTOPEDIA-MC	0	18	18
CIRURGIA UROLOGIA	0	5	5
CISTOSCOPIA	0	0	0
COLONOSCOPIA	1	1	2
CONSULTA CIRURGIÃO VASCULAR	0	1	1
CONSULTA OFTALMOLOGICA - CONSORCIO	0	8	8
CONSULTA RETORNO – PNEUMOLOGIA PEDIÁTRICA	85	1	86
FISIOTERAPIA DOMICILIAR	1	0	1
FONOAUDIÓLOGO	0	0	0
PERIODONTIA	0	1	1
QUIMIOTERAPIA	0	0	0
PRÓTESE DENTARIA	0	0	0
RADIOLOGIA PANORÂMICA	1	1	2
TFD MEDICINA DOR	0	0	0
TFD MEDICINA FETAL	0	0	0
TFD NEURORADIOLOGIA	0	0	0
TFD NEUROMUSCULAR	0	0	0
TFD ORTOPEDIA COLUNA	0	1	1
TFD REPRODUÇÃO HUMANA	0	0	0
TFD REUMATOLOGIA INFANTIL	0	0	0
TFD TRANSEXUALIZAMO	0	0	0
TFD TRANSPLANTES	0	0	0
TFD ÔRTESE E PRÓTESE ESTADUAL	1	0	1
CÂMERA HIPERBÁRICA	0	0	0

Considerando que observou-se aumento na demanda reprimida na política da saúde, Secretaria de Saúde, sendo que as informações apresentadas em fevereiro de 2016, através do ofício nº0380/2016/Semsa, informou-se que havia 1.103 crianças/adolescentes na espera por especialidades médicas, já em setembro de 2016 apresenta-se uma demanda de espera de 1.352 crianças/adolescentes, conforme tabela acima apresentada. Com relação a demanda de espera de exames especializados/ cirurgias observou-se também um aumento, sendo que em fevereiro de 2016 havia 1.536 crianças/adolescentes no aguardo destes e em setembro de 2016 uma demanda de 2.047 crianças/adolescentes.

Considerando o ofício nº 1164/2016 da Secretaria Municipal de Saúde – Semsa, que informa que atualmente dispõe de uma comissão para análise do fluxo para liberação dos alvarás, a qual teve 4 encontros levantando diversas situações inerentes as unidades básicas de saúde e demais serviços ofertados pela secretaria, e estão em processo de adequação para liberação do alvará de localização. Esclarecem ainda, que determinadas situações inerentes as adequações das Unidades de saúde estão atreladas ao corpo de bombeiros voluntários, bem como, ao corpo de bombeiros militar, ao termo de ajuste de conduta SIG nº 06.2013.00007478-7 – Acessibilidade e Mobilidade Urbana e padronização de passeios públicos em imóveis públicos municipais e a confecção de projetos preventivos contra incêndio e pânico. A Semsa também informa que algumas unidades de saúde estão com o processo aos cuidados da vigilância sanitária para as devidas providências e recomendações quanto a liberação do alvará sanitário e de localização, e nos próximos dias estarão com os mesmos liberados:

- ESF Ana Pertti Pedri;
- Academia de saúde do Vieiras;
- Academia de saúde do Chico de Paulo;
- ESF Reinholdo Wuerges;
- Unidade Básica Central;
- ESF Renato pradi

DADOS LEVANTADOS POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Considerando que o teor do ofício nº 857/2016 da Secretaria Municipal de Educação não detalha dados com relação a demanda reprimida, mas informa que existe demanda reprimida na faixa etária de 0 a 3 anos, porém a obrigatoriedade de garantia de educação infantil se dá a partir dos 4 anos. Ainda com relação a esta temática, o ofício nº 356/2016/Semed, informa que não existe lista de espera aguardando vaga na educação básica (4 a 17 anos), na rede pública municipal de ensino. Ressalta-se que a Semed justifica que a obrigatoriedade de garantia da educação básica é dos 4(quatro) aos 17 (dezessete) anos. Porém há uma lista de espera citada no ofício nº 085/2016/Semed, referente a faixa etária de 3 a 4 anos, que aguardam por ingresso na educação infantil, conforme dados da tabela abaixo, referentes a demanda reprimida do período compreendido entre 09/11/2015 a 09/03/2016, a saber:

Lista de Espera – Quantitativo do Município por Grupo – Lista		
Situação: Em Espera – cadastrados ou alterados de 09/11/15 até 09/03/16		
Grupo	Quantidade de Crianças	Quantidade nos Períodos
BI (Berçário)	493	Matutino 202
		Vespertino 220
		Integral 238
		1ºTurno 048
		2ºTurno 029
BII (Berçário)	234	Matutino 110
		Vespertino 115
		Integral 102
		1ºTurno 11
		2ºTurno 08
MI (Maternal)	133	Matutino 58
		Vespertino 77
		Integral 48
		1ºTurno 04
		2ºTurno 04
MII (Maternal)	148	Matutino 73
		Vespertino 87
		Integral 55
		1ºTurno 09
		2ºTurno 04
Total Geral dos Grupos	1.008	Matutino 443
		Vespertino 449
		Integral 443
		1ºTurno 72
		2ºTurno 45

* B I - atende crianças de 0 a 1 ano * MI - atende crianças 2 a 3 anos

* BII - atende crianças 1 a 2 anos * MII - atende crianças de 3 a 4 anos

Considerando a ação civil pública para fornecimento de vagas em creches e pré-escolas a todas as crianças com idade até 05 (cinco) anos, instaurado no dia 03/12/2014, através do processo judicial de 2º grau nº 08.2014.00400806-3.

Considerando a Lei nº 12.796, de 2013, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências, especialmente o seu art. 4º que estabelece que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a)pré-escola;
- b)ensino fundamental;
- c)ensino médio;

Considerando que mesmo não sendo obrigatória o atendimento a crianças até 4 anos na educação básica, o inciso XXV, do art.7º da Constituição Federal de 1988 coloca que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria da sua condição social: [...] assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;

Considerando ainda que o art.208 da Constituição Federal coloca que o dever do estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:[...], IV- educação infantil, em creche e pré escola, as crianças até 5 (cinco) anos de idade;

Considerando que o ofício nº 085/2016 da Secretaria Municipal de Educação, referente aos alvarás sanitários e de bombeiros, informa que o Prefeito Municipal designou por meio da Portaria nº 928/2015, um grupo de trabalho, que tem finalidade de promover a atualização e regularização das unidades escolares que não possuem alvará sanitário. Ainda com relação a esta temática ressalta-se que a Semed não apresenta os dados atuais da situação dos alvarás, porém informam através do ofício nº 857/2016/Semed que algumas unidades escolares possuem acessibilidade, outras encontra-se em adequação, contudo trata-se de um processo complexo e longo. Portanto, reiteram a informação de que o grupo de trabalho oficiará os órgãos competentes quando encerrar suas atividades.

DADOS LEVANTADOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Considerando que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Criança e Adolescente, de acordo com o ofício nº 323/2016/Semasci informou que não há demanda reprimida nos serviços ofertados nas unidades dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Com relação as unidades do Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS informam que há uma fila de espera de 24 (vinte e quatro) casos aguardando atendimento e que esta fila vem diminuindo gradativamente.

Considerando que observou-se uma diminuição na demanda reprimida da Secretaria Municipal de Assistência Social, Criança e Adolescente, visto que o ofício nº 049/2016 informa que a Semasci finalizou o ano de 2015 com 39 casos aguardando inserção no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e indivíduos – PAEFI, das unidades de CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e o ofício nº 323/2016/Semasci informa que há uma fila de espera de 24 (vinte e quatro) casos aguardando atendimento no CREAS.

Considerando as informações que constam no ofício nº 323/2016 da Secretaria Municipal de Assistência Social, Criança e Adolescente, referente aos alvarás sanitários e de bombeiros, a saber:

Equipamento/ estabelecimento	Possui Alvará Sanitário		Possui Alvará dos Bombeiros		Encaminhamentos para resolutividade e/ou impedimentos para aquisição dos alvarás e prazo estimado para solucionar o problema
	Sim	Não	Sim	Não	
Cras Jaraguá 84	X		X		
Cras Ilha da Figueira	X		X		
Cras João Pessoa	X			x	Está sendo providenciado. Regin efetuado recentemente.
Cras Santo Antônio	X		X		
Cras Centro	X		X		
Cras Vila Lenzi		X		X	Obra inaugurada recentemente. Estão sendo efetuados os encaminhamentos necessários para obtenção dos alvarás.
Creas Nova Brasília		X		X	Equipamento está em Processo de reforma, não sendo possível a obtenção dos respectivos alvarás.
Creas Baependi	X		X		
Abrigo Tifa Martins	X		X		
Abrigo Baependi	X		X		
Casa de Passagem		X		X	Imóvel alugado. Está sendo providenciado.
Espaço Mulher			X		Espaço Mulher e Centro de Convivência, funcionam no Pavilhão C do Parque Municipal de Eventos, sendo efetuados os encaminhamentos necessários para obtenção do Alvará.
Centro de Convivência			X		

RESOLVE:

Art. 1- Encaminhar ofício para às Secretarias municipais de saúde, assistência social e educação, solicitando que a cada de 6 (seis) meses sejam apresentados novos relatórios constando:

1.1) dados atualizados da demanda reprimida e quais ações foram tomadas visando o atendimento da demanda reprimida de acordo com os dados apresentados neste parecer;

1.2) Com relação a demanda reprimida ainda existente, caso haja, quais são as ações previstas para atendê-las e informar se há prazo estimado para solucionar a problemática.

1.3) Apresentar a situação dos estabelecimentos/equipamentos, quanto aos alvarás sanitários e de corpo de bombeiros, de acordo com a tabela abaixo:

Equipamento/ estabelecimento	Possui alvará sanitário		Possui alvará dos bombeiros		Encaminhamentos para resolutividade e/ou impedimentos para aquisição dos alvarás, e prazo estimado para solucionar o problema
	Sim	Não	Sim	Não	

Art. 2- Encaminhar ao Ministério Público cópia desta Resolução.

Art. 3- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 25 de novembro de 2016.

LUIZA HELENA ROSA

Presidente do Conselho Municipal dos Dioreitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul - CMDCA/JS.

RESOLUÇÃO Nº 59/2016/CMDCA/JS

RESOLUÇÃO Nº59/CMDCA/JS

Dispõe sobre o regimento interno do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA/JS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.045/2015, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2016.

Considerando o teor do regimento interno do conselho tutelar de Jaraguá do Sul;

Considerando as orientações para funcionamento dos Conselheiros Tutelares do Grupo de Trabalho formado pelo Centro Operacional da Infância e da Juventude do Ministério Público de Santa Catarina, Federação Catarinense de Municípios – FECAM, Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescentes – CEDCA e Associação Catarinense dos Conselheiros Tutelares de Santa Catarina – ACCT;

Considerando a Lei Municipal nº 7.045/2015, que dispõe sobre a Política de Atendimento da Criança e do adolescente, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), do Conselho Tutelar e dá outras providências, em especial os artigos que referem-se ao horário de funcionamento do Conselho Tutelar:

Art.35. A sede do Conselho Tutelar permanecerá aberta ao público, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

Art.36. O conselheiro tutelar fica sujeito à jornada de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho distribuídas em atividades na sede do órgão.

§1º A jornada do conselheiro tutelar quando for superior a 40 (quarenta) horas semanais deverá ser compensada, conforme dispõe a legislação pertinente ao servidor público municipal de Jaraguá do Sul; ou seja, não há previsão legal de banco de horas seguida de folgas;

Considerando que o Parágrafo único, art. 5º do Regimento Interno do Conselho Tutelar versa que o atendimento ao público dar-se-á de segunda-feira a sexta-feira no período matutino das 9:30 as 11horas e no período vespertino das 14:00 as 16:30 horas. Percebe-se que esta redação contradiz o que está descrito acima na Lei Municipal;

Considerando que o Conselho tutelar não está encaminhado ao CMDCA os documentos conforme preconizado no art.59 da Lei nº 7.045/2015:

III - encaminhar seu Regimento Interno para publicação no site da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, assim como, afixá-lo em local visível na sede do órgão e encaminhá-lo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - encaminhar relatório trimestral ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Ministério Público e ao Juiz da Vara da Infância e da Juventude, contendo a síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como, as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes;

Considerando a desconformidade entre o art.22 do regimento interno do Conselho Tutelar e a Lei Municipal nº 7.045/2015, com relação os servidores públicos que compõem o quadro do conselho tutelar:

· a Lei Municipal nº 7.045/2015, em seu paragrafo único, art.33, versa que: [...] devem ser consideradas as seguintes funções permanentes, a serem desempenhadas por servidores públicos municipais efetivos, com perfil adequado as especificidades das atribuições do Conselho Tutelar, a saber:

- a) motorista;
- b) Agente de limpeza e conservação;
- c) telefonista;

d) agente administrativo.

· o art.22 do regimento interno do conselho tutelar, em que consta que a equipe de apoio administrativo do Conselho Tutelar será composta por: agente administrativo, recepcionista/telefonista, agente de limpeza, estagiários(os) e motorista, designados pelo Poder Público Municipal, através dos órgãos a que estiverem vinculados, coordenados pelo agente administrativo (em ônus de gratificação ou comissão pelo município), integrando a organização do conselho Tutelar.

Considerando a necessidade de revisão da redação do art. 20 do regimento interno do conselho tutelar, deixando claro que as atividades descritas fazem parte da rotina do conselheiro tutelar, o que difere das atribuições previstas no art.136 da Lei Federal nº 8090 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Considerando a necessidade de haver na municipalidade um profissional de referência para coordenar os trabalhos dos conselheiros tutelares, bem como, do setor administrativo, visto que este é vinculado ao gabinete do prefeito que não possui equipe para gerenciar as atividades do conselho tutelar.

RESOLVE:

Art. 1- Alterar a redação sobre o atendimento ao público, paragrafo único do art. 5º, visto que este se encontra em desacordo com o art.35 da Lei Municipal nº 7.045/2015;

Art. 2- Alterar a redação sobre os servidores públicos que compõem o quadro do conselho tutelar, visto que o art.22, encontra-se em desacordo com o art.33 da Lei Municipal nº 7.045/2015;

Art. 3- Alterar a redação do art.20 sobre as atividades internas do trabalho do Conselheiro Tutelar;

Art. 4- Constar o detalhamento das funções de cada cargo separadamente da equipe administrativa;

Art. 5- Suprimir a seção IV – Das Férias, visto que consta na Lei Municipal nº 7.045/2015;

Art. 6- Encaminhar seu Regimento Interno, após finalizado, para publicação no site da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, assim como, afixá-lo em local visível na sede do órgão e encaminhá-lo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 7- Encaminhar relatório trimestral ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Ministério Público e ao Juiz da Vara da Infância e da Juventude, contendo a síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como, as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes;

Art. 8- Sugerir ao gabinete do prefeito que haja um profissional de referência para coordenar os trabalhos dos conselheiros tutelares, bem como, do setor administrativo;

Art. 9- Solicitar que durante o colegiado dos conselheiros tulares, não ocorra prejuízo ao atendimento à população;

Art. 10- Solicitar que sejam encaminhados ao CMDCA mensalmente, a relação de plantonistas e relatórios destes plantões.

Art. 11- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 25 de novembro de 2016.

LUIZA HELENA ROSA

Presidente do Conselho Municipal dos Dioreitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul - CMDCA/JS.

RESOLUÇÃO Nº 60/2016/CMDCA/JS**RESOLUÇÃO Nº60/CMDCA/JS**

Dispõe sobre o Projeto "Uniforme, acessórios e instrumentos de musicalização da Banda Marcial", apresentado ao CMDCA, pela APP da EMEF Luiz Gonzaga Ayroso, modalidade Chancela.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA/JS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.045/2015, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2016. Considerando o Art. 33 da Lei nº 4.983/2008 "Os recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência poderão ser utilizados ou aplicados de acordo com as reais demandas e prioridades do Município, deliberados em Assembléia pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente [...]";

Considerando o Art. 29 da Lei nº 4.983/2008 "O Fundo Municipal da Infância e do Adolescente é o órgão captador de recursos, tendo como gestor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que os aplicará e utilizará segundo suas diretrizes e deliberações"; Considerando o Art. 2o da Resolução nº137/2010/CONANDA "Os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente devem ser vinculados aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente[...], órgãos formuladores, deliberativos e controladores das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente, responsáveis por gerir os fundos, fixar critérios de utilização e o plano de aplicação dos seus recursos, conforme o disposto no § 2o do Art. 260 da Lei nº8.069, de 1990;

Considerando o Art. 12 da Resolução nº137/2010/CONANDA "A definição quanto à utilização dos recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com o disposto no artigo 9o, deve competir única e exclusivamente aos Conselhos de Direitos."; Considerando que a APP da EMEF Luiz Gonzaga Ayroso possui registro junto ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), conforme parecer 33/2016/CMDCA/JS

Considerando que esse projeto visa "Adquirir o uniforme, acessórios e instrumentos pedagógico-musicais para os alunos do programa Banda Marcial, ampliando a oferta de vagas para novos alunos das comunidades vizinhas, democratizando e promovendo o acesso a valores culturais presentes na sociedade jaraguense e nos direitos das crianças e adolescentes.

Considerando que a "Banda Marcial atende 56 alunos que frequentam o turno integral da unidade escolar, além crianças e adolescentes que residem nos bairros Jaraguá 84 e Jaraguá 99," e que "existem ainda 62 crianças e adolescentes que estão em uma fila de espera por uma vaga. A aquisição de novos instrumentos amplia o número de vagas oferecidas pela Banda Marcial, possibilita a inclusão de crianças e adolescentes que residem nos bairros Barra do Rio Cerro e Garibaldi e ainda renova o instrumental utilizado Banda Marcial que já ultrapassou tempo adequado de utilização para crianças e adolescentes.

Considerando que não existem uniformes para as apresentações em quantidade suficiente, e que os mesmos já possuem mais de 8 anos de uso;

Considerando ainda o estabelecido pelo Artigo 6º do Edital nº002/2016/CMDCA, a saber: "Os projetos que preveem aquisição de bens materiais, mão de obra, transportes (equipamentos de informática, eletrônicos, eletrodomésticos, eletroportáteis, instrumentos musicais, móveis, veículos, entre outros), deverão apresentar, no mínimo, 3 (três) orçamentos com as mesmas especificações, exceto no caso em que houver apenas um fornecedor ou fabricante. Neste caso a entidade deverá apresentar justificativa."

RESOLVE:

Art. 1- Deferir o valor de R\$ 136.916,00 (Cento e trinta e seis mil, novecentos e dezesseis reais), através da modalidade de Chancela, referentes aos seguintes itens do projeto.

Nº Ord.	Item	Unide	Qtde	Valor unitário	Total Menor Orçamento
01	<p>Uniforme completo para Corpo Musical:</p> <p>Túnica e Macacão</p> <p>Túnica Spencer estilo "Drum Corp" confeccionada em tecido Oxford composto de 100% poliéster, ornada com fitas refletivas e galão metalizado, botões frontais, aplique na gola, ombreira fixa de espuma revestida de tecido, punhos removíveis e fechamento nas costas, Bandeira do Brasil no braço direito e o brasão do município no peito.</p> <p>Macacão: Estilo social cor a combinar, confeccionado em tecido Oxford, tipo jardineira com alças reguláveis e fivelas, todo overlocado com tarja refletiva nas laterais, barra overlocada e vinco permanente. Para Comprimento do macacão, medida padrão de "barra obrigatória" adicional de 10 cm para todos os tamanhos (P, M, G e GG).</p> <p>Capa porta-terno confeccionada em TNT com zipper frontal e cabide.</p> <p>Bota para Corpo Musical</p> <p>1/2 bota na(s) cor(es) (até duas cores) (definir a cor), cano curto, forrada internamente, modelo clássico, em couro sintético, com salto baixo frisado (estilo "Drum Corp"), zíper lateral, solado microporoso antiderrapante.</p> <p>Quepe para Corpo Musical:</p> <p>Quepe montado em estrutura inteira de plástico injetado (sem emendas) com altura a determinar, revestido com napa em cor a determinar. Aba moldada em plástico injetado de alto brilho com debrum em cor a determinar. Jugular frontal em cor a determinar.</p> <p>Revestimento interno com auto-regulagem do 52 ao 62 feito do mesmo material do revestimento da barretina com ilhoses. Bottom frontal com arte a ser fornecida.</p>	Und	50	R\$ 480,00	R\$ 24.000,00

02	UNIFORME PARA BALIZA: Collant: Collant de Lycra com saia acoplada estilo GR com detalhes em segunda pele, apliques vasados, com luvas e sapatilhas (ou botilhas). Capa porta-terno confeccionada em TNT com zipper frontal e cabide.	Und	1	R\$ 450,00	R\$ 450,00
03	KIT GR Fita Oficial Adulta confeccionada em cetim de cores variadas (branco, preto, vermelho, amarelo, azul, lilás, pink, laranja, verde e prata) de largura entre 4 e 6 cm, e 06 m de comprimento e peso mínimo de 35 gr, com acabamento nas extremidades em ilhoses antioxidante de conformidade com a FIG – Federação Internacional de Ginástica. Estilete Oficial Adulto em nylon ou madeira (Ipê ou Jatobá), com comprimento entre 50 cm e 60 cm, pesando entre 20 e 25 gramas, com empunhadura emborrachada, cabeçote do girador com pistão biarticulado, girador com grampo para acoplar a fita. Base do estilete com diâmetro mínimo de 1 cm de conformidade com a FIG – Federação Internacional de Ginástica. Bola Oficial Adulto confeccionada em material vinil, em cores diversas (indiferente) perolizadas, entre 18 a 20 de diâmetro, peso mínimo de 400 gramas, com pino sobressalente; de conformidade com a FIG – Federação Internacional de Ginástica. Corda Oficial confeccionada em fio de seda maleável em cores diversas, medindo 3,20 metros de comprimento X 10 mm de diâmetro; de conformidade com a FIG – Federação Internacional de Ginástica Arco Oficial confeccionado em polietileno rígido, em cores diversas ou branco revestido com fitas em diversas cores, com diâmetro entre 80 e 90 cm e peso mínimo de 300 gramas; de conformidade com a FIG – Federação Internacional de Ginástica. Maça Oficial Adulto (par) confeccionada em PVC, com comprimento entre 45 cm e 50 cm, pesando entre 150 e 170 gramas. Cabeça com 03 cm de diâmetro, circunferência de 9,5 cm de conformidade com a FIG – Federação Internacional de Ginástica. Bastão para Baliza/balizador em alumínio cromado com 3/8 de espessura e de comprimento variável pela estatura da baliza/balizador, terminais com bolas de borracha. Corda Oficial confeccionada em fio de seda maleável em cores diversas, medindo 3,20 metros de comprimento X 10 mm de diâmetro; de conformidade com a FIG – Federação Internacional de Ginásticaassistencia tecnica com peças de reposição	Und	03	R\$ 203,33	R\$ 610,00
04	Trompete de Plástico	Und	20	R\$ 999,00	R\$ 19.980,00
05	Trombone de Plástico	Und	10	R\$ 1998,00	R\$ 19.980,00
06	Caixa Tenor em acrílico	Und	04	R\$ 3.000,00	R\$ 12.000,00
07	Conjunto de bombos em acrílico	Und	01	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
08	Kit de Limpeza e Manutenção	Und	02	R\$ 250,00	R\$ 500,00
09	Suporte para caixa	Und	04	R\$ 250,00	R\$1.000,00
10	Suporte para bumbo	Und	04	R\$ 250,00	R\$ 1.000,00
11	GlokenSpiel	Und	08	R\$ 795,00	R\$ 6.360,00
12	Estante em X	Und	08	R\$ 109,00	R\$ 872,00
13	Bateria Acústica	Und	01	R\$ 3.655,00	R\$ 3.655,00
14	Afinador Cromático	Und	10	R\$ 290,00	R\$ 2.900,00
15	Afinador de Tensão	Und	01	R\$ 990,00	R\$ 990,00
16	Bag de Ferragens	Und	1	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00
17	Lubrificante para pisto	Und	20	R\$ 50,00	R\$ 1.000,00
18	Polidor para percussão	Und	10	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
19	Estantes de Partituras	Und	60	R\$ 19,66	R\$ 1.180,00
20	Metrônomo Mecânico	Und	01	R\$ 500,00	R\$ 500,00
21	Bandinha Rítmica (50 peças)	Und	10	R\$ 400,00	R\$ 4.000,00
22	Essential Elements for Band com livro do aluno e do maestro, CD e DVD, mais o programa de estudo. Essential Elements Series (repertório de músicas para inciantes) Todos os livros dos instrumentos	Und	1	R\$ 11,780,00	R\$ 11,780,00

23	Camisa couro trompete	Und	20	R\$ 75,00	R\$ 1.500,00
24	Flauta Doce.	Und	100	R\$ 18,00	R\$ 1.800,00
25	Camisetas	Und	200	R\$ 17,29	R\$ 3.459,00
	TOTAL				R\$ 136.916,00

Art. 2- Que todos os objetos adquiridos pelo FIA sejam identificados com a logomarca do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 3- Informar ao proponente que 20% do valor captado, deverá ser retido na conta do FIA, conforme edital 02/2016/CMDCA/JS.

Art. 4- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 25 de novembro de 2016.

LUIZA HELENA ROSA

Presidente do Conselho Municipal dos Dioreitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul - CMDCA/JS.

RESOLUÇÃO Nº 61/2016/CMDCA/JS

RESOLUÇÃO Nº61/CMDCA/JS

Dispõe sobre a prestação de contas dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul – FMDCA/JS, relativas aos meses de julho e agosto de 2016.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA/JS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.045/2015, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2016.

Considerando o Art. 24 da Lei Municipal nº 7.045/2015 “Os recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente deverão ser aplicados de acordo com as reais demandas e prioridades, para o atendimento à criança e ao adolescente[...]”;

Considerando o Parágrafo 12 do Art. 24 da Lei Municipal nº 7.045/2015 “Financiamento das ações previstas no Plano de Aplicação Financeira, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente”;

Considerando o inciso III do Art. 23 da Lei Municipal nº 7.045/2015 “manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos das Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente”;

Considerando o Art. 2o da Resolução nº 137/2010/CONANDA: “Os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente devem ser vinculados aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo ente federado, órgãos formuladores, deliberativos e controladores das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente, responsáveis por gerir os fundos, fixar critérios de utilização e o plano de aplicação dos seus recursos, conforme o disposto no § 2o do art. 260 da Lei nº 8.069, de 1990”;

Considerando o Art. 15 da Resolução nº 137/CONANDA: “A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo Conselho de Direitos, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não-governamentais [...]”;

Considerando o Art. 9o da Resolução nº 137/CONANDA: “Cabe ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, em relação aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo das demais atribuições: [...] IV - elaborar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo, considerando as metas estabelecidas para o período, em conformidade com o plano de ação”; [...] VII - monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, por intermédio de balanços trimestrais, relatório financeiro e o balanço anual do fundo

dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicização dessas informações, em sintonia com o disposto em legislação específica”;

Considerando o Art.19 da Lei Municipal nº 7045/2015: Compete ao Poder Executivo Municipal repassar ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), 3,34% (três vírgula trinta e quatro por cento) da Receita Corrente proveniente dos Recursos Não Vinculados da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, exceto as Receitas de Impostos e de Transferências Constitucionais, a partir do exercício de 2009, destinado à promoção, defesa e controle dos direitos da população infantojuvenil.

Considerando o Art.21 da Lei Municipal nº7045/2015: A regulamentação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Jaraguá do Sul dar-se-á através de Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, onde conste, obrigatoriamente, entre outros comandos: f) acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados financeiros do Fundo; g) avaliar e aprovar os balanços trimestralmente e o balanço anual do Fundo;

Considerando a Resolução do CMDCA nº038/2015 de 18/08/2015 que regulamenta os repasses ao FIA devidos pela prefeitura previstos no Art. 19 da Lei nº 7.045 de 27 de maio de 2015;

Considerando os documentos apresentados pela Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente (Semascri);

Considerando a análise dos empenhos emitidos, relacionados as despesas realizadas com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA);

Considerando que o quadro abaixo, apresenta as receitas e despesas relacionadas aos recursos do FMDCA, assim como os recursos aplicados nas ações deliberadas pelo CMDCA, nos meses de julho e agosto e de 2016.

SALDO EM 30/06/2016	JULHO 31/07/2016	AGOSTO 31/08/2016
Rend. Aplic. Financ. 80	13.994,09	15.333,48
Rend. Aplic. Financ. 405	163,20	180,81
Rend. Aplic. Financ. 461	972,26	1.089,84
Total Rendimentos	15.129,55	16.604,23
Receita Fonte 80	0,00	(3.510,83)
Receita fonte 405	100,00	2.286,60
Receita fonte 461	950,00	3.106,37
Total Receitas	1.050,00	1.882,14
Resgates e pagtos. 80	12.537,66	9.654,65
Resgates e pagtos. 405	0,00	0,00

Resgates e pagos. 461	0,00	5,85
Total Pagamentos	12.537,66	9.660,50
2.104.012,96	2.110.154,85	2.118.980,72

O período analisado (julho e agosto de 2016) iniciou com saldo em conta corrente no valor de R\$ 2.104.012,96; houve rendimento de aplicação financeira no valor de R\$ 31.733,78. Neste período foi pago o valor total de R\$ 22.198,16. No exercício de 2016 até o período final analisado não houve transferências relativas ao repasse legal de 3,34% devido no exercício corrente. Consta-se que o saldo final em conta corrente, aos 31/08/2016 é de R\$ 2.118.980,72. O estorno de receita no valor de R\$ 3.510,83, refere-se ao lançamento de receita em duplicidade nas datas de 05/01/2016 e 29/02/2016 - referente à parcela devolvida pelo convênio Xoxo 10, conforme convênio 151/2014.

As despesas realizadas no período são referentes às despesas com o Programa Famílias Acolhedoras e manutenção de equipamentos de panificação.

RESOLVE:

Art. 1- Aprovar as contas dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA/JS), dos períodos de julho e agosto de 2016.

Art. 2- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 25 de novembro de 2016.

LUIZA HELENA ROSA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul - CMDCA/JS.

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 194/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 194/2016

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO DE REATOR ANAERÓBIO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO. RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 30/11/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 10 horas do dia 15/12/2016

DATA DA ABERTURA: 15/12/2016 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 202/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 202/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE CAMINHÃO TANQUE EQUIPADO COM BOMBA DE SUÇÃO E CAMINHÃO TANQUE COMBINADO COM HIDRO E VÁCUO

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 30/11/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 12/12/2016 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 203/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 203/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE CAMINHÃO TRUCK COM GUINDASTE HIDRÁULICO TIPO MUNK RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 30/11/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 12/12/2016 às 08 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SEMSA - PORTARIA Nº 110/2016

PORTARIA Nº 110/2016/Semsa

Dispõe Sobre o Horário de Expediente de servidores do setor de Contabilidade da Diretoria Administrativo-Financeira da Secretaria Municipal da Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público Municipal regular dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, observada a Lei;

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único, do artigo 3º, do Decreto Municipal Nº 10.999/2016, de 26/08/2016;

CONSIDERANDO a necessidade de se manter os serviços e ações de relevante interesse público para o desenvolvimento e manutenção dos programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal da Saúde e por servidores lotados na sede da citada Secretaria;

CONSIDERANDO a grande demanda de serviços do setor de Contabilidade da Diretoria Administrativo-Financeira da Secretaria Municipal da Saúde, em virtude dos servidores deste setor estarem realizando o Horário Especial de Expediente, determinado pelo do Decreto Nº 10.999/2016;

CONSIDERANDO a atual transição de governo e a necessidade de se concluir os trabalhos relacionados ao período de 2016 para o início das atividades da nova gestão, que assumirá em janeiro de 2017;

CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade da alteração do horário de expediente de servidores do setor de Contabilidade da Diretoria Administrativo-Financeira da Secretaria Municipal da Saúde, para atender à natureza específica dos serviços a serem prestados, nos termos do artigo 12, da Lei Complementar Municipal Nº 138/2013, de 15/10/2013;

CONSIDERANDO que os serviços afetos à Secretaria Municipal da Saúde são considerados essenciais e devem ser desenvolvidos de forma continuada;

RESOLVE :

Art.1º Observadas as determinações dos Decretos Municipais Nºs 10.999/2016, de 26/08/2016, e 10.365/2015, de 16/04/2015, alterado pelos Decretos Municipais Nºs 10.582/2015 de 1º/10/2015, e 10.964/2016 de 28/07/2016, a partir de 1º de dezembro de 2016, os servidores públicos municipais abaixo relacionados, lotados na Diretoria Administrativo-Financeira da Secretaria Municipal da Saúde, cumprirão a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda-feira a sexta-feira:

I – Adalberto Geraldo Moraes;
II – Marcos Venícios Dias Taborda;
III – Mirian Miranda Feder.

Art.2º Ficam vedadas atividades funcionais após o expediente fixado no artigo 1º, o labor extraordinário, exceto em casos emergenciais comprovados, mediante autorização expressa do Secretário da pasta.

Art.3º Ficam mantidos os dispositivos constantes do inciso I, do artigo 3º, do Decreto Municipal Nº 10.999/2016, de 26/08/2016.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de dezembro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Jaraguá do Sul, 25 de novembro de 2016.

DALTON FERNANDO FISCHER
Secretário Municipal da Saúde

SESSÃO ORDINÁRIA DO CMDCA 11

ESTADO DE SANTA CATARINA	
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL	
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)	

SESSÃO ORDINÁRIA DO CMDCA

Número:	11/2016	Local:	PMJS
Data:	09/09/2016	Presidente:	Luiza Helena Rosa
Horário:	8 horas	Secretária:	Eli Antunes – ad-hoc

Conselheiros	Entidades	Presença	Assinatura
Eduardo Bertoldi	Gabinete do Vice Prefeito	Ausente	
Dileta Elizabete Kauling	Gabinete do Prefeito	Ausente	
Amélia Kiéski	Secretaria de Administração	Ausente	
Juliano Pereira	Secretaria da Fazenda	Presente	
Luis Fernando Olegar	Secretaria de Educação	Ausente	
Eli Antunes	Secretaria de Assistência Social Criança e Adolescente	Presente	
Joel Luis Correa	Secretaria de Assistência Social Criança e Adolescente	Presente	
Karine Kath J. Schmitt	Secretaria de Assistência Social Criança e Adolescente	Ausente	
Ana Lucia de Lima	Secretaria de Assistência Social, Criança e Adolescente	Presente	
Marinei Vilela B. Ostetto	Secretaria de Saúde	Presente	
Tais Danna	Secretaria de Saúde	Ausente	
Harysson Andrey Passig	Fundação Municipal de Cultural	Ausente	
Pedro Bortolini Junior	Fundação Municipal de Cultura	Presente	
Claudio Tubbs	Fundação Municipal de Esportes	Presente	
Aucioneite Ap.Salvador	Fundação Municipal de Esportes	Ausente	
Mariani Almeida	Secretaria de Urbanismo	Ausente	
Mara Lucia Bini	Secretaria de Urbanismo	Presente	
Adeterson D. Crispim	APAE – Assoc. de Pais e Amigos dos Excepcionais	Ausente	
Ketlyn Stritz	APAE – Assoc. de Pais e Amigos dos Excepcionais	Ausente	
Marcia Dalmarco	AMA – Assoc. de Amigos do Autista	Presente	
Tânia Griselda Krause	AMA – Assoc. de Amigos do Autista	Ausente	
Rosângela Fidelis Mahs	CIEE	Ausente	
Solange C. S da Silva	CIEE	Presente	
Luiza Helena Rosa	Associação Assistencial dos Deficientes Auditivos e Visuais (Aadav)	Presente	
Fabiana Blume Klitzke	Associação Assistencial dos Deficientes Auditivos e Visuais (Aadav)	Ausente	
Jaqueline F. de Moura	Associação de Serviços Sociais Voluntários/JS "Bombeiros Voluntários"	Presente	
Danielle de Freitas	Associação de Serviços Sociais Voluntários/JS "Bombeiros Voluntários"	Ausente	
Sérgio Luís Franzner	Grupo Escoteiro Jacoritaba	Presente	
Águeda Stanck da Silva	Grupo Escoteiro Jacoritaba	Presente	
Carla Susana Möglic	Hospital e Maternidade Jaraguá	Ausente	
Sabrine Goelzer	Hospital e Maternidade Jaraguá	Ausente	

SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CMDCA EXPEDIENTE: Aprovação da pauta – pauta aprovada por unanimidade. Aprovação da ata de 12/08/2016 – Ata aprovada. CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS: a) Of 44/2016/SCPSA – Informando a abertura de sindicância referente aos veículos 239 e 240. b) Of 42/2016/SCPSA - Solicitando cópia de documentos do CMDCA (legislação, regimento interno). c) Of 47/2016/SCPSA - Solicitando documentos do CMDCA (Balancete anual 2015 e 2016, Solicitação de compra, empenho e dotação referente a aquisição das frotas 239 e 240, relação dos projetos financiados pelo FIA anos de 2005 e 2006, resolução do CMDCA conforme art.21 Lei Municipal 7.045/2015). d) Of 496/2016/CT – Resposta ao ofício 057/2016/CMDCA/JS referente denúncias sobre o CT. e) Of 317/2016/Gapref - CG – Solicitando espaço na plenária do CMDCA para o Conselho Tutelar. f) Of DG12/2016 – Substituição de conselheiro representando o Grupo de Escoteiros Jacoritaba. Águeda Stanke da Silva substituindo Gilberto Rafaelli. g) e-mail referente a orçamento de propaganda em jornal sobre a divulgação do edital de projetos FIA. h) e-mail do CT solicitando que o CMDCA financie placas de informação nas unidades de ensino de Jaraguá do Sul. i) Of 434/2016/CT – Solicitando subsídios financeiros do FIA para capacitação. CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS: a) Of 057/2016/CMDCA/JS – Encaminhando denúncias à Chefia de Gabinete referente ao C.T b) Of 058/2016/CMDCA/JS – Resposta ao ofício 42/2016/SCPSA referente a solicitação de documentos do CMDCA. c) Of 059/2016/CMDCA/JS – Resposta ao ofício 47/2016/SCPSA referente a envio de documentos do CMDCA. d) Of 061/2016/CMDCA/JS – Solicitando atualização dos dados referentes a demanda reprimida da Saúde. e) Of 062/2016/CMDCA/JS - Solicitando atualização dos dados referentes a demanda reprimida da Educação. f) Of 063/2016/CMDCA/JS - Solicitando atualização dos dados referentes a demanda reprimida da Secretaria de Assistência Social. ASSUNTOS DELIBERATIVOS: a) Parecer nº 03/2016/CAP/CMDCA/JS - Análise do Projeto “CONHECENDO O ESPORTE”, da Associação Desportiva Jaraguá – ADJ, que solicita recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente FMDCA/FIA, em conformidade com o edital nº 01/2016/ CMDCA/JS. Parecer aprovado por unanimidade, indeferido o projeto, por não atender aos itens do edital, principalmente o que concerne ao impacto social. Representantes da entidade presentes à plenária solicitaram a palavra, que foi negada pela mesa diretora seguindo os preceitos do Regimento. A conselheira Mara, que faz parte da Comissão de Análise de Projetos, colocou que é necessária alteração no edital de projetos, visando que citada uma entidade parceira, na apresentação de qualquer projeto para captação de recursos, será necessário documento comprobatório da participação da mesma.b) Parecer nº 15/2016/CMDCA - Análise da solicitação de subsídios financeiros do FIA, pelo Conselho Tutelar de Jaraguá do Sul, para custear diárias de pernoite, alimentação e inscrição de conselheiros tutelares em capacitação. Parecer deferido e aprovado com a seguinte deliberação: Deferir a solicitação de subsídios financeiros pelo Conselho Tutelar de Jaraguá do Sul, para custear diárias de pernoite, alimentação e inscrição de 01 (um) conselheiro (a) tutelar no IV Seminário Brasileiro de Acolhimento Institucional e Familiar, que será realizado de 13 a 16 de setembro de 2016 em Florianópolis, por unanimidade. c)Parecer nº 16/2016/CMDCA - Análise da solicitação de subsídios financeiros pelo Conselho Tutelar de Jaraguá do Sul, para custear diárias de pernoite, alimentação e inscrição de conselheiros tutelares em capacitação. Parecer propondo o indeferimento aprovado por unanimidade. O conselheiro Juliano justificou que a referida capacitação pode ser feita no próprio município de Jaraguá do Sul, tendo em vista que está ocorrendo capacitações na área da violência familiar ofertada pelo fórum deste município, o conselheiro solicitou ainda, que a conselheira tutelar presente à plenária levasse tal informação aos demais conselheiros, a plenária foi informada pela conselheira tutelar Aparecida que o Conselho Tutelar já participa da referida capacitação.d) Alteração na composição de Legislação e normas, substituindo conselheiro Joel Luis Corrêa, pela conselheira Ana Lúcia Lima dos Santos.e) Campanha de divulgação da obrigatoriedade de inscrições das entidades que atendem crianças e adolescentes em nosso município e da possibilidade de acessar recursos através do edital de projetos FIA. A conselheira Luíza colocou que não é contra a referida campanha, porém entende ser importante ressaltar que toda entidade que atende criança e adolescente deveria estar inscrita no CMDCA, e que o Conselho deveria utilizar mídias gratuitas para divulgação, pois tendo o intuito de obter inscrições de projetos, o conselho não receberia valores, e a entidade deveria solicitar recursos para desenvolvimento de projetos conforme seu interesse. Foi lembrado ainda que conforme o artigo 91 do ECA que dispõe: “As entidades não governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.” O objetivo da divulgação é informar às entidades, que é necessário se adequar e se inscrever no CMDCA. A conselheira Luíza informou que foi feito um levantamento das entidades não governamentais do município, e encaminhado a cada uma ofício, o cadastro e edital para que a entidade se adequasse e efetuasse a inscrição. Nesse processo apenas uma entidade efetuou inscrição no CMDCA. O conselheiro André sugeriu a efetivação de um fórum para entidades não governamentais, afim de efetuarem inscrição no CMDCA. A conselheira Luíza lembrou a todos que é prerrogativa do Conselho efetuar esse tipo de ação no município. A proposição do conselheiro Juliano é que aconteça o fórum e concomitante a divulgação em mídia do edital para inscrição no CMDCA. O conselheiro André informou que na ocasião que deu entrevista ao jornal sobre a banda marcial da escola Luis Gonzaga Ayroso, informando que o FIA financiou a revitalização da banda, foi contactado pela Marisol para doação financeira, considerando a entidade estar inscrita no CMDCA a empresa teve mais segurança em investir na entidade. Este tema será analisado pela comissão de Planejamento do CMDCA.f) Placas nas unidades de ensino informando o número do Conselho Tutelar (Lei Municipal 7.239/2016). A plenária indeferiu a solicitação.g) Cores da Logo do FIA (Projeto ADV), os coordenadores do Projeto Evoluir solicitaram a redução das cores da logomarca do FIA para baratear a impressão nos uniformes dos professores do projeto. A conselheira Luíza informou que cada logomarca feita é acompanhada de um manual de identidade visual e que o mesmo deve ser obedecido. O conselheiro Juliano lembrou que essa logomarca é antiga e segue o regramento das logomarcas da prefeitura, que permite a diminuição de cores para impressão, sendo aprovada a redução de cores para essa ação afim de imprimir em uniformes a logomarca do FIA. 2.2. ASSUNTOS GERAIS: 3.PALAVRA LIVRE AOS CONSELHEIROS: A conselheira tutelar Aparecida solicitou a palavra para responder ofício 057/2016/CMDCA/JS encaminhando denúncias à Chefia de Gabinete referente ao C.T do CMDCA em razão de denúncias recebidas por este conselho. A conselheira compareceu a esta plenária para responder questões que se refere a sua pessoa, segundo ela. O conselheiro solicitou que a Sra. Aparecida respondesse outros questionamentos, já que é conselheira tutelar e deve estar à par dos atendimentos do conselho tutelar. A conselheira Aparecida justificou que ao retornar de férias verificou os questionamentos feitos em relação a suas férias. Em contato com o departamento de Recursos Humanos da prefeitura a mesma foi informada que tem direito a férias tendo em vista que era funcionária já pertencente aos quadros da PMJS anteriormente a posse como Conselheira Tutelar. Informou ainda que no dia 28/07/2016 foi à Barra Velha participar do fórum de conselhos tutelares, a referida conselheira não trabalhou na sexta-feira dia 29/07/2016 compensando horas em haver, fato esse decidido em colegiado do conselho tutelar. A conselheira tutelar solicitou saber o motivo da denúncia . A conselheira Mara questionou se o Conselho Tutelar fecha as portas para reunião do colegiado e o que ficam fazendo os outros funcionários? A conselheira tutelar Aparecida informou que no mandato anterior essa prática de fechar o conselho para colegiado já acontecia e que após conversa com o secretário de administração Ademar Possamai isso não acontece mais. Em relação ao Conselho Tutelar estar de portas fechadas no dia 28/07/2016, a mesma explica que foi uma sucessão de fatos , um adolescente vindo de Joinville chegou em Jaraguá do Sul sob ameaça de morte, foi solicitado auxílio em outros órgãos porém sem sucesso, e neste dia realmente o Conselho Tutelar fechou as portas para atendimento, afim de proteger o referido adolescente, permanecendo conselheiros e equipe administrativa no interior do conselho até que a situação fosse resolvida e dados os devidos

encaminhamentos. A conselheira tutelar sabe que não é função do Conselho Tutelar proteger adolescentes em risco de morte sem acompanhamento policial, mas os conselheiros tutelares entendem que é função proteger a vida de um adolescente. Em razão ao horário de atendimento do Conselho Tutelar, Aparecida explica que o trabalho inicia às 7:30h e até às 9:30h é feito colegiado, SIPIA e respostas de e-mail. No período vespertino o espaço abre às 13h até 17h, atendimento ao público acontece das 14h às 17h. A conselheira Luiza ressaltou que foi muito temerária a proteção ao adolescente ameaçado de morte, pois, colocou a vida de todos em risco. O conselheiro Juliano coloca que existem várias questões que não estão esclarecidas, e que seria importante o CMDCA encaminhar recomendações ao Conselho Tutelar entre elas horários de atendimento. A conselheira tutelar Aparecida informou que o horário de atendimento executado é o mesmo da gestão anterior do conselho tutelar. A secretária executiva colocou que solicitou em fevereiro do corrente ano o regimento interno do Conselho Tutelar e ainda não recebeu retorno da solicitação. Ficou determinado que no prazo de 5 dias seja encaminhado ao CMDCA o regimento interno do Conselho Tutelar, bem como a agenda de trabalho dos conselheiros tutelares. A conselheira Eli colocou que é importante que a conselheira tutelar entenda que não é perseguição a esta composição do conselho como sugere o ofício, mas sim é uma das funções do CMDCA fiscalizar as atividades desenvolvidas pelo Conselho Tutelar. O conselheiro Sérgio ratificou a fala da conselheira Eli e colocou ainda que não foi ético do secretário da administração repassar o ofício encaminhado diretamente a ele enquanto gestor da pasta e encaminhar diretamente ao Conselho Tutelar, colocando assim um órgão contra o outro. A conselheira Luiza colocou que é necessário rever o regimento do Conselho Tutelar. A Conselheira tutelar Aparecida convidou a todos os conselheiros de direitos a participar de ação que será efetuada no condomínio Erica Menegotti no dia 12/10/2016.

SESSÃO ORDINÁRIA DO CMDCA 12

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)	
--	---	--

SESSÃO ORDINÁRIA DO CMDCA

Número:	12/2016	Local:	PMJS
Data:	14/10//2016	Presidente:	Luiza Helena Rosa
Horário:	8 horas	Secretário:	Karine Kath Jochem Schmitt

Conselheiros	Entidades	Presença	Assinatura
Eduardo Bertoldi	Gabinete do Vice Prefeito	Ausente	
Dileta Elizabete Kauling	Gabinete do Prefeito	Ausente	
Amélia Kiéski	Secretaria de Administração	Ausente	
Juliano Pereira	Secretaria da Fazenda	Presente	
Luis Fernando Olegar	Secretaria de Educação	Presente	
Eli Antunes	Secretaria de Assistência Social Criança e Adolescente	Presente	
Joel Luis Correa	Secretaria de Assistência Social Criança e Adolescente	Ausente	
Karine Kath J. Schmitt	Secretaria de Assistência Social Criança e Adolescente	Ausente	
Ana Lucia de Lima	Secretaria de Assistência Social, Criança e Adolescente	Presente	
Marinei Vilela B. Ostetto	Secretaria de Saúde	Presente	
Tais Danna	Secretaria de Saúde	Ausente	
Harysson Andrey Passig	Fundação Municipal de Cultural	Ausente	
Pedro Bortolini Junior	Fundação Municipal de Cultura	Ausente	
Claudio Tubbs	Fundação Municipal de Esportes	Ausente	
Aucioneite Ap. K. Salvador	Fundação Municipal de Esportes	Ausente	
Mariani Almeida	Secretaria de Urbanismo	Presente	
Mara Lucia Bini	Secretaria de Urbanismo	Ausente	
Adeterson David dos Passos Crispim	APAE – Assoc. de Pais e Amigos dos Excepcionais	Ausente	
Ketlyn Stritz	APAE – Assoc. de Pais e Amigos dos Excepcionais	Ausente	
Marcia Dalmarco	AMA – Assoc. de Amigos do Autista	Ausente	
Tânia Griselda Krause	AMA – Assoc. de Amigos do Autista	Ausente	
Rosângela Fidelis Mahs	CIEE	Ausente	
Solange C. S da Silva	CIEE	Ausente	
Luiza Helena Rosa	Associação Assistencial dos Deficientes Auditivos e Visuais (Aadav)	Presente	
Fabiana Blume Klitzke	Associação Assistencial dos Deficientes Auditivos e Visuais (Aadav)	Ausente	
Jaqueline Fernanda de Moura	Associação de Serviços Sociais Voluntários/JS "Bombeiros Voluntários"	Presente	
Danielle de Freitas	Associação de Serviços Sociais Voluntários/JS "Bombeiros Voluntários"	Ausente	
Sérgio Luís Franzner	Grupo Escoteiro Jacoritiba	Presente	
Agueda da Silva	Grupo Escoteiro Jacoritiba	Ausente	
Carla Susana Möglich	Hospital e Maternidade Jaraguá	Presente	
Sabrina Goelzer	Hospital e Maternidade Jaraguá	Ausente	

Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, realizada no dia quatorze de outubro do ano de dois mil e dezesseis, às oito horas. Iniciada a plenária com a Presidente Luiza desejando um bom dia de trabalho a todos e iniciando a Plenária com o expediente do dia 1. EXPEDIENTE 1.1. Aprovação da pauta. 1.2. Aprovação da ata de 09/09/2016. Correspondências Expedidas: a) Of 060/2016/CMDCA/JS - Encaminhando a juíza Anuska o Plano de Acompanhamento e Fiscalização da Política de Atendimento à criança e ao adolescente. b) Of 064/2016/CMDCA/JS - Solicitando documentos ao Conselho Tutelar. c) Of 065/2016/CMDCA - Solicitando ao proponente do projeto Fazendo minhas Histórias, complementação de informações. d) Of 066/2016/CMDCA/JS - Convidando as unidades de ensino para Ação do Plano Decenal. Correspondências Recebidas: a) Of 044/2016 - Solicitando financiamento do FIA para projeto. b) Of 309/2016/Semasci - Solicitando documentos referentes ao processo administrativo da conselheira tutelar Andréia Regina Tomporoski Pedri. c) Of 520/2016/CT - Resposta ao ofício 064/2016/CMDCA, referente a solicitação de documentos. d) Of 319/2016/Semasci - Substituindo conselheiro representando a secretaria municipal de assistência social no Plano Decenal. e) Of 529/2016/CT - Solicitando recursos do FIA para capacitação. f) Portaria 794/2016 - Designando Silvia Savia Chaves como representante da secretaria municipal de assistência social no Plano Decenal g) Of 321/2016/Semasci - Encaminhando cópia do TAC Média Complexidade ao CMDCA/JS. h) Of 323/2016/Semasci - Resposta ao ofício 063/2016/CMDCA/JS - sobre a demanda reprimida nos equipamentos da assistência social bem como situação de seus alvarás. i) Of 762/2016/Semed - Resposta ao ofício 062/2016/CMDCA - sobre a demanda reprimida nos equipamentos da secretaria de educação bem como situação de seus alvarás. j) Of 822/2016/Semed - Substituindo conselheiro representando a secretaria municipal de educação no Plano Decenal. 2. ASSUNTOS DELIBERATIVOS a) Parecer nº 17/2016/CMDCA - Análise da solicitação de subsídios financeiros pelo Conselho Tutelar de Jaraguá do Sul, para custear diárias de pernoite, alimentação, inscrição e deslocamento de conselheiros tutelares em capacitação, parecer deferido por unanimidade. Durante a explanação do parecer pelo conselheiro Juliano, o mesmo explicou que é preciso observar que outros municípios tiveram que devolver recursos do FIA, porque não apresentaram projetos de capacitação, devendo o pedido de recurso do FIA para capacitação ser apresentado em forma de projetos. Ficou deliberado que as comissões de finanças e legislação e normas elabore um documento instrutivo com relação ao financiamento de capacitações pelo FIA. b) Solicitação de compra de exemplares do ECA Comentado para o Conselho Tutelar, parecer indeferido em razão do auto custo do mesmo e ainda devido esse material estar disponível na web gratuitamente. 2.2. ASSUNTOS GERAIS: a) Relato referente aos encaminhamentos das frotas 239 e 240. O conselheiro Juliano explicou que os carros foram leiloados e o valor arrecadado foi depositado erroneamente em conta indevida, a transferência dos valores já foi solicitada e está sendo efetuada pelo financeiro da prefeitura, o repasse da situação final será feito na plenária de novembro. b) Informações sobre o Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, onde o conselheiro Juliano relatou como aconteceu a oficina com os adolescentes que contribuíram para elaboração do plano decenal, e solicitou aos conselheiros que realizem a leitura do plano que está no site da prefeitura para consulta pública. c) Agendamento de visitas da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Política de Atendimento, APAE dia 19/10 8hs e AMA 19/10 confirmar as 10:30hs. Escoteiros 22/10 14hs. Xoxo confirmar e AADAV, a confirmar. 3 - PALAVRA LIVRE AOS CONSELHEIROS: A presidente Luiza relatou aos conselheiros a reunião entre a mesa diretora do CMDCA e o promotor Dr. Rafael, relatou que repassou ao mesmo, a dificuldade das entidades não governamentais em acessarem verbas liberadas pelo FIA em razão da burocracia após a liberação do recurso. Relatou ainda que convidou o promotor para se fazer presente à plenária, tendo o mesmo respondido que o fará com maior frequência. A secretária executiva Maria Elisabeth Borba solicitou aos conselheiros que leiam o Regimento Interno do Conselho Tutelar, e façam apontamentos através de e-mail para posterior análise da comissão de análise e acompanhamento da política. Não havendo mais nenhum assunto a tratar encerrou-se a reunião da qual, eu Eli Antunes, lavrei a presente ata.

SESSÃO ORDINÁRIA DO CMDCA 13

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL	
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)	

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMDCA

Número:	13/2016	Local:	PMJS
Data:	11/11/2016	Presidente:	Luiza Helena Rosa
Horário:	8 horas	Secretário:	Karine Kath Jochem Schmitt

Conselheiros	Entidades	Presença	Assinatura
Eduardo Bertoldi	Gabinete do Vice Prefeito	Ausente	
Dileta Elizabete Kauling	Gabinete do Prefeito	Ausente	
Amélia Kiéski	Secretaria de Administração	Presente	
Juliano Pereira	Secretaria da Fazenda	Presente	
André Luis de Brito	Secretaria Municipal de Educação	Presente	
Luis Fernando Olegar	Secretaria de Educação	Ausente	
Eli Antunes	Secretaria de Assistência Social Criança e Adolescente	Presente	
Joel Luis Correa	Secretaria de Assistência Social Criança e Adolescente	Ausente	
Karine Kath J. Schmitt	Secretaria de Assistência Social Criança e Adolescente	Presente	
Ana Lucia de Lima	Secretaria de Assistência Social, Criança e Adolescente	Ausente	
Marinei Vilela B. Ostetto	Secretaria de Saúde	Presente	
Tais Danna	Secretaria de Saúde	Ausente	
Harysson Andrey Passig	Fundação Municipal de Cultural	Ausente	
Pedro Bortolini Junior	Fundação Municipal de Cultura	Ausente	
Claudio Tubbs	Fundação Municipal de Esportes	Presente	
Aucioneite Ap. K. Salvador	Fundação Municipal de Esportes	Ausente	
Mariani Almeida	Secretaria de Urbanismo	Presente	

Mara Lucia Bini	Secretaria de Urbanismo	Presente	
Adeterson David dos Passos Crispim	APAE – Assoc. de Pais e Amigos dos Excepcionais	Presente	
Ketlyn Stritz	APAE – Assoc. de Pais e Amigos dos Excepcionais	Ausente	
Marcia Dalmarco	AMA – Assoc. de Amigos do Autista	Ausente	
Tânia Griselda Krause	AMA – Assoc. de Amigos do Autista	Presente	
Rosângela Fidelis Mahs	CIEE	Ausente	
Solange C. S da Silva	CIEE	Ausente	
Luiza Helena Rosa	Associação Assistencial dos Deficientes Auditivos e Visuais (Aadav)	Presente	
Fabiana Blume Klitzke	Associação Assistencial dos Deficientes Auditivos e Visuais (Aadav)	Ausente	
Jaqueline Fernanda de Moura	Associação de Serviços Sociais Voluntários/JS “Bombeiros Voluntários”	Presente	
Danielle de Freitas	Associação de Serviços Sociais Voluntários/JS “Bombeiros Voluntários”	Ausente	
Sérgio Luís Franzner	Grupo Escoteiro Jacoritaba	Presente	
Agueda da Silva	Grupo Escoteiro Jacoritaba	Presente	
Carla Susana Möglic	Hospital e Maternidade Jaraguá	Presente	
Sabrina Goelzer	Hospital e Maternidade Jaraguá	Ausente	

SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CMDCA A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Sra. Luiza Helena Rosa, desejou a todos boas vindas e deu por aberta esta Sessão Plenária Extraordinária. Inicialmente Luiza informou que ela e a Vice Presidente do CMDCA, Sra. Eli Antunes, procuraram o Promotor de Justiça da Infância e Juventude, Sr. Rafael Meira Luz, com o objetivo de sanar algumas dúvidas acerca dos valores repassados pelo FIA. Diante das dúvidas existentes, o Promotor de Justiça, prontificou-se a comparecer em reunião do CMDCA, afim de efetuar orientações e esclarecer as dúvidas existentes acerca da aplicação dos recursos do FIA, bem como deliberações que vem sendo tomadas pelo Conselho, em especial acerca das solicitações de capacitação para membros do Conselho Tutelar. Como a Plenária Ordinária já estava agendada para o dia 25 de novembro e o Promotor não poderia comparecer à Plenária nesta data, foi marcada esta sessão extraordinária. Ocorre que, embora o Promotor ter confirmado presença à reunião, este não compareceu. Durante a Plenária a Secretária Executiva do CMDCA efetuou contato telefônico com a Assessoria do Promotor e foi informada que este não poderia estar presente; que em sua agenda a plenária estava marcada para acontecer às 10hs e não às 8hs como estava acontecendo. A secretária executiva do CMDCA esclareceu que foi enviado e-mail e confirmado por telefone o horário regimental desta reunião. Como já havia sido solicitado pelo Promotor de Justiça que todos os Presidentes de Comissão efetuassem um breve relatório das ações realizadas ao longo do ano, foi deliberado que este relatório seja entregue à Secretária Executiva do CMDCA, para que seja encaminhado através de Ofício à Promotoria. Diante da ausência do Promotor de Justiça, a Presidente do CMDCA adiantou alguns assuntos que foram tratados com este na ocasião de reunião anterior, informando que o Promotor havia manifestado “descontamento” com decisão do CMDCA que indeferiu a participação de Conselheiros Tutelares à uma capacitação; o Promotor afirmou que está sempre “atento” às deliberações do Conselho; que iria participar de todas as reuniões do Conselho; que o Conselho ao solicitar informações ou providências de outros órgãos ou Secretarias, deve ser mais incisivo e adotar medidas no caso de não cumprimento das solicitações. Diversos conselheiros lembraram o caso do indeferimento da participação de Conselheiros Tutelares em capacitação, vez que o pedido havia sido entregue à Secretária Executiva em pouco tempo antes da realização do evento e que havia capacitação semelhante à ser realizada no mesmo período no Município de Jaraguá, sem a necessidade de pagamento de despesas de deslocamento; ainda, com relação ao mesmo caso, houve deliberação em Plenária que, salvo exceções, não mais seria deferido a participação de todos os Conselheiros em um mesmo evento em razão de prejudicar a execução do serviço, portanto seria deferida a participação de 1 (um) conselheiro, na condição de multiplicador das informações recebidas em cursos, capacitações, seminários, etc. Por fim, também foi lembrado que o Conselho Tutelar, assim como os demais órgãos, no caso de intenção de utilizar recursos do FIA para participar de algum evento (Seminário, Curso, Capacitação), deve apresentar um projeto contendo dados básicos do evento, não apenas em forma de Ofício. A Presidente do CMDCA mostrou-se preocupada com a aplicação de recursos do FIA, citando um material desenvolvido pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, onde foi apurado que em Município Catarinense 99% dos recursos do FIA foram aplicados de forma irregular, podendo os conselheiros ser responsabilizados em razão da aplicação irregular. Conselheiro Juliano, na qualidade de Presidente da Comissão de finanças e patrimônio, efetuou breve apresentação do balcão das contas do FIA, apurando que o FIA possui atualmente a importância de R\$ 2.158.305,33 em conta, sendo que deste valor R\$ 2.069.569,71 são provenientes de recursos próprios do Município, R\$ 23.309,99 proveniente de IRPF e R\$ 65.455,63 proveniente de doções e multas. Através da análise das contas foi constatado que ainda existe um valor a ser repassado pelo Município ao FIA até o final do ano de 2016, portanto, foi deliberado que o Executivo seria oficiado acerca deste recurso que ainda deve ser repassado. Com relação aos Projetos embora já aprovados pelo CMDCA, atualmente são analisados pela Controladoria e encaminhados ao Legislativo para deliberação. Ocorre que, o entendimento da grande maioria dos conselheiros presentes é de que não seria necessário deliberação por parte do Legislativo, vez que o recurso a ser liberado já foi aprovado pelo CMDCA, não sendo recursos do Município. Desta forma foi solicitado que o assunto seja encaminhado para Comissão de Legislação e Normas do CMDCA para análise mais apurada. Sem mais nada a tratar, a presidente do CMDCA encerrou esta Sessão e eu, Karine Kath Jochem Schmitt, Secretária de Mesa do CMDCA/JS, lavro a presente ata, que passo a assinar, igualmente os demais conselheiros presentes nesta Sessão Plenária Ordinária.

Joaçaba

PREFEITURA

79/2015/FMS TA 01

CONTRATO Nº 79/2015/FMS – TA 01

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretaria, PAULA GIOVANA KLEBER, e a empresa FOCO PROPAGANDA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.191.137/0001-33, com sede na Rua 29 de julho, 313 – sala 11, doravante denominada CONTRATADA, representado neste ato pelo Sr. Osmar Wilhner, portador da Carteira de Identidade nº 14/R 2.130.385 e CPF nº 629.830.249-20, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 79/2014/FMS, firmado em 23/11/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 13/2015/FMS – TP 2/2015/FMS, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução, e a intermediação e supervisão da execução externa, bem como a distribuição de publicidade institucional de cunho informativo aos veículos e demais meios de comunicação com o objetivo de promover e difundir programas de prevenção à saúde, campanhas de vacinação, programas de atendimento à saúde e atos gerais da Secretaria Municipal de Saúde ao público em geral, dentro dos parâmetros definidos no §1º do art. 37 da Constituição Federal e de conformidade com o determinado pelo art. 2º, § 1º, incisos I, II e III, da Lei 12.232/2010, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 (doze) meses, a contar de 23 de novembro de 2016, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 23 de novembro de 2016.
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

FOCO PROPAGANDA LTDA
OSMAR WILHNER
CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____

2. _____

EXTRATO PP 48/2016/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2016/PMJ

Objeto: Contratação de serviços especializados para a realização de Teste Seletivo para preenchimento de vagas em caráter temporário, em conformidade com o descrito no Anexo I do presente Edital, para atuarem junto à Secretaria Municipal de Educação. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 13/12/2016. Processamento do Pregão: às 14h do dia 13/12/2016, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba (SC), 25 de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Marilde Terezinha Bittencourt - Secretária

HOMOLOG PL 81/2016 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 81/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016/PMJ

O Secretario de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação

ALTEVIR DA CÁS, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 81/2016/PMJ.

- Modalidade: PP 46/2016/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de material pétreo, com volume total estimado de 18.000,00 m³ (dezoito mil metros cúbicos), destinado à manutenção das estradas do interior do Município de Joaçaba.

-Empresas Vencedoras:

LUIZ CARDOSO DA SILVA

VALOR R\$ 20.720,00

NELSON BALDISSERA

VALOR R\$ 25.900,00

FISCAL: NEVIO CARRER

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 29 de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Secretario de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação.

ALTEVIR DA CAS - Secretário

PORTARIA N.º 6723

PORTARIA Nº 6.723 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). MARCELO CARDOSO DA SILVA, Operador de Máquinas, em função da titulação de ensino médio, conforme pedido protocolado através do processo n.º 0002526/2016 de 11 de novembro de 2016, ficando enquadrado em função da nova titulação como Operador de Máquinas Nível C-VII.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 11 de novembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de novembro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6724

PORTARIA Nº 6.724 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo § 1º do art. 52 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). SOLANGE FIORIO BUCCO, Professor nível I (Licenciatura Plena), em função da titulação de Pós-Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 0002520/2016 de 11 de novembro de 2016, ficando enquadrado em função da nova titulação como Professor nível II (Pós-Graduação) referência A-01.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 11 de novembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de novembro de 2016

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6725

PORTARIA Nº 6.725 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). DAIANA APARECIDA DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Internos, em função da titulação de ensino superior, conforme pedido protocolado através do processo n.º 0002532/2016 de 16 de novembro de 2016, ficando enquadrado em função da nova titulação como Auxiliar de Serviços Internos Nível B-VIII.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de novembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de novembro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6726

PORTARIA Nº 6.726 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO, até o 31 de maio de 2017, do(a) Servidor(a) Sr(a) RAFAEL BRUNO HILDEBRANDO, MEDICO - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de processo seletivo n.º 007/2016/FMS, conforme memorando n.º 646/2016 da Secretaria Municipal de Saúde..

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 30 de outubro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de novembro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6727

PORTARIA Nº 6.727 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

"CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve:

Art. 1º. CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA a(o) Servidor(o) MARIA CRISTINA FRANÇA ANTUNES, Professor Pós Graduado Nível II (Mestrado – cargo em extinção), em função de implementar o direito de acordo com o art. 35, da Lei Complementar nº 99 de 24 de junho de 2005 e alterações, requerido através do processo protocolado n.º 0002413/2016 de 31 de outubro de 2016 junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de março de 2016, obedecido o

disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de novembro de 2016
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6728

PORTARIA Nº 6.728 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

Art. 1º. INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure possível infração disciplinar por parte da Sra. Rozane Martins Schmautz, conforme relato contido no memorando n.º 257/2016 da Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como parecer jurídico.

Art. 2º. DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI, FRANCIANI ALICE RIZZI E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 29 de novembro de 2016.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6729

PORTARIA Nº 6.729 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

Art. 1º - INSTAURAR "Processo Administrativo", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure o fato da legitimidade e liquidação de despesa referente à obra da Unidade Básica de Saúde da Vila Remor nos serviços mencionados pela empresa CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME diante do pedido protocolado sob n.º 0000815/2016, bem como parecer jurídico.

Art. 2º. DESIGNAR os servidores, HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, ANDRE LUIZ DRI e VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVI-ZAN, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a

fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013, Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013 e Decreto n.º 4.917/2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 29 de novembro de 2016.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6730

PORTARIA Nº 6.730 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016
"EXONERA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, o (a) Sr. (a) VANESSA MARIA MATIELLO, Assessor Administrativo, nível CC-5, com lotação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 29 de novembro de 2016.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6731

PORTARIA Nº 6.731 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ANDREIA LISIANE ANTUNES DE SOUZA LOVATEL, Fiscal de Tributos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 94/2016 da Secretaria Municipal de Gestão Financeira, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 28 de novembro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 28 de novembro de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 29 de novembro de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6732

PORTARIA Nº 6.732 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 30 de novembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) LUIZ FERNANDO FRAGOSO, Técnico de Enfermagem – SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital n.º 08/2014/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2016
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6733

PORTARIA Nº 6.733 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR EM VIRTUDE DE SUA APOSENTADORIA, o(a) Senhor(a) NEIVETE ANTUNES DE OLIVEIRA, do cargo de Professor Nível I (Pós Graduação – cargo em extinção), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, IV da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2016.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6734

PORTARIA Nº 6.734 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) FERNANDA SHEILA MAITO, a partir do dia 25 de novembro de 2016, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família-PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público n.º 004/2014/FMS com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 25 de novembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

ATA REGISTRO 23/2016 PMJ

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Número do Registro de Preços: 23/2016		Data do Registro: 29/11/2016		Válido até: 29/11/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de material pétreo, com volume total estimado de 18.000,00 m³ (dezoito mil metros cúbicos), destinado à manutenção das estradas do interior do Município de Joaçaba.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Material pétreo de cascalheira localizada na Zona 02 Abrangência: " Linha Vieceli " Linha Borgaro " Km 16	M3	Nelson Baldissera (11615)		0	2,5900	1

Página: 2/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Número do Registro de Preços: 23/2016		Data do Registro: 29/11/2016		Válido até: 29/11/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de material pétreo, com volume total estimado de 18.000,00 m³ (dezoito mil metros cúbicos), destinado à manutenção das estradas do interior do Município de Joaçaba.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Material pétreo de cascalheira localizada na Zona 03 Abrangência: * Linha Abatti / Nossa Senhora de Lourdes * Km 20 * Linha Santa Clara	M3	LUIZ CARDOSO DA SILVA (10509)		0	2.5900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2016

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 23/2016		Data do Registro: 29/11/2016		Válido até: 29/11/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de material pétreo, com volume total estimado de 18.000,00 m³ (dezoito mil metros cúbicos), destinado à manutenção das estradas do interior do Município de Joaçaba.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2016
PROCESSO Nº 81/2016
(10509) - LUIZ CARDOSO DA SILVA
(11615) - Nelson Baldissera

Joaçaba, 29 de Novembro de 2016.

RREO 5º BIM - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	112.226.236,00	112.226.236,00	20.122.243,01	17,93	108.353.234,55	3.873.001,45
RECEITA TRIBUTÁRIA	111.143.736,00	111.143.736,00	19.830.691,34	17,84	105.267.519,58	5.876.216,42
IMPOSTOS	24.334.196,24	24.334.196,24	3.532.801,50	14,52	24.036.553,20	297.643,04
TAXAS	20.424.800,00	20.424.800,00	3.169.180,47	15,52	19.812.745,66	612.054,34
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	3.900.578,26	3.900.578,26	363.621,03	9,32	4.223.807,54	-323.229,28
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	8.817,98	8.817,98	0,00	0,00	0,00	8.817,98
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	6.437.585,36	6.437.585,36	1.316.237,79	20,45	6.060.464,31	377.121,05
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	4.297.585,36	4.297.585,36	932.239,67	21,69	3.989.405,62	308.179,74
RECEITA PATRIMONIAL	2.140.000,00	2.140.000,00	383.998,12	17,94	2.071.058,69	68.941,31
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	6.217.218,83	6.217.218,83	2.202.401,61	35,42	11.839.329,20	-5.622.110,37
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	177.564,96	177.564,96	40.715,20	22,93	190.933,76	-13.368,80
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	5.959.453,87	5.959.453,87	2.150.409,64	36,08	11.596.141,79	-5.636.687,92
RECEITA DE SERVIÇOS	80.200,00	80.200,00	11.276,77	14,06	52.253,65	27.946,35
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.492.946,00	15.492.946,00	3.007.721,25	19,41	14.140.998,36	1.351.947,64
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	55.848.191,57	55.848.191,57	9.407.364,90	16,84	45.419.945,50	10.428.246,07
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	54.761.160,17	54.761.160,17	9.117.573,63	16,65	43.790.259,68	10.970.900,49
TRANSF. DE PESSOAS	21.600,00	21.600,00	20.000,00	92,59	32.000,00	-10.400,00
TRANSF. DE CONV.	8.640,00	8.640,00	100,00	1,16	100,00	8.540,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.056.791,40	1.056.791,40	269.691,27	25,52	1.597.585,82	-540.794,42
MULTAS E JUROS DE MORA	2.813.598,00	2.813.598,00	364.164,29	12,94	3.770.229,01	-956.631,01
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	817.862,00	817.862,00	139.069,31	17,00	919.158,02	-101.296,02
RECEITA DA DIVIDAATIVA	172.970,00	172.970,00	25.921,96	14,99	1.024.843,91	-851.873,91
RECEITAS DIVERSAS	1.799.506,00	1.799.506,00	194.104,81	10,79	1.801.699,17	-2.193,17
RECEITAS DE CAPITAL	23.260,00	23.260,00	5.068,21	21,79	24.527,91	-1.267,91
ALIENAÇÃO DE BENS	1.082.500,00	1.082.500,00	291.551,67	26,93	3.085.714,97	-2.003.214,97
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	16.500,00	16.500,00	0,00	0,00	134.899,50	-118.399,50
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	16.500,00	16.500,00	0,00	0,00	134.899,50	-118.399,50
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	116.000,00	116.000,00	14.562,32	12,55	98.979,94	17.020,06
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	950.000,00	950.000,00	276.989,35	29,16	2.814.477,46	-1.864.477,46
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	950.000,00	950.000,00	0,00	0,00	125.600,00	824.400,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	276.989,35	0,00	2.688.877,46	-2.688.877,46
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	37.358,07	-37.358,07
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.790.702,55	8.790.702,55	1.547.570,29	17,60	7.003.081,35	1.787.621,20

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.790.702,55	8.790.702,55	1.547.570,29	17,60	7.003.081,35	79,66
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	121.016.938,55	121.016.938,55	21.669.813,30	17,91	115.356.315,90	95,32
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	121.016.938,55	121.016.938,55	21.669.813,30	17,91	115.356.315,90	95,32
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	121.016.938,55	121.016.938,55	21.669.813,30	17,91	115.356.315,90	95,32
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	10.153.726,29	—	—	4.732.905,73	—
Superávit Financeiro	—	10.153.726,29	—	—	4.732.905,73	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(h)	(i) = (e-h)	(i)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	111.162.810,96	136.716.114,81	13.689.587,50	105.830.315,96	30.885.798,85	17.945.330,86	86.084.572,45	50.631.542,36	85.419.004,35
DESPESAS CORRENTES	95.708.438,14	106.025.254,58	11.915.985,72	87.606.251,08	18.419.003,50	15.910.340,98	79.434.748,03	26.590.506,55	78.902.430,98
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	54.063.161,15	54.999.937,08	8.816.940,78	44.337.863,13	10.662.073,95	8.823.817,46	44.319.062,67	10.680.874,41	44.121.379,01
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.115.000,00	371.720,61	0,00	371.720,61	0,00	0,00	371.720,61	0,00	371.720,61
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.530.276,99	50.653.596,89	3.099.044,94	42.896.667,34	7.756.929,55	7.086.523,52	34.743.964,75	15.909.632,14	34.409.331,36
DESPESAS DE CAPITAL	11.073.091,71	26.309.579,12	1.773.601,78	18.224.064,88	8.085.514,24	2.034.989,88	6.649.824,42	19.659.754,70	6.516.573,37
INVESTIMENTOS	9.340.541,71	24.802.841,59	1.773.601,78	16.717.327,35	8.085.514,24	1.882.120,70	5.295.956,04	19.506.885,55	5.162.704,99
INVERSOES FINANCEIRAS	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	1.731.550,00	1.506.737,53	0,00	1.506.737,53	0,00	152.869,18	1.353.868,38	152.869,15	1.353.868,38
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.381.281,11	4.381.281,11	0,00	0,00	4.381.281,11	0,00	0,00	4.381.281,11	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	111.162.810,96	136.716.114,81	13.689.587,50	105.830.315,96	30.885.798,85	17.945.330,86	86.084.572,45	50.631.542,36	85.419.004,35
RESERVA DE CONTINGENCIA	4.381.281,11	4.381.281,11	0,00	0,00	4.381.281,11	0,00	0,00	4.381.281,11	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	9.854.127,59	10.158.849,18	1.195.986,60	8.088.271,55	2.070.577,63	1.551.025,86	7.601.254,45	2.557.594,73	7.000.979,93
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	121.016.938,55	146.874.963,99	14.885.574,10	113.918.587,51	32.956.376,48	19.496.356,72	93.685.826,90	53.189.137,09	92.419.984,28
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	121.016.938,55	146.874.963,99	14.885.574,10	113.918.587,51	32.956.376,48	19.496.356,72	93.685.826,90	53.189.137,09	92.419.984,28
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	21.670.489,00	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	121.016.938,55	146.874.963,99	14.885.574,10	113.918.587,51	-	19.496.356,72	115.356.315,90	-	92.419.984,28

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
Recitas (Intra-Orçamentárias)	8.790.702,55	8.790.702,55	1.547.570,29	17,60	7.003.081,35	79,66
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	8.790.702,55	8.790.702,55	1.547.570,29	17,60	7.003.081,35	79,66
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.166,40	1.166,40	0,00	0,00	896,12	76,83
Taxas - Operações Intra-Orçamentárias	1.166,40	1.166,40	0,00	0,00	896,12	76,83
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.688.491,35	6.688.491,35	1.168.027,28	17,46	5.256.612,77	78,59
Contribuições Sociais - Intra Orçamentárias	832.900,00	832.900,00	157.910,57	18,96	731.393,66	87,81
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.855.591,35	5.855.591,35	1.010.116,71	17,25	4.525.219,11	77,28
RECEITA DE SERVIÇOS	221.110,40	221.110,40	39.127,92	17,70	194.688,22	88,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.879.934,40	1.879.934,40	340.415,09	18,11	1.550.874,24	82,50

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
Receitas (Intra-Orçamentárias)	8.790.702,55	8.790.702,55	1.547.570,29	17,60	7.003.081,35	1.787.621,20
Multas e Juros de Mora	30,00	30,00	0,00	0,00	359,11	-329,11
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	14.667,69	0,00	84.651,83	-84.651,83
Receitas Decorrentes de Aportes RPPS	1.879.904,40	1.879.904,40	325.747,40	17,33	1.465.863,30	414.041,10

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)			
Despesas Intra-Orçamentárias	9.854.127,59	10.158.849,18	1.195.986,60	8.088.271,55	2.070.577,63	2.557.594,73	7.000.979,93
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.652.872,94	7.950.587,18	1.180.958,17	5.920.576,40	2.030.010,78	2.035.759,81	5.337.750,89
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.201.254,65	2.208.262,00	15.028,43	2.167.695,15	40.566,85	521.834,92	1.663.229,04

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 9.772.432,16

JOACABA, 23/11/2016

FERNANDA BRAGA
Contadora CRC SC 038262/O-9

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ
SECRETARIA DE FINANÇAS

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOACABA

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

R\$ 1,00

[illegible]

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de JOACABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	5.884.255,40	4.933.703,80	5.884.255,40	4.933.703,80
Aposentadorias	0,00	0,00	4.759.313,17	4.001.477,41	4.759.313,17	4.001.477,41
Pensões	0,00	0,00	1.124.942,23	932.226,39	1.124.942,23	932.226,39
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	8.333.800,00	8.633.800,00	231.207,85	100.000,00	231.207,85	12.829,73
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	12.829,73
Demais Despesas Previdenciárias	8.333.800,00	8.633.800,00	231.207,85	0,00	231.207,85	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	30.000,00	30.000,00	30.000,00	26.000,00	24.250,97	18.023,29
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	9.193.800,00	9.493.800,00	6.521.886,01	5.370.754,11	6.421.970,89	5.130.668,92
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	4.257.281,11	3.957.281,11	-	-	9.772.432,16	6.854.180,56
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
APORTES REALIZADOS						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Valor	4.257.281,11
-------	--------------

BENS E DIREITOS DO RPPS

PERÍODO DE REFERÊNCIA

	2016	2015
Caixa	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de JOACABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
RECEITAS CORRENTES (MII)	7.735.495,75	7.735.495,75	5.985.096,62	4.763.874,06
Recarga de Contribuições Patronais	7.735.495,75	7.735.495,75	5.985.096,62	4.763.874,06
Pessoal Civil	5.855.591,35	5.855.591,35	4.519.233,32	3.766.955,06
Ativo	5.855.591,35	5.855.591,35	4.519.233,32	3.766.955,06
Inativo	5.810.122,50	5.810.122,50	4.357.298,54	3.645.404,35
Pensionista	45.468,85	45.468,85	161.934,78	121.550,71
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	1.879.904,40	1.879.904,40	1.465.863,30	996.919,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	7.735.495,75	7.735.495,75	5.985.096,62	4.763.874,06
(XI) = (VIII + IX - X)				

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS						
ADMINISTRAÇÃO (XII)						
Despesas Correntes	30.000,00	30.000,00	30.000,00	26.000,00	24.250,97	18.023,29
Despesas de Capital	30.000,00	30.000,00	30.000,00	26.000,00	24.250,97	18.023,29
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	30.000,00	30.000,00	30.000,00	26.000,00	24.250,97	18.023,29

FONTE:

JOACABA , 23/11/2016

FERNANDA BRAGA	IRIA FLAMIA RODRIGUEZ	RAFAEL LASKE
Contadora CRC SC 038262/O-9	SECRETARIA DE FINANÇAS	PREFEITO DE JOACABA

RREO 5º BIM - EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO - SUBFUNÇÃO

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	%	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)			No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
Legislativa	111.162.810,96	136.716.114,81	13.689.587,50	105.830.315,96	92,90		17.945.330,86	86.084.572,45	50.631.542,36
Ação Legislativa	2.920.000,00	2.920.000,00	285.644,22	1.843.860,44	1,62		330.761,33	1.743.357,05	1.176.642,95
Administração	2.920.000,00	2.920.000,00	285.644,22	1.843.860,44	1,62		330.761,33	1.743.357,05	1.176.642,95
Representação Judicial e Extrajudicial	10.183.999,73	10.475.987,76	937.157,47	8.778.082,44	7,71		1.383.296,54	8.155.834,06	2.320.153,70
Planejamento e Orçamento	499.600,00	499.600,00	58.569,28	395.896,37	0,35		64.315,47	390.585,13	109.014,87
Administração Geral	250.665,04	250.665,04	29.264,33	186.510,96	0,16		30.284,33	186.510,96	64.144,08
Administração Financeira	6.357.214,69	6.623.702,72	542.427,82	6.075.636,40	5,33		874.553,27	5.539.664,28	1.084.038,44
Controle Interno	2.057.430,00	2.109.330,00	278.905,58	1.708.038,24	1,50		334.355,96	1.657.379,86	451.960,14
Tecnologia da Informação	260.300,00	206.800,00	-13.239,74	132.755,94	0,12		24.313,83	130.955,94	75.844,06
Comunicação Social	100,00	27.200,00	26.900,00	26.900,00	0,02		26.900,00	26.900,00	300,00
Segurança Pública	158.700,00	158.700,00	9.481,40	105.921,77	0,09		9.481,40	103.342,57	55.357,43
Policimento	600.000,00	600.000,00	4.848,80	146.422,76	0,13		19.112,28	120.495,32	479.504,68
Defesa Civil	1.807.174,19	2.445.561,88	236.740,82	2.036.147,62	1,79		575.945,48	1.758.379,13	687.182,75
Assistência Social	46.656,00	56.656,00	6.108,35	42.710,33	0,04		6.811,55	41.009,12	15.646,88
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.760.518,19	2.388.905,88	230.632,47	1.993.437,29	1,75		569.133,93	1.717.370,01	671.535,87
Assistência Comunitária	3.264.691,47	3.823.659,56	559.061,79	2.850.470,55	2,50		563.068,75	2.756.182,93	1.069.476,63
Previdência Social	199.400,00	175.381,00	21.688,32	111.255,11	0,10		22.054,28	107.894,33	67.486,67
Previdência do Regime Estatutário	3.065.291,47	3.650.278,56	537.373,47	2.739.215,44	2,40		541.014,47	2.648.288,60	1.001.989,96
Saúde	8.333.800,00	8.633.800,00	1.277.608,52	6.115.463,25	5,37		1.277.608,52	6.115.463,25	2.518.336,75
Administração Geral	8.333.800,00	8.633.800,00	1.277.608,52	6.115.463,25	5,37		1.277.608,52	6.115.463,25	2.518.336,75
Atenção Básica	18.943.478,10	20.649.493,45	2.249.267,91	17.141.125,98	15,05		2.879.773,87	14.887.290,89	5.762.202,56
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.130.000,00	1.160.506,35	175.460,32	979.032,47	0,86		189.024,74	956.214,88	204.291,47
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	9.670.734,16	10.628.095,07	1.535.559,80	8.653.902,88	7,60		1.484.846,70	7.759.730,12	2.868.364,95
Vigilância Epidemiológica	6.353.880,03	6.753.320,17	284.679,35	5.708.135,47	5,01		886.064,76	4.509.575,55	2.243.744,62
Trabalho	1.045.289,75	1.168.584,99	115.510,07	990.384,17	0,87		148.639,14	932.014,74	236.570,25
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	743.574,16	938.986,87	158.058,37	809.670,99	0,71		172.198,53	729.755,60	209.231,27
Educação	3.996.910,00	4.596.910,00	606.570,63	3.635.219,78	3,19		697.161,48	2.695.714,93	1.901.195,07
Alimentação e Nutrição	3.996.910,00	4.596.910,00	606.570,63	3.635.219,78	3,19		697.161,48	2.695.714,93	1.901.195,07
Ensino Fundamental	19.473.830,81	21.053.405,71	3.375.190,25	18.985.068,46	16,67		3.821.992,97	18.270.543,98	2.782.861,73
Ensino Médio	556.625,00	756.920,99	129.941,49	632.240,40	0,55		221.029,53	632.240,40	124.680,59
Educação Infantil	10.960.727,46	10.198.826,01	1.665.721,53	9.604.923,65	8,43		1.877.377,17	9.310.864,15	887.961,86
Educação Especial	175.500,00	175.500,00	0,00	173.941,84	0,15		59.204,10	128.589,69	46.910,31
	7.539.978,35	9.598.158,71	1.559.875,77	8.274.937,93	7,26		1.596.747,71	7.949.710,10	1.548.448,61
	105.000,00	187.000,00	0,00	186.996,08	0,16		47.335,00	137.111,08	49.888,92
							3,92		

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)								
Educação	111.162.810,96	136.716.114,81	13.689.587,50	105.830.315,96	92,90	17.945.330,86	86.084.572,45	50.631.542,36
Difusão Cultural	19.473.830,81	21.053.405,71	3.375.190,25	18.985.068,46	16,67	3.821.992,97	18.270.543,98	2.782.861,73
Cultura	137.000,00	137.000,00	19.651,46	112.028,56	0,10	20.299,46	112.028,56	24.971,44
Difusão Cultural	291.300,00	292.659,36	28.365,97	209.003,02	0,18	33.221,67	194.785,02	97.874,34
Direitos da Cidadania	291.300,00	292.659,36	28.365,97	209.003,02	0,18	33.221,67	194.785,02	97.874,34
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	224.150,00	222.150,00	35.810,38	181.547,98	0,16	40.602,02	181.547,98	40.602,02
Urbanismo	224.150,00	222.150,00	35.810,38	181.547,98	0,16	40.602,02	181.547,98	40.602,02
Infra-Estrutura Urbana	11.403.881,00	19.542.893,35	906.154,86	12.733.872,69	11,18	2.232.260,34	9.647.926,82	9.894.966,53
Serviços Urbanos	4.259.885,00	9.352.653,28	744.075,15	5.633.624,43	4,95	1.136.608,98	3.908.502,75	5.444.150,53
Conservação de Energia	4.999.156,00	4.888.156,00	39.149,59	4.832.139,37	4,24	747.345,94	3.905.733,57	982.422,43
Habituação	2.144.840,00	5.302.084,07	122.930,12	2.268.108,89	1,99	348.305,42	1.833.690,50	3.468.393,57
Habituação Urbana	397.600,00	661.733,91	113.186,66	601.668,93	0,53	94.774,92	356.813,71	304.920,20
Saneamento	397.600,00	661.733,91	113.186,66	601.668,93	0,53	94.774,92	356.813,71	304.920,20
Administração Geral	15.163.117,55	23.799.245,51	2.486.209,69	17.996.201,48	15,80	2.779.346,62	11.465.886,24	12.333.359,27
Saneamento Básico Rural	2.806.320,00	3.246.320,00	244.794,22	2.371.106,57	2,08	448.504,65	2.061.623,36	1.184.696,64
Saneamento Básico Urbano	207.500,00	252.500,00	0,00	92.212,20	0,08	15.103,16	73.845,17	178.654,83
Gestão Ambiental	12.149.297,55	20.300.425,51	2.241.415,47	15.532.882,71	13,64	2.315.738,81	9.330.417,71	10.970.007,80
Preservação e Conservação Ambiental	296.560,00	447.228,00	34.691,35	334.568,87	0,29	37.503,42	114.816,60	332.411,40
Ciência e Tecnologia	296.560,00	447.228,00	34.691,35	334.568,87	0,29	37.503,42	114.816,60	332.411,40
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	15.000,00	2.513.348,17	0,00	2.513.348,17	2,21	0,00	0,00	2.513.348,17
Agricultura	15.000,00	2.513.348,17	0,00	2.513.348,17	2,21	0,00	0,00	2.513.348,17
Extensão Rural	2.253.200,00	2.479.668,54	336.087,09	2.363.958,63	2,08	425.495,37	2.053.143,66	426.524,88
Indústria	2.253.200,00	2.479.668,54	336.087,09	2.363.958,63	2,08	425.495,37	2.053.143,66	426.524,88
Promoção Industrial	523.800,00	237.800,00	33.883,34	228.358,21	0,20	44.498,25	216.929,55	20.870,45
Comércio e Serviços	523.800,00	237.800,00	33.883,34	228.358,21	0,20	44.498,25	216.929,55	20.870,45
Turismo	60.900,00	51.513,46	8.589,54	42.793,67	0,04	7.585,08	41.789,21	9.724,25
Comunicações	60.900,00	51.513,46	8.589,54	42.793,67	0,04	7.585,08	41.789,21	9.724,25
Tecnologia da Informatização	60.000,00	54.285,57	7.965,78	53.902,68	0,05	5.565,78	45.936,90	8.348,67
Transporte	60.000,00	54.285,57	7.965,78	53.902,68	0,05	5.565,78	45.936,90	8.348,67
Transporte Aéreo	766.472,00	873.320,53	45.347,04	808.109,56	0,71	97.719,29	643.056,81	230.263,72
Transporte Rodoviário	48.100,00	144.800,00	5.824,66	133.586,30	0,12	5.769,44	131.896,30	12.913,70
Desporto e Lazer	728.520,53	728.520,53	39.522,38	674.523,26	0,59	91.949,85	511.170,51	217.350,02
Desporto Comunitário	2.303.000,00	3.427.595,80	126.054,19	3.247.020,41	2,85	272.286,31	1.958.195,85	1.469.399,95
	2.303.000,00	3.427.595,80	126.054,19	3.247.020,41	2,85	272.286,31	1.958.195,85	1.469.399,95

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/total b)			% (d/total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Encargos Especiais	111.162.810,96	136.716.114,81	13.689.587,50	105.830.315,96	92,90	17.945.330,86	86.084.572,45	91,89
Serviço da Dívida Interna	4.098.665,00	3.130.573,14	0,00	3.130.523,14	2,75	349.354,49	2.780.977,88	2,97
Outros Encargos Especiais	2.846.550,00	1.878.458,14	0,00	1.878.458,14	1,65	152.869,18	1.725.588,99	1,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.252.115,00	1.252.115,00	0,00	1.252.065,00	1,10	196.485,31	1.055.388,89	1,13
	4.381.281,11	4.381.281,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	9.854.127,59	10.158.849,18	1.195.986,60	8.088.271,55	7,10	1.551.025,86	7.601.254,45	8,11
Ação Legislativa	205.000,00	205.000,00	26.628,27	132.151,05	0,12	26.825,41	131.902,16	0,14
Previdência do Regime Estatutário	25.000,00	25.000,00	2.680,75	13.770,74	0,01	2.857,89	13.521,85	0,01
Administração	180.000,00	180.000,00	23.967,52	118.380,31	0,10	23.967,52	118.380,31	0,13
Administração Geral	1.886.900,00	2.144.642,67	282.992,78	1.738.755,02	1,53	307.366,37	1.724.878,59	1,84
Previdência do Regime Estatutário	1.856.900,00	2.114.642,67	282.992,78	1.708.755,02	1,50	302.488,82	1.700.627,62	1,82
Segurança Pública	30.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,03	4.877,55	24.250,97	0,03
Defesa Civil	1.000,00	1.000,00	0,00	500,00	0,00	87,00	458,75	0,00
Assistência Social	1.000,00	1.000,00	0,00	500,00	0,00	87,00	458,75	0,00
Assistência Comunitária	70.790,81	70.790,81	6.233,16	49.323,17	0,04	8.820,78	40.966,60	0,04
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	20.000,00	20.000,00	0,00	20.000,00	0,02	2.587,62	11.643,43	0,01
Previdência Social	50.790,81	50.790,81	6.233,16	29.323,17	0,03	6.233,16	29.323,17	0,03
Previdência do Regime Estatutário	298.882,13	298.882,13	48.214,34	230.610,53	0,20	48.214,34	230.610,53	0,25
Saúde	298.882,13	298.882,13	48.214,34	230.610,53	0,20	48.214,34	230.610,53	0,25
Atenção Básica	1.257.000,00	1.257.000,00	202.977,28	1.013.388,53	0,89	205.023,79	1.008.889,55	1,08
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.230.000,00	1.230.000,00	202.977,28	1.011.388,53	0,89	204.735,45	1.007.805,78	1,08
Trabalho	27.000,00	27.000,00	0,00	2.000,00	0,00	288,34	1.063,77	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	70.000,00	70.000,00	12.552,86	61.332,28	0,05	12.552,86	61.332,28	0,07
Educação	70.000,00	70.000,00	12.552,86	61.332,28	0,05	12.552,86	61.332,28	0,07
Ensino Fundamental	2.718.951,20	2.773.951,20	451.181,57	2.109.432,29	1,85	446.181,57	2.104.432,29	2,25
Educação Infantil	1.408.655,00	1.378.655,00	222.962,33	1.047.783,00	0,92	217.962,33	1.042.783,00	1,11
Cultura	1.310.295,20	1.395.295,20	228.219,24	1.061.649,29	0,93	228.219,24	1.061.649,29	1,13
Diffusão Cultural	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00	0,01
Saneamento	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00	0,01
Administração Geral	1.378.000,00	1.378.000,00	165.206,34	803.763,26	0,71	165.206,34	803.763,26	0,86
Previdência do Regime Estatutário	3.000,00	3.000,00	0,00	2.001,10	0,00	0,00	2.001,10	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	1.220.000,00	1.220.000,00	141.530,55	670.131,77	0,59	141.530,55	670.131,77	0,72
	155.000,00	155.000,00	23.675,79	131.630,39	0,12	23.675,79	131.630,39	0,14

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	9.854.127,59	10.158.849,18	1.195.986,60	8.088.271,55	2.070.577,63	1.551.025,86	7.601.254,45	2.557.594,73
Desporto e Lazer	26.000,00	97,94	0,00	97,94	-0,00	0,00	97,94	-0,00
Desporto Comunitário	26.000,00	97,94	0,00	97,94	-0,00	0,00	97,94	-0,00
Encargos Especiais	1.936.603,45	1.954.484,43	0,00	1.943.916,48	10.567,95	325.747,40	1.488.942,50	465.541,93
Serviço da Dívida Interna	1.936.603,45	1.954.484,43	0,00	1.943.916,48	10.567,95	325.747,40	1.488.942,50	465.541,93
TOTAL (III) = (I + II)	121.016.938,55	146.874.963,99	14.885.574,10	113.918.587,51	32.956.376,48	19.496.356,72	93.685.826,90	53.189.137,09

FONTE:

JOACABA , 23/11/2016

FERNANDA BRAGA
Contadora CRC SC 038262/O-9IRIA FLAMIA RODRIGUEZ
SECRETARIA DE FINANÇASRAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOACABA

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO 5º BIM - PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

ESPECIFICAÇÃO	RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R\$ 1,00	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

JOACABA , 23/11/2016

FERNANDA BRAGA
Contadora CRC SC 038262/O-9

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ
SECRETARIA DE FINANÇAS

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOACABA

RREO 5º BIM - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2015 A OUTUBRO/2016

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
		Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Agô/2016	Set/2016	Out/2016		TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	9.161.299,97	11.007.320,54	9.701.372,35	10.356.187,49	10.536.391,39	16.732.252,89	11.834.493,58	10.681.794,82	10.681.794,82	10.151.898,62	10.368.914,57	10.651.879,54	131.501.260,29	123.736.672,00
	IPTU	1.541.007,10	1.661.779,68	1.215.022,67	1.614.473,54	2.127.436,66	7.034.698,62	2.280.155,76	1.859.227,12	1.859.227,12	1.643.233,48	1.643.233,48	1.643.233,48	27.245.339,98	24.324.196,24
	IPI	231.613,16	102.391,09	1.128,38	94.765,00	452.829,28	5.099.284,23	171.709,94	491.381,18	398.989,16	389.082,74	331.059,45	302.951,47	8.557.195,08	6.850.000,00
	IPIR	162.760,99	397.594,94	198.381,36	195.147,58	255.215,13	203.004,75	194.590,85	167.970,93	167.970,93	232.976,36	287.339,67	164.046,30	2.533.217,37	2.219.000,00
	IPIR	771.870,22	813.333,74	831.680,82	776.752,90	801.974,88	715.670,88	793.611,85	788.109,88	820.922,42	667.666,10	825.311,85	810.113,12	9.417.018,38	9.480.000,00
	IPIR	200.937,02	244.325,84	74.146,84	72.761,04	259.603,76	153.079,55	214.215,24	196.181,20	196.393,70	159.390,70	256.713,87	200.290,17	2.270.590,00	1.870.000,00
	IPIR	173.805,71	110.144,07	110.895,05	475.053,02	357.813,61	1.793.539,49	355.067,87	256.452,87	265.814,14	217.207,58	180.738,49	171.238,11	4.446.950,01	3.906.396,24
	Outras Receitas Tributárias	598.046,98	1.141.094,24	238.339,88	595.139,88	601.243,28	794.730,76	625.914,05	644.464,99	633.212,48	661.113,39	689.024,57	647.690,46	7.771.774,76	6.437.785,36
	RECEITA PATRIMONIAL	849.096,18	1.270.289,88	1.387.553,93	1.180.222,16	1.238.754,56	1.315.226,72	974.618,82	1.078.675,67	1.287.536,71	1.175.129,02	1.229.287,62	973.113,99	13.958.695,26	6.217.218,83
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	1.435.644,08	1.090.733,42	1.260.289,65	1.474.891,59	1.385.886,05	1.425.559,63	1.530.004,29	1.491.197,77	1.474.705,50	1.514.073,27	1.493.647,98	1.514.073,27	16.828.488,28	15.492.946,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.690.762,69	5.254.724,92	5.282.533,70	5.279.105,35	4.666.420,92	5.081.282,22	5.324.429,57	5.038.182,14	5.217.651,05	4.915.851,39	4.877.274,84	5.719.745,59	61.428.994,38	63.992.927,57	
Cota-Parte do FPM	1.114.069,98	1.883.818,22	1.217.949,21	1.523.945,19	925.672,67	1.100.426,00	1.463.300,97	1.208.923,66	1.340.593,82	1.083.961,45	1.072.982,20	14.821.901,79	16.280.000,00	16.280.000,00	
Cota-Parte do ICMS	1.489.516,93	1.462.890,83	1.714.039,20	1.397.291,11	1.413.171,85	1.452.971,73	1.405.426,60	1.388.553,85	1.432.988,52	1.415.422,44	1.529.001,98	1.581.682,66	17.692.337,70	19.550.000,00	
Cota-Parte do IRPJ	268.633,05	140.065,65	212.049,14	317.597,05	424.888,99	402.672,03	416.401,22	465.934,44	446.391,19	454.767,44	420.142,82	390.529,65	4.350.450,37	4.450.000,00	
Cota-Parte do ITR	498,14	168,36	20,94	6,21	238,17	43,53	21,04	180,57	27,25	0,00	2.151,90	12.137,08	15.857,19	9.680,00	
Outras Transferências Correntes	932.872,73	869.894,72	1.094.051,95	1.156.263,47	961.365,30	1.139.507,70	1.021.550,10	1.019.094,65	1.069.124,86	965.108,37	1.055.623,91	1.541.484,11	12.785.901,87	12.164.622,31	
Transferências da LC 61/1989	23.091,99	22.801,95	26.881,63	20.769,92	20.269,19	20.797,92	23.617,70	14.053,60	19.094,94	19.265,25	21.729,47	22.332,74	254.127,50	304.000,00	
Transferências da LC 87/1996	6.212,74	6.212,74	5.864,78	5.864,78	5.864,78	5.864,78	5.864,78	5.864,78	5.864,78	5.864,78	5.864,78	5.864,78	72.073,28	80.000,00	
Transferências do FUNDEC	848.882,53	868.902,45	1.051.776,65	966.876,62	914.870,27	958.908,53	968.147,16	946.486,59	911.523,69	938.331,66	968.979,16	1.092.653,37	11.436.338,68	11.444.625,26	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	263.140,88	236.597,74	505.378,95	336.950,91	429.614,38	290.468,51	1.214.816,55	164.740,82	212.298,96	281.805,84	195.091,94	169.072,35	4.259.957,63	2.813.596,00	
DEDUÇÕES (II)	Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	974.100,53	1.564.892,29	695.819,10	1.082.703,40	978.898,77	1.028.492,67	1.108.755,05	1.051.307,43	1.003.319,29	1.067.025,98	1.048.719,46	1.089.539,00	12.676.563,07	12.583.231,36
	Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	20.554,90	10.277,45	8.294,65	8.294,65	8.294,65	8.294,65	8.294,65	8.294,65	8.294,65	8.294,65	8.294,65	105.394,20	150.000,00
	Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor	215.516,09	628.533,77	103.844,85	215.316,33	218.691,81	235.307,09	236.675,98	236.413,20	239.709,96	252.161,54	252.802,41	252.802,41	2.994.689,49	2.994.689,49
	Contribuição do Servidor s/ Previdência - LO90	60.554,75	12.135,86	16.773,90	67.216,18	73.097,76	68.454,54	65.267,73	65.403,81	71.371,90	74.381,25	80.118,85	74.170,88	838.142,41	646.000,00
	Contribuição Servidores Pensionistas-CAMARA	459,59	459,59	459,59	459,59	484,87	484,87	484,87	484,87	509,99	509,99	509,99	509,99	5.817,80	6.000,00
	Contribuição Servidores Pensionistas-Dependentes	104,10	104,10	74,63	80,52	79,63	79,63	79,63	79,63	83,97	83,97	83,97	83,97	1.018,75	1.320,00
	Contribuição Servidores Pensionistas-RM-IMPRESS	1.724,12	1.724,12	1.305,30	1.924,74	1.833,70	1.946,97	2.371,09	2.067,00	2.174,11	2.174,11	2.174,11	2.273,55	24.114,92	18.000,00
	Contribuição Servidores Pensionistas-RM-INSS	80,90	80,90	46,88	120,20	86,18	96,12	90,16	90,16	90,16	90,16	90,16	90,16	1.054,14	1.000,00
	Contribuição Servidores Pensionistas-SMAE-IMPRESS	905,49	905,49	905,49	905,49	955,29	955,29	955,29	955,29	1.004,75	1.004,75	1.004,75	1.004,75	11.462,12	10.200,00
	Contribuição Servidores Pensionistas-SMAE-INSS	66,56	66,56	66,56	74,08	74,08	74,08	74,08	74,08	74,08	74,08	74,08	74,08	866,40	850,00
	Contribuição Servidor Inativo Civil-RM-IMPRESS	11.768,98	11.768,98	11.754,92	11.892,10	12.595,23	12.947,37	13.255,62	13.213,91	14.925,35	15.073,16	15.085,76	15.020,27	159.361,55	133.200,00
	Contribuição Servidor Inativo Civil-RM-INSS	812,71	867,92	1.320,46	1.056,60	1.251,60	953,68	1.128,68	940,67	1.244,61	940,67	1.128,68	976,61	12.813,49	12.300,00
	Contribuição Servidor Inativo Civil-SMAE-IMPRESS	2.263,44	2.263,44	2.263,44	2.263,44	2.263,44	2.263,44	2.263,44	2.263,44	2.263,44	2.263,44	2.263,44	2.263,44	30.488,47	21.000,00
	Contribuição Servidor Inativo Civil-SMAE-INSS	159,63	159,63	159,63	177,64	177,64	177,64	177,64	177,64	177,64	177,64	177,64	177,64	2.077,65	2.100,00
	Contribuição Servidor Inativo Dependentes	2.514,86	2.552,12	2.544,33	2.581,05	2.743,69	3.003,40	3.601,63	3.162,38	3.510,00	3.998,44	3.638,40	3.572,03	37.698,33	28.800,00
	Contribuições Patrimoniais Alvo Civil-Servidor Li	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140,00
Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor	894,84	894,84	894,84	919,30	1.159,50	1.070,73	1.151,51	1.241,63	1.241,63	1.261,24	1.266,50	1.266,50	13.262,40	10.800,00	
Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor	59.393,77	118.674,38	0,00	60.691,08	61.513,60	65.945,24	64.666,15	64.774,62	63.377,94	68.541,35	68.005,97	70.039,99	788.881,29	720.000,00	
Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00	90,00	
Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor	10.802,41	21.623,23	0,00	10.824,92	10.954,88	11.477,80	11.357,81	11.211,26	11.321,72	11.843,62	11.771,87	11.755,29	134.944,81	134.400,00	
Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor	24.293,02	46.674,41	55,65	24.502,67	24.375,45	26.215,59	25.633,70	25.867,70	26.133,52	27.575,68	27.853,62	308.917,14	288.000,00	288.000,00	
Dedução de Contribuição Servidor s/ Previdência - LO90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.278,32	
Dedução de Contribuição Servidor s/ Previdência - LO90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.278,32	
Dedução de Contribuição Servidor s/ Previdência - LO90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.278,32	
Dedução de Contribuição Servidor s/ Previdência - LO90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.278,32	
Dedução de Contribuição Servidor s/ Previdência - LO90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.278,32	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	8.187.199,14	9.442.438,15	9.005.553,25	9.263.484,09	9.557.492,62	15.703.768,22	10.725.738,53	9.265.187,40	9.675.465,53	9.084.872,64	9.300.195,11	9.562.340,54	118.824.897,22	106.696.350,64	

FONTE:

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2015 A OUTUBRO/2016

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
		Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	TOTAL (Últ. 12 MÊS.)
JOACABA	, 29/11/2016													RS 1,00
FERNANDA BRAGA														
Contadora CRC SC 0383620-9														
IRIA FLÁVIA RODRIGUEZ														
SECRETARIA DE FINANÇAS														
RAFAEL LASKE														
PREFEITO DE JOACABA														

RREO 5º BIM - RECEITAS E DESPESAS COM A SAÚDE

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APLURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	22.018.370,00	22.018.370,00	21.180.475,97	96,19		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	6.850.000,00	6.850.000,00	8.223.190,83	120,05		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.875.000,00	1.875.000,00	1.825.696,28	97,37		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	9.480.000,00	9.480.000,00	7.831.860,07	82,61		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.219.800,00	2.219.800,00	1.992.851,44	89,78		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	43.560,00	43.560,00	77.313,87	177,49		
Divida Ativa dos Impostos	1.141.030,00	1.141.030,00	951.020,73	83,35		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Divida Ativa	408.980,00	408.980,00	278.542,75	68,11		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	40.673.680,00	40.673.680,00	30.317.716,67	74,54		
Cota-Parte FPM	16.280.000,00	16.280.000,00	11.359.962,01	69,78		
Cota-Parte ITR	9.680,00	9.680,00	15.190,69	156,93		
Cota-Parte IPVA	4.450.000,00	4.450.000,00	3.943.752,67	88,62		
Cota-Parte ICMS	19.550.000,00	19.550.000,00	14.730.929,94	75,35		
Cota-Parte IPI-Exportação	304.000,00	304.000,00	208.233,56	68,50		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	80.000,00	80.000,00	59.647,80	74,56		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	80.000,00	80.000,00	59.647,80	74,56		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APLURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	62.692.050,00	62.692.050,00	51.498.192,64	82,14		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	9.123.121,10	9.123.121,10	7.257.557,95	79,55		
Provenientes da União	8.750.961,04	8.750.961,04	6.998.250,90	79,97		
Provenientes dos Estados	372.160,06	372.160,06	259.307,05	69,68		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	418.477,00	418.477,00	371.707,17	88,82		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	9.541.598,10	9.541.598,10	7.629.265,12	79,96		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	18.958.478,10	20.743.383,30	17.574.216,99	84,72	15.585.131,25	75,13
Pessoal e Encargos Sociais	10.786.265,10	11.476.455,48	9.178.336,55	79,98	9.178.336,55	79,98
Outras Despesas Correntes	8.172.213,00	9.266.927,82	8.395.880,44	90,60	6.406.794,70	69,14
DESPESAS DE CAPITAL	1.242.000,00	1.163.110,15	580.297,52	49,89	311.029,19	26,74
Investimentos	1.242.000,00	1.163.110,15	580.297,52	49,89	311.029,19	26,74

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.242.000,00	1.163.110,15	580.297,52	49,89	311.029,19	26,74
Investimentos	1.242.000,00	1.163.110,15	580.297,52	49,89	311.029,19	26,74
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	20.200.478,10	21.906.493,45	18.154.514,51	82,87	15.886.160,44	72,56
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	9.518.146,10	11.224.161,45	9.169.826,95	50,51	7.269.604,85	45,73
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	9.123.121,10	10.487.342,36	8.548.136,87	47,09	6.694.552,44	42,11
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	395.025,00	736.819,09	621.690,08	3,42	575.052,41	3,62
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	-	-	0,00	0,00	-	-
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	9.518.146,10	11.224.161,45	9.169.826,95	50,51	7.269.604,85	45,73
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	10.682.332,00	10.682.332,00	8.984.687,56	49,49	8.626.555,59	54,27
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						16,75
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						901.826,69

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS					
Inscritos em 2015	0,00	3.450,00	45.689,28	-45.689,28			0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	4.199,31	-4.199,31			0,00
TOTAL	0,00	3.450,00	49.888,59	-49.888,59			0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º							
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)						
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015	3.450,00			0,00			3.450,00
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00			0,00			0,00
TOTAL (VIII)	3.450,00			0,00			3.450,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26							
LIMITE NÃO CUMPRIDO				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)						
-	-						-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)							
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
		Até Bimestre (l)	% (l/total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/total m)*100		
Atenção Básica	10.900.734,16	9.685.291,41	53,24	8.767.535,90	55,16		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.380.880,03	5.710.135,47	31,45	4.510.639,32	28,38		
Suporte Profilático e Terapêutico	1.045.289,75	990.384,17	5,46	932.014,74	5,86		
Vigilância Epidemiológica	743.574,16	809.670,99	4,46	729.755,80	4,59		
Outras Subfunções	1.130.000,00	979.032,47	5,39	966.214,88	6,02		
TOTAL	20.200.478,10	18.154.514,51	100,00	15.896.160,44	100,00		

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na interseção com a coluna "r" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite atual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

JOACABA , 23/11/2016

FERNANDA BRAGA
Contadora CRC SC 038262/O-9IRIA FLAMIA RODRIGUEZ
SECRETARIA DE FINANÇASRAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOACABA

RREO 5º BIM - RECEITAS E DESPESAS MDE

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	22.018.370,00	22.018.370,00	21.180.475,97	96,19
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	8.079.360,00	8.079.360,00	9.244.562,79	114,42
1.1.1- IPTU	6.850.000,00	6.850.000,00	9.315.252,33	135,99
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	7.260,00	7.260,00	12.578,09	173,25
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	919.600,00	919.600,00	782.643,48	85,11
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	302.500,00	302.500,00	226.171,14	74,77
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(1.092.082,25)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.881.050,00	1.881.050,00	1.826.000,77	97,07
1.2.1- ITBI	1.875.000,00	1.875.000,00	1.841.587,41	98,22
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	4.840,00	4.840,00	304,49	6,29
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	1.210,00	1.210,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(15.891,13)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	9.838.160,00	9.838.160,00	8.117.050,97	82,51
1.3.1- ISS	9.480.000,00	9.480.000,00	7.877.533,30	83,10
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	31.460,00	31.460,00	64.431,29	204,80
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	220.220,00	220.220,00	168.393,16	76,47
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	106.480,00	106.480,00	52.378,45	49,19
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(45.673,23)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.219.800,00	2.219.800,00	1.992.851,44	89,78
1.4.1- IRRF	2.219.800,00	2.219.800,00	1.992.851,44	89,78
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	40.673.680,00	40.673.680,00	30.781.788,65	75,68
2.1- Cota-Parte FPM	16.280.000,00	16.280.000,00	11.824.013,99	72,63
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.280.000,00	16.280.000,00	11.359.962,01	69,78
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	464.051,98	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	19.550.000,00	19.550.000,00	14.730.929,94	75,35
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	80.000,00	80.000,00	59.647,80	74,56
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	304.000,00	304.000,00	208.233,56	68,50
2.5- Cota-Parte ITR	9.680,00	9.680,00	15.190,69	156,93
2.6- Cota-Parte IPVA	4.450.000,00	4.450.000,00	3.943.752,67	88,62
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	62.692.050,00	62.692.050,00	51.962.244,62	82,88
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.400.900,00	1.400.900,00	1.479.999,30	105,65
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.060.000,00	1.060.000,00	949.578,48	89,58
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	285.020,00	285.020,00	330.905,00	116,10
5.4- Transferências Diretas - PNATE	43.780,00	43.780,00	37.667,72	86,04
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	138.820,87	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	12.100,00	12.100,00	23.026,23	190,30
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	7.260,00	1.566,39	21,58
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	7.260,00	7.260,00	1.566,39	21,58
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	402.130,00	402.130,00	307.516,81	76,47
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.810.290,00	1.810.290,00	1.789.062,50	98,83
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	8.134.736,00	8.134.736,00	6.063.541,27	74,54
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	3.256.000,00	3.256.000,00	2.271.992,16	69,78
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	3.910.000,00	3.910.000,00	2.946.185,07	75,35
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	16.000,00	16.000,00	11.929,50	74,56
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	60.800,00	60.800,00	41.646,75	68,50
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.936,00	1.936,00	3.038,06	156,92
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	890.000,00	890.000,00	788.749,73	88,62
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	11.180.000,00	11.180.000,00	9.756.851,91	87,27
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	11.144.625,26	11.144.625,26	9.718.553,70	87,20
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	35.374,74	35.374,74	38.298,21	108,26
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	3.009.889,26	3.009.889,26	3.655.012,43	121,43
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	10.401.040,74	10.401.043,62	9.193.555,36	88,39	9.193.555,36	88,39
13.1- Com Educação Infantil	4.532.300,00	5.732.302,88	4.940.598,02	86,19	4.940.598,02	86,19
13.2- Com Ensino Fundamental	5.868.740,74	4.668.740,74	4.252.957,34	91,09	4.252.957,34	91,09
14- OUTRAS DESPESAS	778.959,26	778.959,26	354.439,14	45,50	328.439,14	42,16
14.1- Com Educação Infantil	342.288,00	542.288,00	258.629,73	47,69	232.629,73	42,90
14.2- Com Ensino Fundamental	436.671,26	236.671,26	95.809,41	40,48	95.809,41	40,48
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	11.180.000,00	11.180.002,88	9.547.994,50	85,40	9.521.994,50	85,17
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						9.521.994,50
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						94,23
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						3,37
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						2,41
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016*						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	15.673.012,50	15.673.012,50	12.990.561,16	82,88		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	8.518.593,55	10.328.883,20	8.738.970,60	84,61	8.503.692,44	82,33
23.1- Creche	1.000,00	130.000,00	130.000,00	100,00	104.000,00	80,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.000,00	130.000,00	130.000,00	100,00	104.000,00	80,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	8.506.593,55	10.160.283,20	8.570.370,60	84,35	8.365.692,44	82,34
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.873.588,00	6.144.590,88	5.069.227,75	82,50	5.069.227,75	82,50
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.633.005,55	4.015.692,32	3.501.142,85	87,19	3.296.464,69	82,09
24- ENSINO FUNDAMENTAL	11.406.028,46	10.250.274,36	9.358.842,86	91,30	9.253.255,03	90,27
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	6.305.412,00	4.905.412,00	4.348.766,75	88,65	4.348.766,75	88,65
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.100.616,46	5.344.862,36	5.010.076,11	93,74	4.904.488,28	91,76
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	19.924.622,01	20.579.157,56	18.097.813,46	87,94	17.756.947,47	86,29
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						3.655.012,43
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						38.298,21
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						3.693.310,64
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						14.063.636,83
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %						27,07
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.089.890,00	1.264.923,57	1.200.277,77	94,89	1.034.467,62	81,78
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.306.270,00	1.627.604,50	1.477.489,61	90,78	1.160.538,13	71,30
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.376.160,00	2.892.528,07	2.677.767,38	92,58	2.195.005,75	75,89
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	22.300.782,01	23.471.685,63	20.775.580,84	88,51	19.951.953,22	85,00

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	2,88	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	9.718.553,70	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	9.409.018,82	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	9.409.018,82	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	38.298,21	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	347.835,97	0,00

JOACABA , 23/11/2016

FERNANDA BRAGA
Contadora CRC SC 038262/O-9

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ
SECRETARIA DE FINANÇAS

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOACABA

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

RREO 5º BIM - RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS				RS 1,00
Em Exercícios Anteriores	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)		
	Em 31 de Dezembro de 2015					Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015							
PODER/ÓRGÃO	1.029,42	653.596,57	653.596,57	1.029,42	-	1.194.634,00	3.577.980,28	3.065.331,45	3.065.331,45	509.713,71	1.197.569,12	1.197.569,12		
	1.029,42	653.596,57	653.596,57	1.029,42	0,00	1.194.634,00	3.577.980,28	3.065.331,45	3.065.331,45	509.713,71	1.197.569,12	1.197.569,12		
	1.029,42	343.042,42	343.042,42	1.029,42	0,00	1.059.633,98	2.045.874,78	1.587.780,46	1.587.780,46	328.419,09	1.188.309,21	1.188.309,21		
	0,00	66.474,71	66.474,71	0,00	0,00	0,00	101.749,19	101.640,73	101.640,73	108,46	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.818,72	1.818,72	1.818,72	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.457,95	90.594,63	90.594,63	0,00	7.863,33	7.863,33		
	0,00	1.137,70	1.137,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	335,86	335,86	0,00	0,00	0,00	155,77	155,77	155,77	0,00	0,00	0,00		
	1.029,42	757,59	757,59	1.029,42	0,00	336.556,12	30.691,99	190.931,50	190.931,50	176.565,61	0,00	0,00		
	0,00	1.890,00	1.890,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	179.036,45	179.036,45	0,00	0,00	112.107,85	428.609,25	438.951,17	438.951,17	88.979,93	12.786,00	12.786,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.750,00	11.750,00		
	0,00	2.654,43	2.654,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	25.815,70	25.815,70	0,00	0,00	321.092,36	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00	321.092,36	321.092,36		
	0,00	34.446,33	34.446,33	0,00	0,00	0,00	97.492,52	97.492,52	97.492,52	0,00	0,00	0,00		
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	550,00	550,00	0,00	0,00	0,00	42.989,89	42.989,89	42.989,89	0,00	0,00	0,00		
	0,00	6.644,10	6.644,10	0,00	0,00	0,00	9.014,53	9.014,53	9.014,53	0,00	0,00	0,00		
	0,00	20.299,55	20.299,55	0,00	0,00	278.118,65	1.232.654,95	612.191,00	612.191,00	62.765,09	835.817,52	835.817,52		
	0,00	25.230,37	25.230,37	0,00	0,00	0,00	8.200,54	5.815,54	5.815,54	0,00	2.385,00	2.385,00		
	0,00	25.230,37	25.230,37	0,00	0,00	0,00	8.200,54	5.815,54	5.815,54	0,00	2.385,00	2.385,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	836,62	836,62	836,62	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	836,62	836,62	836,62	0,00	0,00	0,00		
	0,00	285.323,78	285.323,78	0,00	0,00	135.000,02	1.523.068,34	1.470.898,83	1.470.898,83	181.294,62	5.874,91	5.874,91		
	0,00	285.323,78	285.323,78	0,00	0,00	135.000,02	1.523.068,34	1.470.898,83	1.470.898,83	181.294,62	5.874,91	5.874,91		
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.029,42	653.596,57	653.596,57	1.029,42	0,00	1.194.634,00	3.577.980,28	3.065.331,45	3.065.331,45	509.713,71	1.197.569,12	1.197.569,12			
TOTAL (III) = (I + II):												1.197.569,12		
ONTE:														

FONTE

JOACABA , 23/11/2016

FERVANDA BRAGA
Contadora CRC SC 038262/O-9

IRIA FLAVIA RODRIGUEZ
SECRETARIA DE FINANÇAS

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOACABA

RREO 5º BIM - RESULTADO NOMINAL

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	14.642.157,12	2.267.617,87	2.114.748,69
DEDUÇÕES (II)	29.411.239,62	38.763.125,41	39.023.474,78
Disponibilidade de Caixa Bruta	30.040.635,24	40.010.468,85	40.274.249,51
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	629.395,62	1.247.343,44	1.250.774,73
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-14.769.082,50	-36.495.507,54	-36.908.726,09
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-14.769.082,50	-36.495.507,54	-36.908.726,09

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2016 (C - A)
VALOR	-413.218,55	-22.139.643,59

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-1.198.243,79

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	44.618.100,00	44.618.100,00	44.618.100,00
Passivo Atuarial	44.618.100,00	44.618.100,00	44.618.100,00
DEDUÇÕES (VIII)	52.655.777,18	60.383.084,39	62.301.008,38
Disponibilidade de Caixa Bruta	263.477,96	20.724,37	21.044,67
Investimentos	52.417.529,59	60.378.864,16	62.295.031,60
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	25.230,37	16.504,14	15.067,89
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-8.037.677,18	-15.764.984,39	-17.682.908,38
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-8.037.677,18	-15.764.984,39	-17.682.908,38

FONTE:

JOACABA , 23/11/2016

FERNANDA BRAGA
Contadora CRC SC 038262/O-9

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ
SECRETARIA DE FINANÇAS

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOAÇABA

RREO 5º BIM - RESULTADO PRIMÁRIO

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	113.974.984,68	100.674.459,14	89.525.936,10
Receita Tributária	24.335.362,64	24.037.449,32	20.429.281,57
I.P.T.U.	6.850.000,00	8.162.383,52	6.230.270,35
I.S.S.	9.480.000,00	7.831.814,42	7.489.781,74
I.T.B.I.	1.875.000,00	1.825.696,28	1.427.607,78
I.R.R.F.	2.219.800,00	1.992.851,44	1.642.245,20
Outras Receitas Tributárias	3.910.562,64	4.224.703,66	3.639.376,50
Receita de Contribuição	13.126.076,71	11.317.077,08	9.503.625,75
Receitas Previdenciárias	8.117.176,71	6.669.872,95	5.658.050,56
Outras Contribuições	5.008.900,00	4.647.204,13	3.845.575,19
Receita Patrimonial Líquida	257.764,96	243.187,41	195.551,78
Receita Patrimonial	6.217.218,83	11.839.329,20	8.622.091,00
(-) Aplicações Financeiras	5.959.453,87	11.596.141,79	8.426.539,22
Transferências Correntes	55.848.191,57	45.419.945,50	43.411.945,96
F.P.M.	13.024.000,00	9.552.021,83	9.243.624,33
I.P.V.A	3.560.000,00	3.155.002,94	3.123.855,78
I.C.M.S.	15.640.000,00	11.784.744,87	11.818.802,65
Convênios	1.056.791,40	1.597.585,82	1.785.607,76
Outras Transferências Correntes	22.567.400,17	19.330.590,04	17.440.055,44
Demais Receitas Correntes	20.407.588,80	19.656.799,83	15.985.531,04
Dívida Ativa	1.799.506,00	1.801.699,17	1.490.874,85
Diversas Receitas Correntes	18.608.082,80	17.855.100,66	14.494.656,19
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.082.500,00	3.085.714,97	5.827.676,35
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	816.211,81
Amortização de Empréstimos (IV)	116.000,00	98.979,94	147.310,28
Alienação de Ativos (V)	16.500,00	134.899,50	0,00
Transferências de Capital	950.000,00	2.814.477,46	4.864.154,26
Convênios	0,00	2.688.877,46	4.664.154,26
Outras Transferências de Capital	950.000,00	125.600,00	200.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	37.358,07	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	950.000,00	2.851.835,53	4.864.154,26
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	114.924.984,68	103.526.294,67	94.390.090,36

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	116.184.103,76	95.694.522,63	87.438.620,82	87.036.002,48	79.105.751,26
Pessoal e Encargos Sociais	62.950.524,26	50.258.439,53	45.105.406,08	50.233.890,04	45.076.953,99
Juros e Encargos da Dívida (IX)	371.720,61	371.720,61	1.166.564,60	371.720,61	975.433,48
Outras Despesas Correntes	52.861.858,89	45.064.362,49	41.166.650,14	36.430.391,83	33.053.363,79
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	115.812.383,15	95.322.802,02	86.272.056,22	86.664.281,87	78.130.317,78
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	26.309.579,12	18.224.064,88	24.366.143,41	6.649.824,42	10.734.392,36
Investimentos	24.802.841,59	16.717.327,35	22.261.646,29	5.295.956,04	8.960.633,35
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.506.737,53	1.506.737,53	2.104.497,12	1.353.868,38	1.773.759,01
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	24.802.841,59	16.717.327,35	22.261.646,29	5.295.956,04	8.960.633,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	4.381.281,11	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	144.996.505,85	112.040.129,37	108.533.702,51	91.960.237,91	87.090.951,13

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-30.071.521,17	-8.513.834,70	-14.143.612,15	11.566.056,76	7.299.139,23
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	4.732.905,73	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	4.732.905,73	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	2.875.730,93

JOACABA , 23/11/2016

FERNANDA BRAGA
Contadora CRC SC 038262/O-9

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ
SECRETARIA DE FINANÇAS

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOAÇABA

RREO 5º BIM- RECEITAS E OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
					R\$ 1,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)		0,00	0,00		0,00
DESPESAS					
			DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS
					INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
					SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira		26.309.579,12	18.224.064,88	6.649.824,42	8.085.514,24
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes		0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):		26.309.579,12	18.224.064,88	6.649.824,42	8.085.514,24
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)		-26.309.579,12	-18.224.064,88	-	-8.085.514,24

FONTE:

JOACABA , 23/11/2016

FERNANDA BRAGA
Contadora CRC SC 038262/O-9

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ
SECRETARIA DE FINANÇAS

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOACABA

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016

COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS E AFINS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA.

Aos 29(vinte e nove) dias do mês de novembro do ano de 2016, a CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA, com sede Rua Tiradentes, n. 872, Bairro Vila Pedrini, Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o número 78.491.230/0001-98, doravante denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado pelo Presidente Sr. Jucelino Jorge Ferraz, e a empresa abaixo relacionada, representada na forma de seu estatuto social, em ordem de preferência por classificação, doravante denominada FORNECEDORA, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 4.388/2013, Decreto Municipal nº 2.879/2006 e alterações, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/1993 com alterações posteriores, celebram a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, originada do Pregão Presencial nº 007/2016, processo de licitação nº 019/2016, mediante termos e condições que seguem.

FORNECEDORA:

RAZÃO SOCIAL:	DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME
ENDEREÇO:	RUA GETULIO VARGAS, 285, CENTRO, JOAÇABA-SC
CNPJ/MF:	10269263/0001-54
REPRESENTANTE LEGAL:	MARCIA TEREZINHA TIEPO BARETA
ENDEREÇO:	RUA GETULIO VARAS, 314, APTO 01, JOAÇABA/SC
CPF:	559.142.849-53
RG:	11/R 1887004

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. Os preços ora REGISTRADOS, de acordo a proposta apresentada pela FORNECEDORA no Processo de Licitação, correspondem à expectativa de aquisição dos seguintes itens:

Item	Unid.	Especificação	Marca	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	UN	Capa para processo branca com as seguintes especificações: Tamanho: 45,5x30cm aberto Papel: sulfite 180g Impressão: 1x0 – preto Acabamento: vinco + 1 orelha	D.C.L.	5.000	0,33	1.650,00
2	UN	Impresso encadernado do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Joaçaba, com as seguintes especificações: Capa: 15,8x21,5cm fechado; Papel: couche fosco 300g, frente seleção cores, verso preto; Miolo: 98 páginas, 15,8x21,5cm, sulfite 75g, 1x1 preto; Acabamento: lombada quadrada.	D.C.L.	300	9,75	2.925,00
3	UN	Impresso encadernado da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, com as seguintes especificações: Capa: 15,8x21,5cm fechado; Papel: couche fosco 300g, frente seleção cores, verso preto; Miolo: 80 páginas, 15,8x21,5cm, sulfite 75g, 1x1 preto; Acabamento: lombada quadrada.	D.C.L.	400	7,55	3.020,00
4	UN	Impresso encadernado da Cartilha do Legislativo do Município de Joaçaba, com as seguintes especificações: Tamanho: 29,6x21cm aberto – 14,8x21cm fechado; 8 páginas total (2 laminas); Impressão: seleção cores; Papel: couche brilho 150g; Acabamento: grampo a cavalo (2 grampos).	D.C.L.	500	2,45	1.225,00
5	UN	Papel timbrado com as seguintes especificações: tamanho A4; papel sulfite 90g; impressão 4x0 cores.	D.C.L.	1.000	0,38	380,00
6	UN	Serviço de encadernação espiral (com material incluído) com até 100 folhas.	D.C.L.	20	3,25	65,00
7	UN	Serviço de encadernação espiral (com material incluído) com até 300 folhas.	D.C.L.	20	4,60	92,00
8	UN	Serviço de encadernação espiral (com material incluído) com até 500 folhas.	D.C.L.	20	5,90	118,00
9	UN	Serviço de encadernação tipo livro (com material incluído) com até 100 folhas.	D.C.L.	30	44,00	1.320,00
10	UN	Serviço de encadernação tipo livro (com material incluído) com até 300 folhas.	D.C.L.	30	49,00	1.470,00
11	UN	Serviço de encadernação tipo livro (com material incluído) com até 500 folhas.	D.C.L.	10	55,00	550,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

- 1.1. A vigência da presente Ata será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura.
- 1.2. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial designada, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

- 2.1 Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Câmara, devendo a proponente vencedora, proceder à entrega em até 02 (dois) dias úteis contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo na quantidade solicitada e sem custos adicionais.
- 2.2 Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.
- 2.3 Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.
- 2.4 Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.
- 2.5 Os materiais deverão estar em conformidade com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante.
- 2.6 A FORNECEDORA deverá prestar a garantia mínima do fabricante (quanto houver) para os produtos entregues, substituindo os que comprovadamente apresentarem algum defeito. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.
- 2.7 A FORNECEDORA deverá prestar a garantia mínima do fabricante (quanto houver) para os produtos entregues, substituindo os que comprovadamente apresentarem algum defeito.
- 2.8 Os materiais deverão ser entregues na sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba, e serão conferidos por servidor designado para tal.
- 2.9 As despesas com envio, frete e entrega dos materiais é de responsabilidade da FORNECEDORA.
- 2.10 Por ocasião do recebimento dos materiais, a Câmara, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a FORNECEDORA a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.
- 2.11 A FORNECEDORA deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.
- 2.12 O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.
- 2.13 Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.
- 2.14 Os quantitativos descritos no Anexo I do Edital de Licitação n. 03/2014 constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando a Câmara obrigada a executá-los integralmente.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO.

- 3.1 O pagamento será efetuado mensalmente, preferencialmente no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente ao recebimento dos materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.
- 3.2 O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.
- 3.3 A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA, CNPJ 78.491.230/0001-98, com sede na Rua Tiradentes, n. 872, Bairro Vila Pedrini, Joaçaba/SC e ter a mesma Razão Social e CNPJ/MF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.4 A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando a Câmara do ressarcimento de qualquer prejuízo para a FORNECEDORA.
- 3.5 A Câmara poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela FORNECEDORA;
- 3.6 Nenhum pagamento será efetuado à FORNECEDORA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira ou aplicação de penalidade;
- 3.7 Os preços não serão reajustados.
- 3.8 O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela FORNECEDORA.

CLAUSULA QUINTA - DO VALOR ESTIMADO

- 5.1 O valor total estimado para esta contratação é de R\$ 12.815,00(doze mil oitocentos e quinze reais).
- 5.2 A Câmara de Vereadores de Joaçaba consignará em seu orçamento, os recursos necessários ao atendimento das eventuais aquisições.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES

- 5.1 Cabe à Câmara:
 - 5.1.1 Tomar todas as providências necessárias à execução da presente Ata de Registro de Preços;
 - 5.1.2 Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Presidente, visando à fiscalização da execução do contrato;

5.1.3 Efetuar o pagamento à FORNECEDORA de acordo com o estipulado neste Edital;

5.1.4 Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela FORNECEDORA, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

5.1.5 Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

5.1.6 Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

6.2. Cabe à FORNECEDORA:

5.1.1 Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado no item "Da Forma de Execução";

5.1.2 Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

5.1.3 Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Câmara ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;

5.1.4 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

5.1.5 Exigir da Câmara documento de autorização emitido pelo setor competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento;

5.1.6 Substituir os produtos que eventualmente apresentarem defeito, com embalagem danificada, que forem impróprios para utilização, etc;

2.0.1 Arcar com os custos de frete/entrega.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

6.1 Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do objeto, a Câmara de Vereadores poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

6.1.1 Advertência, por escrito, sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido a FORNECEDORA;

6.1.2 Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, no caso de descumprimento de qualquer uma das cláusulas do presente Edital;

6.1.2.1 O atraso injustificado no fornecimento sujeitará a FORNECEDORA à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso;

6.1.3 Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública de Joaçaba por prazo não superior a 02 (dois) anos;

6.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública de Joaçaba enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a FORNECEDORA ressarcir a Câmara pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

6.2 O valor da multa a que se refere o item 7.1.2 poderá variar dependendo da gravidade da infração e será arbitrado no correspondente processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1 O registro do fornecedor poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, nas seguintes hipóteses:

7.1.1 Pela Administração, quando:

7.1.1.1 O fornecedor não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços, inclusive quanto às condições de habilitação;

7.1.1.2 O fornecedor não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo 2 (dois) dias úteis a contar da convocação pela Câmara, sem justificativa aceitável;

7.1.1.3 Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

7.1.1.4 O fornecedor, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

7.1.1.5 O fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

7.1.1.6 Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.1.7 Quando o fornecedor sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002

7.1.2 Pelo fornecedor quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços nos termos do art. 20 do Decreto n. 4.388/2013.

7.2 O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3 A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no subitem 8.1 efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4 No caso do fornecedor não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais da Câmara, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5 A solicitação do fornecedor ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Câmara a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6 A solicitação do fornecedor para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.7 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA, DAS ALTERAÇÕES E DO ACOMPANHAMENTO

8.1 A vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da data de publicação, conforme previsto no art. 11 do Decreto Municipal nº 4.388/2013.

8.2 Caso o fornecedor, não queira ou não possa assinar a Ata dentro do prazo máximo previsto, poderá a Câmara, sem prejuízo de aplicação de penalidades ao desistente, optar pela contratação dos proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, se alternativamente a Câmara não preferir revogar a presente Licitação.

8.3 O contrato decorrente desta ata, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

8.4 A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Presidente, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLAUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

9.1 O sistema de registro de preços tem como objetivo manter na Câmara de Vereadores de Joaçaba o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações dos licitantes vencedores do pregão.

9.2 A existência de preços registrados não obriga a Câmara de Vereadores a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

9.3 Observados os critérios e condições estabelecidas na Ata e o preço registrado, a Câmara poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público o justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

9.4 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

9.5 A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelos eventuais beneficiários no prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da convocação. A(s) FORNECEDORAS que deixar(em) de fazê-lo no prazo estabelecido, dela será/serão excluída(s), podendo, ainda, sujeitar-se às penalidades estabelecidas na cláusula sétima.

9.6 A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666/93.

9.7 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 (art. 11, §1º do Decreto n. 4.388/2013).

9.8 Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

9.9 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve

o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.10 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

9.11 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

9.12 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

9.13 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

9.14 Para fins deste registro de preços aplicar-se-á o disposto no Decreto Municipal nº 4.388/2013 e Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

9.15 A declaração de nulidade deste instrumento opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

9.16 Os casos omissos serão resolvidos à luz do Decreto Municipal nº 4.388/2013, e da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

10.1 Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes, a qualquer outro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, SC 29 de novembro de 2016.

Jucelino Jorge Ferraz

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

Marcia Terezinha Tiepo Baretta

DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME

Testemunhas:

1 _____ 2 _____
CPF n. _____ CPF n. _____

CAMILA CHMIEL

ADVOGADA – OAB/SC 46.856

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PP072016

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO DE LICITAÇÃO NR. 019/2016

PREGÃO PRESENCIAL NR. 007/2016

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por seu Presidente, Senhor JUCELINO JORGE FERRAZ, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nr. 8.666/1993 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve HOMOLOGAR a presente licitação nos seguintes termos:

Processo de licitação nr.: 019/2016.

Pregão presencial nr.: 007/2016.

Data da homologação: 29/11/2016.

Objeto da licitação: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de serviço de encadernação e fornecimento de materiais gráficos e afins para atender as necessidades da Câmara de Vereadores de Joaçaba, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.

Fornecedores e valores:

a) DIGITAL CRZEIRO LTDA. ME: R\$ 12.815,00 (doze mil oitocentos e quinze reais);

Joaçaba (SC), 29 de novembro de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

PLASS**EXTRATO TERMO DE ADESSÃO Nº 12/2016/PLASS**

Extrato TERMO DE ADESSÃO Nº 12/2016 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016/PLASS
INEXIGIBILIDADE 04/2016/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores
Públicos do Município do Joaçaba - PLASS
Contratada: CLINICA DO APARELHO DIGESTIVO REBELATTO S/S
ME

Data: 30/11/2016

Objeto: Prestação de serviços de gastroenterologia, cirurgia geral e
cirurgia do aparelho digestivo.

Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até
31/12/2016 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta)
meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura
do Termo de Adesão.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ORDEN DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO 0011/2016 -
SIMAE**

ORDEN DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0011/2016

Autorizo por meio desta, a empresa HIPER MONTAGENS INDUS-
TRIAIS LTDA - EPP a iniciar a substituição de duas válvulas gaventa
DN 400, localizadas na entrada do poço de decantação da Capta-
ção de Água Bruta do SIMAE, pertinentes ao SMOS JHL 0313/2016,
Protocolo JHL 3146/2016, formalizada pelo Termo de Contrato JHL
0089/2016, de 11 de novembro de 2016. O valor global dos ser-
viços contratados do respectivo processo é de R\$ 5.084,00 (cinco
mil e oitenta e quatro reais), com prazo de execução de 30 (trinta)
dias, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 24 de novembro de 2016.

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo: Aluir Flemming
Diretor Presidente

Contratado: HIPER MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA - EPP
Responsável: Andre Decker/Representante Legal

RECEBI EM ____/____/____

PORTARIA JHL 321/2016

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 321/2016 DE 28.11.2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermuni-
cipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC,
no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, a Ser-
vidora Patricia Callegari Warken (Matr. 143), ocupante do Cargo
de Contador, P-8, N-1, Ref.E-2, referente ao período aquisitivo de
13.01.2015 a 12.01.2016, para serem fruídas no período de 21 a
30.12.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complemen-
tar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 21 de dezembro
de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003
de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de Novembro de 2016.

Paulo César Lamin
Diretor Adjunto

PORTARIA JHL 338/2016

PORTARIA SIMAE JHL – Nº 338/2016 DE 29.11.2016

Paulo Cesar Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE - Serviço
Intermunicipal de Água e Esgoto, no uso das atribuições
legais:

RESOLVE:

Art.1º Designar: André Luiz Sauer, Engenheiro, P-8, N-1, Ref.C,
para responder pela Função de Gerente do Setor de Perdas, Cadas-
tro e Infraestrutura do SIMAE, no período de 01 de Dezembro de
2016 à 20 de Dezembro de 2016, com direito a Função Gratificada
Adicional, Nível FGA-4, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei
Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalha-
dos.

Art. 2º Suspende a designação do servidor como condutor de via-
tura conforme Portaria JHL 109/2015 de 20/05/2015 para o perío-
do em que estiver respondendo pela função de Gerência.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de Dezembro
de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003
de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de Novembro de 2016.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Adjunto

PREGÃO 0057/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0075/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0057/2016

PROTOCOLO JHL 3339/2016

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial
0057/2016 – Licitação 0075/2016, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,
que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM PVC, PEAD E DE LARGA
TOLERÂNCIA PARA REPOSIÇÃO DO ESTOQUE DO SIMAE E PARA
SER UTILIZADO EM CONSERTOS DE ADUTORAS E REDES DE
ÁGUA, NO RAP 012 E NO SISTEMA SAA 010, DE PROPRIEDADE
DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até
as 9h00min do dia 14/12/2016 na sede do SIMAE, à Rua Tiraden-
tes, 123, em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 14/12/2016 às
9h10min, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba
SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados

no endereço Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 30/11/2016 a 14/12/2016.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 29 de novembro de 2016.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Adjunto do SIMAE.

HOMOLOGAÇÃO PR 0048/2016 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 48/2016 - PR
	Processo Administrativo: 63/2016 Processo de Licitação: 63/2016 Data do Processo: 23/09/2016

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretor Adjunto, Paulo Cesar Lamin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 63/2016
b) Licitação Nr.: 48/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 29/11/2016
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ELETROFUSÃO PARA IMPLANTAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA LOCALIZADA NA AV. CAETANO BRANCO, EM JOAÇABA E NA RODOVIA SC 453, ENTRE LUZERNA E LINHA ESTREITO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

LOTE: 2**GEORG FISCHER SISTEMAS DE TUBULACOES LTDA. (8341)**

7	LUVA DE ELETROFUSÃO PEAD DE 90, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Marca: GEORG FISCHER	UN	15,00	0,0000	18,4976	277,46
8	LUVA DE ELETROFUSÃO PEAD DE 63, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Marca: GEORG FISCHER	UN	90,00	0,0000	11,7059	1.053,53
9	TÊ DE ELETROFUSÃO DE 90X90X90, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Marca: GEORG FISCHER	UN	3,00	0,0000	49,2105	147,63
10	TÊ DE ELETROFUSÃO COM REDUÇÃO, DE 90X63X90, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Marca: GEORG FISCHER	UN	3,00	0,0000	80,0432	240,13
11	TÊ DE ELETROFUSÃO DE 63X63X63, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Marca: GEORG FISCHER	UN	4,00	0,0000	30,2035	120,81
12	CURVA DE ELETROFUSÃO 90°, DE 90, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Marca: GEORG FISCHER	UN	8,00	0,0000	34,738	277,90
13	CURVA DE ELETROFUSÃO 90°, DE 63, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Marca: GEORG FISCHER	UN	12,00	0,0000	42,9181	515,02
14	LUVA DE REDUÇÃO DE ELETROFUSÃO DE 90X63, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Marca: GEORG FISCHER	UN	6,00	0,0000	30,8327	185,00
15	LUVA DE REDUÇÃO DE ELETROFUSÃO SPIGOT DE 63X40, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Marca: GEORG FISCHER	UN	6,00	0,0000	25,4193	152,52

Total do Fornecedor: 2.970,00

Paulo César Lamin - Diretor Adjunto

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 48/2016 - PR

Processo Administrativo: 63/2016
 Processo de Licitação: 63/2016
 Data do Processo: 23/09/2016

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3

POLITEJO BRASIL - INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA. (8342)

16 TUBO POLIETILENO ALTA DENSIDADE COR AZUL PEAD PE M 3.500,00 0,0000 13,08 45.780,00
 80 DE 63, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: POLITEJO

Total do Fornecedor: 45.780,00

LOTE: 4

GEORG FISCHER SISTEMAS DE TUBULACOES LTDA. (8341)

17 TÊ DE SERVIÇO INTEGRADO ARTICULADO DE 90X20, UN 20,00 0,0000 103,00 2.060,00
 CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: GEORG FISCHER

Total do Fornecedor: 2.060,00

LOTE: 6

ANGOLINI & ANGOLINI LTDA. (6241)

20 VÁLVULA GAVETA FLANGEADA DN 100, CONFORME TERMO UN 18,00 0,0000 424,2665 7.636,80
 DE REFERÊNCIA. - Marca: ANGOLINI
 21 VÁLVULA GAVETA FLANGEADA DN 50, CONFORME TERMO UN 8,00 0,0000 295,4005 2.363,20
 DE REFERÊNCIA. - Marca: ANGOLINI

Total do Fornecedor: 10.000,00

Total Geral: 60.810,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (38)

Paulo César Lamin - Diretor Adjunto

Lages

PREFEITURA

RERRATIFICAÇÃO PP 78-2016 PML RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2016-PML

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II – Termo de Referência do Edital, conforme segue abaixo:

- Nos Itens 70 e 71, excluir do descritivo “Estampa/desenho a ser escolhido pelo comprador.”

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 29 de novembro de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

CONTAS PÚBLICAS Nº01

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	504.910.000,00	504.910.000,00	78.163.395,11	15,48	382.479.824,50	122.430.175,50
RECEITA TRIBUTÁRIA	457.380.000,00	457.380.000,00	70.663.893,91	15,45	361.586.240,08	95.793.759,92
IMPOSTOS	54.959.750,00	54.959.750,00	7.260.475,49	13,21	47.491.206,15	7.468.543,85
TAXAS	51.100.000,00	51.100.000,00	7.133.025,71	13,96	44.133.035,01	6.966.964,99
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	3.632.850,00	3.632.850,00	127.449,78	3,51	3.358.171,14	274.678,86
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	226.900,00	226.900,00	0,00	0,00	0,00	226.900,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	25.447.000,00	25.447.000,00	4.228.257,90	16,62	22.135.430,42	3.311.569,58
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	13.997.000,00	13.997.000,00	1.955.653,84	13,97	11.579.771,85	2.417.228,15
RECEITA PATRIMONIAL	11.450.000,00	11.450.000,00	2.272.604,06	19,85	10.555.658,57	894.341,43
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	7.581.680,00	7.581.680,00	1.149.975,59	15,17	8.648.574,68	-1.066.894,68
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	877.380,00	877.380,00	106.765,23	12,17	550.362,36	327.017,64
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	6.656.300,00	6.656.300,00	934.218,04	14,04	5.275.741,05	1.380.558,95
RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	48.000,00	48.000,00	78.992,32	164,57	282.471,27	-234.471,27
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	30.000,00	0,00	2.540.000,00	-2.540.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	60.684.980,00	60.684.980,00	7.426.927,60	12,24	39.429.740,23	21.255.239,77
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	281.950.748,00	281.950.748,00	46.112.798,10	16,35	222.804.154,06	59.146.593,94
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	281.471.748,00	281.471.748,00	45.956.970,65	16,33	222.142.097,20	59.329.650,80
TRANSF. DE PESSOAS	160.000,00	160.000,00	120.356,57	75,22	148.730,98	11.269,02
TRANSF. DE CONV.	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	209.000,00	209.000,00	35.470,88	16,97	513.325,88	-304.325,88
MULTAS E JUROS DE MORA	26.755.842,00	26.755.842,00	4.485.459,23	16,76	21.077.134,54	5.678.707,46
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8.289.298,00	8.289.298,00	1.789.036,02	21,58	8.779.293,24	-489.995,24
RECEITA DA DIVIDAATIVA	1.681.100,00	1.681.100,00	1.452.124,28	86,38	3.876.047,28	-2.194.947,28
RECEITAS DIVERSAS	12.446.580,00	12.446.580,00	1.193.931,58	9,59	7.850.120,63	4.596.459,37
RECEITAS DE CAPITAL	4.338.864,00	4.338.864,00	50.367,35	1,16	571.673,39	3.767.190,61
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	47.530.000,00	47.530.000,00	7.499.501,20	15,78	20.893.584,42	26.636.415,58
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	323.207,00	323.207,00	4,37	4,37	3.107.369,40	4.292.630,60
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.400.000,00	7.400.000,00	323.207,00	4,37	3.107.369,40	4.292.630,60
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	40.130.000,00	40.130.000,00	1.507.592,20	3,76	10.990.770,16	29.139.229,84
TRANSF. DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	690.653,23	-680.653,23
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	488.941,05	0,00	488.941,05	-488.941,05
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	40.120.000,00	40.120.000,00	1.018.651,15	2,54	9.811.175,88	30.308.824,12
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	5.668.702,00	0,00	6.795.444,86	-6.795.444,86
	0,00	0,00	5.668.702,00	0,00	6.795.444,86	-6.795.444,86

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
					% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	23.090.000,00	23.090.000,00	2.442.810,30	10,58	12.566.882,20	54,43
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	528.000.000,00	528.000.000,00	80.606.205,41	15,27	395.046.706,70	74,82
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	528.000.000,00	528.000.000,00	80.606.205,41	15,27	395.046.706,70	74,82
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	528.000.000,00	528.000.000,00	80.606.205,41	15,27	395.046.706,70	74,82
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	5.441.539,37	—	—	5.441.539,37	—
Superávit Financeiro	—	5.441.539,37	—	—	5.441.539,37	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	507.458.000,00	552.320.327,23	53.676.557,47	430.665.734,09	121.654.593,14	79.297.070,57	373.908.400,95	178.411.926,28	353.810.032,14
DESPESAS CORRENTES	420.884.218,00	440.031.173,06	48.637.133,08	369.303.440,35	70.727.732,71	69.271.376,94	333.930.503,17	106.100.669,89	317.648.491,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	191.451.690,00	187.830.690,00	30.318.948,60	147.128.000,02	40.702.689,98	30.305.475,45	147.113.458,87	40.717.231,13	145.920.248,29
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.500.000,00	3.900.000,00	483.599,97	3.283.599,97	616.400,03	509.345,41	2.756.813,97	1.143.186,03	2.756.813,97
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	226.932.528,00	248.300.483,06	17.834.584,51	218.891.840,36	29.408.642,70	38.456.556,08	184.060.230,33	64.240.252,73	168.971.428,74
DESPESAS DE CAPITAL	86.545.482,00	112.260.854,17	5.039.424,39	61.362.293,74	50.898.560,43	10.025.693,63	39.977.897,78	72.282.956,39	36.161.541,14
INVESTIMENTOS	72.045.482,00	87.623.450,17	2.012.876,14	44.241.298,19	43.382.151,98	2.368.372,06	24.640.139,31	62.983.310,86	21.052.786,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	14.500.000,00	24.637.404,00	3.026.548,25	17.120.995,55	7.516.408,45	7.657.321,57	15.337.758,47	9.299.645,53	15.108.754,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	28.300,00	28.300,00	0,00	0,00	28.300,00	0,00	0,00	28.300,00	0,00
	28.300,00	28.300,00	0,00	0,00	28.300,00	0,00	0,00	28.300,00	0,00

Continuação 2/4

Continuação 3/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	507.458.000,00	552.320.327,23	53.676.557,47	430.665.734,09	121.654.593,14	79.297.070,57	373.908.400,95	178.411.926,28	353.810.032,14
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	20.542.000,00	24.125.000,00	3.032.209,37	14.109.371,69	10.015.628,31	3.032.209,37	14.109.371,69	10.015.628,31	14.109.371,69
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	528.000.000,00	576.445.327,23	56.708.766,84	444.775.105,78	131.670.221,45	82.329.279,94	388.017.772,64	188.427.554,59	367.919.403,83
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	528.000.000,00	576.445.327,23	56.708.766,84	444.775.105,78	131.670.221,45	82.329.279,94	388.017.772,64	188.427.554,59	367.919.403,83
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	7.028.934,06	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	528.000.000,00	576.445.327,23	56.708.766,84	444.775.105,78	—	82.329.279,94	395.046.706,70	—	367.919.403,83
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)									
Receitas (Intra-Orçamentárias)	23.090.000,00	23.090.000,00	23.090.000,00	23.090.000,00	2.442.810,30	10,58	12.566.882,20	54,43	10.523.117,80
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	23.090.000,00	23.090.000,00	23.090.000,00	23.090.000,00	2.442.810,30	10,58	12.566.882,20	54,43	10.523.117,80
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	23.090.000,00	23.090.000,00	23.090.000,00	23.090.000,00	2.442.810,30	10,58	12.566.882,20	54,43	10.523.117,80
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	23.090.000,00	23.090.000,00	23.090.000,00	23.090.000,00	2.442.810,30	10,58	12.566.882,20	54,43	10.523.117,80

Continua 3/4

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	20.542.000,00	24.125.000,00	3.032.209,37	14.109.371,69	10.015.628,31	3.032.209,37	14.109.371,69	10.015.628,31	14.109.371,69
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.542.000,00	24.125.000,00	3.032.209,37	14.109.371,69	10.015.628,31	3.032.209,37	14.109.371,69	10.015.628,31	14.109.371,69

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 29.147.672,06

LAGES , 28/11/2016

ELIZEU MATTOS	MATEUS LUNARDI	LUNARA NETO SOUZA
Prefeito Municipal	Secretário da Fazenda	Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº02

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PRRRO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)RS 1,0								
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)	507.458.000,00	552.320.327,23	53.676.557,47	430.665.734,09	96,83	121.654.593,14	373.908.400,95	96,36
	12.270.000,00	12.270.000,00	1.253.190,03	7.689.499,92	1,73	4.580.500,08	7.201.811,56	1,86
Ação Legislativa	12.270.000,00	12.270.000,00	1.253.190,03	7.689.499,92	1,73	4.580.500,08	7.201.811,56	1,86
Judiciária	2.758.150,00	2.851.350,00	355.037,66	1.918.353,54	0,43	932.996,46	1.894.933,66	0,49
Defesa do Interesse Público.No Processo Judiciário	2.758.150,00	2.851.350,00	355.037,66	1.918.353,54	0,43	932.996,46	1.894.933,66	0,49
Administração	40.323.380,00	39.825.222,84	4.263.464,36	29.294.745,47	6,59	10.530.477,37	27.349.601,80	7,05
Planejamento e Orçamento	2.895.600,00	2.895.600,00	364.296,45	2.035.447,57	0,46	860.152,43	1.393.474,78	0,51
Administração Geral	19.735.880,00	19.534.880,00	2.291.653,13	15.391.799,61	3,46	4.143.080,39	14.229.761,02	3,67
Administração Financeira	2.511.300,00	2.511.300,00	10.906,60	2.021.956,25	0,45	489.343,75	1.695.117,74	0,44
Controle Interno	666.000,00	666.000,00	89.177,57	456.795,61	0,10	209.204,39	456.638,11	0,12
Normalização e Fiscalização	5.600.000,00	5.600.000,00	752.398,75	3.672.310,32	0,83	1.927.689,68	3.667.407,72	0,95
Administração de Receitas	6.492.000,00	6.494.842,84	679.099,03	4.306.841,85	0,97	2.188.000,99	4.275.278,19	1,10
Comunicação Social	2.422.600,00	2.122.600,00	75.932,83	1.409.594,26	0,32	713.005,74	1.032.149,50	0,27
Segurança Pública	2.160.000,00	2.336.000,00	401.899,84	1.361.475,80	0,31	974.524,20	1.120.560,56	0,29
Policimento	450.000,00	500.000,00	177.298,14	431.392,45	0,10	68.607,55	431.392,45	0,11
Defesa Civil	1.710.000,00	1.836.000,00	224.601,70	930.083,35	0,21	905.916,65	689.168,11	0,18
Assistência Social	16.782.100,00	18.101.251,90	2.325.403,16	14.589.748,99	3,28	3.511.502,91	13.644.576,24	3,52
Assistência ao Idoso	45.000,00	135.000,00	845,00	75.845,00	0,02	59.155,00	75.845,00	0,02
Assistência à Criança e ao Adolescente	282.100,00	282.100,00	460,00	84.240,40	0,02	197.859,60	83.691,00	0,02
Assistência Comunitária	16.455.000,00	17.684.151,90	2.324.098,16	14.429.663,59	3,24	3.254.488,31	13.485.040,24	3,48
Previdência Social	45.336.000,00	45.336.000,00	6.808.717,34	38.468.729,04	8,65	6.867.270,96	31.845.966,00	8,21
Previdência do Regime Estatutário	45.336.000,00	45.336.000,00	6.808.717,34	38.468.729,04	8,65	6.867.270,96	31.845.966,00	8,21
Saúde	115.200.000,00	121.668.927,19	11.034.124,01	103.128.891,32	23,19	18.540.045,87	18.636.913,40	23,23
Atenção Básica	62.181.472,00	63.494.472,00	7.896.555,09	48.451.038,68	10,89	15.043.413,32	9.276.282,71	11,75
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	48.868.808,00	53.974.735,19	2.719.248,09	51.773.131,35	11,64	2.201.603,84	42.083.731,05	10,85
Suporte Profilático e Terapêutico	3.218.000,00	3.268.000,00	339.351,01	2.474.287,29	0,56	793.712,71	2.081.065,21	0,54
Vigilância Sanitária	931.720,00	931.720,00	78.969,82	430.404,00	0,10	501.316,00	399.684,03	0,10
Educação	111.870.530,00	119.484.751,53	16.076.227,08	100.047.184,07	22,49	19.437.567,46	88.056.882,65	22,69
Ensino Fundamental	109.050.530,00	116.331.751,53	15.610.935,41	97.766.911,73	21,99	18.544.839,80	86.049.286,79	22,18
Ensino Superior	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
Educação Infantil	2.770.000,00	3.103.000,00	465.291,67	2.260.272,34	0,51	842.727,66	2.007.595,86	0,52
Cultura	3.025.400,00	3.375.394,41	286.303,80	2.811.498,87	0,63	563.895,54	2.639.382,83	0,68
Diffusão Cultural	3.025.400,00	3.375.394,41	286.303,80	2.811.498,87	0,63	563.895,54	2.639.382,83	0,68
Direitos da Cidadania	195.200,00	195.200,00	0,00	5.882,00	0,00	189.318,00	5.882,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	195.200,00	195.200,00	0,00	5.882,00	0,00	189.318,00	5.882,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Urbanismo	507.458.000,00	552.320.327,23	53.676.557,47	430.665.734,09	96,83	79.297.070,57	373.908.400,95	178.411.926,28
Serviços Urbanos	7.900.000,00	9.463.464,78	1.258.028,59	8.820.065,13	1,98	2.023.060,69	7.845.932,26	1.617.532,52
Habituação	1.874.350,00	1.972.333,97	220.163,19	1.523.249,69	0,34	251.912,36	1.483.552,61	478.781,36
Habituação Urbana	1.874.350,00	1.972.333,97	220.163,19	1.523.249,69	0,34	251.912,36	1.483.552,61	478.781,36
Saneamento	84.915.000,00	92.665.800,00	1.524.676,31	58.621.323,35	13,18	8.514.496,78	45.514.744,37	47.151.055,63
Saneamento Básico Rural	1.400.000,00	1.400.000,00	50.165,00	101.449,50	0,02	38.313,50	70.196,00	1.329.804,00
Saneamento Básico Urbano	83.515.000,00	91.265.800,00	1.474.511,31	58.519.873,85	13,16	8.476.183,28	45.444.548,37	45.821.251,63
Gestão Ambiental	8.327.000,00	8.250.000,00	1.080.612,25	6.581.122,01	1,48	1.248.442,34	6.371.972,95	1.878.027,05
Preservação e Conservação Ambiental	8.327.000,00	8.250.000,00	1.080.612,25	6.581.122,01	1,48	1.248.442,34	6.371.972,95	1.878.027,05
Agricultura	5.000.000,00	5.000.000,00	343.543,00	4.122.197,18	0,93	806.904,17	3.816.594,15	1.183.405,85
Extensão Rural	5.000.000,00	5.000.000,00	343.543,00	4.122.197,18	0,93	806.904,17	3.816.594,15	1.183.405,85
Indústria	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Produção Industrial	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Comércio e Serviços	8.928.490,00	7.033.490,00	369.883,53	2.010.847,82	0,45	363.526,96	1.920.638,72	5.112.851,28
Promoção Comercial	7.361.900,00	5.261.900,00	185.372,78	1.112.714,15	0,25	208.224,75	1.089.051,47	4.172.848,53
Comercialização	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Turismo	1.546.590,00	1.751.590,00	184.510,75	898.133,67	0,20	155.302,21	831.587,25	920.002,75
Transporte	15.344.100,00	24.390.827,16	2.223.722,59	21.020.912,96	4,73	2.390.950,19	17.916.381,01	6.474.446,15
Transporte Aéreo	250.000,00	700.000,00	200.479,52	688.470,66	0,15	104.045,80	523.051,10	176.948,90
Transporte Rodoviário	15.094.100,00	23.690.827,16	2.023.243,07	20.332.442,30	4,57	2.286.904,39	17.393.329,91	6.297.497,25
Desporto e Lazer	3.370.000,00	3.850.256,02	294.199,49	3.317.524,06	0,75	425.008,99	2.810.281,04	1.039.974,98
Desporto Comunitário	3.370.000,00	3.850.256,02	294.199,49	3.317.524,06	0,75	425.008,99	2.810.281,04	1.039.974,98
Encargos Especiais	21.650.000,00	34.021.757,43	3.557.361,24	25.332.492,87	5,70	8.678.007,55	22.314.118,29	11.707.639,14
Serviço da Divisão Interna	17.000.000,00	28.537.404,00	3.510.148,22	20.404.595,52	4,59	8.166.666,98	18.094.572,44	10.442.831,55
Outras Transferências	2.950.000,00	2.950.000,00	0,00	2.400.000,00	0,54	357.113,69	1.946.577,15	1.003.422,85
Outros Encargos Especiais	1.700.000,00	2.534.353,43	47.213,02	2.527.897,35	0,57	154.226,88	2.272.968,70	261.384,73
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	28.300,00	28.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.300,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	20.542.000,00	24.125.000,00	3.032.209,37	14.109.371,69	3,17	3.032.209,37	14.109.371,69	10.015.628,31
Ação Legislativa	230.000,00	230.000,00	24.158,38	120.720,11	0,03	24.158,38	120.720,11	109.279,89
Judiciária	230.000,00	230.000,00	24.158,38	120.720,11	0,03	24.158,38	120.720,11	109.279,89
Defesa do Interesse Pub.No Processo Judiciário	140.000,00	140.000,00	14.699,52	72.381,38	0,02	14.699,52	72.381,38	67.618,62
Administração	140.000,00	140.000,00	14.699,52	72.381,38	0,02	14.699,52	72.381,38	67.618,62
Planejamento e Orçamento	2.575.000,00	2.826.000,00	282.432,49	2.220.575,63	0,50	282.432,49	2.220.575,63	605.424,17
	500.000,00	500.000,00	29.656,13	344.260,57	0,08	29.656,13	344.260,57	155.739,43

Continuação 2/4

Continuação 3/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	20.542.000,00	24.125.000,00	3.032.209,37	14.109.371,69	3,17	3.032.209,37	14.109.371,69	3,64	10.015.628,31
	2.575.000,00	2.826.000,00	282.432,49	2.220.575,83	0,50	282.432,49	2.220.575,83	0,57	605.424,17
	920.000,00	1.171.000,00	99.897,06	1.113.269,15	0,25	99.897,06	1.113.269,15	0,29	57.730,85
	55.000,00	55.000,00	5.915,74	29.279,80	0,01	5.915,74	29.279,80	0,01	25.720,20
	400.000,00	400.000,00	62.728,57	317.309,44	0,07	62.728,57	317.309,44	0,08	82.690,56
	700.000,00	700.000,00	84.234,99	416.456,87	0,09	84.234,99	416.456,87	0,11	283.543,13
	500.000,00	500.000,00	61.814,59	308.553,24	0,07	61.814,59	308.553,24	0,08	191.446,76
	500.000,00	500.000,00	61.814,59	308.553,24	0,07	61.814,59	308.553,24	0,08	191.446,76
	2.800.000,00	3.580.000,00	973.494,18	2.536.925,10	0,57	973.494,18	2.536.925,10	0,65	1.043.074,90
	2.800.000,00	3.580.000,00	973.494,18	2.536.925,10	0,57	973.494,18	2.536.925,10	0,65	1.043.074,90
DESPESAS (INTER-ORÇAMENTÁRIAS) (III)	13.065.000,00	15.617.000,00	1.520.717,20	8.081.548,20	1,82	1.520.717,20	8.081.548,20	2,08	7.535.451,80
	13.065.000,00	15.617.000,00	1.520.717,20	8.081.548,20	1,82	1.520.717,20	8.081.548,20	2,08	7.535.451,80
	120.000,00	120.000,00	14.533,56	68.940,98	0,02	14.533,56	68.940,98	0,02	51.059,02
	120.000,00	120.000,00	14.533,56	68.940,98	0,02	14.533,56	68.940,98	0,02	51.059,02
	50.000,00	50.000,00	8.602,38	42.406,48	0,01	8.602,38	42.406,48	0,01	7.593,52
	50.000,00	50.000,00	8.602,38	42.406,48	0,01	8.602,38	42.406,48	0,01	7.593,52
	525.000,00	525.000,00	71.815,43	358.027,75	0,08	71.815,43	358.027,75	0,09	166.972,25
	525.000,00	525.000,00	71.815,43	358.027,75	0,08	71.815,43	358.027,75	0,09	166.972,25
	80.000,00	80.000,00	10.916,67	51.862,19	0,01	10.916,67	51.862,19	0,01	28.137,81
	80.000,00	80.000,00	10.916,67	51.862,19	0,01	10.916,67	51.862,19	0,01	28.137,81
Preservação e Conservação Ambiental	525.000,00	525.000,00	71.815,43	358.027,75	0,08	71.815,43	358.027,75	0,09	40.455,27
	525.000,00	525.000,00	71.815,43	358.027,75	0,08	71.815,43	358.027,75	0,09	40.455,27
	80.000,00	80.000,00	10.916,67	51.862,19	0,01	10.916,67	51.862,19	0,01	28.137,81
	80.000,00	80.000,00	10.916,67	51.862,19	0,01	10.916,67	51.862,19	0,01	28.137,81
Comércio e Serviços	77.000,00	77.000,00	7.977,83	36.544,73	0,01	7.977,83	36.544,73	0,01	28.828,29
	77.000,00	77.000,00	7.977,83	36.544,73	0,01	7.977,83	36.544,73	0,01	28.828,29
Promoção Comercial	50.000,00	50.000,00	4.356,61	21.171,71	0,00	4.356,61	21.171,71	0,01	11.626,98
	50.000,00	50.000,00	4.356,61	21.171,71	0,00	4.356,61	21.171,71	0,01	11.626,98
Transporte	27.000,00	27.000,00	3.621,22	15.373,02	0,00	3.621,22	15.373,02	0,00	115.635,46
	27.000,00	27.000,00	3.621,22	15.373,02	0,00	3.621,22	15.373,02	0,00	115.635,46
Transporte Rodoviário	300.000,00	300.000,00	35.935,74	184.364,54	0,04	35.935,74	184.364,54	0,05	115.635,46
	300.000,00	300.000,00	35.935,74	184.364,54	0,04	35.935,74	184.364,54	0,05	115.635,46

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	20.542.000,00	24.125.000,00	3.032.209,37	14.109.371,69	3,17	10.015.628,31	3.032.209,37	14.109.371,69	3,64	10.015.628,31
Desporto e Lazer	80.000,00	80.000,00	5.111,40	26.521,16	0,01	53.478,84	5.111,40	26.521,16	0,01	53.478,84
Desporto Comunitário	80.000,00	80.000,00	5.111,40	26.521,16	0,01	53.478,84	5.111,40	26.521,16	0,01	53.478,84
TOTAL (II) = (I + II)	528.000.000,00	576.445.327,23	56.708.766,84	444.775.105,78	100,00	131.670.221,45	82.329.279,94	388.017.772,64	100,00	188.427.554,59

FONTE:

LAGES , 29/11/2016

ELIZEU MATTOS
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
OUTUBRO/2015 A SETEMBRO/2016

ELIZEU MATTOS	MATEUS LUNARDI	LUNARA NETO SOUZA
Prefeito Municipal	Secretário da Fazenda	Contador CRC/SC - 029908/0-3

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DE

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

R\$ 1.00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.957.000,00	19.957.000,00	16.580.789,86	14.521.189,87
RECEITAS CORRENTES	19.957.000,00	19.957.000,00	16.580.789,86	14.521.189,87
Recalculat de Contribuições dos Segurados	10.497.000,00	10.497.000,00	8.751.046,85	7.745.180,38
Pessoal Civil	10.497.000,00	10.497.000,00	8.751.046,85	7.745.180,38
Ativo	10.035.000,00	10.035.000,00	8.198.924,21	7.303.938,08
Inativo	460.000,00	460.000,00	552.122,64	441.242,30
Pensionista	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	3.500.000,00	3.500.000,00	2.828.725,00	922.929,03
Recalculat Patrimonial	4.370.000,00	4.370.000,00	2.780.224,23	1.758.021,24
Recalculat Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recalculat de Valores Mobiliários	4.370.000,00	4.370.000,00	2.780.224,23	1.758.021,24
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recalculat de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.590.000,00	1.590.000,00	2.220.793,78	4.095.059,22
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	1.590.000,00	1.590.000,00	2.220.793,78	4.095.059,22
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	23.090.000,00	23.090.000,00	12.566.882,20	11.285.959,17
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	43.047.000,00	43.047.000,00	29.147.672,06	25.807.149,04
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	27.664.691,66	26.540.065,05
Despesas Correntes	0,00	0,00	630.855,95	512.880,31
Despesas de Capital	0,00	0,00	627.556,95	509.581,31
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	3.299,00	3.299,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	27.033.835,71	26.027.204,74
	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	27.033.835,71	0,00	26.027.204,74
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	27.664.691,66	0,00	26.540.085,05
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	43.047.000,00	43.047.000,00	-	-	29.147.672,06	(732.936,01)

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR

APORTES REALIZADOS	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS

Valor	0,00
-------	------

BENS E DIREITOS DO RPPS

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	42.510,48	30.794,63

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
	21.913.244,01 0,00		19.269.280,05 0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	23.090.000,00	23.090.000,00	12.566.882,20	11.285.959,17
RECEITAS CORRENTES (VIII)	23.090.000,00	23.090.000,00	12.566.882,20	11.285.959,17
Receita de Contribuições Patronais	23.090.000,00	23.090.000,00	12.566.882,20	11.285.959,17
Pessoal Civil	23.090.000,00	23.090.000,00	12.566.882,20	11.285.959,17
Ativo	23.090.000,00	23.090.000,00	12.566.882,20	11.285.959,17
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	23.090.000,00	23.090.000,00	12.566.882,20	11.285.959,17

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

LAGES , 28/11/2016

ELIZEU MATTOS	MATEUS LUNARDI	LUNARA NETO SOUZA
Prefeito Municipal	Secretário da Fazenda	Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº05

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	65.365.954,07	60.896.409,89	59.689.005,90
DEDUÇÕES (II)	1.270.993,26	3.113.743,46	1.736.734,12
Disponibilidade de Caixa Bruta	28.347.729,23	27.097.817,96	26.021.808,76
Demais Haveres Financeiros	27.599,87	197.975,27	223.616,57
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	27.104.335,84	24.182.049,77	24.508.691,21
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	64.094.960,81	57.782.666,43	57.952.271,78
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	64.094.960,81	57.782.666,43	57.952.271,78

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2016 (C - A)
VALOR	169.605,35	-6.142.689,03

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	16.725.380,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	337.689,65	337.689,65	337.689,65
Passivo Atuarial	337.689,65	337.689,65	337.689,65
DEDUÇÕES (VIII)	19.040.175,87	21.224.825,04	21.638.786,37
Disponibilidade de Caixa Bruta	22.884,06	29.460,05	44.857,07
Investimentos	19.024.974,81	21.219.219,90	21.613.244,01
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	7.683,00	23.854,91	19.314,71
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-18.702.486,22	-20.887.135,39	-21.301.096,72
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-18.702.486,22	-20.887.135,39	-21.301.096,72

FONTE:

CONTAS PÚBLICAS Nº06

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	473.813.700,00	368.877.381,23	343.083.851,88
Receita Tributária	54.959.750,00	47.491.206,15	44.779.614,60
I.P.T.U.	10.000.000,00	9.244.102,23	7.771.389,10
I.S.S.	26.500.000,00	22.040.584,87	22.431.216,75
I.T.B.I.	4.600.000,00	4.336.081,60	3.946.289,49
I.R.R.F.	10.000.000,00	8.512.266,31	7.459.377,97
Outras Receitas Tributárias	3.859.750,00	3.358.171,14	3.171.341,29
Receita de Contribuição	48.537.000,00	34.702.312,62	29.349.109,65
Receitas Previdenciárias	37.087.000,00	24.146.654,05	19.954.068,58
Outras Contribuições	11.450.000,00	10.555.658,57	9.395.041,07
Receita Patrimonial Líquida	925.380,00	3.372.833,63	576.496,41
Receita Patrimonial	7.581.680,00	8.648.574,68	5.297.909,82
(-) Aplicações Financeiras	6.656.300,00	5.275.741,05	4.721.413,41
Transferências Correntes	281.950.748,00	222.804.154,06	214.103.632,67
F.P.M.	44.000.000,00	35.700.566,18	33.960.293,85
I.P.V.A	12.955.000,00	10.934.262,10	10.571.158,66
I.C.M.S.	71.340.000,00	54.261.042,44	51.268.763,30
Convênios	209.000,00	513.325,88	503.816,97
Outras Transferências Correntes	153.446.748,00	121.394.957,46	117.799.599,89
Demais Receitas Correntes	87.440.822,00	60.506.874,77	54.274.998,55
Dívida Ativa	12.446.580,00	7.850.120,63	9.112.596,40
Diversas Receitas Correntes	74.994.242,00	52.656.754,14	45.162.402,15
RECEITAS DE CAPITAL (II)	47.530.000,00	20.893.584,42	10.182.036,65
Operações de Crédito (III)	7.400.000,00	3.107.369,40	4.334.664,12
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	250.000,00
Transferências de Capital	40.130.000,00	10.990.770,16	5.597.372,53
Convênios	40.120.000,00	9.811.175,88	4.732.333,46
Outras Transferências de Capital	10.000,00	1.179.594,28	865.039,07
Outras Receitas de Capital	0,00	6.795.444,86	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	40.130.000,00	17.786.215,02	5.597.372,53
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	513.943.700,00	386.663.596,25	348.681.224,41

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	464.156.173,06	383.412.812,04	341.906.908,83	348.039.874,86	315.923.291,99
Pessoal e Encargos Sociais	211.955.690,00	161.237.371,71	151.364.321,14	161.222.830,56	151.292.690,44
Juros e Encargos da Dívida (IX)	3.900.000,00	3.283.599,97	2.290.585,27	2.756.813,97	1.618.082,33
Outras Despesas Correntes	248.300.483,06	218.891.840,36	188.252.002,42	184.060.230,33	163.012.519,22
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	460.256.173,06	380.129.212,07	339.616.323,56	345.283.060,89	314.305.209,66
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	112.260.854,17	61.362.293,74	51.674.002,76	39.977.897,78	29.767.588,20
Investimentos	87.623.450,17	44.241.298,19	41.097.397,31	24.640.139,31	20.983.370,95
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	24.637.404,00	17.120.995,55	10.576.605,45	15.337.758,47	8.784.217,25
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	87.623.450,17	44.241.298,19	41.097.397,31	24.640.139,31	20.983.370,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	28.300,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	547.907.923,23	424.370.510,26	380.713.720,87	369.923.200,20	335.288.580,61

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-33.964.223,23	-37.706.914,01	-32.032.496,46	16.740.396,05	13.392.643,80
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	5.441.539,37	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	5.441.539,37	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	9.746.200,00

CONTAS PÚBLICAS Nº07

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS										R\$ 1,00	
	RP PROCESSADOS					NÃO PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS					NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)	
	Inscritos	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos	Inscritos	En 31 de Dezembro de 2015	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)									
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)																						
EXECUTIVO																						
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.992.912,69	24.782.807,92	21.824.529,51	540.831,19	4.410.393,91	854.229,26	5.043.302,82	4.863.173,90	4.614.892,41	4.614.892,41	986.503,81	296.135,86	4.706.495,77									
AUDITORIA GERAL E CONTROLE INTERNO	1.992.912,69	24.782.807,92	21.824.529,51	540.831,19	4.410.393,91	854.229,26	5.043.302,82	4.863.173,90	4.614.892,41	4.614.892,41	986.503,81	296.135,86	4.706.495,77									
DEFESA CIVIL	56.030,00	23.346.935,38	20.428.237,24	501.290,92	4.410.393,91	854.229,26	4.445.295,73	4.575.088,75	4.326.307,26	4.326.307,26	676.581,87	296.135,86	4.706.495,77									
ENCARGOS GERAIS	20.152,00	39.598,50	32.272,21	28.135,36	60.294,87	0,00	1.256,65	1.256,65	1.256,65	1.256,65	0,00	0,00	27.468,29									
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES	0,00	216.555,93	96.281,53	28.135,36	88.149,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88.149,01									
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE LAGES	0,00	269.448,91	228.778,58	0,00	40.670,33	0,00	48.411,76	28.240,13	26.475,50	26.475,50	1.171,65	21.764,53	62.434,86									
FUNDEMA - FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE	0,00	356.021,63	304.418,32	0,00	51.603,31	0,00	26.810,38	25.403,39	17.959,54	17.959,54	1.406,99	7.443,85	59.047,16									
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	29.875,19	791.508,21	788.430,79	32.952,61	-0,00	0,00	160.613,97	134.924,59	134.924,59	134.924,59	25.689,38	-0,00	-0,00									
FUNDO DE REQUINTAMENTO CORPO DE BOMBEI	0,00	101.539,66	101.539,66	0,00	0,00	0,00	24.799,76	16.171,01	16.171,01	16.171,01	8.628,75	0,00	0,00									
FUNDO DE SANEAMENTO BASICO	0,00	446.792,73	446.792,73	0,00	0,00	0,00	177.406,07	149.180,79	132.242,43	132.242,43	28.225,28	16.938,36	16.938,36									
GABINETE DO PREFEITO	19.075,00	5.200.701,90	4.786.782,76	319.300,65	113.693,49	0,00	2.021.532,39	1.848.928,46	1.848.928,46	1.848.928,46	172.603,93	0,00	113.693,49									
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	74.240,00	611.414,76	456.265,22	1.012,00	227.389,54	0,00	221.785,72	204.919,13	149.974,79	149.974,79	16.271,59	55.539,34	282.928,88									
SECRETARIA MEIO AMBIENTE E SERV. PÚBLICOS	375,00	62.203,04	61.596,04	1.012,00	0,00	0,00	187,45	187,45	187,45	187,45	0,00	0,00	0,00									
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	141.507,49	40.809,88	40.809,88	0,00	100.697,81	0,00	68.993,10	61.463,77	28.969,02	28.969,02	5.981,53	33.988,55	442.513,14									
SECRETARIA DA AGRICULTURA E PESCA	106.246,62	1.394.639,75	1.005.488,19	96.872,59	408.524,59	0,00	44.897,83	35.185,92	35.185,92	35.185,92	9.711,91	0,00	130.500,67									
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	10.492,33	570.702,13	450.693,79	15.191,50	249.456,56	0,00	415.620,72	372.469,91	361.739,85	361.739,85	44.355,63	10.761,06	260.217,62									
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - FUNED	45.390,60	3.673.520,56	3.573.520,56	0,00	45.390,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.390,60									
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	1.723.713,08	1.695.106,87	0,00	28.606,21	0,00	311.975,50	307.385,14	307.385,14	307.385,14	4.590,36	0,00	28.606,21									
SECRETARIA DA HABITAÇÃO	12.198,55	647.314,49	377.025,62	0,00	282.467,42	0,00	4.157,25	1.737,51	1.737,51	1.737,51	2.419,74	0,00	282.467,42									
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	754.619,09	4.656.265,26	3.833.904,69	2.142,55	1.574.837,11	0,00	852.994,44	801.017,30	706.333,69	706.333,69	314.029,66	95.784,28	1.670.621,39									
SECRETARIA DE SEGURANÇA DE ORDEM PÚBLIC	0,00	456.705,17	456.474,85	0,00	231,32	0,00	313.887,86	295.520,51	290.570,07	290.570,07	18.367,35	4.950,44	5.181,76									
SECRETARIA DE TURISMO	456.690,00	798.606,02	532.540,01	0,00	692.746,01	0,00	168.570,12	156.999,91	156.999,91	156.999,91	83,87	0,00	692.746,01									
SECRETARIA DO DESENV. ECON. TRAB. E RENDA	0,00	70.775,06	70.775,06	0,00	0,00	0,00	2.698,19	83,87	83,87	83,87	2.574,32	0,00	0,00									
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS P	167.312,09	1.169.004,64	1.026.137,77	15.643,63	294.535,33	0,00	165.281,17	132.992,68	108.722,13	108.722,13	7.573,59	48.965,45	343.500,78									
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO	0,00	100.705,38	98.587,94	0,00	2.117,44	0,00	2.370,64	990,42	990,42	990,42	1.390,22	0,00	2.117,44									
LAGESPREV-INSTITUTO DE PREV. DO MUNIC. DE L	0,00	7.683,00	7.683,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
LAGESPREV-FUNDO FINANCEIRO	0,00	7.683,00	7.683,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
SEMASA-SECRET. MUNIC. DE AGUAS E SANEAMEN	0,00	1.428.189,54	1.388.609,27	39.580,27	0,00	0,00	598.007,09	288.085,15	288.085,15	288.085,15	309.921,94	0,00	0,00									
SEMASA-SEC. MUNIC. DE AGUAS E SANEAMEN	0,00	1.428.189,54	1.388.609,27	39.580,27	0,00	0,00	598.007,09	288.085,15	288.085,15	288.085,15	309.921,94	0,00	0,00									
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)																						
EXECUTIVO																						
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	336.298,23	336.298,23	0,00	0,00	0,00	131.061,18	131.061,18	0,00	0,00	131.061,18	0,00	0,00									
AUDITORIA GERAL E CONTROLE INTERNO	0,00	336.298,23	336.298,23	0,00	0,00	0,00	131.061,18	131.061,18	0,00	0,00	131.061,18	0,00	0,00									
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES	0,00	2.907,64	2.907,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE LAGES	0,00	6.472,57	6.472,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	2.789,61	2.789,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	29.944,64	29.944,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
GABINETE DO PREFEITO	0,00	148.117,73	148.117,73	0,00	0,00	0,00	131.061,18	131.061,18	0,00	0,00	131.061,18	0,00	0,00									
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	9.127,33	9.127,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	0,00	7.149,60	7.149,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	0,00	7.062,71	7.062,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
SECRETARIA DA AGRICULTURA E PESCA	0,00	4.760,60	4.760,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	43.013,57	43.013,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
SECRETARIA DA HABITAÇÃO	0,00	4.208,32	4.208,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	19.518,05	19.518,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
SECRETARIA DE SEGURANÇA DE ORDEM PÚBLIC	0,00	31.766,64	31.766,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
SECRETARIA DE TURISMO	0,00	1.070,62	1.070,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
SECRETARIA DO DESENV. ECON. TRAB. E RENDA	0,00	1.977,50	1.977,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									

RRRO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

FONTE:

CONTAS PÚBLICAS Nº08

MUNICÍPIO DE LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	58.585.348,00	58.585.348,00	47.446.563,96	80,99
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	15.103.618,00	15.103.618,00	11.001.046,91	72,84
1.1.1- IPTU	10.000.000,00	10.000.000,00	9.244.102,23	92,44
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	56.118,00	56.118,00	246.499,80	439,25
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.970.000,00	3.970.000,00	1.152.435,34	29,03
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.077.500,00	1.077.500,00	358.009,54	33,23
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	4.600.000,00	4.600.000,00	4.336.081,60	94,26
1.2.1- ITBI	4.600.000,00	4.600.000,00	4.336.081,60	94,26
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	28.881.730,00	28.881.730,00	23.597.169,14	81,70
1.3.1- ISS	26.500.000,00	26.500.000,00	22.040.584,87	83,17
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	374.180,00	374.180,00	365.222,16	97,61
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.644.600,00	1.644.600,00	954.698,92	58,05
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	362.950,00	362.950,00	236.663,19	65,21
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.000.000,00	10.000.000,00	8.512.266,31	85,12
1.4.1- IRRF	10.000.000,00	10.000.000,00	8.512.266,31	85,12
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	162.839.200,00	162.839.200,00	127.899.773,80	78,54
2.1- Cota-Parte FPM	55.000.000,00	55.000.000,00	44.192.109,86	80,35
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	55.000.000,00	55.000.000,00	42.457.721,19	77,20
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	1.734.389,67	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	88.700.000,00	88.700.000,00	67.826.301,88	76,47
2.3- ICMS-Desoneração - LC. nº87/1996	391.400,00	391.400,00	274.691,90	70,18
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	1.247.800,00	1.247.800,00	958.964,10	76,85
2.5- Cota-Parte ITR	1.305.000,00	1.305.000,00	979.878,83	75,09
2.6- Cota-Parte IPVA	16.195.000,00	16.195.000,00	13.667.827,23	84,40
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	221.424.548,00	221.424.548,00	175.346.337,76	79,19
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	9.740.000,00	9.740.000,00	6.685.348,47	68,64
5.1- Transferências do Salário-Educação	6.050.000,00	6.050.000,00	5.112.471,20	84,50
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.500.000,00	1.500.000,00	9.476,78	0,63
5.3- Transferências Diretas - PNAE	2.120.000,00	2.120.000,00	1.508.081,77	71,14
5.4- Transferências Diretas - PNATE	70.000,00	70.000,00	55.318,72	79,03
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	209.000,00	209.000,00	126.966,54	60,74
6.1- Transferências de Convênios	209.000,00	209.000,00	126.966,54	60,74
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.327.100,00	2.327.100,00	451.612,33	19,41
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	12.276.100,00	12.276.100,00	7.263.917,34	59,17
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	32.192.000,00	32.192.000,00	25.233.075,03	78,38
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	11.000.000,00	11.000.000,00	8.491.543,68	77,20
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	17.360.000,00	17.360.000,00	13.565.259,44	78,14
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	72.000,00	72.000,00	54.938,30	76,30
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	260.000,00	260.000,00	191.792,81	73,77
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	260.000,00	260.000,00	195.975,67	75,38
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	3.240.000,00	3.240.000,00	2.733.565,13	84,37
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	62.200.000,00	62.200.000,00	48.984.153,96	78,75
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	62.200.000,00	62.200.000,00	48.984.153,96	78,75
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	30.008.000,00	30.008.000,00	23.751.078,93	79,15
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	54.495.000,00	54.495.000,00	45.108.878,30	82,78	45.108.878,30	82,78
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	54.495.000,00	54.495.000,00	45.108.878,30	82,78	45.108.878,30	82,78
14- OUTRAS DESPESAS	7.805.000,00	7.805.000,00	3.887.902,81	49,81	3.887.902,81	49,81
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	7.805.000,00	7.805.000,00	3.887.902,81	49,81	3.887.902,81	49,81
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	62.300.000,00	62.300.000,00	48.996.781,11	78,65	48.996.781,11	78,65
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						48.996.781,11
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						92,09
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						7,94
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-0,03
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016*						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	55.356.137,00	55.356.137,00	43.836.584,44	79,19		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.450.000,00	5.774.000,00	4.951.027,41	85,75	4.439.950,50	76,90
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	1.650.000,00	1.650.000,00	828.953,74	50,24	584.741,59	35,44
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.650.000,00	1.650.000,00	828.953,74	50,24	584.741,59	35,44
24- ENSINO FUNDAMENTAL	108.828.530,00	108.828.530,00	83.985.246,39	77,17	82.177.966,23	75,51
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	62.300.000,00	62.300.000,00	48.996.781,11	78,65	48.996.781,11	78,65
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	46.528.530,00	46.528.530,00	34.988.465,28	75,20	33.181.185,12	71,31
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	113.276.530,00	114.602.530,00	88.936.273,80	77,60	86.617.916,73	75,58
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						23.751.078,93
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						52.495,02
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						23.803.573,95
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						62.814.342,78
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						35,82
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	6.050.000,00	6.086.500,00	5.899.345,87	96,93	5.351.147,34	87,92
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	5.559.000,00	14.362.721,53	13.293.112,60	92,55	4.169.366,78	29,03
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	11.609.000,00	20.449.221,53	19.192.458,47	93,85	9.520.514,12	46,56
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	124.885.530,00	135.051.751,53	108.128.732,27	80,06	96.138.430,85	71,19

MUNICÍPIO DE LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	283.498,22	52.495,02	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	283.498,22	52.495,02	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		63.569,93	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		48.984.153,96	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		49.047.723,89	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		49.047.723,89	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		0,00	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

CONTAS PÚBLICAS Nº09

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	7.400.000,00	3.107.369,40	4.292.630,60
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESAS DE CAPITAL	112.260.854,17	61.362.293,74	39.977.897,78
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	112.260.854,17	61.362.293,74	39.977.897,78
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-104.860.854,17	-58.254.924,34	-46.605.929,83

FONTE:

CONTAS PÚBLICAS Nº10

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)	R\$ 1,00
RECEITAS								
RECEITA DE CAPITAL								
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		0,00				0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00				0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00				0,00	0,00	0,00
DESPESAS								
(APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)								
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)				SALDO ATUAL (j) = (h+i)	
		0,00					0,00	0,00
FONTE:								

CONTAS PÚBLICAS Nº11

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					
PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
		Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	58.585.348,00	47.446.563,96	80,99		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	10.000.000,00	9.244.102,23	92,44		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	4.600.000,00	4.336.081,60	94,26		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	26.500.000,00	22.040.584,87	83,17		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.000.000,00	8.512.266,31	85,12		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	430.298,00	611.721,96	142,16		
Dívida Ativa dos Impostos	5.614.600,00	2.107.134,26	37,53		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.440.450,00	594.672,73	41,28		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	162.839.200,00	126.165.385,13	77,48		
Cota-Parte FPM	55.000.000,00	42.457.721,19	77,20		
Cota-Parte ITR	1.305.000,00	979.878,83	75,09		
Cota-Parte IPVA	16.195.000,00	13.667.827,23	84,40		
Cota-Parte ICMS	88.700.000,00	67.826.301,88	76,47		
Cota-Parte IPI-Exportação	1.247.800,00	958.964,10	76,85		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	391.400,00	274.691,90	70,18		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	391.400,00	274.691,90	70,18		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	221.424.548,00	173.611.949,09	78,41		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE					
PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
		Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	68.514.318,00	60.742.837,27	88,66		
Provenientes da União	64.907.818,00	58.380.983,23	89,94		
Provenientes dos Estados	3.606.500,00	2.361.854,04	65,49		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	54.440,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	68.568.758,00	60.742.837,27	88,59		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS		
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	116.733.568,00	122.726.495,19	84,63	91.713.513,70	74,73
Pessoal e Encargos Sociais	46.277.770,00	46.329.770,00	73,59	34.095.915,48	73,59
Outras Despesas Correntes	70.455.798,00	76.396.725,19	91,32	57.617.598,22	75,42
DESPESAS DE CAPITAL	1.245.432,00	2.501.432,00	72,13	967.774,39	38,69
Investimentos	1.245.432,00	2.501.432,00	72,13	967.774,39	38,69

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.245.432,00	2.501.432,00	1.804.191,28	72,13	967.774,39	38,69
Investimentos	1.245.432,00	2.501.432,00	1.804.191,28	72,13	967.774,39	38,69
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	117.979.000,00	125.227.927,19	105.665.806,42	84,38	92.681.288,09	74,01
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	68.514.318,00	75.763.245,19	68.817.161,05	65,13	58.074.248,41	62,66
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	68.514.318,00	75.763.245,19	68.817.161,05	65,13	58.074.248,41	62,66
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUE						
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	68.514.318,00	75.763.245,19	68.817.161,05	65,13	58.074.248,41	62,66
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	49.464.682,00	49.464.682,00	36.848.645,37	34,87	34.607.039,88	37,34
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
8.565.247,32						

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015		2.152.593,57	235.236,71	473.950,40	1.678.643,17	0,00
TOTAL		2.152.593,57	235.236,71	473.950,40	1.678.643,17	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015		0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
		-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até Bimestre (l) % (l/Total l)*100	DESPESAS LIQUIDADAS Até Bimestre (m) % (m/Total m)*100	
Atenção Básica		64.981.472,00	67.074.472,00	50.987.983,78	48,25	51,91
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		48.868.808,00	53.974.735,19	51.773.131,35	49,00	45,41
Suporte Profilático e Terapêutico		3.218.000,00	3.268.000,00	2.474.287,29	2,34	2,25
Vigilância Sanitária		931.720,00	931.720,00	430.404,00	0,41	0,43
TOTAL		118.000.000,00	125.248.927,19	105.665.806,42	100,00	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual não estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CONTAS PÚBLICAS Nº12

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

ESPECIFICAÇÃO	RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	R\$ 1,00	
		SALDO TOTAL	
		(c) = (a + b)	
		REGISTROS EFETUADOS EM 2016	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:

LAGES , 28/11/2016

CONTAS PÚBLICAS Nº13

Município de LAGES - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		528.000.000,00		
Previsão Atualizada		528.000.000,00		
Receitas Realizadas		395.046.706,70		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		5.441.539,37		
DESPESAS				
Dotação Inicial		528.000.000,00		
Créditos Adicionais		48.445.327,23		
Dotação Atualizada		576.445.327,23		
Despesas Empenhadas		444.775.105,78		
Despesas Liquidadas		388.017.772,64		
Despesas pagas		367.919.403,83		
Superavit Orçamentário		7.028.934,06		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		444.775.105,78		
Despesas Liquidadas		388.017.772,64		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		422.396.775,13		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		29.147.672,06		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		29.147.672,06		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	16.725.380,00	-6.142.689,03	-36,73	
Resultado Primário	9.746.200,00	16.740.396,05	171,76	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EXECUTIVO	5.897.532,08	986.503,81	4.614.892,41	296.135,86
	5.897.532,08	986.503,81	4.614.892,41	296.135,86
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EXECUTIVO	26.775.720,61	540.831,19	21.824.529,51	4.410.359,91
	26.775.720,61	540.831,19	21.824.529,51	4.410.359,91
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EXECUTIVO	131.061,18	131.061,18	0,00	0,00
	131.061,18	131.061,18	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EXECUTIVO	336.298,23	0,00	336.298,23	0,00
	336.298,23	0,00	336.298,23	0,00
TOTAL:	33.140.612,10	1.658.396,18	26.775.720,15	4.706.495,77
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		62.814.342,78	25%	35,82
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		45.108.878,30	60%	92,09
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		3.107.369,40	4.292.630,60	

Continua 1/2

Município de LAGES - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL					Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida					39.977.897,78	72.282.956,39
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)			0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)			0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)			0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre		
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos			34.607.039,68	15,00	19,93	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)			0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO CONTRATO DE TERMO ADITIVO 20/2016**

Extrato do Contrato de Termo Aditivo Nº20/2016

1º Termo aditivo ao contrato nº 26/2015

Vigência: 25/11/2016 Vencido: 24/11/2017 PREGÃO PRESENCIAL: 11/2015

Objeto: Locação de 04 (quatro) copiadoras multifuncionais com impressora a laser com rede duplex para uso da câmara municipal.

Contratada: PRÓ-CÓPIA TECNOLOGIA EM IMPRESSÕES LTDA ME
CNPJ (08.016.9430001-14)

Valor total: Os valores contratados permanecem os mesmos pactuados no contrato Nº 26/2015, com reajuste previsto na cláusula 9ª do contrato original totalizando um percentual de 8,5% (INPC out/2016) conforme planilha apresentada pela contratada, perfazendo um novo valor mensal de R\$ 542,50 (quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), referente a 20.000 (vinte mil) cópias, para os primeiros 12 meses.

LAGES SC 25 DE NOVEMBRO DE 2016

THIAGO SILVA DE OLIVEIRA – Presidente.

Laguna

PREFEITURA

DISPENSA 2016

Município de Laguna
Estado de Santa Catarina

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5404/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016 FUMREBOM

Exmo. Sr. Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Serviços Públicos de Laguna/SC, no uso de suas atribuições, comunica do Processo Licitatório de Dispensa de Licitação 01/2016, "Aquisição de Combustíveis (Diesel S-10 e Gasolina comum) em caráter emergencial para atender os Veículos dos Bombeiros " de acordo com o art. 24, V, da Lei Federal 8.666/93.

Laguna, 29 de Novembro de 2016
HENIO MARCELINO CARDOSO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Serviços Públicos.

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 132/2016

DECRETO Nº 132/2016.

CONSTITUI E NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com as Leis Federais nºs 8.666/93 e 8.883/94, com suas respectivas alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída e nomeada a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL, sem ônus para o município, composta por 04 (quatro) membros, que procederá ao recebimento e julgamento dos processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, dos Fundos, Fundações e Autarquias Municipais.

Art. 2º - Para compor a Comissão ficam nomeados os seguintes membros:

EMERSON BORGES (CPF: 773.894.419-68) - PRESIDENTE
LEANDRO STANGHERLIN (CPF: 075.123.759-05) - MEMBRO
ALAN JUNG CROCETTA (CPF: 063.454.109-93) - MEMBRO
PRISCILA CARNIATO (CPF: 069.118.349-02) - MEMBRO

Art. 3º - À Comissão de Licitação compete, privativamente:

I - deliberar sobre a conveniência da aquisição de bens e serviços;
II - receber todas as propostas para a participação em licitação pública;
III - proceder ao julgamento das propostas.

Art. 4º - A Comissão de Licitação fará a gerência do processo licitatório nas seguintes modalidades:

I - concorrência;
II - tomada de preço;
III - convite;
IV - concurso;
V - leilão.

Art. 5º - O Presidente, ora nomeado fica autorizado a baixar todos os atos necessários para a fiel execução do processo licitatório, devendo, a Secretária, elaborar atas e relatórios de todas as reuniões e atos praticados.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 063/2015 de 29/05/2015.

LAURO MÜLLER, 23 DE NOVEMBRO DE 2016.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA
Sec. Administração, Finanças e Planej.

DECRETO Nº 133/2016

DECRETO Nº 133/2016.

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES, AUXILIARES, SERVENTES E COZINHEIRAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT).

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.503/2008,

DECRETA

Art. 1º - Fica constituída a Comissão do Processo Seletivo de Contratação de Professores, Auxiliares, Serventes e Cozinheiras, em Substituição de funcionários por prazo determinado, integrada pelos senhores:

PRESIDENTE: LARISSA FERNANDES DIAS
MEMBRO: NILZETE SCHILICKMANN
MEMBRO: TALITA ROSSO
MEMBRO: JULIANA ZANIN PIUCO
MEMBRO: LEILA APARECIDA ROSA DE SOUZA
MEMBRO: GISELE MIGUEL
MEMBRO: REJANE VASIELEVSKI MIRANDA
MEMBRO: NOEMIA SANTANA ALVES

Art. 2º - A Comissão de Processo Seletivo acompanhará e fiscalizará todo o processo de contratação de professores em caráter temporário. Todas as ações serão submetidas a homologação do Prefeito Municipal.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE NOVEMBRO DE 2016.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA
Sec. Administração, Finanças e Planej.

DECRETO Nº 134/2016

DECRETO Nº 134/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA),
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM., FINANÇAS E

PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.003 - Manutenção da Administração Geral

DOTAÇÃO 08

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 20.000,00

Total: R\$ 20.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM., FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.003 - Manutenção da Administração Geral

DOTAÇÃO 10

4.6.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 20.000,00

Total: R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE NOVENBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Finanças e Planej.

Lebon Régis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TP08/2016

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2016 - Tomada de Preço Nº TP08/2016

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através do presidente da Comissão de Licitações conforme decreto nº004/2016, torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preço, do tipo Menor Preço, sob a forma de execução indireta em regime de Empreitada por Preço Global. OBJETO: Contratação de empresa especializada para REFORMA E ADAPTAÇÃO DE SALA incluindo fornecimento de materiais, para implantação da nova sede do Conselho Tutelar deste Município, a qual deverá ser realizada na rua Waldir Ortigari, Centro, no Município de Lebon Régis/SC, conforme Termo de Referência, Memorial Descritivo e Projeto Básico (anexo I), partes integrantes deste Edital. Maiores informações e Edital disponíveis no site www.lebonregis.sc.gov.br. Os envelopes de "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro, Lebon Régis/SC, até às 09:00 do dia 16/12/2016. A sessão de abertura será no mesmo dia às 09:15. Cadastramento conforme Lei 8.666/93. Maiores informações pelo e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 29/11/2016.

José Vanderlei de Campos—Presidente da CPL

PORTARIA Nº 352/2016

PORTARIA Nº 352 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR SEBASTIÃO MACIEL ROSA, para ocupar o cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, com carga horaria de 30 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 22/11/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 23 de novembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 23 de novembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Divisão de Licitações e Compras
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016

TIPO: "Menor Preço por Lote". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de combustíveis (óleo diesel comum, óleo diesel S10 e gasolina comum), visando o abastecimento da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, sendo parte com entrega e, parte a ser retirado da bomba do Posto de Serviço, conforme especificações constantes no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 018/2016. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 13:30 (treze horas e trinta minutos), do dia 14 de dezembro de 2016. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 32681212. Em 29 de novembro de 2016. IRENE MARIA DA CUNHA OTTO – Secretária Municipal da Saúde.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2016 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2016

Tipo: "Menor Preço por Lote", visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de combustíveis (óleo diesel comum, óleo diesel S10, gasolina comum e agente redutor líquido arla 32), para o abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, sendo parte com entrega e, parte a ser retirado da bomba do Posto de Serviço, conforme especificações constante no Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 040/2016. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 15h00min (quinze horas), do dia 14 de dezembro de 2016. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 29/11/2016. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal.

LEI N.º 1.255/2016

LEI N.º 1.255, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.
"ALTERA O VALOR DO LANCE INICIAL CONSTANTE NO LOTE 01, ART 1º DA LEI 1.249/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que, a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizada a alterar o valor do lance inicial constante no bem do lote 01, do Art.1º da lei 1.249/2016, conforme nova avaliação realizada pela comissão, nomeada pela portaria nº 069, de 27 de março de 2015, considerando que não houve interessados no Leilão nº 001/2016.

LOTE 01: FIAT DOBLÔ HLX, ANO 2011, MODELO 2011, FLEX, PLACA MHA 2757, RENAVAM 224935364, SOB O NÚMERO DO PATRIMÔNIO 5347, COM LANCE INICIAL DE R\$ 12.000,00.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 29 de novembro de 2016.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

LEI N.º 1.256/2016

LEI N.º 1.256, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.
"ALTERA O VALOR DO LANCE INICIAL CONSTANTE NO LOTE 01, ART 1º DA LEI 1.248/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que, a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizada a alterar o valor do lance inicial constante no bem do lote 01, do Art.1º da lei 1.248/2016, conforme nova avaliação realizada pela comissão, nomeada pela portaria nº 069, de 27 de março de 2015, considerando que não houve interessados no Leilão nº 002/2016.

LOTE 01: VOLKSWAGEN SAVEIRO, BRANCO, FLEX, PLACA MDV 1723, ANO DE FABRICAÇÃO 2007, MODELO 2008, RENAVAM 921220383, SOB O NÚMERO DO PATRIMÔNIO 4220, COM LANCE INICIAL DE R\$ 4.000,00.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 29 de novembro 2016.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

LEI N.º 1.257/2016

LEI N.º 1.257, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.
"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL PARA O EXERCÍCIO DE 2017".

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O orçamento geral do Município de Leoberto Leal para o exercício de 2017 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 15.185.000,00 (quinze milhões, cento e oitenta e cinco mil reais), sendo R\$ 8.323.760,00 (oito milhões, trezentos e vinte e três e setecentos e sessenta reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 6.861.240,00 (seis milhões, oitocentos e sessenta e um mil e duzentos e quarenta reais) do Orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO ORÇAMENTO DO PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 2º. O Orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 11.196.000,00 (onze milhões, cento e noventa e seis mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 8.177.760,00 (oito milhões, cento e setenta e sete mil e setecentos e sessenta reais)

§ 1º. A Receita da Unidade Gestora, Prefeitura, será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	13.233.000,00
1.1 Receita Tributária	506.000,00
1.2 Receita de Contribuições	84.000,00
1.3 Receita Patrimonial	41.000,00
1.4 Receita Agropecuária	0,00
1.5 Receita de Serviços	2.000,00
1.6 Transferências Correntes	12.558.000,00
1.7 Outras Receitas Correntes	32.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1 Transferências de Capital	0,00
(-) Dedução da Receita para formação do FUNDEB	(2.008.800,00)
(-) Dedução do FUNDEB para pagamento em cota única	(18.200,00)
TOTAL	11.196.000,00

§ 2º. As Despesas da Unidade Gestora, Prefeitura, serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Gabinete do Prefeito	536.000
02. Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças	1.432.930,00
03. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	3.150.936,00
04. Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social	547.000,00
05. Secretaria Municipal Transportes, Obras e Serviços Urbanos	1.786.894,00
06. Secretaria Municipal Agropecuária e Meio Ambiente	720.000,00
99. Reserva de Contingência	4.000,00
TOTAL	8.177.760,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. ADMINISTRAÇÃO	1.710.000,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	24.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	554.000,00
12. EDUCAÇÃO	3.030.936,00
13. CULTURA	70.000,00
15. URBANISMO	175.000,00
17. SANEAMENTO	14.000,00
20. AGRICULTURA	720.000,00
26. TRANSPORTE	1.611.894,00
27. DESPORTO E LAZER	105.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	158.930,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00

TOTAL	8.177.760,00
-------	--------------

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0000. ENCARGOS ESPECIAIS	158.930,00
0002. GESTÃO COM EXCELÊNCIA	512.000,00
0003. GESTÃO GERAL E ADMINISTRATIVA	1.154.000,00
0004. EDUCAÇÃO É TUDO	3.030.936,00
0005. CULTURA, ESPORTE E TURISMO	120.000,00
0006 - SAÚDE COM EXCELÊNCIA	14.000,00
0007. VIVENDO COM AMOR	493.000,00
0008. ASSISTÊNCIA AO MENOR COM RESPONSABILIDADE	40.000,00
0009. REVITALIZAÇÃO DAS ESTRADAS	1.611.894,00
0010. REVITALIZAÇÃO DA ÁREA URBANA	175.000,00
0011. REVITALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	720.000,00
0012. FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO	120.000,00
0055. FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO FMPDC	24.000,00
0099. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00
TOTAL	8.177.760,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	7.932.760,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	4.763.760,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	3.169.000,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	241.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	109.500,00
4.5.00.00 – Inversões Financeiras	0,00
4.6.00.00 – Amortização da Dívida	131.500,00
9.0.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00
9.9.00.00 – Reserva de Contingência	4.000,00
TOTAL	8.177.760,00

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA - IPRELL

Art. 3º. O Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Leoberto Leal – IPRELL, para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 3.113.000,00 e fixa a Despesa em R\$ 1.075.000,00 apresentando superávit de R\$ 2.263.000,00 alocados a título de Reserva de Contingência.

§ 1º. A receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições recebidas, discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

§ 2º. Da receita estimada, R\$ 225.000,00 corresponde à transferências financeiras do tesouro municipal, para pagamento dos inativos aposentados antes da instituição do RPPS.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	2.193.000,00
1.1. Receitas de Contribuições	462.000,00
1.2. Receita Patrimonial	1.710.000,00
1.3. Outras Receitas Correntes	21.000,00
2. RECEITAS INTRAGOVERNAMENTAIS CORRENTES	920.000,00
2.1. Receita de Contribuições	920.000,00
3. TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	225.000,00
3.1. Transferências Financeiras Recebidas da Prefeitura	225.000,00
TOTAL	3.338.000,00

§ 3º. A Despesa do Instituto de Previdência – IPRELL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. Instituto de Previdência – IPRELL	1.075.000,00
09. Reserva de Contingência	2.263.000,00
TOTAL	3.338.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
09. PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.075.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.263.000,00
TOTAL	3.338.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0013. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	1.075.000,00
0099. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.263.000,00
TOTAL	3.338.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	1.070.000,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	969.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	101.000,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	5.000,00
9.9.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.263.000,00
TOTAL	3.338.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 876.000,00 e fixa a Despesa em R\$ 2.969.240,00.

Parágrafo Único – Para suportar o orçamento da despesa a Prefeitura aportará a título de transferências financeiras, o valor de R\$ 2.093.240,00.

§ 1º. A Receita será realizada mediante arrecadação conforme, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	876.000,00
1.1. Receita Patrimonial	8.000,00
1.2. Transferências Correntes	868.000,00
2. RECEITAS CORRENTES	0,00
2.1. Transferências de Capital	0,00
3. TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.093.240,00
3.1. Transferências Financeiras	2.093.240,00
TOTAL	2.969.240,00

§ 2º. A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
05.01. Fundo Municipal de Saúde	2.967.240,00
99. Reserva de Contingência	2.000,00
TOTAL	2.969.240,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10 – Saúde	2.967.240,00
99 – Reserva de Contingência	2.000,00
TOTAL	2.969.240,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0006. SAÚDE COM EXCELÊNCIA	2.967.240,00
0099. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00
TOTAL	2.969.240,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	2.933.240,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	2.032.240,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	901.000,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	34.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	34.000,00
9.9.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00
TOTAL	2.969.240,00

DO ORÇAMENTO DO PODER LEGISLATIVO**CÂMARA MUNICIPAL**

Art. 5º. A Câmara Municipal de Vereadores têm sua despesa fixada para 2017 em R\$ 700.000,00.

§ 1º. A despesa de que trata o caput será suportada pela transferência financeira mensal de 1/12 do valor, a ser realizada até o dia 20 de cada mês, pelo Poder Executivo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	700.000,00
1.1. Transferências Financeiras	700.000,00
TOTAL	700.000,00

§ 2º. A Despesa da Câmara Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Câmara Municipal de Vereadores	700.000,00
TOTAL	700.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	700.000,00
TOTAL	700.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. PROCESSO LEGISLATIVO	700.000,00
TOTAL	700.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	690.000,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	590.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	100.000,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	10.000,00
TOTAL	700.000,00

Art. 6º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais previstos no anexo de Riscos Fiscais previstos na Lei Diretrizes Orçamentárias, conforme discriminado abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Riscos Fiscais	4.000,00
1.1 Passivos contingentes, outros riscos fiscais, como intempéries, frustração da cobrança de dívida ativa e despesas não orçadas ou orçadas a menor.	4.000,00
TOTAL	4.000,00

UNIDADE GESTORA: IPRELL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2. Riscos Fiscais	2.263.000,00
2.1 Reserva financeira do Instituto de Previdência para cobertura e pagamento de benefícios futuros.	2.263.000,00
TOTAL	2.263.000,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3. Riscos Fiscais	2.000,00
3.1 Passivos contingentes, outros riscos fiscais, como intempéries, frustração da cobrança de dívida ativa e despesas não orçadas ou orçadas a menor.	2.000,00
TOTAL	2.000,00

§ 1º. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência ocorrerá por ato do chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º. Não se efetivando até o dia 10/12/2017 os riscos fiscais relacionados aos eventos: intempéries climáticas; despesas não orçadas ou orçadas a menor; fatos não previstos em execução de obras; campanha emergencial de saúde e serviços e aposentadorias e pensões precoces, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2018 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 7º. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 8º. O Executivo fica autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita estimada para cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias.

III – o superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Fica excluído desse limite os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 9º. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º. O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 10º. Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 11º. A presente lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de janeiro.

Leoberto Leal, 29 de novembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

COMUNICA RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO- TOMADA DE PREÇOS 11/2016

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2016

RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO

Após análise da documentação apresentada, as licitantes Jean Carlos Kehl 08185392919 e Irineu Comercio de Tintas Ltda, foram declaradas inabilitadas por apresentar a Certidão de Falência e Concordata com prazo de validade expirado. As empresas Caras Revestimentos Eireli ME, ILC Pinturas Residenciais Ltda, Construsul Construtora e Empreiteira Ltda ME, e F Sigma Construtora Eireli Epp, foram declaradas habilitadas, pois apresentaram toda a documentação em conformidade com o exigido pelo edital. Tendo em vista que as empresas não apresentaram termos de renúncia relativo a fase de habilitação, será aberto o prazo de cinco dias úteis a contar da publicação na imprensa oficial, do resultado desta fase de habilitação, para a interposição de eventuais recursos contra a decisão da comissão permanente de licitações. Não havendo a impetração de nenhum recuso, fica desde já agendada para as 8:15 horas do dia 12 de dezembro de 2016, a sessão pública para continuidade do certame, onde será realizada a abertura dos envelopes número dois, proposta de preços das licitantes habilitadas. Informações adicionais poderão ser obtidas pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 28 de novembro de 2016.

Comissão Permanente de Licitações

Luzerna

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO A ARP FMS 027/16

PRIMEIRO TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 027/2016
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 051/2016
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 033/2016

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de novembro do ano de 2016, presentes de um lado, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por sua Gestora GABRIELA MAZZARINO e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, e a empresa DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rodovia BR 480, nº 180, na cidade de Barão do Cotegipe/RS CEP 99.740-000 inscrita no CNPJ sob o nº 02.520.829/0001-40, neste ato representada por seu procurador IVAN CARLOS FACIOLI, brasileiro, solteiro, maior e capaz, portador da cédula de identidade nº 704677511 SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 958.229.920-72, denominado FORNECEDOR 7 classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº PML. 051/2016, Pregão nº PML. 033/2016, com fundamento no art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO QUANTITATIVO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância das partes, aditar a Ata de Registro de Preços FMS Nº 027/2016, em 25% (vinte e cinco por cento) o quantitativo dos itens 28, 29 e 30 alterando assim o item 1.1. da Cláusula Primeira da supramencionada Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas na Ata de Registro de Preços original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 29 de novembro de 2016.

GABRIELA MAZZARINO
GESTORA DO FMS
CONTRATANTE

IVAN CARLOS FACIOLI
DIMASTER
COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA
FORNECEDOR 7

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

2ª TESTEMUNHA

DECRETO 2286

DECRETO Nº 2286 de 28 de novembro de 2016.

"REGULAMENTA A LEI Nº 1234 DE 23 DE JUNHO DE 2014 QUE 'AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CUSTEAR PARTE DO PLANO DE SAÚDE PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º - Em conformidade com o art. 4º da Lei nº 1234 de 23 de junho de 2014, a adesão ao Plano de Saúde será facultativa ao servidor, sendo que após a inclusão o mesmo deverá cumprir as normas, carências, prazos para início do benefício, bem como para exclusão do sistema de acordo com as condições previstas no contrato a ser celebrado com a empresa vencedora do Processo Licitatório e neste Regulamento.

§1º- O servidor que estiver em licença sem vencimentos não poderá aderir ao Plano de Saúde enquanto permanecer afastado, migrar de Plano de Saúde anterior para novo, ou manter sua condição de usuário do Plano.

§2º- O servidor em débito referente ao Plano de Saúde não poderá aderir ou migrar de Plano enquanto não quitar seu débito.

§3º- Os servidores cuja a soma das contribuições fixas mensais do Plano de Saúde, e dos demais descontos facultativos consignados em folha de pagamento, ultrapassar o limite máximo 40% (quarenta por cento) dos seus rendimentos brutos mensais, excluindo-se dos cálculos apenas os descontos legais referentes à contribuição previdenciária e o imposto de renda retido na fonte, não poderão aderir ao Plano de Saúde.

§4º- A adesão ao Plano de Saúde implica autorização automática para os descontos de contribuições e co-participações.

Art. 2º - As mensalidades e demais despesas referentes ao Plano de Saúde contratado serão pagas através de desconto em folha de pagamento para os servidores em atividade e via Documento de Arrecadação Municipal - DAM, na receita: Restituições Plano de Saúde, na forma do art. 7º deste Regulamento.

Parágrafo Único - Os descontos contemplarão os valores das mensalidades do titular e dos dependentes e os valores da co-participação sobre o custo dos serviços médico-hospitalares utilizados pelo titular e pelos respectivos dependentes.

Art. 3º - O servidor que aderir ao Plano de Saúde obriga-se a pagar:

I. Taxa de adesão, quando houver;

II. O valor das contribuições mensais, incluídas nestas a mensalidade e despesas efetuadas (co-participação);

§1º- O atraso no pagamento da mensalidade (incluindo a própria mensalidade e demais verbas conjuntamente devidas) impõe ao titular obrigação de pagar ao Município, adicionalmente, encargos moratórios, os quais serão: multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor nominal do débito vencido, corrigido na mesma proporção da variação do INPC/IBGE a cada mês, devido, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração a partir da data do vencimento até o efetivo pagamento.

§2º - O recolhimento do débito de responsabilidade do servidor será sempre feito sobre o total devido, incluindo-se neste mensalidades, co-participações e eventuais taxas extras, não sendo direito o fracionamento da dívida com vista a pagamento parcial em mais de uma competência.

§3º - O atraso no pagamento das mensalidades superior a 30

(trinta) dias ensejará a Notificação do servidor para pagamento do débito sob pena de exclusão do Plano de Saúde e em caso de atraso superior a 60 (sessenta) dias, determinará a exclusão imediata do titular e dos seus dependentes do Plano de Saúde, sem prejuízo da exigibilidade - pelo Município - dos valores pagos até a data da exclusão, acrescidos dos encargos moratórios.

Art.4º- A soma das consignações em folha de pagamento, incluídas as despesas com Plano de Saúde terão como limite máximo 40% (quarenta por cento) dos rendimentos brutos mensais do servidor público, assim considerados a totalidade dos pagamentos que ordinariamente lhe são feitos, excluindo-se os de caráter extraordinário ou eventual.

§1º- As disposições do "caput" deste artigo não se aplicam ao Plano de Saúde, ressalvados os casos de servidores que tenham migrado de Plano anterior nem aos empréstimos consignados já formalizados na data deste Decreto.

§2º- As mudanças de faixa etária e os reajustes anuais do Plano de Saúde que ocasionarem a superação do limite máximo de 40% (quarenta por cento) previsto no "caput" deste artigo, deverão ser pagas pelo servidor através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM na forma do "caput" do art. 2º.

Art. 5º - Para os efeitos do disposto no artigo anterior, considera-se remuneração a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, nestas compreendidas as relativas à natureza ou ao local de trabalho, ou outra paga sob o mesmo fundamento, excluídos:

- I. Diárias;
 - II. Ajuda de custo;
 - III. Indenização de transporte a servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para execução de serviços externos, por força de atribuições próprias do cargo;
 - IV. Salário-família;
 - V. Gratificação natalina;
 - VI. Adicional de férias;
 - VII. Adicional pela prestação de serviço extraordinário;
 - VIII. Adicional noturno;
 - IX. Adicional de insalubridade, de periculosidade ou de atividades penosas; e
 - X. Outro auxílio ou adicional de caráter indenizatório.
- Parágrafo Único - O desconto do Plano de Saúde poderá incidir sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador.

Art.6º- Os valores excedentes ao percentual de 40% (quarenta por cento) referentes a contribuições e as co-participações ensejarão a notificação de débitos encaminhada por escrito ao servidor e será quitada mediante Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

Art.7º- O servidor que não estiver recebendo remuneração do Município em virtude de licença, suspensão ou afastamento do serviço, por qualquer motivo, deve arcar com as contribuições relativas ao Plano de Saúde, e será quitada mediante Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

§1º- Serão de responsabilidade do titular/responsável financeiro os valores de co-participação referentes a utilização de procedimentos realizados em período no qual o beneficiário estava inscrito, independente da época da cobrança, ou seja, o titular/responsável financeiro obriga-se a arcar com tais valores, ainda que o desligamento desses beneficiários já tenha ocorrido.

§ 2º- O cancelamento da inscrição ou a suspensão dos serviços em virtude de atraso no pagamento de qualquer valor, não libera o titular responsável financeiro da obrigação de quitar os valores em atraso.

§ 3º- Somente será efetivada a rescisão do contrato de trabalho e o pagamento das verbas rescisórias após a entrega ao Setor de Desenvolvimento Humano da carteirinha do Plano de Saúde do servidor e seus dependentes.

Art.8º- O repasse dos pagamentos devidos à empresa Contratada operadora do Plano de Saúde deverá ser posterior à respectiva retenção dos servidores.

§1º - Não sendo possível o pagamento à empresa posterior à retenção dos valores dos servidores, fica a Tesouraria autorizada a efetuar o pagamento antecipado.

§ 2º- O vencimento do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, terá como prazo máximo um dia útil anterior ao do vencimento do repasse a empresa Contratada operadora do Plano de Saúde, sendo dever do servidor dirigir-se ao Setor de Desenvolvimento Humano ou ao Setor de Tributação para a retirada do DAM, conforme calendário previamente estipulado.

Art.9º- Os valores devidos pelo servidor e não quitados ensejarão sua inscrição em dívida ativa e negativação junto aos órgãos de crédito ou cobrança judicial.

Art.10 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições do Decreto 2256 de 1º de setembro de 2016, produzindo efeitos a partir de 1º de dezembro de 2016.

Luzerna(SC), 28 de novembro de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2287

DECRETO Nº 2287 de 29 de novembro de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2016".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere os arts. 4º e 5º, da Lei nº 1.406 de 10 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º- Fica anulada parcialmente, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) na Unidade, Atividades e na Modalidade de Aplicação da despesa, abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 13.001.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de Pessoal

Fonte: 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde
..... R\$ 20.000,00

Detalhamento de Recursos: 002 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 08.001.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica - Infantil

Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de Pessoal

Fonte: 01 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação
..... R\$ 10.000,00

Detalhamento de Recursos: 001- Rec. de Imp. e Transf. de Imp. - Educação

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior fica suplementada no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) na Unidade, Atividade e na Modalidade de Aplicação da despesa, abaixo discriminados:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 13.001.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras

Despesas Correntes

Fonte: 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde
..... R\$ 20.000,00
Detalhamento de Recursos: 002 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 08.001.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica - Infantil

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas
Fonte: 01 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação R\$ 10.000,00

Detalhamento de Recursos: 001- Rec. de Imp. e Transf. de Imp. - Educação

Art. 3º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 1.441,23 (hum mil e quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e três centavos), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até esta data, na fonte, detalhamento e rubrica abaixo especificados, na forma do disposto na forma do disposto no inciso II, do artigo 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída a seguinte classificação orçamentária:

Rubrica de arrecadação:

1.3.2.5.01.05.04.00 - Rendimentos Brasil Carinhoso - Creches (46370)

2.4.7.1.02.00.01.00 - Programa Brasil Carinhoso - Apoio às Creches
Detalhamento de Recursos: 113 - Prog. Brasil Carinhoso - Apoio às Creches

Excesso de arrecadação até essa data: R\$ 1.441,23

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade - 08.001.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica - Infantil

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte: 37 - Outras Transferências do FNDER\$ 1.441,23

Detalhamento de Recursos: 113 - Prog. Brasil Carinhoso - Apoio às Creches

Paragrafo Único - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 29 de novembro de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CMH 0012016

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CMH Nº 001/2016
de 28 de novembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 25 da Lei Complementar nº 097 de 22 de fevereiro de 2011, CONVOCA a população para participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ACOMPANHAMENTO E REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), a ser realizada no dia 16 de dezembro de 2016, sexta-feira, às 15h00, nas dependências do Plenário da Câmara de Vereadores, sito a Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna(SC).

Luzerna(SC), 28 de novembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 102/2016 - PP 069/2016 - ABCFARMA - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 102/2016 - FMS

Pregão nº 069/2016 - FMS

A Gestora do FMS, GABRIELA MAZZARINO, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 102/2016, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço.

- Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição, em caráter excepcional, de medicamentos (referência, genéricos e similares), exceto os relacionados na lista básica da farmácia municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2017

- Proponente(s) Vencedora(s):

* LEVIM DROGARIA LTDA – ME

Luzerna (SC), 29 de novembro de 2016.

GABRIELA MAZZARINO

Gestora do FMS

LEI 1478**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI Nº 1478 de 29 de novembro de 2016.

**“FIXA ÍNDICE DE REVISÃO SALARIAL AOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a
Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica concedida, a partir de **1º de janeiro de 2017**, **revisão salarial** correspondente ao percentual de **5,00% (cinco por cento)** referente à **parte** do índice do **INPC - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR**, apurado no período de **dezembro de 2015** a **novembro de 2016**, incidente sobre os salários do mês de **dezembro de 2016**, aos **servidores públicos municipais** ocupantes de empregos públicos efetivos e temporários, comissionados Nível CC1 a CC5 e funções gratificadas e de suporte pedagógico, excetuando-se os **Secretários Municipais, Prefeito e Vice-Prefeito** cujos subsídios foram fixados pela **Lei nº 1458 de 28 de junho de 2016**.

Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei correrão a conta de dotações próprias do Orçamento do Município.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Luzerna(SC), 29 de novembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

Lei Complementar nº 033/03 alterada pelas Leis Complementares nº 094/10 e 099/11 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, 1036/12, Complementar 116/13, Lei 1109/13, Lei 1194/13, Lei 1329/14, Lei Complementar nº 129/15, Lei 137/15, Lei 1420/15 e Lei 1478/16

ANEXO III

VENCIMENTOS															
EMPREGOS PÚBLICOS DE PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, DANÇA E XADREZ - 40 HORAS															
EMPREGO	Classe/ Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
Professor	Prof. II	2765,71	2848,68	2931,65	3014,62	3097,60	3180,57	3263,54	3346,51	3429,48	3512,45	3595,42	3678,39	3761,37	3844,34
Professor	Prof. III	2959,02	3047,79	3136,56	3225,33	3314,10	3402,87	3491,64	3580,41	3669,18	3757,95	3846,72	3935,49	4024,26	4113,03
Professor	Prof. IV	3485,36	3589,92	3694,48	3799,04	3903,60	4008,16	4112,72	4217,28	4321,85	4426,41	4530,97	4635,53	4740,09	4844,65
Professor	Prof. V	3903,60	4020,70	4137,81	4254,92	4372,03	4489,13	4606,24	4723,35	4840,46	4957,57	5074,67	5191,78	5308,89	5426,00
EMPREGO EM EXTINÇÃO - 20 HORAS															
EMPREGO	Classe/ Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	
Professor	Não Habilitado	632,91	651,90	670,88	689,87	708,86	727,84	746,83	765,82	784,81	803,79	822,78	841,77	860,76	
AUXILIARES															
EMPREGO/Classe	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M		
Auxiliar de Sala 30 h	1525,91	1571,69	1617,47	1663,24	1709,02	1754,80	1800,58	1846,35	1892,13	1937,91	1983,69	2029,46	2075,24		
EMPREGO/Classe 40 h	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M		
Auxiliar de Laboratório de Informática	1256,41	1294,10	1331,79	1369,49	1407,18	1444,87	1482,56	1520,25	1557,95	1595,64	1633,33	1671,02	1708,72		
Auxiliar de Secretaria	1609,82	1658,11	1706,41	1754,70	1803,00	1851,29	1899,59	1947,88	1996,17	2044,47	2092,76	2141,06	2189,35		
PROFISSIONAIS DIVERSOS															
EMPREGO/Classe	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M		
Psicólogo Educacional 20 h	2100,00	2163,00	2226,00	2289,00	2352,00	2415,00	2478,00	2541,00	2604,00	2667,00	2730,00	2793,00	2856,00		
Nutricionista - 40 h	2520,00	2595,60	2671,20	2746,80	2822,40	2898,00	2973,60	3049,20	3124,80	3200,40	3276,00	3351,60	3427,20		



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Lei Complementar nº 035/2004 alterada pelas Leis Complementares nºs 067/07 e 087/10 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, 1036/12, Lei 1109/13, 1194/13, Lei nº 1329/14, Lei nº 1420/15 e Lei 1478/16

**“INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA”.**

**ANEXO II
TABELA DE VENCIMENTOS DOS EMPREGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

Grupos	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I ANA	1	974,51	1003,74	1032,98	1062,21	1091,45	1120,68	1149,92	1179,15	1208,39	1237,62	1266,86	1296,09	1325,33
II ANO	1	1165,06	1200,01	1234,96	1269,91	1304,87	1339,82	1374,77	1409,72	1444,67	1479,62	1514,58	1549,53	1584,48
	2	1234,40	1271,43	1308,47	1345,50	1382,53	1419,56	1456,59	1493,63	1530,66	1567,69	1604,72	1641,75	1678,79
	3	1248,56	1286,01	1323,47	1360,92	1398,38	1435,84	1473,29	1510,75	1548,21	1585,66	1623,12	1660,58	1698,03
	4	1498,27	1543,21	1588,16	1633,11	1678,06	1723,01	1767,95	1812,90	1857,85	1902,80	1947,75	1992,69	2037,64
	5	1683,81	1734,33	1784,84	1835,35	1885,87	1936,38	1986,90	2037,41	2087,93	2138,44	2188,95	2239,47	2289,98
	6	1698,04	1748,98	1799,92	1850,86	1901,80	1952,74	2003,69	2054,63	2105,57	2156,51	2207,45	2258,39	2309,33
	7	2080,91	2143,34	2205,77	2268,19	2330,62	2393,05	2455,47	2517,90	2580,33	2642,76	2705,18	2767,61	2830,04
III AAG	1	1698,04	1748,98	1799,92	1850,86	1901,80	1952,74	2003,69	2054,63	2105,57	2156,51	2207,45	2258,39	2309,33
	2	2970,60	3059,71	3148,83	3237,95	3327,07	3416,19	3505,30	3594,42	3683,54	3772,66	3861,78	3950,89	4040,01
IV ANS	1	2660,18	2739,98	2819,79	2899,59	2979,40	3059,20	3139,01	3218,81	3298,62	3378,42	3458,23	3538,03	3617,84
	2	3464,96	3568,91	3672,86	3776,80	3880,75	3984,70	4088,65	4192,60	4296,55	4400,50	4504,45	4608,39	4712,34
	3	3743,74	3856,06	3968,37	4080,68	4192,99	4305,31	4417,62	4529,93	4642,24	4754,55	4866,87	4979,18	5091,49
	4	4920,20	5067,80	5215,41	5363,01	5510,62	5658,22	5805,83	5953,44	6101,04	6248,65	6396,25	6543,86	6691,47
	5	4987,42	5137,04	5286,66	5436,28	5585,91	5735,53	5885,15	6034,77	6184,40	6334,02	6483,64	6633,26	6782,89



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Lei Complementar nº 035/2004 alterada pelas Leis Complementares nºs 067/07 e 087/10 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, 1036/12, Complementar 115/13, Lei 1109/13, Lei 1194/13, Lei Complementar 124/14, Lei nº 1329/14 e Lei 1478/16

“INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA”.

**ANEXO III
TABELA DE CARGOS E VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO DE COMISSÃO**

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	QUANTIDADE DE CARGOS	NÍVEL	VENCIMENTO
GABINETE DO PREFEITO			
Assessor do Prefeito	01	CC-2	R\$ 3.520,90
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO			
Assessor de Planejamento	01	CC-2	R\$ 3.520,90
ASSESSORIA JURÍDICA			
Assessor Jurídico Sênior	01	CC-1	R\$ 5.647,42
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO			
Secretário da Fazenda e Administração	01	CC-1	R\$ 5.673,25
Assistente Administrativo	01	CC-5	R\$ 1.339,75
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
Secretário de Desenvolvimento Econômico	01	CC-1	R\$ 5.673,25
Gestor da Incubadora Tecnológica	01	CC-3	R\$ 2.730,59
SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL			
Secretário de Saúde e Bem Estar Social	01	CC-1	R\$ 5.673,25
Diretor do Departamento de Saúde e Bem Estar Social	01	CC-2	R\$ 3.520,90
Coordenador do Setor de Saúde	01	CC-4	R\$ 2.076,16
Chefe do Setor de Habitação e Programas Sociais	01	CC-3	R\$ 2.730,59
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS			
Secretário de Obras e Serviços	01	CC-1	R\$ 5.673,25
Diretor do Departamento de Obras e Serviços	01	CC-2	R\$ 3.520,90
Diretor do Departamento de Paisagismo	01	CC-2	R\$ 3.520,90
Coordenador do Setor de Manutenção	01	CC-4	R\$ 2.076,16
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
Secretário de Educação, Cultura e Esportes	01	CC-1	R\$ 5.673,25
Diretor do Departamento de Educação e Cultura	01	CC-2	R\$ 3.520,90
Diretor do Departamento de Esportes	01	CC-2	R\$ 3.520,90
Coordenador do Centro de Eventos	01	CC-4	R\$ 2.076,16
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente	01	CC-1	R\$ 5.673,25
Assistente Administrativo	01	CC-5	R\$ 1.339,75



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Lei Complementar nº 035/2004 alterada pelas Leis Complementares nºs 067/07, 087/10 e 098/11 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, 1036/12, Lei Complementar 115/13, Lei 1109/13, Lei 1194/13, Lei Complementar 124/14, Lei nº 1329/14 e Lei 1478/16

“INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA”.

**ANEXO IV
FUNÇÕES GRATIFICADAS**

Funções Gratificadas	Quant.	Título	Valor
FG1	01	Chefe do Setor de Tesouraria	R\$ 622,14
FG1	01	Chefe do Setor de Compras	R\$ 622,14
FG1	01	Coordenador dos ESF	R\$ 622,14
FG2	01	Coordenador do CRAS	R\$ 482,51
FG2	01	Coordenador Executivo do PROCON Municipal	R\$ 482,51
FG2	01	Chefe do Setor de Contabilidade	R\$ 482,51
FG2	01	Chefe do Setor de Licitação	R\$ 482,51
FG2	01	Chefe do Setor de Comunicação	R\$ 482,51
FG2	01	Chefe do Setor de Desenvolvimento Humano	R\$ 482,51
FG2	01	Chefe do Setor de Tributação	R\$ 482,51
FG2	02	Chefe do Setor de Tecnologia da Informação	R\$ 482,51
FG2	01	Chefe do Setor de Vigilância Sanitária	R\$ 482,51
FG3	01	Secretário da Junta do Serviço Militar	R\$ 283,09
FG3	01	Assistente dos Serviços de Sinalização Viária	R\$ 283,09



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Lei Complementar nº 036 de 18 de março de 2004, alterada pelas Leis Complementares nºs 037/05, 041/06, 043/06, 058/07, 060/07 e 087/10 e Leis nºs 589/05, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, Lei 1036/12, Lei Complementar 114/13, Lei 1109/13, Lei 1194/13, Lei Complementar 123/14, Lei nº 1329/14, Lei 1420/15 e Lei 1478/16

ANEXO I - EMPREGOS TEMPORÁRIOS

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	PROVIMENTO	VAGAS	SALÁRIO
Agente Comunitário de Saúde	40 h/s	Temporário	14	R\$ 1.123,05
Auxiliar de Odontologia	40 h/s	Temporário	02	R\$ 1.251,47
Atendente em Farmácia	40 h/s	Temporário	01	R\$ 1.273,67
Técnico de Controle do ESF	40 h/s	Temporário	01	R\$ 1.969,58
Técnico de Enfermagem	40h/s	Temporário	08	R\$ 1.456,32
Psicólogo	40 h/s	Temporário	01	R\$ 3.149,95
Psicólogo	20 h/s	Temporário	02	R\$ 1.574,99
Enfermeira	40 h/s	Temporário	02	R\$ 5.118,67
Odontólogo	40 h/s	Temporário	02	R\$ 5.118,67
Médico Generalista	40 h/s	Temporário	02	R\$ 12.862,15
Farmacêutico	40 h/s	Temporário	02	R\$ 4.566,01



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Lei Complementar nº 033/03 alterada pelas Leis Complementares nºs 094/10 e 099/11 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, Lei 1036/12, Lei Complementar 116/13 e Lei 1109/13, Lei nº 1194/2013, Lei nº 1329/14 e Lei 1478/16

**QUADRO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO
MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL**

ANEXO IV

FUNÇÕES DE SUPORTE PEDAGÓGICO

FUNÇÃO DE SUPORTE PEDAGÓGICO	TÍTULO	Nº DE FUNÇÕES	VALOR
F.S.P - 01	Diretor de Escola	01	R\$ 923,67
F.S.P - 02	Diretor de Unidade Educacional	02	R\$ 861,64
F.S.P - 03	Coordenador Pedagógico da Educação Infantil	01	R\$ 330,87
F.S.P - 03	Coordenador Pedagógico do Ensino Fundamental Anos Iniciais	01	R\$ 330,87
F.S.P - 03	Coordenador Pedagógico do Ensino Fundamental Anos Finais	01	R\$ 330,87
F.S.P - 04	Secretário de Escola	01	R\$ 261,93

LEI 1479

LEI Nº 1479 de 29 de novembro de 2016.

"ALTERA O "CAPUT" DO ART. 2º DA LEI Nº 1189 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013 QUE 'INSTITUI 'AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO' AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica alterado o "caput" do art. 2º da Lei nº 1189 de 10 de dezembro de 2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2º- O AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO será fornecido aos servidores na forma de cartão magnético através de empresa ou instituição credenciada ao Plano de Alimentação do Trabalhador - PAT, selecionada através de Processo Licitatório, no valor de R\$ 16,80 (dezesseis reais e oitenta centavos) por dia útil, excluídos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos trabalhados, exceto se o trabalho nesses dias ultrapassar 04 (quatro) horas diárias e não for compensado em folgas."

Art.2º- Os demais artigos da Lei nº 1189 de 10 de dezembro de 2013 permanecem em vigor.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Luzerna(SC), 29 de novembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PL 105/2016 - PP 072/2016 - SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 105/2016 - PML

Pregão Presencial nº 072/2016 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na área de informática para licenciamento mensal de sistemas para gestão pública, destinadas a Prefeitura Municipal, Fundos Especiais e Câmara de Vereadores, na forma e condições descritas neste Edital e seus Anexos.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 12 de dezembro de 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 09h10min do dia 12 de dezembro de 2016.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

RREO 5º BIMESTRE - ANEXO 01

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	18.250.000,00	18.907.059,05	2.911.379,79	15,40	15.591.251,03	3.315.808,02
RECEITA TRIBUTÁRIA	18.137.999,00	18.318.739,86	2.770.048,92	15,12	14.887.261,78	3.431.478,08
IMPOSTOS	1.891.241,04	1.891.241,04	232.124,39	12,27	1.794.445,41	96.795,63
TAXAS	1.436.800,00	1.436.800,00	212.692,20	14,80	1.362.281,88	74.518,12
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	453.941,04	453.941,04	19.432,19	4,28	432.163,53	21.777,51
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	315.000,00	315.000,00	70.831,78	22,49	347.232,03	-32.232,03
RECEITA PATRIMONIAL	315.000,00	315.000,00	70.831,78	22,49	347.232,03	-32.232,03
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	243.635,48	248.713,25	31.382,48	12,62	182.930,57	65.782,68
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.800,00	10.800,00	800,00	7,41	4.350,40	6.449,60
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	205.675,48	210.753,25	22.458,60	10,66	144.760,46	65.992,79
RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	2.160,00	2.160,00	3.410,64	157,90	13.858,32	-11.698,32
RECEITA DE SERVIÇOS	25.000,00	25.000,00	4.713,24	18,85	19.961,39	5.038,61
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	200,00	200,00	3.703,50	1.851,75	24.662,33	-24.462,33
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.536.277,68	15.711.940,77	2.400.381,79	15,28	12.264.173,08	3.447.767,69
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	15.525.777,68	15.633.442,29	2.328.953,42	14,90	11.981.889,48	3.651.552,81
TRANSF. DE PESSOAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSF. DE CONV.	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	67.998,48	71.428,37	105,04	282.283,60	-214.285,12
MULTAS E JUROS DE MORA	151.644,80	151.644,80	31.624,98	20,85	273.818,36	-122.173,56
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	98.762,80	98.762,80	23.317,66	23,61	93.542,08	5.220,72
RECEITA DA DIVIDAATIVA	216,00	216,00	0,00	0,00	95.301,16	-95.085,16
RECEITAS DIVERSAS	52.656,00	52.656,00	8.307,32	15,78	47.144,35	5.511,65
RECEITAS DE CAPITAL	10,00	10,00	0,00	0,00	37.830,77	-37.820,77
ALIENAÇÃO DE BENS	112.001,00	588.319,19	141.330,87	24,02	703.989,25	-115.670,06
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	102.001,00	102.001,00	0,00	0,00	78.100,00	23.901,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	102.000,00	102.000,00	0,00	0,00	78.100,00	23.900,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.000,00	10.000,00	1.894,22	18,94	10.035,06	-35,06
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	0,00	476.318,19	139.436,65	29,27	615.854,19	-139.536,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	0,00	476.318,19	139.436,65	29,27	615.854,19	-139.536,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	18.250.000,00	18.907.059,05	2.911.379,79	15,40	15.591.251,03	3.315.808,02

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	18.250.000,00	18.907.059,05	2.911.379,79	15,40	15.591.251,03	3.315.808,02
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	18.250.000,00	18.907.059,05	2.911.379,79	15,40	15.591.251,03	3.315.808,02
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	782.626,77	—	—	550.644,35	—
Superávit Financeiro	—	782.626,77	—	—	550.644,35	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	18.250.000,00	20.401.318,60	2.311.931,68	16.685.553,29	3.715.765,31	3.145.420,55	15.079.204,20	5.322.114,40	14.927.593,15
DESPESAS CORRENTES	17.860.821,40	18.825.213,17	2.035.911,23	15.470.305,68	3.354.907,49	2.953.360,46	14.009.494,43	4.815.718,74	13.858.783,38
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.263.548,70	9.760.271,99	1.505.656,45	7.658.614,20	2.101.657,79	1.501.099,32	7.645.027,76	2.115.244,23	7.645.027,76
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	101.520,00	31.553,36	0,00	31.553,36	0,00	0,00	31.553,36	0,00	31.553,36
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.495.752,70	9.033.387,82	530.254,78	7.780.138,12	1.253.249,70	1.452.261,14	6.332.913,31	2.700.474,51	6.182.202,26
DESPESAS DE CAPITAL	355.593,60	1.542.520,43	276.020,45	1.215.247,61	327.272,82	192.060,09	1.069.709,77	472.810,66	1.068.809,77
INVESTIMENTOS	324.273,60	1.533.627,06	276.020,45	1.206.354,24	327.272,82	192.060,09	1.060.816,40	472.810,66	1.059.916,40
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	31.320,00	8.893,37	0,00	8.893,37	-0,00	0,00	8.893,37	-0,00	8.893,37
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	33.585,00	33.585,00	0,00	0,00	33.585,00	0,00	0,00	33.585,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	33.585,00	33.585,00	0,00	0,00	33.585,00	0,00	0,00	33.585,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	18.250.000,00	20.401.318,60	2.311.931,68	16.685.553,29	3.715.765,31	3.145.420,55	15.079.204,20	5.322.114,40	14.927.593,15

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	18.250.000,00	20.401.318,60	2.311.931,68	16.685.553,29	3.715.765,31	3.145.420,55	15.079.204,20	5.322.114,40	14.927.593,15
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	512.046,83	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	18.250.000,00	20.401.318,60	2.311.931,68	16.685.553,29	—	3.145.420,55	15.591.251,03	—	14.927.593,15

FONTE:

Luzerna, 29/11/2016

DREONE MENDES	ANGELO BRANDALISE JUNIOR	PAULA BUTTNER
CONTADOR - CRC/SC 36.461	SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

RREO 5º BIMESTRE - ANEXO 02

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) = (d) - (e)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)								
Legislativa	18.250.000,00	20.401.318,60	2.311.931,68	16.685.553,29	3.715.765,31	3.145.420,55	15.079.204,20	100,00
Ação Legislativa	585.000,00	585.000,00	65.635,80	421.588,52	163.411,48	68.324,08	370.163,38	2,45
Administração	585.000,00	585.000,00	65.635,80	421.588,52	163.411,48	68.324,08	370.163,38	2,45
Administração Geral	3.019.038,00	2.835.399,44	300.464,25	2.385.519,70	449.879,74	390.115,25	2.195.236,26	14,56
Administração Financeira	2.593.456,00	2.425.454,69	260.961,93	1.990.839,65	434.615,04	341.256,91	1.808.826,55	12,00
Controle Interno	359.101,00	363.463,75	35.672,52	357.229,14	6.234,61	43.160,38	349.583,49	2,32
Segurança Pública	66.481,00	46.481,00	3.829,80	37.450,91	9.030,09	5.697,96	36.826,22	0,24
Policimento	110.428,00	211.382,09	21.111,20	112.050,98	99.331,11	22.101,52	93.062,74	0,62
Defesa Civil	110.425,00	207.881,09	21.111,20	110.228,48	97.652,61	22.101,52	91.240,24	0,61
Assistência Social	3,00	3.501,00	0,00	1.822,50	1.678,50	0,00	1.822,50	0,01
Assistência ao Idoso	703.159,80	775.924,17	108.311,49	564.112,59	211.811,58	102.853,73	526.819,11	3,49
Assistência à Criança e ao Adolescente	50.001,00	50.001,00	5.493,30	25.380,28	24.620,72	3.950,50	23.063,23	0,15
Assistência Comunitária	168.484,00	168.610,32	19.594,08	130.592,21	38.018,11	23.494,93	125.156,81	0,83
Saúde	484.674,80	557.312,85	83.224,11	408.140,10	149.172,75	75.408,30	378.599,07	2,51
Atenção Básica	3.736.478,40	4.244.191,06	514.482,97	3.688.318,77	555.872,29	710.370,55	3.442.618,78	22,83
Vigilância Sanitária	3.698.716,40	4.183.745,46	512.346,01	3.629.969,32	553.776,14	701.535,56	3.386.232,52	22,46
Vigilância Epidemiológica	34.882,00	54.597,76	-690,79	53.097,06	1.500,70	5.586,71	51.133,87	0,34
Alimentação e Nutrição	1.380,00	4.147,84	2.524,97	3.646,03	501,81	2.865,64	3.646,03	0,02
Trabalho	1.500,00	1.700,00	302,78	1.606,36	93,64	382,64	1.606,36	0,01
Relação de Trabalho	30.001,00	30.001,00	1.046,00	10.127,66	19.873,34	2.246,00	7.127,66	0,05
Educação	30.001,00	30.001,00	1.046,00	10.127,66	19.873,34	2.246,00	7.127,66	0,05
Alimentação e Nutrição	5.567.563,80	6.303.421,13	889.541,31	4.977.984,28	1.325.436,85	1.029.603,24	4.623.573,61	30,66
Ensino Fundamental	347.280,40	446.418,06	47.204,13	332.946,78	113.471,28	71.932,50	312.461,66	2,07
Ensino Profissional	3.869.085,40	4.173.479,88	580.584,08	3.228.962,73	944.517,15	649.752,57	2.970.755,45	19,70
Ensino Superior	10.001,00	15.001,00	2.600,00	14.900,00	101,00	2.500,00	13.500,00	0,09
Educação Infantil	105.000,00	120.000,00	20.681,63	99.197,88	20.802,12	29.156,25	88.076,56	0,58
Educação Especial	1.191.217,00	1.503.522,19	238.471,47	1.256.976,89	246.546,30	266.706,92	1.206.019,94	8,00
Cultura	45.000,00	45.000,00	0,00	45.000,00	0,00	9.555,00	32.760,00	0,22
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	185.606,00	100.127,80	4.048,98	91.198,98	8.928,82	3.323,98	90.473,98	0,60
	3.001,00	3.001,00	325,00	1.505,00	1.496,00	325,00	1.505,00	0,01

C

R\$ 1,00

DO

(a-d)

22.114,40

14.836,62

14.836,62

40.163,18

16.628,14

13.880,26

9.654,78

18.319,35

16.640,85

1.678,50

49.105,06

26.937,77

43.453,51

78.713,78

01.572,28

97.512,94

3.463,89

501,81

93,64

22.873,34

22.873,34

79.847,52

33.956,40

02.724,43

1.501,00

31.923,44

97.502,25

12.240,00

9.653,82

1.496,00

ontinua 1/3

Conti

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								(e) = (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Cultura	18.250.000,00	20.401.318,60	2.311.931,68	16.685.553,29	3.715.765,31	3.145.420,55	15.079.204,20	100,00
Difusão Cultural	185.606,00	100.127,80	4.048,98	91.198,98	8.928,82	3.323,98	90.473,98	0,60
Urbanismo	182.605,00	97.126,80	3.723,98	88.693,98	7.432,82	2.996,98	88.968,98	0,59
Infra-Estrutura Urbana	1.776.750,00	2.554.468,57	185.356,02	2.009.352,59	545.115,98	349.656,05	1.610.671,02	10,68
Serviços Urbanos	30.010,00	163.960,11	48.828,32	118.886,99	45.073,12	34.840,67	102.302,94	0,68
Habituação	1.746.740,00	2.390.508,46	136.527,70	1.890.465,60	500.042,86	314.815,38	1.508.368,08	10,00
Administração Geral	10.006,00	36.006,00	7.324,33	26.301,65	9.704,35	7.511,63	25.072,95	0,17
Habituação Rural	10.002,00	36.002,00	7.324,33	26.301,65	9.700,35	7.511,63	25.072,95	0,17
Habituação Urbana	2,00	2,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	2,00	2,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	8.920,00	54.004,79	0,00	45.084,79	8.920,00	0,00	45.084,79	0,30
Gestão Ambiental	8.920,00	54.004,79	0,00	45.084,79	8.920,00	0,00	45.084,79	0,30
Preservação e Conservação Ambiental	4,00	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	4,00	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	857.505,00	793.825,00	54.828,12	678.965,55	114.859,45	133.750,08	595.817,00	3,95
Promoção da Produção Agropecuária	827.504,00	753.824,00	47.228,12	641.373,65	112.450,35	125.298,38	560.818,61	3,72
Indústria	30.001,00	40.001,00	7.600,00	37.591,90	2.409,10	8.451,70	34.998,39	0,23
Promoção Industrial	95.507,00	90.463,14	33.750,00	83.804,92	6.658,22	29.642,44	65.076,48	0,43
Comércio e Serviços	95.507,00	90.463,14	33.750,00	83.804,92	6.658,22	29.642,44	65.076,48	0,43
Promoção Comercial	50.004,00	30.004,00	0,00	0,00	30.004,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	50.004,00	30.004,00	0,00	0,00	30.004,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	952.690,00	1.137.250,98	90.043,01	1.027.023,64	110.227,34	202.449,39	895.694,60	5,94
Desporto e Lazer	952.690,00	1.137.250,98	90.043,01	1.027.023,64	110.227,34	202.449,39	895.694,60	5,94
Desporto Comunitário	198.342,00	348.720,21	35.888,20	326.578,45	22.141,76	67.827,25	302.930,52	2,01
Encargos Especiais	198.342,00	348.720,21	35.888,20	326.578,45	22.141,76	67.827,25	302.930,52	2,01
Serviço da Dívida Interna	329.412,00	237.540,22	100,00	237.540,22	0,00	25.645,36	189.781,32	1,26
Outras Transferências	132.840,00	40.446,73	0,00	40.446,73	-0,00	0,00	40.446,73	0,27
	196.572,00	197.093,49	100,00	197.093,49	0,00	25.645,36	149.334,59	0,99

C

inuação 2/3

DO
(a-d)

22.114,40

9.653,82

8.157,82

43.797,55

61.657,17

82.140,38

10.933,05

10.929,05

2,00

2,00

8.920,00

8.920,00

4,00

4,00

98.008,00

93.005,39

5.002,61

25.386,66

25.386,66

30.004,00

30.004,00

41.556,38

41.556,38

45.789,69

45.789,69

47.758,90

-0,00

47.758,90

ontinua 2/3

Conti

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.250.000,00	20.401.318,60	2.311.931,68	16.685.553,29	3.715.765,31	3.145.420,55	15.079.204,20	100,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	33.585,00	33.585,00	0,00	0,00	33.585,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	18.250.000,00	20.401.318,60	2.311.931,68	16.685.553,29	3.715.765,31	3.145.420,55	15.079.204,20	100,00

FONTE:

Luzerna, 29/11/2016

DREONE MENDES
CONTADOR - CRC/SC 36.461ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃOPAULA BUTTNER
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNOMOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

inuação 3/3

DO
(a-d)

R\$22.114,40

33.585,00

R\$22.114,40

RREO 5º BIMESTRE - ANEXO 03

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2015 A OUTUBRO/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Agô/2016	Sep/2016	Out/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.505.438,36	1.806.355,71	1.706.550,19	1.719.950,05	1.724.596,02	1.645.363,67	1.836.248,30	1.754.185,51	1.671.851,39	1.571.288,13	1.488.943,81	1.667.288,15	20.299.330,19
RECEITA TRIBUTÁRIA	140.406,51	125.494,19	111.538,35	121.209,95	421.678,05	244.388,31	225.223,34	151.980,75	145.926,76	138.775,51	130.691,26	101.433,13	1.891.241,04
I.P.T.U.	4.040,68	3.050,36	0,00	13.758,51	169.306,58	42.296,83	23.366,23	12.433,55	7.361,75	11.427,30	1.871,22	1.027,68	268.940,70
I.R.R.F.	36.162,88	18.448,39	30.079,96	19.754,52	18.765,00	20.110,88	21.633,71	23.704,36	20.579,19	20.088,01	26.973,82	21.094,53	279.135,87
I.S.S.	58.447,05	78.776,11	62.444,78	39.487,82	76.353,31	80.186,55	88.990,52	70.959,61	76.879,98	80.301,15	68.772,82	58.772,82	840.311,02
I.T.B.U.	30.027,39	10.100,00	9.078,00	23.891,00	10.269,00	18.115,27	25.766,32	6.333,00	17.992,97	7.174,00	21.164,00	13.066,00	100.000,00
Outras Receitas Tributárias	11.738,71	14.109,33	9.185,59	24.228,10	146.983,16	84.278,78	65.476,55	38.691,23	24.112,87	19.895,05	11.959,40	7.472,79	454.441,04
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	33.605,10	34.392,36	35.031,03	33.241,43	33.839,68	35.796,10	33.539,43	33.328,03	34.442,78	35.174,77	35.165,68	35.665,10	315.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	18.835,53	19.365,93	13.961,47	17.275,97	22.017,40	20.218,71	18.416,93	22.774,22	20.995,61	16.287,88	18.583,38	12.783,10	221.132,03
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	15.111,11	8.860,00	135,00	297.302	944,46	1.767,70	1.088,75	1.305,00	3.974,90	1.505,00	2.197,50	39.773,44
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.394.594,86	1.598.096,81	1.525.511,54	1.533.142,85	1.227.011,71	1.320.460,99	1.534.051,52	1.428.066,29	1.446.269,56	1.460.168,13	1.286.429,66	1.501.195,17	17.255.919,09
Cota-Parte do FPM.	477.453,38	807.350,66	521.721,09	653.119,36	396.716,85	471.611,14	627.125,00	516.110,14	574.515,35	465.940,62	378.821,49	469.949,52	6.990.000,00
Cota-Parte do ICMS.	434.012,54	423.694,23	523.261,88	427.110,88	431.955,19	444.130,81	428.597,65	424.440,18	438.022,54	432.653,10	467.371,03	483.467,83	6.000.000,00
Cota-Parte do IRPJ.	108.079,72	23.113,18	23.544,61	42.207,74	60.447,78	48.701,32	61.022,58	60.643,68	58.262,49	62.361,09	63.063,74	676.185,26	680.000,00
Outras Transferências Correntes	155.978,88	114.918,53	190.232,30	174.555,57	111.275,13	119.398,53	171.874,48	193.284,96	153.677,14	288.068,46	138.857,59	224.075,29	6.265,94
Transferências da LC 61/1999	6.893,09	6.604,08	8.216,99	6.246,00	6.195,70	6.357,32	7.129,23	4.295,78	5.895,76	5.897,99	6.459,65	6.626,47	88.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.799,38	1.799,38	1.823,26	1.823,26	1.823,26	1.823,26	1.823,26	1.823,26	1.823,26	1.823,26	1.823,26	1.823,26	26.426,52
Transferências do FUNDEC	212.262,13	15.915,31	250.619,64	227.935,43	218.591,32	228.418,48	235.384,31	225.460,51	217.132,02	223.517,89	228.436,21	260.278,49	2.800.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.066,36	15.915,31	10.747,80	14.698,95	17.107,06	22.853,10	23.230,38	114.997,47	21.311,68	16.906,94	17.560,83	14.084,15	307.440,03
DEDUÇÕES (II)	216.375,78	200.851,83	216.831,70	226.129,96	179.496,83	194.536,39	225.356,32	201.863,95	175.915,98	193.716,17	183.826,98	203.356,06	2.615.793,30
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	205.375,78	200.851,83	216.831,70	226.129,96	179.496,83	194.536,39	225.356,32	201.863,95	175.915,98	193.716,17	183.826,98	203.356,06	2.615.793,30
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.289.062,58	1.605.503,88	1.489.718,49	1.493.820,09	1.545.100,09	1.450.827,28	1.610.892,98	1.552.321,56	1.497.935,41	1.477.569,96	1.305.116,83	1.463.932,09	17.892.536,24

FONTE:

Luzerna, 29/11/2016

ANGELO BRANDALISE JUNIOR	PAULA BUTTNER
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO

DREONE MENDES	MONSES DIERSMANN
CONTADOR - CRCSC 38.461	PREFEITO MUNICIPAL

RREO 5º BIMESTRE - ANEXO 05

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	182.436,04	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	975.547,92	1.573.824,22	1.402.600,93
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.205.626,27	1.573.824,22	1.402.600,93
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceção Precatórios)	230.078,35	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-793.111,88	-1.573.824,22	-1.402.600,93
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-793.111,88	-1.573.824,22	-1.402.600,93

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2016 (C - A)
VALOR	171.223,29	-609.489,05

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-245.200,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Luzerna, 29/11/2016

DREONE MENDES
CONTADOR - CRC/SC 36.461

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

PAULA BÜTTNER
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

RREO 5º BIMESTRE - ANEXO 06

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	18.108.016,61	14.742.501,32	13.554.264,25
Receita Tributária	1.891.241,04	1.794.445,41	1.609.171,08
I.P.T.U.	267.000,00	282.849,66	253.206,93
I.S.S.	800.000,00	703.087,86	656.120,56
I.T.B.I.	100.000,00	152.809,56	128.114,68
I.R.R.F.	269.800,00	223.534,80	202.445,57
Outras Receitas Tributárias	454.441,04	432.163,53	369.283,34
Receita de Contribuição	315.000,00	347.232,03	274.849,20
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	315.000,00	347.232,03	274.849,20
Receita Patrimonial Líquida	37.990,00	38.170,11	41.267,37
Receita Patrimonial	248.713,25	182.930,57	234.952,02
(-) Aplicações Financeiras	210.723,25	144.760,46	193.684,65
Transferências Correntes	15.711.940,77	12.264.173,08	11.444.662,69
F.P.M.	5.599.200,00	4.093.723,84	3.961.553,47
I.P.V.A	544.000,00	437.602,80	444.303,19
I.C.M.S.	4.800.000,00	3.601.617,71	3.422.544,61
Convênios	67.998,48	282.283,60	0,00
Outras Transferências Correntes	4.700.742,29	3.848.945,13	3.616.261,42
Demais Receitas Correntes	151.844,80	298.480,69	184.313,91
Dívida Ativa	52.656,00	47.144,35	48.338,85
Diversas Receitas Correntes	99.188,80	251.336,34	135.975,06
RECEITAS DE CAPITAL (II)	588.319,19	703.989,25	1.017.374,18
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	10.000,00	10.035,06	34.108,81
Alienação de Ativos (V)	102.001,00	78.100,00	19.300,00
Transferências de Capital	476.318,19	615.854,19	963.965,37
Convênios	476.318,19	615.854,19	963.965,37
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	476.318,19	615.854,19	963.965,37
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	18.584.334,80	15.358.355,51	14.518.229,62

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	18.825.213,17	15.470.305,68	14.724.371,77	14.009.494,43	13.654.844,65
Pessoal e Encargos Sociais	9.760.271,99	7.658.614,20	7.177.287,19	7.645.027,76	7.174.968,79
Juros e Encargos da Dívida (IX)	31.553,36	31.553,36	75.804,36	31.553,36	75.804,36
Outras Despesas Correntes	9.033.387,82	7.780.138,12	7.471.280,22	6.332.913,31	6.404.071,50
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	18.793.659,81	15.438.752,32	14.648.567,41	13.977.941,07	13.579.040,29
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.542.520,43	1.215.247,61	1.684.969,77	1.069.709,77	1.439.258,19
Investimentos	1.533.627,06	1.206.354,24	1.659.006,58	1.060.816,40	1.413.295,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	8.893,37	8.893,37	25.963,19	8.893,37	25.963,19
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.533.627,06	1.206.354,24	1.659.006,58	1.060.816,40	1.413.295,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	33.585,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	20.360.871,87	16.645.106,56	16.307.573,99	15.038.757,47	14.992.335,29

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.776.537,07	-1.286.751,05	-1.789.344,37	319.598,04	-474.105,67
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	550.644,35	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	550.644,35	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					-240.326,28

Luzerna, 29/11/2016

DREONE MENDES
 CONTADOR - CRC/SC 36.461

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
 SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

PAULA BÜTTNER
 COORDENADORA DO CONTROLE INTERNC

MOISES DIERSMANN
 PREFEITO MUNICIPAL

RREO 5º BIMESTRE - ANEXO 07

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					RS 1,00		
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015						
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	230.078,35	229.910,35	168,00	-	1.347,06	320.809,52	236.046,63	236.046,63	73.198,39	12.911,56	12.911,56	
	EXECUTIVO	0,00	230.078,35	229.910,35	168,00	0,00	1.347,06	320.809,52	236.046,63	236.046,63	73.198,39	12.911,56	12.911,56	
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	230.078,35	229.910,35	168,00	0,00	1.347,06	320.809,52	236.046,63	236.046,63	73.198,39	12.911,56	12.911,56	
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	2.101,16	1.713,82	1.713,82	387,34	0,00	0,00	
	FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DE DEFESA¹	0,00	688,50	688,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	0,00	1.281,40	1.281,40	0,00	0,00	0,00	10.019,18	5.371,82	5.371,82	4.647,36	0,00	0,00	
	GABINETE DO PREFEITO	0,00	15.861,93	15.861,93	0,00	0,00	0,00	5.494,21	5.097,63	5.097,63	396,58	0,00	0,00	
	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	3.867,59	3.867,59	0,00	0,00	0,00	1.417,46	923,54	923,54	493,92	-0,00	-0,00	
	SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORT	0,00	68.939,60	69.771,60	168,00	0,00	0,00	28.190,07	12.189,90	12.189,90	3.800,17	10.200,00	10.200,00	
	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACAO	0,00	44.146,70	44.146,70	0,00	0,00	0,00	40.771,50	36.733,56	36.733,56	4.037,94	0,00	0,00	
	SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL	0,00	181,55	181,55	0,00	0,00	0,00	288,72	195,12	195,12	93,60	0,00	0,00	
	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO¹	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	232,68	169,68	169,68	54,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS	0,00	83.611,08	83.611,08	0,00	0,00	1.347,06	234.303,54	173.651,56	173.651,56	59.267,48	2.711,56	2.711,56	
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	TOTAL (III) = (I + II):	0,00	230.078,35	229.910,35	168,00	0,00	1.347,06	320.809,52	236.046,63	236.046,63	73.198,39	12.911,56	12.911,56	

FONTE:

RREO 5º BIMESTRE - ANEXO 08

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.507.168,00	1.507.168,00	1.407.865,34	93,41
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	327.480,00	327.480,00	319.019,51	97,42
1.1.1- IPTU	360.000,00	360.000,00	367.032,07	101,95
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.080,00	1.080,00	1.705,89	158,05
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	37.800,00	37.800,00	25.328,82	67,01
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	21.600,00	21.600,00	9.134,14	42,29
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(93.000,00)	(93.000,00)	(84.182,41)	90,52
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	152.809,56	152,81
1.2.1- ITBI	100.000,00	100.000,00	152.809,56	152,81
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	809.888,00	809.888,00	712.501,47	87,98
1.3.1- ISS	800.000,00	800.000,00	703.925,94	87,99
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.944,00	1.944,00	6.768,61	348,18
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	6.000,00	6.000,00	2.088,10	34,47
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.944,00	1.944,00	578,90	29,68
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(838,08)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	269.800,00	269.800,00	223.534,80	82,85
1.4.1- IRRF	269.800,00	269.800,00	223.534,80	82,85
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.654.966,52	13.654.966,52	10.204.261,67	74,73
2.1- Cota-Parte FPM	6.860.000,00	6.860.000,00	5.067.434,56	73,87
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.304.000,00	6.304.000,00	4.868.555,14	77,23
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	278.000,00	278.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	278.000,00	278.000,00	198.879,42	71,54
2.2- Cota-Parte ICMS	6.000.000,00	6.000.000,00	4.502.021,10	75,03
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	26.426,52	26.426,52	18.232,60	68,99
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	88.000,00	88.000,00	63.850,89	72,33
2.5- Cota-Parte ITR	540,00	540,00	5.920,16	1.096,33
2.6- Cota-Parte IPVA	680.000,00	680.000,00	547.002,36	80,44
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.162.134,52	15.162.134,52	11.612.127,01	76,59
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	416.836,00	416.836,00	353.287,27	84,75
5.1- Transferências do Salário-Educação	320.000,00	320.000,00	281.270,84	87,88
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	65.000,00	65.000,00	60.424,00	92,96
5.4- Transferências Diretas - PNATE	28.080,00	28.080,00	26.805,87	95,46
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	3.756,00	3.756,00	4.985,56	132,76
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	245.981,83	430.319,53	174,94
6.1- Transferências de Convênios	-	244.826,01	428.445,53	175,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	1.155,82	1.874,00	162,14
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	64.994,40	64.994,40	47.060,63	72,41
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	481.830,40	727.812,23	830.667,43	114,13
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.619.793,30	2.619.793,30	2.001.074,34	76,38
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.290.800,00	1.290.800,00	973.710,72	75,43
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.200.000,00	1.200.000,00	900.403,39	75,03
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	5.285,30	5.285,30	3.646,50	68,99
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	17.600,00	17.600,00	12.730,20	72,33
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	108,00	108,00	1.183,97	1.096,27
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	136.000,00	136.000,00	109.399,56	80,44
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.820.000,00	2.820.000,00	2.331.994,19	82,69
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.800.000,00	2.800.000,00	2.315.735,30	82,70
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	20.000,00	20.000,00	16.228,89	81,14
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	180.206,70	180.206,70	314.660,96	174,61
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.030.000,00	2.030.000,00	1.701.003,25	83,79	1.701.003,25	83,79
13.1- Com Educação Infantil	800.000,00	800.000,00	656.184,50	82,02	656.184,50	82,02
13.2- Com Ensino Fundamental	1.230.000,00	1.230.000,00	1.044.818,75	84,94	1.044.818,75	84,94
14- OUTRAS DESPESAS	780.000,00	780.000,00	492.866,98	63,19	482.094,98	61,81
14.1- Com Educação Infantil	0,00	160.000,00	111.741,67	69,84	111.691,67	69,81
14.2- Com Ensino Fundamental	780.000,00	620.000,00	381.145,31	61,48	370.403,31	59,74
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.810.000,00	2.810.000,00	2.193.890,23	78,07	2.183.098,23	77,69
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						2.183.098,23
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						72,94
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						20,67
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						6,38
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016*						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	3.790.533,63	3.790.533,63	2.903.031,75	76,59		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.234.828,40	1.545.828,40	1.288.584,00	83,36	1.237.627,05	80,06
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.570.903,00	3.446.863,00	2.553.738,02	74,09	2.420.806,78	70,23
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.010.000,00	1.850.000,00	1.425.964,06	77,08	1.415.222,06	76,50
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.560.903,00	1.596.863,00	1.127.773,96	70,62	1.005.584,72	62,97
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.805.731,40	4.992.691,40	3.842.322,02	76,96	3.658.433,83	73,28
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						314.660,96
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						16.228,89
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						330.889,85
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						3.327.543,98
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						28,66
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	323.000,00	326.183,77	267.064,71	81,88	243.103,87	74,53
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	158.830,40	604.543,96	578.077,03	95,62	470.469,96	77,82
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	481.830,40	930.727,73	845.141,74	90,80	713.573,83	76,67
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.287.561,80	5.923.419,13	4.687.463,76	79,13	4.372.007,66	73,81

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.315.735,30	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		2.183.098,23	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		2.183.098,23	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		16.228,89	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		148.865,96	0,00

Luzerna, 29/11/2016

DREONE MENDES
CONTADOR - CRC/SC 36.461

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

PAULA BÜTTNER
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

RREO 5º BIMESTRE - ANEXO 09

Município de Luzerna - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)						R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO EXECUTADO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)		0,00	0,00		0,00	
DESPEAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPEAS EMPENHADAS (e)	DESPEAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)	
DESPEAS DE CAPITAL	1.542.520,43	1.215.247,61	1.069.709,77	0,00	327.272,82	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.542.520,43	1.215.247,61	1.069.709,77	0,00	327.272,82	
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.542.520,43	-1.215.247,61	-	-	-327.272,82	
FONTE:						

FONTE:

Luzerna, 29/11/2016

DREONE MENDES CONTADOR - CRC/SC 36.461	ANGELO BRANDALISE JUNIOR SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇ	PAULA BÜTTNER COORDENADORA DO CONTROLE INTERNC
MOISES DIERSMANN PREFEITO MUNICIPAL		

RREO 5º BIMESTRE - ANEXO 10

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 29/11/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Luzerna, 29/11/2016

DREONE MENDES
CONTADOR - CRC/SC 36.461

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

PAULA BÜTTNER
COORDENADORA DO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

RREO 5º BIMESTRE - ANEXO 11

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREVISOÃO ATUALIZADA (a)							RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		R\$ 1,00	
RECEITAS									SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)	
RECEITA DE CAPITAL										
ALIENAÇÃO DE ATIVOS							102.001,00		78.100,00	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS							1,00		0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS							102.000,00		78.100,00	
TOTAL							102.001,00		78.100,00	
TOTAL									23.901,00	
TOTAL									23.900,00	
TOTAL									23.901,00	
DESPESAS										
(APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)										
Despesas de Capital							69.001,00		0,00	
Investimentos							69.001,00		0,00	
TOTAL							69.001,00		0,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL									16.447,00	
TOTAL										

FONTE:

Luzerna, 29/11/2016

DREONE MENDES

CONTADOR - CRC/SC 36.461

 MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

PAULA BÜTTNER

COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO

RREO 5º BIMESTRE - ANEXO 12

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.507.178,80	1.507.178,80	1.407.865,34	93,41		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	267.000,00	267.000,00	282.849,66	105,94		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	152.809,56	152,81		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	800.000,00	800.000,00	703.087,86	87,89		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	269.800,00	269.800,00	223.534,80	82,85		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.034,80	3.034,80	8.475,50	279,28		
Dívida Ativa dos Impostos	43.800,00	43.800,00	27.396,92	62,55		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	23.544,00	23.544,00	9.711,04	41,25		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.098.966,52	13.098.966,52	10.005.382,25	76,38		
Cota-Parte FPM	6.304.000,00	6.304.000,00	4.868.555,14	77,23		
Cota-Parte ITR	540,00	540,00	5.920,16	1.096,33		
Cota-Parte IPVA	680.000,00	680.000,00	547.002,36	80,44		
Cota-Parte ICMS	6.000.000,00	6.000.000,00	4.502.021,10	75,03		
Cota-Parte IPI-Exportação	88.000,00	88.000,00	63.650,89	72,33		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	26.426,52	26.426,52	18.232,60	68,99		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	26.426,52	26.426,52	18.232,60	68,99		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	14.606.145,32	14.606.145,32	11.413.247,59	78,14		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	915.946,46	1.015.493,09	886.237,23	87,27		
Provenientes da União	854.160,46	941.952,85	818.766,22	86,92		
Provenientes dos Estados	61.786,00	73.540,24	67.471,01	91,75		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	66.009,80	69.843,22	45.434,91	65,05		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	981.956,26	1.085.336,31	931.672,14	85,84		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
DESPESAS CORRENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
Pessoal e Encargos Sociais	3.735.217,40	3.924.668,71	3.404.555,22	86,75	3.163.255,23	80,60
Outras Despesas Correntes	2.266.492,90	2.238.431,83	1.821.855,96	81,39	1.821.855,96	81,39
	1.468.724,50	1.686.236,88	1.582.699,26	93,86	1.341.399,27	79,55
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	1.261,00	319.522,35	283.763,55	88,81	279.363,55	87,43
	1.261,00	319.522,35	283.763,55	88,81	279.363,55	87,43

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.261,00	319.522,35	283.763,55	88,81	279.363,55	87,43
Investimentos	1.261,00	319.522,35	283.763,55	88,81	279.363,55	87,43
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.736.478,40	4.244.191,06	3.688.318,77	86,90	3.442.618,78	81,11
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	963.585,46	1.421.298,12	1.131.367,76	30,67	1.111.628,38	32,29
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	963.585,46	1.421.298,12	1.131.367,76	30,67	1.111.628,38	32,29
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	963.585,46	1.421.298,12	1.131.367,76	30,67	1.111.628,38	32,29
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.772.892,94	2.822.892,94	2.556.951,01	69,33	2.330.990,40	67,71
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						20,42
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						619.003,26

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2015	0,00	1.851,37	3.213,69	-3.213,69	0,00	
TOTAL	0,00	1.851,37	3.213,69	-3.213,69	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º						
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015	1.851,37	0,00			1.851,37	
TOTAL (VIII)	1.851,37	0,00			1.851,37	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.698.716,40	4.183.745,46	3.629.969,32	98,42	3.386.232,52	98,36
Vigilância Sanitária	34.882,00	54.597,76	53.097,06	1,44	51.133,87	1,49
Vigilância Epidemiológica	1.380,00	4.147,84	3.646,03	0,10	3.646,03	0,11
Alimentação e Nutrição	1.500,00	1.700,00	1.606,36	0,04	1.606,36	0,05
TOTAL	3.736.478,40	4.244.191,06	3.688.318,77	100,00	3.442.618,78	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Luzerna, 29/11/2016

DREONE MENDES
CONTADOR - CRC/SC 36.461ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃOPAULA BÜTTNER
COORDENADORA DO CONMOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

RREO 5º BIMESTRE - ANEXO 13

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

ESPECIFICAÇÃO	RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	R\$ 1,00	
		SALDO TOTAL	
		REGISTROS EFETUADOS EM 2016	(c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Luzerna, 29/11/2016

DREONE MENDES	ANGELO BRANDALISE JUNIOR	PAULA BÜTTNER
CONTADOR - CRC/SC 36.461	SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAT	COORDENADORA DO CONTROLE INTERN
MOISES DIERSMANN		
PREFEITO MUNICIPAL		

RREO 5º BIMESTRE - ANEXO 14

Município de Luzerna - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		18.250.000,00		
Previsão Atualizada		18.907.059,05		
Receitas Realizadas		15.591.251,03		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		550.644,35		
DESPESAS				
Dotação Inicial		18.250.000,00		
Créditos Adicionais		2.151.318,60		
Dotação Atualizada		20.401.318,60		
Despesas Empenhadas		16.685.553,29		
Despesas Liquidadas		15.079.204,20		
Despesas pagas		14.927.593,15		
Superavit Orçamentário		512.046,83		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		16.685.553,29		
Despesas Liquidadas		15.079.204,20		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		17.892.528,24		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-245.200,00	-609.489,05	248,57
Resultado Primário		-240.326,28	319.598,04	-132,99
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	322.156,58	73.198,39	236.046,63	12.911,56
EXECUTIVO	322.156,58	73.198,39	236.046,63	12.911,56
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	230.078,35	168,00	229.910,35	0,00
EXECUTIVO	230.078,35	168,00	229.910,35	0,00
TOTAL:	552.234,93	73.366,39	465.956,98	12.911,56
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.327.543,98	25%	28,66
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.701.003,25	60%	72,94
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		1.069.709,77	472.810,66	

Continua 1/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores							
Receitas Previdenciárias (IV)				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS							
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos						78.100,00	23.901,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos						52.554,00	16.447,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE							
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos					2.330.990,40	15,00	20,42
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP							
Total das despesas/RCL (%)							0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Luzerna, 29/11/2016

DREONE MENDES	ANGELO BRANDALISE JUNIOR	PAULA BÜTTNER
CONTADOR - CRC/SC 36.461	SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO
MOISES DIERSMANN		
PREFEITO MUNICIPAL		

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 002/2016**

PORTARIA Nº 002/16 de 21 de novembro de 2016.

"PROMOVE SERVIDORA QUE ESPECIFICA".

RODRIGO SOUSA, Presidente da Câmara de Vereadores de Luzerna/SC, no uso de suas atribuições descritas no art. 41, inciso V, do Regimento Interno da Câmara e de conformidade com o que lhe faculta o art. 38, §2º, "c", da Resolução nº 005/2011 e Lei nº 1.213/2014, que Institui o Plano de Carreira, Empregos, Cargos e Remuneração dos Servidores da Câmara de Vereadores do Município de Luzerna/SC.

RESOLVE:

Art.1º- ATRIBUIR a PATRICIA CORREA DE ALMEIDA, servidora pública da Câmara de Vereadores, ocupante do emprego público de Secretária Técnica Legislativa, Nível 01, Classe "b", Grupo I - AAG, o adicional pela conclusão regular de pós-graduação, em nível de especialização, de 15% (quinze por cento), sobre o vencimento do seu emprego público de provimento efetivo, nos termos da alínea "c" do Parágrafo 2º do art. 38 da Resolução nº 005 de 25 de maio de 2011 e Lei nº 1.213 de 11 de março de 2014.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna/SC, 21 de novembro de 2016.

RODRIGO SOUSA

Presidente da Câmara de Vereadores

Macieira

PREFEITURA

decreto 1597

DECRETO Nº1598, de 25 de outubro de 2016.

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit financeiro do exercício de 2015.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 848, de 25/10/2016;

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2015.

11.00 Fundo Municipal de Saúde

11.01 Fundo Municipal de Saúde

20.28 Manutenção das Atividades da saúde

44.90 Aplicações Diretas.

R\$ 11.700,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de outubro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

decreto 1599

DECRETO Nº.1599, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre Crédito Suplementar por conta do provável excesso

De arrecadação do Exercício de 2016 – F. BASICA.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 847, de 25/10/2016;

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2016 do MAC. Media e Alta Complexidade.

11.00 Fundo Municipal de Saúde

11.01 Fundo Municipal de Saúde

20.34 Manutenção A. Farmacêutica

33.90.1038 Aplicações diretas

R\$ 6.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de outubro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

decreto 1600

DECRETO Nº 1600, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

Nomeia JUNTA MÉDICA

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar 68, 04/11/2014, Estatuto dos Servidores Públicos, e LEI COMPLEMENTAR Nº50, de 01 de abril de 2013. Regime Próprio de Previdência Social do Município de Macieira

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Médicos Dr. May S. C. Silveira: Ortopedista, CRM 13377; Dra Caroline Cecilia Finkler Schimidt: Endocrinologista, CRM 13320 Dr. Joaquin Miranda Silveira: Clínico Geral, CRM 18807 Clínico Geral, para sob a presidência do primeiro, comporem a JUNTA MÉDICA responsável pela avaliação diagnóstica e emissão de Laudo sobre o estado de saúde da Servidora Cleide Maria Correa Serighelli, em Licença para Tratamentos de Saúde superior a 15 (quinze) dias.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 23 de novembro de 2016.

EMERSON ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 02/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0001/2016

Pregão Presencial nº 0001/2016

1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0001/2016

ADITIVO Nº 02/2016

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGENCIA.

Objeto: aquisição de academia de saúde ao ar livre no bairro km 30, Município de Macieira, com instalação dos aparelhos em base de concreto, a ser adquiridos através de recursos do Convênio nº 2016TR000274, com o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Caçador, conforme Plano de Trabalho e especificações do Anexo I do Edital.

Contratada: S.O. ZIOBER E CIA EQUIPAMENTOS METALÚRGICOS LTDA - EPP

Valor e pagamento: Conforme Contrato Original nº 0001/2016

Vigência: Fica prorrogada a vigência até 30 de novembro de 2017, conforme termo aditivo do Convênio.

Macieira, 28 de novembro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 17/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO
ADITIVO Nº 17/2016

Processo Licitatório nº 0028/2016.

Tomada de Preços nº 0002/2016.

2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0027/2016.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGENCIA.

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de construção de Quadra polivalente de Grama Sintética, no bairro km 30, Município de Macieira, com recursos do Convênio nº 2016TR000412, através da Agencia de Desenvolvimento Regional, conforme Projeto, Planilha orçamentária e Memorial Descritivo, com fornecimento de material e mão-de-obra.

Contratada: LUHEMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME.

Valor e Pagamento: De acordo com o Contrato Original.

Vigência: Até 30 de novembro de 2017, conforme termo aditivo do Convênio.

Macieira, 28 de novembro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 19/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

ADITIVO Nº 19/2016

Processo Licitatório nº 0036/2016.

Pregão Presencial nº 0019/2016.

1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0031/2016.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGENCIA.

Objeto: Aquisição de pedra brita nº 01 e pedrisco, através de recursos do Convênio nº 2016TR0001021, que visa à recuperação de estradas municipais MAC 365 e MAC 165, no interior do município de Macieira, conforme especificações do Anexo I do Edital e Plano de Trabalho do referido Convênio.

Contratada: PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP

Valor e Pagamento: De acordo com o Contrato Original.

Vigência: Até 30 de novembro de 2017, conforme termo aditivo do Convênio.

Macieira, 28 de novembro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 18/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO
ADITIVO Nº 18/2016

Processo Licitatório nº 0033/2016.

Tomada de Preços nº 0003/2016.

1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0028/2016.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGENCIA.

Objeto: Contratação de empresa para de ampliação da Escola Pequenos Brilhantes, com execução de obra de construção de uma sala de aula, com 36,80 m², a ser adquirida através de recursos do Convênio nº 2016TR000908, por meio da ADR (Agência de Desenvolvimento Regional) de Caçador, conforme Projeto, Planilha orçamentária e Memorial Descritivo, com fornecimento de material e mão-de-obra.

Contratada: VERONA ENGENHARIA LTDA

Valor e Pagamento: De acordo com o Contrato Original.

Vigência: Até 30 de novembro de 2017, conforme termo aditivo do Convênio.

Macieira, 28 de novembro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 33.645.482/0001-96

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM

Nota Fiscal nº. 5219 R\$ 15.000,00

Nota Fiscal nº. 5298 R\$ 15.000,00

Valor Total: R\$ 30.000,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela prestação de serviços técnicos para disponibilização e utilização da Nota Fiscal Eletrônica e Declaração Mensal de Serviços Eletrônica, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 30 de novembro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE AVALIAÇÃO DE PROMOÇÃO POR APERFEIÇOAMENTO N. 001/2.016

RETIFICAÇÃO

Edital de Avaliação de Promoção por Aperfeiçoamento n. 001/2.016

O Presidente da Comissão Permanente de Avaliação Funcional, nomeado pela Portaria nº 873/14 em 31.07.2014, no uso de suas atribuições legais torna público a RETIFICAÇÃO do Processo de Avaliação de Promoção por Aperfeiçoamento, previsto no artigo 20 da Lei Municipal nº 3.197, de 19 de junho de 2.007 (Plano de Carreira do Servidor Público Municipal) e Decreto Municipal nº 3.132 de 07 de outubro de 2008.

ITEM 3: DAS Disposições Gerais e Finais

Serão considerados para fins de avaliação os certificados EMITIDOS no ano de 2016 cujos cursos de atualização ou aperfeiçoamento tenham sido realizados e concluídos no período entre 01 de janeiro de 2.014 a 31 de dezembro de 2.015 e correlacionados com o cargo e área de atuação, conforme descrito no item 3.3 do Edital de Avaliação de Promoção por Aperfeiçoamento N. 001/2.016, publicado na edição nº 2123, de 17 de novembro de 2016, do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Caso o servidor já tenha protocolado seus cursos junto à Secretaria da Comissão e quiser acrescentar mais certificados, este deve se dirigir novamente à Secretaria, munido de original e cópia dos mesmos.

Caso o servidor não tenha apresentado quaisquer certificados relativos à situação acima descrita, ressaltamos que este deve se dirigir à Secretaria da Comissão Permanente de Avaliação Funcional a qual está localizada junto ao Departamento de Assessoria de Imprensa, no prédio da Prefeitura, munido de original e cópia dos mesmos e apresentá-los, para fins de promoção.

O prazo para ambas as situações é o mesmo, sendo a data limite para apresentação e realização de protocolo o dia 16 de dezembro de 2016 até às 14 horas.

Mafra, 30 de novembro de 2.016.

Jonas Schultz

PRESIDENTE DA COMISSÃO

Maravilha

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 113/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Administrativo n. 113/2016 – Dispensa por Justificativa n. 008/2016.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou procedimento administrativo para centralização das operações financeiras junto a Caixa Econômica Federal. Em contrapartida, a Caixa Econômica Federal repassará o valor de R\$ 500.000,00 ao Município de Maravilha – SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 13h às 19h Maravilha - SC, 22 de novembro de 2016.

ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

RREO 5º BIM 2016

Município de Maravilha - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
 Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		62.401.900,00		
Previsão Atualizada		62.401.900,00		
Receitas Realizadas		54.806.278,23		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		176.000,00		
DESPESAS				
Dotação Inicial		59.733.472,00		
Créditos Adicionais		12.804.079,26		
Dotação Atualizada		72.537.551,26		
Despesas Empenhadas		59.190.062,53		
Despesas Liquidadas		51.972.063,58		
Despesas pagas		50.319.990,41		
Superavit Orçamentário		2.834.214,65		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		59.190.062,53		
Despesas Liquidadas		51.972.063,58		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		59.018.159,85		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-690.148,24	-894.080,16	129,55
Resultado Primário		230.912,00	2.382.163,92	1.031,63
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.884.182,32	52.595,60	1.571.083,10	260.503,62
EXECUTIVO	1.884.182,32	52.595,60	1.571.083,10	260.503,62
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.925.157,89	1.410,50	1.892.843,57	30.903,82
EXECUTIVO	1.925.157,89	1.410,50	1.892.843,57	30.903,82
TOTAL:	3.809.340,21	54.006,10	3.463.926,67	291.407,44
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		11.131.422,32	25%	29,04
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		7.075.130,20	60%	105,69
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		8.560.175,66	10.491.583,25	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Maravilha - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	Valor apurado até o Bimestre	8.238.513,40		15,00	21,73
	Limite Constitucional Anual			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					
Valor apurado no exercício corrente					
Total das despesas/RCL (%)					0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Maravilha, 29/11/2016

ROSIMAR MALDANER
PREFEITA MUNICIPAL

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
CONTADOR CRC/SC 22406/0-0

ADRIANA DIAS
CONTROLADORA INTERNA

RREO 5º BIM 2016



Município de Maravilha - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	0,00	0,00			0,00
DESPESAS					
DESPESAS DE CAPITAL					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	19.051.758,91	14.551.897,10	8.560.175,66	0,00	4.499.861,81
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	19.051.758,91	14.551.897,10	8.560.175,66	0,00	4.499.861,81
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-19.051.758,91	-14.551.897,10	-	-	-4.499.861,81

FONTE:

Maravilha, 29/11/2016

ROSIMAR MALDANER
PREFEITA MUNICIPALCLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
CONTADOR CRC/SC 22406/O-0ADRIANA DIAS
CONTROLADORA INTERNA

RREO 5º BIM 2016



Município de Maravilha - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/MÊS OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00				0,00	0,00
TOTAL		0,00				0,00	0,00

		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)								
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

		Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
SALDO FINANCEIRO A APLICAR				
		0,00		0,00

FONTE:

Maravilha, 29/11/2016

ROSIMAR MALDANER
PREFEITA MUNICIPALCLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
CONTADOR CRC/SC 22406/O-0ADRIANA DIAS
CONTROLADORA INTERNA

RREO 5º BIM 2016



Município de Maravilha - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2015 A OUTUBRO/2016
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												RESERVA ATUALIZADA 2016
	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	TOTAL (ÚLT. 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	4.988.722,38	5.458.014,46	5.386.389,45	5.389.453,61	6.810.965,84	5.136.641,37	5.681.833,52	5.213.148,12	5.928.731,78	5.012.085,46	5.142.455,61	5.786.118,04	65.914.509,64
RECEITA TRIBUTÁRIA	731.472,65	705.191,59	701.011,55	663.742,36	2.412.803,72	771.760,43	906.462,21	710.916,34	976.951,13	691.629,38	891.670,58	995.943,69	11.130.788,61
IPTU	14.241,26	27.929,99	5.263,17	143.231,47	1.206.766,09	50.453,29	144.887,80	36.062,46	138.387,85	29.336,34	138.173,70	23.573,47	1.988.868,89
IPI	114.536,38	204.587,19	102.333,72	113.921,73	126.271,91	123.727,87	139.146,22	141.662,65	137.419,55	125.172,84	135.195,64	135.468,26	1.250.000,00
IPIRRI	355.847,05	251.713,47	435.965,08	212.526,49	559.335,44	373.220,59	383.638,63	380.963,71	393.978,95	373.196,61	384.854,31	432.637,46	4.000.000,00
I.S.S.	189.957,75	168.043,81	88.223,50	68.139,95	107.094,04	117.503,16	118.688,71	79.162,41	197.591,14	186.524,27	127.217,29	322.859,17	2.000.000,00
I.T.B.I.	46.890,21	52.917,13	68.186,08	125.922,72	414.348,24	106.500,12	118.779,85	74.015,11	108.573,64	-2.402,70	104.659,64	53.055,33	1.273.726,37
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	175.466,00	0,00	0,00	0,00	277.488,66	96.678,26	87.792,13	93.197,02	90.069,20	87.925,33	93.705,40	86.797,33	900.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	62.422,50	56.478,65	43.343,66	82.135,65	68.243,28	62.151,13	57.254,87	65.063,47	68.881,73	75.130,96	55.500,78	42.294,24	500.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	18.185,30	9.882,65	9.582,65	9.582,65	9.582,65	9.582,65	9.582,65	9.582,65	9.582,65	9.582,65	9.582,65	120.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.895.454,54	4.559.259,80	4.557.470,84	4.534.517,93	3.870.444,92	4.078.066,60	4.522.666,61	4.225.410,77	4.705.141,62	4.070.390,90	4.018.500,45	4.603.029,06	55.766.300,00
Cota-Parte do FPM	1.114.089,58	1.893.818,22	1.217.349,21	1.523.945,19	925.672,57	1.100.426,00	1.463.300,97	1.205.923,66	1.340.535,82	1.086.961,45	883.916,82	1.072.982,20	16.200.000,00
Cota-Parte do ICMS	1.335.765,44	1.323.334,11	1.700.723,00	1.387.502,36	1.403.271,84	1.442.782,92	1.356.960,89	1.376.626,29	1.423.949,69	1.405.006,68	1.516.250,51	1.570.582,31	17.800.000,00
Cota-Parte do IPIVA	154.043,42	93.753,85	141.029,33	205.953,29	298.124,15	288.831,45	320.842,04	338.809,65	324.330,07	346.184,10	291.845,08	289.224,79	3.600.000,00
Cota-Parte do ITR	288,21	193,78	76,82	49,84	0,00	18,28	25,15	46,62	149,13	30,56	2.666,76	6.551,70	2.000,00
Outras Transferências Correntes	597.485,16	590.533,11	743.610,28	734.033,13	589.855,71	551.572,09	635.592,14	623.596,84	891.180,64	638.574,37	636.948,76	885.950,57	8.822.300,00
Transferências da LC 61/1969	20.893,22	20.629,00	20.893,52	20.615,46	20.127,20	20.652,22	23.462,24	13.965,16	18.961,18	19.160,09	20.861,43	22.176,29	275.000,00
Transferências da LC 87/1966	5.620,90	5.620,90	5.620,90	5.622,99	5.622,99	5.622,99	5.622,99	5.622,99	5.622,99	5.622,99	5.622,99	5.622,99	70.000,00
Transferências do FUNDEC	637.587,61	671.175,83	722.065,69	656.485,65	627.469,36	667.879,65	677.939,39	643.357,36	701.112,10	598.020,66	657.928,10	749.639,21	9.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	113.916,09	117.919,32	74.980,75	99.485,02	172.399,61	118.373,30	97.979,45	105.957,67	78.105,45	77.247,26	73.535,75	77.470,97	2.032.000,00
DEDUÇÕES (II)	530.136,17	544.956,70	618.368,79	628.799,66	530.623,54	571.728,57	641.824,83	586.297,08	529.759,18	57.275,93	544.724,51	593.487,83	7.586.400,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	530.136,17	544.956,70	618.368,79	628.799,66	530.623,54	571.728,57	641.824,83	586.297,08	529.759,18	57.275,93	544.724,51	593.487,83	7.586.400,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.438.586,21	4.913.057,76	4.768.020,66	4.760.653,95	6.280.342,30	4.564.912,80	5.040.008,69	4.623.851,04	5.398.972,60	4.439.333,53	4.597.771,10	5.192.630,21	59.018.109,65
FONTE:													
Maravilha, 29/11/2016													

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
CONTADOR CRC/SC 224060-0

ROSIMAR MALDNER
PREFEITA MUNICIPAL

ADRIANADIAS
CONTROLADORA INTERNA

RREO 5º BIM 2016

MUNICÍPIO DE MARAVILHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
 Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	9.510.000,00	9.510.000,00	8.761.299,08	92,13
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.200.000,00	2.200.000,00	2.066.018,95	93,91
1.1.1- IPTU	2.000.000,00	2.000.000,00	1.917.008,05	95,85
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	-	0,00	7.277,56	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	200.000,00	200.000,00	118.017,12	59,01
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	-	0,00	24.026,63	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(310,41)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.000.000,00	2.000.000,00	1.393.563,64	69,68
1.2.1- ITBI	2.000.000,00	2.000.000,00	1.397.331,07	69,87
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(3.767,43)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.060.000,00	4.060.000,00	4.022.340,70	99,07
1.3.1- ISS	4.000.000,00	4.000.000,00	3.931.807,87	98,30
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	22.054,83	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	60.000,00	60.000,00	62.358,31	103,93
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	7.359,29	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(1.239,60)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.250.000,00	1.250.000,00	1.279.375,79	102,35
1.4.1- IRRF	1.250.000,00	1.250.000,00	1.279.375,79	102,35
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	37.947.000,00	37.947.000,00	29.570.847,20	77,93
2.1- Cota-Parte FPM	16.200.000,00	16.200.000,00	11.824.013,99	72,99
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.200.000,00	16.200.000,00	11.359.962,01	70,12
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	464.051,98	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	17.800.000,00	17.800.000,00	14.626.026,49	82,17
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	70.000,00	70.000,00	59.229,90	84,61
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	275.000,00	275.000,00	206.774,81	75,19
2.5- Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	9.617,86	480,89
2.6- Cota-Parte IPVA	3.600.000,00	3.600.000,00	2.845.184,15	79,03
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	47.457.000,00	47.457.000,00	38.332.146,28	80,77
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.380.000,00	1.380.000,00	978.665,51	70,92
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.100.000,00	1.100.000,00	724.209,38	65,84
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	280.000,00	280.000,00	228.168,00	81,49
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	13.016,35	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	13.271,78	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	300.000,00	300.000,00	231.023,22	77,01
6.1- Transferências de Convênios	300.000,00	300.000,00	231.023,22	77,01
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	206.000,00	206.000,00	371.746,80	181,34
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.886.000,00	1.886.000,00	1.581.435,53	83,90

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.589.400,00	7.589.400,00	5.821.355,92	76,70
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	3.240.000,00	3.240.000,00	2.271.992,16	70,12
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	3.560.000,00	3.560.000,00	2.925.204,42	82,17
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	14.000,00	14.000,00	11.845,90	84,61
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	55.000,00	55.000,00	41.354,99	75,19
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	400,00	400,00	1.923,52	480,88
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	720.000,00	720.000,00	569.035,93	79,03
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	9.000.000,00	9.000.000,00	6.693.978,18	74,38
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	9.000.000,00	9.000.000,00	6.667.895,17	74,09
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	26.082,01	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	1.410.600,00	1.410.600,00	846.539,25	60,01
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				



MUNICÍPIO DE MARAVILHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
 Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.700.000,00	8.500.000,00	7.075.130,20	83,24	7.075.130,20	83,24
13.1- Com Educação Infantil	4.500.000,00	4.300.000,00	4.281.074,64	99,56	4.281.074,64	99,56
13.2- Com Ensino Fundamental	4.200.000,00	4.200.000,00	2.794.055,56	66,53	2.794.055,56	66,53
14- OUTRAS DESPESAS	300.000,00	500.000,00	466.532,29	93,31	465.342,39	93,07
14.1- Com Educação Infantil	150.000,00	350.000,00	316.532,29	90,44	315.342,39	90,10
14.2- Com Ensino Fundamental	150.000,00	150.000,00	150.000,00	100,00	150.000,00	100,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	9.000.000,00	9.000.000,00	7.541.662,49	83,80	7.540.472,59	83,78
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						7.540.472,59
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						105,69
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						6,95
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-12,65
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016*						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	11.864.250,00	11.864.250,00	9.583.036,57	80,77		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	7.025.520,00	7.025.520,00	6.877.122,61	97,89	6.823.107,60	97,12
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	7.355.000,00	7.355.000,00	5.237.796,57	71,21	5.180.935,98	70,44
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.350.000,00	4.350.000,00	2.944.055,56	67,68	2.944.055,56	67,68
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.005.000,00	3.005.000,00	2.293.741,01	76,33	2.236.880,42	74,44
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	14.380.520,00	14.380.520,00	12.114.919,18	84,25	12.004.043,58	83,47
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						846.539,25
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						26.082,01
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						872.621,26
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						11.131.422,32
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						29,04
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.100.000,00	1.100.000,00	765.976,58	69,63	764.171,25	69,47
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	280.000,00	529.621,08	470.472,48	88,83	357.360,07	67,47
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.380.000,00	1.629.621,08	1.236.449,06	75,87	1.121.531,32	68,82
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	15.760.520,00	16.010.141,08	13.351.368,24	83,39	13.125.574,90	81,98



MUNICÍPIO DE MARAVILHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		6.667.896,17	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		26.082,01	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		6.693.978,18	0,00

Maravilha, 29/11/2016

ROSIMAR MALDANER
PREFEITA MUNICIPAL

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
CONTADOR CRC/SC 22406/O-0

ADRIANA DIAS
CONTROLADORA INTERNA

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

RREO 5º BIM 2016



Município de Maravilha - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	9.510.000,00	9.510.000,00	8.761.299,08	92,13		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	2.000.000,00	2.000.000,00	1.916.697,64	95,83		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.000.000,00	2.000.000,00	1.393.563,64	69,68		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.000.000,00	4.000.000,00	3.930.568,27	98,26		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.250.000,00	1.250.000,00	1.279.375,79	102,35		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	0,00	0,00	29.332,39			
Dívida Ativa dos Impostos	260.000,00	260.000,00	180.375,43	69,38		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	31.385,92			
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	37.947.000,00	37.947.000,00	29.159.583,01	76,84		
Cota-Parte FPM	16.200.000,00	16.200.000,00	11.359.962,01	70,12		
Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	9.617,86	480,89		
Cota-Parte IPVA	3.600.000,00	3.600.000,00	2.845.184,15	79,03		
Cota-Parte ICMS	17.800.000,00	17.800.000,00	14.626.026,49	82,17		
Cota-Parte IPH-Exportação	275.000,00	275.000,00	206.774,81	75,19		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	70.000,00	70.000,00	112.017,69	160,03		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	70.000,00	70.000,00	59.229,90	84,61		
Outras	0,00	0,00	52.787,79			
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	47.457.000,00	47.457.000,00	37.920.882,09	79,91		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS Provenientes da União RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
			69.297,04	53,31		
			69.297,04	53,31		
		0,00	0,00	0,00		
	90.000,00	90.000,00	2.984.554,93	3.316,17		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	220.000,00	220.000,00	3.053.851,97	1.388,11		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS	
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES Pessoal e Encargos Sociais Outras Despesas Correntes	14.757.500,00	15.124.500,00	13.340.648,75	88,21	12.936.007,93	85,53
	6.922.500,00	7.703.500,00	7.367.772,87	95,64	7.367.772,87	95,64
	7.835.000,00	7.421.000,00	5.972.875,88	80,49	5.568.235,06	75,03
DESPESAS DE CAPITAL Investimentos	800.300,00	5.201.452,11	4.351.929,34	83,67	3.124.352,59	60,07
	800.300,00	5.201.452,11	4.351.929,34	83,67	3.124.352,59	60,07

Continua 1/4

Continuação 2/4



Município de Maravilha - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	800.300,00	5.201.452,11	4.351.929,34	83,67	3.124.352,59	60,07
	800.300,00	5.201.452,11	4.351.929,34	83,67	3.124.352,59	60,07
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	15.557.800,00	20.325.952,11	17.692.578,09	87,04	16.060.360,52	79,01
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	6.160.000,00	10.928.152,11	9.172.353,44	51,84	7.821.847,12	48,70
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	6.160.000,00	10.928.152,11	9.172.353,44	51,84	7.821.847,12	48,70
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	6.160.000,00	10.928.152,11	9.172.353,44	51,84	7.821.847,12	48,70
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	9.397.800,00	9.397.800,00	8.520.224,65	48,16	8.238.513,40	51,30
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						21,73
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						2.550.381,09

Continua 2/4

Continuação 3/4



Município de Maravilha - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS				
Inscritos em 2015	0,00	1.901,83	72.312,38	-72.312,38		0,00
TOTAL	0,00	1.901,83	72.312,38	-72.312,38		0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
SALDO INICIAL			RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
			DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015			1.901,83	0,00		1.901,83
TOTAL (VIII)			1.901,83	0,00		1.901,83
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
SALDO INICIAL			LIMITE NÃO CUMPRIDO		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
			DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
			-			-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	11.367.800,00	13.055.004,20	11.012.816,84	62,25	9.685.168,18	60,30
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.870.000,00	4.237.000,00	3.724.689,70	21,05	3.548.243,56	22,09
Vigilância Sanitária	320.000,00	3.033.947,91	2.955.071,55	16,70	2.826.948,78	17,60
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	15.557.800,00	20.325.952,11	17.692.578,09	100,00	16.060.360,52	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual não estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4



Município de Maravilha - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

Continuação 4/4

Maravilha, 29/11/2016

ROSIMAR MALDANER PREFEITA MUNICIPAL	CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI CONTADOR CRC/SC 22406/O-0	ADRIANA DIAS CONTROLADORA INTERNA
--	---	--------------------------------------

RREO 5º BIM 2016

Município de Maravilha - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Maravilha, 29/11/2016

ROSIMAR MALDANER
PREFEITA MUNICIPAL

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
CONTADOR CRC/SC 22406/0-0

ADRIANA DIAS
CONTROLADORA INTERNA

RREO 5º BIM 2016

Município de Maravilha - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	62.101.900,00	49.108.130,66	45.751.435,90
Receita Tributária	10.670.000,00	9.694.124,37	8.896.065,81
I.P.T.U.	2.000.000,00	1.916.697,64	1.684.069,89
I.S.S.	4.000.000,00	3.930.568,27	3.294.165,81
I.T.B.I.	2.000.000,00	1.393.563,64	1.586.963,53
I.R.R.F.	1.250.000,00	1.279.375,79	981.434,54
Outras Receitas Tributárias	1.420.000,00	1.173.919,03	1.349.432,04
Receita de Contribuição	900.000,00	913.613,33	732.719,11
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	900.000,00	913.613,33	732.719,11
Receita Patrimonial Líquida	200.000,00	61.643,65	45.824,09
Receita Patrimonial	500.000,00	620.028,87	579.164,82
(-) Aplicações Financeiras	300.000,00	558.385,22	533.340,73
Transferências Correntes	48.179.900,00	37.364.271,98	34.815.263,75
F.P.M.	12.960.000,00	9.552.021,83	9.242.420,76
I.P.V.A	2.880.000,00	2.276.148,22	2.225.197,48
I.C.M.S.	14.240.000,00	11.700.822,07	10.709.911,67
Convênios	300.000,00	231.023,22	227.596,02
Outras Transferências Correntes	17.799.900,00	13.604.256,64	12.410.137,82
Demais Receitas Correntes	2.152.000,00	1.074.477,33	1.261.563,14
Dívida Ativa	350.000,00	263.506,15	254.332,84
Diversas Receitas Correntes	1.802.000,00	810.971,18	1.007.230,30
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	5.139.762,35	5.286.156,70
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	5.139.762,35	5.261.983,70
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	5.139.762,35	5.261.983,70
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	24.173,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	5.139.762,35	5.286.156,70
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	62.101.900,00	54.247.893,01	51.037.592,60

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	53.334.880,35	44.638.165,43	43.078.846,54	43.411.887,92	41.558.150,18
Pessoal e Encargos Sociais	29.280.762,71	25.080.982,71	24.125.423,71	25.079.010,72	24.120.670,77
Juros e Encargos da Dívida (IX)	104.900,00	34.137,03	138.622,81	34.137,03	138.622,81
Outras Despesas Correntes	23.949.217,64	19.523.045,69	18.814.800,02	18.298.740,17	17.298.856,60
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	53.229.980,35	44.604.028,40	42.940.223,73	43.377.750,89	41.419.527,37
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	19.051.758,91	14.551.897,10	22.385.758,50	8.560.175,66	8.044.790,88
Investimentos	18.386.758,91	14.126.199,64	21.328.594,66	8.184.478,20	7.037.627,04
Inversões Financeiras	455.000,00	353.500,00	100.000,00	303.500,00	50.000,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	455.000,00	353.500,00	100.000,00	303.500,00	50.000,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	210.000,00	72.197,46	957.163,84	72.197,46	957.163,84
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	18.841.758,91	14.479.699,64	21.428.594,66	8.487.978,20	7.087.627,04
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	150.912,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	72.222.651,26	59.083.728,04	64.368.818,39	51.865.729,09	48.507.154,41



Município de Maravilha - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-10.120.751,26	-4.835.835,03	-13.331.225,79	2.382.163,92	2.530.438,19
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	176.000,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	176.000,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					230.912,00

Maravilha, 29/11/2016

ROSIMAR MALDANER
PREFEITA MUNICIPAL

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
CONTADOR CRC/SC 22406/O-0

ADRIANA DIAS
CONTROLADORA INTERNA

RREO 5º BIM 2016

Município de Maravilha - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA



RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)								
Administração	59.733.472,00	72.537.551,26	9.298.483,35	59.190.062,53	13.347.488,73	10.258.263,43	51.972.063,58	100,00
Administração Geral	4.124.438,50	4.135.044,43	632.075,57	3.464.321,06	670.723,37	688.597,47	3.357.979,37	6,46
Administração Financeira	3.544.438,50	3.555.044,43	559.860,79	3.028.435,55	526.608,88	596.316,63	2.924.600,16	5,63
Segurança Pública	580.000,00	580.000,00	72.214,78	435.885,51	144.114,49	72.280,84	433.379,21	0,83
Policimento	870.000,00	870.000,00	66.822,47	485.809,72	384.190,28	55.215,89	402.521,28	0,77
Defesa Civil	420.000,00	420.000,00	18.478,17	220.243,68	199.756,32	21.573,08	190.627,12	0,37
Infra-Estrutura Urbana	50.000,00	50.000,00	1.041,20	3.242,22	46.757,78	1.041,20	3.231,32	0,01
Assistência Social	400.000,00	400.000,00	47.303,10	262.323,82	137.676,18	32.601,61	208.662,84	0,40
Assistência ao Idoso	3.566.640,00	3.745.640,00	471.621,01	2.912.151,30	833.488,70	498.125,46	2.732.678,88	5,26
Assistência à Criança e ao Adolescente	48.740,00	30.740,00	0,00	20.800,00	9.940,00	0,00	20.800,00	0,04
Assistência Comunitária	66.000,00	56.000,00	10.550,48	18.288,48	37.731,52	0,00	0,00	0,00
Saúde	3.451.900,00	3.658.900,00	461.070,53	2.873.082,82	785.817,18	498.125,46	2.711.878,88	5,22
Atenção Básica	15.557.800,00	20.325.952,11	2.121.748,66	17.692.578,09	2.633.374,02	3.923.683,09	16.060.360,52	30,90
Vigilância Sanitária	11.367.800,00	13.055.004,20	1.559.563,17	11.012.816,84	2.042.187,36	1.907.884,30	9.685.168,18	18,64
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.870.000,00	4.237.000,00	539.067,57	3.724.689,70	512.310,30	570.891,53	3.548.243,56	6,83
Educação	320.000,00	3.083.947,91	23.117,92	2.955.071,55	78.876,36	1.444.907,26	2.826.948,78	5,44
Alimentação e Nutrição	16.322.520,00	16.574.846,57	2.637.057,07	13.897.761,49	2.677.085,08	2.727.426,65	13.634.785,74	26,23
Ensino Fundamental	680.000,00	680.000,00	92.571,64	619.333,93	60.666,07	122.553,35	607.599,82	1,17
Ensino Superior	8.475.000,00	8.724.621,08	1.120.171,75	6.271.114,23	2.453.506,85	1.142.200,69	6.089.799,60	11,72
Educação Infantil	112.000,00	112.000,00	43.846,73	97.535,42	14.464,58	43.846,73	97.535,42	0,19
Cultura	7.055.520,00	7.068.225,49	1.380.466,95	6.909.777,91	148.447,58	1.418.825,88	6.839.850,90	13,16
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	939.780,00	922.625,70	88.283,62	845.263,35	77.362,35	149.838,65	763.170,05	1,47
Diffusão Cultural	300.000,00	282.845,70	0,00	253.331,72	29.513,98	33.480,15	253.331,72	0,49
Urbanismo	639.780,00	639.780,00	88.283,62	591.931,63	47.848,37	116.358,50	509.838,33	0,98
Planejamento e Orçamento	4.880.000,00	9.589.605,40	2.158.125,98	8.485.733,74	1.103.871,66	911.069,88	5.795.178,20	11,15
Infra-Estrutura Urbana	410.000,00	349.394,07	50.191,60	338.865,49	10.528,58	50.191,60	338.037,61	0,65
Serviços Urbanos	790.000,00	5.420.217,20	1.453.609,55	4.687.021,66	733.195,54	105.282,10	2.058.258,52	3,96
Habituação	3.680.000,00	3.819.994,13	654.324,83	3.459.846,59	360.147,54	755.596,18	3.398.882,07	6,54
Administração Geral	200.000,00	200.000,00	4.284,97	46.288,78	153.731,22	841,94	36.942,01	0,07
	20.000,00	20.000,00	91,94	13.399,01	6.600,99	91,94	13.367,01	0,03

C

R\$ 1,00

DO

(a-d)

65.487,68

77.065,06

30.444,27

46.620,79

67.478,72

29.372,88

46.768,68

91.337,16

12.961,12

9.940,00

56.000,00

47.021,12

65.591,59

69.836,02

88.756,44

06.999,13

40.060,83

72.400,18

34.821,48

14.464,58

18.374,59

59.455,65

29.513,98

29.941,67

94.427,20

11.356,46

61.958,68

21.112,06

63.057,99

6.632,99

ontinua 1/3



Município de Maravilha - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

Conti

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Habituação	59.733.472,00	72.537.551,26	9.298.483,35	59.190.062,53	13.347.488,73	10.258.263,43	51.972.063,58	20,5
Habituação Urbana	200.000,00	200.000,00	4.284,97	46.288,78	153.731,22	841,94	36.942,01	1
Gestão Ambiental	180.000,00	180.000,00	4.193,03	32.889,77	147.130,23	750,00	23.575,00	1
Preservação e Conservação Ambiental	125.000,00	125.000,00	6.804,00	20.894,00	104.106,00	6.804,00	20.894,00	1
	15.000,00	15.000,00	0,00	5.990,00	9.010,00	0,00	5.990,00	0,01
Recursos Hídricos	110.000,00	110.000,00	6.804,00	14.904,00	95.096,00	6.804,00	14.904,00	0,03
Agricultura	6.048.570,00	8.838.570,00	613.402,67	6.196.252,81	2.642.317,19	650.336,38	4.280.946,87	8,24
Extensão Rural	5.368.570,00	8.158.570,00	535.661,87	5.686.495,81	2.472.074,19	571.891,58	3.772.659,87	7,26
Promoção da Produção Agropecuária	680.000,00	680.000,00	77.740,80	509.757,00	170.243,00	78.444,80	508.287,00	0,98
Indústria	1.670.000,00	1.170.000,00	26.890,74	989.190,46	200.809,54	84.866,17	908.284,70	1,75
Promoção Industrial	1.670.000,00	1.170.000,00	26.890,74	989.190,46	200.809,54	84.866,17	908.284,70	1,75
Comércio e Serviços	734.450,00	966.056,37	13.288,38	592.380,82	373.675,55	69.582,94	530.369,98	1,02
Extensão Rural	40.000,00	40.000,00	0,00	2.600,00	37.400,00	0,00	2.600,00	0,01
Promoção Comercial	580.000,00	540.000,00	1.311,38	250.560,70	289.439,30	50.139,69	206.862,36	0,40
Turismo	114.450,00	386.056,37	11.977,00	339.220,12	46.836,25	19.443,25	320.907,62	0,62
Transporte	353.581,50	353.581,50	3.840,00	314.890,05	38.691,45	2.148,00	301.864,55	0,58
Transporte Rodoviário	353.581,50	353.581,50	3.840,00	314.890,05	38.691,45	2.148,00	301.864,55	0,58
Desporto e Lazer	939.780,00	1.319.717,18	57.081,64	1.140.928,54	178.788,64	112.570,34	1.020.449,11	1,96
Desporto Comunitário	939.780,00	1.319.717,18	57.081,64	1.140.928,54	178.788,64	112.570,34	1.020.449,11	1,96
Encargos Especiais	3.250.000,00	3.250.000,00	397.156,57	2.125.638,32	1.124.361,68	397.156,57	2.125.638,32	4,09
Refinanciamento da Dívida Interna	300.000,00	300.000,00	6.067,14	97.941,72	202.058,28	6.067,14	97.941,72	0,19
Outros Encargos Especiais	2.950.000,00	2.950.000,00	391.089,43	2.027.686,60	922.303,40	391.089,43	2.027.686,60	3,90

C

inuação 2/3

DO (a-d)

65.487,68
63.057,99
56.425,00
04.106,00
9.010,00
95.096,00
57.623,13
85.910,13
71.713,00
61.715,30
61.715,30
35.686,39
37.400,00
33.137,64
65.148,75
51.716,95
51.716,95
99.268,07
99.268,07
24.361,68
02.058,28
22.303,40

ontinua 2/3



Município de Maravilha - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

Conti

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	59.733.472,00	72.537.551,26	9.298.483,35	59.190.062,53	13.347.488,73	10.258.263,43	100,00	20.5
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.912,00	150.912,00	0,00	0,00	150.912,00	0,00	0,00	1
TOTAL (II) = (I + II)	59.733.472,00	72.537.551,26	9.298.483,35	59.190.062,53	13.347.488,73	10.258.263,43	100,00	20.5

FONTE:

Maravilha, 29/11/2016

ROSIMAR MALDANER
PREFEITA MUNICIPALCLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
CONTADOR CRC/SC 22406/O-0ADRIANA DIAS
CONTROLADORA INTERNA

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

inuação 3/3

DO
(a-d)

65.487,68
50.912,00

65.487,68

RREO 5º BIM 2016

Município de Maravilha - SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	62.401.900,00	62.401.900,00	9.815.429,02	15,73	54.806.278,23	7.595.621,77
RECEITA TRIBUTÁRIA	62.401.900,00	62.401.900,00	9.790.401,31	15,69	49.666.515,88	12.735.384,12
IMPOSTOS	10.670.000,00	10.670.000,00	1.858.614,27	17,42	9.694.124,37	975.875,63
TAXAS	9.250.000,00	9.250.000,00	1.700.919,30	18,39	8.520.205,34	729.794,66
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.290.000,00	1.290.000,00	151.828,21	11,77	1.086.891,34	203.108,66
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	130.000,00	130.000,00	5.866,76	4,51	87.027,69	42.972,31
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	900.000,00	900.000,00	180.502,73	20,06	913.613,33	-13.613,33
RECEITA PATRIMONIAL	900.000,00	900.000,00	180.502,73	20,06	913.613,33	-13.613,33
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	500.000,00	500.000,00	97.795,12	19,56	620.028,87	-120.028,87
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	200.000,00	200.000,00	7.154,22	3,58	61.643,65	138.356,35
RECEITA AGROPECUÁRIA	300.000,00	300.000,00	90.640,90	30,21	558.385,22	-258.385,22
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	120.000,00	120.000,00	19.165,30	15,97	95.901,90	24.098,10
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	120.000,00	120.000,00	19.165,30	15,97	95.901,90	24.098,10
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	48.179.900,00	48.179.900,00	7.483.317,17	15,53	37.364.271,98	10.815.628,02
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	47.829.900,00	47.829.900,00	7.403.680,95	15,48	37.122.667,76	10.707.232,24
TRANSF. DE PESSOAS	0,00	0,00	2.400,00	0,00	10.581,00	-10.581,00
TRANSF. DE CONV.	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	300.000,00	300.000,00	77.236,22	25,75	231.023,22	68.976,78
MULTAS E JUROS DE MORA	2.032.000,00	2.032.000,00	151.006,72	7,43	978.575,43	1.053.424,57
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.200.000,00	1.200.000,00	53.068,37	4,42	298.658,91	901.341,09
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	8.466,79	0,00	73.764,65	-73.764,65
RECEITAS DIVERSAS	350.000,00	350.000,00	35.880,68	10,25	263.506,15	86.493,85
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	53.590,88	0,00	342.645,72	139.354,28
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	25.027,71	0,00	5.139.762,35	-5.139.762,35
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	25.027,71	0,00	5.139.762,35	-5.139.762,35
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	62.401.900,00	62.401.900,00	9.815.429,02	15,73	54.806.278,23	7.595.621,77
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de Maravilha - SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	59.733.472,00	72.537.551,26	9.298.483,35	59.190.062,53	13.347.488,73	10.258.263,43	51.972.063,58	20.565.487,68	50.319.990,41
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.834.214,65	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	59.733.472,00	72.537.551,26	9.298.483,35	59.190.062,53	—	10.258.263,43	54.806.278,23	—	50.319.990,41

FONTE:

Maravilha, 29/11/2016

ROSIMAR MALDANER
PREFEITA MUNICIPAL

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
CONTADOR CRC/SC 22406/0-0

ADRIANA DIAS
CONTROLADORA INTERNA

RREO 5º BIM 2016



Município de Maravilha - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2015			En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2015			Saldo Total (a+b)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)									
EXECUTIVO	-	1.925.157,89	1.892.843,57	30.903,82	-	1.884.182,32	1.571.083,10	52.595,60	291.407,44
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	1.925.157,89	1.892.843,57	30.903,82	0,00	1.884.182,32	1.571.083,10	52.595,60	291.407,44
GABINETE DO PREFEITO	0,00	1.925.157,89	1.892.843,57	30.903,82	0,00	1.884.182,32	1.571.083,10	52.595,60	291.407,44
SECRET. DA AGRIC. E MEIO-AMBIENTE	0,00	8.957,41	8.957,41	0,00	0,00	1.616,32	1.517,32	0,00	99,00
SECRET. DA IND. COM. E TUR.	0,00	399.818,63	399.818,63	0,00	0,00	15.366,82	9.248,73	6.057,08	60,01
SECRET. DE TRANSP. OBRAS E URBANISMO	0,00	43.675,86	38.675,86	5.000,00	0,00	75.830,35	72.631,85	0,00	3.198,50
SECRET. DO PLANEJ. ADMINISTR. E FAZ.	0,00	409.685,96	409.343,51	130,45	0,00	808.584,24	776.069,01	12.993,23	19.622,45
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	0,00	87.671,79	86.307,36	1.364,43	0,00	19.830,39	6.780,50	11.887,89	1.362,00
SECRETARIA DA SAÚDE	0,00	429.287,49	414.805,35	14.482,14	0,00	431.405,53	319.434,68	1.263,00	125.189,99
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	451.204,65	448.285,39	1.720,77	0,00	174.469,14	107.394,95	8.742,63	60.062,33
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)									
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	1.925.157,89	1.892.843,57	30.903,82	0,00	1.884.182,32	1.571.083,10	52.595,60	291.407,44

FONTE:

Maravilha, 29/11/2016

ROSIMAR MALDANER PREFEITA MUNICIPAL	CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI CONTADOR CROSC 22406000	ADRIANA DIAS CONTROLADORA INTERNA
--	---	--------------------------------------

RREO 5º BIM 2016



Município de Maravilha - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2015	En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2015					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)									
EXECUTIVO									
ADMINISTRAÇÃO DIRETA									
GABINETE DO PREFEITO	0,00	1.925.157,89	0,00	1.884.182,32	1.571.083,10	1.571.083,10	52.595,60	260.503,62	291.407,44
SECRET. DA AGRIC. E MEIO-AMBIENTE	0,00	1.925.157,89	0,00	1.884.182,32	1.571.083,10	1.571.083,10	52.595,60	260.503,62	291.407,44
SECRET. DA IND. COM. E TUR.	0,00	8.957,41	0,00	1.616,32	1.517,32	1.517,32	0,00	99,00	99,00
SECRET. DE TRANSP. OBRAS E URBANISMO	0,00	399.818,63	0,00	15.366,82	9.248,73	9.248,73	6.057,08	60,01	60,01
SECRET. DO PLANEJ. ADMINISTR. E FAZ.	0,00	43.675,66	0,00	75.830,35	72.631,85	72.631,85	0,00	3.198,50	8.198,50
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	0,00	409.665,96	0,00	808.584,24	776.069,01	776.069,01	12.993,23	19.462,00	19.622,45
SECRETARIA DA SAÚDE	0,00	87.671,79	0,00	19.830,39	6.780,50	6.780,50	11.687,89	1.362,00	2.726,43
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	429.287,49	0,00	431.405,53	319.434,68	319.434,68	1.263,00	110.707,85	125.189,99
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)									
	0,00	451.204,65	0,00	174.469,14	107.394,95	107.394,95	8.742,63	58.341,96	60.062,33
	0,00	94.875,69	0,00	357.079,53	277.985,06	277.985,06	11.851,77	67.242,70	75.448,73
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	1.925.157,89	0,00	1.884.182,32	1.571.083,10	1.571.083,10	52.595,60	260.503,62	291.407,44

FONTE:

Maravilha, 29/11/2016

ROSIMAR MALDANER PREFEITA MUNICIPAL	CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI CONTADOR CR/SC 22.069/0-0	ADRIANA DIAS CONTROLADORA INTERNA
--	---	--------------------------------------

Massaranduba

PREFEITURA

ERRATA - LIC 49.2016 PP 36.2016 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS - HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2016

ERRATA

No PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2016, edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2016,

ONDE SE LÊ:

l) Um ou mais Atestados de Capacidade Técnica distintos, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando que a empresa desempenhou ou esteja desempenhando de forma satisfatória, serviço compatível com o item cotado deste Pregão.

m) Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), comprovando o registro ou inscrição do Engenheiro elétrico responsável da empresa licitante, que fará a manutenção e conserto dos equipamentos.

m -1) Documentação comprobatória de vínculo profissional do engenheiro elétrico com a licitante.

m -2) A comprovação de vínculo profissional com a empresa licitante poderá ser demonstrada através da carteira de trabalho, Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato Social, ou ainda pela Certidão de Registro da licitante na entidade profissional competente, desde que nesta Certidão conste o nome do profissional, ou ainda, de declaração da contratação futura do profissional, desde que acompanhada da declaração de sua anuência.

n) Para as empresas que cotarem a MANUTENÇÃO DAS AUTOCLAVES deverão apresentar:

n-1) Autorização de Funcionamento na ANVISA (AFE);

n-2) Cópia autenticada do Alvará Sanitário Federal, Estadual ou Municipal;

n-3) Negativa do CREA/SC da empresa proponente, constando Engenheiro Mecânico como responsável técnico conforme preceitua a Lei do CONFEA, (para vasos de pressão a ART deve ser executada somente por empresa com registro no CREA/SC com seu engenheiro mecânico devidamente registrado);

n-4) Declaração do fabricante (SERCON) com data de emissão NÃO inferior a 06 (seis) meses, que proponente possui capacitação para realizar manutenção da linha de seus produtos.

PÁGINA 06

LEIA-SE:

l) Certidão válida de registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, comprovando atividade relacionada com o objeto do Termo de Referência, conforme item I, art.30 da Lei 8666/93 e conforme resolução do CREA/CONFEA 218/73;

m) Atestado(s) de Capacidade Técnica, com registro de atestado expedido pelo CREA, constando no mesmo a realização de serviços similares ao objeto desta licitação, em Estabelecimentos Assistenciais de Saúde de direito público ou privado, na(s) qual(is) a participante comprove ter executado ou estar executando serviços compatíveis e pertinentes em características com as solicitadas no Termo de Referência, por período não inferior a 3 (três) anos (Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 06/2013).

n) Declaração de visita comprovando que a participante tomou conhecimento da situação dos equipamentos para cumprimento das obrigações, objeto desta licitação. Visto a vistoria ser opcional, caso o participante desconsidere tal necessidade, não poderá alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para recusar-se a assinar o contrato ou eximir-se das obrigações assumidas em decorrência da execução do objeto;

o) Comprovante fornecido pela licitante de que possui em seu quadro de responsáveis técnicos, no mínimo:

o1) 01 (um) Engenheiro, com diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Engenharia Mecânica, Elétrica ou Eletrônica conforme resolução CONFEA 218/73, com experiência em Manutenção Corretiva e Manutenção Preventiva de equipamentos hospitalares e odontológicos de pelo menos 01 (um) ano, e detentor de 01 (um) ou mais Atestado(s) de Responsabilidade Técnica (ART) que comprove a execução de serviço compatível ao objeto deste Termo de Referência;

o2) A comprovação do vínculo empregatício dos profissionais com a licitante poderá ser efetuada por intermédio do Contrato Social, se sócio, ou da Carteira de Trabalho, ou Contrato de Prestação de Serviço ou Ficha de Registro de Empregado ou pela Certidão de Registro da participante no CREA, se nela constar o nome dos profissionais;

p) Para as empresas que cotarem a MANUTENÇÃO DAS AUTOCLAVES deverão apresentar:

p-1) Autorização de Funcionamento na ANVISA (AFE);

p-2) Cópia autenticada do Alvará Sanitário Federal, Estadual ou Municipal;

p-3) Negativa do CREA/SC da empresa proponente, constando Engenheiro Mecânico como responsável técnico conforme preceitua a Lei do CONFEA, (para vasos de pressão a ART deve ser executada somente por empresa com registro no CREA/SC com seu engenheiro mecânico devidamente registrado);

p-4) Declaração do fabricante (SERCON) com data de emissão NÃO inferior a 06 (seis) meses, que proponente possui capacitação para realizar manutenção da linha de seus produtos.

PÁGINA 06

Massaranduba (SC), 29 de novembro de 2016.

CÍRIO MARTINI

PREGOEIRO

FMS LIC 56.2016 PP 43.2016 (FMS) LEITES ESPECIAIS

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE DIETAS ESPECIAIS (LEITES ESPECIAIS) PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES ONCOLÓGICOS E CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS COM PRESCRIÇÃO NUTRICIONAL CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 12/12/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 12/12/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 29 de novembro de 2016.

VANDERLEI SASSE – Prefeito Interino

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO (PRAZO) AO CONTRATO 59.2016 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO: PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO (PRAZO) AO CONTRATO Nº 59/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC).

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO (COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS) DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA THOMAZ RADWANSKI (TRECHOS I E II).

VIGÊNCIA: 13 DE DEZEMBRO DE 2016 A 11 DE JUNHO DE 2017.

Vanderlei Sasse – Prefeito Interino

PROCESSO LICITATÓRIO 129.2016 PP 88.2016 (PMM) - PORTA PARA CEI PROFª VIDALINA XAVIER

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE UMA PORTA COM 04 FOLHAS DESTINADA AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA VIDALINA XAVIER.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 12/12/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 14h00min do dia 12/12/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua

11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 30 de novembro de 2016.

VANDERLEI SASSE – Prefeito Interino

RESCISÃO AO CONTRATO 01.2016 (FASS) - LUIS GUSTAVO BRUSQUE

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA (SC) E LUIS GUSTAVO BRUSQUE.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. VANDERLEI SASSE, inscrito no CPF sob o nº 848.301.909-49, no uso da atribuição que lhe confere poderes, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, situado na Rua 11 de Novembro, número 4673, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Gestora, Sra. ANNA KARINE REINKE FRANZ, inscrita no CPF sob o nº 005.246.769-41, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, LUIS GUSTAVO BRUSQUE, inscrito no CPF sob o nº 007.625.109-86, residente a Rua Conrad Riegel, número 127, bairro Centro, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016, homologado em 01 de abril de 2016, têm justo e firmado entre si este termo de rescisão contratual, em conformidade com a cláusula quinta do contrato que a este termo originou, resolvendo rescindir o referido mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR (Pessoa Física) DE TEATRO E DANÇA PARA ATENDER AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS) DO CRAS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), celebrado em 04 de abril de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO

2.1. De acordo com a CLÁUSULA QUINTA, alínea 5.1.2 do contrato que a este termo originou, a rescisão poderá ser: “Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da Autoridade, desde que haja conveniência da Administração.” Portanto, por força desta rescisão, as partes dão por encerrado o CONTRATO 01/2016 de que trata a cláusula primeira deste termo, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim (SC) com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação deste, não resolvidos na esfera administrativa.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 30 de novembro de 2016.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

VANDERLEI SASSE

PREFEITO INTERINO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DE MASSARANDUBA (SC)
ANNA KARINE REINKE FRANZ
GESTORA

LUIS GUSTAVO BRUSQUE
CPF: 007.625.109-86

TESTEMUNHAS:

MAYARA RAIMONDI MARTINA
CPF: 092.860.619-86

JULIANA POLETTTO DA SILVA KREUTZFELD
CPF: 043.554.869-74

**TERMO DE ANULAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO
125.2016 PP 84.2016**

TERMO DE ANULAÇÃO

DESPACHO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 125/2016, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 125/2016 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2016

FINALIDADE:

SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SEGURO DE AUTOMÓVEIS, NA MODALIDADE FROTA, DO TOTAL DE 5 (CINCO) VEÍCULOS QUE PERTENCEM AO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), COM COBERTURA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

O PREFEITO INTERINO bem como a COMISSÃO DE LICITAÇÕES, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações:

CONSIDERANDO:

INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL: TRANSPORTE DO QUAL O SEGURO COBRIRIA SERÁ LICITADO POSTERIORMENTE.

RESOLVE:

Anular o processo licitatório, e consequentemente a licitação em seu todo, cujo objeto é o mencionado acima. Para futuras contratações de acordo com a conveniência e as necessidades da Administração Pública.

Massaranduba, 29 de novembro de 2016.

VANDERLEI SASSE
Prefeito Interino

CÍRIO MARTINI
Pregoeiro

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO Nº 075-2016 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - BRASIL CARRINHOSO

DECRETO n.º 075/2016

ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.701/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais), a ser distribuído na seguinte conta:

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO	
040112365.2008 – Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.00.0738 – Aplicações Diretas (260)	R\$ 14.000,00
Total	R\$ 14.000,00

Art. 2.º Para atender o crédito que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO	
040112365.2008 – Manutenção do Ensino Infantil	
3.3.90.00.00.00.00.00.0738 – Aplicações Diretas (61)	R\$ 14.000,00
Total	R\$ 14.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 17 de Novembro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

EXTRATO CONTRATO Nº 009-2016 - SAMAE

Estado de Santa Catarina

SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 009/2016

Contratante: SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

Contratado: TANAC S.A

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTO QUÍMICO DESTINADO A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

Valor: R\$ 16.140,00

Vigência: Início: 07/11/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 07 de novembro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 131-2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 131/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: MARIANA TAVARES JACQUES MEI

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de assessoria técnica ao Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o objetivo de elaboração do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme critérios estabelecidos pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social, conforme projeto básico e documentos apresentados pela presidente do conselho anexados neste contrato.

O serviço de assessoria terá uma carga horária mensal de 16 horas.

Valor: R\$ 7.000,00

Vigência: Início: 17/11/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 17 de novembro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 132-2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 132/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: FERNANDA DA SILVA LIMA MEI

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de assessoria técnica ao Plano de Atendimento Socioeducativo do Município de Meleiro, com o objetivo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme acordado no TAC (inquérito civil nº 06.2012.00008737-8), conforme projeto básico e documentos apresentados pela presidente do conselho anexados neste contrato. O serviço de assessoria terá uma carga horária mensal de 30 horas.

Valor: R\$ 7.500,00

Vigência: Início: 17/11/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 17 de novembro de 2016.

Modelo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0190/2016

PORTARIA Nº 0190/2016 DE 29 DE NOVEMBRO 2016.

ALTERA A PORTARIA MUNICIPAL Nº 010/2016, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.253/2016, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada a Portaria Municipal nº 010/2016, a partir de dezembro de 2016, que dispõe sobre FG da servidora municipal JULIANA PAVALICINI CESCO, conforme abaixo discriminado:

Código – FG/Denominação:

Função Gratificada: FG – 4 – 100 % sobre o vencimento base do Município.

Atribuição: Designação para desempenho da coordenação dos encaminhamentos ao CEO – Centro de Especialidades Odontológicas, e na coordenação das atividades de cadastramento dos dados do cartão SUS das famílias dos ESFs I e II do município de Modelo, no Departamento de Saúde no Município de Modelo – SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 01.12.2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 29 de novembro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Morro da Fumaça

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE CONCURSO PÚBLICO EDITAL N° 001/2016 8º

Edital de Convocação Referente Concurso Público Edital nº 001/2016

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca o aprovado no Concurso Público, referente ao edital 001/2016, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

TESOUREIRO

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
2º	Fernando Dilton Teixeira

Morro da Fumaça, 29 de Novembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

EDITAL DE INDEFERIMENTO PROGRESSÃO HORIZONTAL

EDITAL DE INDEFERIMENTO DE PROGRESSÃO HORIZONTAL

Defere e homologa o Resultado Final do Processo de Progressão Horizontal – Progressão por Capacitação (Alteração de Letra/referencia) dos ocupantes do cargo efetivo da Prefeitura Municipal de Navegantes.

A Secretaria de Administração indefere e homologa o Resultado Final do Processo de Progressão Horizontal – Alteração de Letra/referencia dos ocupantes do cargo efetivo dos servidores Públicos Municipais, de acordo com a Lei Complementar nº 011 de 04 de dezembro de 2003 que trata do Plano de Carreira e Remuneração do Servidor Público Municipal de Navegantes.

1. Do Indeferimento

1.1. Pelo presente edital, que ficam indeferidas e homologadas as inscrições em anexo indicadas para a Progressão Horizontal – Alteração de Letra/referencia .

1.2. Os servidores relacionados no item 1.1 deste edital, não atenderam as indicações da referida Lei.

2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Administração.

Navegantes (SC), 30 de novembro de 2016.

Roberto Carlos de Souza Nadia Braz Bins

Prefeito Municipal Secretária de Administração e Logística

Lista de indeferimento de servidores Público Municipais indicados a Progressão Horizontal – Alteração de Letra/referencia.

NOME DO FUNCIONÁRIO	FUNÇÃO
Adriana do Couto Nobre Feier	Fisioterapeuta
Alexsandro Ademar de Borba	Aux. Fiscal de tributos
Ana Lucia Moreira	Enfermeiro
Ana Raquel Rabelo Vieira	Odontólogo ESF
Angela Rech	Assistente social
Carlos Augusto Lopes	Professor
Clarisse Idalina Beal	Tec. De enfermagem
Everton Cordeiro Mazzolini	Psicólogo
Fernanda Souza Tomé da Silva	Nutricionista
Gilberto Laurindo Almeida	Med. Urologista 20h
Gisela Kulhn Araís	Agente Comunitário de saúde
Gisele Rocha Braga	Enfermeiro ESF
Helena dos Santos Soares	Enfermeiro
Jones Francisco Araes	Fisc. Serv. Transporte
Juliana Mara Lopes	Psicólogo
Juliana Maritza Faria Almeida Primo	Medico ESF
Juliano de Amorim Busana	Enfermeiro
Leia Maria Alves da Luz	Monitor
Leonardo Silva Vianna	Odontólogo ESF
Lucia Helena de Souza Alves	Enfermeiro ESF
Lys Destri Tefili de Araujo	Odontólogo ESF
Mariana dos Santos	Monitor
Nailton José Soares Formiga	Medico Pediatra ESF
Roberta Ricardo de Souza	Enfermeira
Rodrigo Torri Vieira	Odontólogo ESF
Sergio Nei da cruz Junior	Guarda de transito
Tatiana de Alencar Carlini	Analista consultor administrativo
Valdir Belarmino	Guarda de transito

Navegantes – SC, 30 de novembro de 2016.

Roberto Carlos de Souza

Nadia Braz Bins

Prefeito Municipal

Secretária de Administração e Logística

EDITAL DE INDEFERIMENTO PROGRESSÃO VERTICAL
EDITAL DE INDEFERIMENTO DE PROGRESSÕES VERTICAIS

Defere e homologa o Resultado Final do Processo de Progressão Vertical – Progressão por Titulação (Alteração de Nível) dos ocupantes do cargo efetivo da Prefeitura Municipal de Navegantes.

A Secretaria de Administração indefere e homologa o Resultado Final do Processo de Progressão Vertical – Alteração de Nível dos ocupantes do cargo efetivo dos servidores Públicos Municipais, de acordo com a Lei Complementar nº 011 de 04 de dezembro de 2003 que trata do Plano de Carreira e Remuneração do Servidor Público Municipal de Navegantes.

1. Do Indeferimento

1.1. Pelo presente edital, que ficam indeferidas e homologadas as inscrições em anexo indicadas para a Progressão Vertical- Alteração de Nível.

1.2. Os servidores relacionados no item 1.1 deste edital, não atenderam as indicações da referida Lei.

2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Administração.

Navegantes (SC), 30 de novembro de 2016.

Roberto Carlos de Souza Nadia Braz Bins

Prefeito Municipal Secretária de Administração e Logística

Lista de indeferimento de servidores Público Municipais indicados a Progressão Vertical (Alteração de Nível) .

NOME DO FUNCIONÁRIO	FUNÇÃO
Gilberto Laurindo Almeida	Médico urologista 20h
Jones Francisco Araís	Fiscal de serviços transp.
Juliano de Amorim Busana	Enfermeiro ESF

Navegantes – SC, 30 de novembro de 2016.

Roberto Carlos de Souza

Nadia Braz Bins

Prefeito Municipal

Secretária de Administração e Logística

EDITAL HOMOLOGA PROGRESSÃO HORIZONTAL**EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO DE PROGRESSÃO HORIZONTAL**

Defere e homologa o Resultado Final do Processo de Progressão Horizontal – Progressão por Capacitação dos - ocupantes do cargo efetivo do quadro dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

A Secretaria de Administração defere e homologa o Resultado Final do Processo de Progressão Horizontal – Curso de capacitação, dos ocupantes do cargo efetivo do quadro de servidores Públicos Municipais de Navegantes, de acordo com a Lei Complementar nº 011 de 04 de dezembro de 2003 que trata do Plano de Carreira e Remuneração do Servidor Público Municipal de Navegantes.

1. Do Deferimento

1.1. Pelo presente edital, que ficam deferidas e homologadas as inscrições em anexo indicadas para a Progressão Horizontal – Curso de capacitação

1.2. Os servidores relacionados no item 1.1 deste edital, atenderam as indicações prevista na Lei acima citada.

2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Administração.

Navegantes (SC), 30 de novembro de 2016.

Roberto Carlos de Souza

Nadia Braz Bins

Prefeito Municipal

Secretária de Administração e Logística

Lista de servidores Públicos Municipais indicados a Progressão Horizontal (Curso de Capacitação) .

NOME DO FUNCIONÁRIO	FUNÇÃO
Leila Aparecida Matias Pacheco	Guarda Municipal de Transito
Ranieri Crescencio de Souza Santos	Guarda Municipal de Transito

Navegantes (SC), 30 de novembro de 2016.

Roberto Carlos de Souza
Prefeito Municipal

Nadia Braz Bins
Secretária de Administração e Logística

EDITAL HOMOLOGA PROGRESSÃO VERTICAL

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO DE PROGRESSÃO VERTICAL

Defere e homologa o Resultado Final do Processo de Progressão Vertical – Progressão por Titulação (Alteração de Nível) dos ocupantes do cargo efetivo do quadro dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

A Secretaria de Administração defere e homologa o Resultado Final do Processo de Progressão Vertical – Alteração de Nível dos ocupantes do cargo efetivo do quadro de servidores Públicos Municipais de Navegantes, de acordo com a Lei Complementar nº 011 de 04 de dezembro de 2003 que trata do Plano de Carreira e Remuneração do Servidor Público Municipal de Navegantes.

1. Do Deferimento

1.1. Pelo presente edital, que ficam deferidas e homologadas as inscrições em anexo indicadas para a Progressão Vertical- Alteração de Nível .

1.2. Os servidores relacionados no item 1.1 deste edital, atenderam as indicações prevista na Lei acima citada.

2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Administração.

Navegantes (SC), 30 de novembro de 2016.

Roberto Carlos de Souza Nadia Braz Bins
Prefeito Municipal Secretária de Administração e Logística

Lista de servidores Públicos Municipais indicados a Progressão Vertical (Alteração de Nível) .

NOME DO FUNCIONÁRIO	FUNÇÃO
Adriana do Couto Nobre Feier	Fisioterapeuta
Alessandra Muller	Técnico em Computação
Alessandra Muller	Técnico em Computação
Alessandra Regina Lucas	Agente de Serviços Gerais
Alexsandro Ademar de Borba	Auxiliar de Fiscal de Tributos
Aline Vieira	Fisioterapeuta
Ana Lúcia Moreira	Enfermeira
Angela Catia da Silva	Monitora de Educação Infantil
Angela Rech	Assistente Social
Carlos Eduardo de Thales Gaya Muller	Engenheiro
Cintia Daniotti	Odontólogo Endodontista
Daiana Penteado Folk	Enfermeira ESF
Deise Cardoso	Monitor de Educação Infantil
Deise Cardoso	Monitor de Educação Infantil
Diego Freitas de Oliveira	Fisioterapeuta
Douglas Lemos	Monitor de Educação Infantil
Edineia Bett Santiago	Contadora
Elizabete Barbosa da Silva Soares	Técnico em Computação
Elizabete Barbosa da Silva Soares	Técnico em Computação
Emanuella Souto Arrosi	Enfermeira ESF
Eric da Fonseca Kenig	Fisioterapeuta
Everton Cordeiro Mazzalini	Psicólogo
Fabiano Comarella de Souza	Enfermeiro ESF
Fabricia Inocencio	Monitora de Educação Infantil
Fernanda Souza tomé da Silva	Nutricionista
Francine Reynaud	Fisioterapeuta
Gilberto Laurindo Almeida	Medico Urologista
Gisele Mendes Serafim	Técnico em Computação
Gisele Raquel Peixer	Fisioterapeuta
Gisele Rocha Braga	Enfermeira
Gladya Leonore Soberon	Odontologo ESF
Helena dos Santos Soares	Enfermeira
Joel Vieira	Contador

Julia de Campos Ketzer	Odontologo ESF
Juliana Mara Lopes	Psicóloga
Juliano de Amorim Busana	Enfermeira ESF
Katia Maria Rossetto	Assistente Social
Lais Olsson	Odontologo ESF
Lays Destri Tefili de Araujo	Odontologo ESF
Léia Maria Alves da Luz	Monitora de Educação Infantil
Léia Maria Alves da Luz	Monitora de Educação Infantil
Leila Aparecida Matias Pacheco	Guarda Municipal de Transito
Leonardo Silva Vianna	Odontólogo ESF
Linton Murara	Técnico em Computação
Luciane Alles	Enfermeiro
Luciane Boza Delgado	Enfermeira
Luciane Boza Delgado	Enfermeira
Maria Fernanda Batista de Oliveira	Odontologo ESF
Mariana dos Santos	Monitora de Educação Infantil
Maristela Freitas Mundim	Odontologo ESF
Marli Koefender	Medico Radiologista 20h
Mary Cleide Tambosi	Assistente Social
Melyna Fischer Izidoro de Oliveira	Odontologo ESF
Mitie Aoki Lopes	Enfermeira ESF
Nádia Braz Bins	Agente de Serviços Administrativos
Plinio Augusto Zaramello	Odontologo ESF
Priscilla Cristina dos Santos	Monitora de Educação Infantil
Ricardo Machado	Odontólogo Endodontista
Ricardo Machado	Odontólogo Endodontista
Roberta dos Santos Lima	Monitor de Educação Infantil
Rodrigo Lopes da Silva	Contador
Rodrigo Torri Vieira	Odontologo ESF
Ruy Ademar Rodrigues Junior	Técnico em Serviços Complementares
Sergio Nei da Cruz Junior	Guarda Municipal de Transito
Sheila Maria Sagas Machado	Oficial Administrativo
Silvana Adriano Frances	Técnico de Enfermagem ESF
Valdir Belarmindo	Guarda Municipal de Transito
Vanessa Faim	Atendente de Posto de Saúde
Veronice Aparecida Thoni	Enfermeira ESF

Navegantes (SC), 30 de novembro de 2016.

Roberto Carlos de Souza
Prefeito Municipal

Nadia Braz Bins
Secretária de Administração e Logística

EXTRATO CONTRATUAL Nº 232/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL.

Contrato Nº.: 232/2016.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada: SANEVILLE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

CNPJ sob o nº 13.475.225/0001-46

Vigência : Início: 14/11/2016 Término:..02/01/2017.

Licitação: TP nº176/2015.

Recursos: 2.062 3.3.90.00.00

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO VISANDO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 172/2016, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS AMBIENTAIS PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL (INVESTIGAÇÃO CONFIRMATÓRIA) E ELABORAÇÃO DE LAUDOS NA ÁREA DO "ANTIGO LIXÃO" DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC., LOCALIZADA NA RODOVIA BR 470, COORDENADAS 26º 52'2. 13"S E 48º 40'14. 36", ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC. conforme Tomada de Preço nº 176/2015.

Navegantes, 11 de novembro de 2016.

EXTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 112/2016 PMN / DISPENSA Nº 40/2016 FMS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
INEXIGIBILIDADE PMN Nº 112/2016.

Processo: IL112/2016.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: INEXIGIBILIDADE VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM A DUPLA "DANY E RAFA", A SER REALIZADO NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2016 NA PRAÇA CENTRAL DE NAVEGANTES, NAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO PROJETO VERÃO 2016/2017, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Empresa: DANY E RAFA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.

CNPJ: 14.969.859/0001-18.

Valor: R\$ 24.000,00

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

Navegantes, 29 de novembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PROCESSO DE DISPENSA FMS 40/2016

Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INTERNAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL DA PACIENTE J.G.G.S, A FIM DE PROCEDER O CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL, CONFORME ORDEM JUDICIAL EMANADA ORIGINARIAMENTE DOS AUTOS Nº 0900256-96.2016.8.24.0135, QUE TRAMITA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NAVEGANTES/SC.

Contratado: CAGERE CASA DE ASSISTÊNCIA EIRELI – EPP

CNPJ: 19.354.317/0001-54.

Valor: R\$ 17.985,00.

Fundamento: Art. 24, IV, Lei 8.666/93.

Navegantes, 29 de novembro de 2016.

PORTARIA 2338/2016 REVOGA PORTARIA 2105/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500

PORTARIA Nº 2338 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

REVOGA, NA ÍNTEGRA, A PORTARIA 2105 DE 6 DE OUTUBRO DE 2016.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - Fica revogada, na íntegra, a Portaria nº 2105 de 6 de outubro de 2016, a qual apura possível extravio de portaria de nomeação por concurso público do servidor J.C.F. e responsabilidade a quem deu causa.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 28 de novembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

TERMO DE JULGAMENTO PROCESSO DE SINDICANCIA 34/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TERMO DE JULGAMENTO

Processo Sindicância nº. 34/2016, instaurado pela Portaria nº. 2087 de 28 de setembro de 2016.

Sindicado (A) K.R.S..

Vistos, relatados, etc., os presentes autos, verifiquei que:

Através da Portaria nº. 2087 de 28 de setembro de 2016 foi instaurado Processo de Sindicância para apurar possível inobservância do dever funcional por parte do servidor K.R.S..

A denúncia foi recebida, designou-se e instalou-se Comissão de Sindicância, com a oitiva do servidor K.R.S., bem como da Diretora e servidores daquela Unidade Escolar e mãe de aluna.

É o Relatório.

A Comissão de Sindicância apurou o caso, e de acordo com o relatório da Comissão, muito embora haja a Ocorrência (fls.04/06 dos autos), não há provas da suposta inobservância do dever funcional, sugerindo ARQUIVAMENTO dos autos por insuficiência de provas.

A vista do exposto e considerando o que mais dos autos consta, em conformidade com o art. 166 da LC 007/2003.

DECIDO:

JULGO procedente a sugestão apontada no relatório da Comissão de Sindicância, no que concerne ao ARQUIVAMENTO dos autos nº. 34/2016.

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato, procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial no prazo de 10 (dez) dias a contar da presente data.

Cumpra-se. Publique-se.

Navegantes, 25 de novembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**PORTARIA N º 093 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016**

PORTARIA N º 093 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N º 021 DE 19 DE SETEMBRO DE 2014, PUBLICADA NO DOM EM 24/09/2014, NA EDIÇÃO 1578.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RETIFICA:

Onde se lê:

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

I Conceder o benefício Aposentadoria por Invalidez a servidora ANGELA MARIA EMÍLIO, portadora da cédula de identidade nº. 307.890 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº. 246.842.799-87 e Pis/Pasep nº. 100.88363.92.6, efetiva no cargo de PROFESSORA 20 HORAS, lotado na Secretaria de Educação, com matrícula nº. 172501, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo nº 2014.03.00113, a partir desta data até posterior deliberação.

Leia-se;

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, EM CARÁTER INTEGRAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

I Conceder o benefício Aposentadoria por Invalidez a servidora ANGELA MARIA EMÍLIO, portadora da cédula de identidade nº. 307.890 SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº. 246.842.799-87 e Pis/Pasep nº. 100.88363.92.6, efetiva no cargo de PROFESSORA 20 HORAS, lotada na Secretaria de Educação, com matrícula nº. 172501, com proventos INTEGRAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo nº 2014.03.00113, a partir desta data até posterior deliberação.

II Ficam inalterados os demais dispositivos.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

Jan Ullrich

PREFEITO

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.
Navegantes, 30 de Novembro de 2016.

Nova Trento

SAMAE - NOVA TRENTO

AVISO LICITAÇÃO CV_01_2016 PRODUTO QUIMICO

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, nº 356
C.E.P.: 88270-000 Nova Trento – SC

Processo Administrativo: 6/2016
Processo de Licitação: 6/2016
Carta Convite Nº 1/2016 -CV
Data do Processo: 30/1/2016

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 1/2016

A Comissão Especial de Pregão, da entidade SAMAE NOVA TRENTO, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 002/2013, de 02/01/2016, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 07/12/2016, às 09:00 horas, no endereço, RUA DOS IMIGRANTES, nº 356, Nova Trento-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 1/2016-CV na modalidade Convite p/ Compras e Serviços..

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado ou pelo Site: <http://samae.novatrento.sc.gov.br>.

Objeto da Licitação: PRODUTO QUIMICO PARA TRATAMENTO DA ÁGUA NA ETA 1 E ETA 2 LOCALIZADAS NA LOCALIDADE DA VASCA E LOCALIDADE DO TIROL- DISTRITO DO CLARAIBA PERTENCENTE A ESTE SAMAE, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

Valor Máximo Previsto R\$ 46.536,00 (Quarenta e seis mil, quinhentos e trinta e seis reais)

Nova Trento, 30 de Novembro de 2016.
CARLOS TARCISIO BATTISTI
Diretor do SAMAE

MARIA DE LOURDES ROVER
Presidente de Licitação

EDITAL DE LICITAÇÃO CV 01_2016 - PRODUTOS QUIMICOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
CARTA CONVITE N.º 01/2016

PROCESSO Nº. 06/2016
EDITAL CONVITE Nº. 01/2016

LICITAÇÃO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
ABERTURA DA PROPOSTA: DIA 07/12/2016 - HORA: 09:00hs
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA utilizada no Exercício de 2017
AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUIMICOS

O SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, com sede à Rua dos Imigrantes, 356 – Centro – CEP: 88270-000 – Nova Trento, Estado de Santa Catarina, torna público que, de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93, suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste edital e seus anexos, realizará processo licitatório na modalidade CARTA CONVITE, sob a forma de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM.

IMPORTANTE

Os interessados nesta licitação deverão encaminhar os dados cadastrais por fax, à Área de Licitação do SAMAE, através do telefone (48) 3267-0380 ou e-mail samae@novatrento.sc.gov.br, para que a mesma possa, com antecedência, obter sua autorização no dia da sessão licitatória. O não encaminhamento, apenas impede que o representante esteja presente no dia da sessão, mas não o impede de participar, pois poderá encaminhar sua proposta pelos correios ou entregar no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Fazem parte deste Edital os seguintes anexos abaixo relacionados dispostos na seguinte ordem:

ANEXO I - Descrição do Objeto e suas Características;
ANEXO II - Minuta de Contrato;
ANEXO III -Declaração de regularidade;
ANEXO IV-Modelo de Carta de Credenciamento ou Autorização do Representante Legal;
ANEXO V –Declaração de Fatos Supervenientes;
É facultada a apresentação dos Anexos em modelos próprios do proponente, desde que não

descharacterizem sua finalidade.

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objetivo a seleção de proposta comercial mais vantajosa para a aquisição de PRODUTOS QUIMICOS(Hipoclorito de Sódio Solução 10/12% e Fluossilicato de Sódio) PARA TRATAMENTO DA AGUA NA ETA 1 E ETA 2 deste SAMAE, para o Exercício de 2017,conforme condições e especificações estabelecidas no Anexo I, deste Edital.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO

2.1. Podem participar da licitação pessoas jurídicas cuja finalidade e ramo de atuação sejam pertinentes ao objeto desta licitação, e desde que atendam a todos os requisitos exigidos neste edital e nos termos dos parágrafos 2º e 9º do art. 22 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

2.2. Não poderão participar desta licitação:

2.2.1. Empresas interessadas que se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial,concurso de credores, dissolução, liquidação, em regime de consórcio - qualquer que seja sua forma de constituição, aqueles que estejam declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta, punidas com suspensão do direito de licitar e contratar com o SAMAE de Nova Trento.

3. PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

3.1. A proposta e documentação deverão ser entregues, em 1 (uma) via, em envelopes distintos lacrados ou colados. Os documentos devem ser rubricados ou assinados pelo responsável ou representante legal da proponente. As propostas devem ser redigidas em língua portuguesa, rubricadas e assinada ao final, escritas com clareza e datilografadas ou digitadas.

3.2. Os envelopes contendo as propostas e a documentação deverão ser subscritos em sua parte frontal com os seguintes dizeres:

ENVELOPE 1 – HABILITAÇÃO

PROCESSO Nº. 06/2016

DATA DA ABERTURA: 07/12/2016 ÀS 09:00 HORAS

EDITAL CONVITE Nº. 01/2016

“IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA”

ENVELOPE 2 – PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO Nº. 06/2016

DATA DA ABERTURA: 07/12/2016 ÀS 09:00 HORAS

EDITAL CONVITE Nº. 01/2016

“IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA”

4. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO (Envelope 1)

4.1. Serão consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes documentos:

4.2. ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO – Apresentar os documentos, conforme abaixo indicado, em cópia autenticada ou original para confronto ou via impressa da INTERNET, observada a finalidade correspondente.

4.2.1.CERTIDÃO NEGATIVA CONJUNTA DE REGULARIDADE FISCAL E PREVIDENCIARIA perante a Fazenda Nacional (Portarias MF 385 de 05/09/2014, e MF 443 de 17/10/2014)

4.2.2.CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO COM O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS);

4.2.3.CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITO junto ao município – CND MUNICIPAL da sede da licitante.

4.2.4.DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE JUNTO AO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO, CONFORME MODELO CONSTANTE EM ANEXO À ESTE EDITAL (ANEXOIII).

4.2.5. CARTA CREDENCIAMENTO.

4.2.6.DECLARAÇÃO DE LICITANTE DE NÃO HAVER FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À SUA HABILITAÇÃO (ANEXO V)

4.2.7. CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL

4.2.8. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

4.2.9.COMPROVANTE TÉCNICO DA QUALIDADE DO PRODUTO, POR LABORATÓRIO RESPONSÁVEL.

4.2.10 ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART)

4.2.11 DOCUMENTAÇÃO DE /PARA RASTREABILIDADE.

4.2.12 LAUDO DE ANÁLISES DO PRODUTO POR LOTE.

4.2.13 FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTOS QUIMICOS(FISPQ)

4.2.14 LAUDO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE SAÚDE(LARS) conforme Anexo I da Nota informativa nº 157/DSAST/SVS/MS/2014, juntamente com relatório de conformidade de produtos químicos para tratamento de água emitido por laboratório que possua no mínimo reconhecimento da conformidade aos princípios das Boas Práticas de Laboratório por parte do Inmetro;

4.2.15 COMPROVAÇÃO DE BAIXO RISCO A SAÚDE(CBRs), pelo uso do produto químico em tratamento de água para o consumo humano.

5. PROPOSTA COMERCIAL (Envelope 2)

5.1. Para o licitante que apresentar proposta para o presente processo, fica estabelecido o aceite das seguintes condições:

5.1.1. Que o prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos da data da sessão de abertura desta licitação;

5.1.2. Que o prazo de pagamento é até 5º (quinto) dia útil do mês após entrega da mercadoria, conforme item 10 deste Edital;

5.1.3. Que a entrega do objeto licitado deve ser feita conforme solicitação da autorização do fornecimento dos produtos , após a assinatura do Contrato, nas condições do item 8 deste Edital;

5.2. Os preços válidos na data da abertura da licitação deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos e por extenso, sem emendas ou rasuras, não se admitindo

cotação em moeda estrangeira, e serão considerados nos valores apenas dois dígitos após a vírgula.

5.3. A proposta, uma vez aberta, é irrevogável e irrenunciável, respeitado o disposto no art. 43, §6º, da Lei 8.666/93.

6. PROCEDIMENTOS

6.1. Os representantes das empresas deverão apresentar-se munidos de documento oficial de identificação, documento de credenciamento (modelo no Anexo IV) e/ou procuração, com firma reconhecida e que comprove na forma da lei, ter poderes para praticar atos pertinentes certame em nome da licitante, inclusive, para receber intimação e desistir de interpor recursos e manifestar-se oficialmente em nome da empresa licitante. Em se tratando de sócio ou proprietário, apresentar o original ou cópia do registro comercial, do ato constitutivo, estatuto ou do contrato social. Em qualquer dos casos, acompanhado de documento de identidade.

6.1.1. A não-apresentação do documento de credenciamento não implicará desclassificação ou inabilitação da proponente, mas impedirá o representante de manifestar-se e responder pela proponente.

6.2. Após o credenciamento, os envelopes 1 – Habilitação e 2 – Proposta Comercial serão entregues pelos representantes das empresas à Comissão de Licitação.

6.2.1. Os envelopes recebidos pela comissão de licitação antes da sessão, serão incluídos e analisados como os demais que foram entregues durante a sessão pública.

6.3. Após a entrega dos envelopes pelos representantes das empresas não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos, supressões ou esclarecimentos sobre o conteúdo dos mesmos.

6.4. Abertura do envelope seguindo com a numeração sequencialmente da documentação pela Comissão de Licitação e após, rubricados pelos representantes das licitantes presentes;

6.4.1. Apreciação da documentação e julgamento da conformidade com as exigências deste edital;

6.4.2. Devolução dos envelopes 2 – Proposta Comercial às licitantes inabilitadas;

6.4.3. Havendo interposição de recurso relacionado com a análise da Documentação para Habilitação, somente após apreciação e julgamento do mesmo, e transcorrido o prazo legal é que se passará para a fase de abertura do envelope 2 – Proposta Comercial.

6.5.1. Ocorrendo adiamento da abertura dos envelopes das propostas comerciais, os mesmos serão rubricados pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes das licitantes, os quais ficarão mantidos fechados, sob a guarda da Comissão, até que sejam solucionados os problemas que motivaram o interregno.

6.5.2. Cumprida a etapa da avaliação do recurso e não havendo interesse de interposição do mesmo, mediante a desistência expressa, por parte das proponentes ou após o julgamento dos recursos interpostos, será aberto o envelope 2 – Proposta Comercial.

6.5.3. Abertura dos envelopes contendo as propostas comerciais;

6.5.4. Verificação da conformidade e compatibilidade de cada proposta com os requisitos e especificações do edital.

6.5.5. Julgamento e classificação das propostas, de acordo com os critérios de avaliação constantes neste ato convocatório;

6.5.6. Registro em ata da sessão pública do resultado do julgamento, seguindo com a leitura em divulgação aos presentes;

6.5.7. Deliberação, pela Comissão de Licitação, seguindo com a lavrada em ata da sessão pública e, após, divulgação e assinatura pelos presentes;

7. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as especificações técnicas definidas no Anexo I, bem como as condições exigidas no Item 5 do presente Edital.

7.1.1 - Tanto em relação à apresentação dos documentos que comprovem a regularidade fiscal como também em relação ao julgamento das propostas dos licitantes, serão observadas as disposições dos artigos 42 a 45 da LC n.º 123/2006, de 14/12/2006, que estabelece tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, sendo de responsabilidade das empresas interessadas a comprovação, no envelope de habilitação, de sua condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte”.

7.2. DA DESCLASSIFICAÇÃO:

7.2.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenda as exigências deste Edital e as que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado.

7.2.2. Acaso todos os licitantes sejam inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o SAMAE poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas fundadas das causas referidas no art. 48 da Lei Federal 8.666/93.

7.3. DA CLASSIFICAÇÃO:

7.3.1. Declarada vencedora a proponente que, tendo atendido a todas as exigências deste Edital, apresentado a proposta comercial de MENOR PREÇO POR ITEM;

7.3.2. No caso de constatar-se erro de cálculo entre os preços unitário e total da Proposta Comercial, prevalecerá, para todos os efeitos, o preço unitário, podendo o SAMAE proceder às correções necessárias;

7.3.3. Para o desempate de propostas comerciais de preços iguais realizar-se-á sorteio, sendo que a modalidade será definida pela Comissão de Licitação;

7.3.4. O resultado do julgamento será publicado no Diário Oficial do Município.

7.3.5. Decorrido o prazo de interposição de recursos ou julgados os recursos interpostos a Comissão de Licitação encaminhará o procedimento licitatório para a HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO.

8. DA ENTREGA

8.1.Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias após a emissão da autorização do fornecimento, no Exercício de 2017, no seguinte endereço:

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE

Rua dos Imigrantes, nº 356 - Centro – CEP:88270-000 Nova Trento – SC.

8.2. O objeto deverá ser entregue dentro das especificações exigidas no Anexo I, deste Edital. O objeto entregue, será recebido e conferido pela Comissão de Licitação designada pela autoridade competente, O produto que apresentar inconformidade com as especificações exigidas será rejeitado, sendo a Comissão responsável pelo recebimento expedirá ofício a

empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a efetuar a substituição sem prejuízo para o SAMAE no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a substituição do produto recusado, a Comissão de Licitação dará ciência à Autoridade Competente do SAMAE, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

9.1. Adjudicado o objeto da presente licitação, o SAMAE convocará o adjudicatário para assinar o termo de contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a data da comunicação da adjudicação.

9.2. O SAMAE, poderá quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas neste edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o presente edital, ou revogado a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado pelo SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO de Nova Trento, no 5º (quinto) dia útil do mês após entrega da mercadoria.

10.2. A Nota Fiscal deverá indicar o numero da Conta Corrente e da Agencia Bancaria, juntamente com a data de vencimento para a realização do respectivo pagamento.

10.3.No caso do pagamento ser efetuado com atraso, caberá atualização monetária sobre o valor a que se refere o pagamento, utilizando-se, para isso, a variação do IGP-M da fundação Getulio Vargas, da data do vencimento até o efetivo pagamento.

10.4. É obrigação da Contratada manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por esta assumidas, a regularidade fiscal, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº. 8.666/93.

11. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Das decisões proferidas nesta licitação quanto ao julgamento das propostas, habilitação, inabilitação, revogação ou anulação da licitação, caberá recurso, com efeito suspensivo e em única instância, desde que interposto no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva comunicação, sob pena de preclusão, nos termos do art. 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.

11.2. O recurso deverá ser protocolado na sede do SAMAE conforme endereço no preâmbulo deste Edital e dirigido à autoridade superior;

11.3. Interposto o recurso, dar-se-á conhecimento de seus termos aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento da respectiva comunicação;

12. PENALIDADES

12.1. O fornecedor que deixar de cumprir as condições estabelecidas no Convite e na Proposta apresentada ou o fizer de modo defeituoso e prejudicial aos interesses do SERVIÇO AUTOMONO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO de Nova Trento, sem prejuízo das penalidades previstas no Capítulo IV, Seção II, Artigo 87 da Lei 8.666/93, ficará sujeito à aplicação da MULTA, conforme abaixo:

item 12.2. 0,3% (zero virgula três por cento) ao dia, pelo período máximo de 30 dias, sobre o valor do material/serviço (ou sobre parcela material/serviço) quando adjudicatário, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo proposto a obrigação assumida.

item 12.3. 1,0% (um por cento) ao dia, até o máximo de 10% sobre o valor do material/serviço (ou sobre parcela de material/serviço), após decorridos 30 (trinta) dias de atraso, sem manifestação do adjudicatário, ficando assim, caracterizado o descumprimento da obrigação assumida, o que dará causa ao cancelamento da Nota de Empenho.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Para dirimir quaisquer dúvidas, o proponente poderá entrar em contato com a Comissão de Licitação, através do Fax (48) 3267-0380, durante o período das 07:00 horas às 13:00 horas, de segunda-feira à sexta-feira ou pelo e-mail: samae@novatrento.sc.gov.br.

13.2. Não haverá, em hipótese alguma, PAGAMENTO ANTECIPADO do material a ser fornecido pelo preponente vencedor.

13.3. Os casos omissos serão submetidos ao parecer da ASSESSORIA JURIDICA.

Nova Trento, 30 de Novembro de 2016

Carlos Tarcisio Battisti
Diretor do SAMAE

Maria de Lourdes Rover
Presidente Licitação

ANEXO I

PROCESSO Nº 06/2016

CARTA CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº01/2016

LICITAÇÃO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DESCRIÇÃO DO OBJETO E SUAS CARACTERÍSTICAS

Item	Qtidade	Un	Descrição	Preço Máximo p/ KGR.	Preço Máximo Total
1	21.000	KGR	HIPOCLORITO DE SÓDIO SOLUÇÃO 10/12% EM QUILO	R\$ 2,08	43.680,00
2	800	KGR	FLUOSSILICATO DE SÓDIO SACOS EM QUILO	R\$ 3,57	2.856,00
					46.536,00

OBSERVAÇÃO:

A aceitação dos produtos fica condicionada à entrega de CERTIFICADO DE QUALIDADE contendo:

- Especificações do produto,
- Número do lote,
- Data de fabricação,
- Data de validade,
- Responsável técnico,
- A análise do produto deverá ser feita de acordo com as normas da ABNT,
- O licitante deverá enviar a composição do produto cotado.

ANEXO II

PROCESSO Nº 06/2016
CARTA CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº01/2016
LICITAÇÃO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO, que fazem entre si, de um lado o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, com sede na rua dos Imigrantes, nº356 – Centro – Nova Trento – Sc, inscrito no CNPJ sob o nº 95.785.267/0001-48, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Diretor, de outro lado, estabelecido na Rua nº...., em, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº e Inscrição Estadual nº, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu Diretor, sr, portador do CPF nº, sob condições estabelecidas no Edital Carta Convite p/ Compras e Serviços nº 01/2016 Processo nº06/2016, e proposta apresentada pela empresa licitante, bem como às normas da Lei 8.666/93, de 21 de Junho de 1.993, republicada em 06/07/1994 e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A CONTRATADA compromete-se a fornecer os produtos licitados pelo CONTRATANTE, mediante autorização por escrito, pelo período de duração do presente instrumento.

SUB-CLÁUSULA ÚNICA– Todos os demais dados constantes do Edital do Convite nº01/2016 Processo nº06/2016 e os constantes da proposta da empresa licitante, fiam fazendo parte integrante do presente instrumento.

CLAUSULA SEGUNDA – As despesas oriundas do presente instrumento correrão à conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRI utilizada no Exercício de 2017-

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUIMICOS
EXERCÍCIO: 2017

CLAUSULA TERCEIRA –O preço unitário dos produtos na data de abertura das propostas é de: Descrição individual dos produtos.

Item	Qtidade	Un	Descrição
1	21.000	KGR	HIPOCLORITO DE SÓDIO SOLUÇÃO 10/12% EM QUILO
2	800	KGR	FLUOSSILICATO DE SÓDIO SACOS EM QUILO

SUB-CLAUSULA ÚNICA - O fornecimento será de acordo com a solicitação de autorização de fornecimento nos devidos meses que serão pagos no 5º (quinto) dia útil do mês conforme data de vencimento na Nota Fiscal.

CLAUSULA QUARTA - O presente instrumento terá validade até ____/____/____, devendo ser iniciado em ____/____/____, podendo ser feito por ambas as partes.

CLAUSULA QUINTA – O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, cláusula terceira ou qualquer outro item do Edital, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei 8.666/93, de 21 de Junho de 1.993, republicada em 06/07/94, garantida a prévia e ampla defesa.

CLAUSULA SEXTA – A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente instrumento nas hipóteses prevista no Artigo 78,

incisos I a XII da Lei 8666/93, republicada em 06/07/94, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLAUSULA SETIMA – Fica eleito o Foro Comarca de São João Batista, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma que leram e acordam e assinam perante as testemunhas abaixo.

Nova Trento, ____ de ____ de ____ .

CONTRATANTE
Diretor do SAMAE

CONTRATADA
Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

ANEXO III

PROCESSO Nº 06/2016
CARTA CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº01/2016
LICITAÇÃO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

(Modelo – deve ser emitido em papel timbrado que contenha a denominação ou razão social da empresa participante, inclusive com o número do seu CNPJ)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2016
PROCESSO Nº 06/2016

Eu (nome completo), representante legal da empresa
.... (nome da pessoa jurídica), declaro, sob as penas da lei, que, nos termos da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 que alterou dispositivos da Lei nº8.666, de 16 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, que nossa empresa, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do 7º da Constituição da Republica Federativa do Brasil. Portanto, não concede trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e qualquer trabalho aos menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
Por ser a expressão da verdade, assinamos a presente.

(Local e Data)

(Identificação, assinatura e carimbo do representante legal da empresa)

ANEXO IV

PROCESSO Nº 06/2016
CARTA CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº01/2016
LICITAÇÃO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente, credenciamos o(a) Sr(a). _____, portador da Cédula de Identidade sob nº. _____ e CPF sob nº. _____, a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade Carta Convite, nº. 01/2016 instaurado por esse Instituto.

Na qualidade de representante legal da empresa _____, outorga-se ao (à) acima credenciado(a), dentre outros poderes, o de praticar atos pertinentes ao certame em nome da licitante, inclusive, para receber intimação e desistir de interpor recursos e manifestar-se oficialmente em nome da empresa licitante.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, ____ de _____ de _____
(Data da abertura da Proposta)

Assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa proponente.

ANEXO V

PROCESSO Nº 06/2016
CARTA CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº01/2016
LICITAÇÃO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES

Empresa,

(CNPJ) , sediada (endereço completo)

..... , Declara, sob as penas

da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação e contratação com a

administração pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores).

..... de de 2016.

.....
Nome completo de declarante.....
Nº do R.G: do declarante.....
Nº do CPF: do declarante.....
Assinatura do declarante

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO AVISO DO RESULTADO DO PL Nº 035/16-PR Nº 022/16

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
AVISO DE RESULTADO DO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2016
PREGÃO PRESENCIAL 022/2016

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 022/2016 – Que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, VISANDO A RECUPERAÇÃO DO TRATOR DE ESTEIRAS D-41E-6T, ANO 2007, FROTA Nº 48, PATRIMÔNIO Nº 4507, DE USO DO DPTO DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 29/11/2016 às 09:00 hs, que teve como empresas participantes: PAVIMAQUINAS COM.DE PECAS E SERVICOS LTDA (336) e VILAMIR VALMOR ROMANOSKI - ME (1242). Sendo que a empresa VILAMIR VALMOR ROMANOSKI - ME (1242), foi vencedora dos itens 01 a 13, com valor global de R\$ 11.100,00 (Onze mil reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta da empresa vencedora satisfaz às exigências do edital; a empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa VILAMIR VALMOR ROMANOSKI - ME (1242), como Vencedora do Pregão Presencial Nº 022/2016.

Novo Horizonte/SC, em 29 de Novembro de 2016.
ARNO GOLDSCHMIDT
Pregoeiro

EXTRATO CONTRATUAL Nº 049/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 049/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI - ME
Valor : 11.100,00 (onze mil cem reais)
Vigência : Início: 29/11/2016 Término: 28/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2016
Recursos : Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (93) Saldo: 53.435,03
Objeto : O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, VISANDO A RECUPERAÇÃO DO TRATOR DE ESTEIRAS D-41E-6T, ANO 2007, FROTA Nº 48, PATRIMÔNIO Nº 4507, DE USO DO DPTO DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC e demais condições estabelecidas no edital, seus anexos e no contrato.

Novo Horizonte/SC, em 29 de Novembro de 2016 – Eli Mariott –
Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 035/16 - PR Nº 022/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2016
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 29/11/2016
CONTRATADO: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: A presente licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, VISANDO A RECUPERAÇÃO DO TRATOR DE ESTEIRAS D-41E-6T, ANO 2007, FROTA Nº 48, PATRIMÔNIO Nº 4507, DE USO DO DPTO DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.100,00 (onze mil cem reais)
DATA: 29/11/2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

Ouro

PREFEITURA

CONTRATO 068/2016 - PARQUINHO

Processo Licitatório n. 0059/2016

Pregão Presencial n. 0059/2016

CONTRATO Nº 005/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: KRENKE BRINQUEDOS PEDAGOGICOS LTDA – EPP

Objeto: Aquisição de parques infantis, destinados aos Centros de Educação Infantil, Praça Pio XII, Bairro Kleinumbing e Bairro Navegantes.

Vigência: 29/11/2016 até 31/12/2016.

Valor total: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Data de assinatura: 29/11/2016

Ouro Verde

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 0037/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 0037/2016

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Aquisição de produtos perecíveis para confraternização dos servidores públicos Municipais de Ouro Verde em comemoração ao Natal, , conforme especificações constantes no edital e anexo. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min dia 13 de dezembro de 2016. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 09h05min dia 13 de dezembro de 2016. Obt. informações e Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 29 de novembro de 2016. Rosane Minetto Selig Prefeita Municipal.

DECRETO Nº2821

DECRETO N.º 2821/2016

“Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotação e dá outras providências”.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei N.º 940/2015 – LDO para o exercício de 2016, e alteração conforme Lei Mun. Nº 955/2016.

DECRETA:

Art. 1º -

Unidade Orçam.			
Função			
Subfunção			
Programa			
Ação			
Fonte			
Despesa			R\$
		Total	R\$

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, será utilizado/anulado a seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçam.			
Função			
Subfunção			
Programa			
Ação			
Fonte			
Despesa			R\$
		Total	R\$

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em de Novembro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2822

DECRETO N.º 2822/2016

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei N.º 970/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) para a seguinte dotação orçamentária

Unidade Orçam.	4001	Secretaria/Coordenadoria de Educação e Esportes		
Função	12	Educação		
Subfunção	361	Ensino Fundamental		
Programa	1201	Educação para Todos		
Ação	2.16	Manutenção do Ensino Fundamental		
Fonte	0119	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educ. Básica)		
Elemento	3190	Aplicações Diretas		
		Total	R\$	40.000,00

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, serão utilizados recursos da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçam.	4001	Secretaria/Coordenadoria de Educação e Esportes		
Função	12	Educação		
Subfunção	361	Ensino Fundamental		
Programa	1201	Educação para Todos		
Ação	2.16	Manutenção do Ensino Fundamental		
Fonte	0118	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educ. Básica)		
Elemento	3190	Aplicações Diretas		
		Total	R\$	40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Ouro Verde (SC), em 11 de Novembro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2823

DECRETO N.º 2823/2016

“ESTABELECE NOVO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a entrada em vigor a partir de 01 de Dezembro de 2016, novo Horário de Trabalho ao Funcionalismo Público Municipal lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especifica:

Turno Único : 07:00 hs. às 13:00 hs.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 11 de novembro de 2016.
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

EXTRATO CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0064/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: COMPUMAQ ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME

Objeto: aquisição de 08 (oito) Quadro revestido em fórmica branca brilhante, medindo 250 cm x 120cm x 1,8cm, em MDF 0,9 cm, com engrossamento 0,9 cm e 22 (vinte e dois) NOTEBOOK Processador Intel® core TM i3-4000M (2.4ghz,3 mb Cache,Dual Core). valor certo e ajustado de R\$:58.150,00 (cinquenta e oito mil cento e cinquenta reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 24 de novembro de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

LEI Nº972

Lei Nº 972/2016

“Dispõe sobre a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício de 2017, e dá outras providências”.

A Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2017, de acordo com os princípios estabelecidos no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - as metas fiscais;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária, e das disposições gerais.

CAPÍTULO II**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º São anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias:

- I - Anexo de Metas Fiscais - Metas Anuais;
- II - Anexo de Metas Fiscais - Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior;
- III - Metas Fiscais para os Exercícios de 2017, 2018 e 2019;
- IV - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- V - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- VI - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- VII - Montante da Dívida;
- VIII - Meta Fiscal de Resultado Nominal;
- IX - Meta Fiscal de Resultado Primário;
- X - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;
- XI - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;

- XII - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações;
- XIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previsitos para 2017;
- XIV - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

CAPÍTULO III**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal são aquelas definidas e demonstradas nos Anexos de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO IV**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

Art. 5º Para os efeitos desta lei, considerar-se-á:

- I - Programa: o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - Ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII - Receita Ordinária: aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma a regular, sejam pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na partilha dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII - Execução Física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX - Execução Orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X - Execução Financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa, identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma das Portarias STN e MOG.

§ 2º As categorias de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O Orçamento abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional do Município.

Art. 7º A Lei Orçamentária evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função,

sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão - MOG e da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 08/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF nº 08/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF nº 08/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VII, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF nº 08/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo VIII, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da II da Portaria SOF nº 08/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções (Anexo IX, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Indicação das Fontes de Financiamento;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;

XII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (Art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria Econômica conforme disposto no art. 22 da Lei 4.320/64;

XIV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (Art. 165, § 5º da CF);

XV - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 5º, I da LRF);

XVI - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados (art. 5º, III);

XVII - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal (art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos (art. 8º e 50, I da LRF).

§ 1º Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio e demais legislações que versem sobre a receita e despesa pública.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa de que trata o inciso X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN.

Art. 8º O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo e Fundos.

Art. 9º A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa;

III - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

IV - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Corrente Líquida, Despesa com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento.

Art. 10º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e será de até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11º O Orçamento Fiscal do Município e as suas execuções, obedecerão entre outros o princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e Fundos.

Art. 12º Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central ou na Entidade específica, dependendo de sua origem, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas Relacionadas a seus Objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 6º, inciso X, desta Lei.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegado a servidor municipal ou secretário.

§ 2º No Exercício de 2017 o Fundo Municipal de Saúde será estruturado na forma de Unidade Gestora e os Fundos Municipais de Assistência Social, Criança e Adolescente, Habitação e Cultura na forma de Unidade Orçamentária.

Art. 13º Os estudos para a definição dos Orçamentos da receita excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior.

Art. 14º Se a receita estimada, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15º Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado a destinação de recursos, nas seguintes despesas:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometido;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

V - Eliminação das despesas com serviços extraordinários;

VI - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para a implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, observada a vinculação da destinação de

recursos.

Art. 16º A compensação de que trata o art. 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de despesas de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17º Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes nesta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 18º O Orçamento de cada uma das unidades gestoras poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 1% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2017, poderão, excepcionalmente, ser utilizados mediante autorização legislativa para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19º Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 20º O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21º Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320 de 1964 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único e art. 50, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22º Os descontos previstos em lei, para pagamento de tributos municipais, bem como a isenção da Taxa de Licença e Localização, não serão consideradas como renúncia de receita por já haverem sido impactadas na estimativa a menor da receita e conseqüentemente já impactada na despesa também.

Art. 23º A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial,

recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto deste artigo as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 24º As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 25º Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixada no inciso II, combinado com o parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 26º Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27º Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes, com previsão de recursos na Lei Orçamentária.

Art. 28º A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 29º O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% da receita estimada para o exercício de 2017 do orçamento de cada Unidade Gestora, utilizando como fontes de recursos:

a) o excesso ou provável excesso de arrecadação verificado na forma do § 3º e 4º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, apurado em cada fonte de recurso;

b) a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, observada a fonte de recursos;

c) o superávit financeiro do exercício anterior, na forma do § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Parágrafo único. A transposição, remanejamento ou transferência de recursos, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal, não sendo computados esses valores para fins de aplicação do percentual definido no inciso III deste artigo.

Art. 30º Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, na forma de crédito especial.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31º A Lei Orçamentária de 2017 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observado o limite de endividamento nos termos da legislação aplicável.

Art. 32º A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 33º Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 10 desta Lei.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 34º O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 35º A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecidos os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 36º Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificados pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 37º O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 38º Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades, ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Ouro Verde, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que não constitua atividade meio, e, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39º O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou

beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 40º O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41º O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 31/12/2016. § 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no Parágrafo anterior, serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de lei específica, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2016, o Excesso ou provável Excesso de Arrecadação, a Anulação de Saldos de Dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 42º Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43º Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44º O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com os Governos Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2017.

Art. 45º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Ouro Verde – SC, em 22 de novembro de 2016.
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

LEI Nº973

Lei Nº 973/2016.

"AUTORIZA REALIZAR DESPESAS DE CONFRATERNIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM COMEMORAÇÃO AO DIA DE NATAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas no valor de até 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais), destinados ao pagamento de despesas com confraternização dos servidores públicos Municipais de Ouro Verde em comemoração ao Natal.

Art. 2.º - As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações consignadas para cada exercício financeiro vigente.

Art. 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 29 de Novembro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

LEI Nº975

Lei Nº. 975/2016

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) para reforçar a seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçam.	12001	Fundo Mun. de Assistência Social		
Função	8	Administração		
Subfunção	244	Administração Geral		
Programa	804	Administração Geral		
Ação	2.59	Manutenção das Atividades da Administração, Gestão e Finanças		
Fonte	0100	Recursos Ordinários		
Despesa	127	3390 - Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
		Total da Suplementação	R\$	15.000,00

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, será anulado recursos da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçam.	2001	Gabinete da Prefeita e Vice-Prefeito
Função	4	Administração
Subfunção	122	Administração Geral
Programa	401	Administração Superior

LEI Nº974

Lei N.º 974/2016.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ENTIDADE ESTABELECIDADA NO MUNICÍPIO DE OURO VERDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública pelo Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, a entidade Filantrópica sem Fins Lucrativos, denominada Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), do Centro Municipal de Educação Infantil Maria José de Menezes, sob o CNPJ N.º 20.316.342/0001-22, estabelecida na sede deste Município, e no Foro da Comarca de Abelardo Luz – SC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 29 de novembro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

Ação	2.40	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito		
Fonte	0100	Recursos Ordinários		
Despesa	3	3190 - Aplicação Direta	R\$	15.000,00
		Total da Anulação	R\$	15.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 29 de Novembro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

A presente lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

Palhoça

PREFEITURA

ATO Nº. 431/2016

ATO Nº. 431/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR DOLVINO ANTONIO DA ROSA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Secretária de Administração em exercício

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 432/2016

ATO Nº. 432/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR WINICIUS MARTINS SCHARF, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS-II, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Maricultura, Pesca e Agricultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº 1975, de 12 de fevereiro de 2016, com efeitos a contar de 17/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 433/2016

ATO Nº. 433/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR DAIANA PAULA DA SILVA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 434/2016

ATO Nº. 434/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR ALEX SANDRO PEREIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 435/2016

ATO Nº. 435/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR LILIANE IRACEMA ALVES, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 436/2016

ATO Nº. 436/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR DIEGO COELHO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 437/2016

ATO Nº. 437/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR DAGMAR APARECIDA VARELA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Superintendente Regional Nível DASE II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 22/11/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 438/2016

ATO Nº. 438/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR MISAEL MENDES DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 439/2016

ATO Nº. 439/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR JUSCELINO GONÇALVES DIAS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 440/2016

ATO Nº. 440/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR EDILENE MACEDO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Turismo, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 441/2016

ATO Nº. 441/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR JOÃO MIGUEL FILHO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Turismo, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 25/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 442/2016

ATO Nº. 442/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR FRANCINE FATIMA DOS SANTOS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 443/2016

ATO Nº. 443/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR GUSTAVO PEREIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 444/2016

ATO Nº. 444/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR ELIZAMAR BARRETO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 445/2016

ATO Nº. 445/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR BIANCA Malfatti da Silva, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS-V, Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 446/2016

ATO Nº. 446/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR MAICON DOMINGOS DA SILVA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 447/2016

ATO Nº. 447/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR CARLOS RICARDO ALVES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 448/2016

ATO Nº. 448/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR CARLOS HENRIQUE DE MELO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 449/2016

ATO Nº. 449/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR JENNIFER DE FARIAS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível V, Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 28/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 450/2016

ATO Nº. 450/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR LUCIMARA IRACEMA MUNIZ, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Maricultura, Pesca e Agricultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 451/2016

ATO Nº. 451/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR RAQUEL ONESIA SALAZAR RAULINO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 452/2016

ATO Nº. 452/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR SCHEYLA JAQUELINE CONCEIÇÃO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 453/2016

ATO Nº. 453/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR ENAIRA JAKES MENEGAZ, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 26/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 454/2016

ATO Nº. 454/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR DEBORA FLORIANO DE SOUZA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 455/2016

ATO Nº. 455/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR CARLOS EDUARDO BELTRAME DOS SANTOS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 26/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 456/2016

ATO Nº. 456/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR CHAUANNA DE MESQUITA CASAGRANDE CORREIA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II Nível DAS V,

Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 457/2016
ATO Nº. 457/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
EXONERAR FABIANA MARTINS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 25/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 458/2016
ATO Nº. 458/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
EXONERAR VALDIRENE SALVADOR FERREIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 26/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 459/2016
ATO Nº. 459/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
EXONERAR RUAN FERREIRA DA SILVA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 460/2016
ATO Nº. 460/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
EXONERAR JOSE INALDO ASSIS DE ARAUJO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA
Secretária de Administração em exercício

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

DECRETO Nº 2.078, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016
DECRETO Nº 2.078, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

ORÇAMENTO. Dispõe sobre o encerramento do Exercício Financeiro e Orçamentário do Município de Palhoça para 2015 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Palhoça, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica determinado o dia 08 de dezembro de 2016, como prazo final para realização e respectivo empenhamento das despesas da Prefeitura Municipal, das Fundações, das Autarquias, e dos Fundos para o exercício corrente.

Parágrafo Único. Excetuam-se desta data limite as despesas referentes a folha de pagamento, os contratos da dívida fundada, as originárias de encargos sociais, energia elétrica, telefonia e outras despesas complementares relativos a eventuais ajustes das despesas por competência.

Art. 2º Todas as despesas realizadas neste exercício, juntamente com os respectivos documentos fiscais, devem ser encaminhados até o dia 22 de dezembro de 2016 à Secretaria Municipal Administração/Finanças, para devida análise e liquidação, excetuadas aquelas provenientes de convênios e financiamentos para obras que deverão aguardar a liberação dos recursos.

Parágrafo Único. Fica vedada a antecipação do prazo final para recebimento dos documentos fiscais, que deverá ocorrer até o dia 22 de dezembro de 2016, junto à Secretaria Municipal de Administração/Finanças.

Art. 3º Os empenhos/autorizações de fornecimento pela compra de material e serviços, referentes ao exercício de 2016, cujas despesas não foram efetivamente realizadas devem ser anulados, cabendo ao Secretário/Presidente da pasta comunicar ao fornecedor o cancelamento da compra da mercadoria e ou serviços, por descumprimento do prazo de entrega e que por força de Lei tem que ocorrer até o dia 22 de dezembro de 2016.

Art. 4º Serão reempenhadas automaticamente somente as despesas contratuais de obras não executadas até 31 de dezembro e que ultrapassarem o exercício de 2016.

Art. 5º Fica suspenso os bloqueios de dotações e empenhamento das despesas das Secretarias, Fundos, Fundações e Autarquias, para aquisição de novas contratações de obras, serviços e materiais para o exercício de 2016, até a comprovação da eficácia de pedidos de compras por prioridade das despesas de caráter continuado por estimativa de janeiro a dezembro de 2016, como aquisição/serviços de merenda, passe de aluno, vale transporte, vale alimentação, telefone, água, luz, contratos de aluguel, combustível, sistemas de operação da água, lixo, contratos de dívida, e outros não relacionados mas prioritários.

Art. 6º Fica determinado o dia 17 de janeiro de 2017, data limite para lançamento contábeis para fins de fechamento dos Balanços/ Balanços Contábeis dos Fundos, Fundações e Autarquias relativos ao exercício de 2016.

Art. 7º As despesas consignadas no orçamento do exercício de 2017, ficarão contingenciadas em 50%, e liberadas gradualmente após a avaliação das metas fiscais da receita e despesas do primeiro quadrimestre de 2017.

Art. 8º A contratação das despesas de caráter continuado para o exercício de 2017, todas inclusive as de pessoal, deverão ter a aprovação do Comitê Gestor de Governo com a antecedência de 10 (dez) dias, excetuam-se as despesas.

Art. 9º As eventuais exceções às regras contidas no presente Decreto somente terão validade com o aval do Comitê Gestor de Governo.

Art. 10. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.081, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 2.081, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

LUTO OFICIAL. Decreta em razão da fatalidade ocorrida com a delegação da Associação Chapecoense de Futebol.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais,

Considerando a fatalidade ocorrida na madrugada desta terça-feira, 29 de novembro de 2016, com a aeronave que transportava a delegação da Associação Chapecoense de Futebol;

Considerando o falecimento de atletas e dirigentes da Associação Chapecoense de Futebol e do Presidente da Federação Catarinense de Futebol, Delfim de Pádua Peixoto Filho;

Considerando que estavam presentes na aeronave diversos profissionais de imprensa, entre eles, o jovem palhocense Bruno Mauri, técnico da RBS TV;

Considerando a comoção nacional e internacional pelo ocorrido, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial em todo o território do Município, no período de 03 (três) dias, a contar de 29 de novembro do corrente ano, em sinal de memória ao desastre aéreo ocorrido com a delegação da Associação Chapecoense de Futebol, que envolveu atletas, dirigentes, imprensa e convidados.

Parágrafo único. Todos os órgãos da administração Direta e Indireta do Município manterão, durante este período, luto oficial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 29 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 05/2016 – CMDCA

EDITAL Nº 05/2016 – CMDCA

EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS PARA FINANCIAMENTO PELO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-FIA-CMDCA.

NO ANO DE 2016

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Federal Nº. 8.069/90, Lei Municipal Nº 2.755/2007 e Lei Nº 3.994, de 18 de março de 2014 FIA e Resolução CONANDA N.º 137/2010, Resolução 001/2013 CMDCA dos critérios para análise de Projeto, torna publico às Entidades, registradas neste CMDCA, que se encontram abertas as inscrições de projetos na área da infância e adolescência, para participar do processo de seleção de projetos que poderão ser financiados com recursos do FIA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Palhoça, conforme definido neste Edital.

1. DA HABILITAÇÃO

1.1 Poderão participar do processo de seleção aberto por este Edital as Entidades não Governamentais (OSCs) que até a data de sua publicação:

a) tenham registro junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palhoça, devendo este estar dentro do prazo de validade;

b) tenham programa de atendimento inscrito junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palhoça, devendo o mesmo estar sendo executado;

c) no caso de entidades que possuam convênios, estejam adimplentes junto a Secretaria Municipal de Educação, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Palhoça e Secretaria Municipal de Assistência Social.

d) As entidades deverão estar inscritas no CMDCA e comprovar atuação mínima de 2 (dois) anos no Município, conforme exigência da legislação vigente.

1.2 Não poderão participar do processo de seleção aberto por este edital:

a) proponentes que não estejam regularmente registradas junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palhoça;

b) proponentes que possuam convênio vigente com o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Palhoça, para a execução de objeto idêntico ao da proposta encaminhada em decorrência deste Edital;

c) proponentes que tiveram prestação de contas reprovadas em quaisquer convênios firmados anteriormente com os órgãos municipais citados no item 1.1 e 1.2;

d) proponentes não governamentais cujo objeto social não se relacione às características do programa ou que não disponham de condições técnicas para executar o convênio, segundo decisão da Comissão especial de Avaliação e Monitoramento dos Projetos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Palhoça;

e) pessoas físicas ou entidades privadas com fins lucrativos;

2. DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1- Os recursos financeiros disponibilizados por este edital totalizam R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) oriundos do saldo remanescente de doações efetuadas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palhoça, e serão repassados da seguinte forma:

a. O CMDCA destinará a quantia de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) distribuídos igualitariamente entre as entidades que desenvolvam projetos contribuam para a promoção, garantia defesa, atendimento com crianças e adolescentes no município de Palhoça, perfazendo um total de R\$ 13.043,47 (treze mil e quarenta e três reais e quarenta e sete centavos) para cada Entidade;

b. Projeto que contemplem os eixos temáticos estabelecido na Resolução 001/2013 deste Conselho.

Parágrafo Único – Se uma das entidades Sociedade Civil, não apresentar proposta conforme o edital nº 05/2016, o valor será devidamente dividido proporcionalmente entre os projetos das entidades que foram contemplados neste edital.

2.2 – As entidades poderão apresentar somente um PROJETO com valores até o limite do recurso previsto, desde que atendam as normativas do edital.

3. DA ANÁLISE E DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS DE AVALIAÇÃO

3.1 - Os projetos apresentados serão analisados pelos membros da Comissão especial do CMDCA de avaliação e Monitoramento dos Projetos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Palhoça, com observância dos seguintes critérios da resolução 001/2013:

a) a consonância com a legislação e normativas vigentes relacionadas à criança e ao adolescente, em especial ao Estatuto da Criança e do Adolescente;

b) entidades registradas no CMDCA de Palhoça.

4. DOS DOCUMENTOS

4.1 - Os projetos deverão ser entregues em meio físico e digital, conforme anexo do Edital 005/2016, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palhoça, sito à Avenida Barão do Rio Branco, no horário das 13 às 18 horas, no período entre 30 de novembro de 2016 a 13 de fevereiro de 2017, impreterivelmente, acompanhados dos seguintes documentos:

I. Cópia do Certificado de Registro da Entidade junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palhoça;

II. Comprovante de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

III. Comprovante de endereço da entidade;

IV. Comprovante de endereço do seu representante legal;

V. Cópia autenticada do RG e do CPF do presidente da entidade;

VI. Cópia do estatuto e de suas alterações, devidamente registradas no cartório competente;

VII. Cópia autenticada da ata da última assembléia que elegeu o corpo dirigente da entidade, registrada no cartório competente;

VIII. Cópia de atestado de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal;

IX. Declaração de Regularidade na Prestação de Contas ou de Inexistência de Convênio junto à Secretaria Municipal de Assistência Social de Palhoça.

X. Certificação de entidade beneficente de assistência social, emitida pelo Conselho de Assistência Social;

XI. Cópia da Lei de utilidade pública;

XII. Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva com Efeitos de

Negativa (CPD – EM) emitido pela Previdência Social;

XIII. Certidão Negativa de Débitos Municipais;

XIV. Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

XV. Certidão Negativa de Débitos – Conjunta (Receita Federal e INSS);

XVI. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos;

XVII. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF;

XVIII. Declaração de Regularidade na Prestação de Contas ou de Inexistência de Convênio junto à Secretaria Municipal de Educação de Palhoça;

XIX. Declaração de Regularidade na Prestação de Contas ou de Inexistência de Convênio junto ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Palhoça;

4.2- Serão automaticamente desclassificados projetos entregues com documentação Incompleta ou fora da data do prazo previsto.

4.3- A entidade proponente, aceita as condições estabelecidas por este Edital e responsabiliza-se por todas as informações contidas na sua proposta e no seu cadastramento, comprometendo-se a comprovar a veracidade destas quando for solicitada ou em visita do CMDCA.

4.4- A entidade proponente deverá apresentar prestação de contas em conformidade com o projeto apresentado, caso não execute, o recurso deverá ser devolvido o valor total corrigido.

4.5 Bem como, a entidade deverá produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo Conselho Municipal indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto. O custo da confecção das placas pode ser incluído no valor do projeto.

5. DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

5.1 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palhoça publicará a lista das entidades habilitadas a participar deste Edital na página do CMDCA (<https://cmdcapalhoça.wordpress.com>) e SITE da Prefeitura municipal de Palhoça (<http://www.palhoça.atende.net>). Edital, referida relação, bem como demais informações sobre o CMDCA/PH, são publicas e podem ser conferidas através do site: (<https://cmdcapalhoça.wordpress.com>).

6. DA VEDAÇÃO DA DESPESA

6.1 As parcerias deverão ser executadas com estrita observância das cláusulas pactuadas, sendo vedado:

I – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

II - pagar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por

consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, cargo vinculados a diretoria executiva da Entidade.

III – utilizar, ainda em que caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;

IV – realizar despesa em data anterior à vigência da parceria; e

VI - realizar despesa em data posterior à vigência da parceria.

6.2 É vedado o pagamento de juros, multas ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora do prazo, com recursos da parceria, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos.

6.3 É vedado à organização da sociedade civil remunerar, com recursos da parceria, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerça, na administração pública municipal, cargo de natureza especial, cargo de provimento em comissão ou função de direção, chefia ou assessoramento.

6.4 É vedado à organização da sociedade civil remunerar, com recursos da parceria, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, cargo vinculado a diretoria executiva da Entidade.

6.5 É vetado:

I – Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência;

II – pagamento de despesas com data anterior ao dos recebimentos dos valores, mensalmente depositados em conta corrente da entidade;

III – pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV – realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recebimentos fora do prazo.

7. DOS RECURSOS

7.1 Cabe recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palhoça contra as decisões da Comissão especial de Avaliação e Monitoramento dos Projetos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Palhoça no prazo estabelecido no item 8 deste edital.

8. CRONOGRAMA

EVENTO	DATA
Publicação do Edital	30 de novembro de 2016
Entrega dos Projetos	Entre 30 novembro/16 a 13 fevereiro de 2017
Análise dos Projetos	Entre 15 a 17 fevereiro de 2017
Divulgação do Resultado Prévio	21 de fevereiro 2017
Prazo para Recursos	Entre 22 fevereiro a 24 de fevereiro 2017
Análise dos Recursos	Entre 01 a 03 de março de 2017
Homologação do Resultado Final em Plenária ordinária	15 de março de 2017
Publicação dos resultados	16 de março de 2017
Assinatura do Termo de Convênio	30 de março de 2017

8.1 O não cumprimento dos prazos acarretará na eliminação do projeto da Entidade no processo de seleção.

9. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 O prazo para utilização dos recursos será de 02 meses a contar da data de depósito do recurso financeiro na conta da entidade e mais 30 dias para a entrega da prestação de contas.

9.2 Na prestação de contas não haverá justificativa para recursos utilizados em desacordo com o objeto definido no Plano de Trabalho aprovado.

9.3 DA COMISSÃO DO CMDCA-Palhoça: A comissão formada para elaboração do EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS PARA FINANCIAMENTO PELO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-FIA-CMDCA. Sociedade Civil: APAE – Mirian Lourdes Fonseca; CERENE – Eduardo Calixto de Oliveira; CCPI Aririu da Formiga – Silnaide Stange. Governo: secretaria de Assistência Social / CMDCA- Sirlene de Farias e Judite Seresoli;

Secretaria de Educação- Nicelene Maria Soares; Fundação de Esporte e Cultura – Aline Gomes.

9.4 Este Edital entrará em vigor a partir da data de sua publicação. Palhoça, 30 de novembro de 2016.

Nicelene Maria Soares

Coordenadora Geral do CMDCA

EDITAL Nº 06/2016 – CMDCA

EDITAL Nº 06/2016 – CMDCA

EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS PARA FINANCIAMENTO PELO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-FIA-CMDCA NO ANO DE 2016.

Recursos Provenientes de Doações a Projetos: Organizações governamentais: Secretaria Municipal da Saúde; Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Maricultura, Pesca e Agricultura; Secretaria Municipal de Turismo e Fundação Municipal de Esporte e Cultura – FMEC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Federal Nº. 8.069/90, Lei Municipal Nº 2.755/2007 e Lei Nº 3.994, de 18 de março de 2014 FIA e Resolução CONANDA N.º 137/2010, Resolução 001/2013 CMDCA dos critérios para análise de Projeto, torna publico às organizações governamentais: Secretaria Municipal da Saúde; Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Maricultura, Pesca e Agricultura; Secretaria Municipal de Turismo e Fundação Municipal de Esporte e Cultura – FMEC, que se encontram abertas as inscrições de projetos na área da infância e adolescência, para participar do processo de seleção de projetos que poderão ser financiados com recursos do FIA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Palhoça, conforme definido neste Edital.

1. DA HABILITAÇÃO

1.1 Poderão participar do processo de seleção aberto por este Edital as organizações governamentais:

- Secretaria Municipal da Saúde;
- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Assistência Social
- Secretaria Municipal de Maricultura, Pesca e Agricultura;
- Secretaria Municipal de Turismo e Fundação Municipal de Esporte e Cultura – FMEC.

2. DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1- Os recursos financeiros disponibilizados por este edital totalizam R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) oriundos do saldo remanescente de doações efetuadas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palhoça, e serão repassados da seguinte forma:

- O CMDCA destinará a quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) distribuídos igualitariamente entre as Organizações governamentais que desenvolvam projetos contribuam para a promoção, garantia defesa, atendimento com crianças e adolescentes no município de Palhoça, perfazendo um total de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para cada;
- Projeto que contemplem os eixos temáticos estabelecido na Resolução 001/2013 deste Conselho.

Parágrafo Único – Se uma das cinco Organizações Governamentais, não apresentar proposta conforme o edital nº 06/2016, o valor será devidamente dividido proporcionalmente entre os projetos das que foram contemplados neste edital.

2.2 – As cinco Organizações Governamentais poderão apresentar somente UM PROJETO com valores até o limite do recurso previsto, desde que atendam as normativas do edital.

3. DA ANÁLISE E DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS DE AVALIAÇÃO

3.1 - Os projetos apresentados serão analisados pelos membros da Comissão especial do CMDCA de avaliação e Monitoramento dos Projetos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Palhoça, com observância dos seguintes critérios da resolução 001/2013:

a) a consonância com a legislação e normativas vigentes relacionadas à criança e ao adolescente, em especial ao Estatuto da Criança e do Adolescente;

4. DOS DOCUMENTOS

4.1 - Os projetos deverão ser entregues em meio físico e digital, conforme anexo do Edital 006/2016, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palhoça, sito à Avenida Barão do Rio Branco, no horário das 13 às 18 horas, no período 30 de novembro de 2016 a 13 de fevereiro de 2017.

4.2- Serão automaticamente desclassificados projetos entregues com documentação Incompleta ou fora da data do prazo previsto.

4.3- Deverá apresentar prestação de contas em conformidade com o projeto apresentado, caso não execute, o recurso deverá ser devolvido o valor total corrigido.

4.4 - Bem como, deverá produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo Conselho Municipal indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto. O custo da confecção das placas pode ser incluído no valor do projeto.

5. DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

5.1 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palhoça publicará o Edital na página do CMDCA (<https://cmdcapalhoa.wordpress.com>) e SITE da Prefeitura municipal de Palhoça (<http://www.palhoa.atende.net>). Edital, referida relação, bem como demais informações sobre o CMDCA/PH, são publicas e podem ser conferidas através do site: (<https://cmdcapalhoa.wordpress.com>).

6. DA VEDAÇÃO DA DESPESA

6.1 As parcerias deverão ser executadas com estrita observância das cláusulas pactuadas, sendo vedado:

I – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público do Município de Palhoça com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

II – utilizar, ainda em que caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;

III – realizar despesa em data anterior à vigência da parceria; e

IV - realizar despesa em data posterior à vigência da parceria.

6.2 É vedado o pagamento de juros, multas ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora do prazo, com recursos da parceria, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos.

7. DOS RECURSOS

7.1 Cabe recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palhoça contra as decisões da Comissão especial de Avaliação e Monitoramento dos Projetos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Palhoça no prazo estabelecido no item 8 deste edital.

8. CRONOGRAMA

EVENTO	DATA
Publicação do Edital	30 de novembro de 2016
Entrega dos Projetos	Entre 30 novembro/16 a 13 fevereiro de 2017
Análise dos Projetos	Entre 15 a 17 fevereiro de 2017
Divulgação do Resultado Prévio	21 de fevereiro 2017
Prazo para Recursos	Entre 22 fevereiro a 24 de fevereiro 2017

Análise dos Recursos	Entre 01 a 03 de março de 2017
Homologação do Resultado Final em Plenária ordinária	15 de março de 2017
Publicação dos resultados	16 de março de 2017
Assinatura do Termo de Convênio	30 de março de 2017

8.1 O não cumprimento dos prazos acarretará na eliminação do projeto no processo de seleção.

9. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 O prazo para utilização dos recursos será de 02 meses a contar da data da liberação do recurso financeiro e mais 30 dias para a entrega da prestação de contas.

9.2 Na prestação de contas não haverá justificativa para recursos utilizados em desacordo com o objeto definido no Plano de Trabalho aprovado.

9.3 DA COMISSÃO DO CMDCA-Palhoça: A comissão formada para elaboração do EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS PARA FINANCIAMENTO PELO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-FIA-CMDCA. Sociedade Civil: APAE – Mirian Lourdes Fonseca; CERENE – Eduardo Calixto de Oliveira; CCPI Aririu da Formiga – Silnaide Stange. Governo: secretaria de Assistência Social / CMDCA- Sirlene de Farias e Judite Seresoli; Secretaria de Educação- Nicelene Maria Soares; Fundação de Esporte e Cultura – Aline Gomes.

9.4 Este Edital entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Palhoça, 30 de novembro de 2016.

Nicelene Maria Soares

Coordenadora Geral do CMDCA

RESULTADO DO PREGÃO 143/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 143/2016

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL RP, que consiste na Aquisição de artefatos de cimento, lajotas, paver e meio fio a serem utilizados em diversas obras pelo Município de Palhoça/SC

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME:

CCA ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA CNPJ 09.080.335/0001-31, ficou classificada no item 01, 02 e 03 em seu menor preço, totalizando a importância de R\$ 872.500,00 (Oitocentos e setenta e dois mil e quinhentos reais)

Palhoça, 29 de novembro de 2016.

SANDRA PEREIRA DE ABREU OLIVEIRA

Pregoeira

RESULTADO NOVA HABILITACAO TP 015/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº015/2016

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº015/2016, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que consiste na execução do Projeto Técnico Social – PTS e desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial do Programa Minha Casa Minha Vida – Residencial Alexandre Coelho, cadastrado no SIAF sob nº 0.418.174-43, localizado à Rua Nossa Senhora da Rosa Mística s/n, Guarda do Cubatão – Palhoça/SC, conforme convênio CEF, Projeto de Trabalho Social de acordo com as especificações contidas nos anexos, de acordo com a sentença judicial proferida nos autos nº 0303007-84.2016.8.24.0045.

EMPRESAS HABILITADAS:

ACORDAR TREINAMENTOS LTDA EPP

BF CONSULTORIA, ASSESSORIA E FINANCIAMENTO LTDA EPP

PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA EPP

Palhoça, 29 de Novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016

ERRATA Nº 01/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TORNA PÚBLICO AS EMPRESAS INTERESSADAS EM PARTICIPAR DO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016

A Câmara Municipal de Palhoça torna público a alteração no Edital do Processo Licitatório nº 014/2016 na modalidade Pregão Presencial nº 013/2016, que tem por objeto a “contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos continuados de: conversão para o formato digital, organização, guarda e microfilmagem de documentos da Câmara Municipal de Palhoça/SC, conforme especificações, quantitativos e condições previstas neste Edital”, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

AONDE SE LIA:

...

“7.2.2.3.1 A empresa deverá comprovar capacidade técnica para o serviço mediante apresentação de atestado de capacidade técnica que comprove a execução de serviço que contemple todos os itens do termo de referência, prestado de forma contínua, em quantitativo igual ou superior em volume e prazo com o objeto licitado”.

...

7.2.2.3.7. Qualificação Profissional, que deverá ser exigido juntamente com a apresentação da proposta: Indicação dos membros da Equipe Técnica de seu quadro permanente, comprovando o vínculo através da CTPS ou de contrato de prestação de serviços, ou, ainda, do contrato social da licitante, acompanhados dos certificados/declarações que comprovem sua habilitação:

a) Profissional com Nível Superior em Biblioteconomia, registrado no conselho de classe.

b) Profissional com Nível Superior em Gestão de Tecnologia da Informação ou área afim, habilitado pela fabricante Software E2DOC para fornecer o suporte técnico, com emissão não superior a 12 meses.

...

“7.2.2.3.09. Apresentação da Carta de Solidariedade do Fabricante do Software E2Doc, autorizando o licitante a revender, instalar e fornecer suporte técnico”.

...

“7.2.2.3.10. A empresa deverá estar situada em uma distância máxima de sede do Contratante, equivalente a um raio de 100 km (cem quilômetros) de percurso, cuja comprovação se dará mediante declaração da licitante. Exclusivamente em relação à sede, poderá a empresa apresentar declaração de que, caso não se situe na distância mencionada, montará escritório com estrutura adequada ao atendimento do presente contrato, em local cuja distância máxima equivalha à ora disposta, cuja efetivação deverá se dar em três dias úteis após a assinatura do contrato”.

AGORA SE LÊ:

...

“7.2.2.3.1 A empresa deverá comprovar capacidade técnica para o respectivo serviço, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica pertinente e compatível em características com o objeto licitado”.

...

7.2.2.3.7. Qualificação Profissional, que deverá ser exigido juntamente com a apresentação da proposta: Indicação dos membros da Equipe Técnica de seu quadro permanente, comprovando o vínculo através da CTPS ou de contrato de prestação de serviços, ou, ainda, do contrato social da licitante, acompanhados dos certificados/declarações que comprovem sua habilitação:

a) Profissional com Nível Superior em Arquivologia ou Biblioteconomia, registrado no conselho de classe.

b) Profissional com Nível Superior em Gestão de Tecnologia da Informação ou área afim, com capacidade técnica para execução dos serviços licitados.

c) "7.2.2.3.09. REVOGADO".

...

"7.2.2.3.10. REVOGADO".

Tendo em vista que as alterações acima afetarão na formulação das propostas por parte dos licitantes, fica estabelecido novo prazo para realização do certame, qual seja 16.12.2016 às 15h00min, em consonância com o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, permanecendo inalterados os demais dispositivos esposados no instrumento convocatório.

Palhoça, 29 de novembro de 2016.

Cristiane Aparecida da Silva
Pregoeira

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº066/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 066/2016, QUARTO TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO N.º 065/2013 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa física CLAUDIO ARI LEONEL. OBJETO: – Fica prorrogado até 31/12/2017 o prazo contratual anunciado na Cláusula Terceira do Contrato de Locação n.º 065/2013. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 01/01/2017.

DATA: 24/11/2016.

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO Nº 065/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO DE RESCISÃO N.º 065/2016 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º39/2016 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: – Fica rescindido amigavelmente o item 28 (Carbamazepina xarope 20mg/ml) da Ata de Registro de Preços nº 39/2016 do Pregão Presencial nº 09/2016, nos termos do art. 79, inciso II da Lei 8.666/93.

DATA: 18/11/2016.

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 114/2016

DECRETO Nº 114/2016. De 14 de novembro de 2016.	ESTABELECE LIBERAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA BLOQUEADA ATRAVÉS DE ATO PRÓPRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.
--	---

Considerando o interesse público e a necessidade urgente da execução parcial de Ações de Governo previstas na lei orçamentária anual vigente;

Considerando a obrigatoriedade da aplicação mínima na área da Educação estabelecida na Constituição Federal;

Considerando a obrigatoriedade da aplicação mínima na área da Saúde estabelecida na Constituição Federal;

Considerando principalmente, devido a necessidade de utilização de dotações orçamentárias anteriormente bloqueadas para fazer frente a demanda da população, optou-se na realização de desbloqueio de dotações constantes no decreto nº 41/2016 61/2016 e 81/2016.

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto estabelecida a liberação parcial das dotações orçamentárias bloqueadas através do Decreto nº 41/2016, 61/2016 e 81/2016, no valor total de R\$ 155.098,14 (cento e cinquenta e cinco mil, noventa e oito reais e quatorze centavos) conforme a seguir discriminada:

1. Prefeitura Municipal de Palmitos – R\$ 51.639,25

04. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

04.01 Departamento de Educação

Proj./Ativ. 2010 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0015.0 (36) R\$ 23.905,38

TOTAL R\$ 23.905,38

04. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

04.01 Departamento de Educação

Proj./Ativ. 1003 – Construção e Ampliação de Quadras Esportivas Escolares

Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0070.0 (26) R\$ 27.733,87

TOTAL R\$ 27.733,87

DECRETO Nº 114/2016.

De 14 de novembro de 2016.

2. Fundo Municipal de Saúde de Palmitos – R\$ 103.458,89

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01 Fundo Municipal de Saúde

Proj./Ativ. 2.035 – Manutenção dos Programas ESF/ACS/Saúde

Bucal

Modalidade: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0016.0 (21) R\$ 20.878,72

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0016.0 (25) R\$ 4.316,22

Modalidade: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0037.0 (22) R\$ 5.073,67

Modalidade: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0037.0 (27) R\$ 154,04

TOTAL R\$ 30.422,65

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01 Fundo Municipal de Saúde

Proj./Ativ. 1.018 – Construção/Ampliação e Reforma de Unidade de Saúde

Modalidade: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002.0 (38) R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01 Fundo Municipal de Saúde

Proj./Ativ. 2.037 – Manutenção Assistência Farmacêutica Básica

Modalidade: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002.0 (38) R\$ 20.000,00

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.0 (39) R\$ 13.893,94

TOTAL R\$ 33.893,94

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01 Fundo Municipal de Saúde

Proj./Ativ. 2.041 – Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária

Modalidade: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0098.0 (58) R\$ 29.142,30

TOTAL R\$ 29.142,30

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 14 de novembro de 2016.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

DECRETO 115/2016

DECRETO Nº 115/2016. De 14 de novembro de 2016.	INSTITUI A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA DE GOVERNO NO MUNICÍPIO DE PALMITOS, DISPÕE SOBRE A FORMAÇÃO DA EQUIPE DE TRANSIÇÃO, DEFINE SEU FUNCIONAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por lei.
--	---

DECRETA

Art. 1º Fica instituída no Município de Palmitos a transição democrática de governo nos termos previstos neste Decreto.

§ 1º A transição democrática de governo é o processo que objetiva

propiciar condições para que o candidato eleito para o cargo de Prefeito possa receber todos os dados e informações necessárias à implementação de seu programa de governo, inteirando-se do funcionamento dos órgãos e entidades que compõem a Administração local, permitindo a preparação dos atos a serem editados após a posse.

§ 2º Para o desenvolvimento do processo mencionado no § 1º deste artigo, será formada uma Equipe de Transição, cuja composição atenderá ao disposto no artigo 2º deste Decreto.

Art. 2º O candidato eleito para o cargo de Prefeito deve indicar membros de sua confiança para compor sua Equipe de Transição, com um coordenador, com plenos poderes para representá-lo, a qual terá acesso às informações relativas às contas públicas, dívida pública, inventário de bens, programas e projetos da Administração Municipal, convênios e contratos administrativos, bem como ao funcionamento dos órgãos e entidades da Administração e Indireta do Município e à relação de cargos, empregos e funções públicas, dentre outras informações.

§ 1º A indicação a que se refere o "caput" será feita por ofício dirigido ao Prefeito em Exercício.

§ 2º O Prefeito em exercício indicará, pessoas de sua confiança, integrantes do quadro funcional da Administração Pública, para compor a Equipe de Transição, as quais são:

- Aline Carina Pöttker;
- Andressa Triaca;
- Eberson Almir Rigoni; e
- Silvane Salete Bonometti Caumo.

DECRETO Nº 115/2016.
De 14 de novembro de 2016.

Art. 3º Os pedidos de Acesso às informações de que trata o artigo 2º deste Decreto, qualquer que seja sua natureza, serão formulados por escrito pelo Coordenador da Equipe de Transição e dirigidos à autoridade indicada ao Prefeito em Exercício, ao qual compete no prazo de dois dias úteis, requisitar dos órgãos da Administração Municipal os dados e informações solicitados e encaminhá-los, com a necessária precisão, no prazo de cinco dias úteis, à coordenação da Equipe de Transição.

Art. 4º Os membros indicados pelo Prefeito eleito podem reunir-se com outros agentes da Prefeitura, além dos supracitados no §2º do artigo 2º, desde que sem prejuízo dos trabalhos de encerramento de exercício e de fim de mandato a cuja apresentação aos órgãos competentes se obriga a Administração local.

Parágrafo único. As reuniões mencionadas no "caput" deste artigo serão previamente agendadas e registradas em atas, sob coordenação do Prefeito em exercício ou de um representante.

Art. 5º O Prefeito em exercício pode garantir à Equipe Transição a infraestrutura necessária ao desenvolvimento dos trabalhos, incluindo espaço físico adequado, equipamentos e pessoal que se fizerem necessários.

Art. 6º Os membros da Equipe de Transição deverão manter sigilo dos dados e informações confidenciais a que tiverem acesso, sob pena de responsabilização, nos termos da legislação vigente.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 8º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 14 de novembro de 2016.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 116/2016

DECRETO Nº 116/2016 De 22 de novembro de 2016	DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. NORBERTO PAULO GONZATTI, Prefeito Municipal de Palmitos, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município:
--	---

CONSIDERANDO a informação do Departamento de Tributos da municipalidade - Certidão anexa, e de acordo com a análise da matrícula n. 10.685, pode-se constatar o lançamento equivocado/ indevido referente a débitos de IPTU dos cadastros números 1606, referente aos anos de 2005 a 2008 ; 1609, referente aos anos de 2005 a 2008; 1610, referente aos anos de 2001 a 2013; 1622, referente aos anos de 2002 a 2008 e de 2011 a 2013; 1585; referente aos anos de 2008 a 2011; 1586, referente aos anos de 2003 a 2008 e 2011 ; 1587, referente aos anos de 2003 a 2008 e 2011 ; 1588, referente aos anos de 2005 a 2008 e 2011; 1604, referente aos anos de 2005 a 2008 e 2011; 1605, referente aos anos de 2005 a 2008; 1620, referente aos anos de 2002 a 2008 e 2011 a 2013; 1621, referente aos anos de 2002 a 2008 e 2011 a 2013, todos em nome do contribuinte ALMIRO HILÁRIO DE SOUZA;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Municipal prevê em seu art. 59, inciso VI, a expedição de Decretos para atos da Administração, pelo presente:

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto declarada a inexistência da dívida ativa referente ao débito de IPTU, do contribuinte ALMIRO HILÁRIO DE SOUZA, referente aos cadastros números 1606, referente aos anos de 2005 a 2008 ; 1609, referente aos anos de 2005 a 2008; 1610, referente aos anos de w2001 a 2013; 1622, referente aos anos de 2002 a 2008 e de 2011 a 2013; 1585; referente aos anos de 2008 a 2011; 1586, referente aos anos de 2003 a 2008 e 2011; 1587, referente aos anos de 2003 a 2008 e 2011 ; 1588, referente aos anos de 2005 a 2008 e 2011; 1604, referente aos anos de 2005 a 2008 e 2011; 1605, referente aos anos de 2005 a 2008; 1620, referente aos anos de 2002 a 2008 e 2011 a 2013; 1621, referente aos anos de 2002 a 2008 e 2011 a 2013, e, consequentemente, CANCELADO eventual lançamento do crédito tributário em dívida ativa relativo à cobrança de IPTU, nos períodos referidos .

Art. 2º Fica determinado ao Departamento de Finanças, Tributos e Fiscalização proceder ao cancelamento da dívida ativa em nome do contribuinte ALMIRO HILÁRIO DE SOUZA, referente aos cadastros números 1606, referente aos anos de 2005 a 2008 ; 1609,

referente aos anos de 2005 a 2008; 1610, referente aos anos de 2001 a 2013; 1622, referente aos anos de 2002 a 2008 e de 2011 a 2013; 1585, referente aos anos de 2008 a 2011; 1586, referente aos anos de 2003 a 2008 e 2011; 1587, referente aos anos de 2003 a 2008 e 2011; 1588, referente aos anos de 2005 a 2008 e 2011; 1604, referente aos anos de 2005 a 2008 e 2011; 1605, referente aos anos de 2005 a 2008; 1620, referente aos anos de 2002 a 2008 e 2011 a 2013; 1621, referente aos anos de 2002 a 2008 e 2011 a 2013 e, conseqüentemente, CANCELADO eventual lançamento do crédito tributário em dívida ativa relativo à cobrança de IPTU, no período de lançamento indevido.

DECRETO Nº 116/2016

De 22 de novembro de 2016

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogando-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 22 de novembro de 2016.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogando-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 22 de novembro de 2016.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 117/2016

DECRETO Nº 117/2016 De 22 de novembro de 2016	DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. NORBERTO PAULO GONZATTI, Prefeito Municipal de Palmitos, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município:
--	---

CONSIDERANDO a informação do Departamento de Tributos da municipalidade acerca do lançamento equivocado do cadastro n. 10199 e 9544, contribuinte LIGA OESTINA DE FUTSAL, e após análise das Notas Fiscais e Extratos apresentados, comprovando o pagamento referente ao débito de ISSQN da referida contribuinte no ano de 2009;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Municipal prevê em seu art. 59, inciso VI, a expedição de Decretos para atos da Administração, pelo presente:

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto declarada a inexistência da dívida ativa referente ao débito de ISSQN, NO ANO DE 2009 – cadastro n. 10199 e 9544, em relação a contribuinte LIGA OESTINA DE FUTSAL, e, conseqüentemente, CANCELADO o lançamento do crédito tributário em dívida ativa relativo à cobrança de ISSQN da referido contribuinte no período em mencionado.

Art. 2º Fica determinado ao Departamento de Finanças, Tributos e Fiscalização proceder ao cancelamento da dívida ativa em nome da contribuinte LIGA OESTINA DE FUTSAL, cadastro n. 10199 e 9544, referente ao débito de ISSQN, no ano de 2009.

Papanduva

PREFEITURA

DECRETO Nº 2668, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016 - APROVA DESMEMBRAMENTOS, RETIFICAÇÕES E REMEMBRAMENTOS DE IMÓVEIS URBANOS, QUE IDENTIFICA.

Decreto nº 2668, de 28 de novembro de 2016.

APROVA DESMEMBRAMENTOS, RETIFICAÇÕES E REMEMBRAMENTOS DE IMÓVEIS URBANOS, QUE IDENTIFICA.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de Agricol Materiais de Construção Ltda, com a área total de 2.748,36m² (dois mil, setecentos e quarenta e oito metros e trinta e seis decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Tenente Ary Rauhen, distante 45,05 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Jahir Damaso da Silveira, com base no Ponto OPP, neste Município de Papanduva/SC – devidamente registrado sob a matrícula nº 8.580, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "A" – 590,00m²

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Tenente Ary Rauhen, distante 45,05 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Jahir Damaso da Silveira, Coordenadas E: 585319.114 e N: 7079059.705.

Frente:- 32,43 metros com o Município pela Rua Tenente Ary Rauhen, lado ímpar;

Fundos:- 32,39 metros com o Lote "B" Desmembrado;

Lado Direito:- 18,10 metros Matrícula nº 7.935-Papanduva/SC de Elisete Zadorosny Tabalipa, Lote "A";

Lado Esquerdo:- 18,32 metros com a Matrícula nº 2.030-Papanduva/SC de Matilde de Luca.

Descrição do Lote "B" – 2.158,36m²

Após o Desmembramento o Lote "B", será lembrado na Matrícula nº 6.537-Papanduva/SC de Agricol Materiais de Construção Ltda.

Localização: O imóvel está localizado nas Coordenadas E: 585354.231 e N: 7079143.037.

Frente:- 22,31 metros e 15,07 metros com o Rio Papanduva;

Fundos:- 32,39 metros com o Lote "A" Desmembrado;

Lado Direito:- 56,08 metros com a Matrícula nº 2.030-Papanduva/SC de Matilde de Luca;

Lado Esquerdo:- 46,02 metros com a Matrícula nº 6.537-Papanduva/SC de Agricol Materiais de Construção Ltda.; 26,32 metros com a Matrícula nº 7.935-Papanduva/SC de Elisete Zadorosny Tabalipa, Lote "A".

Obs.: Nos fundos do referido imóvel passa o Rio Papanduva, o qual consta na planta topográfica em anexo, e possui uma faixa "non-aedificandi – 15m".

Art. 2º. Fica retificado o imóvel urbano de propriedade de Agricol Materiais de Construção Ltda, com a área total de 1.870,55m² (hum mil, oitocentos e setenta metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Jahir Damaso da Silveira, distante 39,98 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Tenente Ary Rauhen, Coordenadas E: 585292.643 e N: 7079113.675, com base no Ponto OPP, neste Município de Papanduva/SC – devidamente registrado sob a matrícula nº 6.537, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passando a constar:

Descrição da Área Total – 1.870,55m²

Frente:- 49,16 metros com o Município com a Rua Jahir Damaso da Silveira, lado ímpar;

Fundos:- 46,02 metros com a Matrícula nº 8.580-Papanduva/SC de Agricol Materiais de Construção Ltda.;

Lado Direito:- 8,53 metros, 3,83 metros, 5,87 metros, 9,08 metros, 11,25 metros, 10,71 metros com o Rio Papanduva;

Lado Esquerdo:- 3,87 metros com a Matrícula nº 7.811-Papanduva/SC de Clara Daiane Venturi Mastei; 4,43 metros e 9,00 metros com a Matrícula nº 7.810-Papanduva/SC de Clara Daiane Venturi Mastei; 11,50 metros e 0,17 metros com a Matrícula nº 6.553-Papanduva/SC de Clara Daiane Venturi Mastei, Lote "C"; 10,87 metros com a Matrícula nº 7.103-Papanduva/SC de Edison Miguel Zadorosny, Lote "B"; 10,74 metros com a Matrícula nº 7.935-Papanduva/SC de Elisete Zadorosny Tabalipa, Lote "A".

Obs.: Na lateral do referido imóvel passa o Rio Papanduva, o qual consta na planta topográfica em anexo, e possui uma faixa "non-aedificandi – 15m".

Art. 3º. Fica retificado o imóvel urbano de propriedade de Edison Miguel Zadorosny, com a área total de 474,00m² (quatrocentos e setenta e quatro metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Tenente Ary Rauhen, distante 23,83 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Jahir Damaso da Silveira, Coordenadas E: 585299.473 e N: 7079067.714, com base no Ponto OPP, neste Município de Papanduva/SC – devidamente registrado sob a matrícula nº 7.103, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passando a constar:

Descrição da Área Total – 474,00m²

Frente:- 10,54 metros com o Município com a Rua Tenente Ary Rauhen, lado ímpar;

Fundos:- 10,87 metros com a Matrícula nº 6.537-Papanduva/SC de Agricol Materiais de Construção Ltda.;
Lado Direito:- 44,27 metros com a Matrícula nº 6.553-Papanduva/SC de Clara Daiane Venturi Mastei, Lote "C";
Lado Esquerdo:- 44,30 metros com a Matrícula nº 7.935-Papanduva/SC de Elisete Zadorosny Tabalipa, Lote "A".

Art. 4º. Fica retificado o imóvel urbano de propriedade de Clara Daiane Venturi Mastei, com a área total de 468,76m² (quatrocentos e sessenta e oito metros e setenta e seis decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Tenente Ary Rauen, distante 14,23 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Jahir Damaso da Silveira, Coordenadas E: 585290.583 e N: 7079071.339, com base no Ponto OPP, neste Município de Papanduva/SC – devidamente registrado sob a matrícula nº 6.553, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passando a constar:

Descrição do Lote "C" – 468,76m²

Frente:- 9,60 metros com o Município pela Rua Tenente Ary Rauen, lado ímpar;

Fundos:- 11,50 metros com a Matrícula nº 6.537-Papanduva/SC de Agricol Materiais de Construção Ltda.;

Lado Direito:- 44,45 metros com a Matrícula nº 7.810-Papanduva/SC de Clara Daiane Venturi Mastei;

Lado Esquerdo:- 44,27 metros com a Matrícula nº 7.103-Papanduva/SC de Edison Miguel Zadorosny, Lote "B", 0,17 metros com a Matrícula nº 6.537-Papanduva/SC de Agricol Materiais de Construção Ltda.

Art. 5º. O imóvel urbano de propriedade de Clara Daiane Venturi Mastei, com a área total de 468,76m² (quatrocentos e sessenta e oito metros e setenta e seis decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Tenente Ary Rauen, distante 14,23 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Jahir Damaso da Silveira, Coordenadas E: 585290.583 e N: 7079071.339, com base no Ponto OPP, neste Município de Papanduva/SC – devidamente registrado sob a matrícula nº 6.553, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 03(três) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "A1" – 333,78m²

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Tenente Ary Rauen, distante 14,23 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Jahir Damaso da Silveira, Coordenadas E: 585290.583 e N: 7079071.339, com base no Ponto OPP.

Frente:- 9,60 metros com o Município com a Rua Tenente Ary Rauen, lado ímpar;

Fundos:- 10,99 metros com o Lote "A2" Desmembrado;

Lado Direito:- 32,35 metros com a Matrícula nº 7.810-Papanduva/SC de Clara Daiane Venturi Mastei;

Lado Esquerdo:- 32,53 metros com a Matrícula nº 7.103-Papanduva/SC de Edison Miguel Zadorosny, Lote "B".

Descrição do Lote "A2" – 33,15m²

Após o Desmembramento o Lote "A2", será lembrado na Matrícula nº 7.103-Papanduva/SC de Edison Miguel Zadorosny

Localização: O imóvel está localizado nas Coordenadas E: 585301.892 e N: 7079101.649.

Frente:- 10,99 metros o Lote "A1" Desmembrado;

Fundos:- 11,11 metros com o Lote "A3" Desmembrado;

Lado Direito:- 3,00 metros com a Matrícula nº 7.810-Papanduva/SC de Clara Daiane Venturi Mastei;

Lado Esquerdo:- 3,00 metros com a Matrícula nº 7.103-Papanduva/SC de Edison Miguel Zadorosny, Lote "B".

Descrição do Lote "A3" – 101,83m²

Após o Desmembramento o Lote "A3", será lembrado na Matrícula nº 6.537-Papanduva/SC de Agricol Materiais de Construção Ltda.

Localização: O imóvel está localizado nas Coordenadas E: 585302.941 e N: 7079104.460.

Frente:- 11,11 metros o Lote "A2" Desmembrado;

Fundos:- 11,50 metros com a Matrícula nº 6.537-Papanduva/SC de Agricol Materiais de Construção Ltda.;

Lado Direito:- 9,10 metros com a Matrícula nº 7.810-Papanduva/SC de Clara Daiane Venturi Mastei;

Lado Esquerdo:- 8,75 metros com a Matrícula nº 7.103-Papanduva/SC de Edison Miguel Zadorosny, Lote "B"; 0,17 metros com a Matrícula nº 6.537-Papanduva/SC de Agricol Materiais de Construção Ltda.

Art. 6º. O imóvel urbano de propriedade de Clara Daiane Venturi Mastei, com a área total de 400,00m² (quatrocentos metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Tenente Ary Rauen, distante 5,23 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Jahir Damaso da Silveira, Coordenadas E: 585282.247 e N: 7079074.738, com base no Ponto OPP, neste Município de Papanduva/SC – devidamente registrado sob a matrícula nº 7.810, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 03(três) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "A1" – 290,45m²

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Tenente Ary Rauen, distante 5,23 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Jahir Damaso da Silveira, Coordenadas E: 585282.247 e N: 7079074.738, com base no Ponto OPP.

Frente:- 9,00 metros com o Município com a Rua Tenente Ary Rauen, lado ímpar;

Fundos:- 9,00 metros com o Lote "A2" Desmembrado;

Lado Direito:- 32,20 metros com a Matrícula nº 7.811-Papanduva/SC de Clara Daiane Venturi Mastei;

Lado Esquerdo:- 32,35 metros com a Matrícula nº 6.553-Papanduva/SC de Clara Daiane Venturi Mastei, Lote "C".

Descrição do Lote "A2" – 27,00m²

Após o Desmembramento o Lote "A2", será lembrado na Matrícula nº 7.103-Papanduva/SC de Edison Miguel Zadorosny

Localização: O imóvel está localizado nas Coordenadas E: 585293.503 e N: 7079104.908.

Frente:- 9,00 metros o Lote "A1" Desmembrado;

Fundos:- 9,00 metros com o Lote "A3" Desmembrado;
Lado Direito:- 3,00 metros com a Matrícula nº 7.811-Papanduva/SC de Clara Daiane Venturi Mastei;
Lado Esquerdo:- 3,00 metros com a Matrícula nº 6.553-Papanduva/SC de Clara Daiane Venturi Mastei, Lote "C".

Descrição do Lote "A3" – 82,55m²

Após o Desmembramento o Lote "A3", será lembrado na Matrícula nº 6.537-Papanduva/SC de Agricol Materiais de Construção Ltda.
Localização: O imóvel está localizado nas Coordenadas E: 585294.552 e N: 7079107.719.

Frente:- 9,00 metros o Lote "A2" Desmembrado;

Fundos:- 9,00 metros com a Matrícula nº 6.537-Papanduva/SC de Agricol Materiais de Construção Ltda.;

Lado Direito:- 4,82 metros com a Matrícula nº 7.811-Papanduva/SC de Clara Daiane Venturi Mastei; 4,43 metros com a Matrícula nº 6.537-Papanduva/SC de Agricol Materiais de Construção Ltda.;

Lado Esquerdo:- 9,10 metros com a Matrícula nº 6.553-Papanduva/SC de Clara Daiane Venturi Mastei, Lote "C".

Art. 7º. Fica retificado o imóvel urbano de propriedade de Clara Daiane Venturi Mastei, com a área total de 182,03m² (cento e oitenta e dois metros e três decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Tenente Ary Rauen, esquina com o lado ímpar da Rua Jahir Damaso da Silveira, Coordenadas E: 585277.402 e N: 7079076.713, com base no Ponto OPP, neste Município de Papanduva/SC – devidamente registrado sob a matrícula nº 7.811, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passando a constar:

Descrição da Área Total – 182,03m²

Frente:- 5,23 metros com o Município com a Rua Tenente Ary Rauen, lado ímpar;

Fundos:- 3,87 metros com a Matrícula nº 6.537-Papanduva/SC de Agricol Materiais de Construção Ltda.;

Lado Direito:- 39,98 metros com o Município pela Rua Jahir Damaso da Silveira, lado ímpar

Lado Esquerdo:- 40,02 metros com a Matrícula nº 7.810-Papanduva/SC de Clara Daiane Venturi Mastei.

Art. 8º. O imóvel urbano de propriedade de Clara Daiane Venturi Mastei, com a área total de 182,03m² (cento e oitenta e dois metros e três decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Tenente Ary Rauen, esquina com o lado ímpar da Rua Jahir Damaso da Silveira, Coordenadas E: 585277.402 e N: 7079076.713, com base no Ponto OPP, neste Município de Papanduva/SC – devidamente registrado sob a matrícula nº 7.811, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 03(três) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "A1" – 150,64m²

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Tenente Ary Rauen, esquina com o lado ímpar da Rua Jahir Damaso da Silveira, Coordenadas E: 585277.402 e N: 7079076.713, com base no Ponto OPP.

Frente:- 5,23 metros com o Município com a Rua Tenente Ary Rauen, lado ímpar;

Fundos:- 4,14 metros com o Lote "A2" Desmembrado;

Lado Direito:- 32,12 metros com o Município pela Rua Jahir Damaso da Silveira, lado ímpar;

Lado Esquerdo:- 32,20 metros com a Matrícula nº 7.810-Papanduva/SC de Clara Daiane Venturi Mastei.

Descrição do Lote "A2" – 12,26m²

Após o Desmembramento o Lote "A2", será lembrado na Matrícula nº 7.103-Papanduva/SC de Edison Miguel Zadorosny

Localização: O imóvel está localizado nas Coordenadas E: 585289.646 e N: 7079106.406, com base no Ponto OPP.

Frente:- 4,14 metros o Lote "A1" Desmembrado;

Fundos:- 4,04 metros com o Lote "A3" Desmembrado;

Lado Direito:- 3,00 metros com o Município pela Rua Jahir Damaso da Silveira, lado ímpar;

Lado Esquerdo:- 3,00 metros com a Matrícula nº 7.810-Papanduva/SC de Clara Daiane Venturi Mastei.

Descrição do Lote "A3" – 19,13m²

Após o Desmembramento o Lote "A3", será lembrado na Matrícula nº 6.537-Papanduva/SC de Agricol Materiais de Construção Ltda.

Localização: O imóvel está localizado nas Coordenadas E: 585290.790 e N: 7079109.180, com base no Ponto OPP.

Frente:- 4,04 metros o Lote "A2" Desmembrado;

Fundos:- 3,87 metros com a Matrícula nº 6.537-Papanduva/SC de Agricol Materiais de Construção Ltda.;

Lado Direito:- 4,86 metros com o Município pela Rua Jahir Damaso da Silveira, lado ímpar;

Lado Esquerdo:- 4,82 metros com a Matrícula nº 7.810-Papanduva/SC de Clara Daiane Venturi Mastei.

Art. 9º. O imóvel urbano de propriedade de Agricol Materiais de Construção Ltda, com a área totalizando em 4.232,42m² (quatro mil duzentos e trinta e dois metros e quarenta e dois decímetros quadrados), objeto das matrículas 6.537/8.580/6.553/7.810/7.811, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva, localizado no lado ímpar da Rua Jahir Damaso da Silveira, distante 35,12 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Tenente Ary Rauen, Coordenadas E: 585290.790 e N: 7079109.180, com base no Ponto OPP, neste Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, fica REMEMBRADO, passando a constar com a seguinte Área:

Descrição da Área Total – 4.232,42m²

Frente:- 54,02 metros com o Município com a Rua Jahir Damaso da Silveira, lado ímpar;

Fundos:- 56,08 metros com a Matrícula nº 2.030-Papanduva/SC de Matilde de Luca;

Lado Direito:- 8,53 metros, 3,83 metros, 5,87 metros, 9,08 metros, 11,25 metros, 10,71 metros, 22,31 metros, 15,07 metros com o Rio Papanduva;

Lado Esquerdo:- 4,04 metros com a Matrícula nº 7.811-Papanduva/SC-Lote "A2" de Clara Daiane Venturi Mastei; 9,00 metros com a

Matrícula nº 7.810-Papanduva/SC-Lote "A2" de Clara Daiane Venturi Mastei; 11,11 metros com a Matrícula nº 6.553-Papanduva/SC-Lote "A2" de Clara Daiane Venturi Mastei; 8,75 metros e 10,87 metros com a Matrícula nº 7.103-Papanduva/SC de Edison Miguel Zadorosny, Lote "B"; 10,74 metros e 26,32 metros com a Matrícula nº 7.935-Papanduva/SC de Elisete Zadorosny Tabalipa, Lote "A"; 32,39 metros com a Matrícula nº 8.580-Papanduva/SC-Lote "A" de Agricol Materiais de Construção Ltda.

Obs.: Na lateral do referido imóvel passa o Rio Papanduva, o qual consta na planta topográfica em anexo, e possui uma faixa "non-aedificandi – 15m".

Art. 10. O imóvel urbano de propriedade de Edison Miguel Zadorosny, com a área totalizando em 546,41m² (quinhentos e quarenta e seis metros e quarenta e um decímetros quadrados), objeto das matrículas 7.103/6.553/7.810/7.811, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva, localizado no lado ímpar da Rua Tenente Ary Rauen, distante 23,83 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Jahir Damaso da Silveira, Coordenadas E: 585299.473 e N: 7079067.714, com base no Ponto OPP, neste Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, fica REMEMBRADO, passando a constar com a seguinte Área:

Descrição da Área Total – 546,41m²

Frente:- 10,54 metros com o Município com a Rua Tenente Ary Rauen, lado ímpar;

Fundos:- 10,87 metros com as Matrículas nº 6.537/8.580-Lote "B"/6.553-Lote "A3"/7.810-Lote "A3"/7.811-Lote "A3"-Papanduva/SC de Agricol Materiais de Construção Ltda.;

Lado Direito:- 32,52 metros e 10,99 metros com a Matrícula nº 6.553-Papanduva/SC-Lote "A1" de Clara Daiane Venturi Mastei; 9,00 metros com a Matrícula nº 7.810-Papanduva/SC-Lote "A1" de Clara Daiane Venturi Mastei; 4,14 metros com a Matrícula nº 7.811-Papanduva/SC-Lote "A1" de Clara Daiane Venturi Mastei; 3,00 metros com o Município pela Rua Jahir Damaso da Silveira, lado ímpar; 4,04 metros, 9,00 metros, 11,11 metros e 8,75 metros com as Matrículas nº 6.537/8.580-Lote "B"/6.553-Lote "A3"/7.810-Lote "A3"/7.811-Lote "A3"-Papanduva/SC de Agricol Materiais de Construção Ltda.;

Lado Esquerdo:- 44,30 metros com a Matrícula nº 7.935-Papanduva/SC de Elisete Zadorosny Tabalipa, Lote "A".

Art. 11. O imóvel urbano de propriedade de Clara Daiane Venturi Mastei, com a área totalizando em 441,09m² (quatrocentos e quarenta e um metros e nove decímetros quadrados), objeto das matrículas 7.810/7.811, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva, localizado no lado ímpar da Rua Tenente Ary Rauen, esquina com o lado ímpar da Rua Jahir Damaso da Silveira, Coordenadas E: 585277.402 e N: 7079076.713, com base no Ponto OPP, neste Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, fica REMEMBRADO, passando a constar com a seguinte Área:

Descrição da Área Total – 441,09m²

Frente:- 14,23 metros com o Município com a Rua Tenente Ary Rauen, lado ímpar;

Fundos:- 13,14 metros com as Matrículas nº 7.103/6.553-Lote "A2"/7.810-Lote "A2"/7.811-Lote "A2"-Papanduva/SC de Edison Miguel Zadorosny;

Lado Direito:- 32,12 metros com o Município pela Rua Jahir Damaso da Silveira, lado ímpar

Lado Esquerdo:- 32,35 metros com a Matrícula nº 7.810-Papanduva/SC-Lote A1" de Clara Daiane Venturi Mastei.

Art. 12. Os lotes deverão ser REMEMBRADOS no prazo de 90(noventa) dias, sob pena de reversão do desmembramento.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 28 de novembro de 2016.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

De acordo:

Orlando Marcelo Vieira

Procurador Jurídico

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

LEI Nº 2110, DE 10.11.2016 - ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

LEI Nº 2110, DE 10.11.2016.

ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

Faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu, sanciono a seguinte:

LEI

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O orçamento do Município de Papanduva/SC para o exercício financeiro de 2017 será elaborado de acordo com as diretrizes orçamentárias estabelecidas nesta lei, conforme a Constituição Federal em seu art. 165 § 2º, na Lei Federal 4.320 de 17/03/64, na Lei Complementar 101 de 04/05/00 e Lei Orgânica Municipal, em seu Art. 93, compreendendo:

- I – as metas fiscais;
- II – as prioridades e metas da administração pública do Município de Papanduva extraída/contemplada no Plano Plurianual para 2014/2017;
- III - a estrutura dos orçamentos;
- IV - as diretrizes para elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - as disposições sobre a dívida pública Municipal;
- VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII – as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios 2017, 2018 e 2019, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Demonstrativo I desta lei, instruído com as memória e metodologias de cálculo, e que conterà ainda:

- I - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2015;
- II - Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- III - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- IV - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;
- V - Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
- VI - Demonstrativo VII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VII - Demonstrativo VIII- Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; e
- VIII - Demonstrativo IX – Demonstrativo dos Riscos Fiscais;
- IX - Demonstrativo X – Das Prioridades e Metas.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2017

Art. 3º. As prioridades e metas fiscais da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017 são aquelas definidas e demonstradas nos DEMONSTRATIVO X, de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo Municipal poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no DEMONSTRATIVO X, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita prevista, de formas a preservar a suficiência de caixa.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – programa - o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II – ação - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por objeto, atividade ou operação especial;
- III – atividade - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV – Projeto - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V – operação especial - as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, subfunção e programa às quais se vinculam.

§ 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária em conformidade com a portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, que atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata o inciso I, do § 1º do Art. 2º e § 2º do Art. 8º, ambos da Lei nº. 4.320 de 17 de março de 1964, por função, subfunção, programa, projetos ou atividades e a Receita por rubrica na forma dos seguintes Adendos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I da Lei 4320/64 e Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei 4320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

IV - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

V - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e por Projetos e Atividades (Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções e Subfunções conforme o vínculo com os recursos (Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções (Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade, segundo cada unidade orçamentária (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por categoria dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes, conforme disposto no Art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

X - Demonstrativo da evolução da Despesa realizada por modalidade dos últimos três exercícios, da fixada para o exercício corrente e da projeção para o exercício seguinte;

Art. 6º. O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação e a fonte de recursos; poderá o executivo enviar o orçamento por centro de custo.

Art. 7º. O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Papanduva e dos Fundos Especiais abaixo descritos:

- a) Fundo Municipal de Saúde;
- b) Fundo Municipal de Assistência Social;
- c) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- d) Fundo Rotativo Habitacional.

Art. 8º. A Lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 9º. O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo Municipal encaminhará ao Poder Legislativo Municipal e a respectiva Lei será constituída de:

- I - texto de lei;
- II - quadros orçamentários consolidados;
- III – adendos conforme § 3º do Art. 3º desta lei.

IV - DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2017 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da comunidade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 11. O Poder Legislativo Municipal terá como limites das despesas correntes e de capital o disposto no art. 29-A-CF (E.C. nº. 25).

Art. 12. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, alocação dos recursos na Lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 13. A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

Art. 14. As receitas e as despesas serão estimadas tomando por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização da economia editados pelo Governo Federal, conforme dispõe as Metas Fiscais.

§ 1º. Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

- I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
- II - a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;
- III - a expansão do número de contribuintes;
- IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º. As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º. Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do Município.

§ 4º. Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de Restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa.

Art. 15. Se a receita estimada para 2017, comprovadamente, não atender ao disposto no Art. anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 16. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativos e Executivos, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário para as seguintes despesas baixo:

- I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas extras;
- III - redução de 20% (vinte por cento) dos gastos com combustível para a frota de veículos das secretarias;
- IV - redução dos investimentos programados.

Art. 17. Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas com ações que não sejam de competência exclusiva do Município.

Art. 18. É vedada a inclusão na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto do público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação.

Art. 19. Os projetos de Leis relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária.

Parágrafo único. Cada projeto de Lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

Art. 20. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário financeiro num exercício financeiro não pode exceder ao percentual de 0,18% da Receita Corrente Líquida apurada até mês imediatamente anterior.

Art. 21. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo IX desta Lei.

§ 1º. Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, contingenciamento de despesas do excesso de arrecadação do exercício, de 2016 e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 22. O orçamento para o exercício de 2017, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 2,2% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Demonstrativo IX desta lei.

Parágrafo único. Para efeito desta lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipais não orçados ou orçados a menor.

Art. 23. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 24. Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal o Poder Executivo incumbir-se-á do seguinte:

- I - estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;
- II - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações da Prefeitura e da Câmara;
- III - o Poder Executivo emitirá ao final de cada semestre, Relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais;
- IV - os Planos, LDO, Orçamentos, Prestação de Contas, Parecer do TCE serão amplamente divulgados e ficarão à disposição da comunidade.

Art. 25. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa. Salvo por força de cláusulas de convênio.

Parágrafo único. Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial.

Art. 26. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2017, são constantes do demonstrativo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 27. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial,

recreativo, esportivo e de cooperação técnica.

Art. 28. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo os projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 29. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 30. A previsão das Receitas e a fixação das Despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 31. Na execução da Lei Orçamentária para 2017, o Executivo Municipal está autorizado nos termos do art. 7 da Lei Federal nº 4320/64, a abrir crédito adicionais suplementares até o limite previsto na proposta Orçamentária da Receita Prevista, para cada orçamento de das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos desde que não comprometidas. Conforme do Art. 43º, § 1º da Lei 4.320/64:

I – O Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, observada a fontes de recursos e suas vinculações; e
II – Os provenientes de excesso de arrecadação ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício e a fonte de recursos e suas vinculações.

Art. 32. Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no Plano Plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes do Demonstrativo das Metas e Prioridades das Despesas por Programa;

Art. 33. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2017, por autoridades locais, e comprovantes de regularidade de sua diretoria.

V - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34. Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2017, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento ou despesas correntes quando contrato prever a aplicação dos recursos para estas finalidades.

Art. 35. As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 36. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. O montante da dívida pública contratada para o exercício de 2017 não excederá o limite de 16% da Receita Corrente Líquida.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS DE PESSOAL;

Art. 37. O Executivo Municipal poderá conceder qualquer vantagem ou aumento de remuneração ou proposta a criação de cargos ou alteração da estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal pelos órgãos da administração Municipal, mediante a existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e dos acréscimos dela decorrentes, observados os limites e as regras da Lei Complementar 101/2000.

Art. 38. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual o limite 54% e 6% da Receita Corrente Líquida respectivamente.

Art. 39. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 40. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas pra reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal artigos 19 e 20.

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 41. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem a substituição de servidores públicos serão contabilizados como "outras despesas de Pessoal.", sub-elemento do elemento de despesa 3.1.90.34 - outras despesas de pessoal decorrente de contratação terceirizada.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes da estrutura organizacional e que não envolva a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 42. A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 43. O Executivo Municipal autorizado em Lei poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 44. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos o valor for inferior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) não será encaminhada para cobrança judicial, serão canceladas, mediante autorização Legislativa, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 45. A Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após anulação de despesas em valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício.

Art. 46. A concessão de subsídios, isenção e anistias, remissões, alterações de alíquotas, redução da base de cálculo, concessão de crédito presumido de qualquer tributo, devem ser concedidas por lei específica, nos termos do § 6º do Art. 150 da Constituição Federal, observadas ainda, as exigências do Art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

VIII- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47. Ao projeto de lei orçamentária não poderão ser apresentadas emendas quando:

I – anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:

- a) Recursos vinculados;
- b) Recursos próprios de entidades da administração indireta, exceto quando remanejados para a própria entidade;
- c) Contrapartida obrigatória de Convênios firmados com o Estado e a União.

II – Anulem despesas relativas à:

- a) Dotações para pessoal e encargos sociais;
- b) Serviço da dívida;
- c) Limite mínimo de Reserva de Contingência.

III – incluam ações com a mesma finalidade em mais de um órgão ou no mesmo programa, ressalvados os casos daquelas com objetivos complementares e interdependentes.

Parágrafo único. As emendas ao projeto de lei orçamentária não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com as disposições desta lei e do Plano Plurianual.

Art. 48. O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 49. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com diárias, material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição das cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º. Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste Art., o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2º. O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 50. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2017, cronograma anual de desembolso mensal observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 51. São vedados quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A Contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 52. O Poder Executivo poderá desde que autorizado, firmar convênio com outras esferas de Governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, transporte, obras, habitação, urbanismo, saneamento, agricultura, turismo, desenvolvimento econômico, segurança pública, assistência, e previdência.

Art. 53. Fica, também, o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios, termos de cooperação e outros ajustes com Entidades do Governo Federal, do Governo Estadual e outros Municípios, de qualquer dos Poderes, mediante seus respectivos representantes legais, para a realização de obras, serviços e cessão de servidores municipais para terem exercício nesses órgãos, sempre que presente

o interesse público, com remuneração do órgão ou da origem, conforme ajustado.

Parágrafo único. As disposições deste artigo, aplicam-se à cessão de servidores municipais para o Poder Judiciário, Delegacia de Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar ou Voluntários e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE."

Art. 54. O montante da despesa não deverá ser superior à receita.

Art. 55. O Município aplicará mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o Art. 212 da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e pré-escolar (educação infantil) e, 15% (quinze por cento) em ações de saúde, nos termos do art. 7º inciso III da Emenda Constitucional nº. 29/2000.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da valorização do magistério obedecerá ao disposto na Lei Federal nº. 11.494 de 20 de junho de 2007 em seus art. 22.

Art. 56. A Estrutura do Orçamento Anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada por decreto, acrescida dos fundos especiais criados por Lei, que recebam recursos do Tesouro Municipal e transferências intergovernamentais.

Art. 57. O Chefe do Poder Executivo Municipal de Papanduva enviará à Câmara Municipal, até 31 de Outubro de 2016 a proposta orçamentária para o exercício de 2017.

§ 1º. Se o projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2017 fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Proposta Orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 2º. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2016 o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 58. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 59. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 10 de novembro de 2016.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

Paraíso

PREFEITURA

DECRETO 1856/2016

DECRETO Nº 1856/2016.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER À ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2016”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1418 de 28 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 56.112,22, (cinquenta e seis mil, cento e doze reais e vinte e dois centavos), no orçamento da Prefeitura de Paraíso (SC) distribuído nas Ações já existente conforme discriminação a seguir:

05.00 – SECR.MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

05.03 – DIRETORIA DE UNID.ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

05.03.12.361.1031.2.035 – Manut. do Programa Educação p/todos

3.1.90.00.00.00.00.0.3.0258 – Aplicações Diretas(166) R\$ 56.112,22

Total da Adição R\$ 56.112,22

(cinquenta e seis mil, centos e doze reais e vinte e dois centavos).

Art. 2º Fica , autorizada a utilização como fonte de cobertura do Crédito ora instituído, os recursos do superávit financeiro do exercício anterior, em conformidade com a LOA nº 1418/2015 e o disposto nos incisos I , do § 1º, do Art 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais concernentes à abertura do respectivo Crédito Autorizado

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 29 de novembro de 2016.

Erni Giacomini

Prefeito Municipal

Garrido de Togni

Secretário Municipal de Administração,

Fazenda e Planejamento.

Este Decreto foi registrado e publicado na data supra

Paraíso (SC), 29 de novembro de 2016.

Servidor Responsável

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA Nº 22/2016

Câmara de Vereadores de Passo de Torres

Dispensa de Licitação 22/2016

Objeto: conserto da televisão do Poder Legislativo

Contratado: LUIS FERNANDO MONTEIRO MARTINS - ME

CNPJ: 94.100.765/0001-47

Valor: R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais)

Passo de Torres, 21 de novembro de 2016.

Ademilson Batista da Silva

Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres

PORTARIA Nº 12/2016

Portaria nº 0012/2016

“NOMEIA MEMBROS PARA CONSTITUIR COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DA SERVIDORA CÉLIA COLARES LUIZ”

O cidadão Ademilson Batista da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE NOMEAR:

Maria Helena da Rosa Peres, recepcionista, Viviani Ramos da Silva de Freitas, Procuradora jurídica e Zenaide de Andrade Ferreira, contadora, para, sob a presidência do segundo, constituírem Comissão de Avaliação de Estágio Probatório da servidora Celia Colares Luiz, da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, SC;

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Ademilson Batista da Silva Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

Jonas Gomes de Souza 1º Secretário

Rua José Hespanhol, 844 CEP:88980-000, Centro, Passo de Torres - SC Fone: (48) 3548-0077 (48) 3548-0004 - E-mail:

camarapassodetorres@gmail.com

Página 1 Protocolo: 0129 / 2016

Rua José Hespanhol, 844 CEP:88980-000, Centro, Passo de Torres - SC Fone: (48) 3548-0077 (48) 3548-0004 - E-mail:

camarapassodetorres@gmail.com

Página 2 Protocolo: 0129 / 2016

Passos Maia

PREFEITURA

DECRETO N. 467/2016

DECRETO N. 467, de 14 de novembro de 2016.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “II” do art. 5º, da Lei Municipal nº. 762, de 01 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Código	Secretaria/departamento			
11.01	Encargos Gerais do Município			
Funcional	Proj./ativ.	Descrição		
28.846.2800	0.000	Amortização de Encargos da Dívida e Multas		
Modalidade	Fonte	Dotação		
3.2.90.00.00	01.00	109	R\$	6.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, será anulada dotação dentro do orçamento vigente para o exercício de 2016 nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento			
11.01	Encargos Gerais do Município			
Funcional	Proj./ativ.	Descrição		
28.846.2800	0.000	Amortização de Encargos da Dívida e Multas		
Modalidade	Fonte	Dotação		
3.3.90.00.00	01.00	110	R\$	6.000,00

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 14 de novembro de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego
Responsável pela publicação dos atos oficiais.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 0002/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0002/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0062/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n. 0036/2014

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade registrada sob o n. 1.510.345, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal sob n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, à empresa POSTO DE LAVAGEM E TRANSPORTES GIOMBELLI EIRELI - EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 21.451.425/0001-97, com sede na Avenida Padre João Bottero, s/n, centro da cidade de Passos Maia – Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu procurador Sr. NEIMAR GIOMBELLI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n. 008.821.239-47, residente e domiciliado na Avenida Juventino Pelizzari, nº507 no centro da cidade de Passos Maia – Estado de Santa Catarina, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, de comum acordo resolvem celebrar o Presente Termo Aditivo, o que se fazem nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como na minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTICATIVA

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a contratada está adaptada ao ambiente de trabalho, inclusive no que pertine aos funcionários municipais, que não apresentam qualquer tipo de reclamação;

Considerando que serão mantidos os parâmetros financeiros estabelecidos inicialmente, a ilustrar que em virtude da realização de nova licitação o custo financeiro da Administração poderia aumentar;

Conclui-se que a prorrogação do prazo de vigência do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS

Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 25 de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA Ivandre Bocalon Contratante	POSTO DE LAVAGEM E TRANSPORTES GIOMBELLI EIRELI - ME Neimar Giombelli Contratada
--	---

Testemunhas:

Karina Ap. Marini Ribeiro CPF: 008.042.129-61	Edson Salvadego CPF: 067.004.859-32
--	--

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 0015/2013

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0015/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0005/2013

PREGÃO PRESENCIAL n. 0005/2013

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, portador do RG o n. 1.510.345, CPF sob n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado à empresa PASSOSMAIENSE TUR LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 17.274.403/0001-21, sediada no Assentamento 20 de Novembro, s/n, Sala 01, no Interior do Município de Passos Maia – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. ADÃO FERNANDES, inscrito no CPF sob o n. 408.754.582-20, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como na minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTICATIVA

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;
Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a contratada está adaptada ao ambiente de trabalho, inclusive no que pertine aos funcionários municipais, que não apresentam qualquer tipo de reclamação;
Considerando que serão mantidos os parâmetros financeiros estabelecidos inicialmente, a ilustrar que em virtude da realização de nova licitação o custo financeiro da Administração poderia aumentar;
Conclui-se que a prorrogação do prazo de vigência do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS

Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2017. Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 28 de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA Ivandre Bocalon Contratante	PASSOSMAIENSE TUR LTDA ME Adão Fernandes Contratada
--	---

Testemunhas:

Karina Ap. Marini Ribeiro CPF: 008.042.129-61	Edson Salvadego CPF: 067.004.859-32
--	--

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 0016/2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0016/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0005/2013

PREGÃO PRESENCIAL n. 0005/2013

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, portador do RG sob o n. 1.510.345, CPF sob n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado à empresa TRANSPORTES COLETIVOS PASSOS MAIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 10.332.783/0001-64, sediada no Assentamento Zumbi dos Palmares II, s/n, sala, no Interior do Município de Passos Maia – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. ELIESE BELES DE ABREU, inscrito no CPF sob o n. 714.606.329-15, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como na minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;
Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a contratada está adaptada ao ambiente de trabalho, inclusive no que pertine aos funcionários municipais, que não apresentam qualquer tipo de reclamação;
Considerando que serão mantidos os parâmetros financeiros estabelecidos inicialmente, a ilustrar que em virtude da realização de nova licitação o custo financeiro da Administração poderia aumentar;
Conclui-se que a prorrogação do prazo de vigência do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS

Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2017. Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 28 de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA Ivandre Bocalon Contratante	TRANSPORTES COLETIVOS PASSOS MAIA LTDA ME Elieser de Abreu Contratada
--	--

Testemunhas:

Karina Ap. Marini Ribeiro CPF: 008.042.129-61	Edson Salvadego CPF: 067.004.859-32
--	--

Paulo Lopes

PREFEITURA

DECRETO Nº 55/2016

DECRETO Nº 55/2016

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 1.659 de 16 de dezembro de 2015, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0801 – SECRETARIA DE TRANSP, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 13.500,00
26.782.0008.2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 13.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 13.500,00

1001 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO R\$ 10.500,00
20.606.0011.1.047 – Aquisição de Equipamentos Agrícolas R\$ 5.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.500,00
20.606.0011.2.046 – Manutenção da Secretaria de Agricultura R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo superávit do exercício anterior da fonte 0.3.00.000000 – Recursos Próprios – no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 30 de novembro de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

EXTRATO DO CONTRATO 32/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Extrato do contrato nº 32/2016 conforme Processo Licitatório nº 061/2016 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: BRITAGEM VOGELSANGER LTDA. Objeto: Contratação de empresa para executar Pavimentação e Drenagem de trecho da Estrada Geral Santa Rita, no Bairro Centro (Estaca 29+ 0,00 até Estaca 37+ 0,00) conforme especificações constates do projeto básico. Valor do Contrato: R\$ 121.671,43 (cento e vinte e um mil, seiscentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos) .Vigência: 31/12/2016.

Penha

PREFEITURA

3036

DECRETO Nº 3036/2016

AUTORIZA REAJUSTE DE TARIFAS DE LIXO NO MUNICÍPIO DE PENHA

CONSIDERANDO que a lei 8.666/93, em seu art. 55, III, dispõe que são cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam "o preço e as condições de pagamento, os critérios, datas-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento",

CONSIDERANDO que no respectivo Contrato de Concessão (nº 14/2007) firmado pelo Município com a empresa Recicle Catarinense de Resíduos Ltda., a cláusula sexta prevê a garantia do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste,

CONSIDERANDO que o regime jurídico da remuneração dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos domiciliares prestados pela concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda. Através do referido Contrato de Concessão é tarifário,

CONSIDERANDO que o ato de alteração dos valores das tarifas de serviços públicos é privativo do Chefe do Poder Executivo,

CONSIDERANDO a Deliberação nº 222/2016 pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS e o Parecer Técnico nº 159/2016 da Diretoria de Regulação da ARIS;

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º -Fica reajustada a tarifa relativa à remuneração dos serviços públicos de coleta, transporte e disposição final do lixo residencial, comercial e hospitalar de Penha pelo índice IGP-Di, conforme previsão contida na cláusula sexta do Contrato de Concessão 014/2007, cuja variação, até outubro de 2016, deu-se em 7,95 %

Art. 2º - Em conformidade com o índice especificado no artigo 1º passará, a Concessionária, a cobrar dos munícipes, a partir de 1º/01/2017, os seguintes valores pelos serviços prestados, indicados no Contrato de Concessão 014/2007:

TARIFAS RESIDENCIAIS	
Valor por coleta	R\$ 2,21
Para 2 coletas semanais	R\$ 19,89
Para 3 coletas semanais	R\$ 28,73
RESÍDUOS DE SAÚDE	R\$23,72 O KILO
TARIFAS COMERCIAIS/INDUSTRIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
Locais com três coletas semanais	
Estabelecimentos comerciais até 100 litros resíduos e três coletas semanais (cláusula 1.3.1 do Contrato 014/2007).	R\$ 57,46
Até 200	114,50
Até 300	171,76
Até 400	229,01
Até 500	286,26
Até 600	343,52
Até 700	400,76
Até 800	458,02
Até 900	515,28
Até 1000	572,52
Até 1100	629,78
Até 1200	687,04
Até 1300	744,28
Até 1400	801,54
Até 1500	858,80
Até 1600	916,04
Até 1700	973,30
Até 1800	1030,56
Até 1900	1087,80
Até 2000	1145,06
Locais com duas coletas semanais	
Estabelecimentos comerciais até 100 litros resíduos e duas coletas semanais (cláusula 1.3.1 do Contrato 014/2007).	R\$ 39,78
Até 200	79,27

Até 300	118,91
Até 400	158,55
Até 500	198,19
Até 600	237,81
Até 700	277,45
Até 800	317,09
Até 900	356,73
Até 1000	396,37
Até 1100	436,00
Até 1200	475,64
Até 1300	515,28
Até 1400	554,92
Até 1500	594,55
Até 1600	634,18
Até 1700	673,82
Até 1800	713,46
Até 1900	753,09
Até 2000	792,73

- Para quantidade de resíduos superior ao desta tabela e/ou serviços diferenciados, o gerador deverá negociar diretamente com a concessionária os valores.
- Para caracterização das quantidades, a concessionária fará o levantamento da quantidade produzida pelo período aproximado de 1 mês para fins de enquadramento na respectiva faixa de produção de resíduos. Após o levantamento informará ao usuário a quantidade obtida e os valores tarifários.
- A periodicidade da prestação dos serviços seguirá o plano de rotas da concessionária e praticado no município.

Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha/Sc, 29 de novembro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

3037

DECRETO Nº 3037/2016

DEFINE CRITÉRIOS PARA COBRANÇA DO ISSQN (IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA), SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BANANA BOAT, CAMPING, ESTACIONAMENTO E PROPAGANDA SONORA NA TEMPORADA DE VERÃO 2016/2017. ESTIPULA VALORES REFERENTES A TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO E TAXA DE UTILIZAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO A SER APLICADA AO COMERCIO EVENTUAL E AOS AMBULANTES NO DECORRER DA TEMPORADA DE VERÃO 2016/17.

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, "j", da Lei Orgânica Municipal,
O Prefeito Municipal aprovou e sancionou o seguinte decreto:

Art. 1º - Fica estipulado, com base na Lei Complementar nº 013/09, estimativa de base de cálculo para cobrança do ISSQN na prestação de serviços de Banana Boat, Camping, Estacionamento e Propaganda Sonora.

Art. 2º - A cobrança de ISSQN terá por base para a aplicação da alíquota de 5%, em conformidade com o artigo 283 da Lei Complementar 013/2009.

Art. 3º - Ficam estipulados os seguintes valores a serem cobrados, conforme Art. 1º e 2º, e devida atividade, a seguinte base de cálculo:

I - Banana Boat (unidade) R\$ 8.500,00 (mês)

II - Camping (unidade) R\$ 6.800,00 (mês)

III - Estacionamento (unidade) R\$ 6.800,00 (mês)

IV - Propaganda Sonora (unidade) R\$ 6.500,00 (mês)

Art. 4º - Fica Regulamentada a cobrança da Taxa de Licença para Funcionamento e Taxa de Utilização de Logradouro Público para o comércio eventual e comércio ambulante durante a Temporada de Verão 2016/17, em conformidade com a Lei Complementar 13/09, aplicada à TABELA DE VALORES AOS AMBULANTES E EVENTUAIS NA TEMPORADA DE VERA0 2016/17, ANEXO I.

Art. 5º - Ficam proibidas a exploração comercial das atividades de Jet-Ski e Disco "boat" em todas as praias do Município de Penha, Estado de Santa Catarina.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. E CUMPRA-SE

Penha, 29 de novembro de 2016.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis.

Daniele S. De S. Lunge
Secretária da Administração

ANEXO I
TABELA DE VALORES A SER APLICADO AOS AMBULANTES E EVENTUAIS NA TEMPORADA 2016/2017, CONFORME O ARTIGO 344 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 013/2009, E DECRETO 3037/2016:

OBJETO	TLL AMBULANTE	ISS ESTIMADO	TOTAL
CAIAQUE (unidade) - (1.1=A)	1,2 UFM	-	1,2 UFM
BANANA BOAT (1.1=B)	11,31 UFM	2,60 UFM x 3 meses = 7,81	19,12 UFM
Tenda cadeira de praia guarda sol (1.1=C)	1,2 UFM	-	1,20 UFM
Ambulante 1.1= "D" e "E"	3,2 UFM	-	3,20 UFM
Diversos (eventual Fixo) (1.1=F)	11,31 UFM	-	11,31 UFM
Alimentos c/ auxilio de caixa térmica (1.2= A)	1,2 UFM	-	1,2 UFM
Alimentos c/ auxilio de Carrinho (1.2= B)	3,2 UFM	-	3,2 UFM
Coquetel e água de coco com auxilio de carrinho (1.2= C)	3,2 UFM	-	3,2 UFM
Picolé e Sorvete c/ auxilio de Carrinho (Empresa Jurídica) (1.2=D)	2,00 UFM	-	2,00 UFM
Redes, Chapéus, cangas, similares (1.2= E)	1,2 UFM	-	1,2 UFM
Outros, Similares (1.2= F)	1,20 UFM	-	1,20 UFM
Estacionamento (1.3=A)	7,41 UFM	5,47 UFM	12,88 UFM
Camping (1.3=B)	7,41 UFM	3,28 UFM	10,69 UFM
Propaganda Sonora (1.3=C)	5 UFM	A ser apurado	5 UFM
Escola de Surf / Atividade de Esporte e Recreação (1.3="D" e "E")	7,41 UFM	A ser apurado	7,41 UFM
Outras, Similares e Congêneres (1.3=F)	7,41 UFM	A ser apurado	7,41 UFM

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

DANIELE S. DE S. LUNGE
Secretária de Administração

3038

DECRETO Nº. 3038/2016

“PRORROGA PRAZO PARA O PAGAMENTO DOS TRIBUTOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PENHA, no uso das atribuições que lhe confere art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista as disposições do art. 451, da Lei Complementar nº 013, de 16 de novembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º No exercício de 2017, os prazos de lançamento dos tributos especificados nos incisos deste artigo ficam prorrogados:

I – A partir do dia 30 de janeiro de 2017: o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), incidentes sobre imóveis localizados no Município de Penha/SC;

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º fica prorrogado o prazo de vencimento da cota única e da primeira parcela do respectivo tributo, a saber:

I – após 30 (trinta) dias da data do lançamento: para o IPTU na hipótese prevista no § 2º do artigo 1º da Lei Complementar nº. 071/2013 que alterou o § 1º do artigo 251 da Lei Complementar nº. 013/2009.

Art. 3º Aos contribuintes dos tributos cujos prazos de vencimento estão sujeitos à prorrogação nos termos do art. 2º são asseguradas as condições previstas na legislação para o pagamento à vista ou parcelado, inclusive quanto aos descontos concedidos para cada situação específica.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput, o parcelamento do IPTU não excederá, em qualquer hipótese, a data do vencimento da última parcela estabelecida para o lançamento anual quando efetuado em condições normais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Penha,

Penha, 29 de novembro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis.

Daniele S. de S. Lunge

Secretária da Administração

423

PORTARIA Nº 423/16

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

TORNA SEM EFEITO: a Portaria nº 397/2016 que designa o funcionário efetivo JOSE ROBERTO DARUGNA JUNIOR, ocupante do cargo de Encarregado de Equipamento Rodoviário, para responder por atribuição específica: alimentação do Sistema de Frotas e Encarregado da Equipe de medição e registros nos serviços feitos pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, além das funções inerentes a seu cargo. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 18 de novembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

Z:\DOCUMENTOS 2016\PORTARIAS\423 - TORNA SEM EFEITO JOSE ROBERTO DARUGNA JUNIOR.docx

EDITAL 01/2016 - SMF

EDITAL 001/2016 – SMF

Edital de lançamento do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU
Exercício de 2017.

O Secretário Municipal da Fazenda do Município de Penha, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 77, II da Lei Orgânica do

Município e com fundamento no art. 250, I e § 4º da Lei Complementar nº 013 de 16 de novembro de 2009, torna público o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), incidentes sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse a qualquer título de bens imóveis localizados no Município, relativos ao exercício de 2017, conforme listagem dos lançamentos à disposição dos contribuintes, para conferência no Departamento de Tributação e Cadastro da Secretaria Municipal da Fazenda no endereço abaixo indicado.

PAGAMENTO

O Tributo a que se refere este edital poderá ser pago:

- a) Integralmente, até o dia 30 de janeiro de 2017 ou 20 de fevereiro de 2017;
 - b) Em 12 (doze) parcelas, com vencimento da 1ª parcela em 30 de janeiro de 2017, e as demais no vigésimo (20º) dia de cada mês.
- Os pagamentos serão efetuados somente nas Agências da Caixa Econômica Federal ou em suas autorizadas, inclusive através da internet.

DESCONTO

No pagamento efetuado até a data de vencimento, serão concedidos os seguintes descontos;

- a) Pagamento integral em 30/01/2017: 10% (dez por cento);
- b) Pagamento integral em 20/02/2017: 5% (cinco por cento), sobre o total do lançamento.

ATRASO NO PAGAMENTO

O não pagamento do IPTU nas datas previstas neste Edital sujeita o contribuinte, na forma da lei, à atualização monetária do débito, multa e juros de mora, antecipação de vencimento das parcelas vincendas e inscrição do saldo devedor em Dívida Ativa para posterior cobrança judicial, além do protesto extrajudicial.

RECLAMAÇÃO

O contribuinte poderá, com base no art. 53 da Lei Complementar nº 013 de 16 de novembro de 2009, apresentar reclamação para contestar os dados e/ou valores que serviram de base de cálculo do IPTU ora lançados. A reclamação deve ser formalizada em processo administrativo registrado no Protocolo da Secretaria Municipal da Fazenda. O prazo para apresentação é de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Notificação do Lançamento do IPTU, ou até a data do vencimento da 1ª parcela dos tributos.

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO

A notificação do lançamento será entregue ao Contribuinte juntamente com o carnê de pagamento do IPTU, no endereço do contribuinte do Cadastro Municipal de Contribuintes da Prefeitura, entre os dias 02 e 31 de janeiro de 2017.

Os contribuintes que não receberam a Notificação de Lançamento, juntamente com o respectivo carnê no seu domicílio até o dia 31 de janeiro, deverão dirigir-se à Secretaria Municipal da Fazenda, no endereço abaixo, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 18h, para retirar o carnê do IPTU.

ISENÇÕES

Os contribuintes com direito à isenção do IPTU, deverão requerer o benefício fiscal para o ano de 2018 no período de 01/07/2017 a 31/08/2017. O pedido de isenção formalizado em processo administrativo protocolado na Secretaria Municipal da Fazenda, acompanhado dos documentos exigidos no Decreto nº 421, de 04 de janeiro de 2010.

Avenida Nereu Ramos, 190, Centro – Penha – Santa Catarina.

Penha, 28 de novembro de 2016.

George W. da Silva Alves
Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL 02/2016 - SMF

EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS

Nº 002/2016/SMF

RENOVAÇÃO DA LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DE 2017

I – LANÇAMENTO

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE PENHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77, II da Lei Orgânica do Município, torna público o lançamento das taxas devidas pelo exercício do poder de polícia em razão da ocorrência dos fatos geradores previstos nos arts 321, incisos II, 351 e 352, incisos VIII, IX e X, da Lei Complementar nº 013 de 16 de novembro de 2009, a seguir especificados:

- a) em relação ao cumprimento das normas de POSTURAS e URBANÍSTICAS Municipais:

1) fiscalização do funcionamento de estabelecimento de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviços.

b) em relação ao cumprimento das normas de VIGILANCIA SANITÁRIA:

1) fiscalização dos estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços ou agropecuários quanto ao cumprimento das exigências regulamentares para que, por sua localização, condição, estado, tecnologia empregada ou pelos produtos de sua atividade, não ponha em risco a saúde e a vida dos que nele trabalhem, ou o utilizem, bem como da região circunvizinha;

2) fiscalização dos estabelecimentos comerciais e industriais onde sejam produzidos, fabricados, transformados, comercializados, manipulados, armazenados ou colocados à disposição do público, inclusive ao ar livre, alimentos ou bebidas, bem como aparelhos, máquinas, utensílios, recipientes e viaturas utilizadas no seu transporte e distribuição, para assegurar que sejam mantidos em perfeitas condições de higiene e salubridade;

3) outras atividades de polícia administrativa indispensáveis para assegurar o cumprimento das normas de saúde regulamentadas na forma da legislação municipal.

Esclarece outrossim, que as listagens dos lançamentos estão à disposição dos contribuintes, para conferência, no Departamento de Tributação e Cadastro da Secretaria Municipal da Fazenda no endereço abaixo indicado.

II - PAGAMENTO

a) Pagamento à vista:

Nos termos dos artigos 331, 332 e 357, inciso IV, da Lei Complementar nº. 013/2009, de 16 de novembro de 2009, as taxas referidas neste Edital poderão ser pagas em parcela única, até o dia 31 de janeiro de 2017.

b) Pagamento Parcelado:

A Taxa de fiscalização do funcionamento de estabelecimento de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviços também poderá ser paga em três parcelas, com vencimento da primeira parcela em 31 de janeiro de 2017 e as demais a cada trinta dias.

Os pagamentos serão efetuados na rede bancária específica.

III - DESCONTO

A Taxa de Fiscalização para o Funcionamento de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria ou de Prestação de Serviços, pela ocorrência do fato gerador previsto no Capítulo I, alínea "a", item 1, deste Edital, integralmente paga até o dia 31 de janeiro de 2017, assegura o desconto de 10% (dez por cento) sobre o total do lançamento.

IV - ATRASO NO PAGAMENTO

O não pagamento das taxas previstas neste Edital nas datas fixadas sujeita o contribuinte, na forma da lei, à atualização monetária do débito, multa e juros de mora, antecipação do vencimento das parcelas vincendas e inscrição do saldo devedor em Dívida Ativa para posterior cobrança judicial.

V - RECLAMAÇÃO

O contribuinte poderá, com base no art. 53 da Lei Complementar nº. 013 de 16 de novembro de 2009, apresentar Reclamação para contestar os dados e/ou valores que serviram de base para o cálculo das taxas lançadas nos termos deste Edital. A reclamação deve ser formalizada em processo administrativo registrado no Protocolo da Secretaria Municipal da Fazenda, até quinze dias da data do recebimento da Notificação do Lançamento.

VI - NOTIFICAÇÃO DO LANÇAMENTO

A Notificação do Lançamento e o Documento de Arrecadação serão entregues:

a) no endereço do contribuinte constante do Cadastro Municipal de Contribuintes da Prefeitura, entre os dias 03 e 25 de janeiro de 2017;

b) na sede da Secretaria da Fazenda, no endereço abaixo, a partir do dia 02 até 10 de janeiro de 2017, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00h às 18:00h.

c) No sitio da Prefeitura Municipal de Penha: WWW.penha.sc.gov.br

VII - ENDEREÇO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Avenida Nereu Ramos, nº 181 – centro – Penha – Santa Catarina.

PENHA, 21 de novembro de 2016.

George Wanderley da Silva Alves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

EDITAL 03/2016 -SMF**EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS**

Nº 003/2016/SMF

Edital de lançamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre o serviço prestado na forma de trabalho pessoal por pessoas físicas e sociedades simples, inscritas no Cadastro Municipal de Contribuintes do Município de Penha, sujeitas ao pagamento do imposto calculado em base fixa, na forma dos arts 273 e 274, do Código Tributário Municipal.

Exercício de 2017

I – LANÇAMENTO

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE PENHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77, inciso II da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 279, Parágrafo único, inciso III da Lei Complementar nº. 013 de 16 de novembro de 2009, torna público o lançamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, por pessoa física ou sociedade simples de profissionais, sujeitos ao pagamento do imposto calculado em base fixa na forma dos arts 273 e 274 da Lei Complementar nº 013/2009, de 16 de novembro de 2009, relativo ao exercício de 2014, conforme listagem dos lançamentos à disposição dos contribuintes, para conferência, no Departamento de Tributação e Cadastro da Secretaria Municipal da Fazenda no endereço abaixo indicado.

II - PAGAMENTO

Nos termos do art. 280, inciso II, alínea "c", todos da Lei Complementar nº. 013/2009, de 16 de novembro de 2009, o imposto referido neste Edital poderá ser pago:

- a) em parcela única, até o dia 10 de março de 2017; ou
 - b) em até três parcelas mensais, com vencimento da primeira no dia 10 de março de 2017 e as demais a cada trinta dias;
- Os pagamentos serão efetuados na rede bancária.

III - DESCONTO

O pagamento em parcela única efetuado até a data do vencimento, assegura o desconto de 20% (vinte por cento) sobre o total do lançamento.

IV - ATRASO NO PAGAMENTO

O não pagamento do imposto nas datas previstas neste Edital sujeita o contribuinte, na forma da lei, à atualização monetária do débito, multa e juros de mora, antecipação de vencimento das parcelas vincendas e inscrição do saldo devedor em Dívida Ativa para posterior cobrança judicial.

V - RECLAMAÇÃO

O contribuinte poderá com base no art. 53 da Lei Complementar nº. 013 de 16 de novembro de 2009, apresentar Reclamação para contestar os dados e/ou valores que serviram de base de cálculo do imposto ora lançado. A reclamação deve ser formalizada em processo administrativo registrado no Protocolo da Secretaria Municipal da Fazenda, até quinze dias contados do recebimento da Notificação do Lançamento.

VI - NOTIFICAÇÃO DO LANÇAMENTO

A Notificação do Lançamento e o Documento de Arrecadação serão entregues:

- a) no endereço do contribuinte constante do Cadastro Municipal de Contribuintes da Prefeitura, entre os dias 02 de janeiro e 28 de fevereiro de 2017;
- b) na sede da Secretaria da Fazenda, no endereço abaixo, a partir do dia 02 até o dia 10 de janeiro de 2017, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:00h.

VII - ENDEREÇO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Avenida Nereu Ramos, nº 181 – centro – Penha – Santa Catarina.

PENHA, 21 de novembro de 2016.

George Wanderley da Silva Alves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

PP47/2016 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016 – PMP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICA PARA ORIENTAÇÃO NO ENCAMINHAMENTO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS E PROCESSOS NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, JUNTO AOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS FEDERAIS, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E EMBAIXADAS.

Abertura do Processo: 12/12/2016 às 14h00 na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE <http://www.penha.sc.gov.br> demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 29 de novembro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes– Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PL 56/2016 PP 31/2016

Registro de preço PL 56/2016 - PP 31/2016 - ATA o REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição peças para manutenção e conservação das Ensiladeiras (Colhedora de forragens, acoplável a trator agrícola) do Município de Peritiba

Órgão Gestor: MUNICÍPIO DE PERITIBA - CNPJ 82.815.085/0001-20

Vigência: 29/11/2016 à 28/11/2017

Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da mercadoria.

Local de entrega: Conforme Edital de licitação.

Em até 02 (dois) dias corridos após o emissão/envio da Autorização de Fornecimento (AF).

Empresa : MAURA JUSTINA GRANDO SCHUMACHER EPP

LOTE 1 - NOGUEIRA - PECUS 9004						
Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Código	Marca	R\$ Unt. R\$ Total
1	6	Und	Raspador da contra faca	6480678	NOGUEIRA	37,50 225,03
2	50	Und	Parafuso Frances M 10 X 35 - DIN 603 - 8.8 - zn Contra Faca	2914809	NOGUEIRA	1,94 97,24
3	75	Und	Pino de Segurança 8 mm	6481409	NOGUEIRA	2,43 182,32
4	6	Cj	Rolo liso cj	6481637	NOGUEIRA	354,21 2.125,29
5	12	Cj	Arrastador LD cj	6481671	NOGUEIRA	20,14 241,70
6	12	Cj	Arrastador LE cj	6481672	NOGUEIRA	20,14 241,70
7	5	Und	Eixo Dianteiro Maior	6481609	NOGUEIRA	145,85 729,27
8	6	Und	Retentor rolo liso 25 x 52 x 10 - 00463 BR	2906115	NOGUEIRA	6,94 41,67
9	4	Cj	Eixo do rotor cj	6481495	NOGUEIRA	254,90 1.019,58
10	6	Und	Flange	6320432	NOGUEIRA	36,11 216,70
11	60	Und	Paraf. Sextavado M10 x 35 8.8 ZN DIN EN 24017-92	2914921	NOGUEIRA	1,74 104,18
12	100	Und	Rolamento 6206 2RS	2906329	***	27,09 2.708,70

13	60	Und	Rolamento Rígido de Esferas 6205 C3 2RS -G-	2906434	***	19,45	1.166,83
14	16	Und	Rolamento 6308 Z	2906325	***	61,12	977,91
15	6	Und	Rolamento Rígido de Esferas 6007 C3 2RS	2906312	***	31,95	191,69
16	6	Und	Rolamento 6307 Z	2906384	***	46,53	279,20
17	25	Und	Limpador	6480885	NOGUEIRA	4,17	104,18
18	6	Und	Contra-faca	6481458	NOGUEIRA	59,03	354,21
19	6	Jg	Faca PECUS-9000/9004 (jogo)	6489001	NOGUEIRA	635,50	3.813,02
20	4	Und	Correia 1500-5V - 5 canais conjugados	2911805	NOGUEIRA	645,92	2.583,69
21	6	Und	Desviador Central	6480712	NOGUEIRA	38,20	229,20
22	10	Und	Engrenagem Z-20	6480576	NOGUEIRA	67,37	673,70
23	8	Und	Engrenagem Z-16	6481150	NOGUEIRA	86,82	694,54
24	4	Und	Engrenagem Z-55	6480577	NOGUEIRA	361,16	1.444,64
25	16	Und	Facas dos Rolos Dianteiros	6486286	NOGUEIRA	11,11	177,80
26	43	Und	Parafuso Serrilha - Sextavado Interno Cabeça Chata M 8 x 20 - DIN 933 8.8 - zn	2915058	NOGUEIRA	1,94	83,62
27	4	Und	Eixo do rolo liso	6481589	NOGUEIRA	90,29	361,16
28	8	Und	Tampa do Mancal	6486176	NOGUEIRA	39,59	316,71
29	16	Und	Pino elástico 10 x 55 NBR 8320	2905223	NOGUEIRA	2,64	42,23
30	8	Und	Mancal dos Rolos	6486044	NOGUEIRA	34,03	272,26
31	6	Und	Pedra Conjunto	6486138	NOGUEIRA	302,12	1.812,75
32	4	Und	Polia do Rotor (Ø 160 mm)	6480889	NOGUEIRA	429,22	1.716,90
33	8	Und	Bucha	6481514	NOGUEIRA	39,59	316,71

34	8	Und	Graxeira Longa 1/8" x 1.3/4" NPT - 160A	2902513	NOGUEIRA	6,25	50,01
35	20	Cj	Lançador cj	6481065	NOGUEIRA	42,37	847,34
36	80	Und	Parafuso da faca do rotor - Sextav. M 16 x 70 - DIN 28765 - 10.9 - zn	2915002	NOGUEIRA	8,33	666,76
37	10	Und	Disco de corte para ensiladeira Nogueira - Pecos 9004	***	NOGUEIRA	263,92	2.639,25
38	4	Cj	Fundo liso Cj. (Peneira) - Ensiladeira Nogueira - Pecos 9004	***	NOGUEIRA	479,23	1.916,93
39	40	Cj	Parafuso + porca + arruela de aço para faca da ensiladeira Nogueira - Pecos 9004	***	NOGUEIRA	8,33	333,38
Valor do Lote 1:							32.000,00

LOTE 2 - NOGUEIRA - NEW PECUS

Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Código	Marca	R\$ Unt.	R\$ Total
40	8	Und	Pedra do afiador	2602375	NOGUEIRA	386,50	3.092,03
41	8	CJ	Facas do rotor Cj	2602360	NOGUEIRA	976,02	7.808,14
42	8	Und	Contra-faca do rotor	2602351	NOGUEIRA	122,98	983,83
43	8	Und	Eixo do rotor	2044040	NOGUEIRA	188,37	1.506,97
44	8	Und	Chapa da contra-faca	2602385	NOGUEIRA	31,23	249,86
45	10	Und	Disco de corte para ensiladeira Nogueira - New Pecos	***	NOGUEIRA	370,89	3.708,87
46	20	CJ	Lançador para ensiladeira New Pecos (Conjunto)	***	NOGUEIRA	59,54	1.190,74
47	6	Und	Engrenagem do Cilindro dentado	3049265	NOGUEIRA	185,44	1.112,66
48	6	Und	Braço fundio do cilindro liso	2014529	NOGUEIRA	224,48	1.346,90

Valor do Lote 2:		21.000,00
-------------------------	--	------------------

LOTE 3 - PECUS 9004						
Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Código	Marca	R\$ Total
49	80	Und	Parafuso 8x30	***	NOGUEIRA	157,22
50	20	Und	Parafuso 12x30	***	NOGUEIRA	53,60
51	27	M	Espia de aço 3mm	***	NOGUEIRA	144,72
52	12	Und	Abracadeira para espia de aço de 3mm	***	NOGUEIRA	16,08
53	8	Und	Contra-faca da serrilha	***	NOGUEIRA	300,16
54	25	Und	Pino R	***	NOGUEIRA	78,17
55	32	Und	Quebra dedo	***	NOGUEIRA	100,05
Valor do Lote 3:						850,00

Empresa: LEANDRO DANIEL SCHNEIDER 06719046985

LOTE 4 - CARDAN LINHA 5000						
Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Código	Marca	R\$ Total
56	6	Und	Cardan completo com 80cm - linha 5000	***	***	2.698,14
57	4	Und	Luva fêmea CC52	***	***	227,06
58	4	Und	Luva macho CC51	***	***	225,56
59	6	Und	Luva 6 estria c/ 2 pino segurança CC50	***	***	495,39
60	8	Und	Cruzeta CC55	***	***	353,85
Valor do Lote 5:						4.000,00

LOTE 5 - CARDAN LINHA 2000						
Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Código	Marca	R\$ Unt.
61	16	Und	Terminal TCN 20	***	***	45,62
62	8	Und	Terminal TCN 22	***	***	32,29
63	4	Und	Tubo CC28	***	***	49,09
64	6	Und	Terminal TCN 250	***	***	53,41
65	8	Und	Cruzeta CC103/1	***	***	41,50
66	8	Und	Terminal TCN105	***	***	26,34
67	8	Und	Cruzeta CC 04	***	***	25,54
68	25	Und	Anel elástico	***	***	1,44
69	25	Und	Parafuso 10x40	***	***	0,79
Valor do Lote 5:						2.300,00

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 2-2016**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

Modalidade: Tomada de Preço 02/2016

A Câmara Municipal de Vereadores de Peritiba, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço, do tipo Técnica e Preço. Esta licitação tem por objeto a obtenção de proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para a execução dos serviços especializados na área de informática, para licenciamento de softwares de gestão pública, totalmente integrados com acesso simultâneo de usuários, integrados, por um período de até 48 (quarenta e oito) meses. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até às 08h45min, do dia 15 de dezembro de 2016. Data em que se fará sessão pública de Julgamento, a partir das 09h00min, na sede da Câmara Municipal de Vereadores. Íntegra do Edital encontra-se no site oficial do município no endereço: <http://www.camara-peritiba.sc.gov.br> e informações, pelo telefone (49) 3453-1020. Peritiba (SC), em 28 de novembro de 2016. Gilberto Maciel - Presidente.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 336/2016

LICITAÇÃO N. 017/2016

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 336/2016

CONTRATO EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, REGIME DE EXECUÇÃO EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

Contrato de EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, contratação de empresa para execução de obra de engenharia, consistente na pavimentação com pedras irregulares na Linha Túnel no Município de Pinheiro Preto, firmado pelo Município de Pinheiro Preto e RODRIGUES & DA SILVA LTDA EPP, autorizado através do Processo n. 226/2016 e Licitação n. 017/2016, modalidade TOMADA DE PREÇOS, ficando as partes sujeitas, além do presente contrato, aos ditames do edital de licitação declinado e da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por:

CONTRATADA: Empresa: RODRIGUES & DA SILVA LTDA ME

CNPJ-MF nº. E OU CPF. 07.481.358/0001-22

Endereço: Rua Barão Capanema, 326 – Vitorino - PR

Representada por: Valmi Fatima da Silva

O presente contrato rege-se pela Lei nº 8.666/93 e pelas normas do Edital de Licitação nº 017/2016 – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS e Portaria nº 505 de 10 de outubro de 2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto ACOMETER a contratada a execução de obra de engenharia, consistente na pavimentação com pedras irregulares de trecho de estrada na Linha Túnel, no Município de Pinheiro Preto num total de 585,00 m² (quinhentos e oitenta e cinco metros quadrados), na forma do Projeto Básico em anexo ao presente processo, aprovado através da Portaria nº 505, de 10 de outubro de 2016, que passam a fazer parte integrante deste edital, independentemente de transcrição.

1.2 A obra a ser executada (pavimentação) terá a seguinte dimensão:

Obra	M ²	Valor Total
Linha Túnel	585,00m ²	R\$ 36.837,10
TOTAL	R\$ 36.837,10	

Parágrafo único. As dimensões da pedra irregular e do meio-fio deverão ser de:

I – Pedras irregulares: Algumas medidas cautelares deverão ser observadas quanto às dimensões das pedras irregulares, tais como:

- a) seção do topo circunscrito variando de 0,12m a 0,14m;
- b) altura de 0,13m;
- c) consumo médio por m² de 50 a 65 pedras.

II – Base: a base de pavimentação será em bica corrida e de pedrisco para assentamento das pedras irregulares, sendo isento de qualquer material estranho a consistência e distribuído num colchão de 0,10m;

III – Guias/Meio-fio: os meios-fios utilizados serão de ardósia com as seguintes dimensões:

- a) Espessura: 0,05m
- b) Altura: 0,25m
- c) Comprimento: 1,00m.

V - A obra deverá ser executada no prazo de 1 (UM) mês, CONTADOS DA EMISSÃO DA ORDEM DE EXECUÇÃO.

VI - A obra deverá ser executada pelo próprio licitante, vedada a sublocação, NO PRAZO DE 30 (TRINTA DIAS), CONTADOS DA EMISSÃO DA ORDEM DE EXECUÇÃO.

VII - As custas com as anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) ou RRT exigidas serão de responsabilidade da licitante vencedora.

VIII - Deverá ser fornecido e mantido na obra o Diário de obra, contendo o mínimo de informações necessárias para o bom entendimento do mesmo, devendo ser apresentado cópia a cada medição.

IX - Caberá a contratada a instalação da obra dentro das normas gerais, sendo de sua responsabilidade manter atualizados, no canteiro de obras, alvará, certidões e licenças.

X - Qualquer alteração na execução da obra deverá ser solicitada por escrito e somente poderá ser executada com prévia autorização escrita do Município.

XI - Todos os detalhes de serviços a serem executados constantes dos desenhos e não mencionados nos quantitativos e memorial descritivo, assim como todos os detalhes de execução de serviços mencionados nos quantitativos e memorial descritivo e que não constem nos desenhos serão interpretados como parte integrante da execução da obra.

XII - Todas as dúvidas quanto à técnica de execução, deverão ser sandas com a fiscalização do Município, por escrito.

XIII - A contratada deverá fornecer o material e a mão-de-obra

XIV - A colocação de placas na obra será de responsabilidade da CONTRATADA, no modelo fornecido pelo Município.

XV - A licitante deverá manter na obra o encarregado geral.

XVI - A contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação, e ainda comprovar:

- a) o vínculo empregatício dos profissionais técnicos da contratada, através de cópia autenticada da CTPs e do Livro de Registro de Empregados ou contrato social na hipótese do sócio ser o profissional ou ainda cópia autenticada de contrato de prestação de serviços;

XVII - antes do início de qualquer atividade construtiva deverá ser

implantada sinalização provisória de alerta, indicando a existência de desvios e caminhos de serviço, de bloqueios e de uma faixa de circulação alternada.

XVIII - a sinalização seguirá basicamente o seguinte:

- Placas fixas;
- Placas móveis de advertência;
- Dispositivos elétricos para sinalização noturna;
- Bandeiras operada manualmente e fitas de segurança.

XIX – Como condição para que seja expedida Ordem de Execução, dentre outras previstas neste edital e contrato, a licitante vencedora deverá apresentar as respectivas LICENÇAS AMBIENTAIS e ou dispensa das mesmas, ART ou RRT.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 O presente contrato vigorará pelo prazo de 2 (dois meses), contados da data da assinatura, podendo sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

2.2 A OBRA DEVERÁ SER EXECUTADA NO PRAZO DE 1 (UM) MÊS, CUJO CONTRATO VIGORARÁ DE 29/11/2016 A 29/12/2016.

2.3 O contrato vigorará de 29/11/2016 a 29/01/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O valor do contrato é de R\$ 36.837,10 (trinta e seis mil, oitocentos e trinta e sete reais e dez centavos) – Preço global, sendo:

R\$ 6.839,40 (seis mil, oitocentos e trinta e nove reais e quarenta centavos) referente mão-de-obra e R\$ 29.997,70 (vinte e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e setenta centavos) referente material.

3.2 O(s) faturamento(s) dar-se-ão na forma do cronograma físico-financeiro, do ANEXO ao presente contrato, após medição e autorização do Engenheiro responsável.

§ 1º Os valores não sofrerão qualquer reajuste.

§ 2º A última parcela do preço somente será paga após:

I - Recebimento definitivo da obra, mediante autorização do Engenheiro Responsável e após o cumprimento de todas as obrigações pela contratada;

II – Entrega do comprovante de cumprimento dos encargos sociais e trabalhistas dos empregados que trabalharam na obra.

3.3 No preço ajustado entre as partes estão inclusas todas as despesas que possam influir nos custos, tais como: alimentação dos profissionais, despesas com custo, instalação, descarga, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos, máquinas, materiais e equipamentos necessários para execução da obra.

3.4. Os pagamentos somente serão efetuados após a constatação do cumprimento das obrigações pela contratada, e mediante:

- a) aceitação dos serviços pelo Órgão;
- b) emissão do documento fiscal;
- c) cópias autenticadas das folhas de pagamento dos empregados

- e da GRPS;
- d) retenção do ISS;
- e) apresentação das negativas fiscais – FGTS, CNDs, INSS e CNDT.

3.5 Tratando-se de prestação de serviços, a contratada deverá cumprir todos os encargos e obrigações trabalhistas, sendo que o pagamento à contratada somente será efetivado mediante comprovação do pagamento dos salários, recolhimento do FGTS e de Contribuição Previdenciária dos trabalhadores.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A presente despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função: 26 - Transporte
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário
Programa: 23 - Estradas Vicinais
Ação: 1.16 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL

CLÁUSULA QUINTA: REGIME DE EMPREITADA

A modalidade de REGIME DE EXECUÇÃO É DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

CLÁUSULA SEXTA: DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

- a) Efetuar o pagamento pela execução da obra;
- b) Designar engenheiro responsável para acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento da obra.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

- a) Execução da obra de acordo com o memorial descritivo e planilhas, anexos do Edital Convocatório, partes integrantes deste.
- b) Seguir as orientações técnicas do Engenheiro Responsável designado pelo Município.
- c) A contratada deverá, na data da assinatura do contrato, indicar o nome do preposto, aceito pela Administração, no local da obra, para representá-la na execução do contrato.
- d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- e) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- f) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- g) Não transferir ou sublocar a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sob pena de rescisão contratual e aplicação de multa.

h) Substituir, sempre que exigido pela Contratante e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público.

i) Fornecer, mensalmente, o comprovante de pagamento dos empregados e comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.

j) Executar a obra, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas técnicas pertinentes.

l) Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos na Licitação;

m) a pedra brita deverá ser dura, tenaz, isento de fragmentos moles ou alterados.

Parágrafo único. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

CLÁUSULA OITAVA: PENALIDADES E DA RESCISÃO

8.1 DAS PENALIDADES

8.1.1 Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

8.1.2 Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

8.1.2.1 Multa de R\$ 500,00 por dia de atraso, limitado a 10% do valor do contrato;

8.1.2.2 Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

8.1.2.3 Advertência;

8.1.2.4 Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

8.1.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

8.1.3 As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município.

8.2 RESCISÃO DO CONTRATO

8.2.1 O Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

8.2.1.1 Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição do material na inspeção e recebimento.

8.2.1.2 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

8.2.1.3 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

Parágrafo único. A Contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA: GARANTIAS

A CONTRATADA responde pelos vícios dos serviços e por quaisquer danos que venha a causar, inclusive perante terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO

10.1 Para cumprimento do disposto no art. 67, § 1º e 2º da Lei 8.666/93, será designado servidor para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato.

10.2 O representante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica o presente contrato vinculado ao Edital de Licitação nº 017/2016, modalidade TOMADA DE PREÇOS, incluídos os anexos, partes integrantes deste contrato independentemente de transcrição.

11.3 Antes de efetuar o pagamento da última parcela, a contratada deverá comprovar que efetuou o pagamento dos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do disposto no Dec. Lei 2.173/97, através do fornecimento de guia de recolhimento quitada.

11.4 Os valores devidos acerca de encargos previdenciários, bem como o(s) tributo(s) incidente(s), serão retidos quando do pagamento do preço.

11.5 A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.6 Aplicar-se-á na execução do contrato, além das normas previstas na Lei 8.666/93, o disposto no Edital Convocatório.

11.7. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade.

11.8. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC 25 de novembro de 2016.

CONTRATANTE
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1)
Nome:
CPF:

2)
Nome:
CPF:

PORTARIA Nº 528, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 528, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 063/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, bem como parecer da Assessoria Jurídica,

RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 063/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado, aquisição de brinquedos, às empresas:

I – TOTAL SPORTS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.248.252/0001-86, item 01 pelo preço de R\$ 6.371,00 (seis mil, trezentos e setenta e um reais);

II - MEGACATARINA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.083.840/0001-44, item 02, pelo preço de R\$ 4.186,00 (quatro mil, cento e oitenta e seis reais);

III - ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 22.528.813/0001-91, item 03 e item 04 pelo preço total de R\$ 6.476,00 (seis mil, quatrocentos e setenta e seis reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 25 DE NOVEMBRO DE 2016

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 529, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 529, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 017/2016, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, bem como parecer da Assessoria Jurídica,

RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 017/2016, modalidade TOMADA DE PREÇOS, e adjudica o objeto licitado, Calçamento com pedras irregulares na Linha Túnel do Município de Pinheiro Preto, à empresa Rodrigues & da Silva Ltda EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.481.358/0001-22, pelo preço global de R\$ 36.837,10 (trinta e seis mil, oitocentos e trinta e sete reais e dez centavos);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 25 DE NOVEMBRO DE 2016

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO N.º 3151, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO N.º 3151, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA EFEITOS DE DESAPROPRIAÇÃO, OS IMÓVEIS PARTICULARES SITUADOS ENTRE A RUA LUIZ ABRY E A RUA HERMANN WEEGE, NECESSÁRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE VIA PROJETADA E CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO DO TESTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal e na conformidade da Lei Federal n.º 3.365/41, de 21 de junho de 1941;

CONSIDERANDO, a necessidade de implantação da via projetada e ponte sobre o Rio do Testo para implementação do sistema viário do Município de Pomerode, e

CONSIDERANDO, a elaboração pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento da Cidade da planta baixa e levantamento topográfico dos terrenos onde irão ser efetivamente implantado o sistema viário;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, para ser desapropriada judicialmente ou adquirida mediante acordo, as seguintes áreas de terras, localizadas entre a Rua Luiz Abry e Rua Hermann Weege, necessárias para implantação da via projetada e de ponte sobre o Rio do Testo, com as seguintes características:

I – Imóvel de área total escriturada, de 1.238,70 m² (mil duzentos e trinta e oito metros e setenta decímetros quadrados), situado neste município de Pomerode, na Rua Luiz Abry, de forma irregular, fazendo frente em 15,11m (quinze metros e onze centímetros), com o lado par da Rua Luiz Abry; fundos em 15,00m (quinze metros) com terras de Comércio e Transporte Ramthun Ltda. (matrícula n.º 7176); extremado pelo lado direito em 83,50m (oitenta e três metros e cinquenta centímetros) com terras de Comércio e Transporte Ramthun Ltda. (matrícula n.º 1.714) e com terras de Comércio e Transporte Ramthun Ltda. (matrícula n.º 11.043 – Gaspar); e, pelo lado esquerdo, em 81,66m (oitenta e um metros e sessenta e seis centímetros) com terras de Comércio e Transporte Ramthun Ltda (matrícula n.º 8.173); distando do lado esquerdo, em 498,50m (quatrocentos e noventa e oito metros e cinquenta centímetros) da esquina da Rua Luiz Abry com a Rua Paulo Zimmermann. Sem edificações, sendo o imóvel matriculado no Registro de Imóveis da Comarca de Pomerode sob o n.º 8.172.

II – Parte do Imóvel de área total escriturada, de 10.879,00 m² (dez mil oitocentos e setenta e nove mil metros quadrados), situado neste município de Pomerode, na Rua Luiz Abry, contendo a área a ser desapropriada de 2.076,83 m², (dois mil e setenta e seis metros e oitenta e três decímetros quadrados) de forma irregular, fazendo frente em 15,00m (quinze metros) com terras de Comércio e Transporte Ramthun Ltda. (matrícula n.º 8.172), fundos em 15,28m (quinze metros e vinte e oito centímetros) confrontando com Rio do Testo; pelo lado direito, em 57,43m (cinquenta e sete metros e quarenta e três centímetros) com terras de Comércio e Transporte Ramthun Ltda. (matrícula n.º 11.043 – Gaspar), extremado pelo lado esquerdo em 53,61m (cinquenta e três metros e sessenta e um centímetros) com terras de Comércio e Transporte Ramthun. (matrícula n.º 7.176). Sem edificações, sendo o imóvel matriculado no Registro de Imóveis da Comarca de Pomerode sob o n.º 7.176.

III – Parte do imóvel de área total escriturada, de 695,80 m² (seiscentos e noventa e cinco metros e oitenta decímetros quadrados), situado neste município de Pomerode, na Rua Luiz Abry, de forma retangular, contendo a área a ser desapropriada de 12,95 m², (doze metros e noventa e cinco decímetros quadrados) de forma triangular, dividido em três linhas, a primeira fazendo frente em 4,80m (quatro metros e oitenta centímetros) com a Rua Luiz Abry (matrícula n.º 1.714), a segunda, extremado pelo lado esquerdo em 7,52m (sete metros e cinquenta e dois centímetros) com terras de Comércio e Transporte Ramthun Ltda. (matrícula n.º 8.172), a terceira, em linha sinuosa de 12,95m (doze metros e noventa e cinco centímetros) margeando com terras de Comércio e Transporte Ramthun Ltda. (matrícula n.º 1.714). Sem edificações, sendo o imóvel matriculado no Registro de Imóveis da Comarca de Pomerode sob o n.º 1.714.

IV - Parte do Imóvel de área total escriturada, de 10.823,10 m² (dez mil oitocentos e vinte três metros e dez decímetros quadrados), situado neste município de Pomerode, na Rua Artur Reinert, contendo a área a ser desapropriada de 1.024,45 m², (um mil e vinte e quatro metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), fazendo frente em 15,16m (quinze metros e dezesseis centímetros) com Rua Arthur Reinert, fundos em 15,47m (quinze metros e quarenta e sete centímetros) confrontando com Rio do Testo; pelo lado direito, em 69,76m (sessenta e nove metros e setenta e seis centímetros) com terras de Incasa Administradora de Bens Ltda (matrícula n.º 9.021), extremado pelo lado esquerdo em 66,89m (sessenta e seis metros e oitenta e nove centímetros) com terras do condomínio de Linda Starke, Nelson Starke, Ademir e Valéria Starke, Ademar Starke e Valdir Starke (matrícula n.º 3.796). Sem edificações, sendo o imóvel matriculado no Registro de Imóveis da Comarca de Pomerode sob o n.º 9.021.

V - Parte do Imóvel de área total escriturada, de 1.902,00 m² (um mil novecentos e dois metros quadrados), situado neste município de Pomerode, na Rua Artur Reinert, contendo a área a ser desapropriada de 152,22m², (cento e cinquenta e dois metros e vinte dois decímetros quadrados), localizada na esquina da Rua Hermann Weege e com a Rua Jorge Jung, de forma irregular, sendo área triangular, dividida em três linhas, a primeira fazendo frente em 16,00m (dezesseis metros) com Rua Hermann Weege, a segunda, pelos fundos em linha sinuosa de 41,81m (quarenta e um metros e oitenta e um centímetros) confrontando com terras de Willi Vogel(matrícula n.º 1.515 Livro – 3B); a

terceira, em 27,00 (vinte e sete metros) margeando com a Rua Jorge Jung. Sem edificações, sendo o imóvel matriculado no Registro de Imóveis da Comarca de Pomerode sob o n.º 1.515 Livro – 3B.

VI - Parte do Imóvel de área total escriturada, de 103.185,40 m2 (cento e três mil, cento e oitenta e cinco metros e quarenta decímetros quadrados), situado neste município de Pomerode, na Rua Hermann Weege, contendo a área a ser desapropriada de 494,24 m2, (quatrocentos e noventa e quatro metros e vinte e quatro decímetros quadrados), fazendo frente em 16,10 (dezesseis metros e dez centímetros) com Rua Hermann Weege; pelos fundos, em 17,75m (dezessete metros e setenta e cinco centímetros) com terras de Harry Weege e Brigitte Weege (matrícula n.º 3.798); pelo lado direito, em 40,23m (quarenta metros e vinte e três centímetros) com terras de Afonso Manoel João Mathias (matrícula n.º 3.898), extremado pelo lado esquerdo em 46,21m (quarenta e seis metros e vinte e um centímetros) com terras de Harry Weege e Brigitte Weege (matrícula n.º 3.798). Sem edificações, sendo o imóvel matriculado no Registro de Imóveis da Comarca de Pomerode sob o n.º 3.798.

VII - Parte do Imóvel de área total escriturada, de 13.096,50 m2 (treze mil e noventa e seis metros e cinquenta decímetros quadrados), situado neste município de Pomerode, na Rua Hermann Weege, contendo a área a ser desapropriada de 126,31m2 (cento e vinte seis metros e trinta e um decímetros quadrados), fazendo frente em 9,10m (nove metros e dez centímetros) com a Rua Hermann Weege; pelo lado direito, em 34,04m (trinta e quatro metros e quatro centímetros) com terras de Afonso Manoel João Mathias (matrícula n.º 3.898); pelo lado esquerdo em 40,23m (quarenta metros e vinte e três centímetros) com terras de Harry Weege e Brigitte Weege (matrícula n.º 3.798); pelos fundos em 4,23m (quatro metros e vinte e três centímetros) confrontando com um condomínio de Ilário Borchardt, Rosita Fischer Borchardt, Elizabete Borchardt, Gerhard Willy Oelke, Inezita Cabral e Silva e Wilson Cabral e Silva (matrícula n.º 4.874) Sem edificações, sendo o imóvel matriculado no Registro de Imóveis da Comarca de Pomerode sob o n.º 4.874.

VIII - Parte do Imóvel de área total escriturada, de 3.630,00m2 (três mil seiscentos e trinta metros quadrados), situado neste município de Pomerode, na Rua Hermann Weege, contendo a área a ser desapropriada de 309,19 m2, (trezentos e nove metros e dezenove decímetros quadrados), em forma triangular, divida em três linhas, a primeira fazendo frente em 49,15m (quarenta e nove metros e quinze centímetros) com a Rua Hermann Weege; a segunda pelo lado direito, em 21,26m (vinte e um metros e vinte e seis centímetros) confrontando com terras de Afonso Manoel João Mathias (matrícula n.º 3.898), a terceira pelo lado esquerdo em 34,04m (trinta e quatro metros e quatro centímetros) confrontando com terras de um condomínio de Ilário Borchardt, Rosita Fischer Borchardt, Elizabete Borchardt, Gerhard Willy Oelke, Inezita Cabral e Silva e Wilson Cabral e Silva (matrícula n.º 4.874). Sem edificações, sendo o imóvel matriculado no Registro de Imóveis da Comarca de Pomerode sob o n.º 3.898.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, em 29 de novembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.146 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 3.146 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015, NA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, TRANSPOSIÇÕES DE
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015 DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, Art.10º e o Art.12º da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015, NA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 4.122,95 (quatro mil cento e vinte e dois reais e noventa e cinco centavos) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2015, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedor

Projeto/Atividade: 12.361.0040.2011 – Manutenção do Transporte Escolar

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03370300 – Transferências Referente ao PNATE R\$ 1.005,38

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedor

Projeto/Atividade: 12.365.0040.2015 – Manutenção de Atividades Educação Infantil

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03370800 – FNDE - Brasil Carinhoso R\$ 3.117,57

TOTAL R\$ 4.122,95

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 2º - Fica suplementado na importância de R\$ 98.502,14 (noventa e oito mil quinhentos e dois reais e quatorze centavos) por fonte de recurso do excesso de arrecadação da Unidade Gestora Prefeitura, conforme prevê o Artigo 9º, item I Art. 12 da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item, II da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora
Projeto/Atividade: 12.365.0040.2015 – Manutenção de Atividades Educação Infantil
Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01370800 – FNDE - Brasil Carinhoso R\$ 2.421,00

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Projeto/Atividade: 15.451.0070.1011 – Pavimentação de Ruas e Calçadas
Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01640204 – FUNDAM R\$ 96.081,14
TOTAL R\$ 98.502,14

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 3º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 12.600,00 (doze mil seiscentos reais) do Orçamento em vigor, da Prefeitura Municipal de Pomerode, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 02.000 – GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária: 02.001 – Gabinete do Prefeito
Projeto/Atividade: 0015.0452.0020 2063 – Man.Fundo de Defesa Civil – Funmdc
Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 12.000 – SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE
Unidade Orçamentária: 12.002 – Diretoria de Políticas de Turismo
Projeto/Atividade: 23.695.0110.2053 – Atividades de Promoção e Desenvolvimento Turístico
Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 6.600,00

ÓRGÃO: 13.000 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
Unidade Orçamentária: 13.001 – Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação
Projeto/Atividade: 08.244.0140.2075 – Manutenção do Conselho Tutelar
Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 1.000,00
TOTAL R\$ 12.600,00

Art 4º - Os valores resultantes das transposições do Art. 3º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 02.000 – GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária: 02.001 – Gabinete do Prefeito
Projeto/Atividade: 0015.0452.0020 2063 – Man.Fundo de Defesa Civil – Funmdc
Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 12.000 – SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE
Unidade Orçamentária: 12.002 – Diretoria de Políticas de Turismo
Projeto/Atividade: 23.695.0110.2053 – Atividades de Promoção e Desenvolvimento Turístico
Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 6.600,00

ÓRGÃO: 13.000 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
Unidade Orçamentária: 13.001 – Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação
Projeto/Atividade: 08.244.0140.2075 – Manutenção do Conselho Tutelar
Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 1.000,00
TOTAL R\$ 12.600,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015 DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 5º - Fica suplementado na importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2015, na Unidade Gestora Fundo Municipal da Saúde de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43,

parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 – Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380403 - Progr. Vigilância AIDS R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 22 de novembro de 2016.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Secretária de Gestão Admin. e Faz.

DECRETO Nº 3.150 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 3.150 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015 DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE E TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE, POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, Art.10º e o Art.12º da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015 DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2015, na Unidade Gestora Fundo Municipal da Saúde de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 – Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380209 - PMAQ - Progr. Melhr. Ações Qualidade R\$ 10.000,00

TOTAL: R\$ 10.000,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE, POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 2º - Fica suplementado na importância de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) por fonte de recurso do excesso de arrecadação da Unidade Gestora Fundo Municipal da Saúde de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item I Art. 12 da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item, II da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Unidade Orçamentária: 19.001 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 - Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 319000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380204 – PACS R\$ 60.000,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380207 – Núcleo Apoio a Saúde Família – NASF R\$ 28.000,00

TOTAL R\$ 88.000,00

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 3º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais) do Orçamento em vigor, do Fundo Municipal da Saúde de Pomerode por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 – Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380208- Centro de Atenção Psicossocial – CAPS R\$ 26.000,00

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380401 - Prog de Vigilância Epidemiológica R\$ 13.000,00

TOTAL R\$ 39.000,00

Art 4º - Os valores resultantes das transposições do Art. 3º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 – Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 319000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380208- Centro de Atenção Psicossocial – CAPS R\$ 26.000,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380401 - Prog de Vigilância Epidemiológica R\$ 13.000,00

TOTAL R\$ 39.000,00

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 24 de novembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Secretária de Gestão Admin. e Faz.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001 / 2016

Processo Administrativo n.º 002 / 2016.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE.

Contratada: OTP CURSOS E TREINAMENTO EM CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE CAPACITAÇÃO NO ☐SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS - PAEFI☐, DIRECIONADO AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO QUE ATUAM NO SUAS, ESPECIFICAMENTE NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO BÁSICA COM ENFOQUE NO PAEFI E NA AÇÃO COM GRUPOS COM AS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO CREAS.

A Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação busca sistematizar e disponibilizar aos seus profissionais aperfeiçoamentos que estejam diretamente relacionados com suas necessidades, com temas específicos, voltados aos problemas enfrentados no dia a dia, e que estabeleçam uma relação entre teoria e prática. Para tanto, com vistas à eficiência da formação posta à disposição dos servidores, necessária a contratação de serviço técnico especializado em treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, com reconhecimento técnico indubitável na área do ensino.

Carga horária: 40 horas/aula.

Valor total contratado: R\$7.990,00 (sete mil e novecentos e noventa reais).

Base Legal: Art. 25, I c/c Art. 13, VI da Lei n.º 8.666/93.

Prazo de Execução: Dias 05 a 09 de Dezembro / 2016.

Pomerode / SC, 29 de Novembro de 2016.

LORAINÉ SILVEIRA AURÉLIO

Secretária de Desenvolvimento Social e Habitação

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.432, DE 23 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 1.432, DE 23 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, Considerando a Resolução nº 171, de 04 de dezembro de 2014 que estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Considerando a necessidade intersetorial de elaboração do Plano Municipal.

Considerando que o Plano é uma construção coletiva, e exige uma definição de "comissão intersetorial" que irá esboçá-lo e colocá-lo para aprovação em Audiência Pública e posteriormente para aprovação do CMDCA,

Decreta:

Art. 1º Nomear a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal, conforme segue:

I – Representante do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente:

a) Laudicéia A. C. Poluceno

II – Representante do Conselho Tutelar:

a) Janete Moreira

III – Representante dos Conselhos setoriais, em especial, de políticas sociais, tais como educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e lazer:

a) Conselho Municipal de assistência social: Lilian Mazurek Meyer

b) Conselho municipal de saúde: Simone Gennari

c) Conselho municipal de esporte: Altair Pereira Roque

d) Conselho municipal de educação: Vera Regina Evaristo de Andrade

IV – Representante dos Órgãos estaduais, distrital e municipais gestores das políticas sociais, tais como educação, saúde, assistência social, segurança, esporte, cultura e lazer:

a) Secretaria municipal de assistência social: Jenifer Oliveira Cruz da Silva Mohr

b) Secretaria Municipal de Educação: Vanda A. Gaviolli

V – Representante do Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente e organizações da sociedade civil integrantes do Sistema de Garantia de Direitos:

a) Representante Grupo de Escoteiros Do Mar Nova Ericeira: Claudio Silvino da Silva

VI - Representante das Crianças e adolescentes:

a) Representante Adolescente: Cristiano Kerber

VII - Representante do Ministério Público da Comarca de Porto Belo:

a) Neiva Teresinha Drews

VIII - Representante do Poder Judiciário da Comarca de Porto Belo:

a) Soraia Joselita Depin

IV – Representante das Escolas Particulares:

a) Roseli Margaret Lang

Art. 2º A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art.3º Compete à Comissão Intersetorial:

I - definir plano de atividades para discussão e elaboração do plano decenal, bem como elaborar a proposta do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes, no seu âmbito de atuação;

II - articular junto a órgãos e entidades integrantes do Sistema de Garantia de Direitos objetivando sua participação na discussão e na elaboração do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

III - assegurar a participação efetiva de crianças e adolescentes no processo de discussão e elaboração do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

IV - propor e acompanhar a realização de diagnóstico da situação local referente à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente; e

V - submeter a minuta de plano decenal à consulta pública local, seja por audiência pública, consulta virtual ou outro mecanismo participativo equivalente.

Art. 4º Compete ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - aprovar e deliberar o respectivo plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

II - apoiar e articular a implementação das ações do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

III - articular com os órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo visando à inserção de ações constantes do plano decenal dos direitos da criança e do adolescente no plano plurianual e na lei orçamentária;

IV - definir instrumentos de avaliação e monitoramento da implementação do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes; e

V - encaminhar o respectivo plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 5º O Plano Municipal será elaborado e entregue ao CMDCA até o dia 20 de setembro de 2016.

Parágrafo único. A Comissão Intersetorial definirá entre seus membros o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Porto Belo (SC), aos 23 dias do mês de maio de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

DECRETO Nº 1.457, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 1.457, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DAS JUNTAS ADMINISTRATIVAS DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,
DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI, aprovado na Seção nº 01/2016, realizada em 06 de setembro de 2016, conforme anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 31 dias do mês de outubro do ano de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

PORTARIA Nº 2.243, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 2.243, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição da República, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no art. 1º, da Lei federal nº 10.887/2004, declara a vacância do cargo público do servidor SEBASTIÃO HELIO NUNES, a partir de 30/11/2016, e dá outras providências.

Porto Belo, 29 de novembro de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2.244, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 2.244, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

Concede aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40º, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 20, inciso II da Lei nº 1.554/2007, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida na Lei Federal nº 10.887/2004, declara a vacância do cargo público do servidor PIERRE ALEXANDRE VOLTOLINI, a partir de 30/11/2016, e dá outras providências.

Porto Belo, 29 de novembro de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO TERMO ADITIVO 1/2016 - IMPRESS

Extrato de Termo Aditivo nº 001/2016 ao Contrato 001/2015

IMPRESS – Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos

Partes: IMPRESS e AMX CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA

Vigência: prorrogação por 12 (doze) meses.

Base legal: artigo 57, II, da Lei 8.666/93.

Porto União, SC, 30 de novembro de 2016.

MARGARETH FLISSAK

Presidente IMPRESS

AMX CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA

Contratada

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 042/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 207/2016

Dispensa de Licitação nº 042/2016

Caracterização da Situação: O município necessita localizar um painel de decoração para o 1º Fórum Municipal do Meio Ambiente, sendo esta uma ação do Projeto de Educação em Saúde Ambiental conforme CONVÊNIO FUNASA nº 0544/2013.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a locação de um painel de decoração para o 1º Fórum Municipal do Meio Ambiente, sendo esta uma ação do Projeto de Educação em Saúde Ambiental, conforme CONVÊNIO FUNASA nº 0544/2013.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Lício Leonidas Ferreira 35461578934, inscrito no CNPJ 25.967.721/0001-04 uma vez que seu orçamento foi o menor entre os orçamentos apresentados.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 – Poder Executivo de Porto União

Unidade 0210 – Encargos Gerais do Município

Atividade 2033 – Encargos Gerais da Administração

Modalidade 3390-170 – Aplicações Diretas

Cód. 204

Complemento 33903099 – Outros materiais de Consumo

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Porto União, 23 de novembro de 2016.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 861/2016

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 043/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 208/2016

Dispensa de Licitação nº 043/2016

Caracterização da Situação: O município necessita contratar o serviço de sonorização e iluminação para o local da realização do 1º Fórum Municipal do Meio Ambiente, sendo esta uma ação do Projeto de Educação em Saúde Ambiental conforme CONVÊNIO FUNASA nº 0544/2013.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação do serviço de sonorização e iluminação para o local da realização do 1º Fórum Municipal do Meio Ambiente, sendo esta uma ação do Projeto de Educação em Saúde Ambiental, conforme CONVÊNIO FUNASA nº 0544/2013.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Lício Leonidas Ferreira 35461578934, inscrito no CNPJ 25.967.721/0001-04 uma vez

que seu orçamento foi o menor entre os orçamentos apresentados.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 – Poder Executivo de Porto União

Unidade 0210 – Encargos Gerais do Município

Atividade 2033 – Encargos gerais da Administração

Modalidade 3390-170 – Aplicações diretas

Cód. 204

Complemento 33903099 – Outros Materiais de Consumo

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Porto União, 23 de novembro de 2016.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 861/2016

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 226/2016

RESOLUÇÃO Nº 226/2016

EMENTA: "Dispõe sobre o pagamento das diferenças salariais derivadas da participação em comissão e do adicional por tempo de serviço aos servidores da Câmara Municipal de Porto União – SC"

A Câmara Municipal de Porto União, Santa Catarina, aprovou e a Mesa Diretora no uso de suas atribuições Resolve:

CONSIDERANDO, que o artigo 37 da Constituição Federal impõe à Administração Pública, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO, o Parecer do Plenário do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, COG – 089/2016, emitido no Processo nº CON-16/00146462, que analisou a consulta formulada por este Poder Legislativo sobre o "Pagamento de gratificação pela participação em comissão e pagamento de triênio para servidores efetivos e comissionados", e reconheceu o direito a todos os servidores, sem distinção entre efetivos e comissionados, ao recebimento da gratificação pela participação em comissão e também ao adicional por tempo de serviço;

CONSIDERANDO que a decisão do Tribunal Pleno ocorreu na sessão do dia 20/07/2016, já no transcurso do período eleitoral;

CONSIDERANDO, que cabe à Administração Pública zelar pelo cumprimento da lei, devendo a qualquer tempo rever os atos que não atendam ao princípio da legalidade, mediante o devido processo administrativo;

CONSIDERANDO, a necessidade de disciplinar os critérios de pagamento do passivo composto pelas verbas derivadas da gratificação pela participação em comissão e do adicional por tempo de serviço, no âmbito da Câmara Municipal de Porto União;

RESOLVE:

Art. 1º. O servidor que tenha sido nomeado para integrar comissão da Câmara Municipal de Porto União, e que, eventualmente, não tenha recebido pela referida participação, deverá protocolizar requerimento junto à Secretaria da Casa, instruído com o ato de nomeação, a comprovação da efetiva atividade e demais documentos que entender pertinentes.

Art. 2º. O servidor que tenha completado 3 (três) anos de serviço público poderá requerer o adicional por tempo de serviço, mediante requerimento protocolizado junto à Secretaria da Casa, instruído com o ato de nomeação para o cargo e demais documentos que entender pertinentes.

Art. 3º. Os requerimentos devem ser autuados individualmente, instaurando-se o processo administrativo e encaminhando-se para a Assessoria Jurídica emitir o parecer em até 5 (cinco) dias úteis.

Art. 4º. Estando o processo administrativo em ordem, será encaminhado ao Departamento Contábil para realizar a apuração dos valores devidos ao servidor, a título de verbas indenizatórias, em até 10 (dez) dias úteis.

Art. 5º. A atualização monetária ocorrerá mediante aplicação da Tabela Única de Correção Monetária publicada pelo TST - Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 6º. Na apuração dos créditos deverá ser observada a prescrição quinquenal.

Art. 7º. Após a elaboração dos cálculos pela contabilidade, o processo administrativo deverá ser encaminhado para o (a) Diretor (a) Financeiro exarar seu parecer em até 5 (cinco) dias úteis.

Art. 8º. Com o parecer financeiro, o processo seguirá para o Diretor Administrativo emitir seu parecer e comunicar o servidor em até 5 (cinco) dias úteis, quanto ao resultado e o valor apurado.

Art. 9º. O servidor poderá interpor recurso no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a partir da ciência do resultado e do valor apurado.

Art. 10. Após o prazo para recurso ou havendo a renúncia deste prazo pelo servidor, o processo administrativo seguirá para a homologação pelo Presidente da Câmara Municipal em até 2 (dois) dias úteis, devendo ser publicado o extrato da Portaria no DOM (Diário Oficial do Município) no mesmo prazo.

Art. 11. A Portaria conterá o nome do servidor, a função, o tempo de serviço e/ou as gratificações e respectivas comissões, as verbas devidas, bem como será acompanhada da planilha que apurou o valor total a ser indenizado.

Art. 12. O pagamento do total devido ao servidor será pago em até 5 (cinco) dias úteis após a publicação referida no Art. 10.

Art. 13. Os pagamentos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

- 3.1.90.94.01.00.00.00 – Indenizações e Restituições Trabalhistas – Ativo Civil.

- 3.1.90.92.94.00.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas - Exercício Anteriores.

Art. 14. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto União - SC, em 29 de novembro de 2016.

Alceu Jung	Almir Olimpio Borini
Presidente	Vice - Presidente
Osmar Alves Martins	Gildo Luiz Masselai
1º Secretário	2º Secretário

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2016

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2016

EXTRA TO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações e Decreto nº 5.450/05, leva ao conhecimento de quem possa interessar que fará realizar PREGÃO ELETRÔNICO, no dia 12 de dezembro de 2016, às 08h45min através do site www.portaldecompraspublicas.com.br/18/ que tem como objeto a aquisição de um veículo zero quilometro, modelo e ano de fabricação no mínimo referente ao de 2016, a fim de atender ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC na modalidade Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde no Estado de Santa Catarina, através da Proposta Nº 11333.647000/1140-01, contendo no Anexo I do presente Edital especificações do item e preço máximo admitido. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

Marisa Petkov Talini

Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

Presidente Nereu

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO 39/2016 - PEÇAS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR

MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU- SC

PREGÃO PRESENCIAL 39/2016

O Município de Presidente Nereu, torna público que fará realizar no dia 13/12/2016 as 14:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, PREGÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NOS VEICULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 13:00 às 18:00 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal ou site www.presidentenereu.sc.gov.br, no link licitações.

Presidente Nereu, 29 de novembro de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

EDITAL Pregão Nº39/2016 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs
CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 56/2016 de 04/01/2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº 38/2016, do tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 38/2016 e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame. AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NOS VEICULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 13 de dezembro de 2016.
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) Setor de Licitações, localizado a Sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça Leão Dehon, 50. Presidente Nereu -SC
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14:00 horas
- e) Abertura do processo: dia 13 de dezembro de 2016 às 14:15 horas.

II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

1. III

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, a Pregoeira, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 39/2016.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC
ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L

B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 39/2016.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC
ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 13 de dezembro de 2016 às 14:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

III - DO CREDENCIAMENTO:**2. IV**

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 Procuração ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

3.1.2 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 4.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).

3.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**3.**

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (lei complementar 147/2014).

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:**I**

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item 1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3. As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 90 dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 13 de março de 2017 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte da Pregoeira, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

VI - DA HABILITAÇÃO**VII**

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

- 6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;
- 6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;
- 6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- 6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;
- 6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);
- 6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;
- 6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;
- 6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. (Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).
- 6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA.
- 6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.
- 6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.
- 6.4 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.
- 6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pela pregoeira, caso necessário.
- 6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.
- 6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.
- 6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;
- 6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

4. II

- 7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.
- 7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:
 - 7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
 - 7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
 - 7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
 - 7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:
 - 1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);
 - 2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);
 - 3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);
 - 4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente

subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

5. IX

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela pregoeira, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita MENOR PREÇO POR ITEM e o valor estimado para a contratação, podendo, a pregoeira, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pela Pregoeira, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, a Pregoeira verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, a Pregoeira procederá à abertura de seu envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "7" deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira a inabilitará e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, a Pregoeira poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pela Pregoeira e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

6. X

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será MENOR PREÇO POR ITEM, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS: XI

7. XI

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio da Pregoeira, será (ao)

encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XII - DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal Diário Oficial do Estado, Mural Público Municipal, na internet página do município portal da transparência no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 03 (três) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

XIII - DA CONTRATAÇÃO:XII

8. XII

13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que a pregoeira negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:XIII

14 XIII

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

05
001
0012
0361
1501
2019
33903039000000
01010000

XV - DO PAGAMENTO:

15 XIV

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XVI - DO REAJUSTE:

16 XV

16.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVII - DAS PENALIDADES:XVI

17 XVI

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do MUNICÍPIO, se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XVIII - DA RESCISÃO:XVII

18 XVII

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 16.1 deste Edital;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:XVIII

19 II

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

19.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência

19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

XIX

20 XIX

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item "16" deste edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XXI - DA VIGÊNCIA:

XX

21 XX

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

21.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

XXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

22 XXI

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 A Pregoeira e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão releva omissoes puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

22.4.1 Adiada a abertura da licitação;

22.4.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

XXII

22.6 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br.

22.7 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

22.8 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, na internet página do município no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU-SC, 29 de novembro de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....

DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____ e-mail: _____

Pessoa de contato: _____

CNPJ da empresa: _____

Nome completo de quem retirou o edital: _____

CPF: _____

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. /20... E SEUS ANEXOS.

..... (SC), de de 20....

Assinatura

CPF nº.

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. /20....
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /20

PREGÃO PRESENCIAL Nº /20....

PROCESSO Nº /20

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Aos __ dias do mês de ____ do ano de 20__, na cidade de, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Município de, devidamente representado e assistido, e a empresa, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº /20.... e, do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para Prefeitura Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE

1º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

2º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

3º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

DETALHAMENTO DE CADA ITEM PREÇO UNITÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NOS VEICULOS DASECRETARIA DE EDUCAÇÃO A SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.2. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

05
001
0012
0361
1501
2019
33903039000000
01010000

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

- a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.
- b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 39/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem

emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, de acordo com o art. 12 do Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e demais exigências deste Edital, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., ____ de de 20....

Assinatura:

Prefeito Municipal Pregoeira

Assinaturas fornecedores

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrita no CPF 468.408.699-20 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º com sede Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NOS VEICULOS DASECRETARIA DE EDUCAÇÃO A SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamentário:

05
001
0012
0361
1501
2019
33903039000000
01010000

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

- a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.
- b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
 - b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
 - c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- *As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 39/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

ROBERTO RAIZER
Assessor Jurídico
OAB/SC 16.203

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: _____

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RUA: _____ Nº. _____ BAIRRO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____ FONE: (_____) _____

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº./20 , acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

ITENS QTDAD UNID DESCRIÇÃO DO ITEM COT. MÁX VL. UNIT. VL. TOTAL

1	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO MICRO ONIBUS VOLARE V8 4X4	7.088,0000		
.00001	10,00	UN	LONA DE FREIO	1.800,0000		
.00002	4,00	UN	BUCHA OLHAL ESTABILIZADORA	120,0000		
.00003	4,00	UN	BUCHA CENTRAL ESTABILIZADORA	128,0000		
.00004	4,00	UN	CRUZETA	720,0000		
.00005	4,00	UN	BUCHA JUMELO	360,0000		
.00006	4,00	UN	AMORTECEDOR DIANTEIRO	1.000,0000		
.00007	4,00	UN	AMORTECEDOR TRASEIRO	1.040,0000		
.00008	4,00	UN	PASTILHA DE FREIO TRASEIRA	1.920,0000		
2	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO MICRO ONIBUS VOLARE V8	3.588,0000		
.00001	4,00	UN	LONA DE FREIO	700,0000		
.00002	4,00	UN	BUCHA OLHAL ESTABILIZADORA	120,0000		
.00003	4,00	UN	BUCHA CENTRAL ESTABILIZADORA	48,0000		
.00004	4,00	UN	CRUZETA	700,0000		
.00005	4,00	UN	BUCHA JUMELO	380,0000		
.00006	4,00	UN	AMORTECEDOR DIANTEIRO	800,0000		
.00007	4,00	UN	AMORTECEDOR TRASEIRO	840,0000		
3	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA DUCATO PLACAS MFO 4775	6.816,0000		
.00001	4,00	UN	AMORTECEDOR DIANTEIRO	1.360,0000		
.00002	4,00	UN	AMORTECEDOR TRASEIRO	960,0000		
.00003	4,00	UN	DISCO DE FREIO TRASEIRO	704,0000		
.00004	4,00	UN	DISCO DE FREIO DIANTEIRO	520,0000		
.00005	4,00	UN	SAPATA DE FREIO MAO	520,0000		
.00006	4,00	UN	CABO DE FREIO DE MAO	360,0000		
.00007	4,00	UN	PASTILHA DE FREIO TRASEIRA	432,0000		
.00008	4,00	UN	BRACO AXIAL	400,0000		
.00009	4,00	UN	TERMINAL DE DIRECAO	420,0000		
.00010	4,00	UN	PIVU SUPENSÃO	540,0000		
.00011	4,00	UN	BUCHA BANDEJA GRANDE	360,0000		
.00012	4,00	UN	BUCHA BANDEJA PEQUENA	240,0000		
4	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO MICRO ONIBUS VOLARE A5 ON	7.580,0000		
.00001	10,00	UN	LAMPADA H4 24V.	260,0000		
.00002	10,00	UN	LAMPADA H1 24V.	700,0000		
.00003	10,00	UN	LAMPADA 1141 24 V	350,0000		
.00004	10,00	UN	LAMPADA 69 24V.	90,0000		
.00005	3,00	UN	IMPULSOR DE PARTIDA 1024	876,0000		
.00006	3,00	UN	PORTA ESCOVA 1244-4	537,0000		

.00007	3,00	UN	RELE DE PARTIDA 803	795,0000		
.00008	3,00	UN	INDUZIDO DA PARTIDA 107	1.314,0000		
.00009	3,00	UN	REGULADOR DE VOLTAGEM 787	525,0000		
.00010	4,00	UN	PLACA RETIFICADORA 123224	1.012,0000		
.00011	4,00	UN	ROLAMENTO 63042RS	140,0000		
.00012	3,00	UN	ESTATOR 303	981,0000		
5	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO ONIBUS MERCEDES PLACAS ICT 1534	7.948,00		
.00001	2,00	UN	IMPULSOR DE PARTIDA 1022	320,0000		
.00002	2,00	UN	PORTA ESCOVAS DE PARTIDA	158,0000		
.00003	3,00	UN	RELE DE PARTIDA	870,0000		
.00004	3,00	UN	INDUZIDO PARA MOTOR DE PARTIDA	1.770,0000		
.00005	3,00	UN	REGULADOR DE VOLTAGEM	840,0000		
.00006	3,00	UN	PLACA RETIFICADORA	930,0000		
.00007	6,00	UN	ROLAMENTO NSK	210,0000		
.00008	6,00	UN	ESTATOR 329	1.890,0000		
.00009	2,00	UN	ROTOR 449	960,0000		
6	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO MICRO ONIBUS IVECO CITY CLASS 70 C 17	9.360,0000		
.00001	6,00	UN	IMPULSOR DE PARTIDA IVECO 70C17	1.680,0000		
.00002	6,00	UN	PORTA ESCOVA IVECO 70C17	450,0000		
.00003	6,00	UN	RELE DE PARTIDA IVECO 70C17	1.530,0000		
.00004	6,00	UN	INDUZIDO DA PARTIDA IVECO 70C17	1.020,0000		
.00005	6,00	UN	REGULADOR DE VOLTAGEM IVECO 70C17	1.410,0000		
.00006	6,00	UN	PLACA REDIFICADORA IVECO 70C17	1.470,0000		
.00007	6,00	UN	ROLAMENTO NB 107 IVECO 70C17	240,0000		
.00008	6,00	UN	ESTATOR IVECO 70C17	1.560,0000		
7	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO MICRO ONIBUS VOLARE A5	7.620,00		
.00001	6,00	UN	IMPULSOR DE PARTIDA 0838	1.680,0000		
.00002	6,00	UN	PORTA ESCOVA 1236	630,0000		
.00003	6,00	UN	RELE DE PARTIDA 803	1.590,0000		
.00004	6,00	UN	INDUZIDO DE PARTIDA 1385	2.340,0000		
.00005	6,00	UN	REGULADOR DE VOLTAGEM 144154	1.380,0000		
8	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO PARA VOLKSWAGEN KOMBI	7.640,0000		
.00001	4,00	UN	IMPULSOR DE PARTIDA VOLKSVAGEM KOMBI	540,0000		
.00002	4,00	UN	PORTA ESCOVA VOLKSVAGEM KOMBI	140,0000		
.00003	6,00	UN	RELE DE PARTIDA 871	690,0000		
.00004	6,00	UN	INDUZIDO DE PARTIDA 237 VOLKSVAGEM KOMBI	1.320,0000		
.00005	6,00	UN	REGULADOR DE VOLTAGEM VOLKSVAGEM KOMBI	1.380,0000		
.00006	6,00	UN	PLACA RETIFICADORA VOLKSVAGEM KOMBI	1.470,0000		
.00007	6,00	UN	ROLAMENTO 63042RS VOLKSVAGEM KOMBI	210,0000		
.00008	6,00	UN	ESTATOR VOLKSVAGEM KOMBI	1.890,0000		
9	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO MICRO ONIBUS IVECO CITY CLASS 70C17	33.209,0000		
.00001	4,00	UN	FEIXE DE MOLA TRAS.	14.800,0000		
.00002	10,00	UN	TERMINAL TIRANTE	2.900,0000		
.00003	4,00	UN	BRACO AXIAL	840,0000		
.00004	5,00	UN	TERMINAL DE DIRECAO	995,0000		
.00005	4,00	UN	AMORTECEDOR DIANTEIRO	1.280,0000		
.00006	4,00	UN	AMORTECEDOR TRASEIRO	1.196,0000		
.00007	20,00	UN	KIT BUCHA BANDEJA	3.960,0000		
.00008	20,00	UN	PIVU SUSPENCAO	3.100,0000		
.00009	2,00	UN	CABO DE FREIO DE MAO	258,0000		
.00010	5,00	UN	PASTILHA DE FREIO DIANTEIRO	2.000,0000		
.00011	4,00	UN	PASTILHA DE FREIO TRASEIRA	1.880,0000		
10	4,00	UN	CABO DE FREIO DE MAO PARA VOLKSWAGEN KOMBI	184,0000		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....
DATA

.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº./20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ 20

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em _____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº./20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar

com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa , CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

Princesa

PREFEITURA

DECRETO 216 DE 29.11.2016

DECRETO Nº. 216, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

"DECRETA LUTO OFICIAL, POR TRÊS DIAS, EM TODO TERRITÓRIO MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no inciso IX Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Luto Oficial de três dias em todo território Municipal, em decorrência do trágico acidente aéreo ocorrido na madrugada do dia 29 a poucos quilômetros da cidade de Medellín, na Colômbia, vitimando 71 pessoas, dentre as quais, quase toda a delegação da Equipe da Chapecoense, jogadores, dirigentes, convidados, profissionais da imprensa e tripulantes.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ar. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
29 de Novembro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO 102/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 73/2016 - IMPRESSORA PLOTTER

Edital de Licitação nº 102/2016-PM,
Pregão Presencial nº 73/2016 PM.

Para participação exclusiva de Microempresa/Empresa de Pequeno Porte

PREÂMBULO

O Município de Princesa/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 01.612.836/0001-00 torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial do tipo Menor Preço por ITEM, sob o regime de entrega IMEDIATA com base na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, demais legislação aplicável e condições deste Edital, a realizar-se na sala do Departamento de Compras, Licitações e Contratos, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro - Princesa/SC.

O Credenciamento dos proponentes, o envelope da Proposta de Preços e o envelope de Habilitação deverão ser entregues até às 08h30min do dia 08 de dezembro de 2016, no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, e então será iniciada a Sessão Pública de Pregão.

1 – DO OBJETO

1.1 - Este procedimento tem como objeto: "Aquisição de IMPRESSORA PLOTTER para uso no Departamento de Engenharia do Município de Princesa/SC." conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 – A participação nesta licitação é exclusiva às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), legalmente autorizados a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que

atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e que apresentem a documentação solicitada no local, dia e horário informados no preâmbulo deste Edital.

2.1.1 – Consideram-se Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) aptos à participação neste certame aquelas que preencham os requisitos do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

2.2 - Não poderão participar deste processo os interessados que:

a) encontre-se em processo de falência, dissolução, fusão, cisão ou incorporação;

b) estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação;

c) estejam impedidos de contratar com o Município de Princesa/SC; d) tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com órgão público municipal, estadual e/ou federal.

e) não se enquadrem na condição de ME/EPP, nos termos do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

2.3. A participação em licitação expressamente reservada a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por licitante que não se enquadre na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, ficando o autor da conduta fraudulenta sujeito à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Princesa, sem prejuízo de multas previstas neste Edital e demais cominações legais (Acórdão TCU 298/2011).

3 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1 - Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos e providências ou impugnar este ato convocatório, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no local discriminado no item 18.11 deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.2 – Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4 – DO CREDENCIAMENTO

4.1 – Para o CREDENCIAMENTO, é indispensável a apresentação da seguinte documentação (entregue FORA DOS ENVELOPES):

4.1.1 – Documentos da empresa/proponente:

a) Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto, devidamente registrado e atualizado com todas as suas alterações e/ou consolidações; no caso de Sociedades por Ações, também deverá ser apresentado documento de eleição de seus administradores;

b) Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (modelo no Anexo VI deste Edital);

c) Certidão Simplificada da Junta Comercial ou Comprovante de Inscrição no Simples Nacional;

d) Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação (modelo constante no Anexo V deste Edital).

4.1.2 - Documentos do representante da empresa/proponente:

a) Cópia de documento oficial de identificação em que conste foto;

b.1) No caso de proprietário/administrador, deverá apresentar documento que comprove tal condição;

b.2) No caso de representante/procurador, deverá apresentar documento de Procuração ou Termo de Credenciamento (modelo no Anexo II deste Edital), com assinatura reconhecida em Cartório;

4.2 – Considerações sobre a documentação:

4.2.1 - Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante;

4.2.2 - Somente participará da fase de lances verbais e demais atos relativos à Sessão Pública o representante legal devidamente credenciado;

4.2.3 - Dentre os objetivos sociais da empresa deverá estar

contemplado, ainda que parcialmente, o objeto deste Edital;

4.2.4 – No caso de Sociedade Civil, deverá apresentar documento que comprove a Inscrição do Ato Constitutivo no órgão competente;

4.2.5 - A apresentação da Certidão/Comprovante (item 4.1.1.c') é condição indispensável para comprovar a condição de ME/EPP e para que estas possam usufruir dos benefícios da Lei 123/2006.

4.2.6 – A Certidão/Comprovante (item 4.1.1.c') não poderá ter data de emissão superior a 180 (cento e oitenta) dias;

5 – DOS ENVELOPES E SUA ENTREGA

5.1 – Os documentos referentes à PROPOSTA DE PREÇOS e à HABILITAÇÃO deverão ser entregues antes do início da Sessão Pública, observados data, horário e local descrito neste Edital.

5.2 – Os documentos deverão estar acondicionados em 2 (dois) envelopes distintos, lacrados, contendo no anverso de cada um deles os seguinte dizeres:

5.2.1) ENVELOPE nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

(ENDEREÇO COMPLETO)

PROCESSO LICITATÓRIO nº ____/____

PREGÃO PRESENCIAL nº ____/____

5.2.2) ENVELOPE nº 2 – HABILITAÇÃO

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

(ENDEREÇO COMPLETO)

PROCESSO LICITATÓRIO nº ____/____

PREGÃO PRESENCIAL nº ____/____

5.3 – Os documentos poderão ser apresentados em original ou cópia.

5.3.1 – No caso de cópia, deverá ser autenticada por Cartório competente ou por servidor público do Departamento de Compras, Licitações e Contratos do Município de Princesa/SC, ou por meio de publicação em órgão de imprensa oficial.

5.3.2 - Visando à racionalização dos trabalhos, é conveniente que a autenticação de documentos pelos servidores do Departamento de Compras seja solicitada com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do início da Sessão Pública.

5.3.3 – Não serão aceitos documentos apresentados em desacordo com a legislação ou determinações deste Edital; admitir-se-ão fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

5.3.4 – Nenhum dos documentos, ainda que apresentado em original será devolvido ao proponente, salvo no caso de documentos de habilitação não utilizados nos autos do processo licitatório.

5.3.5 – Os Servidores lotados no Departamento de Compras, Licitações e Contratos não realizarão a prévia conferência de documentos de possíveis licitantes; também não assumirão qualquer responsabilidade em razão de falta ou entrega incorreta de documentos de possíveis licitantes.

5.3.6 – Toda e qualquer consequência advinda de fato envolvendo quaisquer documentos exigidos no Edital, até o momento da entrega ao Pregoeiro, é de única e inteira responsabilidade do licitante.

6 – DA PROPOSTA

6.1 – No Envelope nº 1 – PROPOSTA, deverá estar acondicionado:

a) o "Formulário Padronizado de Proposta" (vide Observação abaixo) contendo a proposta de preços, emitida em uma via impressa, datada e assinada, contendo as seguintes informações:

- Razão Social, endereço e CNPJ do proponente;

- Descrição detalhada do objeto a ser fornecido (de acordo com as especificações constantes neste Edital);

- Marca;

- Valor unitário do item/lote;

- Valor total do item/lote; e

- Total geral, em moeda corrente nacional, em algarismos (duas casas decimais após a vírgula) e, preferencialmente, também por extenso;

- Prazo de validade da proposta (mínimo de 60 dias contados da entrega do envelope)

Observações:

I - O "Formulário Padronizado de Proposta" será disponibilizado na página eletrônica do Município de Princesa/SC (www.princesa.sc.gov.br), link "licitações", em duas versões:

a) "Versão PDF": formulário a ser impresso, que permite preenchimento dos dados do proponente e de itens do processo, como valor unitário, marca, valor total etc.

b) "Versão Betha Auto-Cotação": formulário digital, em versão compatível com o sistema "Betha Auto-Cotação", para cotação eletrônica. Poderá ser utilizado para elaborar as propostas, cujas informações deverão, então, ser salvas em mídia de armazenamento (CD, pen drive etc) e entregues juntamente com a versão impressa, ambas alocadas no envelope lacrado "Envelope nº 1 – PROPOSTA". A utilização desta versão proporcionará maior agilidade no processamento do certame;

II - Nos preços apresentados pela licitante deverão estar inclusas todas as despesas inerentes à entrega do objeto/execução do serviço;

III – Propostas de preços superiores ao máximo delimitado pelo Município serão causa de desclassificação automática da proposta do licitante relativamente àquele item/lote;

IV - Propostas contendo pequenas falhas ou defeitos poderão ser sanadas por decisão do Pregoeiro, salvo se comprometerem a legalidade do certame.

V – A versão impressa da "Proposta de Preços" é indispensável, e sua ausência acarretará ao proponente a imediata exclusão do certame.

VI – A versão digitalizada da "Proposta de Preços" é de apresentação facultativa, pois visa apenas dar maior agilidade ao processamento do certame.

7 – DA HABILITAÇÃO

Para a habilitação exigir-se-á dos interessados documentação relativa a:

7.1 - Para TODOS os proponentes:

7.1.1 – Regularidade Fiscal:

a) Certidão Negativa Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

c) Certidão Negativa de Débitos Municipais (da sede da proponente);

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

e) Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço);

f) Prova de inscrição no CNPJ.

7.1.2 – Qualificação Econômico-financeira

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial;

7.1.3 – Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF/88

a) Declaração de que não possui, em seu quadro de funcionários, menores de 18 anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso, ou menores de 16 anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (modelo no Anexo IV deste Edital);

8 – DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

8.1- No dia 08 de dezembro de 2016, às 08h30min, no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, conforme já designado neste Edital, na presença dos representantes das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro receberá dos representantes credenciados, em envelopes distintos, devidamente lacrados, as propostas de preços e a documentação exigida para habilitação das licitantes, registrando em ata a presença dos participantes.

8.2 - Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

8.3 - Serão abertos inicialmente os envelopes contendo as Propostas

de Preços, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.

8.4 - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

9 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA HABILITAÇÃO

9.1 - O Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preços para o fornecimento do objeto da licitação e os respectivos valores ofertados.

9.2 - Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.

9.3 - Serão desclassificadas as propostas que estiverem em desacordo com o artigo 4º da Lei 10.520/2002:

"Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

VIII - no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor."

9.3.1 - Caso não haja, no mínimo, 3 (três) propostas de índices nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará e proclamará as melhores propostas subsequentes, até que haja no máximo 3 (três) licitantes classificadas, quaisquer que sejam os preços ofertados, conforme disposto no inciso IX do artigo 4º da Lei 10.520/02.

9.4 - Às licitantes classificadas conforme estabelecido no subitem 9.3 será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

9.5 - O Pregoeiro convidará todas as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço, em ordem decrescente de índice.

9.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando feita a convocação pelo Pregoeiro, implicará na impossibilidade da licitante futuramente efetuar novos lances, excetuando o disposto no item 9.12.

9.7 - Caso não mais se realize lance verbal, será encerrado a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

9.8 - O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentados pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.9 - Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

9.9.1 - Caso a licitante apresente documentação de habilitação incompleta ou incorreta, será declarada inabilitada.

9.9.2 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.9.3 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (Lei 123/2006, art. 43, § 1º).

9.10 - Constatado o atendimento pleno às exigências do Edital, será declarada a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado pelo Pregoeiro o objeto da presente licitação.

9.11 - Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a

respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

9.12 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtido preço melhor, nas situações previstas nos subitens 9.8 e 9.11.

9.13 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes presentes.

10 - DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

10.1 - Realizar a entrega dos materiais/execução dos serviços nas condições, preços e prazos constantes deste Edital;

10.2 - Entregar os materiais/executar os serviços de forma IMEDIATA e em total conformidade com a solicitação da Secretaria ou Setor Requisitante no tocante a forma, local, prazo e outras particularidades.

10.2.1 - O objeto deverá ser entregue no Município de Princesa, em local específico indicado pela Secretaria/Setor Requisitante.

10.3 - Cumprir as exigências descritas nas requisições que deram origem a este processo licitatório ou que constarem no contrato ou outro instrumento que o substitua.

10.4 - Entregar os materiais/executar os serviços de modo a atender as necessidades e peculiaridades apontadas no Edital.

10.5 - Assumir total responsabilidade sobre custos de transporte ou deslocamento dos objetos vinculados aos itens licitados, bem como em relação a toda e qualquer ação, sua ou de terceiro, necessária à execução de todas as cláusulas, direitos e obrigações constantes neste Edital, em seu contrato (caso emitido), ou qualquer outro documento vinculado ao objeto deste instrumento.

10.6 - Assumir total responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos que, por ação ou omissão, cause ao objeto desta licitação, ao Município ou a terceiro.

10.7 - Arcar com todos os custos necessários à perfeita e acabada entrega do material/execução do serviço.

10.7.1 - Dentre os custos compreendidos no item 10.7 estão (rol meramente exemplificativo, não exaustivo):

- transporte e traslado, caso necessário, de bens/materiais/objetos necessários à execução do objeto deste edital;

- transporte e traslado de peças e equipamentos;

- deslocamento e diárias de profissionais;

- contratação de equipamentos ou profissionais;

10.8 - Entregar todos os itens devidamente MONTADOS, INSTALADOS, CONFIGURADOS, em PLENO FUNCIONAMENTO e ADEQUADOS à realização das atividades descritas pelo Setor Requisitante.

10.9 - Prestar garantia de, no mínimo, 12 meses sobre qualquer vício, defeito ou inconsistência detectada.

11 - DO PAGAMENTO

11.1 - O pagamento à empresa será efetuado por intermédio de crédito em conta bancária, efetuado proporcionalmente ou conforme o recebimento dos materiais/execução dos serviços, até o 10º dia do mês subsequente à entrega dos produtos/execução do serviço.

11.1.1 - O pagamento fica condicionado ao atestado de recebimento emitido pela Secretaria ou Setor Requisitante a que estiver vinculado o objeto deste Edital;

11.1.2 - O pagamento fica condicionado à apresentação, por parte do fornecedor, da nota fiscal referente aos serviços prestados.

11.2 - Nenhum pagamento será efetuado a empresas enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

12 - DA FISCALIZAÇÃO

12.1 - A entrega dos produtos pela empresa vencedora será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pela servidora pública Ruti Freese - Arquiteta e Urbanista.

12.1.1 - O Município, desde que o faça expressamente, poderá

designar outro representante para acompanhar a entrega dos produtos.

12.2 - Caso haja elaboração de contrato vinculado a este edital, nele constará expressamente o nome do representante do município que atuará como Fiscal do Contrato.

12.3- A empresa vencedora deverá entregar os produtos em locais estabelecidos pelos secretários supracitados.

13 - DO PRAZO, REGIME E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

13.1 - A entrega dos produtos/execução dos serviços ocorrerá de forma imediata contados do recebimento da Autorização de Fornecimento e/ou outro documento que a substitua, de acordo com o estabelecido neste Edital, sem qualquer ônus adicional ao Município.

13.2 - O vencedor do certame ficará responsável pela entrega dos materiais/execução dos serviços conforme as condições e a necessidade da Secretaria responsável pela solicitação.

13.3 - O vencedor do certame é responsável por manter contato com o(a) servidor(a) mencionado no item 12.1 e/ou o responsável pelo setor requisitante para confirmar data, local, prazo e forma de entrega dos produtos/execução dos serviços.

14 - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DE QUANTIDADE

14.1 - No interesse da Administração, o objeto deste ato convocatório poderá ser suprimido ou aumentado até o limite de 25% do valor inicial do objeto, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93.

15 - DA HOMOLOGAÇÃO E ENTREGA DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO

15.1 - Após a homologação da licitação, ao licitante vencedor será entregue a Autorização de Fornecimento e/ou a Nota de Empenho; 15.1.1 - A entrega dos documentos supra citados poderá ocorrer pessoalmente, via correios, via endereço eletrônico (e-mail) ou outro meio válido.

15.2 - Até a entrega da AF/Nota de Empenho, a proposta do licitante vencedor poderá ser desclassificada se a Administração tiver conhecimento de fato desabonador da sua habilitação, conhecido após o julgamento.

15.3 - Ocorrendo a desclassificação da proposta do licitante vencedor por fatores referidos no subitem anterior, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, observando a ordem final de classificação das propostas.

16 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

16.1 - Para custeio das despesas originadas por esta licitação, serão utilizados recursos próprios, provenientes das seguintes secretarias: Secretaria Municipal de Infraestrutura de Obras, do Urbanismo e dos Transportes, oriundos do orçamento Municipal do exercício financeiro de 2016.

17 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 - Para custear as despesas oriundas da presente licitação, serão usadas as seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: 5- Município de Princesa

Órgão: 07 - Secretaria de Infraestrutura, Obras, Urbanismo e Transportes

Unidade: 01 - Departamento de Infraestrutura, Obras e Urbanismo
Projeto/Atividade: 2043 - Manutenção do Departamento de Infraestrutura, Obras e Urb.

Elemento Despesa: 138 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.00000
0 - Aplicações Diretas

18 - DAS PENALIDADES

18.1 - No caso da licitante vencedora recusar-se, injustificadamente, a cumprir o objeto do Edital, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem

prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

18.2 - A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do compromisso, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com esta Administração e, se for o caso, será descredenciado no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;

18.3. - As penalidades de que tratam o subitem anterior, serão aplicadas na forma abaixo:

18.3.1 Deixar de entregar documentação exigida para o certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta: impedimento de licitar com esta Administração por até 90 (noventa) dias;

18.3.2 Fraudar ou falhar na prestação de serviço/entrega de produto: impedimento de licitar com esta Administração pelo período de 90 (noventa) dias até 02 (dois) anos;

18.3.3 Apresentar documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo: descredenciamento junto ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos pelo período de 02 (dois) a 05 (cinco) anos;

18.4 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Departamento de Compras, Licitações e Contratos e, no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

18.5 - A licitante ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

18.5.1 - advertência;

18.5.2- multa(s):

18.5.2.1- de 0,1% (um décimo por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso, por descumprimento dos prazos de entrega dos produtos/materiais previstos neste Edital;

18.5.2.2- de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, aplicada em dobro na reincidência.

18.6 - As multas aplicadas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente.

18.7 - Além das multas estabelecidas, a Administração poderá recusar a prestação de serviço/entrega dos produtos, se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a critério da mesma, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital.

18.8 - Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e a critério da Administração, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal.

18.9 - As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da Administração.

18.10 - Da aplicação das penalidades previstas neste Edital, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data da intimação.

19 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

19.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

19.2 - Os recursos serão recebidos pelo Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar ou não sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis,

e encaminhá-los devidamente informados à autoridade competente, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

19.3 – O acolhimento dos recursos importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital, cujo desconhecimento não poderão alegar.

20.2 - A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

20.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Princesa/SC.

20.4 – Esta licitação poderá ser revogada em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo ser anulada por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

20.5 - É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, bem como interromper as etapas de lances ou de análise e verificação da habilitação quando ultrapassado o horário de expediente da Prefeitura Municipal, tendo os trabalhos continuados no próximo turno em que houver expediente, em horário previamente marcado pelo Pregoeiro.

20.6 - As normas que disciplinam este Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

20.7 - A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

20.8 - No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

20.9 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Fórum da Comarca de São José do Cedro.

20.10 - Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.

20.11 - Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto neste Edital deverão ser objeto de consulta ao Pregoeiro:

a) No Departamento de Compras, Licitações e Contratos do Município de Princesa, situado na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro - Princesa/SC

b) Via endereço eletrônico: compras@princesa.sc.gov.br

c) Via contato telefônico: (49) 3641.0059.

20.12 - Cópias do Edital e seus anexos poderão ser obtidas, em horário de expediente, junto ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos, ou por intermédio do endereço eletrônico do Município: www.princesa.sc.gov.br – link “licitações”.

Princesa/SC, 28 de novembro de 2016.

Oli do Nascimento Prefeito Municipal	Andrey Luiz Geller OAB/SC – 16.670 Assessor Jurídico
---	--

ANEXO I

Pregão nº ____/____

RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO

ANEXO II

Processo Licitatório nº ____/____

CREDENCIAMENTO (modelo)

Por este instrumento solicitamos o credenciamento da empresa (razão social) _____, para participar da licitação acima referenciada, neste evento representada por (nome/RG/CPF) _____

_____, na qualidade de Representante Legal, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da outorgante, visando formular propostas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interposição de recurso, renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

(Local/Data)

(Carimbo e Assinatura)

OBS.: Documentos a serem apresentados:

(1) em caso de firma individual, o registro comercial;

(2) nos demais casos, o ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor);

(3) em se tratando de pessoa física, a apresentação da cédula de identidade.

ANEXO III

(Modelo a ser preenchido pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte)

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(fora dos envelopes)

(Nome da empresa) _____, (qualificação) _____, (endereço) _____, inscrita no CNPJ _____, neste ato representada por (nome do representante) _____, portador de Cédula de Identidade _____, inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006, estando apta a usufruir dos benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.

(Local/Data)

(Nome e assinatura do Representante Legal)

ANEXO IV

Processo Licitatório nº ____/____

DECLARAÇÃO (atende o Inc. V do art. 27 da Lei 8.666/93)

(razão social) _____, com sede na (endereço da empresa) _____, CNPJ _____, por seu representante legal infra assinado, em atenção ao inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, declara, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição

da República, ou seja, que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho (exceto aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

(Local/Data)

(nome e assinatura do representante legal)
(carimbo da empresa)

ANEXO V

Processo Licitatório nº ____/ ____

DECLARAÇÃO

(razão social) _____
, CNPJ _____, com sede na
(endereço da empresa) _____

_____, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

Declara, também, que está obrigada sob as penas da lei, a declarar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

(Local/Data)

(nome e assinatura do representante legal)

ANEXO VI

Processo Licitatório nº ____/ ____

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(fora dos envelopes)

(razão social) _____, CNPJ _____
, com sede na (endereço da empresa) _____

_____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto no inciso VII do artigo 4º da Lei nº 10.520/2002 e para os fins do Pregão nº ____/ ____ , declara expressamente que cumpre plenamente os requisitos da habilitação exigidos no Edital.

(Local/Data)

(nome e assinatura do representante legal)

ANEXO VII

Minuta do Contrato

Contrato nº ____/2016-PM, de ____ de ____ de ____ .
Aquisição de IMPRESSORA PLOTTER para uso no Departamento de Engenharia do Município de Princesa/SC.

Contratante: O MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.612.836/0001-00, com sede à Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro - Princesa/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Oli do Nascimento, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Sagrada Família, Zona Rural, Princesa/SC, de ora em diante denominado de CONTRATANTE

Contratada: (razão social), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº (número), com sede na (endereço), neste

ato representado pelo Sr. (nome), brasileiro, inscrito no CPF sob o nº (número) residente na (endereço), de ora em diante denominada de CONTRATADA.

Fundamento Legal: Este Contrato tem seu fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, bem como nas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 102/2016-PM, na modalidade de Pregão Presencial nº 73/2016-PM, homologado e adjudicado em ____ de ____ de ____ , onde os mencionados acima resolvem contratar o objeto do presente, pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do objeto do contrato e do preço

1.1 - Este contrato tem como objeto a "Aquisição de IMPRESSORA PLOTTER para uso no Departamento de Engenharia do Município de Princesa/SC.",

1.2 - O Objeto deste contrato possui as especificações constantes no Edital do Processo Licitatório e na(s) Autorização(ões) de Fornecimento nº ____.

1.3 - O valor total do objeto deste contrato é de R\$ ____.

Cláusula Segunda – Da forma, do prazo e da execução do objeto

2.1 - A empresa contratada deverá entregar os produtos/materiais ou executar os serviços no Município de Princesa/SC, nos locais indicados pelo Departamento de Engenharia, de forma imediata, conforme solicitação do Setor Requisitante observados: data, horário, equipamentos, pessoal e demais especificações contidas no Edital de licitação e na descrição inserida neste instrumento.

2.1.1 - A entrega dos produtos/materiais ou a prestação dos serviços ocorrerá em conformidade com as solicitações da(s) Secretaria(s) competente.

2.2 - O equipamento deverá ser entregue devidamente MONTADO, INSTALADO, CONFIGURADO, em PLENO FUNCIONAMENTO e ADEQUADO à realização das atividades descritas pelo Departamento de Engenharia.

Cláusula Terceira – Das condições de pagamento

3.1 - O pagamento à empresa contratada será efetuado por intermédio de crédito em conta bancária, efetuado proporcionalmente às entregas realizadas ou aos serviços prestados, conforme previsão contratual, até o 10º dia do mês subsequente à prestação dos serviços/entrega dos materiais.

3.1.1 - O pagamento fica condicionado ao atestado de recebimento emitido pela Secretaria ou Setor Requisitante a que estiver vinculado o objeto deste Edital;

3.1.2 - O pagamento fica condicionado à apresentação, por parte do fornecedor, da nota fiscal referente aos serviços prestados.

3.2 - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

Cláusula Quarta – Do reajuste dos preços

4.1 - O preço dos serviços constantes neste contrato será fixo.

4.1.1 - Não haverá reajuste dos preços, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666/93, devidamente comprovado pela parte que o alegar.

4.2 - Caso a Contratada detecte a necessidade de readequação de valores, deverá encaminhar solicitação expressa ao Contratante, descrevendo pormenorizadamente os motivos do pedido, justificar a solicitação e demonstrar documentalmente as razões do requerimento de readequação de valores.

Cláusula Quinta – Da vigência e da prorrogação do contrato

5.1 - A vigência deste instrumento é de até 60 dias, tendo como termo inicial o dia ____ de ____ de 2016 e como termo final o dia ____ de ____ de ____.

5.2 - Este contrato poderá ter seu prazo de vigência prorrogado

pelos prazos previstos na legislação que o rege, desde que detectadas necessidade, oportunidade e conveniência do Contratante.

5.3 – O período de vigência deste contrato não altera nem interfere no prazo de garantia do produto.

Cláusula Sexta – Das dotações orçamentárias

6.1 - Para custear as despesas oriundas da presente licitação, serão usadas as seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: 5– Município de Princesa

Órgão: 07 – Secretaria de Infraestrutura, Obras, Urbanismo e Transportes

Unidade: 01 – Departamento de Infraestrutura, Obras e Urbanismo
Projeto/Atividade: 2043 – Manutenção do Departamento de Infraestrutura, Obras e Urb.

Elemento Despesa: 138 – 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.00000
0 – Aplicações Diretas

Cláusula Sétima – Dos recursos financeiros

7.1 - Para custeio das despesas originadas por este contrato, serão usados recursos próprios, provenientes da Secretaria de Infraestrutura de Obras, do Urbanismo e dos Transportes, decorrentes do orçamento Municipal do exercício financeiro de 2016.

Cláusula Oitava – Da possibilidade de rescisão do contrato

8.1 - A rescisão contratual poderá ocorrer por inadimplemento, por iniciativa da parte que se sentir prejudicada.

8.2 - No caso de rescisão contratual, devidamente justificada e em conformidade com as hipóteses legais, não será devido à Contratada nenhum outro valor senão aquele efetivamente gasto com a prestação dos serviços.

Cláusula Nona – Das obrigações do Município

9.1 - O Município, por intermédio de seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias à perfeita entrega dos produtos/serviços ou prestação dos serviços, bem como efetuará o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

9.2 – Comunicar imediatamente à Contratada qualquer defeito ou deficiência que constate nos serviços/materiais contratados.

Cláusula Décima – Das obrigações da contratada

10.1 – Realizar a entrega dos materiais/execução dos serviços nas condições, preços e prazos constantes deste Edital;

10.2 – Entregar os materiais/executar os serviços de forma IMEDIATA e em total conformidade com a solicitação da Secretaria ou Setor Requisitante no tocante a forma, local, prazo e outras particularidades.

10.2.1 – O objeto deverá ser entregue/executado no Município de Princesa, em local específico indicado pela Secretaria/Setor Requisitante.

10.3 - Cumprir as exigências descritas nas requisições que deram origem a este processo licitatório ou que constarem no contrato ou outro instrumento que o substitua.

10.4 – Entregar os materiais/executar os serviços de modo a atender as necessidades e peculiaridades apontadas no Edital.

10.5 – Assumir total responsabilidade sobre custos de transporte ou deslocamento de objetos vinculados aos itens licitados, bem como em relação a toda e qualquer ação, sua ou de terceiro, necessária à execução de todas as cláusulas, direitos e obrigações constantes neste Edital, em seu contrato (caso emitido), ou qualquer outro documento vinculado ao objeto deste instrumento.

10.6 – Assumir total responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos que, por ação ou omissão, cause ao objeto desta licitação, ao Município ou a terceiro durante o período em que o bem estiver sob sua guarda e/ou responsabilidade ou durante o período em que estiver executando o serviço.

10.7 – Arcar com todos os custos necessários à perfeita e acabada entrega do material/execução do serviço.

10.7.1 – Dentre os custos compreendidos no item 10.7 estão (rol meramente exemplificativo, não exaustivo):

- transporte e traslado, caso necessário, de bens/materiais/objetos necessários à execução do objeto deste edital;

- transporte e traslado de peças e equipamentos;

- deslocamento e diárias de profissionais;

- contratação de equipamentos ou profissionais;

- entre outros.

10.8 – Entregar todos os itens devidamente MONTADOS, INSTALADOS, CONFIGURADOS, em PLENO FUNCIONAMENTO e ADEQUADOS à realização das atividades descritas pelo Setor Requisitante.

10.9 – Prestar garantia de, no mínimo, 12 meses sobre qualquer vício, defeito ou inconsistência detectada.

Cláusula Décima Primeira – Dos direitos do Município

11.1 - O Município tem o direito de exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte, a si próprio ou a quem determinar, caso a execução não seja comprovadamente aquela estabelecida no edital de Pregão Presencial nº 73/2016-PM.

Cláusula Décima Segunda – Da vinculação à licitação

12.1 - Este contrato vincula-se ao Edital de Processo Licitatório 102/2015-PM, modalidade Pregão Presencial 73/2015-PM, para todos os efeitos legais e jurídicos, e às determinações contidas na Lei Federal nº 8.666/93, especialmente no tocante às dúvidas, contradições e omissões.

Cláusula Décima Terceira – Das penalidades por descumprimento

13.1 - São ações passíveis de aplicação de punição à Contratada:

- Deixar de entregar documentação exigida para o certame;

- Apresentar documentação falsa;

- Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

- Não manter a proposta;

- Fraudar ou falhar na execução do compromisso;

- Comportar-se de modo inidôneo; ou

- Cometer fraude fiscal.

13.1.1 - Caso cometa alguma destas ações, a Contratada ficará impedida de licitar e contratar com o Contratante e, se for o caso, será descredenciada no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;

13.2 - As penalidades de que tratam o subitem anterior, serão aplicadas na forma abaixo:

I) Deixar de entregar documentação exigida para o certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta: impedimento de licitar com esta Administração por até 90 (noventa) dias;

II) Fraudar ou falhar na prestação de serviço/entrega de produto: impedimento de licitar com esta Administração pelo período de 90 (noventa) dias até 02 (dois) anos;

III) Apresentar documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo: descredenciamento junto ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos pelo período de 02 (dois) a 05 (cinco) anos;

13.3 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Departamento de Compras, Licitações e Contratos e, no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.4 – A licitante ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Contrato:

I) - advertência;

II) multa(s):

a) de 0,1% (um décimo por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso, por descumprimento dos prazos de entrega dos produtos/materiais previstos neste Edital;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, aplicada em dobro na reincidência.

13.5 - As multas aplicadas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a

Administração cobrá-las judicialmente.

13.6 - Além das multas estabelecidas, a Administração poderá recusar a prestação de serviço/entrega dos produtos, se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a critério da mesma, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital.

13.7 - Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e a critério da Administração, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal.

13.8 - As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da Administração.

13.9 - Da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data da intimação.

Cláusula Décima Quarta – Eventual atraso do Município

14.1 - Na eventualidade do município não cumprir os pagamentos conforme pactuado, remunerará os atrasos a título de encargos de mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do Município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

Cláusula Décima Quinta – Das condições de habilitação

15.1 - A Contratada se obriga a manter, durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão contratual e aplicação de penalidades.

Cláusula Décima Sexta – Dos recursos administrativos

16.1 - Da penalidade porventura aplicada caberá recurso à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando esta sobrestada até o julgamento do pleito.

Cláusula Décima Sétima – Do acompanhamento e fiscalização

17.1 – A entrega dos produtos/execução dos serviços pelo licitante vencedor será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pela servidora pública Ruti Freese – Arquiteta e Urbanista.

17.1.1 – O Município, desde que o faça expressamente, poderá designar outro representante para acompanhar a entrega dos produtos/execução dos serviços.

Cláusula Décima Oitava – Das disposições Finais

18.1 - Este contrato é intransferível, não podendo a Contratada, de forma alguma, sem anuência do Contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

18.2 - Os casos omissos serão regidos pelos preceitos de direito público, teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

Cláusula Décima Nona – Do Foro para resolução de controvérsias

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de São José do Cedro/SC, para dirimir questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do Art. nº 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E, para que este contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em duas vias de igual teor e forma.

Princesa/SC, ____ de _____ de 2016.

Oli do Nascimento Prefeito Municipal Contratante	(nome) Representante Legal (Razão Social) Contratada
--	---

Andrey Luiz Geller
Assessor Jurídico
OAB/SC – 16.670

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 5659, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5659, de 25 de novembro de 2016.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/2015
DECRETA

Art. 1º – Ficam suplementadas até o limite de R\$ 352.303,57 (trezentos e cinquenta e dois mil, trezentos e três reais e cinquenta e sete centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.029	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	169.884,24
2.066	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	182.419,33
	TOTAL	R\$	352.303,57

Art. 2º - Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 352.303,57 (trezentos e cinquenta e dois mil, trezentos e três reais e cinquenta e sete centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.029	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01010000	Recursos Educação	R\$	169.884,24
2.066	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01010000	Recursos Educação	R\$	182419,33
	TOTAL	R\$	352.303,57

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

25 de novembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

PREGÃO PRESENCIAL 088/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL 088/2016

OBJETO: Aquisição de aparelhos de ar condicionado novos para o prédio do Corpo de Bombeiros de Rio do Sul.
REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.
ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 14/12/2016, às 09:00h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:30h do dia 14/12/2016, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.
INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, ou no site www.riodosul.sc.gov.br, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 25 de novembro de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

PREGÃO PRESENCIAL 089/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL 089/2016

OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo novo, zero km. utilitário tipo pick up. Para o Corpo de Bombeiros de Rio do Sul.
REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.
ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 13/12/2016, às 10:30h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:00h do dia 13/12/2016, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.
INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, ou no site www.riodosul.sc.gov.br, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 25 de novembro de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO ADITIVO 121/2016

2º TERMO ADITIVO Nº 121/2016 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 011/2015, REFERENTE EXECUÇÃO DAS CALÇADAS E CANTEIROS DA RUA RUY BARBOSA, BAIRRO SUMARÉ, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA ANDREIA NIGRO - ME.

Aos quatro (04) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa ANDREIA NIGRO - ME, estabelecida na Av. Governador Jorge Lacerda, 455, Bairro Budag, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.165-457 inscrita no CNPJ sob o nº 11.290.782/0001-67, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Gerente, Sr. Inácio Nigro, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Convite nº 003/2016, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 011, datado de 25 de fevereiro de 2016, de acordo com parecer nº 003/2016, exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 120 (cento e vinte) dias, com o seu término em 05 de março de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

ANDREIA NIGRO - ME
. Sr. Inácio Nigro
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 36/2016 FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 36/2016 FMS

OBJETO: Registro de preços para contratação de exames especializados para atender necessidade dos pacientes do SUS atendidos através desta secretaria.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: até o dia 13/12/2016, às 08:30 horas.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:30 horas do dia 13/12/2016.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

CONTATO: Luis Henrique
E-mail: luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br

O edital completo pode ser obtido no site www.riodosul.sc.gov.br no link Portal do Cidadão Serviços Municipais em seguida Consultas de Licitações. As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Departamento de Compras e Licitações através do endereço Rua Tuiuti, 154, Centro, Rio do Sul – SC, ou e – mail, encaminhando preenchido o anexo 06, Declaração de Retirada de Edital. O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul não aceitará em hipóteses algumas reclamações posteriores de não envio de alterações por parte de empresas que não tenham se identificado como interessadas em participar da licitação. Ainda, nenhuma responsabilidade caberá ao Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul pelo não recebimento dessas alterações devido a endereço eletrônico e número de fax incorreto ou defeitos em qualquer desses equipamentos.

Rio do Sul, 30 de novembro de 2016
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito Municipal

RODRIGO DUARTE
Secretário Municipal de Saúde

Rio dos Cedros

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.788, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016. ALTERA JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDORES QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 2.788, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016.

ALTERA JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDORES QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 70, inciso I, letra "n", da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art.1º. A jornada de Trabalho dos Servidores Municipais lotados na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, que conduzam os veículos de irrigação de Estradas e Ruas (caminhões pipa) será cumprida nos seguintes horários:

Equipe 1 1ª Semana

Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado	Domingo
07:00 às 19:00		07:00 às 19:00		07:00 às 19:00		07:00 às 19:00

2ª Semana

Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado	Domingo
	07:00 às 19:00		07:00 às 19:00		07:00 às 19:00	

Equipe 2

1ª Semana

Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado	Domingo
	07:00 às 19:00		07:00 às 19:00		07:00 às 19:00	

2ª Semana

Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado	Domingo
07:00 às 19:00		07:00 às 19:00		07:00 às 19:00		07:00 às 19:00

§1º- Poderá, a critério e segundo ordem do Secretário de Obras e Serviços Urbanos, ser realizada escalas de trabalho, ficando a cargo deste a respectiva designação de servidores.

§2º- Anexo ao presente Decreto seguirá lista firmada pelos servidores acima identificados, estabelecida como acordo individual do trabalho para os fins do presente ato, implicando em anuência e concordância com os termos do mesmo, sem implicar, contudo, direito adquirido, podendo ser revista a jornada, dado seu caráter precário, a qualquer tempo pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Secretário de Obras.

§3º - Por tratar-se de serviço de utilidade pública, havendo necessidade ininterrupta da prestação de serviço à população, os servidores sujeitos ao regime implantado pelo presente Decreto, todos com carga horária semanal prevista na Lei Complementar Municipal nº 01/91 e seus anexos, de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exercerão as atribuições decorrentes das funções de seus cargos observando-se o regime de plantão acima, adotando-se, para tanto, a escala de serviço de 12(doze) horas trabalhadas por 36 (trinta e seis) horas de descanso.

§4º - Acordam os signatários da lista anexa ao presente Decreto que, com a adoção do presente regime de escala de trabalho, o descanso semanal remunerado, previsto no artigo 7º, XV, da Constituição da república, estará compensado nas 36 (trinta e seis) horas de descanso, intercaladas às 12(doze) horas laboradas.

§5º - Poderão, também, aderir aos termos deste Decreto, mediante anuência conjunta do responsável pelo Departamento/Setor onde estejam lotados os servidores albergados pelo presente acordo, os que porventura ingressarem nos quadros após a publicação do presente Decreto, mediante subscrição de aditivo a lista objeto do Anexo I.

§6º - A título de compensação pelos feriados nacionais e/ou municipais que porventura incidirem na escala de serviço ora implantada, o Município abonará as horas laboradas nestas datas, através do adimplemento das horas não laboradas nas semanas em que o servidor trabalhar em número de horas inferior as 44 (quarenta e quatro) horas semanais, não sendo necessário, destarte, ao servidor, complementar a carga horária legal, nem ao Município pagar horas extras nos dias de feriados ou ponto facultativo que coincidirem com o dia de trabalho na escala de serviço.

§7º - As horas extras laboradas nas semanas em que o cumprimento exceder às 44 (quarenta e quatro) horas semanais, serão compensadas pelo Município e Rio dos cedros, através do pagamento de adicional de 50%(cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal,

nos moldes do que disciplinam os artigos 7º, inciso XVI, da Constituição e artigo 96 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 01/91.

§8º - As horas laboradas no período noturno, ou seja, das 22 (vinte e duas) horas de um dia às 05(cinco) horas do dia seguinte, serão compensadas através do pagamento de adicional de 20%(vinte por cento) sobre o valor da hora, considerando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

§9º – As escalas de serviço serão elaboradas pela Administração pública, na pessoa do responsável pelo Departamento/Setor onde estejam lotados os servidores albergados pelo presente acordo, adotando-se o regime alternado, de local e horário, conforme necessidade, comprometendo-se os servidores a acatá-las.

§10 - A escala de trabalho estabelecida por este Decreto passará a funcionar a partir de 14/11/2016, observadas as disposições acima.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor a partir de 08 de Novembro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Art.3º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 08 de Novembro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito de Rio dos Cedros

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar, 08 de Novembro de 2016.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

ANEXO I

LISTA DE ANUÊNCIA DOS SERVIDORES

NOME	CPF	DATA	ASSINATURA
Alinor Da Silva			
Fabio Jose Stolfi			
Valdir Bonete Cabral			
Johnny Fernando Libardo			
Ivonei Nildo Felippi			
Valmor Sandri			

DECRETO Nº 2.789, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016. INSTITUI FAIXA SANITÁRIA NO IMÓVEL OBJETO DA MATRÍCULA Nº 10.719, DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMOVEIS DA COMARCA DE TIMBÓ, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADO NO LADO PAR DA RUA 1º DE MAIO, DE PROPRIEDADE DE PURIN PARTICIPAÇÕES LTDA, NA FORMA QU

DECRETO Nº 2.789, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016.

INSTITUI FAIXA SANITÁRIA NO IMÓVEL OBJETO DA MATRÍCULA Nº 10.719, DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMOVEIS DA COMARCA DE TIMBÓ, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADO NO LADO PAR DA RUA 1º DE MAIO, DE PROPRIEDADE DE PURIN PARTICIPAÇÕES LTDA, NA FORMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em conformidade com o que disciplina a Lei nº 6.766, de 19 de setembro de 1979 (art.7º, IV), Lei Complementar Municipal nº 269, de 26 de agosto de 2015 (art. 17, IX, alínea "e") e Lei Complementar Municipal nº 271, de 27 de outubro de 2015 (art.32);

DECRETA:

Art.1º - Fica instituída, em conformidade com o que disciplina a Lei nº 6.766, de 19 de setembro de 1979 (art.7º, IV), Lei Complementar Municipal nº 269, de 26 de agosto de 2015 (art. 17, IX, alínea "e") e Lei Complementar Municipal nº 271, de 27 de outubro de 2015 (art.32), uma faixa sanitária no imóvel objeto da matrícula nº 10.719, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, Estado de Santa Catarina, situado no lado par da Rua 1º de Maio, de propriedade de PURIN PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 07.732.108/0001-18, a qual tem as seguintes descrições:

Faixa Sanitária (FS)

Com área de 238,41 m² (duzentos e trinta e oito metros quadrados e quarenta e um decímetros quadrados), compreendida numa faixa de terras com 6,00 metros de largura, faz frente em linha reta confrontando com o lado par da Rua 1º de Maio em 6,06 metros; fundos em linha reta confrontando com a Área de Preservação Permanente (APP) supracitada em 7,52 metros; pelo lado esquerdo em linha sinuosa confrontando com a área deste imóvel em 42,52 metros; pelo lado direito em linha sinuosa confrontando com a área deste imóvel em 36,95 metros.

Todas as medidas e deflexões de quem olha de dentro para fora do terreno.

Art.2º - Deverá a Secretaria de Planejamento e Infraestrutura adotar as medidas necessárias à execução desta instituição, averbação da faixa sanitária junto à matrícula do bem assim como as necessárias à observância das limitações administrativas oriundas do gravame.

Art.3º - As despesas oriundas do presente Decreto correrão por conta das dotações consignadas no orçamento em vigor.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Rio dos Cedros, 10 de outubro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar,
aos 10 de Novembro de 2016.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 2.790, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016. INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA OS FINS DE APURAR, COM AUTONOMIA E IMPARCIALIDADE, EVENTUAL PERCENTUAL DE REAJUSTAMENTO TARIFÁRIO EM CONFORMIDADE COM O CONTIDO NO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 008/2006 (EM ESPECIAL O ITEM 7.2.1) E NO CONTRATO ADMINISTRATIVO

DECRETO Nº 2.790, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA OS FINS DE APURAR, COM AUTONOMIA E IMPARCIALIDADE, EVENTUAL PERCENTUAL DE REAJUSTAMENTO TARIFÁRIO EM CONFORMIDADE COM O CONTIDO NO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 008/2006 (EM ESPECIAL O ITEM 7.2.1) E NO CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO COM A EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE COLETIVO.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o que dispõe o Edital de Concorrência nº 0008/2006, o Contrato Administrativo celebrado com a empresa concessionária de transporte coletivo, e as Leis nºs. 8.666/93 e 8.987/95, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº 074/2005;

DECRETA;

Art.1º. Designar os Servidores, Arno Lenzi, Adelir Carlos Lorenz e Pedro Claudino dos Santos Júnior, sob a presidência do primeiro, para compor COMISSÃO ESPECIAL e, em conformidade com o que dispõe o Edital de Concorrência nº0008/2006, o Contrato Administrativo celebrado com a empresa concessionária, a Lei nº 8.666/93, Lei nº 8.987/95, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº 074/2005, APURAR eventual reajuste tarifário devido, relativo ao período não apurado nos anos de 2015/2016.

Art.2º. Designar, como suplentes, os servidores Plauto Nercy Mendes, Carlos Luiz Zanella e Giovana Borges de Lima Lenzi.

Art.3º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Rio dos Cedros, 24 de Novembro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito de Rio dos Cedros

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar,
aos 24 de Novembro de 2016.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 2.791, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016. DISPÕE SOBRE FÉRIAS COLETIVAS (2016/2017), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. FERNANDO TOMASELLI, PREFEITO DE RIO DOS CEDROS, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELOS ARTIGOS 70 E 50, INCISO I, LETRA "N", DA LEI ORGÂNICA

DECRETO Nº 2.791, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS COLETIVAS (2016/2017), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 70 e 50, inciso I, letra "n", da Lei Orgânica do Município promulgada em 04 de abril de 1990;

DECRETA:

Art.1º. Fica decretada as "FÉRIAS COLETIVAS" dos servidores públicos municipais que gozarão no período de 12 DE DEZEMBRO DE 2016 a 09 DE JANEIRO DE 2017.

Parágrafo Único – O período referente às férias coletivas de que trata este Decreto deverá ser excluído, proporcionalmente, das verbas rescisórias dos contratados temporariamente pela Administração.

Art.2º. Durante os dias de férias coletivas os serviços essenciais serão prestados normalmente.

§ 1º. Os agentes públicos cujas atividades envolvam a prestação de serviços essenciais deverão trabalhar em horário normal de atendimento, ou de acordo com escala padronizada, conforme instruções da Chefia Imediata, sem qualquer direito à indenização ou qualquer outra forma de remuneração extraordinária em virtude do labor no período mencionado no caput do artigo primeiro, ficando eventual período remanescente de férias para gozo em época oportuna.

§ 2º. Especificamente quanto aos serviços de saúde, observadas as disposições do parágrafo anterior, a Secretaria de Saúde estabelecerá escala para plantão médico.

§ 3º. A Comissão de Licitações, durante o período de que trata o caput do artigo primeiro, deverá manter expediente normal nos dias em que houver procedimento ou fase de licitação bem como nos imediatamente que antecederem as mesmas.

§ 4º. Todos os detentores de cargo de provimento em comissão deverão disponibilizar até o dia 09 de dezembro do corrente ano, junto ao Gabinete do Prefeito, meio de contato a fim de que, em havendo necessidade, serem imediatamente convocados para exercício de suas atribuições.

§ 5º. As presentes férias coletivas poderão ser interrompidas ou suspensas em caso de convocação de servidor para exercício das atribuições de seu cargo, aplicando-se o que dispõe o § 1º deste artigo, ficando o período remanescente de férias para ser gozado em momento posterior.

Art.3º. Do período das "Férias Coletivas", os dias, 25/12/2016 e 01/01/2017, não serão computados para efeito das mesmas, considerando-se os mesmos como feriados.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Rio dos Cedros, 24 de Novembro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar, aos 24 de Novembro de 2016.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 2.792, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016. DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO, ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, REFORMAS E/OU CONSTRUÇÕES DE SEPULTURAS E DEMAIS ATIVIDADES NO CEMITÉRIO QUE SE ENCONTRA SOB A RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 2.792, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO, ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, REFORMAS E/OU CONSTRUÇÕES DE SEPULTURAS E DEMAIS ATIVIDADES NO CEMITÉRIO QUE SE ENCONTRA SOB A RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

Considerando a necessidade de regulamentar e regularizar o funcionamento, organização, execução de serviços, reformas e/ou construções de sepulturas e demais atividades junto ao Cemitério Municipal que se encontra sob a responsabilidade do Município de Rio dos Cedros, o que trará benefícios à comunidade timboense;

Considerando a necessidade de oportunizar a todo o cidadão uma correta e inequívoca informação acerca do funcionamento, organização, execução de serviços, reformas e/ou construções de sepulturas e demais atividades a serem realizadas junto ao Cemitério Municipal sob a responsabilidade do Município de Rio dos Cedros;

Considerando a necessidade de melhor adequar e aproveitar os espaços junto ao Cemitério Municipal que se encontra sob a responsabilidade do Município de Rio dos Cedros.

DECRETA:

Art. 1º - O Cemitério Municipal destina-se ao sepultamento de pessoas que residem na cidade de Rio dos Cedros - SC, ou que aqui mantenho vínculo familiar ou afetivo, respeitadas as disposições contidas no presente Decreto e nas demais normas aplicáveis à espécie.

Parágrafo Único - Não serão autorizados sepultamentos junto ao Cemitério Municipal, de pessoas que não residam na cidade de Rio dos Cedros, a menos que possuam, comprovadamente, vínculos familiares ou afetivos na cidade de Rio dos Cedros ou já sepultados no cemitério escolhido.

Art. 2º- Não serão admitidas reservas de sepulturas nos Cemitérios Municipais.

§1º - Excluem-se da proibição estabelecida no "caput" deste artigo as reservas de vagas verticais (cabines), até o número de duas, sempre

na mesma sepultura do falecido com que as pessoas que possuam ascendentes, descendentes, cônjuge ou companheiro.

§2º - A reserva de que trata o parágrafo anterior será sempre para uma sepultura onde já se encontre membro falecido, não havendo possibilidade de reserva de vagas verticais (cabines) em sepultura vazia.

Art. 3º - Para os fins deste decreto, entende-se por ascendentes apenas os pais, e, por descendentes, os filhos ou aqueles a eles equiparados por lei.

Art. 4º - O responsável pela reserva da vaga vertical em sepultura, fica obrigado a construir o jazigo, no prazo de até 6 (seis) meses contados da data da efetiva reserva, sem prejuízo da conservação, manutenção, reparo e limpeza que se fizerem necessárias, arcando, de forma única e exclusiva, com todos os custos e ônus relativos aos mesmos.

§ 1º - Caso não seja cumprido o prazo constante do "caput" deste artigo, o Município promoverá a intimação e/ou notificação do responsável pela reserva, para que realize a construção do jazigo ou efetue a conservação, manutenção, reparação e limpeza que se fizerem necessários, sob pena de ser cancelada a reserva, sem direito à restituição do valor pago.

§ 2º - Sendo incerto ou ignorado o endereço do responsável pela reserva, publicar-se-á edital por 2 (duas) vezes em jornal de circulação local.

Art. 5º - O responsável pela reserva da vaga vertical em sepultura fica obrigado a manter atualizado junto ao cadastro do Município de Rio dos Cedros, todos os seus dados pessoais.

Art. 6º - Não serão autorizadas nem permitidas transferências de restos mortais de um cemitério para outro, dentro da cidade de Rio dos Cedros, salvo no caso dos restos mortais serem transferidos a uma sepultura já ocupada por algum parente ou membro da família, observadas as demais disposições constantes do presente decreto e da legislação pertinente em vigor.

§ 1º - Quando se tratar de restos mortais transferidos de outra cidade, admitir-se-á a ocupação de nova sepultura apenas:

- a) quando não houver outro parente ou membro da família sepultado no cemitério; ou
- b) quando houver outro parente ou membro da família sepultado;
- c) em outros casos a critério do Poder Executivo.

Art. 7º - A certidão de óbito outorgada por oficial do Registro Civil é documento indispensável para fins de sepultamento.

§ 1º - Em casos estritamente excepcionais, na impossibilidade de obtenção da Certidão de Óbito para fins de sepultamento, o responsável deverá apresentar o documento denominado de "Declaração de Óbito", regularmente preenchido e assinado por profissional médico, para que desta forma se possa realizar o sepultamento.

Parágrafo Único - Fica o responsável pela entrega da "Declaração de Óbito" obrigado a apresentar junto ao Município de Rio dos Cedros, no prazo máximo de 7 (sete) dias contados do sepultamento, a competente Certidão de Óbito, sob pena de serem tomadas as medidas legais cabíveis.

Art. 8º - Toda sepultura deverá ser revestida, constituindo desta forma um "carneiro".

Parágrafo Único - Entende-se "carneiro" como sendo a cova com fundo e paredes laterais revestidas com placas de concreto armado, tijolos ou material de natureza similar.

Art. 9º - O Livro de Registro de Sepultamentos deverá ser mantido sempre atualizado, contendo todas as informações necessárias, inclusive horário, dia, mês, ano do sepultamento e indicações para fins de identificação da sepultura, além do nome completo do sepultado e descrição de toda a documentação apresentada para o sepultamento, tal como atestado de óbito, certidões, guias, documentos pessoais, etc.

Art. 10 - As exumações só poderão ser realizadas após autorização expedida pelo setor/órgão competente, devendo ser registradas em livro próprio, que conterà, além das informações que constam do livro de sepultamentos, todas aquelas relacionadas à autoridade/pessoa que as requisitou, observadas, no que couber, todas as normas e as legislações aplicáveis à espécie.

§ 1º - As exumações poderão ser realizadas por servidor do Município de Rio dos Cedros, lotado junto ao Cemitério Municipal ou por outro profissional habilitado, desde que na presença do responsável pelo referido Cemitério, observadas as disposições constantes do artigo 12 deste Decreto.

§ 2º - Efetuada a exumação, o responsável pela mesma (seja familiar ou não) fica obrigado a proceder a retirada do jazigo e da lápide, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da referida exumação, exceto nos casos de exumação judicial onde se proceda novamente a exumação do cadáver, arcando com todos os custos e ônus para os mesmos.

§ 3º - Findo o prazo do parágrafo anterior sem que o responsável efetue a retirada do jazigo ou da lápide, as mesmas ficarão à disposição do Município de Rio dos Cedros, para que este último faça uso deles em sepulturas de indigentes e/ou pessoas carentes, sem que haja qualquer tipo de indenização ou reparação a ser paga.

Art. 11 - Qualquer obra de embelezamento, melhoramento, conservação, manutenção, construção e ampliação (inclusive vertical) de sepulturas, bem como execução de serviços de remoção de restos mortais, ficam desde já sujeitos à formalização de requerimento pelo interessado e/ou responsável e condicionados a posterior análise e autorização por escrito pela autoridade competente do Município de Rio

dos Cedros.

§ 1º - Quaisquer das atividades acima descritas só poderão ser executadas por pessoas regularmente habilitadas para tal função.

§ 2º - Para fins de habilitação, deverá ser preenchido formulário próprio junto ao responsável pelo Cemitério, no mínimo com 2 (dois) dias de antecedência.

§ 3º - A parte interessada em promover quaisquer das obras anteriormente mencionadas, deverá inicialmente comprovar a sua posse e o pagamento dos preços cobrados pelo Município

§ 4º - Todo e qualquer embelezamento, melhoramento, conservação, manutenção, construção e ampliação (inclusive vertical) de sepulturas, ficarão sob a total responsabilidade do interessado, o qual deverá arcar, de forma única e exclusiva, com todos os custos, ônus, indenizações, reparações e demais obrigações, sejam elas de que natureza forem, inclusive trabalhistas, fiscais, securitárias, previdenciárias e comerciais, nada tendo a cobrar do Município de Rio dos Cedros, seja a que título for, observadas desde já todas as demais disposições constantes deste Decreto e das legislações pertinentes em vigor.

§ 5º - Ao Município compete acompanhar, controlar e fiscalizar o cumprimento e a execução de qualquer das atividades constantes deste artigo ou as demais que se encontrem descritas no presente Decreto, o que não exime o interessado/responsável, de nenhuma forma, de sua plena, exclusiva e total responsabilidade civil, administrativa, trabalhista, securitária, fiscal, penal, comercial e outras relacionadas a este Decreto. O acompanhamento, controle ou fiscalização a ser efetuado pelo Município de Rio dos Cedros poderá ser por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

§ 6º - Todos e quaisquer outros custos que se fizerem necessários à execução das obras e demais atividades constantes deste artigo, inclusive guias relativas ao pagamento de placas de cimento pré-moldadas, serão de inteira, exclusiva e total responsabilidade do interessado.

Art. 12 - É totalmente proibida, dentro do cemitério, a preparação de pedras ou de outros materiais, sejam eles de que natureza forem, destinados à construção de jazigos e/ou lápides, devendo tais pedras e/ou materiais entrarem no local em condições de serem empregados imediatamente.

Art. 13 - Os restos de materiais provenientes de obras ou da conservação, reparos e limpezas de jazigos e/ou lápides deverão ser removidos imediatamente pelos responsáveis, logo após o término das referidas atividades, sob pena de aplicação das medidas legais cabíveis.

Parágrafo Único - Ficará impedida de executar quaisquer serviços ou atividades junto aos Cemitérios Municipais, por 60 (sessenta) dias, a pessoa ou empresa que não observar e cumprir com o disposto no "caput" deste artigo e as demais disposições constantes deste Decreto.

Art. 14 - Do dia 25 de outubro a 01 de novembro não será permitida a realização de trabalhos junto aos Cemitérios Municipais, tendo a vista a execução de atividades de limpeza geral pela administração.

Parágrafo Único - Ficam excluídos deste artigo os trabalhos referentes a inumações.

Art. 15 - Fica expressamente proibido nos cemitérios e em suas demais dependências:

I - obstruir, dilapidar ou sujar, de qualquer forma, quaisquer das passagens, ruas ou vias de circulação;

II - fixar quaisquer anúncios, sejam eles de que natureza forem;

III - realizar trabalhos aos domingos, salvo em casos urgentes, os quais deverão ser solicitados pelos interessados e autorizados por escrito pelo servidor responsável do Município de Rio dos Cedros;

IV - prejudicar, estragar ou sujar quaisquer dos jazigos, edificações benfeitorias ou bens;

V - praticar atos que perturbem, prejudiquem ou violem normas legais, a disciplina ou as pessoas presentes;

VI - adentrar acompanhado de quaisquer animais.

Art. 16 - Os vasos ou demais ornamentos deverão conter furos a fim de se evitar conservação de água no seu interior e de maneira a não permitir a proliferação de insetos e animais transmissores de doenças.

Art. 17 - Fica totalmente proibida a permanência de vendedores ambulantes ou quaisquer outros mercadores no portal de entrada ou em qualquer das dependências dos cemitérios.

Art. 18 - As flores, coroas e demais ornamentos usados em funerais, bem como aqueles colocados, a qualquer tempo, sobre os jazigos, quando em estado de deteriorização ou em mau estado de conservação, serão automaticamente retirados pela administração do Cemitério Municipal, sem que haja direito a qualquer reclamação, reparação ou indenização, seja a que título for.

Art. 19 - O horário para funcionamento e visitação junto as dependências dos cemitérios que se encontram sob a responsabilidade do Município de Rio dos Cedros, fica compreendido, preferencialmente, das 08:00hs e as 18:00hs.

Art. 20 - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Rio dos Cedros, 24 de Novembro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar, aos 24 de Novembro de 2016.

MARGARET SILVIA GRETTER

Diretora de Gabinete

EXTRATO CT Nº. 179/2016 DATA: 1º/11/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: MELLO AUTO DIESEL LTDA ME OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CT nº. 179/2016

DATA: 1º/11/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: MELLO AUTO DIESEL LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA DOS VEÍCULOS PESADOS DO MUNICÍPIO

INÍCIO: 1º/11/2016

TÉRMINO: 1º/11/2017

VALOR: Total de R\$ 67.700,00 (sessenta e sete mil e setecentos reais)

EXTRATO CT Nº. 180/2016 DATA: 17/11/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2016. CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

CT nº. 180/2016

DATA: 17/11/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2016. CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

CONTRATO: EXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA EPP

OBJETO: , CONSTRUÇÃO/EXECUÇÃO CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA DE PARTE DA NOVA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL "PROFº JOÃO FLORIANI", NA LOCALIDADE DE RIO ROSINA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS, CRONOGRAMAS, DESCRITIVOS E PLANILHAS EM ANEXO

INÍCIO: 17/11/2016

TÉRMINO: 17/01/2017

VALOR: Total de R\$ 554.500,00 (quinhentos e cinquenta e quatro mil e quinhentos reais)

EXTRATO CT Nº. 181/2016 DATA: 17/11/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM, JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: CEK INFORMÁTICA LTDA ME

CT nº. 181/2016

DATA: 17/11/2016

Processo Licitatório Nº 91/2016. Modalidade: Pregão Presencial Tipo Comparação: Por Item, Julgamento: Menor Preço

CONTRATO: CEK INFORMÁTICA LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA

INÍCIO: 17/11/2016

TÉRMINO: 17/11/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 91/2016.

EXTRATO CT Nº. 182/2016 DATA: 17/11/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM, JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME

CT nº. 182/2016

DATA: 17/11/2016

Processo Licitatório Nº 91/2016. Modalidade: Pregão Presencial Tipo Comparação: Por Item, Julgamento: Menor Preço

CONTRATO: IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA

INÍCIO: 17/11/2016

TÉRMINO: 17/11/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 91/2016.

EXTRATO CT Nº. 183/2016 DATA: 17/11/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM, JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: ONLINE HOJE INFORMATICA LTDA ME

CT nº. 183/2016

DATA: 17/11/2016

Processo Licitatório Nº 91/2016. Modalidade: Pregão Presencial Tipo Comparação: Por Item, Julgamento: Menor Preço

CONTRATO: ONLINE HOJE INFORMATICA LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA

INÍCIO: 17/11/2016

TÉRMINO: 17/11/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 91/2016.

EXTRATO CT Nº. 184/2016 DATA: 17/11/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM, JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME

CT nº. 184/2016

DATA: 17/11/2016

Processo Licitatório Nº 92/2016. Modalidade: Pregão Presencial Tipo Comparação: Por Item, Julgamento: Menor Preço

CONTRATO: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS E DEMAIS UTENSÍLIOS

INÍCIO: 17/11/2016

TÉRMINO: 17/11/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 92/2016.

EXTRATO CT Nº. 185/2016 DATA: 17/11/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM, JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: DITRELA REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E COMERCIO DE MOVEIS LTDA

CT nº. 185/2016

DATA: 17/11/2016

Processo Licitatório Nº 92/2016. Modalidade: Pregão Presencial Tipo Comparação: Por Item, Julgamento: Menor Preço

CONTRATO: DITRELA REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E COMERCIO DE MOVEIS LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS E DEMAIS UTENSÍLIOS

INÍCIO: 17/11/2016

TÉRMINO: 17/11/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 92/2016.

EXTRATO CT Nº. 186/2016 DATA: 17/11/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM, JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI ME

CT nº. 186/2016

DATA: 17/11/2016

Processo Licitatório Nº 92/2016. Modalidade: Pregão Presencial Tipo Comparação: Por Item, Julgamento: Menor Preço

CONTRATO: FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS E DEMAIS UTENSÍLIOS

INÍCIO: 17/11/2016

TÉRMINO: 17/11/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 92/2016.

EXTRATO CT Nº. 187/2016 DATA: 17/11/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM, JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: GILMAR SANI ME

CT nº. 187/2016

DATA: 17/11/2016

Processo Licitatório Nº 92/2016. Modalidade: Pregão Presencial Tipo Comparação: Por Item, Julgamento: Menor Preço

CONTRATO: GILMAR SANI ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS E DEMAIS UTENSÍLIOS

INÍCIO: 17/11/2016

TÉRMINO: 17/11/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 92/2016.

EXTRATO CT Nº. 188/2016 DATA: 17/11/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM, JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME

CT nº. 188/2016

DATA: 17/11/2016

Processo Licitatório Nº 92/2016. Modalidade: Pregão Presencial Tipo Comparação: Por Item, Julgamento: Menor Preço

CONTRATO: IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS E DEMAIS UTENSÍLIOS

INÍCIO: 17/11/2016

TÉRMINO: 17/11/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 92/2016.

EXTRATO CT Nº. 189/2016 DATA: 17/11/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM, JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: REFRIMIX REFRIGERAÇÃO EM AR CONDICIONADO EIRELI

CT nº. 189/2016

DATA: 17/11/2016

Processo Licitatório Nº 92/2016. Modalidade: Pregão Presencial Tipo Comparação: Por Item, Julgamento: Menor Preço

CONTRATO: REFRIMIX REFRIGERAÇÃO EM AR CONDICIONADO EIRELI

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS E DEMAIS UTENSÍLIOS

INÍCIO: 17/11/2016

TÉRMINO: 17/11/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 92/2016.

EXTRATO CT Nº. 190/2016 DATA: 17/11/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM, JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: RODRIGUES DO AMARAL & AMARAL LTDA ME OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS E DEMAIS UTENS

CT nº. 190/2016

DATA: 17/11/2016

Processo Licitatório Nº 92/2016. Modalidade: Pregão Presencial Tipo Comparação: Por Item, Julgamento: Menor Preço

CONTRATO: RODRIGUES DO AMARAL & AMARAL LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS E DEMAIS UTENSÍLIOS

INÍCIO: 17/11/2016

TÉRMINO: 17/11/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 92/2016.

EXTRATO CT Nº. 191/2016 DATA: 17/11/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM, JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: SUPERAR LTDA ME OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS E DEMAIS UTENSÍLIOS

CT nº. 191/2016

DATA: 17/11/2016

Processo Licitatório Nº 92/2016. Modalidade: Pregão Presencial Tipo Comparação: Por Item, Julgamento: Menor Preço

CONTRATO: SUPERAR LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS E DEMAIS UTENSÍLIOS

INÍCIO: 17/11/2016

TÉRMINO: 17/11/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 92/2016.

EXTRATO CT Nº. 192/2016 DATA: 17/11/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM, JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: SUPRIMOVEIS LTDA EPP OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS E DEMAIS UTENSÍLIOS

CT nº. 192/2016

DATA: 17/11/2016

Processo Licitatório Nº 92/2016. Modalidade: Pregão Presencial Tipo Comparação: Por Item, Julgamento: Menor Preço

CONTRATO: SUPRIMOVEIS LTDA EPP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS E DEMAIS UTENSÍLIOS

INÍCIO: 17/11/2016

TÉRMINO: 17/11/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 92/2016.

EXTRATO CT Nº. 193/2016 DATA: 18/11/2016 JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO 095/2016SO FUNDAMENTO LEGAL - ART.24, II C/C X LEI 8.666/93 CONTRATO: PAULO ZADROZNY OBJETO: CONTRATO DE LOCAÇÃO COM DIREITO DE EXTRAÇÃO E RETIRADA DE SAIBRO E CASCALHO COM PASSAGEM DE VEÍCULOS ATÉ O LOCAL D

CT nº. 193/2016

DATA: 18/11/2016

Justificativa para Dispensa de Licitação 095/2016so Fundamento Legal - ART.24, II c/c X Lei 8.666/93

CONTRATO: PAULO ZADROZNY

OBJETO: CONTRATO DE LOCAÇÃO COM DIREITO DE EXTRAÇÃO E RETIRADA DE SAIBRO E CASCALHO COM PASSAGEM DE VEÍCULOS ATÉ O LOCAL DE EXPLORAÇÃO.

INÍCIO: 18/11/2016

TÉRMINO: 18/11/2017

VALOR: Total de R\$ 4.914,77 (quatro mil, novecentos e quatorze reais e setenta e sete centavos)

EXTRATO CT Nº. 194/2016 DATA: 21/11/2016 CONTRATO: SETA GESTÃO EMPRESARIAL E MEDICINA OCUPACIONAL OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO

CT nº. 194/2016

DATA: 21/11/2016

CONTRATO: SETA GESTÃO EMPRESARIAL E MEDICINA OCUPACIONAL

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO

INÍCIO: 21/11/2016

TÉRMINO: 21/11/2017

VALOR: Total de R\$4.885,10 (quatro mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e dez centavos)

LEI ORDINÁRIA Nº 1.930, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016. ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

LEI ORDINÁRIA Nº 1.930, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Ficam anuladas no orçamento vigente as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

02 – Gabinete do Prefeito

001 – Gabinete do Prefeito

0006.0182.0035.2048 – Manutenção do Fundo Defesa Civil - Fumdec

3319000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) 2.000,00

3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) 1.000,00

04 – Diretoria de Obras e Serviços Urbanos

001 – Serviços Urbanos

0015.0452.0030.2047 – Revitalização do Centro da Cidade

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) 550,00

3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) 52.360,00

04 – Diretoria de Obras e Serviços Urbanos

002 – Setor Rodoviário Municipal

0026.0782.0020.2050 – Recup. e Manutenção de Pontes e Pontilhões

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) 30.000,00

05 – Secretaria de Educação

002 – Fundo Municipal de Cultura - FMC

0013.0392.0090.2080 – Implantação e Manutenção das Repetidoras de TV

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) 3.950,00

05 – Secretaria de Educação
007 – Apoio ao Desporto Amador
0027.0812.0100.2055 – Manutenção das Atividades do Desporto
3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) 10.000,00

Total Entidade Prefeitura 99.860,00

Total Geral 99.860,00

Art.2º. Com a soma das anulações do artigo anterior, ficam suplementadas as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
04 – Diretoria de Obras e Serviços Urbanos
001 – Serviços Urbanos
0015.0452.0030.2006 – Manutenção dos Serviços Urbanos
3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) 44.860,00

05 – Secretaria de Educação
007 – Apoio ao Desporto Amador
0027.0812.0100.2030 – Promoção de Eventos Esportivos
3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) 10.000,00

06 – Diretoria de Fomento Agropecuário
001 – Diretoria de Fomento Agropecuário
0020.0606.0110.2028 – Manutenção da Patrulha Agrícola Municipal
3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) 45.000,00

Total Entidade Prefeitura 99.860,00

Total Geral 99.860,00

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 03 de novembro de 2016.
FERNANDO TOMASELLI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar 03 de novembro de 2016.
Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

LEI ORDINÁRIA Nº 1.931, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016. INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS A "CAMPANHA BOTA FORA SUSTENTÁVEL" E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.931, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.
INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS A "CAMPANHA BOTA FORA SUSTENTÁVEL" E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituído no Município de Rio dos Cedros/SC a "CAMPANHA" "BOTA FORA SUSTENTÁVEL".

Art. 2º. O intuito da campanha é fomentar atitudes sustentáveis com o objetivo de promover na sociedade uma educação ambiental duradoura através do descarte consciente de materiais.

Art. 3º. A "CAMPANHA BOTA FORA SUSTENTÁVEL" deverá ser realizada pelo Poder Público ao menos uma vez por ano.

Art. 4º. A campanha consiste em coletar materiais oriundos do descarte consciente da população em todo âmbito do município de Rio dos Cedros e promover a correta destinação final.

Art. 5º. Todos os materiais passarão por triagem sendo que os produtos considerados reutilizáveis na forma de sua origem serão colocados à disposição em forma de doação.

Art. 6º. Os materiais passíveis de recolhimento serão previamente definidos pela entidade promotora.

Art. 7º. A realização, coordenação e regulamentação da campanha será de competência da Secretaria de Planejamento, cujo planejamento e execução poderão ocorrer em parceria com entidades civis sem fins lucrativos.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 24 de novembro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar 24 de novembro de 2016.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

Salto Veloso

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO N. 004/2016

DECRETO LEGISLATIVO N. 004/2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO VALE ALIMENTAÇÃO DE NATAL AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SANTO CIVIERO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SALTO VELOSO - ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 39, IV, do Regimento Interno e em conformidade com os preceitos da Lei Orgânica, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgado o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica a Câmara de Vereadores de Salto Veloso, autorizada a conceder, no mês de dezembro de 2016, aos seus servidores, o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), a título de vale alimentação natalino.

Art. 2º O percentual mencionado no artigo anterior será creditado no cartão alimentação, até o dia 10 do mês de dezembro.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 2016.

Este Decreto legislativo foi registrado e publicado na data supra.

SANTO CIVIERO
Presidente

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 083/2016 CV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

Processo de Licitação nº 83/2016 - Carta Convite

O Município de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de Empresa Especializada para Locação, Montagem e Desmontagem de Estruturas de Palco, Tendões, Sonorização e Iluminação, para realização do evento Natal iluminado, Edição 2016. Com recebimento da documentação e proposta até às 13h45min do dia 07/12/2016 com abertura dos envelopes às 14h00min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48)3534-1113- E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 29 de Novembro de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 1505/2016

DECRETO Nº 1505, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – CMI

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 1847 de 06 de junho de 2007, resolve,

NOMEAR:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal do Idoso - CMI, como segue:

Representantes Governamentais

I – Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:
Cléverson Israel Minikovsky – Titular
Cristina Mieko Akamatsu – Suplente.

II – Representante da Secretaria Municipal de Saúde:
Florinda Ivete Rosá Rohrbacher – Titular
Maria Aparecida Scharmach – Suplente.

III – Representante da Procuradoria Municipal:
Alexandre Vinícius Weiss – Titular
Ivan Clasen Schlindwein – Suplente.

IV – Representante da Fundação Municipal de Desportos:
Luis Antônio Bohomo – Titular
Lauro Rank – Suplente.

V – Representante da Fundação Cultural:
Luis Fernando Roesler – Titular
Marla Huebl Kaiser – Suplente.

VI – Representante do Departamento de Turismo, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:
Robson Rodrigues da Silva – Titular
Jenifer Ana de Matos - Suplente

Representantes Não Governamentais

VII – Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE:
Solange Nunes da Silva – Titular
Rozeneide Cavilia – Suplente.

VIII – Representante da Associação Norte Catarinense dos Portadores de Parkinsonismo – ACNPP:
Udo Antônio Hackbarth – Titular
Ilca Margarete Prass – Suplente.

IX – Representante da Associação São Bentense da Terceira Idade – ASBETI:
Iraci Luiz Kalamar – Titular
Bernadete de Mello – Suplente.

X – Representante do Lions Clube de São Bento do Sul:
Cleusa Piccoli Vieira – Titular
José Marcio de Oliveira – Suplente.

XI – Representante do Rotary Club de São Bento do Sul – Cidade dos Móveis:
Walter Luiz Wolff – Titular
Pedro Santana Mota – Suplente.

Art. 2º O mandato do Conselho nomeado pelo presente é de 02 (dois) anos, compreendendo o período de 29/11/2016 a 29/11/2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de novembro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 1507/2016

DECRETO Nº 1507, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 36.480,00 (trinta e seis mil, quatrocentos e oitenta reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Atividade: 2.014 – Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

(223) 3.1.90.16.00.00.00 0100 - Outras Desp. Variáveis – PC R\$ 20.283,00

(233) 3.3.90.46.00.00.00 0100 - Auxílio-Alimentação R\$ 15.737,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social
Atividade: 2.080 – Gestão dos Serv. de Proteção Especial de Alta Complexidade

(573) 3.3.90.48.00.00.00 0352 - Outros Aux. Financ. PF R\$ 460,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2.014 – Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo
(224) 3.1.90.04.00.00.00 0100 - Indeniz. Restituições Trabalhistas R\$ 500,00
(232) 3.3.90.39.00.00.00 0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 30.000,00
(235) 4.4.90.30.00.00.00 0100 - Material de Consumo R\$ 1.000,00
(236) 4.4.90.39.00.00.00 0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 1.000,00
(237) 4.4.90.52.00.00.00 0100 - Equip. Material Permanente R\$ 3.520,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social
Atividade: 2.080 – Gestão dos Serv. de Proteção Especial de Alta Complexidade
(572) 3.3.90.39.00.00.00 0352 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 460,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 29 de novembro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº1506/2016

DECRETO Nº 1506, DE 29 DE NOVEMBRO 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.364,90 (vinte mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:
Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 01 – Administração Geral
Atividade: 2.051 – Gestão dos Serviços Públicos
(95) 3.3.90.93.00.00.00 100 - Indenizações e Restituições R\$ 20.364,90

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:
Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 01 – Administração Geral
Atividade: 2.051 – Gestão dos Serviços Públicos
(92) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serviços de Terc. PJ R\$ 20.364,90

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 29 de novembro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 031/2016 FMD

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 031/2016

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Nº 014/2016, firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A EMPRESA JCE SERVIÇOS LTDA - ME, conforme Compra Direta nº 039, de 22 de março de 2016.

Considerando o objeto do Contrato nº 014/2016, que consiste na Prestação de Serviços de Mão de Obra de Eletricista para as Manutenções e Instalações Elétricas na Fundação Municipal de Desportos e seus Departamentos.

Considerando que a CONTRATANTE ingressou com pedido administrativo requerendo o aumento do quantitativo total de horas do Contrato nº 014/2016, pois as horas contratadas inicialmente serão insuficientes, tendo em vista que, neste ano foram necessárias algumas adequações elétricas solicitadas pelo Corpo de Bombeiros, também devido à grande incidência de raios neste ano houveram muitas trocas de lâmpadas queimadas, e também para futuros reparos elétricos que poderão ocorrer até o final de 2016.

Considerando que a alteração contratual trazida no presente Termo Aditivo está amparada no Art. 65, I, "b" e § 1º da Lei 8.666/93, faz-se necessário aditar o Contrato nº 014/2016, nos seguintes termos:

1º - O presente contrato será aditivado em 25% sobre o seu quantitativo total, o que resultará em um acréscimo de 50 horas.

2º - A Contratante continuará a pagar a CONTRATADA o valor de R\$ 30,00 (trinta reais) por hora.

3º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 23 de março de 2016, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 25 de novembro de 2016.

ASS: LUIZ NERI PEREIRA, pela Fundação.
JCE SERVIÇOS LTDA - ME, como Contratada.

LEI Nº 3730/2016

LEI Nº 3730, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ALTERA O PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica mantida a alíquota de contribuição do Município, suas autarquias, fundações e Câmara de Vereadores correspondente a 16,45% (dezesseis vírgula quarenta e cinco por cento) da totalidade da remuneração de contribuição dos segurados em atividade, conforme já previsto no artigo 104 da Lei nº 1718 de 24 de novembro de 2006, com redação dada pela Lei nº 2602/2010.

Art. 2º. O artigo 104-A da Lei nº 1718 de 24 de novembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 104-A - A alíquota de contribuição do Município, suas autarquias, fundações e Câmara Municipal, para cobertura do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos segurados em atividade corresponderá a:

I – 6,09% (seis vírgula zero nove por cento) e 7,27% (sete vírgula vinte e sete por cento) para os anos de 2016 e 2017, respectivamente. A partir do ano de 2018, a taxa cresce 1,61% (um vírgula sessenta e um por cento) ao ano, pelo período de 18 anos, quando atinge a taxa de 37,86% (trinta e sete vírgula oitenta e

seis por cento) em 2036, vigorando esta até a competência de dezembro/2044”.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de novembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LISTAGEM PORTARIAS Nº 11/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 12951, de 28 de novembro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 17 de novembro de 2016. Rosangela Grein Kloster Eckstein, Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 12952, de 28 de novembro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 23 de novembro de 2016. Juvenal Osvaldo Pereira Butron, Médico Clínico Geral. SEMUS.

Portaria nº 12953, de 28 de novembro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 23 de novembro de 2016. Lina Heiden de Barros Esmero, Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 12954, de 28 de novembro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 28 de novembro de 2016. Tatiana Regina Bertoldi Lada, Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 12955, de 28 de novembro de 2016. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 30 de novembro de 2016. Jerusa Elianay Wedekind, Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 12956, de 28 de novembro de 2016, Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei nº 228/2001, a partir de 18 de novembro de 2016, o cargo de Vigia ocupado pelo servidor Nelson Antonio Correa.

Portaria nº 12957, de 28 de novembro de 2016. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 11 de novembro de 2016. Adriane Valdirene Machado Borges Pinto, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 12958, de 28 de novembro de 2016. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 21 de novembro de 2016, Fernando Cercena Leventi, Psicólogo. SEMUS.

Portaria nº 12959, de 28 de novembro de 2016. Exonera Chefe Setor de Suprimento e Almoxarifado, a pedido, a partir de 23 de novembro de 2016. Juliana Bayerl. SEMUS.

Portaria nº 12961, de 29 de novembro de 2016. Concede Licença Premio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Otto Schwalbe, Auxiliar de Operações. SEMED.

Portaria nº 12962, de 29 de novembro de 2016. Concede Licença Premio em Pecúnia, relativa ao triênio 2012/2015. Rosane Bello Rank, Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 12963, de 29 de novembro de 2016. Concede Licença Premio em Pecúnia, relativa ao triênio 2012/2015. Siliane Schroeder, Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 12964, de 29 de novembro de 2016. Concede Licença Premio em Pecúnia, relativa ao triênio 2012/2015. Orlando Mareth,

Operador de Máquina I. SEMAN.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2016.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº12960/2016

PORTARIA Nº 12960, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

Corrige Portaria nº 5729/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o princípio da autotutela,

Considerando o Ofício IPRESBS nº 517/2016, no qual há solicitação de complementação da fundamentação constitucional de ato normativo – Portaria nº 5729, de 02 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Corrigir a fundamentação da Portaria nº 5729, de 02 de junho de 2014, que concedeu aposentadoria à servidora SANDRA ELIETE SANT'ANNA PINHEIRO, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com o artigo 6º - A, parágrafo único, do mesmo diploma legal, com redação acrescentada pela Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012, e art. 25, II, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 02 de junho de 2014.

São Bento do Sul, 29 de novembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12965/2016

PORTARIA Nº 12965, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal ANA NELY HANSCH, ocupante do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Saúde, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.100037/13-1, de 05 anos, 04 meses e 22 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 8275, de 24 de novembro de 2016.

Art. 2º Conceder averbação de 09 meses e 27 dias de contribuição ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 1551/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de novembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12966/2016

PORTARIA Nº 12966, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal MARTA MADALENA SEIDEL, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00047/13-7, de 09 anos, 01 mês e 10 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 8350, de 28 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de novembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12967/2016

PORTARIA Nº 12967, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

Exonera Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 30 de novembro de 2016, ALUISIO OLIVEIRA ANTUNES, do cargo de Chefe de Divisão de Fiscalização, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

São Bento do Sul, 29 de novembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA/SEMED Nº 2585, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016

PORTARIA/SEMED Nº 2585 - DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016

DESIGNA COMISSÃO

A Secretária Municipal de Educação do município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 0096, de 07 de janeiro de 2013,

RESOLVE

Art. 1º – Constituir comissão para coordenar e executar os trabalhos referentes aos Processos de Alteração de Carga Horária, Remoção e ou Lotação por Concurso, Remoção por Permuta, conforme Edital nº 003/2016.

Art. 2º - Ficam designados os membros da Comissão:

- Edriangela Martins Wiggers Galkowski
- Gicélia Weiss
- Iara Carina Dums Werlich
- Roseli Rosenscheck Schlögel
- Sandra Peters

São Bento do Sul, 21 de novembro de 2016.

ALCIONE TERESINHA HINKE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIAS/SEMED Nº 2586 A 2604/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 2586, de 25 de novembro de 2016. Concede Auxílio Doença – INSS, período 17/09/2016 a 22/09/2016, Angela Maria Dill, Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 2587, de 25 de novembro de 2016. Concede Auxílio Doença – INSS, período 05/10/2016 a 21/12/2016, Eliziane Rosa dos Santos Carvalho, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 2588, de 25 de novembro de 2016. Concede Auxílio Doença – INSS, período 14/10/2016 a 26/10/2016, Fabiana Rodrigues de Souza, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 2589, de 25 de novembro de 2016. Concede Licença Maternidade, período 23/09/2016 a 20/01/2017, Angela Maria Dill, Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 2590, de 25 de novembro de 2016. Concede Licença Maternidade, período 27/10/2016 a 23/02/2017, Cleia Maria Schneider Baier, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 2591, de 25 de novembro de 2016. Concede Prorrogação de Licença Maternidade, período 24/02/2017 a 24/04/2017, Cleia Maria Schneider Baier, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 2592, de 25 de novembro de 2016. Concede Licença Maternidade, período 10/11/2016 a 09/03/2017, Emiliane Szymczak Siqueira, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 2593, de 25 de novembro de 2016. Concede Prorrogação de Licença Maternidade, período 10/03/2017 a 08/05/2017, Emiliane Szymczak Siqueira, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 2594, de 25 de novembro de 2016. Concede Licença Maternidade, período 17/10/2016 a 13/02/2017, Giselle Pereira Ferronato, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 2595, de 25 de novembro de 2016. Concede Prorrogação de Licença Maternidade, período 14/02/2017 a 14/04/2017, Giselle Pereira Ferronato, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 2596, de 25 de novembro de 2016. Concede Licença Maternidade, período 11/11/2016 a 10/03/2017, Regina Lusía Berti Klotz, Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 2597, de 25 de novembro de 2016. Concede Licença Maternidade, período 14/11/2016 a 13/03/2017, Tatiana Munch Wegrzynowski, Atendente de Berçário.

Portaria/SEMED nº 2598, de 25 de novembro de 2016.

Concede Prorrogação de Licença Maternidade, período 14/03/2017 a 12/05/2017, Tatiana Munch Wegrzynowski, Atendente de Berçário.

Portaria/SEMED nº 2599, de 25 de novembro de 2016. Concede Readaptação Funcional, pelo período de 90 dias, Elizabeth Grein Welter de Lucca, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 2600, de 25 de novembro de 2016. Faz Cessar Readaptação Funcional, a partir de janeiro de 2017, Simone Aparecida Grande, Auxiliar de Berçário.

Portaria/SEMED nº 2601, de 25 de novembro de 2016. Prorroga Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, período 24/10/2016 a 22/11/2016, Cintia Maria Hornick, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 2602, de 25 de novembro de 2016. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, período 09/11/2016 a 07/01/2017, Janivia Glaci Scholze Woehl, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 2603, de 25 de novembro de 2016. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, período 16/11/2016 a 15/12/2016, Marielle Pruess, Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 2604, de 25 de novembro de 2016. Prorroga Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, período 18/10/2016 a 01/11/2016, Solange de Fátima Alexi, Auxiliar de Serviços.

ALCIONE TERESINHA HINKE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7852/2016 (CONTRATO Nº 371/2014 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA)

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO
(Ref.: Contrato nº 371/2014)

I – DOS FATOS

Aportam nesta Secretaria Municipal de Administração, na presente data, através do memorando interno nº 793/2016 – SEPLU, notícias de que PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 03.620.927/0001-12, não executou a quantidade indicada em orçamento referentes aos serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica linear numa extensão de aproximadamente 1.782 metros lineares das ruas Moema, bairro Cruzeiro; João Linzmeyer, Bertha Linzmeyer e Raimundo Roesler, bairro Oxford conforme contrato nº 371/2014.

A empresa foi declarada vencedora do certame Concorrência Pública nº 306/2014, tendo sido firmado o contrato administrativo 371/2014. Após a conclusão, entrega e pagamento total da obra, o órgão financiador BRDE veio até São Bento do Sul fazer a vistoria das ruas João Linzmeyer, Bertha Linzmeyer e Raimundo Roesler na data de 22 de agosto de 2016, nesta ocasião, verificou-se que, em alguns itens, houve falta de execução da quantidade indicada em orçamento referentes aos serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica linear numa extensão de aproximadamente 1.782 metros lineares das ruas mencionadas, sendo assim, houve o pedido de devolução do recurso no valor dos itens em que houve a falta de execução. De acordo com o memorando interno nº 793/2016 da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a Prefeitura fez a verificação e constatou a falta dos seguintes itens:

- Rua João Linzmeyer

Dos itens 3.1 ao 3.9 deve ser descontado 3,09% de cada item pois a largura e comprimento do pavimento não correspondem ao projeto e ao quantitativo, sendo que a largura da via esta com 10 cm a menos do que previsto em projeto e o comprimento 4,55 m a menos.

Também foi constatado que a quantidade do item 3.12 – Lastro de Brita, usada para calçadas, foi executado com espessura inferior ao que consta em projeto e orçamento, tendo a necessidade de descontar 75,00% do valor total do item.

Dessa forma o valor total a ser devolvido na Rua João Linzmeyer é de R\$ 10.952,90.

- Rua Raimundo Roesler

Dos itens 4.1 ao 4.8 deve ser descontado 1,53% de cada item pois o comprimento do pavimento não corresponde ao projeto e ao quantitativo, sendo que o comprimento foi executado 3,77 m a menos do que previsto em projeto e orçamento.

Também foi constatado que a quantidade do item 5.2 – Lastro de Brita, usada para calçadas, foi executado com espessura inferior ao que consta em projeto e orçamento, tendo a necessidade de descontar 75,00% do valor total do item.

Outro item que foi verificado a não execução é uma unidade de boca de lobo a qual envolve a execução de tubulação de drenagem. Para isso foi descontado 1 unidade do item "3.10 – boca de Lobo Simples com grelha de concreto - BLS 02 H=1,50m" e 6 metros do item 3.3 – Tubo Concreto Simples Classe - PS2 PB NBR-8890 DN 400mm p/Águas Pluviais (Fornecimento).

Dessa forma o valor total a ser devolvido na Rua Raimundo Roesler é de R\$ 6.669,95

- Rua Bertha Linzmeyer

Na Rua Bertha Linzmeyer foi constatado que a quantidade do item 3.11.2 – Lastro de Brita, usada para calçadas, foi executado com espessura inferior ao que consta em projeto e orçamento, tendo a necessidade de descontar 75,00% do valor total do item.

Dessa forma o valor total a ser devolvido na Rua Bertha Linzmeyer é de R\$ 1.839,89

Diante dos fatos narrados, requer a Secretaria de Planejamento a abertura do competente processo administrativo.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O controle e a fiscalização da Administração Pública sobre a execução de obra é de responsabilidade do fiscal do contrato, nos termos da cláusula décima primeira do contrato administrativo 371/2014, neste caso o Engenheiro Raphael Bedin Bueno, CREA 112484-0, que é o responsável pelas questões técnicas envolvidas na execução da obra, que no caso vertente identificou a falta dos itens mencionados.

As condutas da CONTRADADA afrontam as cláusulas do Contrato Administrativo 371/2014 e se encontram em total afronta as normas legais, especialmente a Lei 8.666, especialmente:

Art. 66. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

(...)

Art. 70. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

Em assim sendo, determino a notificação da CONTRATADA, para que apresente defesa escrita em um prazo máximo de 05 dias úteis, esclarecendo tecnicamente as inexecuções apontadas.

Neste particular, portanto, a presente decisão tem por objetivo tutelar um bem jurídico de importância: a qualidade de vida, a mobilidade urbana e o desenvolvimento da infraestrutura básica do Município.

III – DECISÃO

Diante das razões expostas, de fato e de direito, e dos documentos acostados aos autos administrativos, decido:

A) DETERMINO A ABERTURA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, com a consequente intimação da empresa contratada, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 03.620.927/0001-12, com sede à Rua Anélio Nicocelli, nº 1720, na Cidade de Guaramirim – SC, para que no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, apresente manifestação escrita acerca dos fatos narrados nesta decisão e na documentação que a instrui (juntar cópia da presente decisão, e disponibilizar em caso de pedido do CONTRATADO, cópia integral

do presente processo), informando acerca da inexecução da quantidade indicada em orçamento (Contrato nº 371/2014).

B) DETERMINO A EMPRESA, que imediatamente efetue a devolução dos recursos pagos à Prefeitura de São Bento do Sul e posteriormente para o BRDE.

Publique-se.
Intime-se.
Cientifique-se.

São Bento do Sul/SC, 28 de novembro de 2016.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

**AUDIÊNCIA PÚBLICA SECRETARIA DE SAÚDE
APRESENTANDO 2º QUADRIMESTRE 2016****E D I T A L**

O Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul e o Presidente da Comissão de Saúde, Saneamento e Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.689 de 27 de julho de 1993, COMUNICA que a Secretária Municipal de Saúde, Senhor Deodato Raul Hruschka, apresentará em AUDIÊNCIA PÚBLICA, o Relatório do 2º Quadrimestre de 2016.

Data: 02 de dezembro de 2016

Hora: 15:30 hs

Local: Sede do Poder Legislativo Municipal

Câmara Municipal de São Bento do Sul, 28 de novembro de 2016.

Edimar Geraldo Salomon

Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

Tirso Gladimir Hummelgen

Presidente da Comissão de Saúde, Saneamento e Assistência Social

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2016

A Câmara Municipal de São Bento do Sul, através de seu Presidente torna pública a dispensa de licitação para contratação da empresa Tributec Assessoria e Consultoria Empresarial SS Ltda, com base no Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de Webdesigner e Webmaster no site localizado na url <http://www.cmsbs.sc.gov.br> de propriedade do Poder Legislativo, efetivando atualizações de conteúdo e desenvolvendo melhorias de funcionalidades gradualmente no decorrer do período contratado.

DO VALOR: R\$ 4.400,00 – valor total.

São Bento do Sul, 22 de novembro de 2016.

Edimar Geraldo Salomon - Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

Paulo Alexandre Neneve Cordeiro – pela Empresa Contratada

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade/dispensa de licitação.

I – OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de Webdesigner e Webmaster no site localizado na url <http://www.cmsbs.sc.gov.br> de propriedade do Poder Legislativo, efetivando

atualizações de conteúdo e desenvolvendo melhorias de funcionalidades gradualmente no decorrer do período contratado.

II – CONTRATADO: Tributec Assessoria e Consultoria Empresarial SS Ltda.

III – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO QUE JUSTIFICA A INEXIGIBILIDADE/DISPENSA: A dispensa de licitação para a contratação dos referidos serviços/materiais se funda no caput do art. 24, II e do art. 26 da Lei 8.666/93(1).

IV – RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR/EXECUTANTE: Em consideração a proposta mais vantajosa, com base nos orçamentos apresentados, foi contratada a empresa supra citada, por apresentar menor proposta, além de oferecer o menor valor global dos produtos e serviços requeridos por esta Administração.

V – JUSTIFICATIVA DO PREÇO: O preço contratado de R\$ 4.400,00 (Quatro mil e quatrocentos reais) é compatível com os preços praticados no mercado, comprovados através de pesquisa com outros fornecedores. Assim submeto a presente justificativa à autoridade competente, Vereador Edimar Geraldo Salomon, Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul.

MARCO WEISS - Presidente da Comissão Permanente de Licitação – Portaria nº 001/2016.

RH. Ratifico a justificativa e determina a publicação no site da Câmara Municipal e, por extrato, no mural público e no Diário Oficial dos Municípios.

EDIMAR GERALDO SALOMON - Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2015

DA ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços e Fornecimento de Materiais, que entre si celebram a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Tributec Assessoria e Consultoria Empresarial SS Ltda.

DO OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de Webdesigner e Webmaster no site localizado na url <http://www.cmsbs.sc.gov.br> de propriedade do Poder Legislativo, efetivando atualizações de conteúdo e desenvolvendo melhorias de funcionalidades gradualmente no decorrer do período contratado.

DO VALOR: R\$ 4.400,00– valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar de 22 de novembro de 2016 a 21 de novembro de 2017.

São Bento do Sul, 22 de novembro de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON – Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

PAULO ALEXANDRE NENEVE CORDEIRO – pela Empresa Contratada

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 015/2016

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 015/2016

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 019/2013 firmado entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Betha Sistemas Ltda.

Considerando o término da vigência do contrato em 02 de novembro de 2016, que tem por objeto a contratação de empresa em relação aos serviços de licença de uso de solução para gestão pública informatizada pelo período de 12 meses para os softwares de contabilidade pública, compras e licitações, patrimônio, folha de pagamento e portal da transparência, se faz necessária à prorrogação

do contrato por mais doze meses a contar de 03 de novembro de 2016 a 02 de novembro de 2017, totalizando o valor corrigido de R\$ 21.629,52 (vinte e um mil, seiscentos e vinte e nove reais e cinquenta e dois centavos). As demais cláusulas e condições previstas no contrato primitivo, firmado em 01 de novembro de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 03 de novembro de 2016.

Edimar Geraldo Salomon – Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

Ernesto Muniz de Souza Junior – pela Empresa Contratada

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 222, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 222, de 29 de novembro de 2016.

“DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL PARA COORDENAR O CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL SAMAE Nº 001/2016”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996.

RESOLVE

Art. 1º - DESIGNAR Comissão Especial para coordenar o Concurso Público Municipal SAMAE nº 001/2016, composta pelos servidores públicos municipais:

- Ivonete Terezinha Vierende Gonçalves de Lima - Representante do Departamento Administrativo;
- José Alexandre Koch - Representante da Divisão de Suprimentos e Transportes;
- Luís Sérgio Ferreira - Representante do Departamento Técnico;
- Marcos Gertler - Representante da Divisão Contábil e Financeira;
- Wanderson Werner Büttelbrun - Representante da Divisão de Recursos Humanos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO 2471 DE 23 11 2016 DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 2471, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.776, de 26/11/15;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais) no Orçamento de 2016 da unidade Prefeitura Municipal na seguinte programação de despesa:

Da Programação de Despesa:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO				
04.122.1.002.2.002 – Manutenção das Atividades Do Gabinete do Prefeito				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	01	01.0000	10.200,00

Para Programação de Despesa:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO				
04.122.1.002.2.002 – Manutenção das Atividades Do Gabinete do Prefeito				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	02	01.0000	10.200,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos-SC, 23 de Novembro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda - Designada

DECRETO 2473 DE 24 11 2016 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2016 PELA MOVIMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 2473 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2016 PELA MOVIMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.776, de 26/11/15, e lei municipal nº 1.796, de 24/11/2016;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional, pela movimentação de dotações, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), nas seguintes programações de despesa:

07.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS				
15.452.1009.2.013 – Man. das Ativ. da Sec. de Transportes, Obras e Serviços Públicos				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	71	01.0000	80.000,00
12.00 – FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL				
20.606.1010.2.014 – Man. das Atividades da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	106	01.0000	40.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, fica autorizada a utilização dos seguintes recursos pela anulação parcial das seguintes dotações:

10.00 – Fundo Municipal de Saúde				
10.301.1006.2027 – Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	05	0.1.0002	120.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 24 de novembro de 2016.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária de Administração e Fazenda - Designada

LEI Nº 1795 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016 - ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 1795, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina;

FAÇO saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral Consolidado do Município de São Domingos para o exercício de 2017 estima a receita e fixa a despesa em R\$ 46.900.000,00 (quarenta e seis milhões e novecentos mil reais), de acordo com as vinculações dos recursos previstos nos anexos que integram a presente lei.

Art. 2º Tendo em vista a Decisão nº 2.406/2007 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a contabilidade dos Fundos Municipais do Município de São Domingos/SC será estrutura da seguinte forma:

I – Unidade Gestora Independente: Fundo de Saúde;

II – Unidade Orçamentária: Fundos Municipais.

SEÇÃO I

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 3º Estima a receita em R\$ 42.413.471,07 (quarenta e dois milhões, quatrocentos e treze mil, quatrocentos e setenta e um reais e sete centavos); e fixa a despesa em R\$ 36.521.428,42 (trinta e seis milhões, quinhentos e vinte e um mil, quatrocentos e vinte e oito reais e quarenta e dois centavos); Transferências Financeiras para o Fundo Municipal de Saúde em R\$ 4.762.042,65 (quatro milhões, setecentos e sessenta e dois mil, quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos); Repasse Financeiro para a Câmara de Vereadores em R\$ 1.130.000,00 (um milhão cento e trinta mil reais).

§ 1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§ 2º As Despesas serão realizadas de acordo com as Unidades Orçamentárias com a seguinte Classificação Institucional:

SEÇÃO II

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde estima a receita em R\$ 3.486.528,93 (três milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, quinhentos e vinte e oito reais e noventa e três centavos); fixa a despesa em R\$ 8.248.571,58 (oito milhões, duzentos e quarenta e oito mil, quinhentos e setenta e um reais e cinquenta e oito centavos) e Transferências Financeiras do Município em R\$ 4.762.042,65 (quatro milhões, setecentos e sessenta e dois mil, quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal de Saúde será realizada mediante a arrecadação de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§ 2º As Despesas do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde serão realizadas de acordo com a seguinte Classificação Institucional:

SEÇÃO III

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES

Art. 5º O Orçamento da Câmara de Vereadores fixa a despesa e a Transferência Financeira do Município limitado em R\$ 1.130.000,00 (um milhão cento e trinta mil reais).

Parágrafo único. As Despesas do Orçamento da Câmara de Vereadores serão realizadas de acordo com a seguinte Classificação Institucional:

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 6º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 8º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º O Poder Executivo Municipal fica autorizado, nos termos da Constituição Federal, a: I – realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II – realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III – abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV – transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial e em cada Fonte de Recurso, através de ato do Prefeito Municipal, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal;

V – abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da despesa do exercício de 2017, através de ato do Prefeito Municipal, utilizando como fontes de recursos o superávit financeiro apurado em balanço de acordo com o art. 7º da Lei 4.320/64;

VI – abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da despesa do exercício de 2017, através de ato do Prefeito Municipal, utilizando como fonte o excesso de arrecadação, de acordo com o art. 7º da Lei 4.320/64.

Art. 10. O Prefeito Municipal fica autorizado efetuar abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como fonte de recursos o “superávit financeiro” do exercício anterior.

Art. 11. Fica o Prefeito Municipal autorizado a efetuar abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como fonte de recursos o “excesso de arrecadação” apurado em cada um das “fontes de recursos”.

Art. 12. Durante o exercício de 2017 o Poder Executivo poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, nos termos da legislação aplicável.

Art. 13. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 14. Durante o exercício de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 15. Os anexos da Lei Orçamentária foram elaborados até o nível de modalidade de aplicação, sendo que a execução se dará em nível de elemento de despesa.

Art. 16. Fica autorizado o Poder Executivo, a efetuar a compatibilização e adequação dos Instrumentos de Planejamento das Programações Orçamentárias: Plano Plurianual – PPA – 2014/2017.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, para produzir efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

São Domingos (SC), 24 de novembro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

PORTARIA Nº 012-2016 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA DE VEREADORES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 12/2016, DE 28.11.2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA DE VEREADORES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS, nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, Lei Complementar nº 045/2012 (Estatuto dos Servidores Municipais) e Resolução nº 001/2011, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Secretária, quadro de pessoal, gratificações, vencimentos mensais e descrição dos cargos dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos – SC.

Resolve:

Art. 1º Fica concedido FÉRIAS a servidora da Câmara Municipal de Vereadores, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Paula Andreia Baldissera	Assessor Legislativo	03/12/2014 á 02/12/2015	30	29/11/2016 á 28/12/2016

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos, 28 de novembro de 2016.

NEUDI JOSÉ BURATTI

Presidente da Câmara de Vereadores

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MILTON BERTOLDI

1º SECRETÁRIO

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 135/2016

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 135/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 039/2016.

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL. 039/2016, o qual se realizará em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; e demais normas pertinentes.

OBJETO: AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, SC.

MOTIVO: Alteração no item 49 do referido edital

Entrega dos envelopes: Em razão da retificação do Edital do Processo Licitatório 135/2016, Modalidade Pregão Presencial 039/2016, prorroga-se o prazo para abertura das propostas para as 08:30 horas do dia 12 de dezembro de 2016.

Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

sc.gov.br.

São Domingos, SC, 29 de novembro de 2016.

Paula Natana Comachio – Pregoeira Oficial do Município.

TA PREFE N 069 DE 29112016 AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO N 2623.0412566-53

TERMO ADITIVO DE CONTRATO PREFE Nº 069/2016 DE 29/11/2016 (CARTA REVERSAL DE 16/11/2016 AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 2623.0412566-53/2013)

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: Novembro/2016

TERMO ADITIVO: Prefe Nº 069 De 29/11/2016 (Carta Reversal de 16/11/2016 ao Contrato de Financiamento Nº 2623.0412566-53 - Contrato Prefe Nº 045 de 07/08/2015)

DESCRIÇÃO: O objeto do presente refere-se à Alteração de Contrapartida do Contrato de Financiamento Nº 2623.0412566-53/2013 firmado em 07/08/2015, que visa a Pavimentação de Vias com Pedras Irregulares e de Passeios com Paver no Município de São Domingos, sendo: Total Financiamento: R\$ 1.000.000,00 – Contrapartida: R\$ 133.857,29 – Total: R\$ 1.133.857,29

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

TOMADOR/AGENTE PROMOTOR: Município de São Domingos

CNPJ: 83.009.894/0001-04

GESTOR DE APLICAÇÃO: Ministério das Cidades

ORIGEM DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO: Carta Consulta 2013, Protocolo Nº 001349.02.86/2013-97 do Programa PAC 2 – Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – 3º Etapa

TERMO ADITIVO FMS N. 011 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016 - APAE

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2016

TERMO ADITIVO: FMS Nº 011/2016 DE 22/11/2016

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2013 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 22/11/2016

DESCRIÇÃO: O OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO CONSISTE NA ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA –DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: LUIZ HENRIQUE MASETO ZANOVELLO OAB/SC 33076

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE.

CPF/CNPJ: 78.480.597/0001-06

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 02/12/2017

TERMO DE PERMISSÃO Nº 112 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016 - SERVIÇOS DE TÁXI E MOTOTÁXI

DADOS E TEXTO DO TERMO

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2016

NÚMERO DO TERMO DE PERMISSÃO PREFE N. 112 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 08/11/2016

DESCRIÇÃO: TERMO DE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO, DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS - SERVIÇOS DE TÁXI E MOTOTÁXI.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

PERMISSIONÁRIO: LEONIR NATALINO GHIDINI

CPF/CNPJ/MF: 400.804.719-00

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 08/11/2021

TERMO DE PERMISSÃO Nº 113 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016 - SERVIÇOS DE TÁXI E MOTOTÁXI

DADOS E TEXTO DO TERMO

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2016

NÚMERO DO TERMO DE PERMISSÃO PREFE N. 113 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 08/11/2016

DESCRIÇÃO: TERMO DE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO, DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS - SERVIÇOS DE TÁXI E MOTOTÁXI.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

PERMISSIONÁRIO: OSVALDO ARRUDA

CPF/CNPJ/MF: 368.886.489-15

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 08/11/2021

TERMO DE PERMISSÃO Nº 114 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016 - SERVIÇOS DE TÁXI E MOTOTÁXI

DADOS E TEXTO DO TERMO

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2016

NÚMERO DO TERMO DE PERMISSÃO PREFE N. 114 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 08/11/2016

DESCRIÇÃO: TERMO DE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO, DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS - SERVIÇOS DE TÁXI E MOTOTÁXI.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

PERMISSIONÁRIO: NEDIOMAR DA SILVEIRA

CPF/CNPJ/MF: 041.824.339-55

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 08/11/2021

001 LOA_2016_CONSOLIDADO**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1

Data: 24/11/2016

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	29.291.348,81	DESPESAS CORRENTES	25.627.627,36
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.439.099,88	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.221.129,25
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	350.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	160.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	272.788,84	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.246.498,11
RECEITA AGROPECUÁRIA	90.000,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	71.546,77		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.184.835,40		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	883.077,92		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.230.348,81		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.230.348,81		
		Superavit	433.372,64
Total	26.061.000,00	Total	26.061.000,00
Superavit do orçamento corrente	433.372,64		
RECEITAS DE CAPITAL	19.839.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	20.257.372,64
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	850.000,00	INVESTIMENTOS	20.157.372,64
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	8.000,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	100.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18.981.000,00		
Deficit	418.372,64		
Total	20.257.372,64	Total	20.257.372,64

Resumo					
RECEITAS CORRENTES	29.291.348,81	63,82 %	DESPESAS CORRENTES	25.627.627,36	49,48 %
RECEITAS DE CAPITAL	19.839.000,00	43,22 %	DESPESAS DE CAPITAL	20.257.372,64	39,11 %
DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.230.348,81	-7,04 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	0,03 %
			TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	5.892.042,65	11,38 %
Deficit do Orçamento	5.892.042,65				
Total	51.792.042,65	100,00 %	Total	51.792.042,65	100,00 %

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Página: 1/7
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		2.427.523,63	
4.1.1.1.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		1.864.313,88	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda			26.316.819,88
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana			
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	IPTU - Ordinário			
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	IPTU - 25% Educação	864.313,88		
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	IPTU - 15% Saúde	318.346,88		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	191.008,13		
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	79.586,71		
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF - Ordinário	47.752,04		
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF - 25% Educação	134.098,88		
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF - 15% Saúde	134.098,88		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	80.459,30		
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI - Ordinário	33.524,74		
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI - 25% Educação	20.114,84		
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI - 15% Saúde	411.868,12		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	247.120,73		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	102.967,17		
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	61.780,22		
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	ISS - Ordinário	1.000.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	ISS - 25% Educação	1.000.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	ISS - 15% Saúde	1.000.000,00		
4.1.1.2.00.00.00.00.00	TAXAS	250.000,00		
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	150.000,00	443.209,75	
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P Serviços	321.328,50		
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	150.000,00		
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	11.576,25		
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	6.945,75		
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	152.806,50		
4.1.1.2.2.29.00.00.00.00	Emolumentos e Custas Extrajudiciais	121.881,25		
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	20.837,25		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	64.000,00		
4.1.1.3.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	37.044,00		
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	120.000,00		
4.1.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES			
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			

Página: 2/7
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	259.843,09	259.843,09	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	49.843,09	49.843,09	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	13.000,00	13.000,00	
4.1.3.2.5.01.01.00.00.00	Rendimento Fundeb 60%	8.000,00	8.000,00	
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rendimento Fundeb 40%	9.742,28	9.742,28	
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE (salário educação)	578,81	578,81	
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec de Remun. Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	18.522,00	18.522,00	
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rem. Dep. Bancários Rec Vinc. - Convenio Estado	210.000,00	210.000,00	
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	210.000,00	210.000,00	
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.-Próprio			
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	90.000,00	90.000,00	
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	90.000,00	90.000,00	
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	71.546,77	71.546,77	
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00	Serviços de Fomento de Água	17.364,38	17.364,38	
4.1.6.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	54.182,39	54.182,39	
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	9.377.074,24	9.377.074,24	
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	7.389.346,75	7.389.346,75	
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	6.853.140,00	6.853.140,00	
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	FPM - Ordinário	4.111.884,00	4.111.884,00	
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	FPM - 25% Educação	1.713.285,00	1.713.285,00	
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	FPM - 15% Saúde	1.027.971,00	1.027.971,00	
4.1.7.2.1.01.03.00.00.00	Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1% Cota de Dezembro	520.000,00	520.000,00	
4.1.7.2.1.01.03.01.00.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota Anual - 75% ordinário	390.000,00	390.000,00	
4.1.7.2.1.01.03.02.00.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota Anual - 25% educação	130.000,00	130.000,00	
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	16.206,75	16.206,75	
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	ITR - Ordinário	9.724,05	9.724,05	
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	ITR - 25% Educação	4.051,69	4.051,69	
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	ITR - 15% Saúde	2.431,01	2.431,01	
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	1.092.089,78	1.092.089,78	
4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	992.534,03	992.534,03	
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	99.555,75	99.555,75	
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS	243.800,00	243.800,00	
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	SUAS - Proteção Social Básica - AB	198.000,00	198.000,00	
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	SUAS - Proteção Social Especializada - MC	8.800,00	8.800,00	
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	SUAS - IGD-PBF	27.000,00	27.000,00	
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	SUAS - IGD-SUAS	10.000,00	10.000,00	
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	619.066,71	619.066,71	

Página: 3/7
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	305.926,49		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	96.182,80		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	84.957,42		
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	132.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.01.00.00	Apoio Financeiro a Creches	52.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00	Manutenção Educação Infantil Transferência Direta	80.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	32.771,00		
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	ICMS Lei 87/96 - Ordinários	19.662,60		
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	ICMS Lei 87/96 - 25% Educação	8.192,75		
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	ICMS Lei 87/96 - 15% Saúde	4.915,65		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	9.339.754,23		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	9.279.454,23		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	8.103.375,00		
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	ICMS - Ordinários	4.862.025,00		
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	ICMS - 25% Educação	2.025.843,75		
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	ICMS - 15% Saúde	1.215.506,25		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	1.036.703,82		
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	IPVA - Ordinário	622.021,92		
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	IPVA - 25% Educação	259.176,26		
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	IPVA - 15% Saúde	155.505,64		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	110.434,79		
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	IPI Exportação - Ordinário	66.260,81		
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	IPI Exportação - 25% Educação	27.608,76		
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	IPI Exportação - 15% Saúde	16.565,22		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	28.940,62		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	60.300,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. Estado - Recursos SUAS	60.300,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.800.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.800.000,00		
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.960.000,00		
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	840.000,00		
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	718.000,00		
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	518.000,00		
4.1.7.6.1.02.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	518.000,00		
4.1.7.6.1.02.00.99.00.00	Outras Transf. de Convênios a Programas de Educação	518.000,00		
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Dist. Fed. e suas Entid.	200.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	200.000,00		
4.1.7.6.2.99.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	200.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	883.077,92		

Página: 4/7
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	3.472,86	63.310,11	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	1.157,62		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	694,57		
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Ordinários	289,40		
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25% Educação	173,65		
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15% Saúde	1.157,62		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	694,57		
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Ordinário	289,40		
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25% Educação	173,65		
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 15% Saúde	1.157,62		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	20.837,25		
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	8.103,38		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	4.862,03		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Ordinári	2.025,84		
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25% Educ	1.215,51		
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 15% Saúde	1.157,62		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	694,57		
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Ordinário	289,40		
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25% Educa	173,65		
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 15% Saúde	11.576,25		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	1.000,00		
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	1.000,00		
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	1.000,00		
4.1.9.1.5.99.99.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	1.000,00		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	38.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	37.000,00		
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	1.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	115.938,25		
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	1.157,62		
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	1.157,62		
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	114.780,63		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	114.780,63		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	53.829,56		
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	23.152,50		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	13.891,50		
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Ordinário	5.788,13		
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25% Educação	3.472,87		
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15% Saúde			

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/7
Data: 24/11/2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	1.736,44		
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Ordinários	1.041,86		
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25% Educação	434,11		
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15% Saúde	260,47		
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	28.940,62		
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	28.940,62		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		650.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	650.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			19.327.000,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		850.000,00	
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		850.000,00	
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	850.000,00		
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais		8.000,00	
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS			
4.2.3.0.0.80.00.00.00.00	Amortizações de Financiamentos	8.000,00		
4.2.3.0.0.80.01.00.00.00	Amortizações de Financiamentos de Bens	8.000,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		18.469.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		18.469.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades			
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	17.509.000,00		
4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	4.640.000,00		
4.2.4.7.1.03.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam	4.640.000,00		
4.2.4.7.1.03.20.00.00.00	Outros Convênios e Transf da União p/ Saneamento	2.500.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	10.369.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr. Fed e suas Entid.	960.000,00		
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	960.000,00		
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-3.230.348,81
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-3.230.348,81	
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	-1.380.247,34		
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.373.869,35		
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.370.628,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-1.370.628,00		
9.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-3.241,35		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-3.241,35		
9.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-6.377,99		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-6.377,99		
9.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-6.377,99		

Página: 6/7
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-1.850.101,47		
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-1.850.101,47		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-1.620.675,00		
9.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-1.620.675,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-207.339,48		
9.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-207.339,48		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-22.086,99		
9.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-22.086,99		
			Total das receitas:	42.413.471,07
			Total por entidade:	42.413.471,07
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		11.576,25	
4.1.1.2.00.00.00.00.00	TAXAS		11.576,25	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	11.576,25		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	11.576,25		
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			
4.1.3.2.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS			
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	12.945,75		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	12.945,75		
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saúde	6.945,75		
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - próprio	6.000,00		
4.1.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
4.1.7.2.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União			
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	2.664.319,18		
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	2.664.319,18		
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Saúde Da Família - SF	254.677,50		
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Saúde Bucal - SB	399.380,62		
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	97.240,50		
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Programa De Assistência Farmacêutica Básica	312.558,75		
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Agente de Combate em Endemias	57.881,25		
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Ações Estruturantes De Vigilância Sanitária	34.728,75		
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Teto Financeiro De Vigilância Em Saúde - Tfs (Ex-	10.418,62		
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Média e Alta Complexidade - MAC FEDERAL	17.943,19		
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	646.000,00		
		13.891,50		

Página: 717
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	13.891,50		
4.1.7.2.1.33.15.00.00.00	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	166.698,00		
4.1.7.2.1.33.15.10.00.00	Qualificação da Gestão do SUS	166.698,00		
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	Programa de Melhoria Acesso e de Qualidade - PMAQ	611.226,00		
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	Outros Programas Financeiros por Transferência Fundo a Fundo	41.674,50		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	285.687,75		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas Saúde	285.687,75		
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Farmácia Básica - ESTADUAL	50.935,50		
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Cofinanciamento Atenção Básica - ESF ESTADUAL	127.338,75		
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF ESTADO	75.000,00		
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	Média e Alta Complexidade - MAC ESTADO	32.413,50		
4.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		512.000,00	512.000,00
4.2.4.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		512.000,00	
4.2.4.7.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS			
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	512.000,00		
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transferência de Convênio para SUS	512.000,00		
4.2.4.7.1.01.02.00.00.00	Transferência de Convênio para SUS	512.000,00		
Total das receitas:				3.486.528,93
Total por entidade:				3.486.528,93
Total geral:				45.900.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Página: 1/2
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		9.140.000,00	17.194.128,42
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		9.140.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		160.000,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		160.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		7.894.128,42	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		99.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		7.785.128,42	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		10.000,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos			
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			19.312.300,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		19.212.300,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		100.000,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		100.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		15.000,00	
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		15.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			
			Total das despesas:	36.521.428,42
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
3.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTRA OFSS		5.892.042,65	5.892.042,65
3.5.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTRA OFSS		5.892.042,65	
3.5.1.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTRA OFSS			
3.5.1.1.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTRA OFSS	5.892.042,65		
3.5.1.1.2.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTRA OFSS	5.892.042,65		
3.5.1.1.2.01.00.00.00.000000	COTA CONCEDIDA	5.892.042,65		
3.5.1.1.2.01.00.00.00.000001	TRANSFERENCIA FINANCEIRA PARA A CAMARA DE VEREADORES	1.130.000,00		
3.5.1.1.2.01.00.00.00.000002	TRANSFERENCIA FINANCEIRA PARA O F.M.S.	4.762.042,65		
			Total das transferências:	5.892.042,65
			Total da entidade:	42.413.471,07
Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - FMS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		3.291.129,25	7.368.498,94
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		3.500,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		3.287.629,25	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			

Página: 2/2
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.077.369,69	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		6.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		3.771.369,69	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos		300.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			880.072,64
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		880.072,64	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		880.072,64	
			Total das despesas:	8.248.571,58
			Total da entidade:	8.248.571,58
Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.065.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		790.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		790.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		275.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		11.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		264.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			65.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		65.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		65.000,00	
			Total das despesas:	1.130.000,00
			Total da entidade:	1.130.000,00
			Total geral:	51.792.042,65

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1

Data: 24/11/2016

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
3 Essencial à Justiça	122 Administração Geral
4 Administração	122 Administração Geral
5 Defesa Nacional	182 Defesa Civil
6 Segurança Pública	181 Policiamento
8 Assistência Social	241 Assistência ao Idoso
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
	304 Vigilância Sanitária
	305 Vigilância Epidemiológica
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição
	361 Ensino Fundamental
	365 Educação Infantil
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
	782 Transporte Rodoviário
16 Habitação	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
20 Agricultura	606 Extensão Rural
22 Indústria	661 Promoção Industrial
27 Desporto e Lazer	695 Turismo
	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/6
Data: 24/11/2016

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA					
Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO		1648.1000	19.225.428,42	800.000,00	42.413.471,07
Unidade: 02.01 GABINETE DO PREFEITO		0,00	691.000,00	0,00	691.000,00
		0,00	691.000,00	0,00	691.000,00
04	Administração		691.000,00		691.000,00
04.122	Administração Geral		691.000,00		691.000,00
04.122.1002	GABINETE DO PREFEITO		691.000,00		691.000,00
04.122.1002.2.002	Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito		691.000,00		691.000,00
Órgão: 03.00 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA					
Unidade: 03.01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	2.924.000,00	0,00	8.816.042,65
		0,00	2.924.000,00	0,00	2.924.000,00
03	Essencial à Justiça		750.000,00		750.000,00
03.122	Administração Geral		750.000,00		750.000,00
03.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		750.000,00		750.000,00
03.122.1003.2.035	Realização de Eventos Comemorativos Municipais		750.000,00		750.000,00
04	Administração		2.174.000,00		2.174.000,00
04.122	Administração Geral		2.174.000,00		2.174.000,00
04.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		2.174.000,00		2.174.000,00
04.122.1003.2.003	Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda		2.174.000,00		2.174.000,00
Unidade: 03.02 DEPARTAMENTO DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	5.892.042,65
					5.892.042,65
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
	TRANSFERENCIA A CAMARA DE VEREADORES				1.130.000,00
	TRANSFERENCIA FINANCEIRA AO F.M.S.				4.762.042,65
Órgão: 04.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES					
Unidade: 04.01 DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO		3.881.000,00	7.198.808,99	0,00	11.079.808,99
		3.881.000,00	6.881.808,99	0,00	10.762.808,99
12	Educação	3.881.000,00	6.881.808,99		10.762.808,99
12.306	Alimentação e Nutrição		346.182,80		346.182,80
12.306.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		346.182,80		346.182,80
12.306.1005.2.054	Manutenção da Alimentação Escolar - Ensino Fundamental		180.982,80		180.982,80
12.306.1005.2.055	Manutenção da Alimentação Escolar - Ensino Infantil		165.200,00		165.200,00
12.361	Ensino Fundamental	2.380.000,00	4.768.153,31		7.148.153,31
12.361.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	2.380.000,00	4.768.153,31		7.148.153,31
12.361.1005.1.041	Construção/Ampliação/Reforma da Rede Física da Educação Básica	2.380.000,00			2.380.000,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/6
Data: 24/11/2016

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA					
Órgão: 09.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
Unidade: 09.01 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		1648.1000	19.225.428,42	800.000,00	42.413.471,07
		0,00	0,00	0,00	15.000,00
		0,00	0,00	0,00	15.000,00
99	Reserva de Contingência				15.000,00
99.999	Reserva de Contingência				15.000,00
99.999.1013	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				15.000,00
99.999.1013.9.999	Reserva de Contingência				15.000,00
Órgão: 11.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
Unidade: 11.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
08	Assistência Social				1.961.100,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		1.441.100,00	0,00	1.961.100,00
08.243.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		110.000,00		110.000,00
08.243.1007.2.038	Manutenção do Conselho Tutelar		110.000,00		110.000,00
08.244	Assistência Comunitária		1.331.100,00		1.851.100,00
08.244.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		1.331.100,00		1.851.100,00
08.244.1007.1.011	Edificação, Reforma de Equipamentos Sociais		1.331.100,00		520.000,00
08.244.1007.2.015	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social		1.331.100,00		1.331.100,00
Órgão: 12.00 FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL					
Unidade: 12.01 FUNDO AGROPECUARIO MUNICIPAL					
20	Agricultura				1.824.000,00
20.606	Extensão Rural		1.231.000,00		1.824.000,00
20.606.1010	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL		1.231.000,00		1.824.000,00
20.606.1010.1.028	Implantação de Equipamentos Públicos		1.231.000,00		593.000,00
20.606.1010.2.014	Man. das Atividades da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente		1.231.000,00		1.231.000,00
Órgão: 13.00 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL					
Unidade: 13.01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL					
16	Habitação				1.152.000,00
16.482	Habitação Urbana		1.152.000,00		1.152.000,00
16.482.1008	HABITAÇÃO DIREITO E DIGNIDADE		1.152.000,00		1.152.000,00
16.482.1008.2.017	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social		1.002.000,00		1.002.000,00
16.482.1008.2.058	Auxílio na edificação e recuperação de Unidades Habitacionais		150.000,00		150.000,00

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/6
Data: 24/11/2016

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA					
Órgão: 14.00 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA					
Unidade: 14.01 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA					
08	Assistência Social				
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		10.000,00		10.000,00
08.243.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		10.000,00		10.000,00
08.243.1007.2.016	Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência		10.000,00		10.000,00
Órgão: 15.00 FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD					
Unidade: 15.01 FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD					
05	Defesa Nacional				
05.182	Defesa Civil		1.000,00		1.000,00
05.182.1015	FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		1.000,00		1.000,00
05.182.1015.2.044	Manutenção das Atividades da Defesa Civil		1.000,00		1.000,00
Órgão: 16.00 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO					
Unidade: 16.01 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO					
08	Assistência Social				
08.241	Assistência ao Idoso		20.000,00		20.000,00
08.241.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		20.000,00		20.000,00
08.241.1007.2.057	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Idoso		20.000,00		20.000,00
Órgão: 17.00 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA					
Unidade: 17.01 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA					
13	Cultura				
13.392	Difusão Cultural		95.000,00		95.000,00
13.392.1012	MAIS CULTURA		95.000,00		95.000,00
13.392.1012.2.056	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Cultura		95.000,00		95.000,00

Página: 6/6
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS					
Órgão: 10.00 FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE					
Unidade: 10.01 FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE					
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica				
10.301.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA				
10.301.1006.1.027	Edificação/Ampliação/Reforma de Equipamentos de Saúde	662000	7.586.571,58	0,00	8.248.571,58
10.301.1006.2.027	Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal	662.000,00	7.586.571,58	0,00	8.248.571,58
10.301.1006.2.045	Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica	662.000,00	7.586.571,58	0,00	8.248.571,58
10.301.1006.2.046	Manutenção da Atenção Básica - Estado				
10.301.1006.2.048	Manutenção da Assistência Farm. Básica - Estado				
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
10.302.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA				
10.302.1006.2.043	Manutenção da Média e Alta Complexidade - MAC				
10.304	Vigilância Sanitária				
10.304.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA				
10.304.1006.2.028	Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde				
10.305	Vigilância Epidemiológica				
10.305.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA				
10.305.1006.2.047	Manutenção da Média e Alta complexidade - Estado				
Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS					
Órgão: 01.00 CÂMARA DE VEREADORES					
Unidade: 01.01 CÂMARA DE VEREADORES					
01	Legislativa				
01.031	Ação Legislativa				
01.031.1001	PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL				
01.031.1001.2.001	Manutenção das Atividades do Poder Legislativo				
01.031.1001.2.037	MANUTENÇÃO DA CÂMARA JOVEM				
Total geral:					51.792.042,65

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/4
Data: 24/11/2016

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		1.130.000,00		1.130.000,00
01.031	Ação Legislativa		1.130.000,00		1.130.000,00
01.031.1001	PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL		1.130.000,00		1.130.000,00
03	Essencial à Justiça		750.000,00		750.000,00
03.122	Administração Geral		750.000,00		750.000,00
03.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		750.000,00		750.000,00
04	Administração		2.865.000,00		2.865.000,00
04.122	Administração Geral		2.865.000,00		2.865.000,00
04.122.1002	GABINETE DO PREFEITO		691.000,00		691.000,00
04.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		2.174.000,00		2.174.000,00
05	Defesa Nacional		1.000,00		1.000,00
05.182	Defesa Civil		1.000,00		1.000,00
05.182.1015	FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		1.000,00		1.000,00
06	Segurança Pública		84.000,00		84.000,00
06.181	Policimento		84.000,00		84.000,00
06.181.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		84.000,00		84.000,00
08	Assistência Social	520.000,00	1.471.100,00		1.991.100,00
08.241	Assistência ao Idoso		20.000,00		20.000,00
08.241.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		20.000,00		20.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		120.000,00		120.000,00
08.243.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		120.000,00		120.000,00
08.244	Assistência Comunitária	520.000,00	1.331.100,00		1.851.100,00
08.244.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	520.000,00	1.331.100,00		1.851.100,00
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica	662.000,00	7.586.571,58		8.248.571,58
10.301.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	662.000,00	6.862.220,02		7.524.220,02
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	662.000,00	6.862.220,02		7.524.220,02
10.302.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		646.000,00		646.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		646.000,00		646.000,00
10.304.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		45.938,06		45.938,06
10.305	Vigilância Epidemiológica		45.938,06		45.938,06
10.305.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		32.413,50		32.413,50
			32.413,50		32.413,50

Página: 2/4
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação	3.881.000,00	6.881.808,99		10.762.808,99
12.306	Alimentação e Nutrição		346.182,80		346.182,80
12.306.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		346.182,80		346.182,80
12.361	Ensino Fundamental		4.768.153,31		7.148.153,31
12.361.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	2.380.000,00	4.768.153,31		7.148.153,31
12.365	Educação Infantil	2.380.000,00	4.768.153,31		7.148.153,31
12.365.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	1.501.000,00	1.767.472,88		3.268.472,88
13	Cultura	1.501.000,00	1.767.472,88		3.268.472,88
13.392	Difusão Cultural		95.000,00		95.000,00
13.392.1012	MAIS CULTURA		95.000,00		95.000,00
15	Urbanismo	6.736.000,00	4.219.519,43		10.955.519,43
15.451	Infra-Estrutura Urbana	6.736.000,00			6.736.000,00
15.451.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA				6.736.000,00
15.452	Serviços Urbanos	6.736.000,00			6.736.000,00
15.452.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		3.899.519,43		3.899.519,43
15.782	Transporte Rodoviário	3.899.519,43	3.899.519,43		3.899.519,43
15.782.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	320.000,00	320.000,00		320.000,00
16	Habitação	320.000,00			320.000,00
16.482	Habitação Urbana		1.152.000,00		1.152.000,00
16.482.1008	HABITAÇÃO DIREITO E DIGNIDADE		1.152.000,00		1.152.000,00
17	Saneamento	4.201.000,00			4.201.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	4.201.000,00			4.201.000,00
17.512.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	4.201.000,00			4.201.000,00
20	Agricultura	593.000,00	1.231.000,00		1.824.000,00
20.606	Extensão Rural	593.000,00	1.231.000,00		1.824.000,00
20.606.1010	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	593.000,00	1.231.000,00		1.824.000,00
22	Indústria	550.000,00			550.000,00
22.661	Promoção Industrial	550.000,00			550.000,00
22.661.1014	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	550.000,00			550.000,00
27	Desporto e Lazer		475.000,00		475.000,00
27.695	Turismo		158.000,00		158.000,00
27.695.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		158.000,00		158.000,00

Página: 3/4
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
27	Desporto e Lazer		475.000,00		475.000,00
27.812	Desporto Comunitário		317.000,00		317.000,00
27.812.1011	ESPORTE É VIDA		317.000,00		317.000,00
28	Encargos Especiais			800.000,00	800.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			800.000,00	800.000,00
28.846.0000	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			800.000,00	800.000,00
99	Reserva de Contingência				15.000,00
99.999	Reserva de Contingência				15.000,00
99.999.1013	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				15.000,00
Total:		17.143.000,00	27.942.000,00	800.000,00	45.900.000,00

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
	TRANSFERENCIA A CAMARA DE VEREADORES				1.130.000,00
	TRANSFERENCIA FINANCEIRAAO F.M.S.				4.762.042,65
	Total:	0,00	0,00	0,00	5.892.042,65
	Total geral:	17.143.000,00	27.942.000,00	800.000,00	51.792.042,65

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/4
Data: 24/11/2016

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	1.130.000,00		1.130.000,00
01.031	Ação Legislativa	1.130.000,00		1.130.000,00
01.031.1001	PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL	1.130.000,00		1.130.000,00
03	Essencial à Justiça		600.000,00	750.000,00
03.122	Administração Geral	150.000,00	600.000,00	750.000,00
03.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	150.000,00	600.000,00	750.000,00
04	Administração			2.865.000,00
04.122	Administração Geral	2.865.000,00		2.865.000,00
04.122.1002	GABINETE DO PREFEITO	691.000,00		691.000,00
04.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	2.174.000,00		2.174.000,00
05	Defesa Nacional			1.000,00
05.182	Defesa Civil	1.000,00		1.000,00
05.182.1015	FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD	1.000,00		1.000,00
06	Segurança Pública			84.000,00
06.181	Policimento	84.000,00		84.000,00
06.181.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	84.000,00		84.000,00
08	Assistência Social			1.991.100,00
08.241	Assistência ao Idoso	1.187.000,00	804.100,00	1.991.100,00
08.241.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	20.000,00		20.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	20.000,00		20.000,00
08.243.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	120.000,00		120.000,00
08.244	Assistência Comunitária	120.000,00		120.000,00
08.244.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.047.000,00	804.100,00	1.851.100,00
10	Saúde			8.248.571,58
10.301	Atenção Básica			8.248.571,58
10.301.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA			7.524.220,02
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial			7.524.220,02
10.302.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA			646.000,00
10.304	Vigilância Sanitária			646.000,00
10.304.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA			45.938,06
10.305	Vigilância Epidemiológica			45.938,06
10.305.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA			32.413,50
12	Educação			32.413,50
12.306	Alimentação e Nutrição	250.000,00	10.512.808,99	10.762.808,99
12.306.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	250.000,00	96.182,80	346.182,80
		250.000,00	96.182,80	346.182,80

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/4
Data: 24/11/2016

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	250.000,00	10.512.808,99	10.762.808,99
12.361	Ensino Fundamental		7.148.153,31	7.148.153,31
12.361.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		7.148.153,31	7.148.153,31
12.365	Educação Infantil		3.268.472,88	3.268.472,88
12.365.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		3.268.472,88	3.268.472,88
13	Cultura	95.000,00		95.000,00
13.392	Difusão Cultural	95.000,00		95.000,00
13.392.1012	MAIS CULTURA	95.000,00		95.000,00
15	Urbanismo	3.040.000,00	7.915.519,43	10.955.519,43
15.451	Infra-Estrutura Urbana	410.000,00	6.326.000,00	6.736.000,00
15.451.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	410.000,00	6.326.000,00	6.736.000,00
15.452	Serviços Urbanos	2.610.000,00	1.289.519,43	3.899.519,43
15.452.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	2.610.000,00	1.289.519,43	3.899.519,43
15.782	Transporte Rodoviário	20.000,00	300.000,00	320.000,00
15.782.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	20.000,00	300.000,00	320.000,00
16	Habitação	152.000,00	1.000.000,00	1.152.000,00
16.482	Habitação Urbana	152.000,00	1.000.000,00	1.152.000,00
16.482.1008	HABITAÇÃO DIREITO E DIGNIDADE	152.000,00	1.000.000,00	1.152.000,00
17	Saneamento	1.000,00	4.200.000,00	4.201.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	1.000,00	4.200.000,00	4.201.000,00
17.512.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	1.000,00	4.200.000,00	4.201.000,00
20	Agricultura	1.281.000,00	543.000,00	1.824.000,00
20.606	Extensão Rural	1.281.000,00	543.000,00	1.824.000,00
20.606.1010	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	1.281.000,00	543.000,00	1.824.000,00
22	Indústria	50.000,00	500.000,00	550.000,00
22.661	Promoção Industrial	50.000,00	500.000,00	550.000,00
22.661.1014	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	50.000,00	500.000,00	550.000,00
27	Desporto e Lazer	475.000,00		475.000,00
27.695	Turismo	158.000,00		158.000,00
27.695.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	158.000,00		158.000,00
27.812	Desporto Comunitário	317.000,00		317.000,00
27.812.1011	ESPORTE É VIDA	317.000,00		317.000,00
28	Encargos Especiais	800.000,00		800.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	800.000,00		800.000,00
28.846.0000	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	800.000,00		800.000,00

Página: 3/4

Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
28	Encargos Especiais	800.000,00		800.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	800.000,00		800.000,00
28.846.0000	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	800.000,00		800.000,00
99	Reserva de Contingência			15.000,00
99.999	Reserva de Contingência			15.000,00
99.999.1013	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			15.000,00
Total:		11.576.000,00	34.324.000,00	45.900.000,00

Página: 4/4
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.130.000,00	4.762.042,65	5.892.042,65
	TRANSFERÊNCIA A CAMARA DE VEREADORES	1.130.000,00		1.130.000,00
	TRANSFERENCIA FINANCEIRA AO F.M.S.		4.762.042,65	4.762.042,65
	Total:	1.130.000,00	4.762.042,65	5.892.042,65
	Total geral:	11.576.000,00	34.324.000,00	51.792.042,65

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Página: 1/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	691.000,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	750.000,00	2.174.000,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.000,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	750.000,00	2.865.000,00	1.000,00	84.000,00

Página: 2/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.762.808,99
06.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	1.961.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.991.100,00	0,00	0,00	0,00	10.762.808,99

Página: 3/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	184.000,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	10.771.519,43	0,00	4.201.000,00	0,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	1.152.000,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		95.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		95.000,00	0,00	10.955.519,43	1.152.000,00	4.201.000,00	0,00

Página: 4/15

Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA							
Funções		Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
Órgão							
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	0,00	550.000,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	1.824.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.824.000,00	0,00	550.000,00	0,00	0,00

Página: 5/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	691.000,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.924.000,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	317.000,00	0,00	0,00	11.079.808,99
06.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	158.000,00	0,00	0,00	892.000,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.056.519,43
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00
09.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.961.100,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.824.000,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.152.000,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
15.00 - FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95.000,00
Total:		0,00	0,00	475.000,00	800.000,00	15.000,00	36.521.428,42

Página: 6/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 7/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	8.248.571,58	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	8.248.571,58	0,00	0,00

Página: 8/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 9/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 10/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.248.571,58
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.248.571,58

Página: 11/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		1.130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		1.130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 12/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 13/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 14/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 15/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS						
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total geral:						
						1.130.000,00
						1.130.000,00
						45.900.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Página: 2/8
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015	2016	2017
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA						
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	103.440,66	166.604,39	213.928,98	241.398,75	259.843,09
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	52.622,45	23.812,65	29.189,83	41.398,75	49.843,09
4.1.3.2.5.01.01.00.00.00	Rendimento Fundeb 60%	2.857,53	11.125,95	9.468,19	12.400,00	13.000,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rendimento Fundeb 40%	1.904,99	7.179,12	6.312,21	7.500,00	8.000,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE (salário educac.	1.645,23	5.282,59	11.267,20	3.307,50	9.742,28
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec de Remun. Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	61,48	205,89	2.140,74	551,25	578,81
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec de Remun. Dep Banc Rec Vinc. - FNAS	2.766,57	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.91.00.00.00	Rec. de Remun. Dep Banc Rec. Vinc. - PDDE	96,90	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.92.00.00.00	Rem Dep Bancarios Rec. Vinc - Apoio a Creche	156,49	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.93.00.00.00	Rem Dep Bancarios Rec. Vinc - PAR	12.835,51	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.94.00.00.00	Rem Dep Bancarios Rec. Vinc - Convênio União	28.135,08	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.95.00.00.00	Rem Dep Bancarios Rec. Vinc-Transp. Esc Estadual	1.407,78	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.96.00.00.00	Rem Dep Bancarios Rec. Vinc - PNAE	385,91	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.97.00.00.00	Rem Dep Bancarios Rec. Vinc - PNAE	276,19	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.98.00.00.00	Rem de Dep Bancários Rec Vinc. - COSIP	83,85	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	8,94	19,10	1,49	17.640,00	18.522,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	50.818,21	142.791,74	184.739,15	200.000,00	210.000,00
4.1.3.2.5.02.98.00.00.00	Rem Dep Bancarios Rec. não vinc- Alienação de Bens	531,41	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.-Próprio	50.286,80	142.791,74	184.739,15	200.000,00	210.000,00
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	36.433,88	37.657,69	58.264,68	44.100,00	90.000,00
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	36.433,88	37.657,69	58.264,68	44.100,00	90.000,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	13.391,04	13.646,17	15.993,15	16.537,50	71.546,77
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00	Serviços de Fornecimento de Água	13.391,04	13.646,17	15.993,15	16.537,50	17.364,38
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	54.182,39
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.875.490,05	17.971.733,65	18.303.673,22	21.266.615,00	22.234.828,47
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.449.944,35	17.510.486,43	17.921.449,14	19.537.615,00	21.516.828,47
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	6.999.303,95	7.137.656,09	7.322.308,18	7.998.327,50	9.377.074,24
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	5.528.588,02	5.671.645,04	5.916.812,86	6.542.235,00	7.389.346,75
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	5.508.918,55	5.653.737,77	5.891.264,88	6.526.800,00	6.853.140,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	FPM - Ordinário	3.164.892,43	3.392.242,62	3.534.758,89	3.916.080,00	4.111.884,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	FPM - 25% Educação	1.318.705,26	1.413.434,47	1.472.816,26	1.631.700,00	1.713.285,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	FPM - 15% Saúde	791.223,12	848.060,68	883.689,73	979.020,00	1.027.971,00
4.1.7.2.1.01.02.10.00.00	Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	175.573,30	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.20.00.00	Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	58.524,44	0,00	0,00	0,00	520.000,00
4.1.7.2.1.01.03.00.00.00	Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1% Cota de Dezembro	0,00	0,00	0,00	0,00	390.000,00
4.1.7.2.1.01.03.01.00.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota Anual - 75% ordinário	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
4.1.7.2.1.01.03.02.00.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota Anual - 25% educação	0,00	0,00	0,00	0,00	16.206,75
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	19.669,47	17.907,27	25.547,98	15.435,00	16.206,75
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	ITR - Ordinário	11.801,66	10.744,36	15.320,89	9.261,00	9.724,05
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	ITR - 25% Educação	4.917,39	4.476,82	6.396,88	3.858,75	4.051,69
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota Parte IPTU - Saude	2.950,42	2.686,09	3.830,21	2.315,25	2.431,01
4.1.7.2.1.09.00.00.00.00	Outras Transf. da União	113.470,70	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/8
Data: 24/11/2016

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA						
4.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transf. de União	113.470,70	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	857.867,79	781.193,76	781.219,05	624.015,00	1.092.089,78
4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	779.568,09	693.039,64	715.162,47	529.200,00	992.534,03
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	78.299,70	88.154,12	66.056,58	94.815,00	99.555,75
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS	141.172,51	219.294,38	167.107,45	232.900,00	243.800,00
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	SUAS - Proteção Social Básica - AB	10.000,00	219.294,38	166.499,35	189.000,00	198.000,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	SUAS - Proteção Social Especializada - MC	57.000,00	0,00	608,10	8.400,00	8.800,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	PTMC - PPD	7.297,20	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	SUAS - IGD-PBF	0,00	0,00	0,00	26.000,00	27.000,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	SUAS - IGD-SUAS	0,00	0,00	0,00	9.500,00	10.000,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	PVMC - PETI	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	IGDBF - IGD	36.875,31	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	327.183,96	436.083,31	427.678,08	565.000,00	619.066,71
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	174.921,64	271.200,79	284.591,68	284.000,00	305.926,49
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transf Diretas do FNDNE referentes ao PDDE	3.540,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDNE referentes ao PNAE	67.740,00	84.800,00	77.274,00	84.000,00	96.182,80
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDNE referentes ao PNATE	80.982,32	80.082,52	65.812,40	71.000,00	84.957,42
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDNE	0,00	0,00	0,00	126.000,00	132.000,00
4.1.7.2.1.35.99.01.00.00	Apoio Financeiro a Creches	0,00	0,00	0,00	50.000,00	52.000,00
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00	Manutenção Educação Infantil Transferência Direta	0,00	0,00	0,00	76.000,00	80.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	31.020,97	29.439,60	29.490,74	34.177,50	32.771,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Traf.Fin.ICMS - Desoner - L.C.Nº 87/96 - Ordinário	17.061,55	17.663,64	17.694,47	20.506,50	19.662,60
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Traf.Fin.ICMS - Desoner - L.C.Nº 87/96 - Educação	9.694,05	7.359,96	7.372,69	8.544,38	8.192,75
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	ICMS Lei 87/96 - 15% Saúde	4.265,37	4.416,00	4.423,58	5.126,62	4.915,65
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	7.666.591,25	7.975.313,12	8.107.480,17	8.871.287,50	9.339.754,23
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	7.666.591,25	7.975.313,12	8.056.527,53	8.814.487,50	9.279.454,23
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	6.790.593,78	7.035.847,22	7.047.393,02	7.717.500,00	8.103.375,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	ICMS - Ordinários	4.074.355,87	4.221.507,57	4.228.435,60	4.630.500,00	4.862.025,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - Educação	1.697.648,76	1.758.962,33	1.761.848,48	1.929.375,00	2.025.843,75
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saude	1.018.589,15	1.055.377,32	1.057.108,94	1.157.625,00	1.215.506,25
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	774.218,17	829.740,72	895.060,82	959.175,00	1.036.703,82
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - Ordinário	464.530,62	497.844,18	535.886,71	575.505,00	622.021,92
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	IPVA - 25% Educação	193.554,80	207.435,44	225.202,14	239.793,75	259.176,26
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	IPVA - 15% Saúde	116.132,75	124.461,10	133.971,97	143.876,25	155.505,64
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	100.926,06	107.998,13	109.328,06	110.250,00	110.434,79
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	IPI Exportação - Ordinário	60.555,53	64.798,82	65.596,80	66.150,00	66.260,81
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	IPI Exportação - 25% Educação	25.231,58	26.999,58	27.332,03	27.562,50	27.608,76
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	IPI Exportação - 15% Saúde	15.138,95	16.199,73	16.399,23	16.537,50	16.565,22
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	853,24	1.727,05	4.745,63	27.562,50	28.940,62
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	0,00	0,00	50.952,64	56.800,00	60.300,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. Estado - Recursos SUAS	0,00	0,00	50.952,64	56.800,00	60.300,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.784.049,15	2.397.517,22	2.491.660,79	2.668.000,00	2.800.000,00

Página: 4/8
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA						
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.784.049,15	2.397.517,22	2.491.660,79	2.668.000,00	2.800.000,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.070.429,39	1.668.911,81	1.741.460,74	1.867.600,00	1.960.000,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	713.619,76	728.605,41	750.200,05	800.400,00	840.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00	Transf. de Conv.	425.545,70	461.247,22	382.224,08	1.729.000,00	718.000,00
	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	0,00	461.247,22	382.224,08	1.729.000,00	518.000,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	0,00	461.247,22	382.224,08	694.000,00	518.000,00
4.1.7.6.1.02.00.15.00	Prog de Apoio Transp Escolar Educ. Básica	0,00	461.247,22	0,00	0,00	0,00
4.1.7.6.1.02.00.99.00	Outras Transf de Convênios a Programas de Educação	0,00	0,00	382.224,08	694.000,00	518.000,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	0,00	0,00	0,00	1.035.000,00	0,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr Fed. e suas Entid.	425.545,70	0,00	0,00	0,00	200.000,00
4.1.7.6.2.02.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	412.410,65	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	13.135,05	0,00	0,00	0,00	200.000,00
4.1.7.6.2.99.01.00.00	Convênio Benefícios Eventuais	4.819,05	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.99.03.00.00	Transferencia FEAS Alta - Custeio	8.316,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.99.99.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		230.376,82	399.214,88	165.847,86	836.517,50	883.077,92
Multas e Juros de Mora		69.159,32	61.077,12	67.578,94	58.152,50	63.310,11
Multas/Juros de Mora dos Tributos		11.059,50	12.376,25	11.015,78	3.307,50	3.472,86
Multas/Juros de Mora s/ o IPTU		2.016,88	1.400,56	1.181,54	1.102,50	1.157,62
Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Ordinários		1.209,69	839,99	708,68	661,50	694,57
Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25% Educação		503,80	349,78	295,34	275,63	289,40
Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15% Saúde		303,39	210,79	177,52	165,37	173,65
Multas/Juros de Mora s/ o ISS		4.341,90	4.676,11	4.940,96	1.102,50	1.157,62
Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25% Educação		2.604,85	2.806,15	3.146,52	661,50	694,57
Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Saude		1.085,17	1.168,41	1.121,37	275,63	289,40
Multas e Juros de Mora de Outros Tributos		651,88	701,55	673,07	165,37	173,65
Multas e Juros de Mora de Outros Tributos		4.700,72	6.299,58	4.893,28	1.102,50	1.157,62
Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos		0,00	6.299,58	4.893,28	1.102,50	1.157,62
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU		18.612,74	16.181,32	16.433,60	19.845,00	20.837,25
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Ordinári		7.544,10	4.749,06	7.673,32	7.717,50	8.103,38
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25% Educ		4.525,23	2.848,94	4.603,61	4.630,50	4.862,03
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 15% Saúde		1.884,90	1.186,87	1.918,14	1.929,38	2.025,84
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS		1.133,97	713,25	1.151,57	1.157,62	1.215,51
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Ordinário		3.212,93	2.822,03	1.128,64	1.102,50	1.157,62
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25% Educa		1.927,73	1.693,18	677,12	661,50	694,57
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Saude		803,10	705,47	282,13	275,63	289,40
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos		482,10	423,38	169,39	165,37	173,65
Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.		7.855,71	8.610,23	7.631,64	11.025,00	11.576,25
Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.		0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.		0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.		0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Multas de Outras Origens		39.487,08	32.519,55	40.129,56	35.000,00	38.000,00

Página: 5/8
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA						
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	39.487,08	32.519,55	40.129,56	35.000,00	37.000,00
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.281,25	75.051,83	0,00	23.152,50	115.938,25
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	0,00	74.879,75	0,00	1.102,50	1.157,62
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	0,00	74.879,75	0,00	1.102,50	1.157,62
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	3.281,25	172,08	0,00	22.050,00	114.780,63
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	3.281,25	172,08	0,00	22.050,00	114.780,63
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	111.536,50	44.892,36	46.172,12	51.266,25	53.829,56
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	111.536,50	44.892,36	46.172,12	51.266,25	53.829,56
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	55.455,07	13.691,69	22.102,63	22.050,00	23.152,50
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Ordinário	33.271,56	8.214,60	13.261,21	13.230,00	13.891,50
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25% Educação	13.862,42	3.422,53	5.525,46	5.512,50	5.788,13
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15% Saúde	8.321,09	2.054,56	3.315,96	3.307,50	3.472,87
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	12.177,87	11.823,25	3.662,27	1.653,75	1.736,44
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Ordinário	7.306,70	7.093,93	2.197,30	992,25	1.041,86
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25% Educação	3.044,44	2.955,79	915,55	413,44	434,11
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15% Saúde	1.826,73	1.773,53	549,42	248,06	260,47
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	43.903,56	19.377,42	20.407,22	27.562,50	28.940,62
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	0,00	19.377,42	20.407,22	27.562,50	28.940,62
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	46.399,75	218.193,57	52.096,80	703.946,25	650.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	46.399,75	218.193,57	52.096,80	703.946,25	650.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	6.141.834,46	3.034.397,39	9.414.671,40	34.200.000,00	19.327.000,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	850.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	850.000,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	850.000,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	850.000,00
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	7.459,01	0,00	0,00	0,00	8.000,00
4.2.3.0.0.80.00.00.00.00	Amort. de Financiamentos	7.459,01	0,00	0,00	0,00	8.000,00
4.2.3.0.0.80.01.00.00.00	Amort. de Financiamentos de Bens	7.459,01	0,00	0,00	0,00	8.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.134.375,45	3.034.397,39	9.414.671,40	33.200.000,00	18.469.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	6.134.375,45	3.034.397,39	9.414.671,40	33.200.000,00	18.469.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	6.128.831,45	3.005.080,35	7.914.800,69	33.200.000,00	17.509.000,00
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	0,00	0,00	1.113.735,83	2.100.000,00	4.640.000,00
4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	0,00	0,00	1.113.735,83	2.100.000,00	4.640.000,00
4.2.4.7.1.03.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam	0,00	0,00	4.196.855,90	3.500.000,00	2.500.000,00
4.2.4.7.1.03.20.00.00.00	Outros Convênios e Transf da União p/ Saneamento	0,00	0,00	4.196.855,90	3.500.000,00	2.500.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	6.128.831,45	3.005.080,35	2.604.208,96	27.600.000,00	10.369.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed e suas Entid.	5.544,00	29.317,04	1.499.870,71	0,00	960.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	5.544,00	29.317,04	1.499.870,71	0,00	960.000,00
4.2.4.7.2.99.01.00.00.00	Transferencia FEAS Alta - Investimentos	5.544,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.597.780,47	-2.734.915,53	-2.799.614,57	-3.072.667,50	-3.230.348,81
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.597.780,47	-2.734.915,53	-2.799.614,57	-3.072.667,50	-3.230.348,81

Página: 6/8
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA						
9.1.7.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE					
9.1.7.2.0.00.00.00.00	Dedução de Receita	-2.597.780,47	-2.734.915,53	-2.799.614,57	-3.072.667,50	-3.230.348,81
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-2.597.780,47	-2.734.915,53	-2.799.614,57	-3.072.667,50	-3.230.348,81
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.065.101,76	-1.140.216,55	-1.189.260,24	-1.315.282,50	-1.380.247,34
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-1.058.897,62	-1.134.328,63	-1.183.362,11	-1.308.447,00	-1.373.869,35
9.1.7.2.1.01.02.02.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-1.054.963,82	-1.130.747,27	-1.178.252,63	-1.305.360,00	-1.370.628,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	0,00	0,00	-1.178.252,63	-1.305.360,00	-1.370.628,00
9.1.7.2.1.01.05.02.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-3.933,80	-3.581,36	-5.109,48	-3.087,00	-3.241,35
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	0,00	0,00	-5.109,48	-3.087,00	-3.241,35
9.1.7.2.1.36.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-6.204,14	-5.887,92	-5.898,13	-6.835,50	-6.377,99
9.1.7.2.1.36.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-6.204,14	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-1.532.678,71	-1.594.698,98	-1.610.354,33	-1.757.385,00	-1.850.101,47
9.1.7.2.2.01.01.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-1.532.678,71	-1.594.698,98	-1.610.354,33	-1.757.385,00	-1.850.101,47
9.1.7.2.2.01.01.02.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-1.358.117,74	-1.407.168,30	-1.409.477,57	-1.543.500,00	-1.620.675,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-154.826,35	-165.930,98	-179.011,23	-191.835,00	-207.339,48
9.1.7.2.2.01.02.02.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	0,00	0,00	-179.011,23	-191.835,00	-207.339,48
9.1.7.2.2.01.04.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-19.734,62	-21.599,70	-21.865,53	-22.050,00	-22.086,99
9.1.7.2.2.01.04.02.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	0,00	0,00	-21.865,53	-22.050,00	-22.086,99
Total por entidade:		22.580.206,49	20.635.384,41	27.524.741,82	55.679.983,75	42.413.471,07
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS						
4.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS	2.197.445,95	2.281.203,54	2.058.948,75	5.764.016,25	3.486.528,93
4.1.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	2.091.845,95	2.281.203,54	2.058.948,75	2.832.016,25	2.974.528,93
4.1.1.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	14.497,12	12.900,90	11.055,16	11.025,00	11.576,25
4.1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS	14.497,12	12.900,90	11.055,16	11.025,00	11.576,25
4.1.1.2.1.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	14.497,12	12.900,90	11.055,16	11.025,00	11.576,25
4.1.1.2.1.17.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	14.497,12	12.900,90	11.055,16	11.025,00	11.576,25
4.1.3.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	16.646,30	2.362,33	2.534,93	12.127,50	12.945,75
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	16.646,30	2.362,33	2.534,93	12.127,50	12.945,75
4.1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	16.646,30	2.362,33	2.534,93	12.127,50	12.945,75
4.1.3.2.5.01.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	16.646,30	2.362,33	2.534,93	12.127,50	12.945,75
4.1.3.2.5.01.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saúde	0,00	0,00	0,00	6.615,00	6.945,75
4.1.3.2.5.01.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - proprio	749,59	2.362,33	2.534,93	5.512,50	6.000,00
4.1.3.2.5.01.85.00.00	Remun. Depósitos - CONVENIOS	3.177,34	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.86.00.00	Remun. Depósitos - ASS. FARM. ESTADUAL	230,69	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.87.00.00	Remun. Depósitos - ASS. FARM. FEDERAL	204,65	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.88.00.00	Remun. Depósitos - VIG EM SAUDE	1.119,49	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.89.00.00	Remun. Depósitos - MAC	475,23	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.90.00.00	Remun. Depósitos - SIAMAC	102,71	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.91.00.00	Remun. Depósitos - NASF	603,87	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.92.00.00	Remun. Depósitos - ESF/ESTADO	2.113,96	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.93.00.00	Remun. Depósitos - PACS	1.424,17	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/8
Data: 24/11/2016

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS						
4.1.3.2.5.01.94.00.00.00	Remun. Depósitos - ESF/FEDERAL	252,52	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.95.00.00.00	Remun. Depósitos - SB	629,59	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.96.00.00.00	Remun. Depósitos - PMAQ	3.693,06	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.97.00.00.00	Remun. Depósitos - PSE	807,26	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.98.00.00.00	Remun. Depósitos - PAB	1.062,17	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.060.311,73	2.265.940,31	2.045.358,66	2.808.863,75	2.950.006,93
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.060.311,73	2.265.940,31	2.045.358,66	2.808.863,75	2.950.006,93
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	1.875.004,86	2.060.460,11	1.859.395,08	2.537.208,75	2.664.319,18
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.875.004,86	2.060.460,11	1.859.395,08	2.537.208,75	2.664.319,18
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	233.326,46	244.113,96	258.271,13	242.550,00	254.677,50
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Saúde Da Família - SF	342.240,00	266.770,00	229.560,00	380.362,50	399.380,62
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Saúde Bucal - SB	82.820,00	73.804,26	80.280,00	92.610,00	97.240,50
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	282.233,00	287.518,00	316.368,00	297.675,00	312.558,75
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Programa De Assistência Farmacêutica Básica	44.931,48	49.016,16	44.931,48	55.125,00	57.881,25
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Agente de Combate em Indemias	28.520,00	0,00	0,00	33.075,00	34.728,75
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Ações Estruturantes De Vigilância Sanitária	0,00	8.831,95	7.460,95	9.922,50	10.418,62
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Teto Financeiro De Vigilância Em Saúde - Tívs (Ex-	45.849,57	52.186,48	58.092,74	17.088,75	17.943,19
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Média e Alta Complexidade - MAC FEDERAL	325.928,51	539.949,34	550.721,26	615.000,00	646.000,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	12.273,20	0,00	3.209,52	13.230,00	13.891,50
4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	0,00	0,00	0,00	13.230,00	13.891,50
4.1.7.2.1.33.11.30.00.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	0,00	0,00	3.209,52	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.11.30.03.00	Saúde Bucal	0,00	0,00	3.209,52	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.15.00.00.00	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	128.000,00	96.000,00	0,00	158.760,00	166.698,00
4.1.7.2.1.33.15.01.00.00	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	0,00	96.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.15.10.00.00	Qualificação da Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	166.698,00
4.1.7.2.1.33.15.30.00.00	Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	Programa de Melhoria Acesso e de Qualidade - PMAQ	342.500,00	442.269,96	310.500,00	582.120,00	611.226,00
4.1.7.2.1.33.17.00.00.00	Teto Municipal Rede Oegonha (RCE-RCEG)	6.382,64	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	39.690,00	41.674,50
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	185.306,87	205.480,20	185.963,58	271.655,00	285.687,75
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	185.306,87	205.480,20	185.963,58	271.655,00	285.687,75
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Farmácia Basica - ESTADUAL	42.732,00	32.049,00	17.977,52	48.510,00	50.935,50
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Cofinanciamento Atenção Básica - ESF ESTADUAL	90.100,00	95.561,00	119.669,26	121.275,00	127.338,75
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Núcleo de Atendimento da Saude da Família - NASF	30.000,00	53.500,00	12.000,00	71.000,00	75.000,00
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	Média e Alta Complexidade - MAC ESTADO	22.474,87	24.370,20	36.316,80	30.870,00	32.413,50
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	390,80	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	390,80	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.0.99.00.00.00.00.00	Outras Receitas	390,80	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	105.600,00	0,00	0,00	2.932.000,00	512.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	105.600,00	0,00	0,00	2.932.000,00	512.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	105.600,00	0,00	0,00	2.932.000,00	512.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	105.600,00	0,00	0,00	2.932.000,00	512.000,00

Página: 8/8
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS						
4.2.4.7.1.01.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	105.600,00	0,00	0,00	2.932.000,00	512.000,00
4.2.4.7.1.01.02.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	0,00	0,00	0,00	2.932.000,00	512.000,00
Total por entidade:		2.197.445,95	2.281.203,54	2.058.948,75	5.764.016,25	3.486.528,93
Total geral:		24.777.652,44	22.916.587,95	29.583.690,57	61.444.000,00	45.900.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Página: 1/2
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2013	2014	2015	2016	2017
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	10.084.090,24	11.335.588,27	12.679.691,95	14.795.496,52	17.194.128,42
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.706.706,11	6.231.475,10	7.088.467,73	7.561.738,67	9.140.000,00
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	1.573,00	3.402,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.705.133,11	6.228.073,10	7.088.467,73	7.561.738,67	9.140.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.132,11	4.182,57	48.768,07	39.690,00	160.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	4.132,11	4.182,57	48.768,07	39.690,00	160.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.373.252,02	5.099.930,60	5.542.456,15	7.194.067,85	7.894.128,42
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	85.248,00	82.130,00	96.000,00	97.662,38	99.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	858,00	2.548,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	4.287.146,02	5.015.252,60	5.438.456,15	7.088.405,47	7.785.128,42
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op entre Órgãos	0,00	0,00	8.000,00	8.000,00	10.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	7.258.705,81	4.555.702,01	6.977.568,01	35.111.923,75	19.312.300,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	7.209.877,09	4.436.252,21	6.934.646,65	35.036.083,75	19.212.300,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	429,00	490,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	7.209.448,09	4.435.762,21	6.934.646,65	35.036.083,75	19.212.300,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	48.828,72	119.449,80	42.921,36	75.840,00	100.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	48.828,72	119.449,80	42.921,36	75.840,00	100.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
Total por entidade:		17.342.796,05	15.891.290,28	19.657.259,96	49.922.420,27	36.521.428,42
Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	4.986.198,90	5.753.378,51	6.120.377,21	7.521.157,23	7.368.498,94
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.975.515,33	2.301.824,76	2.564.529,97	4.186.285,00	3.291.129,25
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	6.000,00	0,00	3.240,00	3.400,00	3.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.969.515,33	2.301.824,76	2.561.289,97	4.182.885,00	3.287.629,25
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.010.683,57	3.451.553,75	3.555.847,24	3.334.872,23	4.077.369,69
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	166.796,42	237.753,35	5.760,00	5.900,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.843.887,15	3.213.800,40	3.286.637,75	3.139.822,23	3.771.369,69
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op entre Órgãos	0,00	0,00	263.449,49	189.150,00	300.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	266.926,65	278.243,14	97.474,64	3.200.422,50	880.072,64
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	266.926,65	278.243,14	97.474,64	3.200.422,50	880.072,64
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	266.926,65	278.243,14	97.474,64	3.200.422,50	880.072,64
Total por entidade:		5.253.125,55	6.031.621,65	6.217.851,85	10.721.579,73	8.248.571,58
Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	788.975,00	1.065.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	661.500,00	790.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	661.500,00	790.000,00

Página: 2/2
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA	
		2013	2014	2015		2016	2017
Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS							
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	127.475,00	275.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	9.922,50	11.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	117.552,50	264.000,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	11.025,00	65.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	11.025,00	65.000,00	
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	800.000,00	1.130.000,00	
Total geral:		22.595.921,60	21.922.911,93	25.875.111,81	61.444.000,00	45.900.000,00	

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 1/11
Data: 24/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA							36.521.428,42
Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO							691.000,00
Unidade: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO							691.000,00
1	2.002 - Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito	A	2	04.122.1002	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	540.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	150.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
						Recursos Ordinários	
Órgão: 03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA							2.924.000,00
Unidade: 03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO							2.924.000,00
2	2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda	A	3	04.122.1003	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.070.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.50.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	92.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.93.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	10.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	2.000,00
						Recursos Ordinários	
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES							11.079.808,99
Unidade: 04.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO							10.762.808,99
6	2.051 - Manutenção do Ensino Fundamental	A	4	12.361.1005	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000	700.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.000000	1.540.000,00
						Transferências de Convênios - Outros	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1024.000000	200.000,00
						Especificação 1024	
						Recursos Ordinários	
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000	11.079.808,99
						Recursos Ordinários	
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0018.000000	700.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0019.000000	1.540.000,00
						Transferências do FUNDEF/FUNDEF - remuneração dos profissionais do Magistério	
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0019.000000	350.000,00
						Transferências do FUNDEF/FUNDEF - outras despesas da Educação Básica	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000	240.000,00
						Recursos Ordinários	

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 2/11
Data: 24/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA							36.521.428,42
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES							11.079.808,99
Unidade: 04.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO							10.762.808,99
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0019.000000	80.000,00
						Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras despesas da Educação Básica	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0058.000000	192.195,89
						Salário Educação	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000	1.000,00
						Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0022.000000	150.000,00
						Transferências de Convênios - Educação	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0058.000000	22.000,00
						Salário Educação	
7 2.052 - Manutenção do Ensino Infantil							350.000,00
	Manutenção(ANO)	A	4	12.365.1005	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000	
						Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação	
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0018.000000	805.000,00
						Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuneração dos profissionais do Magistério	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000	150.000,00
						Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0019.000000	46.000,00
						Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras despesas da Educação Básica	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0058.000000	101.472,88
						Salário Educação	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0062.000000	132.000,00
						Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000	33.000,00
						Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0022.000000	150.000,00
						Transferências de Convênios - Educação	
8 2.053 - Manutenção do Transporte Escolar							210.000,00
	Manutenção(ANO)	A	4	12.361.1005	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000	
						Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000	180.000,00
						Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0022.000000	518.000,00
						Transferências de Convênios - Educação	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0061.000000	84.957,42
						Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 3/11
Data: 24/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA							
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES							
Unidade: 04.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO							
9	2.054 - Manutenção da Alimentação Escolar - Ensino Fundamental	A	4	12.306.1005	3.3.90.00.00.00.00.00	Transferências de Convênios - Educação	36.521.428,42
	Manutenção(ANO)				3.3.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	11.079.808,99
					3.3.90.00.00.00.00.00	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	10.762.808,99
							500.000,00
10	2.055 - Manutenção da Alimentação Escolar - Ensino Infantil	A	4	12.306.1005	3.3.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	130.000,00
	Manutenção(ANO)				3.3.90.00.00.00.00.00	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	35.200,00
48	1.041 - Construção/Ampliação/Reforma da Rede Física da Educação Básica	P	1	12.361.1005	4.4.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	40.000,00
	Obras(Obr)				4.4.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	2.340.000,00
50	1.042 - Construção/Ampliação/Reforma da Rede Física da Educação Infantil	P	1	12.365.1005	4.4.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	1.000,00
	Obras(Obr)				4.4.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	1.500.000,00
Unidade: 04.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES							
12	2.010 - Manutenção das Atividades Desportivas	A	4	27.812.1011	3.1.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	317.000,00
	Manutenção(ANO)				3.3.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	230.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	85.000,00
						Recursos Ordinários	2.000,00
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO							
Unidade: 06.01 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO							
15	1.005 - Construir Portais de Acesso à Cidade	P	4	15.451.1009	4.4.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	892.000,00
	Obras(Obr)				4.4.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	60.000,00
						Transferências de Convênios - Outros	124.000,00
17	2.034 - Manutenção da Sec. de Indústria, Comércio e Turismo	A	4	27.695.1009	3.1.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	130.000,00
	Manutenção(ANO)					Recursos Ordinários	

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 4/11
Data: 24/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA							
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO							
Unidade: 06.01 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO							
49	1.001 - Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Aquisição de Novos Terrenos	P	4	22.861.1014	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	36.521.428,42 892.000,00 892.000,00 28.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	50.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1024.0000000 Especificação 1024	500.000,00
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS							
Unidade: 07.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS							
18	1.003 - Saneamento Básico Municipal	P	4	17.512.1009	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	15.056.519,43 15.056.519,43 1.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.0000000 Transferências de Convênios - Outros	4.200.000,00
21	1.014 - Pavimentação de Vias Públicas	P	4	15.451.1009	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.0000000 Transferências de Convênios - Outros	1.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	150.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.0000000 Transferências de Convênios - Outros	5.000.000,00
22	1.016 - Construção e Revitalização de Praças Públicas	P	4	15.451.1009	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.0000000 Transferências de Convênios - Outros	1.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	200.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.0000000 Transferências de Convênios - Outros	350.000,00
24	1.039 - Edificação da Garagem para o Parque de Máquinas	P	4	15.451.1009	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0083.0000000 Operações de Crédito Internas - Outros Programas	850.000,00
25	2.013 - Man. das Atividades da Sec. de Transportes, Obras e Serviços Públicos	A	4	15.452.1009	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	1.500.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	1.100.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0016.0000000 Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	29.519,43
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0017.0000000 Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	320.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 5/11
Data: 24/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA							
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS							
Unidade: 07.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS							
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.000000	36.521.428,42
						Transferências de Convênios - Outros	15.056.519,43
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1024.000000	15.056.519,43
						Especificação 1024	150.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	250.000,00
						Recursos Ordinários	10.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0017.000000	30.000,00
						Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.000000	500.000,00
						Transferências de Convênios - Outros	10.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1024.000000	
						Especificação 1024	
26	2.039 - Manutenção das Atividades da Polícia Civil Manutenção(ANO)	A	4	06.181.1009	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	12.000,00
						Recursos Ordinários	6.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	
						Recursos Ordinários	
27	2.040 - Manutenção das Atividades da Polícia Militar Manutenção(ANO)	A	4	06.181.1009	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	20.000,00
						Recursos Ordinários	6.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	
						Recursos Ordinários	
28	2.041 - Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros Manutenção(ANO)	A	4	06.181.1009	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	38.000,00
						Recursos Ordinários	2.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	
						Recursos Ordinários	
29	2.050 - Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões ANO(ANO)	A	1	15.782.1009	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	20.000,00
						Recursos Ordinários	100.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.000000	
						Transferências de Convênios - Outros	200.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1024.000000	
						Especificação 1024	
Órgão: 08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO							
Unidade: 08.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO							
30	0.001 - Dívida Fundada Interna ANO(ANO)	O	3	28.846.0000	3.2.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	800.000,00
						Recursos Ordinários	800.000,00
							160.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 6/11
Data: 24/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA							36.521.428,42
Órgão: 08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO							800.000,00
Unidade: 08.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO							800.000,00
					4.6.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	100.000,00
31	0.002 - Aposentados e Pensionistas ANO(ANO)	O	3	28.846.0000	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	140.000,00
32	0.003 - Precatórios, Acordos e Sentenças Judiciais	O	3	28.846.0000	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	200.000,00
33	0.004 - Obrigações Tributárias e Contributivas	O	3	28.846.0000	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	200.000,00
Órgão: 09.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA							15.000,00
Unidade: 09.01 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA							15.000,00
34	9.999 - Reserva de Contingência ANO(ANO)	R	3	99.999.1013	9.9.99.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	15.000,00
Órgão: 11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							1.961.100,00
Unidade: 11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							1.961.100,00
36	1.011 - Edificação, Reforma de Equipamentos Sociais Metros quadrados(M²)	P	4	08.244.1007	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	20.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.0000000 Transferências de Convênios - Outros	500.000,00
37	2.015 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	A	4	08.244.1007	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	800.000,00
	Manutenção(ANO)				3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0070.0000000 Gestão do SUS	44.000,00
					3.3.50.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	6.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	220.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0070.0000000 Gestão do SUS	154.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0071.0000000 Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	8.800,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0073.0000000 Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	27.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0074.0000000 Aporte para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS	10.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 7/11
Data: 24/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA							
Órgão: 11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
Unidade: 11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
<hr/>							
38	2.038 - Manutenção do Conselho Tutelar Manutenção(ANO)	A	4	08.243.1007	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0075.000000	36.521.428,42
						Aporte ao RPPS – Alíquota Suplementar	1.961.100,00
						0.1.0000.000000	51.000,00
						Recursos Ordinários	1.000,00
						0.1.0075.000000	9.300,00
						Aporte ao RPPS – Alíquota Suplementar	
<hr/>							
38	2.038 - Manutenção do Conselho Tutelar Manutenção(ANO)	A	4	08.243.1007	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	96.000,00
						Recursos Ordinários	13.000,00
						0.1.0000.000000	
						Recursos Ordinários	1.000,00
						0.1.0000.000000	
<hr/>							
Órgão: 12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL							
Unidade: 12.01 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL							
40	1.028 - Execução de Obras Implantação de Equipamentos Públicos na Agricultura Obras(Obr)	P	4	20.606.1010	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.824.000,00
						Recursos Ordinários	10.000,00
						0.1.0024.000000	33.000,00
						Transferências de Convênios - Outros	50.000,00
						0.1.0000.000000	
						Recursos Ordinários	500.000,00
						0.1.0024.000000	
						Transferências de Convênios - Outros	
<hr/>							
41	2.014 - Man. das Atividades da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente Manutenção(ANO)	A	4	20.606.1010	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	590.000,00
						Recursos Ordinários	
						0.1.0000.000000	1.000,00
						Recursos Ordinários	620.000,00
						0.1.0000.000000	
						Recursos Ordinários	10.000,00
						0.1.0024.000000	
						Transferências de Convênios - Outros	
						0.1.0000.000000	10.000,00
						Recursos Ordinários	

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 8/11
Data: 24/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA							
Órgão:	13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL						36.521.428,42
Unidade:	13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL						1.152.000,00
42	2.017 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	A	4	16.482.1008	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
	Unidades(UN)					Recursos Ordinários	1.000,00
						Recursos Ordinários	1.000,00
						Recursos Ordinários	1.000,00
						Transferências de Convênios - Outros	1.000.000,00
43	2.058 - Auxílio na edificação e recuperação de Unidades Habitacionais	A	4	16.482.1008	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	145.000,00
	ANO(ANO)					Recursos Ordinários	5.000,00
						Recursos Ordinários	5.000,00
Órgão: 14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA							
Unidade:	14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA						10.000,00
44	2.016 - Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência	A	4	08.243.1007	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	9.000,00
	Manutenção(ANO)					Recursos Ordinários	1.000,00
						Recursos Ordinários	1.000,00
Órgão: 15.00 - FUNDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD							
Unidade:	15.01 - FUNDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD						1.000,00
45	2.044 - Manutenção das Atividades da Defesa Civil	A	4	05.182.1015	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
	Manutenção(ANO)					Recursos Ordinários	1.000,00
Órgão: 16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO							
Unidade:	16.01 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO						20.000,00
46	2.057 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Idoso	A	4	08.241.1007	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	19.000,00
	Manutenção(ANO)					Recursos Ordinários	1.000,00
						Recursos Ordinários	1.000,00
Órgão: 17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA							
Unidade:	17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA						95.000,00
47	2.056 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Cultura	A	4	13.392.1012	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	45.000,00
	Manutenção(ANO)					Recursos Ordinários	48.000,00
						Recursos Ordinários	48.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 9/11
Data: 24/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA							
Órgão: 17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA							
Unidade: 17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA							
	4.4.90.00.00.00.00.00					0.1.0000.0000000	2.000,00
						Recursos Ordinários	
Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS							
Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE							
Unidade: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE							
1	1.027 - Edificação/Ampliação/Reforma de Equipamentos de Saúde	P	4	10.301.1006	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0002.0000000 Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	8.248.571,58 8.248.571,58 8.248.571,58 150.000,00
	Obras(M²)				4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0023.0000000 Transferências de Convênios - Saúde	512.000,00
4	2.027 - Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal Manutenção(ANO)	A	4	10.301.1006	3.1.71.00.00.00.00.00	0.1.0002.0000000 Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	3.500,00
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0002.0000000 Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	2.600.000,00
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0064.0000000 Atenção Básica	606.595,50
					3.3.71.00.00.00.00.00	0.1.0002.0000000 Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	6.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0002.0000000 Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	1.701.542,65
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0064.0000000 Atenção Básica	1.209.718,11
					3.3.93.00.00.00.00.00	0.1.0002.0000000 Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	300.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0002.0000000 Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	1.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0064.0000000 Atenção Básica	122.708,26
5	2.028 - Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde Manutenção(ANO)	A	4	10.304.1006	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0002.0000000 Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	4.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0066.0000000 Vigilância em Saúde	22.573,68
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0002.0000000 Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	2.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0066.0000000 Vigilância em Saúde	17.364,38

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 10/11
Data: 24/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS							
Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE							
Unidade: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE							
7	2.043 - Manutenção da Média e Alta Complexidade - MAC Manutenção(ANO)	A	4	10.302.1006	3.3.90.00.00.00.00.00	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	8.248.571,58 8.248.571,58 8.248.571,58 646.000,00
8	2.045 - Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica	A	4	10.301.1006	3.3.90.00.00.00.00.00	Assistência Farmacêutica Básica	57.881,25
9	2.046 - Manutenção da Atenção Básica - Estado	A	4	10.301.1006	3.1.90.00.00.00.00.00	Atenção Básica	81.033,75
					3.3.90.00.00.00.00.00	Atenção Básica	46.305,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	Atenção Básica	75.000,00
10	2.047 - Manutenção da Média e Alta complexidade - Estado	A	4	10.305.1006	3.3.90.00.00.00.00.00	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	32.413,50
11	2.048 - Manutenção da Assistência Farm. Básica - Estado	A	4	10.301.1006	3.3.90.00.00.00.00.00	Assistência Farmacêutica Básica	50.935,50
Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS							
Órgão: 01.00 - CÂMARA DE VEREADORES							
Unidade: 01.01 - CÂMARA DE VEREADORES							
2	2.001 - Manutenção das Atividades do Poder Legislativo Manutenção(ANO)	A	1	01.031.1001	3.1.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	1.130.000,00 1.130.000,00 1.130.000,00 790.000,00
					3.3.50.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	11.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	252.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	65.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 11/11
Data: 24/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 8 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS							
Órgão: 01.00 - CÂMARA DE VEREADORES							
Unidade: 01.01 - CÂMARA DE VEREADORES							
3	2.037 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA JOVEM	A	1	01.031.1001	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000	12.000,00
ANO(ANO) Recursos Ordinários							
Total geral:							45.900.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito MunicipalELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

1 ANEXO 1 - RECEITA E DESPESA**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1

Data: 24/11/2016

Receitas	Valor	Despesas	Valor		
RECEITAS CORRENTES	29.291.348,81	DESPESAS CORRENTES	25.627.627,36		
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.439.099,88	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.221.129,25		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	350.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	160.000,00		
RECEITA PATRIMONIAL	272.788,84	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.246.498,11		
RECEITA AGROPECUÁRIA	90.000,00				
RECEITA DE SERVIÇOS	71.546,77				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.184.835,40				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	883.077,92				
DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.230.348,81				
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.230.348,81				
		Superavit	433.372,64		
Total	26.061.000,00	Total	26.061.000,00		
Superavit do orçamento corrente	433.372,64				
RECEITAS DE CAPITAL	19.839.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	20.257.372,64		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	850.000,00	INVESTIMENTOS	20.157.372,64		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	8.000,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	100.000,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18.981.000,00				
Deficit	418.372,64				
Total	20.257.372,64	Total	20.257.372,64		
Resumo					
RECEITAS CORRENTES	29.291.348,81	63,82 %	DESPESAS CORRENTES	25.627.627,36	49,48 %
RECEITAS DE CAPITAL	19.839.000,00	43,22 %	DESPESAS DE CAPITAL	20.257.372,64	39,11 %
DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.230.348,81	-7,04 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	0,03 %
			TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	5.892.042,65	11,38 %
Deficit do Orçamento	5.892.042,65				
Total	51.792.042,65	100,00 %	Total	51.792.042,65	100,00 %

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

10 DEMONST DA EVOLUÇÃO DA DESPESA

Página: 1/2
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA	
		2013	2014	2015		2016	2017
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA							
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	10.084.090,24	11.335.588,27	12.679.691,95	14.795.496,52	17.194.128,42	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.706.706,11	6.231.475,10	7.088.467,73	7.561.738,67	9.140.000,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	1.573,00	3.402,00	0,00	0,00	0,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.705.133,11	6.228.073,10	7.088.467,73	7.561.738,67	9.140.000,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	4.132,11	4.182,57	48.768,07	39.690,00	160.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	4.132,11	4.182,57	48.768,07	39.690,00	160.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.373.252,02	5.099.930,60	5.542.456,15	7.194.067,85	7.894.128,42	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	85.248,00	82.130,00	96.000,00	97.662,38	99.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	858,00	2.548,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	4.287.146,02	5.015.252,60	5.438.456,15	7.088.405,47	7.785.128,42	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op entre Órgãos	0,00	0,00	8.000,00	8.000,00	10.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	7.258.705,81	4.555.702,01	6.977.568,01	35.111.923,75	19.312.300,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	7.209.877,09	4.436.252,21	6.934.646,65	35.036.083,75	19.212.300,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	429,00	490,00	0,00	0,00	0,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	7.209.448,09	4.435.762,21	6.934.646,65	35.036.083,75	19.212.300,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	48.828,72	119.449,80	42.921,36	75.840,00	100.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	48.828,72	119.449,80	42.921,36	75.840,00	100.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00	
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00	
Total por entidade:		17.342.796,05	15.891.290,28	19.657.259,96	49.922.420,27	36.521.428,42	
Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS							
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	4.986.198,90	5.753.378,51	6.120.377,21	7.521.157,23	7.368.498,94	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.975.515,33	2.301.824,76	2.564.529,97	4.186.285,00	3.291.129,25	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	6.000,00	0,00	3.240,00	3.400,00	3.500,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.969.515,33	2.301.824,76	2.561.289,97	4.182.885,00	3.287.629,25	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.010.683,57	3.451.553,75	3.555.847,24	3.334.872,23	4.077.369,69	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	166.796,42	237.753,35	5.760,00	5.900,00	6.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.843.887,15	3.213.800,40	3.286.637,75	3.139.822,23	3.771.369,69	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op entre Órgãos	0,00	0,00	263.449,49	189.150,00	300.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	266.926,65	278.243,14	97.474,64	3.200.422,50	880.072,64	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	266.926,65	278.243,14	97.474,64	3.200.422,50	880.072,64	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	266.926,65	278.243,14	97.474,64	3.200.422,50	880.072,64	
Total por entidade:		5.253.125,55	6.031.621,65	6.217.851,85	10.721.579,73	8.248.571,58	
Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS							
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	788.975,00	1.065.000,00	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	661.500,00	790.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	661.500,00	790.000,00	

Página: 2/2
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA	
		2013	2014	2015		2016	2017
Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS							
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	127.475,00	275.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	9.922,50	11.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	117.552,50	264.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	11.025,00	65.000,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	11.025,00	65.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	11.025,00	65.000,00	
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	800.000,00	1.130.000,00	
Total geral:		22.595.921,60	21.922.911,93	25.875.111,81	61.444.000,00	45.900.000,00	

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

11 PROPOSTA DA DESPESA 2016(1)

Página: 1/11
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA							36.521.428,42
Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO							691.000,00
Unidade: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO							691.000,00
1	2.002 - Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito	A	2	04.122.1002	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	540.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	150.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
						Recursos Ordinários	
Órgão: 03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA							2.924.000,00
Unidade: 03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO							2.924.000,00
2	2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda	A	3	04.122.1003	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.070.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.50.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	92.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.93.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	10.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	2.000,00
						Recursos Ordinários	
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES							11.079.808,99
Unidade: 04.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO							10.762.808,99
6	2.051 - Manutenção do Ensino Fundamental	A	4	12.361.1005	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000	700.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.000000	1.540.000,00
						Transferências de Convênios - Outros	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1024.000000	200.000,00
						Especificação 1024	
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	150.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.000000	400.000,00
						Transferências de Convênios - Outros	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1024.000000	200.000,00
						Especificação 1024	
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000	11.079.808,99
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0018.000000	10.762.808,99
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0019.000000	700.000,00
						Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuneração dos profissionais do Magistério	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0019.000000	1.540.000,00
						Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuneração dos profissionais do Magistério	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0019.000000	350.000,00
						Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras despesas da Educação Básica	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000	240.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000	240.000,00
						Recursos Ordinários	

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 2/11
Data: 24/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA							36.521.428,42
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES							11.079.808,99
Unidade: 04.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO							10.762.808,99
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0019.000000	80.000,00
						Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras despesas da Educação Básica	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0058.000000	192.195,89
						Salário Educação	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000	1.000,00
						Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0022.000000	150.000,00
						Transferências de Convênios - Educação	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0058.000000	22.000,00
						Salário Educação	
7 2.052 - Manutenção do Ensino Infantil							350.000,00
	Manutenção(ANO)	A	4	12.365.1005	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000	
						Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação	
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0018.000000	805.000,00
						Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuneração dos profissionais do Magistério	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000	150.000,00
						Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0019.000000	46.000,00
						Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras despesas da Educação Básica	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0058.000000	101.472,88
						Salário Educação	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0062.000000	132.000,00
						Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000	33.000,00
						Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0022.000000	150.000,00
						Transferências de Convênios - Educação	
8 2.053 - Manutenção do Transporte Escolar							210.000,00
	Manutenção(ANO)	A	4	12.361.1005	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000	
						Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000	180.000,00
						Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0022.000000	518.000,00
						Transferências de Convênios - Educação	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0061.000000	84.957,42
						Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 3/11
Data: 24/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA							
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES							
Unidade: 04.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO							
9	2.054 - Manutenção da Alimentação Escolar - Ensino Fundamental	A	4	12.306.1005	3.3.90.00.00.00.00.00	Transferências de Convênios - Educação	36.521.428,42
	Manutenção(ANO)				3.3.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	11.079.808,99
					3.3.90.00.00.00.00.00	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	10.762.808,99
							500.000,00
10	2.055 - Manutenção da Alimentação Escolar - Ensino Infantil	A	4	12.306.1005	3.3.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	130.000,00
	Manutenção(ANO)				3.3.90.00.00.00.00.00	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	35.200,00
48	1.041 - Construção/Ampliação/Reforma da Rede Física da Educação Básica	P	1	12.361.1005	4.4.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	40.000,00
	Obras(Obr)				4.4.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	2.340.000,00
50	1.042 - Construção/Ampliação/Reforma da Rede Física da Educação Infantil	P	1	12.365.1005	4.4.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	1.000,00
	Obras(Obr)				4.4.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	1.500.000,00
Unidade: 04.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES							
12	2.010 - Manutenção das Atividades Desportivas	A	4	27.812.1011	3.1.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	317.000,00
	Manutenção(ANO)				3.3.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	230.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	85.000,00
						Recursos Ordinários	2.000,00
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO							
Unidade: 06.01 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO							
15	1.005 - Construir Portais de Acesso à Cidade	P	4	15.451.1009	4.4.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	892.000,00
	Obras(Obr)				4.4.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	892.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	60.000,00
						Recursos Ordinários	124.000,00
17	2.034 - Manutenção da Sec. de Indústria, Comércio e Turismo	A	4	27.695.1009	3.1.90.00.00.00.00.00	Recursos Ordinários	130.000,00
	Manutenção(ANO)					Recursos Ordinários	

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 4/11
Data: 24/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA							
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO							
Unidade: 06.01 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO							
49	1.001 - Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Aquisição de Novos Terrenos	P	4	22.861.1014	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	36.521.428,42 892.000,00 892.000,00 28.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	50.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1024.0000000 Especificação 1024	500.000,00
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS							
Unidade: 07.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS							
18	1.003 - Saneamento Básico Municipal	P	4	17.512.1009	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	15.056.519,43 15.056.519,43 1.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.0000000 Transferências de Convênios - Outros	4.200.000,00
21	1.014 - Pavimentação de Vias Públicas	P	4	15.451.1009	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.0000000 Transferências de Convênios - Outros	1.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	150.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.0000000 Transferências de Convênios - Outros	5.000.000,00
22	1.016 - Construção e Revitalização de Praças Públicas	P	4	15.451.1009	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.0000000 Transferências de Convênios - Outros	1.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	200.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.0000000 Transferências de Convênios - Outros	350.000,00
24	1.039 - Edificação da Garagem para o Parque de Máquinas	P	4	15.451.1009	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0083.0000000 Operações de Crédito Internas - Outros Programas	850.000,00
25	2.013 - Man. das Atividades da Sec. de Transportes, Obras e Serviços Públicos	A	4	15.452.1009	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	1.500.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	1.100.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0016.0000000 Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	29.519,43
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0017.0000000 Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	320.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 5/11
Data: 24/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA							
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS							
Unidade: 07.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS							
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.000000	36.521.428,42
						Transferências de Convênios - Outros	15.056.519,43
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1024.000000	15.056.519,43
						Especificação 1024	150.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	250.000,00
						Recursos Ordinários	10.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0017.000000	30.000,00
						Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.000000	500.000,00
						Transferências de Convênios - Outros	10.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1024.000000	
						Especificação 1024	
26	2.039 - Manutenção das Atividades da Polícia Civil Manutenção(ANO)	A	4	06.181.1009	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	12.000,00
						Recursos Ordinários	6.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	
						Recursos Ordinários	
27	2.040 - Manutenção das Atividades da Polícia Militar Manutenção(ANO)	A	4	06.181.1009	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	20.000,00
						Recursos Ordinários	6.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	
						Recursos Ordinários	
28	2.041 - Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros Manutenção(ANO)	A	4	06.181.1009	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	38.000,00
						Recursos Ordinários	2.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	
						Recursos Ordinários	
29	2.050 - Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões ANO(ANO)	A	1	15.782.1009	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	20.000,00
						Recursos Ordinários	100.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.000000	
						Transferências de Convênios - Outros	200.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1024.000000	
						Especificação 1024	
Órgão: 08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO							
Unidade: 08.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO							
30	0.001 - Dívida Fundada Interna ANO(ANO)	O	3	28.846.0000	3.2.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	800.000,00
						Recursos Ordinários	800.000,00
							160.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 6/11
Data: 24/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA							36.521.428,42
Órgão: 08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO							800.000,00
Unidade: 08.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO							800.000,00
					4.6.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	100.000,00
31	0.002 - Aposentados e Pensionistas ANO(ANO)	O	3	28.846.0000	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	140.000,00
32	0.003 - Precatórios, Acordos e Sentenças Judiciais	O	3	28.846.0000	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	200.000,00
33	0.004 - Obrigações Tributárias e Contributivas	O	3	28.846.0000	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	200.000,00
Órgão: 09.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA							15.000,00
Unidade: 09.01 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA							15.000,00
34	9.999 - Reserva de Contingência ANO(ANO)	R	3	99.999.1013	9.9.99.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	15.000,00
Órgão: 11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							1.961.100,00
Unidade: 11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							1.961.100,00
36	1.011 - Edificação, Reforma de Equipamentos Sociais Metros quadrados(M²)	P	4	08.244.1007	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	20.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.0000000 Transferências de Convênios - Outros	500.000,00
37	2.015 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	A	4	08.244.1007	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	800.000,00
	Manutenção(ANO)				3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0070.0000000 Gestão do SUS	44.000,00
					3.3.50.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	6.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	220.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0070.0000000 Gestão do SUS	154.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0071.0000000 Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	8.800,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0073.0000000 Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	27.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0074.0000000 Aporte para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS	10.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 7/11
Data: 24/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA							
Órgão: 11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
Unidade: 11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
<hr/>							
38	2.038 - Manutenção do Conselho Tutelar Manutenção(ANO)	A	4	08.243.1007	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0075.000000	36.521.428,42
						Aporte ao RPPS – Alíquota Suplementar	1.961.100,00
						0.1.0000.000000	51.000,00
						Recursos Ordinários	1.000,00
						0.1.0075.000000	9.300,00
						Aporte ao RPPS – Alíquota Suplementar	
<hr/>							
38	2.038 - Manutenção do Conselho Tutelar Manutenção(ANO)	A	4	08.243.1007	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	96.000,00
						Recursos Ordinários	13.000,00
						0.1.0000.000000	
						Recursos Ordinários	1.000,00
						0.1.0000.000000	
<hr/>							
Órgão: 12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL							
Unidade: 12.01 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL							
40	1.028 - Execução de Obras Implantação de Equipamentos Públicos na Agricultura Obras(Obr)	P	4	20.606.1010	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.824.000,00
						Recursos Ordinários	10.000,00
						0.1.0024.000000	33.000,00
						Transferências de Convênios - Outros	50.000,00
						0.1.0000.000000	
						Recursos Ordinários	500.000,00
						0.1.0024.000000	
						Transferências de Convênios - Outros	
<hr/>							
41	2.014 - Man. das Atividades da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente Manutenção(ANO)	A	4	20.606.1010	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	590.000,00
						Recursos Ordinários	
						0.1.0000.000000	1.000,00
						Recursos Ordinários	620.000,00
						0.1.0000.000000	
						Recursos Ordinários	10.000,00
						0.1.0024.000000	
						Transferências de Convênios - Outros	
						0.1.0000.000000	10.000,00
						Recursos Ordinários	

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 8/11
Data: 24/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA							
Órgão:	13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL						36.521.428,42
Unidade:	13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL						1.152.000,00
42	2.017 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	A	4	16.482.1008	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
	Unidades(UN)					Recursos Ordinários	1.000,00
						Recursos Ordinários	1.000,00
						Recursos Ordinários	1.000,00
						Transferências de Convênios - Outros	1.000.000,00
43	2.058 - Auxílio na edificação e recuperação de Unidades Habitacionais	A	4	16.482.1008	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	145.000,00
	ANO(ANO)					Recursos Ordinários	5.000,00
						Recursos Ordinários	5.000,00
Órgão: 14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA							
Unidade:	14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA						10.000,00
44	2.016 - Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência	A	4	08.243.1007	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	9.000,00
	Manutenção(ANO)					Recursos Ordinários	1.000,00
						Recursos Ordinários	1.000,00
Órgão: 15.00 - FUNDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD							
Unidade:	15.01 - FUNDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD						1.000,00
45	2.044 - Manutenção das Atividades da Defesa Civil	A	4	05.182.1015	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
	Manutenção(ANO)					Recursos Ordinários	1.000,00
Órgão: 16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO							
Unidade:	16.01 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO						20.000,00
46	2.057 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Idoso	A	4	08.241.1007	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	20.000,00
	Manutenção(ANO)					Recursos Ordinários	19.000,00
						Recursos Ordinários	1.000,00
Órgão: 17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA							
Unidade:	17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA						95.000,00
47	2.056 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Cultura	A	4	13.392.1012	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	95.000,00
	Manutenção(ANO)					Recursos Ordinários	45.000,00
						Recursos Ordinários	48.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 9/11
Data: 24/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA							36.521.428,42
Órgão: 17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA							95.000,00
Unidade: 17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA							95.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000	2.000,00
Recursos Ordinarios							
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS							8.248.571,58
Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE							8.248.571,58
Unidade: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE							8.248.571,58
1	1.027 - Edificação/Ampliação/Reforma de Equipamentos de Saúde	P	4	10.301.1006	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0002.0000000 Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	150.000,00
	Obras(M²)				4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0023.0000000 Transferências de Convênios - Saúde	512.000,00
4	2.027 - Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal Manutenção(ANO)	A	4	10.301.1006	3.1.71.00.00.00.00.00	0.1.0002.0000000 Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	3.500,00
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0002.0000000 Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	2.600.000,00
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0064.0000000 Atenção Básica	606.595,50
					3.3.71.00.00.00.00.00	0.1.0002.0000000 Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	6.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0002.0000000 Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	1.701.542,65
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0064.0000000 Atenção Básica	1.209.718,11
					3.3.93.00.00.00.00.00	0.1.0002.0000000 Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	300.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0002.0000000 Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	1.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0064.0000000 Atenção Básica	122.708,26
5	2.028 - Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde Manutenção(ANO)	A	4	10.304.1006	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0002.0000000 Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	4.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0066.0000000 Vigilância em Saúde	22.573,68
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0002.0000000 Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	2.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0066.0000000 Vigilância em Saúde	17.364,38

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 10/11
Data: 24/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS							
Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE							
Unidade: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE							
7	2.043 - Manutenção da Média e Alta Complexidade - MAC Manutenção(ANO)	A	4	10.302.1006	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0065.000000 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	8.248.571,58 8.248.571,58 8.248.571,58 646.000,00
8	2.045 - Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica	A	4	10.301.1006	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0067.000000 Assistência Farmacêutica Básica	57.881,25
9	2.046 - Manutenção da Atenção Básica - Estado	A	4	10.301.1006	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0064.000000 Atenção Básica	81.033,75
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0064.000000 Atenção Básica	46.305,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0064.000000 Atenção Básica	75.000,00
10	2.047 - Manutenção da Média e Alta complexidade - Estado	A	4	10.305.1006	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0065.000000 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	32.413,50
11	2.048 - Manutenção da Assistência Farm. Básica - Estado	A	4	10.301.1006	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0067.000000 Assistência Farmacêutica Básica	50.935,50
Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS							
Órgão: 01.00 - CÂMARA DE VEREADORES							
Unidade: 01.01 - CÂMARA DE VEREADORES							
2	2.001 - Manutenção das Atividades do Poder Legislativo Manutenção(ANO)	A	1	01.031.1001	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinarios	1.130.000,00 1.130.000,00 1.130.000,00 790.000,00
					3.3.50.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinarios	11.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinarios	252.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinarios	65.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 11/11
Data: 24/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade:	8 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS						1.130.000,00
Órgão:	01.00 - CÂMARA DE VEREADORES						1.130.000,00
Unidade:	01.01 - CÂMARA DE VEREADORES						1.130.000,00
3	2.037 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA JOVEM	A	1	01.031.1001	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000	12.000,00
	ANO(ANO)					Recursos Ordinários	
Total geral:							45.900.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito MunicipalELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 1/7
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

[illegible]

Página: 2/7
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	259.843,09	259.843,09	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	49.843,09	49.843,09	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	13.000,00	13.000,00	
4.1.3.2.5.01.01.00.00.00	Rendimento Fundeb 60%	8.000,00	8.000,00	
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rendimento Fundeb 40%	9.742,28	9.742,28	
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE (salário educação)	578,81	578,81	
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec de Remun. Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	18.522,00	18.522,00	
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rem. Dep. Bancários Rec Vinc. - Convenio Estado	210.000,00	210.000,00	
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	210.000,00	210.000,00	
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.-Próprio			
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	90.000,00	90.000,00	
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	90.000,00	90.000,00	
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	71.546,77	71.546,77	
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00	Serviços de Fomento de Água	17.364,38	17.364,38	
4.1.6.0.99.00.00.00.00.00	Outros Serviços	54.182,39	54.182,39	
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	9.377.074,24	9.377.074,24	
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	7.389.346,75	7.389.346,75	
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	6.853.140,00	6.853.140,00	
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	FPM - Ordinário	4.111.884,00	4.111.884,00	
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	FPM - 25% Educação	1.713.285,00	1.713.285,00	
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	FPM - 15% Saúde	1.027.971,00	1.027.971,00	
4.1.7.2.1.01.03.00.00.00	Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1% Cota de Dezembro	520.000,00	520.000,00	
4.1.7.2.1.01.03.01.00.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota Anual - 75% ordinário	390.000,00	390.000,00	
4.1.7.2.1.01.03.02.00.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota Anual - 25% educação	130.000,00	130.000,00	
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rural	16.206,75	16.206,75	
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	ITR - Ordinário	9.724,05	9.724,05	
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	ITR - 25% Educação	4.051,69	4.051,69	
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	ITR - 15% Saúde	2.431,01	2.431,01	
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	1.092.089,78	1.092.089,78	
4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	992.534,03	992.534,03	
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	99.555,75	99.555,75	
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS	243.800,00	243.800,00	
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	SUAS - Proteção Social Básica - AB	198.000,00	198.000,00	
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	SUAS - Proteção Social Especializada - MC	8.800,00	8.800,00	
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	SUAS - IGD-PBF	27.000,00	27.000,00	
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	SUAS - IGD-SUAS	10.000,00	10.000,00	
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	619.066,71	619.066,71	

Página: 3/7
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	305.926,49		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	96.182,80		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	84.957,42		
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	132.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.01.00.00	Apoio Financeiro a Creches	52.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00	Manutenção Educação Infantil Transferência Direta	80.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	32.771,00		
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	ICMS Lei 87/96 - Ordinários	19.662,60		
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	ICMS Lei 87/96 - 25% Educação	8.192,75		
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	ICMS Lei 87/96 - 15% Saúde	4.915,65		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	9.339.754,23		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	9.279.454,23		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	8.103.375,00		
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	ICMS - Ordinários	4.862.025,00		
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	ICMS - 25% Educação	2.025.843,75		
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	ICMS - 15% Saúde	1.215.506,25		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	1.036.703,82		
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	IPVA - Ordinário	622.021,92		
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	IPVA - 25% Educação	259.176,26		
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	IPVA - 15% Saúde	155.505,64		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	110.434,79		
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	IPI Exportação - Ordinário	66.260,81		
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	IPI Exportação - 25% Educação	27.608,76		
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	IPI Exportação - 15% Saúde	16.565,22		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	28.940,62		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	60.300,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. Estado - Recursos SUAS	60.300,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.800.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.800.000,00		
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.960.000,00		
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	840.000,00		
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	718.000,00		
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	518.000,00		
4.1.7.6.1.02.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	518.000,00		
4.1.7.6.1.02.00.99.00.00	Outras Transf. de Convênios a Programas de Educação	518.000,00		
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr. Fed. e suas Entid.	200.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	200.000,00		
4.1.7.6.2.99.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	200.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	883.077,92		

Página: 4/7
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	3.472,86	63.310,11	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	1.157,62		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	694,57		
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Ordinários	289,40		
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25% Educação	173,65		
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15% Saúde	1.157,62		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	694,57		
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Ordinário	289,40		
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25% Educação	173,65		
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 15% Saúde	1.157,62		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	20.837,25		
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	8.103,38		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	4.862,03		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Ordinári	2.025,84		
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25% Educ	1.215,51		
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 15% Saúde	1.157,62		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	694,57		
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Ordinário	289,40		
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25% Educa	173,65		
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 15% Saúde	11.576,25		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	1.000,00		
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	1.000,00		
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	1.000,00		
4.1.9.1.5.99.99.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	1.000,00		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	38.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	37.000,00		
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	1.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	115.938,25		
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	1.157,62		
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	1.157,62		
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	114.780,63		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	114.780,63		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	53.829,56		
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	23.152,50		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	13.891,50		
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Ordinário	5.788,13		
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25% Educação	3.472,87		
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15% Saúde			

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/7
Data: 24/11/2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	1.736,44		
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Ordinários	1.041,86		
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25% Educação	434,11		
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15% Saúde	260,47		
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	28.940,62		
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	28.940,62		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		650.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	650.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			19.327.000,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO			
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		850.000,00	
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais		850.000,00	
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais			
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		8.000,00	
4.2.3.0.0.80.00.00.00.00	Amortizações de Financiamentos	8.000,00		
4.2.3.0.0.80.01.00.00.00	Amortizações de Financiamentos de Bens	8.000,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS			
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades		18.469.000,00	
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	17.509.000,00		
4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	4.640.000,00		
4.2.4.7.1.03.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam	4.640.000,00		
4.2.4.7.1.03.20.00.00.00	Outros Convênios e Transf da União p/ Saneamento	2.500.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	10.369.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr. Fed. e suas Entid.	960.000,00		
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	960.000,00		
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-3.230.348,81
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-3.230.348,81	
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	-1.380.247,34		
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.373.869,35		
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.370.628,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-1.370.628,00		
9.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-3.241,35		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-3.241,35		
9.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-6.377,99		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-6.377,99		
9.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-6.377,99		

Página: 6/7
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-1.850.101,47		
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-1.850.101,47		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-1.620.675,00		
9.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-1.620.675,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-207.339,48		
9.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-207.339,48		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-22.086,99		
9.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-22.086,99		
			Total das receitas:	42.413.471,07
			Total por entidade:	42.413.471,07
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		11.576,25	
4.1.1.2.00.00.00.00.00	TAXAS		11.576,25	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	11.576,25		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	11.576,25		
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			
4.1.3.2.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS			
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	12.945,75		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	12.945,75		
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saúde	6.945,75		
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - próprio	6.000,00		
4.1.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
4.1.7.2.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União			
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	2.664.319,18		
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	2.664.319,18		
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Saúde Da Família - SF	254.677,50		
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Saúde Bucal - SB	399.380,62		
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	97.240,50		
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Programa De Assistência Farmacêutica Básica	312.558,75		
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Agente de Combate em Endemias	57.881,25		
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Ações Estruturantes De Vigilância Sanitária	34.728,75		
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Teto Financeiro De Vigilância Em Saúde - Tfs (Ex-	10.418,62		
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Média e Alta Complexidade - MAC FEDERAL	17.943,19		
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	646.000,00		
		13.891,50		

Página: 717
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	13.891,50		
4.1.7.2.1.33.15.00.00.00	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	166.698,00		
4.1.7.2.1.33.15.10.00.00	Qualificação da Gestão do SUS	166.698,00		
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	Programa de Melhoria Acesso e de Qualidade - PMAQ	611.226,00		
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	Outros Programas Financeiros por Transferência Fundo a Fundo	41.674,50		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	285.687,75		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas Saúde	285.687,75		
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Farmácia Básica - ESTADUAL	50.935,50		
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Cofinanciamento Atenção Básica - ESF ESTADUAL	127.338,75		
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF ESTADO	75.000,00		
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	Média e Alta Complexidade - MAC ESTADO	32.413,50		
4.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		512.000,00	512.000,00
4.2.4.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		512.000,00	
4.2.4.7.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS			
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	512.000,00		
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transferência de Convênio para o SUS	512.000,00		
4.2.4.7.1.01.02.00.00.00	Transferência de Convênio para o SUS	512.000,00		
Total das receitas:				3.486.528,93
Total por entidade:				3.486.528,93
Total geral:				45.900.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

3 ANEXO 2 - DESPESA

Página: 1/2
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			17.194.128,42
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		9.140.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		9.140.000,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		160.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		160.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		7.894.128,42	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		99.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		7.785.128,42	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		10.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			19.312.300,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		19.212.300,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		19.212.300,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		100.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		100.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		15.000,00	15.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		15.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			
			Total das despesas:	36.521.428,42
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
3.0.0.0.0.0.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTRA OFSS			5.892.042,65
3.5.0.0.0.0.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTRA OFSS		5.892.042,65	
3.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTRA OFSS		5.892.042,65	
3.5.1.1.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTRA OFSS		5.892.042,65	
3.5.1.1.2.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTRA OFSS		5.892.042,65	
3.5.1.1.2.01.00.00.00.000000	COTA CONCEDIDA		1.130.000,00	
3.5.1.1.2.01.00.00.00.000001	TRANSFERENCIA FINANCEIRA PARA A CAMARA DE VEREADORES		4.762.042,65	
3.5.1.1.2.01.00.00.00.000002	TRANSFERENCIA FINANCEIRA PARA O F.M.S.			
			Total das transferências:	5.892.042,65
			Total da entidade:	42.413.471,07
Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			7.368.498,94
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		3.291.129,25	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		3.500,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.287.629,25	

Página: 2/2
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.077.369,69	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		6.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		3.771.369,69	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos		300.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			880.072,64
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		880.072,64	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		880.072,64	
			Total das despesas:	8.248.571,58
			Total da entidade:	8.248.571,58
Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.065.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		790.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		790.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		275.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		11.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		264.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			65.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		65.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		65.000,00	
			Total das despesas:	1.130.000,00
			Total da entidade:	1.130.000,00
			Total geral:	51.792.042,65

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

4 ANEXO 5 - FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1

Data: 24/11/2016

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
3 Essencial à Justiça	122 Administração Geral
4 Administração	122 Administração Geral
5 Defesa Nacional	182 Defesa Civil
6 Segurança Pública	181 Policiamento
8 Assistência Social	241 Assistência ao Idoso
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
	304 Vigilância Sanitária
	305 Vigilância Epidemiológica
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição
	361 Ensino Fundamental
	365 Educação Infantil
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
	782 Transporte Rodoviário
16 Habitação	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
20 Agricultura	606 Extensão Rural
22 Indústria	661 Promoção Industrial
27 Desporto e Lazer	695 Turismo
	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

5 ANEXO 6 - PLANO DE TRABALHO

Página: 1/6
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA					
Órgão: 02.00	GABINETE DO PREFEITO	16481000	19.225.428,42	800.000,00	42.413.471,07
Unidade: 02.01	GABINETE DO PREFEITO	0,00	691.000,00	0,00	691.000,00
		0,00	691.000,00	0,00	691.000,00
04	Administração		691.000,00		691.000,00
04.122	Administração Geral		691.000,00		691.000,00
04.122.1002	GABINETE DO PREFEITO		691.000,00		691.000,00
04.122.1002.2.002	Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito		691.000,00		691.000,00
Órgão: 03.00 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA					
Unidade: 03.01	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	2.924.000,00	0,00	8.816.042,65
		0,00	2.924.000,00	0,00	2.924.000,00
03	Essencial à Justiça		750.000,00		750.000,00
03.122	Administração Geral		750.000,00		750.000,00
03.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		750.000,00		750.000,00
03.122.1003.2.035	Realização de Eventos Comemorativos Municipais		750.000,00		750.000,00
04	Administração		2.174.000,00		2.174.000,00
04.122	Administração Geral		2.174.000,00		2.174.000,00
04.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		2.174.000,00		2.174.000,00
04.122.1003.2.003	Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda		2.174.000,00		2.174.000,00
Unidade: 03.02	DEPARTAMENTO DA FAZENDA	0,00	0,00	0,00	5.892.042,65
					5.892.042,65
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				1.130.000,00
	TRANSFERENCIA A CAMARA DE VEREADORES				4.762.042,65
	TRANSFERENCIA FINANCEIRA AO F.M.S.				
Órgão: 04.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES					
Unidade: 04.01	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO	3.881.000,00	7.198.808,99	0,00	11.079.808,99
		3.881.000,00	6.881.808,99	0,00	10.762.808,99
12	Educação	3.881.000,00	6.881.808,99		10.762.808,99
12.306	Alimentação e Nutrição		346.182,80		346.182,80
12.306.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		346.182,80		346.182,80
12.306.1005.2.054	Manutenção da Alimentação Escolar - Ensino Fundamental		180.982,80		180.982,80
12.306.1005.2.055	Manutenção da Alimentação Escolar - Ensino Infantil		165.200,00		165.200,00
12.361	Ensino Fundamental	2.380.000,00	4.768.153,31		7.148.153,31
12.361.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	2.380.000,00	4.768.153,31		7.148.153,31
12.361.1005.1.041	Construção/Ampliação/Reforma da Rede Física da Educação Básica	2.380.000,00			2.380.000,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/6
Data: 24/11/2016

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA					
Órgão: 07.00 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS					
Unidade: 07.01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS					
06	Segurança Pública				
06.181	Policimento				
06.181.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	16481000	19.225.428,42	800.000,00	42.413.471,07
06.181.1009.2.039	Manutenção das Atividades da Polícia Civil	10.753.000,00	4.303.519,43	0,00	15.056.519,43
06.181.1009.2.040	Manutenção das Atividades da Polícia Militar				
06.181.1009.2.041	Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros				
15	Urbanismo				
15.451	Infra-Estrutura Urbana	6.552.000,00	4.219.519,43		10.771.519,43
15.451.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	6.552.000,00			6.552.000,00
15.451.1009.1.014	Pavimentação de Vias Públicas	6.552.000,00			6.552.000,00
15.451.1009.1.016	Construção e Revitalização de Praças Públicas	5.151.000,00			5.151.000,00
15.451.1009.1.039	Edificação da Garagem para o Parque de Máquinas	551.000,00			551.000,00
15.452	Serviços Urbanos	850.000,00			850.000,00
15.452.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		3.899.519,43		3.899.519,43
15.452.1009.2.013	Man. das Atividades da Sec. de Transportes, Obras e Serviços Públicos		3.899.519,43		3.899.519,43
15.782	Transporte Rodoviário		3.899.519,43		3.899.519,43
15.782.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	320.000,00			320.000,00
15.782.1009.2.050	Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões	320.000,00			320.000,00
17	Saneamento				
17.512	Saneamento Básico Urbano	4.201.000,00			4.201.000,00
17.512.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	4.201.000,00			4.201.000,00
17.512.1009.1.003	Saneamento Básico Municipal	4.201.000,00			4.201.000,00
Órgão: 08.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO					
Unidade: 08.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO					
28	Encargos Especiais				
28.846	Outros Encargos Especiais				
28.846.0000	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	800.000,00	800.000,00
28.846.0000.0.001	Dívida Fundada Interna				800.000,00
28.846.0000.0.002	Aposentados e Pensionistas				800.000,00
28.846.0000.0.003	Precatórios, Acordos e Sentenças Judiciais				260.000,00
28.846.0000.0.004	Obrigações Tributárias e Contributivas				140.000,00
					200.000,00
					200.000,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/6
Data: 24/11/2016

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA					
Órgão: 09.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
Unidade: 09.01 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		1648.1000	19.225.428,42	800.000,00	42.413.471,07
		0,00	0,00	0,00	15.000,00
		0,00	0,00	0,00	15.000,00
99	Reserva de Contingência				15.000,00
99.999	Reserva de Contingência				15.000,00
99.999.1013	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				15.000,00
99.999.1013.9.999	Reserva de Contingência				15.000,00
Órgão: 11.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
Unidade: 11.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
08	Assistência Social				1.961.100,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		1.441.100,00	0,00	1.961.100,00
08.243.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		110.000,00		110.000,00
08.243.1007.2.038	Manutenção do Conselho Tutelar		110.000,00		110.000,00
08.244	Assistência Comunitária		1.331.100,00		1.851.100,00
08.244.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		1.331.100,00		1.851.100,00
08.244.1007.1.011	Edificação, Reforma de Equipamentos Sociais		1.331.100,00		520.000,00
08.244.1007.2.015	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social		1.331.100,00		1.331.100,00
Órgão: 12.00 FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL					
Unidade: 12.01 FUNDO AGROPECUARIO MUNICIPAL					
20	Agricultura				1.824.000,00
20.606	Extensão Rural		1.231.000,00		1.824.000,00
20.606.1010	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL		1.231.000,00		1.824.000,00
20.606.1010.1.028	Implantação de Equipamentos Públicos		1.231.000,00		593.000,00
20.606.1010.2.014	Man. das Atividades da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente		1.231.000,00		1.231.000,00
Órgão: 13.00 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL					
Unidade: 13.01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL					
16	Habitação				1.152.000,00
16.482	Habitação Urbana		1.152.000,00		1.152.000,00
16.482.1008	HABITAÇÃO DIREITO E DIGNIDADE		1.152.000,00		1.152.000,00
16.482.1008.2.017	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social		1.002.000,00		1.002.000,00
16.482.1008.2.058	Auxílio na edificação e recuperação de Unidades Habitacionais		150.000,00		150.000,00

Página: 5/6
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA					
Órgão: 14.00 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA					
Unidade: 14.01 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA					
08	Assistência Social				
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		10.000,00		10.000,00
08.243.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		10.000,00		10.000,00
08.243.1007.2.016	Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência		10.000,00		10.000,00
Órgão: 15.00 FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD					
Unidade: 15.01 FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD					
05	Defesa Nacional				
05.182	Defesa Civil		1.000,00		1.000,00
05.182.1015	FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		1.000,00		1.000,00
05.182.1015.2.044	Manutenção das Atividades da Defesa Civil		1.000,00		1.000,00
Órgão: 16.00 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO					
Unidade: 16.01 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO					
08	Assistência Social				
08.241	Assistência ao Idoso		20.000,00		20.000,00
08.241.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		20.000,00		20.000,00
08.241.1007.2.057	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Idoso		20.000,00		20.000,00
Órgão: 17.00 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA					
Unidade: 17.01 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA					
13	Cultura				
13.392	Difusão Cultural		95.000,00		95.000,00
13.392.1012	MAIS CULTURA		95.000,00		95.000,00
13.392.1012.2.056	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Cultura		95.000,00		95.000,00

Página: 6/6
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS					
Órgão: 10.00 FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE					
Unidade: 10.01 FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE					
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica				
10.301.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA				
10.301.1006.1.027	Edificação/Ampliação/Reforma de Equipamentos de Saúde	662000	7.586.571,58	0,00	8.248.571,58
10.301.1006.2.027	Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal	662.000,00	7.586.571,58	0,00	8.248.571,58
10.301.1006.2.045	Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica	662.000,00	7.586.571,58	0,00	8.248.571,58
10.301.1006.2.046	Manutenção da Atenção Básica - Estado				
10.301.1006.2.048	Manutenção da Assistência Farm. Básica - Estado				
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
10.302.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA				
10.302.1006.2.043	Manutenção da Média e Alta Complexidade - MAC				
10.304	Vigilância Sanitária				
10.304.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA				
10.304.1006.2.028	Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde				
10.305	Vigilância Epidemiológica				
10.305.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA				
10.305.1006.2.047	Manutenção da Média e Alta complexidade - Estado				
Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS					
Órgão: 01.00 CÂMARA DE VEREADORES					
Unidade: 01.01 CÂMARA DE VEREADORES					
01	Legislativa				
01.031	Ação Legislativa				
01.031.1001	PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL				
01.031.1001.2.001	Manutenção das Atividades do Poder Legislativo				
01.031.1001.2.037	MANUTENÇÃO DA CÂMARA JOVEM				
Total geral:					51.792.042,65

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

6 ANEXO 7 - PLANO DE TRABALHO CONSOLIDADO

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/4
Data: 24/11/2016

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		1.130.000,00		1.130.000,00
01.031	Ação Legislativa		1.130.000,00		1.130.000,00
01.031.1001	PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL		1.130.000,00		1.130.000,00
03	Essencial à Justiça		750.000,00		750.000,00
03.122	Administração Geral		750.000,00		750.000,00
03.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		750.000,00		750.000,00
04	Administração		2.865.000,00		2.865.000,00
04.122	Administração Geral		2.865.000,00		2.865.000,00
04.122.1002	GABINETE DO PREFEITO		691.000,00		691.000,00
04.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		2.174.000,00		2.174.000,00
05	Defesa Nacional		1.000,00		1.000,00
05.182	Defesa Civil		1.000,00		1.000,00
05.182.1015	FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		1.000,00		1.000,00
06	Segurança Pública		84.000,00		84.000,00
06.181	Policimento		84.000,00		84.000,00
06.181.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		84.000,00		84.000,00
08	Assistência Social	520.000,00	1.471.100,00		1.991.100,00
08.241	Assistência ao Idoso		20.000,00		20.000,00
08.241.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		20.000,00		20.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		120.000,00		120.000,00
08.243.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		120.000,00		120.000,00
08.244	Assistência Comunitária	520.000,00	1.331.100,00		1.851.100,00
08.244.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	520.000,00	1.331.100,00		1.851.100,00
10	Saúde	662.000,00	7.586.571,58		8.248.571,58
10.301	Atenção Básica	662.000,00	6.862.220,02		7.524.220,02
10.301.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	662.000,00	6.862.220,02		7.524.220,02
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		646.000,00		646.000,00
10.302.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		646.000,00		646.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		45.938,06		45.938,06
10.304.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		45.938,06		45.938,06
10.305	Vigilância Epidemiológica		32.413,50		32.413,50
10.305.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		32.413,50		32.413,50

Página: 2/4
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação	3.881.000,00	6.881.808,99		10.762.808,99
12.306	Alimentação e Nutrição		346.182,80		346.182,80
12.306.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		346.182,80		346.182,80
12.361	Ensino Fundamental		4.768.153,31		7.148.153,31
12.361.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	2.380.000,00	4.768.153,31		7.148.153,31
12.365	Educação Infantil	2.380.000,00	4.768.153,31		7.148.153,31
12.365.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	1.501.000,00	1.767.472,88		3.268.472,88
13	Cultura	1.501.000,00	1.767.472,88		3.268.472,88
13.392	Difusão Cultural		95.000,00		95.000,00
13.392.1012	MAIS CULTURA		95.000,00		95.000,00
15	Urbanismo				
15.451	Infra-Estrutura Urbana	6.736.000,00	4.219.519,43		10.955.519,43
15.451.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	6.736.000,00			6.736.000,00
15.452	Serviços Urbanos	6.736.000,00			6.736.000,00
15.452.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		3.899.519,43		3.899.519,43
15.782	Transporte Rodoviário	3.899.519,43	3.899.519,43		3.899.519,43
15.782.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	320.000,00	320.000,00		320.000,00
16	Habitação				
16.482	Habitação Urbana		1.152.000,00		1.152.000,00
16.482.1008	HABITAÇÃO DIREITO E DIGNIDADE		1.152.000,00		1.152.000,00
17	Saneamento				
17.512	Saneamento Básico Urbano	4.201.000,00			4.201.000,00
17.512.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	4.201.000,00			4.201.000,00
20	Agricultura				
20.606	Extensão Rural	593.000,00	1.231.000,00		1.824.000,00
20.606.1010	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	593.000,00	1.231.000,00		1.824.000,00
22	Indústria				
22.661	Promoção Industrial	550.000,00			550.000,00
22.661.1014	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	550.000,00			550.000,00
27	Desporto e Lazer				
27.695	Turismo		475.000,00		475.000,00
27.695.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		158.000,00		158.000,00

Página: 3/4
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
27	Desporto e Lazer		475.000,00		475.000,00
27.812	Desporto Comunitário		317.000,00		317.000,00
27.812.1011	ESPORTE É VIDA		317.000,00		317.000,00
28	Encargos Especiais			800.000,00	800.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			800.000,00	800.000,00
28.846.0000	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			800.000,00	800.000,00
99	Reserva de Contingência				15.000,00
99.999	Reserva de Contingência				15.000,00
99.999.1013	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				15.000,00
Total:		17.143.000,00	27.942.000,00	800.000,00	45.900.000,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/4

Data: 24/11/2016

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				1.130.000,00
	TRANSFERENCIA A CAMARA DE VEREADORES				4.762.042,65
	TRANSFERENCIA FINANCEIRA AO F.M.S.				
		0,00	0,00	0,00	5.892.042,65
		17.143.000,00	27.942.000,00	800.000,00	51.792.042,65
		Total:			
		Total geral:			

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO

CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

7 ANEXO 8 - DEMONST DESP POR FUNÇÃO

Página: 1/4
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	1.130.000,00		1.130.000,00
01.031	Ação Legislativa	1.130.000,00		1.130.000,00
01.031.1001	PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL	1.130.000,00		1.130.000,00
03	Essencial à Justiça			
03.122	Administração Geral	150.000,00	600.000,00	750.000,00
03.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	150.000,00	600.000,00	750.000,00
04	Administração			
04.122	Administração Geral	2.865.000,00		2.865.000,00
04.122.1002	GABINETE DO PREFEITO	2.865.000,00		2.865.000,00
04.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	691.000,00		691.000,00
		2.174.000,00		2.174.000,00
05	Defesa Nacional			
05.182	Defesa Civil	1.000,00		1.000,00
05.182.1015	FUNDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD	1.000,00		1.000,00
06	Segurança Pública			
06.181	Policimento	84.000,00		84.000,00
06.181.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	84.000,00		84.000,00
08	Assistência Social			
08.241	Assistência ao Idoso	1.187.000,00	804.100,00	1.991.100,00
08.241.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	20.000,00		20.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	20.000,00		20.000,00
08.243.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	120.000,00		120.000,00
08.244	Assistência Comunitária	120.000,00		120.000,00
08.244.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.047.000,00	804.100,00	1.851.100,00
10	Saúde			
10.301	Atenção Básica			
10.301.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	8.248.571,58	8.248.571,58	8.248.571,58
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.524.220,02	7.524.220,02	7.524.220,02
10.302.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	646.000,00	646.000,00	646.000,00
10.304	Vigilância Sanitária	646.000,00	646.000,00	646.000,00
10.304.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	45.938,06	45.938,06	45.938,06
10.305	Vigilância Epidemiológica	45.938,06	45.938,06	45.938,06
10.305.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	32.413,50	32.413,50	32.413,50
12	Educação			
12.306	Alimentação e Nutrição	250.000,00	10.762.808,99	10.762.808,99
12.306.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	250.000,00	96.182,80	346.182,80
		250.000,00	96.182,80	346.182,80

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/4
Data: 24/11/2016

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	250.000,00	10.512.808,99	10.762.808,99
12.361	Ensino Fundamental		7.148.153,31	7.148.153,31
12.361.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		7.148.153,31	7.148.153,31
12.365	Educação Infantil		3.268.472,88	3.268.472,88
12.365.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		3.268.472,88	3.268.472,88
13	Cultura	95.000,00		95.000,00
13.392	Difusão Cultural	95.000,00		95.000,00
13.392.1012	MAIS CULTURA	95.000,00		95.000,00
15	Urbanismo	3.040.000,00	7.915.519,43	10.955.519,43
15.451	Infra-Estrutura Urbana	410.000,00	6.326.000,00	6.736.000,00
15.451.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	410.000,00	6.326.000,00	6.736.000,00
15.452	Serviços Urbanos	2.610.000,00	1.289.519,43	3.899.519,43
15.452.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	2.610.000,00	1.289.519,43	3.899.519,43
15.782	Transporte Rodoviário	20.000,00	300.000,00	320.000,00
15.782.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	20.000,00	300.000,00	320.000,00
16	Habitação	152.000,00	1.000.000,00	1.152.000,00
16.482	Habitação Urbana	152.000,00	1.000.000,00	1.152.000,00
16.482.1008	HABITAÇÃO DIREITO E DIGNIDADE	152.000,00	1.000.000,00	1.152.000,00
17	Saneamento	1.000,00	4.200.000,00	4.201.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	1.000,00	4.200.000,00	4.201.000,00
17.512.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	1.000,00	4.200.000,00	4.201.000,00
20	Agricultura	1.281.000,00	543.000,00	1.824.000,00
20.606	Extensão Rural	1.281.000,00	543.000,00	1.824.000,00
20.606.1010	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	1.281.000,00	543.000,00	1.824.000,00
22	Indústria	50.000,00	500.000,00	550.000,00
22.661	Promoção Industrial	50.000,00	500.000,00	550.000,00
22.661.1014	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	50.000,00	500.000,00	550.000,00
27	Desporto e Lazer	475.000,00		475.000,00
27.695	Turismo	158.000,00		158.000,00
27.695.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	158.000,00		158.000,00
27.812	Desporto Comunitário	317.000,00		317.000,00
27.812.1011	ESPORTE É VIDA	317.000,00		317.000,00
28	Encargos Especiais	800.000,00		800.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	800.000,00		800.000,00
28.846.0000	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	800.000,00		800.000,00

Página: 3/4

Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
28	Encargos Especiais	800.000,00		800.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	800.000,00		800.000,00
28.846.0000	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	800.000,00		800.000,00
99	Reserva de Contingência			15.000,00
99.999	Reserva de Contingência			15.000,00
99.999.1013	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			15.000,00
Total:		11.576.000,00	34.324.000,00	45.900.000,00

Página: 4/4
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.130.000,00	4.762.042,65	5.892.042,65
	TRANSFERÊNCIA A CAMARA DE VEREADORES	1.130.000,00		1.130.000,00
	TRANSFERENCIA FINANCEIRA AO F.M.S.		4.762.042,65	4.762.042,65
	Total:	1.130.000,00	4.762.042,65	5.892.042,65
	Total geral:	11.576.000,00	34.324.000,00	51.792.042,65

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

8 ANEXO 9 - DEMONST DESP POR ORGÃO E FUNÇÃO

Página: 1/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA							
Funções		Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
Órgão							
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	691.000,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	750.000,00	2.174.000,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.000,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	750.000,00	2.865.000,00	1.000,00	84.000,00

Página: 2/15

Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.762.808,99
06.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	1.961.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.991.100,00	0,00	0,00	0,00	10.762.808,99

Página: 3/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	184.000,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	10.771.519,43	0,00	4.201.000,00	0,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	1.152.000,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		95.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		95.000,00	0,00	10.955.519,43	1.152.000,00	4.201.000,00	0,00

Página: 4/15

Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA							
Funções		Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
Órgão							
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	0,00	550.000,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	1.824.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.824.000,00	0,00	550.000,00	0,00	0,00

Página: 5/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	691.000,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.924.000,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	317.000,00	0,00	0,00	11.079.808,99
06.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	158.000,00	0,00	0,00	892.000,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.056.519,43
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00
09.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.961.100,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.824.000,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.152.000,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
15.00 - FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95.000,00
Total:		0,00	0,00	475.000,00	800.000,00	15.000,00	36.521.428,42

Página: 6/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 7/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	8.248.571,58	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	8.248.571,58	0,00	0,00

Página: 8/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 9/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 10/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.248.571,58
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.248.571,58

Página: 11/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		1.130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	1.130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 12/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 13/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 14/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 15/15
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS						
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total geral:						
						1.130.000,00
						1.130.000,00
						45.900.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

9 DEMONST DA EVOLUÇÃO DA RECEITA

Página: 1/8
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA						
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	25.177.986,96	23.370.299,94	30.324.356,39	58.752.651,25	45.643.819,88
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	19.036.152,50	20.335.902,55	20.909.684,99	24.552.651,25	26.316.819,88
4.1.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.612.097,81	1.549.826,58	1.870.324,79	1.927.482,50	2.427.523,63
4.1.1.1.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	1.361.798,53	1.312.781,20	1.604.328,92	1.369.187,50	1.864.313,88
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	511.584,53	720.694,67	861.080,12	676.187,50	864.313,88
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	204.231,30	209.117,11	206.395,93	303.187,50	318.346,88
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	IPTU - Ordinário	122.497,58	125.469,67	123.837,02	181.912,50	191.008,13
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	IPTU - 25% Educação	51.082,70	52.278,72	51.598,60	75.796,88	79.586,71
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	IPTU - Saude	30.651,02	31.368,72	30.960,31	45.478,12	47.752,04
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	123.092,66	145.501,57	156.842,50	63.000,00	134.098,88
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	123.092,66	145.501,57	156.842,50	63.000,00	134.098,88
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF - Ordinário	73.855,56	87.300,94	94.105,42	37.800,00	80.459,30
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Educação	30.773,20	36.375,40	39.210,69	15.750,00	33.524,74
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	IRRF - 15% Saúde	18.463,90	21.825,23	23.526,39	9.450,00	20.114,84
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	184.260,57	366.075,99	497.841,69	310.000,00	411.868,12
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI - Ordinário	110.556,22	219.645,33	298.704,76	186.000,00	247.120,73
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI - 25% Educação	46.065,05	91.518,81	124.460,43	77.500,00	102.967,17
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI - 15% Saúde	27.639,30	54.911,85	74.676,50	46.500,00	61.780,22
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	850.214,00	592.086,53	743.248,80	693.000,00	1.000.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	850.214,00	592.086,53	743.248,80	693.000,00	1.000.000,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	508.552,07	592.086,53	743.248,80	693.000,00	1.000.000,00
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	ISS - Ordinário	0,00	355.250,52	445.226,24	415.800,00	600.000,00
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	ISS - 25% Educação	0,00	148.021,61	186.263,61	173.250,00	250.000,00
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	ISS - 15% Saúde	0,00	88.814,40	111.758,95	103.950,00	150.000,00
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	ISQN - Educação	212.187,58	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	ISQN - Saude	129.474,35	0,00	0,00	0,00	0,00
TAXAS						
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	250.299,28	237.045,38	265.995,87	448.295,00	443.209,75
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P.Serviços	161.952,48	162.308,06	190.248,39	313.170,00	321.328,50
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	83.014,58	79.246,56	108.479,15	150.000,00	150.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	3.203,91	4.225,42	2.255,00	11.025,00	11.576,25
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00	Taxa de Exercício do Poder de Construção Civil	5.821,19	3.881,74	4.830,97	6.615,00	6.945,75
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	69.912,80	74.954,34	74.683,27	145.530,00	152.806,50
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	88.346,80	74.737,32	75.747,48	135.125,00	121.881,25
4.1.1.2.2.29.00.00.00.00	Emolumentos e Custas Extrajudiciais	17.444,37	23.190,79	20.953,91	19.845,00	20.837,25
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	49.094,01	49.966,07	50.531,61	80.000,00	64.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	21.808,42	1.580,46	4.261,96	35.280,00	37.044,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	110.000,00	120.000,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	0,00	0,00	0,00	110.000,00	120.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	164.922,24	197.219,19	281.652,31	220.000,00	350.000,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	164.922,24	197.219,19	281.652,31	220.000,00	350.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	103.440,66	166.604,39	213.928,98	241.398,75	259.843,09
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	103.440,66	166.604,39	213.928,98	241.398,75	259.843,09

Página: 2/8
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA						
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	103.440,66	166.604,39	213.928,98	241.398,75	259.843,09
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	52.622,45	23.812,65	29.189,83	41.398,75	49.843,09
4.1.3.2.5.01.01.00.00.00	Rendimento Fundeb 60%	2.857,53	11.125,95	9.468,19	12.400,00	13.000,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rendimento Fundeb 40%	1.904,99	7.179,12	6.312,21	7.500,00	8.000,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE (salário educac.	1.645,23	5.282,59	11.267,20	3.307,50	9.742,28
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec de Remun. Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	61,48	205,89	2.140,74	551,25	578,81
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec de Remun. Dep Banc Rec Vinc - FNAS	2.766,57	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.91.00.00.00	Rec. de Remun. Dep Banc Rec. Vinc. - PDDE	96,90	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.92.00.00.00	Rem Dep Bancários Rec. Vinc - Apoio a Creche	156,49	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.93.00.00.00	Rem Dep Bancários Rec. Vinc - PAR	12.835,51	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.94.00.00.00	Rem Dep Bancários Rec. Vinc - Convenio União	28.135,08	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.95.00.00.00	Rem Dep Bancários Rec. Vinc-Transp. Esc Estadual	1.407,78	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.96.00.00.00	Rem Dep Bancários Rec. Vinc - PNAE	385,91	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.97.00.00.00	Rem Dep Bancários Rec. Vinc - PNAE	276,19	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.98.00.00.00	Rem de Dep Bancários Rec Vinc. - COSIP	83,85	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	8,94	19,10	1,49	17.640,00	18.522,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	50.818,21	142.791,74	184.739,15	200.000,00	210.000,00
4.1.3.2.5.02.98.00.00.00	Rem Dep Bancários Rec. não vinc- Alienação de Bens	531,41	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.-Próprio	50.286,80	142.791,74	184.739,15	200.000,00	210.000,00
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	36.433,88	37.657,69	58.264,68	44.100,00	90.000,00
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	36.433,88	37.657,69	58.264,68	44.100,00	90.000,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	13.391,04	13.646,17	15.993,15	16.537,50	71.546,77
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00	Serviços de Fornecimento de Água	13.391,04	13.646,17	15.993,15	16.537,50	17.364,38
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	54.182,39
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.875.490,05	17.971.733,65	18.303.673,22	21.266.615,00	22.234.828,47
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.449.944,35	17.510.486,43	17.921.449,14	19.537.615,00	21.516.828,47
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	6.999.303,95	7.137.656,09	7.322.308,18	7.998.327,50	9.377.074,24
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	5.528.588,02	5.671.645,04	5.916.812,86	6.542.235,00	7.389.346,75
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	5.508.918,55	5.653.737,77	5.891.264,88	6.526.800,00	6.853.140,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	FPM - Ordinário	3.164.892,43	3.392.242,62	3.534.758,89	3.916.080,00	4.111.884,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	FPM - 25% Educação	1.318.705,26	1.413.434,47	1.472.816,26	1.631.700,00	1.713.285,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	FPM - 15% Saúde	791.223,12	848.060,68	883.689,73	979.020,00	1.027.971,00
4.1.7.2.1.01.02.10.00.00	Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	175.573,30	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.20.00.00	Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	58.524,44	0,00	0,00	0,00	520.000,00
4.1.7.2.1.01.03.00.00.00	Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1% Cota de Dezembro	0,00	0,00	0,00	0,00	390.000,00
4.1.7.2.1.01.03.01.00.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota Anual - 75% ordinário	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
4.1.7.2.1.01.03.02.00.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota Anual - 25% educação	0,00	0,00	0,00	0,00	16.206,75
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	19.669,47	17.907,27	25.547,98	15.435,00	9.724,05
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	ITR - Ordinário	11.801,66	10.744,36	15.320,89	9.261,00	9.724,05
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	ITR - 25% Educação	4.917,39	4.476,82	6.396,88	3.858,75	4.051,69
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota Parte IPTU - Saude	2.950,42	2.686,09	3.830,21	2.315,25	2.431,01
4.1.7.2.1.09.00.00.00.00	Outras Transf. da União	113.470,70	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/8
Data: 24/11/2016

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA						
4.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transf. da União	113.470,70	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	857.867,79	781.193,76	781.219,05	624.015,00	1.092.089,78
4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	779.568,09	693.039,64	715.162,47	529.200,00	992.534,03
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	78.299,70	88.154,12	66.056,58	94.815,00	99.555,75
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS	141.172,51	219.294,38	167.107,45	232.900,00	243.800,00
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	SUAS - Proteção Social Básica - AB	10.000,00	219.294,38	166.499,35	189.000,00	198.000,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	SUAS - Proteção Social Especializada - MC	57.000,00	0,00	608,10	8.400,00	8.800,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	PTMC - PPD	7.297,20	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	SUAS - IGD-PBF	0,00	0,00	0,00	26.000,00	27.000,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	SUAS - IGD-SUAS	0,00	0,00	0,00	9.500,00	10.000,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	PVMC - PETI	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	IGDBF - IGD	36.875,31	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	327.183,96	436.083,31	427.678,08	565.000,00	619.066,71
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	174.921,64	271.200,79	284.591,68	284.000,00	305.926,49
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transf Diretas do FNDNE referentes ao PDDE	3.540,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDNE referentes ao PNAE	67.740,00	84.800,00	77.274,00	84.000,00	96.182,80
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDNE referentes ao PNATE	80.982,32	80.082,52	65.812,40	71.000,00	84.957,42
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDNE	0,00	0,00	0,00	126.000,00	132.000,00
4.1.7.2.1.35.99.01.00.00	Apoio Financeiro a Creches	0,00	0,00	0,00	50.000,00	52.000,00
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00	Manutenção Educação Infantil Transferência Direta	0,00	0,00	0,00	76.000,00	80.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Finan. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	31.020,97	29.439,60	29.490,74	34.177,50	32.771,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Traf.Fin.ICMS - Desoner - L.C.Nº 87/96 - Ordinário	17.061,55	17.663,64	17.694,47	20.506,50	19.662,60
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Traf.Fin.ICMS - Desoner - L.C.Nº 87/96 - Educação	9.694,05	7.359,96	7.372,69	8.544,38	8.192,75
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	ICMS Lei 87/96 - 15% Saúde	4.265,37	4.416,00	4.423,58	5.126,62	4.915,65
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	7.666.591,25	7.975.313,12	8.107.480,17	8.871.287,50	9.339.754,23
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	7.666.591,25	7.975.313,12	8.056.527,53	8.814.487,50	9.279.454,23
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	6.790.593,78	7.035.847,22	7.047.393,02	7.717.500,00	8.103.375,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	ICMS - Ordinários	4.074.355,87	4.221.507,57	4.228.435,60	4.630.500,00	4.862.025,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - Educação	1.697.648,76	1.758.962,33	1.761.848,48	1.929.375,00	2.025.843,75
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saude	1.018.589,15	1.055.377,32	1.057.108,94	1.157.625,00	1.215.506,25
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	774.218,17	829.740,72	895.060,82	959.175,00	1.036.703,82
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - Ordinário	464.530,62	497.844,18	535.886,71	575.505,00	622.021,92
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	IPVA - 25% Educação	193.554,80	207.435,44	225.202,14	239.793,75	259.176,26
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	IPVA - 15% Saúde	116.132,75	124.461,10	133.971,97	143.876,25	155.505,64
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	100.926,06	107.998,13	109.328,06	110.250,00	110.434,79
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	IPI Exportação - Ordinário	60.555,53	64.798,82	65.596,80	66.150,00	66.260,81
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	IPI Exportação - 25% Educação	25.231,58	26.999,58	27.332,03	27.562,50	27.608,76
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	IPI Exportação - 15% Saúde	15.138,95	16.199,73	16.399,23	16.537,50	16.565,22
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.interv.no Domínio Econômico	853,24	1.727,05	4.745,63	27.562,50	28.940,62
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	0,00	0,00	50.952,64	56.800,00	60.300,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. Estado - Recursos SUAS	0,00	0,00	50.952,64	56.800,00	60.300,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.784.049,15	2.397.517,22	2.491.660,79	2.668.000,00	2.800.000,00

Página: 4/8
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA						
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.784.049,15	2.397.517,22	2.491.660,79	2.668.000,00	2.800.000,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.070.429,39	1.668.911,81	1.741.460,74	1.867.600,00	1.960.000,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	713.619,76	728.605,41	750.200,05	800.400,00	840.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	425.545,70	461.247,22	382.224,08	1.729.000,00	718.000,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	0,00	461.247,22	382.224,08	1.729.000,00	518.000,00
4.1.7.6.1.02.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	0,00	461.247,22	382.224,08	694.000,00	518.000,00
4.1.7.6.1.02.00.15.00.00	Prog de Apoio Transp Escolar Educ. Básica	0,00	461.247,22	0,00	0,00	0,00
4.1.7.6.1.02.00.99.00.00	Outras Transf de Convênios a Programas de Educação	0,00	0,00	382.224,08	694.000,00	518.000,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	0,00	0,00	0,00	1.035.000,00	0,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr Fed. e suas Entid.	425.545,70	0,00	0,00	0,00	200.000,00
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	412.410,65	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	13.135,05	0,00	0,00	0,00	200.000,00
4.1.7.6.2.99.01.00.00.00	Convênio Benefícios Eventuais	4.819,05	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.99.03.00.00.00	Transferencia FEAS Alta - Custeio	8.316,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.99.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		230.376,82	399.214,88	165.847,86	836.517,50	883.077,92
Multas e Juros de Mora		69.159,32	61.077,12	67.578,94	58.152,50	63.310,11
Multas/Juros de Mora dos Tributos		11.059,50	12.376,25	11.015,78	3.307,50	3.472,86
Multas/Juros de Mora s/ o IPTU		2.016,88	1.400,56	1.181,54	1.102,50	1.157,62
Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Ordinários		1.209,69	839,99	708,68	661,50	694,57
Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25% Educação		503,80	349,78	295,34	275,63	289,40
Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15% Saúde		303,39	210,79	177,52	165,37	173,65
Multas/Juros de Mora s/ o ISS		4.341,90	4.676,11	4.940,96	1.102,50	1.157,62
Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25% Educação		2.604,85	2.806,15	3.146,52	661,50	694,57
Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Saude		1.085,17	1.168,41	1.121,37	275,63	289,40
Multas e Juros de Mora de Outros Tributos		651,88	701,55	673,07	165,37	173,65
Multas e Juros de Mora de Outros Tributos		4.700,72	6.299,58	4.893,28	1.102,50	1.157,62
Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos		0,00	6.299,58	4.893,28	1.102,50	1.157,62
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU		18.612,74	16.181,32	16.433,60	19.845,00	20.837,25
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Ordinári		7.544,10	4.749,06	7.673,32	7.717,50	8.103,38
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25% Educ		4.525,23	2.848,94	4.603,61	4.630,50	4.862,03
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 15% Saúde		1.884,90	1.186,87	1.918,14	1.929,38	2.025,84
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS		1.133,97	713,25	1.151,57	1.157,62	1.215,51
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Ordinário		3.212,93	2.822,03	1.128,64	1.102,50	1.157,62
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25% Educa		1.927,73	1.693,18	677,12	661,50	694,57
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Saude		803,10	705,47	282,13	275,63	289,40
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos		482,10	423,38	169,39	165,37	173,65
Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.		7.855,71	8.610,23	7.631,64	11.025,00	11.576,25
Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.		0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.		0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.		0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Multas de Outras Origens		39.487,08	32.519,55	40.129,56	35.000,00	38.000,00

Página: 5/8
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA						
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	39.487,08	32.519,55	40.129,56	35.000,00	37.000,00
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.281,25	75.051,83	0,00	23.152,50	115.938,25
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	0,00	74.879,75	0,00	1.102,50	1.157,62
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	0,00	74.879,75	0,00	1.102,50	1.157,62
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	3.281,25	172,08	0,00	22.050,00	114.780,63
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	3.281,25	172,08	0,00	22.050,00	114.780,63
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	111.536,50	44.892,36	46.172,12	51.266,25	53.829,56
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	111.536,50	44.892,36	46.172,12	51.266,25	53.829,56
4.1.9.3.1.10.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	55.455,07	13.691,69	22.102,63	22.050,00	23.152,50
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Ordinário	33.271,56	8.214,60	13.261,21	13.230,00	13.891,50
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25% Educação	13.862,42	3.422,53	5.525,46	5.512,50	5.788,13
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15% Saúde	8.321,09	2.054,56	3.315,96	3.307,50	3.472,87
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	12.177,87	11.823,25	3.662,27	1.653,75	1.736,44
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Ordinário	7.306,70	7.093,93	2.197,30	992,25	1.041,86
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25% Educação	3.044,44	2.955,79	915,55	413,44	434,11
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15% Saúde	1.826,73	1.773,53	549,42	248,06	260,47
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	43.903,56	19.377,42	20.407,22	27.562,50	28.940,62
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	0,00	19.377,42	20.407,22	27.562,50	28.940,62
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	46.399,75	218.193,57	52.096,80	703.946,25	650.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	46.399,75	218.193,57	52.096,80	703.946,25	650.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	6.141.834,46	3.034.397,39	9.414.671,40	34.200.000,00	19.327.000,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	850.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	850.000,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	850.000,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	850.000,00
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	7.459,01	0,00	0,00	0,00	8.000,00
4.2.3.0.0.80.00.00.00.00	Amort. de Financiamentos	7.459,01	0,00	0,00	0,00	8.000,00
4.2.3.0.0.80.01.00.00.00	Amort. de Financiamentos de Bens	7.459,01	0,00	0,00	0,00	8.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.134.375,45	3.034.397,39	9.414.671,40	33.200.000,00	18.469.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	6.134.375,45	3.034.397,39	9.414.671,40	33.200.000,00	18.469.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	6.128.831,45	3.005.080,35	7.914.800,69	33.200.000,00	17.509.000,00
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	0,00	0,00	1.113.735,83	2.100.000,00	4.640.000,00
4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	0,00	0,00	1.113.735,83	2.100.000,00	4.640.000,00
4.2.4.7.1.03.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam	0,00	0,00	4.196.855,90	3.500.000,00	2.500.000,00
4.2.4.7.1.03.20.00.00.00	Outros Convênios e Transf da União p/ Saneamento	0,00	0,00	4.196.855,90	3.500.000,00	2.500.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	6.128.831,45	3.005.080,35	2.604.208,96	27.600.000,00	10.369.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed e suas Entid.	5.544,00	29.317,04	1.499.870,71	0,00	960.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	5.544,00	29.317,04	1.499.870,71	0,00	960.000,00
4.2.4.7.2.99.01.00.00.00	Transferencia FEAS Alta - Investimentos	5.544,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.597.780,47	-2.734.915,53	-2.799.614,57	-3.072.667,50	-3.230.348,81
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.597.780,47	-2.734.915,53	-2.799.614,57	-3.072.667,50	-3.230.348,81

Página: 6/8
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado				Estimado	LOA
		2013	2014	2015	2016		
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA							
9.1.7.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.597.780,47	-2.734.915,53	-2.799.614,57	-3.072.667,50	-3.230.348,81	
9.1.7.2.0.00.00.00.00	Dedução de Receita	-2.597.780,47	-2.734.915,53	-2.799.614,57	-3.072.667,50	-3.230.348,81	
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.065.101,76	-1.140.216,55	-1.189.260,24	-1.315.282,50	-1.380.247,34	
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.058.897,62	-1.134.328,63	-1.183.362,11	-1.308.447,00	-1.373.869,35	
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-1.054.963,82	-1.130.747,27	-1.178.252,63	-1.305.360,00	-1.370.628,00	
9.1.7.2.1.01.02.02.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	0,00	0,00	-1.178.252,63	-1.305.360,00	-1.370.628,00	
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-3.933,80	-3.581,36	-5.109,48	-3.087,00	-3.241,35	
9.1.7.2.1.01.05.02.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	0,00	0,00	-5.109,48	-3.087,00	-3.241,35	
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-6.204,14	-5.887,92	-5.898,13	-6.835,50	-6.377,99	
9.1.7.2.1.36.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-6.204,14	0,00	0,00	0,00	0,00	
9.1.7.2.1.36.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	0,00	-5.887,92	-5.898,13	-6.835,50	-6.377,99	
9.1.7.2.2.00.00.00.00	Dedução de Receita	-1.532.678,71	-1.594.698,98	-1.610.354,33	-1.757.385,00	-1.850.101,47	
9.1.7.2.2.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-1.532.678,71	-1.594.698,98	-1.610.354,33	-1.757.385,00	-1.850.101,47	
9.1.7.2.2.01.01.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-1.358.117,74	-1.407.168,30	-1.409.477,57	-1.543.500,00	-1.620.675,00	
9.1.7.2.2.01.01.02.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	-1.409.477,57	-1.543.500,00	-1.620.675,00	
9.1.7.2.2.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-154.826,35	-163.930,98	-179.011,23	-191.835,00	-207.339,48	
9.1.7.2.2.01.02.02.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	0,00	0,00	-179.011,23	-191.835,00	-207.339,48	
9.1.7.2.2.01.04.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-19.734,62	-21.599,70	-21.865,53	-22.050,00	-22.086,99	
9.1.7.2.2.01.04.02.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	0,00	0,00	-21.865,53	-22.050,00	-22.086,99	
Total por entidade:		22.580.206,49	20.635.384,41	27.524.741,82	55.679.983,75	42.413.471,07	
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS							
4.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS	2.197.445,95	2.281.203,54	2.058.948,75	5.764.016,25	3.486.528,93	
4.1.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	2.091.845,95	2.281.203,54	2.058.948,75	2.832.016,25	2.974.528,93	
4.1.1.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	14.497,12	12.900,90	11.055,16	11.025,00	11.576,25	
4.1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS	14.497,12	12.900,90	11.055,16	11.025,00	11.576,25	
4.1.1.2.1.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	14.497,12	12.900,90	11.055,16	11.025,00	11.576,25	
4.1.1.2.1.17.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	14.497,12	12.900,90	11.055,16	11.025,00	11.576,25	
4.1.3.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	16.646,30	2.362,33	2.534,93	12.127,50	12.945,75	
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	16.646,30	2.362,33	2.534,93	12.127,50	12.945,75	
4.1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	16.646,30	2.362,33	2.534,93	12.127,50	12.945,75	
4.1.3.2.5.01.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	6.615,00	6.945,75	
4.1.3.2.5.01.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saúde	749,59	2.362,33	2.534,93	5.512,50	6.000,00	
4.1.3.2.5.01.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - proprio	3.177,34	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.85.00.00	Remun. Depósitos - CONVENIOS	230,69	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.86.00.00	Remun. Depósitos - ASS. FARM. ESTADUAL	204,65	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.87.00.00	Remun. Depósitos - ASS. FARM. FEDERAL	1.119,49	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.88.00.00	Remun. Depósitos - VIG EM SAUDE	475,23	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.89.00.00	Remun. Depósitos - MAC	102,71	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.90.00.00	Remun. Depósitos - SIAMAC	603,87	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.91.00.00	Remun. Depósitos - NASF	2.113,96	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.92.00.00	Remun. Depósitos - ESF/ESTADO	1.424,17	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.93.00.00	Remun. Depósitos - PACS						

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/8
Data: 24/11/2016

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS						
4.1.3.2.5.01.94.00.00.00	Remun. Depósitos - ESF/FEDERAL	252,52	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.95.00.00.00	Remun. Depósitos - SB	629,59	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.96.00.00.00	Remun. Depósitos - PMAQ	3.693,06	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.97.00.00.00	Remun. Depósitos - PSE	807,26	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.98.00.00.00	Remun. Depósitos - PAB	1.062,17	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.060.311,73	2.265.940,31	2.045.358,66	2.808.863,75	2.950.006,93
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.060.311,73	2.265.940,31	2.045.358,66	2.808.863,75	2.950.006,93
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	1.875.004,86	2.060.460,11	1.859.395,08	2.537.208,75	2.664.319,18
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.875.004,86	2.060.460,11	1.859.395,08	2.537.208,75	2.664.319,18
4.1.7.2.1.33.01.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	233.326,46	244.113,96	258.271,13	242.550,00	254.677,50
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Saúde Da Família - SF	342.240,00	266.770,00	229.560,00	380.362,50	399.380,62
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde Bucal - SB	82.820,00	73.804,26	80.280,00	92.610,00	97.240,50
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	282.233,00	287.518,00	316.368,00	297.675,00	312.558,75
4.1.7.2.1.33.06.00.00	Programa De Assistência Farmacêutica Básica	44.931,48	49.016,16	44.931,48	55.125,00	57.881,25
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Agente de Combate em Endemias	28.520,00	0,00	0,00	33.075,00	34.728,75
4.1.7.2.1.33.08.00.00	Ações Estruturantes De Vigilância Sanitária	0,00	8.831,95	7.460,95	9.922,50	10.418,62
4.1.7.2.1.33.09.00.00	Teto Financeiro De Vigilância Em Saúde - Tívs (Ex-	45.849,57	52.186,48	58.092,74	17.088,75	17.943,19
4.1.7.2.1.33.10.00.00	Média e Alta Complexidade - MAC FEDERAL	325.928,51	539.949,34	550.721,26	615.000,00	646.000,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00	Atenção Básica	12.273,20	0,00	3.209,52	13.230,00	13.891,50
4.1.7.2.1.33.11.10.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	0,00	0,00	0,00	13.230,00	13.891,50
4.1.7.2.1.33.11.30.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	0,00	0,00	3.209,52	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.11.30.03	Saúde Bucal	0,00	0,00	3.209,52	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.15.00.00	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	128.000,00	96.000,00	0,00	158.760,00	166.698,00
4.1.7.2.1.33.15.01.00	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	0,00	96.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.15.10.00	Qualificação da Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	166.698,00
4.1.7.2.1.33.15.30.00	Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.16.00.00	Programa de Melhoria Acesso e de Qualidade - PMAQ	342.500,00	442.269,96	310.500,00	582.120,00	611.226,00
4.1.7.2.1.33.17.00.00	Teto Municipal Rede Cegonha (RCE-RCEG)	6.382,64	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.99.00.00	Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	39.690,00	41.674,50
4.1.7.2.2.00.00.00.00	Transferências dos Estados	185.306,87	205.480,20	185.963,58	271.655,00	285.687,75
4.1.7.2.2.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	185.306,87	205.480,20	185.963,58	271.655,00	285.687,75
4.1.7.2.2.33.01.00.00	Farmácia Basica - ESTADUAL	42.732,00	32.049,00	17.977,52	48.510,00	50.935,50
4.1.7.2.2.33.02.00.00	Cofinanciamento Atenção Básica - ESF ESTADUAL	90.100,00	95.561,00	119.669,26	121.275,00	127.338,75
4.1.7.2.2.33.03.00.00	Núcleo de Atendimento da Saude da Família - NASF	30.000,00	53.500,00	12.000,00	71.000,00	75.000,00
4.1.7.2.2.33.06.00.00	Média e Alta Complexidade - MAC ESTADO	22.474,87	24.370,20	36.316,80	30.870,00	32.413,50
4.1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	390,80	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	390,80	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	390,80	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	105.600,00	0,00	0,00	2.932.000,00	512.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	105.600,00	0,00	0,00	2.932.000,00	512.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	105.600,00	0,00	0,00	2.932.000,00	512.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	105.600,00	0,00	0,00	2.932.000,00	512.000,00

Página: 8/8
Data: 24/11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 2 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - FMS						
4.2.4.7.1.01.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	105.600,00	0,00	0,00	2.932.000,00	512.000,00
4.2.4.7.1.01.02.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	0,00	0,00	0,00	2.932.000,00	512.000,00
	Total por entidade:	2.197.445,95	2.281.203,54	2.058.948,75	5.764.016,25	3.486.528,93
	Total geral:	24.777.652,44	22.916.587,95	29.583.690,57	61.444.000,00	45.900.000,00

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
					% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	61.444.000,00	61.444.000,00	3.525.113,86	5,74	22.027.028,12	35,85
RECEITAS CORRENTES	24.312.000,00	24.312.000,00	3.507.185,98	14,43	18.778.502,72	77,24
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.938.507,50	1.938.507,50	219.766,17	11,34	1.594.190,39	82,24
IMPOSTOS	1.369.187,50	1.369.187,50	204.978,54	14,97	1.346.072,21	98,31
TAXAS	459.320,00	459.320,00	14.787,63	3,22	248.118,18	54,02
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	220.000,00	220.000,00	46.195,05	21,00	258.433,20	117,47
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	220.000,00	220.000,00	46.195,05	21,00	258.433,20	117,47
RECEITA PATRIMONIAL	253.526,25	253.526,25	43.411,51	17,12	312.187,81	123,14
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	253.526,25	253.526,25	43.411,51	17,12	312.187,81	123,14
RECEITA AGROPECUÁRIA	44.100,00	44.100,00	4.162,00	9,44	32.231,38	73,09
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	44.100,00	44.100,00	4.162,00	9,44	32.231,38	73,09
RECEITA DE SERVIÇOS	16.537,50	16.537,50	2.576,00	15,58	12.596,98	76,17
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.002.811,25	21.002.811,25	3.171.185,71	15,10	16.177.843,32	77,03
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.273.811,25	19.273.811,25	3.073.440,43	15,95	15.584.273,24	80,86
TRANSF. DE CONV.	1.729.000,00	1.729.000,00	97.745,28	5,65	593.570,08	34,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	836.517,50	836.517,50	19.889,54	2,38	391.019,64	46,74
MULTAS E JUROS DE MORA	58.152,50	58.152,50	6.650,46	11,44	41.763,99	71,82
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	23.152,50	23.152,50	849,62	3,67	1.095,62	4,73
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	51.266,25	51.266,25	4.160,45	8,12	46.209,20	90,14
RECEITAS DIVERSAS	703.946,25	703.946,25	8.229,01	1,17	301.950,83	42,89
RECEITAS DE CAPITAL	37.132.000,00	37.132.000,00	17.927,88	0,05	3.248.525,40	8,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	815.634,32	81,56
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	815.634,32	81,56
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	827,19	0,00	6.776,67	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	36.132.000,00	36.132.000,00	17.100,69	0,05	2.426.114,41	6,71
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	36.132.000,00	36.132.000,00	17.100,69	0,05	2.426.114,41	6,71
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	61.444.000,00	61.444.000,00	3.525.113,86	5,74	22.027.028,12	35,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	61.444.000,00	61.444.000,00	3.525.113,86	5,74	22.027.028,12	35,85
DÉFICIT (VI)		—	—	—	2.566.806,67	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	61.444.000,00	61.444.000,00	3.525.113,86	5,74	24.593.834,79	40,03
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		—	—	—	1.372.636,91	—
Superávit Financeiro		—	—	—	1.372.636,91	—
Reabertura de Créditos Adicionais		—	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	61.444.000,00	64.118.507,55	2.863.185,00	33.764.314,34	30.354.193,21	3.774.960,20	24.593.834,79	39.524.672,76	24.343.849,48
DESPESAS CORRENTES	23.105.628,75	24.208.124,70	2.854.925,89	19.075.374,38	5.132.750,32	3.442.323,21	17.926.555,72	6.281.568,98	17.677.065,41
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.409.523,67	11.099.870,66	1.765.402,71	8.331.572,78	2.768.297,88	1.766.502,69	8.330.839,38	2.769.031,28	8.185.023,29
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	39.690,00	79.690,00	29.432,15	70.862,45	8.827,55	29.432,15	70.862,45	8.827,55	63.394,36
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.656.415,08	13.028.564,04	1.060.091,03	10.672.939,15	2.355.624,89	1.646.388,37	9.524.853,89	3.503.710,15	9.428.647,76
DESPESAS DE CAPITAL	38.323.371,25	39.895.382,85	8.259,11	14.688.939,96	25.206.442,89	332.636,99	6.667.279,07	33.228.103,78	6.666.784,07
INVESTIMENTOS	38.247.531,25	39.859.542,85	3.130,37	14.663.296,26	25.196.246,59	327.508,25	6.641.635,37	33.217.907,48	6.641.140,37
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	75.840,00	35.840,00	5.128,74	25.643,70	10.196,30	5.128,74	25.643,70	10.196,30	25.643,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	61.444.000,00	64.118.507,55	2.863.185,00	33.764.314,34	30.354.193,21	3.774.960,20	24.593.834,79	39.524.672,76	24.343.849,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	61.444.000,00	64.118.507,55	2.863.185,00	33.764.314,34	30.354.193,21	3.774.960,20	24.593.834,79	39.524.672,76	24.343.849,48
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	61.444.000,00	64.118.507,55	2.863.185,00	33.764.314,34	—	3.774.960,20	24.593.834,79	—	24.343.849,48

FONTE:

SAO DOMINGOS, 22/11/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

ANEXO 11 - DEMONS. RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

Município de SAO DOMINGOS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	444.386,37	444.386,37	399.127,75	399.127,75	0,00	0,00	45.258,62
Investimentos	444.386,37	444.386,37	399.127,75	399.127,75	0,00	0,00	45.258,62
TOTAL	444.386,37	444.386,37	399.127,75	399.127,75	0,00	0,00	45.258,62

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	-399.127,75	-399.127,75

FONTE:

SAO DOMINGOS, 22/11/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA
 PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
 CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SAO DOMINGOS, 22/11/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

ANEXO 14 - DEMONS.SIMPLIF. RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de SAO DOMINGOS - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		61.444.000,00		
Previsão Atualizada		61.444.000,00		
Receitas Realizadas		22.027.028,12		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.372.636,91		
DESPESAS				
Dotação Inicial		61.444.000,00		
Créditos Adicionais		2.674.507,55		
Dotação Atualizada		64.118.507,55		
Despesas Empenhadas		33.764.314,34		
Despesas Liquidadas		24.593.834,79		
Despesas pagas		24.343.849,48		
Superavit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		33.764.314,34		
Despesas Liquidadas		24.593.834,79		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		22.468.724,11		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-511.000,00	0,00	0,00
Resultado Primário		-1.137.996,25	-3.604.899,32	316,78
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EXECUTIVO	595.094,60	0,00	595.094,60	0,00
	595.094,60	0,00	595.094,60	0,00
TOTAL:	595.094,60	0,00	595.094,60	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.153.794,89	25%	22,96
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.784.956,53	60%	82,80
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		815.634,32	184.365,68	
Despesa de Capital Líquida		6.667.279,07	33.228.103,78	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		399.127,75	45.258,62	

Continua 1/2

Município de SAO DOMINGOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	3.307.441,02	15,00	24,44
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)			0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SAO DOMINGOS, 22/11/2016

 ALCIMAR DE OLIVEIRA
 PREFEITO MUNICIPAL

 ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
 CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				(b/Total b)			(d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	61.444.000,00	64.118.507,55	2.883.185,00	33.764.314,34	100,00	3.774.960,20	24.593.834,79	39.524.672,76
Legislativa	800.000,00	800.000,00	118.257,90	581.487,13	1,72	126.568,54	564.703,95	235.296,05
Ação Legislativa	800.000,00	800.000,00	118.257,90	581.487,13	1,72	126.568,54	564.703,95	235.296,05
Essencial à Justiça	1.100.000,00	1.628.000,00	0,00	1.309.463,89	3,88	0,00	1.309.463,89	318.536,11
Administração Geral	1.100.000,00	1.628.000,00	0,00	1.309.463,89	3,88	0,00	1.309.463,89	318.536,11
Administração	3.102.381,25	3.052.482,66	325.577,12	2.312.477,97	6,85	417.121,48	2.215.108,85	837.373,81
Administração Geral	3.102.381,25	3.052.482,66	325.577,12	2.312.477,97	6,85	417.121,48	2.215.108,85	837.373,81
Defesa Nacional	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	121.275,00	121.275,00	11.521,80	68.429,80	0,20	16.635,94	59.720,77	61.554,23
Policiamento	121.275,00	121.275,00	11.521,80	68.429,80	0,20	16.635,94	59.720,77	61.554,23
Assistência Social	1.814.641,05	1.802.117,05	173.174,72	1.261.010,35	3,73	183.028,26	1.204.106,67	598.010,38
Assistência ao Idoso	120.000,00	115.000,00	0,00	4.080,24	0,01	0,00	4.080,24	110.919,76
Assistência à Criança e ao Adolescente	163.665,00	122.665,00	16.453,68	96.501,47	0,29	16.657,50	94.267,47	28.397,53
Assistência Comunitária	1.530.976,05	1.564.452,05	156.721,04	1.160.428,64	3,44	166.370,76	1.105.758,96	458.693,09
Saúde	10.721.979,73	10.646.937,39	944.679,79	6.134.427,42	18,17	1.174.359,34	5.422.179,91	5.224.757,48
Atenção Básica	10.028.853,48	9.945.816,52	755.601,03	5.472.068,78	16,21	1.060.833,13	4.913.368,32	5.032.448,20
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	615.000,00	615.000,00	173.441,34	598.120,84	1,77	97.748,87	450.408,79	164.593,21
Vigilância Sanitária	46.856,25	46.856,25	15.637,42	49.694,67	0,15	15.777,34	43.861,67	11.389,20
Vigilância Epidemiológica	30.870,00	30.870,00	0,00	14.543,13	0,04	0,00	14.543,13	16.326,87
Educação	7.352.107,50	7.758.008,69	789.800,67	6.087.385,09	18,03	851.982,71	4.611.352,25	3.146.656,44
Alimentação e Nutrição	200.400,00	288.400,00	60.831,04	279.958,06	0,83	63.110,14	266.941,03	21.458,97
Ensino Fundamental	5.716.400,00	6.034.301,19	531.786,54	4.789.068,15	14,18	580.890,89	3.344.525,59	2.689.775,60
Educação Infantil	1.435.307,50	1.435.307,50	197.183,09	1.018.358,88	3,02	207.981,68	999.885,63	435.421,87
Cultura	190.000,00	190.000,00	-140,84	139.190,48	0,41	495,00	139.190,48	50.809,52
Difusão Cultural	190.000,00	190.000,00	-140,84	139.190,48	0,41	495,00	139.190,48	50.809,52
Urbanismo	24.171.169,47	26.161.340,76	165.795,20	9.203.092,53	27,26	593.080,57	5.725.833,77	20.435.506,99
Infra-Estrutura Urbana	15.622.500,00	17.141.296,66	-3.631,20	6.800.085,57	20,14	308.487,40	3.377.500,05	13.763.796,61
Serviços Urbanos	3.038.669,47	3.520.044,10	169.426,40	2.403.006,96	7,12	284.593,17	2.348.333,72	1.171.710,38
Transporte Rodoviário	5.510.000,00	5.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500.000,00
Habitação	2.175.000,00	2.130.000,00	25.317,59	97.195,25	0,29	17.492,96	61.735,82	2.068.264,18
Habitação Urbana	2.175.000,00	2.130.000,00	25.317,59	97.195,25	0,29	17.492,96	61.735,82	2.068.264,18
Saneamento	4.570.000,00	4.500.000,00	0,00	4.500.000,00	13,33	0,00	1.599.158,05	2.900.841,95
Saneamento Básico Urbano	4.570.000,00	4.500.000,00	0,00	4.500.000,00	13,33	0,00	1.599.158,05	2.900.841,95

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Agricultura	61.444.000,00	64.118.507,55	2.863.185,00	33.764.314,34	30.354.193,21	3.774.960,20	24.593.834,79	100,00
Extensão Rural	2.135.450,00	2.182.950,00	242.284,18	1.487.830,89	695.119,11	286.356,32	1.130.676,95	4,60
Desporto e Lazer	2.135.450,00	2.182.950,00	242.284,18	1.487.830,89	695.119,11	286.356,32	1.130.676,95	4,60
Turismo	2.546.166,00	2.506.166,00	12.895,84	207.824,01	2.298.341,99	23.382,22	194.047,77	0,79
Desporto Comunitário	381.662,50	356.662,50	4.415,57	58.357,68	298.304,82	7.430,53	48.985,64	0,20
Encargos Especiais	2.164.503,50	2.149.503,50	8.480,27	149.466,33	2.000.037,17	15.951,69	145.062,13	0,59
Outros Encargos Especiais	624.230,00	624.230,00	54.021,03	374.499,53	249.730,47	84.456,86	356.555,66	1,45
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	624.230,00	624.230,00	54.021,03	374.499,53	249.730,47	84.456,86	356.555,66	1,45
	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	61.444.000,00	64.118.507,55	2.863.185,00	33.764.314,34	30.354.193,21	3.774.960,20	24.593.834,79	100,00
TOTAL (III) = (I + II)	61.444.000,00	64.118.507,55	2.863.185,00	33.764.314,34	30.354.193,21	3.774.960,20	24.593.834,79	100,00

FONTE:

SAO DOMINGOS, 22/11/2016

ALCIAMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2015 A OUTUBRO/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	RS 10
	R\$ 1.000													
	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016		
RECEITAS CORRENTES (I)														
RECEITA TRIBUTÁRIA														
IPTU														
IRRF														
I.S.S.														
I.T.B.I.														
Outras Receitas Tributárias														
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES														
RECITA PATRIMONIAL														
RECITA AGROPECUÁRIA														
RECITA INDUSTRIAL														
RECITA DE SERVIÇOS														
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES														
Cota-Parte do FPM														
Cota-Parte do ICMS														
Cota-Parte do IPVA														
Cota-Parte do ITR														
Outras Transferências Correntes														
Transferências da LC 61/1989														
Transferências da LC 87/1996														
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB														
OUTRAS RECEITAS CORRENTES														
DEBÜCÖES (II)														
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB														
RECITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)														
RECITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)														

FONTE:
SAO DOMINGOS, 22/11/2016

ELENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADOR(A) CRC/SC 034400/O-9

ALCÍMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO 4 - DEMONS. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 33, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESAPENHAS				
DESAPENHAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
APORTES REALIZADOS						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Valor	0,00
-------	------

BENS E DIREITOS DO RPPS

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2016		2015	
			0,00		0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)			0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais			0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil			0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo			0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo			0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista			0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar			0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo			0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo			0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista			0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial			0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos			0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições			0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial			0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias			0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários			0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais			0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços			0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes			0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)			0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos			0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital			0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)			0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
					Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS ADMINISTRAÇÃO (XII)			-	-	-	-
			0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SAO DOMINGOS, 22/11/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA	ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC/SC 034400/O-5

ANEXO 5 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	365.859,45	1.160.978,81	1.163.318,16
DEDUÇÕES (II)	-229.235,15	2.541.686,11	2.297.070,59
Disponibilidade de Caixa Bruta	-595.094,60	2.838.224,62	2.547.055,90
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	595.094,60	296.538,51	249.985,31
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	365.859,45	-1.380.707,30	-1.133.752,43
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	229.235,15	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-4.407.075,37	-1.380.707,30	-1.133.752,43

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2016 (C - A)
VALOR	246.954,87	3.273.322,94

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-511.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SAO DOMINGOS, 22/11/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>RECEITAS PRIMÁRIAS</u>	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	24.058.473,75	18.466.314,91	16.913.221,56
Receita Tributária	1.938.507,50	1.594.190,39	1.596.448,98
I.P.T.U.	303.187,50	207.562,62	205.001,18
I.S.S.	693.000,00	670.125,40	598.066,04
I.T.B.I.	310.000,00	358.662,78	433.402,14
I.R.R.F.	63.000,00	109.721,41	88.108,65
Outras Receitas Tributárias	569.320,00	248.118,18	271.870,97
Receita de Contribuição	220.000,00	258.433,20	231.299,77
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	220.000,00	258.433,20	231.299,77
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	253.526,25	312.187,81	346.292,82
(-) Aplicações Financeiras	253.526,25	312.187,81	346.292,82
Transferências Correntes	21.002.811,25	16.177.843,32	14.880.832,95
F.P.M.	5.221.440,00	4.093.723,84	3.961.553,47
I.P.V.A	767.340,00	656.127,88	653.151,27
I.C.M.S.	6.174.000,00	5.000.112,13	4.700.762,73
Convênios	1.729.000,00	593.570,08	352.620,64
Outras Transferências Correntes	7.111.031,25	5.834.309,39	5.212.744,84
Demais Receitas Correntes	897.155,00	435.848,00	204.639,86
Dívida Ativa	51.266,25	46.209,20	42.665,25
Diversas Receitas Correntes	845.888,75	389.638,80	161.974,61
RECEITAS DE CAPITAL (II)	37.132.000,00	3.248.525,40	3.745.141,22
Operações de Crédito (III)	1.000.000,00	815.634,32	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	6.776,67	5.094,60
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	36.132.000,00	2.426.114,41	3.740.046,62
Convênios	36.132.000,00	2.426.114,41	3.740.046,62
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	36.132.000,00	2.426.114,41	3.740.046,62
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	60.190.473,75	20.892.429,32	20.653.268,18

<u>DESPESAS PRIMÁRIAS</u>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	24.208.124,70	19.075.374,38	16.901.386,96	17.926.555,72	15.621.680,46
Pessoal e Encargos Sociais	11.099.870,66	8.331.572,78	7.804.573,44	8.330.839,38	7.804.033,44
Juros e Encargos da Dívida (IX)	79.690,00	70.862,45	42.369,23	70.862,45	42.369,23
Outras Despesas Correntes	13.028.564,04	10.672.939,15	9.054.444,29	9.524.853,89	7.775.277,79
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	24.128.434,70	19.004.511,93	16.859.017,73	17.855.693,27	15.579.311,23
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	39.895.382,85	14.688.939,96	22.278.406,26	6.667.279,07	5.050.472,91
Investimentos	39.859.542,85	14.663.296,26	22.248.433,92	6.641.635,37	5.020.500,57
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	35.840,00	25.643,70	29.972,34	25.643,70	29.972,34
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	39.859.542,85	14.663.296,26	22.248.433,92	6.641.635,37	5.020.500,57
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	15.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	64.002.977,55	33.667.808,19	39.107.451,65	24.497.328,64	20.599.811,80

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.812.503,80	-12.775.378,87	-18.454.183,47	-3.604.899,32	53.456,38
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	1.372.636,91	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	1.372.636,91	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-1.137.996,25

SAO DOMINGOS, 22/11/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

ANEXO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016 BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00
PODER/ÓRGÃO		Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)			
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em Exercícios Anteriores				Em 31 de Dezembro de 2015									
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		-	595.094,60	595.094,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
EXECUTIVO		0,00	595.094,60	595.094,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		0,00	595.094,60	595.094,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	275.926,56	275.926,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.		0,00	319.168,04	319.168,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	595.094,60	595.094,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
FONTE:																	

FONTE:

SAO DOMINGOS, 22/11/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

ANEXO 9 - DEMONS. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

Município de SAO DOMINGOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		1.000.000,00	815.634,32			184.365,68
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)	
DESPESAS DE CAPITAL	39.895.382,85	14.688.939,96	6.667.279,07	0,00	25.206.442,89	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	39.895.382,85	14.688.939,96	6.667.279,07	0,00	25.206.442,89	
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-38.895.382,85	-13.873.305,64	-	-	-25.022.077,21	

FONTE:

SAO DOMINGOS, 22/11/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Banda G10

ORIGEM: Inexigibilidade nº 10/2016

OBJETO: "Contratação de banda para apresentação musical".

VALOR: R\$ 7.500,00

PRAZO: 29.11.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 29 de novembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Amuspe- Associação dos Músicos profissionais de Pomerode.

ORIGEM: Inexigibilidade nº 11/2016

OBJETO: "Contratação de banda para apresentação musical".

VALOR: R\$ 6.500,00

PRAZO: 29.11.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 29 de novembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 10 2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº115/2016

CONTRATANTE: Município de São João do Sul/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.547.274/0001-60, com sede à Avenida Nereu Ramos, 50, Centro, neste Município, representado por João Rubens dos Santos, CPF nº. 543.515.459-68, Carteira de Identidade nº. 1.572.622, residente e domiciliado na Rua Anselmo Borba, nº 406, Centro, São João do Sul/SC.

CONTRATADO: Alexandre Zanardi Hernandez, brasileiro, divorciado, portador do CPF nº 443.069.701-91, Carteira de identidade nº 2044176895 SSP- RS residente e domiciliado na Rua General Osório, nº 480, Centro, Torres RS.

Regime Jurídico: Regime Especial de Contratação Temporária	Fundamento Legal: Conforme a Lei nº 1616 de 28 de dezembro de 2011.
--	---

Motivo: Contratação temporária no cargo de Médico Clínico Geral para atuar no ESF (Estratégia Saúde da Família) de Vila Santa Catarina, em substituição à servidora contratada Dra. Luciana Bueno que se encontra de atestado médico. Está contratação se faz necessária para dar atendimento e assistência médica aos munícipes, a fim de evitar prejuízo nos programas da área da saúde pública. A CONTRATADA não está inscrito em nenhum processo Seletivo Simplificado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O CONTRATADO trabalhará para o CONTRATANTE, por tempo determinado, na função de Médico, que consiste em efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidade, realizar atendimento ambulatorial ou familiar; examinar o paciente para determinar o diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-los ao especialista; analisar e interpretar resultados de exames de raios-X, bioquímicos, hematológicos e outros para confirmar e informar o diagnóstico; prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de medicação; manter registro do paciente examinando, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada; emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, par atender as determinações legais; fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência e executar outras atividades compatíveis com o cargo, conforme determina a Lei Municipal nº 006 de 06 de janeiro de 2012, anexo IV. CLÁUSULA SEGUNDA – DA JORNADA E LOCAL DE TRABALHO

A jornada de trabalho do CONTRATADO será de 40 horas semanais, prestadas de acordo com o cronograma da Secretaria Municipal de Saúde na Unidade de Saúde de Vila Santa Catarina - São João do Sul/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO

Pelo serviço acima mencionado e prestado, o CONTRATADO perceberá a quantia de R\$ 10.150,79 (dez mil cento e cinquenta reais e setenta e nove centavos), por mês, pagos em moeda corrente nacional, até o último dia útil do mês.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

O presente contrato vigorará a partir 17/10/2016 até 30/12/2016.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

O presente contrato extinguir-se-á na data prevista para o seu término, ou de sua prorrogação, sem qualquer indenização, podendo ser rescindido a qualquer tempo nas seguintes condições:

I – por qualquer das partes que desejar, antes de seu término previsto na cláusula anterior, mediante comunicação a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

II - sumariamente pelo CONTRATANTE, sem que ao CONTRATADO caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o CONTRATADO incidir em qualquer das faltas arroladas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei nº 1063/02, art. 95, como puníveis com a pena de demissão.

III – pelo CONTRATANTE, decorrente de conveniência administrativa, com direito à indenização no valor equivalente à metade da remuneração a que teria direito até o término normal estipulado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

É lícito ao CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência, suspensão e demissão ao CONTRATADO, nos casos e termos previstos na lei municipal que disciplina a Lei n.º 1063/02 - Estatuto e Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICADA

As situações e casos não expressamente tratados neste contrato regem-se pelo disposto na Lei Municipal nº 1.616/11 e na Lei n.º 1.063/02, Estatuto e Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DA DESPESA

A despesa decorrente deste contrato correrá à conta de dotações próprios do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Rosa do Sul, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelos meios administrativos.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e na presença de duas testemunhas.

São João do Sul, 17 de outubro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS Prefeito Municipal	ALEXANDRE ZANARDI HERNANDEZ Contratado
--	---

TESTEMUNHA 1

TESTEMUNHA 2

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 116/2016

CONTRATANTE: Município de São João do Sul/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.547.274/0001-60, com sede à Avenida Nereu Ramos, 50, Centro, neste Município, representado por João Rubens dos Santos, CPF nº. 543.515.459-68, Carteira de Identidade nº. 1.572.622, residente e domiciliado na Rua Anselmo Borba, nº 406, Centro, São João do Sul/SC.

CONTRATADO: Gislaine Maria Borges de Oliveira, brasileira, solteira, portador do CPF nº 037.173.609-90, Carteira de identidade nº 3838998 SSP-SC, residente e domiciliado na Estrada Geral s/n, Vila Conceição, São João do Sul - SC.

Regime Jurídico: Regime Especial de Contratação Temporária	Fundamento Legal: Conforme a Lei nº 1616 de 28 de dezembro de 2011.
--	---

Motivo: Contratação temporária no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I no CEI Professor João Vitorino Lopes substituição a servidora efetiva Silvana Lentz Genecco que entrou em licença maternidade. A CONTRATADA é a 26ª colocada na Classificação do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATADO trabalhará para o CONTRATANTE, por tempo determinado, na função de Auxiliar de Serviços Gerais da Educação que consiste em executar serviços de manutenção e limpeza nas unidades escolares e/ou Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Preparar a alimentação dos educandos seguindo as orientações da direção da unidade escolar, da nutricionista e das autoridades municipais, contribuindo na fiscalização da qualidade dos alimentos recebidos e desempenhar outras tarefas compatíveis ao cargo conforme determina a lei nº.05 de 23 de dezembro de 2009, anexo III, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JORNADA E LOCAL DE TRABALHO

A jornada de trabalho do CONTRATADO será de 20 horas semanais, prestadas no CEI Professor João Vitorino Lopes, conforme cronograma de atividades estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação de São João do Sul/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO

Pelo serviço acima mencionado e prestado, o CONTRATADO perceberá a quantia de R\$ 418,84 (quatrocentos e dezoito reais e oitenta e quatro centavos), por mês, pagos em moeda corrente nacional, até o último dia útil do mês.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

O presente contrato vigorará a partir 27/10/2016 até 21/12/2016, final do ano letivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

O presente contrato extinguir-se-á na data prevista para o seu término, ou de sua prorrogação, sem qualquer indenização, podendo ser rescindido a qualquer tempo nas seguintes condições:

I – por qualquer das partes que desejar, antes de seu término previsto na cláusula anterior, mediante comunicação a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

II - sumariamente pelo CONTRATANTE, sem que ao CONTRATADO caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o CONTRATADO incidir em qualquer das faltas arroladas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei nº 1063/02, art. 95, como puníveis com a pena de demissão.

III – pelo CONTRATANTE, decorrente de conveniência administrativa, com direito à indenização no valor equivalente à metade da remuneração a que teria direito até o término normal estipulado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

É lícito ao CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência, suspensão e demissão ao CONTRATADO, nos casos e termos previstos na lei municipal que disciplina a Lei nº 1063/02 - Estatuto e Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICADA

As situações e casos não expressamente tratados neste contrato regem-se pelo disposto na Lei Municipal nº 1.616/11 e na Lei nº 1.063/02, Estatuto e Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DA DESPESA

A despesa decorrente deste contrato correrá à conta de dotações próprios do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Rosa do Sul, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelos meios administrativos.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e na presença de duas testemunhas.

São João do Sul, 27 de outubro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GISLAINE MARIA B. DE OLIVEIRA
Contratado

TESTEMUNHA 1

TESTEMUNHA 2

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 10 2016

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATOS DO DIA 02 DE OUTUBRO DE 2015

CONTRATO Nº 171/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: Luciléia Roldão Santos

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 02/10/2015 a 08/10/2015

VALOR MENSAL: R\$: 1.036,27

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 02 de outubro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria no dia oito do mês de outubro ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretário Municipal de Administração.

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATOS DO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2015

CONTRATO Nº 172/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: ANDRIOSANI LOLETTE PINTO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 13/10/2015 a 21/12/2015

VALOR MENSAL: R\$: 789,61

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 13 de outubro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretário Municipal de Administração.

RELATÓRIO RESUMIDO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5º BIMESTRE 2016

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
					% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	31.410.937,72	20.250.937,72	3.725.500,73	11,86	16.974.973,92	14.435.963,80
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.028.734,00	1.028.734,00	2.771.962,46	13,69	14.015.930,61	6.235.007,11
IMPOSTOS	803.639,00	803.639,00	71.544,67	6,95	657.421,20	371.312,80
TAXAS	225.095,00	225.095,00	65.063,53	8,10	515.408,83	288.230,17
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	122.700,00	122.700,00	6.481,14	2,88	142.012,37	83.082,63
CONTRIB. P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	122.700,00	122.700,00	35.620,58	29,03	179.330,21	-56.630,21
RECEITA PATRIMONIAL	122.700,00	122.700,00	35.620,58	29,03	179.330,21	-56.630,21
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	52.562,00	52.562,00	35.414,06	67,38	163.101,26	-110.539,26
RECEITA DE SERVIÇOS	52.562,00	52.562,00	35.414,06	67,38	163.101,26	-110.539,26
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	5.000,00	0,00	15.655,59	-15.655,59
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	18.885.196,00	18.885.196,00	2.615.347,90	13,85	12.934.707,86	5.950.488,14
TRANSF. DE PESSOAS	16.715.196,00	16.715.196,00	2.515.357,48	15,05	12.732.527,02	3.982.668,98
TRANSF. DE CONV.	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00	-2.200,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.170.000,00	2.170.000,00	99.990,42	4,61	199.980,84	1.970.019,16
MULTAS E JUROS DE MORA	161.745,72	161.745,72	9.035,25	5,59	65.714,49	96.031,23
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	66.025,00	66.025,00	8.084,46	12,24	53.079,33	12.945,67
RECEITAS DIVERSAS	94.830,00	94.830,00	582,52	0,61	10.879,29	83.950,71
RECEITAS DE CAPITAL	890,72	890,72	368,27	41,35	1.755,87	-865,15
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	11.160.000,00	11.160.000,00	953.538,27	8,54	2.959.043,31	8.200.956,69
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.500.000,00	1.500.000,00	282.304,42	18,82	282.304,42	1.217.695,58
ALIENAÇÃO DE BENS	1.500.000,00	1.500.000,00	282.304,42	18,82	282.304,42	1.217.695,58
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	64.100,00	-64.100,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	64.100,00	-64.100,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	9.660.000,00	9.660.000,00	671.233,85	6,95	2.612.638,89	7.047.361,11
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	31.410.937,72	31.410.937,72	3.725.500,73	11,86	16.974.973,92	14.435.963,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual							
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	31.410.937,72	31.410.937,72	3.725.500,73	11,86	16.974.973,92	54,04	14.435.963,80
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	31.410.937,72	31.410.937,72	3.725.500,73	11,86	16.974.973,92	54,04	14.435.963,80
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	398.304,18	—	—	351.296,96	—	—
Superávit Financeiro	—	394.129,18	—	—	347.121,96	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	4.175,00	—	—	4.175,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	31.410.937,72	33.086.556,81	2.535.724,12	18.622.638,61	14.463.918,20	3.714.169,06	15.689.962,25	17.396.594,56	14.138.195,23
DESPESAS CORRENTES	18.854.821,72	19.309.913,69	2.250.491,08	13.645.074,33	5.664.839,36	2.644.299,84	12.396.424,34	6.913.489,35	11.879.191,29
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.456.233,72	10.167.428,13	1.473.399,00	7.314.662,74	2.852.765,39	1.473.399,00	7.314.662,74	2.852.765,39	7.189.594,44
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	317.878,00	32.373,32	1.503,53	17.050,39	15.322,93	1.503,53	17.050,39	15.322,93	17.050,39
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.080.710,00	9.110.112,24	775.588,55	6.313.361,20	2.796.751,04	1.169.397,31	5.064.711,21	4.045.401,03	4.672.546,46
DESPESAS DE CAPITAL	12.511.116,00	13.731.643,12	285.233,04	4.977.564,28	8.754.078,84	1.069.869,22	3.293.537,91	10.438.105,21	2.259.003,94
INVESTIMENTOS	12.164.209,00	13.421.990,40	284.719,69	4.672.879,29	8.749.111,11	1.069.355,87	2.988.852,92	10.433.137,48	1.954.318,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	346.907,00	309.652,72	513,35	304.684,99	4.967,73	513,35	304.684,99	4.967,73	304.684,99
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	31.410.937,72	33.086.556,81	2.535.724,12	18.622.638,61	14.463.918,20	3.714.169,06	15.689.962,25	17.396.594,56	14.138.195,23
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	31.410.937,72	33.086.556,81	2.535.724,12	18.622.638,61	14.463.918,20	3.714.169,06	15.689.962,25	17.396.594,56	14.138.195,23
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.285.011,67	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	31.410.937,72	33.086.556,81	2.535.724,12	18.622.638,61	—	3.714.169,06	16.974.973,92	—	14.138.195,23

FONTE:

SAO JOAO DO SUL , 28/11/2016

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Finanças

CARLA LUISA T. BARCELLOS
Contadora CRC/SC nº 020.314/O-7

CARLA PEREIRA
Controlador Interno

Município de SÃO JOÃO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	891.099,00	891.099,00	528.784,43	59,34		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	149.792,00	149.792,00	112.533,75	75,13		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	156.944,00	156.944,00	90.345,66	57,57		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	242.924,00	242.924,00	184.429,78	75,92		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	253.979,00	253.979,00	128.144,73	50,45		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.203,00	2.203,00	373,31	16,95		
Dívida Ativa dos Impostos	63.945,00	63.945,00	8.220,02	12,85		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	21.312,00	21.312,00	4.737,18	22,23		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.519.781,00	11.519.781,00	8.977.312,75	77,93		
Cota-Parte FPM	6.452.232,00	6.452.232,00	4.868.555,14	75,46		
Cota-Parte ITR	12.643,00	12.643,00	19.067,25	150,81		
Cota-Parte IPVA	567.439,00	567.439,00	515.386,67	90,83		
Cota-Parte ICMS	4.402.388,00	4.402.388,00	3.510.453,66	79,74		
Cota-Parte IPI-Exportação	70.754,00	70.754,00	49.632,93	70,15		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	14.325,00	14.325,00	14.217,10	99,25		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	14.325,00	14.325,00	14.217,10	99,25		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.410.880,00	12.410.880,00	9.506.097,18	76,59		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.009.778,00	1.009.778,00	800.278,41	79,25		
Provenientes da União	1.009.778,00	1.009.778,00	799.516,59	79,18		
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	761,82			
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00		
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	7.664,24			
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.309.778,00	1.309.778,00	807.942,65	61,69		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
DESPESAS CORRENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
	3.919.673,28	4.403.581,98	3.416.558,60	77,59	3.007.588,33	68,30
	2.777.049,00	2.690.039,81	1.895.739,84	70,47	1.895.739,84	70,47
Pessoal e Encargos Sociais	1.142.624,28	1.713.542,17	1.520.818,76	88,75	1.111.848,49	64,89
Outras Despesas Correntes						

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SÃO JOÃO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	559.167,00	567.452,86	3.416.558,60	77,59	3.007.598,33	68,30
Investimentos	559.167,00	567.452,86	76.177,19	13,42	68.434,55	12,06
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.478.840,28	4.971.034,84	3.492.735,79	70,26	3.076.022,88	61,88
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/ivf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/ivg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.298.072,00	1.790.266,56	1.300.885,93	37,25	1.011.879,61	32,90
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	998.072,00	1.315.266,56	1.059.430,74	30,33	938.672,08	30,52
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	300.000,00	475.000,00	241.455,19	6,91	73.207,53	2,38
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.298.072,00	1.790.266,56	1.300.885,93	37,25	1.011.879,61	32,90
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	3.180.768,28	3.180.768,28	2.191.849,86	62,75	2.064.143,27	67,10
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ^{4 e 5}						21,71
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100] ⁶						638.228,69

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SÃO JOÃO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS				
Inscritos em 2015	264,28	184,99		79,29		0,00
TOTAL	264,28	184,99		79,29		0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §º E 2º						
			RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			
			SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015			0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)			0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
			LIMITE NÃO CUMPRIDO			
			SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
			-	-	-	-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total j)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total n)*100
Atenção Básica	4.382.614,32	4.859.205,74	3.424.596,31	98,05	3.008.520,97	97,81
Vigilância Sanitária	38.775,00	49.060,86	23.836,13	0,68	23.738,46	0,77
Vigilância Epidemiológica	56.450,96	59.768,24	42.533,57	1,22	41.992,67	1,37
Outras Subfunções	1.000,00	3.000,00	1.770,78	0,05	1.770,78	0,06
TOTAL	4.478.840,28	4.971.034,84	3.492.735,79	100,00	3.076.022,88	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interressão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[(V/(h+i)) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

SAO JOAO DO SUL , 28/11/2016

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito MunicipalTAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de FinançasCARLA LUISA T. BARCELLI
Contadora CRC/SC nº 020.3CARLA PEREIRA
Controlador Interno

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	31.410.937,72	33.086.556,81	2.535.724,12	18.622.636,61	100,00	3.714.169,06	15.689.962,25	17.396.594,56
Legislativa	870.000,00	870.000,00	114.002,17	635.015,24	3,41	118.631,90	604.740,20	265.259,80
Ação Legislativa	870.000,00	870.000,00	114.002,17	635.015,24	3,41	118.631,90	604.740,20	265.259,80
Administração	1.204.363,44	1.358.980,42	143.187,77	1.175.622,22	6,31	195.776,72	1.044.773,04	314.207,38
Planejamento e Orçamento	46.000,00	46.000,00	2.479,24	25.133,39	0,13	2.479,24	25.133,39	20.866,61
Administração Geral	775.778,72	798.805,70	81.046,42	667.062,19	3,58	111.086,98	598.581,53	200.224,17
Administração Financeira	382.584,72	514.174,72	59.662,11	483.426,64	2,60	82.210,50	421.058,12	93.116,60
Segurança Pública	65.758,00	77.402,62	14.696,61	48.092,00	0,26	12.313,59	41.658,98	35.743,64
Policimento	65.758,00	77.402,62	14.696,61	48.092,00	0,26	12.313,59	41.658,98	35.743,64
Assistência Social	745.876,00	814.827,52	60.728,09	590.003,76	3,17	114.386,46	550.668,50	264.159,02
Assistência ao Idoso	12.000,00	12.000,00	0,00	5.893,82	0,03	216,53	5.420,11	6.579,89
Assistência ao Portador de Deficiência	22.060,00	22.488,45	0,00	17.000,00	0,09	3.000,00	17.000,00	5.488,45
Assistência à Criança e ao Adolescente	139.600,00	139.600,00	11.928,46	120.500,31	0,65	18.114,56	117.895,65	21.704,35
Assistência Comunitária	572.216,00	640.739,07	48.799,63	446.609,63	2,40	93.055,39	410.352,74	230.386,33
Saúde	4.477.840,28	4.968.034,84	412.865,27	3.490.965,01	18,75	592.473,56	3.074.252,10	1.893.782,74
Atenção Básica	4.382.614,32	4.859.205,74	396.988,17	3.424.595,31	18,39	576.338,46	3.008.520,97	1.850.684,77
Vigilância Sanitária	38.775,00	49.060,86	7.892,52	23.836,13	0,13	7.824,57	23.738,46	25.322,40
Vigilância Epidemiológica	56.450,96	59.768,24	7.984,58	42.533,57	0,23	8.310,53	41.992,67	17.775,57
Educação	11.081.296,00	11.281.592,50	1.116.373,02	5.111.683,87	27,45	1.017.417,29	4.707.370,31	6.574.222,19
Alimentação e Nutrição	171.780,00	182.787,88	1.250,00	148.562,95	0,80	41.722,38	130.043,81	52.744,07
Ensino Fundamental	6.992.516,00	7.198.882,32	855.489,36	3.709.791,85	19,92	707.845,29	3.334.529,93	3.864.352,39
Ensino Profissional	26.000,00	31.000,00	7.580,00	26.085,00	0,14	7.580,00	26.085,00	4.915,00
Ensino Superior	180.000,00	122.000,00	27.449,00	104.571,50	0,56	27.391,50	104.279,00	17.721,00
Educação Infantil	3.711.000,00	3.746.922,30	224.604,66	1.122.672,57	6,03	232.878,12	1.112.432,57	2.634.489,73
Cultura	340.000,00	340.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.000,00
Diffusão Cultural	340.000,00	340.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.000,00
Urbanismo	403.700,00	474.359,78	23.019,84	448.787,98	2,41	56.326,65	394.141,51	80.218,27
Infra-Estrutura Urbana	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Serviços Urbanos	383.700,00	454.359,78	23.019,84	448.787,98	2,41	56.326,65	394.141,51	60.218,27
Habitação	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Habitação Rural	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	31.410.937,72	33.086.556,81	2.535.724,12	18.622.638,61	100,00	3.714.169,06	15.689.962,25	100,00
Saneamento	556.400,00	556.400,00	38.184,78	358.816,33	1,93	65.394,62	315.263,41	2,01
Saneamento Básico Urbano	556.400,00	556.400,00	38.184,78	358.816,33	1,93	65.394,62	315.263,41	2,01
Gestão Ambiental	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.020.200,00	961.543,87	61.366,98	567.762,05	3,05	85.811,82	545.654,01	3,48
Extensão Rural	1.020.200,00	961.543,87	61.366,98	567.762,05	3,05	85.811,82	545.654,01	3,48
Indústria	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	141.500,00	141.500,00	5.797,64	28.179,49	0,15	5.797,64	28.179,49	0,18
Turismo	141.500,00	141.500,00	5.797,64	28.179,49	0,15	5.797,64	28.179,49	0,18
Transporte	8.545.719,00	9.536.292,54	472.680,20	5.384.140,59	28,91	1.303.767,63	3.635.086,11	23,17
Transporte Rodoviário	8.545.719,00	9.536.292,54	472.680,20	5.384.140,59	28,91	1.303.767,63	3.635.086,11	23,17
Desporto e Lazer	1.004.500,00	1.004.500,00	18.723,05	182.004,02	0,98	66.019,85	169.429,09	1,08
Desporto Comunitário	1.004.500,00	1.004.500,00	18.723,05	182.004,02	0,98	66.019,85	169.429,09	1,08
Encargos Especiais	900.785,00	648.122,72	54.098,70	601.566,05	3,23	80.051,31	578.745,50	3,69
Serviço de Dívida Interna	664.785,00	342.026,04	2.016,88	321.735,38	1,73	2.016,88	321.735,38	2,05
Outros Encargos Especiais	236.000,00	306.096,68	52.081,82	279.830,67	1,50	78.034,43	257.010,12	1,64
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	31.410.937,72	33.086.556,81	2.535.724,12	18.622.638,61	100,00	3.714.169,06	15.689.962,25	100,00
TOTAL (III) = (I + II)								

FONTE:

SAO JOAO DO SUL , 28/11/2016

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Finanças

CARLA LUISA T. BARCELLOS
Contadora CRC/SC nº 020.314/O-7

CARLA PEREIRA
Controlador Interno

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	891.099,00	891.099,00	528.784,43	59,34
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	233.775,00	233.775,00	125.461,61	53,67
1.1.1- IPTU	149.792,00	149.792,00	112.533,75	75,13
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	948,00	948,00	320,25	33,78
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	62.228,00	62.228,00	8.220,02	13,21
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	20.807,00	20.807,00	4.387,59	21,09
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	156.944,00	156.944,00	90.345,66	57,57
1.2.1- ITBI	156.944,00	156.944,00	90.345,66	57,57
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	246.401,00	246.401,00	184.832,43	75,01
1.3.1- ISS	242.924,00	242.924,00	184.429,78	75,92
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.255,00	1.255,00	53,06	4,23
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.717,00	1.717,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	505,00	505,00	349,59	69,23
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	253.979,00	253.979,00	128.144,73	50,45
1.4.1- IRRF	253.979,00	253.979,00	128.144,73	50,45
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.804.281,00	11.804.281,00	9.176.192,17	77,74
2.1- Cota-Parte FPM	6.736.732,00	6.736.732,00	5.067.434,56	75,22
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.452.232,00	6.452.232,00	4.868.555,14	75,46
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	284.500,00	284.500,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	198.879,42	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.402.388,00	4.402.388,00	3.510.453,66	79,74
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	14.325,00	14.325,00	14.217,10	99,25
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	70.754,00	70.754,00	49.632,93	70,15
2.5- Cota-Parte ITR	12.643,00	12.643,00	19.067,25	150,81
2.6- Cota-Parte IPVA	567.439,00	567.439,00	515.386,67	90,83
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	12.695.380,00	12.695.380,00	9.704.976,60	76,44
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	864.785,00	864.785,00	643.299,41	74,39
5.1- Transferências do Salário-Educação	587.362,00	587.362,00	364.445,21	62,05
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNATE	129.780,00	129.780,00	99.664,00	76,79
5.4- Transferências Diretas - PNATE	142.643,00	142.643,00	104.537,84	73,29
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	61.213,87	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	5.000,00	5.000,00	13.438,49	268,77
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.940.000,00	3.940.000,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	3.940.000,00	3.940.000,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	254.912,00	254.912,00	186.473,01	73,15
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	5.059.697,00	5.059.697,00	829.772,42	16,40

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.303.946,00	2.303.946,00	1.795.460,54	77,93
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.290.446,00	1.290.446,00	973.710,72	75,46
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	880.468,00	880.468,00	702.089,82	79,74
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	2.865,00	2.865,00	2.843,40	99,25
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	14.150,00	14.150,00	9.926,66	70,15
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	2.529,00	2.529,00	3.813,33	150,78
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	113.488,00	113.488,00	103.076,61	90,83
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.813.847,00	4.813.847,00	3.402.391,08	70,68
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.801.847,00	4.801.847,00	3.376.371,01	70,31
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	12.000,00	12.000,00	26.020,07	216,83
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	2.497.901,00	2.497.901,00	1.580.910,47	63,29
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.200.000,00	3.360.840,00	2.475.442,35	73,66	2.475.442,35	73,66
13.1- Com Educação Infantil	1.000.000,00	1.160.840,00	849.115,39	73,15	849.115,39	73,15
13.2- Com Ensino Fundamental	2.200.000,00	2.200.000,00	1.626.326,96	73,92	1.626.326,96	73,92
14- OUTRAS DESPESAS	1.613.847,00	1.453.007,00	831.350,92	57,22	679.750,92	46,78
14.1- Com Educação Infantil	460.000,00	299.160,00	122.785,13	41,04	122.785,13	41,04
14.2- Com Ensino Fundamental	1.153.847,00	1.153.847,00	708.565,79	61,41	556.965,79	48,27
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.813.847,00	4.813.847,00	3.306.793,27	68,69	3.155.193,27	65,54
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						3.155.193,27
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						72,76
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						19,98
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						7,27
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016*						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	3.173.845,00	3.173.845,00	2.426.244,15	76,44		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.551.000,00	1.525.000,00	1.021.456,23	66,98	1.015.271,98	66,58
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	1.551.000,00	1.525.000,00	1.021.456,23	66,98	1.015.271,98	66,58
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.460.000,00	1.460.000,00	971.900,52	66,57	971.900,52	66,57
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	91.000,00	65.000,00	49.555,71	76,24	43.371,46	66,73
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.240.347,00	4.328.819,00	3.067.051,48	70,85	2.718.130,35	62,79
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.353.847,00	3.353.847,00	2.334.892,75	69,62	2.183.292,75	65,10
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	886.500,00	974.972,00	732.158,73	75,10	534.837,60	54,86
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.791.347,00	5.853.819,00	4.088.507,71	69,84	3.733.402,33	63,78
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						1.580.910,47
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						26.020,07
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						1.606.930,54
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						2.126.471,79
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						21,91
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	592.362,00	617.732,71	306.681,82	49,65	286.896,75	46,44
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.212.423,00	4.377.874,28	392.319,89	8,96	372.752,75	8,51
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	4.804.785,00	4.995.606,99	699.001,71	13,99	659.649,50	13,20
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.596.132,00	10.849.425,99	4.787.509,42	44,13	4.393.051,83	40,49

MUNICÍPIO DE SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	34.438,71	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.376.371,01	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.069.434,61	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	3.045.127,29	0,00
49.2 Restos a Pagar	24.307,32	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	26.020,07	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	367.395,18	0,00

SAO JOAO DO SUL , 28/11/2016

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Finanças

CARLA LUIZA T. BARCELLOS
Contadora CRC/SC nº 020.314/O-7

CARLA PEREIRA
Controle Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 307/2016

DECRETO Nº 307/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 4.324/2015, de 15/05/2015, Art. 20 e 21, ficam concedidas PROGRESSÕES POR TEMPO DE SERVIÇO aos seguintes funcionários, conforme anexo que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 24 de Novembro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 308/2016

DECRETO Nº 308/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, Art. 53 e 55 à 58, ficam concedidas PROGRESSÕES POR NOVA TITULAÇÃO SUPERIOR ESPECÍFICA e PROGRESSÕES POR TEMPO DE SERVIÇO aos seguintes funcionários, conforme anexo que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 24 de Novembro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 309/2016

DECRET O Nº 309/2016

"QUE EXONERA O FUNCIONÁRIO
JULIO RENI PEREIRA"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADO o senhor - JULIO RENI PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Administrativo, para a qual havia sido Nomeado através da C.T.P.S. Nº 33.279 – série 458, a referida exoneração dá-se por aposentadoria do mesmo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Novembro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 310/2016

DECRET O Nº 310/2016

"QUE EXONERA O FUNCIONÁRIO
RICARTE COSTA NUNES"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADO o senhor - RICARTE COSTA NUNES, ocupante do Cargo Efetivo de Agente Administrativo, para a qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 049/2002, de 05/03/2002, a referida exoneração d-se por aposentadoria do mesmo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Novembro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 311/2016

DECRETO Nº 311/2016

"QUE EFETIVA FUNCIONÁRIO APROVADO EM PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em razão da Aprovação em Processo de Avaliação especial de Estágio Probatório, fica EFETIVADO o funcionário: – JONATAS POIER GUALBERTO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, sendo que o mesmo já foi aprovado nas três avaliações.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de Novembro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 312/2016

DECRET O Nº 312/2016

“QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA FONTE DE RECURSOS PRÓPRIOS A SER VERIFICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016, LEI MUNICIPAL Nº 4.383/2015, 23/12/2015”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.12 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(44)3.3.90.00.00.00.00.00.2.037-0015–Aplicações Diretas
110.250,00

(48)3.3.90.00.00.00.00.00.2.038-0015–Aplicações Diretas
22.050,00

(28)3.3.90.00.00.00.00.00.2.039-0015–Aplicações Diretas
238.750,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 371.050,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos próprios a ser verificado até o final de exercício.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de Novembro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 470/2016

PORTARIANº 470/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por Término de Contrato a senhora: - IVONETE DOS PRAZERES RODRIGUES DO AMARAL, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Joaquim Pereira, Localidade de Boava, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 297/2016, de 12/07/2016. A referida exoneração é a contar do dia 31/10/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 31 de Outubro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 18 de Novembro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 471/2016

PORTARIANº 471/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida FÉRIAS a seguinte funcionária: - SUZANA DA SILVA CARDOSO, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 24/11/2016 à 22/12/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 24 de Novembro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 472/2016

PORTARIANº 472/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida FÉRIAS ao seguinte funcionário: - MOISES LEMOS PADILHA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 21/11/2016 à 20/12/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 21 de Novembro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Novembro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TP Nº 009/2016

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO DE COMPRAS Nº 594/2016 - TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2016 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22791/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA, OBJETIVANDO A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, BEM COMO A COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS PARA A REQUALIFICAÇÃO DO THEATRO ADOLPHO MELLO, CENTRO HISTÓRICO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe, e cujo exame contou com a assessoria do corpo Técnico da Secretaria Municipal de Infraestrutura, quanto à Qualificação Técnica, conforme o Parecer Técnico nº 11/2016, apenso ao processo.

EMPRESAS LICITANTES

- TREVISÓ PROJETOS TÉCNICOS LTDA EPP - PROJESUL;
- DMS ARQUITETURA & ENGENHARIA LTDA ME;
- TERRAPRIME CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP;
- MAGNUS PROJETOS CONSTRUÇÕES E REPRESENTAÇÕES COM. LTDA ME.

É o relatório.

1 - MANIFESTAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA TERRAPRIME CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP:

O representante da empresa supracitada manifestou-se em ATA (fls. 86) dos autos, argumentando que a empresa TREVISÓ:

- Não apresentou atestado de coordenação;
- O atestado da Prefeitura de Turvo não está vistado pelo CREA;
- Não apresentou atestado de Projeto Arquitetônico, Climatização e Exaustão;
- Não possui engenheiro Eletricista e engenheiro Mecânico;
- Não apresentou atestado de planilha orçamentária, metálica, etc.

E que as empresas DMS e MAGNUS:

- Não apresentaram atestado de Climatização e Exaustão, Planilha Orçamentária e Coordenação.

Nesse viés, em virtude de serem itens relativos à qualificação técnica que exigem expertise sobre o assunto, a Comissão Permanente de Licitações solicitou à Secretaria de Infraestrutura Parecer Técnico acerca dos documentos apresentados pelas empresas licitantes, bem como da manifestação interposta.

Após análise, a Arquiteta e Urbanista Fernanda Teixeira Gorski manifestou-se acerca dos documentos e da manifestação, através do Parecer Técnico nº 11/2016, concluindo que as empresas DMS ARQUITETURA & ENGENHARIA LTDA ME e MAGNUS PROJETOS CONSTRUÇÕES E REPRESENTAÇÕES COM. LTDA ME apresentaram comprovação de aptidão através de atestados de capacidade técnica e certidões de acervo técnico de serviços de área e complexidade tecnológica e operacional equivalente ao objeto desta licitação, portanto estando aptas a concorrerem, e que as empresas TREVISÓ PROJETOS TÉCNICOS LTDA EPP e TERRAPRIME CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP, não estão aptas a concorrer.

2 - MANIFESTAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA TREVISÓ PROJETOS TÉCNICOS LTDA EPP - PROJESUL:

O representante da empresa supracitada manifestou-se em ATA (fls. 87) dos autos, argumentando que a empresa TERRAPRIME:

- Apresentou contrato com o engenheiro Eletricista Fabiano não autenticado;
- Apresentou contrato com o engenheiro Mecânico Alberto Ascoli também não autenticado;
- CRC com data do dia 01/11/16 em desconformidade com o edital.

A Comissão Permanente de Licitações analisou os documentos constantes no processo apresentados pela empresa TERRAPRIME CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP, e constatou que o contrato com o engenheiro eletricista (fls. 210 e 211) e o contrato com o engenheiro mecânico (fls. 224 e 225) dos autos, são originais, portanto sem necessidade de estarem autenticados.

Com relação ao questionamento do Certificado de Registro Cadastral (CRC), estar com data de inscrição do dia 01/11/16, portanto em desconformidade com o edital, a Comissão Permanente de Licitações realizou diligência no setor de Cadastro do Município de São José, e constatou que a referida empresa apresentou requerimento de Renovação do Registro Cadastral no dia 01 de novembro do ano corrente, portanto descumprindo o artigo 22, parágrafo 2º da Lei nº 8.666/93, como também o subitem 9.2 do edital.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93, suas alterações e no regramento contido no Edital, a Comissão RESOLVE:

HABILITAR AS EMPRESAS:

- DMS ARQUITETURA & ENGENHARIA LTDA ME;
- MAGNUS PROJETOS CONSTRUÇÕES E REPRESENTAÇÕES COM. LTDA ME.

INABILITAR AS EMPRESAS:

- TREVISÓ PROJETOS TÉCNICOS LTDA EPP - PROJESUL;
- TERRAPRIME CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 08/12/2016, às 16h30min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 29 de novembro de 2016.

Gisele Hendges	Paulo Dutra		
Presidente da CPL	Membro da CPL		
Humberto Alcino da Silva			
Membro da CPL			

RESOLUÇÃO Nº 051/2016/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 051/2016/CMAS

APROVA PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO DE SERVIÇO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CENTRO DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO ESPERANÇA – CETE.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 em Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 17 de novembro de 2016;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Resolução Conjunta Nº 01 de 13 de dezembro de 2006 do CNAS/ CONANDA, que aprova o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

Considerando a Plenária Ordinária de 17 de novembro de 2016, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que aprova Convênios entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Entidades não governamentais para o ano de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a pactuação de Convênio que entre si celebram o município de São José, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e o Centro de Educação e Treinamento e Esperança – CETE;

Art. 2º - O convênio, ora aprovado, destina-se a Conveniar até 20 (vinte) capacidades instaladas, para o Serviço de Acolhimento Institucional provisório e excepcional para crianças de ambos os sexos, de 0 (zero) a 06 (seis) anos, com valor anual de até R\$442.440,00 (quatrocentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de até R\$ 36.870,00 (trinta e seis mil, oitocentos e setenta reais);

§ 1º - O valor per capita supracitado será composto pelos somatórios dos recursos municipais, estaduais e federais.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José(SC), 17 de novembro de 2016.

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO

Conselheira Presidente CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 050/2016/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 050/2016/CMAS

APROVA PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO DE SERVIÇO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ORIONÓPOLIS CATARINENSE.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 em Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 17 de novembro de 2016;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social - em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Plenária Ordinária de 17 de novembro de 2016, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que aprova Convênios entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Entidades não governamentais para o ano de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a pactuação de Convênio que entre si celebram o município de São José, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e a Orionópolis Catarinense;

Art. 2º - O convênio, ora aprovado, destina-se a prestação de Serviços de Acolhimento Institucional para atendimento de crianças, jovens, adultos e idosos com deficiência e vínculos familiares

rompidos ou fragilizados, objetivando pactuar 40 (quarenta) capacidades instaladas, divididas em 12(doze) parcelas mensais de R\$73.740,00 (setenta e três mil setecentos e quarenta reais), perfazendo o valor anual de até R\$ 884.880,00 (oitocentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e oitenta reais);

§ 1º - O valor per capita supracitado será composto pelos somatórios dos recursos municipais, estaduais e federais.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José(SC), 17 de novembro de 2016.

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO

Conselheira Presidente CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 052/2016/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 052/2016/CMAS

APROVA PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO DE SERVIÇO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A SOCIEDADE ESPÍRITA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL TEREZA DE JESUS – LAR DOS VELHINHOS DE ZULMA.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 em Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 17 de novembro de 2016;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Plenária Ordinária de 17 de novembro de 2016, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que aprova Convênios entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Entidades não governamentais para o ano de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a pactuação de Convênio que entre si celebram o município de São José, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e a Sociedade Espírita de Assistência e Promoção Social Tereza de Jesus – Lar dos Velhinhos de Zulma;

Art. 2º - O convênio, ora aprovado, destina-se a prestação de serviços de Acolhimento Institucional, provisório e excepcional e longa permanência para idosos de ambos os sexos (15 femininas e 10 masculinas), objetivando pactuar 25 (vinte e cinco) capacidades instaladas, divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 46.087,50 (quarenta e seis mil oitenta e sete reais e cinquenta centavos) perfazendo o valor anual de até R\$ 553.050,00 (quinhentos e cinquenta e três mil e cinquenta reais);

§ 1º - O valor per capita supracitado será composto pelos somatórios dos recursos municipais, estaduais e federais.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José(SC), 17 de novembro de 2016.

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO

Conselheira Presidente CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 053/2016/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 053/2016/CMAS

APROVA PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO DE SERVIÇO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O NÚCLEO DE RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DE VIDAS – NURREVI

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 em Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 17 de novembro de 2016;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social – em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Resolução Nº 269, de 13 de dezembro de 2006 - NOB/SUAS que faz alusão ao co-financiamento da gestão do trabalho;

Considerando a Plenária Ordinária de 17 de novembro de 2016, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que aprova Convênios entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Entidades não governamentais para o ano de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a pactuação de Convênio que entre si celebram o município de São José, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e o Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas – NURREVI;

Art. 2º - O convênio, ora aprovado, destina-se a prestação de Serviços de Acolhimento Institucional de crianças, adolescentes e jovens, de ambos os sexos, com deficiência, objetivando pactuar 10 (dez) capacidades instaladas, divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 18.435,00 (dezoito mil, quatrocentos e trinta e cinco reais) perfazendo o valor anual de R\$ 221.220,00 (duzentos e vinte e um mil, duzentos e vinte reais);

§ 1º - O valor per capita supracitado será composto pelos somatórios dos recursos municipais, estaduais e federais.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José(SC), 17 de novembro de 2016.

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO

Conselheira Presidente CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 054/2016/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 054/2016/CMAS

APROVA PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO DE SERVIÇO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O NÚCLEO DE RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DE VIDAS – NURREVI

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 em Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 17 de novembro de 2016;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social – em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Resolução Nº 269, de 13 de dezembro de 2006 - NOB/SUAS que faz alusão ao co-financiamento da gestão do trabalho;

Considerando a Plenária Ordinária de 17 de novembro de 2016, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que aprova Convênios entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Entidades não governamentais para o ano de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a pactuação de Convênio que entre si celebram o município de São José, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e o Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas – NURREVI;

Art. 2º - O convênio, ora aprovado, destina-se a prestação de Serviços de Acolhimento Institucional de grupos de irmãos de ambos os sexos, objetivando pactuar 20 (vinte) capacidades instaladas, divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 36.870,00 (trinta e seis mil, oitocentos e setenta reais) perfazendo o valor anual de R\$ 442.440,00 (quatrocentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais);

§ 1º - O valor per capita supracitado será composto pelos somatórios dos recursos municipais, estaduais e federais.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José(SC), 17 de novembro de 2016.

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO
Conselheira Presidente CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 055/2016/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 055/2016/CMAS

APROVA PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO DE SERVIÇO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O NÚCLEO DE RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DE VIDAS – NURREVI

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 em Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 17 de novembro de 2016;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social – em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Resolução Nº 269, de 13 de dezembro de 2006 - NOB/SUAS que faz alusão ao co-financiamento da gestão do trabalho;

Considerando a Plenária Ordinária de 17 de novembro de 2016, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que aprova Convênios entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Entidades não governamentais para o ano de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a pactuação de Convênio que entre si celebram o município de São José, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e o Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas – NURREVI;

Art. 2º - O convênio, ora aprovado, destina-se a prestação de Serviços de Acolhimento Institucional de adolescentes do sexo feminino, objetivando pactuar 10 (dez) capacidades instaladas, divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 18.435,00 (dezoito mil, quatrocentos e trinta e cinco reais) perfazendo o valor anual de R\$ 221.220,00 (duzentos e vinte e um mil, duzentos e vinte reais);

§ 1º - O valor per capita supracitado será composto pelos somatórios dos recursos municipais, estaduais e federais.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José(SC), 17 de novembro de 2016.

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO
Conselheira Presidente CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 056/2016/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 056/2016/CMAS

APROVA PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO DE SERVIÇO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O NÚCLEO DE RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DE VIDAS – NURREVI

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 em Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 17 de novembro de 2016;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social – em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Resolução Nº 269, de 13 de dezembro de 2006 - NOB/SUAS que faz alusão ao co-financiamento da gestão do trabalho;

Considerando a Plenária Ordinária de 17 de novembro de 2016, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que aprova Convênios entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Entidades não governamentais para o ano de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a pactuação de Convênio que entre si celebram o município de São José, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e o Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas – NURREVI;

Art. 2º - O convênio, ora aprovado, destina-se a prestação de Serviços de Acolhimento Institucional de pessoas adultas, de ambos os sexos, objetivando pactuar 25 (vinte e cinco) capacidades instaladas, divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 46.087,50 (quarenta e seis mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos) perfazendo o valor anual de R\$ 553.050,00 (quinhentos e cinquenta e três mil e cinquenta reais);

§ 1º - O valor per capita supracitado será composto pelos somatórios dos recursos municipais, estaduais e federais.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José(SC), 17 de novembro de 2016.

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO
Conselheira Presidente CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 057/2016/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 057/2016/CMAS

APROVA PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO DE SERVIÇO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ONG FUR GOTT ARBEIT-FGA

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 em Reunião Plenária Ordinária realizada no

dia 17 de novembro de 2016;
Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social – em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Resolução Nº 269, de 13 de dezembro de 2006 - NOB/SUAS que faz alusão ao co-financiamento da gestão do trabalho;

Considerando a Plenária Ordinária de 17 de novembro de 2016, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que aprova Convênios entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Entidades não governamentais para o ano de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a pactuação de Convênio que entre si celebram o município de São José, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e a Ong Fur Gott Arbeit – FGA;

Art. 2º - O convênio, ora aprovado, destina-se a prestação de serviços de Acolhimento institucional, de mulheres em situação de violência e/ou para seus filhos, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, objetivando pactuar 20 (vinte) capacidades instaladas, divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 36.870,00 (trinta e seis mil, oitocentos e setenta reais) perfazendo o valor anual de R\$ 442.440,00 (quatrocentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais);

§ 1º - O valor per capita supracitado será composto pelos somatórios dos recursos municipais, estaduais e federais.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José(SC), 17 de novembro de 2016.

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO
Conselheira Presidente CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 058/2016/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 058/2016/CMAS

APROVA PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO DE SERVIÇO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL LIBERDADE.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 em Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 17 de novembro de 2016;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social – em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Resolução Nº 269, de 13 de dezembro de 2006 - NOB/SUAS que faz alusão ao co-financiamento da gestão do trabalho;

Considerando a Plenária Ordinária de 17 de novembro de 2016, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que aprova Convênios entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Entidades não governamentais para o ano de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a pactuação de Convênio que entre si celebram o município de São José, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e a Associação de Assistência Social Educacional Liberdade;

Art. 2º - O convênio, ora aprovado, destina-se a prestação de serviço de Acolhimento institucional de adultos, sexo masculino em situação de rua, objetivando pactuar 15 (quinze) capacidades instaladas, divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 27.652,50 (vinte e sete mil seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos) perfazendo o valor anual de R\$ 331.830,00 (trezentos e trinta e um mil, oitocentos e trinta reais);

§ 1º - O valor per capita supracitado será composto pelos somatórios dos recursos municipais, estaduais e federais.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José(SC), 17 de novembro de 2016.

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO
Conselheira Presidente CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 059/2016/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 059/2016/CMAS

APROVA A PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO PARA SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A AÇÃO SOCIAL DE BARREIROS.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 em Reunião Plenária Extraordinária realizada no dia 20 de outubro de 2016;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Plenária Extraordinária de 20 de outubro de 2016, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que aprova Convênios entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Entidades não governamentais para o ano de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Pactuação de Convênio que entre si celebram o município de São José, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e a Ação Social de Barreiros;

Art. 2º - O convênio, ora aprovado, destina-se a prestação de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes, objetivando 50 (cinquenta) capacidades instaladas, com valor per capita de R\$ 147,00 (cento e quarenta e sete reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de até R\$ 7.350,00 (sete mil trezentos e cinquenta reais), totalizando um valor anual de R\$ 88.200,00 (oitenta e oito mil e duzentos reais);

§ 1º - O valor per capita supracitado será composto pelos somatórios dos recursos municipais, estaduais e federais.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José(SC), 20 de outubro de 2016.

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO
Conselheira Presidente CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 060/2016/CMAS
RESOLUÇÃO Nº 060/2016/CMAS

APROVA A PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO PARA SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES JARDIM AMODELAR – AMORJA.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 em Reunião Plenária Extraordinária realizada no dia 20 de outubro de 2016;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Plenária Extraordinária de 20 de outubro de 2016, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que aprova Convênios entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Entidades não governamentais para o ano de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Pactuação de Convênio que entre si celebram o município de São José, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e a Associação dos Moradores Jardim Amodelar – AMORJA;

Art. 2º - O convênio, ora aprovado, destina-se a prestação de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes, objetivando 60 (sessenta) capacidades instaladas, com valor per capita de R\$ 147,00 (cento e quarenta e sete reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de até R\$ 8.820,00 (oito mil oitocentos e vinte reais), totalizando um valor anual de R\$ 105.840,00 (cento e cinco mil, oitocentos e quarenta reais);

§ 1º - O valor per capita supracitado será composto pelos somatórios dos recursos municipais, estaduais e federais.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José(SC), 20 de outubro de 2016.

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO
Conselheira Presidente CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 061/2016/CMAS
RESOLUÇÃO Nº 061/2016/CMAS

APROVA A PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO PARA SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A CRECHE VINDE A MIM AS CRIANCINHAS - CVM.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 em Reunião Plenária Extraordinária realizada no dia 20 de outubro de 2016;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Plenária Extraordinária de 20 de outubro de 2016, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que aprova Convênios entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Entidades não governamentais para o ano de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Pactuação de Convênio que entre si celebram o município de São José, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e a Creche Vinde a Mim as Criançinha – CVM;

Art. 2º - O convênio, ora aprovado, destina-se a prestação de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes, objetivando 60 (sessenta) capacidades instaladas, com valor per capita de R\$ 147,00 (cento e quarenta e sete reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de até R\$ 8.820,00 (oito mil, oitocentos e vinte reais), totalizando um valor anual de R\$ 105.840,00 (cento e cinco mil, oitocentos e quarenta reais);

§ 1º - O valor per capita supracitado será composto pelos somatórios dos recursos municipais, estaduais e federais.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José(SC), 20 de outubro de 2016.

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO
Conselheira Presidente CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 062/2016/CMAS
RESOLUÇÃO Nº 062/2016/CMAS

APROVA A PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO PARA SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS, ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A SOCIEDADE EUNICE WEAVER DE FLORIANÓPOLIS – EDUCANDÁRIOS SANTA CATARINA.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 em Reunião Plenária Extraordinária realizada no dia 20 de outubro de 2016;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Plenária Extraordinária de 20 de outubro de 2016, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que aprova Convênios entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Entidades não governamentais para o ano de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Pactuação de Convênio que entre si celebram o município de São José, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e a Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis – Educandário Santa Catarina;

Art. 2º - O convênio, ora aprovado, destina-se a prestação de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças, objetivando 80 (oitenta) capacidades instaladas, com valor per capita de R\$ 147,00 (cento e quarenta e sete reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 11.760,00 (onze mil, setecentos e sessenta reais), totalizando um valor anual de R\$ 141.120,00 (cento e quarenta e um mil, cento e vinte reais);

§ 1º - O valor per capita supracitado será composto pelos somatórios dos recursos municipais, estaduais e federais.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José(SC), 20 de outubro de 2016.

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO
Conselheira Presidente CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 063/2016/CMAS RESOLUÇÃO Nº 063/2016/CMAS

APROVA A PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO PARA SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ASSOCIAÇÃO DOS PORTADORES DA SÍNDROME DE DOWN – AMIGO DOWN.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 em Reunião Plenária Extraordinária realizada no dia 20 de outubro de 2016;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Plenária Extraordinária de 20 de outubro de 2016, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que aprova Convênios entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Entidades não governamentais para o ano de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Pactuação de Convênio que entre si celebram o município de São José, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e a Associação dos Portadores da Síndrome de Down;

Art. 2º - O convênio, ora aprovado, destina-se a prestação de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes, objetivando 20 (vinte) capacidades instaladas, com valor per capita de R\$ 147,00 (cento e quarenta e sete reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 2.940,00 (dois mil, novecentos e quarenta reais), totalizando um valor anual de R\$ 35.280,00 (trinta e cinco mil, duzentos e oitenta reais);

§ 1º - O valor per capita supracitado será composto pelos somatórios dos recursos municipais, estaduais e federais.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José(SC), 20 de outubro de 2016.

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO
Conselheira Presidente CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 064/2016/CMAS RESOLUÇÃO Nº 064/2016/CMAS

APROVA A PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO PARA SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURAL "BOA SEMENTE".

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 em Reunião Plenária Extraordinária realizada no dia 25 de novembro de 2016;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – em seu Artigo 6º que trata das ações

na área de assistência social;

Considerando a Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Plenária Extraordinária de 25 de novembro de 2016, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que aprova Convênios entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Entidades não governamentais para o ano de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Pactuação de Convênio que entre si celebram o município de São José, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Assistência Social e Cultural "Boa Semente";

Art. 2º - O convênio, ora aprovado, destina-se a prestação de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes, objetivando 20 (vinte) capacidades instaladas, com valor per capita de R\$ 147,00 (cento e quarenta e sete reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de até R\$ 2.940,00 (dois mil, novecentos e quarenta reais), totalizando um valor anual de R\$ 35.280,00 (trinta e cinco mil, duzentos e oitenta reais);

§ 1º - O valor per capita supracitado será composto pelos somatórios dos recursos municipais, estaduais e federais.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José(SC), 25 de novembro de 2016.

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO
Conselheira Presidente CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 065/2016/CMAS RESOLUÇÃO Nº 065/2016/CMAS

APROVA PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO DE HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ASSOCIAÇÃO CATARINENSE PARA INTEGRAÇÃO DO CEGO- ACIC.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 em Reunião Plenária Extraordinária realizada no dia 20 de outubro de 2016;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Plenária Extraordinária de 20 de outubro de 2016, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que aprova Convênios entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Entidades não governamentais para o ano de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a pactuação de Convênio que entre si celebram o município de São José, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e a Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC;

Art. 2º - O convênio, ora aprovado, destina-se a habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência, objetivando 70 (setenta) capacidades instaladas, com valor per capita de R\$ 147,00 (cento e quarenta e sete reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 10.290,00 (dez mil duzentos e noventa reais), totalizando um valor anual de R\$123.480,00 (cento e vinte e três mil, quatrocentos e oitenta reais);

§ 1º - O valor per capita supracitado será composto pelos somatórios dos recursos municipais, estaduais e federais

Art. 3º - Fica estabelecido que a partir do ano de 2016, a Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC fará encaminhamento da Relação dos Atendimentos Mensais do município de São José, para o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS/SJ, até o dia 05 (cinco) de cada mês;

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 5º - Publique-se na forma da Lei.

São José(SC), 20 de outubro de 2016.

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO
Conselheira Presidente CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 066 /2016/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 066 /2016/CMAS

APROVA PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO DE SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE SÃO JOSÉ.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 em Reunião Plenária Extraordinária realizada no dia 20 de outubro de 2016;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Plenária Extraordinária de 20 de outubro de 2016, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que aprova Convênios entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Entidades não governamentais para o ano de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a pactuação de Convênio que entre si celebram o município de São José, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;

Art. 2º - O convênio, ora aprovado, destina-se a prestação de serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias, objetivando 130 (cento e trinta) capacidades instaladas, com valor per capita de R\$ 147,00, (cento e quarenta e sete reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de até R\$ 19.110,00 (dezenove mil, cento e dez reais), totalizando um valor anual de R\$229.320,00 (duzentos e vinte e nove mil, trezentos e vinte reais);

§ 1º - O valor per capita supracitado será composto pelos somatórios dos recursos municipais, estaduais e federais.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 6º - Publique-se na forma da Lei.

São José(SC), 20 de outubro de 2016.

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO
Conselheira Presidente CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 069/2016/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 069/2016/CMAS.

APROVA A CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO CMAS/SJ Nº 48/2016 REFERENTE À APURAÇÃO DE DENÚNCIA COM RELAÇÃO À FUNDAÇÃO ESCOLA ACELINO PEREIRA – FEAP.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº 8.472/93 e Lei Municipal nº 4.308/2005 e conforme aprovado na Reunião Plenária Extraordinária de 25 de novembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a conclusão do Processo Administrativo instaurado através da resolução CMAS/SJ nº 48/2016 referente à apuração de denúncia com relação à Fundação Escola Acelino Pereira – FEAP, nos termos do parecer da Comissão de Política de Assistência Social com data de 10 de outubro de 2016.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação;

Art. 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 25 de outubro de 2016.

RITA DE CÁSSIA FAVERSANI FURTADO
Conselheira Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº 070/2016/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 070/2016/CMAS.

APROVA A CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO CMAS/SJ Nº 49/2016 REFERENTE À APURAÇÃO DE DENÚNCIA COM RELAÇÃO ENTIDADE REDE SOCIAL COMUNITÁRIA PRÓ-ENVELHIMENTO SADIO DE SÃO JOSÉ.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº 8.472/93 e Lei Municipal nº 4.308/2005 e conforme aprovado na Reunião Plenária Extraordinária de 25 de novembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a conclusão do Processo Administrativo instaurado através da resolução CMAS/SJ nº 49/2016 referente à apuração de denúncia com relação à Rede Social Comunitária Pró-Envelhecimento Sadio De São José, nos termos do parecer da Comissão de Política de Assistência Social com data de 10 de outubro de 2016.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação;

Art. 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 25 de outubro de 2016.

RITA DE CÁSSIA FAVERSANI FURTADO
Conselheira Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº 67/2016/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 67/2016/CMAS

APROVA A PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO PARA HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O INSTITUTO DE AUDIÇÃO E TERAPIA DA LÍNGUA – IATEL.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 em Reunião Plenária Extraordinária realizada no dia 20 de outubro de 2016;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Resolução Nº 269, de 13 de dezembro de 2006 - NOB/SUAS que faz alusão à ao co-financiamento da gestão do trabalho;

Considerando a Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Plenária Extraordinária de 20 de outubro de 2016, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que aprova Convênios entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Entidades não governamentais para o ano de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Pactuação de Convênio para habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência, apresentado pela Diretoria, que entre si celebram o Município de São José, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e o Instituto de Audição e Terapia da Língua – IATEL;

Art. 2º - O convênio, ora aprovado, destina-se a conveniar 50 (cinquenta) vagas/mês para habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência, com valor per capita de R\$147,00 (cento e quarenta e sete reais), perfazendo um valor mensal de R\$7.350,00 (sete mil, trezentos e cinquenta reais), totalizando um valor anual de R\$88.200,00 (oitenta e oito mil e duzentos reais).

§ 1º - O valor per capita supracitado será composto pelos somatórios dos recursos municipais e federais.

Art. 3º - Fica estabelecido que a partir do ano de 2016, o Instituto de Audição e Terapia da Língua – IATEL fará encaminhamento da Relação dos Atendimentos Mensais do município de São José o para o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS/SJ, até o dia 05 (cinco) de cada mês;

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José(SC), 20 de outubro de 2016.

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO
Conselheira Presidente do CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 68/2016/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 68/2016/CMAS

APROVA PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO DE ATENDIMENTO COM TRANSPORTE ADAPTADO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ASSOCIAÇÃO FLORIANOPOLITANA DE DEFICIENTES FÍSICOS – AFLODEF.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 em Reunião Plenária Extraordinária realizada no dia 20 de outubro de 2016;

Considerando a Plenária Extraordinária de 20 de outubro de 2016, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que aprova Convênios entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Entidades não governamentais para o ano de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a pactuação de Convênio que entre si celebram o município de São José, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e a Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos – AFLODEF, para realização de transporte especial às pessoas com deficiência física de São José;

Art. 2º - O Convênio, ora aprovado, destina-se a prestação de até 20 atendimentos/ dia, sendo que o veículo deve ser adaptado para o transporte de cadeirantes e de pessoas em posição deitada.

Art. 3º - Para execução e manutenção do Convênio a prefeitura repassará à Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos – AFLODEF, através do Fundo Municipal de Assistência Social, o valor estimado anual de R\$ 299.959,20 (duzentos e noventa e nove mil, novecentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos), divididos em 12 (doze) parcelas de R\$ 24.996,60 (vinte e quatro mil, novecentos e noventa e seis reais e sessenta centavos);

§ 1º - O valor per capita supracitado será composto pelos somatórios dos recursos municipais, estaduais e federais.

Art. 4º - Fica estabelecido que a partir do ano de 2016, a Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos – AFLODEF fará encaminhamento da Relação dos Atendimentos Mensais do município de São José o para o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS/SJ, até o dia 05 (cinco) de cada mês;

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 6º - Publique-se na forma da Lei.
São José(SC), 20 de outubro de 2016.

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO
Conselheira Presidente CMAS/SJ

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2016 - Processo nº 105/2016 – Proc. Adm. 4684/2016. Fornecedores: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA; ASLI COMERCIAL LTDA; COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA; DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA; OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA; PONTAMED FARMACEUTICA LTDA; PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; RIGEL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME; CIRURGICA FLORIANOPOLIS COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA – ME; SERMEDICALL ARP. EQUIP. HOSPITALARES LTDA e STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA eventual aquisição de materiais de consumo de enfermagem para serem utilizados nas unidades básicas de saúde, vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, samu, atendimento estendido de saúde, caps e policlinicas vinculadas a secretaria municipal de saúde de são josé/sc.. Valor Total: R\$ 590.861,66 – quinhentos e noventa mil, oitocentos e setenta e um reais e sessenta e seis centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.121/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº121/2016
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº121/2016, Edital de Pregão Nº121/2016, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. Recebimento, abertura e julgamento às 08:00 horas do dia 13/12/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.542, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.542, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

18.00	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM		
18.01	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM		
27.812.4517.2.035	02	Aplicações Diretas	R\$ 17.500,00
3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000			

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

18.00	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM		
18.01	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM		
27.812.4517.2.035	03	Aplicações Diretas	R\$ 17.500,00
4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000			

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 29 de novembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 24/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 24/2016.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. GILNEI ANTONIO GUTH, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Luiz, neste Município, inscrito no CPF Nº. 469.398.579-15, RG Nº. 5.041.812, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa GAIA RODOVIAS LTDA, estabelecida na Rodovia BR 282, s/nº, interior, CEP 89874-000, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ Nº. 03.257.777/0001-24, neste ato representado pelo Sr. RENATO ADRIANO SEIBT, administrador, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Avenida Araucária, nº570, apartamento 205, Centro, CEP 89874-000, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF 526.393.209-04 e RG 1.612.469 SESP/SC, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem aditar/suprimir o valor do contrato 24/2016, de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 35/2016, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como finalidade de aditar para menos o valor do contrato administrativo 24/2016, conforme boletim de medição da AMERIOS baseado no orçamento da obra, observando o contido na lei 8.666/93 e alterações posteriores.

4 - MEIO FIO

4.1 - Remoção de meio fio existente: 135,26X R\$9,70 (valor da empresa na licitação)= R\$ 1.312,022 (aditivo a menor).

4.2 - Meio fio pré moldado 12X15X30 – 1,00m, rejuntado e pintado 215,50m X R\$42,25 (valor da empresa na licitação)= 9.104,388 (aditivo a menor)

Total do aditivo a menor: 10.406,41

CLAUSULA SEGUNDA

Ficam as demais cláusulas e condições firmadas no contrato, inalteradas, sendo que o presente termo tem vigência e produzida os efeitos legais, a partir de sua assinatura.

JUSTIFICATIVA: Este termo aditivo tem a finalidade de adequação do valor da obra em virtude da não execução dos referido meio fio, em razão da existência de outro projeto em andamento que prevê a execução do mesmo serviço, portanto foi necessário firmar o presente aditivo de supressão para legalidade do ato.

E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em duas vias de igual teor, mediante duas testemunhas.

São Miguel da Boa Vista, SC, 25 de novembro de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH Prefeito Municipal	GAIA RODOVIAS LTDA CNPJ nº. 03.257.777/0001-24 Representante Legal
---	--

GILBERTO JOSE MIORANDO
Assessoria Jurídica

Testemunhas

SILVIO RICHARDT
CPF: 401.225.739-00

MARCELO JONEZ MÜLLER
CPF: 033.100.669-32

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

EXT. CONTRATO 78.2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXT. CONTRATO 78/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2016
INEXIGIBILIDADE Nº 11/2016
CREDENCIAMENTO Nº 08/2016
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS E ANATOMOPATOLÓGICOS, EXAMES LABORATORIAIS TABELA BÁSICA, DESTINADOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE SMOESTE E REGIÃO, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA DE ACORDO COM A TABELA SUS EDITADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, CONFORME AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL.

VALOR: R\$ 180.220,35
CONTRATADO: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SMOESTE LTDA
VIGÊNCIA: 31/12/2016
ASSINA pela CONTRANTANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA – GESTORA DO FUNDO
ASSINA pela CONTRATADA: IDA MILANI
São Miguel do Oeste, SC., 09 de novembro de 2016

EXT. CONTRATO 79.2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXT. CONTRATO 79/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2016
INEXIGIBILIDADE Nº 11/2016
CREDENCIAMENTO Nº 08/2016
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS E ANATOMOPATOLÓGICOS, EXAMES LABORATORIAIS TABELA BÁSICA, DESTINADOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE SMOESTE E REGIÃO, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA DE ACORDO COM A TABELA SUS EDITADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, CONFORME AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL.

VALOR: R\$ 201.142,42
CONTRATADO: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS HOFFMANN LTDA ME
VIGÊNCIA: 31/12/2016
ASSINA pela CONTRANTANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA – GESTORA DO FUNDO
ASSINA pela CONTRATADA: LARISSA HOFFMANN
São Miguel do Oeste, SC., 09 de novembro de 2016

EXT. CONTRATO 80.2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXT. CONTRATO 80/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2016
INEXIGIBILIDADE Nº 11/2016
CREDENCIAMENTO Nº 08/2016
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS E ANATOMOPATOLÓGICOS, EXAMES LABORATORIAIS TABELA BÁSICA, DESTINADOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE SMOESTE

E REGIÃO, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA DE ACORDO COM A TABELA SUS EDITADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, CONFORME AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL.

VALOR: R\$ 204.796,90
CONTRATADO: LABORATÓRIO OLIVEIRA LTDA
VIGÊNCIA: 31/12/2016
ASSINA pela CONTRANTANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA – GESTORA DO FUNDO
ASSINA pela CONTRATADA: DÉBORA CRISTIANE BRANDÃO
São Miguel do Oeste, SC., 09 de novembro de 2016

EXT. CONTRATO 81.2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXT. CONTRATO 82/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIO DE PROTESES DENTÁRIAS DESTINADAS AO FORNECIMENTO DE PROTESES DENTÁRIAS AOS PACIENTES DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS – CEO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.
VALOR: R\$ 26.640,00
CONTRATADO: DAL POSSO & SAUER LTDA - ME
VIGÊNCIA: 31/12/2016
ASSINA pela CONTRANTANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA – GESTORA DO FUNDO
ASSINA pela CONTRATADA: VIVIANE SAUER
São Miguel do Oeste, SC., 10 de novembro de 2016

EXT. CONTRATO 82.2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXT. CONTRATO 82/2016
Processo Licitatório nº 57/2016
Pregão Presencial nº 43/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INFORMATIZAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO LEONARDO WEISSHEIMER UPA 24 HS COM FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE PARA CADASTRO, ATENDIMENTOS, CONSULTAS EM GERAL, AGENDAMENTO, PRONTUÁRIO E FATURAMENTO (BPA/BPAI), DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.
VALOR: R\$ 4.879,00
CONTRATADO: INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA - FILIAL
VIGÊNCIA: 12 meses
ASSINA pela CONTRANTANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA – GESTORA DO FUNDO
ASSINA pela CONTRATADA: CELSO ANTONIO BEVILAQUA
São Miguel do Oeste, SC., 11 de novembro de 2016

PROCESSO LICITATÓRIO N. 65/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 65/2016

IDISPENSA DE LICITAÇÃO N. 04/2016

O Fundo Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste

- SC, a partir da Gestora, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto Contratação de locação do imóvel, sob a matrícula nº 40.122, localizada na Rua Willy Barth nº 1010, Bairro Progresso, Cidade de São Miguel do Oeste, Sala Comercial nº 01, localizado no Térreo 2º pavimento do Edifício Staub, com área de 89,25m², destinada para a Unidade Básica de Saúde do Bairro Progresso, cfe Parecer Técnico de Avaliação Imobiliária, pelo período de 06 meses, prorrogáveis conforme a necessidade/conveniência da Administração Pública e acordo entre as partes, nos termos da Lei nº 8.666/93. Contratado: PIOVESAN NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA – ME. Valor Mensal de R\$ 900,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312005. São Miguel do Oeste – SC, 29 de novembro de 2016.

KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA

Gestora do Fundo

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.962/2016 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 3.962/2016 de 28 de novembro de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.358 - Proteção Social Esp de Média e Compl (CREAS)

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 11.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.358 - Proteção Social Esp de Média e Compl (CREAS)

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 11.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 28 de novembro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.963/2016 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 3.963/2016 de 28 de novembro de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0213 - Obrigacoes Patronais R\$ 5.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0213 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 28 de novembro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

LEI Nº 2.254/2016

LEI Nº.2.254/2016

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O orçamento geral do município de Schroeder, para o exercício de 2017 estima a receita e fixa a despesa em R\$62.567.477,46 (sessenta e dois milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e setenta e sete reais e quarenta e seis centavos), assim divididos:

I - CLASSIFICAÇÃO POR ENTIDADE

Prefeitura Municipal de Schroeder R\$ 41.078.525,88
Câmara Municipal de Vereadores R\$ 1.961.923,18
Fundo Municipal de Saúde de Schroeder R\$ 14.496.006,40
Fundo Municipal de Assistência Social de Schroeder R\$ 1.820.130,00
Fundo Municipal de Habitação R\$ 139.000,00
Fundo Municipal de Saneamento Básico de Schroeder R\$ 2.864.892,00
Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Schroeder R\$ 207.000,00
TOTAL R\$ 62.567.477,46

II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

3000 - Ação Legislativa R\$ 1.961.923,18
3001 - Gestão Mun. e Modernização Administrativa R\$ 6.304.632,00
3003 - Schroeder em Obras R\$ 13.531.863,00
3004 - Economia Solidária R\$ 1.124.445,46
3005 - Amigos da Natureza R\$ 1.386.550,00
3006 - Conhecendo Schroeder R\$ 221.651,00
3007 - Schroeder é Saneamento Ambiental R\$ 2.864.892,00
3008 - Schroeder Empreendedor R\$ 181.900,00
3009 - Rumo Certo R\$ 16.017.975,42
3010 - Schroeder é Esporte e Lazer R\$ 796.998,00
3011 - Cultura Viva R\$ 623.310,00
3012 - Garantia dos Direitos da Criança e Adolescente R\$ 188.300,00
3013 - Schroeder Saudável R\$ 14.496.006,40
3014 - Schroeder Segura R\$ 340.901,00
3015 - Encargos Especiais R\$ 360.000,00
3016 - Schroeder Solidário R\$ 2.166.130,00
TOTAL GERAL R\$ 62.567.477,46 R\$ 40.146

Do Orçamento da Prefeitura Municipal de Schroeder

Art. 2º O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2017 estima a receita em R\$54.110.335,48 (cinquenta e quatro milhões, cento e dez mil, trezentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos) e fixa a despesa da Prefeitura em R\$41.078.525,88 (quarenta e um milhões, setenta e oito mil, quinhentos e vinte e cinco reais e oitenta e oito centavos).

§ 1º A receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, receitas correntes e de capital oriundas de convênios com o governo estadual e federal de acordo com o seguinte desdobramento:

RECEITAS

4.1 Receitas Correntes R\$ 43.845.266,96
4.2 Receitas de Capital R\$ 10.265.068,50
T O T A L R\$ 54.110.335,48

§ 2º A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02.00 - Gabinete do Prefeito Municipal R\$ 2.207.651,00
03.00 - Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças R\$ 4.789.632,00
05.00 - Sec. de Educ., Cultura, Esporte e Lazer R\$ 17.634.833,42
06.00 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos R\$ 13.531.863,00
07.00 - Sec. de Agric., Ind., Comércio e Turismo R\$ 2.914.546,46
TOTAL R\$ 41.078.525,88

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - Administração R\$ 6.107.882,00
06 - Segurança Pública R\$ 235.151,00
12 - Educação R\$ 16.214.525,42
13 - Cultura R\$ 623.310,00
15 - Urbanismo R\$ 12.782.413,00
18 - Gestão Ambiental R\$ 1.386.550,00
20 - Agricultura R\$ 1.124.445,46
22 - Indústria R\$ 181.900,00
23 - Comércio e Serviços R\$ 221.651,00
25 - Energia R\$ 895.200,00
27 - Desporto e Lazer R\$ 796.998,00
28 - Encargos Especiais R\$ 360.000,00
99 - Reserva de Contingência R\$ 148.500,00
TOTAL GERAL R\$ 41.078.525,88

III – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA DA DESPESA

DESPESAS CORRENTES R\$ 28.606.767,91
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais R\$ 16.456.203,49
3.2.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida R\$ 359.000,00
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes R\$ 11.791.564,42
DESPESAS DE CAPITAL R\$ 12.323.257,97
4.4.00.00.00.00 – Investimentos R\$ 12.322.257,97
4.6.00.00.00.00 – Amortização da Dívida R\$ 1.000,00
9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA. R\$ 148.500,00
TOTAL R\$ 41.078.525,88

§ 3º As transferências financeiras do Município para os Fundos Municipais e Câmara Municipal de Vereadores ficam orçadas em:

Fundo Municipal de Saúde R\$ 8.090.397,80
Fundo Municipal da Assistência Social R\$ 1.477.700,00
Fundo Municipal da Infância e Adolescência R\$ 65.000,00
Fundo Municipal da Habitação R\$ 73.700,00
Câmara Municipal de Vereadores R\$ 1.961.923,18

TOTAL R\$ 11.668.720,98

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS E DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Do Orçamento do Fundo Municipal da Saúde

Art. 3º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2017 estima a receita orçamentária em R\$ 4.951.422,00 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e vinte e dois reais) e transferências financeiras do Município em R\$ 8.090.397,80 (oito milhões noventa mil, trezentos e noventa e sete reais e oitenta centavos) e fixa a despesa em R\$ 14.496.006,40 (catorze milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, seis reais e quarenta centavos).

§1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal e estadual, do Fundo Nacional da Saúde, composta de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

4. RECEITAS

4.1 Receitas Correntes R\$ 3.231.432,00
4.2 Receitas de Capital R\$ 1.719.990,00
TOTAL R\$ 4.951.422,00

§ 2º A despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 – Saúde R\$ 14.486.006,40
99 – Reserva de Contingência R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 14.496.006,40

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 12.159.316,40
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais R\$ 8.216.455,03
3.3.00.00.00.00 – Outras Desp. Correntes R\$ 3.942.861,37
DESPESAS DE CAPITAL R\$ 2.326.690,00
4.4.00.00.00.00 – Investimentos R\$ 2.326.690,00
9.9.99.99.00.00 – Reserva de Contingência R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 14.496.006,40

Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social

Art. 4º O orçamento do Fundo Municipal da Assistência Social para o exercício de 2017 estima a receita em R\$424.230,00 (quatrocentos e vinte e quatro mil, duzentos e trinta reais) e transferências financeiras do Município de R\$1.477.700,00 (um milhão, quatrocentos e setenta e sete mil e setecentos reais) e fixa a despesa em R\$1.820.130,00 (um milhão, oitocentos e vinte mil e cento e trinta reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal e estadual, do Sistema Único de Assistência Social, receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS

4.1. Receitas Correntes R\$ 424.230,00
T O T A L R\$ 424.230,00

§ 2º A despesa do Fundo Municipal de Assistência Social será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza distribuídos da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 – Assistência Social R\$ 1.815.130,00
99 – Reserva de Contingência R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 1.820.130,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 1.714.838,00
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais R\$ 910.440,00
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes R\$ 804.398,00
DESPESAS DE CAPITAL R\$ 100.292,00
4.4.00.00.00.00 – Investimentos R\$ 100.292,00
9.9.99.99.00.00 – Reserva de Contingência. R\$ 5.000,00
T O T A L R\$ 1.820.130,00

Do Orçamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Art. 5º O orçamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Schroeder para o exercício de 2017 estima a receita em R\$66.000,00 (sessenta e seis mil reais) e transferências financeiras do Município de R\$65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) e fixa despesa em R\$207.000,00(duzentos e sete mil reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, de instituições privadas, receitas correntes na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS

4.1. Receitas Correntes R\$ 66.000,00
T O T A L R\$ 66.000,00

§ 2º A despesa do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Schroeder, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 – Assistência Social R\$ 202.000,00
99 – Reserva de Contingência R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 207.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 200.000,00
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais R\$ 5.000,00

3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes R\$ 195.000,00
DESPESAS DE CAPITAL R\$ 2.000,00
4.4.00.00.00.00 – Investimentos R\$ 2.000,00
9.9.99.99.00.00 – Reserva de Contingência R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 207.000,00

Do Orçamento do Fundo Municipal da Habitação

Art. 5º O orçamento do Fundo Municipal de Habitação de Schroeder para o exercício de 2017 estima a receita em R\$100.500,00 (cem mil e quinhentos reais) e transferências financeiras do Município de R\$73.700,00 (setenta e três mil e setecentos reais) e fixa a despesa em R\$139.000,00 (cento e trinta e nove mil reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, de outras esferas de governo, receitas de capital na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS

4.1. Receitas Correntes R\$ 500,00
4.2. Receitas de Capital R\$ 100.000,00
T O T A L R\$ 100.500,00

§ 2º A despesa do Fundo Municipal de Habitação de Schroeder, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

16 – Habitação R\$ 134.000,00
99 – Reserva de Contingência R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 139.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 30.500,00
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes R\$ 30.500,00
DESPESAS DE CAPITAL R\$ 103.500,00
4.4.00.00.00.00 – Investimentos R\$ 53.000,00
4.5.00.00.00.00 - Inversões Financeiras R\$ 50.500,00
9.9.99.99.00.00 – Reserva de Contingência R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 139.000,00

Do Orçamento do Fundo Municipal da Saneamento Básico de Schroeder

Art. 6º O orçamento do Fundo Municipal de Saneamento Básico de Schroeder para o exercício de 2017 estima a receita em R\$2.864.890,00 (dois milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e noventa reais) e fixa a despesa em R\$2.864.890,00 (dois milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e noventa reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, de outras esferas de governo, receitas de capital na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS

4.1. Receitas Correntes R\$ 2.864.890,00
T O T A L R\$ 2.864.890,00

§ 2º A despesa do Fundo Municipal de Saneamento Básico de Schroeder, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

17 – Saneamento R\$ 2.864.890,00
TOTAL R\$ 2.864.890,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 1.940.482,00
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais R\$ 797.550,00
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes R\$ 1.142.932,00
DESPESAS DE CAPITAL R\$ 924.410,00
4.4.00.00.00.00 – Investimentos R\$ 924.410,00
TOTAL R\$ 2.864.890,00

Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores

Art. 7º O orçamento da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Schroeder, para o exercício de 2017 estima transferências financeiras do Município em R\$1.961.923,18 (um milhão, novecentos e sessenta e um mil, novecentos e vinte e três reais e dezoito centavos) e fixa a despesa em R\$1.961.923,18 (um milhão, novecentos e sessenta e um mil, novecentos e vinte e três reais e dezoito centavos).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal.

§ 2º A despesa da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Schroeder, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa R\$ 1.961.923,18
TOTAL R\$ 1.961.923,18

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 1.771.923,18
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais R\$ 1.380.626,08
3.3.00.00.00.00 – Outras Desp. Correntes R\$ 391.297,10
DESPESAS DE CAPITAL R\$ 190.000,00
4.4.00.00.00.00 – Investimentos R\$ 190.000,00
TOTAL R\$ 1.961.923,18

Art. 8º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. A utilização do recurso de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme a necessidade especificada neste artigo.

Art. 9º O Executivo está autorizado nos termos do Art.7º da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos:

- I. A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- II. O superávit financeiro do exercício anterior;
- III. O excesso ou provável excesso de arrecadação observada a tendência do exercício.

Art. 10º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 11. Fica o executivo municipal autorizado a remanejar através de Decreto dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 12. Durante o exercício de 2017, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento dos programas priorizados nesta lei, observados os limites de capacidade de endividamento do Município, de conformidade como às exigências fixadas pelo Banco Central do Brasil, com autorização do Poder Legislativo.

Art. 13. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipais, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 14. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 15. Ficam convalidados os anexos do PPA e LDO, alterados pelas disposição da presente Lei.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.

2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 29 de novembro de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

TERMO ADITIVO Nº. A101/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A101/2016 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 31/2016 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.130.170/0001-55, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 33, Bairro Itinga, na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.245-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Alcidir Boaretto, inscrito no CPF sob o nº. 207.478.700-63, portador da carteira de identidade nº. 11R/383.364-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 31/2016-PMS, celebrado em 06 de abril de 2016, Processo de licitação nº. 35/2016– PMS, Modalidade Tomada de Preços nº. 06/2016–PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Gustavo Streit, Est.54 à Est. 72+15m, Bairro Rancho Bom, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 375m e área total de 3.750m², de acordo com projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.140/2015 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65, I, b e seus dispositivos legais da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente ao pedido de aditivo no valor de R\$ 81.850,01 (oitenta e um mil oitocentos e cinquenta reais e um centavo), conforme parecer em anexo do setor de engenharia.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil Walter Egidio Mukai, CREA–SC 065.488-5/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” no item 4.1 aditivado ao contrato o valor R\$ 81.850,01 (oitenta e um mil oitocentos e cinquenta reais e um centavo), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 413.437,84 (quatrocentos e treze mil quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta e quatro centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 31/2016-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 29 de novembro de 2016.

CONTRATADA:

CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA

Alcidir Boaretto

CPF nº. 207.478.700-63

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª 2ª
 Nome: Daniela Samulescki Nome: Ivandra de Souza
 CPF nº. 053.350.739-18 CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A102/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A102/2016 – PMS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 39/2013 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.074.175/0001-38 e inscrição Estadual nº. 108.244.683.111, estabelecida na Avenida das Nações Unidas, nº. 11711, Bairro Brooklin, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.578-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Paulo Roberto Martins, inscrito no CPF sob o nº. 637.090.827-49, portador da Carteira de Identidade nº. 04737397-2-FP/RJ.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 39/2013-PMS, celebrado em 09 de abril de 2013, proveniente Processo Licitatório nº. 16/2013 -PMS, Pregão Presencial nº. 07/2013-PMS, visando a contratação de prestadora de seguros para veículos e predial para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Gabinete do Prefeito, do Município de Schroeder/SC, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 57, II, c/c 65, I, b ambos, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Saúde de aditivo de prazo para o período 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, no valor total de R\$ 1.120,19 (um mil, e cento e vinte reais e dezenove centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição), para o novo período de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, no valor total de R\$ 1.120,19 (um mil, e cento e vinte reais e dezenove centavos), referente ao abaixo descrito:

LOTE VI - SEGURO PREDIAL			
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
47	TERRENO CONTENDO 01 (UM) POSTO DE SAÚDE EM ALVENARIA COM METRAGEM TOTAL DE 1.095,40m², CONTENDO VIGILÂNCIA ELETRÔNICA, LOCALIZADO RUA PAULO JAHN Nº 147 - CENTRO – SCHROEDER/SC.	1.120,19	1.120,19

COBERTURAS LOTE VI - SEGURO PREDIAL

Incêndio		R\$ 350.000,00
Recomposição de Documentos		R\$ 4.000,00
Impacto de Veículos/Queda de Aeronaves		R\$ 35.000,00
Danos Elétricos		R\$ 10.000,00
Vendaval		R\$ 20.000,00
Roubo/Furto de Bens		R\$ 10.000,00
Responsabilidade Civil Operações		R\$ 10.000,00
Responsabilidade Civil Danos Morais		R\$ 10.000,00
Assistência Empresarial		Contratar

Cláusula 2ª – Fica a partir deste a Cláusula Quarta “do valor do contrato” no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 1.120,19 (um mil, e cento e vinte reais e dezenove centavos), alterando o valor total do contrato para R\$ 4.774,90 (quatro mil, setecentos e setenta e quatro reais e noventa centavos).

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 39/2013-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no

presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 29 de novembro de 2016.
CONTRATADA:

MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A
Paulo Roberto Martins
CPF no 637.090.827-49
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª

Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª

Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 105/2016-PMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 90/2016

Número do Registro de Preços: 90/2016		Data do Registro: 29/11/2016		Válido até: 29/11/2017		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição materiais pedagógicos para atender a necessidade das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	AGENDA ESCOLAR - Tamanho 160 x 230 mm, capa e contracapa em papel triplex, 280g 4X0 cores, com laminação brilho frente e verso. Miolo, com 222 páginas no total (sendo 16 páginas iniciais e 16, páginas finais). Miolo permanente com folhas numeradas no tamanho 168 x 228mm ? 206 folhas em papel recobrado 63g ? 1x1 cor. Quantidade Mínima: 150	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)	Gráfica Guarar	0	7,9000	1
2	APOSTILA DE ALEMÃO II Apostila contendo 65 páginas por apostila, impressa frente e verso da folha em papel A4 alcalino 210x297mm, 75g/m², com espiral, capa plástica transparente e contracapa plástica preta. Quantidade Mínima: 100	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)	Gráfica Guarar	0	15,9000	1
3	APOSTILA DE ALEMÃO III - Apostila contendo 45 páginas por apostila, impressa frente e verso da folha em papel A4 alcalino 210x297mm, 75g/m², com espiral, capa plástica transparente e contracapa plástica preta. Quantidade Mínima: 100	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)	Gráfica Guarar	0	14,9000	1
4	APOSTILA DE ALEMÃO IV - Apostila contendo 43 páginas por apostila, impressa frente e verso da folha em papel A4 alcalino 210x297mm, 75g/m², com espiral, capa plástica transparente e contracapa plástica preta. Quantidade Mínima: 100	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)	Gráfica Guarar	0	13,9000	1
5	APOSTILA DE ALEMÃO I - Apostila contendo 63 páginas por apostila, impressa frente e verso da folha em papel A4 alcalino 210x297mm, 75g/m², com espiral, capa plástica transparente e contracapa plástica preta. Quantidade Mínima: 100	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)	Gráfica Guarar	0	15,9000	1
6	APOSTILA DE ALFABETIZAÇÃO - Apostila contendo 120 páginas por apostila, impressa somente na frente da folha em papel A4 alcalino 210x297mm, 75g/m², com espiral, capa plástica transparente e contracapa plástica preta. Quantidade Mínima: 100	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)	Gráfica Guarar	0	26,0000	1
7	APOSTILA DE JARDIM III - Apostila contendo 86 páginas por apostila, impressa somente na frente da folha em papel A4 alcalino 210x297mm, 75g/m², com espiral, capa plástica transparente e contracapa plástica preta. Quantidade Mínima: 100	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)	Gráfica Guarar	0	22,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 90/2016

Número do Registro de Preços: 90/2016		Data do Registro: 29/11/2016		Válido até: 29/11/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição materiais pedagógicos para atender a necessidade das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	CADERNO DO PROFESSOR (CAPA DURA) - Caderno universitário com 10 matérias, com as seguintes medidas: aberto 27,5 x 40 cm e fechado 27,5 x 20 cm. Capa com impressão personalizada cor 4x0 em papel couchê brilho 120g com laminação bopp fosca na parte externa envoltio em papelão 1,5 mm e com guardas em papel offset 120g com 1x1 cor. Envelope canguru dupla face (bolsa nos dois lados) nas medidas 40 x 33,5 cm aberto e 20 x 27,5 cm fechado em offset 150g com impressão em 4x0 cores e com conte especial. Miolo com 211 folhas, sendo 08 folhas de apresentação em offset 63g com impressão 4x4 cores e 10 divisores de matérias em offset 63g com impressão em 1x1 cor, e 20 folhas por matéria em offset 56g em 1x1 cor. Acabamento: espiral metálico. Capa (01) com brasão e fotos do município na frente, na guarda (02) hino do Brasil, na guarda (03) hino de Santa Catarina e na parte externa (04) hino do município. A arte, criação e prova print serão por conta do fornecedor. Quantidade Mínima: 100	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)	Gráfica Guarar	0	25,9000	1

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 90/2016

Número do Registro de Preços: 90/2016		Data do Registro: 29/11/2016		Válido até: 29/11/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição materiais pedagógicos para atender a necessidade das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 1							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2016
PROCESSO Nº 186/2016
(6052) - GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA

Schroeder, 29 de Novembro de 2016.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 110/2016-PMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 91/2016

Número do Registro de Preços: 91/2016 Data do Registro: 29/11/2016 Válido até: 29/11/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em fornecimento de serviço de jardinagem e roçada para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde, Secretaria de Obras e

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	contratação de empresa especializada para serviços (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de jardinagem para conservação e manutenção das áreas de jardinagem sob competência do Município de Schroeder (SC), compreendendo os seguintes serviços: Roçada; adubação; poda; troca de plantas e mudas de flores de época, limpeza de canteiros, limpeza de patios, destinação de resíduos orgânicos e demais serviços dentro da atividade de jardinagem, sempre que se fizer necessário para manter as áreas indicadas, limpas (sem ervas) e organizadas ou quando solicitado pelas devidas secretarias 1. Trevo de acesso principal (R. Jaraguá) 2. Portão (R. Jaraguá); 3. Praça Germano Gustavo Risbort; 4. Praça Cristian Mathias Schroeder (Prefeitura); 5. Cerca Viva (Junto ao Gin. De Esportes Alfredo Passoli); 6. Pátio - Centro de Eventos de Schroeder (Prefeitura); 7. Rotatória entrada Duas Marmas (Início R. Joinville Estr. Duas Marmas); 8. Rotatória Escola Santos Tomaselli (Em frente a Escola Santos Tomaselli); 9. Praça Genair Zastrow (Em frente Mater. De Conit. Santantonio); 10. Praça da nova sede da Prefeitura (Prefeitura); 11. Poda de árvores das calçadas (Ruas pavimentadas); 12. Praça Helmuth Moritz Germano Hertel (R. Guilherme Zastrow - B. Sossego) 13. Praça Ayrton Senna (R. Paulo Jahn - Centro); 14. Praça na Rua ; Enalado Voltes; 15. Praça na Rua Malilde Voltes; 16. Atividades Físicas, (R. Guarani); 17. Atividade física (R. 23 de Março); 18. Cras - Centro de Referência de Assistência Social; 19. CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social; 20. ESF I - Rua Guarani; 21. ESF II - Rua Cristiane Zerbin; 22. ESF III - Rua Alphonse Maria Schmalz; 23. ESF Centro - Rua Paulo Jahn; 24. ESF IV - Rua Marechal C. Branco (Brasão); 25. ETA (Estação de Tratamento de Água); 26. Reservatório I prox. Ponte Trindade; 27. Reservatório II Rua Bela Vista; 28. Ginásio dos Imigrantes Schroeder I; 29. Campo de Futebol Cláudio Tomaselli; 30. Biblioteca Municipal Souza Cruz Rua Paulo Jahn; 31. Antiga Biblioteca Municipal; 32. Campo de Futebol Loteamento Gardia; 33. Creche - Schroeder I; 34. Creche Girassol; 35. Creche Ezalia Correia Lombardi; 36. Creche Primeiros Passos; 37. Creche Itoupa - Aq; 38. Prédio Procon (futuras instalações); 39. Creche Cristiane Zerbin.	MÊS	ALEXANDRE KONELL 08025558867 (13502)		0	4.400,0000	1
			GILSON GUCKERT 05848167907 (13504)		0	4.500,0000	2
			PEDRO ROGERIO BRITO LOBO 91487463391 (12726)		0	6.300,0000	3
2	Contratação de Empresa Especializada em Serviço de Roçada de beira de rua e áreas (patios e terrenos) da Prefeitura, incluso máquina e ferramentas, (com fornecimento de mão de obra especializada e equipamentos) - A segurança viária no local do serviço cabe a contratada (colocação de cones, placas de sinalização e e tela de proteção) Município de Schroeder.	H	ALEXANDRE KONELL 08025558867 (13502)		0	25,0000	1
			HAROLDO FERNANDES DE OLIVEIRA 50938231987 (13505)		0	28,0000	2
			GILSON GUCKERT 05848167907 (13504)		0	30,0000	3

Página: 2/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 91/2016

Número do Registro de Preços: 91/2016		Data do Registro: 29/11/2016		Válido até: 29/11/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em fornecimento de serviço de jardinagem e roçada para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde, Secretaria de Obras e					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RUBENS FOSILE 43872727915 (13506)		0	30,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 91/2016

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 91/2016		Data do Registro: 29/11/2016		Válido até: 29/11/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em fornecimento de serviço de jardinagem e roçada para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde, Secretaria de Obras e					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2016

PROCESSO Nº 192/2016

(12726) - PEDRO ROGERIO BRITO LOBO 91487463391
(13502) - ALEXANDRE KONEILL 08025558967
(13504) - GILSON GUCKERT 05848167907
(13505) - HAROLDO FERNANDES DE OLIVEIRA 50938231987
(13506) - RUBENS FOSILE 4387272915

Schroeder, 29 de Novembro de 2016.

DISPENSA Nº 48/2016-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 48/2016 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.: 84/2016
Data: 29/11/2016**

Folha: 1/2

Fornecedor: **NEOVITA COMERCIO DE PRODUTOS ORTOPEDICOS E HOSPITA**
Endereço: BARAO DO RIO BRANCO,353 - LOJA 02
Cidade: JARAGUA DO SUL - SC
CNPJ: 04.506.043/0001-02

Código: 9630

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de fármacos e equipamentos médicos para atender a ação de obrigação de fazer autuada sob o nº 0302561-41.2016.8.24.0026 da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	500,00	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 12	UN	0,90	450,00
2	1,00	COLCHÃO PIRAMIDAL PVC	UN	230,00	230,00
3	30,00	PLACAS DE HIDROCOLOÍDE 10X10	UN	18,00	540,00
4	30,00	ALGINATO DE CALCIO E SODIO 85G	UN	38,00	1.140,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA

Portadora de "Doença de Creutzfeld - Jakob CID A81.0 e Úlcera de Decubito CID L.89".

Schroeder, 29 de Novembro de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 48/2016 - DL

Processo Nr.: 84/2016
Data: 29/11/2016

Folha: 2/2

28/11/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 28 de Novembro de 2016

Valor da Despesa: 2.360,00 (dois mil trezentos e sessenta reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO 212

DECRETO N.º 212/2016, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

"DECLARA LUTO OFICIAL EM SINAL DE PESAR PELAS VÍTIMAS DO ACIDENTE AÉREO DA EQUIPE ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município,

Considerando o trágico acidente aéreo ocorrido com a delegação da Associação Chapecoense de Futebol, na madrugada desta terça-feira (29/11), que rumava para a cidade de Medellín, na Colômbia, para a disputa da final da Copa Sul-Americana;

Considerando que a Associação Chapecoense de Futebol estava fazendo história ao ser o primeiro clube catarinense a disputar a final de uma competição internacional.

DECRETA:

Art. 1º É declarado luto oficial no Município de Serra Alta pelo período de 03 (três) dias, contados a partir da data da edição deste Decreto, em sinal de pesar e homenagem aos familiares.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22 de maio de 2013.

Serra Alta (SC), 29 de novembro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

DECRETO 213

DECRETO Nº 213/2016 DE 29 DE NOVEMBRO 2016

"Dispõe sobre alteração do período de férias do Servidor Luciano dos Santos, referente ao exercício de 2016, e dá outras providências"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº110/1991, Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal 498/2001 de setembro de 2001.

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o período de férias do Servidor Luciano dos Santos, constante do Decreto nº 188/2016, passando para:

- 01/12/2016 a 30/12/2016, referente ao período aquisitivo de 1º janeiro a 31 de dezembro de 2016;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Novembro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Sombrio

PREFEITURA

DEC. 397/2016

DECRETO Nº 397, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 7.311,16 (sete mil, trezentos e onze reais e dezesseis centavos), na seguinte dotação orçamentária:

06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE SOMBRIO

2.014 - Proteção e Atenção às Famílias e indivíduos

3.3.90.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas

..... R\$ 7.311,16

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte 101 (Proteção Social).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 07 de novembro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DEC. 398/2016

DECRETO Nº 398, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

04.02 - DIRETORIA DE OBRAS

1.014 - Pavimentação de Vias Urbanas

4.4.90.00.00.00.00.0091(271) - Aplicações Diretas

..... R\$ 40.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso da fonte de recursos 91 (Alienação de Bens).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 09 de novembro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

EDITAL CONVOCAÇÃO 053/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 053/2016

PROCESSO SELETIVO - ACT - EDITAL 001/2016 (SAÚDE)

Pelo presente Edital, o Prefeito Municipal de Sombrio, Sr. ZÊNIO CARDOSO, vem a público convocar o candidato aprovado no Processo Seletivo – ACT - 001/2016, (Saúde), para o cargo de: Médico (ESF), abaixo relacionado, sendo que o referido candidato deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sombrio, munido dos documentos exigidos pelo Edital de Processo Seletivo – ACT - Edital nº. 001/2016, (Saúde), para contratação imediata:

DISCIPLINA: 09 – MÉDICO (ESF)

Nome do Candidato	Classificação
Celiza Enya Horino Isoppo	1

Município de Sombrio- SC, 25 de novembro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 240/2016

DECRETO Nº 0240/2016 DE 29/11/2016

“DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015.

Artigo 1º – FICA o Setor de Contabilidade autorizado e efetuar o remanejamento de dotações orçamentárias nos (as) seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

: DE:

05.01.0010.0301.0008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	R	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00. (21)	0.1.00.01664	Investimentos- Aplicações Diretas (1664)	R\$ 18.500,00

PARA:

01.0010.0301.0008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	R	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00. (14)	0.1.00.01664	Pessoal e encargos Sociais- Aplicações Diretas (1664)	R\$ 18.500,00

Artigo 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação esta vinculado a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 29 de novembro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

DIEGO GUSTAVO KIRCH
Diretor de Administração

DECRETO 241/2016

DECRETO Nº. 0241 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

INSTITUI O TURNO ÚNICO DE TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal.

Considerando que a adoção do turno único de trabalho para os servidores administrativos do Município de Sul Brasil contribuirá para a redução do custeio da máquina pública.

Considerando ainda, que outras esferas da Administração, e em outros Poderes do Estado já tem em seu funcionamento fixado em tal regime.

DECRETA:

Art. 1º.O funcionamento dos serviços públicos municipais, de caráter administrativo, a partir de 14 de dezembro de 2016 até 06 de janeiro de 2017 será de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2º. As 30(trinta) horas semanais a que se refere o artigo anterior serão cumpridas em turno único das 7:00 as 13:00 horas , durante cinco dias da semana, de segunda a sexta-feira

Parágrafo único – No interesse administrativo, eventualmente, poderão ser designados servidores para a execução de serviços internos de apoio técnico e administrativo, em regime diverso do indicado neste artigo.

Art. 3º. Não se aplica-se o disposto nos artigos antecedentes aos serviços do Departamento de Saúde e de atividades que por sua natureza demandem atendimento continuado ou mediante escalas de turnos sucessivos e regimes de plantão.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
29 de novembro de 2016.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT
Chefe de Gabinete

DECRETO 242/2016

DECRETO Nº 242, de 29 DE NOVEMBRO DE 2016

DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL EM RAZÃO DA TRAGÉDIA OCORRIDA COM A DELEGAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL E JORNALISTAS BRASILEIROS NA COLOMBIA.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41 inciso VII da Lei Orgânica Municipal, Considerando a tragédia que se deu no dia de hoje (29.11.2016), terça feira, o falecimento da Delegação da Chapecoense e jornalistas brasileiros na Colômbia.

Considerando enfim, merecer todas as homenagens.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado luto oficial no Município de Sul Brasil, por 03 (três) dias, a contar do dia 29 (vinte e nove) de novembro de 2016, em decorrência tragédia que se deu no dia de hoje, a tragédia da Delegação da Chapecoense e jornalistas brasileiros na Colômbia.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 29 de novembro de 2016.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT
Chefe de Gabinete

DECRETO 243/2016

DECRETO Nº 0243/2016 DE 29/11/2016

“DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015.

Artigo 1o – FICA o Setor de Contabilidade autorizado a efetuar o remanejamento de dotações orçamentárias nos (as) seguintes Projetos/ Atividades do Orçamento Municipal Vigente da Câmara Municipal de Vereadores:

: DE:

01.01.0001.031.0001.2.001- Manutenção das Atividades Legislativas

NAT.DESP.	R	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00. (3)	0.1.00.01000	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1000)	R\$ 40.000,00

PARA:

01.01.0001.031.0001.2.001- Manutenção das Atividades Legislativas

NAT.DESP.	R	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00. (1)	0.1.00.01000	Pessoal Encargos Sociais - Aplicações Diretas (1000)	R\$ 40.000,00

Artigo 2o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação esta vinculado a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 3o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sul Brasil – SC, aos 29 de Novembro 2016.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

CLAUDIMAR FERRARI
Presidente da Câmara de Vereadores

Registrado e Publicado na Data Supra.

KARINE EBERHART
CRC/SC 033829/O-4

DECRETO 244/2016

DECRETO N° 0244/2016 DE 29/11/2016

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei n° 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015.

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente.

02.01.0004.022.002.2.003- Manutenção do Gabinete do Prefeito e Assessoria Jurídica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00(233)	0.3.89.000000	Investimentos- Aplicações Diretas (3089)	R\$ 2.600,00

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o valor R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2015 Decreto n° 032/2016 Recursos de Alienação de Bens..

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 29 de novembro de 2016.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

DECRETO 245/2016

DECRETO N° 0245/2016 DE 29/11/2016

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei n° 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015.

Artigo 1o FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Excesso de Arrecadação Referente a Convênio não prevista na LOA no valor de R\$ 6.000,00 (Seis Mil Reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE vigente:

05.01.0010.0301.0008.2.021-Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00(64)	0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1.467)	R\$ 6.000,00

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o valor R\$ 6.000,00 (Seis Mil Reais), proveniente Excesso de Arrecadação referente a repasse do Fundo Nacional de Saúde, Programa QUALIFAR-Custeio.

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação esta vinculado a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 29 de novembro de 2016.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

PREGÃO 030/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo nº 050/2016

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 030/2016

Tipo: Registro de Preço

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE HORAS DE MÁQUINAS (SILAGEM E PLANTIO).

Entrega dos envelopes: 08:00 horas do dia 13 de novembro de 2016

Abertura dos envelopes: 08:15 horas do dia 13 de novembro de 2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 29 de novembro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 28 2016 FCT - SERVIÇOS PARA SHOW NACIONAL CONSTANTE DA PROGRAMAÇÃO DO NATAL MAIS ENCANTADO 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016 FCT

OBJETO: contratação de empresa(s) especializada(s) em prestação de serviços de sonorização, iluminação cenográfica; filmagem com projeção; locação com montagem e desmontagem de palco e House Mix cobertos; camarim; grupo gerador de energia; grades de contenção de público e sanitários químicos para o Show Nacional constante da programação do Natal Mais Encantado 2016 que acontecerá em 21 de dezembro, com disponibilização de equipamentos e estrutura mínima requerida seguindo Rider Técnico do Artista. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h00min do dia 13 de dezembro de 2016. ABERTURA: dia 13 de dezembro de 2016 às 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 29/11/2016

JORGE R. FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

CERTIDÃO DE RENOVAÇÃO Nº 107 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

CERTIDÃO DE RENOVAÇÃO

Nº 107 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RENOVA a aprovação do desmembramento de área urbana, feita pela Certidão nº 85/2016 de 25/04/2016.

CONSIDERANDO a prescrição do prazo estabelecido pelo art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19/12/79, após reexaminado o planejamento e a documentação apresentada pelo requerente.

Fica renovado o DESMEMBRAMENTO denominado "GERHARD BUTZKE", situado no lado par da Rua Costa Rica, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 167,46 metros da esquina formada com o lado par da Rua Marechal Deodoro, nesta Cidade, com a área de 1.619,73m² (Hum mil, seiscentos e dezenove metros e setenta e três décimos quadrados), cuja aprovação primeira se deu por força da Certidão nº 85/2016 de 25/04/2016 e em face da caducidade ocorrida por força do art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, cujo imóvel é de propriedade de GERHARD BUTZKE, conforme matrícula nº 25.632, livro 2.

Esta certidão revalida a Certidão n.º 85/2016 de 25 de abril de 2016 e RATIFICA OS DEMAIS TERMOS.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 28 de novembro de 2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Município de Timbó

VIVIAN LUCIANE MAAS BARBOSA

Arquiteta e Urbanista

CAU A41829-3

EXTRATO DE DISPENSA Nº 29 2016 FCT

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 29/2016

CONTRATANTE: Fundação Cultural de Timbó

CONTRATADO: Kifredo Indústria e Comércio de Sorvetes Ltda – ME.

OBJETO: contratação de pessoa jurídica para comercialização de alimentação e bebida objetivando a composição da praça de alimentação do evento Natal Mais Encantado 2016, que acontecerá no período de 19 de novembro de 2016 a 06 de janeiro de 2017, junto ao Pavilhão de Eventos Henry Paul disponibilizando toda estrutura de atendimento, mão de obra, mobiliário, equipamentos, utensílios e demais objetos necessários, venda de tíquetes e limpeza do local.

VALOR DE REPASSE: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: durante o período de 26/11/2016 a 06/01/2017.

TIMBO (SC), 29/11/2016

JORGE R. FERREIRA

Diretor Presidente FCT

PORTARIA Nº SEMFA-D1585, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA Nº SEMFA-D1585, de 03 de outubro de 2016

Concede Licença Prêmio ao servidor da Secretaria Municipal de Planejamento Trânsito e Meio Ambiente "Fundo Municipal de Trânsito".

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio Convertida em Pecúnia Total, ao servidor LOURIVAL ANACLETO, ocupante do cargo de Pintor, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento Trânsito e Meio Ambiente "Fundo Municipal de Trânsito", referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 08/07/2007 à 07/07/2012, conforme Processo RH02-606, a ser pago junto à Rescisão Competência Outubro/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de outubro de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 30 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço para contratação de mão de obra especializada para prestação de serviços de alvenaria, manutenção em telhados e calhas, carpintaria, marcenaria e serviços de manutenção em geral destinados à manutenção predial preventiva e corretiva das unidades administrativas diretas e indiretas do Município de Timbó.

EMPRESA FORNECEDORA: SERVITIM COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO E SERVICOS ELETRICOS LTDA ME

TOTAL ESTIMADO: R\$ 512.230,00 (quinhentos e doze mil e duzentos e trinta reais)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 29/05/2017.

Timbó, 30/05/2016

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

CÂMARA MUNICIPAL

Edital de audiência pública nº 07/2016

AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º 07, DE 2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 50, §4.º inciso I do Regimento Interno, torna público que será realizada Audiência Pública para discutir, a pedido da Comissão de Mérito, o Projeto de Lei Complementar n.º 02/2016 – Estabelece a nova Mobilidade Urbana do Município de Timbó e dá outras providências; Projeto de Lei Complementar n.º 03/2016 – Dispõe sobre o uso e ocupação do solo do Município de Timbó e revoga a Lei Complementar n.º 343, de 13 de dezembro de 2007; e Projeto de Lei Complementar n.º 04/2016 – Altera a Lei Complementar n.º 342, de 13 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as medidas e demais especificações do Perímetro Urbano do Município de Timbó e dá outras providências, todos de autoria do Poder Executivo.

DA DATA E DO LOCAL

Art.1.º A Audiência Pública de que trata este edital realizar-se-á no dia 08 de dezembro, às 18 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara Municipal, localizada na Rua Honorato Tonolli s/n, Bairro das Nações.

DO OBJETIVO

Art. 2.º O objetivo da Audiência é debater o conteúdo do Projeto de Lei Complementar n.º 02/2016 – Estabelece a nova Mobilidade Urbana do Município de Timbó e dá outras providências; Projeto de Lei Complementar n.º 03/2016 – Dispõe sobre o uso e ocupação do solo do Município de Timbó e revoga a Lei Complementar n.º 343, de 13 de dezembro de 2007; e Projeto de Lei Complementar n.º 04/2016 –

Audiência Pública n.º 07/2016

Edital de Convocação de Audiência Pública

Altera a Lei Complementar n.º 342, de 13 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as medidas e demais especificações do Perímetro Urbano do Município de Timbó e dá outras providências, todos de autoria do Poder Executivo.

DAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Art. 3.º Estão convidados a participar da Audiência Pública setores governamentais, organizações de classe, empresas públicas e privadas e demais munícipes.

Parágrafo Único. A exposição da matéria será realizada pelos membros da comissão pelo tempo que se fizer necessário, podendo contar com auxílio de participantes.

Art. 4.º A participação da plenária observará os seguintes procedimentos:

I – é assegurado ao participante o direito de manifestação oral, após a exposição completa da matéria;

II – as manifestações orais observarão a ordem sequencial do registro da intenção para a manifestação, devendo, quando for o caso, informar o nome do participante;

III – o tempo para a manifestação oral será definido em função do número de participantes e da previsão de duração total do evento, sendo assegurado o tempo mínimo de dois minutos e no máximo de cinco.

Parágrafo Único. As situações não previstas pelo Regimento Interno no que diz respeito ao procedimento da Audiência Pública serão resolvidas pelo Presidente da Comissão ou aquele que, por ventura, o estiver substituindo.

Art. 5.º Os interessados poderão participar do presente processo mediante envio de críticas, sugestões e questionamentos aos Projetos,

Audiência Pública n.º 07/2016

Edital de Convocação de Audiência Pública

que se encontram divulgados pela Câmara Municipal em seu endereço eletrônico www.camaratimbo.sc.gov.br.

§1.º As sugestões, críticas e questionamentos podem ser enviados para os seguintes endereços:

I – por correspondência, para a Rua Honorato Tonolli s/n, Bairro das Nações, Timbó-SC. CEP 89120-000;

II – por correspondência eletrônica, para o e-mail camara@camaratimbo.sc.gov.br.

§2.º O período para o envio das sugestões, críticas e questionamentos referidos inicia-se na data de publicação do presente edital e finda no dia imediatamente anterior ao previsto para a abertura da Audiência Pública.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6.º A minuta deste Edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.camaratimbo.sc.gov.br, bem como será afixada na sede da Câmara Municipal.

Art. 7.º A Câmara Municipal divulgará, em sua página eletrônica, no prazo de sete dias, após sua realização, a ata da Presente Audiência Pública.

Timbó, 30 de novembro de 2016.

Douglas Emanuel Marchetti

Presidente da Mesa Diretora

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 11/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 11/2016 FMS - Pregão Presencial

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção da frota de veículos de propriedade do Fundo Municipal de Saúde de Treze Tílias, durante o exercício financeiro de 2017, conforme especificações do Anexo I.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 10h00 min do dia 13/12/2016, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, na Praça Ministro Andreas Thaler nº 25, Centro, Treze Tílias, SC, CEP 89650-000. O edital pode ser obtido no site www.treze-tilias.sc.gov.br. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

ALCIR DE RÓS
GESTOR DO FUNDO

AVISO DE LICITAÇÃO PP 73/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 73/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis e serviços de lavagem, destinados à manutenção da frota de veículos e máquinas de propriedade do município de Treze Tílias, durante o exercício financeiro de 2017, conforme especificações do Anexo I.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 14/12/2016, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO PP 74/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 74/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para, locação de infraestrutura (equipamentos de sonorização e iluminação, estrutura de palco, camarim, gerador, fechamento, e estruturas piramidais) compreendendo montagem, manutenção, desmontagem, por ocasião do Reveillon 2017, no dia 31 de Dezembro de 2016 no município de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I do edital.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 12/12/2016, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

AVISO DE RETIFICAÇÃO PUBLICAÇÃO PP 72/2016

Pregão Presencial 72/2016 – RETIFICAÇÃO Nº 01

Levamos ao conhecimento dos interessados a alteração da publicação do Pregão 72/2016

Onde se lê;

Contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição, instalação de móveis e demais equipamentos, para equipar a nova estrutura da nova creche no Município de Treze Tílias, em conformidade com as especificações descritas no Anexo I, integrante do presente Edital.

Leia-se;

Contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição, instalação de móveis e demais equipamentos, para equipar a estrutura da nova creche no Município de Treze Tílias, em conformidade com as especificações descritas no Anexo I, integrante do presente Edital.

Treze Tílias, 29 de Novembro de 2016.

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 106/2016

DECRETO 106/2016 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

“RETIFICA O DECRETO 104/2016 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016, QUE HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES AO PROCESSO SELETIVO 07/2016.”

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Art. 1º - Retifica o Decreto 104/2016 de 28 de novembro de 2016, art. 1º, que homologado as inscrições ao Processo Seletivo 07/2016 para preenchimento de vagas temporárias de categorias funcionais constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal e para a formação de cadastro de reserva no ano letivo de 2017, considerando problemas com os arquivos de retorno do Banco em relação aos pagamentos efetuados nos dias 10 e 16 de novembro do corrente ano, tornando-se necessária a presente Retificação, conforme nominata abaixo descrita:

Auxiliar de Sala

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
478758	23/09/1962	Alionir Zoboli Samagaia	2339870
494714	05/01/1992	Andrea Pilar	5654679
491055	09/09/1980	Andresa da Silva Prada	3869708
487882	05/10/1998	Ane Ketlin de Castilhos Apolinário	6811777
476124	03/05/1997	Bruna Morais Bilk	6812073
493363	23/08/1987	Cleide Martins	46424539
478325	10/02/1974	Cleusa Schmueller	2627961
482576	09/05/1988	Cristiane Mariano Schulz Dimas	4834448
491642	02/10/1989	Daiane Ribeiro Bueno	4457881
478730	19/12/1990	Daiani da Veiga	4404293
478010	18/03/1995	Deize Dal Pra May	6705528
494568	22/01/1991	Diandra Momm Schmidt	5009560
496107	07/02/1954	Dilma Correa	1672486
487090	27/11/1989	Elida Glauciane Andrade	4390796
486889	05/09/1984	Flavia Roberta Dias	423330803
481768	03/01/1985	Francieli Aparecida Lorencini Pereira	51276650
483064	27/03/1972	Gessi de Fatima Triunlina Toassi	29180104
479589	05/08/1992	Gessi Luana Koglin	4690819
482655	07/02/1983	Gislaine Schwambach Navarro Lins	4024734
475512	09/12/1997	Greice Caroline Nunes	6983087
481942	23/12/1998	Guilherme Justino da Silva	5923384
492455	22/01/1982	Ida Carolina Rothbarth Decker	44326939
478979	26/05/1993	Janelize Oliveira Pereira da Silva	5654853
475949	16/04/1987	Jaqueline Büchling	4280594
485340	25/12/1999	Jerusa dos Santos	6661786
476817	15/06/1998	Jessica Patricia Alves	6292786
496385	28/12/1986	Josiane Bernarda Guerra	2090376431
488507	29/06/1971	Jucelia dos Santos da Silva	2499450
492699	02/10/1995	Jucilaine Oliveira Scotti	5720078
476813	26/08/1998	Karen Reuss	6728355
481655	01/12/1996	Karieli Rahn	4642996
490937	17/07/1995	Lais Hübner	5011328

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
476024	29/01/1981	Lucimara Vieira	3869828
481270	12/04/1989	Marcio de Souza	4280881
491991	05/01/1977	Marcondes Silveira de Souza Carvalho	3486942
475316	01/09/1971	Maria Rosilde Ramos da Cunha Silva	2143370
475925	03/05/1990	Marina Guckert	4403362
479021	17/09/1993	Marina Pesenti	49324527
484619	09/10/1992	Nadia Skoula	4642960
480887	19/07/1982	Nilza Luzia Lemos da Cruz Gazaniga	4475405
475955	24/08/1991	Patricia Marcirio	5142653
485920	01/10/1975	Patricia Mulher Kalbusch	73394139
476761	01/06/1995	Patricia Renata Bez	4642571
481646	27/01/1995	Regiane Dalmolin Waltrick	4457409
495173	12/07/1973	Rosane Rusch	2913571
491784	16/02/1977	Rosangela Dias de Quadra	28348958
486757	31/03/1985	Silvana Aparecida Uessler	4280331
479000	21/12/1987	Silvana Jordina Goedert de Souza	5279051
488503	28/07/1958	Sueli dos Santos	1956084
491329	08/05/1997	Thaiane da Silva	7073046
492590	13/12/1985	Victor da Silva da Luz	8087649714
478833	06/03/1989	Viviane Regina Eidt	50113925

Merendeira/Faxineira

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
488239	29/01/1977	Andreia Regina May dos Santos	29142911
477229	27/09/1989	Camila Velho dos Santos	4529675
475460	24/03/1986	Chalana Santiago	4432688
481345	02/02/1990	Cristiani Gomes	4528517
476261	21/01/1983	Daiane Dias	4528867
478692	03/04/1967	Elfi Eliane Voigt Koglin	1425303
481404	07/11/1974	Eliane Ella Kruger	3273612
483478	28/04/1967	Helena Bastos Pereira	19641648
480609	20/07/1985	Lucimara Bilk Kroenke	4403413
492230	21/09/1992	Mara Tais Correia Moraes	5578657
478664	10/09/1981	Maria Cristina Stein	37665928
481006	26/07/1969	Nilza Ribeiro Gomes	2916368
492512	24/11/1964	Sandra Angela Henz	77579907
478750	29/08/1980	Simone da Silveira	3835224
475412	28/08/1965	Zilda Maria da Luz	2126555

Professor Anos Inicias

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
480002	01/05/1991	Alexandre de Souza	4212414
490949	02/10/1990	Aline da Silva	4793627
491032	22/12/1993	Ana Paula Bini	5772075
491056	09/09/1980	Andresa da Silva Prada	3869708
493915	03/08/1973	Carla Rosane Henn Tholl	2912646
475348	21/02/1979	Carlane Goede	3607787
494330	03/07/1989	Crislaini Carla Valente Fuck	4745540
486954	08/11/1987	Crisneide Policarpo da Cunha dos Santos	4457333
482295	06/07/1986	Cristiane Valente Fuck	4745539
475664	03/09/1985	Daiane de Souza Machado	4203897

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
493768	25/06/1982	Debora de Souza Klaumann	39935116
494220	13/09/1982	Diuvana Dilmara Boll	3993033
491824	18/10/1985	Elqui Grahl	4234541
478086	28/05/1988	Franciele Tabata Cristina Farias Silva	4485132
496386	28/12/1986	Josiane Bernarda Guerra	2090376431
493683	10/02/1988	Josiane Venâncio	4432834
475323	25/03/1987	Juliana Pintarelli Avi	4460590
494027	23/05/1989	Juliete Noihaus	4374917
477614	21/03/1987	Karina Rodrigues	4691325
495664	16/09/1997	Luana Cristina Polini Andrade	5232785
495149	26/03/1978	Luciane Gambeta Passig	3547955
488650	11/02/1974	Marines Steuck	2627546
475517	10/06/1996	Patricia Alves	5181582
475335	06/03/1985	Patricia Francisconi Walzburger	4691787
475956	24/08/1991	Patricia Marcirio	5142653
492653	25/10/1982	Regiane Neumannn	4457417
485900	14/06/1983	Roberta Joelma Lofhagen	4327628
495174	12/07/1973	Rosane Rusch	2913571
480309	29/08/1967	Rosemery Eger Cachoeira	34591486
493746	28/11/1989	Rosiani de Lourenzi	4180773
476754	07/08/1993	Sabrina Iolanda Jeremias Kolm	4935064
481529	10/07/1983	Scheila Hoisdaleck	4745549
493319	24/11/1961	Schirley Marileia Bell	720227
479002	21/12/1987	Silvana Jordina Goedert de Souza	5279051
491755	01/08/1970	Soeli Pires	2115927
477332	24/06/1989	Sueli Schvambach	4394190
475714	27/01/1993	Taina Küster	6190434
495283	12/06/1984	Tatiana da Silva Zwicker	4024552

Professor Artes

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
494953	03/06/1980	Bianca Schultz Kantovick	3930875
494569	22/01/1991	Diandra Momm Schmidt	5009560
476097	21/03/1963	Maria Marlete Bini Marcelino	1427505

Professor Ciências

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
493370	07/08/1982	Daiane Becker	4390122
478970	18/12/1977	Diogo de Oliveira Brod	3459928
486899	05/09/1984	Flavia Roberta Dias	423330803
477615	21/03/1987	Karina Rodrigues	4691325
477177	15/04/1987	Marcelo Goulart Souza	4178831
491835	06/01/1986	Monique Brandes da Silveira	134485922

Professor Educação Física

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
486788	01/06/1992	Alexsandro Junior Venturi	5087719
491796	27/11/1985	Charles Stuepp	4201268
494644	26/10/1996	Debora Heinz	6276043
479410	23/12/1998	Guilherme Justino da Silva	5923384
493315	18/08/1984	Juliana Sebold	4011231

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
487521	28/12/1992	Kelvin Felaco	4374794
477139	03/05/1974	Nilvo da Silva	2495421
493368	27/04/1995	Regiane Carolina Valente de Liz	5.987.144
486798	16/10/1990	Rodrigo Cordeiro de Assis	5026535
492591	13/12/1985	Victor da Silva da Luz	8087649714
478822	06/04/1993	Vitor Henrique Kniess	4529670

Professor Educação Infantil

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
492965	04/03/1988	Adriana da Silva	4404396
490950	02/10/1990	Aline da Silva	4793627
491033	22/12/1993	Ana Paula Bini	5772075
478727	02/03/1985	Ana Paula Matteussi	4404072
493228	07/11/1983	Ariana Floriano	4203779
475349	21/02/1979	Carlane Goede	3607787
481615	04/07/1990	Catia Aline Sebold	53544862
478518	23/03/1992	Crislaine Hamm	4642740
494331	03/07/1989	Crislaini Carla Valente Fuck	4745540
486955	08/11/1987	Crisneide Policarpo da Cunha dos Santos	4457333
482577	09/05/1988	Cristiane Mariano Schulz Dimas	4834448
491618	04/11/1984	Cristiane Niedrhaus Mugge	4342377
482296	06/07/1986	Cristiane Valente Fuck	4745539
475665	03/09/1985	Daiane de Souza Machado	4203897
493769	25/06/1982	Debora de Souza Klaumann	39935116
478011	18/03/1995	Deize Dal Pra May	6705528
491108	05/12/1980	Diuvana Correa	3598088
494221	13/09/1982	Diuvana Dilmara Boll	3993033
495105	25/02/1973	Edelita Cardoso Barg	2259873
475421	22/06/1984	Eliana Stahnke	4024504
476783	22/02/1989	Eliane dos Santos Souza	4984149
491825	18/10/1985	Elqui Grahl	4234541
494470	17/06/1991	Estefani Passing	5142904
493073	24/04/1995	Fabiana da Silva do Carmo	5412836
488425	20/12/1988	Fabiana Hillmann Trentini	4342851
478087	28/05/1988	Franciele Tabata Cristina Farias Silva	4485132
483042	27/03/1972	Gessi de Fatima Triunlina Toassi	29180104
482429	14/12/1985	Giane Tillmann	44752890
495512	14/08/1991	Gislaine Draprinchinski Rech	4431510
482656	07/02/1983	Gislaine Schwambach Navarro Lins	4024734
496005	12/01/1987	Inara Maria Cugnier	4171256
478980	26/05/1993	Janelize Oliveira Pereira da Silva	5654853
477911	22/05/1976	Janete Alves	34863753
485955	04/02/1972	Janete Rodrigues Cardoso Chirolli	29115108
475950	16/04/1987	Jaqueline Büchling	4280594
476818	15/06/1998	Jessica Patricia Alves	6292786
493684	10/02/1988	Josiane Venâncio	4432834
494433	10/12/1996	Juliana Andiar Maciel	6789594
475324	25/03/1987	Juliana Pintarelli Avi	4460590
494028	23/05/1989	Juliete Noihaus	4374917
494654	08/09/1986	Karina Brito	43473024
484739	11/06/1997	Karine Regis da Silva	5368324

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
492720	03/07/1972	Katia Regina Jeremias Krambeck	543765556
478946	21/02/1986	Katiani de Brito	42330858
494305	20/02/1989	Kelin Pereira	5412648
490938	17/07/1995	Lais Hübner	5011328
493522	26/07/1993	Leticia de Farias	5009493
482529	23/03/1997	Luana Marcellos	6190446
495150	26/03/1978	Luciane Gambeta Passig	3547955
476025	29/01/1981	Lucimara Vieira	3869828
482530	08/11/1969	Magrid Nagel Martins	1896013
481271	12/04/1989	Marcio de Souza	4280881
491992	05/01/1977	Marcondes Silveira de Souza Carvalho	3486942
487095	11/02/1974	Marines Steuck	2627546
492876	18/04/1980	Marlene da Silva	4001556
477140	03/05/1974	Nilvo da Silva	2495421
480888	19/07/1982	Nilza Luzia Lemos da Cruz Gazaniga	4475405
475336	06/03/1985	Patricia Francisoni Walzburger	4691787
485901	14/06/1983	Roberta Joelma Lofhagen	4327628
491785	16/02/1977	Rosangela Dias de Quadra	28348958
478129	21/10/1981	Rosemeri dos Santos Fernandes	4460508
480310	29/08/1967	Rosemery Eger Cachoeira	34591486
481803	10/07/1978	Roseneide Aparecida de Moura	3458674
493747	28/11/1989	Rosiani de Lourenzi	4180773
476755	07/08/1993	Sabrina Iolanda Jeremias Kolm	4935064
493328	10/04/1975	Sandra Mara Matteussi	3272283
486758	31/03/1985	Silvana Aparecida Uessler	4280331
491756	01/08/1970	Soeli Pires	2115927
477333	24/06/1989	Sueli Schvambach	4394190
475715	27/01/1993	Taina Küster	6190434
493281	26/08/1991	Taise Regina Barbosa	4404171
495284	12/06/1984	Tatiana da Silva Zwicker	4024552
488084	22/05/1991	Vanderleia Luzia Pinceger Batista	5548931

Professor Ensino Religioso

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
478793	17/11/1985	Francine Hoffmann	49647598

Professor Geografia

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
493973	19/05/1995	Camila Ritiele Doering	4935213

Professor História

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
494954	03/06/1980	Bianca Schultz Kantovick	3930875
495513	14/08/1991	Gislaine DraprinchinskiRech	4431510
475513	09/12/1997	Greice CarolineNunes	6983087
489521	16/11/1991	Mauricio Simonetti	4432831
475518	10/06/1996	Patricia Alves	5181582
475298	04/11/1995	Tamara Camargo	5613179
476403	16/12/1990	Thiago Gois	102164520

Professor Língua Inglesa

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
486713	16/05/1975	Maguio Jeceler Correia	32423942
485174	17/09/1993	Marina Pesenti	49324527
481065	24/09/1994	Michelle Kiane Amarante Bechtold	54566729

Professor Língua Portuguesa

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
480003	01/05/1991	Alexandre de Souza	4212414
493249	23/08/1987	Cleide Martins	46424539
486714	16/05/1975	Maguio Jeceler Correia	32423942
475317	01/09/1971	Maria Rosilde Ramos da Cunha Silva	2143370

Professor Matemática

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
475326	09/01/1995	Aline Finardi	5368782
487329	29/04/1989	Fernando Robinson Selhorst	52796728
475354	10/01/1998	Larica Frena	6189427

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de novembro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária Municipal de Educação e Esporte

CÂMARA MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

CÂMARA DE VEREADORES DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

A Câmara de Vereadores de Trombudo Central, SC, torna público o Pregão Presencial nº 01/2016, com o seguinte objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de soluções de tecnologia da informação para Gestão Pública. Julgamento: Menor Preço por Lote. Data de Abertura e seção de lances dia 16 de dezembro de 2016, às 15:00 horas. A integral do Edital poderá ser obtido junto a Câmara Municipal, à Avenida Arthur Müller, nº 290, Bairro Botafogo - Trombudo Central - SC, pelo fone (47) 3544-0241, ou pelo e-mail contabiltrombudocentral@gmail.com.

Trombudo Central, 29 de novembro de 2016.

Geovana Gessner

Presidente da Câmara

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.844/2016

Decreto nº 1.844/2016, de 29 de novembro de 2016.

Homologação do Resultado Preliminar (Antes dos recursos) referente ao Edital de Processo Seletivo nº. 011/2016 e da outras providencias.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Preliminar (Antes dos Recursos) do Processo Seletivo nº 011/2016 da Prefeitura Municipal de Tunápolis – SC, conforme segue:

Auxiliar de Ensino Modalidade A									
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
8	461538	Daniele Schneider	20/08/1987	5,50	0,60	0,30	0,89	7,29	1º
6	468108	Sirleni Dill Bazzo	25/09/1984	6,05	0,60	0,00	0,46	7,11	2º
12	463264	Daniela Geremia	24/09/1985	4,95	0,30	0,60	1,00	6,85	3º
5	471265	Micheli Bedin	02/02/1994	4,95	0,60	0,30	0,50	6,35	4º
4	462844	Josenara Tais Heck	23/07/1995	5,50	0,00	0,30	0,50	6,30	5º
2	468808	Tatiane Aparecida Goergen	12/10/1992	5,50	0,60	0,00	0,00	6,10	6º
15	462105	Sirlei Schafer Seger	19/05/1990	4,40	0,60	0,90	0,00	5,90	7º
1	463213	Leane Flach Kuhn	15/12/1978	4,40	0,60	0,00	0,50	5,50	8º
13	462639	Adriani Teresinha Do Nascimento	18/08/1976	4,95	0,30	0,00	0,00	5,25	9º
3	471412	Solange Beatris Melz	28/04/1978	3,85	0,30	0,60	0,50	5,25	10º
14	464868	Elisa Paula Mariga	29/07/1980	3,85	0,30	0,30	0,60	5,05	11º
11	462010	Verediana Seberino	03/01/1985	4,40	0,30	0,30	0,00	5,00	12º
10	467977	Karina Lucia Flach Eidt	24/03/1982	3,30	0,30	0,30	0,28	4,18	13º
9	472153	Flania Mara Bassetto	19/02/1983	3,30	0,30	0,30	0,00	3,90	14º
7	459181	Silvana Terezinha Sarzi	15/03/1990	3,30	0,00	0,30	0,00	3,60	15º
Instrutor de Dança Coreográfica Modalidade A									
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
20	462747	Naissa Carmine Schaurich	28/11/1991	4,40	0,30	0,30	0,11	5,11	1º
16	462152	Dayane Bieger	19/07/1994	4,40	0,30	0,30	0,00	5,00	2º
19	463772	Daiane Altenhofen	15/08/1995	3,85	0,60	0,30	0,00	4,75	3º
17	468562	Karine Schneiders	05/10/1994	3,30	0,60	0,60	0,21	4,71	4º
18	462205	Janaina Capellari	21/08/1995	3,30	0,30	0,30	0,00	3,90	5º
Professor de Alemão - Não Habilitado Modalidade A									
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
21	466088	Diully Sara Schroer Lazarotto	15/07/1994	5,50	0,00	0,30	0,70	6,50	1º
Professor de Artes - Habilitado Modalidade A									
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
26	467978	Carine Kaufmann	02/02/1993	3,30	0,60	0,60	0,74	5,24	1º
22	469062	Clarice Giordano	21/11/1978	3,30	0,00	0,30	1,00	4,60	2º
24	459823	Franciele Carla De Valle	21/04/1991	2,20	0,60	0,30	0,56	3,66	3º

25	464869	Elisa Paula Mariga	29/07/1980	2,20	0,30	0,30	-	2,80	Desc.
23	461213	Carolina Thomas	08/02/1994	2,20	0,30	0,30	-	2,80	Desc.

Professor de Artes - Não Habilitado | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
27	462620	Elisete Turatti	25/02/1990	3,85	0,30	0,00	0,00	4,15	1º

Professor de Educação Física - Habilitado | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
43	468934	Vanderlei Bortoluzzi	15/10/1981	2,75	0,90	0,90	1,00	5,55	1º
36	466921	Kerli Cristina Welchen	01/05/1990	3,85	0,30	0,30	1,00	5,45	2º
45	459513	Sinara Bieger	18/08/1992	3,85	0,30	0,30	1,00	5,45	3º
38	466873	Raquel Cristina Lazarotto	15/09/1980	3,30	0,30	0,60	1,00	5,20	4º
42	468563	Karine Schneiders	05/10/1994	3,30	0,30	0,60	0,71	4,91	5º
28	461314	Fernando Rempel	26/01/1989	3,30	0,00	0,60	1,00	4,90	6º
37	462206	Janaina Capellari	21/08/1995	3,85	0,30	0,60	0,00	4,75	7º
35	468097	Daiane Altenhofen	15/08/1995	4,40	0,30	0,00	0,00	4,70	8º
31	462748	Naissa Carmine Schaurich	28/11/1991	3,30	0,30	0,00	0,80	4,40	9º
44	469357	Peter Mattos Drey	12/03/1983	3,85	0,00	0,30	0,00	4,15	10º
40	471296	Everton Jose Lauschner	22/12/1989	2,75	0,30	0,00	1,00	4,05	11º
46	471741	Leandro Cesar Wergutz	23/10/1977	2,20	1,20	0,60	0,00	4,00	12º
34	467050	Andrey Sohn	28/01/1992	2,20	0,90	0,30	0,55	3,95	13º
29	471543	Sibeli Cristina Karlinski	28/04/1995	2,75	0,30	0,60	0,00	3,65	14º
30	471376	Jaqueline Lerner Reis	20/02/1983	2,75	0,00	0,00	-	2,75	Desc.
32	463142	Laerte Jones Pletsch	16/04/1988	2,20	0,30	0,00	-	2,50	Desc.
33	462626	Marco Antonio Klein	21/03/1985	2,20	0,00	0,30	-	2,50	Desc.
41	463096	Fernando Weiss	04/07/1993	2,20	0,00	0,00	-	2,20	Desc.
39	462441	Aclidio Pecos Valduga	17/07/1987	1,65	0,30	0,00	-	1,95	Desc.

Professor de Educação Física - Não Habilitado | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
49	470092	Elisandra Sovrani	11/07/1997	6,05	0,00	0,30	0,16	6,51	1º
50	462438	Neodir Immig	10/07/1985	3,30	0,60	0,30	0,00	4,20	2º
48	471369	Cleitton Ferraz	23/12/1987	2,20	0,30	0,30	-	2,80	Desc.

Professor de Educação Infantil - Habilitado | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
87	465666	Leoni Scheren Mombach	06/09/1981	4,95	0,30	0,90	1,00	7,15	1º
93	462676	Naiana Constante De Oliveira	29/12/1987	4,40	0,90	0,60	0,89	6,79	2º
115	464686	Marilei Christ Lehnhoff	02/01/1985	3,85	0,90	0,90	1,00	6,65	3º
112	461546	Cristiane Welchen	15/03/1982	4,95	0,30	0,30	1,00	6,55	4º
102	461934	Thaise Marcia Gotz	13/12/1994	4,95	0,30	0,60	0,66	6,51	5º
94	468726	Juliana Carollo	28/08/1984	3,85	0,90	0,60	1,00	6,35	6º
91	462750	Marlize Regines Moras	16/05/1988	4,40	0,30	0,60	1,00	6,30	7º
89	462372	Tania Berenice Schwengber	24/06/1992	4,40	0,30	0,60	1,00	6,30	8º
80	464666	Sirlei Marafon	18/02/1989	4,95	0,30	0,00	1,00	6,25	9º
116	465888	Marciane Rohden Toillier	07/11/1985	3,85	0,60	0,60	1,00	6,05	10º
96	471291	Patricia Mallmann	19/04/1991	4,40	0,30	0,30	1,00	6,00	11º

66	462901	Elizandra Girardi Dotti	27/03/1985	4,40	0,00	0,60	0,95	5,95	12º
88	463214	Leane Flach Kuhn	15/12/1978	4,40	0,30	0,60	0,50	5,80	13º
105	469172	Tatiane Weiss Justen	07/12/1982	3,85	0,30	0,60	0,95	5,70	14º
111	461539	Daniele Schneider	20/08/1987	3,85	0,60	0,30	0,89	5,64	15º
78	459141	Camila Sueli Manfe	28/09/1994	4,40	0,30	0,30	0,56	5,56	16º
72	462200	Daiane Garbin	16/09/1995	3,85	0,30	0,90	0,50	5,55	17º
61	462121	Ivania Ott	16/02/1985	4,40	0,30	0,00	0,82	5,52	18º
113	465206	Roque Francisco Ribeiro	12/01/1969	4,40	0,00	0,00	1,00	5,40	19º
92	462182	Luciane Schlickmann	25/04/1994	3,85	0,60	0,30	0,57	5,32	20º
100	459908	Patricia Maldaner	02/05/1994	3,85	0,30	0,30	0,85	5,30	21º
82	471817	Andreia Neiss	05/01/1995	3,85	0,60	0,30	0,53	5,28	22º
71	463050	Margarete Lisaki	15/06/1988	3,30	0,60	0,30	1,00	5,20	23º
62	463396	Eliane Marta Degenhart	01/02/1986	3,30	0,90	0,30	0,67	5,17	24º
63	465262	Dilvane Lorencini	11/01/1988	3,85	0,30	0,30	0,68	5,13	25º
75	460990	Camila Luiza Schmidt	25/12/1994	3,85	0,00	0,60	0,64	5,09	26º
58	470827	Cristina Ines Scherer	02/04/1994	3,85	0,60	0,00	0,52	4,97	27º
67	461819	Carolina Hofer	26/01/1994	3,85	0,60	0,00	0,50	4,95	28º
74	464909	Denise Scherer	18/11/1974	3,30	0,30	0,30	1,00	4,90	29º
76	465232	Beatriz Rasch	30/09/1970	3,30	0,30	0,30	0,99	4,89	30º
110	464213	Neilise Beatriz Muller Nyland	07/07/1967	3,85	0,00	0,00	1,00	4,85	31º
59	471300	Camila Tibola	09/06/1994	3,85	0,00	0,60	0,39	4,84	32º
77	459157	Ariane Luiza Fellini Constante	07/10/1990	3,85	0,30	0,60	0,00	4,75	33º
64	461467	Scheila Luiza Staub Finger	06/11/1993	3,85	0,30	0,60	0,00	4,75	34º
81	462084	Francieli Christine Welter Toillier	11/01/1988	2,75	0,30	0,90	0,75	4,70	35º
79	471360	Daiana Lucia Villa Basso	06/04/1984	3,30	0,00	0,30	1,00	4,60	36º
73	459567	Debora Furlanetto	24/08/1994	3,30	0,30	0,30	0,62	4,52	37º
84	461832	Juliane Schemmer	01/09/1988	3,30	0,60	0,00	0,60	4,50	38º
114	463300	Justina Vivian	23/03/1979	2,20	0,60	0,60	1,00	4,40	39º
104	469109	Laine Lorenski	09/09/1990	2,75	0,60	0,00	1,00	4,35	40º
106	462274	Rose Mere Sulzbacher Matte	07/01/1971	2,75	0,30	0,30	1,00	4,35	41º
101	470352	Rubia Mara Weber Eidt	03/02/1987	2,75	0,30	0,30	1,00	4,35	42º
85	461707	Luana Heberle	19/08/1984	3,30	0,00	0,60	0,33	4,23	43º
65	468109	Sirleni Dill Bazzo	25/09/1984	2,75	0,60	0,30	0,50	4,15	44º
54	460536	Aline Theobald Klunck	19/03/1990	2,75	0,60	0,30	0,50	4,15	45º
68	461821	Daiana Hochscheidt	21/05/1993	2,75	0,30	0,00	1,00	4,05	46º
108	463126	Lisete Frey Steffen	19/04/1970	2,75	0,00	0,30	1,00	4,05	47º
90	472149	Jessica Valquiria Hertes	05/08/1993	3,30	0,30	0,30	0,00	3,90	48º
86	459672	Suelyn Caroline Reis	11/08/1992	3,30	0,00	0,00	0,55	3,85	49º
70	471413	Solange Beatris Melz	28/04/1978	3,30	0,00	0,00	0,50	3,80	50º
99	463639	Michele Gassen	14/05/1992	2,75	0,30	0,00	0,28	3,33	51º
69	461842	Cirlene Royer Ceolin	18/09/1982	2,20	0,60	0,00	-	2,80	Desc.
60	462415	Marizete Fatima Basso Trevizan	22/04/1975	2,20	0,30	0,30	-	2,80	Desc.
109	466124	Claunice Ines Reichert	07/07/1992	2,20	0,30	0,30	-	2,80	Desc.
95	472133	Giseli Hertes	23/11/1994	2,20	0,30	0,30	-	2,80	Desc.
83	461880	Elaine Rosa Kessler Toillier	13/04/1969	2,20	0,00	0,60	-	2,80	Desc.
98	459002	Cleusa Kaufmann	28/09/1975	2,75	0,00	0,00	-	2,75	Desc.
56	462581	Fabiana Heinrich Tibola	28/07/1985	2,75	0,00	0,00	-	2,75	Desc.
103	462631	Marlene Gruetzmann	25/02/1983	2,20	0,30	0,00	-	2,50	Desc.

57	462156	Fernanda Luiza Schoenberger	25/02/1994	1,65	0,30	0,30	-	2,25	Desc.
55	462412	Jocilene Juliana Nievinski Pasini	13/09/1983	2,20	0,00	0,00	-	2,20	Desc.
53	471275	Carine Ferraz	25/12/1993	1,65	0,30	0,00	-	1,95	Desc.

Professor de Educação Infantil - Não Habilitado | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
127	468886	Jaqueline Chiesa	17/01/1983	6,05	0,90	0,00	0,50	7,45	1º
117	471933	Julia Eich	02/07/1993	5,50	0,60	0,90	0,00	7,00	2º
119	461715	Riciane Foletto	06/10/1988	5,50	0,60	0,00	0,88	6,98	3º
132	462997	Marciele Schaefer	23/04/1993	6,05	0,00	0,30	0,50	6,85	4º
122	459087	Marciani Do Nascimento	01/08/1996	5,50	0,60	0,00	0,00	6,10	5º
129	467194	Ana Paula Pohren Rempel	01/11/1995	4,40	0,90	0,60	0,00	5,90	6º
123	462611	Gracieli Giordani	20/06/1989	4,95	0,00	0,30	0,00	5,25	7º
126	468809	Tatiane Aparecida Goergen	12/10/1992	4,40	0,30	0,30	0,00	5,00	8º
130	466445	Diane Ott Lauschner	12/07/1990	4,40	0,00	0,00	0,50	4,90	9º
131	462987	Edilene Mara Lewe	09/04/1980	3,85	0,60	0,30	0,00	4,75	10º
120	462012	Verediana Seberino	03/01/1985	4,40	0,30	0,00	0,00	4,70	11º
128	463138	Maira Cristina Lazarotto	18/06/1996	4,40	0,30	0,00	0,00	4,70	12º
125	468063	Elaine Luft	14/08/1998	3,30	0,60	0,30	0,39	4,59	13º
135	462876	Ivanir Do Nascimento	10/11/1979	3,85	0,30	0,30	0,00	4,45	14º
118	462153	Dayane Bieger	19/07/1994	3,30	0,60	0,30	0,00	4,20	15º
121	470290	Cleci Maria Sovrani	20/06/1983	3,30	0,30	0,30	0,12	4,02	16º
133	462526	Dayane C. Martinotto Maziero	06/09/1988	2,20	0,60	0,30	0,50	3,60	17º
124	470957	Marciane Cristiane Winter	03/03/1993	3,30	0,30	0,00	0,00	3,60	18º
134	468203	Michele Hofmann	16/07/1997	2,20	0,30	0,30	-	2,80	Desc.
136	462283	Diana Teresinha Guinami	22/11/1993	2,20	0,30	0,00	-	2,50	Desc.

Professor de Inglês - Não Habilitado | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
137	466089	Diully Sara Schroer Lazarotto	15/07/1994	4,40	0,00	0,00	0,70	5,10	1º

Professor Ensino Fundamental Séries Iniciais - Habilitado | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
169	464687	Marilei Christ Lehnhoff	02/01/1985	6,05	0,90	0,90	1,00	8,85	1º
170	465889	Marciane Rohden Toillier	07/11/1985	6,05	0,60	0,60	1,00	8,25	2º
165	462751	Marlize Regines Moras	16/05/1988	6,05	0,30	0,60	1,00	7,95	3º
150	462201	Daiane Garbin	16/09/1995	6,05	0,30	0,90	0,50	7,75	4º
155	464910	Denise Scherer	18/11/1974	6,05	0,30	0,30	1,00	7,65	5º
178	460453	Odete Hammes	19/05/1985	5,50	0,60	0,60	0,92	7,62	6º
179	461935	Thaise Marcia Gotz	13/12/1994	6,05	0,30	0,60	0,66	7,61	7º
154	460991	Camila Luiza Schmidt	25/12/1994	6,05	0,00	0,60	0,64	7,29	8º
173	468594	Liane Jacinta Finger Heck	17/10/1973	6,05	0,30	0,00	0,85	7,20	9º
163	465668	Leoni Scheren Mombach	06/09/1981	4,95	0,30	0,90	1,00	7,15	10º
164	462373	Tania Berenice Schwengber	24/06/1992	5,50	0,30	0,30	1,00	7,10	11º
149	461822	Daiana Hochscheidt	21/05/1993	5,50	0,30	0,30	1,00	7,10	12º
151	461043	Maria Elisabete Sigolin	07/05/1979	5,50	0,00	0,60	1,00	7,10	13º
147	462902	Elizandra Girardi Dotti	27/03/1985	5,50	0,00	0,60	0,95	7,05	14º
183	462334	Sirlei Schafer Seger	19/05/1990	5,50	0,60	0,90	0,00	7,00	15º

180	459909	Patricia Maldaner	02/05/1994	5,50	0,30	0,30	0,85	6,95	16º
159	463491	Dalvana Franzon	22/05/1988	5,50	0,30	0,00	1,00	6,80	17º
176	469173	Tatiane Weiss Justen	07/12/1982	4,95	0,30	0,60	0,95	6,80	18º
157	462910	Beatriz Rasch	30/09/1970	5,50	0,00	0,30	0,99	6,79	19º
166	462677	Naiana Constante De Oliveira	29/12/1987	4,40	0,90	0,60	0,89	6,79	20º
174	471292	Patricia Mallmann	19/04/1991	4,95	0,30	0,30	1,00	6,55	21º
145	463397	Eliane Marta Degenhart	01/02/1986	4,95	0,90	0,00	0,67	6,52	22º
153	461843	Cirlene Royer Ceolin	18/09/1982	4,95	0,60	0,00	0,97	6,52	23º
142	470828	Cristina Ines Scherer	02/04/1994	4,95	0,60	0,30	0,52	6,37	24º
141	462157	Fernanda Luiza Schoenberger	25/02/1994	5,50	0,30	0,00	0,52	6,32	25º
158	459142	Camila Sueli Manfe	28/09/1994	4,95	0,60	0,00	0,56	6,11	26º
152	459546	Adriani Teresinha Do Nascimento	18/08/1976	5,50	0,30	0,30	0,00	6,10	27º
138	463265	Daniela Geremia	24/09/1985	3,85	0,30	0,90	1,00	6,05	28º
168	460090	Fernanda Paparella Viapiana	30/04/1979	4,40	0,90	0,60	0,00	5,90	29º
144	462122	Ivania Ott	16/02/1985	4,40	0,30	0,30	0,82	5,82	30º
185	465207	Roque Francisco Ribeiro	12/01/1969	4,40	0,30	0,00	1,00	5,70	31º
162	461881	Elaine Rosa Kessler Toillier	13/04/1969	4,40	0,00	0,30	1,00	5,70	32º
177	469110	Laine Lorenski	09/09/1990	3,85	0,60	0,00	1,00	5,45	33º
186	463297	Justina Vivian	23/03/1979	3,85	0,00	0,60	1,00	5,45	34º
160	471361	Daiana Lucia Villa Basso	06/04/1984	3,85	0,00	0,60	1,00	5,45	35º
161	462085	Francieli Christine Welter Toillier	11/01/1988	3,30	0,30	0,90	0,75	5,25	36º
172	460881	Juliana Carollo	28/08/1984	2,75	0,90	0,60	1,00	5,25	37º
184	461708	Luana Heberle	19/08/1984	3,85	0,30	0,60	0,33	5,08	38º
140	462582	Fabiana Heinrich Tibola	28/07/1985	4,40	0,00	0,00	0,55	4,95	39º
175	468860	Rose Mere Sulzbacher Matte	07/01/1971	3,30	0,30	0,30	1,00	4,90	40º
146	465571	Cristiana Schroder	07/04/1988	3,30	0,00	0,60	1,00	4,90	41º
143	471301	Camila Tibola	09/06/1994	3,85	0,00	0,60	0,39	4,84	42º
167	462183	Luciane Schlickmann	25/04/1994	3,30	0,60	0,30	0,57	4,77	43º
156	459162	Ariane Luiza Fellini Constante	07/10/1990	3,85	0,30	0,60	0,00	4,75	44º
182	461834	Juliane Schemmer	01/09/1988	3,30	0,30	0,30	0,60	4,50	45º
187	459673	Suelyn Caroline Reis	11/08/1992	3,30	0,00	0,30	0,55	4,15	46º
148	461820	Carolina Hofer	26/01/1994	3,30	0,30	0,00	0,50	4,10	47º
139	462413	Jocilene Juliana Nievinski Pasini	13/09/1983	2,75	0,30	0,00	1,00	4,05	48º
181	463640	Michele Gassen	14/05/1992	2,75	0,30	0,00	0,28	3,33	49º

Professor Ensino Fundamental Séries Iniciais - Não Habilitado | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
191	460883	Flaviani Claudia Carboni	27/03/1995	4,40	0,90	0,60	0,48	6,38	1º
195	462219	Josenara Tais Heck	23/07/1995	4,40	0,30	0,90	0,50	6,10	2º
194	462998	Marciele Schaefer	23/04/1993	4,40	0,00	0,90	0,50	5,80	3º
193	462527	Dayane C. Martinotto Maziero	06/09/1988	3,85	0,60	0,30	0,50	5,25	4º
192	461716	Riciane Foletto	06/10/1988	3,30	0,60	0,00	0,88	4,78	5º
196	470291	Cleci Maria Sovrani	20/06/1983	3,85	0,30	0,30	0,12	4,57	6º
190	468204	Michele Hofmann	16/07/1997	3,30	0,30	0,30	0,45	4,35	7º
188	462284	Diana Teresinha Guinami	22/11/1993	3,30	0,60	0,00	0,00	3,90	8º
189	462877	Ivanir Do Nascimento	10/11/1979	3,30	0,30	0,30	0,00	3,90	9º

Segundo Professor de Turma - Habilitado | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
198	467030	Ethel Bamberg Oliveira	28/01/1968	4,95	0,30	0,60	1,00	6,85	1º
199	465576	Rosemeri Matte	25/05/1983	4,40	0,00	0,60	1,00	6,00	2º
197	461568	Cristiane Welchen	15/03/1982	3,85	0,60	0,30	1,00	5,75	3º

Art. 2º. São considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 3,00 (três) pontos, no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de português, matemática e conhecimentos específicos), conforme disposto em edital.

Art. 3º. A prova de títulos será somada à média obtida pelos candidatos aprovados na prova objetiva, somente para efeitos de classificação.

Art. 4º. Os candidatos terão os dias 30.11 e 01.12.2016 para interposição de recurso contra o Resultado Preliminar (Antes dos Recursos), pelo site da Ameosc: <http://www.ameosc.org.br/>

Art. 5º. Os desempates estão de acordo com o item "7", do Edital de Processo Seletivo nº 011/2016.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis – SC, 29 de Novembro de 2016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 1.845/2016

DECRETO Nº 1.845/16 de 29 de Novembro de 2016.

Decreta Luto oficial de 03 dias no município de Tunápolis e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 63, da Lei Orgânica Municipal e especialmente pela Lei 1.140/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado LUTO OFICIAL por 03 (três) dias no Município de Tunápolis, sem prejuízo de suas normais atividades, em vista do trágico acidente aéreo ocorrido no dia 29 de novembro de 2016 quando a delegação da Associação Chapecoense de Futebol deslocava-se para a cidade de Medellín, na Colômbia com vista à disputa do título da Copa Sul-Americana.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
em 29 de Novembro de 2016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado

E registrado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff

Técnico em Controladoria Interna.

União do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 37/2016

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	37/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
Contratada.:	BRITTER RODOVIAS LTDA
Objeto :	EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO, EM PARTES DA RUA RUI BARBOSA - TRECHO ENTRE AS AVENIDAS SANTA CATARINA E TIRADENTES COM AREA DE 1.712,00M² E RUA SÃO JOÃO ENTRE AS AVENIDAS SÃO LUIZ E SANTO ANTONIO, COM AREA DE 1.664,00M², COM ÁREA TOTAL DE 3.376,00M². CONFORME PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA Nº 2016006079 - SIGEF/SC.
Valor :	R\$ 119.451,53(Cento e dezenove mil quatrocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e três centavos).
Vigência :	Início: 28/11/2016 Término: 28/05/2017.
UNIÃO DO OESTE, 29 de Novembro de 2016.	
EVERALDO LUIS CASONATTO	
PREFEITO MUNICIPAL	

Urussanga

PREFEITURA

ERRATA EXTRATO DE CONTRATO N. 205/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO – CPLJ

Errata do Extrato de Contrato nº 205/2016

Onde se lê: Data de assinatura: 31/10/2016

Leia-se: Data de assinatura: 23/11/2016

Publicado no DOM SC Nº 2129 de 24/11/2016, Pág. 590.

Vidal Ramos

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA Nº. 71/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA VIDAL RAMOS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA PROCESSO Nº. 71/2016

Faz saber aos interessados que se encontra aberto o Edital de Licitação 71/2016, na modalidade CONCORRÊNCIA, tendo por objeto a alienação de:

Lote 01 - UM TERRENO matricula de nº. 16.723, situado no lugar Perau Santa Luiza, município de Vidal Ramos, com área de seiscentos metros quadrados (600 M²), edificado com um PRÉDIO ESCOLAR, com as seguintes medidas e confrontações: NORTE – com terras de MARIA CONCEIÇÃO DA ROSA, onde mede 30,00 metros; SUL - com terras de MARIA CONCEIÇÃO DA ROSA, onde mede 30,00 metros; LESTE - com terras de MARIA CONCEIÇÃO DA ROSA, onde mede 20,00 metros; OESTE com terras de MARIA CONCEIÇÃO DA ROSA, onde mede 20,00 metros, total de construção prédio 140,00 m².

TIPO DE LICITAÇÃO: Maior oferta

ABERTURA: 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

ENCERRAMENTO: 30 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 10h.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: APÓS O ENCERRAMENTO DA ENTREGA DOS ENVELOPES ÀS 10h.

A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura, em horário de expediente pelo fone (47) 33562300. Vidal Ramos, 29 de novembro de 2016. Laercio da Cruz – Prefeito Municipal.

Videira

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 185/2016

Contrato nº: 185/2016

Data de Assinatura: 21.11.2016

Contratada...: SERMEDICALL ARP EQUIP. HOSPITALARES LTDA.

Valor : R\$ 13.900,24

Licitação : Pregão Presencial nº 116/2016-PMV

Vigência : Início: 21.11.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS DE VI-DEIRA.

ATA Nº 227/16

ATA 227/2016-CMDCA – Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, às 8h, nas dependências do Conselho Tutelar, situado à Rua José Formighieri, 126, Bairro Alvorada, no Município de Videira/SC, reuniram-se extraordinariamente, para reunião com o Conselho Tutelar, os Conselheiros Gabriela Strauss Mozz Zago, Luciane Maria dos Santos Gemo e Fabiana Woitko Arnt, enquanto representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Videira/SC, os Conselheiros Tutelares Luiz Carlos Spanholi, Miriane Batista, Silvana Toccolini, Juliana Rostirola e Marilene Vanz Dos Santos, conforme a convocação realizada pelo Ofício 252/2016-CMDCA, os Srs. Alceu Grassi e Juliana Bitello de Souza Cantelli, enquanto funcionários do CT, e os Srs. Justina Inês Fruet de Lima e Ademar Gaedke, representantes do Departamento de Ação Social, com a seguinte pauta: 1. Conselho Tutelar: 1.1. Entrega do relatório de atendimentos do CT; 1.2. Relatório do SIPIA; 1.3. Relatório do APÓIA; 1.4. Participação; 1.5. Horário de funcionamento do CT. 2. Assuntos Gerais. Registre-se que a Conselheira Paula Denise de Almeida, do CMDCA, não pode se fazer presentes nesta reunião, conforme registrado na Ata 224/2016-CMDCA, por motivos de ordem profissional. Iniciada a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. Em seguida, repassada a palavra à Presidente do CMDCA, Sra. Gabriela Strauss Mozz Zago, tratando-se da entrega do relatório de atendimentos do CT, explicou-se a importância deste relatório para acompanhamento pelo CMDCA. O Conselho Tutelar informou que está elaborando a quantificação e tipificação dos atendimentos realizados desde o mês de fevereiro deste ano. Informou, também, que a capacitação do sistema SIPIA ocorreu somente no mês de setembro, o que dificultou a elaboração do relatório, e que a presidência do CMDCA pode solicitar senha para acompanhamento. O CT registrou que encaminhará ao CMDCA o relatório em formato de planilha. Quanto ao Relatório do SIPIA, além disso, solicitou-se ao CT qual é a frequência de alimentação do sistema. O CT informou que o atendimento é registrado manualmente e que as informações são registradas no sistema conforme a disponibilidade de tempo, em razão das dificuldades, demora do sistema e do volume de atendimento que o CT tem. A informação repassada é que o SIPIA está passando por reformulação. Sugeriu-se, nesse sentido, que a funcionária da recepção do CT pode auxiliar no preenchimento do SIPIA. O CT informou, então, que seria inviável, pois a senha é do Conselheiro Tutelar e é de sua responsabilidade a alimentação do sistema. O CT ressaltou que são necessárias novas capacitações para utilização do sistema. O Departamento de Ação Social informou que realizou capacitações nesse ano e que todos os Conselheiros Tutelares deveriam ter participado para conhecimento. O CT informou que a solicitação é de capacitação específica. Acerca do APÓIA, o CT informou que, quando do início dessa gestão, havia mais 600 pendências no sistema, e que foi solicitado ao CMDCA apoio para resolução. Algumas dessas

pendências já foram baixadas. Levantou-se, também, que o APÓIA é de extrema importância para o IDEB. O CT disse, de igual forma, que participou de capacitação, via web conferência, do APÓIA e que está procedendo com a resolução dessas pendências. O que dificulta a resolução é a falta de atualização da situação do aluno na escola e de informações no sistema. O CT informou que há 109 APÓIAS em aberto, em 03/11/2016. O CMDCA orientou que o CT faça convocação de todos os responsáveis por alimentar o sistema APÓIA para reunião, a fim de regularizar essa demanda. Acerca da participação dos Conselheiros Tutelares, tratou-se das reuniões de elaboração do Plano Decenal, das quais os conselheiros tutelares que compõem a comissão devem participar e auxiliar. O CT solicitou a substituição da Conselheira Juliana Weber, em razão do seu afastamento por motivo de doença. Acerca do horário de funcionamento do CT, levantou-se que é de extrema importância o cumprimento do horário de expediente por todos Conselheiros Tutelares. Nesse sentido, ademais, o CT está vinculado ao Departamento de Ação Social em relação às obrigações funcionais e administrativas (art. 51, Lei 3.215/2015) e o não cumprimento do horário (Decreto n. 12.704/16) pode gerar responsabilização. Ao final, orientou-se o CT sobre a sua autonomia em suas decisões e para se buscar orientação e auxílio para resolução de demandas. O Conselho Tutelar, ao final, solicitou informações acerca da possibilidade de utilização do veículo do CT pelo Conselheiro de plantão para ir à faculdade, em razão de plantão e dos atendimentos, da possibilidade de alteração do horário de funcionamento da sede e acerca da posse da Conselheira Tutelar Marilene Vanz dos Santos e da perda de suplência, no caso de retorno de Conselheiro Titular. O CMDCA informou que levantará essas questões na sua próxima reunião e que o CT deverá encaminhar fundamentação, com comprovação de dados, para pedido de alteração de horário ao CMDCA. Por fim, o Conselho Tutelar informou que manterá a porta da sede fechada durante o horário de expediente, informando que isso não impede a busca de atendimento pelos interessados, em razão do barulho, do mau cheiro (nas proximidades há empresa de recolhimento de resíduos) e a fim de preservar a identidade das crianças e adolescentes. Registre-se que a Conselheira Luciane Maria dos Santos Gemo, do CMDCA, retirou-se da reunião às 8h57min. Encerradas as discussões, às 10h33min, nada mais havendo a tratar, a Presidente do CMDCA agradeceu a presença de todos. Eu, Sabrina Surdi _____, Secretária Executiva dos Conselhos Municipais, digitei, procedi à leitura e assino esta Ata. Eu, Gabriela Strauss Mozz Zago _____, Presidente do CMDCA, após a leitura e a aprovação da redação, assim como os demais presentes em lista própria, assino esta Ata.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 208/2016

Ata de Registro de Preços nº: 208/2016

Data de Assinatura: 23.11.2016

Contratada...: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

Valor : R\$ 5.834,50

Licitação : Pregão Presencial nº 122/2016-PMV

Vigência : Início: 23.11.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 209/2016

Ata de Registro de Preços nº: 209/2016

Data de Assinatura: 23.11.2016

Contratada...: GIGA1.COM EIRELI-ME.

Valor : R\$ 107,00

Licitação : Pregão Presencial nº 122/2016-PMV

Vigência : Início: 23.11.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 210/2016

Ata de Registro de Preços nº: 210/2016

Data de Assinatura: 28.11.2016

Contratada...: GRAFISIL GRÁFICA LTDA.

Valor : R\$ 14.400,00

Licitação : Pregão Presencial nº 124/2016-PMV

Vigência : Início: 28.11.2016 Término: 28.02.2017

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM ENTREGAS PARCELADAS DE CARTÕES DE ESTACIONAMENTO PARA MANTER A OPERAÇÃO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO NO MUNICÍPIO, CONCEDIDO À EMPRESA DAC, PELA ORTRAVI.

EXTRATO CONTRATO Nº 183/2016

Contrato nº: 183/2016

Data de Assinatura: 17.11.2016

Contratada...: XTREME MECÂNICA AUTOMOTIVA EIRELI - ME.

Valor : R\$ 8.100,00

Licitação : Pregão Presencial nº 119/2016-PMV

Vigência : Início: 17.11.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONCERTO DE VIATURA DE ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS, PREFIXO ASU-279, DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE VIDEIRA.

EXTRATO CONTRATO Nº 184/2016

Contrato nº: 184/2016

Data de Assinatura: 18.11.2016

Contratada...: CERAÇA – COOPER. DE INFRA-ESTRUTURA E DESENV. VALE DO ARAÇA

Valor : R\$ 129.000,00

Licitação : Pregão Presencial nº 32/2016-FMS

Vigência : Início: 18.11.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GRUPO MOTOGERADOR A DIESEL COM POTÊNCIA DE 220KVA E INSTALAÇÃO COMPLETA NA UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA/SC.

EXTRATO CONTRATO Nº 186/2016

Contrato nº: 186/2016

Data de Assinatura: 21.11.2016

Contratada...: S.O.S SUL RESGATE – COM. E SERV. DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA.

Valor : R\$ 6.862,50

Licitação : Pregão Presencial nº 116/2016-PMV

Vigência : Início: 21.11.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS DE VIDEIRA.

EXTRATO CONTRATO Nº 187/2016

Contrato nº: 187/2016

Data de Assinatura: 21.11.2016

Contratada...: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA.

Valor : R\$ 2.574,00

Licitação : Pregão Presencial nº 120/2016-PMV

Vigência : Início: 21.11.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E DEMAIS UTENSÍLIOS PARA USO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DOLORES DAMO DE OLIVEIRA, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO CONTRATO Nº 188/2016

Contrato nº: 188/2016

Data de Assinatura: 21.11.2016

Contratada...: VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA.

Valor : R\$ 6.443,00

Licitação : Pregão Presencial nº 120/2016-PMV

Vigência : Início: 21.11.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E DEMAIS UTENSÍLIOS PARA USO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DOLORES DAMO DE OLIVEIRA, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO CONTRATO Nº 189/2016

Contrato nº: 189/2016

Data de Assinatura: 21.11.2016

Contratada...: CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA.

Valor : R\$ 2.924,00

Licitação : Pregão Eletrônico nº 02/2016-PMV

Vigência : Início: 21.11.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : AQUISIÇÃO DE UM COFRE ARMÁRIO COM FECHADURA DIGITAL, MAIS CHAVE TETRA, CONSTRUÍDO EM CHAPA DE AÇO, PARA USO DA POLÍCIA CIVIL.

EXTRATO CONTRATO Nº 190/2016

Contrato nº: 190/2016

Data de Assinatura: 23.11.2016

Contratada...: CONSÓRCIO TERMUNICIPAL CATARINENSE – CIM-CATARINA.

Valor : R\$ 17.500,00

Licitação : Dispensa de Licitação nº 09/2016-PMV

Vigência : Início: 23.11.2016 Término: 23.01/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO URBANO PARA O DETALHAMENTO DA METODOLOGIA CONTENDO O PLANEJAMENTO DE TODAS AS ETAPAS DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL APROVADO PELA LEI Nº 43/2006, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2006, DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO.

EXTRATO CONTRATO Nº 191/2016

Contrato nº: 191/2016

Data de Assinatura: 24.11.2016

Contratada...: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

Valor : R\$ 442.937,59

Licitação : Tomada de Preços nº 19/2016-PMV

Vigência : Início: 24.11.2016 Término: 24.11.2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A ETAPA 01 (AMPLIAÇÃO FUNDOS DA EDIFICAÇÃO) DO PROJETO DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E READEQUAÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS VITÓRIA - CEVI, ÁREA DE AMPLIAÇÃO: 222,31M², DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO.

EXTRATO CONTRATO Nº 192/2016

Contrato nº: 192/2016

Data de Assinatura: 24.11.2016

Contratada...: XTREME MECÂNICA AUTOMOTIVA LTDA.

Valor : R\$ 3.880,00

Licitação : Pregão Presencial nº 123/2016-PMV

Vigência : Início: 24.11.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DAS VIATURAS VOYAGE PLACAS MHC 8539 E MLK 6976, DE USO DA POLICIA CIVIL DE VIDEIRA.

ATENDIMENTOS, PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADO: HORA H HOSPITALAR LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.962,00 (sete mil novecentos e sessenta e dois reais)

=====

EXTRATO CONTRATO Nº 193/2016

Contrato nº: 193/2016

Data de Assinatura: 28.11.2016

Contratada...: A.J.F. DENTISTAS ASSOCIADOS S/S.

Valor : R\$ 90.560,00

Licitação : Pregão Presencial nº 35/2016-FMS

Vigência : Início: 01.12.2016 Término: 01.04.2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS ESPECIALIZADOS PARA ATENDIMENTO NO CEO - CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016

PROCESSO Nº 45/2016

HOMOLOGAÇÃO: 03/11/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A MANUTENÇÃO CORRETIVA, COM MATERIAL E MÃO DE OBRA, NO VEÍCULO FIAT/DUCATO ADAPTA AMB 10P/124CV 2010/2011, DIESEL, PLACA MHG6256, PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADO: MECÂNICA ZAGO SB LTDA-ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.058,00 (dezesesseis mil e cinquenta e oito reais)

=====

EXTRATO CONTRATO Nº 194/2016

Contrato nº: 194/2016

Data de Assinatura: 29.11.2016

Contratada...: A.G.F. ANTIGRANIZO FRAIBURGO LTDA - ME.

Valor : R\$ 40.193,94

Licitação : Inexigibilidade de Licitação nº 05/2016-PMV

Vigência : Início: 29.11.2016 Término: 28.02.2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE 05 GERADORES DE SOLO PARA COMBATE AO GRANIZO, CONFORME CONVÊNIO TR 2456 FIRMADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE VIDEIRA E O MUNICÍPIO PROCESSO SDR 092688/2015, PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016

PROCESSO Nº 46/2016

HOMOLOGAÇÃO: 28/11/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS ESPECIALIZADOS PARA ATENDIMENTO NO CEO (CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA), DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADO: AJF DENTISTAS ASSOCIADOS SS

VALOR DA DESPESA: R\$ 90.560,00 (noventa mil quinhentos e sessenta reais)

Videira, 30/11/2016

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÕES FMS - MÊS 11.2016

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, no mês 11/2016, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016

PROCESSO Nº 43/2016

HOMOLOGAÇÃO: 18/11/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GRUPO MOTOGERADOR A DIESEL COM POTÊNCIA DE 220KVA E INSTALAÇÃO COMPLETA NA UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA/SC.

CONTRATADO: CERAÇÁ - COOPERATIVA DE INFRA-ESTRUTURA E DESENV.

VALOR DA DESPESA: R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2016

PROCESSO Nº 44/2016

HOMOLOGAÇÃO: 03/11/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DEA (DEFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO) PARA SEREM UTILIZADOS PELA EQUIPE DO SAMU NOS

HOMOLOGAÇÕES PREFEITURA - MÊS 11/2016

O Município de Videira no mês 11/2016, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2016

PROCESSO Nº 153/2016

HOMOLOGAÇÃO: 03/11/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INDICADOR VISUAL DAS CONDIÇÕES DO VENTO DA SUPERFÍCIE (BIRUTA ARTICULADA) PARA SER INSTALADO NO AEROPORTO MUNICIPAL ÂNGELO PONZONI.

CONTRATADO: ALMEIDA E ROMANINI ENGENHARIA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.465,00 (dezessete mil quatrocentos e sessenta e cinco reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2016

PROCESSO Nº 155/2016

HOMOLOGAÇÃO: 21/11/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS DE VIDEIRA.

CONTRATADO: SOS SUL RESGATE COM. E SERV SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.862,50 (seis mil oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: SERMEDICALL ARPEQUIPAMENTOS HOSPITALARES

LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.900,24 (treze mil novecentos reais e vinte e quatro centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2016

PROCESSO Nº 156/2016

HOMOLOGAÇÃO: 07/11/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS, PARA O ATENDIMENTO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS E DAS UNIDADES ESCOLARES, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.760,00 (oito mil setecentos e sessenta reais)

CONTRATADO: SARA COMÉRCIO EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.481,10 (cinco mil quatrocentos e oitenta e um reais e dez centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2016

PROCESSO Nº 157/2016

HOMOLOGAÇÃO: 04/11/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO, VÍDEO E FOTO, CONJUNTO DE PAI-NÉIS DE SENHAS E DIVERSOS PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, POLICIA CIVIL, POLICIA MILITAR, POLICIA MILITAR AMBIENTAL E CORPO DE BOMBEIROS DE VIDEIRA) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

CONTRATADO: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.197,00 (oito mil cento e noventa e sete reais)

CONTRATADO: GIGA1.COM EIRELI ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 74.590,00 (setenta e quatro mil quinhentos e noventa reais)

CONTRATADO: FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 132.710,00 (cento e trinta e dois mil setecentos e dez reais)

CONTRATADO: L.A. CN INFORMÁTICA LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 21.338,06 (vinte e um mil trezentos e trinta e oito reais e seis centavos)

CONTRATADO: CONCORDIA SISTEMAS LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 116.723,00 (cento e dezesseis mil setecentos e vinte e três reais)

CONTRATADO: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.430,00 (cinco mil quatrocentos e trinta reais)

CONTRATADO: MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 65.871,00 (sessenta e cinco mil oitocentos e setenta e um reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2016

PROCESSO Nº 159/2016

HOMOLOGAÇÃO: 17/11/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DE VIATURA DE ATENDIMENTO

A EMERGÊNCIAS, PREFIXO ASU-279, DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE VIDEIRA.

CONTRATADO: XTREME MECANICA AUTOMOTIVA EIRELI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2016

PROCESSO Nº 160/2016

HOMOLOGAÇÃO: 21/11/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E DEMAIS UTENSÍLIOS PARA USO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DOLORES DAMO DE OLIVEIRA, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.574,00 (dois mil quinhentos e setenta e quatro reais)

CONTRATADO: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.443,00 (seis mil quatrocentos e quarenta e três reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2016

PROCESSO Nº 162/2016

HOMOLOGAÇÃO: 23/11/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

CONTRATADO: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.834,50 (cinco mil oitocentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: GIGA1.COM EIRELI ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 107,00 (cento e sete reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/2016

PROCESSO Nº 163/2016

HOMOLOGAÇÃO: 24/11/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DAS VIATURAS VOYAGE PLACAS MHC 8539 E MLK 6976, DE USO DA POLICIA CIVIL DE VIDEIRA

CONTRATADO: XTREME MECANICA AUTOMOTIVA EIRELI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.880,00 (três mil oitocentos e oitenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2016

PROCESSO Nº 164/2016

HOMOLOGAÇÃO: 28/11/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM ENTREGAS PARCELADAS DE CARTÕES DE ESTACIONAMENTO PARA MANTER A OPERAÇÃO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO NO MUNICÍPIO, CONCEDIDO À EMPRESA DAC, PELA OR-TRAVI.

CONTRATADO: GRAFISIL GRAFICA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.400,00 (quatorze mil quatrocentos reais)

=====

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2016
PROCESSO Nº 158/2016
HOMOLOGAÇÃO: 21/11/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM COFRE ARMÁRIO COM FECHADURA DIGITAL, MAIS CHAVE TETRA, CONSTRUÍDO EM CHAPA DE AÇO, PARA USO DA POLÍCIA CIVIL.
CONTRATADO: CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.924,00 (dois mil novecentos e vinte e quatro reais)

=====

TOMADA DE PREÇO Nº 19/2016
PROCESSO Nº 143/2016
HOMOLOGAÇÃO: 24/11/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A ETAPA 01 (AMPLIAÇÃO FUNDOS DA EDIFICAÇÃO) DO PROJETO DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E READEQUAÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS VITÓRIA - CEVI, ÁREA DE AMPLIAÇÃO: 222,31M², DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO.
CONTRATADO: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 442.937,59 (quatrocentos e quarenta e dois mil novecentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos)

=====

TOMADA DE PREÇO Nº 20/2016
PROCESSO Nº 144/2016
HOMOLOGAÇÃO: 08/11/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR LIMPEZA, PINTURA E REPAROS NO GINÁSIO MEDALHÃO (ITEM 01), ESTÁDIO LUIZ LEONI (ITEM 02) E C.E.M.E.I. AMÉLIA PERETTI (ITEM 03), INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO.
CONTRATADO: MENDES E SUCKOW ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EP
VALOR DA DESPESA: R\$ 57.237,64 (cinquenta e sete mil duzentos e trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos)
CONTRATADO: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 25.801,13 (vinte e cinco mil oitocentos e um reais e treze centavos)

Videira, 29/11/2016
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 05/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2016 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2016
PROCESSO Nº 171/2016
HOMOLOGAÇÃO: 29/11/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE 05 GERADORES DE SOLO

PARA COMBATE AO GRANIZO, CONFORME CONVÊNIO TR 2456 FIRMADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE VIDEIRA E O MUNICÍPIO PROCESSO SDR 092688/2015, PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.
CONTRATADO: AGF-ANTIGRANIZO FRAIBURGO LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 40.193,94 (quarenta mil cento e noventa e três reais e noventa e quatro centavos).
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I, e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.
Videira - SC, 29 de novembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO 1 - RREO - 5 BIM 2016

Município de Videira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	138.789.153,00	138.789.153,00	25.201.015,38	18,16	138.481.434,20	99,78	307.718,80
RECEITAS CORRENTES	126.218.153,00	126.218.153,00	24.987.875,65	19,80	133.730.589,83	105,95	-7.512.436,83
RECEITA TRIBUTÁRIA	20.325.000,00	20.325.000,00	3.426.196,54	16,86	22.504.468,82	110,72	-2.179.468,82
IMPOSTOS	17.430.000,00	17.430.000,00	3.037.449,26	17,43	18.419.692,95	105,68	-989.692,95
TAXAS	2.815.000,00	2.815.000,00	370.911,22	13,18	3.953.281,43	140,44	-1.138.281,43
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	80.000,00	80.000,00	17.836,06	22,30	131.494,44	164,37	-51.494,44
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	5.880.000,00	5.880.000,00	1.499.635,99	25,50	6.747.720,25	114,76	-867.720,25
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.380.000,00	4.380.000,00	965.380,56	22,04	4.136.166,33	94,43	243.833,67
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.500.000,00	1.500.000,00	534.255,43	35,62	2.611.553,92	174,10	-1.111.553,92
RECEITA PATRIMONIAL	14.102.164,00	14.102.164,00	4.609.794,72	32,69	28.330.206,60	200,89	-14.228.042,60
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	107.190,00	107.190,00	14.841,82	13,85	60.639,18	56,57	46.550,82
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	13.951.474,00	13.951.474,00	4.564.280,90	32,72	28.131.173,85	201,64	-14.179.699,85
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	35.000,00	35.000,00	28.798,00	82,28	131.343,57	375,27	-96.343,57
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	8.500,00	8.500,00	1.874,00	22,05	7.050,00	82,94	1.450,00
RECEITA DE SERVIÇOS	241.929,00	241.929,00	64.699,87	26,74	160.860,69	66,49	81.068,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	82.842.330,00	82.842.330,00	14.754.885,33	17,81	72.694.436,90	87,75	10.147.893,10
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	82.676.830,00	82.676.830,00	14.679.996,85	17,76	72.455.771,98	87,64	10.221.058,02
TRANSF. DE PESSOAS	29.700,00	29.700,00	43.106,34	145,14	43.106,34	145,14	-13.406,34
TRANSF. DE CONV.	135.800,00	135.800,00	31.782,14	23,40	195.558,58	144,00	-59.758,58
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.826.730,00	2.826.730,00	632.663,20	22,38	3.292.896,57	116,49	-466.166,57
MULTAS E JUROS DE MORA	1.114.000,00	1.114.000,00	326.649,30	29,32	1.496.647,34	134,35	-382.647,34
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	735.000,00	735.000,00	164.992,53	22,45	656.617,82	89,34	78.382,18
RECEITA DA DIVIDAATIVA	785.000,00	785.000,00	127.766,41	16,28	843.973,15	107,51	-58.973,15
RECEITAS DIVERSAS	192.730,00	192.730,00	13.254,96	6,88	295.658,26	153,41	-102.928,26
RECEITAS DE CAPITAL	12.571.000,00	12.571.000,00	213.139,73	1,70	4.750.844,37	37,79	7.820.155,63
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00	79.283,00	255,75	-48.283,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	79.283,00	304,93	-53.283,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	200.000,00	200.000,00	10.479,08	5,24	53.202,27	26,60	146.797,73
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.540.000,00	11.540.000,00	202.660,65	1,76	4.003.633,10	34,69	7.536.366,90
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	540.000,00	540.000,00	202.660,65	37,53	1.049.725,00	194,39	-509.725,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	11.000.000,00	11.000.000,00	0,00	0,00	2.953.908,10	26,85	8.046.091,90
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	614.726,00	0,00	-614.726,00
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	614.726,00	0,00	-614.726,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	138.789.153,00	138.789.153,00	25.201.015,38	18,16	138.481.434,20	307.718,80
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	12.777.000,00	12.777.000,00	2.320.634,19	18,16	10.246.830,62	2.530.169,38
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	151.566.153,00	151.566.153,00	27.521.649,57	18,16	148.728.264,82	2.837.888,18
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	151.566.153,00	151.566.153,00	27.521.649,57	18,16	148.728.264,82	2.837.888,18
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	151.566.153,00	151.566.153,00	27.521.649,57	18,16	148.728.264,82	2.837.888,18
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	23.193.918,06	—	—	13.320.454,65	—
Superávit Financeiro	—	23.193.918,06	—	—	13.320.454,65	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	145.874.750,00	181.579.445,10	20.317.323,91	119.476.070,96	62.103.374,14	22.785.260,59	101.912.073,53	79.667.371,57	100.629.951,82
DESPESAS CORRENTES	105.024.613,00	126.747.480,18	14.804.671,26	100.309.418,31	26.438.061,87	19.695.916,24	92.353.704,72	34.393.775,46	91.642.181,56
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	51.309.330,00	70.207.724,34	10.689.325,04	56.462.717,37	13.745.006,97	12.083.838,05	56.447.829,38	13.759.894,96	55.972.305,45
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.900.000,00	388.000,00	34.954,32	61.655,73	326.344,27	34.954,32	61.655,73	326.344,27	61.655,73
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	48.815.283,00	56.151.755,84	4.080.391,90	43.785.045,21	12.366.710,63	7.577.123,87	35.844.219,61	20.307.536,23	35.608.220,38
DESPESAS DE CAPITAL	24.087.137,00	38.068.964,92	5.512.652,65	19.166.652,65	18.902.312,27	3.089.344,35	9.558.368,81	28.510.596,11	8.987.770,26
INVESTIMENTOS	21.686.637,00	36.411.464,92	5.435.525,94	17.792.356,92	18.619.108,00	3.012.217,64	8.184.073,08	28.227.391,84	7.613.474,53

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)			(h)		(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	145.874.750,00	181.579.445,10	20.317.323,91	119.476.070,96	62.103.374,14	22.785.260,59	101.912.073,53	79.667.371,57	100.629.951,82
INVERSOES FINANCEIRAS	500,00	950.500,00	0,00	950.000,00	500,00	0,00	950.000,00	500,00	950.000,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.400.000,00	707.000,00	77.126,71	424.295,73	282.704,27	77.126,71	424.295,73	282.704,27	424.295,73
RESERVA DE CONTINGENCIA	16.763.000,00	16.763.000,00	0,00	0,00	16.763.000,00	0,00	0,00	16.763.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	16.763.000,00	16.763.000,00	0,00	0,00	16.763.000,00	0,00	0,00	16.763.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.691.403,00	14.937.303,00	2.900.850,40	11.991.893,69	2.945.409,31	3.081.206,73	11.991.893,69	2.945.409,31	10.249.121,70
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	151.566.153,00	196.516.748,10	23.218.174,31	131.467.964,65	65.048.783,45	25.866.467,32	113.903.967,22	82.612.780,88	110.879.073,52
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	151.566.153,00	196.516.748,10	23.218.174,31	131.467.964,65	65.048.783,45	25.866.467,32	113.903.967,22	82.612.780,88	110.879.073,52
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	34.824.297,60	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	151.566.153,00	196.516.748,10	23.218.174,31	131.467.964,65	—	25.866.467,32	148.728.264,82	—	110.879.073,52
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)									
			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a - c)
Receitas (Intra-Orçamentárias)			12.777.000,00	12.777.000,00	2.320.634,19	18,16	10.246.830,82	80,20	2.530.169,38
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			12.777.000,00	12.777.000,00	2.320.634,19	18,16	10.246.830,82	80,20	2.530.169,38
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	12.777.000,00	12.777.000,00	12.777.000,00	12.777.000,00	2.320.634,19	18,16	10.246.830,82	80,20	2.530.169,38
Contribuição assistência médica	550.000,00	550.000,00	550.000,00	550.000,00	73.316,16	13,33	331.819,98	60,33	218.180,02
CONTRIBUICOES SOCIAIS - INTRA ORCAMENTARIA	12.227.000,00	12.227.000,00	12.227.000,00	12.227.000,00	2.247.318,03	18,38	9.915.010,64	81,09	2.311.989,36

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
Receitas (Intra-Orçamentárias)	12.777.000,00	12.777.000,00	2.320.634,19	18,16	10.246.830,62	80,20
						2.530.169,38

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	5.691.403,00	14.937.303,00	2.900.850,40	11.991.893,69	2.945.409,31	3.081.206,73	11.991.893,69	2.945.409,31	10.249.121,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.691.403,00	8.069.303,00	1.295.064,43	6.749.788,16	1.319.514,84	1.475.420,76	6.749.788,16	1.319.514,84	5.543.115,67
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	6.868.000,00	1.605.785,97	5.242.105,53	1.625.894,47	1.605.785,97	5.242.105,53	1.625.894,47	4.706.006,03

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 27.282.018,01

VIDEIRA, 18/11/2016

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO 12 - RREO - 5 BIM 2016

Município de Videira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				R\$ 1,00		
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	18.315.000,00	18.315.000,00	19.365.855,81	105,74		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	4.600.000,00	4.600.000,00	6.108.060,46	132,78		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.200.000,00	2.200.000,00	1.420.104,56	64,55		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	8.300.000,00	8.300.000,00	8.771.598,52	105,68		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.330.000,00	2.330.000,00	2.119.929,41	90,98		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	80.000,00	80.000,00	134.482,95	168,10		
Dívida Ativa dos Impostos	525.000,00	525.000,00	508.724,64	96,90		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	280.000,00	280.000,00	302.955,27	108,20		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	64.295.000,00	64.295.000,00	54.319.055,97	84,48		
Cota-Parte FPM	20.000.000,00	20.000.000,00	16.228.517,15	81,14		
Cota-Parte ITR	35.000,00	35.000,00	24.448,60	69,85		
Cota-Parte IPVA	6.500.000,00	6.500.000,00	6.069.107,12	93,37		
Cota-Parte ICMS	37.000.000,00	37.000.000,00	31.423.791,17	84,93		
Cota-Parte IPI-Exportação	580.000,00	580.000,00	445.562,13	76,82		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	180.000,00	180.000,00	127.629,80	70,91		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	180.000,00	180.000,00	127.629,80	70,91		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	82.610.000,00	82.610.000,00	73.684.911,78	89,20		
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	5.195.237,00	5.195.237,00	7.501.679,80	144,40		
Provenientes da União	4.567.128,00	4.567.128,00	7.163.455,81	156,85		
Provenientes dos Estados	628.109,00	628.109,00	338.223,99	53,85		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	486.000,00	486.000,00	576.176,44	123,64		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.661.237,00	5.661.237,00	8.077.856,24	142,69		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	18.524.787,00	25.507.285,68	22.406.019,11	87,84	19.171.846,72	75,16
Pessoal e Encargos Sociais	8.863.824,00	11.132.182,24	9.746.408,20	87,55	9.743.908,20	87,53
Outras Despesas Correntes	9.660.963,00	14.375.103,44	12.659.610,91	88,07	9.427.938,52	65,59
DESPESAS DE CAPITAL	659.650,00	2.270.276,32	1.604.632,65	70,68	712.945,44	31,40
Investimentos	659.650,00	2.270.276,32	1.604.632,65	70,68	712.945,44	31,40

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	659.650,00	2.270.276,32	1.604.632,65	70,68	712.945,44	31,40
Investimentos	659.650,00	2.270.276,32	1.604.632,65	70,68	712.945,44	31,40
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	19.184.437,00	27.777.562,00	24.010.851,76	86,44	19.884.792,16	71,59
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/V)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/V)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	5.595.237,00	11.503.096,23	9.637.093,51	40,14	7.151.166,76	35,96
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.545.237,00	11.256.496,40	9.465.733,40	39,42	7.017.689,84	35,29
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	50.000,00	246.599,83	171.360,11	0,71	133.466,92	0,67
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	5.595.237,00	11.503.096,23	9.637.093,51	40,14	7.151.166,76	35,96
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	13.589.200,00	16.274.465,77	14.373.558,25	59,86	12.733.625,40	64,04
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V(i) - (15 x IIIb)/100] 6						
1.680.888,63						

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015		449.801,23	23.725,33	387.135,66	62.665,57	0,00
TOTAL		449.801,23	23.725,33	387.135,66	62.665,57	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015		0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
		-	-			-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	10.301.013,00	13.182.395,34	11.313.023,83	47,12	9.612.142,95	48,34
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.976.944,00	13.267.803,97	11.720.176,59	48,81	9.382.723,76	47,19
Vigilância Sanitária	385.204,00	505.086,69	460.930,32	1,92	418.467,63	2,10
Vigilância Epidemiológica	521.276,00	822.276,00	516.521,02	2,15	471.457,82	2,37
TOTAL	19.184.437,00	27.777.562,00	24.010.651,76	100,00	19.884.792,16	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] - (15 \times \text{Ilb}/100)$

VIDEIRA, 18/11/2016

CRISTINA KLOCK	ALEXANDRE CANASINI	SANDRA BALDO
Contadora CRC/SC 020534/O-0	Secretário de Finanças	Coordenadora Controle Inter

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO 13 - RREO - 5 BIM 2016

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)		

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

VIDEIRA, 18/11/2016

CRISTINA KLOCK Contadora CRC/SC 020534/O-0	ALEXANDRE GANASINI Secretário de Finanças	SANDRA BALDO Coordenadora Controle Interno
WILMAR CARELLI Prefeito Municipal		

ANEXO 14 - RREO - 5 BIM 2016

Município de VIDEIRA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		151.566.153,00		
Previsão Atualizada		151.566.153,00		
Receitas Realizadas		148.728.264,82		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		13.320.454,65		
DESPESAS				
Dotação Inicial		151.566.153,00		
Créditos Adicionais		44.950.595,10		
Dotação Atualizada		196.516.748,10		
Despesas Empenhadas		131.467.964,65		
Despesas Liquidadas		113.903.967,22		
Despesas pagas		110.879.073,52		
Superavit Orçamentário		34.824.297,60		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		131.467.964,65		
Despesas Liquidadas		113.903.967,22		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		148.602.515,46		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		36.665.075,86		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		9.383.057,85		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		27.282.018,01		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		3.658.000,00	-75.076.813,84	-2.052,40
Resultado Primário		-7.682.474,00	7.046.589,94	-91,72
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	8.579.849,04	560.116,84	5.618.068,78	2.401.663,42
EXECUTIVO	7.871.598,58	539.716,04	5.500.114,44	1.831.768,10
LEGISLATIVO	15.234,23	468,59	11.927,76	2.837,88
EXECUTIVO	693.016,23	19.932,21	106.026,58	567.057,44
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	46.899,91	0,00	46.899,91	0,00
EXECUTIVO	46.899,91	0,00	46.899,91	0,00
TOTAL:	8.626.748,95	560.116,84	5.664.968,69	2.401.663,42
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		22.760.531,02	25%	30,61
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		15.816.003,42	60%	89,47
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	800.000,00	
Despesa de Capital Líquida		9.558.368,81	28.510.596,11	

Continua 1/2

Município de VIDEIRA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA					2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)					0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)					0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)					0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					79.283,00	-48.283,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					217.565,20	45.103,45
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Limite Constitucional Anual	
					% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos					12.733.625,40	15,00 17,28
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)					0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

VIDEIRA, 18/11/2016

CRISTINA KLOCK	ALEXANDRE GANASINI	SANDRA BALDO
Contadora CRC/SC 020534/O-0	Secretário de Finanças	Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

ANEXO 2 - RREO - 5 BIM 2016

Município de Videira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PREÇO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)										RS 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	145.874.750,00	181.579.445,10	20.317.323,91	119.476.070,96	90,88	22.785.260,59	101.912.073,53	89,47	79.667.371,57	
	Legislativa	1.428.444,00	221.504,99	912.498,18	0,69	180.435,03	833.900,63	0,73	594.543,37	
Ação Legislativa	1.428.444,00	1.428.444,00	221.504,99	912.498,18	0,69	180.435,03	833.900,63	0,73	594.543,37	
Administração	9.050.100,00	12.844.400,00	1.301.574,21	10.135.018,30	7,71	2.709.381,70	9.305.273,22	8,17	3.539.126,78	
Administração Geral	6.006.000,00	8.971.200,00	865.932,17	7.232.500,79	5,50	1.738.699,21	6.685.199,20	5,87	2.286.000,80	
Administração Financeira	1.899.000,00	2.269.000,00	252.516,70	1.721.463,10	1,31	547.536,90	1.547.847,46	1,36	721.152,54	
Controle Interno	110.000,00	183.000,00	24.429,89	135.906,90	0,10	47.093,10	135.087,42	0,12	47.912,58	
Normalização e Fiscalização	770.100,00	1.156.200,00	139.226,43	852.811,77	0,65	303.388,23	825.381,96	0,72	330.818,04	
Comunicação Social	265.000,00	265.000,00	19.469,02	192.335,74	0,15	72.664,26	111.757,18	0,10	153.242,82	
Segurança Pública	1.037.000,00	1.708.374,80	150.654,99	855.297,98	0,65	853.076,82	674.311,59	0,59	1.034.063,21	
Policimento	574.000,00	781.952,69	64.952,98	373.693,49	0,28	408.259,20	275.092,79	0,24	506.859,90	
Defesa Civil	463.000,00	928.422,11	85.702,01	481.604,49	0,37	444.817,62	399.218,80	0,35	527.203,31	
Assistência Social	4.414.847,00	4.894.215,39	405.768,77	2.835.492,48	2,16	2.068.722,91	2.623.226,28	2,30	2.270.989,11	
Administração Geral	30.000,00	100.000,00	247,55	44.926,83	0,03	55.073,17	36.779,63	0,03	63.220,37	
Assistência ao Idoso	97.650,00	97.650,00	0,00	80.000,00	0,06	17.650,00	72.700,00	0,06	24.950,00	
Assistência ao Portador de Deficiência	88.900,00	93.300,65	0,00	83.000,00	0,06	10.300,65	48.957,39	0,04	44.343,26	
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.050.646,00	2.276.088,76	195.674,74	1.117.493,73	0,85	1.168.595,03	1.070.418,51	0,94	1.205.670,25	
Assistência Comunitária	2.147.651,00	2.327.175,98	209.846,48	1.510.071,92	1,15	817.104,06	1.394.370,75	1,22	932.805,23	
Previdência Social	10.717.000,00	11.997.000,00	1.915.488,32	9.365.774,52	7,12	2.631.225,48	9.349.698,15	8,21	2.647.301,85	
Previdência do Regime Estatutário	10.717.000,00	11.997.000,00	1.915.488,32	9.365.774,52	7,12	2.631.225,48	9.349.698,15	8,21	2.647.301,85	
Saúde	18.473.937,00	26.632.062,00	2.945.424,63	22.984.851,87	17,48	3.647.210,13	18.858.992,27	16,56	7.773.069,73	
Atenção Básica	9.930.513,00	12.671.895,34	1.661.941,82	10.844.377,39	8,25	1.827.517,95	9.143.496,51	8,03	3.528.398,83	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.706.944,00	12.747.803,97	1.114.142,62	11.246.555,70	8,55	1.501.248,27	8.909.102,87	7,82	3.838.701,10	
Vigilância Sanitária	345.204,00	455.086,69	85.563,66	416.210,50	0,32	38.876,19	373.747,81	0,33	81.338,88	
Vigilância Epidemiológica	491.276,00	757.276,00	83.776,53	477.708,28	0,36	279.567,72	432.645,08	0,38	324.630,92	
Educação	34.750.100,00	39.913.149,60	5.504.102,37	33.795.446,90	25,71	6.117.702,70	7.029.326,02	27,43	8.665.188,46	
Administração Geral	180.000,00	177.000,00	16.358,24	137.946,17	0,10	39.053,83	120.916,95	0,11	56.083,05	
Alimentação e Nutrição	750.000,00	752.385,80	327.769,92	715.753,90	0,54	36.631,90	640.725,28	0,56	111.660,52	
Ensino Fundamental	18.204.000,00	19.766.128,15	2.610.032,98	16.873.307,65	12,83	2.892.820,50	15.708.590,49	13,79	4.057.537,66	
Ensino Médio	21.000,00	21.000,00	3.971,22	5.471,22	0,00	15.528,78	1.452,31	0,00	19.547,69	
Ensino Superior	1.041.000,00	1.034.000,00	18.081,69	985.771,97	0,75	48.228,03	774.080,34	0,68	259.919,66	
Educação Infantil	14.554.100,00	18.162.635,65	2.527.888,32	15.077.195,99	11,47	3.085.439,66	14.002.195,77	12,29	4.160.439,88	
Cultura	1.964.000,00	2.878.000,00	276.811,26	1.953.051,51	1,49	924.948,49	487.814,79	1,57	1.084.758,10	
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	55.000,00	35.000,00	705,40	34.310,37	0,03	689,63	20.984,75	0,02	14.015,25	
Diffusão Cultural	739.000,00	1.384.112,62	103.794,85	706.590,53	0,54	677.522,09	653.705,02	0,57	730.407,60	

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Cultura	145.874.750,00	181.579.445,10	20.317.323,91	119.476.070,96	90,88	22.785.260,59	101.912.073,53	79.667.371,57
Turismo	1.964.000,00	2.878.000,00	276.811,26	1.953.051,51	1,49	487.814,79	1.793.241,90	1.084.758,10
Urbanismo	1.170.000,00	1.458.887,38	172.311,01	1.212.150,61	0,92	239.896,92	1.118.552,13	340.335,25
Infra-Estrutura Urbana	23.493.182,00	32.399.540,40	5.239.238,78	19.936.270,13	15,16	3.010.257,66	13.542.635,77	18.856.904,63
Serviços Urbanos	11.139.682,00	17.982.302,79	4.260.283,72	9.427.218,12	7,17	985.519,12	4.257.688,37	13.724.614,42
Extensão Rural	12.328.500,00	14.417.237,61	978.955,06	10.509.052,01	7,99	2.024.738,54	9.284.947,40	5.132.290,21
Extensão Rural	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação	311.000,00	311.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	311.000,00
Habitação Urbana	311.000,00	311.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	311.000,00
Saneamento	610.000,00	2.337.110,13	732.653,40	956.676,09	0,73	76.308,23	118.475,34	2.218.634,79
Saneamento Básico Urbano	610.000,00	2.337.110,13	732.653,40	956.676,09	0,73	76.308,23	118.475,34	2.218.634,79
Gestão Ambiental	3.420.000,00	5.572.010,59	4.540,15	2.521.648,90	1,92	690.829,08	1.258.339,14	4.313.671,45
Preservação e Conservação Ambiental	3.420.000,00	5.572.010,59	4.540,15	2.521.648,90	1,92	690.829,08	1.258.339,14	4.313.671,45
Agricultura	3.495.000,00	3.520.000,00	391.877,13	2.971.957,73	2,26	558.503,48	2.838.899,84	681.100,16
Extensão Rural	3.495.000,00	3.520.000,00	391.877,13	2.971.957,73	2,26	558.503,48	2.838.899,84	681.100,16
Indústria	1.293.000,00	297.000,00	31.374,42	209.475,72	0,16	37.095,16	205.756,38	91.243,62
Administração Geral	273.000,00	273.000,00	31.374,42	196.952,72	0,15	34.652,16	193.233,38	79.766,62
Promoção Industrial	1.020.000,00	24.000,00	0,00	12.523,00	0,01	2.443,00	12.523,00	11.477,00
Transporte	450.000,00	4.706.316,85	0,00	3.450.614,55	2,62	904.393,21	2.946.830,65	1.759.486,20
Abastecimento	450.000,00	4.706.316,85	0,00	3.450.614,55	2,62	904.393,21	2.946.830,65	1.759.486,20
Desporto e Lazer	1.496.290,00	1.869.071,34	279.873,59	1.466.996,01	1,12	262.190,54	1.243.013,53	626.057,81
Desporto Comunitário	1.496.290,00	1.869.071,34	279.873,59	1.466.996,01	1,12	262.190,54	1.243.013,53	626.057,81
Encargos Especiais	12.707.850,00	11.508.750,00	916.436,90	5.125.000,09	3,90	965.070,71	5.071.517,70	6.437.232,30
Outras Transferências	260.050,00	291.050,00	-25,30	259.954,26	0,20	40.380,70	231.454,26	59.595,74
Outros Encargos Especiais	12.447.800,00	11.217.700,00	916.462,20	4.865.045,83	3,70	924.690,01	4.840.063,44	6.377.636,56
Reserva de Contingência 1	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Outros Encargos Especiais	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	16.613.000,00	16.613.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.613.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	5.691.403,00	14.937.303,00	2.900.850,40	11.991.893,69	9,12	3.081.206,73	11.991.893,69	2.945.409,31
Ação Legislativa	40.000,00	40.000,00	4.582,12	21.464,76	0,02	4.582,12	21.464,76	18.535,24
Administração	40.000,00	40.000,00	4.582,12	21.464,76	0,02	4.582,12	21.464,76	18.535,24
Administração Geral	734.200,00	1.023.200,00	148.204,60	787.192,30	0,60	171.756,93	787.192,30	236.007,70
Administração Geral	453.200,00	610.200,00	88.006,89	470.882,60	0,36	102.171,22	470.882,60	139.317,40
Administração Financeira	203.000,00	297.000,00	42.638,38	230.228,61	0,18	49.606,38	230.228,61	66.771,39
Controle Interno	13.000,00	13.000,00	0,00	2.090,21	0,00	0,00	2.090,21	10.909,79

Continuação 2/4

Continuação 3/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Administração	5.691.403,00	14.937.303,00	2.900.850,40	11.991.893,69	9,12	3.081.206,73	11.991.893,69	2.945.409,31
Normalização e Fiscalização	734.200,00	1.023.200,00	148.204,60	787.192,30	0,60	171.756,93	787.192,30	236.007,70
Assistência Social	65.000,00	103.000,00	17.559,33	83.990,88	0,06	19.979,33	83.990,88	19.009,12
Assistência à Criança e ao Adolescente	209.703,00	212.203,00	45.736,48	209.929,45	0,16	45.971,48	209.929,45	2.273,55
Assistência Comunitária	89.511,00	92.011,00	45.736,48	89.737,45	0,07	45.971,48	89.737,45	2.273,55
Previdência Social	120.192,00	120.192,00	0,00	120.192,00	0,09	0,00	120.192,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	35.000,00	35.000,00	3.976,50	33.359,70	0,03	3.976,50	33.359,70	1.640,30
Saúde	35.000,00	35.000,00	3.976,50	33.359,70	0,03	3.976,50	33.359,70	1.640,30
Atenção Básica	710.500,00	1.145.500,00	204.779,36	1.025.799,89	0,78	233.430,36	1.025.799,89	119.700,11
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	370.500,00	510.500,00	81.260,97	468.646,44	0,36	94.982,97	468.646,44	41.853,56
Vigilância Sanitária	270.000,00	520.000,00	109.347,70	473.620,89	0,36	121.673,70	473.620,89	46.379,11
Vigilância Epidemiológica	40.000,00	50.000,00	7.009,13	44.719,82	0,03	8.407,13	44.719,82	5.280,18
Educação	30.000,00	65.000,00	7.161,56	38.812,74	0,03	8.366,56	38.812,74	26.187,26
Administração Geral	2.930.000,00	4.161.400,00	695.178,03	3.565.192,97	2,71	790.142,03	3.565.192,97	596.207,03
Ensino Fundamental	12.000,00	15.000,00	1.976,71	10.960,19	0,01	2.320,71	10.960,19	4.039,81
Ensino Superior	1.711.000,00	1.871.000,00	302.674,27	1.629.168,66	1,24	348.444,27	1.629.168,66	241.831,34
Educação Infantil	12.000,00	20.400,00	2.693,59	14.786,46	0,01	3.173,59	14.786,46	5.613,54
Cultura	1.195.000,00	2.255.000,00	387.833,46	1.910.277,66	1,45	436.203,46	1.910.277,66	344.722,34
Turismo	45.000,00	75.000,00	11.421,45	62.211,78	0,05	13.407,45	62.211,78	12.788,22
Urbanismo	45.000,00	75.000,00	11.421,45	62.211,78	0,05	13.407,45	62.211,78	12.788,22
Serviços Urbanos	650.000,00	900.000,00	109.459,56	676.513,67	0,51	130.959,56	676.513,67	223.486,33
Agricultura	650.000,00	900.000,00	109.459,56	676.513,67	0,51	130.959,56	676.513,67	223.486,33
Extensão Rural	235.000,00	375.000,00	53.023,94	292.814,60	0,22	61.856,94	292.814,60	82.185,40
Indústria	235.000,00	375.000,00	53.023,94	292.814,60	0,22	61.856,94	292.814,60	82.185,40
Administração Geral	10.000,00	10.000,00	597,66	3.291,42	0,00	697,66	3.291,42	6.708,58
Desporto e Lazer	10.000,00	10.000,00	597,66	3.291,42	0,00	697,66	3.291,42	6.708,58
Desporto Comunitário	92.000,00	92.000,00	18.104,73	72.017,62	0,05	18.639,73	72.017,62	19.982,38
	92.000,00	92.000,00	18.104,73	72.017,62	0,05	18.639,73	72.017,62	19.982,38

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de VIDEIRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Encargos Especiais	5.691.403,00	14.937.303,00	2.900.850,40	11.991.893,69	2.945.409,31	3.081.206,73	11.991.893,69	2.945.409,31
Outros Encargos Especiais	0,00	6.868.000,00	1.605.785,97	5.242.105,53	1.625.894,47	1.605.785,97	5.242.105,53	1.625.894,47
TOTAL (III) = (I + II)	151.566.153,00	196.516.748,10	23.218.174,31	131.467.964,65	65.048.783,45	25.866.467,32	113.903.967,22	82.612.780,88

FONTE:

VIDEIRA, 18/11/2016

CRISTINA KLOCK	ALEXANDRE GANASINI	SANDRA BALDO
Contadora CRC/SC 020534/O-0	Secretário de Finanças	Coordenadora Controle Interno
WILMAR CARELLI		
Prefeito Municipal		

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

ANEXO 3 - RREO - 5 BIM 2016

Município de Videira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2015 A OUTUBRO/2016

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
		Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	12.877.706,24	9.927.967,69	13.353.842,84	13.778.112,11	15.380.347,62	15.082.144,89	18.083.707,69	13.305.906,20	15.096.082,65	12.715.177,94	13.628.921,08	13.570.355,60	167.400.072,45
	IRPJ	1.951.570,79	1.802.938,34	1.344.894,61	1.341.589,07	1.574.402,98	1.995.480,06	7.528.054,30	1.662.193,59	2.092.360,83	1.538.296,84	1.967.000,00	1.459.191,27	26.258.977,95
	IRPF	320.151,42	69.671,28	178.407,41	7.076,18	10.949,61	229.538,52	4.489.857,39	109.268,54	465.640,33	126.661,06	427.165,00	63.406,42	6.497.883,16
	IRRRF	355.963,60	471.008,12	32.652,45	179.992,23	229.246,96	220.645,40	237.527,01	237.769,13	255.834,99	249.207,73	237.059,98	239.991,51	2.946.901,13
	I.S.S.	873.461,45	847.285,95	888.852,51	784.626,66	851.884,29	929.618,58	813.694,68	890.016,70	928.376,13	854.481,23	907.789,65	922.278,09	10.492.345,92
	Outras Receitas Tributárias	142.716,34	217.592,93	83.064,92	147.372,97	120.966,46	147.908,39	120.756,00	230.301,95	151.047,55	178.997,71	112.856,54	126.832,07	1.780.383,83
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	259.277,98	197.410,06	161.917,32	222.521,03	361.353,64	467.769,17	1.866.219,22	194.837,27	291.461,83	129.949,11	282.154,10	106.593,18	4.541.463,91
	RECEITA PATRIMONIAL	1.047.827,59	1.298.524,85	317.085,21	544.820,24	713.640,59	666.593,91	719.195,80	797.181,06	740.760,06	748.707,39	752.252,30	747.383,69	9.094.072,69
	RECEITA AGROPECUÁRIA	1.807.616,27	-1.939.676,51	2.645.995,21	2.758.095,46	5.032.989,13	4.086.164,78	740.358,64	2.843.945,18	3.541.051,90	2.069.771,38	2.509.207,32	2.100.387,40	27.998.146,36
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	9.792,02	63,40	4.779,21	8.032,49	13.202,64	16.549,68	13.060,52	8.575,48	14.875,05	17.065,75	18.594,43	46.105,44	170.716,11
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.904.945,20	8.422.355,41	8.833.212,82	8.860.270,38	7.887.597,34	8.026.594,26	8.705.755,16	8.215.833,72	8.402.051,67	7.961.213,98	8.049.221,97	8.917.064,39	98.885.546,30
	Cota-Parte do FPM	1.591.527,97	2.691.188,88	1.739.070,29	2.177.064,56	1.322.389,53	1.572.037,14	2.090.429,97	1.727.033,79	1.915.051,16	1.552.802,07	1.262.738,31	1.532.831,73	21.174.146,40
	Cota-Parte do ICMS	3.006.054,97	2.934.588,28	3.661.828,13	2.989.818,23	3.023.798,65	3.108.959,48	3.007.225,99	2.881.379,73	3.066.200,89	3.028.614,25	3.227.164,32	3.364.322,60	37.000.000,00
	Cota-Parte do IPVA	674.956,74	274.914,71	324.681,82	461.371,50	588.489,27	586.854,58	615.657,64	735.489,37	638.974,14	654.092,30	667.747,50	795.750,00	7.018.978,57
DEDUÇÕES (II)	Outras Transferências Correntes	536,50	306,55	290,19	113,82	0,00	142,54	42,93	154,54	154,54	252,59	6.083,91	17.368,08	25.291,65
	Transferências de LC 61/1996	989.098,38	632.140,76	1.150.535,46	1.458.854,27	956.615,23	981.972,25	1.157.064,26	1.131.253,04	1.093.514,13	986.795,47	1.063.402,37	1.166.807,03	12.970.150,65
	Transferências de LC 87/1996	46.323,01	45.741,14	57.519,68	44.432,63	43.370,50	44.501,77	50.535,36	30.070,81	40.857,88	41.286,53	45.211,06	47.785,91	537.626,28
	Transferências do FUNDEB	12.462,87	12.462,87	12.762,98	12.762,98	12.762,98	12.762,98	12.762,98	12.762,98	12.762,98	12.762,98	12.762,98	12.762,98	152.555,54
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.583.984,76	1.631.032,22	1.886.524,27	1.715.862,39	1.640.174,18	1.719.506,06	1.771.936,42	1.697.231,07	1.634.535,95	1.682.607,79	1.719.632,62	1.959.336,06	20.642.953,79
	DEDUÇÕES (II)	355.954,37	343.762,10	208.575,78	285.204,47	458.514,94	287.762,20	377.283,07	378.747,17	304.983,14	379.162,80	332.639,79	300.023,41	3.982.613,04
	Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	1.861.900,73	2.061.916,66	1.214.131,34	1.418.895,50	1.441.813,75	1.461.503,07	1.611.647,08	1.599.753,10	1.466.840,08	1.522.969,99	1.516.503,30	1.619.882,39	18.797.556,99
	Contribuição Assist.Médica Servidores Vinc. ao RPPS	494.977,88	625.694,36	5.215,03	171.784,79	281.722,38	288.508,79	293.790,98	297.137,29	300.318,86	298.794,46	295.923,92	3.651.842,30	2.785.000,00
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	300.550,66	416.633,84	48.685,92	110.000,17	161.929,59	107.971,32	162.505,44	225.260,12	164.307,40	166.213,61	165.282,72	165.594,46	2.195.915,25
	1.019.618,46	1.019.618,46	1.019.618,46	1.159.230,39	1.100.110,54	988.161,78	1.065.022,96	1.155.350,66	1.077.955,69	1.002.213,82	1.057.961,92	1.053.237,02	1.158.164,01	12.949.799,44
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	11.015.806,51	7.866.050,93	12.139.511,50	12.359.216,61	13.938.533,87	13.620.641,82	16.472.060,61	12.306.153,10	13.629.242,57	11.192.207,95	12.112.417,78	11.950.673,21	148.602.516,46
	FONTE:													

FONTE:

ANEXO 4 - RREO - 5 BIM 2016

Município de Videira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES	15.138.000,00	15.138.000,00	26.750.065,22	15.294.020,48	
Receta de Contribuições dos Segurados	15.138.000,00	15.138.000,00	26.750.065,22	15.294.020,48	
Pessoal Civil	2.785.000,00	2.785.000,00	2.531.200,06	2.098.770,44	
Ativo	2.785.000,00	2.785.000,00	2.531.200,06	2.098.770,44	
Inativo	2.750.000,00	2.750.000,00	2.497.399,47	2.065.384,94	
Pensionista	35.000,00	35.000,00	33.800,59	33.385,50	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recetas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receta Patrimonial	12.270.000,00	12.270.000,00	24.218.865,16	13.150.620,78	
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recetas de Valores Mobiliários	12.270.000,00	12.270.000,00	24.218.865,16	13.150.620,78	
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recetas Correntes	83.000,00	83.000,00	0,00	7.596,85	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	50.000,00	50.000,00	0,00	37.032,41	
Demais Recetas Correntes	33.000,00	33.000,00	0,00	37.032,41	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	12.227.000,00	12.227.000,00	9.915.010,64	8.400.493,66	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	27.365.000,00	27.365.000,00	36.665.075,86	23.694.514,14	
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
ADMINISTRAÇÃO	10.717.000,00	11.997.000,00	9.365.774,52	7.521.608,35	
Despesas Correntes	122.000,00	122.000,00	8.209,00	8.209,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	437.354,63	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	122.000,00	122.000,00	456.086,04	431.969,63	
Pessoal Civil	8.209,00	8.209,00	5.385,00	5.385,00	
Aposentadorias	9.357.565,52	11.875.000,00	7.084.253,72	7.084.253,72	
	8.570.243,56	0,00	7.084.253,72	7.084.253,72	
	7.485.043,16	0,00	6.063.827,15	6.063.827,15	

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de VIDEIRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Pensões	0,00	0,00	1.083.421,64	1.019.242,89	1.083.421,64	1.019.242,89
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	1.778,76	1.183,68	1.778,76	1.183,68
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	10.595.000,00	11.875.000,00	787.321,96	0,00	771.245,59	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	10.595.000,00	11.875.000,00	787.321,96	0,00	771.245,59	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	35.000,00	35.000,00	33.359,70	21.923,28	33.359,70	21.923,28
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	10.762.000,00	12.032.000,00	9.399.134,22	7.567.648,04	9.383.057,85	7.543.531,63
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	16.613.000,00	15.333.000,00	-	-	27.282.018,01	16.150.982,51
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
APORTES REALIZADOS						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						16.613.000,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2016		2015	
Caixa			0,00		0,00	
Bancos Conta Movimento			933.108,50		92.755,35	
Investimentos			163.678.055,69		131.825.758,57	
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00	

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de VIDEIRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	12.227.000,00	12.227.000,00	9.915.010,64	8.400.493,66
RECEITAS CORRENTES (VIII)	12.227.000,00	12.227.000,00	9.915.010,64	8.400.493,66
Recarga de Contribuições Patronais	6.177.000,00	6.177.000,00	5.209.004,61	4.130.884,58
Pessoal Civil	6.177.000,00	6.177.000,00	5.209.004,61	4.130.884,58
Ativo	6.177.000,00	6.177.000,00	5.209.004,61	4.130.884,58
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	6.050.000,00	6.050.000,00	4.706.006,03	4.269.609,08
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	12.227.000,00	12.227.000,00	9.915.010,64	8.400.493,66
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	35.000,00	35.000,00	33.359,70	21.923,28
ADMINISTRAÇÃO (XII)	35.000,00	35.000,00	33.359,70	21.923,28
Despesas Correntes	35.000,00	35.000,00	33.359,70	21.923,28
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	35.000,00	35.000,00	33.359,70	21.923,28

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de VIDEIRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

VIDEIRA, 18/11/2016

CRISTINA KLOCK	ALEXANDRE GANASINI	SANDRA BALDO	WILMAR CARELLI
Contadora CRC/SC 020534/O-0	Secretário de Finanças	Coordenadora Controle Interno	Prefeito Municipal

ANEXO 5 - RREO - 5 BIM 2016

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	75.671.983,62	2.787.279,15	3.822.552,44
DEDUÇÕES (II)	37.955.719,47	44.326.893,09	41.183.102,13
Disponibilidade de Caixa Bruta	38.002.619,38	49.055.852,68	44.207.937,51
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	58,32
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	46.899,91	4.728.959,59	3.024.893,70
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	37.716.264,15	-41.539.613,94	-37.360.549,69
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	37.716.264,15	-41.539.613,94	-37.360.549,69

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2016 (C - A)
VALOR	4.179.064,25	-75.076.813,84

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	3.658.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	137.687.281,71	159.776.822,40	164.611.164,19
Disponibilidade de Caixa Bruta	28.520,47	16.205,71	933.108,50
Investimentos	137.658.761,24	159.760.616,69	163.678.055,69
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-137.687.281,71	-159.776.822,40	-164.611.164,19
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-137.687.281,71	-159.776.822,40	-164.611.164,19

FONTE:

VIDEIRA, 28/11/2016

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO 6 - RREO - 5 BIM 2016

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>RECEITAS PRIMÁRIAS</u>	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	125.043.679,00	115.846.246,60	108.173.868,20
Receita Tributária	20.325.000,00	22.504.468,82	20.851.638,52
I.P.T.U.	4.600.000,00	6.108.060,46	5.633.553,96
I.S.S.	8.300.000,00	8.771.598,52	7.729.722,85
I.T.B.I.	2.200.000,00	1.420.104,56	1.733.016,39
I.R.R.F.	2.330.000,00	2.119.929,41	1.716.391,66
Outras Receitas Tributárias	2.895.000,00	4.084.775,87	4.038.953,66
Receita de Contribuição	18.657.000,00	16.994.550,87	14.155.327,93
Receitas Previdenciárias	15.012.000,00	12.446.210,70	10.499.264,10
Outras Contribuições	3.645.000,00	4.548.340,17	3.656.063,83
Receita Patrimonial Líquida	150.690,00	199.032,75	167.241,18
Receita Patrimonial	14.102.164,00	28.330.206,60	16.749.805,47
(-) Aplicações Financeiras	13.951.474,00	28.131.173,85	16.582.564,29
Transferências Correntes	82.842.330,00	72.694.436,90	67.587.384,38
F.P.M.	16.000.000,00	13.645.745,37	13.205.177,51
I.P.V.A	5.200.000,00	4.855.286,58	4.923.531,25
I.C.M.S.	29.600.000,00	25.139.033,81	23.502.667,17
Convênios	135.800,00	195.558,58	107.220,79
Outras Transferências Correntes	31.906.530,00	28.858.812,56	25.848.787,66
Demais Receitas Correntes	3.068.659,00	3.453.757,26	5.412.276,19
Dívida Ativa	785.000,00	843.973,15	870.486,76
Diversas Receitas Correntes	2.283.659,00	2.609.784,11	4.541.789,43
RECEITAS DE CAPITAL (II)	12.571.000,00	4.750.844,37	1.315.866,21
Operações de Crédito (III)	800.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	200.000,00	53.202,27	148.192,69
Alienação de Ativos (V)	31.000,00	79.283,00	480.495,10
Transferências de Capital	11.540.000,00	4.003.633,10	643.783,42
Convênios	11.000.000,00	2.953.908,10	365.615,33
Outras Transferências de Capital	540.000,00	1.049.725,00	278.168,09
Outras Receitas de Capital	0,00	614.726,00	43.395,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	11.540.000,00	4.618.359,10	687.178,42
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	136.583.679,00	120.464.605,70	108.861.046,62

<u>DESPESAS PRIMÁRIAS</u>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	141.684.783,18	112.301.312,00	100.710.679,45	104.345.598,41	93.217.910,59
Pessoal e Encargos Sociais	78.277.027,34	63.212.505,53	49.193.387,34	63.197.617,54	49.159.291,59
Juros e Encargos da Dívida (IX)	388.000,00	61.655,73	3.963.506,81	61.655,73	3.963.506,81
Outras Despesas Correntes	63.019.755,84	49.027.150,74	47.553.785,30	41.086.325,14	40.095.112,19
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	141.296.783,18	112.239.656,27	96.747.172,64	104.283.942,68	89.254.403,78
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	38.068.964,92	19.166.652,65	14.809.766,53	9.558.368,81	7.619.561,23
Investimentos	36.411.464,92	17.792.356,92	12.725.211,21	8.184.073,08	5.535.005,91
Inversões Financeiras	950.500,00	950.000,00	0,00	950.000,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	950.500,00	950.000,00	0,00	950.000,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	707.000,00	424.295,73	2.084.555,32	424.295,73	2.084.555,32
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	37.361.964,92	18.742.356,92	12.725.211,21	9.134.073,08	5.535.005,91
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	16.763.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	195.421.748,10	130.982.013,19	109.472.383,85	113.418.015,76	94.789.409,69

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-58.838.069,10	-10.517.407,49	-611.337,23	7.046.589,94	14.071.636,93
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	13.320.454,65	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	13.320.454,65	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-7.682.474,00

VIDEIRA, 18/11/2016

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO 7 - RREO - 5 BIM 2016

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (e)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)		
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FM FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FUNDO MUNICIPAL P/ REEQ. BOMBEIROS VOLUNT GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSESSORIA JURIDIC SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEI SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E U SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCI SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	46.899,91	46.899,91	-	0,00	0,00	693.016,23	7.886.832,81	5.618.068,78	5.618.068,78	560.116,84	2.401.663,42	2.401.663,42
	0,00	46.899,91	46.899,91	0,00	0,00	0,00	693.016,23	7.871.598,58	5.606.141,02	5.606.141,02	559.648,25	2.398.825,54	2.398.825,54
	0,00	35.454,98	35.454,98	0,00	0,00	0,00	693.016,23	7.870.682,56	5.605.225,00	5.605.225,00	559.648,25	2.398.825,54	2.398.825,54
	0,00	3.464,86	3.464,86	0,00	0,00	0,00	152.837,13	130.692,39	130.692,39	130.692,39	21.330,74	814,00	814,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.500,19	54,00	10.500,00	10.500,00	0,00	31.054,19	31.054,19
	0,00	12.685,15	12.685,15	0,00	0,00	0,00	510,73	731.458,72	542.608,83	542.608,83	152.192,03	37.168,59	37.168,59
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	146.722,37	140.320,01	140.320,01	5.393,00	1.039,36	1.039,36
	0,00	52,97	52,97	0,00	0,00	0,00	0,00	53.270,74	49.295,45	49.295,45	3.624,95	350,34	350,34
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,00	0,00	0,00	0,00	30,00	30,00
	0,00	730,29	730,29	0,00	0,00	0,00	48.835,01	195.010,17	144.930,67	144.930,67	68.822,17	30.092,34	30.092,34
	0,00	1.249,62	1.249,62	0,00	0,00	0,00	524.697,27	229.163,68	189.905,77	189.905,77	34.431,11	529.524,07	529.524,07
	0,00	11.196,90	11.196,90	0,00	0,00	0,00	64.666,85	1.347.005,61	1.346.369,86	1.346.369,86	36.446,88	28.855,72	28.855,72
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.054,77	567,95	567,95	17.437,62	49,20	49,20
	0,00	5.353,01	5.353,01	0,00	0,00	0,00	3.859,52	4.863.616,02	2.985.963,69	2.985.963,69	141.675,84	1.739.836,01	1.739.836,01
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.829,42	1.641,77	1.641,77	175,95	11,70	11,70
	0,00	52,97	52,97	0,00	0,00	0,00	0,00	5.239,13	3.579,29	3.579,29	1.659,84	0,00	0,00
	0,00	669,21	669,21	0,00	0,00	0,00	8.946,66	126.390,80	58.849,32	58.849,32	76.488,12	0,02	0,02
0,00	11.444,93	11.444,93	0,00	0,00	0,00	0,00	916,02	916,02	916,02	0,00	0,00	0,00	
0,00	11.444,93	11.444,93	0,00	0,00	0,00	0,00	916,02	916,02	916,02	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.234,23	11.927,76	11.927,76	468,59	2.837,88	2.837,88	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.234,23	11.927,76	11.927,76	468,59	2.837,88	2.837,88	
0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	46.899,91	46.899,91	0,00	0,00	0,00	693.016,23	7.886.832,81	5.618.068,78	5.618.068,78	560.116,84	2.401.663,42	2.401.663,42

FONTE:

VIDEIRA, 18/11/2016

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO 8 - RREO - 5 BIM 2016

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	18.325.000,00	18.325.000,00	19.365.855,81	105,88
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	5.225.000,00	5.225.000,00	6.767.085,36	129,51
1.1.1- IPTU	4.600.000,00	4.600.000,00	6.114.389,52	132,92
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	25.000,00	25.000,00	26.613,70	106,45
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	400.000,00	400.000,00	408.531,22	102,13
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	200.000,00	200.000,00	223.879,98	111,94
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(6.329,06)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.220.000,00	2.220.000,00	1.420.104,56	63,97
1.2.1- ITBI	2.200.000,00	2.200.000,00	1.425.309,52	64,79
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(5.204,96)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	8.550.000,00	8.550.000,00	9.058.736,48	105,95
1.3.1- ISS	8.300.000,00	8.300.000,00	8.776.927,61	105,75
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	50.000,00	50.000,00	107.869,25	215,74
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	120.000,00	120.000,00	100.193,42	83,49
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	80.000,00	80.000,00	79.075,29	98,84
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(5.329,09)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.330.000,00	2.330.000,00	2.119.929,41	90,98
1.4.1- IRRF	2.330.000,00	2.330.000,00	2.119.929,41	90,98
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	64.295.000,00	64.295.000,00	54.981.987,37	85,52
2.1- Cota-Parte FPM	20.000.000,00	20.000.000,00	16.891.448,55	84,46
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	20.000.000,00	20.000.000,00	16.228.517,15	81,14
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	662.931,40	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	37.000.000,00	37.000.000,00	31.423.791,17	84,93
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	180.000,00	180.000,00	127.629,80	70,91
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	580.000,00	580.000,00	445.562,13	76,82
2.5- Cota-Parte ITR	35.000,00	35.000,00	24.448,60	69,85
2.6- Cota-Parte IPVA	6.500.000,00	6.500.000,00	6.069.107,12	93,37
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	82.620.000,00	82.620.000,00	74.347.843,18	89,99
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	3.017.000,00	3.017.000,00	2.863.871,05	94,92
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.100.000,00	2.100.000,00	1.768.206,85	84,20
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	680.000,00	680.000,00	657.622,00	96,71
5.4- Transferências Diretas - PNATE	80.000,00	80.000,00	62.914,20	78,64
5.5- Outras Transferências do FNDE	1.000,00	1.000,00	267.651,29	26.765,13
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	156.000,00	156.000,00	107.476,71	68,90
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	495.000,00	495.000,00	702.143,75	141,85
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	3.512.000,00	3.512.000,00	3.566.014,80	101,54
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	12.859.000,00	12.859.000,00	10.863.808,79	84,48
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	4.000.000,00	4.000.000,00	3.245.703,18	81,14
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	7.400.000,00	7.400.000,00	6.284.757,36	84,93
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	36.000,00	36.000,00	25.525,90	70,91
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	116.000,00	116.000,00	89.112,19	76,82
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	7.000,00	7.000,00	4.889,62	69,85
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	1.300.000,00	1.300.000,00	1.213.820,54	93,37
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	21.180.000,00	21.180.000,00	17.677.596,14	83,46
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	21.000.000,00	21.000.000,00	17.427.346,81	82,99
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	180.000,00	180.000,00	250.249,33	139,03
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	8.141.000,00	8.141.000,00	6.563.538,02	80,82
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	12.708.000,00	19.013.000,00	15.816.003,42	83,19	15.816.003,42	83,19
13.1- Com Educação Infantil	2.013.000,00	8.513.000,00	6.998.663,53	82,21	6.998.663,53	82,21
13.2- Com Ensino Fundamental	10.695.000,00	10.500.000,00	8.817.339,89	83,97	8.817.339,89	83,97
14- OUTRAS DESPESAS	8.472.000,00	2.481.657,73	2.119.261,31	85,40	1.993.798,68	80,34
14.1- Com Educação Infantil	7.022.000,00	836.657,73	696.593,90	83,26	615.131,27	73,52
14.2- Com Ensino Fundamental	1.450.000,00	1.645.000,00	1.422.667,41	86,48	1.378.667,41	83,81
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	21.180.000,00	21.494.657,73	17.935.264,73	83,44	17.809.802,10	82,86
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-	
16.1 - FUNDEB 60%					-	
16.2 - FUNDEB 40%					-	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					17.809.802,10	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					89,47	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					9,50	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					1,03	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016²					0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	20.655.000,00		20.655.000,00		18.586.960,80	89,99
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	13.512.600,00	16.950.128,25	13.935.643,85	82,22	13.847.732,82	81,70
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	18.192.000,00	19.850.000,00	17.183.177,99	86,57	16.036.120,22	80,79
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	12.145.000,00	12.145.000,00	10.240.007,30	84,31	10.196.007,30	83,95
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.047.000,00	7.705.000,00	6.943.170,69	90,11	5.840.112,92	75,80
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	31.704.600,00	36.800.128,25	31.118.821,84	84,56	29.883.853,04	81,21
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					6.563.538,02	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					250.249,33	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					298.924,84	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					10.609,83	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					7.123.322,02	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					22.760.531,02	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					30,61	

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.250.000,00	2.886.214,27	2.151.679,90	74,55	1.713.197,96	59,36
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.159.500,00	1.818.421,28	1.648.784,69	90,67	1.081.376,72	59,47
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	3.409.500,00	4.704.635,55	3.800.464,59	80,78	2.794.574,68	59,40
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	35.114.100,00	41.504.763,80	34.919.286,43	84,13	32.678.427,72	78,73

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	10.609,83	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	10.609,83	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		314.657,73	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		17.427.346,81	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		16.645.443,41	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		16.645.443,41	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		250.249,33	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		1.346.810,46	0,00

VIDEIRA, 18/11/2016

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

CÂMARA MUNICIPAL

LAUDO CONFORMIDADE PR 04.2016 - CMV

LAUDO DE CONFORMIDADE

Os Sistemas Compras e Licitações e Portal Transparência, apresentados pela empresa Betha Sistemas Ltda vencedora do Pregão Presencial 04/2016, atende integralmente o descritivo disposto no Edital bem como o especificado no Termo de Referência anexo VII, conforme o teste efetuado pela utilização destes sistemas.

Diante do resultado apresentado será aceito definitivamente pela Câmara Municipal de Vereadores de Videira os sistemas da contratada.

Videira, 29 de novembro de 2016.

Juliana A. Munaretto Cantú
Assessora Jurídica

Scheila Adriana Savian
Técnico em Nível Superior

Bruna Werle de Oliveira
Jornalista

Vitor Meireles

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 010/2016 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2016 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITOR MEIRELES

Aos 29 de Novembro de 2016, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 10/2016, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 29/11/2016, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME PROGRAMA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, PROPOSTA 11347.201000/1140-02 E 11347.201000/1140-03, para uso na Secretaria de Obras, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

5593.0 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00012	UN	ONDAS CURTAS	CARCI	1,00	6.730,00	6.730,00
00017	UN	ESTEIRA ERGOMETRICA	CALOI	1,00	3.900,00	3.900,00
Total do Fornecedor: 10.630,00 (DEZ MIL E SEISCENTOS E TRINTA Reais)						

6566.8 - PROHOSPITAL SUL LTDA						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00010	UN	NEBULIZADOR PORTATIL	DARU PLUS	5,00	151,00	755,00
00011	UN	BALANCA CONTROLE CORPORAL DE CORPO INTEIRO	SUPERMEDY COMBO	2,00	494,00	988,00
00013	UN	MULTICORRENTES	Ibramed Neurodyn-Ruby	1,00	2.395,00	2.395,00
00014	UN	TURBILHAO DE MEMBROS INFERIORES	THG 180	1,00	8.693,00	8.693,00
00015	UN	ESTACAO DE MULTIEXERCICIOS	Kikos GX Supreme	1,00	1.796,00	1.796,00
00016	UN	BICICLETA ERGOMETRICA ELETROMAGNETICA HORIZONTAL	RM Magnética	1,00	2.590,00	2.590,00
00018	UN	ELIPTICO ELETROMAGNETICO	kikos el 92	1,00	3.650,00	3.650,00
Total do Fornecedor: 20.867,00 (VINTE MIL E OITOCENTOS E SESENTA E SETE Reais)						

8372.0 - MKM EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO EIRELE- EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00006	UN	NOTEBOOK	ACER	5,00	2.150,00	10.750,00
00007	UN	COMPUTADOR	NTC	1,00	1.750,00	1.750,00
Total do Fornecedor: 12.500,00 (DOZE MIL E QUINHENTOS Reais)						

10993.2 - SANDRO VILMAR PIRES - ME						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00009	UN	IMPRESSORA LASER COLORIDA	hp	2,00	1.425,00	2.850,00
Total do Fornecedor: 2.850,00 (DOIS MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA Reais)						

12356.0 - E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI - EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	UN	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12.000 BTU	ELGIN	10,00	1.450,00	14.500,00
00002	UN	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 BTU	ELGIN	2,00	2.120,00	4.240,00
00003	UN	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 24.000 BTU	ELGIN	2,00	2.520,00	5.040,00
Total do Fornecedor: 23.780,00 (VINTE E TRES MIL E SETECENTOS E OITENTA Reais)						
Total da Licitação: 70.627,00 (SETENTA MIL E SEISCENTOS E VINTE E SETE Reais)						

1.3 Este instrumento não obriga o FMS a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o FMS solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 10/2016 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos na UBS do centro, situado a Rua Leandro Meneghelli, fundos, Sabugueiro, Vitor Meireles.

4.2 O Prazo de Entrega do objeto é de 20 dias após a emissão da Autorização de Fornecimento, com prazo de garantia e Assistência Técnica do equipamento de 12 (doze) meses, a partir da data da entrega do mesmo.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será efetuado em até 10 dias úteis, mediante apresentação da Nota Fiscal e todas as mercadorias, devidamente recebidas no Departamento de Saúde de Vitor Meireles, e aceitas pela Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 O FMS poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham

a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do FMS.

8.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 29 de Novembro de 2016.

COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Pregoeiro

JAIR WIPPEL – Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING – Equipe de Apoio

PROHOSPITAL SUL LTDA
LUIZ CARLOS DOS SANTOS
Contratada

MKM EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO EIRELE- EPP
MARCIO MORGHENROTH
Contratada

E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI - EPP
ELDER DA SILVA
Contratada

SANDRO VILMAR PIRES - ME
SANDRO VILMAR PIRES
Contratada

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
LUIS ANTONIO TOASSI
Contratada

Xanxerê

PREFEITURA

EXTRATO 1º ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0113/2016

Extrato 1º Aditivo Ata de Registro de Preços nº 0113/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: MGM Construções Elétricas Ltda Epp.

Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de horas de Mão de Obra com um Caminhão Munck. Fica aditado o valor de R\$ 3.480,00 (três mil quatrocentos e oitenta reais) que corresponde em 25% na quantidade do item 38 do Edital. Xanxerê-SC, 28 de novembro de 2016. Ademir José Gasparini.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0115/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0115/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Stang e Stang Ltda.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gasolina Comum com abastecimento na bomba do proponente, para abastecimento dos veículos das Secretarias do Município e Corpo de Bombeiros Militar de Xanxerê.

Item: 01 – Valor total: R\$ 177.500,00

Vigência: 12 meses a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 25 de novembro de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

EXTRATO CONTRATO 0071/2016

Extrato de Contrato nº 0071/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Instituto Excelência Ltda ME

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços Administrativos na Elaboração, Aplicação e Correção de todas as etapas do Teste Seletivo Publica para Contratação Temporária de Professores Magistério e Licenciatura para escolas e creches da rede Municipal de Ensino incluindo toda mão de obra e materiais necessários.

Valor total da obra: R\$ 7.950,00

Prazo de vigência: 12 meses após a publicação.

Xanxerê-SC, 25 de novembro 2016. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

VENCEDORES PE 018-2016

Portal de Compras Públicas | Vencedores do Pregão

Página 1 de 1

VENCEDORES DO PREGÃO

Prefeitura Municipal de Xavantina
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Prefeitura Municipal de Xavantina

Registro de Preços Eletrônico PE 018/2016 PMXV

Adeval Bike Papelaria e Bazar Ltda Epp - Tipo: EPP - LC123: Sim - Documento 00.266.051/0001-60

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0002	Câmara Digital Com Lente Nikkor Af-S 18-55mm Vr. Categoria: Dslr; Peso: 480 Gramas (só Corpo); Dimensões: 12,5 X 9,8	CANON	1 UN	R\$ 2.380,00	R\$ 2.380,00
0003	Liquidificador Com Filtro Lq347, com Jarra Transparente Com Alça Ergonômica e Tampa Com Trava; Material de Alta Resis...	CADENCE	1 UN	R\$ 170,00	R\$ 170,00
0004	Mesa Elástica Em Madeira de Reflorestamento Eucalipto Com Pés de Madeira Com Pintura Em Verniz Pu Alto Brilho Com Tam...	CC CAON	1 UN	R\$ 1.899,00	R\$ 1.899,00
0005	Espelho No Tamanho 70 Cm X 140 Cm, Mais Moldura de 10 Cm Por Lado. Atrás do Espelho Utilizar Um Duratex 3 Milímetros.	VIDRAÇARIA FAXINAL	1 UN	R\$ 349,99	R\$ 349,99
				Total	R\$ 4.798,99

Valor Total: R\$ 4.798,99

Xaxim

PREFEITURA

Decreto 390

DECRETO Nº 390/2016

DECLARA LUTO OFICIAL PELA TRAGÉDIA OCORRIDA COM A DELEGAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL, OCORRIDO NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito de Xaxim/SC, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a tragédia ocorrida na madrugada de 29 de novembro de 2016, envolvendo a delegação da Associação Chapecoense de Futebol, ocorrida nas proximidades da cidade de Medellín, na Colômbia;

CONSIDERANDO a comoção e a consternação da população Xaxinense e regional, que enluta o Estado de Santa Catarina, o Sul e o País;

CONSIDERANDO que dentre as pessoas vitimadas encontram-se Xaxinenses;

CONSIDERANDO a solidariedade à dor das famílias das vítimas da tragédia, que abala a população Brasileira:

DECRETA:

Art. 1º É declarado Luto Oficial, por três dias, no território do Município de Xaxim/SC, a contar de 29 de novembro de 2016, em sinal de profundo pesar e em homenagem a memória das vítimas da tragédia ocorrida com a delegação da Associação Chapecoense de Futebol.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Xaxim/SC, aos 29 dias do mês de novembro de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em data supra

Luís Antonio Cipriani

OAB/SC 35.698 – Procurador-geral

Zortéa

PREFEITURA

LEI ORGÂNICA 00/2012- MUNICÍPIO DE ZORTEA

LEI ORGÂNICA
DO MUNICÍPIO DE
ZORTÉA

PREÂMBULO

Por meio de seus representantes, livre e democraticamente eleitos, o Povo Zorteense, sob a proteção de Deus e consciente de sua responsabilidade, promulga e adota esta Lei Orgânica do Município de Zortéa.

SUMÁRIO

PREÂMBULO 01

TÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS 06

TÍTULO II
DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS 08

TÍTULO III
DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO 08

TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES 13

CAPÍTULO I
PODERES MUNICIPAIS 13

CAPÍTULO II
PODER LEGISLATIVO 14

Seção I
Câmara Municipal 14

Seção II
Atribuições da Câmara Municipal 14

Seção III
Sessões da Câmara 19

Seção IV
Mesa Diretora 20

Seção V
Eleições 20

Seção VI

Comissões 21

Seção VII
Das Deliberações 22

Subseção I
Disposições Gerais 23

Subseção II
Incompatibilidades 23

Subseção III
Licenças e Suplentes 25

Subseção IV
Presidência, Vice-Presidência e Secretários 26

Seção VIII
Processo Legislativo 26

Subseção I
Disposições Gerais 26

Subseção II
Emendas à Lei Orgânica Municipal 27

Subseção III
Leis 27

Seção IX
Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária 30

Seção X
Remuneração 32

CAPÍTULO III
PODER EXECUTIVO 33

Seção I
Prefeito Municipal 33

Seção II
Limitações ao Prefeito Municipal 38

Seção III
Responsabilidade do Prefeito 39

Seção IV	
Secretários Municipais	39
Seção V	
Conselhos Municipais	40
Seção VI	
Consulta Popular	40
TÍTULO V	
Administração Pública	41
CAPÍTULO I	
DISPOSIÇÕES GERAIS	41
CAPÍTULO II	
ATOS MUNICIPAIS	41
CAPÍTULO III	
SERVIDORES MUNICIPAIS	47
CAPÍTULO IV	
OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS	49
CAPÍTULO V	
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	50
Seção I	
Receita Municipal	50
Seção II	
Despesa Pública	51
Seção III	
Dívida Pública Municipal	51
CAPÍTULO VI	
ORÇAMENTOS	52
Seção I	
Disposições Gerais	52
TÍTULO VI	
DIRETRIZES ECONÔMICAS E SOCIAIS	53
CAPÍTULO I	
DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO	53
CAPÍTULO II	
DIRETRIZES DA SAÚDE E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	55

CAPÍTULO III	
DIRETRIZES DA CULTURA	57
CAPÍTULO IV	
DIRETRIZES ECONÔMICAS	58
CAPÍTULO V	
DIRETRIZES DO MEIO AMBIENTE E DA AGRICULTURA	59
CAPÍTULO VI	
DIRETRIZES URBANAS	61
CAPÍTULO VII	
DIRETRIZES DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO DEFICIENTE, DO IDOSO E DA FAMÍLIA	61
CAPÍTULO VIII	
DIRETRIZES DO ESPORTE	62
TÍTULO VII	
DOS BENS MUNICIPAIS	63
TÍTULO VIII	
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	64
TÍTULO I	
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	

Art. 1º O Município de Zortéa, parte integrante da Federação, é uma unidade da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina, com personalidade jurídica de direito público interno e autonomia, nos termos da Constituição da República. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 2º O Município de Zortéa, em união indissolúvel à República Federativa do Brasil e ao Estado de Santa Catarina, assume a esfera local de Governo, dentro do Estado Democrático de Direito, e fundamenta sua existência no seguinte: (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

I - autonomia; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

II - cidadania; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

III - dignidade da pessoa humana; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

IV - valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

V - pluralismo político; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

VI - território próprio. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§1º Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição da República do Brasil. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§2º A soberania popular se manifesta quando a todos são asseguradas condições dignas de existência e será exercida: (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

I - pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

II - pelo plebiscito e referendo; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

III - pela iniciativa popular no processo legislativo; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

IV - pela participação popular nas decisões do Município e no

aperfeiçoamento democrático de suas instâncias, na forma de Lei; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

V - pela ação fiscalizadora sobre a administração pública. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 2º-A. São objetivos do Município de Zortéa: (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

I - a defesa do regime democrático;

II - a luta pela independência, autonomia e harmonia entre os Poderes;

III - a garantia da participação popular nas decisões governamentais;

IV - a moralidade, a transparência, a publicidade, a impessoalidade, a eficiência e o controle popular nas ações de governo;

V - o respeito à opinião pública qualificada, em especial da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais;

VI - a articulação e a cooperação com os demais entes federados;

VII - a desconcentração e a descentralização administrativas;

VIII - a garantia da universalização dos serviços públicos e a materialização dos direitos fundamentais, em especial o acesso dos seus habitantes a bens, serviços e condições de vida indispensáveis a uma existência humana com dignidade;

IX - a defesa e a preservação do território, dos recursos naturais e do meio ambiente, e a preservação dos valores históricos e culturais municipais, objetivando a construção de uma cidade econômica, social e ambientalmente sustentável.

Parágrafo único. São assegurados pelo Município, em sua ação normativa e em seu âmbito de jurisdição, a observância e o exercício dos princípios da liberdade, legalidade, igualdade e justa distribuição dos benefícios e encargos públicos.

Art. 2º-B. O Município de Zortéa rege-se pelos seguintes princípios: (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

I - autonomia municipal;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - defesa da democracia e da solução pacífica dos conflitos;

IV - igualdade entre bairros, distritos e regiões;

V - repúdio ao terrorismo, à violência, às drogas e ao racismo;

VI - cooperação entre os Municípios, para o progresso regional;

VII - integração econômica, política, social e cultural dos Municípios brasileiros;

VIII - poder de se associar aos Municípios limítrofes ou da mesma região metropolitana e ao Estado para planejamento, organização e execução de projetos de interesse comum.

TÍTULO II DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS

Art. 3º O território do Município compreende o espaço físico que atualmente se encontra sob sua jurisdição. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§1º Qualquer alteração territorial só poderá ser feita na forma de Lei Complementar Estadual. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§2º A criação, a organização, a fusão e a supressão de distritos é de competência do Município, observada a legislação estadual. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 4º Constituem bens municipais todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ou venham a pertencer ao Município.

Parágrafo único. Lei municipal disporá sobre a administração, a alienação, a aquisição e o uso de bens municipais.

Art. 5º O Município defenderá o direito, assegurado na Constituição da República, à participação no resultado da exploração de petróleo, gás natural e recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica em seu território.

Art. 6º São símbolos do Município de Zortéa o brasão, a bandeira, o hino e outros estabelecidos em lei municipal. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§1º O dia 22 de dezembro é a data magna de Zortéa. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§2º Fica adotada a configuração da bandeira do Município como forma de representação permanente da logomarca do Governo Municipal, obedecidos os seguintes critérios: (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

I - a representação emblemática de que trata o parágrafo único deste artigo será adotada por todas as gestões de governo, de forma contínua e permanente; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

II - fica proibida a utilização de qualquer tipo de frase, desenho, logomarca ou slogan para representar ou distinguir gestões de governo que não a representação oficial definida neste parágrafo. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

TÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

(Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 7º Compete ao Município, no exercício de sua autonomia, a organização, o governo, a administração e a legislação própria, mediante: (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

I - edição da Lei Orgânica; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

II - eleição do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

III - organização e execução dos serviços públicos locais; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

IV - edição das normas relativas às matérias de sua competência. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 7º-A. Compete ao Município prover tudo que respeita ao seu interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, em especial: (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

I - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

II - elaborar o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, estimando a receita e fixando a despesa;

III - organizar e prestar diretamente, ou submeter ao regime de concessão ou permissão, mediante licitação, os serviços públicos de interesse local, incluindo o transporte coletivo, que tem caráter essencial;

IV - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;

V - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VI - elaborar o Plano Diretor de Zortéa e o Plano de Metas do Governo Municipal;

VII - promover o adequado ordenamento territorial, mediante controle do uso e da ocupação do solo e respeito às exigências ambientais, dispondo sobre parcelamento, zoneamento e edificações e fixando as limitações urbanísticas, podendo, quanto aos estabelecimentos e às atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços:

a) conceder ou renovar a autorização ou a licença, conforme o caso, para a sua construção ou funcionamento;

b) conceder a licença de ocupação ou "habite-se" após vistoria de conclusão de obras que ateste a sua conformidade com o projeto e o cumprimento das condições especificadas em lei;

c) revogar ou cassar a autorização ou a licença, conforme o caso, daquele cujas atividades se tornem prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem-estar, à recreação, ao sossego ou aos bons costumes, ou se mostrem danosas ao meio ambiente;

d) promover o fechamento daqueles que estejam funcionando sem autorização ou licença, ou depois de sua revogação, anulação ou cassação, podendo interditar atividades, determinar ou proceder à demolição de construção ou edificação, nos casos e de acordo com a lei;

VIII - prover a limpeza dos logradouros públicos e a gestão integrada dos resíduos sólidos;

IX - dispor sobre os serviços funerários, a administração dos cemitérios públicos e a fiscalização dos cemitérios particulares;

X - dispor sobre a publicidade externa, em especial sobre a exibição de cartazes e anúncios, ou quaisquer outros meios de publicidade ou propaganda em logradouros públicos ou visíveis destes, ou em locais de acesso ao público;

XI - dispor sobre a apreensão, o depósito e o destino de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal;

XII - promover a proteção ao meio ambiente e o controle da poluição ambiental;

XIII - preservar a ordem pública e dispor sobre espetáculos e diversões públicas;

XIV - dispor sobre a utilização dos logradouros públicos, disciplinando:

a) os locais de estacionamento;

b) os itinerários e os pontos de parada dos veículos de transporte coletivo;

c) os limites e a sinalização das áreas de silêncio;

d) os serviços de carga e descarga e a tonelagem máxima permitida;

e) a realização e a sinalização de obras e serviços nas vias e logradouros públicos;

f) a acessibilidade;

XV - disciplinar o trânsito local, sinalizando as vias urbanas e as estradas municipais, aplicar penalidades e promover a arrecadação de multas, especialmente as relativas ao trânsito urbano, nos termos da legislação federal;

XVI - dispor sobre a aquisição, a administração, a utilização e a alienação de bens do Município;

XVII - dispor sobre os seus servidores;

XVIII - dispor sobre as atividades urbanas, fixando o horário de funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços;

XIX - estabelecer e manter atualizado um sistema de informações físicas, territoriais, sociais e econômicas, tendo por finalidade o acompanhamento do desenvolvimento e das transformações do Município;

XX - dispor sobre o comércio ambulante, feiras e exposições em geral;

XXI - desapropriar bens por necessidade, utilidade pública ou interesse social;

XXII - estabelecer servidões administrativas e usar a propriedade particular nos casos de perigo iminente ou calamidade pública, assegurada indenização ulterior caso ocorra dano;

XXIII - instituir e aplicar penalidades por infração às suas leis e aos seus regulamentos;

XXIV - manter a Guarda Municipal como instrumento de preservação da ordem pública e para a proteção de bens, serviços e instalações, conforme dispõem a Constituição da República e a legislação pertinente;

XXV - exercer o poder de polícia em tudo o que for de seu peculiar interesse;

XXVI - criar, organizar e suprimir bairros, e modificar-lhes o nome mediante consulta à população e observada a legislação.

§1º As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da Lei, desde que atendam ao peculiar interesse do Município e ao bem-estar de sua população e não conflitem com as competências federal e estadual.

§2º As normas de edificação e parcelamento do solo urbano a que se refere o inciso VII deste artigo deverão obedecer às legislações federal e municipal específicas e pertinentes à matéria.

§3º A Lei que dispuser sobre a Guarda Municipal, destinada à proteção dos bens, serviços e instalações municipais, estabelecerá sua organização e competência.

§4º A política de desenvolvimento urbano, com o objetivo de ordenar as funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, deve ser consubstanciada em Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, nos termos do art. 182, §1º, da Constituição da República.

Art. 7º-B. Compete ao Município, respeitadas as normas de

cooperação fixadas em lei, de forma concorrente e cumulativa com a União e o Estado: (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas;

II - cuidar da saúde e da assistência pública, da proteção e da garantia de acessibilidade às pessoas com deficiência;

III - proteger os documentos, os monumentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, as paisagens naturais notáveis, os sítios geológicos e arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição, a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural e a destruição ou descaracterização de paisagens naturais notáveis e de sítios geológicos e arqueológicos;

V - proporcionar meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI - proteger o meio ambiente, em todas as suas formas, assegurando a sua sustentabilidade e a qualidade de vida do cidadão;

VII - conservar as florestas, a fauna e a flora, os rios, as bacias hidrográficas e a biodiversidade;

VIII - estabelecer a política municipal do abastecimento, com o objetivo geral de promoção da segurança alimentar à população, especialmente àquela em situação de risco social, melhorando o seu padrão nutricional e facilitando o acesso a produtos alimentícios básicos de qualidade e com baixo custo;

IX - promover programas de construção de moradias e melhoria de condições habitacionais, de infraestrutura e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e de exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XII - estabelecer e implantar políticas formais e informais de educação para o trânsito, o meio ambiente e a inclusão social.

Parágrafo único. Fica assegurada ao Município a participação em consórcios públicos e convênios de cooperação com os demais entes federados para a gestão associada de serviços públicos, bem como para a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços.

Art. 7º-C. Ao Município é vedado: (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre pessoas políticas;

IV - permitir ou fazer uso de estabelecimento gráfico, jornal, estação de rádio ou outro meio de comunicação de sua propriedade para fins estranhos à administração e ao interesse público.

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

(Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

CAPÍTULO I

PODERES MUNICIPAIS

Art. 8º São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§1º É vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições; quem estiver investido na função de um deles não pode exercer a de outro. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§2º Têm os Poderes do Município as seguintes funções, que são exercidas prevalentemente: (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

I - pelo Legislativo, as funções legislativas, de fiscalização e de controle; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

II - pelo Executivo, as funções executivas, compreendidas as de

governo e de administração. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Parágrafo único. O exercício prevalente das funções do Legislativo e do Executivo não impede os atos de colaboração e a prática de atos compreendidos em uma e outra função, nos termos da Constituição da República e desta Lei Orgânica. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

CAPÍTULO II PODER LEGISLATIVO

Seção I Câmara Municipal

Art. 9º O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, com autonomia política, administrativa e financeira, composta por Vereadores, representantes do povo, na forma da Constituição da República. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 10. A Câmara Municipal é composta por Vereadores eleitos pelo voto direto e secreto. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos, correspondendo cada ano a uma sessão legislativa. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 11. O número de vereadores, proporcional à população do Município, será fixado pela Câmara Municipal, por meio de lei específica, em cada legislatura para a subsequente, até 180 (cento e oitenta) dias antes das eleições, obedecidos os limites estabelecidos na Constituição da República. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 12. As deliberações da Câmara Municipal e das Comissões Permanentes e Temporárias serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros, salvo disposição em contrário desta Lei Orgânica.

Art. 13. Nenhuma deliberação sobre projetos em trâmite no Plenário da Câmara Municipal ou nas comissões legislativas permanentes e temporárias será tomada por votos de lideranças de bancadas, do governo e de blocos parlamentares.

Seção II Atribuições da Câmara Municipal

Art. 14. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito Municipal, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente: (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

I - legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e estadual, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e remissão de dívidas; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

II - votar o orçamento anual, o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

III - deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

IV - autorizar a concessão de auxílios e subvenções; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

V - autorizar a concessão do direito real de uso de bens municipais; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

VI - autorizar a concessão de serviços públicos; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

VII - autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

VIII - autorizar a alienação de bens móveis e imóveis; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

IX - autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo; (Redação dada pela Emenda à LOM n.

01/2012)

X - autorizar criação, alteração e extinção de cargos, empregos e funções públicas municipais e fixar os respectivos vencimentos; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XI - aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XII - autorizar a criação da Guarda Municipal, nos termos da Constituição da República, fixar e modificar o seu efetivo; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XIII - aprovar a delimitação do perímetro urbano; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XIV - autorizar a constituição de consórcios com outros Municípios; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XV - autorizar a alteração da denominação de ruas, vias e logradouros públicos; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XVI - dispor, na forma de Lei Complementar Estadual, sobre a criação, a organização, a fusão e a supressão de distritos, mediante prévia consulta por plebiscito; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XVII - aprovar a criação e a modificação estrutural dos órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XVIII - aprovar e estabelecer normas urbanísticas, particularmente as relativas a zoneamento e loteamento; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XIX - normatizar, por meio de Lei Complementar, os projetos de lei de iniciativa popular de interesse do Município e dos distritos, nos termos da Constituição da República; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XX - aprovar a criação, a estrutura, a transformação e a extinção de empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações públicas municipais. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 15. Compete privativamente à Câmara Municipal:

I - elaborar e votar o seu Regimento Interno; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

II - eleger sua Mesa Diretora, bem como destituí-la, na forma regimental; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, poder de polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços, e sua iniciativa para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

IV - dar posse ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores, conhecer de sua renúncia e afastá-los definitivamente do exercício do cargo; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

V - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores para afastamento do cargo; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

VI - autorizar o Prefeito, por necessidade de serviço, a ausentar-se do Município por mais de quinze dias; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

VII - fixar o subsídio dos agentes políticos, até 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento da legislatura para a subsequente, nos termos da Constituição da República e desta Lei Orgânica; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

VIII - encaminhar pedido de informações, por escrito, ao Prefeito, ao Secretário do Município ou à autoridade equivalente, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, bem como a prestação de informações falsas; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

IX - convocar os secretários e dirigentes de órgão da administração direta, ou de empresas públicas, de economia mista, autarquias e fundações criadas e mantidas pelo Poder Público Municipal, para prestar informações sobre matéria de sua competência, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de incorrerem em crime de responsabilidade; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

X - fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa do Poder Executivo; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XII - julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de 90 (noventa) dias do seu recebimento, e exercer fiscalização orçamentária; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XIII - proceder à tomada de contas do Prefeito quando não apresentadas à Câmara Municipal no prazo legal; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XIV - representar ao Ministério Público, por 2/3 (dois terços) de seus membros, e instaurar processos contra seus agentes políticos pela prática de crime contra a administração pública; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XV - mudar temporariamente sua sede; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XVI - resolver definitivamente sobre convênios, consórcios ou acordos que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio municipal; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XVII - julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em Lei; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XVIII - criar comissões especiais de inquérito sobre fato determinado que se inclua no âmbito de sua competência, desde que requerido por 1/3 (um terço) de seus membros; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XIX - autorizar referendo e convocar plebiscito; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XX - decretar a perda do mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos e nos termos da legislação aplicável; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XXI - autorizar a realização de empréstimo, operação ou acordo externo de qualquer natureza de interesse do Município; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XXII - deliberar sobre adiantamento e suspensão de suas reuniões; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XXIII - conceder honrarias a pessoas que, reconhecida e comprovadamente, tenham prestado serviços relevantes ao Município; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XXIV - decidir sobre a perda do mandato de Vereador, nas hipóteses previstas nesta Lei Orgânica; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XXV - solicitar ao Tribunal de Contas do Estado inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas do Legislativo e do Executivo e nos órgãos da administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Municipal; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XXVI - organizar as funções fiscalizadoras da Câmara Municipal; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XXVII - enviar ao Chefe do Poder Executivo as propostas do Poder Legislativo relativas à elaboração das peças orçamentárias; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XXVIII - solicitar intervenção do Estado no Município nos casos previstos em lei; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XXIX - destituir do cargo o Prefeito e o Vice-Prefeito após condenação transitada em julgado por crime comum ou de responsabilidade; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XXX - dar publicidade de seus atos e pedidos de informação, bem como dos resultados aferidos pelas comissões processantes, de inquérito e especial. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Parágrafo único. A Câmara Municipal delibera, mediante resolução, sobre assuntos de economia interna e nos casos de sua competência privativa, por meio de Decreto Legislativo. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Seção III

Sessões da Câmara

Art. 16. A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, de 21 de janeiro a 14 de julho, e de 1º de agosto a 14 de dezembro, salvo no primeiro ano de cada legislatura, quando as sessões legislativas ordinárias serão iniciadas na primeira terça-feira útil subsequente à data da posse, sem prejuízo do recesso de 15 a 31 de julho. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§1º As sessões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos ou feriados. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§2º A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§3º A Câmara Municipal reunir-se-á, em Sessão de Instalação Legislativa, em 1º de janeiro de cada ano subsequente à eleição municipal, às 8 (oito) horas, para posse de seus membros, do Prefeito e do Vice-Prefeito e para eleição e posse da Mesa. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§4º Durante a posse, o Presidente prestará o seguinte compromisso: (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

"PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA E AS DEMAIS LEIS, DESEMPENHAR COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI OUTORGADO, PROMOVER O BEM GERAL DO POVO E DE ZORTÉA, EXERCENDO COM PATRIOTISMO AS FUNÇÕES DE VEREADOR."

§5º Atendido o disposto no parágrafo anterior deste artigo, o Secretário designado para este fim fará a chamada de cada Vereador, que deverá proferir a declaração: "ASSIM O PROMETO". (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 16-A. A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á pelo seu Presidente, pelo Prefeito, ou a requerimento da maioria dos Vereadores, em caso de urgência ou de interesse público relevante. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§1º A convocação extraordinária da Câmara, pelo Prefeito, dar-se-á apenas no período de recesso, conforme dispuser o Regimento Interno.

§2º A Câmara reunir-se-á em sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme dispuser o seu Regimento Interno, e as remunerará de acordo com o estabelecido em legislação específica.

§3º As sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário tomada por 2/3 (dois terços) de seus membros, quando ocorrer motivo relevante.

§4º Na sessão extraordinária, a Câmara deliberará somente sobre a matéria para a qual for convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória em razão da convocação.

§5º Durante o período da convocação extraordinária, as comissões permanentes reunir-se-ão conjuntamente para análise concomitante e definitiva das proposições objeto da convocação.

§6º As sessões só poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

Seção IV

Mesa Diretora

Art. 17. A Mesa Diretora será composta por Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, eleitos para o mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo nas eleições imediatamente subsequentes, na mesma legislatura. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Parágrafo único. As competências, as atribuições e as formas de substituição, eleição, posse e destituição dos membros da Mesa Diretora serão definidas no Regimento Interno. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Seção V

Eleições

Art. 18. Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais idoso entre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa por voto público e maioria absoluta de votos, considerando-se automaticamente empossados os eleitos. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§ 1º Se o candidato não obtiver maioria absoluta de votos, proceder-se-á imediatamente a nova votação, considerando-se eleito o mais votado, ou no caso de empate, o mais idoso. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§ 2º Não havendo número legal, o Vereador que estiver investido nas funções de Presidente dos trabalhos convocará sessões diárias até que haja quorum exigido e seja eleita a Mesa. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Seção VI Comissões

Art. 19. A Câmara terá comissões legislativas permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no Regimento Interno. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§1º Fica assegurado, tanto quanto possível, o princípio da representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da Câmara na composição das comissões legislativas permanentes e temporárias. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§2º Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe: (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de 3/10 (três décimos) dos membros da Casa;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar secretários e diretores para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV - convocar titulares da administração indireta para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições e aos serviços próprios do órgão respectivo;

V - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades públicas municipais;

VI - solicitar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VII - apreciar e emitir parecer sobre programas de obras e planos municipais de desenvolvimento.

§3º As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, para apuração de fatos determinados e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Seção VII Das Deliberações (Incluída pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 19-A. A discussão e a votação da matéria constante da ordem do dia serão realizadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Casa. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§1º O voto será público e aberto, exceto nas deliberações referentes às penalidades aos Vereadores e ao Prefeito e na apreciação de vetos, para as quais será secreto.

§2º Dependerá de voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara:

I - a deliberação sobre as contas do Município contra o parecer prévio do Tribunal de Contas;

II - a destituição de componente da Mesa;

III - a representação contra o Prefeito Municipal;

IV - a aprovação de emenda à Lei Orgânica;

V - a aprovação de proposta para mudança do nome do Município;

VI - a aprovação do Regimento Interno da Câmara Municipal;

VII - a aprovação do Plano Diretor de Zortéa.

§3º Dependerá de voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara:

I - a rejeição do veto do Prefeito;

II - a mudança de local de funcionamento da Câmara Municipal;

III - a aprovação de leis complementares.

§4º Será nula a votação que não for processada nos termos desta Lei.

Subseção I Disposições Gerais

Art. 20. O Vereador é inviolável, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Parágrafo único. No exercício do mandato, mesmo sem prévio aviso, o Vereador possui livre acesso às repartições públicas municipais, podendo diligenciar pessoalmente junto aos órgãos da administração direta e indireta e solicitar esclarecimentos e informações a respeito de ações e atos administrativos, devendo ser atendido pelos respectivos responsáveis, na forma da lei. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 21. Os Vereadores não são obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram informações.

Art. 22. É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou a percepção de vantagens indevidas.

Subseção II Incompatibilidades

Art. 23. Os Vereadores não poderão: (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

I - desde a expedição do diploma:

a) participar de licitação, firmar ou manter contrato com o Município, com pessoa jurídica de direito público, autarquia, sociedade de economia mista, empresa pública, fundação e empresa concessionária de serviço público municipal; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades constantes da alínea anterior; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

II - desde a posse:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com o Município, ou nele exercer função remunerada; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades referidas na alínea 'a' do inciso I; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea 'a' do inciso I; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Parágrafo único. O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente não perderá o mandato e será considerado automaticamente licenciado. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 24. Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo em caso de licença

ou missão oficial autorizada;

IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V – quando decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição da República;

VI – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VII – que deixar de residir no Município;

VIII – que deixar de tomar posse, sem motivo justificado, dentro do prazo estabelecido no Regimento Interno.

§1º Extingue-se o mandato e assim será declarado pelo Presidente da Câmara quando ocorrer o falecimento ou a renúncia por escrito de Vereador.

§2º Nos casos dos incisos I, II, VI e VII deste artigo, a perda do mandato será decidida pela Câmara, por voto secreto e por maioria absoluta, mediante provocação da Mesa Diretora ou de partido político representado pela Câmara, assegurada ampla defesa.

§3º Nos casos previstos pelos incisos III, IV, V e VIII, a perda do mandato será pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer Vereador ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§4º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os parágrafos anteriores. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 25. Aplicam-se de ofício as normas da Constituição da República ao servidor público no exercício de vereança, inclusive a inamovibilidade pelo tempo de duração de seu mandato, quando ocupante de cargo, emprego ou função pública municipal.

Subseção III

Licenças e Suplentes

Art. 26. O Vereador pode se licenciar:

I – por motivo de saúde, devidamente comprovado;

II – para tratar de interesses particulares, por prazo determinado nunca inferior a 30 (trinta) dias consecutivos, não podendo a soma dos dias de licenças ser superior a 120 (cento e vinte) dias em cada sessão legislativa;

III – para ser investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, sendo neste caso automaticamente licenciado.

§1º Nos casos dos incisos I e II, não pode o Vereador reassumir antes de esgotado o prazo de sua licença.

§2º Não tem direito a remuneração o Vereador licenciado para tratar de assuntos particulares.

§3º Pode o Vereador optar pela remuneração de vereança quando investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente.

§4º O Vereador afastado com a devida aprovação do plenário para o desempenho de missões temporárias de interesses do Município não será considerado licenciado, fazendo jus a sua remuneração estabelecida.

Art. 27. O suplente de Vereador será formalmente convocado pelo Presidente da Câmara no caso de vaga, licença ou investidura do Vereador no cargo de Secretário Municipal ou equivalente.

§1º O suplente poderá formalmente abdicar do direito ao exercício do cargo, situação em que não perderá a qualidade de suplente e a condição de exercício do cargo em futuras convocações, assegurando-se-lhe, nesta última hipótese, a precedência sobre os suplentes subsequentes. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§2º Na ocorrência de vaga, não havendo suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato no prazo de 48 (quarenta e oito) horas ao Tribunal Regional Eleitoral.

§3º Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quorum em função dos Vereadores remanescentes.

Subseção IV

Presidência, Vice-Presidência e Secretários

Art. 28. O presidente da Câmara Municipal representa o Poder Legislativo, judicial e extrajudicialmente.

Parágrafo único. Compete ao Presidente da Câmara Municipal, entre outras atribuições: (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

I - representar a Câmara Municipal, em juízo ou fora dele;

II - baixar as resoluções e os decretos legislativos aprovados pela Câmara Municipal;

III - promulgar as leis não sancionadas ou não promulgadas pelo Prefeito;

IV - encaminhar pedido de intervenção no Município, nos casos previstos pela Constituição da República.

Art. 29. Ao Vice-Presidente cabe substituir o Presidente da Câmara em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças.

Art. 30. As atribuições e os procedimentos do Presidente, do Vice-Presidente e dos Secretários serão definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal.

Seção VIII

(Renumerada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Processo Legislativo

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 31. O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

I – emendas à Lei Orgânica Municipal;

II – leis complementares;

III – leis ordinárias;

IV – leis delegadas;

V – decretos legislativos;

VI – resoluções.

Parágrafo único. O Regimento Interno da Câmara Municipal disporá sobre o Decreto Legislativo e a Resolução, que não dependem da sanção ou do veto do Prefeito Municipal, obedecido o preceituado sobre o processo legislativo, no que couber, nesta Lei Orgânica.

Subseção II

Emendas à Lei Orgânica Municipal

Art. 32. A Lei Orgânica Municipal será emendada mediante proposta:

I – de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal;

II – do Prefeito Municipal;

III – de iniciativa popular, subscrita pelo menos por 10% (dez por cento) do eleitorado do Município.

§1º A proposta de emenda à Lei Orgânica será votada em dois turnos de discussão e votação, considerando-se aprovada quando obtiver, em cada turno, 2/3 (dois terços) dos votos dos membros da Câmara.

§2º A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem.

§3º A matéria constante de proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Subseção III

Leis

Art. 33. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou comissão legislativa permanente, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 34. É de competência privativa do Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

I – o regime jurídico dos servidores públicos municipais;

II – a criação de cargos, empregos e funções na administração pública direta, autárquica e fundacional do Município, ou o aumento da sua remuneração; seguindo o concurso público e observando a

constitucionalidade;

III – o orçamento anual, as diretrizes orçamentárias e o plano plurianual;

IV – o Plano Diretor de Desenvolvimento e Expansão Urbana;

V – a criação, a estrutura e a competência dos órgãos da Administração Pública do Município.

Art. 35. A iniciativa popular é exercida pela apresentação, à Câmara Municipal, de projeto de lei subscrito no mínimo por 10% (dez por cento) dos eleitores inscritos no Município, com conteúdo de interesse específico do Município, da cidade, do distrito ou do bairro.

Art. 36. Os procedimentos da iniciativa popular serão regulamentados no Regimento Interno, respeitando as normas relativas ao processo legislativo.

Art. 37. Além de outros casos previstos nesta Lei Orgânica, serão complementares as Leis que dispuserem sobre:

I – plano diretor de desenvolvimento e expansão urbana;

II – código tributário do Município;

III – código de posturas municipais;

IV – estatuto dos servidores públicos municipais;

V – criação de cargos, empregos e funções na administração pública direta, autárquica e fundacional do Município;

VI – criação, estruturação e competência dos órgãos da administração pública municipal;

VII – regime jurídico único dos servidores e plano de carreira;

VIII – diretrizes municipais da educação;

IX – diretrizes municipais da saúde e da assistência social;

X – organização previdenciária pública municipal;

XI – plebiscito e referendo.

Parágrafo único. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 38. Não será admitido aumento da despesa prevista:

I – nos projetos de iniciativa popular;

II – nos projetos de iniciativa do Poder Legislativo;

III – nos projetos de iniciativa do Prefeito Municipal, salvo se indicada a fonte de recursos.

Art. 39. O Prefeito poderá solicitar urgência para a apreciação de projetos de sua iniciativa considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de 30 (trinta) dias.

§1º Decorrido sem deliberação o prazo fixado no caput deste artigo, o projeto será obrigatoriamente incluído na ordem do dia para que se ultime sua votação, sobrestando-se a deliberação quanto às demais matérias, com exceção de vetos e leis orçamentárias.

§2º O prazo previsto neste artigo não corre nos períodos de recesso da Câmara nem se aplica aos projetos de codificação.

Art. 40. O projeto será aprovado pela Câmara em um só turno de discussão e votação e enviado no prazo de 10 (dez) dias úteis pelo Presidente da Câmara ao Prefeito que, concordando, o sancionará no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§1º Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito importará sanção, sendo o projeto de lei promulgado pelo Presidente da Câmara Municipal.

§2º Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo total ou parcialmente no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto.

§3º O veto deverá ser sempre justificado, e quando parcial, abrangerá o texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

§4º O veto será apreciado pela Câmara no prazo de 20 (vinte) dias contados do seu recebimento, em uma única discussão e votação.

§5º O veto somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores, realizada a votação em escrutínio secreto.

§6º Esgotado sem deliberação o prazo previsto no §4º deste artigo, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até sua votação final.

§7º Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito em 48 (quarenta e oito) horas para promulgação.

§8º Se o Prefeito não promulgar a lei em 48 (quarenta e oito) horas nos casos dos §§1º e 7º, o presidente da Câmara a promulgará, e

se este não o fizer no mesmo prazo de 48 (quarenta e oito) horas, caberá ao Vice-Presidente obrigatoriamente fazê-lo.

§9º A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§10 Na apreciação do veto, a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação ao texto.

§11 O prazo previsto no §4º não corre nos períodos de recesso da Câmara.

Art. 41. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 42. As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

§1º Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva da Câmara Municipal, a matéria reservada a Lei Complementar e a legislação sobre os Planos Plurianuais, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos.

§2º A delegação ao Prefeito terá a forma de decreto legislativo, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§3º Se o decreto legislativo determinar a apreciação da lei delegada pela Câmara Municipal, essa o fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Seção IX

(Renumerada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

(Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 43. A fiscalização das contas do Município e suas entidades da administração indireta, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, é exercida pelo Poder Legislativo Municipal mediante controle externo e pelo controle interno do Poder Executivo Municipal.

§1º O controle interno exercido pelo Poder Executivo, principalmente baseado nas informações contábeis, tem por objetivos:

I – a avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na execução dos programas do governo municipal;

II – a comprovação da legalidade das contas e a avaliação de resultados quanto à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, como da aplicação de recursos públicos municipais por entidades de iniciativa privada;

III – o controle dos empréstimos e dos financiamentos, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV – o apoio ao controle externo, no exercício de sua missão institucional.

§2º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§3º O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara devem apresentar anualmente só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

§4º Sujeitam-se a tomada ou a prestação de contas os agentes da Administração Municipal responsáveis por bens e valores pertencentes ou confiados à Fazenda Municipal.

§5º Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens ou valores públicos ou pelos quais o Município responda ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 44. O Prefeito encaminhará as contas da Administração Municipal, até o dia 28 de fevereiro subsequente ao encerramento da sessão legislativa, à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 45. Se até o prazo do artigo anterior não tiverem sido apresentadas as referidas contas à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado, à comissão legislativa permanente compete fazê-lo em 30 (trinta) dias.

Art. 46. Apresentadas as contas, o presidente da Câmara as colocará pelo prazo de 60 (sessenta) dias à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, o qual poderá questioná-las, na forma da lei.

§1º O Regimento Interno da Câmara disporá sobre o procedimento do exame público das contas municipais, observadas as normas desta Lei Orgânica.

§2º Vencido o prazo deste artigo, as contas e as questões levantadas serão enviadas ao Tribunal de Contas do Estado para emissão de parecer prévio.

§3º Recebido o parecer prévio, a comissão legislativa permanente responsável dará seu parecer sobre as contas em 15 (quinze) dias, encaminhando-o à Mesa Diretora e ao Plenário para deliberação.

Art. 47. A comissão legislativa permanente competente, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar da autoridade responsável que, no prazo de 5 (cinco) dias, preste esclarecimentos.

§1º Não prestados esclarecimentos ou considerados insuficientes, a comissão legislativa permanente solicitará ao Tribunal de Contas do Estado pronunciamento conclusivo sobre a matéria, em caráter de urgência.

§2º Entendendo o Tribunal de Contas do Estado como irregular a despesa, a comissão legislativa permanente responsável, se julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá à Câmara a sua sustação.

Art. 48. Qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical é parte legítima para, nos termos da Lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades das Contas do Município perante a comissão permanente competente, o Tribunal de Contas do Estado e outros órgãos competentes. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Seção X

(Renumerada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Remuneração

Art. 49. O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores serão remunerados por subsídio fixado em parcela única pela Câmara Municipal, por lei específica de sua iniciativa, em cada legislatura para a subsequente, aprovada e promulgada até 180 (cento e oitenta) dias antes do término da legislatura, observados os critérios fixados na Constituição da República, na Constituição Estadual e nesta Lei Orgânica Municipal. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§1º É vedada a concessão de ajuda de custo, ressalvada a indenização de despesas ou o pagamento de diárias, quando o Vereador se encontrar em missão de representação autorizada pela Câmara Municipal.

§2º Os subsídios são irredutíveis e somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data da revisão da remuneração dos servidores públicos e sem distinção de índices.

§3º O Presidente da Mesa fará jus a subsídio fixado em parcela única acrescido de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) do valor do subsídio definido para os demais Vereadores.

§4º O substituto legal que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou nas ausências do Presidente da Câmara Municipal, fará jus a recebimento do valor do subsídio mensal do Presidente previsto neste artigo, proporcionalmente ao período da substituição, por mês ou fração.

§5º Em caso de substituição, os Vereadores suplentes terão direito ao valor do subsídio mensal proporcional a 1/30 (um trigésimo) por dia de substituição.

§6º O subsídio mensal dos Vereadores será pago durante os recessos parlamentares, independentemente de convocação de sessão legislativa extraordinária.

§7º As sessões plenárias extraordinárias, nos termos da Constituição da República e da Lei Municipal, não serão remuneradas.

§8º A ausência de Vereador ensejará um desconto em seu subsídio

mensal:

I - nas sessões ordinárias e extraordinárias, o desconto será proporcional ao número total de sessões ocorridas no mês;

II - nas reuniões das comissões temáticas, para cada falta apurada, o desconto será de 2% (dois por cento) do total do subsídio mensal.

CAPÍTULO III

PODER EXECUTIVO

Seção I

Prefeito Municipal

Art. 50. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos secretários municipais. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 51. O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos em pleito e simultaneamente, para cada legislatura, em sufrágio universal e secreto. Parágrafo único. O mandato do Prefeito é de quatro anos, permitida a reeleição para o período subsequente, e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 52. O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição e prestarão compromisso nos termos desta Lei Orgânica e do Regimento Interno da Câmara Municipal.

§1º O Prefeito prestará o seguinte compromisso:

"PROMETO DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA E AS DEMAIS LEIS, DESEMPENHANDO COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI OUTORGADO E EXERCENDO COM PATRIOTISMO AS FUNÇÕES DO MEU CARGO". (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§2º Se, decorridos 10 (dez) dias da data fixada, salvo motivo de força maior, o Prefeito ou o Vice-Prefeito eleito não tomar posse dos respectivos cargos, estes serão declarados vagos. (Renumerado pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§3º Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o Vice-Prefeito, e na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara Municipal. (Renumerado pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§4º O Prefeito e o Vice-Prefeito deverão se desincompatibilizar no ato de suas respectivas posses. (Renumerado pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 53. O Vice-Prefeito não poderá se recusar a substituir o Prefeito, sob pena de extinção do mandato.

§1º O Vice-Prefeito, além de outros encargos que lhe forem atribuídos pela lei, auxiliará o Prefeito sempre que por ele convocado para missões especiais.

§2º A investidura do Vice-Prefeito em Secretaria Municipal não impedirá as funções previstas no parágrafo anterior.

Art. 54. Em casos de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito ou de vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício do cargo de Prefeito o Presidente da Câmara Municipal.

§1º Na falta ou impedimento do Vice-Prefeito, e não querendo assumir o Presidente da Câmara Municipal o cargo de Prefeito, este será distribuído automaticamente e nova eleição ocorrerá para ocupar o cargo vago em decorrência de sua recusa.

§2º Vagando os cargos de Prefeito e de Vice-Prefeito, far-se-á nova eleição 90 (noventa) dias após a abertura da última vaga.

§3º Ocorrendo a vacância nos últimos 2 (dois) anos do período governamental, a eleição para ambos os cargos será feita 30 (trinta) dias depois da última vaga pela Câmara de Vereadores, por voto secreto e maioria absoluta.

§4º Se, no caso do parágrafo anterior, no primeiro escrutínio nenhum candidato obtiver essa maioria, a eleição se fará em segundo escrutínio por maioria relativa, considerando-se eleito o mais idoso no caso de empate.

§5º Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período

de seus antecessores.

Art. 55. O Prefeito ou o Vice-Prefeito não poderá, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a 15 (quinze) dias, sob pena de perda do cargo.

Parágrafo único. Tempestivamente, o Prefeito e o Vice-Prefeito oficiarão à Câmara Municipal, comunicando o destino, o prazo de duração e os objetivos de sua viagem. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 56. O Prefeito poderá se licenciar quando impossibilitado de exercer o cargo por motivo de doença comprovada.

§1º O Prefeito gozará férias anuais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de remuneração, ficando a seu critério a época para usufruir do descanso.

§2º No caso deste artigo ou de ausência em missão oficial, o Prefeito licenciado não perderá seu remuneração.

Art. 57. Compete privativamente ao Prefeito:

I – nomear, exonerar ou indicar, conforme o caso, os Secretários Municipais, os titulares de distrito e de órgãos da administração descentralizada e os dirigentes da administração indireta;

II – exercer, com o auxílio dos Secretários Municipais, a direção da Administração Municipal;

III – indicar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

IV – enviar à Câmara Municipal as diretrizes orçamentárias, os orçamentos anuais e o plano plurianual do Município;

V – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

VI – vetar projeto de lei, total ou parcialmente, por inconstitucionalidade ou no interesse público plenamente justificado; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

VII – dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública Municipal, na forma da lei;

VIII – comparecer ou remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal, por ocasião da abertura de sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;

IX – prestar anualmente à Câmara Municipal, até o dia 28 de fevereiro, as contas do Município e suas entidades da administração indireta referentes ao exercício anterior;

X – prover e extinguir os cargos e os empregos públicos municipais, na forma da lei;

XI – representar o Município;

XII – celebrar convênios ou consórcios com entidades públicas ou particulares, na forma da lei, remetendo extrato simplificado com o conteúdo e a abrangência à Câmara Municipal de Zortéa, no prazo de 15 (quinze) dias contados da assinatura, sem prejuízo da possibilidade de requisição por esta do inteiro teor desses instrumentos, com remessa em igual prazo; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XIII – decretar, nos termos da lei, desapropriações por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social;

XIV – prestar à Câmara, dentro de 30 (trinta) dias, as informações solicitadas, podendo o prazo ser prorrogado a pedido pela complexidade da matéria ou pela dificuldade de obtenção de dados solicitados;

XV – publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre, relatório resumido da execução orçamentária;

XVI – entregar à Câmara Municipal, até o dia 20 (vinte) de cada mês, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias;

XVII – solicitar o auxílio das forças policiais para garantir o cumprimento de seus atos, na forma da lei;

XVIII – decretar calamidade pública ou estado de emergência sempre que ocorrerem fatos que justifiquem;

XIX – convocar extraordinariamente a Câmara Municipal para deliberar sobre matéria de interesse público relevante e urgente; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XX – fixar as tarifas dos serviços públicos concedidos, permitidos ou autorizados, bem como daqueles explorados pelo próprio Município, conforme critérios estabelecidos na legislação municipal;

XXI – (Revogado pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XXII – superintender a arrecadação de tributos e preços, bem como a guarda e a aplicação da receita, autorizando as despesas e os pagamentos dentro da disponibilidade orçamentária e dos créditos autorizados pela Câmara;

XXIII – aplicar multas previstas na legislação e nos contratos ou convênios, bem como relevá-las quando for o caso;

XXIV – realizar audiências públicas com as entidades da sociedade civil e com os membros da comunidade;

XXV – resolver sobre os requerimentos, as reclamações ou as representações que lhe forem dirigidas.

Parágrafo único. O Prefeito poderá delegar as atribuições previstas nos incisos XII, XXII e XXV deste artigo.

Art. 57-A. O Prefeito, eleito ou reeleito, apresentará o Programa de Metas de sua gestão até 90 (noventa) dias após sua posse, que conterá as ações estratégicas, os indicadores e as metas quantitativas para cada um dos setores da Administração Pública Municipal. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§1º O Programa de Metas será amplamente divulgado, por meio eletrônico, pela mídia impressa e radiofônica e publicado no Diário Oficial do Município.

§2º O Poder Executivo promoverá, dentro de 30 (trinta) dias após o término do prazo a que se refere este artigo, debate público sobre o Programa de Metas mediante audiências públicas gerais e temáticas.

§3º O Poder Executivo divulgará semestralmente os indicadores de desempenho relativos à execução dos diversos itens do Programa de Metas.

§4º O Prefeito poderá proceder a alterações programáticas no Programa de Metas, justificando-as por escrito e divulgando-as amplamente pelos meios de comunicação previstos neste artigo.

§5º Os indicadores de desempenho serão elaborados e fixados conforme os seguintes critérios:

a) promoção do desenvolvimento ambientalmente, socialmente e economicamente sustentável;

b) inclusão social, com redução das desigualdades sociais;

c) atendimento das condições sociais da cidade, com melhoria da qualidade de vida urbana;

d) promoção do cumprimento da função social da propriedade;

e) promoção e defesa dos direitos fundamentais individuais e sociais de toda pessoa humana;

f) promoção de meio ambiente ecologicamente equilibrado e combate à poluição sob todas as suas formas;

g) universalização do atendimento dos serviços públicos municipais com observância das condições de regularidade; continuidade; eficiência, rapidez e cortesia no atendimento ao cidadão; segurança; atualidade com as melhores técnicas, métodos, processos e equipamentos; e modicidade das tarifas e preços públicos que considerem diferentemente as condições econômicas da população.

§6º Ao final de cada ano, o Prefeito divulgará o relatório da execução do Programa de Metas, o qual será disponibilizado integralmente pelos meios de comunicação previstos neste artigo.

Art. 58. No ato de posse e ao término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração pública de seus bens, resumida em atas transcritas em livro próprio da Câmara e divulgada para conhecimento público.

Seção II

Limitações ao Prefeito

Art. 59. O Prefeito e o Vice-Prefeito, desde a posse e sob pena de perda de mandato, não poderão:

I – firmar ou manter contratos com o Município ou com suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviços públicos municipais, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

II – aceitar ou exercer cargo, ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível ad nutum, na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público,

aplicando-se nesta hipótese a regra constitucional;
III – ser titular de mais de um mandato eletivo;
IV – patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades mencionadas no inciso I deste artigo;
V – ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o Município ou nela exercer função remunerada;
VI – fixar residência fora do Município.
Parágrafo único. Ao Vice-Prefeito não se aplicam as vedações do inciso II deste artigo, sendo-lhe facultado optar pela remuneração.

Seção III Responsabilidade do Prefeito

Art. 60. Os crimes que o Prefeito praticar no exercício do mandato ou em decorrência dele, por infrações penais comuns ou por crime de responsabilidade, serão julgados perante o Tribunal de Justiça do Estado.

§1º A lei disporá sobre os crimes de responsabilidade e estabelecerá normas para sua apuração. (Renumerado do Parágrafo único pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§2º A Câmara Municipal processará e julgará o Prefeito e o Vice-Prefeito nas infrações político-administrativas, e os Secretários Municipais nos delitos dessa mesma natureza conexos com aquelas. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Seção IV Secretários Municipais

Art. 61. Cabe ao Prefeito, por ato administrativo, dizer sobre as atribuições, as competências, os deveres e as responsabilidades dos Secretários Municipais, de acordo com a Lei.

§1º Os Secretários Municipais são solidariamente responsáveis, junto com o Prefeito, pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

§2º Lei complementar, de iniciativa do Prefeito, disporá sobre a criação, a estrutura e a competência das Secretarias.

§3º Os Secretários Municipais, auxiliares diretos do Prefeito, deverão fazer declaração de bens no ato de sua posse e de sua exoneração, com cópia para a Câmara Municipal.

§4º Os Secretários, Assessores e Diretores Municipais, enquanto exercerem os respectivos cargos terão os mesmos impedimentos dos Vereadores e do Prefeito.

§5º São vedados a nomeação e o exercício das funções de Secretário Municipal por pessoas que incidam nos casos de inelegibilidade, nos termos da legislação federal.

§6º Os Secretários Municipais deverão comprovar que estão em condições de exercício do cargo, nos termos do §1º, por ocasião da nomeação, bem como ratificar essa condição anualmente, até 31 de janeiro.

§7º Aplicam-se as disposições contidas no §5º às pessoas que vierem a substituir os Secretários Municipais, em seus afastamentos temporários.

Seção V Conselhos Municipais

Art. 62. O Município, na sua atuação, atenderá aos princípios da democracia participativa, dispondo mediante lei sobre a criação dos Conselhos Municipais nas diversas áreas, integrados por representantes populares dos usuários dos serviços públicos, disciplinando a sua composição e o seu funcionamento, compreendidos em suas prerrogativas, entre outras: (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

I - a participação, mediante propostas e discussões, de planos, programas e projetos, a partir do Plano Diretor de Zortéa, do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

II - o acompanhamento da execução dos programas e a fiscalização

da aplicação dos recursos. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)
Parágrafo único. Os Conselhos Municipais funcionarão de forma independente da Administração Municipal, sendo que sua participação será considerada de caráter público relevante e exercida gratuitamente, à exceção dos Conselheiros Tutelares, cujo exercício do mandato será remunerado, nos termos estabelecidos em Lei Municipal. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Seção VI Consulta Popular

Art. 63. O Prefeito poderá realizar consultas populares para colher a opinião da comunidade e para decidir sobre assuntos de interesse específico do Município, do bairro ou do distrito.

Art. 64. Cabe ao Prefeito, por ato próprio, propor procedimentos e forma de implantação de consulta popular, observando o seguinte:
I – a consulta popular será realizada quando a Câmara Municipal, em sua maioria absoluta, ou pelo menos 5% (cinco por cento) do eleitorado inscrito no Município, no bairro ou no distrito, com qualificação comprovada, apresentar proposição nesse sentido e sobre assunto específico;

II – votação organizada pelo Poder Executivo até 2 (dois) meses após a apresentação da proposição;

III – será aprovada a proposição pelo voto da maioria dos eleitores presentes às urnas e representando obrigatoriamente pelo menos 50% (cinquenta por cento) da totalidade dos eleitores nela envolvidos;

IV – a proposição aprovada em consulta popular tem caráter de decisão, devendo o Governo Municipal, quando couber, adotar as providências legais para a sua consecução;

V – a realização máxima de 2 (duas) consultas por ano, vedadas nos 4 (quatro) meses que antecedem as eleições para qualquer nível de governo.

TÍTULO V ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 65. A Administração Pública Municipal compreende:

I – os órgãos da administração direta;

II – as seguintes entidades da administração indireta, dotadas de personalidade jurídica própria:

a) autarquias;

b) empresas públicas;

c) sociedades de economia mista;

d) fundações públicas.

Parágrafo único. Os órgãos da administração direta vinculam-se ao Prefeito por linha de subordinação hierárquica, e as entidades da administração indireta por linha de tutela, mantendo o Poder Executivo o controle de legalidade, político, institucional, administrativo e financeiro sobre as entidades públicas com personalidade de direito público ou privado. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

CAPÍTULO II ATOS MUNICIPAIS

Art. 66. A Administração Municipal direta e indireta de qualquer dos Poderes do Município obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e razoabilidade e também ao seguinte: (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, com a participação dos servidores na sua fiscalização, respeitada

a ordem de classificação e ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

III - a Administração Municipal realizará, nas áreas onde houver necessidade, concursos públicos que terão validade pelo prazo máximo e preferencial de 2 (dois) anos, prorrogável 1 (uma) vez por igual período; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

IV - durante o prazo de validade previsto no edital de convocação, os aprovados em concurso público serão convocados com prioridade sobre os novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

V - os cargos de Secretário Municipal, Presidente e dirigente de entidades da administração indireta, os de assessoramento direto dos gabinetes do Prefeito, do Vice-Prefeito e da Mesa serão exercidos preferencialmente por servidores ocupantes de cargo de níveis de escolaridade superior ou médio, nos casos e condições previstos em lei; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

VI - os demais cargos em comissão e as funções gratificadas serão exercidos preferencialmente por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

VII - é garantido ao servidor municipal o direito de livre associação sindical; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

VIII - o direito de greve será exercido nos termos e limites definidos em lei; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

IX - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos às pessoas com deficiência e definirá os critérios de sua admissão; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

X - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, observadas as seguintes normas: (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

a) realização de teste seletivo, ressalvados os casos de calamidade pública;

b) contrato com prazo de 1 (um) ano, prorrogável por igual período uma única vez;

c) proibição de contratação de serviços para realização de atividades que possam ser regularmente exercidas por servidores públicos;

XI - a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados como limite máximo os valores percebidos como remuneração em espécie pelo Prefeito; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XII - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores sob o mesmo título ou idêntico fundamento; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XIII - os subsídios e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, nos termos da Constituição da República; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XIV - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas;

XV - a proibição de acumular se estende a empregos e a funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XVI - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo a lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XVII - depende de autorização legislativa a transformação, a fusão,

a cisão, a incorporação, a extinção, a privatização e, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XVIII - as hipóteses de incompatibilidade e vedações visando proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício de cargos em comissão, no âmbito do Município, serão estabelecidas em lei complementar. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§1º A Administração Municipal fica obrigada, nas licitações sob as modalidades tomada de preço e concorrência, fixar preços teto ou preços base, devendo manter serviço adequado para o acompanhamento permanente dos preços e pessoal apto para projetar e orçar os custos reais das obras e serviços a serem executados. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§2º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, guardando o sentido de prestação de contas, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, ainda que custeada por entidade privada. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§3º Semestralmente, a administração direta e indireta publicará, no órgão oficial no Município, relatórios das despesas realizadas com a propaganda e a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, especificando os nomes dos veículos de divulgação. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§4º A não observância do disposto nos incisos II e III do artigo 37 da Constituição da República implica a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§5º As reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§6º Os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade de bens e no ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§7º A lei estabelecerá prazos de prescrição para ilícitos administrativos que causem danos financeiros ou econômicos ao erário praticados por qualquer agente, servidor ou não, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§8º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§9º Fica vedada a nomeação para cargos em comissão, no âmbito do Município, do cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, dos respectivos titulares da prerrogativa de nomeação, inclusive por delegação de competência: (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

a) de vereadores;

b) do Prefeito, do Vice-Prefeito, de Secretários Municipais, de presidentes e demais dirigentes de entidades da Administração Indireta.

§10 Para fins de preservação da probidade pública e da moralidade administrativa, é vedada a admissão e a nomeação para cargo, função ou emprego público de pessoas que incidam nas hipóteses de inelegibilidade previstas na legislação federal. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§11 Os servidores ocupantes de cargos em comissão deverão comprovar, por ocasião da nomeação, que estão em condições de exercício do cargo ou função, nos termos do §10, bem como ratificar essa condição anualmente, até 31 de janeiro. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§12 No caso de servidores efetivos e de empregados públicos, a comprovação das condições de exercício do cargo e da função pública a que se refere o §10 será feita no momento da posse ou admissão. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§13 Aplicam-se as disposições previstas nos §§ 10, 11 e 12 aos órgãos da administração direta e indireta, inclusive à Câmara Municipal. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 67. Os atos administrativos de efeitos externos deverão ser obrigatoriamente publicados no órgão oficial do Município, como condição de eficácia e validade. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§1º O Município divulgará no seu órgão de imprensa oficial e em meio eletrônico no sítio da internet, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos das outras entidades públicas. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§2º O Município poderá consorciar-se com associações regionais ou estaduais para criação de Diário Oficial Eletrônico Digital dos Municípios, para publicação oficial das leis e dos atos normativos e não normativos. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§3º Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal e a Câmara de Vereadores assegurarão às pessoas naturais e jurídicas o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as diretrizes previstas na legislação federal. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 68. Os atos administrativos de competência do Prefeito Municipal dar-se-ão:

I – por Decreto, numerado em ordem cronológica, quando se tratar de:

- a) regulamentação de lei;
- b) (Revogada pela Emenda à LOM n. 01/2012)
- c) abertura de créditos extraordinários, na forma da lei;
- d) declaração de utilidade pública ou de interesse social para efeito de desapropriação ou servidão administrativa, na forma da lei;
- e) (Revogada pela Emenda à LOM n. 01/2012)
- f) (Revogada pela Emenda à LOM n. 01/2012)
- g) aprovação de regulamentos e regimentos dos órgãos da administração direta;
- h) aprovação dos estatutos das entidades da administração direta;
- i) fixação e alteração dos preços dos serviços públicos prestados pelo Município e aprovação dos preços dos serviços concedidos, permitidos ou autorizados;
- j) permissão para exploração de serviços públicos e para uso de bens municipais autorizados em lei;
- k) aprovação de planos de trabalho dos órgãos da administração direta;
- l) criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos administrados não privativos de lei;
- m) medidas executórias do Plano Diretor de Desenvolvimento e Expansão Urbana;
- n) estabelecimento de normas de efeitos externos não privativos de lei;

II – por Portaria, quando se tratar de:

- a) provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeito individual relativos aos servidores públicos municipais;
- b) lotação e relotação nos quadros de pessoal;
- c) criação de comissão e designação de seus membros;
- d) instituição e dissolução de grupos de trabalho;
- e) contratação de servidores por prazo determinado autorizada em lei, bem como sua dispensa;
- f) abertura de sindicância e de processos administrativos e aplicação de penalidades;
- g) outros atos que, por sua natureza e finalidade, não sejam privativos de lei ou decreto.

Parágrafo único. Poderão ser delegados os atos constantes do inciso II deste artigo.

CAPÍTULO III

SERVIDORES MUNICIPAIS

Art. 69. O Município instituirá planos de carreira para os servidores

da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§1º São direitos dos servidores públicos, entre outros: (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

- I - vencimentos ou proventos não inferiores ao salário mínimo;
 - II - irredutibilidade dos vencimentos;
 - III - garantia de vencimento nunca inferior ao salário mínimo para os que percebem remuneração variável;
 - IV - décimo terceiro vencimento com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
 - V - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;
 - VI - salário-família para os dependentes, no mínimo, de 5% (cinco por cento) do valor do salário mínimo;
 - VII - duração de jornada de trabalho normal não superior a 40 (quarenta) horas semanais, excetuados os servidores que tenham jornada inferior prevista em lei, sendo, neste caso, facultadas a compensação de horário e a redução de jornada;
 - VIII - repouso semanal remunerado;
 - IX - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% (cinquenta por cento) à do normal;
 - X - gozo de férias anuais remuneradas, pelo menos, com 1/3 (um terço) a mais do que a remuneração normal, vedada a contagem em dobro;
 - XI - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e dos vencimentos, e com duração de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, mediante inspeção médica, nos termos da lei;
 - XII - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;
 - XIII - proteção do trabalho da mulher, nos termos da lei;
 - XIV - redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
 - XV - adicional de remuneração para atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;
 - XVI - proibição de diferença de vencimentos, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor, estado civil, religião ou estado físico;
 - XVII - adicionais por tempo de serviço, na forma que a lei estabelecer;
 - XVIII – licença sem vencimento, licença para tratamento de saúde e licença por motivo de doença de pessoa da família, na forma da lei;
 - XIX - assistência e previdência sociais, extensivas aos dependentes e ao cônjuge;
 - XX - ao servidor municipal em exercício de mandato eletivo aplicam-se as disposições do art. 38 da Constituição da República;
 - XXI - o servidor público será aposentado por invalidez permanente, voluntariamente ou compulsoriamente, nos termos da Constituição da República;
 - XXII - fica assegurado à servidora gestante o exercício de outras funções que não as próprias de seu cargo, sem prejuízo de sua remuneração, quando houver nesse sentido determinação médica expressa do órgão competente de saúde dos servidores municipais;
 - XXIII - aos servidores públicos eleitos para os cargos de direção sindical são assegurados todos os direitos inerentes ao cargo.
- Art. 70. São estáveis, após 3 (três) anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)
- §1º O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo ou procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa em qualquer caso. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)
- §2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, deve ser reintegrado e o eventual ocupante da vaga, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)
- §3º Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado

aproveitamento em outro cargo. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

CAPÍTULO IV OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Art. 71. A realização das obras públicas municipais deverão estar adequadas às diretrizes das leis orçamentárias, não podendo ser iniciadas sem a prévia elaboração do respectivo projeto da obra, no qual constará obrigatoriamente:

I – a viabilidade de execução técnica e financeira do empreendimento e sua conveniência, visando ao interesse público;

II – detalhamento de sua execução;

III – orçamento do seu custo;

IV – especificação da origem dos recursos financeiros necessários;

V – prazos para seu início e término.

Parágrafo único. As obras e os serviços de grande vulto que envolvam endividamento considerável e impliquem significativa alteração do aspecto da cidade ou do meio ambiente, com reflexos sobre a vida e os interesses da população, serão submetidos a audiência pública e posterior plebiscito, a critério da Câmara Municipal, devendo este último ser aprovado por deliberação da maioria absoluta dos Vereadores. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 72. As obras e os serviços públicos poderão ser executados diretamente pela Administração Municipal ou contratados com terceiros, mediante licitação pública, inclusive nos casos de concessão, permissão ou autorização.

Art. 73. A lei disporá sobre:

I – a concessão, a permissão ou a autorização de obras e serviços públicos, o regime dos contratos, o seu caráter especial, bem como sua prorrogação, condições de caducidade, fiscalização, rescisão e outros;

II – os direitos dos usuários;

III – política tarifária;

IV – obrigações de manter serviço adequado;

V – mecanismos de atenção às reclamações relativas à prestação de serviços públicos ou de utilidade pública;

VI – plano e programa de expansão de serviços;

VII – revisão da base de cálculo dos custos operacionais.

Art. 74. Ressalvados os casos específicos na legislação, os processos de licitação pública assegurarão igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam as obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, que somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 75. O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares, mediante consórcio com outros Municípios.

Parágrafo único. A constituição de consórcios municipais dependerá de autorização legislativa.

CAPÍTULO V ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Seção I Receita Municipal

Art. 76. A receita pública municipal constitui-se de recursos ordinários e extraordinários locais e os estabelecidos pelas normas constitucionais e gerais de direito tributário.

Art. 77. O Poder Executivo Municipal poderá instituir preços para os seus serviços e produtos de natureza industrial, comercial ou civil suscetíveis de exploração econômica.

§1º Os serviços e os produtos de que trata este artigo serão cobrados, no mínimo, pelo valor de custo, que considerará sua utilidade

segundo critérios econômicos, e decorrem de uma relação jurídica contratual.

§2º Os preços podem ser alterados em qualquer época do ano, sempre que houver modificação nos fatores de custo.

Art. 78. Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado sem aviso prévio ou notificação, na forma estabelecida em lei municipal, assegurada a interposição de recursos próprios.

Art. 79. É facultada ao Município a criação de órgão de composição paritária com atribuição de decidir, em grau de recurso, as reclamações relativas às questões tributárias.

Seção II Despesa Pública

Art. 80. O Município proverá as necessidades de seu Governo e de sua Administração, podendo firmar acordos, convênios ou ajustes com outras entidades de direito público ou privado para fins de cooperação, execução de leis, serviços, decisões, assistência técnica ou aplicação de recursos.

Art. 81. São despesas municipais as destinadas ao custeio de serviços ou encargos e às transferências e execuções de obras e serviços do Município destinados à satisfação das necessidades públicas locais.

Art. 82. Nenhuma despesa será realizada sem a devida cobertura orçamentária ou de créditos nacionais.

Art. 83. O Município não se obrigará por encargos atribuídos pela administração federal e estadual sem que estas lhe proporcionem os respectivos meios, mas poderá firmar convênios e outros acordos para a execução de serviços ou obras de interesse comum.

Seção III Dívida Pública Municipal

Art. 84. As operações de crédito de qualquer natureza realizadas pelo Município observarão as normas fixadas na legislação federal pertinente.

Art. 85. A obtenção de empréstimos ou financiamentos pelo Município e por suas entidades da administração indireta só pode ser efetivada mediante autorização legislativa em que se especifique a destinação, o valor e o prazo da operação, a taxa de remuneração do capital e a época dos pagamentos, a espécie dos títulos e a forma de resgate.

Art. 86. Os empréstimos destinados a estabilizar o fluxo de recursos financeiros autorizados no orçamento anual não podem exceder os 25% (vinte e cinco por cento) da receita total estimada para o exercício e serão obrigatoriamente liquidados dentro do próprio exercício em que foram realizados.

Art. 87. O Município e suas entidades da administração indireta, por ele mantidas mediante transferência de dotações orçamentárias, farão constar dos respectivos orçamentos anuais dotações destinadas especificamente ao pagamento de juros, amortização ou resgate das obrigações decorrentes de empréstimos ou financiamentos.

Art. 88. O Município centralizará o controle da dívida interna ou externa de suas entidades da administração indireta, de forma a facilitar sua administração.

Art. 89. O Município, observadas as normas gerais de direito financeiro estatuídas pela União, pode alterar as características da dívida pública mediante consolidação da dívida flutuante e por conversão ou reescalonamento da dívida fundada, segundo condições estabelecidas em lei.

Art. 90. É facultado ao Município antecipar o resgate da dívida pública, total ou parcialmente, na forma da lei.

CAPÍTULO VI ORÇAMENTOS

Seção I

Disposições Gerais

Art. 91. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais, distribuídos da seguinte forma:

a) orçamento fiscal referente aos Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da administração pública;

b) orçamento de investimento das empresas cujo controle seja, direta ou indiretamente, detido pelo Município;

c) orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades, órgãos e fundos da administração pública a ele vinculados.

Art. 92. Lei municipal disporá sobre orçamentos, execução orçamentária, tesouraria e organização contábil, observando os princípios e as vedações da Constituição da República e da Constituição Estadual.

Art. 93. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, aos orçamentos anuais e aos créditos adicionais serão apreciados e votados pela Câmara Municipal em conformidade com as normas constitucionais e com o Regimento Interno da Câmara Municipal.

Parágrafo único. O projeto de lei do orçamento anual será remetido à Câmara de Vereadores até 15 de outubro de cada ano.

TÍTULO VI

DIRETRIZES ECONÔMICAS E SOCIAIS

CAPÍTULO I

DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO

Art. 94. A educação, dever do Estado e da família, terá prioridade no ensino fundamental e educação infantil, inspirada nos princípios da liberdade, nos ideais de solidariedade humana e na gestão democrática, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 95. O Município atuará prioritariamente no ensino pré-escolar e fundamental, observadas as disposições constitucionais da gratuidade, da obrigatoriedade e da garantia de oferta regular, sob pena de crime de responsabilidade da autoridade competente.

Art. 96. É garantido aos pais, professores, alunos e servidores públicos organizarem-se em todos os estabelecimentos municipais de ensino por meio de associações e outras congêneres, de acordo com a Constituição da República.

Art. 97. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

I - igualdade de condições para acesso e permanência na escola; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

II - garantia de pleno exercício dos direitos culturais, com acesso às fontes da cultura regional e apoio à difusão e às manifestações culturais; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

III - gratuidade do ensino público em estabelecimentos da rede pública, com isenção de taxas e contribuições de qualquer natureza; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

IV - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a realidade social, a arte e o saber; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

V - valorização dos trabalhadores da educação na rede pública por meio de planos de carreira, ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, formação continuada e piso salarial profissional, nos termos da lei; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

VI - garantia de padrão de qualidade do ensino, assegurando a aplicação do Custo Aluno Qualidade Inicial - CAQI como base de referência; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

VII - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

VIII - gestão democrática e colegiada das instituições de ensino

e pesquisa, na forma da lei; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

IX - atendimento ao educando, na educação infantil e no ensino fundamental, mediante programas suplementares de material didático-escolar, de alimentação e de assistência à saúde; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

X - erradicação do analfabetismo, incluindo programa especial de alfabetização do idoso; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XI - formação para o trabalho; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XII - atendimento na educação infantil às crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade, inclusive àquelas com deficiência; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XIII - atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, prioritariamente na rede regular de ensino, ou em escolas especiais, ou ainda em escolas especiais com apoio do Município; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XIV - oferta de ensino noturno regular e supletivo adequado às condições do educando; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XV - ampliação de oferta do ensino supletivo para todos os que não possam ingressar no ensino regular na idade apropriada; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XVI - construção de uma cultura de proteção ao meio ambiente no cotidiano das instituições educacionais, contribuindo com a criação de novos padrões éticos para a relação com a natureza; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XVII - garantia aos educandos com deficiência da transmissão do conhecimento nas formas e tecnologias adequadas, bem como acessibilidade arquitetônica e de transporte e atendimento individualizado, nos casos que assim o requeiram; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XVIII - garantia de uma educação laica e pluralista nas escolas públicas; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XIX - apoio, na forma da lei, às instituições de educação não formal.

Parágrafo único. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina nos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 98. O Município fará anualmente o recenseamento da população escolar e o chamamento dos educandos para o ensino fundamental e estimulará:

I – a permanência na escola;

II – o ensino de 2º grau, principalmente voltado à formação profissional em técnicas de pecuária.

Art. 99. Lei de diretrizes municipais da educação, articulada com os sistemas de educação da União e do Estado, fixará normas e ações a serem desenvolvidas para atendimento dos objetivos básicos da educação no Município, incluindo a obrigatoriedade no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos e de transferências recebidas do Estado e da União, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

CAPÍTULO II

DIRETRIZES DA SAÚDE E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 100. A saúde é direito de todos os munícipes e dever do poder público e da família, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem à eliminação do risco de doenças e outros agravos e permitam acesso universal e igualitários às ações e aos serviços para sua proteção e recuperação.

Art. 101. O Município integra, com a União e o Estado, e com recursos dessas entidades e do seu próprio orçamento, o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, cujas ações e serviços públicos, na sua circunscrição territorial e rural, são por ele dirigidos com as seguintes diretrizes:

I – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

II – participação da comunidade, assegurando que:

a) a assistência à saúde é livre à iniciativa privada;

b) as instituições privadas poderão participar, de forma complementar, do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos;

III – esforços na promoção:

a) da formação de consciência individual desde a infância e de ações de vigilância sanitária e epidemiológica;

b) de serviços de assistência à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

c) de combate às moléstias especificadas, contagiosas e infecto-contagiosas;

d) de serviços hospitalares e ambulatoriais, cooperando com a União, o Estado e as iniciativas particulares e filantrópicas;

IV – realização:

a) de inspeção médica nos estabelecimentos de ensino municipal;

b) de serviço social, no âmbito de sua competência, favorecendo e coordenando as iniciativas particulares que visem a este objetivo;

c) de obras que, por sua natureza e extensão, não possam ser atendidas pelas instituições de caráter privado;

d) de plano de assistência social do Município, nos termos que a lei estabelecer, tendo por objetivo a correção dos desequilíbrios do sistema social e a recuperação dos elementos desajustados, visando ao desenvolvimento social harmônico;

V – prioridade de tratamento clínico para escolares carentes e comunidades carentes;

VI – política para uso e doação de sangue, hemoderivados e transplantes de órgãos que impeça a comercialização mercenária e os riscos detectáveis, incentive os doadores e garanta o controle público e a eficácia terapêutica;

VII – ampliação e aperfeiçoamento da fluoretação da água de abastecimento público e sustação de tal procedimento se, comprovadamente, causas supervenientes o desaconselharem;

VIII – tratamento específico ao lixo hospitalar;

IX – garantia de acesso à informação sobre todos os aspectos inerentes à saúde pública;

X – sistema de tratamento curativo odontológico para a população carente e escolar, urbana e rural;

XI – implantação do sistema de unidade ambulatoriais móveis ou permanentes, integrando sistemas educacionais, culturais, assistenciais e de lazer;

XII – colaboração no combate e na prevenção ao uso de drogas;

XIII – estímulo à formação de recursos humanos na área da saúde e da assistência social;

XIV – tratamento adequado ao lixo domiciliar e industrial.

Art. 101-A. O Município manterá um Fundo de Saúde, regulamentado na forma da lei, que será acompanhado e fiscalizado pelo Conselho Municipal de Saúde e financiado com recursos orçamentários da seguridade social da União, do Estado e do Município, além de outras fontes. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Parágrafo único. O volume de recursos destinados ao Fundo de Saúde será definido na Lei Orçamentária, observado o piso constitucional aprovado.

Art. 102. Lei de diretrizes municipais da saúde e da assistência social determinará ações de saúde e de assistência social para o Município de Zortéa, obedecidos os princípios e preceitos desta Lei Orgânica.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES DA CULTURA

Art. 103. O Município garante aos munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, o incentivo à cultura em suas múltiplas manifestações e o acesso às suas fontes, apoiando e estimulando a produção, a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Parágrafo único. Lei municipal criará o Conselho Municipal de Comunicação Social com a finalidade de incentivar a preservação das manifestações culturais e dos segmentos comunitários, inclusive na área da comunicação social.

Art. 104. O Município promoverá:

I – defesa do patrimônio histórico, paisagístico, cultural e artístico, mantendo e afirmando a identidade zortense;

II – integração com a comunidade regional, visando à defesa do patrimônio paisagístico, cultural e artístico comum;

III – centralização da documentação que possua características históricas da administração pública no Arquivo Público e Histórico do Município;

IV – preservação dos sítios, edificações e monumentos de valor artístico e cultural;

V – programas culturais junto às escolas públicas e junto à população urbana e rural do Município.

CAPÍTULO IV

DIRETRIZES ECONÔMICAS

Art. 105. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os princípios da soberania nacional, da propriedade privada, da função social da propriedade, da livre concorrência, da defesa do consumidor e da defesa do meio ambiente, mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; da redução das desigualdades regionais e sociais; da busca do pleno emprego; e do tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§1º O Município, no exercício do seu poder de polícia relativo às atividades que, em algum aspecto, dependam da sua regulamentação e fiscalização, imporá restrições, instituindo sanções àquelas que, em seu exercício, se opuserem ou se tornarem contrárias aos princípios previstos neste artigo. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§2º A lei apoiará o cooperativismo e outras formas de associativismo. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§3º É assegurado o exercício de atividades aos vendedores ambulantes e artesãos nos espaços públicos disponíveis, em conformidade com a lei e o regulamento. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§4º A microempresa e a de pequeno porte, assim definidas em lei, receberão do Município tratamento jurídico diferenciado, visando ao incentivo de sua criação, pela simplificação de suas obrigações administrativas e tributárias, podendo estas ser reduzidas ou eliminadas por lei. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

§5º O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

CAPÍTULO V

DIRETRIZES DO MEIO AMBIENTE E DA AGRICULTURA

Art. 106. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum da população e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, sendo sua máxima preocupação:

I – em relação às bacias hidrográficas, solução para questões de poluição por agrotóxicos, por efluentes industriais, domésticos e/ou tratamento do lixo;

II – identificação e proteção dos mananciais do Município, bem como sua recuperação e fiscalização por este e pela comunidade;

III – mapeamento das áreas de preservação permanente estabelecidas pela legislação estadual e federal, garantindo-as de forma efetiva, com participação da coletividade;

IV – saneamento básico e defesa ambiental como formas auxiliares para atingir os objetivos da saúde pública;

V – preservação das características paisagísticas da zona rural;

VI – promoção da educação ambiental em todos os níveis do ensino, incluindo disciplinas específicas no currículo escolar, e

conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
VII – estabelecimento de uma política municipal de meio ambiente, objetivando a sustentabilidade ambiental por meio da proteção, restauração e conservação do patrimônio natural e cultural; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

VIII – criação de unidades de conservação e outras áreas de interesse para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos e outros bens naturais e culturais, estabelecendo normas a serem observadas nessas áreas; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

IX - exigência da realização de estudo prévio de impacto ambiental e avaliação para construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente, do qual se dará publicidade; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

X - controle da produção, comercialização e emprego de técnicas, métodos ou substâncias que comportem riscos para a vida, para a qualidade de vida e para o meio ambiente; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XI – elaboração de carta de risco geológico-geotécnico, com definição das áreas propícias a apresentar problemas de instabilidade durante eventos climáticos extremos e plano de contingência para retirada de moradores; (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

XII - criação e manutenção de um grupamento da Defesa Civil Municipal, de forma permanente, especializado e equipado para o enfrentamento de desastres naturais e ambientais. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Parágrafo único. O Município manterá o Conselho Municipal do Meio Ambiente, com atribuições e composição que a lei estabelecer. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 107. O Município apoiará:

I – a implantação de indústrias ligadas ao setor agropastoril, florestal e pesqueiro;

II – a coparticipação, com o Governo do Estado e da União, na manutenção dos serviços de assistência técnica e extensão rural oficial, prioritariamente ao pequeno produtor;

III – o incentivo à organização rural, à racionalização do uso e à preservação dos recursos naturais;

IV – a melhoria de condições de vida e bem-estar da população rural;

V – o plano de desenvolvimento rural;

VI – o reflorestamento, prioritariamente nas áreas sem potencial para a produção de alimentos;

VII – a pesquisa e a tecnologia na área da agricultura.

CAPÍTULO VI

DIRETRIZES URBANAS

Art. 108. O Plano Diretor de Desenvolvimento e Expansão Urbana, como instrumento básico da política urbana municipal, estabelecerá e disciplinará o zoneamento urbano, a execução de obras, o parcelamento do solo e os direitos suplementares de uso e ocupação. Parágrafo único. Dentro de 3 (três) anos a contar da promulgação da Lei Orgânica, o Município deverá elaborar e executar o plano previsto no caput deste artigo.

Art. 109. A política urbana a ser executada pelo Município terá como diretrizes, entre outras:

I – o pleno e ordenado desenvolvimento das funções sociais da cidade, dos bairros e dos distritos, garantindo o bem-estar de seus habitantes;

II – desapropriação das áreas de comprovada especulação imobiliária;

III – preservação de áreas de atividade rural produtiva;

IV – definição de critérios que assegurem a função social da propriedade;

V – preservação e estabelecimento de áreas especiais de interesse social, urbanístico, paisagístico e ambiental;

VI – facilitar às pessoas portadoras de deficiências físicas o acesso aos veículos de transporte público e às edificações;

VII – prioridade aos pedestres;

VIII – prioridade aos usuários e à circulação de veículos de transporte coletivo.

Parágrafo único. Será concedido o prazo de 1 (um) ano a contar da promulgação da Lei Orgânica Municipal para regularização dos loteamentos situados no perímetro urbano da cidade.

CAPÍTULO VII

DIRETRIZES DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO DEFICIENTE, DO IDOSO E DA FAMÍLIA

Art. 110. O Município promoverá:

I – programas que proporcionem a convivência familiar ideal com a comunidade;

II – estímulo às famílias e às organizações sociais para a formação moral, cívica, física e intelectual da juventude;

III – colaboração com as entidades assistenciais que visem à proteção e à educação da criança;

IV – amparo às pessoas deficientes e às pessoas idosas, assegurando a sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e protegendo o seu direito à vida;

V – de todas as maneiras, a paternidade responsável;

VI – divulgação de métodos de planejamento familiar, respeitando a fisiologia e a psicologia inerentes;

VII – colaboração com a União e o Estado para a solução do problema da criança e do adolescente em situação de abandono, risco social ou com desvio de conduta;

VIII – isonomia de tratamento entre a criança rural e urbana;

IX – o acesso dos adolescentes carentes ao ensino formal profissionalizante;

X – criar, por meio de lei especial, o Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente para viabilizar a efetiva participação comunitária na definição e implementação de uma política voltada para a criança e o adolescente.

CAPÍTULO VIII

DIRETRIZES DO ESPORTE

Art. 111. É dever do Município incentivar práticas desportivas formais e não formais como direito de todos, observando:

I – autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações organizadas quanto a sua estrutura e funcionamento, dando-lhes apoio para que coordenem e administrem o desporto nas respectivas áreas;

II – apoio prioritário ao desporto nas respectivas áreas;

III – incentivo às manifestações desportivas de tradição local;

IV – lei municipal de criação da CME como órgão coordenador das práticas esportivas, prevista neste capítulo;

V – instalação de equipamentos adequados à prática de exercícios físicos a pessoa com deficiência em centros de criatividade ou em escolas especiais, públicas ou conveniadas. (Incluído pela Emenda à LOM n. 01/2012)

Art. 112. O Município desenvolverá programas de esporte para todos, promovendo a construção, em âmbito urbano e rural, de quadras polivalentes para a prática de esportes coletivos.

Art. 113. O Município considera o esporte e o lazer fundamentais ao aperfeiçoamento da comunidade.

TÍTULO VII

DOS BENS MUNICIPAIS

Art. 114. Cabe ao Prefeito administrar os bens municipais, sendo que estes deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabelecido em regulamento.

Art. 115. Os bens patrimoniais do Município deverão ser classificados:

I – pela sua natureza;

II – em relação a cada serviço.

Parágrafo único. Anualmente deverá ser feita conferência patrimonial com os bens existentes, e na prestação de contas de cada

exercício será incluído o inventário de todos os bens municipais.

Art. 116. A alienação de bens municipais de interesse público devidamente justificada será sempre precedida de avaliação da seguinte forma:

I – quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência pública, dispensadas nos casos de doação e permuta;

II – quando móveis, dependerá apenas de concorrência pública, dispensada nos casos de doação.

Art. 117. É proibida a doação, a venda ou a concessão de uso de qualquer fração dos parques, praças, jardins ou largos públicos, salvo pequenos espaços destinados à venda de jornais e revistas ou refrigerantes.

Art. 118. O uso de bens municipais por terceiro só poderá ser feito mediante concessão, ou permissão a título precário e por tempo determinado, conforme o interesse público exigir.

Art. 119. Poderão ser cedidos a particulares, por serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízos para os trabalhos do Município e o interessado recolha previamente a remuneração arbitrada e assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens concedidos.

Art. 120. O Município facilitará a utilização dos bens municipais pela população para atividades culturais, educacionais, esportivas e recreativas, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda à LOM n. 01/2012)

TÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 121. As leis complementares e as leis ordinárias decorrentes da Lei Orgânica do Município de Zortéa deverão ter as discussões iniciadas em até 180 (cento e oitenta) dias contados da sua promulgação, prorrogáveis por igual período quando dependentes do Legislativo Federal ou Estadual, e ser concluídas em até 180 (cento e oitenta) dias da data de início do seu trâmite no Legislativo.

Art. 122. O Município poderá constituir Guarda Municipal, destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações.

Parágrafo único. A investidura nos cargos de Guardas Municipais é destinada à proteção dos bens, serviços e instalações municipais.

Art. 123. O vencimento do Prefeito, na data de sua fixação, não poderá ser inferior ao maior padrão de vencimentos básicos pago aos servidores do Município.

Art. 124. O Regimento Interno da Câmara Municipal será aprovado por Decreto Legislativo e, no que couber, disciplinará normas e procedimentos decorrentes desta Lei Orgânica.

Art. 125. A Câmara Municipal de Zortéa decretará o seu Regimento Interno no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de promulgação desta Lei Orgânica.

Art. 126. Os cemitérios da sede do Município terão sempre caráter secular e serão administrados pelas autoridades municipais, sendo permitido a todas as convicções religiosas praticar neles seus ritos.

Art. 127. O Município mandará imprimir esta Lei Orgânica para distribuição gratuita nas escolas e nas entidades representativas da comunidade.

Art. 128. A partir do exercício de 1998, a Câmara de Vereadores terá orçamento próprio, cujo projeto deverá ser elaborado pela Mesa e remetido ao Prefeito até 31 de agosto de cada ano para inclusão no orçamento geral do Município.

Art. 129. As despesas com o pessoal ativo e inativo do Município não poderão exceder o limite de 40% (quarenta por cento) das receitas correntes.

Art. 130. São feriados municipais, cujas comemorações não poderão ser transferidas: o dia de aniversário de criação do Município, o dia da Santa Padroeira – Santa Catarina, o dia de Corpus Christi, e o dia da Sexta-Feira Santa.

Art. 131. A revisão da Lei Orgânica Municipal será realizada após 4 (quatro) anos contados da promulgação, pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara de Vereadores.

Art. 132. Esta Lei Orgânica do Município de Zortéa, assinada e promulgada pelos membros da Câmara Municipal de Vereadores,

entrará imediatamente em vigor.

PORTARIA Nº 070/2014 - NOMEIA SECRETARIA DE SAUDE

PORTARIA Nº 070/2014 DE 05 DE MARÇO DE 2014

NOMEIA ANALU CHIAMOLERA SCHIMIT PARA O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS)

PAULO JOSÉ FRANCESCKI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica Municipal, e LC nº 012/2007,

RESOLVE

Nomear Analu Chiamolera Schimit a partir de 05/03/2014, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com vencimentos fixados na Lei Municipal nº 441/2013 28/03/2013.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Zortéa, 05 de Março de 2014.

PAULO JOSÉ FRANCESCKI

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a Presente Portaria em 05 de Março de 2014.

ALESANDRA APARECIDA CARNEIRO MAGRINELLI

Secretária de Administração e Finanças

Consórcios

AGIR

DECISÃO Nº 010/2016 DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 015/2016

DECISÃO Nº 010/2016

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 015/2016.

OBJETO: Reajuste tarifário anual do Contrato de Concessão nº 003/2003 firmado entre a Concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda. e o município de Guabiruba/SC, o qual possui como objeto a concessão da exploração do serviço público de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e os oriundos dos serviços de saúde no município de Guabiruba/SC.

SOLICITANTE: Recicle Catarinense de Resíduos Ltda.

INTERESSADO: Município de Guabiruba/SC.

RELATÓRIO:

A AGIR instaurou o Procedimento Administrativo nº 015/2016, em razão de correspondências remetidas por E-mail e, posteriormente ratificadas através de correspondência formal, conforme detalhado no relatório administrativo que acha-se anexo ao presente Procedimento, visando obter, no prazo legal, o reajuste tarifário anual do Contrato de Concessão nº 003/2003, firmado entre a Concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda. e o município de Guabiruba/SC, o qual possui como objeto a concessão da exploração do serviço público de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e os oriundos dos serviços de saúde no município de Guabiruba/SC.

A Concessionária acima identificada, em seu pleito anual de reajuste, solicita que seja aplicado o percentual de 8,79% (oito vírgula setenta e nove por cento), incluindo neste o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M acumulado no período de novembro de 2015 até outubro de 2016.

Atenta ainda que deverá haver uma correção ao Contrato, diante da constatação e a existência de um erro de cálculo quanto ao que é denominado de número de passadas. Demonstra a Concessionária que durante todo a vigência do supracitado Contrato, estavam sendo cobradas doze (12) passadas na coleta, quando, nos termos do edital, o número correto deveria ser de treze (13) passadas. E solicita essa alteração. O mencionado Parecer Administrativo nº 023/2016, por sua vez, reporta-se, de modo correto, ao fundamento legal das atribuições da Agência, citando os artigos 22, IV, 29, II, 37, da Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007. Ainda no sentido da legalidade dos atos, é mencionada a legislação municipal, representada pelo Decreto nº. 724/2015, de 26/11/2015, que se reporta ao reajuste do ano anterior e, tudo isso como bem representado pelos documentos acostados. Também se acham presentes nestes autos, o Parecer Jurídico nº 023/2016, que faz breve análise do pedido, aponta com citações da doutrina e jurisprudências o que deve ser entendido por reajuste, e, de modo acertado, aponta os textos legais aplicáveis. Finaliza, como também o faz o relatório administrativo, com a concordância dos pedidos. Por isso tudo, é possível decidir, o que passo a fazer como abaixo exposto.

DECISÃO:

Antes de adentrar no mérito do pedido, convalido e ratifico em todos os seus termos e fundamentos o Parecer Administrativo nº 023/2016 e o Parecer Jurídico nº 023/2016, pelos seus próprios fundamentos, cálculos e conclusões.

Como já dito, o pedido acha-se revestido de todos os seus requisitos legais, em atendimento aos preceitos legais da Lei Federal nº 11.445/2007, em seus artigos 22, inciso IV; 29, inciso II e artigo 37.

Ao pedido de reajuste, observado o lapso temporal mínimo necessário, aplicar-se-á o percentual a partir do dia 01º de janeiro de 2017, e para tal, será observado o período de novembro/2015 até outubro/2016, acarretando em um índice de 8,79% (oito vírgula setenta e nove por cento), com base no IGP-M, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Evolução do IGP-M Novembro/2015 a Outubro/2016.

ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO – IGP-M			
Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice	Percentual
out/16	0,16	1,087985	8,7985
set/16	0,20	1,086247	8,6247
ago/16	0,15	1,084079	8,4079
jul/16	0,18	1,082455	8,2455
jun/16	1,69	1,080510	8,0510
maio/16	0,82	1,062553	6,2553
abr/16	0,33	1,053911	5,3911
mar/16	0,51	1,050448	5,0445
fev/16	1,29	1,04511	4,5115
jan/16	1,14	1,03180	3,1804

dez/15	0,49	1,02017	2,0174
nov/15	1,52	1,0152	1,52

Fonte: Adaptado do Portal Brasil. Disponível em: <<http://www.portalbrasil.net/igpm.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

Já quanto ao pedido de ajuste do número de passadas, deve ser destacado que um erro de cálculo foi detectado, desde a vigência do contrato, conforme o Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 – Tabela de coletas 2017.

Mês/Ano	Dias do mês	Periodicidade da coleta (03 vezes na semana)	Total de coletas mês	Periodicidade da coleta (03 vezes na semana)	Total de coletas mês
Jan	31	Terça, quinta e sábado	13	Segunda, quarta, sexta	13
Fev	28	Terça, quinta e sábado	12	Segunda, quarta, sexta	12
Mar	31	Terça, quinta e sábado	13	Segunda, quarta, sexta	14
Abr	30	Terça, quinta e sábado	13	Segunda, quarta, sexta	12
Maio	31	Terça, quinta e sábado	13	Segunda, quarta, sexta	14
Jun	30	Terça, quinta e sábado	13	Segunda, quarta, sexta	13
Jul	31	Terça, quinta e sábado	13	Segunda, quarta, sexta	13
Ago	31	Terça, quinta e sábado	14	Segunda, quarta, sexta	13
Set	30	Terça, quinta e sábado	13	Segunda, quarta, sexta	13
Out	31	Terça, quinta e sábado	13	Segunda, quarta, sexta	13
Nov	30	Terça, quinta e sábado	13	Segunda, quarta, sexta	13
Dez	31	Terça, quinta e sábado	13	Segunda, quarta, sexta	13
TOTAL DE COLETAS ANUAL			156		156
156 Coletas/ano ÷ 12 meses = 13 coletas mês					

Fonte: Adaptado de Recicle (2016).

Tal conclusão não foge aos termos da proposta comercial da licitante vencedora da Concorrência nº 01/2002, onde encontramos o seguinte quadro, com preços de maio de 2002 apurando o cálculo com 12 (doze) passadas, como já apresentado pelo Parecer Administrativo:

Quadro 3 – Preço por passada em 2002.

Número de Coletas Semanais disponibilizadas	Tarifa Mensal R\$	Tarifa por Coleta disponibilizadas – R\$
01	4,00	1,00
02	6,50	0,8125
03	8,50	0,7083
04	10,50	0,6562
05	12,50	0,6250
06	14,00	0,5833
07	16,00	0,5714

Fonte: Adaptado de Recicle (2016).

Diz ainda o referido Parecer Administrativo nº 023/2016:

Ao dividirmos, R\$ 8,50 por R\$ 0,7083, obteremos o número 12, que é o número de coletas mensais. Considerando a média mensal apurada, demonstrada no quadro 2, acima demonstrado, ficando explícito e justificado o erro aritmético à época, portanto sendo procedente a solicitação da concessionária da correção do número de coletas mensais de 12 para 13, descartando-se qualquer possibilidade de retroatividade dos valores anteriormente cobrados à menor.

Desta forma, torno por definitivo o índice de 8,79% (oito vírgula setenta e nove por cento), à título de reajuste, considerando o período de novembro/2015 até outubro/2016 com base no IGP-M, como acima exposto e fundamentado.

Como já é praxe, a AGIR, dentro de seu espaço regulatório, sempre visando a melhoria dos serviços e sem comprometer a viabilidade econômico-financeira do Contrato, para a total validade do reajuste ora autorizado, condiciona-o aos seguintes procedimentos e obrigações, que não sendo observados/cumpridos poderão ser glosados no próximo pedido de reajuste e/ou revisão ordinária ou extraordinária:

- 1) Fica autorizado a aplicação do reajuste de 8,79% (oito vírgula setenta e nove por cento), o preço de cada passada passará de R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos), para R\$ 2,02 (dois reais e dois centavos);
- 2) Fica autorizado e reconhecido o ajuste do número das passadas de doze (12) para treze (13) mensais, nos locais servidos por 03 (três) coletas semanais, a tarifa residencial de R\$ 22,38 (vinte e dois reais e trinta e oito centavos), passará para R\$ 26,26 (vinte e seis reais e vinte e seis centavos);
- 3) Fique alertado o Poder Concedente e a Concessionária para que estejam preparados para eventuais questionamentos quanto a correção do número de passadas, devendo através de seus controles de atendimento aos municípios/usuários, haver registro dos ocorridos e que estes relatórios sejam encaminhados quando do próximo pedido de reajuste;
- 4) Determinar a Prefeitura Municipal de Guabiruba que relate a esta Agência seus atos de acompanhamento e fiscalização do referido Contrato de Concessão, com ênfase no cumprimento da Cláusula Nona – Dos direitos e obrigações do Poder Concedente, em todos os seus itens;

5) Determinar ao Executivo Municipal de Guabiruba que emita o ato normativo correspondente, em tempo hábil, para cumprimento de seus efeitos legais.

Por fim, fica determinado que a presente Decisão seja divulgada e publicitada pela Concessionária, aos seus usuários de forma ampla e oficial, num período não inferior a 30 (trinta) dias, para início da cobrança do novo regime tarifário e em observação ao disposto no Artigo 39 da Lei Federal nº 11.245/2007, que estabelece: "Art. 39. As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões serem tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à sua aplicação" (grifo nosso).

Cabe registrar e ordenar ainda que a Concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda. nos termos da Decisão procedida no Procedimento Administrativo nº 006/2016, fica obrigada a proceder a devolução dos valores cobrados, aos usuários dos Bairros Lageado Alto e Planície Alta, devidamente atualizados e corrigidos, aplicando-se para tal, os índices utilizados para o reajuste anual, ou seja, o IGP-M/IBGE, à partir de janeiro/2016 até a data efetiva do crédito na conta de cada usuário, mais juros legais de 1% ao mês.

Extraia-se cópia desta Decisão, bem como dos demais documentos pertinentes e, ENCAMINHE-SE ÀS PARTES (leia-se Executivo Municipal de Guabiruba e Concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda.) para conhecimento e providências legais cabíveis.

A presente Decisão entra em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), órgão oficial de publicidade da AGIR, além de também ser publicado no site da AGIR, qual seja www.agir.sc.gov.br.

Não havendo manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, DETERMINA-SE O ARQUIVAMENTO deste Procedimento Administrativo, uma vez recebidas as publicações.

Ficam desde já o Setor Administrativo da AGIR ciente para que no decorrer dos próximos 12 (doze) meses faça-se o acompanhamento e cumprimento das condicionantes elencadas nesta Decisão.

Essa a nossa Decisão.

Blumenau (SC), em 28 de novembro de 2016.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral.

CIGA

Extrato de Contrato n. 301 - Prefeitura Municipal de Jardinópolis

EXTRATO DE CONTRATO Nº 301/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Jardinópolis

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Jardinópolis

CNPJ: 80.637.457/0001-40

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 12/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 1.680,00 (um mil e seiscentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 31 de outubro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 302 - Prefeitura Municipal de Jardinópolis

EXTRATO DE CONTRATO Nº 302/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Jardinópolis

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Jardinópolis

CNPJ: 80.637.457/0001-40

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 53/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica ? GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.360,00 (três mil e trezentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 31 de outubro de 2016.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 303 - Prefeitura Municipal de Trombudo Central

EXTRATO DE CONTRATO Nº 303/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Trombudo Central
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Trombudo Central
CNPJ: 83.102.731/0001-75
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 95/2015
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 09 de novembro de 2016.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 304 - Prefeitura Municipal de Morro Grande

EXTRATO DE CONTRATO Nº 304/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Morro Grande
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morro Grande
CNPJ: 95.782.785/0001-08
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2016
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 1.680,00 (um mil e seiscentos e oitenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 17 de novembro de 2016.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 305 - Câmara Municipal de Guaraciaba

EXTRATO DE CONTRATO Nº 305/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Guaraciaba
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Guaraciaba
CNPJ: 02.606.335/0001-83
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.000,00 (três mil reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 07 de novembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIS NORDESTE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2016

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2016

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 19/2016

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC.

Contratada: GRIIMS SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO LTDA. – ME (CNPJ 12.640.109/0001-72)

Objeto: Contratação de empresa para confecção de placa com a foto do presidente do CISNORDESTE/SC no exercício 2015/2016.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 24, § 1º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$104,70 (cento e quatro reais e setenta centavos).

Data: Joinville, 29 de novembro de 2016.

José Chaves

Prefeito Municipal de Garuva

Presidente do CISNORDESTE/SC

CONTRATANTE

CIS/AMMVI

RESOLUÇÃO Nº 128/2016 - CISAMVI

RESOLUÇÃO nº 128 de 29/11/2016.

Autoriza pagamento de tarifas de serviços bancários à Caixa Econômica Federal

Pedro Celso Zuchi, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, e

Considerando que o CISAMVI mantém contas junto a CEF, e em data de 25/07/2016, foi constatada a incidência de Tarifa de Manutenção de Contas e Tarifa para Transferência Eletrônica Disponível – TED;

Considerando que em contato com a CEF, foi cientificado a incidência das referidas tarifas, devidas em virtude da normativa interna da CEF, denominada CO028; item 3.5.1;

Considerando que as movimentações bancárias de pagamentos que incidem cobrança de tarifas foram suspensas até a regularização do pagamento das de tarifas de serviços bancários;

Considerando que após obtenção de orçamentos obtidos junto à Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, e que este apresentou valores superiores aos apresentados pela CEF;

Considerando que foi editada a Resolução nº 119/2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, em 09/08/2016, Edição nº 2056, pagina 464, com valores fixos, correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do valor da tarifa vigente à época;

Considerando que a CEF, informou que a proposta em conceder desconto ao CISAMVI, permanece, contudo, na proporção de 50% (cinquenta por cento) do valor da tarifa vigente na data das transferências;

Considerando que realizada novas pesquisas junto as instituições financeiras oficiais, permanece a menor e melhor proposta a apresentada pela CEF;

Considerando, que o CISAMVI, já possui contas abertas e ativas junto a CEF, gerando economia referente a tarifa de cadastro, agilidade e continuidade aos pagamentos dos fornecedores com contrato vigente;

Considerando a necessidade da continuidade dos serviços, e o grande número de pagamentos a serem efetuados aos fornecedores de contratos vigentes;

Considerando que a falta de pagamentos poderá acarretar a suspensão dos serviços prestados aos municípios, e ainda a incidência de juros e multas pelo atraso nos pagamentos;

Considerando que há dotação orçamentária própria consignada no Orçamento-Programa Anual do CISAMVI para pagamento da despesa;

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o pagamento das tarifas de serviços bancários incidentes nas contas correntes ativas junto à Caixa Econômica Federal, abaixo relacionadas:

148-3 - Medicamentos
149-1 - Convênios
150-5 - Manutenção
250-1 - Concurso

Art. 2º - Fica autorizado o pagamento das tarifas de serviços bancários até a contratação da instituição financeira por meio de processo licitatório, de acordo com os seguintes valores:

Renovação Cadastral – a cada 180 dias	No percentual de 50% do valor vigente na data da operação.
Manutenção de Conta Ativa (mensal)	No percentual de 50% do valor vigente na data da operação.
TED (Transferência Eletrônica Disponível) via Internet Banking	No percentual de 50% do valor vigente na data da operação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 119/2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, em 09/08/2016, Edição nº 2056, pagina 464.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 29 de novembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Presidente do CISAMVI

CIS/AMOSC

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 1-2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2016

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2016

1.0 PREÂMBULO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPALDE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 571-S, Centro, no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado por seu Presidente, Senhor Neuri Brunetto, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço, objetivando o registro de preços, para aquisições futuras, dos itens que integram o Anexo I do presente Edital. O presente edital encontra-se à disposição dos interessados nos seguintes websites: www.portaldecompraspublicas.com.br e www.amosc.org.br. As propostas de preços das licitantes interessadas serão recebidas do dia 01/12/2016 até às 8h do dia 13/12/2016. A sessão publica do Pregão Eletrônico será aberta no dia 13/12/2016, às 8h30, horário de Brasília, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, em conformidade com as disposições das Leis nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666/93 e pelas Resoluções CIS-AMOSC nº 03, de 17 de junho de 2014, Resolução nº 04, de 03 de novembro de 2015, Resolução nº 07, de 07 de novembro de 2016, e pelas condições a seguir estabelecidas:

2.0 DO OBJETO

2.1 O presente Pregão Eletrônico tem por objeto o registro de preços dos medicamentos listados no Anexo I, pelo prazo de 6 (seis) meses, para eventual fornecimento aos municípios consorciados nominados no Anexo II, nos termos das disposições contidas neste Edital.

2.2 As quantidades constantes do Anexo I são estimadas, o que não obriga o CIS-AMOSC e nem os municípios consorciados a adquirirem a totalidade das mesmas.

2.3 Não será permitida a indicação de cota mínima a ser registrada.

3.0 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderá participar desta licitação qualquer empresa legalmente constituída, especializada no ramo, desde que satisfaça às exigências deste Edital e devidamente cadastrada junto ao provedor do sistema eletrônico (www.portaldecompraspublicas.com.br).

3.2 Não poderá participar desta licitação a empresa que:

- a) tiver sido declarada inidônea na administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado, sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;
- b) estiver impedida ou temporariamente suspensa de participar em licitação ou contratar com qualquer dos municípios relacionados no Anexo II deste Edital;
- c) incidir no estipulado no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
- d) tenha sofrido decretação de falência ou dissolução, bem como aquele que esteja em processo de liquidação, recuperação judicial ou

extrajudicial;

e) possua em seu contrato ou estatuto social finalidade ou objeto incompatível com o deste Pregão;

f) estiver reunida sob forma de consórcio;

g) que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

h) incorrer em outros impedimentos previstos em lei.

3.3 A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha relativa ao licitante e subsequente encaminhamento de proposta de preços até a data e horário previstos neste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

3.4 Por ocasião da participação neste certame, será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte, como critério de desempate, o direito de preferência para ofertar o menor preço em relação aquele lançado pelo licitante não qualificado nessas categorias, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

4.0 DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

4.1 Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, em até 2 (dois) dias úteis antes da abertura do certame.

4.2 As impugnações, pelos licitantes, deverão ser dirigidas ao Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, no prazo de até 2 (dois) dias úteis da abertura do certame, em observância às determinações contidas no § 2º do art. 41 da Lei 8.666/93.

4.3 As respostas dos pedidos de esclarecimentos e das impugnações também serão realizadas pelo mesmo meio eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.0 DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO

5.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo login e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto ao website: www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.2 As empresas licitantes deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no Sistema de Licitações de Pregão Eletrônico.

5.3 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao CIS-AMOSC a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4 O credenciamento junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal do licitante e de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.5 O login e a senha poderão ser utilizados em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, por iniciativa deste órgão licitante e do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, devidamente justificada, ou em virtude de sua inabilitação.

6.0 DO PROCEDIMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

6.1 Do envio das propostas de preços pelo sistema eletrônico.

6.1.1 Os fornecedores credenciados interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão enviar suas propostas de preços por meio do sistema eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, exclusivamente, sendo consideradas inválidas as propostas apresentadas por quaisquer outros meios.

6.1.1.1 Antes do envio da proposta de preços, o fornecedor deverá efetuar a retirada do Edital eletronicamente no site www.portaldecompraspublicas.com.br ou www.amosc.org.br.

6.1.2 As empresas que apresentarem propostas para participação no Pregão, na forma Eletrônica, declaram, de forma tácita, de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em conformidade com o disposto no art. 4º, VII, da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002.

6.1.3 O representante credenciado deverá observar as condições do Edital, disponível na lista de editais, as condições e exigências previstas e condicionantes do objeto do certame, manifestar, em campo próprio do sistema, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação prevista neste Edital e inserirá sua proposta inicial para o objeto deste certame, até a data e horário previsto no preâmbulo deste ato convocatório.

6.1.4 A apresentação da proposta por parte do licitante significa o pleno conhecimento e sua integral concordância com as cláusulas deste Edital.

6.1.5 A empresa licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.1.6 Caberá à empresa licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.1.7 Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá preencher o campo "preço unitário", encontrado na tela, com o preço unitário proposto para cada um dos itens especificados no Anexo I deste Edital, em moeda nacional, com até 2 (duas) casas decimais, sendo desclassificada a proposta ou lance apresentado de forma diversa.

6.1.8 Nos preços cotados na proposta deverão estar incluídos todos os valores incidentes, tais como taxas, impostos, fretes e outros, os quais deverão ser os praticados na data da abertura da proposta.

6.1.8.1 Para efeito da disputa na Sessão de Lances, os preços deverão ser cotados com taxas, impostos, fretes e outras despesas, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o CIS-AMOSC e aos municípios consorciados.

6.1.9 O proponente terá oportunidade de rever as condições de sua proposta, cancelando-a e enviando nova proposta, desde que não tenha encerrado o período de tempo previsto para o encaminhamento desta.

6.1.9.1 Uma vez encerrado o tempo previsto, o sistema não permitirá a alteração ou encaminhamento de nova proposta.

6.1.9.2 Após a abertura das propostas, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6.2 Da abertura e do julgamento das propostas de preços.

6.2.1 Na data e horário previstos no preâmbulo deste Edital serão abertas às propostas de preços, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas, verificando a sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório.

6.2.2 O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério menor preço por item, levando em conta o valor de referência constante do Anexo I deste Edital.

6.2.3 O prazo de validade da proposta comercial não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data marcada para abertura das propostas. Em caso de omissão do licitante, considerar-se-á o prazo mínimo exigido.

6.2.4 Será desclassificada a proposta que estiver elaborada em desacordo com os termos deste Edital, que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente ou que contenha preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, preços simbólicos ou irrisórios, ou com valor zero e ainda, vantagens ou preços baseados nas ofertas dos demais licitantes.

6.2.4.1 Também não serão consideradas as propostas que impuserem condições diferentes das dispostas nesta licitação, que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento ou que não atenderem aos requisitos mínimos discriminados neste Edital.

6.3 Da sessão de disputa e da formulação de lances.

6.3.1 A partir do horário previsto neste Edital, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preço recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas pelo Edital.

6.3.2 Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.3.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3.4 Só serão aceitos lances com valor inferior ao último lance registrado no sistema.

6.3.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.3.6 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

6.3.7 A etapa de lances da sessão pública, prevista no Edital, será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrado o recebimento de lances.

6.3.8 Alternativamente ao disposto no item anterior, poderá ocorrer o encerramento da sessão pública, por decisão do Pregoeiro, mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, de até trinta minutos, findo o qual será encerrado o recebimento de lances.

6.3.9 Encerrada a etapa competitiva o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que possa ser obtido um menor valor, bem como decidir sobre sua aceitação.

6.3.10 O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da melhor proposta imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão do Pregoeiro sobre a aceitação do lance de menor valor. Caso não haja lances, o licitante vencedor será aquele que houver ofertado a melhor proposta inicial.

6.3.11 No caso de haver desconexão do Pregoeiro com o sistema eletrônico, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para o recebimento dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.12 Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

6.3.13 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro de data diversa.

6.3.14 Caso a empresa detentora da melhor proposta venha a ser desclassificada ou inabilitada, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes na ordem de classificação e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

6.3.15 As microempresas e empresas de pequeno porte terão, eletronicamente, o tratamento diferenciado para desempate de lances, conforme preceitua a Lei Federal nº 123/2006, desde que declarem a respectiva condição, também eletronicamente, no site www.portalde-compraspublicas.com.br, antes de postarem a sua proposta inicial.

7.0 DO ENVIO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA DO MELHOR CLASSIFICADO

7.1 Imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública virtual, o melhor classificado deverá encaminhar a documentação exigida para habilitação, bem como o detalhamento de sua proposta de preços, atualizada em conformidade com o lance eventualmente ofertado, para o CIS-AMOSC, situado na Avenida Getúlio Vargas, 571-S, Centro, CEP 89.812-000, Chapecó, Estado de Santa Catarina.

7.2 O prazo para o encaminhamento do original e/ou cópia autenticada da documentação exigida para habilitação, bem como do detalhamento da proposta de preços, será de até 03 (três) dias úteis, contados da data da sessão pública virtual, com tolerância de 01 (um) dia por motivos fortuitos, sob pena de inabilitação.

7.2.1 Caso a licitante faça o envio dos documentos de habilitação pelos correios, deverá postá-los via Sedex, com o envio do código de rastreamento ao CIS-AMOSC pelo telefone (49) 3319-3222 ou pelo e-mail cisamosc4@amosc.org.br.

7.2.2 A proposta de preços deverá ser apresentada na forma do Anexo III deste Edital, datilografada ou digitada, redigida com clareza, devidamente datada e assinada pelo representante legal da licitante proponente, se Procurador acompanhado da respectiva Procuração, contendo expressamente:

a) a Razão Social, CNPJ, endereço completo, CNPJ, telefone, e-mail e nome do representante legal;

b) as especificações contidas no Anexo I, acrescidas da marca, do valor unitário com até 2 (duas) casas decimais, do valor total dos itens ofertados e do valor global da proposta;

c) prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data marcada para a abertura da sessão;

d) prazo de pagamento não inferior a 30 (trinta) dias, após atesto da nota fiscal.

7.3 A habilitação do licitante será aferida por intermédio dos documentos comprobatórios de Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica, Regularidade Fiscal e Trabalhista e atendimento do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Anexo IV).

7.4 Juntamente com o documento de comprovação de atendimento do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, a microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar a Certidão de enquadramento como microempresa/empresa de pequeno porte expedida pela Junta Comercial do Estado da sede da licitante.

7.5 A licitante deverá apresentar declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação, conforme (Anexo VI), anexando a referida declaração aos documentos de habilitação.

7.6 Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados no original, cópia autenticada ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

7.6.1 Não serão aceitos documentos em forma de 'fax' e nem a apresentação de protocolo em substituição a documento solicitado.

7.7 Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

- a) em nome do licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo;
- b) em nome da sede (matriz), se o licitante for a sede (matriz);
- c) em nome da filial, se o licitante for a filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).

7.8 Os documentos exigidos para habilitação deverão ser datados dos últimos 60 (sessenta) dias da data prevista para a abertura do certame, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor ou por outra norma legal.

7.9 A falta de quaisquer dos documentos ou o descumprimento das exigências previstas nesta seção implicará a inabilitação do licitante.

7.10 Havendo superveniência de fato impeditivo, fica o licitante obrigado a declará-lo, sob as penalidades legais cabíveis.

7.11 Para comprovação da Habilitação Jurídica os interessados deverão apresentar os seguintes documentos ao CIS-AMOSC:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.12 Para a comprovação da Qualificação Econômico-Financeira, os licitantes deverão apresentar Certidão Negativa de Falência ou Concorrida, expedida pelo cartório distribuidor do município ou região da sede da empresa.

7.13 Para a comprovação da Qualificação Técnica os licitantes deverão apresentar:

- a) Alvará Sanitário, expedido pela Vigilância Sanitária (estadual ou municipal, conforme o caso), pertinente ao ano de 2016 (ou a comprovação de prorrogação do alvará do ano de 2015, se for o caso);
- b) Pelo menos um dos seguintes documentos:

- b1) Autorização para Comercialização de Medicamentos Comuns e Especiais;
- b2) Cópia do Cadastro da empresa/licitante no Conselho Regional de Farmácia do Estado da sede da licitante (CRF);

7.14 Para a comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal (Alvará de Funcionamento – ou documento equivalente – válido e em dia), relativo ao estabelecimento do licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame;
- c) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de negativa de quitação de tributos federais, abrangendo a Dívida Ativa da União e o recolhimento das contribuições à Previdência Social, expedida pela Receita Federal do Brasil;
- d) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de negativa quanto aos tributos estaduais (ou distritais), relativamente ao estabelecimento do proponente;
- e) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de negativa quanto aos tributos municipais (ou distritais), relativamente ao estabelecimento do proponente;
- f) Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pela Justiça do Trabalho;
- h) Prova de regularidade fiscal perante o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, abrangendo os créditos não tributários definidos na Lei nº 4.320/64.

8.0 DOS RECURSOS

8.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, após o que lhe será concedido o prazo de (3) três dias corridos para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

8.1.1 Concluído o julgamento da fase de habilitação, o Pregoeiro assegurará o tempo mínimo de 60 (sessenta) minutos para inclusão da intenção de recursos.

8.1.2 O prazo para encaminhamento das razões do recurso iniciará a partir do aceite do Pregoeiro no sistema eletrônico.

8.2 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.3 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

8.4 O prazo para decisão de recurso é de 05 (cinco) dias úteis, após o qual a autoridade competente fará a adjudicação ao licitante vencedor.

8.5 A manifestação prévia do licitante para posterior interposição do recurso, durante a sessão pública, será realizada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

8.5.1 O encaminhamento das razões do recurso e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, assim como o julgamento a ser proferido.

8.6 O recurso não terá efeito suspensivo.

8.7 Julgado o recurso, a decisão constará exclusivamente no sistema eletrônico, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

9.0 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1 Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará eletronicamente o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pelo Ordenador da despesa.

9.2 Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Pregoeiro encaminhará os autos ao Ordenador da despesa para adjudicação do objeto da licitação ao(s) licitante(s) vencedor(es) e homologação do procedimento licitatório, eletronicamente.

10.0 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 Após homologação pelo Ordenador de Despesas, o adjudicatário será convocado para a assinatura da Ata de Registro de Preços, no

prazo de 3 (três) dias úteis, contados da convocação, prorrogável por igual período, quando solicitado justificadamente pelo interessado.

10.2 A Ata de Registro de Preços, lavrada conforme Anexo VII, terá efeito de compromisso e validade de 6 (seis) meses, a contar de sua assinatura, com eficácia a partir da publicação.

10.3 Uma vez convocado, caso o adjudicatário não assine a Ata de Registro de Preços, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições estabelecidas no encerramento de seus lances.

10.4 A publicação do extrato da Ata de Registro de Preços dar-se-á no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

11.0 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes das aquisições dos medicamentos, objeto do presente certame, correrão à conta de dotação específica dos orçamentos dos municípios consorciados, referente o exercício de 2017.

12.0 DA EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1 As condições gerais para a entrega dos produtos estão estabelecidas no Anexo VII do presente Edital.

12.4 Os medicamentos entregues em desacordo com o previsto neste Edital serão rejeitados/devolvidos ao licitante contratado, às custas deste, sem prejuízo da entrega dos mesmos produtos no prazo estabelecido.

12.5 O transporte dos produtos e demais despesas, diretas e indiretas, será de única e total responsabilidade do proponente, correndo por conta do mesmo o risco integral da operação.

13.0 DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

13.1 Os pagamentos serão realizados pelos municípios consorciados em favor da empresa contratada, mediante depósito em conta corrente, em até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento integral dos medicamentos relacionados na Ordem de Compra encaminhada pelo município e do atesto das Notas Fiscais.

13.2 O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

13.3 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

13.4 Os preços ofertados e adjudicados serão considerados fixos e irrevogáveis, salvo para manter o equilíbrio econômico-financeiro da proposta, nos termos deste edital e da Ata de Registro de Preços.

14.0 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/1993 e nas condições previstas na Ata de Registro de Preços (Anexo VII).

15.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e as condições estipuladas no presente edital e na Ata de Registro de Preços ficam sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária não superior a 5 (cinco) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública.

15.2 A motivação, a gradação e os procedimentos pertinentes à aplicação das penalidades listadas no item acima estão disciplinadas na Cláusula Nona da Minuta da Ata de Registro de Preços.

16.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 Os prazos mencionados neste Edital, bem como nas respectivas propostas, somente terão início e término em dia de expediente no CIS-AMOSC, e serão sempre considerados em dias corridos, salvo se outra forma for prevista.

16.1.1 Para efeito de aplicação do previsto neste subitem, os prazos indicados para quaisquer atos do procedimento licitatório, inclusive o da validade das propostas, serão considerados prorrogados para o primeiro dia útil subsequente, se recaírem em data em que não haja expediente no CIS-AMOSC.

16.1.2 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

16.2 O CIS-AMOSC se reserva o direito de anular ou revogar, a qualquer tempo, a presente licitação, sem que disto decorra qualquer direito aos licitantes, observado o disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei nº. 8.666/93.

16.3 A nulidade do processo licitatório induzirá à dos atos decorrentes.

16.4 É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

16.5 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

16.5.1 O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

16.6 O Pregoeiro poderá subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

16.7 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse do CIS-AMOSC, dos municípios consorciados, a finalidade e a segurança da contratação.

16.8 O resultado da licitação será divulgado no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, no Diário Oficial dos Municípios – DOM e portal do CIS-AMOSC (www.amosc.org.br).

16.9 Respeitados os prazos legais e os direitos dos licitantes, o Pregoeiro, a qualquer tempo, antes da abertura das propostas, poderá, motivadamente, proceder alterações concernentes à licitação ora regulada, por sua iniciativa, disponibilizando no sistema as informações necessárias e determinando, ainda, quando necessário, o adiamento do recebimento e/ou da abertura das propostas.

16.10 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro com a interpretação da legislação própria, princípios constitucionais e o direito público interno, sem prejuízo de solicitação de parecer jurídico do órgão licitante.

16.11 Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó/SC para resolver questões relativas ao presente Edital.

16.12 Informações complementares que visem obter maiores esclarecimentos sobre o presente pregão serão prestadas pelo Pregoeiro do CIS-AMOSC, em horário comercial, de segunda a sexta-feira, pelo telefone (49) 3319-3222 ou pelo e-mail: cisamosc4@amosc.org.br.

Chapecó/SC, 29 de novembro de 2016.

Neuri Brunetto

Presidente do CIS-AMOSC

ANEXO I

LISTA DE ITENS

ITEM	CÓDIGO PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT	VALOR UNIT REF
1	1020001	8-HIDROXIQUINOLINA BORATO 0,04 MG ASSOCIADA COM TRIETA-NOLAMINA 140 MG/ML SOLUCAO OTOLOGICA, FRASCO C/8 ML	FR	2160	10,98
2	1020002	ACEBROFILINA 10MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO DE 120 ML	FR	9225	6,67
3	1020003	ACEBROFILINA 5MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO COM 120 ML	FR	7855	3,67
4	1020004	ACECLOFENACO 100 MG	CPR	21080	0,55
5	1020005	ACETAZOLAMIDA 250 MG	CPR	8830	0,53
6	1020006	ACETILCISTEINA 200 MG GRANULADOS ENVELOPES COM 5 G	ENV	3900	0,69
7	1020007	ACETILCISTEINA 20MG/ML XAROPE FRASCO COM 120 ML	FR	1700	5,49
8	1020009	ACICLOVIR 200 MG FRACIONAVEL OU BLISTER COM 5 E 15 COM-PRIMIDOS	CPR	60700	0,65
9	1020010	ACICLOVIR 50MG/G CREME BISNAGA 10 GR	BNG	2570	3,08
10	1020011	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG	CPR	830000	0,04
11	1020012	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG TAMPONADO	CPR	110292	0,48
12	1020790	ACIDO ACETILSALICILICO 325 MG TAMPONADO	CPR	15824	0,77
13	1020014	ACIDO FOLICO 5 MG	CPR	266000	0,07
14	1020791	ACIDO URSODEXOCOLICO 150 MG	CPR	2500	3,18
15	1020016	ACIDO VALPROICO 250 MG	CPR	89500	0,65
16	1020017	ACIDO VALPROICO 500 MG	CPR	141500	0,81
17	1020019	AGUA BIDESTILADA PARA INECAO DE 5 ML	FR	32920	0,34
18	1020020	ALBENDAZOL 400 MG COMP MASTIGAVEL	CPR	40300	0,87
19	1020021	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSAO ORAL FRASCO 10 ML	FR	9725	1,47
20	1020792	ALCAFTADINA 0,25% FRASCO DE 3 ML COLIRIO	FR	28	47,32
21	1020022	ALENDRONATO SODICO 70 MG CARTELAS COM 4 COMP	UN	75550	0,78
22	1020024	ALOPURINOL 100 MG	CPR	79600	0,06
23	1020025	ALOPURINOL 300 MG	CPR	66700	0,17
24	1020026	ALPRAZOLAM 0,5 MG	CPR	47600	0,18
25	1020027	ALPRAZOLAM 2 MG	CPR	24000	0,53
26	1020028	ALPRAZOLAM XR 1 MG	CPR	11500	2,57
27	1020030	AMBROXOL, CLORIDRATO 15MG/5ML FRASCO DE 100 ML	FR	10125	4,94
28	1020031	AMBROXOL, CLORIDRATO 30MG/5ML FRASCO DE 100 ML	FR	10775	4,18
29	1020793	AMILORIDA, CLORIDRATO ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 2,5 MG + 25 MG	CPR	9500	0,21
30	1020794	AMILORIDA, CLORIDRATO ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 5 MG + 50 MG	CPR	26280	0,22
31	1020747	AMILORIDA 10 MG + FUROSEMIDA 40 MG	CPR	2000	1,39
32	1020032	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM CLORTALIDONA, 5 MG + 25 MG	CPR	19900	0,88
33	1020034	AMINOFILINA 100 MG	CPR	103100	0,09
34	1020035	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLAS DE 10 ML	AMP	1830	0,97
35	1020036	AMIODARONA 100 MG	CPR	13100	0,62
36	1020037	AMIODARONA 200 MG	CPR	107900	0,57
37	1020038	AMIODARONA 50MG/ML AMPOLAS COM 3 MLa	AMP	460	0,59
38	1020795	AMISULPRIDA 50 MG	CPR	400	4,15
39	1020039	AMITRIPTILINA 25 MG	CPR	691000	0,18
40	1020040	AMITRIPTILINA 75 MG	CPR	11210	0,57
41	1020041	AMOXICILINA 500 MG BLISTER FRACIONÁVEL OU COM 7 OU 15 CAPSULAS	CPR	318000	0,24
42	1020042	AMOXICILINA 50MG/ML PO PARA SUSPENSAO ORAL FR 150 ML	FR	4030	5,57
43	1020043	AMOXICILINA 50MG/ML PO PARA SUSPENSAO ORAL FR 60 ML	FR	14130	3,35
44	1020044	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO 80 MG + 11,5 MG/ML PO PARA SUSPENCAO ORAL FRASCO COM 75 ML	FR	1340	29,18
45	1020046	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTASSIO 50 MG + 12,5 MG/ML SUSPENSAO FRASCO 100 ML	FR	8210	29,18

46	1020045	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTASSIO 500+125 MG	CPR	146850	1,83
47	1020047	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTASSIO 875 MG + 125 MG	CPR	48910	2,88
48	1020048	AMPICILINA 500 MG	CPR	44800	0,25
49	1020050	AMPICILINA SUSPENSÃO 50 MG/ML, FRASCO 150 ML	FR	1250	12,47
50	1020051	ANESTESICO DE MEPIVACAINA 30MG/ML SEM VASO CARPULES DE 1,8 ML CADA	UN	270	4,5
51	1020796	ANLÓDIPINIO, BESILATO ASSOCIADO COM BENAZEPRIL 5MG/20MG	CPR	3600	2,48
52	1020052	ANLÓDIPINO, BESILATO 10 MG	CPR	94000	0,24
53	1020053	ANLÓDIPINO, BESILATO 2,5 MG	CPR	15300	0,67
54	1020054	ANLÓDIPINO, BESILATO 5 MG	CPR	343500	0,11
55	1020055	ATENOLOL 100 MG	CPR	144500	0,08
56	1020056	ATENOLOL 25 MG	CPR	250500	0,04
57	1020057	ATENOLOL 50 MG	CPR	452500	0,05
58	1020058	ATENOLOL+CLORTALIDONA 100/25 MG	CPR	22210	0,53
59	1020059	ATENOLOL+CLORTALIDONA 50/12,5 MG	CPR	30700	0,23
60	1020060	ATORVASTATINA CALCICA 20 MG	CPR	33860	0,63
61	1020064	AZITROMICINA 500 MG BLISTER C/ 3 COMP. OU BLISTER FRACIO-NÁVEL	CPR	233800	0,79
62	1020065	AZITROMICINA PO PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 600 MG	FR	7090	3,83
63	1020066	AZITROMICINA PO PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 900 MG	FR	2160	5,65
64	1020067	BACLOFENO 10 MG	CPR	43360	0,46
65	1020072	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250 MCG/DOSE SPRAY ORAL FR 200 DOSES	FR	1995	65,19
66	1020069	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200 MCG/DOSE PO PARA INALACAO COM 100 DOSES	FR	290	39,25
67	1020070	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 50 MCG COM 200 DOSES AEROSOL INALATORIO ORAL	FR	163	40,75
68	1020073	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI	AMP	8890	10,63
69	1020074	BENZOATO DE BENZILA 25% EMULSAO TOPICA C 80 ML	FR	1605	7,63
70	1020075	BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FR 100 ML	FR	2600	2,88
71	1020077	BETAISTINA, DICLORIDRATO 16 MG	CPR	8900	0,39
72	1020078	BETAISTINA, DICLORIDRATO 24 MG	CPR	19030	0,59
73	1020079	BETAISTINA, DICLORIDRATO 8 MG	CPR	3200	0,32
74	1020080	BETAMETASONA 0,1 MG/ML ELIXIR ORAL 120 ML	FR	410	7,19
75	1020081	BETAMETASONA 5 MG DIPROPIONATO + FOSFATO DISSODICO DE BETAMETASONA 2MG AMP 1 ML + SERINGA	AMP	25450	5,69
76	1020083	BETAMETASONA, DIPROPIONATO, ASSOCIADA A CETOCONAZOL E NEOMICINA 0,5 MG + 20 MG + 2,5 MG/G CREME BISNAGA 30 GRAMAS	BNG	1140	9,98
77	1020090	BICARBONATO DE SODIO 500 MG	CPR	25320	1,3
78	1020091	BIMATOPROSTA 0,03 % + MALEATO DE TIMOLOL 0,5 % FRASCO DE 5 ML OFTAMICO	FR	205	152,4
79	1020092	BIMATOPROSTA 0,3 MG/ML SOLUCAO OFTALMICA FRASCO DE 5 ML	FR	265	78,88
80	1020093	BIPERIDENO 2 MG	CPR	241000	0,28
81	1020095	BISACODIL 5 MG	CPR	13061	0,27
82	1020099	BISOPROLOL FUMARATO 2,5 MG	CPR	16600	1,27
83	1020098	BISOPROLOL, FUMARATO 1,25 MG	CPR	5500	1,12
84	1020100	BISOPROLOL, FUMARATO 2,5MG + HIDROCLOROTIAZIDA 6,25 MG	CPR	1000	2,13
85	1020101	BISOPROLOL, FUMARATO 5 MG	CPR	15900	1,55
86	1020103	BRIMONIDINA, TARTARATO 2 MG/ML COLIRO FRASCO 5 ML	FR	173	41,88
87	1020104	BRINZOLAMIDA, ASSOCIADA COM TIMOLOL MALEATO, 10 MG + 5 MG/ML, SUSPENSÃO OFTALMICA FRASCO 5 ML	FR	119	64,25
88	1020105	BROMAZEPAM 3 MG	CPR	46800	0,07
89	1020106	BROMAZEPAM 6 MG	CPR	31800	0,24
90	1020107	BROMOPRIDA 10 MG	CPR	42200	0,19
91	1020108	BROMOPRIDA 4 MG/ML FRASCO 20 ML	FR	3510	1,67
92	1020109	BROMOPRIDA 5MG/ML AMPOLA DE 2 ML	AMP	1450	1,34
93	1020110	BUDESONIDA AEROSOL NASAL, 64 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	FR	892	35,39
94	1020112	BUDESONIDA AEROSOL NASAL, 50 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	FR	1482	25,98

95	1020111	BUDESONIDA AEROSSOL NASAL, 32 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	FR	4451	17,49
96	1020113	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	CPR	91200	0,88
97	1020115	CANDESARTANA 8 MG	CPR	1800	0,95
98	1020116	CANDESARTANA, CILEXETIL 16 MG	CPR	1900	0,95
99	1020118	CANDESARTANA, CILEXETILA + HIDROCLOROTIAZIDA 8MG/12,5MG	CPR	2900	1,34
100	1020119	CAPTOPRIL 12,5 MG	CPR	600	0,13
101	1020120	CAPTOPRIL 25 MG	CPR	675000	0,03
102	1020121	CAPTOPRIL 50 MG	CPR	491000	0,05
103	1020123	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSAO ORAL FRASCO COM 100 ML	FR	6790	9,17
104	1020122	CARBAMAZEPINA 200 MG	CPR	290500	0,21
105	1020124	CARBAMAZEPINA 400 MG	CPR	80350	0,57
106	1020125	CARBAMAZEPINA CR 200 MG DE LIBERACAO CONTROLADA	CPR	8580	0,85
107	1020126	CARBAMAZEPINA CR 400 MG DE LIBERACAO CONTROLADA	CPR	24360	2,05
108	1020127	CARBOCISTEINA 20 MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO 100 ML	FR	5600	3,09
109	1020128	CARBOCISTEINA 50 MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO 100 ML	FR	6300	3,75
110	1020130	CARBONATO DE CALCIO 500 MG + COLECALCIFEROL 600 UI	CPR	137500	0,64
111	1020131	CARBONATO DE CALCIO 500 MG + VITAMINA D 200 UI	CPR	11000	0,18
112	1020129	CARBONATO DE CALCIO 500 MG ELEMENTAR	CPR	174000	0,08
113	1020132	CARBONATO DE CALCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 400 UI	CPR	425000	0,64
114	1020133	CARBONATO DE LITIO 300 MG	CPR	224500	0,25
115	1020134	CARBONATO DE LITIO CR 450 MG	CPR	27760	1,46
116	1020798	CARBOXIMETILCELULOSE 0,5% FRASCO DE 15 ML COLIRIO	CPR	259	49,69
117	1020135	CARVEDILOL 12,5 MG	CPR	166200	0,46
118	1020136	CARVEDILOL 25 MG	CPR	187950	0,59
119	1020137	CARVEDILOL 3,125 MG, CARTELA	CPR	149700	0,32
120	1020138	CARVEDILOL 6,25 MG CARTELA	CPR	205040	0,33
121	1020139	CEFACLOL 500 MG	CPR	2500	4,49
122	1020140	CEFACLOL 50MG/ML FRASCO COM 80 ML	FR	200	26,95
123	1020143	CEFALEXINA 50 MG/ML PO PARA SUSPENSAO ORAL FRASCO 100 ML	FR	10240	10,88
124	1020142	CEFALEXINA 500MG BLISTER COM 8 CAPS	CPR	403900	0,94
125	1020144	CEFTRIAXONA SODICA 1 G ENDOVENOSA, FRASCO AMPOLA + DILUENTE	AMP	8050	11,24
126	1020145	CEFTRIAXONA SODICA 1 G INTRAMUSCULAR, FRASCO AMPOLA + DILUENTE	AMP	5920	9,88
127	1020146	CEFTRIAXONA SODICA 250 MG, INTRAMUSCULAR + DILUENTE	AMP	430	10
128	1020148	CEFTRIAXONA SODICA 500 MG INTRAMUSCULAR + DILUENTE	AMP	1700	10,45
129	1020147	CEFTRIAXONA SODICA 500MG ENDOVENOSA + DILUENTE	AMP	8200	10,45
130	1020150	CELECOXIBE 200 MG	CPR	35800	1,88
131	1020152	CETOCONAZOL 20 MG/G TUBO COM 30 GRAMAS	BNG	3970	3,09
132	1020151	CETOCONAZOL 200 MG	CPR	58300	0,18
133	1020154	CETOPROFENO 100 MG	CPR	26700	1,28
134	1020155	CETOPROFENO 150 MG	CPR	5800	4,19
135	1020156	CETOPROFENO 50 MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML	AMP	22600	2,79
136	1020160	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, PIRIDOXINA E TIAMINA 5 MG + 4 MG + 100 MG + 100 MG, INJETAVEL AMPOLA I DE VITAMINAS E AMPOLA II COM DEXAMETASONA CONJUNTO COM DUAS AMPOLAS, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	AMP	5947	10,45
137	1020161	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM PIRIDOXINA E TIAMINA, 5000 MG + 100 MG + 100 MG	CPR	62180	1,9
138	1020162	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO 10 MG	CPR	222500	0,29
139	1020163	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO 5 MG	CPR	66900	0,26
140	1020164	CILOSTAZOL 100 MG	CPR	54700	0,73
141	1020165	CILOSTAZOL 50 MG	CPR	33700	0,36
142	1020166	CIMETIDINA 200 MG	CPR	76700	0,13
143	1020167	CIMETIDINA 300 MG/2ML AMPOLAS DE 2 ML	AMP	2200	0,15
144	1020168	CINARIZINA 25 MG	CPR	33600	0,22
145	1020169	CINARIZINA 75 MG	CPR	121100	0,32
146	1020170	CIPROFIBRATO 100 MG	CPR	82900	0,87
147	1020173	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO COM DEXAMETASONA 3,5 MG + 1 MG/ML SOLUCAO OFTALMICA FRASCO 5 ML	FR	1030	13,39

148	1020172	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO, 500 MG	CPR	216500	0,27
149	1020799	CIPROTERONA ACETATO 50 MG	CPR	500	7,12
150	1020175	CIPROTERONA, ACETATO ASSOCIADA A ETINILESTRADIOL 2 MG + 0,035 MG CX COM 21 DRAGEA	CART	9990	7,47
151	1020176	CITALOPRAM 20 MG	CPR	470000	0,39
152	1020177	CLARITROMICINA 500 MG	CPR	11400	5,15
153	1020178	CLARITROMICINA SUSP 250MG/5ML GRANILADO PARA SOLUCAO ORAL COM DILUENTE FRASCO DE 60 ML	FR	345	123,5
154	1020179	CLINDAMICINA 300 MG	CPR	3200	1,78
155	1020182	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 25 MG	CPR	119310	0,76
156	1020183	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 75 MG	CPR	15460	1,78
157	1020184	CLONAZEPAM 0,5 MG	CPR	27900	0,12
158	1020186	CLONAZEPAM 2 MG	CPR	225200	0,1
159	1020185	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUCAO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	FR	12970	3,48
160	1020187	CLONAZEPAN 1 MG	CPR	2000	0,68
161	1020188	CLONIDINA 0,100 MG	CPR	4380	0,2
162	1020189	CLONIDINA 0,150 MG	CPR	16520	0,25
163	1020190	CLONIDINA 0,200 MG	CPR	14900	0,31
164	1020191	CLOPIDOGREL 75 MG	CPR	160200	0,64
165	1020193	CLORANFENICOL 4 MG/ML, SOLUCAO OFTALMICA FRASCO 10 ML	FR	970	19,98
166	1020194	CLORETO DE POTASSIO 10 % SOLUCAOINJETAVEL 10 ML	AMP	550	0,37
167	1020195	CLORETO DE POTASSIO 19,1% SOLUCAO INJETAVEL 10 ML	AMP	340	0,59
168	1020196	CLORETO DE POTASSIO 600 MG	CPR	2100	0,59
169	1020197	CLORETO DE SODIO 10% SOLUCAO INJETAVEL 10 ML	AMP	300	0,6
170	1020198	CLORETO DE SODIO 20% SOLUCAO INJETAVEL 10 ML	AMP	310	0,67
171	1020199	CLORPRAMAZINA 40MG/ML SOLUCAO ORAL - GOTAS FRASCO COM 20 ML	FR	175	7,77
172	1020200	CLORPROMAZINA 100 MG	CPR	101150	0,32
173	1020201	CLORPROMAZINA 25 MG	CPR	63900	0,32
174	1020202	CLORPROMAZINA 25MG/5ML AMPOLAS DE 5 ML	AMP	330	2,15
175	1020203	CLORTALIDONA 12,5 MG	CPR	14000	0,1
176	1020204	CLORTALIDONA 25 MG	CPR	107100	0,19
177	1020205	CLORTALIDONA 50 MG	CPR	15500	0,23
178	1020209	CLOXAZOLAM 1 MG	CPR	3980	0,65
179	1020210	CLOXAZOLAM 2 MG	CPR	16680	1,04
180	1020212	CODEINA 30 MG	CPR	38500	1,23
181	1020213	CODEINA, FOSFATO 3MG/ML SUSPENSAO ORAL FRASCO DE 120 ML	FR	155	42,22
182	1020214	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G POMADA 30G	BNG	6982	44,22
183	1020215	COLCHICINA 0,5 MG	CPR	18450	1,27
184	1020216	COLCHICINA 1 MG	CPR	1900	1,78
185	1020217	CUMARINA ASSOCIADA A TROXERRUTINA 15 MG + 90 MG	CPR	67500	1,27
186	1020218	DABIGATRANA, ETEXILATO 110 MG	CPR	62520	3,99
187	1020219	DESORATADINA 0,5MG/ML FXAROPE FRASCO DE 60 ML	FR	855	12,22
188	1020220	DESORATADINA 5MG	CPR	5600	0,84
189	1020221	DESOGESTREL 0,15 MG + ETINILESTRADIOL 0,2 MG CAIXA COM 21 CP	UN	3170	15,69
190	1020222	DEXAMETASONA 0,1% SOLUCAO OFTALMICA FRASCO 5 ML	FR	1292	5,39
191	1020224	DEXAMETASONA 1 MG + NEOMICINA 5 MG + POLIMIXINA B 6000 UI + HIPROMELOSE 5 MG COLIRIO FRASCO COM 5 ML	FR	750	12,52
192	1020225	DEXAMETASONA 2 MG SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA DE 1 ML	AMP	925	1,32
193	1020226	DEXAMETASONA 4 MG	CPR	20450	0,52
194	1020227	DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 2,5 ML	AMP	9950	1,98
195	1020228	DEXAMETASONA, ACETATO 0,1% CREME BISNAGA 10 GRAMAS	BNG	13530	1,17
196	1020229	DEXAMETAZONA 0,1MG/ML ELIXIR FRSC 100 ML	FR	9080	4,14
197	1020233	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, ASSOCIADA A BETAMETASONA, 0,4 MG + 0,05 MG COMPRIMIDO	CPR	12100	0,33
198	1020234	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, ASSOCIADA A BETAMETASONA, 0,4 MG + 0,05 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	FR	3555	4,72
199	1020230	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 0,4 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	FR	14000	1,45
200	1020232	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 2 MG COMPRIMIDO	CPR	150000	0,18
201	1020235	DIACEREINA 50 MG	CPR	30200	4,37
202	1020236	DIAZEPAM 10 MG	CPR	212750	0,15
203	1020237	DIAZEPAM 5 MG	CPR	38500	0,12

204	1020238	DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	AMP	4140	0,77
205	1020239	DICLOFENACO POTASSICO 25MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA DE 3 ML	AMP	5100	0,98
206	1020240	DICLOFENACO POTASSICO 50 MG	CPR	222000	0,08
207	1020243	DICLOFENACO SODICO 25 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 3 ML	AMP	17450	0,66
208	1020244	DICLOFENACO SODICO 50 MG	CPR	351500	0,03
209	1020241	DICLOFENACO, SAL DIETILAMONIO, 11,6 MG/G EQUIVALENTE A 10 MG/G DO SAL POTASSICO, GEL BISNAGA 60 G	BNG	10820	4,59
210	1020242	DICLOFENACO, SAL RESINATO, 15 MG/ML SUSPENSAO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	FR	8430	3,89
211	1020245	DIGOXINA 0,25 MG	CPR	181700	0,28
212	1020246	DILTIAZEM CLORIDRATO, 30 MG	CPR	49300	0,16
213	1020247	DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG	CPR	46500	0,29
214	1020248	DILTIAZEM, CLORIDRATO 90 MG	CPR	4500	1,48
215	1020249	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIROXIDINA 50/50MG/ML AMPOLAS DE 1 ML IM	AMP	2625	1,78
216	1020250	DIMENIDRINATO 100 MG BLISTER FRACIONAVEL	CPR	13500	0,39
217	1020253	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 10 ML	AMP	1600	2,93
218	1020251	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 25 MG + 5 MG/ML SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	FR	2510	9,87
219	1020252	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 50 MG + 10 MG	CPR	56000	0,34
220	1020254	DIOSMINA ASSOCIADA A HESPERIDINA, 450 MG + 50 MG	CPR	294500	1,36
221	1020256	DIPIRONA + CAFEINA + MUCATO DE ISOMETEPTNO 300 MG + 30 MG + 30 MG	CPR	22150	0,37
222	1020255	DIPIRONA 350 MG + DIIDROERGOTAMINA 1MG + CAFEINA 100MG	CPR	5548	1,14
223	1020261	DIPIRONA SODICA + CAFEINA ANIDRA + CITRATO DE ORFENADRI-NA 300 + 50 + 35 MG	CPR	21300	0,24
224	1020257	DIPIRONA SODICA 500 MG	CPR	328500	0,11
225	1020258	DIPIRONA SODICA 500 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL 2 ML	AMP	15350	0,69
226	1020259	DIPIRONA SODICA 500 MG/ML SOLUCAO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	FR	23570	2,14
227	1020260	DIPIRONA, SODICA 500 MG + PROMETASINA 5 MG + ADIFENINA 10 MG	CPR	16200	1,33
228	1020263	DIVALPROATO DE SODIO 250 MG	CPR	6360	0,99
229	1020264	DIVALPROATO DE SODIO 500 MG	CPR	8860	2,04
230	1020265	DIVALPROATO DE SODIO ER 500 MG	CPR	14160	2,7
231	1020267	DOMPERIDONA 1 MG/ML, SUSPENSAO ORAL FRASCO 100 ML	FR	2575	17,15
232	1020266	DOMPERIDONA 10 MG	CPR	78400	0,27
233	1020268	DOPAMINA,CLORIDRATO 5MG/ML AMPOLAS DE AMPOLAS DE 10 ML	AMP	185	1,47
234	1020269	DOXAZOSINA MESILATO 2 MG	CPR	283300	0,44
235	1020270	DOXAZOSINA MESILATO 4 MG	CPR	138500	0,77
236	1020272	DOXICICLINA 100 MG	CPR	22000	0,99
237	1020273	DROPROPIZINA 1,5 MG/ML XAROPE, FRASCO 120 ML	FR	2190	3,65
238	1020274	DROPROPIZINA 3 MG/ML XAROPE FRASCO 120 ML	FR	2680	5,98
239	1020275	DULOXETINA 30 MG	CPR	47420	1,84
240	1020276	DULOXETINA 60 MG	CPR	46800	3,67
241	1020277	DUTASTERIDA 0,5 MG + TANSULOSINA 0,4 MG	CPR	12120	3,25
242	1020278	ENALAPRIL, MALEATO, 10 MG	CPR	416000	0,08
243	1020279	ENALAPRIL, MALEATO, 20 MG	CPR	486500	0,12
244	1020280	ENALAPRIL, MALEATO, 5 MG	CPR	294500	0,16
245	1020281	ENALAPRIL, MELEATO ASSOCIADO COM HIDROCLOROTIAZIDA 20MG + 12,5 MG	CPR	5000	0,45
246	1020282	EPINEFRINA 1MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	AMP	1980	6,27
247	1020283	ERITROMICINA 500 MG	CPR	17910	2,32
248	1020284	ERITROMICINA ESTEARATO 50MG/ML FRASCO DE 60 ML	FR	580	5,78
249	1020285	ESCITALOPRAM 10 MG	CPR	64300	0,79
250	1020749	ESCITALOPRAM 10 MG/ML, FRASCO COM 15ML	UN	60	72,68
251	1020286	ESCITALOPRAM 20 MG	CPR	25600	2,42
252	1020287	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10 MG	CPR	152800	0,58
253	1020289	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 20MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 1 ML	AMP	10170	1,83

254	1020291	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SODICA 4 MG + 500 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 5 ML	AMP	15200	4,34
255	1020290	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SODICA 10MG + 250 MG COMPRIMIDOS	CPR	311300	0,61
256	1020292	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SODICA 6,67 MG + 333 MG/ SOLUCAO ORAL FRASCO 20 ML	FR	16850	11,68
257	1020288	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 10MG/ML FRASCO COM 20 ML GTS	FR	9310	12,48
258	1020293	ESPIRONOLACTONA 100 MG	CPR	79960	0,53
259	1020294	ESPIRONOLACTONA 25 MG	CPR	321000	0,24
260	1020295	ESPIRONOLACTONA 50 MG	CPR	46500	0,32
261	1020752	ESTRADIOL + DIDROGESTERONA 1MG + 5MG	CPR	360	1,99
262	1020297	ESTRADIOL 0,02MG + GESTODENO 0,075 MG	CPR	18350	0,79
263	1020750	ESTRADIOL 0,75MG/1,25G GEL DE 80G	BNG	420	39,58
264	1020298	ESTRADIOL 1 MG	CPR	15500	1,09
265	1020751	ESTRADIOL 1 MG + DROSPERINOMA 2MG CARTELA COM 28 CP	CART	755	82,44
266	1020299	ESTRADIOL 1 MG GEL BISNAGA DE 50 G + APLICADOR	BNG	606	57,15
267	1020300	ESTRADIOL 2 MG	CPR	200	2,18
268	1020301	ESTRADIOL, VALERATO ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ENANTATO 5 MG + 50 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	AMP	1230	16,79
269	1020303	ESTRIOL 1 MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 50 GRAMAS	BNG	1406	38,29
270	1020305	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	CPR	81970	1,19
271	1020753	ETINILESTRADIOL 30MCG + GESTODENO 75MCG, CARTELA COM 28 CP	CART	190	22,54
272	1020306	EXTRATO DE PLANTAS, ALCACHOFRA (CYNARA SCOLYMUS L.) 200 MG	CPR	5000	0,59
273	1020307	EXTRATO DE PLANTAS, ARNICA MONTANA L. GEL 200 MG/G EMBALAGEM 50 GR	BNG	760	23,98
274	1020308	EXTRATO DE PLANTAS, CASCARA SAGRADA CAPSULAS	CP	5180	0,64
275	1020310	EXTRATO DE PLANTAS, CASTANHA DA INDIA 100 MG AESCULUS HIPPOCASTANUM L.	CP	114000	0,42
276	1020311	EXTRATO DE PLANTAS, CASTANHA DA INDIA 500 MG COMPOSTA	CP	30000	0,97
277	1020313	EXTRATO DE PLANTAS, ESPINHEIRA SANTA (MAYTENUS ILICIFOLIA) SOLUCAO ORAL 1ML/ML FRASCO 120 ML	FR	50	23,52
278	1020312	EXTRATO DE PLANTAS, ESPINHEIRA SANTA 380 MG MAYTENUS ILICIFOLIA	CP	5000	0,68
279	1020314	EXTRATO DE PLANTAS, GARRA-DO-DIABO 400 MG (HARPAGOPHYTOM PROCUMBENS)	CP	6500	2,14
280	1020315	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 120 MG	CP	18500	0,28
281	1020316	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 80 MG	CP	59500	0,21
282	1020317	EXTRATO DE PLANTAS, GUACO 81,5 MG/ML (MIKANIA GLOMERATA SPRENG) EXTRATO FLUIDO, FRASCO C/100 ML	FR	7575	1
283	1020318	EXTRATO DE PLANTAS, ISOFLAVONA DE SOJA 150 MG	CP	29780	0,74
284	1020319	EXTRATO DE PLANTAS, PASSIFLORA INCARNATA 300 MG	CP	20000	1
285	1020320	EXTRATO DE PLANTAS, VALERIANA OFFICINALIS 50 MG	CP	91900	0,27
286	1020321	EXTRATO SECO DE PIPER METHYSTICUM	CP	4000	1,15
287	1020322	EXTRATO SECO DE PNUS PINASTER 50 MG	CP	4000	1,55
288	1020754	EXTRATO SECO DE STRYPHODENDRON ADSTRNGENS 60MG/G C/50G	BNG	100	100
289	1020324	EZETIMIBA ASSOCIADO A SINASTATINA 10 MG + 10 MG	CPR	3000	1,89
290	1020325	EZETIMIBA ASSOCIADO A SINASTATINA 10 MG + 20 MG	CPR	4000	1,59
291	1020326	EZETIMIBA ASSOCIADO A SINASTATINA 10 MG + 40 MG	CPR	1360	2,79
292	1020755	FANCICLOVIR CREME 1% 5G	BNG	210	29,68
293	1020327	FEMPROCUMONA 3 MG	CPR	22580	0,36
294	1020331	FENITOINA 100 MG	CPR	108800	0,39
295	1020333	FENITOINA 50MG/ML AMPOLA COM 5 ML	AMP	955	2,89
296	1020334	FENOBARBITAL 100 MG	CPR	201600	0,1
297	1020335	FENOBARBITAL 100MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA DE 2 ML	AMP	719	1,84
298	1020336	FENOBARBITAL 40MG/ML FRASCO COM 20 ML	FR	2405	3,74
299	1020337	FENOFIBRATO 200 MG	CPR	4500	1,28
300	1020338	FENOFIBRATO 250 MG LIBERACAO RETARDADA	CPR	1000	2,57
301	1020339	FENOTEROL, BROMETO 5 MG/ML FRASCO DE 20 ML	FR	9060	3,09
302	1020340	FINASTERIDA 1 MG	CPR	2300	0,57
303	1020341	FINASTERIDA 5 MG	CPR	187100	0,95
304	1020342	FLUCONAZOL 150 MG	CPR	58100	0,32

305	1020343	FLUNARIZINA DICLORIDRATO 10 MG	CPR	114800	0,35
306	1020346	FLUOCINOLONA 0,275MG/ML + SULFATO DE POLIMIXINA B 11,000UI/ML + SULFATO DE NEOMICINA 3,85MG/ML + CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/ML SOLUCAO OTOLOGICA FRS 5ML GTS	FR	2880	12,43
307	1020347	FLUOXETINA 10 MG	CPR	16500	0,29
308	1020348	FLUOXETINA 20 MG	CPR	688000	0,14
309	1020349	FLUOXETINA 20 MG/ML FRASCO COM 20 ML GOTAS	FR	600	13,85
310	1020350	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 400 MCG/DOSE CAPSULAS PO INALANTE REFIL COM 60 CAPSULAS	FR	2150	91,73
311	1020351	FORMOTEROL, FUMARATO DIIDRATADO 12 MCG CAPSULAS PARA INALACAO	CP	1080	1,3
312	1020352	FOSFATO DE CALCIO TRIBASICO ASSOCIADO A COLECALCIFEROL 600 MG + 400 MG	CPR	40500	0,78
313	1020353	FUROSEMIDA 40 MG	CPR	451000	0,05
314	1020354	FUROSEMIDA 40MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA COM 2 ML	AMP	3920	0,93
315	1020355	GABAPENTINA 300 MG	CPR	80410	0,63
316	1020356	GABAPENTINA 400 MG	CPR	7700	0,55
317	1020357	GABAPENTINA 600 MG	CPR	12880	1,98
318	1020358	GENFIBROZILA 600 MG	CPR	2700	0,89
319	1020359	GENFIBROZILA 900 MG	CPR	1000	1,35
320	1020361	GENTAMICINA 40MG/ML AMPOLAS DE 2 ML	AMP	1000	1,98
321	1020363	GENTAMICINA, SULFATO 80MG/ML AMPOLAS DE 2 ML	AMP	2140	1,35
322	1020364	GLIBENCLAMIDA 5 MG	CPR	328000	0,1
323	1020365	GLICAZIDA 30 MG	CPR	50900	0,58
324	1020756	GLICOPIRONIO, BROMETO 50MCG	CPR	1400	5,99
325	1020367	GLICOSAMINA 1,5 G PO ORAL SACHE 3,95 G	SCH	37860	2,29
326	1020368	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 1,5 G + 1,2 G SACHE 4,13 G	SCH	92500	4,49
327	1020369	GLICOSE 25% SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 10 ML	AMP	490	0,75
328	1020370	GLICOSE 50% SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 10 ML	AMP	2880	0,79
329	1020371	GLIMEPIRIDA 1 MG	CPR	3480	0,19
330	1020372	GLIMEPIRIDA 2 MG	CPR	90300	0,34
331	1020373	GLIMEPIRIDA 4 MG	CPR	54600	0,67
332	1020374	GLIMEPIRIDA 6 MG	CPR	800	3,73
333	1020375	HALOPERIDOL 1 MG	CPR	14200	0,29
334	1020376	HALOPERIDOL 2 MG/ML FRASCO DE 20 ML	FR	387	3,69
335	1020377	HALOPERIDOL 5 MG	CPR	119700	0,21
336	1020378	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML	AMP	1732	3,64
337	1020379	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO 70,52 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1 ML	AMP	4610	17,99
338	1020380	HEPARINA SODICA 5.000 UI/0,25 ML INJETAVEL AMPOLA 0,25 ML	AMP	755	6,5
339	1020381	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 25 MG	CPR	3720	0,29
340	1020382	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 50 MG	CPR	7300	0,38
341	1020383	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	CPR	658300	0,03
342	1020384	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	CPR	297500	0,08
343	1020385	HIDROCORTISONA 100 MG SUCCINATO SODICO, PO PARA SOL INJETAVEL	AMP	7210	5,43
344	1020386	HIDROCORTISONA 500 MG, SUCCINATO SODICO, PO PARA SOL INJETAVEL	AMP	8450	12,47
345	1020388	HIDROXIDO ALUMINIO 62MG/ML SUSPENSAO ORAL FRSC 100 ML	FR	5855	5,44
346	1020392	HIDROXIDO DE ALUMINIO + HIDROXIDO DE MAGNESIO + DIMETICONA 80MG + 80 MG + 6 MG /ML FRASCO COM 240 ML	FR	1330	5,69
347	1020390	HIDROXIDO DE ALUMINIO 300 MG	CPR	4000	0,39
348	1020391	HIDROXIDO DE ALUMINIO+HIDROXIDO DE MAGNESIO 60+40 MG/ML SUSP. 100 ML	FR	2800	5,69
349	1020757	HIPROMELOSE 3MG COLÍRIO	FR	320	41,67
350	1020393	IBUPROFENO 100MG/ML FRASCO DE 20 ML	FR	40750	4,57
351	1020394	IBUPROFENO 300 MG	CPR	212700	0,15
352	1020395	IBUPROFENO 600 MG	CPR	495000	0,1
353	1020397	IMIPRAMINA CLORIDRATO 25 MG	CPR	126800	0,37
354	1020758	IMIPRAMINA CLORIDRATO 75 MG	CPR	3500	1,72
355	1020398	INDACETEROL, MELEATO 150 MCG PO CX COM 30 CAPSULAS + INALADORA	FR	30	3,79
356	1020399	INDAPAMIDA SR 1,5 MG	CPR	4180	0,67

357	1020404	IPRATROPIO BROMETO 0,25 MG/ML SOLUCAO P/ INALACAO FR 20 ML	FR	9570	1,29
358	1020759	IRBESARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA 150MG + 12,5MG	CPR	1000	2,07
359	1020407	ISOSSORBIDA 10 MG SAL DINITRATO SUBLINGUAL	CPR	3160	0,28
360	1020408	ISOSSORBIDA 20MG, SAL MONONITRATO	CPR	73600	0,17
361	1020409	ISOSSORBIDA 40MG, SAL MONONITRATO	CPR	21530	0,34
362	1020410	ISOSSORBIDA 5 MG, SAL DINITRATO SUBLINGUAL	CPR	15760	0,32
363	1020748	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 5 MG	CPR	1500	0,32
364	1020411	ISSOSORBIDA, MONONITRATO 10 MG	CPR	5700	0,28
365	1020412	ISSOSORBIDA, MONONITRATO RETARD 50 MG	CPR	2220	1,78
366	1020413	ITRACONAZOL 100 MG	CPR	40200	0,83
367	1020414	IVERMECTINA 6 MG	CPR	30624	1,94
368	1020415	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE FRSC 120 ML	FR	2525	24,98
369	1020416	LAMOTRIGINA 100 MG	CPR	26760	1,2
370	1020417	LAMOTRIGINA 25 MG	CPR	1400	0,47
371	1020418	LAMOTRIGINA 50 MG	CPR	4100	0,72
372	1020424	LEVODOPA + CARBIDOPA 200MG + 50MG CP	CPR	26600	1,14
373	1020420	LEVODOPA ASSOCIADA A BENSERAZIDA 200 MG + 50 MG	CPR	80200	1,94
374	1020421	LEVODOPA ASSOCIADA A CARBIDOPA 250/25 MG	CPR	42900	1,14
375	1020423	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CAPSULA COM LIBERACAO PROLONGADA HBS	CPR	19200	1,86
376	1020422	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CAPSULA BD	CPR	19550	1,25
377	1020425	LEVODROPROPIZINA 3MG/ML (30MG/ML) XRP PEDIATRICO 120ML	FR	360	26,55
378	1020426	LEVODROPROPIZINA 6MG/ML (60MG/ML) XRP ADULTO 120ML	FR	830	26,55
379	1020427	LEVOFLOXACINO 250 MG BLISTER FRACIONAVEL	CPR	1030	4,69
380	1020428	LEVOFLOXACINO 500 MG BLISTER FRACIONAVEL	CPR	112000	2,43
381	1020429	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	CPR	52000	1,05
382	1020430	LEVOMEPROMAZINA 25 MG	CPR	48220	0,47
383	1020431	LEVOMEPROMAZINA 40 MG/ML, SOLUCAO ORAL FRASCO 20 ML	FR	1310	12,98
384	1020433	LEVONOGESTREL 1,5 MG	CPR	130	3,78
385	1020434	LEVONOGESTREL ASSOCIADO COM ETINILESTRADIOL 0,05 + 0,03 MG B	CART	14400	7,72
386	1020435	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 0,150 + 0,03 MG BLISTER CALENDARIO COM 21 COMPRIMIDOS	CART	42355	4,79
387	1020761	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 0,10 + 0,02 MG BLISTER CALENDARIO COM 21 COMPRIMIDOS	CART	23850	15,98
388	1020436	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 50 MCG + 30 MCG/75 MCG + 40 MCG/125 MCG + 30 MCG, DRAGEA A + DRAGEA B + DRAGEA C, BLISTER CALENDARIO COM 21 DRAGEAS	CART	11560	7,72
389	1020437	LEVOTIROXINA SODICA 100 MCG	CPR	201980	0,19
390	1020438	LEVOTIROXINA SODICA 112 MCG	CPR	17500	0,37
391	1020439	LEVOTIROXINA SODICA 125 MCG	CPR	77260	0,25
392	1020440	LEVOTIROXINA SODICA 25 MCG	CPR	212600	0,2
393	1020441	LEVOTIROXINA SODICA 50 MCG	CPR	251300	0,22
394	1020442	LEVOTIROXINA SODICA 75 MCG	CPR	155600	0,24
395	1020443	LEVOTIROXINA SODICA 88 MCG	CPR	46960	0,29
396	1020444	LEVOTIROXINA SODICA DE 150 MCG	CPR	29610	0,3
397	1020445	LEVOTIROXINA SODICA DE 175 MCG	CPR	16720	0,36
398	1020446	LEVOTIROXINA SODICA DE 200 MCG	CPR	14600	0,59
399	1020762	LIDOCAINA 2% GELÉIA, FRASCO COM 30G	BNG	6190	3,15
400	1020763	LIDOCAINA 2% INJETÁVEL, FRASCO COM 20ML SEM VASO	FR	10075	5
401	1020447	LISINOPRIL 10 MG	CPR	29500	0,39
402	1020448	LISINOPRIL 20 MG	CPR	16600	0,68
403	1020449	LISINOPRIL 5 MG	CPR	5880	0,24
404	1020453	LORATADINA 1 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	FR	9870	2,62
405	1020452	LORATADINA 10 MG	CPR	209160	0,09
406	1020455	LORAZEPAM 1 MG	CPR	540	0,67
407	1020456	LORAZEPAM 2 MG	CPR	34300	0,19
408	1020457	LOSARTANA POTASSICA 100 MG	CPR	73360	0,3
409	1020458	LOSARTANA POTASSICA 25 MG	CPR	34120	0,64
410	1020459	LOSARTANA POTASSICA 50 MG	CPR	703000	0,06
411	1020460	LOSARTANA POTASSICA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 100 MG + 25 MG	CPR	59500	0,66

412	1020461	LOSARTANA POTASSICA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG + 12,5 MG	CPR	107000	0,4
413	1020765	LUTEINA + VITAMINA B1, 2MG + VIT B2 1,3MG + VIT B3 16MG + VIT B6 1,3MG + VIT B9 240MCG + VIT B12 2,4MCG + VIT C 45MG + VIT E 100MG + COBRE 900MG + MANGANES 2,3MG + SELENIO 34MG + ZINCO 7MG + OMEGA 3	CPR	12500	3,92
414	1020764	LUTEINA ENRIQUECIDA COM VITAMINAS C,E,SELENIO E ZINCO	CPR	6800	2,13
415	1020463	MEBENDAZOL 100 MG	CPR	43790	0,08
416	1020465	MEBENDAZOL 20MG/ML FRASCO COM 30 ML SUSPENSAO ORAL	FR	6560	12,69
417	1020467	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150 MCG SOLUCAO INJETAVEL APOLA DE 1 ML	AMP	2400	18,34
418	1020466	MEDROXIPROGESTERONA, ACETATO 10 MG	CPR	1750	0,72
419	1020468	MEDROXIPROGESTERONA, ACETATO 50 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	AMP	1430	39,77
420	1020469	MELOXICAM 10MG/ML AMPOLAS DE 2 ML	AMP	1270	3,43
421	1020470	MELOXICAM 15 MG	CPR	203300	0,79
422	1020471	MELOXICAM 7,5 MG	CPR	30000	0,42
423	1020472	MEMANTINA 10 MG GENERICO/ETICO	CPR	53800	0,99
424	1020474	METFORMINA CLORIDRATO 500 MG	CPR	352500	0,08
425	1020478	METFORMINA CLORIDRATO 850 MG	CPR	506300	0,08
426	1020473	METFORMINA, CLORIDRATO 1 G	CPR	15000	0,38
427	1020475	METFORMINA, CLORIDRATO 500 MG ACAO PROLONGADA	CPR	10300	0,4
428	1020477	METFORMINA, CLORIDRATO 750 MG ACAO PROLONGADA	CPR	4360	0,79
429	1020479	METILDOPA 250 MG	CPR	208000	0,28
430	1020480	METILDOPA 500 MG	CPR	125800	0,52
431	1020483	METILFENIDATO CLORIDRATO 10 MG	CPR	39700	1,09
432	1020484	METOCLOPRAMIDA 10 MG	CPR	200000	0,18
433	1020485	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML SOLUCAO ORAL FRASCO 10 ML	FR	12030	2,48
434	1020486	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	AMP	12600	0,56
435	1020487	METOPROLOL, SUCCINATO, 100 MG LIBERACAO CONTROLADA	CPR	86960	2,44
436	1020488	METOPROLOL, SUCCINATO, 25 MG LIBERACAO CONTROLADA	CPR	128310	0,75
437	1020489	METOPROLOL, SUCCINATO, 50 MG LIBERACAO CONTROLADA	CPR	201500	1,49
438	1020490	METOPROLOL, TARTARATO 100 MG	CPR	27760	0,39
439	1020491	METOTREXATO 2,5 MG	CPR	28880	0,92
440	1020492	METRONIDAZOL 100MG/G GEL VAGINAL COM 10 APLICADORES BISNAGA 55 G	BNG	8340	5,29
441	1020493	METRONIDAZOL 250 MG FRACIONAVEL	CPR	75100	0,15
442	1020494	METRONIDAZOL 400 MG FRACIONAVEL	CPR	85800	0,78
443	1020495	METRONIDAZOL ASSOCIADO A NISTATINA 100MG/G + 20000UI/G CREME VAGINAL COM 30 G	BNG	1200	8,73
444	1020497	MICONAZOL 2% CREME VAGINAL BISNAGA 80 G	BNG	5750	6,82
445	1020496	MICONAZOL 20 MG/G CREME DERMATOLOGICO 28 G	BNG	2240	2,25
446	1020766	MIRTAZAPINA 15MG	CPR	26200	1,64
447	1020499	MORFINA 10 MG	CPR	12100	0,68
448	1020500	MORFINA 10 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	AMP	1650	4,45
449	1020501	MORFINA 30 MG	CPR	9100	1,75
450	1020767	NEBIVOLOL 5MG	CPR	17840	1,45
451	1020505	NEOMICINA 5MG/G POMADA BISNAGA 10 G	BNG	2000	5,57
452	1020506	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA BISNAGA 10 GRAMAS	BNG	16350	1,59
453	1020507	NIFEDIPINO 10 MG	CPR	60020	0,12
454	1020508	NIFEDIPINO 20 MG	CPR	107600	0,18
455	1020509	NIFEDIPINO 20 MG RETARD	CPR	39980	0,24
456	1020510	NIFEDIPINO 30 MG RETARD	CPR	10580	5,18
457	1020511	NIFEDIPINO SUBLINGUAL 10 MG	CPR	1770	1,5
458	1020512	NIMESULIDA 100 MG	CPR	711000	0,12
459	1020513	NIMESULIDA 20MG/G BISNAGA COM 40 G	BNG	750	5,33
460	1020514	NIMESULIDA 50 MG/ML SOLUCAO ORAL GOTAS FRASCO 15 ML	FR	13290	3,79
461	1020515	NIMODIPINO 30 MG	CPR	106560	0,57
462	1020516	NISTATINA 100.000 UI/4G CREME VAGINAL COM 60 G + APLICADORES	BNG	7275	8,23
463	1020517	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSAO ORAL FRASCO 50 ML	FR	3850	3,32
464	1020518	NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL BISNAGA 40 GRAMAS	BNG	900	5,23
465	1020519	NISTATINA, ASSOCIADA A OXIDO DE ZINCO 100.000UI + 200 MG/G BISN 60G	BNG	8530	12,85

466	1020520	NITRENDIPINO 10 MG	CPR	6360	0,56
467	1020521	NITRENDIPINO 20 MG	CPR	3200	0,97
468	1020522	NITROFURANTOINA 100 MG FRACIONAVEL	CPR	42150	0,21
469	1020523	NORESTISTERONA 0,35 MG, BLISTER CALENDARIO COM 35 UNIDADES	CART	38550	8,77
470	1020524	NORESTISTERONA 1 MG + ESTRADIOL 2 MG CARTELA COM 28 COMP	CART	4480	28,87
471	1020525	NORFLOXACINO 400 MG	CPR	124600	0,89
472	1020527	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 25 MG	CPR	69300	0,45
473	1020529	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 50 MG	CPR	10670	0,65
474	1020530	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 75 MG	CPR	2680	0,88
475	1020531	OLEO MINERAL 100 ML	FR	5080	4,14
476	1020768	OLMESARTANA, MEDOXOMINA 40MG + ANLODIPINO 5MG	CPR	2880	1,99
477	1020769	OLMESARTANA, MEDOXOMINA 40MG + HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	CPR	1800	0,63
478	1020533	OMEPRAZOL 20 MG, CARTELA COM 14 CÁPSULAS	CPR	1479800	0,06
479	1020534	OMEPRAZOL 40 MG,CARTELA COM 14 CÁPSULAS	CPR	207000	0,53
480	1020535	OMEPRAZOL 40MG + AMP DILUENTE INJETAVEL IV 10 ML	AMP	1850	33,39
481	1020536	ORFENADRINA 35MG + DIPIRONA SODICA 300MG + CAFEINA 50MG COMPRIMIDO	CPR	23000	0,27
482	1020537	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	CPR	35150	0,66
483	1020539	OXCARBAMAZEPINA 60 MG/ML SUSPENSAO ORAL FRASCO 100 ML PEDIATRICO	FR	2250	41,72
484	1020538	OXCARBAMAZEPINA 600 MG	CPR	24260	1,33
485	1020770	OXIBUTINA, CLORIDRATO 10 MG	CPR	12760	2,64
486	1020540	OXIBUTINA, CLORIDRATO 5 MG	CPR	35610	0,79
487	1020541	PANTOPRAZOL 20 MG	CPR	72500	0,43
488	1020542	PANTOPRAZOL 40 MG	CPR	101640	0,85
489	1020543	PARACETAMOL 100MG/ML SOLUCAO ORAL FRASCO COM 15 ML	FR	1210	6,04
490	1020544	PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUCAO ORAL FRASCO 15 ML	FR	25350	1,24
491	1020545	PARACETAMOL 500 MG	CPR	656000	0,07
492	1020546	PARACETAMOL 750 MG	CPR	612000	0,09
493	1020548	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CODEINA 500 MG + 30 MG	CPR	158003	0,74
494	1020547	PARACETAMOL, ASSOCIADO COM CLORFENIRAMINA E FENILEFRINA, 400 MG + 4 MG + 4 MG	CPR	43000	0,42
495	1020549	PARACETAMOL, ASSOCIADO COM DICLOFENACO, CARISOPRODOL E CAFEINA, 300MG +50MG + 125MG+ 30MG	CPR	286700	0,27
496	1020550	PAROXETINA 25 MG	CPR	1000	3,92
497	1020771	PAROXETINA CLORIDRATO 10 MG	CPR	4860	1,92
498	1020552	PAROXETINA CLORIDRATO 20 MG	CPR	293100	0,26
499	1020553	PAROXETINA CLORIDRATO 30 MG	CPR	8400	3,76
500	1020554	PENTOXIFILINA 400 MG	CPR	13920	0,75
501	1020555	PERMANGANATO DE POTASSIO 100 MG	CPR	9500	0,45
502	1020556	PERMETRINA 10MG/ML SHAMPOO FRASCO 60 ML	FR	3680	2,98
503	1020557	PERMITRINA 1% LOCAO TOPICO FRASCO DE 100 ML	FR	700	6,47
504	1020558	PINAVERIO, BROMETO 100 MG COMPRIMIDO	CPR	9680	0,59
505	1020560	PIROXICAM 20 MG	CPR	129500	0,52
506	1020561	PIROXICAM 20MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML	AMP	1650	11,73
507	1020563	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA, FLUOCINOLONA E LIDOCAINA, 11.000UI + 3,85MG + 0,275MG + 20MG/ML, SOLUCAO OTOLOGICA FRASCO 5 ML	FR	1030	14,44
508	1020562	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA E HIDROCORTISONA, 10.000UI + 5MG +10MG/ML, SOLUCAO OTOLOGICA FR 10 ML	FR	720	10,44
509	1020564	PRAMIPEXOL 0,125 MG	CPR	2810	0,62
510	1020565	PRAMIPEXOL 0,25MG	CPR	5000	0,87
511	1020566	PRAMIPEXOL 1 MG	CPR	2180	2,42
512	1020567	PREDNISOLONA 1 MG/ML SOLUCAO ORAL FRASCO 100 ML	FR	1100	7,99
513	1020568	PREDNISOLONA 20 MG	CPR	14350	0,52
514	1020570	PREDNISOLONA SOL ORAL 3 MG/ML SOLUCAO ORAL FRASCO 100 ML	FR	8220	10,13
515	1020569	PREDNISOLONA, ACETATO 1 % SUSPENCAO OFTALMICA FRASCO DE 5 ML	FR	330	20,89
516	1020572	PREDNISONA 20 MG FRACIONAVEL	CPR	190800	0,26
517	1020573	PREDNISONA 5 MG FRACIONAVEL	CPR	133000	0,25
518	1020574	PREGABALINA 150 MG	CPR	37360	2,33

519	1020575	PREGABALINA 75 MG	CPR	102000	1,66
520	1020577	PROMETAZINA CLORIDRATO 25 MG FRACIONAVEL	CPR	82900	0,54
521	1020576	PROMETAZINA, CLORIDRATO 20MG/G CREME BISNAGA COM 30 G	BNG	420	6,79
522	1020578	PROMETAZINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	AMP	4830	2,95
523	1020579	PROPATILNITRATO 10 MG	CPR	70800	0,45
524	1020580	PROPILOTIURACIL 100 MG	CPR	7700	0,65
525	1020772	PROPRANOLOL, CLORIDRATO 80 MG	CPR	3000	0,13
526	1020583	PROPRANOLOL, CLORIDRATO ASSOCIADO COM HIDROCLOROTIAZIDA 40 MG + 25 MG	CPR	5000	0,32
527	1020581	PROPRANOLOL, CLORIDRATO, 10 MG	CPR	4860	0,07
528	1020582	PROPRANOLOL, CLORIDRATO, 40 MG	CPR	200800	0,03
529	1020585	PROTETOR SOLAR FPS 50 FRASCO COM 120 ML	FR	2124	45,84
530	1020773	RAMIPRIL 10MG	CPR	360	1,56
531	1020591	RAMIPRIL 2,5 MG	CPR	7700	0,68
532	1020592	RAMIPRIL 5 MG	CPR	37200	1,09
533	1020593	RAMIPRIL 5 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5MG COMPRIMIDO	CPR	9910	1,45
534	1020595	RANITIDINA, CLORIDRATO, 15 MG/ML SOLUCAO ORAL FRASCO 120 ML	FR	1890	16,83
535	1020594	RANITIDINA, CLORIDRATO, 150 MG	CPR	207500	0,34
536	1020596	RANITIDINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	AMP	6780	1,52
537	1020597	RANITIDINA, CLORIDRATO, 300 MG	CPR	2000	0,68
538	1020774	REFLUMILASTE 500MG	CPR	2000	6,49
539	1020775	REPAGLINIDA 1MG	CPR	3000	1,98
540	1020598	RETINOL (VIT. A) 5000 UI, COLECALCIFEROL (VIT. D3) 400 UI, ACIDO ASCORBICO (VIT. C) 100 MG, ACIDO FOLICO 1 MG, ACETATO DE TOCOFEROL (VIT. E) 30 UI, BIOTINA 30 MCG, CLORIDRATO DE PIRIDOXINA (VIT. B6) 10 MG, CIANOCOBALAMINA (VIT. B12) 12 MCG, NIACINAMIDA 20 MG, RIBOFLAVINA (VIT. B2) 3,4 MG, MONONITRATO DE TIAMINA (VIT. B1) 3,0 MG, ACIDO PANTOTENICO (COMO PANTOTENATO DE CALCIO) 10 MG, CROMO (COMO CLORETO DE CROMO) 25 MCG, CALCIO (COMO CARBONATO DE CALCIO) 250 MG, FERRO (COMO FUMARATO FERROSO) 60 MG, MOLIBDENIO (COMO MOLIBDATO DE SODIO) 25 MCG, MAGNESIO (COMO OXIDO DE MAGNESIO) 25 MG, MANGANES (COMO SULFATO DE MANGANES) 5 MG, ZINCO (COMO OXIDO DE ZINCO) 25 MG, IODO (COMO IODETO DE POTASSIO) 150 MCG, COBRE (COMO OXIDO DE COBRE) 2 MG	CPR	21300	3,22
541	1020599	RISEDRONATO SODICO 35 MG	CPR	2672	12,32
542	1020600	RISPERIDONA 1 MG	CPR	98300	0,65
543	1020601	RISPERIDONA 1 MG/ML SOLU ORAL COM PIPETA DOSADORA 30 ML	FR	1250	39,79
544	1020602	RISPERIDONA 2 MG	CPR	161700	0,65
545	1020603	RISPERIDONA 3 MG	CPR	21960	1,05
546	1020604	RIVAROXABANA 10 MG	CPR	8160	7,99
547	1020605	RIVAROXABANA 15 MG	CPR	9640	7,99
548	1020606	RIVAROXABANA 20 MG	CPR	16088	7,99
549	1020776	RIVASTIGMINA 1,5MG	CPR	1300	2,69
550	1020607	RIVASTIGMINA 3 MG	CPR	1300	3,09
551	1020777	RIVASTIGMINA 4,5 MG	CPR	1300	3,52
552	1020778	RIVASTIGMINA 6 MG	CPR	1300	3,58
553	1020779	ROSUVASTATINA CÁLCICA 10MG	CPR	44100	0,97
554	1020780	ROSUVASTATINA CÁLCICA 20MG	CPR	8200	1,67
555	1020608	SACCHAROMYCES BOULARDII 17 LIOFILIZADO 100 MG PO SACHE DE 1 G	SCH	20	2,67
556	1020609	SACCHAROMYCES BOULARDII 17 LIOFILIZADO 200 MG CAPSULAS	CP	8400	5,34
557	1020610	SACCHAROMYCES BOULARDII 17 LIOFILIZADO 200 MG PO SACHE 1G	SCH	8480	4,74
558	1020611	SAIS PARA REHIDRATAÇÃO ORAL, PO, COMPOSTO POR: CLORETO DE SODIO 3,5 G + GLICOSE 20 G + CITRATO DE SODIO 2,9 G + CLORETO DE POTASSIO 1,5 G PARA 1000 ML DE SOLUCAO PRONTA, SEGUNDO PADRAO DA OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9 GRAMAS C/ SABOR	SCH	22600	0,92
559	1020612	SALBUTAMOL 0,4 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	FR	3820	1,57

560	1020614	SALBUTAMOL 100 MCG/DOSE AEROSSOL ORAL FRASCO COM 200 DOSES	FR	1860	19,79
561	1020615	SALBUTAMOL 120 MCG/DOSE AEROSOL ORAL COM 200 DOSES	FR	8720	11,49
562	1020616	SALBUTAMOL 2 MG	CPR	4200	0,21
563	1020617	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 100 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	FR	575	93,22
564	1020618	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 250 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	FR	2802	104,2
565	1020619	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 500 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	FR	1401	170,3
566	1020620	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25MCG/125MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	FR	337	103,5
567	1020621	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25 MCG + 250 MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	FR	175	169,2
568	1020623	SECNIDAZOL 1000 MG	CPR	14280	2,43
569	1020625	SERTRALINA CLORIDRATO 25 MG	CPR	200	0,77
570	1020626	SERTRALINA CLORIDRATO 50 MG	CPR	767500	0,35
571	1020624	SERTRALINA, CLORIDRATO 100 MG	CPR	9300	1,78
572	1020627	SIMETICONA 40 MG	CPR	66350	0,12
573	1020628	SIMETICONA 75 MG/ML SUSPENSAO ORAL GOTAS FRASCO DE 15 ML	FR	8890	1,76
574	1020629	SIMETICONA 80 MG/ML + HOMATROPINA 2,5 MG/ML FRASCO DE 20 ML	FR	1050	4,98
575	1020630	SINVASTATINA 10 MG	CPR	9120	0,18
576	1020631	SINVASTATINA 20 MG	CPR	586500	0,12
577	1020632	SINVASTATINA 40 MG	CPR	319000	0,21
578	1020633	SINVASTATINA 80 MG	CPR	180	1,44
579	1020634	SOLUCAO ISOTONICA DE CLORETO DE SODIO 0,9% 1000 ML SISTEMA FECHADO	FR	2255	4
580	1020635	SOLUCAO ISOTONICA DE CLORETO DE SODIO 0,9% 100 ML SISTEMA FECHADO	FR	4000	4
581	1020636	SOLUCAO ISOTONICA DE CLORETO DE SODIO 0,9% 125 ML SISTEMA FECHADO	FR	1300	4
582	1020637	SOLUCAO ISOTONICA DE CLORETO DE SODIO 0,9% 250 ML SISTEMA FECHADO	FR	7550	4
583	1020638	SOLUCAO ISOTONICA DE CLORETO DE SODIO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	FR	11450	4
584	1020643	SOLUCAO ISOTONICA DE GLICOSE 5% + CLORETO DE SODIO 0,9% 250ML SISTEMA FECHADO	FR	3365	4
585	1020644	SOLUCAO ISOTONICA DE GLICOSE 5% + CLORETO DE SODIO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	FR	700	4
586	1020639	SOLUCAO ISOTONICA DE GLICOSE 5% 1000 ML SISTEMA FECHADO	FR	350	4
587	1020640	SOLUCAO ISOTONICA DE GLICOSE 5% 250 ML SISTEMA FECHADO	FR	1650	4
588	1020641	SOLUCAO ISOTONICA DE GLICOSE 5% 500 ML SISTEMA FECHADO	FR	1120	4
589	1020645	SOLUCAO RINGER COM LACTATO 500 ML	FR	445	4
590	1020646	SOTALOL CLORIDRATO 120 MG	CPR	8660	0,97
591	1020647	SOTALOL CLORIDRATO 160 MG	CPR	6280	1,1
592	1020648	SOTALOL CLORIDRATO 80 MG	CPR	5500	1,47
593	1020781	SULFACETAMIDA 74MG + TRIETANOLAMINA 21,67MG, POTE COM 50G	PT	60	37,44
594	1020649	SULFADIAZINA 500 MG	CPR	3500	0,32
595	1020650	SULFADIAZINA DE PRATA 1% BISNAGA 50 GRAMAS	BNG	3300	5,59
596	1020651	SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME, POTE 400 GR	FR	363	32,59
597	1020654	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETROPINA 40 MG + 80MG / ML SUSPENSAO ORAL FRASCO 50 ML	FR	7235	1,33
598	1020653	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 800 MG + 160 MG	CPR	111700	0,29
599	1020657	SULFATO FERROSO 125MG/ML SOLUCAO ORAL GTS FRSC 30 ML	FR	2680	1,09
600	1020658	SULFATO FERROSO 40 MG DE FERRO II	CPR	296000	0,06
601	1020659	SULFATO FERROSO 5MG/ML XAROPE FRASCO DE 60 ML	FR	1010	19,62
602	1020782	TAMOXIFENO 20MG	CPR	1920	2,12
603	1020660	TANSULOSINA, CLORIDRATO 0,4 MG	CPR	3920	2,54
604	1020661	TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,2% + MALEATO DE TIMOLOL 0,5% COLIRIO FRASCO DE 5 ML	FR	155	85,78

605	1020662	TEGASERODE, MALEATO 6 MG	CPR	800	5,49
606	1020663	TELMISARTANA 40 MG	CPR	1500	1,98
607	1020664	TELMISARTANA 80 MG	CPR	1900	2,32
608	1020666	TELMISARTANA ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA 40MG + 12,5 MG	CPR	1100	4,04
609	1020667	TELMISARTANA ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA 80MG + 12,5 MG	CPR	1600	4,52
610	1020668	TEOFILINA 100 MG	CPR	6400	0,5
611	1020669	TEOFILINA 200 MG	CPR	21600	0,79
612	1020675	TETRACICLINA 500 MG	CPR	12300	0,94
613	1020676	TIAMAZOL 10 MG	CPR	18700	0,45
614	1020677	TIAMAZOL 5 MG	CPR	13700	0,23
615	1020783	TIAMINA 300MG	CPR	31600	0,15
616	1020784	TIBOLONA 2,5MG	CPR	29320	0,72
617	1020785	TICLOPIDINA 250MG	CPR	4920	0,62
618	1020678	TIMOLOL, MALEATO 0,25 % FRASCO COM 5 ML	FR	231	3,98
619	1020679	TIMOLOL, MALEATO 0,5% OFTAMICO FRASCO DE 5 ML	FR	592	2,45
620	1020685	TINIDAZOL, ASSOCIADO A MICONAZOL 3% + 2% CREME VAGINAL DE 45G + APLICADOR	BNG	1075	10,56
621	1020686	TIORIDAZINA 25 MG	CPR	6500	0,61
622	1020687	TIORIDAZINA 50MG COMP	CPR	14250	0,74
623	1020688	TIORIDAZINA, CLORIDRATO 100 MG	CPR	27900	1,35
624	1020786	TIZANIDINA 2MG	CPR	5970	0,66
625	1020689	TOBRAMICINA 0,3% OFTALMICO FRASCO DE 5 ML	FR	935	6,18
626	1020692	TOPIRAMATO 100 MG	CPR	22110	2,17
627	1020693	TOPIRAMATO 25 MG	CPR	33040	0,54
628	1020694	TOPIRAMATO 50 MG	CPR	123000	1,07
629	1020695	TRAMADOL 100 MG	CPR	12500	5,27
630	1020696	TRAMADOL 50 MG	CPR	103500	0,18
631	1020700	TRAMADOL CLORIDRATO 50 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 1 ML	AMP	5880	4,73
632	1020697	TRAMADOL, CLORIDRATO 100MG/ML GOTAS FRASCO DE 10 ML	FR	3295	18,44
633	1020698	TRAMADOL, CLORIDRATO 30 MG + PARACETAMOL 500 MG	CPR	6600	3,48
634	1020701	TRAVAPROSTA 0,04MG/ML OFTALMICO FRASCO DE 2,5 ML	FR	244	43,22
635	1020702	TRAZADONA 50 MG	CPR	34040	1,14
636	1020703	TRAZODONA 100 MG	CPR	6780	2,28
637	1020704	TRAZODONA 150 MG RETARD	CPR	12430	3,44
638	1020705	TRIANCINOLONA, ACETONIDO 1MG/G BISN DE 10 G	BNG	820	4,83
639	1020787	TRIEXIFENIDEL 5MG	CPR	1600	0,41
640	1020706	VALPROATO DE SODIO 300 MG	CPR	1880	0,89
641	1020707	VALPROATO DE SODIO 50 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	FR	1670	4,17
642	1020708	VALPROATO DE SODIO/ACIDO VALPROICO 250 MG	CPR	51700	0,66
643	1020709	VALPROATO DE SODIO/ACIDO VALPROICO 250 MG/5ML FRASCO COM 100 ML	FR	1325	4,17
644	1020710	VALPROATO DE SODIO/ACIDO VAPROICO 300 MG COMPRIMIDO DE LIBERACAO PROLONGADA	CPR	23200	0,92
645	1020711	VALPROATO DE SODIO/ACIDO VAPROICO 500 MG	CPR	88000	1,54
646	1020712	VALPROATO DE SODIO/ACIDO VAPROICO CR 500 MG	CPR	4000	1,28
647	1020713	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 320 MG + 12,5 MG	CPR	1500	0,74
648	1020714	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 320 MG+25 MG	CPR	9000	0,74
649	1020789	VALSARTANA + ANLODIPINO 320+25 MG	CPR	1100	4,87
650	1020728	VALSARTANA +HIDROCLOROTIAZIDA+ANLODIPINO 160+12,5+5 MG	CPR	3000	4,14
651	1020715	VALSARTANA 160 MG	CPR	57380	0,51
652	1020716	VALSARTANA 320 MG	CPR	20400	0,73
653	1020717	VALSARTANA 80 MG	CPR	21000	0,74
654	1020718	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 160 MG + 12,5 MG	CPR	38160	1,09
655	1020719	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 160 MG + 25 MG	CPR	17000	0,78
656	1020720	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 80 MG + 12,5 MG	CPR	7100	0,74
657	1020788	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLODIPINO 160MG+25MG	CPR	1500	4,44
658	1020722	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLODIPINO 160MG+5MG	CPR	20000	1,47

659	1020732	VARFARINA SODICA 5 MG	CPR	91900	0,18
660	1020733	VENLAFAXINA 150 MG DE LIBERACAO CONTROLADA	CPR	82900	2,57
661	1020734	VENLAFAXINA 75 MG DE LIBERACAO CONTROLADA	CPR	240560	2,18
662	1020735	VENLAFAXINA, SAL CLORIDRATO 37,5 MG	CPR	20340	0,57
663	1020736	VENLAFAXINA, SAL CLORIDRATO 50 MG	CPR	1500	1,18
664	1020737	VERAPAMIL, CLORIDRATO 120 MG	CPR	23380	0,89
665	1020738	VERAPAMIL, CLORIDRATO, 80 MG	CPR	125020	0,09
666	1020742	VITAMINAS DO COMPEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, PP GOTAS FRASCO DE 30 ML	FR	1740	3,47
667	1020743	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, PP - 20 MG	CPR	150300	1,04
668	1020745	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B5, B6 E PP, SOLUCAO INJE-TAVEL AMPOLAS 2 ML	AMP	7000	1,98
669	1020800	BETAMETASONA 2MG	CPR	2000	1,71
670	1020801	BETAMETASONA DIPROPIONATO, ASSOCIADA COM GENTAMICINA 0,64MG + 1MG/G, BISNAGA DE 30G	BNG	180	7,99
671	1020802	CANDESARTANA, CILEXETILA ASSOCIADO COM HIDROCLOROTIAZI-DA 16MG + 12,5MG	CPR	6440	1,69
672	1020797	CARBONATO DE CALCIO 625 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 200UI	CPR	57500	0,89
673	1020803	CLORETO DE SODIO 0,9% SPRAY NASAL, FRASCO COM 50ML	FR	3680	15,49
674	1020804	CLORPROPAMIDA 250MG	CPR	7600	0,46
675	1020805	CREME A BASE DE MENTOL E CANFORA BISNAGA 30 GR	BNG	500	19,18
676	1020806	DESVENLAFAXINA, SUCCINATO 50MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	CPR	10276	4,78
677	1020807	ESTRADIOL ASSOCIADO A LEVONOGESTREL 2MG + 0,25MG	DRG	720	0,42
678	1020808	VALSARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA+ANLODIPINO 320+25+10MG	CPR	1000	4,87
679	1020809	VITAMINAS B 1,2MG + VIT B2 1,3MG + VIT B3 4,0MG + VIT B5 2,5MG + VIT B6 1,3MG + VIT B9 240MCG + VIT B12 2,4MCG + VIT C 45MG + VIT H 30MCG + COBRE 450MCG + CROMO 17,5MCG + SILENIO 27,5MG + ZINCO 7,0MG	CPR	7700	0,79
680	1020810	VITAMINA D3 200UI	CPR	10180	0,98

ANEXO II NOMINATA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS

NOME	Nº DO CNPJ	ENDEREÇO	RESPONSÁVEL/E-MAIL
Abelardo Luz	83.009.886/0001-61	Avenida Padre João Smedt, 1605, Centro - CEP: 89830-000	contabilidade@abelardoluz.sc.gov.br
Águas Frias	95.990.180/0001-02	Rua Sete de Setembro, 512 - Centro - CEP: 89843-000	contabilidade@aguasfrias.sc.gov.br
Arvoredo	95.995.247/0001-00	Rua do Comércio, 183, Centro - CEP: 89778-000	contabilidade@arvoredo.sc.gov.br
Bom Jesus	01.551.148/0001-87	Rua Pedro Bortoluzzi, 435, Centro - CEP: 89824-000	contabilidade@bomjesus.sc.gov.br
Campo Ere	83.026.765/0001-28	Rua 1º de Maio, 736, Centro - CEP: 89980-000	contabil@campoere.sc.gov.br
Caxambu do Sul	83.021.816/0001-29	Rua Índio Conda, nº 55, Centro - CEP: 89.880-000.	contabil@caxambudosul.sc.gov.br
Cordilheira Alta	95.990.198/0001-04	Rua Celso Tozzo, 27, Centro - CEP: 89819-000	contabilidade@pmcord.sc.gov.br
Coronel Martins	95.993.093/0001-09	Rua Porto Alegre, 47, Centro - CEP: 8937-000	contabilidade@coronelmartins.sc.gov.br
Formosa do Sul	80.637.424/0001-09	Av. Getúlio Vargas, 580, Centro - CEP: 89859-000	contador@formosa.sc.gov.br
Galvão	83.009.902/0001-16	Avenida Sete de Setembro, 548, Centro - CEP: 89838-000	contabilidade@galvao.sc.gov.br
Guatambu	95.990.206/0001-12	Rua Manoel Rolim De Moura, nº 825, Centro - CEP: 89.817-000	contabilidade@guatambu.sc.gov.br
Ipuçu	95.993.028/0001-83	Rua Zanella, nº 818, Centro - CEP: 89.832-000	contabilidade@ipuacu.sc.gov.br

Ipumirim	82.814.575/0001-02	Rua Dom Pedro II, 230, Centro – CEP 89.790-000	juliano.contabilidade@ipumirim.sc.gov.br tributaco@ipumirim.sc.gov.br
Irati	95.990.230/0001-51	Rua João Beux Sobrinho, 385, Centro - CEP: 89856-000	silvanograsel@terra.com.br
Itá	83.024.240/0001-53	Praça Dr. Aldo Ivo Stump, nº 100, Centro – CEP: 89.760-000	contabilidade@ita.sc.gov.br
Jardinópolis	80.637.457/0001-40	Avenida Getúlio Vargas, 815, Centro - CEP: 89848-000	contabilidade@jardinopolis.sc.gov.br
Lajeado Grande	95.993.077/0001-16	Rua Vitória, 503, Centro - CEP: 89828-000	Contabilidade1@lajeadogrande.sc.gov.br
Marema	78.509.072/0001-56	Rua Vidal Ramos, 357, Centro - CEP: 89860-000	fazenda@marema.sc.gov.br
Nova Erechim	95.990.131/0001-70	Av. Franciso Ferdinando Losina, 139, Centro - CEP: 89865-000	contabilidade@novaerechim.sc.gov.br
Novo Horizonte	95.990.115/0001-87	Rua José Fabro, 01, Centro - CEP: 89998-000	contabilidade@novohorizonte.sc.gov.br
Ouro Verde	80.913.031/0001-72	Rua João Maria Conrado, 425, Centro - CEP: 89834-000	contabilidade@ouroverde.sc.gov.br
Paial	01.614.376/0001-59	Av. Goiás, nº 400, Centro – CEP: 89.765-000	cantabil@paial.sc.gov.br
Passos Maia	95.993.085/0001-62	Rua Padre João Botero, 485, Centro - CEP: 89687-000	contabilidade@passosmaia.sc.gov.br
Planalto Alegre	95.990.255/0001-55	Avenida Julio Chiarello, 357, Centro - CEP: 89882-000	ctb@planaltoalegre.sc.gov.br
Ponte Serrada	82.777.236/0001-01	Rua Madre Maria Theodora, 264, Centro - CEP: 89683-000	contabil@ponteserrada.sc.gov.br
Quilombo	83.021.865/0001-61	Rua Duque de Caxias, 165, Centro - CEP: 89850-000	contabilidade@quilombo.sc.gov.br
Santiago do Sul	01.612.781/0001-38	Rua Ângelo Toazza, 600, Centro - CEP: 89854-000	contabilidade@santiagodosul.sc.gov.br
São Carlos	82.945.718/0001-15	Rua Demétrio Lorenz, nº 747, Centro – CEP: 89.885-000	ctb@saocarlos.sc.gov.br
São Domingos	83.009.894/0001-08	Rua Getúlio Vargas, 750, Centro - CEP: 89835-000	contabil@saodomingos.sc.gov.br
Serra Alta	80.622.319/0001-98	Avenida Dom Pedro II, 830, Centro - CEP: 89871-000	contabilidade@serraalta.sc.gov.br
Sul Brasil	95.990.107/0001-30	Av Doutor José Leal Filho, 589, Centro - CEP: 89855-000	paulo@sulbrasil.sc.gov.br
União do Oeste	78.505.591/0001-46	Avenida São Luiz, 531, Centro - CEP: 89845-000	contabilidade@uniaodoeste.sc.gov.br
Xaxim	82.854.670/0001-30	Rua Rui Barbosa, 347, Centro - CEP: 89825-000	contabilidade@xaxim.sc.gov.br

ANEXO III

PROPOSTA COMERCIAL

----- QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA -----

Razão Social: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____ Telefone: _____ E-mail: _____

Nome do Representante Legal: _____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QT	MARCA	UNIT	TOTAL



Valor Total da Proposta Comercial ----à	
---	--

Valor por extenso (_____)

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da licitação.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, inclusive com o prazo de até 30 (trinta) dias para o pagamento das Notas Fiscais, contados da data de recebimento integral dos medicamentos solicitados pelos municípios. Declaramos ainda que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas inerentes ao fornecimento do objeto, e, caso nos seja adjudicado o objeto desta licitação, ou parte dele, nossa empresa se compromete desde logo a assinar a Ata de Registro de Preços no prazo que for assinalado.

_____, _____ de _____ de 2016.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega, nem empregará, durante a vigência do contrato, menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, _____ de _____ de 2016.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade no _____ e do CPF no _____, DECLARA, para os devidos fins, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4 do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

_____, _____ de _____ de 2016.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

_____, CNPJ nº _____, sediada _____, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de 2016.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____

Aos ...dias do mês de do ano de dois mil e, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SC – CIS-AMOSC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 571 S, Centro, no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente Neuri Brunetto, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o MUNICÍPIOS DE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº, com sede administrativa na Rua,, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor, doravante denominado ORGÃO PARTICIPANTE, RESOLVEM Registrar os Preços em favor da empresa pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, situada na, nº, na cidade de, neste ato representada pelo seu representante legal, Senhor, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento dos itens constantes do objeto seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e as Resoluções do CIS-AMOSC nº 03, de 17 de junho de 2014, nº 04, de 03 de novembro de 2015, nº 07 de 07 de novembro de 2016 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para prováveis aquisições futuras, com pedidos parcelados, de medicamentos para uso do município acima qualificado, durante o período de 02 de janeiro de 2017 a 30 de junho de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SOLICITAÇÃO DOS PRODUTOS (MEDICAMENTOS)

2.1 A solicitação dos produtos registrados será efetivada por meio de Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra, contendo as seguintes informações:

- a) a Razão Social e o CNPJ do órgão solicitante (município ou fundo municipal de saúde);
- b) o nome do FORNECEDOR, o nº do Processo Licitatório e da Ata de Registro de Preços;
- c) item, descrição e a quantidade do produto requisitado;
- d) o valor unitário e total;
- e) a dotação orçamentária;
- f) as condições de pagamento, o local e prazo de entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA DOS MEDICAMENTOS

3.1 Os medicamentos deverão ser entregues diretamente no endereço dos municípios nominados no Anexo II deste Edital, de acordo com a necessidade de cada um deles, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra, salvo se por motivo justificado o FORNECEDOR solicitar a prorrogação de prazo, e esse for aceito pelo município consorciado.

3.2 Se o FORNECEDOR não cumprir o prazo de entrega ou recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra, sem justificativa formal e aceita pelo município consorciado, decairá seu direito de fornecer os produtos adjudicados, sujeitando-se às penalidades previstas no Edital, sendo convocados os licitantes remanescentes para proceder a entrega.

3.3 Todas as despesas relacionadas à entrega correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo município consorciado em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em conta corrente ou diretamente ao representante legal.

4.2 O município consorciado efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento integral dos medicamentos listados na Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra e da Nota Fiscal Eletrônica.

4.3 A Razão Social e o CNPJ constantes das Notas Fiscais deverão coincidir com aquele fornecido na fase de habilitação/propostas.

4.4 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação e/ou de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços, juros ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 Fornecer o objeto nas condições estipuladas no Edital, na Proposta e na Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra, isentos de defeitos de fabricação, e com prazo de validade superior a 12 (doze) meses, contados da data de entrega dos mesmos.

5.2 Entregar a quantidade exata dos produtos solicitados no local e na presença do(s) servidor(es) devidamente designado(s), em conformidade do § 8º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, acompanhados da Nota Fiscal Eletrônica preenchida com a especificação do(s) produto(s), prazo de validade e lote do(s) medicamento(s) entregue(s).

5.3 Realizar o transporte dos produtos adequadamente, em ambiente climatizado, com controle de temperatura, mantendo-os em perfeitas condições de armazenamento para garantir a total eficiência e qualidade.

5.3.1 A inobservância das obrigações contidas no item anterior poderá ensejar a devolução dos produtos e a aplicação das penalidades previstas no Edital.

5.4 Substituir, as suas expensas, no todo em parte o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência decorrente de qualquer evento (problemas de transporte, defeito de fabricação ou de armazenagem, reprovado pelo município), no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, improrrogáveis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

5.5 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

5.6 Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sendo que sua inadimplência, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

5.7 Comunicar ao município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos que antecedem o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

5.8 Manter a garantia e qualidade dos produtos de acordo com as especificações definidas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

5.9 Manter as condições de habilitação e qualificação técnica exigida no Edital do Pregão, comprovando-as sempre que solicitado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

5.10 A proponente vencedora deverá apresentar no ato da entrega dos medicamentos o Certificado de Registro de Produto, dentro do prazo de validade, o qual poderá ser emitido, via internet, do site da ANVISA

5.11 A proponente vencedora deverá apresentar no ato da entrega dos medicamentos Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CIS-AMOSC (ÓRGÃO GERENCIADOR)

6.1 Gerenciar a Ata de Registro de Preços.

6.2 Analisar e responder os questionamentos encaminhados pelo FORNECEDOR.

6.3 Emitir pareceres, elaborar e assinar Termos Aditivos às Atas de Registros de Preços.

6.4 Comunicar aos municípios consorciados, sempre que houver alterações nas condições firmadas nas Atas de Registros de preços.

6.5 Notificar extrajudicialmente o FORNECEDOR e aplicar-lhe as penalidades previstas na legislação e no Edital, assegurado o direito do

contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS

7.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo FORNECEDOR.

7.2 Emitir a Autorização de Fornecimento/Ordem de Compras e a Nota de Empenho do valor da despesa e enviá-las diretamente ao FORNECEDOR.

7.3 Solicitar ao FORNECEDOR, no próprio e-mail e/ou no primeiro dia útil subsequente, a confirmação do recebimento dos documentos listados no item anterior.

7.4 Disponibilizar o local de entrega e designar Comissão ou servidor responsável pelo recebimento dos produtos.

7.5 Receber os produtos adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital.

7.6 Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que o FORNECEDOR entregar fora das especificações do Edital.

7.7 Comunicar ao FORNECEDOR até o 5º dia útil, após a apresentação da Nota Fiscal, o aceite do servidor responsável pelo recebimento dos produtos adquiridos e/ou a suspensão do pagamento até a entrega total dos medicamentos solicitados pelo município.

7.8 Permitir a entrega de medicamentos de referência e genéricos.

7.9 Fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicar ao Consórcio as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte do FORNECEDOR.

7.10 Efetuar o pagamento ao FORNECEDOR no prazo e condições estabelecidos no Edital.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 Em atendimento ao disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, a fiscalização e o acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços e a entrega do objeto ficam sob o encargo e responsabilidade da comissão ou servidor designado pelo município.

8.2 Os integrantes da comissão ou servidor anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da comissão ou servidor deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

8.4 A fiscalização por parte do município não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade de seus agentes e prepostos, ressaltando-se, ainda, que mesmo atestado o serviço adquirido, subsistirá a responsabilidade do FORNECEDOR pela qualidade e segurança deste último.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 As empresas que não cumprirem as condições previstas no Edital de Pregão Eletrônico nº 1/2016 e/ou da Ata de Registro de Preços ficam sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária não superior a 5 (cinco) anos, aplicada segundo a natureza e da gravidade da falta cometida;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.2 A advertência será emitida pelo Consórcio sempre que a contratada descumprir qualquer obrigação;

9.3 A penalidade de multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega do medicamento, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) multa compensatória, no percentual de 10% (dez por cento), aplicado sobre o valor total da ordem de compra inadimplida;

b) multa moratória, no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, até o máximo de trinta dias, aplicado sobre o valor total da ordem de compra inadimplida;

9.4 A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

9.5 Se a proponente não assinar a Ata de Registro de Preços ou não aceitar/receber a Ordem de Compra/Nota de Empenho fica sujeita às penalidades previstas nas alíneas "b" e "c" do item 9.1, além de decair do direito ao fornecimento do objeto.

9.6 As sanções administrativas poderão ser aplicadas sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e das ações penais cabíveis.

9.7 As multas aplicadas às empresas licitantes/contratadas deverão ser recolhidas ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, em até 30 (trinta) dias, contados da Notificação de Imposição de Penalidade, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

9.8 A aplicação das multas independe de qualquer interpelação administrativa ou judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

9.9 A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações deflagradas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar a Ata de Registro de Preços;

d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou a Ata de Registro de Preços;

e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;

g) por até 5 (cinco) anos, quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior;

9.9.1 A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

9.10 A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Presidente do CIS-AMOSC;

9.10.1 A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

9.10.2 A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

9.11 As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

9.12 Fica facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido ao Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTE

11.1 Os preços são os constantes da Ata de Registro de Preços, vedado qualquer reajustamento durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, salvo para manter o equilíbrio econômico-financeiro da proposta, nos termos da alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

11.2 O preço reequilibrado proposto não poderá ultrapassar o valor praticado no mercado e nem superar o percentual da margem operacional considerada na proposta (preço registrado).

11.2.1 O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser instruído com os seguintes documentos:

a) requerimento assinado pelo representante legal da empresa e encaminhado via correios ou protocolado diretamente na sede do órgão gerenciador (CIS-AMOSC);

b) cópia de documentos que comprovem o alegado (notas fiscais anteriores e posteriores ao certame, ofício/carta de laboratório, cópia da norma que autorizou o reajuste de preços dos medicamentos, outros documentos que entender indispensáveis);

c) demonstrativo abaixo devidamente preenchido (um para cada item).

Item da licitação			
Descrição do item			
Marca			
DADOS QUE SERVIRAM DE BASE PARA OFERTA DE PREÇOS NA LICITAÇÃO		DADOS PARA COMPROVAR O PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	
Preço registrado na licitação		Novo preço proposto	
Preço de compra antes licitação		Preço de compra atual	
Data da compra		Data da compra	
Nº Nota Fiscal		Nº Nota Fiscal	
% da margem sobre o preço de compra		% da margem sobre o preço de compra	

11.2.2 As cópias das Notas Fiscais devem ser do mesmo laboratório/indústria;

11.3 O CIS-AMOSC poderá, a qualquer tempo, reduzir os preços registrados, de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional ou internacional.

11.4 Ainda que ocorra a situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, fica facultado ao CIS-AMOSC, antes de deferir o pedido de reequilíbrio, consultar o preço das demais empresas participantes, observada a ordem de classificação, para contratar com a empresa que apresentar o menor preço, liberando a requerente do compromisso de entregar o produto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

12.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina CIS-AMOSC ou qualquer um dos Municípios Consorciados, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

12.2 O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR.

12.3 O FORNECEDOR poderá requerer o cancelamento/desistência de item(ns) com preço(s) registrado(s) na Ata de Registro de Preços, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a execução do instrumento contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificado e instruído com documentos que comprovem o alegado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão à conta de dotação específica do orçamento do município, aprovado para o exercício de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

14.1 A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 02/2016, Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 01/2016 realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC (ÓRGÃO GERENCIADOR).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 6 (seis) meses, mais precisamente do dia 02 de janeiro a 30 de junho de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital, o município consorciado poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem, quando o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento da quantidade solicitada.

16.2 A existência de preços registrados não obriga o município a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.3 O FORNECEDOR signatário desta Ata de Registro de Preços declara estar ciente das suas obrigações para com o CIS-AMOSC (ÓRGÃO GERENCIADOR) e com o município, nos termos do Edital e da proposta, que passam a fazer parte integrante do presente instrumento e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 É competente o foro da Comarca de Chapecó, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC, ____ de _____ de 2016.

Neuri Brunetto Nome do Fornecedor

Presidente do CIS-AMOSC Cargo

CIS/AMREC

PREGÃO PRESENCIAL 210/ PMC/CISAMREC/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CRICIÚMA DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO	
MODALIDADE: Pregão Presencial 210/ PMC/CISAMREC/2016	
OBJETIVO: Registro de preços de medicamentos e fórmulas infantis, através de empresas do ramo pertinente, para aquisições futuras e eventuais, destinados ao atendimento às necessidades da rede básica municipal de saúde dos 12 Municípios da AMREC consorciados (CISAMREC).	
DATA DE ABERTURA: Dia 13 de Dezembro de 2016 às 08h00min.	
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3431.0072/3431-0318, ou no site www.criciuma.sc.gov.br ou através do endereço eletrônico editais@criciuma.sc.gov.br .	
Criciúma, 24 de Novembro de 2016. VANDERLEI ALEXANDRE Presidente CISAMREC	
Assinado no original	

CIS/AMUREL**ATA DA AGO - 27/10/2016****27.10.2016 - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CISAMUREL –
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL**

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, às 09h30min, em segunda e única chamada, reuniram-se na sala dos Prefeitos, para Assembleia Geral Ordinária, os prefeitos: Sr. João Olávio Falchetti, Prefeito Municipal de Tubarão; Sr. Jorge Leonardo Nesi, Prefeito Municipal de Gravatal; Sr. Antônio Felipe Sobrinho, Prefeito Municipal de Pedras Grandes; Sr. Volnei Weber, Prefeito Municipal de São Ludgero e o Sr. Clésio Bardini de Biasi, Prefeito Municipal de Treze de Maio. Participaram ainda, a Sra. Grazielle Sitônio Duarte, Secretária de Planejamento de Laguna e o Contador do CISAMUREL, Sr. Ramon Correa Mendes. Após saudar os presentes, o Presidente do CISAMUREL, solicitou ao Contador do CISAMUREL, Sr. Ramon Correa Mendes, que fizesse a leitura do edital de convocação desta assembleia, que registro a seguir: EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – O Presidente do CISAMUREL- Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 27 de outubro de 2016, às 09h15min, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em primeira convocação, e às 09h30min, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, Sede da AMUREL, bairro Vila Moema, Tubarão (SC). Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias: I – Aprovação da ata da assembleia anterior (cópia entregue); II – Apreciação e aprovação dos registros contábeis referentes ao 4º bimestre do ano de 2016; III – Credenciamentos -edital e IV - Assuntos Diversos. Tubarão (SC), 10 de outubro de 2016. Antônio Felipe Sobrinho, Presidente do CISAMUREL. Em seguida colocou para aprovação o item I da pauta, a ata da AGO realizada no dia 25.08.2016, com dispensa de sua leitura, tendo em vista que cópia da mesma foi recebida pelos Prefeitos antes desta assembleia, a qual foi aprovada por todos. Na sequência, item II, Apreciação e aprovação dos registros contábeis referentes ao 4º bimestre do ano de 2016. O Presidente informou aos presentes que tinha uma cópia do relatório contábil na pasta de cada um e solicitou ao contador do CISAMUREL, Sr. Ramon Correa Mendes, que fizesse uso da palavra acerca dos registros contábeis e após explanação detalhada dos dados e explicação posterior de alguns questionamentos referentes à prestação de contas, a mesma foi aprovada por unanimidade. Passou-se ao item III da pauta, Credenciamentos e novo edital e o Presidente falou que o edital estava em fase final de formalização e assim que o setor jurídico aprovasse, o mesmo seria publicado no DOM e jornais locais, além do Diário Oficial da União. Passou-se ao item IV da pauta, Assuntos Diversos, e o Contador do CIS falou da inadimplência na parte do custeio por parte de alguns municípios- Imaruí, Jaguaruna, Laguna, São Martinho e Tubarão-, e que o contato com o setor responsável continuava a ser feito e seria intensificado para a devida regularização. Informou por último, que havia na pasta de cada Prefeito, um relatório demonstrando onde e quanto cada um gastou com exames e consultas, no período de janeiro a outubro deste ano. Por fim a palavra foi deixada livre, e nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a todos os presentes, e determinou a este coordenador administrativo para lavrar a presente ata, que segue assinada nas formas de costume, e deu por encerrada a assembleia.

ANTONIO FELIPPE SOBRINHO
Presidente do CISAMUREL

Edson Nunes Fábio Borges
Coordenador Administrativo Assessor Jurídico